

XXVI ENCONTRO de PESQUISADORES

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

ANAIS



Realização



www.unifacef.com.br

Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

**XXVI ENCONTRO DE PESQUISADORES
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

ANAIS

Marinês Santana Justo Smith
Silvio Carvalho Neto
Melissa F. Cavalcanti Bandos
(Orgs.)

ISBN: 978-65-88771-94-5

DOI: <https://doi.org/10.29327/5711698>

FRANCA-SP

2025

© 2025 dos autores

Direitos de Publicação

Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF

www.unifacef.com.br

Os textos submetidos são de responsabilidade dos autores.

XXVI Encontro de Pesquisadores: Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável. ANAIS / Marinês S. J. Smith; Silvio Carvalho Neto; Melissa F. Cavalcanti Bandos (Orgs.). – Franca: Uni-FACEF, 2025. 702 p.

ISBN: 978-65-88771-94-5

1. Interdisciplinar - Encontro. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Desenvolvimento Humano/Social. 4. Políticas Públicas. 5. Educação. 6. Tecnologia. 7. Pesquisa. 8. Resumos II.T.

CDD 050

Promoção:

Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF

Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE - Grupo de Estudos de Pesquisa em Desenvolvimento

Comissão Organizadora:

Profa. Dra. Marines S. J. Smith (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)
Profa. Dra. Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)

Comissão Científica:

Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto (Uni-FACEF)
Profa. Dra. Barbara Fadel (Uni-FACEF/ UNESP)
Profa. Dra. Carla Aparecida Arena Ventura (USP/RP)
Prof. Dr. Daniel F. Pires (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli (USP-FEA-RP)
Prof. Dr. Fernando Carvalho de Almeida (USP-SP)
Prof. Dr. Flávio Henrique de Oliveira Costa (Uni-FACEF)
Prof. Dr. João Baptista Comparini (Uni-FACEF)
Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra (Uni-FACEF)
Profa. Dra. Lívia Maria Lopes Gazaffi (Uni-FACEF)
Profa. Dra. Maria de Fátima Aveiro Colares (Uni-FACEF)
Profa. Dra. Marinês Santana Justo Smith (Uni-FACEF)
Profa. Dra. Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira (Uni-FACEF)
Profa. Dra. Sheila F. Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)
Profa. Dra. Veronica Angelica Freitas De Paula (UFU)

Organização Executiva:

Daniela Cristina Raiz Raymundo
Layla Beatriz Costa Capel

Apoio:



SUMÁRIO

(Ordem Alfabética de Títulos dos Artigos)

Abordagem sobre autocuidado emocional realizado com pacientes e seus acompanhantes em instituição de apoio ao paciente com câncer: relato metodológico de uma intervenção educativa	9
A Constitucionalização das Cotas Raciais: Princípio da Isonomia e Ação Afirmativa	14
A construção participativa de políticas públicas para pessoas neurodivergentes: análise do Fórum Interestadual TEA+ Agenda 2040	24
Adoção do método AHP para a seleção de fornecedores sustentáveis em uma indústria de calçados de Franca-SP ..	36
A importância do estágio curricular supervisionado na formação acadêmica do discente de educação física: um relato de experiência	48
A indicação de procedência do calçado de Franca: proteção jurídica, crescimento econômico industrial e a valorização da identidade territorial e cultural	56
Análise do filme “Meu Pai”: aspectos biopsicossociais no envelhecimento e na doença de Alzheimer	65
Arquitetura como ferramenta da justiça social: sob olhar do Cristianismo	74
Avaliação da gestão pública no processo de implementação das políticas públicas em saúde.....	89
Brasil, País Tropical: A baixa taxa de utilização de geração de energias renováveis nos ambientes residenciais e industriais no Brasil.....	95
Cidadania e Bem-Estar: Praças e Parques como Instrumentos de Educação e Saúde Pública	108
Cidadania inclusiva e direitos humanos na era da desigualdade: Interseccionalidade, Deficiência e Justiça Social ...	118
Classificação de imóveis em áreas de expansão urbana: um olhar conceitual sobre políticas públicas e o código tributário nacional e sua relação com os objetivos de desenvolvimento sustentável	128
Comunicação pública em políticas de assistência social: análise do Plano de Contingência da Política de Assistência Social de Franca em Época de Pandemia da Covid-19 (2020)	135
Corrida de rua e Desenvolvimento Regional: contribuições da Inteligência Artificial (IA) para prospecção de cenários no município de Franca-SP.....	144
Democracia em crise ou em renovação? Análise dos desafios do terceiro setor e da cidadania na democracia brasileira	153
Desafios contemporâneos da entrega voluntária: o respeito ao sigilo e o direito de arrependimento	158
Dimensões da cultura organizacional e suas interações com a gestão escolar.....	169
Diretivas antecipadas de vontade: autonomia e dignidade no final da vida.....	178
Diretrizes para as organizações auditadas: reduzindo os impactos de não conformidade sobre a ótica da apresentação da documentação.....	183
Discurso empresarial e persuasão ética: a carta do presidente da Vale S.A. em perspectiva retórica.....	193
Discurso e poder: a mídia e a manipulação ideológica na pauta educacional	206
Educação de qualidade e linguagem: o desafio da formação docente para além da área de português.....	218
Educação financeira como política pública: estratégias pedagógicas para inclusão socioeconômica em Franca/SP para os próximos anos	232

Educando para a segurança: o papel da capacitação de educadores no manejo de obstrução de vias aéreas por corpos estranhos e na promoção da saúde	241
Entre agulhas e territórios: o centro dia como estratégia de envelhecimento ativo e acupuntura urbana	249
Entre o Arquivo e o Usuário: O Mapeamento Arquivístico como Instrumento da Mediação da Informação em Organização Não Governamental	259
Entre o lixo e a sustentabilidade: Perspectivas Retóricas na Educação Ambiental.....	266
Envelhecimento e Deficiência como desafios interseccionais na redução das desigualdades	278
Ethos virtuoso e reparação: análise retórico-argumentativa do RI 2024 da Vale S.A	287
Fertiliza Invasora: controle e uso da leucena no reflorestamento com espécies nativas	296
Fitoterapia e depressão: uma revisão integrativa	312
Formação de Professores em Ressuscitação Cardiopulmonar e Suporte Básico de Vida no Ambiente Escolar: Preparação para situações de Emergência e Métodos de Implementação de Programas Educacionais em Es.....	325
Gestão de Atendimento ao Público no Terceiro Setor: humanização, cidadania e impacto	333
Gestão Democrática nas escolas: potencialidades e limitações dos mecanismos de decisão.....	348
Inovações no Registro Público de Vinculação Tutelar de Animais Domésticos: um caminho para prevenir o abandono	358
Inteligência artificial como auxílio ao professor na correção de redações da educação básica de SP: reflexões sobre a responsabilidade enunciativa	370
Inteligência Artificial na Segurança Pública: Uma análise constitucional do uso do Policiamento Preditivo e a Violação ao Direito de Privacidade.....	383
Inteligência artificial no auxílio ao diagnóstico de Infarto Agudo do Miocárdio: avanços, desafios e perspectivas futuras.....	394
Inteligência artificial no ensino médico: aplicações, desafios e perspectivas no contexto brasileiro.....	402
O ato responsável no ensino da língua inglesa nos cursos de idioma: diálogos com Paulo Freire e Delors em prol da educação de qualidade	408
O cronotopo em Chico Franco, de Luiz Cruz de Oliveira: diálogos na (re)construção da memória de Franca/SP	415
Os efeitos psicológicos da pobreza no desenvolvimento infantil e os desafios para a consolidação dos objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil: Uma revisão integrativa.....	422
O Terceiro Setor No Brasil: Formas Jurídicas, Marco Regulatório E Desafios À Consolidação Institucional	431
O trabalho com o desenvolvimento das competências sociemocionais a partir de histórias infantis.....	439
O Trabalho Infantil sob a ótica do princípio da proteção integral no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	444
Pavimentos interativos inteligentes: um novo paradigma para a acessibilidade universal em cidades sustentáveis.	455
Perfil e tendências das pesquisas do mestrado em desenvolvimento regional: uma análise estatística descritiva....	463
Perspectivas de políticas públicas de regulamentação da Inteligência Artificial na educação	475
Política Criminal e Desigualdade Social: Um Obstáculo Estrutural a Erradicação da Pobreza no Brasil	482
Políticas públicas de apoio para o desenvolvimento de startups: inovação e infraestrutura sustentável	491
Políticas públicas de educação como dinâmica educacional: uma análise da Lei nº 10.639/2003 e Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996	504
Políticas públicas e programas governamentais para o acesso e distribuição de medicamentos no Brasil: Uma Revisão Exploratória de Escopo	517

Postagens do Instagram do Ministério da Saúde como estratégia para educação e conscientização popular	523
Práticas interdisciplinares no PIBID: um relato de experiência com os objetivos de desenvolvimento sustentável... 537	
Preservação do patrimônio histórico cultural e desenvolvimento turístico regional: proposta de aplicativo para monitoramento de incentivos fiscais.....	545
Promoção da Saúde Bucal de Idosos na Atenção Primária: Elaboração de uma cartilha educativa sobre as doenças bucais mais comuns em idosos	550
Promoção da Saúde do Trabalhador na Atenção Primária: perspectivas, desafios e estratégias no SUS	557
Prospecção da informação e benchmarking: aplicação no âmbito da administração pública de Marília - SP	571
Prostituição, cidadania e políticas públicas: interfaces entre gestão, terceiro setor e desenvolvimento social diante das vulnerabilidades das profissionais do sexo	582
Qualidade da educação e o trabalho com educação ambiental: Estudo de caso em uma Escola Municipal de Tempo Integral no município de Franca	590
Qualidade de vida do enfermeiro na atenção básica de saúde	603
Região e Desenvolvimento Regional: Indicadores socioeconômicos das Regiões Administrativas de Franca e de Araçatuba	619
Retórica, emoção e democracia: uma leitura aristotélica de apocalipse nos trópicos	640
Sistema normativo brasileiro e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: perspectivas da emergência da poluição por microplásticos nas águas	647
Tecnologias Assistivas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Convergências para uma Sociedade Inclusiva	656
Transformações socioeconômicas e dinâmicas territoriais em Franca-SP: uma análise a partir de dados públicos ...	663
Turismo esportivo e redes criativas: políticas inovadoras para o desenvolvimento regional sustentável	671
Turismo inteligente em Franca-SP: o papel dos aplicativos de geolocalização no desenvolvimento regional	683
Uso inadequado dos serviços de urgência por condições sensíveis à atenção primária: revisão narrativa sobre tema	691

LISTA DE AUTORES

ALCÂNTARA, Felipe Goulart, 482
ALMEIDA, Karina Aparecida Marsolla de, 95
ALMEIDA, Luiza Vitória Terencio, 296
ALMEIDA, Maria Fabiana Izidio de, 183, 259
ALVES, Jeniffer Vitorino da Silva, 348
ALVES, Maria Sílvia Rodrigues, 266
ALVES, Pâmella, 370
ALVES, Tainara Egidio, 48
ANDRADE, Gabriela Santos, 9
ARAUJO, Amanda Pinheiro de, 14
ARAUJO, Denise Conceição Garcia, 48
ARAUJO, Gleison Luís, 557
BARATI, Vinícius Rafael Rezende, 296
BARBOSA, Agnaldo de Souza, 647
BERALDO, Camila de Araújo, 370
BERCI, Luan, 647
BERTI, Ilemar Christina Lanson Wey, 259
BOLZANI, Berenice, 422
BORGES, Ana Paula Oliveira, 65, 523
BORGES, Marilurdes Cruz, 108, 408, 415
BRAGA FILHO, Hélio, 128, 619
BRAZ, Ana Carolina Garcia, 9
BUCKER, Caroline de Melo Faccirolli Santos, 491
BULGO, Danilo Cândido, 65, 523
CÂMARA, Naiá Sadi, 475, 671
CARNEIRO, Matheus Borges, 36
CARVALHO NETO, Silvio, 517, 545, 683
CAVALCANTI-BANDOS, Melissa Franchini, 128, 135, 153, 333, 422, 475, 491, 504
COELHO, Priscila Penna Ferreira, 537
CORRÊA, Ana Vitória Salotti Ferreira, 48
COSTA, Denise Gisele Silva, 278
CUNHA, Adriel Junior Domingues, 24
DANTAS, Rafael Alves, 571
DIAS, Stephany Rodrigues Alonso, 218
DINIZ, Christian Domingues, 296
DOMENES, Tiago Merlino, 144
DONADELI, Paulo Henrique Miotto, 56
DONHA, Alberto Freitas Cordero, 431
DONIZETTE, Lidiane Cristina, 348
DONZELI, Ana Beatriz Martins, 439
DOURADO, Guilherme de Paula, 550
FARIA, Daniel dos Reis Cardoso de, 144, 619
FERNANDES, Sergio Penha, 128, 619
FERRAREZI, Maria Amélia Duarte Oliveira, 193, 287
FERRAZ, Luana, 193, 266, 287
FERREIRA, Viviani Motta, 312
FLECK, Juliana Machado Campos, 603
FRAGA, Clara Brunetti, 422
FRANCESCHINI, Rafael Leite, 383
FREITAS, João Vitor Ferreira, 482
FREITAS, Sadao Ogava Ribeiro de, 422
FURINI, Carolina Barini, 169
FURTADO, Ricardo Andrade, 24
GALDIANO, Rogério Dias Bianchini, 14
GARCIA, Débora, 218
GARCIA, Luciana Carmona, 218
GAZAFFI, Livia Maria Lopes, 89, 394, 402, 691
GIOLO, Stella Mariana Ferreira, 89, 394, 402
GIONBELLI, Gabriela Folador, 571
GIROLDO, Julio Cesar, 241, 325
GOMES, Pedro Cazarini, 691
GOMES, Roberta Prado Cazarini, 691
GOMES, Valéria Cristina de Jesus Lopes, 656
GUERRA, José Alfredo de Pádua, 89, 144, 153, 333, 431, 582, 671
INÁCIO, Leonardo Moreira, 95
ISHIDA, Francine Leandra de Melo Rodrigues, 590
JUSTINO, Ana Paula de Sousa, 266
LAMARCA, Regiane Cintra, 333
LANZONI, Livia Visconte Cerqueira, 545
LAZARINI, Aguinaldo, 683
LIMA, Fabiana Santos da Silva, 206, 348
LOPES, Vítor Salvador Garcia, 383
LOURENÇO, Edilania Gumiero, 65, 523
LUCAS, Elisa Gomes, 517
MACHADO NETO, Alfredo José, 144, 232
MAGALHÃES, Vanessa Estevam de, 590
MALTA, Deise Aparecida Silva, 206
MARCELINO, Daniela, 241, 325

- MARQUES, Kelbi Caroline, 415
MATTOS, Denise Moreira, 232
MAURA, Ana Beatriz Silvestre, 582
MEDEIROS, Fernandina Fernandes de Lima, 663
MELO, Elaine Ferreira Pereira de, 206
MENDES, Daniella Salvador Trigueiro, 383
MENDES, Giovana Maria, 48
MENDES, Stefania Fraga, 158
MIGUEL, Kelly Cristina Pádua Bruzegueze, 439
MORAES, Ana Paula Bagaiolo, 14, 95, 358, 444, 482
MOREIRA, Fernando Mazzotta, 118
MOREIRA, Larissa Vitoria Gica, 65, 523
MOZETTI, Isabella, 482
NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes do, 24, 241, 325, 550, 557, 603
NAVARRO, Emanuely Estevam dos Santos, 74
NUNES, Gabriela Maciel, 571
OLIVEIRA, Afonso Gonçalves de, 135
OLIVEIRA, Cláudia de Fátima, 266, 408, 640
OLIVEIRA, Gláucia Martins de, 640
OLIVEIRA, Iago Rodrigues, 249
OLIVEIRA, Janete Carla de, 619
OLIVEIRA, Kawany Nogueira, 9
OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e, 135, 169, 504
OLIVEIRA, Suellen Cristina Costa, 266
OLIVEIRA, Vitória dos Passos de, 65, 523
PAULETTI, Patrícia Mendonça, 312
PELIZARO, Caroline Takarada, 206
PELLICANO, Mariana Augusta Martins Santos, 259
PEREIRA, Henrique, 296
PESSOA, Fernanda Aparecida de Almeida, 206
PESSONI FILHO, José, 408
PESSONI, Julia Tomás, 475
PIRES, Daniel Facciolo, 463, 656
POUSA, Jonatan, 619
RAMOS, Pyetra de Souza, 296
REIS, Marcela de Fátima Naves dos, 249
RIBEIRO, Wesley das Graças, 444
ROCHA, Maurício Gonçalves da, 144, 153, 671
RODRIGUES, Edwirges Elaine, 178
RODRIGUES, Giselly Alves, 206
RODRIGUES, Jane Batista, 266
RODRIGUES, Maria Eduarda Ribeiro, 571
RODRIGUES, Maria Julia Freitas, 504
ROQUE, Pedro Henrique Brunato, 482
SAID, Hugo Freitas, 422
SANTO, Manoel Jorge Nobre do Espirito, 582
SANTOS, Isadora Beatriz Magalhães, 383
SANTOS, Keila Fernanda Aparecida dos, 206
SARTORELLI, Angela Pereira, 571
SEGALA, Franciane Simões Martins, 108
SERVINO, Aline Cristina Sliuzas, 65, 523
SILVA JUNIOR, Paulo Roberto Silvestre da, 108
SILVA, Adna Espedita da, 619
SILVA, Amanda Moreira Bento da, 439
SILVA, Elaine da, 571
SILVA, Ellen Braune Reis, 206
SILVA, Jacqueline Costa da, 444
SILVA, Lais Caroline da, 557
SILVA, Maria Eduarda Batista da, 444
SILVA, Sarah Cristina Andrade, 312
SILVA, Vagner Domingues da, 571
SMITH, Marinês Santana Justo, 169, 463, 491
SOARES, Hugo Rafael, 383
SOUSA, Daniele Mileny Oliveira, 463
SOUSA, Elis Cristina Cabral, 640
SOUSA, Ígor Mizuguchi de, 358
SOUZA, Lucas Costa de, 296
SOUZA, Tatiana Noronha de, 590
SPINIELI, André Luiz Pereira, 422
SPIRANDELI, Cintia Canassa, 422
VALENTINI, Mauricio de Azevedo, 74, 455
VALÉRIO, Marco Aurélio Gumieri, 482
VERDE, Aline Nunes Vila, 14
VIOTO, Giovana Mendes, 9
VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin, 183

**A IMPORTÂNCIA DO AUTOCUIDADO EMOCIONAL NO CONTEXTO DO TRATAMENTO
ONCOLÓGICO: uma experiência de intervenção educativa**

*THE IMPORTANCE OF EMOTIONAL SELF-CARE IN THE CONTEXT OF ONCOLOGICAL
TREATMENT: an educational intervention experience*

Gabriela Santos Andrade
Graduanda em Medicina – Uni-FACEF
gabi_s_andrade@hotmail.com

Giovana Mendes Voto
Graduanda em Medicina – Uni-FACEF
viotomgiovana@gmail.com

Kawany Nogueira Oliveira
Graduanda em Medicina – Uni-FACEF
Kawany2004@hotmail.com

Ana Carolina Garcia Braz
Doutora em Ciências- Uni-FACEF
anacarolinabraz@facef.br

Resumo

O enfrentamento do câncer representa uma experiência desafiadora para pacientes e famílias, exigindo suporte emocional e psíquico. Práticas de diálogo coletivo, como rodas de conversa, contribuem para o desenvolvimento da resiliência e do sentimento de pertencimento, aspectos essenciais para o bem-estar emocional durante o tratamento oncológico. A atividade realizada na casa de apoio destinada a pacientes em tratamento de câncer e seus acompanhantes teve como objetivo oferecer um espaço acolhedor e reflexivo, onde pudessem explorar suas emoções, reconhecer suas necessidades e compartilhar práticas que contribuem para o bem-estar físico, mental e emocional durante o enfrentamento do tratamento. Foi realizada uma roda de conversa entre todos os participantes com uso de um baralho de cartas com perguntas referentes às emoções e práticas de autocuidado. A dinâmica teve boa adesão dos participantes que comentaram suas cartas e a de seus colegas, contribuindo para o compartilhamento e reflexões acerca de experiências pessoais e seus significados. A atividade foi considerada enriquecedora tanto para os pacientes quanto para os acadêmicos, proporcionando não apenas informações, mas também apoio emocional e incentivo à valorização da própria história, reforçando a importância de promover um cuidado integral, mais humanizado com realce às etapas vencidas até o momento.

Palavras-chave: Pacientes em tratamento, Autocuidado, Cuidado humanizado.

Abstract

Facing cancer represents a challenging experience for patients and families, requiring emotional and psychological support. Collective dialogue practices, such as discussion circles, contribute to the development of resilience and a sense of belonging, which are essential aspects for emotional well-being during cancer treatment. The activity carried out at the support house for patients undergoing cancer treatment and their companions aimed to provide a welcoming and reflective space, where they could explore their emotions, recognize their needs, and share practices that contribute to physical, mental, and emotional well-being while facing treatment. A discussion circle was held among all participants using a deck of cards with questions related to emotions and self-care practices. The activity was well received by the participants, who commented on their own cards as well as those of their colleagues, contributing to the sharing and reflections on personal experiences and their meanings. The activity was considered enriching for both the patients and the students, providing not only information but also emotional support and encouragement to value one's own history, emphasizing the importance of promoting comprehensive, more humanized care with a focus on the milestones achieved so far.

Keywords: Patients in treatment, Self-care, Humanized care.

1 INTRODUÇÃO

O câncer é uma condição crônica que impõe múltiplos desafios aos indivíduos, exigindo deles não apenas o enfrentamento físico da doença, mas também o desenvolvimento de estratégias emocionais e comportamentais para lidar com os impactos do diagnóstico e do tratamento. O autocuidado emocional, em particular, tem sido reconhecido como um fator fundamental para que os pacientes combatam a doença bem como para que preservem a saúde mental durante o tratamento oncológico (Moura, 2021).

Durante o processo terapêutico, os pacientes convivem com sintomas físicos debilitantes e impactos psicológicos e familiares profundos, o que pode comprometer sua capacidade de autocuidado. Neste cenário, práticas de suporte emocional, como o fortalecimento da rede de apoio, espiritualidade, e estratégias cognitivas de enfrentamento, tornam-se recursos importantes para a manutenção do bem-estar e estão associadas a um melhor equilíbrio emocional e adesão ao tratamento (Costa, Silva e Lima, 2021; Oliveira, 2023).

Estudos apontam que a capacidade de autocuidado entre pacientes em quimioterapia pode variar consideravelmente, sendo influenciada por fatores como os efeitos adversos do tratamento, o suporte familiar, e a vivência espiritual e religiosa. Tais elementos não apenas ajudam a mitigar o sofrimento emocional, mas também promovem maior autonomia e engajamento nas atividades de cuidado pessoal (Costa, Silva e Lima, 2021).

Em mulheres com câncer de mama, a Teoria do Autocuidado de Dorothea Orem tem sido frequentemente utilizada como referencial para compreender os níveis de independência e as necessidades de apoio no contexto do tratamento (Barbosa, 2022).

Essa teoria engloba o autocuidado, a atividade do autocuidado e a exigência terapêutica de autocuidado, sendo o autocuidado nesta seara, “a prática de atividades que o indivíduo inicia e executa em seu próprio benefício, na manutenção da vida, da saúde e do bem-estar” (Torres, Davim e Nóbrega, 1999).

Assim, a literatura revela que quanto maior o comprometimento com o autocuidado, melhores são os efeitos psicológicos e sociais, com redução dos níveis de ansiedade e maior aceitação do diagnóstico. Além disso, a valorização de papéis ocupacionais e vínculos sociais, como o papel de amigo ou cuidador, pode funcionar como um fator de proteção emocional significativo (Gonçalves, 2022).

A autorregulação afetiva também desponta como um conceito relevante no enfrentamento do câncer, especialmente no que se refere à capacidade do paciente de manejar emoções negativas e manter pensamentos positivos. Esta competência está frequentemente associada à resiliência, autoestima e espiritualidade, que conforme já dito, reforçam o engajamento em práticas de autocuidado emocional (Pereira, 2021).

Diante desse contexto, estudantes de medicina de um Centro Universitário Municipal no interior do estado foram estimulados a desenvolver ação de reflexão sobre o autocuidado entre pacientes e acompanhantes, em uma instituição de apoio a pacientes em tratamento de doenças graves, em uma cidade no interior do estado de São Paulo.

Assim, o presente estudo tem o objetivo de relatar a experiência de uma ação de promoção de saúde desenvolvida por estudantes de medicina em uma instituição de apoio a pacientes em tratamento de doenças graves, em uma cidade no interior do estado de São Paulo.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência desenvolvido a partir da vivência de um grupo de estudantes do curso de medicina no contexto da Unidade Curricular de Extensão (UCE) – IESC (Interação em Saúde na Comunidade), desenvolvida em uma instituição que presta cuidado a pessoas e famílias em tratamento oncológico.

O relato de experiência é reconhecido como uma forma de produção científica que se vale da narrativa para comunicar, de maneira reflexiva e fundamentada, situações vivenciadas no exercício profissional. Conforme apontam Daltro e Faria (2019), esse tipo de escrita permite validar a experiência como objeto de estudo, promovendo sua inserção no campo do conhecimento acadêmico, especialmente nas áreas voltadas às ciências humanas.

3 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

No contexto da formação médica humanizada, estudantes do terceiro semestre do curso de Medicina do UNI-FACEF realizaram uma atividade em uma instituição de apoio a pacientes e familiares no tratamento oncológico. A atividade teve como objetivo principal a realização de uma roda de conversa com usuárias da instituição, promovendo um espaço de escuta, acolhimento e partilha de experiências, especialmente voltadas às emoções despertadas pelo enfrentamento do câncer.

A proposta foi desenvolvida com foco nas competências relacionais e comunicativas, essenciais à prática médica contemporânea, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina (MEC, 2014), que ressaltam a importância de uma abordagem integral, empática e centrada no paciente.

Durante a atividade, participaram duas mulheres assistidas pela instituição, ambas em tratamento oncológico e submetidas previamente à mastectomia. Apesar do número reduzido de participantes, a experiência foi profundamente significativa, pois proporcionou um espaço seguro de expressão emocional, valorização subjetiva e construção de vínculos. A escuta ativa, segundo Carl Rogers (Saúde, 2004), é um dos principais elementos da relação terapêutica, sendo fundamental para a criação de um ambiente acolhedor e não julgador – o que foi observado ao longo da dinâmica.

Duas participantes se destacaram na roda de conversa. A primeira, aqui referida como Participante Y, demonstrou-se receptiva desde o início. Com grande abertura e clareza, compartilhou aspectos profundos de sua história de vida, revelando como lida com os desafios da doença de maneira resiliente. Sua disposição em expor emoções e narrativas pessoais favoreceu o envolvimento de todos e contribuiu para o fortalecimento do vínculo entre os presentes, estabelecendo um espaço de empatia mútua.

Por sua vez, a Participante X apresentou-se inicialmente mais introspectiva. Sua postura reservada evoluiu para uma participação expressiva, quando, instigada de forma sensível, passou a relatar com intensidade emocional as dores vivenciadas durante o tratamento, especialmente relacionadas ao sentimento de invisibilidade e à ausência de apoio afetivo. Seu relato provocou uma resposta emocional em todos os presentes, inclusive em Y, que expressou admiração por sua coragem e autenticidade. Tal momento ressaltou a potência da escuta e da presença acolhedora como instrumentos terapêuticos, conforme defendem estudiosos da saúde como Bifulco et al. e Frank (2013) que enfatizam o papel da narrativa no cuidado em saúde.

A experiência foi extremamente enriquecedora para os estudantes, pois proporcionou o exercício da empatia, da escuta qualificada e da compreensão do sofrimento emocional – competências fundamentais para o desenvolvimento da medicina centrada na pessoa. A visita reforçou a importância de se preparar profissionais que, além da competência técnica, desenvolvam habilidades humanísticas e sensibilidade diante das diversas expressões da dor humana.

Concluímos que atividades como esta ampliam a formação médica, ao colocarem os estudantes em contato direto com realidades de vulnerabilidade, promovendo o aprendizado vivencial e reflexivo. O encontro com as pacientes reafirma a relevância de integrar práticas educativas que valorizem o cuidado integral e o vínculo terapêutico, em consonância com a humanização do cuidado prevista pela Política Nacional de Humanização do SUS (MEC, 2014).

4 DISCUSSÃO

O enfrentamento do câncer, especialmente no caso de mulheres submetidas à mastectomia, impõe desafios que transcendem o aspecto físico da doença, atingindo profundamente a dimensão emocional, social e psicológica dos pacientes e de seus acompanhantes. A intervenção educativa relatada neste projeto — centrada na escuta ativa e na valorização da subjetividade — insere-se no escopo de ações voltadas para a promoção do autocuidado emocional, compreendido como uma estratégia fundamental para a melhoria da qualidade de vida e do enfrentamento do sofrimento.

A experiência vivenciada evidencia o quanto a escuta e o diálogo empático podem contribuir para a reconstrução da autoestima e para o fortalecimento de vínculos entre os sujeitos envolvidos no processo de cuidado. Estudos demonstram que espaços de acolhimento emocional são essenciais

para a ressignificação da experiência da doença, promovendo maior adesão ao tratamento e redução de quadros de ansiedade e depressão (Küchemann, 2022).

Nesse sentido, a roda de conversa proposta pelos estudantes permitiu não apenas a partilha de vivências, mas também a criação de um ambiente terapêutico informal, no qual o cuidado ultrapassa os limites biomédicos e se transforma em ação ética e relacional. A fala da participante inicialmente introspectiva, por exemplo, revelou que, quando oferecido um espaço seguro, o indivíduo é capaz de acessar e comunicar emoções profundas, possibilitando uma vivência mais consciente e integrada do adoecimento.

A literatura reforça que o autocuidado emocional deve ser compreendido como parte do processo terapêutico, e não como uma responsabilidade individual desvinculada do contexto social e relacional do paciente (Saúde, 2021 e Fernandes, 2023). Estratégias como rodas de conversa, grupos de apoio e oficinas terapêuticas se mostram eficazes na redução do sofrimento emocional, ampliando as possibilidades de enfrentamento e promovendo um cuidado centrado na pessoa (Santos, 2020 e WHO, 2023).

Além disso, essa abordagem dialógica proporciona um valioso campo de aprendizagem para os futuros profissionais da saúde, permitindo o desenvolvimento de competências como empatia, comunicação afetiva e escuta qualificada — habilidades essenciais para a prática médica humanizada, conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina (Mec, 2014)

A integração entre teoria e prática, observada nesta intervenção, reforça a importância de ações educativas no âmbito da saúde emocional, tanto para pacientes quanto para seus cuidadores, que frequentemente compartilham o impacto psíquico do adoecimento. Assim, promover o autocuidado emocional não se trata apenas de informar, mas de criar possibilidades reais de transformação do modo como cada sujeito vive e significa sua trajetória com a doença.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade foi considerada enriquecedora tanto para os pacientes, proporcionando não apenas informações, mas também apoio emocional e incentivo à valorização da própria história, quanto para os discentes, reforçando a importância de promover um cuidado integral e mais humanizado. Além disso, a roda de conversa se revelou uma estratégia eficaz para fortalecer vínculos, promover a escuta ativa e criar um espaço seguro de expressão, onde cada indivíduo pôde se sentir ouvido e acolhido em sua singularidade.

A troca de vivências contribuiu significativamente para o desenvolvimento da empatia e do senso de comunidade entre todos os participantes, aspectos fundamentais no enfrentamento da doença.

Por fim, a atividade evidenciou a relevância de práticas interativas e humanizadas no contexto da saúde, ressaltando o papel do cuidado compartilhado e do suporte mútuo como instrumentos potentes para a promoção do bem-estar.

REFERÊNCIAS

- AYRES JRdCM. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. Scielo. 2004.
- BARBOSA IF. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). [Online].; 2022. Available from: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/52888>.
- BIFULCO Aea. Narrative therapy and emotional processing in cancer care: A literature review. European Journal of Cancer Care: 29(3), e13242.
- COSTA MEd, SILVA RPd, LIMA AF. Fatores que influenciam na qualidade de vida e no autocuidado de mulheres com câncer de mama: revisão integrativa. Revista de enfermagem do Centro-Oeste Mineiro. 2021 maio 04: p. v. 11, n. 4, p. e045.

FERNANDES MCea. Estratégias de enfrentamento emocional em pacientes com câncer: revisão integrativa. Revista Brasileira de Enfermagem. 2023: p. v. 76, n. 1.

FRANK AW. The Wounded Storyteller: Body, Illness, and Ethics. Chicago: University of Chicago Press. 2013: p. 2 ed.

GONÇALVES LMea. O autocuidado relacionado ao desempenho de papéis ocupacionais em pacientes sob tratamento quimioterápico antineoplásico. Revista Latino-Americana de Enfermagem. 2022 May 04: p. v. 30, p. e3862.

KÜCHEMANN CFea. Intervenções educativas e seu impacto na saúde emocional de pacientes oncológicos. Revista de Enfermagem e Saúde Mental. 2022: p. v. 11, n. 2, p. 45–52.

LEININGER M. Análise dos conceitos de negociação/acomodação da teoria. Scielo. 2022.

MEC. Ministério da Educação. [Online].; 2014.

MOURA LAea. Capacidade para o autocuidado em clientes submetidos a tratamento quimioterápico antineoplásico. Bioscience Journal. 2021;: p. v. 37, n. 6, p. 1-9.

OLIVEIRA JRdea. Fatores emocionais no tratamento oncológico: uma análise da percepção dos pacientes. Revista de Saúde e Pesquisa. 2023 May 04: p. v. 14, n. 3, p. 256-263.

PEREIRA TMea. Autorregulação afetiva: aspectos cognitivos e emocionais na experiência com o câncer.. Saúde e Pesquisa. 2021 May 04: p. v. 14, n. 1, p. 89-96.

SANTOS RMea. A roda de conversa como dispositivo de cuidado e educação em saúde mental. Interface - Comunicação, Saúde, Educação. 2020: p. V.24.

SAÚDE Md. HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. [Online].; 2004.

SAÚDE. BMd. Saúde mental e atenção psicossocial na rede de atenção à saúde das pessoas com condições crônicas. [Online].; 2021.

TORRES GDV, DAVIM RMB, NÓBREGA MMLD. Aplicação do processo de enfermagem baseado na teoria de OREM: estudo de caso com uma adolescente grávida. Revista Latino-Americana de Enfermagem. 1999: p. 47-53.

WHO. Mental health and psychosocial support: essential elements in cancer care. Geneva; 2023.

***A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DAS COTAS RACIAIS: PRINCÍPIO DA ISONOMIA E AÇÃO
AFIRMATIVA***

*THE CONSTITUTIONALIZATION OF RACIAL QUOTAS: PRINCIPLE OF EQUALITY AND
AFFIRMATIVE ACTION*

Área temática: 10 - Redução das Desigualdades

ARAUJO, Amanda Pinheiro de
Faculdade Dr. Francisco Maeda - FAFRAM
Discente do curso de Direito da FAFRAM
amandapinheirodearaujo23@gmail.com

BARBOSA, Ana Paula Bagaiolo Moraes
Doutora e Mestre em Direito pela UNESP e graduada pela FDF
Docente do curso de Direito da FAFRAM
ana.moraes@fafram.com.br

GALDIANO, Rogério Dias Bianchini
Faculdade Dr. Francisco Maeda - FAFRAM
Discente do curso de Direito da FAFRAM
galdianodias899@gmail.com

VERDE, Aline Nunes Vila
Faculdade Dr. Francisco Maeda - FAFRAM
Discente do curso de Direito da FAFRAM
alinenunes_vilaverde@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho analisa a constitucionalização das cotas raciais no Brasil, examinando sua compatibilidade com o princípio da isonomia e sua natureza enquanto política pública de ação afirmativa. Parte-se do problema de pesquisa que questiona se tais medidas afrontam ou não o princípio da igualdade, previsto no artigo 5º da Constituição Federal. A relevância do estudo decorre da necessidade de compreender como o Estado brasileiro tem enfrentado as desigualdades históricas e estruturais sofridas por determinados grupos raciais, por meio de mecanismos que buscam não apenas compensar injustiças, mas também ampliar o acesso a direitos fundamentais, como a educação e o emprego público. A metodologia utilizada baseia-se em revisão bibliográfica crítica, com análise de obras doutrinárias, legislação aplicável, do projeto de lei 4125/21 e casos paradigmáticos do Supremo Tribunal Federal, como a ADPF 186 e a recente ADPF 1245, ainda em tramitação. Os resultados obtidos demonstram que a igualdade meramente formal é insuficiente para garantir justiça social, sendo imprescindível a aplicação da igualdade material, concretizada através de ações afirmativas. Conclui-se que as cotas raciais, longe de violarem a isonomia, reforçam-na em sua dimensão substancial, configurando-se como instrumento legítimo de efetivação da dignidade humana e de promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Cotas raciais, Isonomia, Ação afirmativa.

Abstract

This paper analyzes the constitutionalization of racial quotas in Brazil, examining their compatibility with the principle of equality and their nature as a public affirmative action policy. The research question is whether such measures violate the principle of equality, as enshrined in Article 5 of the Federal Constitution. The relevance of this study stems from the need to understand how the Brazilian State has addressed the historical and structural inequalities suffered by certain racial groups

through mechanisms that seek not only to compensate for injustices but also to expand access to fundamental rights, such as education and public employment. The methodology used is based on a critical literature review, including analysis of doctrinal works, applicable legislation, bill 4125/21, and paradigmatic judgments of the Supreme Federal Court, such as ADPF 186 and the recent ADPF 1245, still pending. The results demonstrate that merely formal equality is insufficient to ensure social justice, and that material equality, achieved through affirmative action, is essential. The conclusion is that racial quotas, far from violating equality, reinforce it in its substantive dimension, constituting a legitimate instrument for realizing human dignity and promoting a more just and inclusive society.

Keywords: Racial quotas, Equality, Affirmative action.

1 INTRODUÇÃO

A constitucionalização das cotas raciais representa um dos debates mais relevantes do cenário jurídico e social brasileiro contemporâneo. Trata-se de tema que envolve não apenas a interpretação do princípio da isonomia, consagrado no artigo 5º da Constituição Federal, mas também a reflexão sobre os limites e possibilidades da atuação estatal no combate às desigualdades históricas.

O Brasil possui um passado marcado pela escravidão, pela marginalização de grupos raciais e pela exclusão social. Durante séculos, a população negra esteve relegada às piores condições de trabalho, sem acesso digno à educação, saúde e oportunidades de ascensão social. Mesmo após a abolição formal da escravidão, em 1888, não houve políticas estruturadas para a inclusão desses grupos na sociedade, o que perpetuou desigualdades profundas que se estendem até hoje.

Neste contexto, as ações afirmativas — e, em especial, as cotas raciais — surgem como mecanismos voltados a corrigir desigualdades históricas e a promover a efetiva inclusão social. No entanto, sua adoção gerou intensos debates: de um lado, aqueles que entendem as cotas como instrumento indispensável de justiça social; de outro, os que as consideram inconstitucionais, sob a alegação de que violariam o princípio da igualdade formal, ao diferenciar cidadãos com base em critérios raciais.

O problema de pesquisa que orienta este estudo pode ser assim formulado: As cotas raciais são constitucionais? Violam ou não o princípio da isonomia? A partir desse questionamento, o objetivo central é analisar a compatibilidade entre tais políticas e a ordem constitucional brasileira, investigando se as ações afirmativas encontram respaldo jurídico na Carta Magna.

A relevância do tema é inegável. A sociedade brasileira é marcada por desigualdades estruturais que não podem ser ignoradas pelo Direito. O debate acerca das cotas raciais envolve não apenas questões jurídicas, mas também políticas, sociais e éticas, já que se relaciona diretamente à promoção da igualdade, da cidadania e da dignidade da pessoa humana.

A metodologia utilizada neste trabalho baseia-se em revisão bibliográfica crítica, apoiada em doutrina, legislação e jurisprudência, com ênfase nas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e na análise do recente Projeto de Lei 4125/21, que desempenham papel central na interpretação constitucional.

Deste modo, este estudo pretende demonstrar que as cotas raciais não se opõem ao princípio da isonomia, mas, ao contrário, constituem expressão legítima da igualdade material, consagrada constitucionalmente como instrumento indispensável à superação de desigualdades históricas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As principais abordagens que sustentam a análise da constitucionalização das cotas raciais partem do exame do princípio da isonomia, em sua dimensão formal e material, conforme a clássica distinção apontada por Hans Kelsen e John Rawls, que ressalta a impossibilidade de tratar de maneira idêntica sujeitos em situações desiguais. Associado a isso, o instituto das ações afirmativas, concebidas como políticas públicas de inclusão, destaca sua função reparatória e promocional. Ademais, a jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal Federal, em julgados paradigmáticos como a ADPF nº 186 consolidou o entendimento de que tais medidas não violam, mas concretizam o princípio da igualdade material; em outro sentido será explorado brevemente a ADPF nº 1245, que embora ainda não tenha sido julgada, pode trazer alterações substanciais no sistema de cotas em concursos federais. Por fim, buscou-se também fazer análise crítica do Projeto de Lei Nº 4125/21, sendo tais perspectivas apresentadas brevemente nesta seção, de forma a destacar o que será abordado adiante quanto as aplicações verificadas na legislação, na doutrina e nas decisões judiciais.

2.1 O princípio da isonomia e sua evolução no constitucionalismo

O princípio da isonomia, previsto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, constitui pilar do Estado Democrático de Direito. A igualdade, todavia, não pode ser compreendida apenas em seu aspecto formal, que exige tratamento idêntico a todos, mas também em sua vertente material, que busca corrigir desigualdades concretas.

Nesse sentido, a doutrina distingue igualdade formal, vinculada à ideia liberal clássica de que todos são iguais perante a lei, da igualdade material, que exige ações positivas do Estado para reduzir desigualdades estruturais. Como lembram Kelsen (1998) e Rawls (2000), seria absurdo impor idênticos direitos e deveres a indivíduos em situações desiguais. A Constituição de 1988, ao consagrar como objetivos fundamentais a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais (art. 3º, III), acolhe de forma inequívoca a noção de igualdade material.

Esse raciocínio conecta-se à leitura neoconstitucionalista da Constituição, na qual os princípios constitucionais assumem centralidade e se tornam normas jurídicas vinculantes, exigindo máxima efetividade. Assim, o princípio da igualdade não se reduz a um mandamento abstrato, mas opera como critério de orientação da atuação estatal, impondo políticas públicas inclusivas.

2.2 Ações afirmativas: conceito, fundamentos e críticas

As ações afirmativas representam instrumentos estatais para assegurar oportunidades equitativas a grupos historicamente discriminados. Seu fundamento reside na necessidade de corrigir desigualdades derivadas de fatores sociais, raciais e econômicos. No Brasil, a primeira experiência formal com ações afirmativas ocorreu no âmbito trabalhista, ainda na década de 1960, mas foi a partir dos anos 2000 que as políticas de cotas ganharam força, sobretudo na educação superior e no serviço público.

Apesar de seu reconhecimento como políticas de inclusão, as ações afirmativas enfrentam críticas. Seus opositores alegam que tais medidas instaurariam a chamada “discriminação reversa”, criando privilégios em razão de raça. Todavia, a posição consolidada na doutrina majoritária e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que tais políticas não constituem privilégios, mas meios de promover a igualdade substancial e de reparar injustiças históricas.

2.3 Constitucionalização das cotas raciais no Brasil

As cotas raciais inserem-se no rol de políticas afirmativas constitucionalmente legítimas. A Lei nº 12.711/2012 e a Lei nº 15.142/2025 representam instrumentos normativos que regulamentam a reserva de vagas em universidades públicas e concursos federais, respectivamente.

Do ponto de vista constitucional, essas leis encontram respaldo em diversos fundamentos: a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), a promoção do bem de todos sem preconceitos de raça (art. 3º, IV) e o direito à educação como dever do Estado (art. 205). Dessa forma, a constitucionalização das cotas raciais não se resume à edição de leis, mas traduz a incorporação do princípio da igualdade material na prática legislativa e jurisprudencial.

2.4 Jurisprudência paradigmática do Supremo Tribunal Federal

A jurisprudência do STF consolidou a constitucionalidade das cotas raciais. Na ADPF 186, que discutiu o sistema de cotas da Universidade de Brasília, o Tribunal reconheceu a legitimidade das ações afirmativas como meio de efetivar a igualdade substancial. Já na ADPF 1245, ainda em tramitação, o STF analisa a constitucionalidade da utilização de sorteios para definir quais vagas ou especialidades em concursos públicos e processos seletivos seriam contempladas pelas cotas raciais.

Contudo, o primeiro julgado já serviu para firmar parâmetros importantes: (i) as cotas raciais são constitucionais, desde que observados critérios objetivos e temporariedade; (ii) sua implementação deve respeitar a dignidade da pessoa humana e os princípios do contraditório e da ampla defesa, especialmente nos procedimentos de heteroidentificação.

2.5 Perspectivas doutrinárias e legislativas atuais

Embora haja posição jurisprudencial consolidada, o debate legislativo permanece ativo. O Projeto de Lei nº 4125/2021 buscou restringir as cotas a critérios exclusivamente socioeconômicos, desconsiderando o fator racial.

Em termos comparados e meramente exemplificativo, políticas semelhantes existem nos Estados Unidos (affirmative action), na África do Sul (Black Economic Empowerment) e na Índia (reservas de vagas para castas desfavorecidas). A experiência internacional demonstra que ações

afirmativas são reconhecidas como legítimas em democracias constitucionais que buscam enfrentar desigualdades históricas.

Assim, o referencial teórico evidencia que as cotas raciais são compatíveis com o princípio da isonomia e se inserem em uma tradição constitucional de promoção da igualdade material, ainda que seu aperfeiçoamento e revisão periódica sejam necessários.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho adota como metodologia a pesquisa bibliográfica, documental e jurisprudencial, com caráter qualitativo e crítico. Foram consultadas obras clássicas de Direito Constitucional, sociologia jurídica e direitos humanos, além de legislação específica (Lei nº 12.711/2012 e Lei nº 15.142/2025), decisões paradigmáticas do Supremo Tribunal Federal (ADPF 186 e ADPF 1245).

O método de abordagem é dedutivo, partindo da análise dos princípios constitucionais estruturantes até a aplicação concreta ao caso das cotas raciais. A técnica empregada consiste na revisão crítica de literatura, na análise hermenêutica dos dispositivos constitucionais e revisão crítica de literatura, visando identificar os principais argumentos favoráveis e contrários às cotas, bem como a posição consolidada da jurisprudência.

Para além da pesquisa dogmática, buscou-se adotar perspectiva interdisciplinar, incorporando reflexões de autores da teoria dos direitos fundamentais e da filosofia política, com ênfase em John Rawls e sua teoria da justiça como equidade, bem como em Hans Kelsen, com sua teoria pura do Direito. Tal abordagem possibilita superar uma análise meramente formalista e situar a discussão no contexto das lutas sociais, históricas e culturais que embasam a criação das cotas raciais.

Justifica-se a opção metodológica pelo caráter eminentemente normativo e principiológico do objeto de estudo, o que exige a conjugação de argumentos jurídicos, sociológicos e filosóficos. Assim, a pesquisa não se limita à interpretação literal da Constituição, mas busca realizar leitura sistemática e finalística, em consonância com o paradigma do neoconstitucionalismo garantista, que privilegia a máxima efetividade dos direitos fundamentais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise realizada permite afirmar que as cotas raciais cumprem papel fundamental na efetivação do princípio da igualdade material. Diferentemente da concepção formal, que apenas declara a igualdade perante a lei, a adoção de cotas traduz medida concreta voltada à superação das desigualdades históricas.

4.1 Princípio da Isonomia

O princípio da isonomia também conhecido como princípio da igualdade, legitimado no artigo 5º da Constituição Federal, estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Esse princípio é fundamental para a garantia dos direitos e liberdades individuais, bem como para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1988).

A implementação das cotas raciais levanta questionamentos em relação ao princípio da isonomia, que é um dos pilares do nosso ordenamento jurídico. Alguns argumentam que a adoção de cotas raciais viola o princípio da igualdade, pois estabelece uma diferenciação entre os indivíduos com base em sua raça.

No entanto, é importante ressaltar que o princípio da isonomia em sua concepção material, é a análise mais abrangente da igualdade, onde a análise social não deve significar apenas tratar todos de forma igual, mas também tratar os desiguais na medida de suas desigualdades.

Hans Kelsen traz as seguintes considerações:

A igualdade dos sujeitos na ordenação jurídica, garantida pela Constituição, não significa que estes devam ser tratados de maneira idêntica nas normas

e em particular nas leis expedidas com base na Constituição. A igualdade assim entendida não é concebível: seria absurdo impor a todos os indivíduos exatamente as mesmas obrigações ou lhes conferir exatamente os mesmos direitos sem fazer distinção alguma entre eles, com o, por exemplo, entre crianças e adultos, indivíduos mentalmente sadios e alienados, homens e mulheres. (KELSEN, 1998, p. 190)

Nesse contexto, o direito pode ser compreendido como um sistema no qual normas de hierarquia inferior devem se harmonizar com normas de nível superior, tendo a Constituição como pedra angular. Esta última confere validade a todas as demais, de modo que, para serem juridicamente eficazes, as normas infraconstitucionais precisam conformar-se aos princípios constitucionais. No caso das políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais, essa hierarquia normativa assegura que medidas voltadas à promoção da igualdade racial encontrem respaldo constitucional, especialmente no princípio da isonomia.

Sob essa perspectiva, a ciência do direito assume caráter normativo, com a função de analisar e detalhar as normas de forma sistemática, mantendo o foco no que é estritamente jurídico. A “teoria pura do direito”, conforme Kelsen, reforça essa abordagem: trata o direito como um sistema de normas válidas, criadas por atos humanos, estabelecendo um enquadramento jurídico para a interpretação e aplicação das políticas públicas de inclusão social. Assim, as cotas raciais, ao serem implementadas, inserem-se dentro de um sistema normativo que busca harmonizar a efetivação da igualdade material com os princípios constitucionais que regem toda a ordem jurídica.

Seguindo nesta abordagem de filosofia política, necessário abordar também os princípios da justiça de John Rawls (2000) que trazem em seu bojo a ideia de que cada pessoa deve ter direito igualmente pleno e adequado para todos, de forma que as desigualdades sociais e econômicas devem preencher dois requisitos: em primeiro lugar, a igualdade de oportunidades e condições entre os indivíduos, assim como propiciar maior vantagem para os membros mais desfavorecidos da sociedade, ou seja, trazer mecanismos de justiça social.

Nessa perspectiva rawlsiana, os princípios de justiça funcionam como parâmetros normativos para a organização das instituições básicas de uma sociedade, assegurando que estas atuem em prol de cidadãos livres, iguais e moralmente responsáveis. Aplicando-se ao contexto das políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais, tais princípios orientam a promoção da igualdade substantiva, mediando desigualdades históricas e estruturais que afetam determinados grupos sociais.

Quanto à igualdade e às liberdades básicas, garante a todos os cidadãos direitos fundamentais, incluindo liberdade política, de expressão, de consciência, segurança contra coerção e proteção de propriedade. No contexto das cotas raciais, esse princípio reforça a necessidade de criar oportunidades equitativas, assegurando que todos tenham acesso aos espaços educacionais e profissionais, independentemente de sua origem racial.

Ao analisar as desigualdades sociais e econômicas, estabelece que tais desigualdades são aceitáveis apenas se beneficiarem a todos de forma justa e se estiverem vinculadas a posições acessíveis a todos. As políticas de ação afirmativa se enquadram nesse princípio ao reconhecerem desvantagens históricas e estruturais de grupos racialmente discriminados, promovendo uma distribuição de oportunidades que fortalece a cooperação social e contribui para a efetivação da igualdade democrática.

Dessa forma, a justiça como equidade, ao orientar a estrutura básica da sociedade, legitima medidas como as cotas raciais, garantindo que as instituições públicas atuem de acordo com princípios que buscam corrigir desigualdades e promover a inclusão social de forma justa e equitativa. Sendo que os princípios da igualdade formal não são suficientes para combater algumas desigualdades existentes, sendo máxima a importância da igualdade material, que garante equilibrar as relações sociais, políticas e econômicas existentes, para atender às demandas supracitadas, mantendo o foco não somente no que é estritamente jurídico, mas também social.

4.2 Ação Afirmativa

Com início na década de 60, nos Estados Unidos, as ações afirmativas surgiram através de movimentos sociais que reivindicavam tratamento igualitário. No Brasil, foram inseridas no ano de 1968 após a manifestação do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho que solicitavam as empresas privadas um percentual de vagas para trabalhadores negros.

Nesse contexto, surge a ação afirmativa, que é uma política pública adotada para corrigir desigualdades históricas. A mesma, busca promover a inclusão de grupos discriminados, como negros,

indígenas e pessoas com deficiência, por meio de medidas específicas, como as cotas raciais. A partir dessa ótica, tais políticas assumem caráter tanto reparatório (voltado a aliviar a carga de um passado discriminatório) quanto promocional (direcionado à transformação social e à inclusão futura), combinando proibição da discriminação com estratégias positivas de inserção e valorização da diversidade.

Partindo para a análise de tais ações no que tange especificamente as cotas, inúmeras críticas são feitas pela sociedade, mas primeiramente, não há como esperar que políticas universais (melhoria do ensino básico, programas sociais amplos) por si só eliminem a desigualdade racial. Décadas de políticas universalistas não alteraram substancialmente o hiato educacional entre brancos e negros. As ações afirmativas, ao contrário, atuam como medidas emergenciais e específicas, que devem ser combinadas às políticas gerais, e não substituídas por elas. Em segundo lugar, o argumento meritocrático ignora as condições desiguais de origem: mérito não é absoluto em um contexto de desigualdade social e racial. Em terceiro lugar, o receio de aumento do racismo nas universidades ignora que o mesmo já existe de forma velada e que as cotas podem, inclusive, contribuir para trazê-lo à luz e enfrentá-lo de forma mais aberta. E quanto a suposta impossibilidade de definir quem é negro no Brasil, essa premissa se baseia numa confusão entre miscigenação biológica e identidade político-social. O critério das cotas é político e de autodeclaração, não puramente genético.

A experiência prática também desmente as críticas usuais. Instituições pioneiras na adoção de cotas, como a UERJ¹, indicam desempenho acadêmico equivalente ou superior dos cotistas em relação aos não cotistas, taxas de evasão menores e aumento significativo da representatividade de negros e pardos no ensino superior. Isso desmonta o argumento de que as cotas comprometeriam a qualidade do ensino, desbancando de igual forma o receio de “discriminação reversa”, pois as ações afirmativas são temporárias, proporcionais e baseadas em critérios objetivos.

Em uma pesquisa qualitativa, realizada por Paiva e Almeida (2010, p.82) é possível identificar algumas razões que levaram universidades a adotar a ação afirmativa, cotas raciais.:

Além da pressão externa, a emergência de políticas de AA nas universidades pesquisadas teve origem pela ação de grupos diversos: em algumas, os movimentos sociais locais passaram a se organizar em demandas específicas; em outras, a organização de docentes dentro do campus foi decisiva; em outras, ainda, os núcleos de estudo afro-brasileiros já existentes passaram a ter maior voz; por último, ações inicialmente isoladas de profissionais que passaram a questionar a falta de diversidade em suas universidades foram decisivas para levar a cabo o programa.

Assim, o tópico “Ação Afirmativa” ganha densidade: longe de ser um privilégio, trata-se de um direito decorrente da Constituição e dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil; não é um fim em si mesmo, mas um meio de criar condições reais para a igualdade substantiva. Seu sucesso depende de desenho criterioso, proporcionalidade e avaliação periódica, mas seu fundamento jurídico e social é sólido, trazendo reparação para as injustiças históricas sofridas por esses grupos e dando chances de acesso a espaços que antes eram inacessíveis.

4.3 Cotas Raciais

É importante entender o que significa a constitucionalização das cotas raciais. Trata-se de uma medida adotada por alguns países, incluindo o Brasil, para promover a igualdade de oportunidades entre grupos raciais. A ideia é garantir que pessoas pertencentes a esses grupos tenham acesso a vagas em universidades, empregos públicos e outros espaços que historicamente lhes foram negados.

A constitucionalização das cotas raciais reforça o compromisso do Estado em garantir a igualdade de todos perante a lei, assegurando o respeito à dignidade humana e o combate ao racismo estrutural.

No entanto, é necessário que a implementação das cotas raciais seja feita de forma minuciosa e transparente, levando em consideração critérios objetivos e evitando qualquer tipo de discriminação reversa. O objetivo não é criar novas formas de discriminação, mas sim promover a inclusão e a diversidade em nossa sociedade.

Para instituições de ensino superior vinculadas ao Ministério de Educação temos como forma de garantia das cotas raciais a Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Onde em seu Art.5º diz que:

¹ Dados retirado do periódico Folha de S.Paulo, (2003), São Paulo, 14 dez., p. C5

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE (BRASIL, 2012).

É possível trazer como exemplo, para este contexto, a Arguição de descumprimento de preceitos fundamentais, número 186 do Distrito Federal, onde foi discutido que os atos que instituíram sistemas de reservas de vagas com base em critério étnico-racial (cotas raciais) eram ofensivos aos artigos 1º, *Caput* III, 3º, IV3º, IV, 4º, VIII, 5º, I, II XXXIII, XLI, LIV, 37, *Caput*, 205, 206, *Caput*, I, 207, *Caput*, E 208, V, todos da Constituição Federal.

Está ação foi julgada improcedente. O Ministro Ricardo Lewandowski, relator responsável, demonstra a importância de políticas públicas para determinados grupos sociais para que seja permitida superar desigualdades históricas, já que o processo de racismo ainda interfere na sociedade brasileira.

Resultando em sua Ementa:

I – Não contraria - ao contrário, prestigia – o princípio da igualdade material, previsto no *caput* do art. 5º da Carta da República, a possibilidade de o Estado lançar mão seja de políticas de cunho universalista, que abrangem um número indeterminados de indivíduos, mediante ações de natureza estrutural, seja de ações afirmativas, que atingem grupos sociais determinados, de maneira pontual, atribuindo a estes certas vantagens, por um tempo limitado, de modo a permitir-lhes a superação de desigualdades decorrentes de situações históricas particulares. (BRASIL, 2012).

Já a lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, que revogou expressamente a lei 12.990/2014, traz a garantia de vagas em concursos públicos federais:

Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas (BRASIL, 2025).

Contudo a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 1245 proposta em agosto de 2025 perante o Supremo Tribunal Federal, pela Rede Sustentabilidade, questiona a utilização de sorteios para definir quais vagas ou especialidades em concursos públicos e processos seletivos seriam contempladas pelas cotas raciais. A ação argumenta que esse expediente, já adotado em instituições como a UFRJ e no Concurso Nacional Unificado, viola os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade material e da eficiência administrativa, além de configurar discriminação racial indireta, vedada por tratados internacionais de direitos humanos incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro.

Allegando ainda: “estado de coisas inconstitucional” à luz dos precedentes do STF já firmados quanto à política de cotas, destacando os julgamentos da ADPF nº 186, da ADC nº 41 e da ADI nº 7.654” (BRASIL, 2025).

Como exemplo concreto, destacou-se o concurso da UFRJ em que, das 183 vagas ofertadas, apenas cinco foram destinadas a candidatos cotistas em razão do fracionamento das especialidades aliado ao sorteio. Estudo da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) apontou eficácia de apenas 0,53% na política de cotas quando aplicada mediante sorteio, em contraste com índices de

90% e 100% em universidades que aplicam a reserva legal de forma direta, como a UNIVASF e a UFPEL.

A autora da ação pleiteou a imediata suspensão dos sorteios em concursos federais, a aplicação universal das cotas raciais previstas na Lei nº 15.142/2025 e a garantia da chamada “dupla porta de entrada”, de modo que os candidatos cotistas concorram simultaneamente pelas vagas de ampla concorrência e pelas reservadas. O relator, ministro Dias Toffoli, considerou a relevância constitucional da matéria e determinou a aplicação do rito abreviado previsto no art. 12 da Lei nº 9.868/1999, solicitando informações à União, por meio do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e Inovação, acerca dos órgãos que utilizam o sorteio, além de abrir prazo para manifestação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República.

O processo ainda se encontra em tramitação, inclusive com admissão da participação de outros órgãos interessados na condição de *amicus curiae*, sem decisão definitiva do Plenário, configurando jurisprudência recente e em construção sobre a constitucionalidade do sorteio como forma de implementação das cotas raciais em concursos públicos.

4.4 Projeto de Lei Nº 4125/21

Como complemento ao debate, em 23/11/2021 foi apresentado o projeto de Lei 4125/21 pelo Deputado Kim Kataguiri (DEM/SP), que traz o seguinte: “Altera a Lei 12.711 de 2012 a fim de dispor que as cotas para ingresso nas universidades públicas federais serão destinadas exclusivamente aos estudantes de baixa renda.”

O Deputado Kataguiri defende seu projeto justificando que “Além de inconstitucionais, as políticas de discriminação positiva não fazem o menor sentido. Quem é excluído da educação é o pobre, que entra cedo no mercado de trabalho e depende dos serviços educacionais do Estado, que em geral são de péssima qualidade.”

O relator Deputado Dr. Francisco, representante da Comissão de Defesa dos Direitos das pessoas com Deficiência (CPD), no dia 22/08/2023, rejeitou o projeto em questão. O mesmo argumenta que “A Lei de Cotas foi produto de um longo processo de reivindicações e de busca de efetiva igualdade do acesso à educação para segmentos marginalizados da sociedade, não somente pelo critério de renda familiar, mas também por outras hipossuficiências, caso das subcotas para pretos, pardos, indígenas e, desde 2016, para pessoas com deficiência.”

E finaliza dizendo que “Não à toa temos em nosso ordenamento jurídico a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) e também um Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015). Por essas razões, não cabe retroceder em direitos obtidos a tanto custo e lutas em favor da inclusão e da efetivação da igualdade material de direitos.”

Portanto, mesmo que a medida embora aparentemente reforce a justiça distributiva pelo fator renda, uma análise constitucional e jurisprudencial mais detida revela que a proposta apresenta graves insuficiências e riscos de retrocesso em relação aos avanços obtidos com as ações afirmativas de recorte racial.

Sob esse prisma, a substituição do critério racial por um critério exclusivamente socioeconômico — como propõe o PL nº 4.125/2021 — não atende ao mesmo objetivo constitucional. Renda e raça não são categorias equivalentes: desigualdades raciais persistem mesmo entre indivíduos de renda semelhante, em razão de mecanismos de discriminação estrutural que transcendem a pobreza. Políticas de “cegueira racial” ignoram essa dimensão e, ao fazê-lo, tendem a excluir justamente os grupos mais afetados pelo racismo estrutural. Ao suprimir o marcador racial, o projeto fragiliza a eficácia das ações afirmativas e rompe com o equilíbrio construído pela jurisprudência do STF, sem apresentar estudos ou fundamentos que demonstrem que os fins constitucionais — especialmente a redução das desigualdades raciais — seriam igualmente atingidos por medidas alternativas.

Além disso, a proposta falha no teste da proporcionalidade. Embora o combate à desigualdade econômica seja objetivo legítimo, eliminar integralmente o critério racial não é medida necessária nem adequada, pois existem alternativas menos gravosas e mais eficazes, como o aperfeiçoamento de critérios híbridos (renda + raça), mecanismos de avaliação periódica e aprimoramento dos processos de heteroidentificação. Ao preferir a supressão completa, o projeto incorre em desproporcionalidade, sacrificando um instrumento reconhecido pela Constituição.

As consequências práticas dessa mudança seriam significativas, pois conforme Censo da Educação Superior 2022, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (Inep), o que configura aumento de 167% em dez anos² da promulgação da lei de cotas em 2012. Tal fato deixa evidente que as cotas raciais aumentaram a representatividade de negros e pardos nas universidades federais e contribuíram para reduzir desigualdades históricas no acesso ao ensino superior. A exclusão do critério racial tende a reduzir esses ganhos, gerando um retrocesso na diversidade e na democratização do ensino superior, bem como um efeito simbólico de minimização do problema do racismo estrutural.

Dessa forma, o Projeto de Lei nº 4.125/2021 não se mostra adequado aos objetivos e valores consagrados na Constituição de 1988 nem compatível com a interpretação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal. Em vez de promover a igualdade material, sua aprovação acarretaria a neutralização de um dos instrumentos mais relevantes de promoção da diversidade e de reparação histórica no país.

Atualmente o projeto está em análise pela Comissão de Direito Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), que até a data da elaboração deste estudo, não publicou seu voto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida ao longo deste trabalho permite concluir que a constitucionalização das cotas raciais no Brasil não é apenas compatível com o princípio da isonomia, mas constitui expressão concreta de sua dimensão material. Longe de representar privilégio ou discriminação reversa, as ações afirmativas — e, em especial, as cotas raciais — configuram instrumentos indispensáveis para a superação de desigualdades históricas e estruturais que marcam a sociedade brasileira desde o período escravocrata. Sua adoção pelo legislador e sua validação pelo Supremo Tribunal Federal demonstram um compromisso institucional com a dignidade da pessoa humana e com a construção de uma sociedade efetivamente plural, justa e democrática.

Os fundamentos constitucionais analisados reforçam a legitimidade dessas políticas. O princípio da igualdade, consagrado no artigo 5º da Constituição Federal, não se limita a proibir discriminações diretas, mas impõe ao Estado a adoção de medidas positivas para reduzir desigualdades. A leitura neoconstitucionalista e garantista da Constituição, adotada pela doutrina majoritária e pela jurisprudência do STF em decisões paradigmáticas como a ADPF 186, afirma que a isonomia não significa uniformidade, mas sim tratamento diferenciado para situações desiguais, com vistas a alcançar uma igualdade real. De outro lado, ao analisar a ainda não concluída ADPF nº 1245, importante que a sociedade acompanhe seu julgamento, pois o desdobramento deste caso pode influenciar a estrutura e aplicabilidade das cotas em concursos públicos federais firmada atualmente.

Todavia, a experiência concreta das cotas no Brasil, sobretudo nas universidades públicas e nos concursos federais, evidencia resultados positivos: aumento expressivo da presença de negros e pardos em espaços antes restritos, desempenho acadêmico equivalente ou superior ao dos não cotistas, menores taxas de evasão e impacto simbólico na desconstrução do mito da “democracia racial”. Esses dados reforçam que as ações afirmativas não comprometem a qualidade das instituições, mas ampliam sua diversidade e legitimidade social.

Também ficou claro que políticas universalistas — como melhorias no ensino básico ou programas de renda — são necessárias, mas insuficientes para enfrentar desigualdades raciais profundas. Raça e classe não são categorias equivalentes: mecanismos de discriminação racial operam para além da pobreza, exigindo políticas específicas de recorte racial. Por isso, medidas como as cotas raciais não podem ser substituídas por critérios exclusivamente socioeconômicos sem grave perda de eficácia e risco de retrocesso.

Esse raciocínio se aplica ao exame crítico do Projeto de Lei nº 4.125/2021. Ao propor restringir as cotas federais ao critério exclusivo de renda, o projeto desconsidera a dimensão racial das desigualdades brasileiras e ignora a interpretação consolidada pelo STF. Além de não apresentar fundamentos empíricos que comprovem sua adequação, a proposta falha no teste da proporcionalidade, pois elimina um critério essencial — o racial — sem demonstrar que seus fins constitucionais serão atingidos por meios menos gravosos. Sua aprovação acarretaria retrocesso na representatividade e na diversidade do ensino superior e dos espaços públicos, bem como um efeito simbólico de minimização do racismo estrutural.

² Matéria disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-da-educacao-superior/ingresso-por-cotas-aumentou-167-nas-universidades>. Acesso em: 04 out. 2025.

Assim, as considerações finais deste estudo reforçam que as cotas raciais são constitucionais, necessárias e eficazes para a promoção da igualdade material. Elas não devem ser vistas como meio de distinção entre raças, mas como mecanismo de reparação histórica, inclusão social e valorização da diversidade. Ao adotar políticas afirmativas com critérios objetivos, temporários e revisáveis, o Estado brasileiro cumpre seu dever constitucional de reduzir desigualdades e promover a dignidade da pessoa humana.

Para o futuro, recomenda-se que a política de cotas seja continuamente monitorada e aperfeiçoada, com mecanismos de avaliação de impacto e de transparência, mas sem perda de seu componente racial essencial. Estudos adicionais podem investigar os desdobramentos do Projeto de Lei nº 4.125/2021 e de outras iniciativas legislativas, bem como os efeitos de longo prazo das cotas na mobilidade social, na representatividade política e na transformação cultural do país. Consolidar e aprimorar as ações afirmativas é passo fundamental para que a igualdade formal se converta em igualdade real, cumprindo o projeto constitucional de uma sociedade livre, justa e solidária.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988) e constituições anteriores. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacaohistorica/constituicoes-antiores

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4125, de 21 de novembro de 2021. **Altera a Lei 12.711 de 2012 a fim de dispor que as cotas para ingresso nas universidades públicas federais serão destinadas exclusivamente aos estudantes de baixa renda Brasília**: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2308074>

BRASIL. **LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

BRASIL. **LEI Nº 15.142, DE 3 DE JUNHO DE 2025**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Lei/L15142.htm#art13

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 186/DF**. Relator: Min. Ricardo Lewandowski, Data de Julgamento: 26/04/2012 Data de Publicação: DJe PUBLIC 20/10/2014

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 1245/DF**. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, DF, 18 ago. 2025. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp?codigo=7A20-5099-848F-4F7C>. Acesso em: 4 out. 2025.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998

PAIVA, Angela Randolpho e ALMEIDA, Lady Christina. **“Mudança no campus: falam os gestores das universidades com ação afirmativa”**. In PAIVA, Angela Randolpho (org.). Entre dados e fatos: ação afirmativa 183 Referências nas universidades públicas brasileiras. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Pallas, 2010, pp. 75-115.

RAWLS, J. **Justiça e Democracia**. Trad. Irene A. Peternot. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 207, 208.

**A CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS
NEURODIVERGENTES: ANÁLISE DO FÓRUM INTERESTADUAL TEA+ | AGENDA 2040**

*PARTICIPATORY CONSTRUCTION OF PUBLIC POLICIES FOR NEURODIVERGENT PEOPLE:
ANALYSIS OF THE INTERSTATE FORUM TEA+ | AGENDA 2040*

Área temática: Redução das desigualdades.

CUNHA, Adriel Junior Domingues
Universidade de Franca-Unifran
Doutorando em Promoção de Saúde/Políticas Públicas
dradrielcunha@gmail.com

NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes
Universidade de Franca-Unifran
Doutorado em Promoção de Saúde; Pós-doutorado em Promoção de Saúde-Unifran
lilian.nascimento@unifran.edu.br

FURTADO, Ricardo Andrade
Universidade de Franca-Unifran
Doutorado em Ciências; Pós-Doutorado em Ciências
Ricardo.furtado@unifran.edu.br

Resumo

O presente artigo analisa o Fórum Interestadual TEA+ | Agenda 2040 como experiência inaugural de democracia deliberativa aplicada à formulação de políticas públicas para pessoas neurodivergentes no Brasil. Realizado em ambiente virtual, o evento reuniu representantes de diferentes estados, incluindo pessoas autistas, familiares, profissionais, gestores e pesquisadores, com o objetivo de produzir consensos e diretrizes de longo prazo. O estudo fundamenta-se na articulação entre o paradigma da neurodiversidade, a teoria da democracia deliberativa e a literatura internacional sobre políticas integradas de saúde, educação e inclusão. Metodologicamente, utiliza análise qualitativa e documental das atas, transcrições e proposições resultantes do Fórum, trianguladas com recomendações científicas e normativas internacionais. Os resultados indicam que o processo deliberativo fortaleceu a legitimidade das proposições, promoveu a integração entre conhecimento técnico e experiência vivida e gerou recomendações com potencial de implementação em âmbito federativo, como protocolos intersetoriais, capacitação profissional, mecanismos de governança e indicadores alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Conclui-se que a Agenda 2040 representa não apenas um marco de planejamento, mas também uma oportunidade de institucionalização de práticas inclusivas de governança em políticas públicas.

Palavras-chave: neurodiversidade, democracia deliberativa, políticas públicas.

Abstract

This article analyzes the Interstate Forum TEA+ | Agenda 2040 as an inaugural experience of deliberative democracy applied to the formulation of public policies for neurodivergent people in Brazil. Held in a virtual environment, the event brought together representatives from different states, including autistic people, family members, professionals, managers and researchers, with the aim of producing long-term guidelines and consensus. The study is grounded in the articulation between the neurodiversity paradigm, the theory of deliberative democracy, and the international literature on integrated health, education, and inclusion policies. Methodologically, it applies qualitative and documental analysis of the Forum's official records, transcripts, and propositions, triangulated with international scientific and normative recommendations. The results indicate that the deliberative process strengthened the legitimacy of the proposals, promoted the integration of technical knowledge and lived experience, and generated recommendations with federative implementation potential, such as intersectoral protocols, professional training, governance mechanisms, and indicators aligned with

the Sustainable Development Goals (SDGs). It is concluded that the Agenda 2040 represents not only a planning milestone, but also an opportunity for institutionalizing inclusive governance practices in public policies.

Keywords: neurodiversity, deliberative democracy, public policies.

1 INTRODUÇÃO

O dia 13 de setembro de 2025 marca, no calendário das políticas públicas brasileiras, um ponto de inflexão no campo da defesa e promoção dos direitos de pessoas com neurodivergências: nesse dia realizou-se o Fórum Interestadual TEA+¹ Agenda 2040, que congregou — em ambiente virtual e de modo deliberativo — representantes de nove unidades federativas (Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo), com representantes das cinco regiões demográficas do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Participaram de forma efetiva pessoas com autismo, familiares atípicos, profissionais das áreas de saúde e educação, pesquisadores, advogados e gestores públicos, promovendo uma ampla e inclusiva discussão sobre as políticas públicas para neurodivergências.

Diferentemente de encontros puramente consultivos, o Fórum articulou escuta ativa, entendida como o processo sistemático de valorização e registro das falas dos participantes, garantindo que suas percepções e experiências fossem consideradas em igualdade de condições; documentação integral, que corresponde à produção de registros completos e transparentes das discussões, assegurando a rastreabilidade dos argumentos e a preservação da memória institucional; e processos deliberativos, caracterizados pela construção coletiva de consensos orientados à formulação de propostas concretas e normativas. Essa natureza inaugurativa e projetiva do evento — sintetizada na proposição da Agenda 2040, plano estratégico construído a partir das deliberações do Fórum e voltado à definição de metas de inclusão para as próximas décadas— exige análise crítica sob a perspectiva da integração entre vivência, conhecimento técnico e institucionalização de políticas públicas inclusivas.

A emergência e a consolidação do paradigma da neurodiversidade² deslocaram o debate das práticas exclusivamente biomédicas para horizontes que valorizam o protagonismo das pessoas com autismo e a centralidade dos direitos humanos (KAPP, 2020). Nesse horizonte, a formulação de políticas públicas demanda instrumentos que articulem evidência científica, inclusão participativa e mecanismos de governança capacitados para lidar com desigualdades territoriais e sociais profundas. Estudos epidemiológicos e revisões sistemáticas têm mostrado padrões recorrentes: altas taxas de comorbidades psiquiátricas (ansiedade, depressão), lacunas no acesso a intervenções multiprofissionais e ausência de políticas consistentes para a vida adulta e envelhecimento das pessoas autistas (HOLLOCKS et al., 2019; HAPPÉ; CHARLTON, 2012). Ademais, recomendações internacionais salientam a necessidade de protocolos integrados e de redes intersectoriais que promovam cuidado contínuo e preventivo (WHO, 2013; ZWAIGENBAUM et al., 2015).

Ao mesmo tempo, processos participativos resolutivos têm sido apontados na literatura como mecanismos privilegiados para legitimação e eficácia de políticas públicas, sobretudo quando o objeto da decisão envolve grupos historicamente marginalizados. A teoria da democracia deliberativa sustenta que a inclusão de vozes diversas e a troca argumentativa racional contribuem para decisões mais legítimas e eficazes (HABERMAS, 1996). Aplicado ao campo da neurodiversidade, tal arcabouço teórico sugere que políticas elaboradas com participação direta de pessoas com autismo e seus familiares não só ampliam a legitimidade, como também melhoram a adequação técnica das medidas propostas — por exemplo, na priorização de serviços, protocolos clínicos e indicadores de monitoramento.

A organização do Fórum Interestadual TEA+ operou precisamente nessa intersecção entre deliberação democrática e formulação técnica: optou-se pelo formato digital para ampliar alcance e acessibilidade, instituiu regras de moderação e síntese em tempo real, e organizou o trabalho em dez comissões temáticas que sistematizaram proposições em saúde, educação, trabalho, cultura, tecnologia assistiva, governança e pesquisa aplicada. O formato adotado permitiu, ainda, registro

¹<https://www.foruminterestadualtea.com.br/>

²Neurodiversidade: Neurodiversidade se refere às variações naturais no cérebro humano de cada pessoa inerente à aprendizagem, humor, sociabilidade, atenção.

integral e rastreabilidade das falas — condição essencial para a transformação de consensos em instrumentos legais e políticas públicas, além de servir como insumo empírico para produção científica.

A relevância desta análise é múltipla. Primeiro, contribui empiricamente para o campo emergente de políticas públicas sobre neurodiversidade no Brasil, oferecendo um estudo de caso rico em dados documentais. Segundo, amplia o debate teórico sobre a operacionalização da democracia deliberativa em ambientes digitais e multi-atores, examinando limitações e potencialidades desse formato. Terceiro, fornece elementos práticos para gestores e formuladores de políticas públicas interessados em articular protocolos clínicos, capacitação profissional, financiamento sustentável e mecanismos de avaliação participativa. Por fim, o estudo dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente com a redução das desigualdades (ODS 10), saúde e bem-estar (ODS 3) e educação de qualidade (ODS 4), ao mapear proposições que podem ser traduzidas em metas trienais com indicadores

Assim, o presente estudo insere-se neste contexto com o objetivo de analisar o presente Fórum como experiência democracia resolutiva aplicada à construção de diretrizes públicas para pessoas com neurodivergências, avaliando tanto seus procedimentos organizacionais quanto o conteúdo das proposições determinantes. Busca-se compreender em que medida o processo deliberativo potencializa a integração entre evidência científica e experiência vivida, quais mecanismos de governança são sugeridos para viabilizar a implementação das propostas e como a Agenda 2040 se configura como instrumento de articulação federativa e monitoramento de políticas com horizonte temporal definido.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A construção de políticas públicas eficazes e inclusivas para pessoas com neurodivergências, em especial o autismo, exige um entendimento profundo e integrado de diferentes dimensões do ser humano, incluindo aspectos neurobiológicos, sociais e culturais. O paradigma da neurodiversidade, ao desafiar modelos biomédicos tradicionalmente dominantes, propõe uma nova abordagem que reconhece as especificidades e os direitos das pessoas autistas, promovendo sua participação ativa em todas as esferas da sociedade. A partir dessa mudança de perspectiva, surge a necessidade de integrar diversas áreas do conhecimento e práticas interdisciplinares para que as políticas públicas não apenas atendam às necessidades imediatas, mas também promovam a autonomia, inclusão e cidadania plena.

Nesse contexto, a democracia deliberativa, com sua ênfase na participação efetiva de diversos sujeitos, incluindo aqueles historicamente marginalizados, oferece um modelo promissor para a formulação de políticas mais justas e representativas. Ao abrir espaço para que as vozes das pessoas autistas, de seus familiares e de profissionais das mais variadas áreas sejam ouvidas de forma equitativa, a deliberação democrática se configura como um instrumento essencial na construção de políticas públicas que atendam às reais necessidades dessa população.

Com base nesse entendimento, a fundamentação teórica deste capítulo explora a interseção entre os conceitos de neurodiversidade, democracia deliberativa e políticas públicas integradas, propondo uma análise crítica das abordagens que buscam garantir direitos, acessibilidade e inclusão para pessoas autistas em todas as fases da vida.

2.1 O paradigma da neurodiversidade e seus desdobramentos

O conceito de neurodiversidade surgiu no final dos anos 1990, sobretudo a partir das formulações de Judy Singer, como uma crítica às abordagens estritamente biomédicas que compreendiam o autismo exclusivamente sob a perspectiva do déficit (SINGER, 1999). Desde então, consolidou-se um movimento acadêmico e ativista que propõe a valorização das diferenças neurológicas como parte da diversidade humana, deslocando o eixo do debate da “cura” para a “inclusão” e da “patologia” para os “direitos” (KAPP, 2020). Essa mudança de paradigma tem repercussões profundas no desenho de políticas públicas, uma vez que introduz a necessidade de superar modelos assistencialistas e segmentados, adotando práticas que assegurem participação social, autodeterminação e cidadania plena.

O movimento da neurodiversidade encontra respaldo em evidências científicas que revelam tanto as especificidades quanto as vulnerabilidades das pessoas autistas. Revisões sistemáticas

apontam taxas elevadas de comorbidades psiquiátricas, como ansiedade e depressão, que impactam negativamente a qualidade de vida (HOLLOCKS et al., 2019). Estudos longitudinais, por sua vez, evidenciam lacunas estruturais na transição da adolescência para a vida adulta, marcadas por dificuldades de inserção no mercado de trabalho e de acesso ao ensino superior (SHATTUCK et al., 2012). Essas evidências reforçam que políticas públicas devem ser desenhadas não apenas para a infância, mas ao longo de todo o ciclo de vida, contemplando dimensões educacionais, laborais, de saúde mental e de envelhecimento (HAPPÉ; CHARLTON, 2012).

Assim, a neurodiversidade não se restringe a um marco identitário ou discursivo, mas constitui uma categoria política que orienta práticas inclusivas. A incorporação desse paradigma em políticas públicas implica considerar as pessoas autistas como sujeitos ativos, capazes de contribuir com a formulação de normas e protocolos que afetarão diretamente suas vidas. Tal perspectiva converge com tendências internacionais que enfatizam a centralidade da participação social na governança em saúde e educação (LORD et al., 2022).

2.2 Democracia deliberativa e participação social

A literatura sobre democracia deliberativa oferece um arcabouço teórico robusto para a análise de processos que buscam legitimar políticas públicas por meio da inclusão de múltiplas vozes. Habermas (1996) propõe que a legitimidade democrática emerge da força do melhor argumento, dentro de um contexto de comunicação livre e não coercitiva, no qual todos os participantes têm a oportunidade de apresentar suas perspectivas de maneira igualitária. Dryzek (2000), por sua vez, sustenta que a deliberação, ao envolver diferentes atores com perspectivas e repertórios de conhecimento distintos, amplifica a racionalidade das decisões coletivas. Essa diversidade de pontos de vista contribui para uma tomada de decisão mais bem fundamentada, sensível às realidades de todos os envolvidos e mais capaz de refletir as complexidades das questões em jogo.

Aplicada ao campo das políticas para pessoas com neurodivergências, a democracia deliberativa apresenta dupla relevância. Primeiramente, ela assegura a inclusão de sujeitos historicamente marginalizados, como pessoas autistas e seus familiares, em arenas de decisão que tradicionalmente foram dominadas por especialistas e gestores, permitindo que suas vozes e experiências sejam integralmente consideradas. Em segundo lugar, a diversidade de perspectivas e argumentos contribui para aprimorar a qualidade técnica das políticas resultantes, garantindo que estas reflitam, de forma equilibrada, tanto evidências científicas quanto as demandas concretas da população afetada (FISHKIN, 2009).

Aprofundando essa reflexão, é importante considerar que a inclusão das pessoas neurodivergentes nas decisões políticas não é apenas um exercício de democracia representativa, mas um reconhecimento de seus direitos enquanto cidadãos plenos. A voz de pessoas autistas, frequentemente silenciada ou ignorada nas formulações de políticas públicas, pode trazer insights valiosos que desafiam pressupostos dominantes e oferecem alternativas inovadoras para o enfrentamento das suas necessidades específicas. Além disso, ao permitir que esses sujeitos participem ativamente da criação das normas que os afetam, a democracia deliberativa ajuda a construir um modelo de política pública mais sensível às realidades vividas, criando soluções mais efetivas e menos propensas a falhas de implementação. A verdadeira inclusão, portanto, vai além da simples participação; ela exige uma escuta atenta e uma adaptação das estruturas de poder para que as contribuições de todos, especialmente dos historicamente marginalizados, tenham um peso real no processo decisório.

Experiências internacionais demonstram o sucesso de fóruns deliberativos em diversas áreas, como bioética, regulação de novas tecnologias e formulação de políticas de saúde pública (SMITH, 2009). No contexto brasileiro, a realização de conferências nacionais e conselhos gestores setoriais já tem sido um campo fértil para a institucionalização de práticas participativas. No entanto, esses espaços frequentemente enfrentam assimetrias de poder e desafios na implementação efetiva (AVRITZER, 2008). Nesse cenário, processos deliberativos mediados por tecnologias digitais — como o Fórum Interestadual TEA+ — amplia significativamente o alcance da participação, permitindo a inclusão de diversos atores de diferentes regiões. Contudo, também impõem novos desafios, como a mediação de conflitos em ambientes virtuais e a garantia de acessibilidade comunicacional, aspectos essenciais para que a participação seja efetiva e inclusiva para todos os envolvidos.

Essa ampliação da participação através de tecnologias digitais, é uma inovação significativa que democratiza o processo de deliberação ao ultrapassar barreiras geográficas e socioeconômicas.

No entanto, essa expansão também traz à tona questões cruciais sobre o verdadeiro alcance da participação: até que ponto os meios digitais são acessíveis para todas as camadas da população? A mediação de conflitos em ambientes virtuais, a barreira do acesso à tecnologia e a necessidade de garantir que a comunicação seja clara, inclusiva e acessível a pessoas com diferentes capacidades e necessidades representam desafios que, se não forem adequadamente abordados, podem reforçar desigualdades existentes e comprometer a eficácia do processo deliberativo. Portanto, o uso de tecnologias para fomentar a participação exige um olhar atento sobre suas limitações e sobre as formas de garantir que todos, sem exceção, possam realmente participar de maneira equitativa e significativa.

2.3 Políticas públicas integradas para pessoas com autismo

O campo das políticas públicas voltadas às pessoas autistas demanda, cada vez mais, abordagens intersetoriais e integradas. Relatórios da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2013) apontam a importância de estratégias nacionais que articulem identificação precoce, acesso a serviços de saúde de qualidade, apoio educacional inclusivo e políticas de empregabilidade. Além disso, recomenda-se que essas estratégias estejam alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobretudo no que tange à saúde e bem-estar (ODS 3), educação de qualidade (ODS 4) e redução das desigualdades (ODS 10).

Pesquisas recentes reforçam a necessidade de modelos de governança capazes de superar a fragmentação de políticas e a desigualdade territorial. A Comissão Lancet sobre autismo destacou a urgência de protocolos clínicos integrados, investimentos em formação de profissionais e sistemas de monitoramento contínuo (LORD et al., 2022). De forma convergente, recomendações de Zwaigenbaum et al. (2015) enfatizam práticas preventivas, redes interdisciplinares de cuidado e a criação de indicadores que permitam avaliar a efetividade das intervenções.

No contexto brasileiro, contudo, ainda predominam iniciativas pontuais, muitas vezes dependentes de legislações municipais ou estaduais fragmentadas, sem articulação federativa consolidada. Essa fragmentação gera desigualdade de acesso, especialmente em regiões com menor capacidade financeira e institucional. Por isso, experiências inovadoras como o Fórum Interestadual TEA+ adquirem relevância estratégica: ao articular deliberação democrática, produção científica e sistematização de propostas, podem servir como catalisadores de uma agenda integrada e de longo prazo.

Assim, a fundamentação teórica evidencia que a intersecção entre neurodiversidade, democracia deliberativa e políticas públicas integradas constitui não apenas um campo promissor de investigação acadêmica, mas também uma necessidade prática para a construção de sociedades mais inclusivas. Ao reconhecer a legitimidade das vozes autistas, ao valorizar a deliberação como método de decisão e ao propor políticas intersetoriais ancoradas em evidências, cria-se um horizonte em que a Agenda 2040 pode ser entendida como marco de articulação federativa e de monitoramento social de políticas públicas inclusivas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e documental, voltada para compreender o **Fórum Interestadual TEA+ | Agenda 2040** como experiência de democracia deliberativa aplicada à formulação de políticas públicas inclusivas. A opção pela análise qualitativa se justifica pelo interesse em interpretar significados, processos e contextos associados ao evento, privilegiando a profundidade da compreensão sobre a extensão estatística dos fenômenos (DENZIN; LINCOLN, 2018).

Metodologicamente, o capítulo baseia-se em análise qualitativa e documental dos materiais oficialmente produzidos pelo Fórum — gravações integrais, transcrições, atas e conteúdos publicados no sítio institucional —, complementada por triangulação entre as proposições das comissões e o estado da arte da literatura sobre TEA e políticas públicas (ZWAIGENBAUM et al., 2015; LORD et al., 2022). Essa opção metodológica privilegia a fidelidade ao processo deliberativo, permitindo identificar não apenas o conteúdo final das proposições, mas também os trajetos argumentativos que sustentaram consensos e dissensos que surgiram durante o evento.

Em termos de contribuição esperada, este trabalho pretende: (a) sistematizar os principais resultados deliberativos do Fórum, destacando propostas passíveis de normatização e implementação;

(b) avaliar os elementos procedimentais que ampliam ou restringem a efetividade deliberativa em ambientes digitais; e (c) propor um conjunto inicial de recomendações de governança e indicadores para operacionalizar a Agenda 2040 em âmbito federado. A interpretação será orientada por critérios de validade qualitativa: coerência interna, triangulação de fontes e reflexividade sobre limitações do corpus documental mensuráveis.

3.1 Corpus documental

O corpus da pesquisa é constituído por materiais oficiais produzidos no âmbito do Fórum: (a) gravações integrais das sessões virtuais; (b) transcrições das falas realizadas pelas dez comissões temáticas; (c) atas e relatórios consolidados pela equipe de sistematização; (d) documentos disponibilizados no sítio institucional do Fórum. Este conjunto foi selecionado por oferecer registro abrangente e rastreável das interações deliberativas, condição essencial para análises de validade e replicabilidade (BOWEN, 2009).

3.2 Procedimentos de análise

A análise seguiu o procedimento de **análise documental temática**, inspirado em Bardin (2011), com etapas de (i) leitura flutuante dos documentos, (ii) categorização inicial das proposições, (iii) construção de eixos analíticos e (iv) triangulação com literatura científica e normativa. Foram definidas três categorias centrais, derivadas tanto da fundamentação teórica quanto das questões de pesquisa: **(a) participação e legitimidade, (b) proposições de políticas públicas e (c) mecanismos de governança.**

Em cada categoria, as proposições do Fórum foram comparadas com recomendações internacionais, como as da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2013), da Comissão Lancet sobre o futuro do cuidado em autismo (LORD et al., 2022) e de revisões sistemáticas sobre inclusão educacional e saúde mental (HOLLOCKS et al., 2019; SHATTUCK et al., 2012). Esse procedimento de triangulação buscou fortalecer a validade dos achados, conforme defendido por Flick (2014), ao cruzar múltiplas fontes de evidência.

3.3 Critérios de validade e rigor científico

Para assegurar rigor metodológico, adotaram-se os critérios propostos por Lincoln e Guba (1985) para pesquisas qualitativas: **credibilidade, transferibilidade, dependabilidade e confirmabilidade.** A credibilidade foi buscada pela análise completa do material documental e pela comparação com literatura especializada; a transferibilidade, pela descrição detalhada do contexto e das condições de realização do Fórum; a dependabilidade, pelo registro sistemático das etapas de análise; e a confirmabilidade, pelo uso de dados oficiais e triangulação com recomendações científicas.

3.4 Limitações metodológicas

Reconhece-se que a análise documental não captura integralmente as dimensões subjetivas das interações deliberativas, como emoções, percepções ou intenções individuais dos participantes. Ademais, por se tratar de um evento inaugural, ainda não é possível avaliar a efetividade prática das proposições na implementação de políticas. Tais limitações, contudo, não comprometem o objetivo do estudo, que é compreender o processo terminante em sua dimensão organizacional e programática, oferecendo insumos iniciais para análises futuras de impacto.

3.5 Aspectos Éticos

Em relação aos aspectos éticos, a pesquisa seguiu rigorosos princípios éticos para garantir que os dados coletados fossem tratados de maneira respeitosa e responsável. Como **os dados foram extraídos de materiais públicos e oficiais** do Fórum, a pesquisa não envolveu interações diretas com os participantes, o que minimizou preocupações relacionadas ao consentimento informado e à confidencialidade. No entanto, o estudo manteve uma postura de respeito à privacidade dos indivíduos cujas falas foram transcritas, assegurando que as informações fossem utilizadas apenas para fins de análise acadêmica e sem prejudicar ou expor de forma indevida qualquer participante.

Além disso, ao abordar o tema da neurodivergência, a pesquisa foi conduzida com sensibilidade para as questões relacionadas à dignidade e direitos das pessoas autistas, assegurando que as proposições analisadas respeitassem o princípio de autonomia e autodeterminação, fundamentais no movimento da neurodiversidade. As práticas éticas também se refletem na triangulação da análise com a literatura científica, assegurando que o estudo se baseasse em dados robustos e em contextos normativos reconhecidos, respeitando as contribuições de autores que defendem a inclusão, o respeito e a representação justa de todas as partes envolvidas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Fórum Interestadual TEA+ | Agenda 2040 representa um marco significativo no campo das políticas públicas para pessoas com TEA+ no Brasil, sendo pioneiro na aplicação de uma abordagem deliberativa e inclusiva. Ao reunir uma ampla gama de participantes — entre familiares, profissionais, gestores públicos e pessoas com autismo e outras neurodivergências —, o Fórum criou um espaço de escuta e construção coletiva de sugestões e solicitações. Esse modelo, possibilitou uma participação equitativa e a geração de proposições a partir de diferentes perspectivas e vivências, é uma expressão prática de um movimento crescente por maior democratização e colaboração nos processos decisórios sobre políticas públicas.

A seguir, detalham-se os principais resultados e sugestões formuladas, bem como as discussões que emergiram ao longo do processo. Esse diálogo colaborativo e plural reflete as demandas e desafios enfrentados pelas pessoas com TEA, suas famílias e profissionais que atuam com esse público diretamente, destacando a importância de um compromisso intersetorial para enfrentar as desigualdades ainda persistentes nas áreas de saúde, educação, assistência social, trabalho e cultura.

4.1 Estrutura e funcionamento do Fórum

O **Fórum Interestadual TEA+ | Agenda 2040** reuniu, de forma inédita, representantes de diferentes regiões do Brasil em um processo deliberativo distribuído em dez comissões temáticas: saúde, educação, assistência social, trabalho, cultura, esporte e lazer, direitos humanos, justiça, acessibilidade e comunicação. A dinâmica foi conduzida de forma virtual e síncrona, garantindo ampla participação social e registro integral das sessões. Essa configuração representa um avanço no modelo de democracia deliberativa, ao viabilizar interação equitativa entre familiares, profissionais, gestores públicos e pessoas autistas, favorecendo a construção coletiva de proposições (HABERMAS, 1997; DRYZEK, 2000).

O caráter plural das contribuições confere legitimidade ao processo, na medida em que a diversidade de vozes reduz a assimetria típica de arenas decisórias tradicionais (FUNG, 2006). Esses direcionamentos foram analisados com base em critérios objetivos para garantir a relevância e viabilidade, como a eficácia das políticas propostas e o potencial impacto na vida das pessoas com TEA e suas famílias. A análise das proposições seguiu um modelo de deliberação participativa contínua, em que os participantes tinham a oportunidade de interagir ao longo do processo, revisando e aprimorando as propostas antes da definição das prioritárias.

4.2 Principais proposições emergentes

A análise documental das atas, transcrições e sínteses das comissões temáticas do Fórum Interestadual TEA+ | Agenda 2040 evidenciou um conjunto de proposições recorrentes que refletem tanto a experiência vivida pelas pessoas neurodivergentes e suas famílias quanto a incorporação de referências científicas e normativas. Essas proposições não surgiram de forma isolada, mas resultaram de processos deliberativos que buscaram consenso, com moderação estruturada e registro integral, conforme descrito na metodologia. Na saúde, as deliberações convergiram para a necessidade de fortalecimento da atenção primária como porta de entrada do cuidado em TEA, com protocolos clínicos específicos que assegurem detecção precoce, encaminhamentos adequados e continuidade terapêutica. A expansão de Centros de Referência em TEA, articulados em rede com atenção básica e serviços especializados, foi destacada como prioridade, juntamente com a garantia de acesso universal a terapias baseadas em evidências científicas (WHO, 2013; LORD et al., 2022). Na educação, as comissões ressaltaram a centralidade da formação docente continuada, abrangendo não apenas

técnicas pedagógicas inclusivas, mas também competências socioemocionais e interculturais para lidar com a diversidade em sala de aula. Foram propostas ainda políticas para ampliar a acessibilidade curricular, evitando práticas segregadoras, e a criação de sistemas de monitoramento da inclusão escolar, com indicadores que permitam avaliar a permanência, a aprendizagem e a participação dos estudantes autistas (UNESCO, 2020). Na assistência social, o Fórum deliberou sobre a necessidade de ampliar benefícios e serviços de apoio às famílias cuidadoras, que frequentemente assumem sobrecarga física, emocional e financeira. As proposições enfatizaram a expansão de programas de suporte psicossocial e financeiro, em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), além da institucionalização de redes comunitárias de apoio. No trabalho, foram priorizadas políticas de empregabilidade apoiada e de aprendizagem profissional inclusiva, articuladas a incentivos fiscais para empresas que adotem práticas de contratação de pessoas autistas. Essas medidas visam não apenas o ingresso no mercado, mas também a permanência e o desenvolvimento profissional, respondendo a evidências internacionais sobre os desafios da transição escola-trabalho para pessoas com TEA (SHATTUCK et al., 2012).

Na comunicação e cultura, as recomendações apontaram para a necessidade de campanhas nacionais de conscientização sobre neurodiversidade, voltadas ao combate ao estigma e à desinformação, bem como para o incentivo à produção cultural protagonizada por pessoas autistas. Essa dimensão simbólica foi considerada essencial para promover pertencimento social e ampliar a visibilidade positiva da neurodivergência. Essas proposições, construídas de forma participativa, estão em sintonia com a agenda global de desenvolvimento sustentável e dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial: ODS 3 (assegurar saúde e bem-estar), ODS 4 (educação inclusiva e de qualidade), ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico), ODS 10 (redução das desigualdades) e ODS 16 (instituições eficazes e inclusivas) (UNITED NATIONS, 2015). Ao situar o Fórum nesse marco internacional, reforça-se a relevância política e científica da experiência como referência para a construção de políticas públicas integradas. Além disso, é importante destacar que as sugestões foram elaboradas de forma a integrar diversas perspectivas, considerando as especificidades regionais e as necessidades locais, o que conferiu maior equidade ao processo de construção.

4.3 Inovação democrática e governança participativa

O Fórum se configura como **primeira experiência sistemática de democracia deliberativa aplicada ao TEA no Brasil**, abrindo precedente para sua replicação em outros contextos. Diferente de audiências públicas tradicionais, o processo adotou metodologia participativa contínua, permitindo construção colaborativa de diagnósticos e proposições. Essa característica aproxima a iniciativa do conceito de *minipúblicos deliberativos*, defendido por Fishkin (2009), nos quais a legitimidade emerge da inclusão, da deliberação informada e da equidade participativa. Além disso, a aplicação do conceito de democracia deliberativa no contexto do TEA é uma inovação importante, pois amplia a participação de famílias e pessoas autistas no processo de definição de políticas públicas voltadas para essa população.

Além disso, a governança adotada evidencia potencial de articulação entre sociedade civil organizada, movimentos sociais e instituições governamentais, constituindo um modelo de política pública mais responsivo às demandas reais (SMITH, 2009). A estrutura de governança do Fórum também se destacou por sua flexibilidade e capacidade de adaptação às diferentes realidades e desafios enfrentados pelas pessoas com TEA em diferentes regiões do Brasil.

4.4 Confronto com a literatura científica

Os resultados do Fórum convergem com achados internacionais que defendem políticas intersetoriais para autismo, integrando saúde, educação e inclusão social (HILLER; YOUNG; WEBB, 2016). Ao mesmo tempo, diferem de contextos estrangeiros ao enfatizar fortemente o papel das **famílias cuidadoras** como atores centrais na construção das proposições — característica associada às especificidades do sistema de proteção social brasileiro. A inclusão das famílias como protagonistas no processo de deliberação foi um aspecto inovador e que reflete as condições sociais e culturais do Brasil, onde o papel de cuidado é predominantemente desempenhado por essas famílias, muitas vezes de forma não remunerada e sem o devido reconhecimento.

Outro aspecto inovador foi a priorização de estratégias de comunicação social como política estruturante, tema pouco valorizado em revisões sistemáticas recentes (HOLLOCKS et al., 2019), mas

identificado como condição necessária para combater estigmas e promover pertencimento. A comunicação, neste contexto, surge não apenas como um meio de informar, mas como uma ferramenta de **empoderamento social** e de construção de uma **identidade coletiva** para as pessoas autistas e suas famílias.

4.5 Desafios e perspectivas

Apesar dos avanços, o Fórum evidenciou desafios relacionados à implementação das proposições: ausência de orçamento definido, necessidade de pactuação federativa e dificuldades de continuidade política. Tais obstáculos são recorrentes em processos participativos, como apontam Avritzer (2019) e Souza (2021), e reforçam a necessidade de institucionalização de espaços permanentes de deliberação. A sustentabilidade deste tipo de processo, por meio de fundos permanentes e mecanismos formais de acompanhamento, é essencial para garantir a continuidade das propostas e sua efetividade a longo prazo.

Assim, a principal contribuição do Fórum não reside apenas nas proposições concretas, mas no **modelo metodológico replicável** que inaugura, podendo ser aplicado em outros campos da política pública brasileira. A proposta de institucionalização de espaços de diálogos permanentes, além de ser uma recomendação estratégica, é uma necessidade para garantir que os avanços do Fórum não sejam efêmeros e possam influenciar efetivamente as políticas públicas em todo o país.

4.5 Implicações Práticas

Do ponto de vista prático, os resultados do **Fórum Interestadual TEA+ | Agenda 2040** apresentam repercussões diretas para gestores, formuladores de políticas públicas e pesquisadores, constituindo uma base concreta para o aprimoramento das políticas inclusivas no Brasil.

1. Governança Democrática – A experiência do Fórum confirma a viabilidade de **minipúblicos deliberativos** no campo da deficiência e da saúde mental, oferecendo evidências para a institucionalização de conselhos, câmaras técnicas e fóruns permanentes, com participação ativa de pessoas autistas e seus familiares. A inclusão dessas vozes nas decisões políticas representa um avanço significativo na **governança democrática**, fortalecendo a legitimidade das políticas públicas e aproximando-as das necessidades reais da população (FISHKIN, 2009; AVRITZER, 2019). Trata-se de uma ruptura com modelos tradicionais de participação, nos quais a presença cidadã é muitas vezes superficial, e um passo em direção a uma deliberação mais inclusiva, transparente e contínua.

2. Planejamento Intersetorial – Outro aspecto central emergente do Fórum foi a necessidade de **articulação intersetorial** entre saúde, educação, assistência social e trabalho. As proposições destacaram que políticas fragmentadas tendem a perder eficácia, ao passo que a coordenação entre setores potencializa os resultados e assegura uma abordagem holística às necessidades das pessoas autistas. Esse enfoque está em consonância com a literatura internacional sobre políticas de inclusão (HILLER; YOUNG; WEBB, 2016; WHO, 2013) e responde à fragmentação ainda predominante no cenário brasileiro.

3. Capacitação Profissional – As recomendações referentes à formação continuada de professores, profissionais de saúde e gestores públicos apontam caminhos práticos para a implementação de políticas inclusivas com base em protocolos e diretrizes reconhecidos internacionalmente. A capacitação constante não apenas qualifica os serviços prestados, mas também sensibiliza os profissionais para as especificidades da neurodiversidade, tornando a inclusão uma prática efetiva, e não apenas normativa (UNESCO, 2020; LORD et al., 2022).

4. Indicadores de Monitoramento – O Fórum sugeriu a criação de **métricas específicas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, permitindo um acompanhamento transparente e sistemático da efetividade das ações implementadas. Essa proposta responde a uma lacuna histórica no Brasil: a ausência de dados consistentes sobre inclusão. A adoção de indicadores mensuráveis possibilita ajustes ágeis nas políticas, maior transparência no uso de recursos públicos e avaliação de impacto no longo prazo (UNITED NATIONS, 2015).

5. Fortalecimento da Sociedade Civil – A centralidade atribuída às famílias cuidadoras e aos movimentos sociais no processo de deliberação evidencia o papel da sociedade civil como **coexecutora das políticas públicas**. Esses atores atuam como agentes de fiscalização, disseminação de informações e apoio comunitário, fortalecendo a sustentabilidade das ações implementadas (SMITH, 2009; SOUZA, 2021). O reconhecimento e a valorização desse protagonismo reforçam a legitimidade das políticas e ampliam sua aderência às realidades locais.

Em síntese, a experiência analisada demonstra que a democracia deliberativa não é apenas uma proposta teórica, mas um instrumento prático para qualificar políticas públicas, especialmente em áreas marcadas por vulnerabilidade social e complexidade institucional. As implicações identificadas dialogam com a **Agenda 2040** ao projetar soluções sustentáveis para as próximas décadas e com os **ODS**, ao articular saúde, educação, trabalho decente, redução das desigualdades e instituições inclusivas.

4.6 Limitações e implicações do estudo

Embora o estudo tenha proporcionado uma análise profunda do Fórum Interestadual TEA+ | Agenda 2040, algumas limitações devem ser reconhecidas. A principal limitação reside no fato de a investigação ter se baseado exclusivamente na documentação oficial do Fórum, pois isso pode restringir a compreensão das dinâmicas pessoais e das experiências vividas por aqueles diretamente envolvidos no processo deliberativo, limitando a exploração das perspectivas subjetivas que poderiam enriquecer a análise.

Além disso, embora o alcance geográfico do Fórum tenha sido interestadual, a representatividade nacional plena não foi alcançada. A não inclusão de algumas regiões poderia ter restringido a amplitude das contribuições e a riqueza das experiências debatidas, refletindo a diversidade do Brasil em termos de contextos socioculturais e econômicos. Esse aspecto pode ser visto como uma oportunidade para futuras investigações, que poderiam explorar comparações entre diferentes modelos de participação social no campo da deficiência e da saúde mental, ampliando o escopo da pesquisa e proporcionando uma análise mais abrangente e inclusiva de outros contextos regionais.

Apesar dessas limitações, o estudo possui diversas forças que conferem robustez e relevância à análise. Em primeiro lugar, a metodologia adotada, centrada na análise da documentação oficial do Fórum, garantiu uma visão clara e estruturada dos procedimentos organizacionais e das proposições deliberadas. A escolha de focar nas deliberações registradas permite uma avaliação rigorosa das decisões, destacando os consensos alcançados e as áreas de maior convergência entre os participantes, algo crucial para a implementação de políticas públicas.

Além disso, o estudo apresenta um modelo replicável de democracia deliberativa, que integra a voz ativa das pessoas autistas, de suas famílias e de profissionais do setor, fortalecendo a base teórica e prática sobre como envolver esses grupos nas decisões políticas que afetam diretamente suas vidas. Essa abordagem fortalece o impacto do trabalho ao fornecer uma contribuição concreta à literatura sobre políticas públicas e inclusão social.

Outro ponto forte do estudo é a capacidade de alinhar as proposições deliberadas com os ODS, oferecendo uma visão de longo prazo e articulação federativa que pode servir como referência para a formulação de políticas públicas no Brasil e em outros contextos. O estudo, portanto, não só contribui para o entendimento da aplicação de processos deliberativos no contexto do TEA, mas também oferece um modelo para a implementação de uma governança inclusiva que pode ser institucionalizada e replicada em outros cenários.

Assim, enquanto o estudo apresenta algumas limitações naturais, ele também fornece uma base sólida e inovadora para futuras investigações, com implicações significativas para a construção de políticas públicas inclusivas e para o aprimoramento dos processos de deliberação democrática no Brasil.

4.7. Reflexões Finais do Fórum

O **Fórum Interestadual TEA+ | Agenda 2040** demonstrou ser uma experiência inovadora de democracia deliberativa aplicada à formulação de políticas públicas para pessoas neurodivergentes no Brasil. A partir de um processo inclusivo, plural e metodologicamente consistente, foi possível articular conhecimentos científicos, experiências vividas e práticas profissionais, resultando em proposições abrangentes e legitimadas socialmente.

A análise evidenciou que a legitimidade do processo decorreu não apenas da diversidade de atores envolvidos, mas também da adoção de uma metodologia de deliberação colaborativa que reduziu assimetrias de poder típicas de arenas institucionais tradicionais. O Fórum consolidou uma agenda estruturada em múltiplos eixos — saúde, educação, assistência, trabalho, cultura, direitos humanos, justiça e comunicação —, com mais de uma centena de propostas priorizadas e organizadas

em sintonia com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, garantindo que as demandas da população fossem refletidas de forma holística.

Contudo, a efetividade dessas proposições depende de sua **institucionalização em políticas públicas** e da **garantia de mecanismos permanentes de governança**, condição necessária para superar os desafios de financiamento, continuidade administrativa e pactuação federativa. A institucionalização dessas práticas e a criação de espaços permanentes de deliberação são fundamentais para garantir que as soluções discutidas no Fórum não se restrinjam a uma experiência pontual, mas se tornem parte do cotidiano da formulação e implementação de políticas públicas no Brasil.

Assim, o Fórum não deve ser encarado apenas como um evento isolado, mas como um marco fundacional de um modelo replicável de governança inclusiva. Ele possui o potencial de inspirar outros setores e consolidar a participação social como um eixo estruturante para o desenvolvimento de políticas públicas mais justas e representativas no país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo insere-se no contexto de análise do Fórum Interestadual TEA+ | Agenda 2040, com o objetivo de avaliá-lo como uma experiência inaugural de democracia deliberativa aplicada à construção de diretrizes públicas para pessoas com neurodivergências. A análise abrange tanto os procedimentos organizacionais do Fórum quanto o conteúdo das proposições deliberadas, buscando compreender de que maneira o processo deliberativo potencializa a integração entre evidência científica e experiência vivida, quais mecanismos de governança são sugeridos para viabilizar a implementação das propostas, e como a **Agenda 2040** se configura como um instrumento de articulação federativa e monitoramento de políticas com horizonte temporal definido.

O Fórum Interestadual TEA+ | Agenda 2040 demonstrou ser uma experiência inovadora de democracia deliberativa aplicada à formulação de políticas públicas para pessoas neurodivergentes no Brasil. A investigação revelou que, ao integrar a participação direta de pessoas autistas, familiares, profissionais e gestores, o processo deliberativo não apenas ampliou a legitimidade das decisões, mas também qualificou tecnicamente as propostas resultantes. Esta abordagem inclusiva, ao englobar diferentes vozes e experiências, reflete a importância de uma participação ativa de todos os envolvidos na formulação de políticas públicas que afetam diretamente a vida das pessoas autistas. Isso confirma a relevância de um modelo de governança em que as decisões são tomadas de maneira colaborativa, com base em uma troca genuína de saberes entre os diversos atores.

A análise da estrutura organizacional do Fórum, com suas comissões temáticas e o registro integral das deliberações, possibilitou a produção de consensos robustos em diversos eixos estratégicos, como saúde, educação, assistência social, trabalho e direitos humanos. A sistematização dessas proposições em uma agenda de longo prazo — a **Agenda 2040** — não apenas contribuiu para o planejamento federativo, mas também para o monitoramento contínuo por indicadores alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Isso representa um avanço significativo em termos de articulação entre as diferentes esferas do governo e das políticas públicas voltadas à inclusão de pessoas autistas. A abordagem estruturada e interconectada do Fórum oferece uma base sólida para um modelo de governança que transcende a fragmentação tradicional das políticas setoriais.

Além disso, este estudo contribui para a literatura científica sobre políticas públicas, neurodiversidade e democracia deliberativa ao apresentar um estudo de caso documentado e replicável. Esse estudo pode servir como um modelo metodológico para futuras pesquisas sobre metodologias participativas e arranjos de governança inclusivos, demonstrando a aplicabilidade da democracia deliberativa em contextos complexos, como os relacionados às políticas para pessoas com neurodivergências. Do ponto de vista político, o estudo oferece subsídios concretos para gestores e legisladores interessados em institucionalizar processos deliberativos como instrumentos permanentes na formulação e avaliação de políticas públicas, sugerindo que a adoção sistemática de processos deliberativos pode aprimorar a qualidade e efetividade das políticas públicas.

Conclui-se que a experiência do Fórum TEA+ não deve ser vista apenas como um evento pontual, mas como um modelo potencial de governança inclusiva que pode ser institucionalizado em nível federativo. Esse modelo amplia o protagonismo das pessoas neurodivergentes, promovendo um processo democrático mais qualificado no Brasil. Ao articular ciência, experiência vivida e deliberação democrática, a **Agenda 2040** configura-se como um marco e uma referência fundamental para o futuro das políticas públicas inclusivas no país, estabelecendo um caminho claro para a construção de uma

sociedade mais justa e igualitária. Esse modelo oferece uma plataforma para garantir que todos os cidadãos, independentemente de suas condições neurológicas, possam participar ativamente do desenvolvimento das políticas que impactam suas vidas, consolidando a democracia e a inclusão no cenário das políticas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. *Democracia e os três poderes no Brasil*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2019.

FISHKIN, J. S. *When the people speak: deliberative democracy and public consultation*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

HABERMAS, J. *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Cambridge: MIT Press, 1996.

HAPPÉ, F.; CHARLTON, R. A. Aging in autism spectrum disorders: a mini-review. *Gerontology*, v. 58, n. 1, p. 70–78, 2012.

HILLER, R. M.; YOUNG, R. L.; WEBB, T. L. Multi-professional perspectives on working with children with autism spectrum disorder. *Research in Autism Spectrum Disorders*, v. 32, p. 1–13, 2016. DOI: 10.1016/j.rasd.2016.08.004.

HOLLOCKS, M. J.; LERH, J. W.; MAGIATI, I.; MEISER-STEDMAN, R.; BRUGHA, T. S. Anxiety and depression in adults with autism spectrum disorder: a systematic review and meta-analysis. *Psychological Medicine*, v. 49, n. 4, p. 559–572, 2019.

KAPP, S. K. (Ed.). *Autistic Community and the Neurodiversity Movement: Stories from the Frontline*. Singapore: Springer, 2020.

LORD, C.; CHARMAN, T.; HAVDAHL, A.; CARBONE, P.; ANAGNOSTOU, E.; BOYD, B.; et al. The Lancet Commission on the future of care and clinical research in autism. *The Lancet*, v. 399, n. 10321, p. 271–334, 2022. DOI: 10.1016/S0140-6736(21)01541-5.

SHATTUCK, P. T.; NARENDORF, S. C.; COOPER, B.; STERZING, P. R.; WAGNER, M.; LOUNDS TAYLOR, J. Postsecondary education and employment among youth with an autism spectrum disorder. *Pediatrics*, v. 129, n. 6, p. 1042–1049, 2012. DOI: 10.1542/peds.2011-2864.

SMITH, G. *Democratic innovations: Designing institutions for citizen participation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SOUZA, C. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. *Sociologias*, v. 23, n. 57, p. 24–56, 2021. DOI: 10.1590/15174522-100209.

UNITED NATIONS. *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. New York: United Nations, 2015.

UNESCO. *Global Education Monitoring Report 2020: Inclusion and education: All means all*. Paris: UNESCO, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Mental Health Action Plan 2013–2020*. Geneva: WHO, 2013.

ZWAIGENBAUM, L.; BAUMAN, M. L.; STONE, W. L.; YIRMIYA, N.; ESTES, A.; HANSEN, R. L.; et al. Early identification of autism spectrum disorder: recommendations for practice and research. *Pediatrics*, v. 136, suppl. 1, p. S10–S40, 2015. DOI: 10.1542/peds.2014-3667E.

**ADOÇÃO DO MÉTODO AHP PARA A SELEÇÃO DE FORNECEDORES SUSTENTÁVEIS EM UMA
INDÚSTRIA DE CALÇADOS DE FRANCA-SP**

**ADOPTION OF AHP METHOD FOR SUPPLIERS' SELECTION IN A FOOTWEAR MANUFACTURER
IN FRANCA-SP**

Área temática: 09 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.

CARNEIRO, Matheus Borges
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Mestrado em Engenharia de Produção pela UFScar
matheuscarneiro@facef.br

Resumo

O presente artigo tem por objetivo a utilização do método AHP (Análise Hierárquica de Processo) para seleção de fornecedores sustentáveis em uma indústria calçadista de médio porte do município de Franca-SP. A partir de uma revisão da literatura focada nos métodos de decisão multicritérios e nas práticas de sustentabilidade corporativa, foi realizado um estudo de caso a fim de propor um método de decisão multicritério ranqueando os critérios de decisão para a indústria calçadista. Através do presente artigo, foi possível estruturar um método de seleção de fornecedores sustentáveis com base nos resultados dos especialistas que sirva de embasamento para outras indústrias do segmento, a fim de implementação sistêmica da sustentabilidade corporativa.

Palavras-chave: Indústria calçadista, Sustentabilidade corporativa, Método AHP.

Abstract

This article aims to use the AHP (Hierarchy Process Analysis) method to select sustainable suppliers in a footwear industry in the city of Franca, São Paulo. Based on a literature review focused on multi-criteria decision-making methods and corporate sustainability practices, a case study was conducted to propose a multi-criteria decision-making method that ranks decision criteria for the footwear industry. This article enabled the development of a sustainable supplier selection method based on the experts' findings, which can serve as a basis for other companies in the segment, aiming at the systemic implementation of corporate sustainability.

Keywords: Footwear industry, Corporate sustainability, AHP method.

1 INTRODUÇÃO

No século XXI, a agilidade das decisões exige das empresas uma postura flexível no desempenho de vantagens competitivas, a fim de se manterem no mercado acirrado. Os concorrentes a nível global buscam diferenciais competitivos e inovações tecnológicas. Do mesmo modo, os consumidores estão com postura cada vez mais rígida e exigente não apenas por produtos de qualidade, mas por outros fatores da organização (RODRIGUES et al., 2023).

A busca por diferenciais competitivos não se restringe apenas a critérios econômicos, mas outros critérios que satisfaçam as pressões dos consumidores e stakeholders, e permitam crescimento das organizações acima dos concorrentes. Logo, as organizações buscam uma abordagem sistêmica que permitam o crescimento empresarial. Neste contexto, surge a sustentabilidade corporativa abordagem holística que integra fatores econômicos, fatores ambientais e fatores sociais a fim de propor um crescimento sistêmico às organizações (CARTERS; ROGERS, 2008).

Diante disso, encontram-se as Pequenas e Médias Empresas (PMEs), que buscam o crescimento, sobrevivência no mercado, e atendimento às necessidades dos consumidores, porém com menos recursos do que as grandes empresas, o que limitam seu crescimento (GODINHO FILHO et al., 2016). A busca pela sustentabilidade corporativa, então, deve ser feita de forma estruturada, a fim de se implementar com eficácia toda a abordagem holística (HENAO et al., 2019).

No contexto das PMEs em busca de crescimento e sobrevivência no mercado competitivo, estão inseridas as PMEs da indústria calçadista. A cadeia de indústria calçadistas tem papel fundamental no crescimento econômico e desenvolvimento regional do município de Franca-SP, uma vez que integra fornecedores, atacadistas, fabricantes e toda a cadeia industrial neste setor (PEREIRA JÚNIOR; EUDÁZIO; ALENCAR, 2021).

Um desafio das PMEs da indústria de calçados se refere a seleção de fornecedores, devido a gama de parceiros-chave inseridas na cadeia (MANTOVANI, 2011), em especial aos fornecedores sustentáveis. Para se selecionar fornecedores sustentáveis, dada a gama de variáveis, recomenda-se o uso de abordagens de tomada de decisão multicritério, em especial o método da Análise Hierárquica de Processos (AHP), que avalia diferentes critérios por meio da avaliação matemática feita por especialistas (SAATY, 1991).

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo aplicar o método AHP na seleção de fornecedores sustentáveis para a indústria de calçados. Para tanto, o presente artigo utilizou a abordagem do estudo de caso, realizado em uma indústria de calçados de médio porte, localizada no município de Franca, interior do estado de São Paulo.

O artigo encontra-se estruturado em cinco seções, a partir desta introdução (Seção 1). O referencial teórico, que apresenta o método AHP, o conceito de sustentabilidade corporativa e a cadeia da indústria calçadista (Seção 2). O método de pesquisa, com o detalhamento dos procedimentos utilizados nesta pesquisa (Seção 3), seguida pelos resultados e discussão do método AHP na indústria calçadista para seleção de fornecedores (Seção 4), e finalizando com as conclusões (Seção 5).

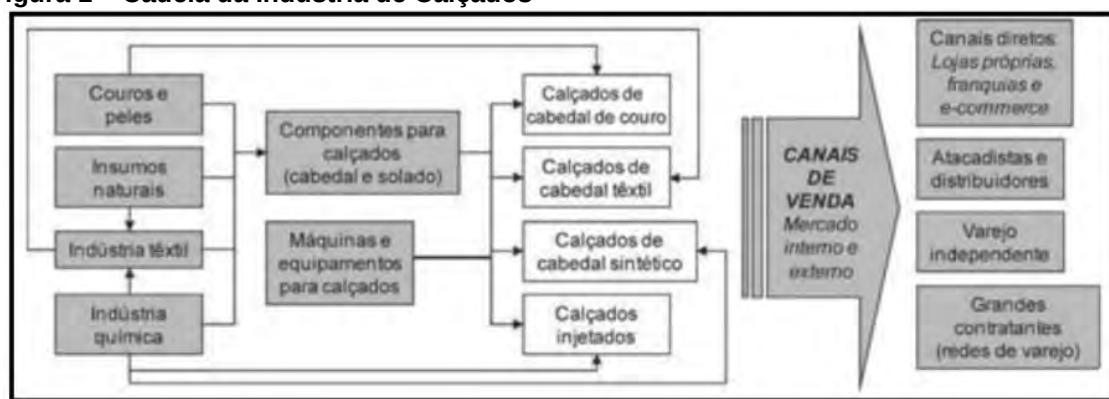
2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Indústria de calçados

A indústria de calçados no Brasil teve seu surgimento em 1888, no Vale do Sinos, interior do Estado do Rio Grande do Sul, com a primeira fábrica instalada por Pedro Adams Filho, que também possuía um curtume e uma fábrica de arreios (BRAGA FILHO, 2000). À medida que a indústria crescia no Brasil, deu-se início a cadeia produtiva de calçados no município de Franca, a partir da década de 1920, devido a interiorização ocorrida no Brasil, em busca de mão-de-obra barata e matéria-prima em maior abundância (CARVALHO NETO, 2004).

ENGLER (2009) afirma que Franca possui toda a cadeia produtiva do calçado de couro (Figura 1), uma vez que concentra todos os elos da cadeia, tornando-se um significativo Arranjo Produtivo Local.

Figura 1 – Cadeia da Indústria de Calçados



Fonte: GUIDOLIN et al (2010).

O setor calçadista de Franca possui desde os insumos para fabricação de calçados, as indústrias químicas, de máquinas e equipamentos, têxteis até os canais de venda, onde os calçados são levados para serem comercializados (ENGLER, 2009). As indústrias de calçados devem, portanto, ponderar a decisão de comprar insumos de diversos fornecedores, de diversos portes e características, visando distintos objetivos estratégicos para se assegurar a competitividade da cadeia calçadista (MANTOVANI, 2011).

As redes de pequenas empresas e os aglomerados são considerados como uma das formas mais efetivas de disponibilizar capacitação e assistência para melhorar as estratégias tecnológicas, gerenciais e de marketing para as MPES, além de auxiliá-las a superar obstáculos que dizem respeito a seu porte, especialmente na internalização de capacitação, conhecimento especializado, inteligência empresarial, logística e inovação tecnológica (TRZECIAK, 2009; SCHENATTO, 2012).

2.2. Desempenho sustentável

A sustentabilidade vem cada vez mais ganhando atenção das organizações, que tem um papel fundamental na preservação do planeta, bem como de seus recursos naturais e das comunidades e sociedade (BELHADI et al., 2019; HENAO et al., 2019). O conceito de sustentabilidade a nível corporativo busca que as organizações atuem em prol da sustentabilidade em três diferentes esferas, sendo elas a esfera econômica, a social e a ambiental (ELKINGTON, 1998).

As empresas devem, portanto, remodelarem seus negócios a fim de minimizarem ou eliminarem os impactos ambientais (CARTER; ROGERS, 2008), incrementar saúde financeira e desempenho econômico (KUMAR et al., 2022), assim como aprimorarem a qualidade de vida da comunidade direta ou indiretamente relacionada à organização (NAWANIR et al., 2020).

Elkington (1998) afirma que a implementação da sustentabilidade em uma organização requer mudanças drásticas em diversos aspectos, sejam eles culturais, processuais e sistêmicos. Diante disso, no quesito de Pequenas e Médias Empresas (PMEs), a implementação da sustentabilidade torna-se ainda mais complexa, devido às limitações de recursos e métodos sistêmicos que permitam sua adequada implementação (SIEGEL et al., 2019).

Devido a busca pelo crescimento constante, as PMEs tendem a focalizar no pilar econômico, e tratar de forma secundária nos pilares ambiental e social (DEY et al., 2019). Entretanto, a implementação da sustentabilidade deve ser feita com olhar sistêmico, abrangendo os três pilares como um todo, integrando-os e, assim, favorecendo sua correta implantação (NAWANIR et al., 2020).

A literatura acerca da implementação da sustentabilidade em PMEs recomenda que se deve iniciar pelo cumprimento de alguns requisitos, chamados de objetivos de desempenho sustentável (Tabela 1). Os objetivos identificados a partir da literatura serão utilizados como critérios para a seleção dos fornecedores sustentáveis.

Tabela 1 – Desempenho sustentável

Desempenho sustentável	Objetivo	Referências
Desempenho Econômico	ECO01 – Produtividade ECO02 – Qualidade ECO03 – Confiabilidade de Entrega e Flexibilidade ECO04 – Participação no mercado (<i>marketshare</i>) ECO05 – Saúde financeira da organização	GODINHO FILHO <i>et al.</i> (2016); DEY et al. (2019); ELKINGTON (1998); KUMAR et al. (2022)
Desempenho Ambiental	AMB01 – Redução do consumo energético AMB02 – Redução de emissões (CO ₂ e CH ₄) AMB03 – Gestão de resíduos/efluentes AMB04 – Insumos ecossustentáveis	OLIVEIRA et al. (2019), GARZA-REYES (2015); SIEGEL et al. (2019); ELKINGTON (1998); CARTER, ROGERS (2008)
Desempenho social	SOC01 – Acidentes no Trabalho SOC02 – <i>Turnover</i> e absenteísmo SOC03 – Motivação SOC04 – Impacto na comunidade	HENAO et al. (2019); AFUM et al. (2021); NAWANIR et al. (2020); ELKINGTON (1998); CARTER, ROGERS (2008)

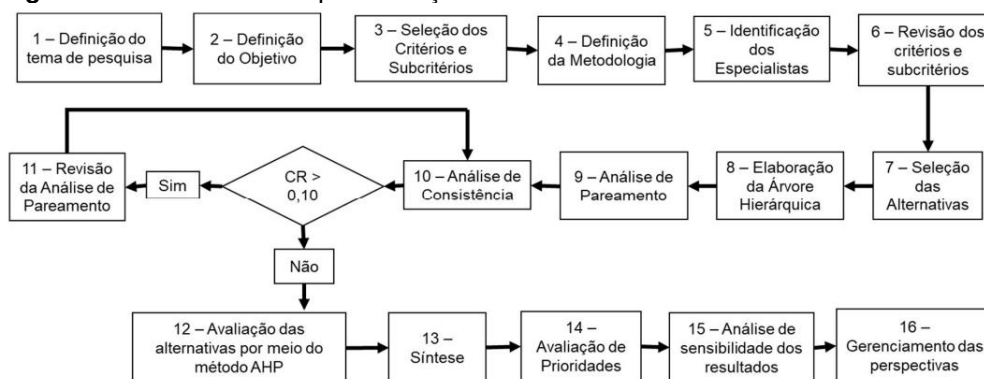
2.3. Método *Analytic Hierarchy Process* (AHP)

O método de análise hierárquica de processos, AHP, pode ser definido como um método geral de decisão multicritério (SAATY, 1987). É considerado um dos principais métodos de tomada de decisão multicritério, uma vez que aborda múltiplos critérios, tanto qualificáveis quanto intangíveis, para tomada de decisão (TORRE; SALOMON; FLOREK-PASZKOWSKA, 2025).

O método AHP surgiu no Departamento de Defesa americano, na década de 1960, e foi aprimorado no início da década de 1970, por meio de um projeto de desenvolvimento de transporte para o Sudão (SAATY, 1991). A aplicação do método AHP é realizada a partir de quatro etapas principais: (a) formulação de uma hierarquia, (b) comparação dos critérios, (c) análise de consistência e, por fim, (d) a interpretação dos resultados obtidos (SALOMON; TORRE, 2022).

Por se tratar de um método sistemático e estruturado, a sua adequada implementação requer alguns passos que devem ser seguidos, a fim de mitigar erros na utilização do método que possam impactar significativamente nos resultados obtidos (TRAMARICO et al., 2019). A Figura 2, apresentada a seguir, detalha o processo de implementação do método AHP de forma estruturada.

Figura 2 – Processo de implementação do método AHP



Fonte: TORRE, 2025, p. 59.

A partir da definição e estruturação do problema, é possível identificar quais critérios, subcritérios e alternativas serão analisados, criando-se uma estrutura hierárquica de tomada de decisão. Os responsáveis pela importância de cada critério, subcritério e alternativa, são os especialistas, que devem possuir vasta experiência no tema, a fim de se validar o método em questão (TRAMARICO et al., 2019). Não há uma quantidade ideal de especialistas, sendo a expertise na matéria o único critério necessário para a efetiva implementação do método (SAATY, 1987). A avaliação dos especialistas é feita por meio da Escala Saaty, conforme consta na Tabela 2, apresentada a seguir.

Tabela 2 – Escala Saaty

Escala numérica	Escala conceitual	Descrição
1	Igual	Os dois elementos comparados contribuem igualmente ao objetivo
3	Moderado	O elemento comparado é ligeiramente a favor de uma atividade em detrimento da outra
5	Forte	A experiência e o julgamento favorecem uma atividade em detrimento da outra.
7	Muito Forte	Uma atividade é muito mais favorecida em relação a outra, e tal importância é observada na prática.
9	Absoluto	Uma atividade é muito mais favorecida em relação a outra, com evidências claras e incontestáveis
2, 4, 6 e 8	Utilizam-se valores intermediários quando o especialista tem dificuldade em escolher entre dois graus de importância adjacentes	

Fonte: SAATY, 1991.

Cada especialista k avalia os critérios, subcritérios e alternativas e propõe a sua matriz de comparações A_k . A matriz de comparações agregada A é obtida com a média geométrica dos componentes das matrizes A_k , para $k = 1, 2, \dots, K$, onde K é o número de especialistas consultados. Da matriz de comparações agregada, obtém-se o vetor prioridades com o autovetor direto w de A (Equação 1), onde L_{max} é o autovalor máximo de A (Saaty, 1977; SALOMON; TORRE, 2022).

$$A_w = L_{max} w \quad (1)$$

Para assegurar a qualidade do modelo, se faz necessário calcular o índice de consistência CI (Equação 2). Se A não for consistente, então $\lambda_{\max} > n$. Quanto mais próximo $\lambda_{\max}$ for de n , maior a consistência do modelo A .

$$CI = \frac{(\lambda_{\max} - n)}{(n-1)} \quad (2)$$

A taxa de razão da consistência CR é outro indicador estimado para avaliar a qualidade do método, na qual divide-se o índice de consistência CI pelo índice de consistência aleatória RI (Equação 3).

$$CR = \frac{CI}{RI} \quad (3)$$

O índice de consistência aleatória é obtido a partir da quantidade n de elementos de comparação, sejam eles alternativas ou critérios (Tabela 3). Caso o valor de CR seja superior a 0,1, será necessário revisar o modelo, pois os resultados não serão confiáveis.

Tabela 3 – Índice de consistência aleatória (RI)

n	RI
1	0
2	0
3	0,58
4	0,9
5	1,12
6	1,24
7	1,32
8	1,41
9	1,45
10	1,49

Fonte: SAATY, 1991.

O método AHP vem sendo amplamente utilizado para tomada de decisão em ambientes de gestão no Brasil, devido à complexidade das variáveis e critérios que influenciam simultaneamente os resultados das organizações. Alves e Alves (2015) utilizaram o método AHP para seleção de uma nova planta industrial a fim de minimizar custos. Sales et al. (2020) buscaram mitigar os riscos da cadeia de suprimentos a partir do método AHP. Ramos, Silva e Lima Júnior (2020) aplicaram o método AHP para a seleção de fornecedores na cadeia alimentícia.

Embora o método tenha sido adotado em diversos setores da economia para tomada de decisão, a literatura é limitada na seleção de fornecedores sustentáveis para a indústria calçadista brasileira.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto organizacional, utilizando diversas fontes de evidências para justificar a tomada de decisão (YIN, 2015). EISENHARDT (199) define o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa que visa compreender a dinâmica apresentada dentro de conceitos específicos. Para MIGUEL et al (2012), o estudo de caso extrai múltiplas fontes de evidência para descrever um fenômeno empírico.

Para Eisenhardt (1989), a condução da pesquisa a partir do método do estudo de caso deve seguir as seguintes fases: (a) definição da questão da pesquisa, (b) seleção dos casos, (c) criação do instrumento de pesquisa e protocolo, (d) condução da pesquisa de campo, (e) análise dos dados, (f) formulação da hipótese, (g) comparação com a literatura e (h) conclusão da pesquisa.

A questão que norteia esta pesquisa, apresentada na seção de Introdução deste artigo, é: “a aplicação do método AHP pode auxiliar na seleção de fornecedores sustentáveis para uma indústria de calçados?”. Logo, o caso selecionado foi uma indústria de calçados localizada no município de Franca/SP. A indústria, doravante chamada de Indústria O, foi fundada em 2005 e conta com 30

colaboradores, distribuídos nos setores de produção (22), comercial (02), administrativo (03), gerência (02) e sócio administrador (01).

A Indústria O trabalha com calçados ortopédicos para público infantil, com foco em crianças entre 03 e 09 anos. A produção média diária é de 50 pares, e a empresa não terceiriza nenhuma etapa dos seus produtos. Devido ao seu faturamento anual, a empresa se enquadra como empresa de médio porte (BNDES, 2015), estando no regime do Lucro Presumido, com faturamento anual próximo a 5 milhões de reais. A cada ano, a empresa vem notando uma pressão dos clientes e concorrentes por atendimento aos requisitos da sustentabilidade, especificamente nos insumos adotados.

Nesse sentido, a busca por fornecedores sustentáveis permitirá não apenas o atendimento aos requisitos dos clientes, assim como a criação de diferenciais competitivos perante os concorrentes diretos. Assim, foi feita uma reunião com o sócio da organização, no qual foi apresentado o escopo da pesquisa e a metodologia a ser trabalhada.

Para a implementação do método AHP na Indústria O, foram consideradas as etapas apresentadas por TORRE (2025), conforme consta na Figura 2 deste artigo. A Indústria O, por meio da aceitação do sócio, apresentou dados dos fornecedores referente a cola, um dos principais insumos na montagem do calçado, que vem recebendo diversas críticas pelo fornecedor atual, por não se tratar de um produto sustentavelmente adequado.

Assim, alguns novos fornecedores foram cotados, no qual foram sugeridas algumas informações a fim de se identificar qual seria o fornecedor que traria maior vantagem, em cumprimento aos requisitos ambientais, sociais e econômicos, da sustentabilidade corporativa.

A coleta de dados foi feita mediante reunião estruturada com 05 colaboradores da Indústria O, considerados especialistas na seleção de fornecedores por terem um olhar multidisciplinar. Primeiro, foram apresentados os conceitos de desempenho sustentável, as características de cada fornecedor e, assim, fora solicitado que eles avaliassem cada um dos critérios segundo a avaliação no método AHP.

Assim que os critérios foram avaliados, e ranqueados, foi possível solicitar que os especialistas avaliassem cada um dos fornecedores segundo os critérios avaliados para cada um dos objetivos de desempenho sustentáveis, nos pilares econômico, social e ambiental. Além da avaliação, foram entregues documentos que corroboraram para justificar a avaliação dada a cada um dos fornecedores.

A análise de dados foi feita utilizando múltiplas fontes de dados, sendo elas: análise de documentos, entrevistas e observações. Para a análise de dados, foi utilizada a abordagem indutiva (EISENHARDT, 1989). Logo, para a análise de dados foi utilizada a análise de dados quantitativos a fim de se tomar a decisão ótima para seleção de fornecedores sustentáveis.

A análise de conteúdo foi feita mediante a compilação da avaliação dos especialistas, assim como a análise dos dados apresentados em conjunto, como custo de cada fornecedor, prazo de entrega, taxa de qualidade, avaliações ambientais e relatórios de saúde e segurança do colaborador.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir da aplicação do método AHP se dá por meio do método proposto por TORRE (2025) (Figura 2), para obter resultados significativos com rigor metodológico.

4.1. Definição do tema de pesquisa

A presente pesquisa busca investigar a aplicação do método AHP para seleção de fornecedores sustentáveis, por meio de um estudo de caso em uma indústria de calçados de médio porte localizada em Franca, interior do estado de São Paulo.

4.2. Definição do objetivo

O objetivo desta pesquisa é identificar o fornecedor ideal para a indústria de calçados, que melhor atenda aos requisitos da sustentabilidade corporativa, por meio do uso do método AHP.

4.3. Seleção dos critérios e subcritérios

Com base no que foi apresentado no referencial teórico deste artigo, a sustentabilidade corporativa deve ser alcançada por meio da integração sistêmica de três pilares, ambiental, econômico

e social. Os critérios, portanto, são o desempenho econômico, desempenho ambiental e desempenho social. Os subcritérios, por sua vez, foram estimados pelos indicadores mapeados na literatura que permitem a melhor avaliação da sustentabilidade corporativa. Logo, a estrutura hierárquica dos critérios e subcritérios foi elaborada conforme cada um dos pilares a fim de se alcançar a sustentabilidade a nível corporativo (Figura 3).

Figura 3 – Critérios e subcritérios do modelo



4.4. Definição da metodologia

O método adotado para a análise dos dados foi o método *Analytic Hierarchy Process* (AHP), que permite o ranqueamento de critérios e subcritérios, dada a avaliação de especialistas no assunto.

4.5. Identificação dos especialistas

Para a realização desta pesquisa, foram selecionados 05 especialistas que tem vasta experiência na empresa, com mais de 04 anos de trabalho na área (Tabela 4). Cada um dos especialistas atua em setores diferentes da organização, e podem contribuir com pontos diferentes para ponderar a avaliação.

Tabela 4 – Características dos especialistas

Característica	Entrevistado A	Entrevistado B	Entrevistado C	Entrevistado D	Entrevistado E
Função	Gerente de Produção	Supervisor de Compras	Gerente da Qualidade	Supervisor de PCP	Supervisor Comercial
Tempo na função	17 anos	06 anos	05 anos	12 anos	04 anos
Formação Acadêmica	Gestão da Produção Industrial	Administração	Engenharia de Produção	Engenharia de Produção	Administração

4.6. Revisão dos critérios e Seleção das alternativas

Os especialistas foram solicitados, em um primeiro momento, a avaliarem cada um dos critérios com base na Escala Saaty. A avaliação foi feita em debate, no qual a opinião final foi estimada e apresentada a seguir (Tabela 5).

Tabela 5 – Julgamento dos Critérios, avaliação dos especialistas

	Econômico	Ambiental	Social	Ranking de Prioridade
Econômico	1	2	3	52,47%
Ambiental	1/2	1	3	33,38%
Social	1/3	1/3	1	14,16%
Soma	1,83	3,33	7	100,00%

Da mesma forma, foi feita a mesma análise individualmente para cada um dos subcritérios do desempenho econômico (Tabela 6), desempenho ambiental (Tabela 7) e desempenho social (Tabela 8). Além de cada julgamento dos critérios, foram apresentados o ranking de prioridade para cada uma das medidas.

Tabela 6 – Julgamento dos Subcritérios do desempenho econômico

	Qualidade	Custo	Velocidade	Disponibilidade	Flexibilidade	Ranking de prioridade
Qualidade	1	1/3	3	7	5	27,69%
Custo	3	1	2	9	5	47,19%
Velocidade	1/3	1/2	1	6	3	15,28%
Disponibilidade	1/7	1/9	1/6	1	1/5	3,60%
Flexibilidade	1/5	1/5	1/3	5	1	6,24%

Tabela 7 – Julgamento dos Subcritérios do desempenho ambiental

	Consumo energético	Emissões	Gestão de resíduos	Insumos ecossustentáveis	Ranking de prioridade
Consumo energético	1	1/3	1/5	1/7	5,16%
Emissões	3	1	1/3	1/5	12,97%
Gestão de resíduos	5	3	1	1/2	30,56%
Insumos ecossustentáveis	7	5	2	1	51,31%

Tabela 8 – Julgamento dos Subcritérios do desempenho social

	Acidentes no Trabalho	Turnover e absenteísmo	Motivação	Impacto na comunidade	Ranking de prioridade
Acidentes no Trabalho	1	2	3	5	5,16%
Turnover e absenteísmo	1/2	1	3	4	12,97%
Motivação	1/3	1/3	1	3	30,56%
Impacto na comunidade	1/5	1/4	1/3	1	51,31%

4.7. Elaboração da Árvore Hierárquica e Avaliação de Indicadores

Com base nas informações levantadas, na avaliação dos especialistas e nos dados coletados, foi possível estimar a priorização dos critérios de sustentabilidade para avaliar e selecionar fornecedores em busca da sustentabilidade corporativa na Indústria O. Para tanto, foram determinados os ranqueamentos de cada subcritério com base em seu critério, assim como o ranqueamento global de todos os subcritérios (Tabela 9)

Tabela 9 – Resultados gerais da priorização dos objetivos da sustentabilidade corporativa

Nível	Desempenho Sustentável	Peso Local	Ranking	Peso Geral	Ranking
Critério	Econômico	52,47%		52,47%	
Subcritério	Qualidade	27,69%	2	14,53%	3
	Custo	47,19%	1	24,76%	1
	Velocidade	15,28%	3	8,02%	5
	Disponibilidade	3,60%	5	1,89%	10
	Flexibilidade	6,24%	4	3,28%	9
Critério	Ambiental	33,38%		33,38%	
Subcritério	Consumo energético	5,16%	4	1,72%	12
	Emissões	12,97%	3	4,33%	8
	Gestão de resíduos	30,56%	2	10,20%	4
	Insumos ecossustentáveis	51,31%	1	17,13%	2
Critério	Social	14,16%		14,16%	
	Acidentes no Trabalho	48,63%	1	6,88%	6
	Turnover e absenteísmo	31,14%	2	4,41%	7
	Motivação	13,11%	3	1,86%	11
	Impacto na comunidade	7,12%	4	1,01%	13
CR = 0,0359		CI = 0,0402	RI = 1,12		

Para assegurar que os indicadores obtidos estão em consistência metodológica, deve-se estimar os indicadores de qualidade do método AHP. Dado a quantidade de variáveis analisadas, considerou-se um RI de 1,12 para o $\lambda_{\max}$ “Custo”, cujo critério é o de maior valor. Nesse caso, o CI calculado foi de 0,0402 e o CR obtido de 0,0359, ou 3,59%. Sabe-se que o CR menor que 10% asseguram a qualidade do método AHP (SAATY, 1991), o que indica que o modelo estimado pelos especialistas, com base nas especificações do método AHP, está consistente.

4.8. Discussão

A partir dos dados apresentados na Tabela 8, é possível verificar a importância de cada um dos objetivos de desempenho sustentável para seleção de fornecedores, em escala ranqueada de prioridade. Entre os três critérios, o fator Custo (24,76%) apresentou a maior prioridade, seguido por Insumos ecossustentáveis (51,31%), e a Qualidade (14,53%). Este resultado está condizente com o proposto por AMINDOUST *et al.* (2012).

Entende-se que Pequenas e Médias Empresas (PMEs) carecem de recursos financeiros, de modo que o Custo se insere como um critério fundamental para sobrevivência destas empresas no médio a longo prazo (GODINHO FILHO *et al.*, 2016). Logo, entende-se que os desempenhos atrelados ao fator econômico tendem a apresentar um papel de maior importância, especialmente Custo do insumo (24,76%), Qualidade do insumo (14,53%) e a Velocidade de entrega (8,02%).

Na sustentabilidade corporativa, há ainda uma integração entre os objetivos de desempenho, no qual HENAO *et al.* (2019) indicam que a busca por qualidade, embora se trate de um desempenho econômico, traz valiosos benefícios para o desempenho ambiental, por meio da minimização de desperdícios, refugos e perdas no processo. Esta constatação é evidente nos resultados obtidos pela Indústria O, que apresentou alguns objetivos ambientais com relevância, como Insumos sustentáveis (17,13%), Gestão de resíduos (10,20%) e redução de Emissões (4,33%).

Embora a sustentabilidade corporativa deva ser implementada por meio de uma integração holística entre as perspectivas ambiental, econômica e social, muitas vezes as organizações, em especial as PMEs, carecem de recursos para uma implementação holística, e tendem a implementar um ou dois pilares com maior aderência, e negligenciar um terceiro (NAWANIR *et al.*, 2020). Esta afirmação alinha-se com os resultados desta pesquisa, no qual percebe-se que o desempenho social teve menor aceitação por parte dos especialistas, em especial os quesitos Motivação (1,86%) e o Impacto na comunidade (1,01%).

Um ponto a se ressaltar é que o foco de estudo se dá na seleção de fornecedores. Ao serem questionados das notas baixas para pilares sociais, os especialistas alegaram a baixa influência dos aspectos sociais diretamente relacionados ao produto ou insumo a ser adquirido, no qual os aspectos econômicos e ambientais tendem a ser diretamente relacionados ao produto final, o que difere dos aspectos sociais como Motivação dos colaboradores ou impacto na comunidade.

Finalmente, verifica-se que os critérios ranqueados estão orientados da seguinte forma: objetivos econômicos (52,47%), objetivos ambientais (33,38%) e objetivos sociais (14,16%). Este resultado está alinhado com RODRIGUES *et al.* (2023), que propôs uma integração entre objetivos econômicos e ambientais, trazendo os sociais como menos influentes no fator de seleção de fornecedores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indústria calçadista desempenha um papel essencial ao desenvolvimento regional do município de Franca-SP. Aliado a essa cenário, as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) contribuem para a geração de empregos, crescimento econômico e para o fortalecimento da cadeia calçadista no município de Franca. Recentes pressões dos consumidores e concorrentes internacionais demandam que a cadeia calçadista busque adoção de práticas sustentáveis, por meio da sustentabilidade corporativa.

Neste cenário, as PMEs devem integrar toda a cadeia de suprimentos a fim de se alcançar a sustentabilidade corporativa, por meio da abordagem holística dos pilares econômico, ambiental e social. A presente pesquisa focalizou no uso do método AHP a fim de selecionar fornecedores sustentáveis na cadeia calçadista de Franca-SP.

Assim, o uso do método AHP permitiu o estabelecimento do ranqueamento dos objetivos de desempenho nos pilares ambiental, econômico e social, a fim de priorizar os critérios mais relevantes para esta seleção.

O modelo AHP desenvolvido neste trabalho permite uma melhor visualização dos objetivos de desempenho sustentável e serve como um direcionamento para que outras indústrias calçadistas apliquem o modelo, buscando a seleção de fornecedores sustentáveis em busca da sustentabilidade corporativa sistêmica.

Estudo, entretanto, não é isento de limitações. Ressaltam-se a limitação do número de especialistas, e a limitação intrínseca do modelo matemático utilizado, visto que há diversas abordagens multicritério na literatura adotadas na seleção de fornecedores.

Para estudos futuros, sugere-se uma investigação empírica quantitativa em indústrias de calçados em Franca, por meio de abordagens tipo *survey*, a fim de investigar quais critérios são adotados para a seleção de fornecedores sustentáveis, e, assim, comparar com os estudos presentes nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVES, J.R.X.; ALVES, J.M. Definição de localidade para instalação industrial com o apoio do método de análise hierárquica (AHP). *Production*, 2015, v. 25, n. 1, pp. 13 – 26.

AMINDOUST, A.; AHMED, S.; SAGHAFINIA, A.; BAHREININEJAD, A. *Sustainable supplier selection: A ranking model based on fuzzy inference system*. *Applied Soft Computing Journal*, v. 12, n. 6, p. 1668–1677, 2012.

BELHADI, A., SHA'RI, Y., TOURIKI, F. E., EL FEZAZI, S. Lean production in SMEs: literature review and reflection on future challenges. *Journal of Industrial and Production Engineering*, 2019, v. 35, no. 6, 368–382.

BRAGA FILHO, H. *A reorganização da indústria de calçados de Franca*. Franca: Uni-FACEF, 2000.

CANUTO, P.; CAVALCANTI, M.F. O Planejamento Estratégico como Ferramenta de Gestão nas Pequenas Empresas: uma abordagem sistêmica. In: *11º Congresso Brasileiro de Sistemas*, 2015,

Franca-SP. O pensamento sistêmico e a interdisciplinariedade: debates e discussões. Franca-SP: Uni-FACEF, 2015.

CARTER, B., ROGERS, D. A framework of sustainable supply chain management: moving toward new theory. *International Journal of Physical Distribution and Logistics Management*, 2008, v. 38, n. 5

CARVALHO NETO, S. Competência para exportar: alternativa de crescimento para a indústria calçadista de Franca. *FACEF Pesquisa*, v. 12, n. 2, Franca: 2004.

DEY, P. K., MALESIOS, C., DE, D., CHOUDHURY, S., ABDELAZIZ, F. The Impact of lean Management Practices and Sustainably-Oriented Innovation on Sustainability Performance of Small and Medium-Sized Enterprises: Empirical Evidence from the UK. *British Journal of Management*, 2020, v. 31, 141–161.

EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. *The Academy of Management Review*, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

ELKINGTON, J. Partnerships from cannibals with forks: the triple bottom line of 21st-century business. *Environmental Quality Management*, 1998, v. 8, pp. 37-51

ENGLER, H.B.R. *Mentalidades e Trabalho: do Local ao Global, Panorama do Calçado Francano*. Franca: Unesp, 2009.

GODINHO FILHO, M., GANGA, G. M., GUNASEKARAN, A. Lean manufacturing in Brazilian small and medium enterprises: implementation and effect on performance. *International Journal of Production Research*, 2016, v. 54, n. 24, pp. 7523–7545

GUIDOLIN, S.M.; COSTA, A.C.R. da; ROCHA, R.P. da. Indústria calçadista e estratégias de fortalecimento da competitividade. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 31, 2010.

HENAO, R., SARACHE, W., GÓMEZ, I. Lean manufacturing and sustainability performance: Trends and future challenges. *Journal of Cleaner Production*, 2019, v. 208, 99–116.

KUMAR, N.; MATHIYAZHAGAN, K. Sustainability in Lean manufacturing: a systematic literature review. *International Journal of Business Excellence*, 2022, v. 20, no. 3

MANTOVANI, A. Procedimentos e modelos para previsão de vendas e determinação de quotas na indústria calçadista: proposta e estudo de caso. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2011.

MARTINS, R. A. Princípios da pesquisa científica. In: MIGUEL, P.A.C. (Org.). *Metodologia de pesquisa em Engenharia de Produção e Gestão de Operações*. 1.ed. Rio de Janeiro, Campus/Elsevier, p. 5-29, 2010.

MOORI, R.G.; PERERA, L.C.J. O Arranjo Produtivo de Franca (SP): um estudo sobre a produtividade da mão-de-obra nas empresas fabricantes de calçados. RAM. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 6, n. 2, p. 137-158. São Paulo: 2005.

NAWANIR, G., LIM, K., LEE, K., MOSHOOD, T., AHMAD, A. Less for More: The Structural Effects of lean Manufacturing Practices on Sustainability of Manufacturing SMEs in Malaysia. *International Journal of Supply Chain Management*, 2020, v. 9, no. 2, 961–975.

PEREIRA JÚNIOR, E., EUDÁZIO, J.H.S.; ALENCAR, J.V.O. O território-rede como estratégia de reestruturação produtiva: análise da indústria de calçados nos estados de São Paulo e Rio Grande Do Sul – Brasil. *Geografares [Online]*, v. 33, n. 1, 2021.

RAMOS, M.O., SILVA, E.M. da .; LIMA-JÚNIOR, F.R. A fuzzy AHP approach to select suppliers in the Brazilian food supply chain. *Production*, v. 30, 2020.

RODRIGUES, L.R.; CALACHE, L.D. del R.; OSIRO, L.; GANGA, G.M.D. A proposal of selection and analysis of criteria for sustainable supplier selection based on fuzzy DEMATEL. *International Journal of Logistics Systems and Management* (PRINT), v. 45, p. 415-446, 2023.

SAATY, T. L. The analytic hierarchy process and health care problems. New York: McGraw-Hill.1977.

SAATY, T.L. The analytic hierarchy process: planning, priority setting, resource allocation. New York, NY: McGraw-Hill, 1987.

SAATY, T.L. The analytic hierarchy process. New York, NY: Pergamon Press, 1991.

SALES, A. C. M., GUIMARÃES, L. G. de A., VEIGA NETO, A. R., EL-AOUAR, W. A.; PEREIRA, G.R. Risk assessment model in inventory management using the AHP method. *Gestão & Produção*, 2020, v. 27, n. 3.

SALOMON, V.A.P.; TORRE, N.M. de M . Análise multicritério da manutenção de sistemas hidráulicos na indústria siderúrgica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2022, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: ENEGEP, 2022, 16p.

SCHENATTO, F.J.A. Estratégia tecnológica para arranjos produtivos locais: uma metodologia baseada na elaboração de estudos prospectivos. 2012. 230 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SIEGEL, R., ANTONY, J., GARZA-REYES, J. A., CHERRAFI, A., LAMEIJER, B. Integrated green Lean approach and sustainability for SMEs: From literature review to a conceptual framework. *Journal of Cleaner Production*, 2019, 240, 118–205

SILVEIRA, K.S.; HIKICHI, S.E.; SALGADO, E.G. Utilização do AHP para priorização das práticas de TQM na indústria farmacêutica. *Revista Produção Online*, 2016, v. 16, n. 2, pp. 524–549.

TORRE, N. M. M.; SALOMON, V. A. P.; FLOREK-PASZKOWSKA, A. K. *Multi-criteria classification of spare parts in the steel industry. BRAZILIAN JOURNAL OF OPERATIONS & PRODUCTION MANAGEMENT*, v. 22, p. 1, 2025.

TRAMARICO, C. L.; KARPAK, B.; SALOMON, V.A.P.; SILVEIRA, C.A.M.; MARINS, F.A.S. *Multi-criteria analysis of professional education on supply chain management. Production*, São Paulo, v. 29, 2019.

TRZECIAK, D. S. Modelo de observatório para arranjos produtivos locais. 2009. 236 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

YIN, R. Estudo de caso. Planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

***A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO
ACADÊMICA DO DISCENTE DE EDUCAÇÃO FÍSICA: um relato de experiência***

***THE IMPORTANCE OF THE SUPERVISED CURRICULAR INTERNSHIP IN THE ACADEMIC
TRAINING OF PHYSICAL EDUCATION STUDENTS: an experience report***

Área temática: Educação de Qualidade.

MENDES, Giovana Maria
UNIVERSIDADE DE FRANCA
Graduanda em Educação Física
giovanamendes0421@gmail.com

CORREA, Ana Vitória Salotti Ferreira
UNIVERSIDADE DE FRANCA
Graduanda em Educação Física
ana9vitoria@gmail.com

ALVES, Tainara Egídio
UNIVERSIDADE DE FRANCA
Graduanda em Educação Física
tainaraalves44@icloud.com

ARAUJO, Denise Conceição Garcia
UNIVERSIDADE DE FRANCA
Dra. em Promoção de Saúde
decgarcia@yahoo.com.br

Resumo

Este capítulo aborda o Estágio Curricular Supervisionado vivenciado por três graduandas em educação física, com o objetivo de refletir e evidenciar a importância do estágio na formação profissional e construção da identidade docente. Por meio de um relato de experiência com abordagem qualitativa e descritiva, foram detalhadas as etapas de observação, participação e regência presentes no estágio, que teve como cenário uma escola privada do município de Franca-SP, no contexto da Educação Infantil. Outros aspectos centrais do relato envolvem as relações estabelecidas durante o estágio, contribuições do contato entre estagiário e professor supervisor da instituição concedente, além dos desafios enfrentados, como a falta de articulação entre universidade e escola. Entende-se que o estágio é parte fundamental para a formação docente, visto que favorece a articulação entre teoria e prática ao permitir que o licenciando se aproxime de forma concreta da realidade escolar, o que possibilita a aquisição de práticas pedagógicas essenciais à sua futura atuação como professor de Educação Física.

Palavras-chave: estágio curricular supervisionado, educação física, formação docente.

Abstract

This chapter discusses the Supervised Curricular Internship experienced by three undergraduate physical education students, aiming to reflect on and highlight the importance of the internship in professional development and the development of teacher identity. Through a qualitative and descriptive experience report, the stages of observation, participation, and supervision during the internship were detailed. The internship took place at a private school in the municipality of Franca, São Paulo, within the context of Early Childhood Education. Other key aspects of the report involve the relationships established during the internship, the contributions of the contact between the intern and the supervising teacher at the granting institution, and the challenges faced, such as the lack of coordination between the university and the school. The internship is understood to be a fundamental part of teacher training, as it fosters the connection between theory and practice by allowing the

student to concretely engage with the school environment, enabling the acquisition of pedagogical skills essential for their future work as a physical education teacher.

Keywords: supervised curricular internship, physical education, teacher training.

1. INTRODUÇÃO

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) representa um momento marcante para o licenciando, pois é quando vivencia a experiência escolar de forma mais concreta. Para muitos, trata-se do primeiro contato com a atuação docente enquanto futuros professores (Almeida, 2021). No Brasil, o estágio curricular supervisionado é regido pela lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que em seu artigo primeiro o define como:

[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior [...].

Dessa forma, o graduando de Educação Física, matriculado na modalidade de licenciatura, ao realizar o Estágio Curricular Supervisionado, terá oportunidade de participar de atividades no campo de estágio sob acompanhamento de um supervisor da parte concedente, bem como de um professor orientador vinculado à universidade (Brasil, 2008). De acordo com Gonçalves *et al.* (2021), a relação estabelecida entre estudante e professor supervisor de estágio (PS) constitui um vínculo fundamental à formação inicial docente. Ao presenciar a atuação profissional do PS, o estagiário amplia o repertório de práticas pedagógicas e ganha recursos para unir a teoria aprendida no curso às aulas de educação física escolar.

Neste sentido, a experiência no estágio gera aquisição de novos conhecimentos, diferentes daqueles abarcados até então na universidade, como visão privilegiada de situações cotidianas no contexto escolar, análise crítica acerca das aulas desenvolvidas e envolvimento na elaboração destas (Flores, 2019).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Brasil, 1996), a Educação Física na Educação Básica é componente obrigatório da grade curricular. Em suma, é a disciplina que trabalha a cultura corporal do movimento, fundamental para o aprendizado das capacidades físicas do indivíduo e descobertas acerca do próprio corpo através das atividades práticas propostas (Silva, W., 2022). Consoante a isto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) exalta a relevância da Educação Física para as crianças e jovens, pois proporciona oportunidade de envolvimento em um universo cultural que abrange dimensões corporais, emotivas, lúdicas e estéticas. Assim, aborda a questão da prática corporal como única e insubstituível, que deve ser trabalhada de maneira crítica e consciente, a fim de tornar-se significativa no processo educativo (Brasil, 2018).

Por conseguinte, faz-se necessário, durante a formação profissional, romper com a ideia de que a teoria é vinculada apenas às aulas na Instituição de Ensino Superior (IES), enquanto o estágio fica restrito à parte prática (Almeida, 2021). Como afirmam Pimenta e Lima (2004), o estágio serve para instrumentalizar a práxis, ou seja, preparar o futuro professor para agir com consciência crítica e reflexiva. Freire (1987, p. 72), segue o mesmo raciocínio ao discorrer sobre a práxis como “teoria do fazer”, em que a ação deve ser pensada criticamente e o pensamento crítico se concretiza na ação, de forma simultânea.

Logo, teoria e prática são indissociáveis no contexto do estágio. Dessarte, deve-se reconhecer que o Estágio Curricular Supervisionado é parte estrutural no processo de formação inicial do discente. Nesse contexto, possibilita ao estagiário visualizar o campo de atuação como espaço para observação, questionamentos, análise e interpretação, através da articulação com os conteúdos teóricos das disciplinas universitárias (Pimenta; Lima, 2004).

Diante disso, os autores, Bikel, Duek e Benites (2023), destacam que este momento da graduação deve propiciar a aproximação do universitário com a realidade profissional futura. Assim, o período da regência, em especial, proporciona ao estagiário o compartilhamento de saberes e a construção de conhecimentos sobre a prática docente, por meio da convivência com alunos e professores no ambiente escolar (Flores, 2019). Nesse viés, o Estágio Curricular Supervisionado apresenta-se como ponto fundamental para o início do processo de construção da identidade profissional, através das vivências escolares, envolvimento no planejamento de aulas, diálogos com o

corpo docente, entre tantas situações que corroboram para a formação do futuro professor (Sarmiento; Rocha; Paniago, 2018).

Ademais, no âmbito da licenciatura, o estágio é multifacetado e estabelece importantes conexões entre o estagiário e as instituições envolvidas, escola e universidade, mediadas por seus sujeitos: o professor supervisor e o professor orientador, respectivamente (Bikel; Duek; Benites, 2023). No entanto, a colaboração entre universidade e escola é restrita, constituindo um dos fatores limitantes para a efetividade do processo formativo (Vedovatto, 2025).

Frente aos aspectos apresentados, o objetivo deste relato é descrever e refletir sobre a importância do Estágio Curricular Supervisionado para formação do professor de educação física, a partir das experiências adquiridas no contexto de estágio em uma Escola Privada de Educação Básica, do município de Franca-SP.

2. METODOLOGIA

O seguinte trabalho equivale a um relato de experiência posterior da participação no Estágio Curricular Supervisionado (ECS) do curso de Licenciatura em Educação Física na Educação Infantil. Segundo Bastos e Azevedo (2020), narrar uma experiência representa uma oportunidade de análise de forma crítica, compreendendo seu significado e seu papel no desenvolvimento pessoal e profissional ao longo da formação.

O método utilizado é de caráter qualitativo e descritivo, no qual, de acordo com Minayo (2010), a pesquisa qualitativa busca compreender, de forma aprofundada, as vivências do pesquisador no contexto em que está inserido, bem como as interações humanas, os processos sociais e os conhecimentos construídos ao longo desse percurso. Portanto, o seguinte relato considera as experiências e percepções do pesquisador como base essencial para a produção do conhecimento.

Neste trabalho, a pesquisa adota uma abordagem descritiva, pois busca apresentar e analisar, de forma sistemática, os aspectos observados durante o estágio supervisionado, sem interferir diretamente nos fenômenos estudados. Segundo Gil (2008), esse tipo de investigação permite descrever com precisão características de determinados grupos, ambientes ou práticas, possibilitando compreender como esses elementos se articulam.

Dessa maneira, a metodologia escolhida favorece a análise dos aspectos que permeiam a formação docente, especialmente no que se refere aos desafios, às conquistas e às reflexões que surgem ao longo do processo formativo, contribuindo para compreender de que forma essas experiências impactam na construção da identidade profissional do futuro professor de Educação Física.

3. DISCUSSÃO

3.1. Contexto do Estágio em Educação Infantil

O 5º semestre do curso de licenciatura em Educação Física exige o cumprimento do Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil. Denomina-se educação infantil a primeira etapa de educação básica destinada a crianças de zero a cinco anos e onze meses de idade.

Na escola em que aconteceu o estágio, a divisão das turmas nessa etapa é organizada por fases. Deste modo, quando mencionado “Fase I” neste relato, refere-se a turmas compostas por crianças de quatro anos de idade, enquanto a “Fase II” corresponde a turmas de crianças de cinco anos. De acordo com Gallahue (2003), ocorrem mudanças no comportamento motor dos indivíduos ao longo da vida, que se dá por fatores biológicos, ambientais e das exigências da tarefa. Dessa forma, a divisão de turmas na educação infantil permite que o ensino-aprendizagem seja direcionado de maneira mais assertiva, especialmente na educação física, onde o trabalho de intervenção motora deve ser sensível ao estágio de desenvolvimento humano.

Sob esse viés, a BNCC é um documento que atua como orientador dos sistemas de ensino público e privado na elaboração dos seus currículos desde a educação Infantil, até o ensino médio. Este documento define os saberes, aptidões e as capacidades fundamentais que devem ser desenvolvidas pelos alunos em todos os níveis de ensino (Carvalho, 2021). Para as crianças do ensino infantil, devem ser garantidos seis direitos fundamentais de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se (Brasil, 2018).

Este relato de experiência envolveu a participação de vinte quatro alunos no período vespertino, com idades entre quatro e cinco anos em uma instituição privada situada no município de Franca, estado de São Paulo. O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) foi realizado entre fevereiro e maio, totalizando 160 horas curriculares obrigatórias na Educação Infantil, divididas entre as etapas de observação, participação e regência.

Além das normas e organização, características do ECS, são estabelecidas interações, sendo que, o modo que elas são conduzidas pode reverberar na dinâmica do estágio (Silva Júnior; Both; Oliveira, 2018). Nesse sentido, a etapa de Observação constituiu o primeiro momento do estágio, que possibilitou o contato com alunos e professores no ambiente escolar. Inicialmente, o professor supervisor promoveu uma apresentação às turmas com o intuito de integrar as estagiárias. Ao longo da convivência, os educandos expressaram entusiasmo com a presença de novos integrantes na equipe pedagógica. Assim, o estágio deve envolver os alunos da escola básica através das relações estabelecidas com os licenciandos e professores regulares (Araújo e Martins, 2020).

Quanto a estrutura da instituição, esta conta com uma pequena quadra esportiva e dispõe de escassa quantidade de material pedagógico (bolas, redes, cones, bambolês, entre outros), sendo necessário que o professor utilize seus itens pessoais para lecionar. Como consequência, algumas adaptações nas aulas fizeram-se necessárias, tais como, o uso de mesas, cadeiras e garrafas pets para ilustrar um circuito motor.

Outrossim, observou-se que a equipe gestora da escola mantém concepções limitadas sobre a Educação Física, enxergando-a apenas como lazer, recreio, recreação ou brincadeiras, sem considerar seus fundamentos pedagógicos e educacionais. Esta constatação permeia a Educação Física escolar há tempos, sendo erroneamente considerada uma disciplina inferior as outras (Martins; Martinez; Guérine, 2021). Diante desta problemática, o professor resiste e reinventa as práticas para garantir a aprendizagem dos alunos. Essa postura reforça a afirmação de Freire de que “a educação é um ato político, por isso não pode ser neutra” (Freire, 1996, p. 101).

Logo, as aulas foram conduzidas pelo professor supervisor (PS) de maneira coerente e lúdica, sendo trabalhado um circuito motor de equilíbrio com uma turma da fase II, em uma das primeiras aulas acompanhadas. Destaca-se a relevância da ludicidade e das práticas psicomotoras no processo de desenvolvimento infantil, pois por meio delas ocorre o aprimoramento das habilidades motoras básicas, além da percepção do ambiente e do próprio corpo (De Oliveira, 2024).

Outras atividades se destacaram pela ludicidade e clareza de objetivo. Particularmente, a brincadeira “Coelho sai da toca” foi aplicada em uma aula para uma turma da fase I, de modo a explorar a noção espacial e lateralidade das crianças, que se enquadram como fundamentos da psicomotricidade. Segundo Maciel e Barbosa (2021):

[...] a psicomotricidade pode ser considerada como a educação de base na Educação Infantil, pois ela condiciona todos os aprendizados nessa fase, e leva a criança a tomar consciência de seu corpo, da lateralidade, a situar-se no espaço, a dominar seu tempo e a adquirir habilmente a coordenação de seus gestos e movimentos.

Ao final do primeiro ato do estágio dentro da escola (Observação), deu-se continuidade ao processo com a etapa de Participação, onde foi possível auxiliar o professor durante as aulas de Educação Física. A participação ocorreu através de tarefas simples da rotina escolar, como ajuda para organizar a fila das crianças no início e no término das aulas, organização dos materiais necessários para atividade trabalhada no dia, e auxílio na demonstração de certas atividades, quando pedido pelo professor supervisor. Esta vivência vai de encontro ao intuito do ECS de proporcionar ao futuro professor experiências da prática docente, de maneira a aproximá-lo da realidade do dia a dia escolar (Silva Júnior; Both; Oliveira, 2018).

Na Participação, a relação mais próxima estabelecida com o supervisor do estágio assumiu grande contribuição à formação docente. Algumas das partilhas enriquecedoras se deram a respeito do modo de lidar com as dificuldades da atuação na área, tanto na lida com os alunos, quanto com seus pais; o planejamento das aulas e envolvimento das crianças nas atividades, mantendo a ordem na sala/quadra. Nessa perspectiva, o estágio oferece possibilidade de aquisição de conhecimento e trocas de experiências entre docentes e estagiários, o que beneficia a criação de variadas práticas pedagógicas (Resende; Pereira, 2019). Outra questão relevante é o fato de que ingressar no contexto trabalhista traz consigo ansiedades e inseguranças, por isso torna-se vital que, neste primeiro momento, haja experiências positivas, trazendo confiança aos futuros professores (Oliveira *et al.* 2021).

A aplicação das aulas de Regência estabeleceu o último momento do estágio dentro da escola, crucial para o ganho de experiência profissional. Surgiram dificuldades no planejamento das aulas devido a fatores citados anteriormente: espaço reduzido para prática, pouca disponibilidade de materiais e inferioridade atribuída pela equipe gestora da escola com o conteúdo da Educação Física. Tal fato corrobora com a constatação de Campos *et al.* (2020), de que cada realidade escolar oferece uma variedade de obstáculos, que devem ser analisados com olhar único conforme a instituição de ensino que o educador atua.

Sendo assim, ao planejar as aulas de regência, levou-se em consideração o contexto escolar apresentado. Para enriquecer o relato, será exposta a primeira aula de regência aplicada na escola, bem como seus resultados e avaliações críticas da atividade.

3.2. Aula 1 de Regência

A proposta pedagógica foi desenvolvida durante a etapa de regência no Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil, momento no qual o licenciando assume a condução das práticas pedagógicas, caracterizando-se como um espaço privilegiado de construção da práxis docente. Esse processo não se limita à aplicação de conteúdos, mas se caracteriza como uma vivência concreta na qual o estagiário coloca em ação os saberes teóricos, ressignificando-os a partir da realidade escolar. Como destaca Horiye (2018), a regência representa um momento formativo essencial, pois permite ao futuro professor compreender que a prática pedagógica não se resume a simplesmente colocar em prática as teorias, mas constitui um espaço dinâmico de reflexão, intervenção e transformação, no qual teoria e prática se complementam de maneira integrada e contínua.

Nesse contexto, o professor supervisor solicitou que as estagiárias apresentassem, previamente, o planejamento da atividade que pretendiam aplicar, a fim de analisar se estava de acordo com os objetivos pedagógicos da turma. Após a avaliação, o professor considerou a proposta pertinente, aprovando sua execução, além de acompanhar todo o desenvolvimento da aula, observando, oferecendo sugestões e auxiliando na organização da turma quando necessário. Cabe destacar que, conforme orientam Martins, Martinez e Guerine (2021), as aulas devem ser planejadas considerando o período de desenvolvimento motor das crianças, respeitando suas individualidades biológicas e proporcionando experiências que favoreçam a exploração corporal e cognitiva de forma adequada.

A atividade foi elaborada com base nos Campos de Experiência definidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo eles: “Corpo, gestos e movimentos”; “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”; e “Eu, o outro e o nós” (Brasil, 2018).

Inicialmente, foi organizado um espaço no pátio com uma corda posicionada no chão, formando um grande círculo. Em volta deste círculo, foram distribuídos bambolês, sendo que cada criança se posicionou dentro de um bambolê. Cada aluno recebeu uma bolinha de uma cor específica (vermelha, azul, verde ou amarela).

Após a organização inicial, lançou-se, dentro do círculo formado pela corda, várias bolinhas de diferentes cores. A explicação da atividade consistiu em informar às crianças que elas deveriam procurar, dentro do círculo de bolinhas, aquelas que tivessem a mesma cor da bolinha que haviam recebido inicialmente, e levá-las, uma de cada vez, até o bambolê em que estavam posicionadas no começo da atividade.

Essa proposta proporcionou uma rica experiência de exploração do espaço, desenvolvimento da percepção visual, identificação de cores, aprimoramento das habilidades motoras de deslocamento, equilíbrio, agachamento, além de estimular aspectos cognitivos, como organização, categorização e concentração.

A experiência vivenciada durante a regência no Estágio Curricular Supervisionado evidencia a importância desse momento na formação da identidade docente. É nesse espaço que o licenciando começa a compreender as complexidades da prática pedagógica e a desenvolver uma postura reflexiva sobre sua atuação profissional. Fundamentado na perspectiva sociocultural de Vygotski (2008), entende-se que o professor assume o papel de mediador do conhecimento, promovendo a construção de aprendizagens a partir da interação, da colaboração e do desenvolvimento das potencialidades dos alunos. Nessa lógica, o estágio supervisionado torna-se essencial para que o futuro docente vivencie e compreenda sua função enquanto agente facilitador dos processos educativos e de transformação social.

A relação estabelecida entre estagiário e professor supervisor também se revela indispensável nesse processo, uma vez que a construção da identidade docente ocorre em um ambiente de trocas, orientações e acompanhamento contínuo. De acordo com Silva R., Souza e Almeida (2022), essa interação fortalece o desenvolvimento profissional do licenciando, pois oferece apoio para refletir sobre sua prática, ressignificar saberes e aprimorar competências, permitindo uma atuação pedagógica mais crítica, ética e consciente.

Portanto, o estágio supervisionado, especialmente durante a regência, não apenas permite a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da formação, mas também promove a construção da identidade profissional do futuro docente, além de consolidar a importância da relação colaborativa entre estagiário e professor supervisor no processo educativo.

3.3. Articulação Universidade-Escola

Após a análise das vivências na escola, faz-se necessário voltar a atenção para a articulação entre as instituições que compõem o contexto de Estágio. A universidade na qual as autoras deste relato cursam a graduação em Educação Física (licenciatura) exige o cumprimento de 48 horas de observação, 48 horas de participação e 64 horas de regência para aprovação do estágio. De modo que, todas as etapas devem ser registradas nos documentos oficiais encaminhados pelo orientador do ECS através da plataforma digital da Instituição de Ensino Superior, no conteúdo da disciplina.

Apesar do orientador de estágio ter contribuído durante todo o semestre vigente - através de trocas de experiência significativas (visto que também atua na educação básica), instrução a respeito dos diferentes momentos dentro de uma aula de educação física infantil e disposição para tirar dúvidas sobre a pasta de estágio - a falta de uma reunião com os principais agentes (professor supervisor da escola e estagiário) configura-se como “um dos pontos negativos no desenvolvimento do ECS”, conforme apontado por Oliveira *et al.* (2021) em pesquisa com licenciandos sobre o assunto. Tal encontro poderia proporcionar esclarecimentos quanto à atuação do estagiário, alinhamento para o seguimento das práticas na escola e os registros solicitados pela universidade.

Enquanto isso não ocorre, a universidade limita-se a guiar a parte documental necessária para a aprovação do ECS, sem vincular-se de modo profundo com a escola básica onde o estágio é estabelecido, ao passo que a escola é vista apenas como um local para o exercício da parte prática. Essa lacuna também gera insegurança na procura por um campo de estágio, pois não há indicação da universidade neste processo. Segundo Vedovatto (2025), ao considerar as instituições envolvidas no processo de estágio, evidencia-se uma carência de articulação entre elas, o que reforça a necessidade de criação de projetos de estágio que promovam mudanças no cenário atual, de modo que a relação entre universidade e escola seja mais efetiva no processo formativo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se o Estágio Curricular Supervisionado como etapa fundamental na formação docente do licenciando em Educação Física. A experiência vivenciada no ambiente escolar permitiu não apenas a aplicação dos saberes teóricos adquiridos ao longo do curso, mas também o contato direto com os desafios reais da prática docente. Durante as diferentes etapas (observação, participação e regência) observou-se que a regência teve papel central, pois proporcionou uma vivência mais próxima da atuação autônoma como docente. Foi nesse momento que se evidenciou a importância de conciliar teoria e prática, promovendo autonomia, compreensão, experimentação e reflexão sobre a profissão.

Outro ponto que se destacou foi a falta de materiais e o espaço reduzido disponíveis na escola, o que revelou desafios significativos no ensino da Educação Física. Somado a isso, a visão limitada da equipe gestora sobre a área reforçou as dificuldades enfrentadas pelos professores. Nesse contexto, a criatividade e o uso de adaptações tornaram-se recursos indispensáveis tanto para os docentes quanto para os estagiários. Além disso, o vínculo estabelecido com o professor supervisor e as trocas de experiências ao longo do estágio foram fundamentais para o fortalecimento da identidade profissional do licenciando, auxiliando no desenvolvimento da segurança e das habilidades necessárias para lidar com o cotidiano escolar.

Percebe-se que a universidade tem se preocupado mais com a parte burocrática do Estágio Curricular Supervisionado, como prazos e entrega de documentos, do que com uma relação mais próxima com as escolas onde os estágios acontecem. Com isso, a escola acaba sendo vista apenas

como um local para cumprir tarefas obrigatórias, o que faz com que muitos estudantes se sintam inseguros, principalmente por não receberem ajuda da universidade para encontrar um bom lugar para estagiar. Essa falta de conexão enfraquece a experiência de aprendizado que o estágio poderia proporcionar.

Conclui-se, portanto, que o estágio não deve ser encarado apenas como uma exigência burocrática para aprovação, mas como uma etapa essencial para vivenciar as características e os desafios da docência. É nesse espaço que o licenciando tem a oportunidade de aprender na prática, refletir sobre sua atuação e fortalecer sua identidade profissional. Um estágio bem conduzido contribui diretamente para a formação de um professor mais preparado. Por isso, é fundamental que haja uma articulação efetiva entre universidade e escola, tornando o estágio um ambiente de diálogo, escuta, construção crítica e transformação social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Márcia Gonçalves. **Formação Docente**: o olhar docente e discente nas atividades de estágio supervisionado do curso de licenciatura em química da Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2021.

ARAÚJO, Osmar Hélio Alves; MARTINS, Elcimar Simão. Estágio curricular supervisionado como praxis: algumas perguntas e possíveis de respostas. **Reflexão e Ação**, v. 28, n. 1, p. 191-203, 2020.

BASTOS, Samara Gonçalves da Silva; AZEVEDO, Fábio Giorgio Santos. O acontecimento e a formação em Psicologia: relato de experiência em uma rede de jovens. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 9, n. 4, p. 449–459, 2020.

BIKEL, Roque Luiz; DUEK, Viviane Preichardt; BENITES, Larissa Cerignoni. O estágio curricular supervisionado em Educação Física na perspectiva dos planos de ensino e relatórios finais. **Educação: Teoria e Prática**, v. 33, n. 66, 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Atualizada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 set. 2008.

CAMPOS, Aline Soares *et al.* O jogo como auxílio no processo ensino-aprendizagem: as contribuições de Piaget, Wallon e Vygotsky. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 27127-27144, 2020.

CARVALHO, Amanda Gabriele Cruz; SCHMIDT, Andréia. Práticas educativas inclusivas na educação infantil: uma revisão integrativa de literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. e0231, 2021.

DA SILVA MARTINS, Maiara; MARTINEZ, Victor Matheus Lopes; GUERINE, Renan Propodoski. A importância da educação física escolar no desenvolvimento motor e na lateralidade em crianças. **Revista Brasileira de Reabilitação e Atividade Física**, v. 10, n. 1, p. 33-40, 2021.

DE OLIVEIRA, Alinne Batista *et al.* O Efeito da Ludicidade Dentro do Circuito no Processo de Desenvolvimento Motor em Crianças de 4 a 7 Anos. **Cognitionis Scientific Journal**, v. 7, n. 2, p. e579-e579, 2024.

FLORES, Patric Paludett *et al.* Formação inicial de professores de educação física: um olhar para o estágio curricular supervisionado. **Caderno de Educação física e esporte**, v. 17, n. 1, p. 61-68, 2019.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GALLAHUE, David; OZMUN, John C. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2003.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, Ayla Cristine *et al.* Experiências de formação inicial e atuação profissional do professor supervisor de estágio curricular supervisionado em educação física. **Pensar a Prática**, v. 24, 2021.
- HORIYE, Erik Yudi. **O estágio supervisionado em educação física e letras-português da UEL**: desafios e possibilidades. Londrina, 2018.
- MACIEL, Brendally Maria Ribeiro de Lima; BARBOSA, Erondina Leal. A importância da psicomotricidade na educação infantil e suas contribuições. **Brazilian Journal os Development**, Curitiba, v. 7, n. 1, p.5732-5744, 2021.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- OLIVEIRA, Ayra Lovisi *et al.* Representação dos licenciandos sobre estágio curricular supervisionado na licenciatura em Educação Física. **Motrivivência**, v. 33, n. 64, 2021.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**: diferentes concepções. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- RESENDE, Moisés Sipriano; PEREIRA, Eliene Lacerda. Contribuições do estágio curricular supervisionado para a prática pedagógica de um professor de educação física. **Revista Inter-Ação**, v. 44, n. 3, p. 755-767, 2019.
- SARMENTO, Teresa; DA ROCHA, Simone Albuquerque; PANIAGO, Rosenilde Nogueira. Estágio curricular: o movimento de construção identitária docente em narrativas de formação. **Práxis Educacional**, v. 14, n. 30, p. 152-177, 2018.
- SILVA JÚNIOR, Arestides Pereira da; BOTH, Jorge; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. Configurações e relações estabelecidas no estágio curricular supervisionado de Educação Física. **Journal of Physical Education**, v. 29, n. 1, p. 1-13, 2018.
- SILVA, R. D.; SOUZA, T. C.; ALMEIDA, L. P. O estágio supervisionado na formação inicial de professores: desafios e perspectivas na construção da identidade docente. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp. 3, p. 2012-2030, 2022.
- SILVA, Wagner Alexandre Pereira da; *et al.* A Experiência do estágio supervisionado 1 e 2 na formação acadêmica em Educação Física licenciatura. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE, 2022. **Anais [...]**. [S.l.]: [s.n.], 2022.
- VEDOVATTO, Dijnane; *et al.* O estágio supervisionado em educação física na relação entre universidade e escola. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 19, n. 1, p. e694201-e694201, 2025.
- VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

A INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DO CALÇADO DE FRANCA: PROTEÇÃO JURÍDICA, CRESCIMENTO ECONÔMICO INDUSTRIAL E A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL E CULTURAL

INDICATION OF ORIGIN OF FRANCA FOOTWEAR: LEGAL PROTECTION, INDUSTRIAL ECONOMIC GROWTH AND VALUE OF TERRITORIAL AND CULTURAL IDENTITY

Área temática: 09 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

DONADELI, Paulo Henrique Miotto
Centro Universitário Claretiano de Batatais
Pós-doutorado em Direito pela Universidade de São Paulo, USP, Ribeirão Preto
Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista, UNESP, Franca
paulodonadeli@yahoo.com.br

Resumo

O trabalho tem como objetivo mostrar a importância da Indicação de Procedência para a proteção jurídica e para o crescimento econômico industrial e social de uma determinada região, focando, no calçado de Franca, que alcançou esse reconhecimento pela lei brasileira, concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), em 2012, e passou a se beneficiar de uma série de vantagens que essa certificação oficial oferece, como a valorização da tradição, qualidade e a herança histórico-cultural da cidade na fabricação de sapatos de couro masculinos, agregando valor ao produto e fortalecendo economicamente o polo calçadista de Franca, como também, dificulta a falsificação e confere autenticidade ao produto. Para a fundamentação teórica, o presente trabalho usa da metodologia dogmática jurídica, da pesquisa bibliográfica e do procedimento qualitativo.

Palavras-chave: Indicação Geográfica, Indicação de Procedência, Calçado de Franca.

Abstract

This paper aims to demonstrate the importance of the Indication of Origin (Indication of Origin) for legal protection and for the economic, industrial, and social growth of a given region. It focuses on footwear from Franca, which achieved this recognition under Brazilian law, granted by the National Institute of Industrial Property (INPI) in 2012. It now benefits from a series of advantages offered by this official certification, such as the recognition of the city's tradition, quality, and historical and cultural heritage in the manufacture of men's leather shoes. This adds value to the product and economically strengthens Franca's footwear industry. It also hinders counterfeiting and confers authenticity. This paper uses legal dogmatic methodology, bibliographic research, and qualitative procedures for its theoretical foundation.

Keywords: Geographical Indication, Indication of Origin, Footwear from Franca.

1 INTRODUÇÃO

A propriedade industrial é uma das vertentes do direito de propriedade intelectual, visando proteger as criações humanas ligadas à atividade produtiva, com aplicação direta na indústria, no comércio e nos serviços, podendo citar as invenções, marcas, modelos de utilidade, desenhos industriais e as indicações geográficas, que é o objeto central desse estudo. Esse direito possibilita ao seu titular impedir que terceira pessoa possa explorar economicamente a sua criação sem seu devido consentimento, por um período determinado, ou em alguns casos por tempo indeterminado.

Essa proteção legal é fundamental não apenas para promover o retorno financeiro ao seu criador, mas é um instrumento de segurança jurídica, um impulsionador de ideias inovadoras e de investimentos em pesquisa e novas soluções e um grande fomentador do desenvolvimento econômico e da concorrência leal. Por outro lado, o sistema de proteção da propriedade industrial busca equilibrar

os interesses individuais com os interesses coletivos, permitindo que a comunidade possa também se beneficiar com os bens imateriais gerados, de forma que a riqueza produzida por meio das ideias possa produzir resultados socialmente justos.

O presente trabalho busca a compreensão do processo de reconhecimento do produto com Indicações Geográficas, especialmente da Indicação de Procedência, como um instrumento de tutela da propriedade industrial, visando a garantia de autenticidade do produto, a agregação de valor ao produto, como também, fomentar a economia e o desenvolvimento e social regional, preservando as tradições e a cultural local. O trabalho foca no estudo do produto industrial do calçado de Franca, como forma de analisar a dimensão da tutela jurídica, que transcende a proteção econômica e atinge os valores históricos, sociais e culturais. Desta forma, pretende-se revelar no produto do calçado, não somente por um nome geográfico reconhecido, mas um indicativo representativo de uma comunidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Lei 9279, de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, em seu art. 176, estabelece duas modalidades de Indicação Geográfica: a Indicação de Procedência (IP) ou a denominação de origem (DO). “Esse mecanismo legal de propriedade intelectual tem como objetivo assegurar o conhecimento regional em regiões tradicionais brasileiras” (MATOS; LA ROVERI, 2020), caracterizando como um instrumento de valorização territorial e competitividade econômica.

A noção de indicações geográficas (IG) foi construída de forma gradativa, quando produtores e consumidores passaram a perceber sabores ou qualidades peculiares em alguns produtos que provinham de determinados lugares, e verificaram que isso poderia ser um diferencial competitivo. Essas características não eram encontradas em produtos equivalentes feitos em outro local. Assim, começou-se a denominar os produtos, que apresentavam um diferencial, com o nome geográfico de sua procedência. Além disso, outros produtores, verificando essas peculiaridades, passaram a se aproveitar de nomes que foram se tornando conhecidos, para vender produtos falsamente identificados como tais. Isso leva a necessidade de se elaborar mecanismos que pudessem proteger esse novo ativo intangível que é agregado a um produto específico. (VIEIRA; BRUCH; FORMIGHIERI; RODEGHERO, 2014, p. 407)

A Indicação Geográfica constitui uma proteção jurídica de propriedade intelectual não voltada à criação individual, como acontece com as patentes e marcas, mas utilizada para garantir a proteção e a valorização de produtos ou serviços vinculados a determinadas regiões, cujas qualidades ou características são essencialmente atribuídas à origem geográfica. (DONADELI, 2020).

O conceito de Indicação Geográfica (IG) vem se consolidando ao longo dos anos como uma ferramenta de proteção e valorização de produtos locais. Muitos estudos mostram a relevância econômica das IGs, relacionando este ativo de Propriedade Intelectual (PI) como um instrumento capaz de agregar valor e credibilidade a um produto ou serviço, oferecendo vantagens competitivas em função das características de seu local de origem. Inserida nas legislações de PI, as indicações geográficas têm a função de identificar um produto como originário de uma localidade. (CABRAL, 2018)

As Indicações Geográficas são “aplicáveis a bens e serviços que se caracterizam pelo local de onde são originados (coletados, produzidos ou fabricados), envolvendo questões ambientais, históricas e socioculturais particulares”. (MEDEIROS, 2015) A Indicação Geográfica é um ato de reconhecimento público em relação à origem de um produto ou serviço, obtida junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), conferindo qualidades, especificidades e características únicas ao produto ou serviço, que estão vinculadas a determinada região, valorizando a produtos tradicionais vinculados a determinados territórios. Uma vez concedida, a Indicação Geográfica só poderá ser utilizada pelos membros da coletividade daquela área delimitada onde produzem ou prestam o serviço (IBGE, 2020).

No decorrer da história, o ser humano vincula o local de origem ao produto de uma região geográfica, fato que o diferencia dos demais. Mundo afora, existem exemplos de referências geográficas como os casos emblemáticos europeus: Champagne (França), Bordeaux (França), Presunto Parma e Queijo Grana Padano (Itália). São casos de reconhecimento positivo com criação de valor para os produtos e seus territórios de origem, promovendo o desenvolvimento regional. (GOMES, 2024, p. 38)

É importante ressaltar, que o ato de reconhecimento, mediante o registro, protege o nome da região e não do produto, excluindo imagens, ícones, emblemas, e tem natureza declaratória.

Num sentido amplo, uma IG é um tipo de registro de proteção do conhecimento em que se reconhece um vínculo específico entre um produto ou serviço e seu território. As especificidades de solo, clima, história e saber fazer são elementos marcantes percebidos como valor qualitativo nos produtos e que são reconhecidos como um território distinto, implicando uma tradição produtiva forte como principal gerador de valor e veículo do conhecimento. (MATOS; LA ROVERI, 2020)

A proteção conferida pela Indicação Geográfica é, portanto, um instrumento legal de valorização do território, colocando as experiências territoriais rurais como referência de uma marca, que reconhece o saber-fazer das comunidades locais e promove o desenvolvimento rural sustentável. Desta forma, é possível afirmar que o território é um elemento central de uma indicação geográfica, entendendo-se que são as características do território, naturais e humanas, que concedem distinções aos produtos, tornando-os singularmente frutos de uma localidade. A junção dos recursos naturais de um certo território e a ação humana dos habitantes desse território, que configura o saber fazer local, tornam o produto único, com qualidades específicas. As indicações geográficas, portanto, reconhecer essa interação do homem com o ambiente, fruto de um projeto local socialmente e historicamente formulado.

Nos últimos anos as Indicações Geográficas (IGs) têm sido consideradas indutoras de desenvolvimento de uma região, com a valorização dos recursos territoriais e possibilitando o surgimento de novos nichos de mercados. Podem ser pensadas, portanto, como uma ferramenta de ocupação harmoniosa do espaço cultural produtivo, aliando a valorização de um produto típico e seus aspectos históricos e culturais à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento rural. As IGs estão inseridas no movimento global de segmentação dos mercados, valorizando os recursos territoriais (VIEIRA; PELLIN, 2015, p. 157)

As Indicações Geográficas têm um desenvolvimento recente no Brasil. O assunto começou a ser introduzido somente em 1994, por meio do acordo estabelecido no âmbito da Organização Mundial do Comércio, por meio de regras internacionais sobre a propriedade intelectual. (BOVO, 2019) Foi concedida pela primeira vez no ano de 2002, para vinhos e espumantes do Vale dos Vinhedos, no Estado do Rio Grande do Sul. Vários foram as Indicações Geográficas registradas no Brasil nos últimos anos, o que tem revelado um crescente interesse nessa proteção jurídica, mostrando o seu grande potencial econômico e cultural. Além do Vinho do Vale dos Vinhedos, entre as mais famosas estão o Café do Cerrado Mineiro, o Queijo da Serra da Canastra, e não poderia deixar de mencionar o Calçado de Franca.

A legislação brasileira permite o registro de Indicação Geográfica para produtos agrícolas e não agrícolas, como para produtos de artesanato, minerais e serviços, e “a maioria das indicações geográficas nacionais envolvem associações de pequenos produtores, em atividades econômicas que representam a principal fonte de emprego e renda local”. (CABRAL, 2018)

O Brasil, atualmente, tem 102 Indicações Geográficas, das quais 78 são Indicações de Procedência, perfazendo 76,5%, e 24 são Denominações de Origem, o que corresponde a 23,5% dos registros. Do total das Indicações Geográficas 80 são relacionais ao contexto agroalimentar. Assim, 78,4% são agroalimentares e apenas 21,6% têm origem não agroalimentares. Entre os produtos e

serviços mais comuns tem-se: café, com 14 Indicações Geográficas; seguido de frutas, 13; vinhos, 12; e artesanatos com 10 indicações. O estado da federação que conta com o maior número de Indicações Geográficas é Minas Gerais, com 17, seguido de Rio Grande do Sul, com 15, e Paraná com 13. O Estado de São Paulo fica em 7 lugar com apenas 6 Indicações Geográficas. O produto do calçado que entra na categoria não agroalimentar, tem apenas 2 registros de Indicação de Procedência: Calçado Infantil de Birigui, Estado de São Paulo; e Calçado de Franca, Estado de São Paulo. (BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2025).

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) é uma das instâncias de fomento das atividades e ações para Indicação Geográfica (IG) de produtos agropecuários. No MAPA, o suporte técnico aos processos de obtenção de registro de IG cabe à Coordenação de Agregação de Valor (CAV), vinculada à Coordenação-Geral de Cooperativismo, Associativismo Rural e Agregação de Valor (CGCOAV), do Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e de Indicações Geográficas (DECAP) da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo (SDI). (BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2025).

A Indicação de Procedência tem um caráter mais amplo, reconhecendo o nome geográfico de um local que tenha se tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou prestação de serviço. Seu “requisito principal é a notoriedade da região pela extração, fabricação ou produção do produto ou serviço prestado”. (CABRAL, 2018) A denominação de origem, por sua vez, exige vínculo mais estreito entre as características do produto e o meio geográfico, compreendido em seus fatores naturais e humanos. Nesse caso, “o vínculo com a origem é a ligação com o ambiente em que o produto ou serviço é produzido ou prestado, e, portanto, se torna necessária a sua comprovação. (CABRAL, 2018)

Ambas as categorias são requeridas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), mediante comprovação da especificidade do produto em relação à região postulada, tratando-se de um processo técnico que envolve não apenas elementos jurídicos, mas também estudos geográficos, sociológicos e econômicos.

Para Medeiros (2015) as Indicações Geográficas têm diversas vantagens, tanto do produtor, quando do consumidor, possibilitando servir de “instrumento mercadológico de diferenciação e incremento do valor ao produto registrado e a produtos relacionados”; como também, funcionam como “mecanismo de preservação (do patrimônio natural, cultural e histórico, tangível ou intangível); e como mecanismo de desenvolvimento social e econômico”. Pode-se ainda acrescentar outros benefícios, como fator que dificulta a concorrência desleal, a falsificação do produto e o uso indevido da sua indicação.

As Indicações Geográficas (IGs) podem ser entendidas, do ponto de vista econômico, como uma estratégia para agregar valor a produtos ou serviços que têm características próprias relacionadas ao território ao qual estão inseridas, e, assim, fortalecer o desenvolvimento territorial (...) As IGs visam a proteger os produtos, os produtores e, principalmente, garantir a qualidade e a informação aos consumidores.” (VIEIRA; PELLIN, 2015, p. 155)

Para alcançar o reconhecimento de uma Indicação Geográfica é preciso seguir um caminho que envolve: a organização dos produtores da região em uma associação; o levantamento histórico-cultural da localidade a qual o produto está inserido; a construção de um regulamento técnico; a criação de um conselho regulador: para posteriormente fazer o encaminhamento da documentação ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial, solicitando o reconhecimento. (Davy, 2025, *online*)

A Indicação de Procedência, de acordo com o art. 177 da Lei Propriedade Industrial, é atribuída ao “nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço”. (BRASIL, 1996)

A Indicação de Procedência (IP) é caracterizada por ser o nome geográfico conhecido pela produção, extração ou fabricação de determinado produto, ou

pela prestação de dado serviço, de forma a possibilitar a agregação de valor quando indicada a sua origem, independente de outras características. Ela protegerá a relação entre o produto ou o serviço e sua reputação em razão de sua origem geográfica específica, condição esta que deverá ser, indispensavelmente, preexistente ao pedido de registro. (VIEIRA; PELLIN, 2015, p. 162)

No mesmo sentido, tem-se:

A Indicação de Procedência (IP) refere-se, portanto, ao nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território que se tornou conhecido como centro de produção, extração ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. É o reconhecimento público de que o produto de determinada região possui qualidade diferenciada. (BOVO, 2019, p. 41)

A Indicação de Procedência incentiva economicamente a produção regional, protege os produtores contra as falsificações, evita as concorrências desleais, agrega valor ao produto e garante a certificação de origem para os consumidores do produto. Mas, também é uma forma de preservar um patrimônio cultural e imaterial reconhecido e registrado, prestigiando o saber da maneira de fazer dos produtores dessa região.

O sistema normativo de proteção jurídica pela Indicação de Procedência é uma forma de resguardar culturalmente a comunidade regional, pois sua tradição e memória histórica é reproduzida a cada dia na feitura desse produto, e perpetuando para as gerações futuras. Desta forma, ao garantir a economia e o desenvolvimento social de toda essa região, está indiretamente fomentando a preservação de uma cultura regional e colaborando para a sedimentação de uma Comunidade Tradicional, de forma a dar visibilidade para a cidadania dos agentes envolvidos. É um círculo virtuoso que se estabelece entre a proteção jurídica econômica e cultural.

A cidade de Franca, no interior do estado de São Paulo, tem uma concentração de indústrias, que se fortaleceu a partir de uma tradição familiar, que possibilitou a formação de uma experiência técnica na produção de calçados de alta qualidade. A tradição calçadista de Franca começou em meados do século XIX, como uma produção artesanal voltada para o consumo local, mas que se desenvolveu a partir das décadas de 1950 e 1960, em razão do resultado da combinação de diversos fatores, como a disponibilidade de matéria prima, uma mão de obra farta que se dedicou ao ofício, a estruturação de uma rede comercial que foi se formando em torno da produção, e a profissionalização do que era inicialmente uma atividade artesanal, passando a constituir um núcleo industrial tecnológico e altamente produtivo. O auxílio governamental do Estado de São Paulo por meio de políticas públicas de incentivo à industrialização paulista foi essencial no desenvolvimento dessa atividade, que teve acesso a financiamento e investimentos, o que gerou uma elevada concentração de empresas, desde as pequenas e médias, até as grandes indústrias, abrangendo desde os curtumes até a logística de exportação.

O calçado de Franca obteve a Indicação de Procedência no ano de 2012, alcançando um reconhecimento da tradição histórica da cidade na produção do calçado masculino em couro e consolidando como um dos principais polos calçadistas do país como uma região de referência no setor.

Franca foi a décima sexta Indicação Geográfica brasileira reconhecida oficialmente, e a décima quarta na espécie Indicação de Procedência, para o produto calçados, no ano de 2012. Nesta seção é apresentado o Caso da Indicação de Procedência Calçados de Franca (IPCF), no âmbito da IG Franca, com uma visão inicial sobre a indústria calçadista de Franca/SP, sua evolução e um relato sobre a entidade representativa das indústrias de calçados na cidade. Posteriormente são apresentadas as características da Indicação Geográfica Franca, com sua descrição e evolução, regulamento, gestão e caracterização do município da IGF. Por fim são apresentados os resultados da pesquisa de campo com os atores envolvidos na IGF. (BOVO, 2019, 82).

A solicitação da Indicação de Procedência do calçado de Franca, que se deu em 25 de novembro de 2010, foi feita pelo Sindicato da Indústria de Calçados de Franca (Sindifranca), o que reforça a atuação da entidade na governança e na promoção da marca coletiva.

O requerimento do registro do reconhecimento da Indicação Geográfica pode ser feito, na qualidade de substitutos processuais, por associações, institutos e pessoas jurídicas representativas da coletividade legitimada ao uso exclusivo do nome geográfico desde que estabelecidas no território cujo nome é objeto do registro. Desta forma, verifica-se que o requerente passa a atuar em nome da coletividade de produtores locais e não apenas de seus componentes no caso de associações ou outra agremiação. (BOVO, 2019, p. 66).

Para a realização do processo de reconhecimento da Indicação de Procedência é preciso elaborar um documento técnico, que delimita a área geográfica, especifica os critérios de produção, define os atores envolvidos e estabelece os mecanismos de controle e rastreabilidade. Além dos documentos, Bovo (2019, p. 67) ensina:

Se faz necessária a apresentação de elementos de convicção com relação à comprovação de que o nome geográfico tenha se tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou da prestação de determinado serviço, a existência de uma estrutura de controle sobre o produto ou serviço distinguido pela IP, assim como comprovação de estarem os produtores ou prestadores de serviços estabelecidos na área delimitada pelo documento oficial.

A Indicação de Procedência valorizou ainda mais o produto local e deu maior proteção jurídica aos produtores, fortalecendo a indústria no mercado nacional e internacional, principalmente porque a certificação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial representou um atestado de qualidade ao produto, diferenciando-o de outros calçados produzidos em outras localidades, agregou ao produto toda uma tradição e uma notoriedade histórica, construída ao longo dos anos por uma sociedade que se dedicou quase que exclusivamente a esse ofício. Além disso, a Indicação de Procedência funcionou como uma propaganda de qualidade ao produto, dando confiança ao consumidor do calçado de Franca.

A Indicação de procedência tem efeitos que vão além do campo econômico, sentindo seus efeitos no campo sociocultural, representando o reconhecimento institucional de um saber-fazer tradicional, transmitido de geração para geração, que passa a constituir um patrimônio imaterial da cidade. O calçado francano é, atualmente, um símbolo da identidade cultural e da trajetória histórica da comunidade local, reforçando o sentimento de pertencimento do cidadão francano e criando um orgulho que reforça a coesão social.

Apesar dos avanços, a efetividade da Indicação de Procedência encontra limites e enfrenta desafios.

O pedido da Indicação Geográfica Franca, ocorrido em 2010, juntamente com seu deferimento, em 2012, proporcionou a confirmação e validação da tradição histórica e prática na produção de calçados, que sempre fez Franca ser reconhecida como a “do” reforçando, assim, o uso do título como estratégia de marketing e propaganda do local reconhecido. Porém, o mesmo reconhecimento não influenciou o processo de desenvolvimento local de maneira geral, o que somente seria possível com a existência de um arranjo institucional que permitisse a inclusão de elos dos diferentes setores da cadeia produtiva, desde os setores primários até a comercialização. (BOVO, 2019, p. 116)

Em seus estudos, Bovo (2019, p. 118) faz uma observação, que é importante para a reflexão sobre as indicações de procedência:

O simples reconhecimento das IGs outorgadas pelo Estado, ainda que importante, é insuficiente para induzir o Desenvolvimento Local. Da mesma forma, mesmo que a maior parte da literatura aponte uma relação virtuosa entre reconhecimento de IG e Desenvolvimento Local, nem sempre esta relação é bem sucedida. Há que se considerar, também, a interação entre atores e entre estes e as instituições. A gestão de uma IG requer a integração de diferentes atores, cada qual com suas funções e potencialidades específicas, sendo está de extrema importância para a promoção e condução da IG enquanto ferramenta de desenvolvimento do setor e, consequentemente, do Desenvolvimento Local.

A Indicação de Procedência do Calçado de Franca é uma poderosa e estratégica ferramenta de desenvolvimento regional, articulando a tradição, a qualidade e a inovação. Mas, para assegurar a competitividade e a sustentabilidade do polo calçadista no longo prazo é preciso corrigir certos problemas e articular as ações entre o público e o setor produtivo privado e toda a sociedade civil no desenvolvimento de mecanismos de uso adequado da indicação de procedência, bem como, estratégias de marketing territorial, que promovam cada vez mais o selo Franca, não apenas como uma certificação técnica, e sim como uma marca de valor agregado reconhecida pelo consumidor final. É preciso, também, fortalecer a expansão do número de empresas associadas e a fiscalização rigorosa do uso indevido da marca para a manutenção da credibilidade da indicação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho utiliza de uma metodologia descritiva bibliográfica, aplicando o método qualitativo de análise e fundamentando num referencial teórico dogmático jurídico, com o estudo da legislação em vigor, especialmente a Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, a jurisprudência dos tribunais e a discussão dos autores do direito a respeito da interpretação e aplicação da norma jurídica. A orientação do método dogmático jurídico nas pesquisas do Direito permite a análise e a sistematização do direito objetivo, presente na norma vigente de um ordenamento jurídico. Esse método considera o pressuposto de que o direito é um conjunto de normas complexas e coerentes, que devem ser interpretadas e aplicadas de forma lógica e racional, permitindo ao pesquisador identificar a aplicação da lei a situações específicas, buscando soluções jurídicas ao problema de pesquisa delimitado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho quer mostrar que ao reconhecer a indicação de procedência de um produto, espera-se um resultado em três níveis: o econômico, o jurídico e o social.

A indicação de procedência passa a ser um estímulo para à inovação e para o investimento financeiro, pois as empresas têm a necessária segurança jurídica que poderão explorar economicamente seus produtos, reduzindo as ameaças da concorrência desleal e das falsificações, obtendo retorno financeiro.

No campo jurídico, o devido registro do produto no órgão competente permite a ordem no mercado e oferece transparência nas relações comerciais, diminuindo os conflitos e litígios. A proteção do consumidor é outro ponto importante que merece ressaltar, ao vincular um produto a uma marca registrada ou a uma região de origem, fortalece a confiança do consumidor quanto a qualidade do produto.

A sociedade brasileira está começando a saber valorizar e reconhecer uma indicação geográfica. Mas, é preciso que o poder público por meio de seus órgãos específicos invista mais em programas de publicização dos produtos brasileiros dotados da indicação geográfica. O Brasil ainda tem um potencial enorme para implantar inúmeras indicações geográficas, fortalecendo o desenvolvimento econômico e social de diversas localidades pelo vasto território do país, como acontece na Europa. (DAVY, 2025, *online*)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proteção da propriedade industrial, ao conferir segurança jurídica, assume um papel fundamental para o desenvolvimento econômico, tecnológico e social de um país, em razão de ser um mecanismo de incentivo a criação e a inovação gera um ambiente favorável ao investimento, à concorrência leal e à proteção do consumidor. Não pode ser resumido a um mero direito privado, mas deve ser compreendido como um interesse público.

Nesse sentido, a Indicação Geográfica é uma ferramenta de tutela jurídica e estratégica de desenvolvimento econômico e cultural, capaz de articular valor agregado e identidade cultural regional, expressão de um patrimônio coletivo.

A consolidação das Indicações Geográficas no Brasil enfrenta desafios estruturais, como a fragilidade organizacional de produtores, a baixa articulação institucional e a carência de políticas públicas de apoio à certificação. O país carece de uma cultura institucional sólida no que tange à valorização da Indicações Geográficas como ativo estratégico, diferentemente do que se observa em países como França, Itália ou Portugal.

A Indicação de Procedência do calçado francano ainda que não tenha trazido resultados expressivos na área econômica, é possível afirmar que o reconhecimento representou a valorização da identidade territorial, contribuindo para a preservação de saberes tradicionais. Mas, seu sucesso depende de vários fatores, como uma administração eficaz, políticas públicas adequadas e uso estratégico dos agentes econômicos, e de um processo contínuo de qualificação e inovação estratégica.

REFERÊNCIAS

BOVO, Daniel Henrique. **Indicação geográfica e o desenvolvimento regional**: estudo de caso da indicação de procedência calçado de Franca. (Dissertação de Mestrado). Centro Universitário Municipal de Franca, UNIFACEF, 2019. Disponível em: <https://pos.unifacef.com.br/wp-content/uploads/2023/03/Dissertacao_DANIEL-HENRIQUE-BOVO.pdf> Acesso em 29 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**: Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm> Acesso em: 26 set. 2025.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Plataforma de Dados de Indicações Geográficas Brasileiras e Produtos Típicos Potenciais**. Disponível em <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/dados-sobre-igs-registradas-e-produtos-tipicos-potenciais/plataforma-de-dados>> Acesso em: 24 set. 2025.

CABRAL, Danièle Hervé Quaranta. **A indicação geográfica no segmento de queijo artesanal no Brasil e na França: estudo comparativo das IP Canastra e AOP Camembert de Normandie**. (Tese de Doutorado em Propriedade Intelectual e Inovação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, INPI). Rio de Janeiro, 2018.

DAVY, Fabiola C. Alves. **Indicações Geográficas de produtos agropecuários**. Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDA). Disponível em: <https://mapas.agricultura.gov.br/agroeventos/uploads/20081103_173949_976459781.pdf> Acesso em: 25 set. 2025.

DONADELI, Paulo Henrique Miotto. **A proteção jurídica do queijo da canastra: patrimônio cultural imaterial e indicação de procedência**. In: II Congresso de Direito, Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico-Social / Grupo de Estudos e Pesquisa em Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico-Social. Franca: UNESP, 2020. v. 1. p. 107-121.

IBGE. **Mapa de indicações geográficas do Brasil.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/sociedade-e-economia/22920->> Acesso em: 20 set. 2025.

MATOS, Ligia Aparecida Inhan; LA ROVERE, Renata Lèbre. Tipos de conhecimento regional protegidos pelas instituições na indicação de procedência Canastra (MG). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, n. 58(2), 2020.

MEDEIROS, Mirna de Lima. **Indicações geográficas, turismo e desenvolvimento territorial**: uma análise sistêmica da indicação de procedência do queijo minas artesanal do Serro. (Tese de Doutorado em Administração de Organizações, USP) Ribeirão Preto, 2015.

MOTA, Mariana Gonçalves. **A experiência do território da Serra da Canastra**: instituições, indicação geográfica e singularidades, 2017. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017.

GOMES, Silvia Cristina Vieira. **Indicações geográficas de café**: o papel da assistência técnica e extensão rural e das organizações de apoio no desenvolvimento territorial, 2024. Tese (Doutorado em Agronegócio e Desenvolvimento) Universidade Estadual Paulista, Tupã, 2024.

VIEIRA, Adriana Carvalho Pinto; PELLIN, Valdinho. As indicações geográficas como estratégia para fortalecer o território: o caso da indicação de procedência dos vales da uva goethe. **Desenvolvimento em questão**, Editora Unijuí, ano 13, n. 30, abr./jun. 2015, p. 155-174.

VIEIRA, Adriana Carvalho Pinto; BRUCH, Kelly Lissandra; FORMIGHIERI, Ivanio; RODEGHERO, Camila. Indicação geográfica como instrumento para o desenvolvimento de uma região: caso indicação de procedência dos vales da uva goethe, SC. **PIDCC**, Aracaju, ano III, ed. 05, 2014, p. 407-425.

ANÁLISE DO FILME “MEU PAI”: aspectos biopsicossociais no envelhecimento e na doença de Alzheimer

ANALYSIS OF THE FILM ‘THE FATHER’: BIOPSYCHOSOCIAL ASPECTS OF AGING AND ALZHEIMER’S DISEASE

Área temática: Saúde e Bem-estar.

MOREIRA, Larissa Vitória Gica
Universidade de Franca - UNIFRAN
Graduanda em Fisioterapia
E-mail: larissamoreirz09@gmail.com

SERVINO, Aline Cristina Sliuzas
Universidade de Franca - UNIFRAN
Graduanda em Fisioterapia
E-mail: alinesliuzas1985@gmail.com

OLIVEIRA, Vitória dos Passos
Universidade de Franca - UNIFRAN
Graduanda em Fisioterapia
E-mail: vitoriapassol@gmail.com

LOURENÇO, Edilania Gumiero
Universidade de Franca – UNIFRAN
Graduada em Fisioterapia e Mestre em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca
Docente do ensino superior.
E-mail: edilania.lourenco@unifran.edu.br

BORGES, Ana Paula Oliveira
Universidade de Franca – UNIFRAN
Pós-doutorado em Promoção de Saúde pela UNIFRAN. Doutora em Ciências, área de concentração em Neurologia e Neurociência do comportamento pela USP/Ribeirão Preto. Mestra em Promoção de Saúde pela UNIFRAN e docente no ensino superior: graduação e pós-graduação
E-mail: ana.oliveira@unifran.edu.br

BULGO, Danilo Cândido
Universidade de Franca – UNIFRAN
Pós-doutorado em Linguística (UNIFRAN). Doutor e mestre em Promoção de Saúde (UNIFRAN), docente e pesquisador no ensino superior: graduação e pós-graduação
E-mail: danilo.bulgo@unifran.edu.br

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar os aspectos biopsicossociais retratados no filme *Meu Pai* (*The Father*, 2020), com ênfase nas repercussões da Doença de Alzheimer e do processo de envelhecimento na vida do indivíduo e de sua família. A obra cinematográfica, dirigida por Florian Zeller, oferece uma representação sensível e realista dos desafios enfrentados por pessoas idosas acometidas por demência, evidenciando os impactos não apenas fisiológicos, mas também emocionais e sociais. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). O corpus da pesquisa foi constituído por cenas-chave do filme que ilustram as transformações cognitivas, afetivas e relacionais do protagonista, bem como a sobrecarga vivenciada por seus cuidadores. A análise fílmica foi complementada por uma revisão bibliográfica fundamentada em produções científicas e documentos oficiais, como o Estatuto da Pessoa

Idosa e relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS), visando contextualizar o envelhecimento e a Doença de Alzheimer sob uma perspectiva interdisciplinar. Os resultados evidenciam que o Alzheimer, além de comprometer a memória e a autonomia, desestabiliza a identidade do indivíduo e gera grande sofrimento psíquico. O filme mostra como o cuidado humanizado, centrado na empatia e no acolhimento, pode contribuir para a preservação da dignidade e do bem-estar do idoso. A obra ainda destaca o impacto emocional sobre os familiares, que frequentemente enfrentam sobrecarga física e emocional. Conclui-se que o cinema, ao retratar de forma realista os efeitos da demência, pode ser uma ferramenta valiosa de sensibilização e reflexão sobre o envelhecimento, reforçando a necessidade de práticas de cuidado integradas, éticas e humanizadas.

Palavras-chave: Doença de Alzheimer; Educação em Saúde; Envelhecimento.

Abstract

This study aims to analyze the biopsychosocial aspects portrayed in the film *The Father* (2020), with emphasis on the repercussions of Alzheimer's disease and the aging process on the individual and their family. The cinematic work, directed by Florian Zeller, offers a sensitive and realistic representation of the challenges faced by elderly people affected by dementia, highlighting not only physiological impacts but also emotional and social ones. The methodology used was qualitative, descriptive, and exploratory, based on Bardin's (2011) content analysis. The research corpus consisted of key scenes from the film that illustrate the cognitive, affective, and relational changes of the protagonist, as well as the burden experienced by his caregivers. The film analysis was complemented by a bibliographic review grounded in scientific literature and official documents, such as the Elderly Statute and reports from the World Health Organization (WHO), aiming to contextualize aging and Alzheimer's disease from an interdisciplinary perspective. The results show that Alzheimer's disease, beyond impairing memory and autonomy, destabilizes the individual's identity and causes significant psychological suffering. The film demonstrates how humanized care, centered on empathy and support, can contribute to preserving the dignity and well-being of the elderly. The work also highlights the emotional impact on family members, who often face physical and emotional overload. It is concluded that cinema, by realistically portraying the effects of dementia, can be a valuable tool for raising awareness and reflection on aging, reinforcing the need for integrated, ethical, and humanized care practices.

Keywords: Alzheimer Disease; Health Education; Aging.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo natural, progressivo e irreversível, caracterizado por mudanças fisiológicas, psicológicas e sociais que ocorrem ao longo do tempo. Essas transformações afetam diretamente a funcionalidade do indivíduo, podendo comprometer sua autonomia e qualidade de vida. Com o aumento da expectativa de vida e a transição demográfica observada nas últimas décadas, o envelhecimento populacional tornou-se um fenômeno global, exigindo atenção não apenas da área da saúde, mas também das políticas públicas, da família e da sociedade como um todo (Freitas *et al.*, 2006). Esse novo cenário demanda um olhar mais sensível e humanizado para as pessoas idosas, respeitando sua individualidade e promovendo ações que favoreçam o envelhecer com dignidade.

Segundo o Estatuto da Pessoa Idosa, instituído pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, é considerada pessoa idosa todo indivíduo com idade igual ou superior a 60 anos. Essa legislação garante uma série de direitos sociais, de saúde, de liberdade e dignidade, visando à proteção integral da pessoa idosa no Brasil. A definição legal que permite o acesso a políticas públicas específicas, como atendimento prioritário no Sistema Único de Saúde (SUS), transporte público gratuito, meia-entrada em eventos culturais e atendimento preferencial em repartições públicas e instituições financeiras.

No filme *"Meu Pai"* (2020), dirigido por Florian Zeller, oferece uma narrativa sensível sobre os sintomas neurológicos e psiquiátricos da doença de *Alzheimer*, desorientação, perda de memória, delírios, emoções alteradas, dificuldades de raciocínio, erros na hora de identificar conhecidos e familiares, esses são alguns dos sintomas, muito frequentes em diferentes estágios da doença

demonstrada na vida do protagonista detalhado com simplicidade, e uma boa dose de aspectos reais, como a relação da sua filha Anne, sua cuidadora, e do seu pai Anthony, algo difícil de lidar para ambos.

A obra utiliza recursos cinematográficos que colocam o espectador dentro da experiência confusa da pessoa 60+, evidenciando como a perda de memória e autonomia impacta emocionalmente tanto o indivíduo quanto sua rede de apoio, intercalando cenas que demonstra o passado e o presente, deixando para o espectador uma imensidão de dúvidas. Essa etapa do ciclo vital no cenário contemporâneo, constitui um fenômeno social e de saúde de grande relevância, associado a transformações demográficas, epidemiológicas e culturais. A longevidade crescente, embora represente um avanço significativo, traz consigo desafios complexos relacionados à manutenção da autonomia, à qualidade de vida e à promoção do bem-estar físico, emocional e social dos indivíduos. O filme ilustra de forma sensível como os aspectos biológicos do envelhecimento, como declínio cognitivo e sensibilidade a estímulos externos, interagem com fatores psicológicos e sociais, incluindo a dependência dos familiares.

Do ponto de vista fisiológico, a demência do tipo mais comum é a Doença de Alzheimer. De acordo com a OMS (2023) mais de 55 milhões de pessoas vivem com algum tipo de demência no mundo, sendo que aproximadamente 70% dos casos são decorrentes do Alzheimer. A doença envolve alterações progressivas no sistema nervoso central, comprometendo funções cognitivas e a memória. No cérebro, observa-se o acúmulo de proteínas anormais, como a beta-amiloide e a TAU, que formam placas senis e emaranhados neurofibrilares, provocando degeneração e morte neuronal. Esse processo leva à atrofia cerebral, especialmente em regiões como o hipocampo e o córtex pré-frontal, áreas responsáveis pela memória, aprendizado e tomada de decisões. Além disso, ocorrem disfunções sinápticas e redução na transmissão de neurotransmissores essenciais, como a acetilcolina, o que contribui para dificuldades de atenção, raciocínio e orientação espacial. Na condição do envelhecimento, fatores vasculares, metabólicos e inflamatórios podem acelerar essas alterações, intensificando o declínio cognitivo explicando os sintomas observados em Anthony.

Nesse contexto, do filme, as repercussões biopsicossociais permitem compreender detalhadamente cada plano, biológico observa-se o declínio progressivo das funções cognitivas e funcionais, no aspecto psicológico, emergem sentimentos depressivos, tais como medo, tristeza, insegurança e regressão afetiva, e no âmbito social, destaca-se o impacto direto na dinâmica familiar, marcado pela sobrecarga, desgaste dos vínculos.

Desse modo, o objetivo do presente estudo é analisar os aspectos biopsicossociais apresentados no filme *“Meu Pai”*, destacando as repercussões da Doença de Alzheimer e do processo de envelhecimento na vida do indivíduo e de sua família, visando compreender os desafios e impactos enfrentados sob uma perspectiva multidimensional.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, tendo como principal objetivo analisar os aspectos biopsicossociais do envelhecimento e da Doença de Alzheimer retratados no filme *“Meu Pai”*. A escolha da abordagem qualitativa se justifica pela natureza subjetiva e interpretativa do objeto de estudo, permitindo compreender com profundidade as experiências humanas representadas na obra cinematográfica, bem como suas implicações no campo da saúde, psicologia e assistência social.

Baseia-se na análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), que consiste em um conjunto de técnicas que permite interpretar sistematicamente mensagens, buscando identificar núcleos de sentido que se relacionam com os objetivos da pesquisa. O *corpus* de análise foi composto pelas cenas centrais do filme que abordam, de forma explícita ou simbólica, os efeitos da Doença de Alzheimer sobre o protagonista e sua rede de apoio, considerando os planos biológico, psicológico e social.

Como procedimento metodológico complementar, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com base em obras clássicas e contemporâneas da área da saúde, gerontologia, neurociências e políticas públicas. Foram consultadas fontes e documentos oficiais da Organização Mundial da Saúde (OMS) e legislações brasileiras, como o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003). Essa triangulação entre o material fílmico e os referenciais teóricos tem como objetivo sustentar a análise crítica e promover uma reflexão interdisciplinar sobre os desafios do envelhecimento na contemporaneidade.

Além disso, o filme foi utilizado como fonte de análise simbólica, com base em sua capacidade de representar fenômenos sociais por meio da linguagem audiovisual. O uso do cinema como recurso

metodológico tem se mostrado eficaz em estudos qualitativos voltados à educação, saúde e ciências humanas, pois amplia a compreensão de temas complexos, como o sofrimento psíquico, a desorganização cognitiva e a sobrecarga dos cuidadores no contexto das demências.

Nesse sentido, a pesquisa respeitou os critérios éticos próprios de estudos teóricos e de análise de obras públicas, não envolvendo coleta de dados com seres humanos, o que dispensa a submissão a comitês de ética em pesquisa, conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar o filme “*Meu Pai*” observa-se sua evidência, de forma clara, os impactos multifacetados do *Alzheimer* sobre o indivíduo e seu contexto social, com lançamento em 2020 e duração de 97 minutos, destaca-se em sua essência a complexidade do envelhecimento e da demência, detalhando a necessidade de uma atenção integral e humanizada a pessoa que envelhece. Anthony, um engenheiro aposentado que se torna cada vez mais confuso, irritado e obcecado com seu relógio de pulso, detalha situações que impactam diretamente sua experiência emocional, social e familiar, consigo trazendo a dificuldades de uma família que possui um membro afetado pela doença de *Alzheimer*.

Mesmo sendo um filme de cunho internacional, ao se trazer essa narrativa para um contexto brasileiro, evidencia ainda que a humanização do cuidado, previsto pelo SUS e reforçada pelo Estatuto, é essencial para preservar a dignidade, autonomia e a identidade do paciente, algumas cenas mostra momentos que Anthony depende da compreensão e paciência de seus cuidadores, revelando que a empatia, a comunicação adaptada e o suporte familiar são instrumentos fundamentais para o manejo da doença. Esses elementos confirmam achados da literatura que associam práticas humanizadas a melhor qualidade de vida, redução do sofrimento emocional e fortalecimento das relações interpessoais e como em seu enredo se caracteriza não apenas a evolução da doença, mas faz o público vivenciá-la, colocando o espectador dentro de sua mente desorientada.

Seguidamente, serão ilustradas cenas específicas do filme para reconstrução da análise dialógica e narrativa, elucidação das mudanças cognitivas e emocionais do protagonista e discussão sobre como a abordagem biopsicossocial e humanizada se manifesta na prática do cuidado ao idoso.

Cena: Anthony não reconhece sua filha pela primeira vez

Recorde temporal: 20m04seg



Análise discursiva: Anthony, confuso, questiona “Cadê a Anne?”, observa-se o primeiro momento em que o protagonista deixa de reconhecer sua própria filha, esse episódio traduz um marco no avanço da demência, revelando como a doença compromete progressivamente a memória episódica e o reconhecimento de pessoas próximas, na cena mostra o rosto da Catherine que Anthony vê, mas na verdade é sua filha. Do ponto de vista biológico, esse fenômeno está relacionado à degeneração

neuronal em áreas cerebrais como o hipocampo e o córtex temporal, responsáveis pela codificação e evocação de memórias, além do reconhecimento facial.

Na análise psicológica, a reação de Anthony oscila entre medo e confusão, traduzindo a experiência subjetiva de um sujeito que perde a referência de si e do outro. Para Anne, a cena expressa a dor emocional de se tornar invisível para aquele que, em outros tempos, fora o seu referencial de afeto e proteção. Esse abalo repercute na autoestima e no equilíbrio emocional de ambos, intensificando sentimentos de tristeza, impotência e angústia, no âmbito social, a cena ilustra a ruptura do vínculo familiar em seu aspecto simbólico, a relação pai e filha é corroída não pela ausência física, mas pela perda de reconhecimento e identidade, o que aprofunda o isolamento de Anthony e a sobrecarga de Anne, tal situação evidencia o peso da doença sobre a família, trazendo sobrecarga emocional e exigindo resiliência, empatia e paciência por parte dos cuidadores.

Assim, essa primeira vez em que Anthony não reconhece a filha funciona como um marco narrativo e simbólico do impacto global da doença, mostrando que não se trata apenas de uma degeneração cerebral, mas de um processo que ressoa na subjetividade e na estrutura social da família.

Cena: Pensamento Intrusivo de Anne

Recorde temporal: 35m49seg



Análise discursiva: Anne imagina sufocar seu pai com suas próprias mãos, após seu pai ter um surto de confusão de independência e escutar que ela quer ficar com seu apartamento, desalmada e manipuladora, no cenário somos confrontados com uma representação extrema do impacto biopsicossocial da doença de *Alzheimer* tanto no protagonista quanto em sua família. Do ponto de vista biológico, Anthony encontra-se em um estágio avançado da demência, exigindo supervisão integral e enfrentando a perda progressiva de sua autonomia, porém sempre se recusando a ter uma cuidadora oficial, o que acaba sendo difícil para Anne ter que lidar com tudo sozinha, esse processo gera uma sobrecarga física evidente, que precisa reorganizar sua rotina, renunciar a aspectos de sua vida pessoal e assumir tarefas de cuidados intensivos. No eixo psicológico, a exaustão emocional da filha é retratada na forma de um pensamento intrusivo, que simboliza não apenas o sofrimento, mas também a perda momentânea de recursos internos para lidar com o cuidado prolongado.

E assim, a dimensão social emerge na ausência de uma rede de apoio estruturada, Anne enfrenta sozinha o peso da assistência, sem acesso a programas de suporte que poderiam aliviar sua carga e oferecer estratégias de enfrentamento. Nesse sentido, a cena traz à tona a urgência da implementação de programas de psicoeducação e de apoio aos cuidadores, que têm mostrado eficácia em reduzir sintomas de estresse, ansiedade e até prevenir a depressão em familiares, tais programas oferecem informações sobre a doença, ensinam estratégias de enfrentamento e criam redes de suporte social. Se medidas desse tipo fossem mais acessíveis e visíveis na sociedade, situações como a vivida por Anne poderiam ser prevenidas, evitando que pensamentos intrusivos de exaustão e impotência surgissem como resposta ao cuidado solitário. Assim, a cena não apenas retrata a dor individual, mas

também evidencia a necessidade coletiva de fortalecer políticas públicas e intervenções de saúde que protejam tanto o idoso quanto seus familiares.

Cena: Auxílio para as atividades de vida diária (AVDs)

Recorde temporal: 51m18s



Análise discursiva: Nesta cena, Anthony demonstra dificuldades em realizar atividades básicas como se vestir, evidenciando a progressão da doença de *Alzheimer* e os impactos do envelhecimento no corpo e na mente. No aspecto biológico, observa-se a deterioração cognitiva e funcional, que compromete habilidades motoras, a memória de sequência de tarefas e a coordenação, tornando tarefas simples um desafio. Do ponto de vista psicológico, a perda da autonomia gera sentimento de frustração, sente-se dependente, vulnerabilidade e perda de identidade, pois atividades cotidianas estão diretamente ligadas à noção de independência e dignidade pessoal. Já no campo social, a necessidade crescente de auxílio transfere a carga de cuidado para familiares, como Anne, que enfrenta o desgaste emocional e a sobrecarga do papel de cuidadora. Esse quadro ilustra as repercussões biopsicossociais do *Alzheimer*, o corpo envelhecido fragiliza ainda mais a execução das atividades de vida diária (AVD's), enquanto a mente debilitada altera a percepção de si e do ambiente.

A perda da independência não afeta apenas o paciente, mas também modifica a dinâmica familiar, exigindo reorganização da rotina, suporte emocional e cuidados permanentes, como tarefas de higiene pessoal, vestir-se e locomoção. Assim, o filme destaca como o envelhecimento associado à demência amplia a dependência funcional, transformando a vida do protagonista e de sua filha em um ciclo de limitações e adaptações constantes do ambiente.

Cena: Agressão do genro

Recorde temporal: 1h08m34seg



Análise discursiva: Em uma das cenas mais perturbadoras, Anthony é fisicamente e verbalmente agredido por Paul, o genro, durante uma discussão, no entanto, quando Anne chega à cena, Paul se mostra confuso e assustado pela reação de Anthony, pois a situação parece ter sido apenas uma alucinação do protagonista, evidencia-se a complexidade das repercussões biopsicossociais da doença de Alzheimer, essa ambiguidade no âmbito biológico reflete o processo neurodegenerativo que compromete funções cognitivas como memória, percepção e julgamento da realidade, levando o protagonista a confundir pessoas e situações, característica frequente em quadros demenciais, onde o paciente não consegue distinguir a realidade da percepção distorcida. Sob a perspectiva psicológica, observa-se o sofrimento emocional de Anthony, marcado pela insegurança, pelo medo e pela perda de autonomia, fatores que intensificam a sensação de vulnerabilidade e incerteza entre realidade e ilusão, comprometendo sua estabilidade emocional, contribuindo para o aumento de angústia e fragilidade psíquica, a agressão, embora não confirmada, simboliza o medo e a indefesa do idoso diante de possíveis abusos, seja real ou imaginados, destaca a importância de um cuidado atento e respeitoso.

Nesse contexto, representa uma das mais graves repercussões sociais que cercam o envelhecimento associado à doença de *Alzheimer*, de acordo com dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), nos primeiros meses de 2025, o número de casos de violência contra os idosos no Brasil aumentou 38%, com mais de 65 mil denúncias registradas, as formas mais comuns incluem agressão física, violência psicológica, negligência e abuso patrimonial, muitas vezes praticados por pessoas do convívio próximo. Destaca-se a importância do Estatuto da Pessoa Idosa, que define como violência qualquer ação ou omissão que cause sofrimento físico, psicológico ou que atente contra a dignidade dessa população, a lei prevê mecanismos de proteção e responsabilização, como medidas judiciais, acolhimento e penalidades para os agressores (Brasil, 2003).

No aspecto social, a cena ressalta os impactos da doença nas dinâmicas familiares, o relacionamento de Anne e Paul é tensionado pela sobrecarga do cuidado e pelo desgaste emocional, expondo o risco de conflitos e até de negligência. Ainda que a agressão possa ter sido fruto de uma distorção perceptiva, a cena problematiza a vulnerabilidade de pessoas idosas com demência frente a situações de violência doméstica ou institucional, evidenciando a necessidade de políticas e práticas de cuidado que priorizem proteção e dignidade. Diante desse cenário, datas como o dia 15 de junho, quando é celebrado o Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa, são cada vez mais importantes para expor um problema crônico, muitas vezes ignorado pela sociedade e pelas autoridades, o que culmina na promoção do envelhecimento positivo nas suas mais variadas características.

Cena: Deixado em um lar de longa permanência

Recorde temporal: 1h18m03seg



Análise discursiva: Anthony é inserido em uma instituição de longa permanência, observa-se um ponto crítico da trajetória da doença de *Alzheimer* onde mostra a transição do cuidado domiciliar para

o institucionalizado, na análise sob a perspectiva biológica, o avanço da demência compromete de forma significativa as funções cognitivas e a autonomia funcional, exigindo cuidados especializados e contínuos que muitas vezes extrapolam a capacidade da rede familiar de suporte. No aspecto psicológico, evidencia-se o sofrimento do personagem frente à sensação de abandono e solidão. Anthony verbaliza sua preocupação em “sozinho”, o que remete à perda do senso de pertencimento e à dificuldade em compreender a real motivação da internação.

Do ponto de vista social, a decisão de Anne revela a sobrecarga emocional e prática enfrentada pelos familiares cuidadores o encaminhamento para uma instituição reflete tanto a limitação da família em prover cuidados integrais quanto a busca por um ambiente seguro e estruturado. Contudo, também levanta questões éticas e afetivas relacionadas à ruptura do convívio familiar cotidiano e ao impacto nas relações interpessoais. Dessa forma, a cena retrata de maneira sensível como o processo de institucionalização, embora necessário em muitos casos, repercute amplamente na vida do idoso e de sua família.

A compreensão dessa transição a partir de uma abordagem biopsicossocial é essencial para que os serviços de saúde e assistência ofereçam suporte humanizado, respeitando a dignidade, a autonomia residual e o bem-estar emocional da pessoa com demência.

Cena: Não reconhece quem ele é e chama pela sua mãe

Recorde temporal: 1h27m44seg



Análise discursiva: A cena final do filme é particularmente comovente, mostrando Anthony em um ambiente institucional, aparentemente perdido e confuso demonstra não reconhecer mais quem é, questionando sua própria identidade em seguida, manifesta um comportamento regressivo ao chamar pela mãe, chorar e expressar desejo de “voltar para casa”, a perspectiva biológica, a cena representa o estágio avançado da Doença de Alzheimer, caracterizado por severa deterioração cognitiva, desorientação temporoespacial e perda quase total da autonomia, demonstrando o apelo pela mãe e o choro revelam o impacto da falência neurológica sobre o funcionamento psíquico, em que memórias mais recentes são apagadas e lembranças afetivas remotas emergem como última âncora emocional.

No âmbito psicológico, a fala de Anthony traduz de forma poética o sofrimento íntimo do idoso diante da consciência fragmentada de si mesmo, ao se comparar com uma árvore traz uma metáfora delicada que perde suas folhas evidencia a percepção subjetiva de um “desaparecer em vida”, gerando medo, solidão e fragilidade. Do ponto de vista social, a institucionalização se apresenta como resposta necessária diante da incapacidade familiar de oferecer cuidados complexos, mas reforça o sentimento de deslocamento e perda de pertencimento, o desejo de “ir para casa” simboliza não apenas o retorno ao espaço físico familiar, mas também a busca por segurança, afeto e identidade social perdida no contexto do lar de longa permanência.

Ao relacionar essa cena ao processo de envelhecimento, percebe-se que, embora o declínio cognitivo faça parte de determinadas condições patológicas, o idoso mantém necessidades emocionais e sociais fundamentais, o olhar humanizado sobre essa experiência exige não apenas assistência médica e fisioterapêutica, mas também estratégias de acolhimento, comunicação empática e manutenção da dignidade. Assim, o desfecho de Anthony expõe, de maneira pungente, que o

envelhecimento acompanhado de demência não deve ser visto apenas sob a ótica da perda, mas como um chamado à sociedade e aos profissionais de saúde para oferecerem cuidado integral e compassivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filme “*Meu Pai*” evidencia de maneira sensível e impactante os desafios do envelhecimento associados à Doença de *Alzheimer*, a narrativa conduz o espectador a mergulhar na experiência do protagonista, revelando não apenas as perdas cognitivas, mas também a desorganização da identidade, o enfraquecimento das relações e o sofrimento diante da perda de autonomia. Ao longo das cenas, percebe-se que o adoecimento ultrapassa o corpo físico, alcançando dimensões emocionais e existenciais que desestabilizam tanto o idoso quanto sua rede de apoio.

A obra mostra que a vivência da doença é marcada por sentimentos de solidão, medo e desorientação, mas também pela busca por pertencimento, afeto e dignidade, nesse sentido, o filme ressalta a importância de um cuidado humanizado, que reconheça o idoso não apenas como paciente, mas como ser integral, carregado de memórias, vínculos e subjetividade. A trajetória de Anthony simboliza, assim, o quanto a velhice e a fragilidade exigem não apenas assistência técnica, mas também acolhimento, empatia e sensibilidade.

Frente a tais aspectos, essa obra cinematográfica expõe como reflexão a urgência de se pensar o envelhecimento e a demência de forma integrada, reafirmando que o cuidado deve ir além da doença, preservando a dignidade, a humanidade e o sentido de vida do idoso, mesmo em meio às perdas impostas pelo tempo e pela condição clínica.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARROS, M. E.; GOMES, R. D. S. Humanização do cuidado em saúde: de tecnicismos a uma ética do cuidado. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 23, n. 3, p. 641-658, 2011

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 140, n. 192, p. 1-4, 3 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 28 set. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais que envolvem seres humanos. *Diário Oficial da União*, Brasília, 24 maio 2016, Seção 1, p. 44-46.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/pessoa-idosa>. Acesso em: 12 set. 2025.

FREITAS, E. V. et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

SANTOS, R. L., et al. (2021). Impacto da Doença de Alzheimer na vida dos cuidadores familiares. *Dementia & Neuropsychologia*, 15(1), 88-95.

SCIELO. Condições de saúde e sobrecarga de trabalho entre cuidadores informais de pessoas idosas com síndromes demenciais. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/NQpGjxMpvmcTwQhQnyDC3wD/>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Dementia*. Genebra: World Health Organization, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/dementia>. Acesso em: 28 set. 2025.

OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (ONDH). Relatório sobre violência contra idosos no Brasil: aumento de 38% nas denúncias em 2025. Brasília: ONDH, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/ondh>. Acesso em: 17 set. 2025

ARQUITETURA COMO FERRAMENTA DA JUSTIÇA SOCIAL: SOB OLHAR DO CRISTIANISMO

ARCHITECTURE AS A TOOL FOR SOCIAL JUSTICE: FROM A CHRISTIAN PERSPECTIVE

Área temática: Cidades e Comunidades Sustentáveis.

NAVARRO, Emanuely Estevam dos Santos
Universidade de Franca – UNIFRAN
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo
manu2103estevam@gmail.com

VALENTINI, Mauricio de Azevedo Valentini
Universidade de Franca – UNIFRAN
Doutor em Promoção da Saúde
mauriciovalentini@gmail.com

Resumo

A persistente violação de direitos fundamentais, como saúde, habitação, saneamento, segurança e bem-estar, evidencia a urgência da justiça social no contexto urbano brasileiro. Considerando que o arquiteto e urbanista possui formação multidisciplinar capaz de articular aspectos técnicos e sociais, este estudo buscou evidenciar como a prática projetual pode contribuir para a equidade, relacionando fundamentos da justiça social aos princípios do cristianismo. Por meio de revisão bibliográfica, foram discutidos os conceitos centrais e delineado o papel do profissional como agente de transformação, associando teoria social e teológica a leituras projetuais como o Conjunto Edite na cidade de São Paulo. A pesquisa exploratória, desenvolvida por meio de análises qualitativas de projetos brasileiros voltados a populações vulneráveis, demonstrou a possibilidade de reverter quadros de exclusão e desigualdade através de soluções arquitetônicas e urbanísticas inclusivas. Os resultados apontam que o engajamento do poder público, aliado à atuação profissional e à participação popular, é essencial para políticas urbanas efetivas, que valorizem a escala humana, a diversidade cultural e a identidade local. Quando fundamentadas nesses princípios, as cidades tornam-se mais justas e inclusivas, possibilitando oportunidades, liberdade e melhoria da qualidade de vida para todos.

Palavras-chave: justiça social, Cristianismo, planejamento urbano.

Abstract

The persistent violation of fundamental rights such as health, housing, sanitation, security, and well-being highlights the urgency of social justice within the Brazilian urban context. Considering that architects and urban planners possess multidisciplinary training capable of articulating technical and social aspects, this study sought to demonstrate how design practice can contribute to equity, relating the foundations of social justice to the principles of Christianity. Through a bibliographic review, central concepts were discussed and the professional's role as an agent of transformation was outlined, associating social and theological theory with project-based readings, such as the Conjunto Edite in São Paulo. The exploratory research, conducted through qualitative analyses of Brazilian projects aimed at vulnerable populations, revealed the potential to reverse scenarios of exclusion and inequality through inclusive architectural and urban solutions. The findings indicate that the engagement of public authorities, combined with professional practice and community participation, is essential for effective urban policies that value human scale, cultural diversity, and local identity. When grounded in these principles, cities become more just and inclusive, enabling opportunities, freedom, and improved quality of life for all.

Keywords: social justice, Christianity, urban planning.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo trata de como a Arquitetura e o Urbanismo podem contribuir para a equidade social, ressaltando os direitos humanos e o papel do arquiteto e urbanista nas políticas públicas. O objetivo é evidenciar como esses profissionais podem atuar na redução da miséria e da violência, fortalecendo princípios como dignidade, liberdade, cidadania e oportunidade.

Inspirado no Cristianismo, que se fundamenta no amor e na igualdade, o estudo destaca a responsabilidade diante do “quarteto da vulnerabilidade” – órfãos, viúvas, pobres e estrangeiros. Assim, defende-se que os espaços urbanos devem refletir justiça social e solidariedade, não estando os arquitetos e urbanistas alheios às desigualdades existentes.

O trabalho dialoga com conceitos de justiça social, equidade e desigualdade, à luz de referências como Loren Cunningham (2012), que aponta as sete esferas de influência da sociedade, e Reinhold Niebuhr (1967), que define a justiça como instrumento do amor. A fundamentação apoia-se também em documentos como a Constituição Federal, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Código de Ética profissional, além de autores como Jane Jacobs, Jan Gehl e Jaime Lerner.

Por fim, são analisados projetos brasileiros que obtiveram resultados positivos na promoção da inclusão, extraindo diretrizes para práticas arquitetônicas e urbanísticas mais equitativas. A pesquisa busca, portanto, relacionar fundamentos cristãos e estudos arquitetônicos, a fim de identificar princípios aplicáveis à construção de cidades mais justas e humanas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A justiça social é entendida como a relação entre desigualdades e as ações necessárias para reduzi-las, reconhecendo que todos os seres humanos possuem direitos e deveres iguais (BRASIL, 1988). Contudo, a justiça civil sozinha não garante equidade, exigindo políticas sociais que combatam a exclusão (FALEIROS, 2000). Rawls (1971) propõe três princípios fundamentais para uma sociedade justa: liberdades básicas para todos, igualdade de oportunidades e a manutenção de desigualdades apenas quando favoreçam os mais vulneráveis.

Do ponto de vista cristão, autores como Russell Shedd (1984) e Timothy Keller (2013) defendem que a fé deve se traduzir em prática social, unindo justiça e misericórdia. Assim, a moralidade bíblica aponta para o cuidado com o “quarteto da vulnerabilidade” – órfãos, viúvas, pobres e estrangeiros – enfatizando que a justiça é indissociável do amor ao próximo. Essa perspectiva amplia o debate para além das leis civis, vinculando princípios espirituais à realidade social.

No Brasil, a desigualdade é alarmante. Segundo o Banco Mundial, quem vive com menos de US\$ 5,5 por dia está na linha da pobreza, e o IBGE (2017) mostra que mulheres negras, chefes de família, estão entre os mais atingidos. A pobreza, porém, não se limita à renda, mas inclui a falta de acesso a direitos como educação, moradia, saneamento e internet. Essa exclusão estrutural reforça a necessidade de políticas públicas efetivas e de uma atuação conjunta de instituições governamentais, privadas e religiosas.

Iniciativas como Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida buscam oferecer recursos mínimos e novas oportunidades. Ainda que muitas vezes criticadas, tais políticas são fundamentais para a promoção da equidade, desde que aplicadas com transparência e coerência. Sobre isto, vale ressaltar o quanto a corrupção política também é um impeditivo para redução das desigualdades sociais. Nesse sentido, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (2015) reforçam a urgência de reduzir desigualdades até 2030, mostrando que um país desenvolvido não se mede apenas pelo crescimento econômico, mas pela capacidade de diminuir a pobreza e garantir dignidade a todos os cidadãos.

O arquiteto, entendido etimologicamente como “construtor fundamental”, é o profissional que planeja e organiza os espaços para atender às necessidades humanas (CAU/BR). Regulamentados por um Código de Ética, arquitetos e urbanistas têm como dever não apenas projetar edificações, mas também promover justiça social, inclusão, moradia, mobilidade e qualidade de vida, assumindo a responsabilidade social que sua profissão carrega. A própria Bíblia apresenta Deus como arquiteto e edificador (HEBREUS, 11:10), exemplo que inspira o ofício no cuidado e na promoção da equidade.

A arquitetura é descrita como ciência universal, multidisciplinar e transformadora (OLIVEIRA, 2015), capaz de ordenar ideias e materializar sonhos. Assim, o arquiteto não atua apenas como técnico, mas como agente de transformação social. Exemplos históricos como Martin Luther King reforçam que a busca por justiça e igualdade deve também se refletir nos espaços urbanos, pois liberdade só existe plenamente quando todos podem usufruir das cidades em condições iguais.

Urbanistas como Jane Jacobs e Jan Gehl criticam os modelos modernistas que priorizam edifícios em detrimento das pessoas. Jacobs, em seu livro *Morte e Vida de Grandes Cidades* (1961) enfatiza a vivência cidadã como ponto de partida para o planejamento urbano, contrário aos primeiros planos urbanísticos que são apartados da experiência das cidades. Na mesma semântica, Gehl (2014) defende cidades voltadas para pedestres, ciclistas e a vida ao nível da rua. Jaime Lerner, por sua vez, propõe a “acupuntura urbana” (2010), pequenas intervenções capazes de revitalizar cidades e gerar solidariedade, mostrando que gentileza e sociodiversidade são essenciais para uma vida urbana mais humana.

Por fim, o planejamento urbano se relaciona diretamente com a promoção da saúde. Desde a Carta de Ottawa (1986), entende-se que qualidade de vida vai além da saúde física, englobando habitação, educação, renda, justiça social e equidade. No Brasil, a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS, 2014) reforça essa integração, reconhecendo o papel do urbanismo na criação de cidades sustentáveis e inclusivas. Assim, ser arquiteto é unir técnica, ética e humanidade para construir espaços que favoreçam justiça, liberdade e dignidade.

O Laboratório de Investigações Urbanas (LABINUR/FEC-Unicamp), têm produzido muitas pesquisas e explorado a ligação entre estas duas competências, e no artigo *Política de Promoção da Saúde e Planejamento Urbano: articulações para o desenvolvimento da cidade saudável* (2016), Sperandio, Francisco Filho e Mattos desenvolveram dois quadros que mostram esta ligação:

Quadro 1: Aproximações entre o Estatuto da Cidade e a PNPS de 2014

Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade)	Portaria 2.446/2014 (PNPS 2014)	Os Dispositivos tratam
Art. 3º, inciso IV; Art. 41, § 3º	Art. 7º, inciso III	Mobilidade; Acessibilidade; Desenvolvimento seguro (saneamento, habitação, transporte).
Art. 1º	Art. 7º, inciso V	Bem-estar; Ambiente Saudável
Art. 2º, inciso II; Art. 45	Art. 7º, inciso VII	Participação popular; Autonomia

Fonte: LABINUR, 2016.

Quadro 2: Características e abordagens da PNPS de 2014 como instrumentos para uma cidade saudável

PNaPS Portaria 2.446/14	Característica	Abordagem
Art. 5º, inciso II	Equidade	Planejamento de ações de promoção da saúde, favorecendo a construção de espaços de produção social saudável, em vista aos direitos humanos.
Art. 7º, incisos II, IV, V, VI, VIII	Objetivo da PNPS/14	Mobilidade e acessibilidade saudável e segura; promover a cultura da paz em territórios e municípios; apoiar a produção de ambientes saudáveis em busca do bem viver; valorizar os saberes populares; autonomia para sujeitos e coletividade.
Art. 8º, inciso IV	Transversalidade	Ambientes Saudáveis
Art. 9º, incisos II e VIII	Intra e Intersetorialidade	Estratégias para promover a saúde; participação e disseminação dos saberes
Art. 10, incisos II, III e VIII	Prioritária	Alimentação saudável com inclusão social e diminuição da pobreza (hortas urbanas); práticas corporais e atividades físicas, ciclovias; promoção do desenvolvimento sustentável na cidade.
Art. 11, inciso X	Pacto Interfederativo	Intercâmbio de experiências, pesquisas e estudos que visam o aperfeiçoamento tecnológico e disseminação do conhecimento.

Fonte: LABINUR, 2016.

A cidade contemporânea exige planejamento capaz de garantir igualdade no uso dos espaços, segurança, liberdade e bem comum. Para isso, políticas urbanas e de saúde devem assegurar participação social, inclusão e solidariedade, com ações interdisciplinares que respeitem as singularidades locais. Promover saúde e qualidade de vida, nesse contexto, significa oferecer condições coletivas, acessíveis e equitativas de bem-estar.

Henri Lefebvre (1968) foi pioneiro ao propor o conceito de “direito à cidade”, entendendo a urbanização como resultado do capitalismo que transformou o espaço em mercadoria. Para ele, em seu livro *Revolução Urbana* (1970), a cidade vai além de soluções técnicas, exigindo uma ciência urbana que considere o indivíduo como sujeito ativo. Lefebvre critica a alienação gerada por um urbanismo reducionista e defende o espaço como valor de uso, não apenas de troca.

David Harvey, em seu livro *Justiça Social e a Cidade* (1980), amplia esse debate, definindo o direito à cidade como um direito coletivo de transformar a si mesmo e a cidade por meio da ação social. Para ele, justiça social se baseia na cooperação e na distribuição equitativa dos benefícios do espaço urbano, o que exige organização territorial justa, investimentos equilibrados e políticas voltadas ao bem comum.

No Brasil, o Estatuto da Cidade (2001) incorporou esse direito, mas sua trajetória foi marcada por lutas sociais em busca de moradia, transporte e cidadania. Autores como Ermínia Maricato (1987, p.43) e Pedro Jacobi (1986, p.22) reforçam que o direito à cidade envolve dignidade, encontro e pertencimento, enquanto Robert Park (1967) ressalta que, ao construir a cidade, o homem reconstrói a si mesmo. Hoje, o debate é ampliado por redes e movimentos sociais que reivindicam cidades justas, democráticas e sustentáveis.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando a leitura projetual como método principal de análise das obras selecionadas. Esse procedimento permitiu interpretar não apenas a dimensão arquitetônica e urbanística, mas também os aspectos sociais, culturais e simbólicos presentes nos projetos, relacionando-os com a justiça social e, em alguns pontos, com fundamentos do cristianismo. As informações foram levantadas por meio de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas com profissionais envolvidos nos processos, possibilitando uma análise crítica das soluções projetuais.

No Conjunto Jardim Edite, a investigação enfatizou a verticalidade, a integração de equipamentos públicos, a participação social e o impacto urbanístico da obra; na Moradia Infantil, o foco recaiu sobre a humanização dos espaços, o sentimento de pertencimento e sua relação com o desenvolvimento das crianças; e no Parque Linear Beira-Rio, a análise destacou as estratégias de requalificação urbana, acessibilidade e lazer. A leitura projetual, associada ao levantamento teórico, evidenciou como a arquitetura e o urbanismo podem atuar como instrumentos de inclusão e transformação social.

3.1 CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM EDITE SÃO PAULO

Através da leitura projetual do Conjunto Habitacional, busca destacar as medidas positivas que tornaram este projeto, em destaque para sua comunidade. O que tornou possível esta análise, foi o estudo de caso realizado por Aécio Flávio de Souza Lacerda Júnior (2016) em sua dissertação de mestrado da Universidade São Judas Tadeu, reportagens e sites de Arquitetura, inclusive a página digital do escritório responsável pelo mesmo.

A Favela Jardim Edith, originada na década de 1970 em área alagadiça do Brooklin, exemplifica o processo de ocupação urbana marcado pela ausência de políticas habitacionais compatíveis ao crescimento acelerado de São Paulo. Localizada em uma das regiões que posteriormente se tornaria polo imobiliário de alto valor, a comunidade sofreu constantes pressões de remoção ao longo das décadas, em especial durante as obras da Avenida Água Espraiada e da Ponte Estaiada, enfrentando reiteradas violações ao direito à moradia. A mobilização da Associação de Moradores do Jardim Edith (AMJE), liderada por Gerônimo, garantiu a resistência frente às tentativas de desapropriação, articulando-se em torno do Estatuto da Cidade e da criação da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Apesar de episódios de remoções forçadas, incêndios suspeitos e negociações assimétricas, a comunidade conquistou, após longa disputa com o poder público e o mercado imobiliário, o direito de permanência por meio da implementação do Residencial Jardim Edith, resultado de compromissos firmados na Operação Urbana Consorciada Água Espraiada.

O projeto arquitetônico, desenvolvido pelos escritórios MMBB e H+F, trouxe soluções inovadoras, como a verticalização com diversidade de tipologias, a inclusão de áreas de lazer, jardins e espaços de convivência, além de equipamentos públicos essenciais – Unidade Básica de Saúde, creche, restaurante-escola e espaços esportivos. A participação dos moradores no diálogo com a prefeitura contribuiu para que o desenho final atendesse melhor às necessidades da comunidade, promovendo um ambiente mais humano, seguro e integrado ao tecido urbano.

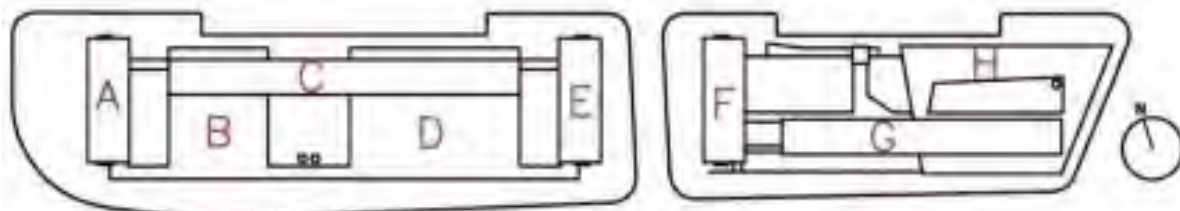


Figura 1 - Planta de Localização

Fonte: Lacerda Júnior, 2016, p.50.

- A- Torre 1;
- B- Restaurante-escola;
- C- Lâmina 1;
- D- Unidade Básica de Saúde (UBS);
- E- Torre 2;
- F- Torre 3;
- G- Lâmina 2
- H- Creche.



Figura 2 - Indicação dos programas e sobreposição dos usos

Fonte: Lacerda Júnior, 2016, p.58.



Figura 3 - Sinalização dos acessos ao Conjunto Residencial Jardim Edith
Fonte: Lacerda Júnior, 2016, p.57.



Figura 4 - Ponte Estaiada participa da paisagem do Conjunto
Fonte: MMBB Arquitetos, 2013.

O projeto do Conjunto Residencial Jardim Edite caracterizou-se pela adoção de soluções arquitetônicas e urbanísticas que conciliaram a verticalização com a implantação de equipamentos públicos demandados pela comunidade, como creche, unidade básica de saúde e restaurante-escola. A setorização e o desenho dos recuos das edificações possibilitaram alargamento dos passeios, criação de vagas de estacionamento nas vias e maior integração entre o espaço privado e a cidade, favorecendo a circulação e a segurança dos pedestres. A diversidade volumétrica, obtida pela combinação entre torres e lâminas de menor gabarito, amenizou o impacto da altura e garantiu conforto espacial, enquanto a disposição estratégica dos acessos e áreas comuns assegurou fluxo constante e convivência entre moradores e trabalhadores do entorno. As unidades habitacionais de 50m², apesar da padronização construtiva, incorporaram variações projetuais internas e soluções como armários que ampliam o espaço útil e dinamizam a fachada, conferindo plasticidade e movimento ao conjunto. Assim, o projeto materializa um exemplo de integração entre habitação social, usos mistos e desenho urbano qualificado.

Contudo, o conjunto, fruto de um convênio entre SEHAB, CDHU e Caixa Econômica Federal, tornou-se o primeiro de Habitação de Interesse Social financiado por Operação Urbana Consorciada em São Paulo. A mobilização das famílias lideradas por Sr. Gerônimo transformou a lógica das remoções periféricas, resultando na construção de um conjunto habitacional em área valorizada de São

Paulo. Com projeto dos escritórios MMBB e H+F, inspirado em referências de habitação social, e o empenho de Elisabete França na articulação entre secretarias e moradores, foi possível alcançar uma solução arquitetônica inovadora e eficiente. Dessa forma, a experiência do Jardim Edith não apenas assegurou dignidade às famílias, mas também se consolidou como referência de inclusão urbana e justiça social.

3.2 MORADIA INFANTIL

O projeto da Moradia Infantil da Fazenda Canuanã (TO), realizado por Marcelo Rosenbaum e Aleph Zero, reformulou por completo o internato da Fundação Bradesco, que abriga cerca de 800 estudantes de 7 a 18 anos. Antes, dormitórios coletivos reuniam até 40 alunos; agora, cada vila conta com unidades menores, abrigando 6 crianças, garantindo mais conforto, privacidade e qualidade de vida. A concepção buscou transformar a escola em um verdadeiro lar. Foram criados espaços de convivência como redários, varandas, pátios e áreas de leitura, definidos junto com os próprios alunos. Essa participação estimulou autoestima, senso de pertencimento e uma relação mais afetiva entre estudantes e escola. O conjunto foi distribuído em pontos estratégicos da fazenda, com áreas centrais voltadas ao aprendizado e as moradias em vilas amplas e arejadas.

A metodologia aplicada pelo Instituto “A Gente Transforma” priorizou diálogo com alunos e colaboradores, oficinas e pesquisa de campo. As principais demandas, como reduzir o calor intenso da região, foram atendidas com técnicas construtivas locais e sustentáveis: palha trançada, tijolos de solo-cimento, madeira laminada e cimento queimado, resultando em ambientes mais frescos, confortáveis e culturalmente conectados ao território.



Figura 4 - Centro da Fazenda Canuanã.
Fonte: ARCHDAILY, 2017

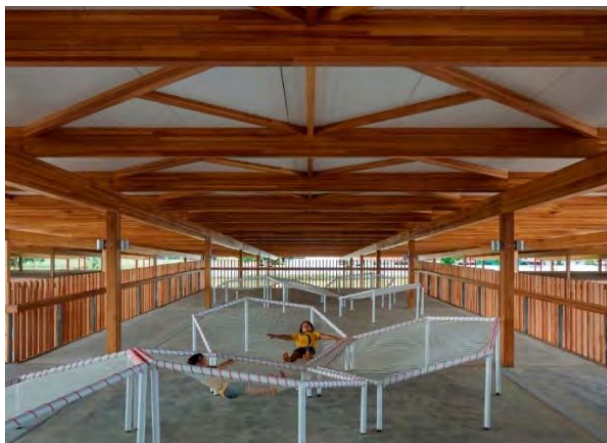


Figura 6 – Redário.
Fonte: ARCHDAILY, 2017.



Figura 7 - Pátio aberto.
Fonte: ARCHDAILY, 2017.

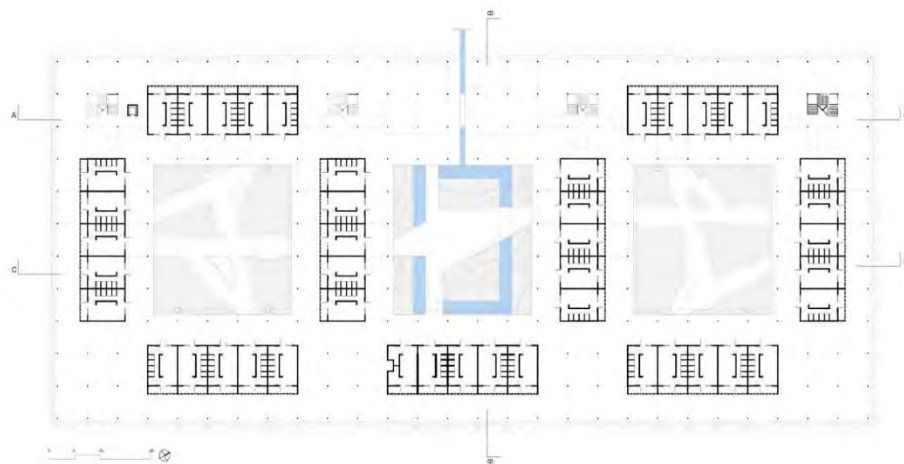


Figura 8 - Planta baixa pavimento térreo.
Fonte: ARCHDAILY, 2017.

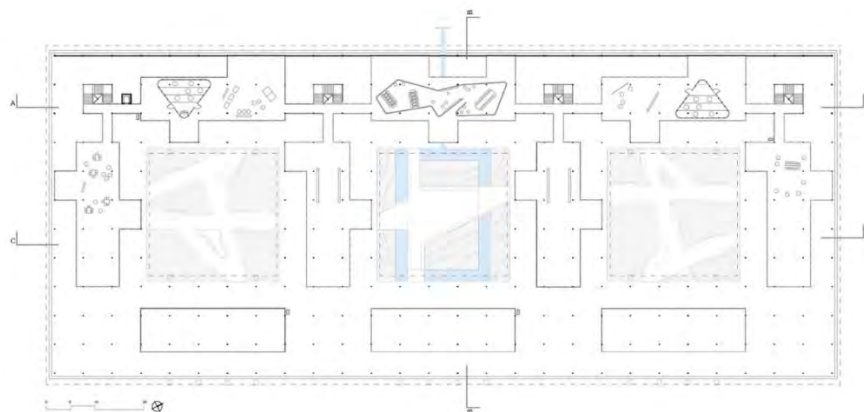


Figura 9 - Planta baixa 1º Pavimento.
Fonte: ARCHDAILY, 2017.

Um ano após a entrega, os relatos apontaram melhorias significativas no convívio e no desempenho dos alunos, que passaram a valorizar sua individualidade e relações dentro das vilas. O projeto conquistou prêmios nacionais e internacionais, destacando-se pela inovação arquitetônica, resgate cultural, incentivo às técnicas vernaculares e pela promoção de justiça social, tornando-se referência mundial em arquitetura educacional.

3.3 PARQUE BEIRA RIO

O Parque Linear da Beira-Rio, em Itajaí (SC), nasceu da necessidade de reverter o cenário de insegurança e abandono da orla, antes marcada por calçadas deterioradas, ausência de lazer e pouca acessibilidade. A revitalização, assinada pelo arquiteto Fabian Zago e apoiada pela Prefeitura, seguiu os princípios da Arquitetura Social, priorizando inclusão, sustentabilidade e espaços que estimulam convivência saudável. As informações sobre o projeto foram obtidas junto ao arquiteto Fabian Zago via e-mail, com aval da Diretoria de Projetos Urbanos de Itajaí, e complementadas por reportagens do CAU/SC e da Prefeitura Municipal. Em consonância com a campanha de 2017, que destacou a Arquitetura Social como prática voltada à inclusão, acessibilidade e sustentabilidade.

O projeto reestruturou 1,2 km da Avenida Ministro Victor Konder, integrando ciclovias, passeio público acessível, deques de madeira, áreas contemplativas e equipamentos de lazer. Foram implantadas travessias seguras, melhorias na drenagem, mobiliário urbano e paisagismo, ampliando tanto a mobilidade quanto a sensação de segurança para pedestres e ciclistas.

Um destaque foi a modernização da Praça Genésio Miranda Lins, com playground acessível, academia ao ar livre e fechamento parcial da avenida aos finais de semana, permitindo que a população usufrua o espaço livre de veículos. Essa medida fortaleceu o uso coletivo, incentivando lazer familiar e valorizando a vida urbana.



Figura 10 - Implantação Avenida Ministro Victor Konder
Fonte: Fabian Zago, 2018.

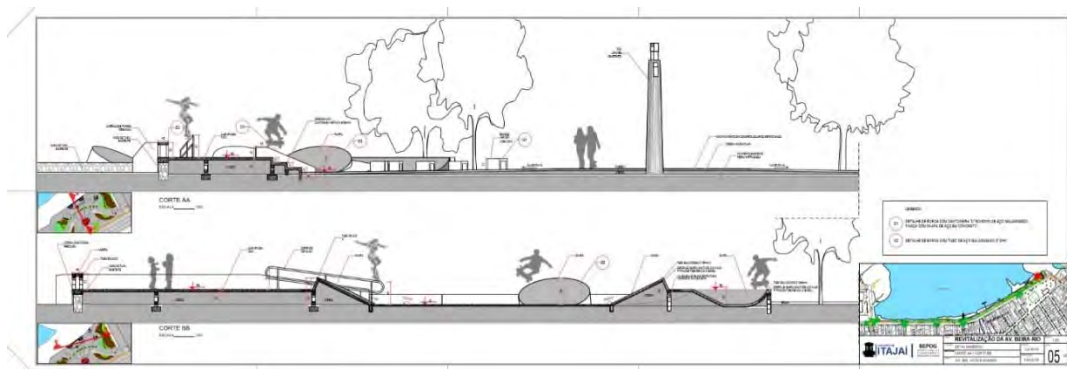


Figura 11 - Corte AA e BB.
Fonte: Fabian Zago, 2018.



Figura 12 - Espaços pensados para pessoas.

Fonte: G1 SANTA CATARINA. Foto de Mauro Goulart, 2017.

Hoje, a Beira-Rio é um dos principais pontos de encontro da cidade, abrigando festividades, práticas esportivas e atividades culturais. Do ponto de vista metodológico, a leitura projetual evidencia como a intervenção extrapolou o campo físico do desenho urbano, configurando-se como instrumento de justiça social, ao garantir acessibilidade, lazer e mobilidade a grupos historicamente excluídos do planejamento urbano. A integração entre ciclistas, pedestres, crianças, idosos e famílias de diferentes contextos sociais promoveu equidade no uso do espaço público, reafirmando o papel da arquitetura e do urbanismo como mediadores da vida coletiva e catalisadores de inclusão social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades sociais no Brasil evidenciam que declarações normativas, embora necessárias, são insuficientes para assegurar equidade. A efetivação da justiça social demanda não a homogeneização econômica, mas a garantia de condições iniciais justas, conforme Rawls (1971), assegurando acesso igualitário a direitos fundamentais. Sob a perspectiva cristã, a justiça se ancora no amor divino, que se traduz em compromisso com a dignidade humana e na centralidade das pessoas em todas as ações sociais.

Nesse contexto, a arquitetura e o urbanismo emergem como instrumentos de transformação, capazes de articular equidade, participação popular e valorização cultural na produção do espaço. O arquiteto, ao projetar sob parâmetros de inclusão, acessibilidade e sustentabilidade, contribui para cidades mais humanas, fortalecendo o sentimento de pertencimento e ampliando oportunidades. Assim, a prática arquitetônica, inspirada tanto por princípios éticos universais quanto por valores cristãos de justiça e solidariedade, deve orientar políticas urbanas que combatam a exclusão e fomentem ambientes saudáveis, acessíveis e culturalmente integrados, promovendo desenvolvimento social e espiritual.

As cidades, em constante transformação pela diversidade cultural e social que abrigam, exigem políticas urbanas e planejamentos que valorizem a escala humana e respeitem a singularidade de cada território. Nesse sentido, o conceito de direito à cidade ganha relevância, pois assegura a todos, especialmente aos mais vulneráveis, a possibilidade de habitar, transformar e usufruir do espaço urbano. Assim, a arquitetura e o urbanismo devem ser orientados para combater a exclusão e a desigualdade, promovendo ambientes que favoreçam o desenvolvimento humano e social.

Para que isso ocorra, é fundamental o engajamento de profissionais capacitados aliados ao interesse público, à participação popular e à valorização da identidade cultural dos municípios. Quando as políticas urbanas são elaboradas em sintonia com a realidade social, tornam-se eficazes em gerar pertencimento, empoderamento e inclusão, abrindo caminhos para o fortalecimento econômico e social. Dessa forma, a arquitetura equitativa contribui para cidades mais justas, acessíveis e sustentáveis, ampliando a qualidade de vida e inspirando novas pesquisas e práticas que aprofundem esse compromisso com a justiça social.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA. **A Bíblia Sagrada**. Tradução João F. de Almeida Atualizada. Disponível em: <<https://bibliaportugues.com/jfa/isaiah/45.htm>>. Acesso em 10 de maio de 2018.

A BÍBLIA. **A Bíblia Sagrada**: Edição de estudo - 400 anos. Tradução King James Atualizada. São Paulo: Abba Press, 2012. 2552 p. Velho Testamento e Novo Testamento.

_____. **O primeiro discurso de Moisés**. Tradução King James Atualizada. São Paulo: Abba Press, 2012. p. 354-356. Velho Testamento.

_____. **Deus condena o culto hipócrita**. Tradução King James Atualizada. São Paulo: Abba Press, 2012. p. 1271-1272. Velho Testamento.

_____. **Gênesis**: No princípio. Tradução King James Atualizada. São Paulo: Abba Press, 2012. p.29-130. Velho Testamento.

_____. **A essência e o sentido da fé**. Tradução King James Atualizada. São Paulo: Abba Press, 2012. p. 2382 - 2383. Novo Testamento.

ANDRADE, E. A.; FRANCESCHINI, M. C. T. **O direito à cidade e as agendas urbanas internacionais: uma análise documental**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2017, vol.22, n.12, pp.3849-3858. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021203849&lng=pt&nrm=iso&tng=pt>. Acesso em: 25 de setembro de 2025.

ARTIGAS, Vilanova. **Aos formandos da FAU-USP 1964** in Caminhos da arquitetura; [organização José Tavares Correia de Lira, e Rosa Artigas], ed. Cosac e Naif, São Paulo, 2004, p. 82.

BERTH, Joice. **Direito à cidade**: entrevista. [11 de maio, 2018]. Cidades educadoras. Disponível em: <<https://cidadeseducadoras.org.br/glossario/direito-a-cidade/>>. Acesso em: 25 de setembro de 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

_____. **Lei 10.257, de 10 de Julho de 2001**: Estatuto da Cidade - Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2001.

_____. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3ª ed. Brasília: MS; 2010. p. 17-19.

_____. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância à Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 2.446, de 11 de Novembro de 2014. **Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)**. Diário Oficial da União 2014.

CARTA DE OTTAWA. **Conferência Internacional sobre a Promoção de Saúde**. Ottawa, 1986. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso em: 26 de setembro de 2025.

CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva; 2013.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CAU – Brasil). **Código de ética e disciplina de Arquitetura e Urbanismo**. Resolução nº52/13. Brasília. 2013.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SANTA CATARINA (CAU/SC). **Arquitetura social propõe espaços pensados para pessoas**. Santa Catarina, 2017. Disponível em: <

<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/cau-sc/noticia/arquitetura-social-propoe-espacos-pensados-para-pessoas.ghtml>>. Acesso em: 20 de agosto de 2025.

COPE, Landa L. **Template Social do Antigo Testamento**: redescobrimo princípios de Deus para discipular as nações. Tradução de Andréa Aparício Ribeiro. Almirante Tamandaré: Gráfica e Editora Jocum Brasil, 2007, 232 p.

CUNNINGHAM, Loren. **Alcançando as 7 áreas de influência**. 2012. Disponível em: <<http://www.jocum.org.br/as-7-areas-de-influencia/>>. Acesso em: 15 julho de 2025.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 25 de setembro de 2025.

DIARINHO. **Itajaí comemora 157 anos com atrações na Beira-Rio**. [15 de junho, 2017]. Notícias. Disponível em: <<https://diarinho.com.br/noticias/geral/itajai-comemora-157-anos-com-atracoes-na-beira-rio/>>. Acesso em: 01 de outubro de 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista**: as funções da Previdência e Assistência Social. 8ª ed. 216 p. São Paulo: Cortez, 2000. 216 p

FIGUEIREDO, Glória Lúcia Alves et al. **Direito à cidade, direito à saúde: quais interconexões?**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2017, vol.22, n.12, pp.3821-3830. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021203821&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 25 de setembro de 2025.

FLORIO, A. M. T. **Os Projetos Residenciais Não-Construídos de Vilanova Artigas em São Paulo**. Tese (Doutorado). São Paulo: FAUUSP, 2012.

FONTES, M. C. L. P. **Operações urbanas e habitação social**. São Paulo: Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.

FRANÇA, E. **Favelas em São Paulo (1980-2008)**: Das propostas de desfavelamento aos projetos de urbanização - A experiência do Programa Guarapiranga. Universidade Presbiteriana Mackenzie: São Paulo, 2009.

GAUDI, Antoni. **El pensamiento de Gaudí**. Tradução nossa. Institut de Cultura: 2002. Disponível em: <http://www.gaudi2002.bcn.es/castellano/pensam/index.htm#>. Acesso em: 17 de setembro de 2018.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. 1ª ed. Perspectiva, 2014. 280 p.

_____. **Jan Gehl fala sobre cidades e escala humana**: entrevista. [dezembro, 2011]. Revista AU, Ed. 215. Entrevista concedida a Bianca Antunes. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/58272702/jan-gehl-fala-sobre-cidades-e-escala-humana-au-215-dezembro-2011?>>. Acesso em: 28 de setembro de 2025.

GRUNOW, Evelise. **MMBB Arquitetos e H+F Arquitetos**: Jardim Edite, São Paulo. Arcoweb, Projeto Design. Edição 401. São Paulo. 2013. Disponível em: <<https://revistaprojeto.com.br/acervo/mmbb-arquitetos-e-hf-arquitetos-habitacao-de-interesse-social-sao-paulo-jardimedite/>>. Acesso em: 23 de setembro de 2025.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Tradução de Armando Côrrea da Silva. São Paulo: Editora Hucitec. 1980. 291 p.

HOBBS, Thomas. **Leviatã. Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Col. Os Pensadores.

IBGE. **Desigualdade de renda atinge regiões, gêneros, cores e escolaridades.** Agência de notícias IBGE, 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18377-desigualdade-de-renda-atinge-regioes-generos-cores-e-escolaridades>>. Acesso em: 20 de setembro de 2025.

_____. **Um quarto da população vive com menos de R\$ 387 por mês.** Agência de notícias IBGE, 2018. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18825-um-quarto-da-populacao-vive-com-menos-de-r-387-por-mes> >. Acesso em: 20 de setembro de 2025.

_____. **Somos todos iguais?.** Revista Retratos. Rio de Janeiro, n. 11, p. 7, maio. 2018.

ITAJAÍ. **Ações na Praça Genésio Miranda Lins movimentam Dia Nacional da Adoção.** Portal Prefeitura Municipal, Notícias. [24 de maio, 2018]. Disponível em: <<https://itajai.sc.gov.br/noticia/20559#.W8W6c9NKjIW>>. Acesso em: 30 de setembro de 2025.

_____. **Avenida Beira-Rio recebe novos aparelhos de parque infantil.** Portal Prefeitura Municipal, Notícias. [31 de julho, 2018]. Disponível em: < <https://www.itajai.sc.gov.br/noticia/21106/avenida-beira-rio-recebe-novos-aparelhos-de-parque-infantil#.W8W6e9NKjIW> >. Acesso em: 30 de setembro de 2025.

_____. **Beira-rio será fechada aos fins de semana para lazer.** Portal Prefeitura Municipal, Notícias. [09 de agosto, 2017]. Disponível em: < <https://itajai.sc.gov.br/noticia/18237/beira-rio-sera-fechada-aos-fins-de-semana-para-lazer#.W8W6YtNKjIW> >. Acesso em: 30 de setembro de 2025.

_____. **Reurbanização da Beira Rio deve ser concluída em julho.** Portal Prefeitura Municipal, Notícias. [01 de junho, 2015]. Disponível em: < <https://itajai.sc.gov.br/noticia/12166/reurbanizacao-da-beira-rio-deve-ser-concluida-em-julho#.W8W6adNKjIW> >. Acesso em: 30 de setembro de 2025.

JACOBI, Pedro. **A cidade e os cidadãos.** Lua Nova, v. 2, n. 4, 1986. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451986000100004>. Acesso em: 16 de setembro de 2025.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** Tradução de Carlos S. Mendes Rosa .3 ed. São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2011. 532 p. – (Coleção cidades).

JÚNIOR, Nildo. **Igualdade, Justiça e Justiça Social.** Medium.com, 2015. Disponível em: <<https://medium.com/@nildo/igualdade-justi%C3%A7a-e-justi%C3%A7a-social-44cd6bd4b4f9>>. Acesso em: 30 de setembro de 2025.

KEHL, L. **Breve história das favelas.** São Paulo: Claridade, 2010.

KELLER, Timothy. **Justiça generosa: a graça e Deus e a justiça social.** Tradução de Eulália Pacheco Kregness. São Paulo: Vida Nova, 2013. 208 p.

KING, Marthin Luther. **Discurso “I have a dream/ Eu tenho um sonho”.** Estados Unidos, 1963. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/desejos/sonhos/dream.htm>>. Acesso em: 30 de setembro de 2025.

_____. **Carta de uma prisão em Birmingham.** Birmingham, 1963. Disponível em: < <http://www.reparacao.salvador.ba.gov.br/index.php/noticias/822-sp-1745380961> >. Acesso em: 01 de agosto de 2025.

LACERDA JÚNIOR, A. F. de S. **Habitação de Interesse Social: Jardim Edith da favela ao conjunto residencial.** São Paulo: Dissertação (mestrado) – Universidade São Judas Tadeu, 2016. 155 p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** 5. ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora. 2011.

_____. **A Revolução Urbana**. 3ª reimpressão. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008.

LERNER, Jaime. **Acupuntura urbana**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. 126 p.

_____. **Jaime Lerner Arquitetos Associados**. 2003. Disponível em: <<https://www.jaimelerner.com/>>. Acesso em 30 de setembro de 2025.

LEWIS, C. S. **Cristianismo puro e simples**. Tradução de Gabriele Gregersen. 1ª ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017, 288 p.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. In: Carta acerca tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MACHADO, E. G.; NASCIMENTO, M. A. G. do. **Planejamento urbano e participação popular no semi-árido cearense: uma experiência de diagnóstico sócio-espacial**. Dissertação, 2008. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/artigos_2008/27.pdf>. Acesso em: 30 de setembro de 2025.

MARICATO, Ermínia. **"Os mutirões de São Paulo e reforma urbana — Entrevista"**. Revista Proposta FASE, ano XII, n. 35, 1987.

MARKUN, P. **O que faz um arquiteto?**. Arquitetura e Urbanismo para todos, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4VQL4WnvQMA/>. Acesso em: 23 de setembro de 2025.

MARX, K. H.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. 1848. Versão para eBooks. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

MMBB ARQUITETOS. **Conjunto Habitacional do Jardim Edite**. MMBB. São Paulo. Disponível em: <<https://mmbb.com.br/projeto/jardim-edite/>>. Acesso em: 23 de setembro de 2025.

Moradias Infantis / Rosenbaum® + Aleph Zero [Children Village / Rosenbaum + Aleph Zero]. 20 Set 2017. ArchDaily Brasil. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/879961/moradias-infantis-rosenbaum-r-plus-aleph-zero>>. Acesso em: 21 de setembro de 2025.

NIEMEYER, Oscar. **Somos todos tão pequenos: entrevista**. [3 de março, 2003]. Rio de Janeiro: Revista Época. Entrevista concedida a Laura Greenhalgh.

NIEBUHR, Reinhold. **Amor e Justiça**, ed. D. B. Robertson. World, 1967, p. 28.

OLIVEIRA, Nikson Dias. **O que é ser arquiteto?**. CAU/RR, 2015. Disponível em: <<http://www.caurr.gov.br/o-que-e-ser-arquiteto/>>. Acesso em: 25 de setembro de 2025.

PALHARES, Isabela. **Projeto de escola na zona rural de Tocantins é eleito o melhor do mundo**. [25 de fevereiro, 2018]. São Paulo: O Estadão de São Paulo. 2018. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,projeto-de-escola-na-zona-rural-de-tocantins-e-eleito-o-melhor-do-mundo,70002202605>>. Acesso em: 22 de setembro de 2025.

PARK, Robert. **On Social Control and Collective Behavior**. Chicago, 1967.

PERELMAN, Chaïm. **Justice**. New York: Random House, 1967, p. 3.

PINHO, L. C.; PIZZATO S. O arquiteto. In: COUTINHO, A.; BONASSI S. **O ativista da estratégia: como pensam e agem os profissionais que fazem a estratégia acontecer nas organizações**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017. 224 p.

RAWLS, John. **Teoria da Justiça**. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo. Martins Fontes, 1997.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. **"Justiça social";** *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/justica-social.htm>>. Acesso em 30 de setembro de 2025.

ROLNIK, R. **Moradia adequada é um direito!** Blog da Raquel Rolnik, 2009. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/favela/>>. Acesso em: 25 de setembro de 2025.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem da desigualdade**. Tradução de Maria Lacerda de Moura. 1754. Versão para eBooks. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/desigualdade.pdf>>. Acesso em 30 de setembro de 2025.

SHEDD, Russell P. L. **A justiça social e a interpretação da Bíblia**. Editora Vida Nova, 2013, 80 p.

SOUSA, Izautina Vasconcelos de et al. **Diagnóstico participativo para identificação de problemas de saúde em comunidade em situação de vulnerabilidade social**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2017, vol.22, n.12, pp.3945-3954. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320172212.25012017>>. Acesso em: 23 de setembro de 2025.

SPERANDIO, A. M.G. **Editorial**. *Revista Intellectus* 2012; VIII(22):2-4.

SPERANDIO, ANA MARIA GIROTTI ; FRANCISCO FILHO, L. L. ; MATTOS, T. P. . **Política de promoção da saúde e planejamento urbano:** articulações para o desenvolvimento da cidade saudável. *Ciência & Saúde Coletiva* , v. 21, p. 1931-1938, 2016.

STORK, R. Y.; ECHEVARRÍA, J. A. **Fundamentos de Atropologia:** um ideal de excelência humana. Tradução de Patrícia Carol Dwyer. Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência "Raimundo Lúlio" (Ramon Llull), 2005. 534 p.

TAVOLARI, Bianca. **Direito à Cidade:** Uma trajetória conceitual, 2016. Disponível em: <https://cidadeseeducadoras.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Direito_a_cidade_uma_trajetoria_conceitu.pdf>. Acesso em: 30 de setembro de 2025.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **As Metamorfoses do Conceito de Cidade**. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 17-23, dez. 2015.

ZAGO, F.H. **Apresentação Projeto Beira-Rio Itajaí** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <manu2103estevam@gmail.com> em 04 de outubro de 2018.

**AVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS EM SAÚDE**

*EVALUATION OF PUBLIC MANAGEMENT IN THE PROCESS OF IMPLEMENTING PUBLIC
HEALTH POLICIES*

Área temática: Saúde e bem-estar.

GIOLO, Stella Mariana Ferreira
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Bacharel em Medicina com Título de Especialista em Cardiologia pela Associação Médica Brasileira e
Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Uni-FACEF
stellagiolo@gmail.com

GUERRA, José Alfredo de Pádua
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Mestre em Administração; Doutor em Serviço Social; Reitor do Centro Universitário Municipal de
Franca – Uni-FACEF
josealfredopaduaguerra@gmail.com

GAZAFFI, Livia Maria Lopes
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutora em Ciências da Saúde (Enfermagem), professora nos cursos de Enfermagem e Medicina no
Uni-FACEF
liviamalopes@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pela gestão pública no processo de implementação das políticas públicas em saúde no Brasil, a partir da questão central de como os entraves estruturais, políticos e institucionais afetam a efetividade das ações e a garantia do direito à saúde. A relevância do estudo se justifica pela necessidade de compreender os fatores que comprometem a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e de subsidiar estratégias que contribuam para o fortalecimento da gestão pública e para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3), voltado à promoção da saúde e bem-estar. O método utilizado foi uma revisão de literatura narrativa, que permitiu identificar, analisar e discutir diferentes perspectivas teóricas e evidências empíricas sobre a temática. Os resultados apontaram para a existência de obstáculos interdependentes, como a desigualdade federativa, o subfinanciamento crônico do SUS, a ineficiência administrativa, as tensões político-institucionais e a frágil articulação entre planejamento e execução das ações, os quais comprometem a integralidade e a equidade da atenção à saúde. Conclui-se que a superação dessas barreiras depende de um processo contínuo de aprimoramento da gestão pública, com maior integração entre os níveis de governo, adequação do financiamento, qualificação dos processos administrativos e fortalecimento da governança em saúde, de modo a assegurar maior efetividade das políticas públicas e o cumprimento do direito constitucional à saúde.

Palavras-chave: Políticas públicas em saúde, Gestão pública, Sistema Único de Saúde.

Abstract

This article aims to analyze the main challenges faced by public management in the process of implementing public health policies in Brazil, focusing on the central question of how structural, political, and institutional barriers affect the effectiveness of actions and the guarantee of the right to health. The relevance of this study lies in the need to understand the factors that undermine the consolidation of the Brazilian Unified Health System (SUS) and to support strategies that strengthen public management and contribute to achieving Sustainable Development Goal 3 (SDG 3), which promotes health and well-being. A narrative literature review was conducted, allowing the identification, analysis, and discussion

of different theoretical perspectives and empirical evidence on the subject. The results highlighted the existence of interdependent obstacles such as federative inequality, chronic underfunding of the SUS, administrative inefficiency, political-institutional tensions, and weak coordination between planning and execution, all of which compromise the comprehensiveness and equity of healthcare delivery. It is concluded that overcoming these barriers requires a continuous process of improving public management, with greater integration among levels of government, adequate financing, qualification of administrative processes, and strengthened health governance, in order to ensure greater effectiveness of public policies and the fulfillment of the constitutional right to health.

Keywords: Public management, Health policies, Unified Health System.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas em saúde representam um conjunto de diretrizes, programas e ações governamentais voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde da população. Sua formulação e implementação envolvem múltiplos atores e níveis de governo, sendo influenciadas por fatores históricos, sociais, econômicos e institucionais. Em países com profundas desigualdades como o Brasil, essas políticas assumem papel estratégico na redução das iniquidades sociais e na garantia do direito universal à saúde, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é a principal política pública de saúde no país e tem como princípios a universalidade, a equidade e a integralidade da atenção. Trata-se de uma das maiores políticas de inclusão social do mundo, beneficiando mais de 190 milhões de brasileiros. No entanto, sua efetiva implementação enfrenta desafios que vão desde a fragilidade da gestão pública até entraves relacionados ao financiamento, infraestrutura e qualificação de recursos humanos (PAIM et al., 2011; GIOVANELLA et al., 2012).

A importância de políticas públicas robustas e bem implementadas em saúde está diretamente relacionada aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). O ODS 3 – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades – sintetiza essa urgência ao propor metas ambiciosas, como a redução da mortalidade materna, o combate às doenças transmissíveis e não transmissíveis e a garantia de cobertura universal em saúde até 2030 (ONU, 2015). A realização dessas metas exige ações coordenadas entre diferentes esferas governamentais, além de uma gestão pública eficaz, transparente e participativa.

Neste contexto, compreender os desafios da gestão pública no processo de implementação das políticas públicas em saúde torna-se essencial para o fortalecimento do SUS e o avanço rumo à equidade em saúde. Este artigo propõe uma análise crítica sobre esses desafios, considerando aspectos estruturais, políticos e institucionais que influenciam a efetividade das ações públicas em saúde no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A implementação de políticas públicas em saúde é um processo complexo, multifacetado e influenciado por variáveis econômicas, institucionais, culturais e territoriais. Embora o Brasil possua uma das legislações mais avançadas no que se refere ao direito à saúde, a distância entre o planejamento das políticas e sua efetiva execução ainda é significativa (LOTTA, 2010). Identificar as lacunas entre o que é proposto em nível normativo e o que é executado na prática torna-se essencial para fortalecer os mecanismos de gestão e garantir a efetividade das políticas públicas.

A gestão pública exerce papel fundamental nesse processo, sendo responsável por articular os recursos disponíveis, mediar interesses diversos e coordenar ações entre diferentes esferas e setores. No entanto, persistem desafios históricos como a descontinuidade administrativa, a fragilidade institucional de muitos municípios, o subfinanciamento crônico do SUS e a sobrecarga dos gestores locais (ARRETCHE, 2003; PIOLA et al., 2013). Tais desafios comprometem diretamente a execução das ações de saúde, gerando desigualdades no acesso e na qualidade da atenção ofertada à população.

A relevância deste estudo está ancorada na necessidade de compreender com maior profundidade os fatores que dificultam a implementação das políticas públicas em saúde no contexto

da gestão pública brasileira. Ao identificar os principais obstáculos, lacunas e contradições no processo de implementação, torna-se possível propor estratégias mais eficazes de organização, planejamento e avaliação das ações, de modo a contribuir para o aprimoramento do sistema de saúde e para a redução das iniquidades em saúde.

Além disso, este debate encontra respaldo nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 3, que destaca a importância de fortalecer os sistemas nacionais de saúde, melhorar sua gestão e garantir cobertura universal. Avaliar criticamente os gargalos da gestão pública é, portanto, não apenas uma ação local, mas parte de um compromisso global com o direito à saúde, a equidade e o bem-estar social.

A literatura aponta que o processo de formulação e implementação de políticas públicas envolve uma série de etapas interdependentes — desde a definição de agendas, passando pela elaboração normativa, até a execução e avaliação (PRESSMAN; WILDAVSKY, 1973). Nesse percurso, diferentes atores institucionais e sociais exercem influência, o que torna o processo político-administrativo permeado por negociações, disputas e adaptações contextuais.

No campo da saúde, a implementação adquire maior complexidade devido à necessidade de articulação interfederativa. O modelo descentralizado brasileiro, consolidado a partir da Constituição de 1988 e regulamentado pelas Leis Orgânicas da Saúde (Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990), pressupõe que União, estados e municípios compartilhem responsabilidades. Essa configuração, embora democrática, também evidencia desigualdades regionais em termos de capacidade de gestão e disponibilidade de recursos (ARRETCHÉ, 2003; GIOVANELLA et al., 2021).

Autores como LIPSKY (1980) destacam ainda a importância do papel dos “burocratas de nível de rua” na materialização das políticas. No SUS, profissionais da saúde, gestores municipais e servidores administrativos atuam como mediadores entre a formulação normativa e a realidade cotidiana. Contudo, a baixa capacitação, a alta rotatividade e a sobrecarga de trabalho frequentemente comprometem a qualidade da implementação, reforçando a distância entre o que foi planejado e o que é executado.

Outro ponto fundamental da fundamentação teórica é a questão do financiamento em saúde. Diversos estudos evidenciam que o subfinanciamento crônico do SUS constitui um dos principais entraves à sua consolidação (PIOLA et al., 2013; PAIM et al., 2011). A promulgação da Emenda Constitucional 95/2016, ao impor teto de gastos, agravou esse cenário, restringindo a expansão e a qualificação dos serviços públicos e comprometendo a sustentabilidade do sistema.

Além dos fatores estruturais e financeiros, a literatura aponta a relevância da governança em saúde como elemento central para a efetividade das políticas públicas (GIOVANELLA et al., 2012). A coordenação entre esferas de governo, a transparência administrativa e a participação social, garantida por instrumentos como as Conferências e Conselhos de Saúde, são condições indispensáveis para que as políticas de saúde se concretizem como direito universal.

Portanto, a fundamentação teórica evidencia que os desafios da gestão pública em saúde não se restringem à disponibilidade de recursos financeiros, mas abrangem dimensões políticas, institucionais e organizacionais. Compreender esses aspectos é essencial para analisar os obstáculos da implementação das políticas públicas em saúde no Brasil e propor caminhos que fortaleçam o SUS como política de Estado e compromisso com a justiça social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, com base em uma revisão de literatura narrativa, com o objetivo de identificar e analisar os principais desafios enfrentados pela gestão pública no processo de implementação das políticas públicas em saúde no Brasil. A escolha dessa metodologia se justifica pela flexibilidade que ela oferece na exploração crítica e contextualizada de múltiplas fontes, possibilitando a articulação entre diferentes perspectivas teóricas e empíricas sobre o tema.

A seleção dos artigos foi orientada pelos seguintes critérios: relevância temática, atualidade e reconhecimento na área de saúde coletiva, gestão pública e políticas públicas. Foram consultadas publicações científicas nacionais e internacionais indexadas em bases como SciELO, Google Acadêmico e LILACS, PubMed, além de documentos oficiais do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde (OMS). O recorte temporal abrangeu prioritariamente publicações dos últimos 25 anos, por se tratar de um tema abrangente e com recursos históricos e culturais, com ênfase em autores referência como Paim, Giovanella, Lotta, Arretche e Piola.

Os principais descritores utilizados nas buscas foram: “gestão pública em saúde”, “implementação de políticas públicas”, “Sistema Único de Saúde”, “desafios na saúde pública”, “SUS e federalismo”, “ODS 3 em saúde”, entre outros. Após leitura exploratória e seletiva, foram incluídos apenas os materiais que contribuíam diretamente para a compreensão dos entraves institucionais, operacionais e federativos da implementação das políticas de saúde no país.

A análise do material foi realizada de forma crítica, buscando identificar convergências, contradições e lacunas apontadas pela literatura quanto aos fatores que dificultam a efetividade das ações públicas em saúde. Esta metodologia permitiu construir um panorama amplo e fundamentado sobre os principais desafios enfrentados pela gestão pública na condução das políticas públicas de saúde no Brasil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação das políticas públicas em saúde no Brasil enfrenta um conjunto de desafios que se expressam em diferentes dimensões da gestão pública. A análise da literatura revela que tais obstáculos não decorrem apenas da escassez de recursos, mas também de entraves institucionais, políticos e estruturais que comprometem a efetividade das ações e a realização do direito à saúde. Segundo Giovanella et al. (2012), “a implementação das políticas públicas em saúde depende de estruturas institucionais sólidas, de capacidades estatais nos diversos níveis de governo e de mecanismos eficazes de coordenação federativa”. Isso significa que, mesmo com marcos legais avançados, como a Constituição de 1988 e as Leis Orgânicas da Saúde (nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990), persistem lacunas importantes entre o desenho normativo e sua materialização nos territórios.

Além disso, como destaca Lotta (2010), o processo de implementação não é linear nem automático, pois envolve a interpretação das políticas por parte dos agentes de rua — os chamados “burocratas de nível de rua” (street-level bureaucrats) —, que operam as diretrizes em contextos marcados por limitações concretas, ambiguidades e conflitos. Essas limitações tornam-se ainda mais evidentes em realidades municipais com baixa capacidade institucional, onde as políticas públicas são frequentemente descontinuadas, mal executadas ou adaptadas de maneira fragmentada. Assim, a análise dos desafios da implementação revela a necessidade de considerar fatores além do financiamento, ampliando o olhar para aspectos como governança, cultura organizacional, capacitação técnica e articulação intersetorial.

4.1 Desigualdades federativas e fragilidade institucional

O modelo federativo brasileiro confere grande autonomia aos municípios na execução das políticas de saúde. No entanto, muitos enfrentam sérias limitações de ordem técnica, administrativa e financeira, o que dificulta a implementação eficaz das ações. Arretche (2003) ressalta que a descentralização, embora tenha ampliado o acesso, também expôs desigualdades regionais na capacidade de gestão. Essa assimetria compromete a uniformidade da política nacional de saúde, gerando fragmentação e baixa resolutividade em regiões mais vulneráveis.

4.2 Subfinanciamento e instabilidade orçamentária

O subfinanciamento histórico do SUS é uma das principais barreiras estruturais enfrentadas pela gestão pública. Piola et al. (2013) destacam que os recursos destinados à saúde são insuficientes para atender à crescente demanda, o que afeta diretamente a expansão e a qualificação da rede de atenção. A Emenda Constitucional 95/2016, que instituiu o teto de gastos, aprofundou ainda mais esse problema, limitando a capacidade de investimento em saúde pública.

4.3 Burocracia, descontinuidade e baixa eficiência administrativa

A morosidade dos processos administrativos, aliada à descontinuidade de programas entre gestões e à baixa informatização dos sistemas, representa outro entrave relevante. Lotta (2010) argumenta que a burocracia estatal, muitas vezes, atua como obstáculo à implementação das políticas, especialmente quando os servidores de linha de frente não são capacitados ou não recebem suporte adequado para interpretar e aplicar as diretrizes nacionais.

4.4 Falta de articulação entre planejamento e execução

Outro desafio importante é a distância entre o planejamento estratégico das políticas públicas e sua execução nos territórios. Muitas diretrizes formuladas em nível federal não são devidamente adaptadas às realidades locais, o que dificulta a aderência por parte dos gestores municipais e dos profissionais da ponta. Giovanella et al. (2012) observam que a ausência de articulação intersetorial e de governança colaborativa prejudica a integração das ações de saúde com outras políticas sociais, como educação, assistência e saneamento.

Tabela 1 – Principais desafios na implementação das políticas públicas em saúde no Brasil

Desafio	Causas	Consequências
Desigualdade federativa e fragilidade institucional	Descentralização sem apoio técnico e financeiro adequado aos municípios	Desigualdade regional no acesso e na qualidade dos serviços de saúde
Subfinanciamento e instabilidade orçamentária	Recursos insuficientes e teto de gastos (EC 95/2016)	Restrição à expansão, manutenção e qualificação da rede pública de saúde
Burocracia e ineficiência administrativa	Processos morosos, baixa capacitação dos gestores e rotatividade política	Descontinuidade de programas e baixa resolutividade das ações locais
Falta de articulação entre planejamento e execução	Distanciamento entre diretrizes nacionais e realidade local	Dificuldade na implementação efetiva e fragmentação das ações

Elaborada pelo autor com base na literatura consultada (ARRETCHE, 2003; PIOLA et al., 2013; LOTTA, 2010; GIOVANELLA et al., 2012).

Esses eixos ilustram como os obstáculos à implementação das políticas públicas em saúde são multifatoriais, interdependentes e, muitas vezes, invisibilizados nos discursos institucionais. A superação desses entraves não pode se restringir a soluções pontuais ou centradas exclusivamente no aumento de recursos financeiros. É preciso reconhecer que o problema também reside na baixa valorização da gestão como um campo estratégico do SUS, na ausência de continuidade das políticas entre gestões e na fragilidade da articulação interfederativa. A construção de uma política pública efetiva exige compromisso político, estabilidade institucional, capacidade técnica e mecanismos de responsabilização democrática.

Mais do que implementar diretrizes técnicas, o desafio está em operacionalizá-las em contextos marcados por desigualdades históricas e limitações estruturais, o que requer uma atuação mais robusta do Estado e uma revisão crítica de seus próprios instrumentos de governança. Investir em planejamento regionalizado, qualificação dos gestores, valorização dos trabalhadores da saúde e fortalecimento da participação social é condição indispensável para que o SUS não apenas sobreviva, mas avance como política de Estado e expressão concreta do direito à saúde. A gestão pública, nesse cenário, assume papel central não como mera executora, mas como articuladora de políticas, mediadora de conflitos e guardiã do princípio da equidade, conforme previsto no ODS 3 da Agenda 2030.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos desafios enfrentados pela gestão pública na implementação das políticas públicas em saúde revela um cenário marcado por complexidade, desigualdade e fragilidade institucional. Os obstáculos identificados — como a assimetria federativa, o subfinanciamento estrutural do SUS, a burocracia ineficiente e a dissociação entre planejamento e execução — demonstram que a efetivação do direito à saúde no Brasil vai muito além da existência de políticas bem formuladas: ela exige condições reais de governabilidade, articulação e capacidade técnica nos diferentes níveis de gestão.

Embora a legislação brasileira seja avançada e o SUS represente uma das maiores políticas de inclusão social do mundo, sua operacionalização esbarra em entraves estruturais e políticos que, em muitos contextos, naturalizam as iniquidades em saúde e produzem um cotidiano de serviços precarizados e desiguais. Reconhecer essas lacunas é um passo essencial para que o debate sobre melhorias seja construído a partir de evidências concretas e não apenas de diretrizes normativas.

Superar tais desafios exige uma visão crítica e sistêmica da gestão pública, que envolva desde o reconhecimento da saúde como política de Estado até o fortalecimento de instrumentos de planejamento regionalizado, capacitação contínua dos gestores, investimento em tecnologias de informação e ampliação dos espaços de participação social. Embora este estudo não tenha como objetivo propor soluções específicas, é evidente que a transformação do cenário atual demanda mais que recursos financeiros: requer vontade política, compromisso intergovernamental e valorização da gestão como eixo estruturante do SUS.

Assim, reafirma-se a centralidade da gestão pública como condição indispensável para o cumprimento dos princípios constitucionais do SUS e para o alcance das metas do ODS 3 – Saúde e Bem-Estar. Um sistema de saúde forte e equitativo não se constrói apenas com diretrizes, mas com ações comprometidas com a justiça social e com a dignidade da vida.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. *Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos?* Dados, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 435–460, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/BMXQVR9z8vRLtqfQGbY8gSw/> Acesso em: 25 maio 2025.

GIOVANELLA, L. et al. *Política e gestão em saúde: complexos desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Cebes, 2012. Disponível em: <https://cebes.org.br/biblioteca/politica-e-gestao-em-saude-complexos-desafios-e-perspectivas/> Acesso em: 25 maio 2025.

GIOVANELLA, L. et al. Federalismo cooperativo, regionalização e o perfil de governança institucional das Comissões Intergestores Regionais no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 10, p. 4715–4726, out. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Vq3yQKx3fMWQHDXfgTQ3JTF/> Acesso em: 25 maio 2025.

LIPSKY, M. *Street-Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services*. New York: Russell Sage Foundation, 1980. Disponível em: <https://archive.org/details/streetlevelburea0000lips> Acesso em: 25 maio 2025.

LOTTA, G. S. *Burocracia e políticas públicas: o problema da implementação*. São Paulo: Editora FGV, 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8055> Acesso em: 25 maio 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> Acesso em: 25 maio 2025.

PAIM, J. S. et al. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. *The Lancet*, [S.l.], v. 377, n. 9779, p. 1778–1797, 2011. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(11\)60054-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(11)60054-8) Acesso em: 25 maio 2025.

PIOLA, S. et al. *Financiamento público da saúde: uma história à procura de rumo*. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro-financiamento-saude.pdf> Acesso em: 25 maio 2025.

PRESSMAN, J. L.; WILDAVSKY, A. *Implementation: how great expectations in Washington are dashed in Oakland*. Berkeley: University of California Press, 1973.

BRASIL, PAÍS TROPICAL
A baixa taxa de utilização de geração de energias renováveis nos ambientes residenciais e industriais no Brasil

**BRAZIL, A TROPICAL COUNTRY: THE LOW RATE OF USE OF RENEWABLE ENERGY
GENERATION IN RESIDENTIAL AND INDUSTRIAL ENVIRONMENTS IN BRAZIL**

Área temática: Energia Limpa e Acessível.

MARSOLLA DE ALMEIDA, Karina Aparecida
Faculdade Doutor Francisco Maeda – FAFRAM
Discente do 8º período do curso noturno de Direito
marsollakarina@gmail.com

INÁCIO, Leonardo Moreira
Faculdade Doutor Francisco Maeda – FAFRAM
Discente do 8º período do curso noturno de Direito
Engenheiro Civil e Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho
leoinacio1976@hotmail.com

BARBOSA, Ana Paula Bagaiolo Moraes
Faculdade Doutor Francisco Maeda – FAFRAM
Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), graduada pela Faculdade de Direito de Franca (FDF) e Docente do curso de Direito da Faculdade Doutor Francisco Maeda – FAFRAM
ana.moraes@fafram.com.br

Resumo

Nesta obra abordaremos a baixa utilização de energias renováveis, especificamente da geração de energia solar – térmica e fotovoltaica, tanto em ambientes residenciais quanto em ambientes industriais no Brasil. A escolha deste tema se originou na constatação de que, apesar do Brasil ser um país tropical com alto nível de insolação, o número de residenciais e indústria que utilizam energia solar como fonte energética é muito baixo. Assim, procuraremos demonstrar que as iniciativas governamentais são falhas e insignificantes ao imaginarmos o potencial que poderíamos alcançar. Obteremos informações em bibliografias e em fontes de órgãos oficiais do governo brasileiro, tendo por objetivo demonstrar que há, ainda, um longo caminho que o Brasil precisa trilhar para ser um país que aproveite o seu potencial energético da melhor forma possível.

Palavras-chave: energia solar, fonte energética, potencial energético.

Abstract

In this work, we will address the low utilization of renewable energies, specifically solar energy generation – both thermal and photovoltaic – in residential and industrial environments in Brazil. The choice of this topic originated from the observation that, despite Brazil being a tropical country with a high level of sunlight, the number of residences and industries using solar energy as a power source is very low. Thus, we will seek to demonstrate that government initiatives are flawed and insignificant when we consider the potential we could achieve. We will obtain information from bibliographies and official sources of the Brazilian government, aiming to demonstrate that there is still a long way for Brazil to go to become a country that takes full advantage of its energy potential.

Keywords: solar energy, energy source, energy potential.

1 INTRODUÇÃO

A República Federativa do Brasil, é o maior país da América do Sul e da região da América Latina, sendo o quinto maior do mundo em área territorial, com cerca de 8,5 milhões de quilômetros quadrados,^{[1] [2] [3]} e o sétimo em população ^{[4] [5]} (com 213 milhões de habitantes, em julho de 2025). A maior parte do território brasileiro, cerca de 92%, localiza-se na zona intertropical, ou seja, entre os Trópicos de Câncer e de Capricórnio ^[6], área de maior insolação global, devido à incidência mais perpendicular dos raios solares nessa região, o que resulta em um maior aquecimento da superfície terrestre.

Esta localização intertropical do Brasil demonstra o potencial que o país tem para aproveitar os raios solares para produzir energia em cada residência e indústria localizadas em seu território, seja na produção direta de energia elétrica com o uso de placas fotovoltaicas e conversores de energia, ou seja no aquecimento de água para uso residencial ou industrial. A matriz energética brasileira é tradicionalmente considerada uma das mais limpas do mundo, com forte predominância em geração de hidrelétricas, que responde pela maior parte da eletricidade produzida no país. Contudo, essa forte dependência das usinas hidrelétricas revelou, ao longo dos anos, uma vulnerabilidade crescente diante de fatores como as mudanças climáticas, o aquecimento global e os efeitos do desequilíbrio ambiental, que impactam diretamente os níveis dos reservatórios e a estabilidade do fornecimento energético.

Nas últimas décadas o país enfrentou episódios críticos de desabastecimento e interrupções no fornecimento de energia elétrica, que é relativo a as mudanças climáticas e tudo que acompanha derradeiramente suas causas. Além disso, diversos estudos e projetos vêm sendo desenvolvidos por pesquisadores e instituições com o objetivo de promover soluções adaptativas ao novo regime climático, ampliando a resiliência dos sistemas energéticos e fortalecendo a transição para fontes renováveis. O sistema fotovoltaico permite a geração de energia pela radiação solar e coletores solares térmicos são capazes de aquecer a água utilizada em residências ou indústrias, reduzindo a dependência em fontes convencionais de energia.

Assim, diversos fatores têm limitado o uso dessas tecnologias (fotovoltaica e térmica) sendo eles: o custo inicial elevado, ações governamentais, a falta de incentivo governamental, barreiras regulatórias, além da carência e questões sociais por parte da população brasileira.

À luz das oportunidades proporcionadas pela localização e geografia do país este artigo tem como objetivo discutir o panorama das implementações de utilização de energia solar, no setor residencial e industrial. Ao revisitar os episódios históricos de crise energética e refletir sobre os riscos inerentes à atual matriz de geração, evidencia-se a urgência de políticas públicas eficazes e de uma transformação cultural que valorize a sustentabilidade e promova a autonomia das unidades consumidoras. Essa mudança é essencial para fortalecer a resiliência do sistema elétrico nacional e acelerar a transição para fontes renováveis e descentralizadas.

2 MÉTODO

A metodologia empregada neste trabalho consistiu na realização de pesquisa bibliográfica e na coleta e análise de dados secundários provenientes de fontes oficiais, disponibilizadas por órgãos públicos brasileiros em seus portais institucionais.

3 ANÁLISES

A transição para fontes de energia renovável tem se consolidado como um dos pilares fundamentais para enfrentar os desafios ambientais e energéticos do século XXI. Diversos autores têm contribuído para o aprofundamento teórico e técnico desse campo, com destaque para o físico e professor José Goldemberg, referência internacional em energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Goldemberg defende que as energias renováveis, como solar, eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas, representam não apenas uma alternativa viável aos combustíveis fósseis, mas também uma solução estratégica para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e promover o desenvolvimento sustentável.^[7]

A observação e análise a organização territorial e demográfica do Brasil é essencial para o planejamento urbano e energético, especialmente na expansão das fontes renováveis. O IBGE desempenha papel central ao fornecer dados atualizados e confiáveis, como a Malha Municipal Digital e informações geográficas, que ajudam a identificar regiões com alto potencial solar. Com grande

incidência solar e ampla população, o país apresenta condições favoráveis à adoção de sistemas solares descentralizados e à formulação de políticas públicas sustentáveis.

O Atlas Brasileiro de Energia Solar, publicado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em sua segunda edição em 2017, representa um marco na sistematização e disponibilização de dados sobre o potencial solar no território brasileiro. Elaborado por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores de diversas instituições, o Atlas é fruto de mais de 17 anos de dados satelitais e avanços significativos no modelo de transferência radiativa BRASIL-SR. [\[8\]](#)

3.1 O POTENCIAL SOLAR DO BRASIL

Conforme citado na introdução, por ter a maior parte de seu território, cerca de 92%, localizado na zona intertropical, ou seja, entre os Trópicos de Câncer e de Capricórnio, o Brasil possui uma das áreas de maior insolação global, devido à incidência mais perpendicular dos raios solares nessa região, o que resulta em um maior aquecimento da superfície terrestre.

Isto, por si só, já garante ao país uma fonte de energia limpa e inesgotável, que permite a implantação de equipamentos de geração de energia fotovoltaica em praticamente qualquer lugar do Brasil, tendo uma geração de energia eficiente e limpa.

Segundo a ABSOLAR [\[9\]](#) – Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica – em matéria publicada no site da instituição e no jornal O Globo [\[9\]](#), em 19/08/2024, o Brasil já possui mais de 4 milhões de unidades consumidoras abastecidas com energia fotovoltaica. Dentre estas unidades temos: 2,8 milhões de imóveis residenciais (70% do total das unidades consumidoras abastecidas com energia fotovoltaica), 674,4 mil estabelecimentos comerciais e de serviços (16,8%), 410,4 mil propriedades rurais (10,2%), 97,4 mil indústrias (2,4%), 12,1 mil prédios do poder público (0,5%) e serviços públicos e iluminação pública (0,1%).

Total de unidades fotovoltaicas instaladas no Brasil	
Imóveis residenciais	70,0%
Estabelecimentos comerciais e de serviços	16,8%
Propriedades rurais	10,2%
Indústrias	2,4%
Prédios do poder público	0,5%
Serviços públicos e iluminação pública	0,1%
Total	100,0%

Tabela 01: Portal Absolar

Se usarmos a informação do IBGE, de que temos mais de 90,7 milhões de domicílios no país [\[10\]](#), sendo que apenas 2,8 milhões destes possuem sistemas de geração de energia fotovoltaica, é possível imaginar o potencial de crescimento que precisamos alcançar para termos uma matriz energética ainda mais eficiente e que continue colaborando com o meio ambiente.

Segundo a Absolar, a fonte solar evitou a emissão de cerca de 66,6 milhões de toneladas de gás carbônico (CO²) na geração de eletricidade. A tecnologia representa atualmente a segunda maior fonte de energia do país, correspondendo a 22,2% de toda a capacidade instalada da matriz elétrica. [\[11\]](#)

Infelizmente não conseguimos encontrar dados oficiais sobre o número de imóveis residências, comerciais e industriais que possuem sistemas de aquecimento de água, utilizando coletores solar. Porém, segundo matéria publicada pelo site da Universidade do Sol [\[12\]](#) e republicada pelo jornal O Globo [\[13\]](#), e outros sites, no ano de 2010, o Brasil ocupava o 6º lugar no ranking mundial de coletores instalados, segundo a IEA – Agência Internacional de Energia:

No aquecido mercado mundial dos coletores solares, o Brasil ocupa hoje a 6.ª posição. Os equipamentos instalados já ocupam uma área equivalente a 900 campos de futebol. São ao

todo 2,5 milhões de coletores divididos assim: 72% aquecem a água nas residências, 17%, piscinas, 9% abastecem o comércio e 2%, a indústria.

Tal informação é destacada no livro “As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada”:

Segundo estudo da Agência Internacional de Energia (2010), o Brasil ocupava a 6ª posição no ranking de 49 países em área instalada de coletores solares para o aquecimento de água. Mas, em relação à área instalada por habitante, se ocupa apenas a 29ª posição, logo atrás da Eslováquia e pouco à frente da Suécia. E muito atrás de outros países como China, Taiwan, Turquia, Grécia, Itália, Alemanha e França (DASOL - ABRAVA, 2013). ^[14]

Relatório da Agência Internacional de Energia reforça o protagonismo do Brasil no cenário internacional:

O relatório "Renewables 2023" da Agência Internacional de Energia (AIE), divulgado nesta quinta-feira (11/01/2024), reforçou a liderança do Brasil na América Latina na questão da expansão de energia renovável. As estimativas apontam um aumento de 165 gigawatts (GW) de geração renovável na região de 2023 a 2028, sendo que o Brasil deve representar mais de 65% desse total. A energia solar lidera a expansão, seguida pela energia eólica. ^[15]

Fonte: Brasil, Ministério de Minas e Energia.

3.2 POR QUE OCORREM CRISES ENERGÉTICAS NO BRASIL?

Para entendermos o porquê ocorrem crises energéticas no Brasil, primeiramente temos que estudar como a energia que consumimos é gerada.

No Brasil gera-se energia preferencialmente de seis formas. A primeira delas é a geração hidroelétrica, que responde por 61,27% de toda energia gerada em nosso país, dependendo de grandes lagos e barragens que acumulam água para a produção de energia.

A segunda maior fonte de energia são as termoeletricas que fornecem 26,92% da energia do país.

A terceira forma são as centrais eólicas, ou parques eólicos, grandes áreas localizadas principalmente no nordeste brasileiro onde se construíram centenas ou milhares de torres de geração eólica que geram 6,86%.

A quarta posição pertence as pequenas hidroelétricas, 3,27%

Mesmo após décadas de atraso, as usinas termoeletricas brasileira geram apenas 1,31% da energia que consumimos.

Após estas temos as centrais-hidroelétricas que geram 0,35, e: finalmente, as centrais solares fotovoltaicas, que geram apenas 0,02%, do que é disponibilizada para o consumo.

Daí, é possível entender o porquê já ocorreram os apagões em horários de pico de consumo no Brasil. Afinal, quase 65% da energia elétrica gerada no país decorre de geração hidroelétrica, e, como é de conhecimento popular, nosso país já passou e passará por diversos períodos de estiagem motivados por fenômenos climáticos como la niña e el niño e, por causa da falta de chuvas, as represas têm tido suas capacidades de armazenamento de água afetadas, não conseguindo manter uma quantidade satisfatória de água estocada.

Por este motivo ocorreram no Brasil diversos períodos em que foram recomendados o racionamento de água, e em decorrência da falta dela, em quantidade adequada, tendo o país enfrentado diversas crises energéticas, com apagões (blecautes) generalizados. E, infelizmente, a implantação de multa por alto consumo de energia não foi suficiente para conscientizar a população brasileira da necessidade de se economizar água no seu uso diário.

3.3 AS MAIORES CRISES DE ENERGIA DO BRASIL

Ao longo da história do Brasil tivemos diversas ocorrências de crises energéticas que demonstraram que o país está muito atrasado e despreparado para lidar com este problema.

A seguir serão relatadas algumas das principais crises energéticas que ocorreram no país:

1985: O primeiro grande apagão:

O primeiro grande apagão registrado no Brasil ocorreu em 17 de setembro de 1985, atingindo principalmente as regiões Sudeste e Centro-Oeste. Aproximadamente 30 milhões de pessoas ficaram sem eletricidade por várias horas. A causa do blecaute foi uma sobrecarga no sistema de transmissão da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a maior do mundo na época. O apagão revelou a fragilidade do sistema elétrico brasileiro e foi um marco que levou a reavaliações no planejamento e gestão do setor de energia no país. Esse blecaute impactou seriamente a economia, interrompendo a produção industrial, fechando comércios mais cedo e causando pânico em várias áreas urbanas. Em resposta, o governo iniciou um processo de modernização da infraestrutura elétrica, que incluiu a diversificação das fontes de energia e a ampliação das linhas de transmissão.

1999: O Maior Blecaute da História

Um apagão atingiu 11 estados, afetando 76 milhões de pessoas. A causa foi uma descarga atmosférica que atingiu uma subestação em Bauru, São Paulo.

2001: A Crise do Apagão

Marcada por racionamento, o Brasil viveu um período de falta de energia devido à escassez de chuvas e à falta de investimento e planejamento na diversificação da matriz energética, que era muito dependente de hidrelétricas.

2005-2009: Apagões Localizados

Ocorreram diversos blecautes em 2005, 2007 e 2009, com falhas em Furnas em 2007 e o desligamento da usina de Itaipu em 2009, que afetou 18 estados.

2011: Blecautes no Nordeste

O apagão de 2011 atingiu quase toda a região Nordeste, intensificando as preocupações com a segurança energética.

2015: Crise no Centro-Oeste, Sudeste e Sul

Essa crise foi influenciada pela escassez de chuvas e pela falta de planejamento centralizado na gestão energética do país.

2020: Apagão no Amapá

Um incêndio em uma subestação de energia causou um apagão que durou 22 dias, afetando 90% da população do estado.

2021: Nova Crise Energética

A escassez de chuvas, novamente, foi o principal gatilho, evidenciando a vulnerabilidade do país devido à dependência das hidrelétricas, resultando em restrições energéticas e aumento nas tarifas.

3.4 O BRASIL COMO "PAÍS TROPICAL"- O CLIMA DO BRASIL E O IMPERATIVO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O Brasil é um país de dimensão continental com grande diversidade climática, o que confere a ele um mosaico de condições ambientais únicas. Embora em certas localidades se observem períodos de frio intenso (principalmente no Sul), o clima é predominantemente quente e favorável em quase todo o território, o que define nossa identidade geográfica.

A classificação principal inclui três grandes tipos: o clima equatorial, que abrange boa parte do país, englobando principalmente a região da Floresta Amazônica. Caracterizado por chuvas quase diárias e temperaturas elevadas, esse clima é crucial para a manutenção da biodiversidade. Em seguida, temos o clima tropical, que varia conforme a região, mas também é quente, com estações

chuvosas e secas bem definidas, predominando no Centro-Oeste e Nordeste. Por fim, o clima temperado, que predomina no Sul do Brasil, é a região mais fria do país, onde no inverno as temperaturas podem atingir níveis inferiores a zero e ocorrer neve.

3.4.1 O BRASIL TROPICAL COMO SOLUÇÃO ENERGÉTICA

É justamente essa condição de país tropical, com seu clima predominantemente quente e ensolarado, que posiciona o Brasil na vanguarda da busca por soluções. O vasto potencial para a geração de energias renováveis (como a solar e a eólica) é a resposta mais eficaz para mitigar as emissões descritas. A alta e constante irradiação solar, combinada com os bons ventos em regiões como o Nordeste, confere ao país uma capacidade natural para substituir as fontes poluentes e, assim, consolidar-se como um líder global na transição energética limpa.

O grande paradoxo a ser explorado é: como um país com tanto sol e vento, elementos cruciais para combater a crise climática, ainda enfrenta barreiras na ampla utilização dessas tecnologias nos seus ambientes residencial e industrial?

Essa dotação geográfica privilegiada, visualmente representada pelo mapa climático, é o alicerce para a tese deste artigo: o Brasil é um país com potencial inesgotável para a geração de energias renováveis. A predominância de um clima quente e ensolarado estabelece o cenário ideal para o aproveitamento de fontes como a energia solar fotovoltaica e a energia eólica, com fatores de irradiação e regimes de vento favoráveis globalmente. No entanto, o paradoxo reside na ainda insuficiente taxa de utilização dessas fontes em ambientes residenciais e industriais, tema central da nossa análise.

Imagem 1 – Distribuição dos Tipos Climáticos do Brasil.



Fonte: IBGE Educa Jovens

3.5 BARREIRAS TÉCNICAS E DE INFRAESTRUTURA NA UTILIZAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS DISTRIBUÍDAS NO BRASIL

Apesar da notável abundância de recursos solares e de outras fontes renováveis no Brasil, um país situado entre o Equador e o Trópico de Capricórnio, a baixa taxa de utilização na geração distribuída (residencial e industrial) é largamente atribuída a entraves de natureza técnica e deficiências na infraestrutura do setor elétrico. Tais desafios limitam o pleno aproveitamento da vantagem geográfica do país.

3.5.1 DESAFIOS TÉCNICOS NA GERAÇÃO E ARMAZENAMENTO

Um dos principais obstáculos técnicos é a intermitência inerente às fontes, especialmente a fotovoltaica, que gera eletricidade apenas durante o período diurno. A integração massiva desta fonte exige, por conseguinte, soluções eficazes de armazenamento de energia. No contexto brasileiro, a adoção de sistemas de baterias em escala residencial e industrial ainda é incipiente, em grande parte devido aos altos custos de aquisição e à ausência de políticas públicas que estimulem sua massificação. A baixa penetração de soluções de armazenamento compromete a segurança do suprimento e limita a autonomia energética dos consumidores, mantendo a dependência da rede convencional durante picos de demanda noturna.

Além disso, a eficiência e a durabilidade dos equipamentos, embora em constante evolução, requerem atenção técnica. O clima tropical brasileiro, caracterizado por alta irradiação, também impõe desafios técnicos relacionados à degradação acelerada de componentes e à necessidade de manutenção especializada para mitigar perdas de desempenho decorrentes do acúmulo de sujeira nos módulos.

3.5.2 LIMITAÇÕES DE INFRAESTRUTURA DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A infraestrutura do Sistema Interligado Nacional (SIN) foi historicamente concebida para um fluxo de energia unidirecional (da geração centralizada para os consumidores). A Geração Distribuída (GD), ao injetar eletricidade na rede, exige uma flexibilidade e uma capacidade de gerenciamento que a infraestrutura de distribuição atual, em muitos casos, não oferece plenamente. A inflexibilidade da rede se manifesta na dificuldade em absorver grandes volumes de energia distribuída em pontos específicos, o que pode levar a: Variações de tensão e problemas na qualidade da energia elétrica; Atrasos e restrições técnicas no processo de conexão de novos sistemas fotovoltaicos, especialmente em regiões com alta saturação da GD; Necessidade de upgrades caros em transformadores e subestações, cujos custos podem ser repassados de forma ineficiente aos usuários.

Adicionalmente, a falta de uma infraestrutura de medição inteligente (smart grids) avançada impede o monitoramento detalhado e em tempo real dos fluxos de energia. Esta deficiência técnica dificulta a gestão da intermitência pela distribuidora e a otimização da operação dos sistemas distribuídos, limitando o crescimento ordenado do setor.

3.5.3 BARREIRAS DE NORMALIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO TÉCNICA

O desenvolvimento acelerado da tecnologia fotovoltaica no Brasil expôs lacunas na padronização e na normalização técnica de processos e equipamentos. Embora a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) tenham emitido regulamentos importantes, a complexidade e a burocracia nos procedimentos de homologação e a necessidade de comprovação do anti-ilhamento por parte dos inversores ainda representam barreiras técnicas e temporais para o consumidor.

Por fim, a escassez de mão de obra especializada e certificada para a instalação, comissionamento e manutenção dos sistemas é uma barreira técnica transversal. A qualidade da instalação é crucial para o desempenho a longo prazo e a segurança dos sistemas. A capacitação insuficiente eleva o risco de falhas técnicas e de incidentes de segurança, freando a confiança e a expansão do mercado.

3.6 BARREIRAS DE INFORMAÇÕES E CULTURA

Apesar do imenso potencial solar e eólico do Brasil, país tropical, a baixa taxa de utilização de geração distribuída de “energias renováveis” nos ambientes “residenciais e industriais” é, em grande parte, sustentada por significativas barreiras de natureza “informativa e cultural”. A mera disponibilidade de recurso natural, sem o devido preparo social e processual, não é suficiente para impulsionar uma transição energética robusta.

3.7 ACEITAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

O desconhecimento é uma das maiores barreiras passivas à adoção de energias renováveis. Há uma lacuna crítica de informação tanto no segmento residencial quanto entre os gestores industriais:

- **Público Residencial:** Muitos proprietários e síndicos ainda encaram a energia solar fotovoltaica, por exemplo, como uma tecnologia de alto custo inicial e retorno incerto. O desconhecimento se estende aos benefícios tangíveis (como a redução na conta de luz) e intangíveis (como a sustentabilidade e a valorização do imóvel), bem como às tecnologias atuais e aos processos de instalação simplificados, muitas vezes imaginando uma obra complexa e invasiva. A falta de campanhas de conscientização nacional e a pouca inclusão do tema em currículos educacionais contribuem para a perpetuação desse cenário.
- **Gestores Industriais:** No setor industrial, o foco está frequentemente na otimização de core business e na contenção de custos imediatos. Há uma falta de compreensão aprofundada sobre como a geração distribuída pode atuar como uma estratégia de resiliência energética contra a volatilidade tarifária e como um diferencial de ESG (Ambiental, Social e Governança), além de desconhecem programas de financiamento específicos e o real payback do investimento para grandes consumidores. Essa percepção incompleta inibe a aceitação e a destinação de capital para projetos de autoconsumo.
- **Burocracia e Processos**
A percepção de complexidade e morosidade inerente aos procedimentos regulatórios atua como um desestímulo direto ao investimento em geração distribuída, mesmo que a tecnologia e o capital estejam disponíveis. A burocracia se manifesta principalmente na:
 - a) **Complexidade nos processos de homologação de sistemas:** O processo de conexão e homologação de sistemas de geração distribuída junto às distribuidoras de energia – embora tenha sido simplificado por resoluções normativas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) – ainda é percebido como um emaranhado de etapas e exigências técnicas. A variabilidade na interpretação e aplicação das normas entre as diferentes concessionárias estaduais gera insegurança jurídica e operacional para instaladores e consumidores finais.
 - b) **Morosidade e Inconsistência:** O tempo despendido para obter a aprovação do projeto e a instalação do medidor bidirecional (que registra o excedente injetado na rede) pode ser longo e imprevisível, influenciando negativamente o cálculo de retorno do investimento. Essa incerteza temporal desmotiva principalmente projetos de maior escala ou aqueles que operam com margens de tempo apertadas, como os projetos industriais.

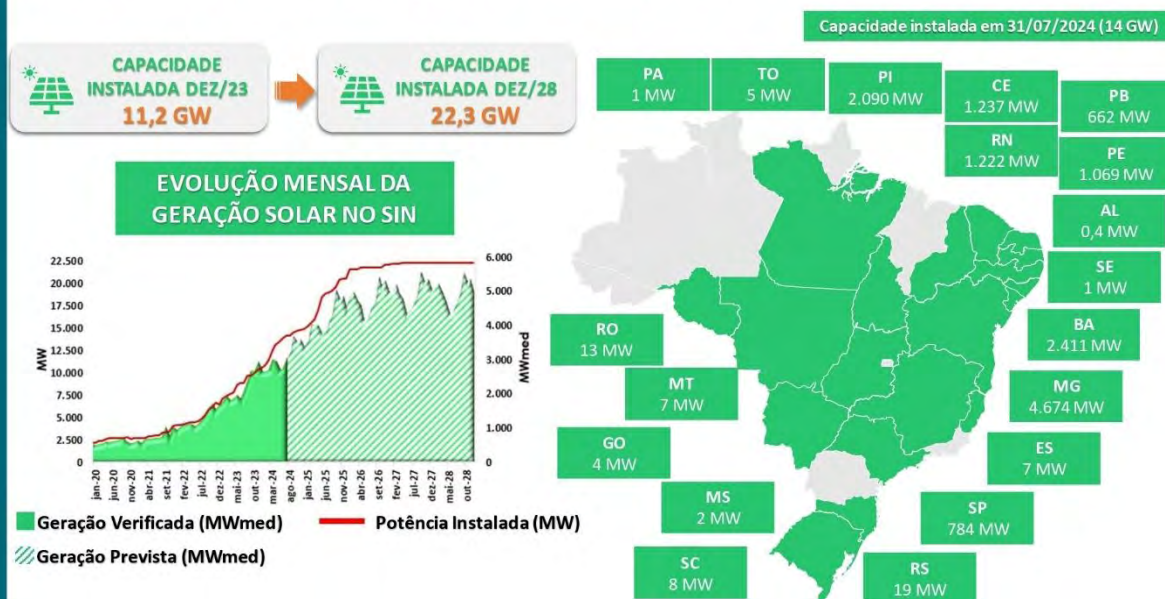
A superação dessas barreiras de informação e cultura exige uma ação coordenada entre o governo (com simplificação e fiscalização de processos), a academia (com difusão de conhecimento técnico e econômico) e o setor privado (com campanhas de esclarecimento e soluções turn-key). Somente assim será possível alinhar o vasto potencial geográfico do Brasil com uma efetiva política de aproveitamento das energias renováveis.

3.8 PERSPECTIVAS E PROPOSTAS DE SOLUÇÃO

De acordo com estudos do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), órgão governamental que fiscaliza e cria diretrizes sobre a geração de energia no Brasil, há uma expectativa de que a capacidade instalada de geração de energia elétrica proveniente dos sistemas de geração solar praticamente seja o dobro em dezembro de 2028 em relação a dezembro de 2023, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 1:

EXPANSÃO DA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA – 2024 A 2028

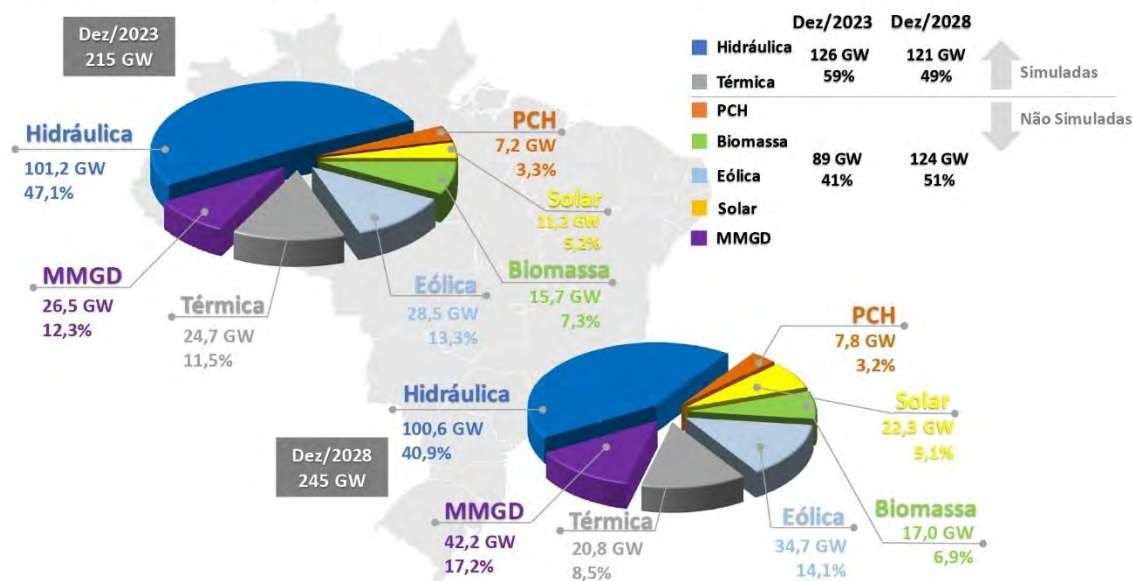


Fonte: Operador Nacional do Sistema Elétrico - Apresentação do Plano da Operação Energética (PEN) 2024 [\[24\]](#)

Ainda, assim, com base em informações do próprio ONS, é possível verificarmos que os 22,3 GW de capacidade de geração fotovoltaica instalada, esperada para dezembro de 2028, representará apenas 9,1% da capacidade de geração energética total instalada no país em 2028, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 2:

MATRIZ ELÉTRICA



Fonte: Operador Nacional do Sistema Elétrico - Apresentação do Plano da Operação Energética (PEN) 2024 [\[25\]](#)

Em um país como o Brasil, com todas as qualidades geográficas e climáticas que aqui já foram expostas, ter menos de 10% da energia de sua matriz elétrica produzida através de energia solar parece um absurdo.

O Brasil possui amplo potencial para expandir sua produção de energia solar, mesmo considerando os elevados custos financeiros que o Governo Federal enfrenta para realizar novos investimentos. Além disso, a geração de energia no país foi privatizada há décadas, o que torna tecnicamente desafiador desenvolver projetos capazes de dobrar ou triplicar a participação da energia solar em nossa matriz energética.

Dessa forma, a alternativa mais viável — com menor custo operacional e político — seria a implementação de políticas públicas e incentivos realmente eficazes, voltados à redução do custo dos equipamentos e de sua instalação pela sociedade civil. Assim, cada proprietário de residência, comércio ou pequena indústria seria estimulado a adotar sistemas de energia solar em suas próprias propriedades, contribuindo de maneira descentralizada para o aumento da geração limpa no país.

A principal barreira para que essa transformação ocorra é de natureza política. Com a privatização dos setores de geração e transmissão de energia, empresas privadas passaram a assumir a responsabilidade pela produção e comercialização da energia elétrica — o que, naturalmente, gera expectativas de arrecadação e lucro. Nesse contexto, incentivar a descentralização da geração energética pode, em um primeiro momento, impactar negativamente os ganhos dessas empresas, uma vez que o consumo tende a diminuir durante os períodos de maior insolação, quando sistemas particulares são capazes de produzir parte, ou até mesmo a totalidade, da energia consumida.

Entretanto, é importante considerar que a redução da necessidade de geração por parte das grandes companhias, no atendimento a pequenos e médios consumidores, resultaria em uma sobra de energia que poderia ser direcionada à atração de novas indústrias e investimentos para o país. Afinal, um dos fatores que historicamente dificultaram a implantação de grandes projetos industriais no Brasil foi o receio de escassez de energia elétrica para sustentar a produção.

Além disso, o incentivo à geração de energia fotovoltaica em residências, comércios e pequenas indústrias apresenta uma vantagem ambiental significativa em relação aos grandes parques solares. Esses sistemas podem ser instalados nos telhados e coberturas das edificações, promovendo uma melhor utilização do espaço e reduzindo a demanda sobre as linhas de transmissão do sistema elétrico nacional.

3.9 VANTAGENS AMBIENTAIS ADICIONAIS DA ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA NO BRASIL

A expansão da energia solar fotovoltaica no Brasil transcende a mera diversificação da matriz energética, consolidando-se como um pilar essencial para a sustentabilidade ambiental e a segurança operacional do sistema elétrico nacional. Diferente das fontes termelétricas que dependem da queima de combustíveis, a geração fotovoltaica é um processo 100% limpo e silencioso, que não emite Gases de Efeito Estufa (GEE), como o CO₂, nem outros poluentes atmosféricos durante sua operação.

O papel estratégico da energia solar é a diminuição da pressão sobre os reservatórios de água, especialmente em períodos de estiagem, garantindo:

- **Redução da Dependência Hídrica:** A geração de energia por painéis fotovoltaicos não consome água no processo de produção de eletricidade. Ao adicionar a solar na matriz, reduz-se a necessidade de acionar as hidrelétricas em sua capacidade máxima, em particular durante o dia e em períodos secos, que são os momentos de alta irradiação solar no Brasil.
- **Melhor "Armazenamento" de Água:** Com menos pressão sobre o sistema hídrico para geração de eletricidade, os reservatórios das usinas hidrelétricas podem manter níveis de água mais estáveis e elevados. Isso é crucial para:
 - a) **Segurança Hídrica:** Diminui o risco de escassez de água para consumo humano, irrigação e manutenção dos ecossistemas aquáticos.
 - b) **Segurança Energética:** Garante uma reserva hídrica estratégica para os anos seguintes ou para períodos de baixa incidência solar, diminuindo o risco de racionamento ou apagões.

c) Reflexos Econômicos e Climáticos: Evita a necessidade de acionar caras e poluentes usinas termelétricas (que geralmente entram em operação quando os reservatórios estão baixos), reduzindo a emissão de CO₂ e os custos na conta de luz.

Assim, ao gerar eletricidade limpa e abundante durante o dia, a energia solar age como um complemento perfeito para a hidroeletricidade, transformando a água dos reservatórios de uma fonte de geração constante para um recurso de armazenamento estratégico a ser usado quando a energia solar não estiver disponível (noite ou dias muito nublados). Essa sinergia aumenta a resiliência de todo o sistema elétrico nacional.

A geração de eletricidade por meio de painéis fotovoltaicos não utiliza água em seu processo (conforme dados da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA). Este é o ponto chave para a segurança energética nacional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificamos nesta pesquisa que o Brasil ainda precisa avançar significativamente para tornar sua matriz energética mais eficiente e sustentável. Os investimentos em grandes usinas, sejam hidrelétricas, solares ou eólicas, dependem fortemente de recursos públicos ou de grandes grupos privados, o que os torna inacessíveis à maior parte da população.

Por outro lado, pequenos e médios consumidores de energia têm a possibilidade de investir em sistemas próprios de geração elétrica ou térmica, como os coletores solares para aquecimento de água e os sistemas fotovoltaicos para geração de energia. É justamente nesse campo que se encontra um vasto potencial para que o Brasil se consolide como um país mais sustentável e autossuficiente em geração energética.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil necessita, há décadas, de investimentos consistentes em seu setor elétrico para manter a capacidade de competir em igualdade de condições com os países mais industrializados do mundo. Infelizmente, desde a década de 1980, o país não conseguiu realizar os investimentos contínuos necessários para continuar figurando entre as nações mais atrativas para o desenvolvimento econômico. Os investimentos em grandes obras relacionadas à geração de energia sempre ocorreram de forma esporádica, e nem sempre foram suficientes para eliminar as falhas no sistema elétrico brasileiro.

Essa dificuldade se deve, entre outros fatores, à instabilidade do sistema nacional de geração e distribuição de energia elétrica, aos altos custos de implantação dos grandes projetos e às barreiras ambientais que são impostas.

Atualmente, com o avanço das tecnologias voltadas à geração de energia que, além de cumprirem sua função principal, são ambientalmente sustentáveis e com a possibilidade de implantação descentralizada, permitindo que cada imóvel disponha de seu próprio sistema gerador, como os sistemas fotovoltaicos, torna-se indispensável que o Governo Federal atue de forma mais efetiva na promoção e no incentivo à adoção dessas soluções.

Afinal, quanto maior for a capacidade de geração de energia que o Brasil alcançar, maior será também sua capacidade de atrair investimentos estrangeiros, impulsionar a criação de empregos, elevar a renda familiar e promover o crescimento social e a melhoria da qualidade de vida da população.

E, se conseguirmos atingir esses objetivos por meio de sistemas de geração de energia ambientalmente corretos, beneficiaremos não apenas o povo brasileiro, mas também o meio ambiente e as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv101998.pdf> [liv101998.pdf](#) . 29 de março de 2023. Consultado em 30 de setembro de 2025. Cópia arquivada (PDF) em 30 de setembro de 2025.
2. BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama> [«Brasil»](#). Consultado em 30 de setembro de 2025.

3. BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36532-ibge-atualiza-dados-geograficos-de-estados-e-municipios-brasileiros> «[IBGE atualiza dados geográficos de estados e municípios brasileiros](#)». 29 de março de 2023. Consultado em 30 de setembro de 2025.
4. BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35954-brasil-tem-207-8-milhoes-de-habitantes-mostra-previa-do-censo-2022> «[Agência IBGE](#)». 3 de janeiro de 2023.
5. BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://noticias.r7.com/internacional/fotos/top-10-paises-mais-populosos-do-mundo-qual-e-a-posicao-do-brasil-12052023/> «[Top 10 países mais populosos do mundo: qual é a posição do Brasil?](#)». R7. 12 de maio de 2023. Consultado em 30 de setembro de 2025.
6. BRASIL, BRASIL ESCOLA <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/localizacao-geografica-brasil.htm> «<https://brasilescola.uol.com.br/brasil/localizacao-geografica-brasil.htm>» Consultado em 30 de setembro de 2025.
7. GOLDEMBERG, José; PALETTA, Francisco Carlos; [et al.] (2012). Energias Renováveis. São Paulo: Blucher. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521215943/pageid/4> Consultado em: 07/10/2025.
8. PEREIRA, Enio Bueno; MARTINS, Fernando Ramos; GONÇALVES, André Rodrigues; COSTA, Rodrigo Santos; LOPES DE LIMA, Francisco J.; RÜTHER, Ricardo; LUNA DE ABREU, Samuel; TIEPOLO, Gerson Máximo; PEREIRA, Silvia Vitorino; GONÇALVES DE SOUZA, Jefferson. (2017). Atlas Brasileiro de Energia Solar. 2.ed. São José dos Campos: INPE, 2017. Disponível em: <http://doi.org/10.34024/978851700089> Consultado em: 07/10/2025.
9. PORTAL ABSOLAR <https://www.absolar.org.br/noticias-externas/pais-ja-tem-mais-de-4-milhoes-de-unidades-com-energia-solar/%20Consultado%20em%2005%20de%20outubro%202025>. Consultado em: 05 de outubro 2025.
10. O GLOBO <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2024/08/pais-ja-tem-mais-de-4-milhoes-de-unidades-com-energia-solar.ghtml> Consultado em: 05 de outubro 2025.
11. BRASIL, CENSO 2022 [País tem 90 milhões de domicílios, 34% a mais que em 2010](#) Consultado em: 05 de outubro 2025.
12. PORTAL ABSOLAR <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-03/com-22-da-matriz-eletrica-energia-solar-e-a-2-maior-fonte-do-pais> Consultado em: 05 de outubro 2025.
13. UNIVERSIDADE DO SOL [Brasil é 6.º no ranking de coletores solares – Universidade do Sol – Cursos e Treinamentos sobre Aquecedores Solares de Água](#). Consultado em 5 de outubro de 2025.
14. O GLOBO <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2012/08/brasil-ocupa-o-6-lugar-no-ranking-mundial-de-coletores-solares.html> [Jornal da Globo - Brasil ocupa o 6º lugar no ranking mundial de coletores solares](#). Consultado em: 5 de outubro de 2025.
15. PAVAN, Lucca Simeoni. (ET AL.). As teorias econômicas e a economia aplicada [recurso eletrônico]. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. file:///C:/Users/leoin/Downloads/analise-comparativa-de-sistema-de-aquecimento-solar-de-agua-e-sistema-de-energia-solar-fotovoltaico-um-estudo-de-caso.pdf [analise-comparativa-de-sistema-de-aquecimento-solar-de-agua-e-sistema-de-energia-solar-fotovoltaico-um-estudo-de-caso.pdf](#) Consultado em: 5 de outubro de 2025.
16. BRASIL, Ministério de Minas e Energia. <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/relatorio-da-aie-reforca-o-protagonismo-do-brasil-no-cenario-internacional> [Relatório da AIE reforça o protagonismo do Brasil no cenário internacional — Ministério de Minas e Energia](#). Consultado em: 5 de outubro de 2025.

17. BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Clima. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/20644-clima.html>. Acesso em: 6 out. 2025.
18. DIAS, E. (2025). *Geração Distribuída Solar: Uma análise histórica no Brasil / Integração com sistemas de armazenamento de energia elétrica*. O Setor Elétrico. Disponível em: <https://www.osetoreletrico.com.br/geracao-distribuida-solar-uma-analise-historica-no-brasil-integracao-com-sistemas-de-armazenamento-de-energia-eletrica>. www.osetoreletrico.com.br Consultado em: 5 de outubro de 2025.
19. LEITE, N., DELGADO, M., & HAGE, F. (2017). *Os desafios do armazenamento de energia no setor elétrico*. FGV Energia. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/53f608fb-b602-4ed5-9fb1-2ff90dce7cad/content>. repositorio.fgv.br Consultado em: 6 de outubro de 2025.
20. CASTRO, N., FRANÇA, F., & BRANDÃO, R. (2025). *Impactos da geração distribuída no Setor Elétrico Brasileiro*. GESEL-UFRJ. Disponível em: <https://gesel.ie.ufrj.br/wp-content/uploads/2025/03/Gesel-Broadcast-Impactos-da-GD-no-SEB-25.03.2025.pdf>. gesel.ie.ufrj.br Consultado em: 6 de outubro de 2025.
21. GNPW GROUP. (2025). *Desafios de Transição e Modernização da Rede Elétrica Brasileira: Infraestrutura, Regulação e Resiliência*. Disponível em: <https://www.gnpw.com.br/transicao-energetica/desafios-de-transicao-e-modernizacao-da-rede-eletrica-brasileira-infraestrutura-regulacao-e-resiliencia>. www.gnpw.com.br Consultado em: 5 de outubro de 2025.
22. BRASIL, Ministério da Educação (MEC). (2025). *MEC fomenta cursos de energias renováveis*. Programa Pronatec EnergIFE. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/setembro/mec-fomenta-cursos-de-energias-renovaveis>. www.gov.br Consultado em: 5 de outubro de 2025.
23. BADRA, M. (2025). *Capacitação técnica é desafio urgente diante das exigências do mercado fotovoltaico*. Canal Solar. Disponível em: <https://canalsolar.com.br/capacitacao-tecnica-desafio-urgente-exigencias-mercado>. canalsolar.com.br Consultado em: 6 de outubro de 2025.
24. GRÁFICO 1 – BRASIL, ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico. (2024). *Expansão da Geração Fotovoltaica – 2024 a 2028. Apresentação do Plano da Operação Energética (PEN) 2024*. Disponível em: <https://www.ons.org.br/AcervoDigitalDocumentosEPublicacoes/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20PEN%202024.pdf#search=gera%C3%A7%C3%A3o%20fotovoltaica%202025> Consultado em: 6 de outubro de 2025.
25. GRÁFICO 2 – BRASIL, ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico. (2024). *Matriz Elétrica 2024 – 2028. Apresentação do Plano da Operação Energética (PEN) 2024*. Disponível em: <https://www.ons.org.br/AcervoDigitalDocumentosEPublicacoes/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20PEN%202024.pdf#search=gera%C3%A7%C3%A3o%20fotovoltaica%202025> Consultado em: 6 de outubro de 2025.
- Tabela 01: PORTAL ABSOLAR – <https://www.absolar.org.br/noticias-externas/pais-ja-tem-mais-de-4-milhoes-de-unidades-com-energia-solar/%20Consultado%20em%2005%20de%20outubro%202025>. Consultado em: 05 de outubro 2025.
- Imagem 1 – IBGE Educa Jovens <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/20644-clima.html> Consultado em: 05 de outubro 2025.

CIDADANIA E BEM-ESTAR: PRAÇAS E PARQUES COMO INSTRUMENTOS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA

CITIZENSHIP AND WELL-BEING: SQUARES AND PARKS AS INSTRUMENTS FOR EDUCATION AND PUBLIC HEALTH

Área temática: 03 – Saúde e bem-estar

JUNIOR, Paulo Roberto Silvestre da Silva
Universidade de Franca- UNIFRAN
Graduando em Pedagogia
paulojrnh81@gmail.com

SEGALA, Franciane Simões Martins
Universidade de Franca- UNIFRAN
Graduada em Biologia
Mestre em Educação Profissional e Tecnológica- IFSP
Doutoranda em Promoção da Saúde- UNIFRAN
francianesm@yahoo.com.br

BORGES, Marilurdes Cruz
Universidade de Franca- UNIFRAN
Graduada em Letras
Mestre em Linguística-UNIFRAN
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa-UNESP
Docente dos PPG Linguística e Promoção da saúde- UNIFRAN
marilurdescruz@gmail.com

Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar a importância das praças e parques urbanos para a saúde e qualidade de vida da população de Franca/SP, bem como investigar sua distribuição e acessibilidade na cidade. Justifica-se pela relevância desses espaços públicos como promotores de convivência social, lazer, educação ambiental e bem-estar físico e mental, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3, 4 e 11). A pesquisa utilizou abordagem qualitativa e revisão bibliográfica, fundamentando-se nos conceitos de ato responsável e ético de Bakhtin, além de estudos sobre urbanismo, cidadania e promoção da saúde. Os dados indicam que Franca possui mais de 200 praças e seis parques oficiais, com infraestrutura variada para atividades físicas, culturais e recreativas; entretanto, observou-se concentração nos bairros centrais e desigualdade de acesso nas regiões periféricas, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas à equidade no lazer urbano. Estudos analisados destacam que 94% das pesquisas sobre áreas verdes apontam efeitos positivos na saúde psicológica e fisiológica, incluindo redução de estresse e melhora cardiovascular, sem relatos de impactos negativos. Conclui-se que praças e parques não são apenas elementos paisagísticos, mas instrumentos estratégicos de promoção da saúde, inclusão social e sustentabilidade urbana, sendo fundamental que a gestão municipal amplie a distribuição desses espaços e incentive a participação cidadã, garantindo o direito ao lazer e à preservação ambiental, especialmente em regiões menos favorecidas, promovendo um ambiente urbano mais justo, saudável e equilibrado.

Palavras-chave: Espaços públicos, saúde e bem-estar, ato responsável.

Abstract

This study aimed to analyze the importance of urban squares and parks for the health and quality of life of the population in Franca/SP, as well as to investigate their distribution and accessibility in the city. It is justified by the relevance of these public spaces as promoters of social interaction, leisure, environmental education, and physical and mental well-being, in line with the Sustainable Development

Goals (SDGs 3, 4, and 11). The research employed a qualitative approach and bibliographic review, based on Bakhtin's concepts of responsible and ethical action, in addition to studies on urbanism, citizenship, and health promotion. The data indicate that Franca has over 200 squares and six official parks, with infrastructure for physical, cultural, and recreational activities; however, there is a concentration in central neighborhoods and unequal access in peripheral areas, highlighting the need for public policies aimed at equitable urban leisure. Analyzed studies show that 94% of research on green areas report positive effects on psychological and physiological health, including stress reduction and cardiovascular improvement, with no negative impacts observed. It is concluded that squares and parks are not merely aesthetic elements but strategic tools for health promotion, social inclusion, and urban sustainability. Therefore, municipal management must expand the distribution of these spaces and encourage citizen participation, ensuring the right to leisure and environmental preservation, especially in less favored areas, fostering a more just, healthy, and balanced urban environment.

Keywords: Public spaces, Health and well-being, Responsible action.

1 INTRODUÇÃO

As praças constituem espaços públicos historicamente reconhecidos como pontos de encontro, convivência e interação comunitária, configurando-se como elementos fundamentais da estrutura urbana e da vida social. Muito além de sua função paisagística ou ornamental, esses espaços cumprem papel essencial no fortalecimento das relações humanas, na democratização do acesso ao lazer e na promoção de práticas cidadãs (Jacobs, 2011; Gehl, 2015).

As praças e parques urbanos desempenham papel essencial para a qualidade de vida nas cidades, pois oferecem espaços de convivência, lazer, prática de atividades físicas e contato com a natureza. Para Jacobs (2011, p. 120), “as cidades precisam de lugares onde as pessoas possam se encontrar e compartilhar a vida cotidiana”, ressaltando a função social desses ambientes. Além disso, segundo Cavalcanti (2018, p. 45), “os espaços verdes urbanos contribuem para a saúde física e mental da população, ao mesmo tempo em que favorecem a sustentabilidade ambiental”.

A cidade de Franca, situada no interior do estado de São Paulo, possui mais de 200 praças e seis parques inventariados, porém sua distribuição é nas regiões mais centrais, persistindo a desigualdade no acesso, nos bairros marginais, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam equidade e qualidade na democratização ao lazer e infraestrutura urbana.

Dentro desse contexto, este estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada nos pressupostos bakhtinianos do ato responsável e ético, aliada a uma revisão bibliográfica acerca da relevância dos espaços públicos para a promoção da saúde. Considerando os desafios ambientais contemporâneos e a função do lazer no fortalecimento do bem-estar coletivo, o objetivo central é analisar a importância das praças e parques, bem como investigar sua distribuição no município de Franca/SP, destacando sua contribuição para o desenvolvimento da saúde populacional.

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) define que o pleno desenvolvimento urbano deve estar vinculado ao cumprimento da função social da cidade, tendo como diretriz central o direito a cidades sustentáveis. Isso envolve planejamento participativo, integração entre setores públicos, privados e sociedade civil, além da proteção ambiental e da ordenação do uso do solo. A função social da cidade consiste em assegurar que o espaço urbano garanta tanto os direitos individuais — como educação, saúde e lazer — quanto os direitos coletivos, como meio ambiente equilibrado, segurança e transporte (Brasil, 2001).

Nesse contexto, praças e parques assumem papel fundamental, pois representam espaços de convivência comunitária, preservação ambiental e promoção da qualidade de vida, reforçando a importância de áreas verdes para a sustentabilidade urbana. Dessa forma, a cidade deve promover um ambiente sustentável e harmônico, no qual praças e parques se configuram como espaços essenciais ao bem-estar, à convivência e ao equilíbrio entre desenvolvimento urbano e qualidade de vida. Garcias e Bernardi (2008, p. 14) esclarecem que por “funções sociais da cidade” compreende-se “uma norma constitucional aberta, que pode e deve ser desvendada e transformada em princípios orientadores ao Poder Público, para o planejar e implementar os direitos fundamentais”. Para os autores, a cidade é uma obra em constante construção, cuja preservação — assim como a da natureza — constitui compromisso ético e jurídico para com as futuras gerações.

Partindo desse princípio, a implantação de praças e parques, voltada às necessidades de lazer e bem-estar da população, configura-se como um direito diretamente relacionado à função social da

cidade. Contudo, o acesso a esses espaços públicos ainda ocorre de forma desigual entre as diferentes classes sociais (Melo et al., 2016)

Essas contribuições dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, especialmente o ODS 3 (Saúde e bem-estar) e o ODS 04 (Educação de qualidade) e o ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ao promoverem práticas sustentáveis, preservação ambiental e inclusão social. Assim, praças e parques não são apenas locais de lazer, mas espaços estratégicos para o equilíbrio entre desenvolvimento urbano, bem-estar coletivo e responsabilidade ambiental.

2 PRAÇAS E PARQUES: ESPAÇOS PÚBLICOS DE CIDADANIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE

As praças, enquanto espaços públicos, possuem relevância histórica e social, funcionando como locais de encontro, convivência e exercício da vida comunitária. Segundo Gehl (2015, p. 9), “os espaços públicos são a sala de estar da cidade”, pois reúnem pessoas em atividades coletivas, promovendo interação e fortalecendo vínculos sociais. Na perspectiva do urbanismo, a praça é elemento essencial da malha urbana, ao garantir acessibilidade, lazer e integração entre diferentes grupos sociais (Jacobs, 2011).

O espaço urbano, contudo, não é homogêneo. Para Milton Santos (2006, p. 307), “o espaço é a acumulação desigual de tempos”, de modo que as praças expressam desigualdades nas condições de acesso, qualidade e manutenção, sobretudo entre regiões centrais e periféricas. Em muitos municípios brasileiros, a distribuição dos espaços de lazer não ocorre de forma equitativa, favorecendo apenas uma parcela da sociedade, enquanto a população economicamente menos favorecida — justamente a que mais depende desses equipamentos — enfrenta carência de áreas adequadas ou espaços em condições precárias (Santos; Ortigoza, 2017).

Enquanto bens coletivos, praças e parques estão diretamente vinculados ao exercício da cidadania. Habermas (1997) argumenta que o espaço público democrático constitui lugar de diálogo e construção de consensos, indispensável à participação social. Da mesma forma, Muller (2002, p. 25-26) ressalta que é nesse convívio que emerge a consciência da importância desses ambientes, ao despertar o indivíduo para compreender que áreas urbanas bem cuidadas e destinadas ao lazer são essenciais à qualidade de vida coletiva e representam um direito de todos.

Esse direito, entretanto, exige ação efetiva do poder público. Como destacam Barbosa, Mariano e Marcellino (2006), cabe ao Estado disponibilizar e zelar por espaços de lazer de modo a assegurar acesso democrático, transformando áreas inutilizadas em ambientes sustentáveis capazes de melhorar a qualidade de vida, sobretudo nas periferias. Para Marcellino et al. (2008, p. 141), “a existência de praças e áreas destinadas ao lazer nas cidades torna-se, assim, de extrema importância para o lazer da população. Porém, muitas vezes falta local ou desinteresse político para a construção ou revitalização dessas áreas”.

O debate sobre praças e parques também dialoga com a saúde coletiva. A Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada em Ottawa em 1986, definiu a promoção da saúde como processo de capacitação das comunidades para atuarem na melhoria da qualidade de vida, transformando positivamente o meio ambiente. Nessa perspectiva, saúde é concebida como recurso essencial para a vida, e não apenas como um objetivo em si, valorizando recursos sociais, pessoais e capacidades físicas. Estudos recentes reforçam esse vínculo: uma análise de pesquisas sobre os impactos de praças e parques apontou que 94% registraram efeitos positivos do contato com a natureza, incluindo a redução de ansiedade, estresse e irritação, além de melhorias cardiovasculares e recuperação da fadiga mental (Nunes; Soldado; Lindenkamp, 2025).

Assim, os espaços verdes urbanos cumprem papel múltiplo: promovem atividades físicas, incentivam o convívio social e oferecem momentos de contemplação e tranquilidade, fundamentais para a saúde física e mental. No caso de Franca/SP, pensar a democratização do acesso a praças e parques configura-se como ato responsável e ético, na medida em que cada cidadão é chamado a reconhecer seu papel na construção de uma comunidade saudável e sustentável. Bakhtin (2017, p. 45) lembra que “o verdadeiro sentido da responsabilidade consiste em agir de forma consciente e única diante do outro e do mundo”, destacando que a preservação dos espaços públicos depende da ação ética de indivíduos e coletivos.

Nesse horizonte, políticas públicas e práticas comunitárias que incentivem o uso educativo e inclusivo desses ambientes dialogam diretamente com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de Qualidade, ao transformar praças e parques em espaços de aprendizagem, conscientização ambiental e formação cidadã. Dessa forma, não se limitam ao lazer, mas tornam-se

também espaços de responsabilidade ética e social, fundamentais para a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo tem como objetivo identificar as praças e parques da cidade de Franca/SP, reconhecer sua relevância para a saúde individual e coletiva e discutir seu potencial como instrumento de apoio à formulação de políticas públicas voltadas ao bem-estar social. Para tanto, a presente pesquisa adota como método o estudo descritivo, de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa. O foco recai sobre a identificação das praças e parques da cidade de Franca/SP, bem como sobre a análise de sua importância para a saúde individual e coletiva, compreendendo-os como potenciais instrumentos de formulação e avaliação de políticas públicas voltadas ao bem-estar social.

A metodologia qualitativa foi escolhida por permitir a compreensão dos fenômenos em sua complexidade, inseridos em contextos sociais, culturais e históricos. Segundo Minayo (2012, p. 21), “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. De forma complementar, Flick (2009, p. 25) destaca que “a pesquisa qualitativa estuda a realidade em seu ambiente natural, tentando dar sentido aos fenômenos de acordo com os significados que as pessoas lhes atribuem”. Assim, não se busca generalizar resultados, mas oferecer interpretações detalhadas e contextualizadas acerca da distribuição e qualidade dos espaços públicos de lazer, iluminando desigualdades e possibilidades de transformação social.

O pressuposto teórico que orienta a análise é a concepção bakhtiniana de ato responsável e ético. Para Bakhtin (2017, p. 67), “sou eu quem deve realizar a minha responsabilidade única e irrepetível”, ressaltando que cada sujeito é chamado a responder por seus atos diante do mundo. Essa perspectiva é transposta para o campo ambiental e comunitário, de modo a compreender os cidadãos como agentes ativos na preservação da natureza e na construção de práticas sustentáveis. O pressuposto ético, nesse sentido, não se restringe à dimensão individual, mas constitui um compromisso coletivo que envolve tanto a ação cidadã quanto a atuação do poder público democraticamente instituído.

Dessa forma, o estudo apoia-se em revisão bibliográfica para mapear as praças e parques, discutir suas características, identificar desigualdades de acesso e qualidade, e refletir sobre sua função social. A análise fundamentada em Bakhtin permite interpretar esses espaços não apenas como estruturas físicas de lazer, mas como lugares de convivência, cidadania e responsabilidade ética, reforçando sua relevância para a promoção da saúde coletiva e para a construção de cidades mais justas e sustentáveis.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

O levantamento realizado junto à Prefeitura Municipal de Franca/SP e à Secretaria do Meio Ambiente revelou a existência de mais de 200 praças catalogadas (Figura 1) e seis parques oficialmente instituídos, reunidos no programa “Parques de Franca”, lançado em maio de 2023. A iniciativa representou um marco no planejamento urbano do município, ao reformular a administração e a organização desses espaços, com o propósito de ampliar o acesso da população a áreas de lazer, prática esportiva, contemplação da natureza e atividades culturais, assegurando condições de segurança, infraestrutura e manutenção adequadas.

Além disso, cabe destacar que tais ambientes oferecem potencial pedagógico, funcionando como espaços de educação ambiental e cidadania. Atividades culturais, esportivas e educativas realizadas em praças e parques podem promover a conscientização acerca da preservação da natureza, bem como estimular práticas sociais de convivência, solidariedade e corresponsabilidade pela cidade. Trata-se, portanto, de compreender tais espaços não apenas como áreas de lazer, mas como territórios de aprendizagem e formação cidadã, diretamente ligados à função social da cidade.

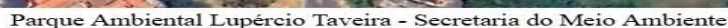
Nesse contexto, a análise da distribuição das praças e parques de Franca/SP, apresentada a seguir, permite refletir sobre a qualidade desses ambientes, a equidade no acesso entre diferentes regiões e a sua contribuição para a promoção da saúde e do bem-estar coletivo.



Os seis parques que compõem o programa apresentam características distintas e funções complementares, são eles:

Parque Ambiental Lupércio Taveira: localizado na região Leste, no bairro Paulistano, possui uma área de mais de 13 mil m², há uma vasta área arborizada, possui pista de caminhada, campo de futebol, etc. Com a iluminação presente no local, é mais uma opção para o período noturno na região.

Figura 2 – Parque Ambiental



Fonte: Google Maps

Jardim Botânico: situado no extremo Norte, com mais de 260 mil m², abriga vegetação nativa, lagos, viveiros como o VITAS (Viveiro Transitório de Aves Silvestres), Meliponário Mandaçaia (abelhas nativas sem ferrão), área de conservação de palmito Juçara e o Centro de Educação Ambiental que conta com a Xiloteca Dr. João Peres Chimelo. Este parque foi criado no início da década de 1950 – Horto Florestal – com o objetivo de cultivar mudas de árvores frutíferas, variedades de café, mudas ornamentais e distribuição de sementes a agricultores. A partir de 1998, o Horto foi transformado no Jardim Botânico de Franca, com o objetivo de formação de mudas e na preservação de plantas. A grande diversidade da fauna e da flora é mais um atrativo do parque. sendo uma ótima opção para o ensino das questões ambientais, pois ali há o Bosque do Pau Brasil (árvore símbolo do Brasil em risco de extinção), e também ocorre doação de mudas aos visitantes. Como a região do parque fica próxima da zona urbana, tornar-se referência de estratégia de gestão ambiental e conservação da natureza.

Figura 3 – Jardim Botânico



Fonte: Google Maps

Parque Caxambu: antigo centro comunitário da Vila Santos Dumont, foi reformado para uso esportivo e cultural. Possui quadras, pista de caminhada, aulas de música e tênis de mesa. Esse parque é gerido pela FEAC – Fundação do Esporte, Arte e Cultura de Franca.

Figura 4 – Parque Caxambu



Fonte: Google Maps

Parque de Exposições Fernando Costa: situado na região Norte, na Vila Chico Júlio, com aproximadamente 150 mil m², é um espaço amplo destinado a caminhadas e exposições de animais.

Parque dos Trabalhadores: localizado junto ao Parque de Exposições Fernando Costa, dispõe de ampla estrutura com quiosques, pista de caminhada, campos, quadras poliesportivas e espaços recreativos para crianças. O local possui uma represa principal, com mais de 6km de extensão, a trilha passa por mata nativa e uma nascente em seu interior.

Figura 5 – Parque Fernando Costa e Parque do Trabalhador



Fonte: Google Maps

Complexo Poliesportivo: localizado na região Sul, é um complexo que concentra ginásios esportivos, pistas de atletismo, quadras, parquinhos e diversas modalidades esportivas. É frequentado por centenas de pessoas diariamente, pois é um espaço amplo e de destaque na cidade, nele estão os Ginásios “Pedrocão” e Amauri Destro que sediam jogos de basquete, futsal e handebol. Outro destaque é que o parque possui poços artesianos, o que garante todo o abastecimento de água local.

Figura 6 – Complexo Poliesportivo



Fonte: Google Maps

Apesar da expressiva quantidade de praças e da diversidade de parques existentes em Franca, observou-se que bairros como Jardim Noêmia, Residencial Peres Elias, Jardim Anita, São João Batista, Bonsucesso e Palermo carecem de qualquer espaço público destinado ao lazer, evidenciando desigualdade no planejamento e na distribuição desses equipamentos urbanos.

Com os adventos da sociedade moderna e a intensificação da divisão do tempo e das obrigações, o lazer passou a ser reconhecido como um direito fundamental para garantir a qualidade de vida e a saúde. Entretanto, a urbanização acelerada e desigual transformou as regiões periféricas em áreas desprovidas de espaços destinados ao lazer ou dotadas de estruturas precárias, o que inviabiliza seu uso pela população (Marcellino; Barbosa; Mariano, 2006).

Além disso, o lazer na sociedade contemporânea é frequentemente explorado pela lógica mercadológica, sem a devida preocupação com o desenvolvimento humano, os valores sociais e a promoção da saúde. A emergência da chamada indústria da cultura do lazer faz com que o entretenimento esteja condicionado ao poder aquisitivo do indivíduo. Nesse cenário, as pessoas menos favorecidas economicamente não conseguem participar de eventos e atividades sem comprometer drasticamente sua renda, relegando o lazer a uma posição secundária em suas prioridades. O acesso limitado a esses direitos gera consequências sociais relevantes: enquanto muitos buscam alternativas de distração, observa-se que adolescentes e jovens, sobretudo em comunidades de baixa renda, tornam-se mais vulneráveis à criminalidade (Barros, 2017).

Figura 7 – Parque nas regiões da cidade



Fonte: Google Maps

Outro ponto levantado é que, em razão da localização dos parques, ilustrado na Figura 7, famílias de regiões mais distantes e de menor poder aquisitivo enfrentam dificuldades de acesso, o que limita o alcance social das políticas implementadas.

A carência de espaços de lazer constitui um dos principais problemas das periferias brasileiras. Em muitos bairros de baixa renda, os jovens apontam a ausência de praças esportivas, áreas para atividades físicas, brincadeiras, jogos, eventos culturais e até mesmo de contato com a natureza. Para buscar alternativas de lazer que não se limitem à televisão, são obrigados a se deslocar para outras regiões, o que se torna um desafio, já que a viagem de ônibus pode levar até uma hora. Atividades simples, como jogar vôlei na rua, acabam sendo inviabilizadas pelo trânsito constante de veículos, que levantam poeira e dificultam a prática esportiva no local (Barros, 2017).

Nesse cenário, a carência de espaços de lazer nas periferias pode ser interpretada à luz da noção de ato responsável e ético, compreendida como a exigência de que cada sujeito — seja indivíduo, comunidade ou poder público — assuma sua corresponsabilidade diante das demandas sociais. A ausência de políticas que assegurem praças e parques adequados não se restringe a uma falha estrutural, mas revela uma omissão ética, na medida em que negligencia direitos fundamentais e compromete a formação integral das novas gerações. Ao deixar de responder às necessidades

concretas de lazer, convivência e saúde, o planejamento urbano reforça desigualdades históricas e expõe jovens e crianças à vulnerabilidade social, evidenciando a falta de compromisso coletivo com a construção de uma cidade justa e inclusiva.

Sob essa perspectiva, investir em praças e parques não é apenas uma decisão administrativa, mas um compromisso ético com a vida comunitária. Ações efetivas de criação e manutenção desses espaços representam um exercício do ato responsável, pois respondem às demandas concretas da população e reconhecem a singularidade de cada cidadão enquanto sujeito de direitos. Assim, superar a desigualdade no acesso ao lazer implica assumir a corresponsabilidade pela construção de ambientes que favoreçam a convivência, a saúde e a cidadania, consolidando um futuro mais justo e equilibrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As praças e parques urbanos de Franca/SP revelam-se como espaços estratégicos para a promoção da saúde, a convivência social e a preservação ambiental, configurando-se como componentes indispensáveis para a qualidade de vida da população. A análise demonstrou, contudo, que a distribuição desigual desses equipamentos urbanos acentua as vulnerabilidades das regiões periféricas, comprometendo o direito ao lazer e à saúde e reforçando as disparidades socioespaciais já existentes.

Nesse sentido, a democratização do acesso a praças e parques deve ser compreendida como um compromisso ético e político, que exige do poder público e da sociedade civil o exercício da corresponsabilidade na construção de cidades mais inclusivas. Esse compromisso dialoga diretamente com a Agenda 2030 da ONU, sobretudo com o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, ao destacar a importância de ambientes urbanos saudáveis; com o ODS 4 – Educação de Qualidade, ao reconhecer o potencial pedagógico desses espaços como locais de formação cidadã e de conscientização ambiental; com o ODS 10 – Redução das Desigualdades, ao apontar a necessidade de superar as disparidades territoriais no acesso a áreas verdes; e com o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, ao reforçar a urgência de políticas urbanas que promovam inclusão social, sustentabilidade e resiliência.

Assim, as praças e parques não devem ser vistos apenas como infraestrutura urbana, mas como expressão da função social da cidade e do ato responsável coletivo, que convoca cada cidadão e cada instância de gestão a responder de maneira ética pelas demandas comuns. Garantir sua preservação, manutenção e ampliação significa investir em saúde, em justiça social e em sustentabilidade, assegurando que as futuras gerações herdem uma cidade mais equilibrada, justa e solidária.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail M. *Para uma filosofia do ato responsável*. 3. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

BARROS, I. *O Lazer na periferia*. Universidade Salvador, Salvador – BA, p. 02-07, 2010.

BRASIL. *Lei nº 10.257*, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

CARTA DE OTTAWA. *Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde*. Ottawa, novembro de 1986. <http://www.opas.org.br/>. Acessado em 13 set de 2025

CAVALCANTI, Clóvis. *Economia e ecologia: o desafio da sustentabilidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCA (Município). Secretaria do Meio Ambiente. *Jardim Botânico*. Franca, 2025. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/administracao-municipal/administracao-direta/meio-ambiente/jardim-zoobotanico>. Acesso em: 3 mar. 2025.

FRANCA (Município). Secretaria do Meio Ambiente. *Praças de Franca*. Franca, 2025. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/administracao-municipal/administracao-direta/meio-ambiente/pracas-de-franca>. Acesso em: 3 mar. 2025.

GARCIAS, Carlos Mello; BERNARDI, Jorge Luiz. As funções sociais da cidade. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, v. 4, Curitiba, 2008. Disponível em: <http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/viewFile/48/47>. Acesso em: 10 set. 2025.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MARCELLINO, N.C. BARBOSA, F.S. MARIANO, F.H. *As Cidades e o acesso aos equipamentos de lazer*. Docentes do IRRN, Piracicaba – SP, p. 58-64, 2006.

MARCELLINO, N.C.(Org.). *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. 3.ed. Campinas-SP: Alínea, 2008.

MELO, M. P.; JESUS, M. S.; BEZERRA, D. V. B. Praças públicas e possibilidades lúdicas: uma análise das praças Serzedelo Correia e Edmundo Bittencourt em Copacabana-RJ. *Revista Licere*, v. 19, n. 1, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://seer.lcc.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1531/1098>. Acesso em: 10 set. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MULLER, A. Lazer, desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma ideia. In: MULLER, A; COSTA, L. P. da (Org.). *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 9-40.

NUNES, Gabrielle Abreu; SOLDADO, Emerson Barão Rodrigues; LINDENKAMP, Teresa Cristina Magro. Observar a natureza pode melhorar o bem-estar humano? Oportunidades para o Ecoturismo. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 83–98, 2025. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/19293>. Acesso em: 15 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: ONU, 2015.

SANTOS, L. P. ORTIGOZA, S. A. G. Dinâmica locacional dos espaços públicos de lazer na cidade de Teresina-PI. *Caderno de Geografia*, v.27, Número Especial 1, 2017.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

**CIDADANIA INCLUSIVA E DIREITOS HUMANOS NA ERA DA DESIGUALDADE:
Interseccionalidade, Deficiência e Justiça Social**

*INCLUSIVE CITIZENSHIP AND HUMAN RIGHTS IN THE AGE OF INEQUALITY: Intersectionality,
Disability and Social Justice*

Área temática: Redução das Desigualdades.

MOREIRA, Fernando Mazzotta
Professor Colaborador na Faculdade de Direito de Franca (FDF)
Mestre em Desenvolvimento Regional (Uni-FACEF, 2022);
mazzotta@gmail.com

Resumo

O presente artigo, derivado de um projeto de pesquisa em fase inicial, examina a cidadania inclusiva sob a perspectiva dos direitos humanos e da interseccionalidade, com atenção às barreiras normativas, simbólicas e institucionais enfrentadas por mulheres negras com deficiência no Brasil. Parte-se da hipótese de que o reconhecimento fragmentado da deficiência, desvinculado de marcadores sociais como raça e gênero, tende a comprometer a efetividade do princípio da igualdade substancial e a coesão democrática. O estudo ancora-se no modelo social da deficiência, consagrado pela Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD/2006) e pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI/2015), articulando-o às contribuições de Crenshaw, Akotirene, Fraser e Sen, bem como às análises histórico-críticas de Mazower e Moyn sobre os limites e potencialidades do discurso contemporâneo dos direitos humanos. Metodologicamente, adota-se abordagem qualitativa, de natureza teórico-documental, baseada em análise interpretativa de textos legais, obras doutrinárias e marcos internacionais. Resultados parciais apontam a persistência de uma racionalidade jurídica formalista, a fragmentação das políticas públicas e a carência de dados desagregados, indicando a necessidade de maior transversalidade interseccional. Embora não conclusivos, tais achados reforçam a hipótese de que a cidadania inclusiva requer arranjos institucionais que combinem redistribuição, reconhecimento e participação, com ênfase na acessibilidade como direito instrumental. Como contribuição inicial, o artigo propõe um quadro teórico integrador para pesquisas futuras e para o aperfeiçoamento de políticas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5 e 10) da Agenda 2030.

Palavras-chave: Cidadania inclusiva, Interseccionalidade, Direitos Humanos.

Abstract

This article, derived from an early-stage research project, examines inclusive citizenship from the perspective of human rights and intersectionality, focusing on the normative, symbolic, and institutional barriers faced by Black women with disabilities in Brazil. The central hypothesis is that the fragmented recognition of disability, disconnected from social markers such as race and gender, tends to undermine the effectiveness of substantive equality and democratic cohesion. The study is grounded in the social model of disability, as enshrined in the United Nations Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD/2006) and in the Brazilian Law on the Inclusion of Persons with Disabilities (LBI/2015), and engages with the theoretical contributions of Crenshaw, Akotirene, Fraser, and Sen, as well as with the historical and critical analyses of Mazower and Moyn on the limits and possibilities of the human rights discourse. Methodologically, it adopts a qualitative, theoretical-documentary approach based on interpretive analysis of legal texts, doctrinal works, and international frameworks. Preliminary results indicate the persistence of a formalistic legal rationality, fragmented public policies, and insufficient disaggregated data, highlighting the need for greater intersectional mainstreaming. Although still inconclusive, these findings support the hypothesis that inclusive citizenship requires institutional arrangements combining redistribution, recognition, and participation, emphasizing accessibility as an instrumental right. As an initial contribution, the article proposes an integrative theoretical framework for future research and for the improvement of policies aligned with Sustainable Development Goals (SDGs 5 and 10) of the 2030 UN Agenda.

Keywords: Inclusive citizenship, Intersectionality, Human rights.

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a cidadania inclusiva adquire relevância crescente diante dos desafios contemporâneos de efetivação dos direitos humanos e de combate às desigualdades estruturais. Em um cenário global marcado pela precarização do trabalho, pela desigualdade racial e de gênero e pelo impacto das tecnologias sobre a vida social, a busca por formas de participação política e social que contemplem a pluralidade humana tornou-se imperativa. No contexto brasileiro, a situação de mulheres negras com deficiência representa um exemplo emblemático da sobreposição de opressões que comprometem o exercício pleno da cidadania.

A Constituição Federal de 1988, ao instituir a dignidade da pessoa humana como fundamento da República (art. 1º, III), consagrou o princípio da igualdade material e a promoção do bem de todos como objetivos fundamentais do Estado Democrático de Direito. No entanto, a distância entre o reconhecimento jurídico e a realidade social revela a persistência de um modelo de cidadania excludente, ainda centrado em parâmetros formais e homogêneos. Nesse contexto, torna-se necessário repensar a cidadania à luz de um paradigma interseccional, inclusivo e solidário, que reconheça as múltiplas dimensões das desigualdades e promova o empoderamento de grupos historicamente marginalizados.

A discussão aqui proposta insere-se na linha de reflexão sobre os direitos humanos na era da desigualdade, em diálogo com autores como Mark Mazower (2004) e Samuel Moyn (2010; 2018), que analisam criticamente as limitações do projeto humanitário contemporâneo, e com as contribuições de Kimberlé Crenshaw (1989), Carla Akotirene (2019), Débora Diniz (2017) e Flávia Piva Almeida Leite, Lauro Luiz Gomes Ribeiro e Waldir Macieira da Costa Filho (2019), que abordam a interseccionalidade, a deficiência e a cidadania plena.

O objetivo central deste artigo é examinar a cidadania inclusiva como expressão da dignidade humana e da justiça social, formulando hipóteses sobre como sua efetivação pode depender da articulação entre igualdade substancial, reconhecimento simbólico e redistribuição de oportunidades. Parte-se do pressuposto de que o direito brasileiro, embora disponha de um marco normativo avançado, ainda carece de instrumentos interseccionais e participativos capazes de promover inclusão real e reduzir desigualdades acumuladas.

A relevância deste estudo reside na possibilidade de repensar o próprio papel do Estado e das instituições democráticas diante do avanço das desigualdades globais e tecnológicas. Ao integrar o modelo social da deficiência às teorias críticas da interseccionalidade e dos direitos humanos, busca-se evidenciar que a cidadania não é apenas um status jurídico, mas uma prática política de reconhecimento mútuo e participação ativa. Considerando o caráter exploratório da pesquisa, este artigo apresenta um enquadramento teórico e um mapa de problemas, com hipóteses de trabalho e indícios preliminares, sem pretensão de esgotamento ou conclusões definitivas. Assim, compreender a cidadania inclusiva significa delinear caminhos promissores de investigação e de ação pública, que poderão orientar análises teóricas e práticas em desenvolvimentos posteriores do projeto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo organiza-se em torno de quatro eixos complementares: (i) interseccionalidade e vulnerabilidade múltipla; (ii) direitos humanos e cidadania inclusiva; (iii) deficiência, cidadania plena e modelo social; e (iv) convergência teórica e cidadania inclusiva. A articulação entre esses eixos permite compreender a cidadania inclusiva como um projeto de justiça social que transcende a igualdade formal e busca concretizar a dignidade humana em suas múltiplas dimensões — civil, política, social e simbólica. O diálogo entre autoras e autores como Kimberlé Crenshaw, Carla Akotirene, Mark Mazower, Samuel Moyn, Débora Diniz e Flávia Piva Almeida Leite possibilita sustentar que a inclusão não é apenas um direito individual, mas um dever coletivo de reconstrução democrática e de afirmação da cidadania como pertencimento ativo.

Além de organizar o campo conceitual, o referencial teórico cumpre aqui uma função heurística: construir um mapa interpretativo capaz de orientar futuras etapas analíticas. Como se trata de uma pesquisa em fase inicial e de natureza teórico-documental, os autores mobilizados não servem apenas como fonte de citação, mas como matriz de leitura crítica da realidade jurídico-social brasileira. Assim, o referencial teórico assume um papel ativo na formulação de hipóteses e na definição de categorias analíticas, estruturando um quadro de reflexão que integra epistemologia, teoria jurídica e filosofia política.

2.1 INTERSECCIONALIDADE E VULNERABILIDADE MÚLTIPLA

A teoria da interseccionalidade, formulada por Kimberlé Crenshaw (1989), evidencia que a opressão não se manifesta de modo isolado, mas resulta da sobreposição e interação entre múltiplas categorias sociais — como gênero, raça, classe e deficiência. A autora demonstra que as mulheres negras são frequentemente invisibilizadas pelas políticas públicas e pelo direito, pois se situam em um ponto de intersecção em que as estruturas de poder se cruzam, produzindo exclusões complexas. Essa abordagem rompe com o reducionismo das análises que tratam o racismo e o sexismo como experiências separadas, propondo uma nova epistemologia da desigualdade, na qual o reconhecimento das diferenças é condição para a igualdade substancial (CRENSHAW, 1989).

No Brasil, Carla Akotirene (2019) amplia o conceito de interseccionalidade ao situá-lo dentro das dinâmicas coloniais e raciais próprias do Sul Global. A autora propõe uma leitura que “enegreça o feminismo e politiza a diferença”, ao reconhecer que o racismo e o patriarcado estruturam as instituições sociais e jurídicas desde a formação histórica do Estado brasileiro. Assim, pensar interseccionalmente é reconhecer que as hierarquias sociais são mantidas não apenas por fatores econômicos, mas também por valores culturais e simbólicos que naturalizam a desigualdade. A interseccionalidade, portanto, não é apenas uma categoria analítica, mas uma ferramenta de resistência epistemológica e política, capaz de expor as contradições do discurso jurídico moderno e de propor novas formas de reconhecimento.

A perspectiva interseccional desafia a pretensa neutralidade do direito e da dogmática tradicional. Ao revelar que a igualdade formal frequentemente mascara desigualdades históricas, a interseccionalidade demonstra que o direito, quando aplicado de forma homogênea, tende a perpetuar exclusões. Essa crítica se articula à concepção de justiça de Nancy Fraser e Axel Honneth (2003), para quem as demandas contemporâneas de justiça envolvem três dimensões interdependentes: redistribuição, reconhecimento e representação. Para Fraser e Honneth, sem o reconhecimento das diferenças e a paridade de participação, a redistribuição material isolada é insuficiente para promover emancipação. Logo, a interseccionalidade não apenas denuncia a injustiça, mas propõe um método de reconstrução social e jurídica, no qual as experiências concretas dos sujeitos historicamente marginalizados se tornam referência para a formulação das normas e políticas públicas.

Na leitura de Fraser e Honneth (2003), a injustiça é resultado tanto da desigualdade econômica quanto da subordinação cultural e da exclusão política. Essa formulação amplia o alcance da interseccionalidade, pois indica que a superação das desigualdades exige uma transformação estrutural da economia, da cultura e das instituições políticas. O reconhecimento, nessa perspectiva, não é apenas simbólico, mas também normativo e institucional — traduz-se na possibilidade de participar da vida pública em condições de paridade. Assim, o diálogo entre Crenshaw, Akotirene e Fraser permite compreender que o enfrentamento da desigualdade requer uma articulação entre justiça distributiva, reconhecimento cultural e inclusão política.

Aplicada ao contexto brasileiro, a teoria interseccional revela a persistência de um padrão institucional excludente, herdeiro de um imaginário colonial que naturaliza hierarquias raciais, de gênero e capacitistas. As práticas jurídicas e administrativas frequentemente operam sob um ideal de universalidade que, em vez de incluir, tende a normalizar a diferença, invisibilizando sujeitos que não correspondem ao modelo hegemônico — masculino, branco, não deficiente e de classe média. A interseccionalidade, nesse sentido, atua como um método crítico de descolonização do direito, permitindo repensar as bases de legitimidade das instituições estatais a partir de sujeitos plurais e situados.

Essa perspectiva tem impacto direto sobre o conceito de cidadania. Sob uma ótica interseccional, a cidadania deixa de ser um status legal fixo e passa a ser compreendida como processo dinâmico de inclusão ativa. Essa concepção dialoga com o modelo de cidadania substantiva proposto por T. H. Marshall (1967, apud COSTA; IANNI, 2018), para quem o exercício da cidadania requer acesso efetivo aos direitos civis, políticos e sociais. Ao integrar Crenshaw, Akotirene, Fraser e Honneth, observa-se que a cidadania inclusiva depende não apenas de igualdade jurídica, mas também de paridade de reconhecimento e de representação política, elementos indispensáveis à consolidação da democracia e à realização da dignidade humana.

Portanto, incorporar a interseccionalidade às práticas jurídicas e às políticas públicas é condição para democratizar o próprio conceito de cidadania, deslocando-o de uma visão formal e abstrata para outra relacional, plural e inclusiva. No caso das mulheres negras com deficiência, essa abordagem permite revelar vulnerabilidades múltiplas e articuladas, que o ordenamento jurídico

tradicional não é capaz de abarcar isoladamente. Ao reconhecer essas sobreposições, a interseccionalidade se torna o ponto de partida para a construção de uma cidadania emancipatória, fundada na igualdade material e no reconhecimento da diferença como valor democrático essencial.

2.2 DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA INCLUSIVA

A trajetória dos direitos humanos revela, conforme Mazower (2004), que a universalização desses direitos, após a Segunda Guerra Mundial, foi marcada por tensões entre a retórica moral e a prática política. O autor demonstra que o discurso dos direitos humanos se consolidou no pós-guerra como resposta às atrocidades do totalitarismo e às devastações humanitárias do século XX, mas também como instrumento de recomposição da legitimidade das potências ocidentais no novo cenário internacional. Nesse contexto, a noção de “universalidade” ocultava uma hierarquia persistente entre nações e povos, preservando a soberania estatal e limitando a eficácia do sistema global de proteção. A promessa de um humanismo universal convivia, assim, com a realidade da desigualdade estrutural entre os Estados e dentro deles (MAZOWER, 2004, p. 385).

Samuel Moyn (2010) aprofunda essa análise ao demonstrar que os direitos humanos modernos não emergiram como continuidade das lutas sociais do século XX, mas como reação à crise das ideologias igualitárias e à falência das utopias revolucionárias. Para o autor, a linguagem dos direitos humanos floresceu na década de 1970, justamente quando as promessas de transformação social radical se esgotaram. Dessa forma, os direitos humanos converteram-se, segundo Moyn, na “última utopia”: um projeto moral universalista que substituiu a ambição política de redistribuição por uma ética da compaixão individual (MOYN, 2010, p. 8).

Mais recentemente, em *Not Enough* (2018), Moyn argumenta que o discurso humanitário passou a enfatizar padrões mínimos de sobrevivência, afastando-se da luta contra a desigualdade estrutural. Para ele, “os direitos humanos são, no máximo, um ideal de suficiência, não de igualdade” (MOYN, 2018, p. 173). Essa crítica revela a necessidade de repolitizar os direitos humanos, conectando-os novamente a uma agenda de justiça social, de combate à pobreza e de redistribuição de oportunidades. Somente por meio dessa reconexão é possível restaurar sua vocação emancipatória e recuperar o vínculo histórico entre direitos humanos, cidadania e democracia.

Essa crítica encontra eco na reflexão clássica de T. H. Marshall (1967, apud COSTA; IANNI, 2018), para quem a cidadania moderna é um status concedido aos membros integrais de uma comunidade política, assegurando-lhes igualdade no gozo dos direitos civis, políticos e sociais. Marshall observa que a evolução da cidadania acompanha a própria evolução dos direitos humanos e que a verdadeira inclusão depende da integração progressiva dessas dimensões. A cidadania, em sua concepção, é um processo histórico e cumulativo de incorporação de sujeitos antes marginalizados — um movimento contínuo de expansão democrática. Para o autor, “todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos” (MARSHALL, 1967, apud COSTA; IANNI, 2018, p. 47).

Essa visão dialoga diretamente com Nancy Fraser e Axel Honneth (2003), que propõem um modelo tridimensional de justiça — redistribuição, reconhecimento e representação — como base para a cidadania contemporânea. Fraser e Honneth sustentam que as injustiças não podem ser superadas apenas por políticas de redistribuição material, mas exigem o reconhecimento simbólico das diferenças e a efetiva representação política de grupos historicamente oprimidos. A cidadania inclusiva, nessa perspectiva, deve garantir não apenas o acesso aos direitos, mas também paridade de participação: a possibilidade de que todos os sujeitos intervenham de modo igualitário nas decisões que afetam suas vidas.

Em diálogo com Fraser, Honneth e Marshall, Amartya Sen (2010) amplia o horizonte dos direitos humanos ao concebê-los como liberdades substantivas, isto é, condições reais que permitem às pessoas viverem a vida que valorizam. A justiça, para Sen, não reside na mera existência de normas, mas na ampliação das capacidades humanas e das oportunidades concretas de escolha e de autonomia. Essa abordagem desloca o foco do direito formal para o campo das possibilidades reais de agir, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à igualdade material, à acessibilidade e ao empoderamento.

Desse modo, a cidadania inclusiva emerge como síntese desses referenciais teóricos. Ela não se esgota na titularidade jurídica de direitos, mas requer o fortalecimento das condições políticas, econômicas e culturais que tornam possível sua fruição plena. O cidadão é, ao mesmo tempo, sujeito de direitos e agente de transformação, cujo reconhecimento pelo Estado deve traduzir-se em efetividade e participação. Isso implica superar o modelo liberal de cidadania restrita e adotar uma

concepção republicana e solidária, em que a dignidade humana (CF, art. 1º, III) se torne o eixo de todas as políticas públicas e interpretações jurídicas.

Em síntese, os direitos humanos e a cidadania inclusiva constituem dimensões complementares de um mesmo projeto emancipatório. Recolocar os direitos humanos no centro da política democrática significa reafirmar seu sentido original de justiça social e igualdade substantiva, retomando, como afirma Moyn (2018), o vínculo perdido entre compaixão e igualdade — condição essencial para que a cidadania se realize como prática viva de reconhecimento, liberdade e solidariedade.

2.3 DEFICIÊNCIA, CIDADANIA PLENA E MODELO SOCIAL

O modelo social da deficiência, consagrado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD/ONU, 2006), desloca o foco da limitação individual para as barreiras estruturais impostas pelo ambiente físico, social e cultural. Essa mudança de paradigma rompe com a visão biomédica da deficiência, que a tratava como doença ou anormalidade, e a redefine como questão de direitos humanos e justiça social. Assim, a deficiência é compreendida como uma relação entre corpo e sociedade, entre vulnerabilidade e estrutura, o que exige políticas de acessibilidade, inclusão e participação social (ONU, 2006).

No contexto brasileiro, Débora Diniz (2017) sustenta que “a deficiência é um fenômeno político, não médico”, sendo o modo como a sociedade organiza seus espaços, valores e instituições que determina quem pode ou não exercer sua cidadania. A autora defende que a inclusão deve ser entendida como uma forma de reconhecimento ativo, no qual o Estado tem o dever de criar condições para que todas as pessoas participem da vida social com autonomia e dignidade (DINIZ, 2017, p. 45).

Complementarmente, Leite, Gomes Ribeiro e Costa Filho (2019), em *Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência*, afirmam que a cidadania plena das pessoas com deficiência somente se concretiza quando o Estado assegura meios efetivos para o exercício dos direitos fundamentais, garantindo acessibilidade, autonomia e igualdade de oportunidades. Para os autores, a acessibilidade é um direito instrumental, indispensável à fruição de todos os demais direitos, pois “sem acesso aos equipamentos urbanos, às escolas, aos postos de saúde e aos transportes públicos, as pessoas com deficiência não podem exercer plenamente sua cidadania” (LEITE; GOMES RIBEIRO; COSTA FILHO, 2019, p. 284). Assim, a cidadania plena não se limita à titularidade formal, mas requer a condição material e institucional para o seu exercício real, constituindo fundamento essencial da dignidade da pessoa humana.

Nesse contexto, o pensamento de Amartya Sen (2015) contribui para ampliar a compreensão da cidadania inclusiva ao introduzir a ideia de liberdades substantivas — ou seja, as condições reais que permitem às pessoas escolherem e viverem a vida que valorizam. Para Sen, a cidadania não se reduz à titularidade de direitos, mas envolve a capacidade de agir e decidir autonomamente, reconhecendo a pluralidade de identidades humanas. O autor adverte que “campanhas para modificar identidades que as pessoas percebem como suas foram responsáveis por muitas atrocidades no mundo” (SEN, 2015, p. 27). Assim, a cidadania plena exige o respeito à diversidade e à autodeterminação dos sujeitos.

A partir dessa perspectiva, a deficiência deve ser interpretada dentro do conceito ampliado de cidadania plena, que integra as dimensões civil, política e social. O paradigma da inclusão, assim entendido, não é um gesto de benevolência estatal, mas uma exigência ética de uma sociedade democrática. A plena participação das pessoas com deficiência — e, de modo mais específico, das mulheres negras com deficiência — é elemento constitutivo da cidadania contemporânea e da própria ideia de humanidade.

A construção de uma cidadania inclusiva implica, portanto, romper com a lógica assistencialista e paternalista que historicamente caracterizou as políticas voltadas às pessoas com deficiência. O modelo social demanda uma reconfiguração institucional e cultural do Estado e da sociedade, para que a inclusão não seja vista como concessão, mas como dever jurídico e político. Nesse sentido, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) representa um marco normativo de transição, ao reconhecer a deficiência como questão de direitos humanos e ao incorporar os princípios da CDPD no ordenamento jurídico nacional. Essa lei concretiza, no plano interno, o compromisso com a cidadania plena, ao assegurar igualdade de oportunidades e ao impor ao poder público o dever de eliminar barreiras e discriminações.

Além do campo normativo, a cidadania plena exige transformações simbólicas e culturais. Inspirando-se em Nancy Fraser e Axel Honneth (2003), é possível afirmar que o reconhecimento das

diferenças não é mero complemento à redistribuição de recursos, mas um requisito de justiça social. A deficiência, nesse sentido, deve ser vista não como desvio, mas como expressão legítima da diversidade humana. O reconhecimento da diferença é o que permite o exercício das capacidades individuais e coletivas, aproximando o modelo social da deficiência das teorias contemporâneas de justiça. A cidadania plena, assim, não é apenas o ponto de chegada de um processo político, mas o espaço onde se afirmam a dignidade, a autonomia e a igualdade substancial — fundamentos inegociáveis de uma democracia inclusiva.

2.4 CONVERGÊNCIA TEÓRICA E CIDADANIA INCLUSIVA

A convergência entre interseccionalidade, direitos humanos e modelo social da deficiência constitui o núcleo teórico deste trabalho. A interseccionalidade fornece o método para compreender as múltiplas formas de exclusão; os direitos humanos oferecem o marco normativo e moral que orienta as políticas públicas; e o modelo social da deficiência redefine o conceito de cidadania, vinculando-o à igualdade substancial.

Inspirado em Leite, Gomes Ribeiro e Costa Filho (2019), o conceito de cidadania plena que orienta este estudo vai além da mera titularidade jurídica: trata-se do exercício efetivo dos direitos em condições de autonomia, dignidade e participação. Essa cidadania, para ser inclusiva, deve reconhecer e valorizar as diferenças, promover redistribuição material e simbólica e assegurar a presença ativa de todos os grupos sociais na construção das decisões coletivas.

Dessa forma, a cidadania inclusiva, em seu sentido pleno, concretiza o ideal dos direitos humanos como instrumento de libertação e justiça social, reatando o vínculo entre igualdade e liberdade — um elo que, como advertiu Moyn (2010), fora rompido pela hegemonia de um humanismo minimalista. Essa forma de cidadania pressupõe, ao mesmo tempo, o enfrentamento das desigualdades estruturais e o reconhecimento da diversidade humana, reafirmando a centralidade dos direitos humanos como prática transformadora e como base para uma democracia substantiva.

A convergência teórica proposta também revela que a cidadania inclusiva depende de uma mudança paradigmática nas instituições jurídicas e políticas, superando o formalismo normativo e a neutralidade aparente do direito. Como destacam Fraser e Honneth (2003), a justiça exige o equilíbrio entre redistribuição, reconhecimento e representação — ou seja, é necessário garantir condições materiais, simbólicas e políticas para que todos os sujeitos possam participar em pé de igualdade na vida social. Essa concepção aproxima-se da ideia de liberdades substantivas desenvolvida por Amartya Sen (2010), segundo a qual a justiça se realiza não na mera existência de normas, mas na ampliação concreta das capacidades humanas. Nesse sentido, cidadania e liberdade tornam-se dimensões indissociáveis de um mesmo projeto emancipatório.

Além disso, a perspectiva interseccional ilumina a importância de repensar as estruturas de poder e as hierarquias sociais sob uma ótica plural e descolonizadora. A inclusão das pessoas com deficiência — especialmente das mulheres negras com deficiência — evidencia que o ideal de cidadania plena não pode ser alcançado sem o reconhecimento da diversidade humana como valor constitutivo da democracia. Essa abordagem rompe com o paradigma de universalidade abstrata e propõe uma universalidade concreta, fundada no reconhecimento das diferenças e na justiça como igualdade na diversidade. A cidadania inclusiva, portanto, não é apenas um princípio jurídico, mas uma utopia reguladora que orienta a construção de um novo pacto civilizatório, comprometido com a dignidade, a solidariedade e a transformação social. Retomar esse vínculo é o grande desafio ético e político de nosso tempo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritiva, de natureza teórico-documental, orientada pelo método dedutivo. Essa opção metodológica decorre do propósito de compreender, de modo crítico e interpretativo, as inter-relações entre as normas jurídicas, as formulações teóricas e as práticas sociais que conformam o campo dos direitos humanos e da cidadania inclusiva. A análise é construída a partir da integração entre referenciais normativos, filosóficos e sociológicos, buscando articular o discurso jurídico com os desafios concretos da igualdade substancial e do reconhecimento da diversidade humana.

Foram considerados como documentos centrais de referência a Constituição Federal de 1988, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD/ONU, 2006), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº

12.288/2010) e o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Além desses, foram analisadas as diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, especialmente os ODS 5 (Igualdade de Gênero) e 10 (Redução das Desigualdades), por representarem compromissos internacionais de promoção da equidade e da inclusão social.

A etapa bibliográfica compreendeu o estudo de autoras e autores nacionais e estrangeiros de reconhecida relevância, como Crenshaw (1989), Akotirene (2019), Mazower (2004), Moyn (2010; 2018), Diniz (2017), Leite, Gomes Ribeiro e Costa Filho (2019), entre outros. O exame de suas contribuições permitiu construir um panorama teórico interdisciplinar, no qual se articulam os eixos da interseccionalidade, dos direitos humanos e do modelo social da deficiência. A leitura e a sistematização dos textos foram guiadas pela técnica de análise interpretativa de conteúdo, com o intuito de identificar categorias emergentes, convergências conceituais e possíveis lacunas teóricas no tratamento da cidadania inclusiva.

A metodologia adotada, por seu caráter essencialmente reflexivo, não envolve coleta de dados empíricos, mas se propõe a formular um quadro teórico-analítico preliminar, apto a sustentar investigações futuras. Assim, privilegia-se a análise conceitual e normativa, bem como a interpretação crítica de documentos jurídicos e políticos, de modo a compreender como os princípios da CDPD e da Lei Brasileira de Inclusão dialogam com o sistema constitucional de direitos e com as metas da Agenda 2030. Essa leitura transversal busca evidenciar as tensões entre a universalidade formal dos direitos e a persistência das desigualdades materiais e simbólicas.

Considerando o caráter inicial do projeto, o estudo tem como objetivo principal mapear os principais problemas teóricos e institucionais relacionados à efetivação da cidadania inclusiva no Brasil. Ao mesmo tempo, propõe hipóteses de trabalho sobre a necessidade de arranjos institucionais interseccionais e de políticas públicas baseadas em evidências, especialmente por meio da produção e uso de dados desagregados. A expectativa é que o quadro teórico aqui desenvolvido possa contribuir para a formulação de instrumentos analíticos voltados à avaliação crítica das políticas de inclusão e acessibilidade.

Dessa forma, a metodologia aqui delineada pretende oferecer não apenas um mapeamento conceitual, mas também um referencial integrador de leitura, que articule os planos normativo, simbólico e político da cidadania. Esse referencial busca subsidiar futuras análises comparativas e avaliações empíricas, orientando o desenvolvimento de políticas públicas que fortaleçam o ideal de justiça social e o compromisso ético com a dignidade humana no Estado Democrático de Direito.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise teórico-documental dos marcos normativos e da literatura especializada sugere três desafios recorrentes à concretização da cidadania inclusiva no Brasil: (a) a persistência de uma racionalidade jurídica formalista; (b) a fragmentação de políticas públicas; e (c) a carência de dados desagregados que permitam compreender as desigualdades de forma interseccional. Trata-se de resultados parciais, de natureza teórica, que poderão orientar análises empíricas e comparativas em estágios futuros da pesquisa.

4.1 A RACIONALIDADE JURÍDICA E A EXCLUSÃO SIMBÓLICA

Apesar dos avanços constitucionais e normativos, o direito brasileiro ainda opera sob uma lógica universalista e abstrata, que tende a invisibilizar sujeitos situados nas margens sociais. A teoria de Crenshaw (1989) demonstra que essa neutralidade aparente do direito é, na verdade, um mecanismo de exclusão, pois ignora as múltiplas dimensões da experiência humana. Aplicada ao contexto das pessoas com deficiência, essa crítica revela que o reconhecimento jurídico isolado, sem políticas estruturantes, raramente assegura o exercício efetivo da cidadania — indício de que a mera positivação de direitos não basta sem mecanismos institucionais de inclusão e participação social.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS FRAGMENTADAS E AUSÊNCIA DE TRANSVERSALIDADE

A análise das políticas públicas mostra que programas voltados à igualdade racial, de gênero e à inclusão de pessoas com deficiência raramente dialogam entre si. Essa falta de transversalidade contraria o princípio da indivisibilidade dos direitos humanos e impede a formação de estratégias interseccionais. Para Akotirene (2019), “a interseccionalidade é política pública”, e sua ausência gera exclusões cumulativas, perpetuando o ciclo da desigualdade. Essa fragmentação entre políticas

setoriais parece contribuir para a reprodução dessas exclusões, tendência que deverá ser investigada em levantamentos futuros sobre políticas e orçamentos públicos.

4.3 DIREITOS HUMANOS E DESIGUALDADE ESTRUTURAL

Conforme Mazower (2004), os direitos humanos, desde o pós-guerra, mostraram-se mais eficazes como linguagem moral do que como instrumento de transformação social. O autor demonstra que, embora tenham surgido como resposta ao horror totalitário e como símbolo de reconstrução da ordem internacional, os direitos humanos acabaram por se consolidar mais como discurso legitimador do que como prática emancipatória efetiva. Essa constatação revela a tensão histórica entre o universalismo ético proclamado e as desigualdades materiais persistentes.

Essa crítica é aprofundada por Moyn (2018), para quem o discurso dos direitos humanos, sobretudo nas últimas décadas, foi gradualmente reduzido a um ideal de “suficiência mínima”, incapaz de enfrentar as causas estruturais da pobreza e da exclusão. Em sua análise, os direitos humanos deixaram de ser um projeto de igualdade e tornaram-se um paradigma de sobrevivência, mais preocupado em mitigar danos do que em redistribuir poder e riqueza. Para o autor, a cidadania global precisa recuperar o projeto de igualdade, não apenas o de compaixão (MOYN, 2018, p. 178), resgatando a dimensão política e transformadora originalmente associada às lutas por justiça social.

No contexto brasileiro, essa reflexão ganha especial relevância diante da desigualdade estrutural que atravessa o campo dos direitos e da cidadania. A efetivação da cidadania inclusiva parece exigir a repolitização dos direitos humanos, mediante sua vinculação à redistribuição material e simbólica. Isso implica reconhecer que o acesso aos direitos não se limita à sua formalização normativa, mas depende da existência de estruturas institucionais que garantam sua materialidade. Essa concepção amplia o alcance da cidadania para além do reconhecimento formal, aproximando-se do ideal de cidadania plena formulado por Leite, Gomes Ribeiro e Costa Filho (2019), segundo os quais a cidadania deve ser promovida pela acessibilidade, compreendida como um direito instrumental. Para os autores, “sem acesso aos equipamentos urbanos, às escolas, aos postos de saúde e aos transportes públicos, as pessoas com deficiência não podem exercer plenamente sua cidadania” (p. 284).

A leitura conjunta desses autores permite formular uma hipótese teórica relevante: a de que o fortalecimento das condições de acessibilidade e participação constitui não apenas uma política social, mas um imperativo de justiça. Os achados preliminares deste estudo apontam que a concepção de cidadania como acessibilidade instrumental configura-se, até o momento, como hipótese promissora, cuja consistência teórica e aplicabilidade prática poderão ser aprofundadas em pesquisas futuras voltadas à análise crítica de políticas públicas e de marcos normativos nacionais. Nessa direção, a ampliação da cidadania inclusiva dependerá de arranjos interseccionais e de indicadores verificáveis, como o uso sistemático de dados desagregados, capazes de dar visibilidade às desigualdades invisibilizadas pelo discurso universalista dos direitos humanos.

4.4 INCLUSÃO, DIGNIDADE E CIDADANIA PLENA

A cidadania plena, conforme afirmam Leite, Gomes Ribeiro e Costa Filho (2019), manifesta-se na prática cotidiana, quando o sujeito se reconhece como parte integrante da sociedade e é igualmente reconhecido como tal. Essa concepção reforça a dignidade humana como fundamento ético-político e impõe ao Estado o dever de garantir condições para o exercício efetivo da autonomia e da participação. Mais do que um status jurídico, a cidadania plena constitui um processo de inclusão ativa, no qual a pessoa com deficiência deixa de ser objeto de tutela e passa a ser protagonista de sua própria história.

Essa perspectiva exige que as políticas públicas de inclusão transcendam o assistencialismo e o paternalismo, superando modelos que reduzem a deficiência a uma condição de carência e dependência. Trata-se de afirmar uma cidadania fundada na reciprocidade democrática, na qual o reconhecimento da diferença é acompanhado pela redistribuição de oportunidades e pela ampliação das capacidades humanas, em diálogo com a proposta de Amartya Sen (2010). A dignidade, nesse sentido, não é uma abstração moral, mas uma condição concreta de possibilidade de liberdade e igualdade.

A convergência entre os referenciais teóricos analisados — interseccionalidade, direitos humanos e modelo social da deficiência — indica que a cidadania inclusiva, em sentido pleno, depende de uma mudança de paradigma institucional capaz de integrar igualdade substancial, acessibilidade e reconhecimento da diversidade humana. Essa integração, ainda em processo, requer uma nova ética

pública, voltada à valorização da pluralidade e à descolonização dos espaços de decisão política e jurídica.

De modo ainda exploratório, os resultados sugerem que o fortalecimento do protagonismo das pessoas com deficiência tende a ampliar a efetividade dos direitos e a consolidar práticas de governança democrática mais participativas e transparentes. Embora não conclusivas, essas observações reforçam a hipótese de que a cidadania plena não é apenas um ideal normativo, mas um processo histórico e coletivo de construção democrática. Sua efetivação dependerá da capacidade das instituições em transformar princípios constitucionais — como a dignidade, a igualdade e a solidariedade — em práticas concretas de inclusão e justiça social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu identificar um conjunto de hipóteses teóricas que contribuem para a compreensão crítica da cidadania inclusiva no contexto contemporâneo. Longe de propor conclusões definitivas, o estudo delinea caminhos interpretativos e problematizações que poderão orientar investigações futuras. O exame dos documentos normativos e das obras teóricas analisadas sugere que a efetivação da cidadania inclusiva depende de um processo contínuo de repolitização dos direitos humanos, voltado à integração entre redistribuição, reconhecimento e participação social.

Com base nas contribuições de Crenshaw (1989) e Akotirene (2019), verifica-se que a interseccionalidade constitui uma chave metodológica indispensável para compreender as desigualdades múltiplas que atingem mulheres negras com deficiência. Essa abordagem revela que o direito e as políticas públicas, quando estruturados a partir de perspectivas homogêneas, tendem a reproduzir exclusões históricas. O reconhecimento das diferenças, portanto, deve ser incorporado como princípio operativo das instituições democráticas e não apenas como enunciado moral.

Em diálogo com Mazower (2004) e Moyn (2010; 2018), os resultados parciais reforçam a hipótese de que o discurso dos direitos humanos, se mantido em sua dimensão puramente normativa, mostra-se insuficiente para enfrentar as desigualdades estruturais. É necessário resgatar sua dimensão distributiva e política, vinculando-o a estratégias de justiça social e à ampliação de liberdades substantivas, conforme propõe Amartya Sen (2010). Essa articulação exige a superação de um humanismo minimalista, substituído por um modelo de cidadania capaz de integrar dignidade, equidade e pluralidade.

A perspectiva de Leite, Gomes Ribeiro e Costa Filho (2019) acrescenta uma contribuição decisiva a esse debate ao situar a acessibilidade como direito instrumental, condição sem a qual a cidadania plena não se concretiza. A hipótese que emerge é a de que a acessibilidade — compreendida em sentido físico, comunicacional, institucional e simbólico — funciona como vetor de igualdade substancial, permitindo que o indivíduo não apenas possua direitos, mas possa exercê-los em condições reais de autonomia e dignidade.

De modo exploratório, o estudo também sugere que o fortalecimento do protagonismo das pessoas com deficiência, sobretudo das mulheres negras com deficiência, pode se tornar um indicador relevante da efetividade das políticas públicas e da democratização das instituições. A ampliação da participação social e a transversalização das políticas de gênero, raça e deficiência despontam como desafios centrais para a construção de um Estado verdadeiramente inclusivo.

Considerando o caráter inicial deste projeto, os achados teóricos aqui apresentados devem ser entendidos como ponto de partida para etapas analíticas posteriores, nas quais será possível aprofundar a verificação empírica das hipóteses e examinar o grau de implementação das políticas voltadas à cidadania inclusiva. Em sua dimensão propositiva, o trabalho busca oferecer um quadro conceitual integrador que contribua para futuras pesquisas e para o aprimoramento da atuação estatal no campo dos direitos humanos.

Em síntese, promover a cidadania inclusiva é promover a própria democracia. Trata-se de um compromisso ético e político que reconhece, como lembra Débora Diniz (2017), que “a deficiência é um fenômeno político” — e que, por extensão, a exclusão também o é. O desafio que se impõe à teoria e à prática jurídica é o de transformar a igualdade formal em igualdade vivida, a partir de um pacto civilizatório que una liberdade, justiça e solidariedade. Assim, mais do que um ideal normativo, a cidadania inclusiva configura-se como um processo em construção, que demanda ação contínua, reflexão crítica e engajamento coletivo na defesa da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 5 out. 2025

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 5 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 5 out. 2025.

COSTA, M. I. S.; IANNI, A. M. Z. O conceito de cidadania. In: *Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica* [online]. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2018. p. 43–73. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788568576953.0003>. Acesso em: 5 out. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.

DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2017.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. London: Verso, 2003.

LEITE, Flávia Piva Almeida; GOMES RIBEIRO, Lauro Luiz; COSTA FILHO, Waldir Macieira da. *Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MAZOWER, Mark. The Strange Triumph of Human Rights, 1933–1950. *The Historical Journal*, v. 47, n. 2, p. 379–398, 2004.

MOYN, Samuel. *Not Enough: Human Rights in an Unequal World*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 2018.

MOYN, Samuel. *The Last Utopia: Human Rights in History*. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Nova York: ONU, 2006. Disponível em: <https://social.desa.un.org/issues/disability/crpd/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities-crpd>. Acesso em: 3 out. 2025.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. *Identidade e violência: a ilusão do destino*. Tradução de José Antônio Arantes. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2015.

**CLASSIFICAÇÃO DE IMÓVEIS EM ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA: UM OLHAR CONCEITUAL
SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E SUA RELAÇÃO COM
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

*CLASSIFICATION OF PROPERTIES IN URBAN EXPANSION AREAS: A CONCEPTUAL
APPROACH TO PUBLIC POLICIES, THE NATIONAL TAX CODE, AND THEIR RELATIONSHIP
WITH THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS*

FERNANDES, Sérgio Penha
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Mestrando em Desenvolvimento Regional
serpenha@hotmail.com

BANDOS, Melissa Franchini Cavalcante
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutora em Administração de Empresas pela FEA - USP
melissafcb@gmail.com

BRAGA, Hélio Filho
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutor em Serviço Social pela UNESP
hgp@com4.com.br

Resumo

Esse artigo explora a intersecção entre a legislação tributária brasileira, especificamente o Artigo 32 do Código Tributário Nacional (CTN), e as políticas públicas de ordenamento territorial, com um enfoque crítico na classificação de imóveis em áreas de expansão urbana. Analisa-se como a definição de imóvel urbano para fins tributários afeta a arrecadação de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto Territorial Rural (ITR), a justiça fiscal e o desenvolvimento urbano. O trabalho estabelece uma conexão direta entre essas questões e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, em particular o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis. Argumenta-se que a harmonização entre a legislação tributária e o planejamento urbano é crucial para promover um desenvolvimento equilibrado, inclusivo e sustentável, alinhado aos princípios constitucionais e aos compromissos internacionais do Brasil.

Palavras-chave: Código Tributário Nacional; Ordenamento Territorial; Políticas Públicas.

Abstract

This article analyzes the relationship between Brazilian tax legislation, particularly Article 32 of the National Tax Code (CTN), and territorial planning policies, with a focus on the classification of properties in urban expansion areas. By means of a qualitative and documentary approach, the study discusses how the definition of urban property for tax purposes directly affects the incidence of the Urban Property Tax (IPTU) and the Rural Property Tax (ITR), influencing municipal revenue, fiscal justice, and urban planning. The research highlights the role of taxation not only as a source of revenue but also as a strategic instrument for public policy, capable of inducing the socially appropriate use of land and contributing to the realization of the social function of property. The article establishes a connection with the United Nations 2030 Agenda, emphasizing Sustainable Development Goal 11 (Sustainable Cities and Communities), and points out the importance of harmonizing tax rules and territorial planning to promote more inclusive, resilient, and sustainable cities.

Keywords: National Tax Code; Territorial Planning; Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

A delimitação entre áreas rurais e urbanas no Brasil representa um desafio persistente, com reflexos na tributação, no planejamento urbano e na arrecadação municipal. A complexidade dessa distinção é acentuada pela dinâmica de crescimento das cidades e pela expansão urbana, que frequentemente resultam em conflitos sobre a incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ou do Imposto Territorial Rural (ITR) (CARVALHO, 2020; TORRES, 2019).

O Artigo 32 do Código Tributário Nacional (BRASIL, 1966), ao estabelecer critérios para caracterização do imóvel urbano, buscou conferir objetividade e segurança jurídica à tributação. No entanto, sua aplicação em contextos de urbanização incompleta revelou fragilidades: imóveis sem infraestrutura mínima são muitas vezes tributados como urbanos, gerando disputas judiciais e comprometendo a justiça fiscal (MACHADO, 2023). Essa realidade expõe uma lacuna entre a letra da lei e a dinâmica concreta da expansão urbana brasileira.

Não se trata apenas de arrecadar mais ou menos impostos, mas de reconhecer que a tributação, especialmente no campo da política urbana, exerce função extrafiscal e estratégica. O IPTU e o ITR, quando aplicados de forma coerente com os planos diretores e com a política habitacional, tornam-se instrumentos de indução ao uso socialmente adequado da propriedade e de combate à especulação imobiliária (FERNANDES, 2019; ROLNIK, 2015).

Nesse sentido, a discussão ganha relevância quando inserida no horizonte da Agenda 2030 da ONU, que orienta governos a perseguirem objetivos de desenvolvimento sustentável. O ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis – revela-se particularmente relevante, pois vincula a organização territorial à construção de cidades mais inclusivas, seguras e resilientes (ONU, 2015). Ao relacionar a interpretação do Artigo 32 do CTN com o cumprimento das metas do ODS 11, evidencia-se que a classificação de imóveis em áreas de expansão urbana não é apenas um debate jurídico-tributário, mas uma questão de governança urbana e de justiça social.

Assim, este artigo propõe analisar a relação intrínseca entre a aplicação do Artigo 32 do CTN e os desafios do ordenamento territorial brasileiro com o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis. O objetivo é demonstrar como a efetivação de políticas fiscais e urbanísticas alinhadas pode contribuir para a construção de cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, conforme preconizado pela Agenda 2030.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Estrutura tributária dos municípios e sua Inter-relação com a classificação

A compreensão da classificação fundiária à luz do Artigo 32 do CTN exige considerar a estrutura tributária dos municípios brasileiros, cuja autonomia financeira depende, em grande parte, da capacidade de arrecadar receitas próprias. Entre os tributos municipais previstos na Constituição Federal de 1988, destacam-se: o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Em áreas rurais, ainda que de competência da União, o Imposto Territorial Rural (ITR) pode ter parte de sua arrecadação transferida aos municípios, desde que estes assumam sua fiscalização (BRASIL, 1988; TORRES, 2019).

Entre esses tributos, o IPTU figura como a principal fonte de receita própria municipal, constituindo não apenas um mecanismo arrecadatório, mas também um instrumento extrafiscal de política urbana, conforme ressaltam Carvalho (2020) e Fernandes (2019).

A correta aplicação do Artigo 32 do CTN, ao definir os critérios para a caracterização do imóvel urbano, é decisiva para determinar a incidência do IPTU em detrimento do ITR, afetando diretamente a capacidade de financiamento das políticas públicas locais.

Esse aspecto adquire ainda maior relevância no contexto da Agenda 2030 da ONU. A destinação adequada das receitas do IPTU e de outros tributos municipais está diretamente associada ao cumprimento do ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, na medida em que possibilita investimentos em infraestrutura urbana, habitação social, saneamento, transporte público e serviços básicos (ONU, 2015; SACHS, 2002). Nesse sentido, a classificação fundiária não se limita a uma questão técnica de enquadramento legal, mas se projeta como fator determinante para a justiça fiscal, a equidade territorial e a governança urbana sustentável.

Portanto, a estrutura tributária municipal, a aplicação do Artigo 32 do CTN e o ODS 11 formam um tripé indissociável: a definição jurídica da natureza do imóvel impacta a tributação

incidente; a tributação, por sua vez, condiciona a capacidade de financiamento das políticas públicas locais; e essas políticas, quando bem aplicadas, contribuem para a construção de cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis.

2.2 O Artigo 32 do CTN e a classificação fundiária

O Artigo 32 do Código Tributário Nacional define o imóvel urbano em função de sua localização em zona urbana, delimitada por lei municipal, desde que a área esteja dotada de pelo menos dois dos seguintes melhoramentos públicos: meio-fio ou calçamento com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistema de esgotos sanitários; rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel (BRASIL, 1966).

À primeira vista, tais requisitos conferem objetividade à norma, permitindo distinguir o solo urbano do rural, entretanto, a interpretação estritamente literal desses critérios mostra-se insuficiente diante das particularidades de áreas em processo de transição ou de urbanização incompleta, onde a presença parcial ou precária desses serviços não corresponde à realidade socioeconômica do espaço urbano (MACHADO, 2023).

O Superior Tribunal de Justiça, ciente das disputas geradas por essas situações, firmou o entendimento de que a incidência do IPTU em áreas urbanizáveis ou de expansão urbana não depende da efetiva existência dos melhoramentos previstos no §1º do artigo 32. Esse posicionamento foi consolidado na Súmula 626 (STJ, 2019), que ampliou a autonomia dos municípios para tributar tais áreas. Contudo, como destaca Fernandes (2019), essa ampliação só se legitima quando acompanhada de coerência entre a política tributária e o planejamento territorial, a fim de evitar distorções fiscais, conflitos fundiários e insegurança jurídica.

2.3 Ordenamento territorial e justiça fiscal

O ordenamento territorial, regulamentado pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), constitui instrumento essencial para organizar o uso e a ocupação do solo urbano, assegurando a realização da função social da propriedade. Mais do que uma diretriz normativa, trata-se de um mecanismo de governança que integra dimensões jurídicas, políticas e sociais, orientando o crescimento urbano de forma equitativa e sustentável (ROLNIK, 2015; SANTOS, 2018).

A correta classificação fundiária tem repercussões diretas sobre a política fiscal municipal, em especial na aplicação de instrumentos como o IPTU progressivo no tempo, concebido para desestimular a retenção especulativa de terrenos e induzir o aproveitamento social da propriedade. Quando articulado de modo coerente com os planos diretores, esse instrumento contribui para conter a expansão desordenada e para promover maior justiça fiscal, ao redistribuir os ônus e benefícios da urbanização (FERNANDES, 2019).

Todavia, a efetividade desse sistema esbarra em entraves estruturais. A ausência de cadastros integrados e atualizados, a fragilidade dos sistemas de informação territorial e a resistência de setores imobiliários economicamente influentes reduzem a capacidade do poder público de aplicar tais mecanismos de forma consistente (MARICATO, 2011). O resultado é a manutenção de um padrão de urbanização marcado pela desigualdade socioespacial, pelo espraiamento urbano e por altos custos de infraestrutura e serviços públicos (IBGE, 2020).

Nesse contexto, a justiça fiscal não pode ser dissociada da justiça territorial: a tributação imobiliária deve dialogar com os objetivos de planejamento urbano, sob pena de reforçar a segregação social e comprometer a sustentabilidade das cidades brasileiras.

2.4 A agenda 2030 e a ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 2015, estabeleceu um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) destinados a orientar políticas públicas em escala global. Dentre eles, o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis assume papel estratégico no debate urbano, por reconhecer que o futuro da humanidade será predominantemente urbano e que a qualidade de vida nas cidades dependerá da forma como estas são planejadas, geridas e financiadas (ONU, 2015).

Esse objetivo articula-se diretamente com os dilemas do ordenamento territorial brasileiro, marcado por desigualdades históricas e pela expansão desordenada do espaço urbano. Conforme destacam Sachs (2002) e Sen (2000), o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado quando

combina crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ambiental – dimensões que encontram no território urbano um espaço privilegiado de manifestação e de conflitos.

Entre as metas do ODS 11, destacam-se aquelas mais vinculadas à questão fundiária e fiscal: 11.1: garantir o acesso de todos à moradia adequada, segura e a serviços básicos, assegurando a urbanização de assentamentos precários; 11.2: proporcionar sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível, conectando periferias e centros urbanos; 11.3: aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, mediante planejamento e gestão participativos, integrados e transparentes; 11.a: apoiar a integração entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando a coesão territorial e o planejamento regional.

Assim, o ODS 11 não se limita a uma agenda de infraestrutura ou de gestão urbana, mas estabelece um quadro normativo e ético que impõe aos Estados o dever de promover cidades mais justas, resilientes e ambientalmente responsáveis. No caso brasileiro, isso exige que a legislação tributária, a política de ordenamento territorial e os instrumentos de planejamento urbano sejam aplicados de forma integrada, de modo a alinhar a justiça fiscal com a sustentabilidade territorial.

2.5 Conexões entre o artigo 32 do CTN, o ordenamento territorial e o ODS 11

A forma como os imóveis são classificados e tributados não constitui apenas uma questão de arrecadação: trata-se de um elemento estruturante da política urbana. A classificação fundiária, ao definir a incidência do IPTU ou do ITR, molda a dinâmica de ocupação do solo, influencia o mercado imobiliário e condiciona a capacidade dos municípios de planejar e gerir seu território de forma sustentável (FERNANDES, 2019; ROLNIK, 2015).

Quando inadequadamente aplicada, a tributação pode estimular a especulação fundiária, ampliar a retenção ociosa de terrenos e reforçar desigualdades socioespaciais. Em contrapartida, se articulada de forma coerente com o ordenamento territorial e os planos diretores, pode servir como instrumento extrafiscal de indução ao uso social da propriedade, em conformidade com os princípios constitucionais e com os compromissos da Agenda 2030.

A seguir, sintetizam-se algumas correspondências entre os dispositivos do Artigo 32 do CTN, suas implicações práticas e as metas do ODS 11:

Aspecto do Art. 32 do CTN / Ordenamento Territorial	Implicação Prática	Meta do ODS 11 Relacionada
Delimitação de zonas urbanas por lei municipal	Expansão da base tributária, fortalecimento da autonomia municipal e necessidade de alinhamento com planos diretores	11.3 – Planejamento urbano participativo, integrado e sustentável
Incidência do IPTU em áreas de expansão urbana	Desestímulo à especulação imobiliária, indução ao uso adequado da propriedade e combate à retenção ociosa de terrenos	11.1 – Garantia de moradia adequada e serviços básicos
Integração de cadastros fiscais e territoriais	Redução de conflitos de competência, maior eficiência administrativa e melhor gestão territorial	11.a – Integração entre áreas urbanas, periurbanas e rurais
Aplicação do IPTU progressivo no tempo	Instrumento extrafiscal para induzir ocupação socialmente justa do solo urbano e prevenir espraiamento desordenado	11.3 – Urbanização inclusiva, participativa e sustentável

Essa correspondência evidencia que a legislação tributária, quando interpretada em harmonia com as políticas de ordenamento territorial, pode tornar-se um eixo estratégico para a implementação da Agenda 2030. Nesse sentido, o Artigo 32 do CTN deixa de ser apenas um dispositivo normativo de

delimitação fiscal e passa a ser compreendido como uma ferramenta potencial de promoção de cidades mais justas, resilientes e sustentáveis.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com natureza exploratória e descritiva. O caráter exploratório é fundamental para mapear e compreender as interpretações jurídicas e urbanísticas relacionadas ao Artigo 32 do Código Tributário Nacional (CTN). Já a natureza descritiva permite detalhar de que forma a aplicação desse dispositivo impacta a política fiscal municipal, o ordenamento territorial e seu alinhamento estratégico com a Agenda 2030, em especial com o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

A metodologia utilizada fundamenta-se em uma estratégia de pesquisa bibliográfica e documental. Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre direito tributário, ordenamento territorial e políticas públicas urbanas, de modo a sustentar os conceitos centrais da análise. Esse levantamento incluiu obras clássicas da área (CARVALHO, 2020; TORRES, 2019; FERNANDES, 2019; MARICATO, 2011; SANTOS, 2018) e autores vinculados ao debate sobre desenvolvimento sustentável (SACHS, 2002; SEN, 2000).

O núcleo da análise concentrou-se na pesquisa documental, com foco em diplomas normativos e instrumentos legais que estruturam a temática estudada. As fontes primárias incluem: o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), especialmente o Artigo 32; o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001); jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, notadamente a Súmula 626; relatórios técnicos de órgãos oficiais, como IBGE e Ministério do Desenvolvimento Regional; documentos internacionais, com destaque para a Agenda 2030 da ONU e suas metas vinculadas ao ODS 11.

A abordagem qualitativa possibilitou uma leitura interpretativa e crítica desses documentos, permitindo confrontar o texto legal com sua aplicação prática e com os impactos socioeconômicos e urbanísticos daí decorrentes (MINAYO, 2014). Essa perspectiva foi essencial para identificar categorias de análise como classificação fundiária, justiça fiscal, planejamento urbano e sustentabilidade, além de mapear a coerência entre a legislação tributária, os instrumentos de ordenamento territorial e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Ao final, a análise buscou verificar se a aplicação do Artigo 32 do CTN, em conjunto com as políticas de ordenamento territorial, está alinhada às metas do ODS 11, contribuindo para a construção de cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise empreendida evidenciou que a aplicação do Artigo 32 do Código Tributário Nacional (CTN) constitui elemento central para a definição da incidência do IPTU em áreas urbanas e de expansão urbana, mas também revela fragilidades quando considerada de forma isolada. O dispositivo, ao estabelecer critérios formais para caracterizar imóveis urbanos, fornece uma base objetiva, mas a interpretação literal desses requisitos se mostra insuficiente diante das complexas dinâmicas de urbanização brasileira, em que a infraestrutura é frequentemente incompleta ou distribuída de forma desigual (MACHADO, 2023).

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada na Súmula 626, ampliou a autonomia dos municípios ao permitir a cobrança do IPTU em áreas de expansão urbana mesmo sem a presença dos melhoramentos previstos no §1º do artigo 32. Esse entendimento reforça a necessidade de alinhar a política tributária aos planos diretores e às diretrizes urbanísticas locais, de modo a evitar distorções fiscais e insegurança jurídica (FERNANDES, 2019). Assim, a tributação deixa de ser apenas um mecanismo arrecadatório e passa a ser reconhecida como ferramenta estratégica de política pública, com implicações diretas sobre a justiça fiscal e a sustentabilidade urbana.

Os resultados também apontam que o ordenamento territorial, disciplinado pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), exerce papel determinante na integração entre tributação e função social da propriedade. Instrumentos como o IPTU progressivo no tempo, quando devidamente aplicados, podem desestimular a retenção especulativa de terrenos e induzir a ocupação socialmente justa do solo. Todavia, a falta de cadastros multifinalitários atualizados, associada à influência de setores imobiliários, dificulta a operacionalização desses instrumentos e perpetua desigualdades socioespaciais (MARICATO, 2011; ROLNIK, 2015).

Essa inter-relação entre tributação e ordenamento territorial conecta-se diretamente às metas do ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis. O acesso a moradia adequada e a serviços básicos (meta 11.1) depende não apenas de políticas habitacionais, mas também da correta delimitação das zonas urbanas e da justiça fiscal na cobrança do IPTU. A urbanização inclusiva e sustentável (meta 11.3) exige planejamento participativo, integrado e coerente com a função social da propriedade, o que só pode ser alcançado mediante a articulação entre planos diretores e instrumentos tributários. Por sua vez, a integração entre áreas urbanas, periurbanas e rurais (meta 11.a) demanda sistemas de informação territorial confiáveis, cadastros integrados e maior transparência na gestão do solo.

Portanto, os resultados demonstram que a eficácia da aplicação do Artigo 32 do CTN não pode ser compreendida apenas sob a ótica da legalidade formal, mas precisa ser analisada em sua dimensão prática e em sua articulação com o ordenamento territorial. A justiça fiscal, nesse contexto, está intrinsecamente vinculada à justiça territorial: sem a integração entre tributação, planejamento urbano e políticas públicas de inclusão, corre-se o risco de reforçar a segregação social e o espraiamento urbano desordenado. Em contrapartida, quando interpretado em consonância com os princípios constitucionais e com a Agenda 2030, o artigo 32 pode se transformar em um instrumento relevante de governança urbana, contribuindo para a construção de cidades mais justas, resilientes e sustentáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou que a correta aplicação do Artigo 32 do Código Tributário Nacional, quando harmonizada com as políticas públicas de ordenamento territorial, é essencial para assegurar equilíbrio entre arrecadação fiscal, justiça social e sustentabilidade urbana (CARVALHO, 2020; TORRES, 2019). Constatou-se que a tributação imobiliária, para além de sua função arrecadatória, deve ser compreendida como instrumento extrafiscal capaz de induzir o uso social da propriedade e de materializar a função social do solo urbano.

No entanto, algumas fragilidades foram identificadas ao longo da análise. A ausência de padronização nacional na interpretação do Artigo 32 gera insegurança jurídica e resultados desiguais entre os municípios. A sobreposição entre IPTU e ITR em áreas de expansão urbana intensifica disputas fiscais e judicialização. Soma-se a isso a deficiência de cadastros multifinalitários e a limitada integração entre bases fiscais e territoriais, o que compromete a efetividade de instrumentos como o IPTU progressivo no tempo. Além disso, o estudo reconhece como limitação o fato de ter se apoiado predominantemente em pesquisa bibliográfica e documental, sem abarcar dados empíricos mais recentes sobre a aplicação prática do Artigo 32 em diferentes municípios brasileiros.

Diante dessas fragilidades, algumas sugestões podem ser indicadas para pesquisas futuras e para aprimoramento da prática: aprofundar investigações empíricas comparativas sobre a aplicação do Artigo 32 em diferentes contextos municipais; desenvolver estudos que integrem análise econômica e geoespacial, utilizando geotecnologias para avaliar o impacto da tributação sobre padrões de ocupação urbana; propor modelos normativos de padronização nacional para reduzir disparidades na interpretação do CTN; ampliar o debate sobre como o IPTU progressivo e outros instrumentos extrafiscais podem ser articulados às metas do ODS 11 em nível local.

Conclui-se que a tributação deve ser entendida não apenas como mecanismo de arrecadação, mas como vetor de inclusão social e sustentabilidade urbana. Quando articulada ao ordenamento territorial e aos compromissos da Agenda 2030, especialmente ao ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, a política fiscal pode tornar-se ferramenta estratégica de governança territorial, promovendo cidades mais justas, resilientes e equilibradas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Tributário Nacional. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

FERNANDES, Edésio. Direito Urbanístico Brasileiro. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

GHANEM, Elie. Democracia, participação e influência em políticas públicas. São Paulo: Ashoka/Avina, 2007.

GRAJEW, Oded. Como influenciar políticas públicas. São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

IBGE. Regiões de Influência das Cidades 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2023.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.

ONU. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals/goal11>. Acesso em: 1 out. 2025.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2018.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STJ. Súmula 626. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2019.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 11. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2019.

**COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ANÁLISE DO PLANO DE
CONTINGÊNCIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA EM ÉPOCA DE
PANDEMIA DA COVID-19 (2020)**

*PUBLIC COMMUNICATION IN SOCIAL ASSISTANCE POLICIES: ANALYSIS OF THE SOCIAL
ASSISTANCE POLICY CONTINGENCY PLAN OF FRANCA DURING THE COVID-19 PANDEMIC
(2020)*

Áreas temáticas: ODSs 1, 10 e 16 - Erradicação da Pobreza, Redução das Desigualdades e Paz,
Justiça e Instituições Eficazes.

BANDOS, Melissa Franchini Cavalcanti
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF
Doutora em Administração – Uni-FACEF
melissafcb@gmail.com

OLIVEIRA, Afonso Gonçalves de
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF
Mestrando em Desenvolvimento Regional - Uni-FACEF
afonsoago@gmail.com

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa – Uni-FACEF
sheilafacef@gmail.com

Resumo

O presente estudo tematiza as políticas públicas de acolhimento de vulnerabilidades sociais em Franca/SP, com foco nos desafios comunicacionais que podem afetar o acesso a direitos por populações em situação de vulnerabilidade. O objetivo geral é investigar as formas e os meios de divulgação de políticas públicas de acolhimento de vulnerabilidades sociais na cidade de Franca/SP, a fim de identificar barreiras de comunicação e propor melhorias. Os objetivos específicos incluem: elaborar uma discussão teórico-acadêmica sobre política e comunicação pública; realizar uma pesquisa documental, tendo como corpus central o Plano de Contingência da Política de Assistência Social de Franca/SP (2020); e explorar as formas de comunicação vigentes, sugerindo estratégias para torná-las mais acessíveis. A metodologia adota pesquisa bibliográfica, documental e análise de conteúdo (Bardin, 1977), associada à análise do discurso foucaultiana e ao modelo comunicacional de Lasswell (1978), articulando referenciais como Secchi (2010), Oliveira (2017) e Rothberg e Liberato (2013). A análise evidenciou desafios como a ausência de metas mensuráveis de cobertura, linguagem técnico-normativa e rotinas de avaliação concentradas em processos internos, o que limita o alcance das informações para grupos em vulnerabilidade social. Esses achados reforçam a necessidade de aprimorar canais, linguagem e indicadores de comunicação para que direitos e serviços sejam efetivamente acessados. O estudo destaca a importância de integrar formulação e execução de políticas sociais com estratégias de comunicação segmentada e acessível, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) 1, 10 e 16, voltados à erradicação da pobreza, redução das desigualdades e fortalecimento de instituições eficazes e inclusivas.

Palavras-chave: comunicação pública, políticas públicas, vulnerabilidade social.

Abstract

This study addresses public policies for assisting socially vulnerable populations in Franca, São Paulo, with a focus on communication challenges that may hinder access to rights by individuals in vulnerable situations. The general objective is to investigate the forms and means of disseminating public policies for social assistance in Franca, in order to identify communication barriers and propose improvements. The specific objectives include: developing a theoretical and academic discussion on

public policy and communication; conducting documentary research, with the 2020 Contingency Plan of the Social Assistance Policy of Franca/SP as the central corpus; and examining current communication strategies, suggesting ways to make them more accessible. The methodology adopts bibliographic and documentary research combined with content analysis (Bardin, 1977), associated with Foucauldian discourse analysis and Lasswell's communication model (1978), articulating theoretical references such as Secchi (2010), Oliveira (2017), and Rothberg and Liberato (2013). The analysis revealed challenges such as the absence of measurable coverage goals, technical-normative language, and evaluation routines concentrated on internal processes, which limit the reach of information to socially vulnerable groups. These findings highlight the need to improve communication channels, language, and indicators to ensure effective access to rights and services. The study underscores the importance of integrating the formulation and implementation of social policies with segmented and accessible communication strategies, aligned with Sustainable Development Goals (SDGs) 1, 10, and 16, aimed at eradicating poverty, reducing inequalities, and strengthening effective and inclusive institutions.

Keywords: public communication, public policies, social vulnerability.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa o Plano de Contingência da Política de Assistência Social de Franca/SP, elaborado em 2020, com foco nos desafios comunicacionais que podem afetar o acesso a direitos por populações em situação de vulnerabilidade.

Políticas públicas, conforme Secchi (2010), compreendem ações e diretrizes voltadas ao bem-estar social e à redução das desigualdades, sendo cada etapa do ciclo de políticas fundamental para garantir o resultado planejado.

Nesse contexto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente os objetivos de Erradicação da Pobreza, Redução das Desigualdades e Promoção de Instituições Eficazes (ODSs 1, 10 e 16), estabelecem metas para um desenvolvimento inclusivo e pacífico. Esses objetivos reforçam a necessidade de uma comunicação pública clara e acessível, essencial para a cidadania e a efetivação dos direitos sociais (Nações Unidas, 2015).

Os desafios comunicacionais que limitam o acesso da população vulnerável aos seus direitos podem ser exacerbados pela linguagem técnica e burocrática frequentemente presente nas políticas públicas. A inferência é explorada por Rothberg e Liberato (2013), que discutem como a clareza e a transparência na comunicação pública são essenciais para que os direitos sociais possam ser efetivamente acessados. Nesse sentido, a análise dos desafios comunicacionais, no contexto de políticas de acolhimento em Franca/SP, permite examinar barreiras e propor melhorias.

Diante do cenário, o problema de pesquisa que se construiu é: quais barreiras e ruídos de comunicação nas políticas públicas de acolhimento em Franca/SP dificultam a plena cidadania e a redução das desigualdades de indivíduos em situação de vulnerabilidade social?

Com base na hipótese de que a complexidade dos textos dificulta o acesso aos direitos, a metodologia adota uma abordagem mista, incluindo análise documental e bibliográfica. Os documentos são analisados na perspectiva da análise do conteúdo, conforme Bardin (1977).

Complementarmente, o estudo adota o modelo comunicacional de Lasswell (1978), que organiza a análise em torno dos elementos: quem comunica, o que comunica, por quais canais, a quem e com quais efeitos, permitindo uma leitura estruturada das estratégias de comunicação institucional.

Assim, reitera-se que este estudo tematiza os desafios de comunicação nas políticas públicas de acolhimento de vulnerabilidades sociais em Franca/SP, considerando a relevância para garantir que os direitos sociais sejam efetivamente comunicados e acessados pela população vulnerável.

Nesse contexto, o objetivo geral é investigar as formas e os meios de divulgação de políticas públicas de acolhimento de vulnerabilidades sociais, especificamente no Plano de Contingência da Política de Assistência Social de Franca em Época de Pandemia da Doença Covid-19 (2020), a fim de identificar os desafios de comunicação, propor melhorias e sugerir possíveis soluções.

Para alcançar esse propósito, o estudo apresenta os seguintes objetivos específicos:

1. elaborar uma discussão teórico-acadêmica sobre políticas e comunicação públicas, para estabelecer um posicionamento para o estudo, considerando as perspectivas de Secchi (2010), Oliveira (2017), Foucault (2008), dentre outros.

2. realizar uma pesquisa documental, tendo como corpus o Plano de Contingência da Política de Assistência Social (2020), da cidade de Franca/SP; e

3. explorar as formas pelas quais as políticas públicas são comunicadas aos vulneráveis, de forma a empregar a Análise de Conteúdo, apresentada por Bardin (1977).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica do estudo está ancorada em dois pilares principais: os conceitos e a identidade de políticas públicas, e a relação do direito com as políticas públicas, adotadas de livros e artigos científico-acadêmicos.

A discussão constitui o suporte teórico para investigar os ruídos na comunicação do Plano de Contingência da Política de Assistência Social de Franca/SP, elaborado em 2020, destacando o impacto das políticas públicas de acolhimento sobre populações vulneráveis.

2. 1 Políticas públicas e o ciclo de políticas

Conforme apresentado por Secchi (2010), políticas públicas referem-se ao conjunto de ações e diretrizes adotadas pelo Estado, para atender às demandas e às necessidades sociais, promovendo a equidade e o bem-estar social.

Secchi (2010) destaca que políticas públicas são resultado de processos deliberativos que envolvem a identificação de problemas sociais e a formulação de soluções por meio de ações governamentais. Essas políticas não se limitam a diretrizes abstratas, mas incluem a alocação de recursos, implementação de programas e a avaliação de seus impactos. No contexto das políticas de acolhimento social, é fundamental considerar como essas diretrizes são operacionalizadas e adaptadas às demandas locais, garantindo que as ações públicas sejam acessíveis e eficazes para a população em situação de vulnerabilidade.

Dessa forma, o ciclo de políticas públicas, segundo Secchi (2010), envolve fases como identificação de problemas, formação de agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação. O ciclo permite que os formuladores de políticas organizem as ações em etapas sequenciais, facilitando o acompanhamento e a adaptação das políticas conforme o contexto e os resultados obtidos.

O ciclo de políticas públicas inicia-se com a identificação do problema, etapa em que se reconhecem as discrepâncias entre a situação atual e o que se espera alcançar. Um problema público surge da percepção de que algo não está satisfatório e pode ser resolvido por meio de uma política pública. A percepção é intersubjetiva e envolve diversos atores, como políticos, ONGs e a sociedade civil, que avaliam a possibilidade de resolução e definem os elementos centrais do problema.

Na sequência, ocorre a formação da agenda, em que os problemas identificados são priorizados para ação governamental. Essa seleção é influenciada por atores políticos, pressão popular e pela mídia, que frequentemente determina quais temas ganham destaque. A agenda pode ser formal, quando se transforma em decisão governamental, ou apenas uma lista de prioridades sem ações definidas.

A formulação de alternativas surge como o passo seguinte, envolvendo a criação de estratégias e o estudo de possíveis consequências. Nesse processo, a definição de objetivos é essencial para guiar a escolha das melhores soluções, considerando custos, benefícios e impactos sociais.

A tomada de decisão ocorre quando uma das alternativas formuladas é escolhida para implementação. Esse processo pode seguir modelos racionais ou incrementais. Enquanto o modelo racional foca em uma análise detalhada de custos e benefícios, o modelo incremental adapta as decisões às circunstâncias e pressões políticas do momento.

Em seguida, a implementação transforma as decisões políticas em ações concretas. Essa etapa depende da coordenação eficiente entre diferentes atores e instituições, além de recursos adequados. No entanto, desafios técnicos, burocráticos e políticos podem comprometer os resultados previstos.

Por fim, a avaliação examina os resultados alcançados em relação aos objetivos traçados. Realizada *ex ante*, *in itinere* ou *ex post*, fornece subsídios para ajustes e permite julgar a eficácia, eficiência e equidade da política pública.

Também o Relatório Nacional Voluntário sobre os ODSs (2024), desenvolvido pela Secretaria-Geral da Presidência da República, aborda as estratégias de incorporação dos ODSs na governança brasileira. O documento destaca como as políticas públicas são instrumentos essenciais para

operacionalizar as metas globais no contexto local, promovendo ações intersetoriais que respondem às demandas sociais de forma inclusiva e sustentável. Exemplos incluem a elaboração participativa do Plano Plurianual, a reconstrução dos canais de participação social e o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que integram sustentabilidade, inclusão e equidade nas estratégias de desenvolvimento do país. Dessa forma, o relatório reforça a significância de políticas públicas que traduzem os compromissos internacionais da Agenda 2030 em ações concretas, adaptadas à realidade brasileira.

A criação da Comissão Nacional para os ODSs e a adequação das metas globais à realidade brasileira exemplificam o compromisso do Brasil com um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Assim, os ODSs, especialmente os Objetivos 1, 10 e 16, relacionados à Erradicação da Pobreza, Redução das Desigualdades e Promoção de Paz, Justiça e Instituições Eficazes, guiam as políticas públicas voltadas à inclusão e ao acolhimento social em Franca/SP, influenciando diretamente a formulação e a implementação dessas políticas.

Conforme as Nações Unidas (2024), a meta 1.3 do ODS 1 prevê a implementação de sistemas de proteção social adequados e abrangentes, com foco nos pobres e vulneráveis. No ODS 10, a meta 10.2 visa promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de sua condição econômica, raça, gênero ou deficiência. Já o ODS 16 inclui a meta 16.7, que assegura a tomada de decisão participativa e representativa em todos os níveis, promovendo uma governança inclusiva. As metas fornecem um caminho para políticas públicas que respondam às demandas específicas da população em situação de vulnerabilidade, por isso destacadas no presente estudo.

2.2 Direito e políticas públicas

Ao se discutir garantia de cidadania, não se pode deixar de discutir questões sobre direito. A relação entre direito e políticas públicas é bastante tênue para a implementação e a efetivação dos direitos sociais. Bucci e Souza (2019) destacam que o direito não apenas confere existência formal às ações estatais, mas também molda os meios institucionais e comunicacionais através dos quais essas políticas são implementadas.

A abordagem Direito e Políticas Públicas (DPP) permite analisar o direito vinculado ao contexto social e político, destacando a necessidade de uma comunicação clara e acessível, especialmente em políticas que atendem populações vulneráveis.

O direito estabelece uma estrutura que busca garantir justiça e equidade na aplicação das políticas públicas. Conforme Oliveira (2017), a legislação deve transcender a criação de normas para realmente impactar a vida cotidiana dos cidadãos, especialmente dos mais vulneráveis.

A análise subsidia a compreensão do contexto de Franca/SP, verificando se as políticas de acolhimento se tornam efetivamente acessíveis à população que delas necessita, em especial por meio de práticas comunicacionais claras e inclusivas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo adota uma abordagem qualitativa, tendo como corpus o Plano de Contingência da Política de Assistência Social de Franca em Época de Pandemia da Doença Covid-19 (2020), analisado como documento, considerando posicionamentos teóricos anteriormente apresentados acerca de políticas públicas e comunicação.

A análise dos dados é realizada por meio da análise arqueológica proposta por Foucault (2008), que enfatiza a descontinuidade e a singularidade dos discursos. Aqui as políticas públicas não são vistas como narrativas contínuas, mas como práticas discursivas que emergem em contextos históricos específicos.

Conforme Foucault (2008), a análise de discurso permite identificar rupturas e transformações que revelam as condições de possibilidade para o surgimento de certos enunciados, e, na presente investigação, como as políticas de acolhimento e inclusão, conforme demandas contemporâneas.

O foco metodológico examina como as políticas se manifestam e quais discursos sustentam sua existência em determinados momentos e contextos. Dessa forma, a

[...] pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico [...]. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se

aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. (GIL, 2017, p. 51).

A pesquisa documental concentra-se no Plano de Contingência da Política de Assistência Social de Franca/SP (2020), disponibilizado pela Prefeitura e Secretaria Municipal de Ação Social.

Assim, o corpus de análise se constituiu do Plano de Contingência da Política de Assistência Social de Franca (2020), abordando estratégias emergenciais durante a pandemia de COVID-19.

O documento está disponível no site oficial da Prefeitura de Franca e foi consultado em novembro de 2024. Fundamenta a análise das políticas públicas de acolhimento em Franca/SP, permitindo compreender estratégias e desafios enfrentados pelo município para atender a população vulnerável período de maio de 2020 até dezembro de 2021.

3.1 Descrição e análise do corpus

Reitera-se que o corpus foi definido com base em pesquisa bibliográfica e documental, concentrando-se no Plano de Contingência da Política de Assistência Social (2020).

O documento fornece informações sobre a estrutura da assistência social local, permitindo avaliar a atualização das informações, aspectos essenciais para a população em situação de vulnerabilidade, com validade para o período anteriormente mencionado.

3.1.1 Plano de Contingência da Política de Assistência Social (2020)

O Plano de Contingência da Política de Assistência Social foi elaborado pela Secretaria Municipal de Ação Social, em 2020, com o objetivo de responder às demandas emergenciais decorrentes da pandemia de COVID-19. Estabelece estratégias prioritárias, como a ampliação do atendimento em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e a implementação de protocolos de segurança alimentar e proteção social (Prefeitura de Franca, 2020).

Tem como relevância oferecer subsídios para compreender como as políticas públicas locais foram adaptadas em momentos de crise, destacando as barreiras e os desafios enfrentados na comunicação e implementação dessas ações.

3.2 Análise de Conteúdo como metodologia de investigação

A análise de conteúdo de Bardin (1977) é adotada como abordagem de análise de dados, para examinar as barreiras comunicacionais presentes no documento objeto de análise.

A análise de conteúdo, segundo Bardin (1977), trata de uma “hermenêutica controlada”, em que o conteúdo das comunicações é examinado com rigor científico, para desvendar significados latentes que podem impactar a compreensão e o acesso a direitos.

É estruturada em três fases principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos.

Neste estudo, as fases da análise de conteúdo são aplicadas ao Plano de Contingência da Política de Assistência Social de Franca/SP.

Na pré-análise, o documento foi organizado, a partir de leituras profundas, e de forma a possibilitar a operacionalização e a sistematização de ideias iniciais. Em seguida, foram formuladas hipóteses de análise.

Na segunda fase, com base na hipótese do estudo e no referencial teórico, a exploração do material envolveu a codificação e a categorização das mensagens, com foco nos elementos discursivos que indicam barreiras comunicacionais ou estratégias de inclusão social.

Por fim, na etapa de tratamento dos resultados, as informações codificadas serão interpretadas à luz dos referenciais teóricos sobre comunicação pública e políticas sociais, a fim de identificar lacunas e potencialidades que orientem ações mais inclusivas e eficazes. Para subsidiar as reflexões, empregam-se os preceitos de Foucault (2008).

Assim, a análise de conteúdo, assim como a análise do discurso foucaultiana, possibilitaram sistematizar e interpretar dados do Plano de Contingência, e criar argumentos para a melhoria da com a população vulnerável.

A análise de conteúdo, conforme Bardin (1977), fornece um método rigoroso para a organização e interpretação dos dados. Também Lasswell (1978) contribui com uma perspectiva

estrutural sobre o processo comunicacional: quem comunica, o que comunica, por quais canais e com quais efeitos. A articulação dessas abordagens permitiu não apenas identificar categorias temáticas no Plano de Contingência, mas também compreender como as mensagens institucionais são formuladas e direcionadas, possibilitando uma avaliação mais alinhada sobre a eficácia comunicacional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do Plano de Contingência da Política de Assistência Social de Franca/SP (2020) evidenciou desafios significativos na comunicação das ações socioassistenciais.

Como discutido na metodologia, a pesquisa documental e a análise de conteúdo foram aplicadas para compreender as barreiras na transparência e acessibilidade das informações disponibilizadas ao público em situação de vulnerabilidade.

O Plano de Contingência, elaborado em 2020, serviu de referência principal neste estudo. Embora atualmente haja novas publicações e atualizações no site da Prefeitura, a análise concentra-se na versão de 2020, por refletir o período crítico da pandemia e permitir observar as formas de comunicação em período crítico.

No documento de 2020, não há previsão explícita de revisão/atualização periódica nem detalhamento desagregado de públicos, o que pode gerar lacunas de comunicação sobre a continuidade e o acompanhamento das ações (Franca, 2020), fato que pode comprometer historicizar as ações e as aprendizagens desenvolvidas naquele momento e para aquele momento. Perde-se, assim, em construção de expertise.

Para esse argumento, com base na análise de conteúdo realizada segundo Bardin (1977), emergiram três categorias principais que destacam os desafios enfrentados:

1. O Plano de Contingência não explicita calendário de atualização ou revisão, e desloca o acompanhamento para a seção “Avaliação e Monitoramento”, concentrada em procedimentos internos. Por exemplo:

As pesquisas serão realizadas por amostragem, por meio aplicativo de mensagens, junto aos trabalhadores para avaliação da aplicabilidade das ações de segurança do trabalhador de toda rede socioassistencial, bem como junto aos usuários para identificar como se deu o processo de orientação e informações relativas à prevenção e ao acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios (Franca, 2020, p. 31).

2. Linguagem técnica e pouco acessível: a análise revela que o Plano adota uma redação normativa alinhada ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e à Política Nacional de Assistência Social (PNAS):

A organização da assistência social impõe a lógica de vinculação ao SUAS. Vincular-se ao SUAS significa seguir as diretrizes emanadas da PNAS, atender aos preceitos da proteção social e, acima de tudo, reconhecer a primazia do Estado na condução da Política de Assistência Social (Franca, 2020, p. 13).

O nível de tecnicidade sugere que o documento é dirigido principalmente a gestores e técnicos, e não ao público usuário final dos serviços socioassistenciais e mesmo aos dois usuários que faziam parte da comissão de implantação do Plano. A ausência de estratégias detalhadas de adequação da linguagem ao perfil dos beneficiários levanta um ponto frágil para a efetividade da política: em que medida as informações produzidas alcançam a população vulnerável?

Sob a perspectiva de Lasswell (1978), observa-se que o emissor (Prefeitura e Secretaria Municipal de Ação Social) centraliza a mensagem em uma linguagem predominantemente técnico-normativa, enquanto os canais previstos, como quadros de avisos, suporte remoto/presencial e divulgação digital (Franca, 2020, p. 39), não apresentam metas de alcance ou estratégias de segmentação.

Assim, ao que parece, os efeitos comunicacionais permanecem limitados, pois não há garantias de que a informação chegue efetivamente ao receptor (população vulnerável), sobretudo àqueles com barreiras de acesso digital ou baixo letramento.

3. A análise do Plano de Contingência da Política de Assistência Social de Franca/SP (2020) apresenta diretrizes e, supostamente, indica dessincronização entre formulação e operacionalização, uma vez que o documento não explicita indicadores de execução, prazos de revisão ou metas com percentuais de cobertura populacional (Franca, 2020). As leis municipais compõem a estrutura jurídica da política socioassistencial, contudo, no corpus, não há detalhamento de como os

dispositivos devem ser operacionalizados no contexto emergencial, especialmente quanto a critérios de distribuição, cobertura territorial e mensuração de alcance (Franca, 2020).

No Plano de 2020, a seção de “Avaliação e Monitoramento” prevê rotinas internas, por exemplo, pesquisas “por amostragem, por meio aplicativo de mensagens” com trabalhadores e usuários para avaliar orientação e acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios, e informação mensal ao Comitê de Contingenciamento sobre a aplicação de recursos (Franca, 2020, p. 31). Todavia, o documento não apresenta metas de cobertura (por exemplo, percentuais de famílias alcançadas por canal), o que limita a aferição pública da efetividade. Verifica-se, talvez, a fragilidade quanto ao feedback em relação ao Plano.

Por meio dos achados, sugere-se calendarizar e publicizar rotinas de atualização, além de adequar a linguagem para diferentes perfis de usuários, com materiais em formato acessível.

Recomenda-se inserir em documentos análogos formas de integrar formulação e execução com indicadores de território e público, incorporando metas com percentuais de cobertura por canal e evidências de alcance de grupos com barreiras de acesso digital.

A Figura 1 apresenta um fluxo proposto para tornar mais eficaz a divulgação das políticas públicas, articulando definição de público, formulação das ações, escolha de canais, produção de materiais, divulgação multicanal e monitoramento.

Figura 1 – Fluxo proposto para aprimoramento da divulgação de políticas públicas.



Fonte: Elaborada pelos autores.

A aplicação da análise de conteúdo (Bardin, 1977) ao Plano de Contingência (Franca, 2020), evidenciou barreiras de atualização pública, tecnicidade da linguagem e ausência de metas mensuráveis de alcance. Os achados alinham-se ao objetivo do estudo e subsidiam propostas de aprimoramento comunicacional (mix de canais on/offline, linguagem simplificada e indicadores de cobertura por público/canal).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar o objetivo geral do estudo que é investigar as formas e os meios de divulgação de políticas públicas de acolhimento de vulnerabilidades sociais na cidade de Franca/SP, a fim de identificar os desafios de comunicação, propor melhorias e sugerir possíveis soluções, é possível inferir o que segue.

O estudo evidenciou que as políticas públicas de acolhimento social em Franca/SP parecem enfrentar desafios significativos relacionados à comunicação e ao acesso à informação, especialmente para a população em situação de vulnerabilidade.

Conforme discutido, os ruídos de comunicação e a complexidade dos textos oficiais limitam a compreensão e o acesso aos direitos, dificultando a efetividade das políticas públicas (Rothberg; Liberato, 2013).

A análise do documento evidencia desafios significativos na comunicação das políticas públicas de acolhimento social em Franca/SP. Entre eles, destaca-se a falta de atualizações consistentes e detalhadas, o que dificulta o acesso a informações essenciais para a população em situação de vulnerabilidade e fragiliza a historicidade da política.

A ausência de dados desagregados por público e território no documento ou anexo a ele dificulta aferir o alcance informacional e a adequação das estratégias de divulgação.

Dessa forma, os fatores reforçam a necessidade de aprimoramento na comunicação, na forma de distribuí-la e na acessibilidade das informações, de forma a garantir a compreensão das ações pelo público-alvo final.

A análise documental evidenciou a fragilidade na divulgação de indicadores públicos sobre o alcance das ações, o que parece dificultar a aferição da efetividade junto à população vulnerável. Há de se considerar que, conforme ressaltado por Rothberg e Liberato (2013), a transparência e a clareza na comunicação pública são fundamentais para a cidadania e o exercício do direito à informação.

Os achados reforçam a relevância de uma comunicação segmentada e orientada por evidências, especialmente para grupos com barreiras de acesso digital, conforme apontam os ODSs 1, 10 e 16, que enfatizam a necessidade de reduzir as desigualdades, erradicar a pobreza e promover instituições eficazes e inclusivas (Nações Unidas, 2015).

Portanto, para que as políticas públicas sejam mais eficazes e inclusivas, recomenda-se uma revisão das estratégias de divulgação, combinando canais digitais e presenciais, além da produção de materiais em linguagem acessível, a fim de ampliar o alcance das informações.

Além disso, a atualização regular dos dados e a inclusão de informações específicas sobre populações em risco social são essenciais para o desenvolvimento de políticas mais eficazes e responsivas às necessidades da população vulnerável.

O desafio de consolidar políticas públicas efetivas no Brasil demanda que as esferas governamentais incorporem uma perspectiva de justiça social. O trabalho elaborado por Oliveira (2017) mostra a necessidade de políticas que, além de estarem alinhadas com o Direito, sejam adaptadas às realidades regionais para assegurar o acesso aos direitos fundamentais.

Como dito, Foucault (2008) argumenta que o discurso histórico se caracteriza por rupturas e descontinuidades. Aplicando essa perspectiva às políticas públicas, observamos que a implementação das políticas de acolhimento e assistência frequentemente enfrentam “limiares de ruptura”, que podem descontinuar ou fragmentar o acesso da população vulnerável a esses serviços.

Assim, a análise das políticas de acolhimento em Franca/SP parece evidenciar fragilidades na comunicação institucional e na continuidade das informações. Cada interrupção ou ausência de atualização sistemática pode representar um risco de exclusão social.

Dada a complexidade do tema, estudos futuros podem investigar a aplicação de estratégias de comunicação inclusiva em outras cidades com características semelhantes a Franca/SP.

Além disso, recomenda-se uma análise empírica sobre a recepção dessas políticas pela população vulnerável, possibilitando a adaptação de abordagens mais eficazes no contexto local e nacional.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Relatório Nacional Voluntário mostra avanços do Brasil na Agenda 2030. Secretaria-Geral da Presidência da República, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2024/julho/relatorio-nacional-voluntario-mostra-avancos-do-brasil-na-agenda-2030>. Acesso em: 29 nov. 2024.

BUCCI, M. P. D.; SOUZA, M. S. de. A abordagem direito e políticas públicas: temas para uma agenda de pesquisa. *Sequência (Florianópolis)*, v. 43, n. 90, p. 1-27, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2022.e85500>. Acesso em: 01 nov. 2024.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANCA. Plano de contingência da política de assistência social. Prefeitura de Franca, 2020. Disponível em:

https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=file&id=9553:plano-municipal-assistencia-social-2020&Itemid=2221. Acesso em: 02 nov. 2024.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LASSWELL, Harold Dwight. Estrutura e função da comunicação na sociedade. In: LASSWELL, Harold D. et al. *A comunicação de massa: textos de Lasswell, Lerner e Pool*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 105-118.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: As Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 01 nov. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1: Erradicação da Pobreza. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/1>. Acesso em: 29 nov. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10: redução das desigualdades. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/10>. Acesso em: 29 nov. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16: paz, justiça e instituições eficazes. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16>. Acesso em: 29 nov. 2024.

OLIVEIRA, M. A. *Direito e políticas públicas: desafios, perspectivas e possibilidades*. São Paulo: Atlas, 2017.

ROTHBERG, D.; LIBERATO, F. P. Comunicação pública, transparência e políticas públicas: avaliação de informações em portais brasileiros de governo. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, v. III, n. 6, p. 69-96, 2013.

SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CORRIDA DE RUA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: contribuições da Inteligência Artificial (IA) para prospecção de cenários no município de Franca-SP

ROAD RACING AND REGIONAL DEVELOPMENT: contributions of Artificial Intelligence (AI) to scenario forecasting in the municipality of Franca-SP

Área temática: 03 - Saúde e bem-estar.

ROCHA, M. Gonçalves da
UNI-FACEF
Mestre em Promoção da Saúde, Especialista em Fisiologia do Exercício e Treinamento Desportivo,
Graduado em Educação Física (Bacharel e licenciatura) pela Universidade de Franca-SP (Unifran)
mgoncalves191074@gmail.com
NETO, Alfredo José Machado
UNI-FACEF
Doutor em Administração pela USP, com Graduação em Economia e Administração
alfredo@facef.br
GUERRA, José Alfredo de Pádua
UNI-FACEF
Doutor em Serviço Social pela UNESP, Mestre em Administração pelo Uni-FACEF com Graduação
em Economia
josealfredopadua guerra@gmail.com
FARIA, Daniel dos Reis Cardoso de
UNI-FACEF
Discente do Programa de Pós Graduação do Uni-Facef, Mestrado em Desenvolvimento Regional,
Graduado em Engenharia de Produção Universidade de Franca-SP (Unifran)
fariaribpreto@gmail.com
DOMENES, Tiago Merlino
UNI-FACEF
Discente do Programa de Pós Graduação do Uni-Facef, Mestrado em Desenvolvimento Regional,
Graduado em Ciências da Computação pela Universidade de Franca-SP Unifran
tmdomenes@gmail.com

Resumo

O presente estudo tem como objetivo investigar cenários prospectivos da prática de corrida de rua no município de Franca-SP, a partir da aplicação de tecnologias de Inteligência Artificial (IA), avaliando seus impactos potenciais no desenvolvimento regional. A fundamentação teórica baseia-se em autores que discutem prospecção de cenários, planejamento estratégico, desenvolvimento regional e aplicações da IA em contextos esportivos e de saúde. Considera-se que a corrida de rua, além de promover saúde, lazer e inclusão social, constitui vetor de dinamização econômica, cultural e social, especialmente em cidades de porte médio como Franca-SP. Metodologicamente, trata-se de pesquisa descritiva com abordagem mista, utilizando dados secundários para composição do referencial teórico e dados primários coletados por meio de questionários aplicados a aproximadamente 200 participantes, entre gestores públicos, organizadores, patrocinadores e praticantes. Para a construção dos cenários, empregou-se a metodologia de Blanning e Reinig (1998), associada ao Método Delphi e à Matriz de Impactos Cruzados, com apoio de técnicas de machine learning baseadas em séries temporais. A análise dos dados quantitativos foi realizada por estatística descritiva e inferencial, enquanto os qualitativos foram tratados por análise de conteúdo. Os resultados permitiram projetar cenários otimista, pessimista e realista para o período 2025-2029, evidenciando que a integração entre esporte, tecnologia e planejamento estratégico pode consolidar a corrida de rua como instrumento de desenvolvimento sustentável e inclusivo em Franca-SP. A originalidade do estudo reside na combinação de métodos prospectivos com técnicas de IA oferecendo uma abordagem inovadora para o planejamento esportivo regional.

Palavras-chave: Corrida de rua e desenvolvimento regional, Prospecção de cenários, inteligência artificial (IA).

Abstract

This study aims to investigate prospective scenarios for road running practices in the municipality of Franca-SP, through the application of Artificial Intelligence (AI) technologies, assessing their potential impacts on regional development. The theoretical framework is grounded in authors who address scenario planning, strategic planning, regional development and the application of AI in sports and health contexts. Road running is considered not only a promoter of health, leisure and social inclusion, but also a driver of economic, cultural and social dynamism, particularly in mid-sized cities such as Franca-SP. Methodologically, this is a descriptive study with a mixed-methods approach, using secondary data to build the theoretical foundation and primary data collected through questionnaires applied to approximately 200 participants, including public managers, event organizers, sponsors and runners. To construct the scenarios, the methodology proposed by Blanning and Reinig (1998) was employed, combined with the Delphi Method and the Cross-Impact Matrix, supported by machine learning techniques based on time series analysis. Quantitative data were analyzed using descriptive and inferential statistics, while qualitative data were processed through content analysis. The results enabled the projection of optimistic, pessimistic and realistic scenarios for the period 2025-2029, demonstrating that the integration of sports, technology and strategic planning can consolidate road running as a tool for sustainable and inclusive development in Franca-SP. The originality of this study lies in the combination of prospective methodologies with AI techniques, offering an innovative approach to regional sports planning.

Keywords: Road racing and regional development, scenario forecasting, artificial intelligence(AI).

1 INTRODUÇÃO

A corrida de rua tem se consolidado como uma prática esportiva de grande relevância social, cultural e econômica, especialmente em cidades de porte médio, onde se articula como vetor de promoção da saúde, do lazer e do fortalecimento da identidade comunitária. No município de Franca-SP, reconhecido por sua tradição industrial e por sua crescente diversificação de atividades culturais e esportivas, a modalidade apresenta potencial para contribuir de forma significativa ao desenvolvimento regional, seja pela mobilização de praticantes e espectadores, seja pela dinamização de setores como turismo, comércio e serviços. Nesse contexto, torna-se fundamental o uso de metodologias de prospecção de cenários para compreender tendências, riscos e oportunidades que possam orientar políticas públicas e estratégias de gestão voltadas ao esporte e ao desenvolvimento local (Casimiro; Araújo, 2020; Marcial, 2002).

Entretanto, o problema de pesquisa que se coloca é: de que maneira a corrida de rua, apoiada por técnicas de Inteligência Artificial (IA) aplicadas à prospecção de cenários, pode contribuir para o desenvolvimento regional do município de Franca-SP no horizonte 2025-2029?

A Inteligência Artificial (IA) emerge como ferramenta inovadora e estratégica, capaz de ampliar a capacidade analítica e preditiva dos estudos, oferecendo suporte à tomada de decisão em ambientes complexos e incertos (Lee, 2019; Felipe; De Sousa, 2024). Ao integrar técnicas de IA a métodos consagrados de planejamento estratégico (Drucker, 1984; Bologna, 2020) e de análise prospectiva, como o Método Delphi e a Matriz de Impactos Cruzados (Blanning; Reinig, 1998), torna-se possível projetar cenários que auxiliem gestores públicos, organizadores e patrocinadores na formulação de estratégias mais eficazes.

Diante disso, o objetivo geral deste estudo é investigar cenários prospectivos da prática de corrida de rua em Franca-SP, a partir da aplicação de técnicas de IA, avaliando seus impactos potenciais no desenvolvimento regional. Como objetivos específicos, busca-se:

- 1- mapear o perfil dos atores envolvidos na prática da corrida de rua em Franca-SP;
- 2- identificar fatores críticos de sucesso e barreiras para a consolidação da modalidade como vetor de desenvolvimento;
- 3- aplicar metodologias de prospecção de cenários apoiadas por IA para projetar alternativas de futuro;

4- propor recomendações estratégicas para gestores públicos, organizadores e patrocinadores.

A justificativa da pesquisa reside na necessidade de compreender como práticas esportivas populares, como a corrida de rua, podem ser integradas a políticas de desenvolvimento regional, especialmente em cidades de porte médio que buscam diversificar suas bases econômicas e fortalecer sua identidade social. Além disso, a incorporação da IA como ferramenta metodológica amplia a robustez das análises, permitindo maior precisão na identificação de tendências e na formulação de cenários. Assim, este estudo contribui tanto para o avanço acadêmico, ao integrar esporte, tecnologia e planejamento estratégico, quanto para a prática social, ao oferecer subsídios para políticas públicas e iniciativas privadas voltadas ao desenvolvimento sustentável e inclusivo de Franca-SP.

A corrida de rua, quando aliada à Inteligência Artificial, transcende o simples ato esportivo e se torna metáfora científica do futuro: um movimento coletivo capaz de transformar saúde, economia e identidade regional em um mesmo compasso.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A construção de cenários prospectivos constitui uma ferramenta essencial para a compreensão de futuros possíveis em contextos de incerteza, permitindo identificar tendências, riscos e oportunidades que subsidiam a tomada de decisão estratégica (Casimiro; Araújo, 2020). A literatura especializada aponta duas principais correntes: a Escola Francesa, ou *La Prospective*, fundada por Bertrand de Jouvenel na década de 1960, que enfatiza a criação intencional do futuro pelos atores sociais, e a corrente anglo-saxônica, originada nos Estados Unidos, com autores como Herman Khan e Peter Schwartz, que destacam a tecnologia como motor central das transformações socioeconômicas (Souza, 2009; Fonseca; Oliveira; Azevedo Filho, 2018). Nesse sentido, a construção de cenários é entendida como metodologia que organiza percepções sobre ambientes alternativos futuros, fundamentais para o processo decisório em contextos turbulentos (Furlan; Morozini, 2015).

O planejamento estratégico, por sua vez, é um instrumento indispensável para organizações e instituições que buscam alinhar objetivos de longo prazo com ações concretas. Drucker (1984) define-o como processo contínuo de tomada de decisões atuais com base no maior conhecimento possível do futuro, envolvendo riscos e retroalimentação sistemática. Entre as ferramentas mais utilizadas destacam-se a análise SWOT, a Matriz BCG, as Cinco Forças de Porter, o Balanced Scorecard e a análise PESTEL, que permitem avaliar ambientes internos e externos e orientar estratégias (Bologna, 2020).

A Inteligência Artificial (IA) insere-se nesse contexto como recurso inovador, capaz de ampliar a capacidade analítica e preditiva. Segundo Lee (2019) e Kissinger, Schmidt e Hottenlocher (2021), a IA possibilita que máquinas realizem tarefas que exigem inteligência humana, como aprendizado, raciocínio, reconhecimento de padrões e tomada de decisão. No campo da prospecção de cenários, a IA contribui por meio de técnicas de análise preditiva, big data analytics e sistemas de apoio à decisão, permitindo identificar padrões complexos e antecipar tendências (IBM, 2024). Estudos recentes demonstram sua aplicação em contextos esportivos, desde o monitoramento de desempenho até a previsão de impactos econômicos e sociais (Felipe; De Sousa, 2024).

No que se refere ao desenvolvimento econômico, Bresser-Pereira (2006) o define como processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico, resultando em aumento da produtividade, dos salários e da qualidade de vida. O desenvolvimento regional, por sua vez, busca reduzir disparidades territoriais e promover crescimento equilibrado, considerando a participação da sociedade local no planejamento e na distribuição dos frutos do crescimento (Oliveira; Lima, 2003; Madureira, 2015). Já o desenvolvimento local enfatiza a mobilização de recursos endógenos e a participação comunitária, favorecendo iniciativas sustentáveis e inclusivas (Martins, 2002).

Por fim, a relação entre saúde e desenvolvimento também é central. A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2021) alerta para os impactos negativos do sedentarismo, associado a doenças crônicas e altos custos para os sistemas de saúde. A corrida de rua, por ser prática acessível e de baixo custo, contribui para a melhoria da saúde física e mental, além de gerar efeitos econômicos positivos (Bueno et al., 2016). Nesse sentido, a integração entre esporte, planejamento estratégico e tecnologias de IA apresenta-se como caminho promissor para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável em municípios de porte médio, como Franca-SP.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Abordagem Metodológica

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, de natureza mista (quantitativa e qualitativa), visando compreender de forma abrangente os cenários prospectivos da corrida de rua no município de Franca-SP. A adoção da abordagem mista permite a triangulação de dados, aumentando a validade e a confiabilidade dos resultados (Paranhos et al., 2016; Ferreira et al., 2020). Para a construção dos cenários, foi utilizada a metodologia de Blanning e Reinig (1998), associada ao Método Delphi (Marques; Freitas, 2018), o Método Delphi é uma técnica de consulta estruturada a especialistas, utilizada para obter consenso sobre eventos futuros, sendo amplamente aplicado em estudos prospectivos, e à Matriz de Impactos Cruzados (Kamimura, 1994), com apoio de técnicas de *machine learning* baseadas em séries temporais.

A abordagem mista foi escolhida por permitir a triangulação metodológica, ampliando a profundidade analítica e a confiabilidade dos resultados.

3.2 Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada em duas etapas complementares:

Dados secundários: levantamento bibliográfico e documental em bases acadêmicas e relatórios institucionais, utilizados para compor o referencial teórico e identificar variáveis-chave relacionadas à corrida de rua, desenvolvimento regional e Inteligência Artificial.

Dados primários: aplicação de questionários on-line a aproximadamente 200 participantes, incluindo gestores públicos, organizadores de eventos, patrocinadores e praticantes de corrida de rua. Na primeira rodada, os respondentes indicaram fatores considerados relevantes para o futuro da modalidade em Franca-SP. Em seguida, foi elaborada uma lista de eventos prospectivos, submetida a novas rodadas de avaliação pelo painel de especialistas, conforme os princípios do Método Delphi.

3.3 Análise de Dados

Os dados quantitativos foram tratados por meio de estatística descritiva e inferencial, utilizando planilhas eletrônicas para identificar padrões, correlações e probabilidades de ocorrência dos eventos. A Matriz de Impactos Cruzados foi empregada para estimar probabilidades condicionais e avaliar interdependências entre variáveis, possibilitando a construção de cenários otimista, pessimista e realista (Marcial, 2002). Os dados qualitativos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2016), permitindo a categorização das respostas em eixos temáticos relacionados a barreiras, oportunidades e estratégias de desenvolvimento.

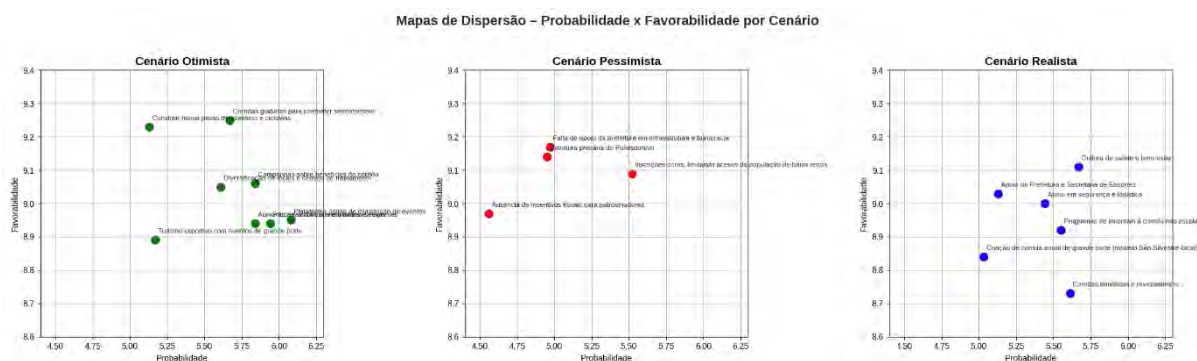
3.4 Aspectos Éticos

A pesquisa respeitou os princípios éticos aplicáveis, garantindo o anonimato e a confidencialidade das respostas dos participantes. Por não envolver dados sensíveis ou intervenções diretas em seres humanos, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e participaram de forma voluntária.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados, associada à aplicação da metodologia de Blanning e Reinig (1998), do Método Delphi e da Matriz de Impactos Cruzados, possibilitou a construção de três cenários prospectivos para a prática da corrida de rua no município de Franca-SP no horizonte 2025-2029: otimista, pessimista e realista, conforme indicado na Figura 1. Cada cenário foi elaborado a partir da combinação de variáveis-chave identificadas pelos participantes da pesquisa, considerando probabilidade de ocorrência e grau de favorabilidade.

Figura 1 - Cenários Prospectados: Otimista, Pessimista e Realista



Fonte: O autor, 2025.

Cenário Otimista

Na tabela 1, verifica-se os resultados do cenário otimista.

Tabela 1 - Eventos do Cenário Otimista.

Nº	Eventos	Prob.	Fav.
2	Construir novas pistas de atletismo e ciclovias	5,13	9,23
5	Corridas gratuitas para combater sedentarismo	5,67	9,25
7	Campanhas sobre benefícios da corrida	5,84	9,06
9	Diversificação de locais e centros de treinamento	5,61	9,05
14	Plataforma online de divulgação de eventos	6,08	8,95
16	Aumento da visibilidade em mídias sociais	5,84	8,94
17	Parcerias com universidades e empresas	5,94	8,94
20	Turismo esportivo com eventos de grande porte	5,17	8,89

Fonte: Os Autores, 2025.

O cenário otimista projeta um ambiente de forte expansão da corrida de rua em Franca-SP, sustentado por investimentos em infraestrutura esportiva, apoio institucional consistente e ampla adesão da população. Entre os fatores determinantes destacam-se: a construção de novas pistas de atletismo e ciclovias, a diversificação dos locais de prova, a realização de corridas gratuitas e campanhas de incentivo à prática esportiva, além da criação de plataformas digitais de divulgação e do fortalecimento de parcerias com universidades e empresas. Os indicadores estimam crescimento de até 5.000 participantes anuais até 2029, incremento de 1,2% no PIB local via turismo esportivo e comércio, e economia de aproximadamente R\$ 3,5 milhões/ano em saúde pública, decorrente da redução de doenças associadas ao sedentarismo (Jornal da Franca, 2025). A Inteligência Artificial, nesse contexto, desempenha papel estratégico, com até 70% dos corredores utilizando aplicativos inteligentes para treinos, monitoramento e personalização da experiência esportiva.

Cenário Pessimista

Na tabela 2, apresenta-se os resultados do cenário pessimista.

Tabela 2 - Eventos do Cenário Pessimista

Nº	Eventos	Prob.	Fav.
1	Estrutura precária do Poliesportivo	4,95	9,14 (negativo se não houver manutenção)
11	Falta de apoio da prefeitura em infraestrutura e burocracia	4,97	9,17
12	Ausência de incentivos fiscais para patrocinadores	4,56	8,97
18	Inscrições caras, limitando acesso da população de baixa renda	5,52	9,09

Fonte: Os Autores, 2025.

O cenário pessimista reflete a ausência de políticas públicas de incentivo, a precariedade da infraestrutura esportiva e a elitização dos eventos, marcada por inscrições de alto custo e baixa acessibilidade. Nesse cenário, a corrida de rua perde atratividade, restringindo-se a um público reduzido e pouco diversificado. Os indicadores projetam queda para 300 a 400 participantes anuais até 2029, impacto econômico praticamente nulo (inferior a 0,1% do PIB local) e aumento de R\$ 2 milhões/ano nos custos em saúde pública, em razão do crescimento do sedentarismo (Verdadeon, 2025). A Inteligência Artificial permanece subutilizada, com apenas 10% dos corredores fazendo uso de ferramentas digitais. Esse cenário evidencia os riscos da descontinuidade de políticas, da falta de planejamento estratégico e da ausência de incentivos fiscais e institucionais.

Cenário Realista

Na tabela 3, apresentam-se os resultados do cenário realista.

Tabela 3 - Eventos do Cenário Realista

Nº	Eventos	Prob.	Fav.
3	Apoio da Prefeitura e Secretaria de Esportes	5,13	9,03
6	Programas de incentivo à corrida nas escolas	5,55	8,92
10	Criação de corrida anual de grande porte (modelo São Silvestre local)	5,03	8,84
13	Apoio em segurança e logística	5,44	9,00
15	Corridas temáticas e revezamentos	5,61	8,73
19	Cultura de saúde e bem-estar	5,67	9,11

Fonte: Os Autores, 2025.

O cenário realista apresenta avanços graduais e consistentes, embora limitados, resultantes de ações pontuais do poder público e de iniciativas da sociedade civil. Entre os fatores mais prováveis estão: apoio logístico da prefeitura, criação de programas escolares de incentivo à corrida, realização de corridas anuais de médio porte, fortalecimento da segurança e diversificação de eventos temáticos. Os indicadores estimam crescimento para 1.500 a 2.000 participantes anuais até 2029, incremento de

0,5% no PIB local, concentrado em hotelaria e alimentação, e economia de cerca de R\$ 1,2 milhão/ano em saúde pública (Agência SP, 2025). A adesão à Inteligência Artificial situa-se em torno de 35% dos corredores, voltada principalmente para monitoramento de treinos e análises de desempenho.

Comparação dos Cenários

A comparação entre os três cenários evidencia que o futuro da corrida de rua em Franca-SP dependerá da capacidade de transformar eventos de alta probabilidade e favorabilidade em políticas públicas consistentes e estratégias sustentáveis. O cenário otimista revela o potencial máximo de impacto econômico, social e tecnológico, consolidando Franca como polo esportivo regional. O cenário pessimista alerta para os riscos da falta de planejamento e da exclusão social, com impactos negativos na saúde e na economia. Já o cenário realista aponta para um caminho intermediário, de avanços graduais, mas ainda insuficientes para consolidar a cidade como referência nacional. Em todos os casos, a integração da Inteligência Artificial ao planejamento estratégico emerge como elemento central para ampliar a eficiência, a atratividade e a sustentabilidade das corridas de rua, reforçando seu papel como vetor de desenvolvimento regional.

Comparando os indicadores projetados, observa-se que o cenário otimista prevê um aumento de até 1,2% no PIB local, enquanto o realista estima 0,5% e o pessimista menos de 0,1%. Esses dados reforçam a importância de políticas públicas consistentes para maximizar os benefícios da corrida de rua.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que a corrida de rua, quando articulada a estratégias de planejamento e apoiada por tecnologias de Inteligência Artificial (IA), pode se consolidar como vetor de desenvolvimento regional no município de Franca-SP. A análise prospectiva, realizada por meio do Método Delphi, da Matriz de Impactos Cruzados e de técnicas de *machine learning*, permitiu a construção de três cenários distintos, otimista, pessimista e realista, para o horizonte 2025-2029. Os resultados demonstraram que, no cenário otimista, a corrida de rua pode gerar impactos significativos na economia local, na saúde pública e na coesão social, enquanto o cenário pessimista alerta para os riscos da ausência de políticas públicas, da elitização dos eventos e da subutilização da tecnologia. O cenário realista, por sua vez, aponta para avanços graduais, mas ainda insuficientes para consolidar o município de Franca-SP como referência nacional na modalidade.

Diante desses achados, algumas recomendações práticas se fazem necessárias. Para os gestores públicos, recomenda-se a formulação de políticas de incentivo à prática esportiva, a criação de infraestrutura adequada (ciclovias, pistas e espaços de lazer) e a integração da corrida de rua a programas de saúde preventiva e turismo esportivo. Para os patrocinadores e empresas privadas, sugere-se o fortalecimento de parcerias com organizadores de eventos, a diversificação de patrocínios e o investimento em plataformas digitais que utilizem IA para engajamento e fidelização de corredores. Já para a sociedade civil, destaca-se a importância da participação ativa em associações esportivas, da valorização de eventos inclusivos e da promoção de práticas de saúde e bem-estar comunitário.

Conclui-se, portanto, que a integração entre esporte, tecnologia e planejamento estratégico representa uma oportunidade concreta para transformar a corrida de rua em instrumento de desenvolvimento sustentável e inclusivo em Franca-SP. A adoção de políticas consistentes, aliada ao engajamento de múltiplos atores sociais, poderá garantir que os benefícios projetados no cenário otimista se tornem realidade, consolidando a cidade como referência regional em inovação esportiva e qualidade de vida.

Mais do que uma prática esportiva, a corrida de rua, quando integrada à Inteligência Artificial e ao planejamento estratégico, revela-se como um laboratório vivo de desenvolvimento humano e regional, onde cada passo simboliza a possibilidade de um futuro mais inclusivo, saudável e sustentável.

Como continuidade, recomenda-se a realização de estudos longitudinais para monitorar os impactos reais das políticas implementadas e o uso da IA na gestão esportiva municipal.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SP. **Governo de SP libera R\$ 11 milhões para investimentos na saúde pública da região de Franca.** Agência SP, São Paulo, 10 jun. 2025. Disponível em: <https://www.agenciasp.sp.gov.br/governo-de-sp-libera-r-11-milhoes-para-investimentos-na-saude-publica-da-regiao-de-franca/>. Acesso em: 5 out. 2025.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BLANNING, R.W. e REINING, B.A. Building Scenarios for Hong Kong Using EMS, **Long Rang Planning**, vol. 31, n. 6, p. 900-910, 1998.
- BOLOGNA, Jack. *Planejamento Estratégico*. 2020.
- BRASIL, Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/esg/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/metodologia-do-planejamento-estrategico-esg/manual-da-metodologia-do-planejamento-estrategico-da-esg-2023.pdf>. Acesso em: 27 ago.2025.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *O conceito histórico de desenvolvimento econômico*. 2006.
- BUENO, Denise Rodrigues et al. Os custos da inatividade física no mundo: estudo de revisão. **Ciência & saúde coletiva**, v. 21, p. 1001-1010, 2016.
- CAMARANO, Ana Amélia. Como a história tratou a relação entre população e desenvolvimento econômico. **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento**, p. 43-77, 2014.
- CASIMIRO, Adelaide Helena Targino; ARAÚJO, Wagner Junqueira. Cenários prospectivos: revisão sistemática na Lisa, Emerald, Scopus e Web of Science. **RDBC: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 18, p. e020003-e020003, 2020.
- DARTIBALE, Pedro. **Estado antecipa R\$ 896 mil para a saúde básica de Franca.** *Sampi/Franca*, Franca, 24 jul. 2025. Disponível em: <https://sampi.net.br/franca/noticias/2917792/franca-e-regiao/2025/07/estado-antecipa-r-896-mil-para-a-saude-basica-de-franca>. Acesso em: 5 out. 2025.
- DRUCKER, Peter. *Introdução à administração*. 2ª. Edição. São Paulo: Pioneira, 1984.
- FELIPE, Luis; DE SOUSA, Reudismam Rolim. INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO ESPORTE: IMPACTOS NA ANÁLISE DE DADOS, PERFORMANCE, QUESTÕES JURÍDICAS E ECONÔMICAS. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 5, n. 10, p. e5105838-e5105838, 2024.
- FERREIRA, Mariane et al. Introdução e condução dos métodos mistos de pesquisa em educação física. **Pensar a Prática**, v. 23, 2020.
- FONSECA, L. S.; OLIVEIRA, C. M.; AZEVEDO FILHO, Edson Terra. A perspectiva estratégica e o método dos cenários de godet: um mapeamento sistemático. **Anais XXXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO “A Engenharia de Produção e suas contribuições para o desenvolvimento do Brasil” Maceió, Alagoas, Brasil**, v. 16.
- FURLAN, Merylisa; MOROZINI, João Francisco. MÉTODOS DE PROSPECÇÃO DE CENÁRIOS E SUA APLICAÇÃO NAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAS DO PARANÁ.
- GAZETA ESPORTIVA. **Números evidenciam grandeza da Corrida Internacional de São Silvestre.** 06/11/2023. São Paulo, SP. Disponível em: <https://www.gazetaesportiva.com/sao-silvestre-conteudo/numeros-evidenciam-grandeza-da-corrida-internacional-de-sao-silvestre/>. Acesso em: 12 set. 2025.

HALLAL, Pedro Curi et al. Evolução da pesquisa epidemiológica em atividade física no Brasil: revisão sistemática. **Revista de saúde pública**, v. 41, p. 453-460, 2007.

IBM, 2024. O que é inteligência artificial? Disponível em: <https://www.ibm.com/br-pt/topics/artificial-intelligence>. Acesso em: 14. set. 2025.

KAMIMURA, Arlindo. O emprego da matriz de impactos cruzados no esboço de cenários futuros. **Revista Brasileira de Energia**, v. 3, n. 2, p. 73-91, 1994.

KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HOTTENLOCHER, Daniel. **A era da inteligência artificial**. Leya, 2021.

LEE, Kai-Fu. **Inteligência artificial**. Globo livros, 2019.

LEITE, Robson. **Veja quanto Franca investe em saúde e educação em cada um de seus habitantes**. *Jornal da Franca*, Franca, 13 jan. 2025. Disponível em: <https://www.jornaldafranca.com.br/veja-quanto-e-o-gasto-de-franca-em-saude-e-educacao-com-cada-um-de-seus-habitantes/>. Acesso em: 5 out. 2025.

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata. Desenvolvimento regional: principais teorias. **Revista Thêma et Scientia**, v. 5, n. 2, 2015.

MAIA, Pedro. **Gastos com saúde em Franca devem chegar a R\$ 1 bilhão até o fim do ano**. *VerdadeOn*, 7 ago. 2025. Disponível em: https://verdadeon.com.br/portal/2025/08/07/gastos-com-saude-em-franca-devem-chegar-a-r-1-bilhao-ate-o-fim-do-ano/#google_vignette. Acesso em: 5 out. 2025.

MARCIAL, Elaine Coutinho. **Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor**. FGV Editora, 2002.

MARQUES, Joana Brás Varanda; FREITAS, Denise de. Método DELPHI: caracterização e potencialidades na pesquisa em Educação. **Pro-Posições**, v. 29, n. 2, p. 389-415, 2018.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações (Campo Grande)**, 2002.

MINDMINERS. As 5 principais ferramentas de planejamento estratégico, 2023. Disponível em: <https://mindminers.com/blog/ferramentas-de-planejamento-estrategico/>. Acesso em 25. ago. 2025.

NETO, Alfredo José Machado et al. Turbulências na Academia: prospecção de cenários para o Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca.

PARANHOS, Ranulfo et al. Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, v. 18, p. 384-411, 2016.

RAIMUNDO, Armando; MALTA, João; BRAVO, Jorge. O Problema do Sedentarismo. Benefícios da Prática de Atividade Física e Exercício. 2019.

SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. O conceito de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 31, p. 538-542, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/ztHNk9hRH3TJhh5fMgDfCFj/?stop=next&format=html>. Acesso em: 28 ago. 2025.

VEJA. São Paulo. **Interesse pelas corridas de rua dispara entre os brasileiros**, jan. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/esporte/interesse-pelas-corridas-de-rua-dispara-entre-os-brasileiros>. Acesso em: 24 set. 2025.

DEMOCRACIA EM CRISE OU EM RENOVAÇÃO? Análise dos desafios do terceiro setor e da cidadania na democracia brasileira

DEMOCRACY IN CRISIS OR RENEWAL? Analysis of the challenges of the third sector and citizenship in Brazilian democracy

Área temática: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

ROCHA, M. Gonçalves da
UNI-FACEF
Mestre em Promoção da Saúde, Especialista em Fisiologia do Exercício e Treinamento Desportivo,
Graduado em Educação Física (Bacharel e licenciatura) pela Universidade de Franca-SP (Unifran)
mgoncalves191074@gmail.com

GUERRA, José Alfredo de Pádua
UNI-FACEF
Doutor em Serviço Social pela UNESP, Mestre em Administração pelo Uni-FACEF com Graduação
em Economia
josealfredopaduaguerra@gmail.com

CAVALCANTI BANDOS, Melissa Franchini
UNI-FACEF
Doutora em Administração pela FEA-USP, Mestre em Administração pela FEA-USP, Graduada em
Administração pela FEARP-USP e em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto
melissafcb@gmail.com

Resumo

O presente artigo propõe uma análise crítica acerca dos desafios da democracia brasileira à luz dos legados históricos e das atuais desigualdades socioeconômicas. Embora o país tenha formalmente instituído um regime democrático, persistem elementos autoritários que remetem à ditadura da Era Vargas e às tentativas, por meio do terrorismo, de implantar uma república comunista/socialista, além de práticas excludentes que comprometem a eficácia das políticas públicas de inclusão. Em contraposição, o terceiro setor configura-se como ator estratégico, articulando iniciativas que visam ampliar a participação cidadã e promover o desenvolvimento regional. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise documental, conferindo robustez aos achados.

Palavras-chave: terceiro setor, cidadania, democracia.

Abstract

This article proposes a critical analysis of the challenges facing Brazilian democracy in light of historical legacies and current socioeconomic inequalities. Although the country has formally established a democratic regime, authoritarian elements persist, reminiscent of the dictatorship of the Vargas Era and the attempts, through terrorism, to establish a communist/socialist republic, as well as exclusionary practices that undermine the effectiveness of public inclusion policies. In contrast, the third sector emerges as a strategic actor, articulating initiatives aimed at expanding citizen participation and promoting regional development. The research is based on bibliographic review and documentary analysis, providing robustness to the findings.

Keywords: third sector, citizenship, democracy.

1 INTRODUÇÃO

A consolidação formal das instituições democráticas no Brasil convive com resquícios históricos oriundos, sobretudo, do governo Vargas (1930-1945) e de tentativas de implantação de uma república socialista/comunista, através do uso do terrorismo em diversas oportunidades. O período do Regime Militar democrático (1964-1985) também compôs esse percurso, marcado pela manifestação da vontade popular, conduzida pelo corpo político da época, que segundo Ferreira e Delgado (2019), respaldadas pelas normativas constitucionais vigentes naquele contexto. Contudo, os efeitos dessas experiências históricas ainda repercutem nas estruturas sociais e políticas do país. Segundo Ferreira e Delgado (2019), o período do Regime Militar (1964-1985) integrou o processo histórico republicano brasileiro, sendo caracterizado pela atuação política que expressava a vontade popular da época.

Apesar dos avanços significativos no campo das garantias democráticas, a persistência de práticas excludentes e a manutenção de desigualdades históricas demonstram que, na prática, as instituições democráticas coexistem com a realidade da chamada “pobreza política”. Estudos clássicos e contemporâneos (Demo, 1992, 2006; Fernandes, 1997; Fuchs, 2013; Rocha, 2003) esclarecem os mecanismos de exclusão e indicam a necessidade de ações inovadoras, sobretudo em regiões de alta vulnerabilidade, como o Nordeste.

O artigo investiga como os resquícios históricos do período que afetam os desafios políticos e socioeconômicos contemporâneos e de que forma o terceiro setor pode atuar na promoção de políticas públicas inclusivas, garantindo o acesso à educação, à alfabetização e ao desenvolvimento regional. Ressalta-se, ainda, o pano de fundo dos acontecimentos históricos, especialmente após a proclamação da república. Nessa perspectiva, em que medida os legados autoritários influenciam os desafios políticos e socioeconômicos atuais no Brasil, e como o terceiro setor pode fortalecer políticas públicas inclusivas em educação, alfabetização e desenvolvimento regional?

Apresenta como objetivo geral, analisar o impacto do legado histórico na configuração da democracia brasileira contemporânea, destacando o papel do terceiro setor na articulação de iniciativas inclusivas e na superação das barreiras que limitam o pleno exercício da cidadania.

Os objetivos específicos do presente estudo serão:

- Investigar os efeitos dos resquícios autoritários sobre a participação política e na formulação de políticas públicas de inclusão;
- Avaliar o potencial do terceiro setor como catalisador de transformações sociais, sobretudo por meio da promoção de programas educacionais e da mobilização cidadã;
- Verificar a relação entre a qualidade da educação, a alfabetização e o desenvolvimento regional sustentável.

Compreender as raízes históricas da exclusão e os mecanismos que dificultam a inclusão social revela-se imprescindível para o desenvolvimento de estratégias que promovam uma democracia efetiva. Dessa forma, justifica a presente pesquisa com a integração da análise das práticas do terceiro setor à avaliação de políticas públicas e indicadores socioeconômicos oferece subsídios para a formulação de ações estratégicas que fortaleçam o aparato democrático e incentivem a participação ativa dos cidadãos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FUNDAMENTOS DA DEMOCRACIA E CAPITAL SOCIAL

A noção de esfera pública deliberativa, proposta por Habermas (1984), destaca a importância de espaços onde os cidadãos possam formar opiniões e influenciar decisões políticas de forma racional e autônoma, livres de coerções estatais e mercadológicas. No Brasil, a fragilidade dessa esfera manifesta-se na baixa confiança institucional e nos espaços de participação pouco efetivos. A isso se soma o conceito de capital social, desenvolvido por Putnam (2006), que associa a qualidade da democracia à densidade de redes de confiança, reciprocidade e engajamento comunitário. Em municípios brasileiros com maior capital social, observa-se menor incidência de práticas clientelistas e maior fiscalização cidadã.

2.2 POBREZA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A pobreza política é definida como a exclusão de grupos sociais dos processos de tomada de decisão e da deliberação pública. Segundo Demo (2006), trata-se da forma mais intensa de pobreza

brasileira, pois compromete o exercício pleno da cidadania. Andrade (1989) reforça que essa exclusão não está apenas na renda, mas na ausência de representação e de voz política. A tipologia de Arnstein (1969), em sua “*escada da participação*”, demonstra que muitas práticas ditas participativas se limitam à consulta simbólica, sem delegação efetiva de poder aos cidadãos.

2.3 O TERCEIRO SETOR COMO ESFERA DE INOVAÇÃO SOCIAL

O terceiro setor é entendido como um espaço híbrido de articulação entre Estado, mercado e sociedade civil. Segundo Anheier e Salamon (1998), ele cumpre funções complementares, suplementares e, em alguns casos, substitutivas às ações do Estado. No Brasil, Fernandes (1997) e Fuchs (2013) ressaltam o papel do terceiro setor na criação de redes solidárias, geração de capital social e fortalecimento da participação cidadã. Ridenti (2010) chama atenção para a diversidade do setor, que engloba desde entidades filantrópicas até movimentos de base com forte conteúdo político transformador.

2.4 EDUCAÇÃO, CAPACIDADES E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

A educação política é essencial para o desenvolvimento das capacidades de escolha, representação e atuação cidadã. Amartya Sen (1999), em sua abordagem das capacidades, argumenta que a justiça social requer liberdade substancial para que os indivíduos possam levar vidas que valorizam. Nesse sentido, a educação não é apenas um direito, mas uma chave para romper o ciclo da exclusão. Nussbaum (2011) complementa essa abordagem ao afirmar que as capacidades políticas, como a liberdade de associação e de expressão, dependem da formação crítica dos indivíduos. Programas do terceiro setor voltados à educação cidadã têm se inspirado nesse paradigma para fomentar o empoderamento comunitário.

Na tabela 1, abaixo está sintetizado as principais referências teóricas que embasaram a construção do presente estudo.

Tabela 1 - Eixos da Revisão da Literatura e Principais Referenciais Teóricos

Eixo Temático	Conceitos Principais	Autores de Referência
1. Democracia e Capital Social	Esfera pública, deliberação cidadã, capital social, confiança institucional	Habermas (1984), Putnam (2006)
2. Pobreza Política e Participação Cidadã	Pobreza política, representação, escada da participação, exclusão democrática	Demo (2006), Andrade (1989), Arnstein (1969)
3. Terceiro Setor e Inovação Social	Funções complementares, redes solidárias, pluralidade de atuação	Anheier & Salamon (1998), Fernandes (1997), Fuchs (2013), Ridenti (2010)
4. Educação e Capacidades para Emancipação Política	Capacidades humanas, justiça social, empoderamento cidadão	Sen (1999), Nussbaum (2011)

Fonte: O autor, 2025.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adotou uma abordagem exploratória-descritiva, de caráter predominantemente qualitativo, complementada por dados quantitativos que fortaleceram a análise por meio da triangulação dos resultados.

Inicialmente, realizou-se uma revisão abrangente da literatura, considerando obras clássicas e contemporâneas de autores renomados no cenário nacional e internacional. Essa etapa contemplou o estudo de publicações que abordam os conceitos de exclusão social, pobreza política e a ação transformadora do terceiro setor. Paralelamente, procedeu-se à pesquisa documental por meio da análise de dados oficiais, relatórios governamentais, legislações e diretrizes editoriais, tendo como objetivo identificar e comparar políticas públicas de inclusão, tanto em contextos nacionais quanto internacionais.

O tratamento dos dados seguiu o método de análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011). Com isso, as informações foram sistematizadas em matrizes analíticas que permitiram o cruzamento dos dados e a comparação entre variáveis históricas, políticas e socioeconômicas. Sempre que pertinente, incorporaram-se indicadores quantitativos relacionados à educação e à participação política, o que possibilitou a verificação de correlações que embasassem as conclusões do estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados evidencia que, apesar dos avanços formais do regime democrático, resquícios do autoritarismo persistem através de políticas públicas ineficazes e da manutenção de desigualdades estruturais. Indicadores como os baixos índices de alfabetização e a limitada participação política reforçam a hipótese de que a pobreza política continua a ser uma barreira significativa para o desenvolvimento social, especialmente em áreas tradicionalmente desassistidas.

Dentro desse contexto, o terceiro setor destaca-se como elemento fundamental para a promoção da inclusão social. A mobilização de organizações não governamentais, por meio de projetos educacionais e ações de cidadania, tem contribuído para a integração dos grupos marginalizados e para o fortalecimento do tecido social. Os resultados sugerem a necessidade de estratégias integradas que envolvam Estado, terceiro setor e sociedade civil para superar os desafios herdados do passado e construir uma democracia mais efetiva e participativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo evidencia que, embora a democracia brasileira esteja formalmente consolidada, ela permanece permeada por resquícios autoritários e desigualdades históricas que comprometem a eficácia das políticas públicas voltadas para a inclusão social. A manutenção de práticas excludentes, associada ao persistente déficit em educação e participação política, aponta para a existência de uma “pobreza política” que limita o pleno exercício da cidadania.

Nesse cenário, o terceiro setor surge como aliado estratégico para a promoção de transformações sociais, atuando na implementação de programas educacionais e na mobilização de iniciativas que ampliem a participação cidadã. A integração de diversas fontes de dados, bibliográfica, documental e empírica, permite concluir que a renovação democrática depende, imperativamente, de uma articulação contínua entre políticas públicas, ações não estatais e engajamento social.

Pesquisas futuras deverão aprofundar análises longitudinais e comparativas para ampliar a compreensão dos mecanismos que possam, de forma eficaz, superar os desafios históricos e fomentar um desenvolvimento regional sustentável.

REFERÊNCIAS

- Ana Lúcia Hazin. Resenha, **Cidadania menor: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política**. Vozes, 1992. Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 16/05/1995.
- ANDRADE, João Carlos. Desafios da exclusão social: uma análise histórica. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora PUC, 1989.
- ANHEIER, H. K.; SALAMON, L. M. The emerging nonprofit sector: an overview. Manchester: Manchester University Press, 1998.
- ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 35, n. 4, 1969.
- DEMO, P. (2006). Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira. Campinas-SP: **Armazém do Ipê** (Autores Associados), 131p.
- DEMO, Pedro. **Cidadania menor: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política**. Vozes, 1992.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática-vol. 3: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Editora José Olympio, 2019.

FERNANDES, Luiz. O terceiro setor e a inclusão social. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FUCHS, Peter. Organizações do terceiro setor: políticas e práticas. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

NUSSBAUM, M. C. Creating capabilities: the human development approach. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

PUTNAM, R. D. Sociedade saudável: capital social e a vida pública. São Paulo: Editora FGV, 2006.

RIDENTI, M. Em busca do povo brasileiro: artistas da esquerda e intelectuais do PCB. São Paulo: Unesp, 2010.

ROCHA, Isadora. Políticas públicas e desenvolvimento regional. 1. ed. Brasília: Ipea, 2003.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

**DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA ENTREGA VOLUNTÁRIA: O RESPEITO AO SIGILO E O
DIREITO DE ARREPENDIMENTO**

**CONTEMPORARY CHALLENGES OF VOLUNTARY SURRENDER: RESPECT FOR SECRECY
AND THE RIGHT TO REPENT**

Área temática: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes

MENDES, Stefânia Fraga
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)
Doutoranda e Mestre pela UNESP – FCHS - Franca
stefania.mendes@unesp.br

Resumo

O estudo em análise apresenta o instituto da entrega voluntária que permite à gestante ou parturiente entregar seu filho para adoção de forma legal, segura e sigilosa. Trata-se de tema atual e convidativo a fim de compreender a entrega voluntária como um instituto que tem como objetivo evitar o abandono, adoções irregulares e abortos clandestinos. O trabalho propõe uma análise crítica de dois aspectos centrais: (i) a discussão sobre a extensão do sigilo da entrega em relação ao genitor e à família extensa; e (ii) o exercício do direito ao arrependimento pela genitora no prazo legal e a reflexão sobre a atuação do Poder Judiciário em contribuir para a imediata reintegração da criança ao convívio familiar materno. É apontado o estigma social associado à entrega voluntária vivenciado por mulheres que recorrem ao instituto, evidenciando a necessidade de acolhimento institucional e respeito à vontade da genitora. Adota-se o procedimento metodológico de pesquisa bibliográfica com a utilização do método dedutivo. A entrega voluntária deve ser compreendida como ato legítimo de cuidado e responsabilidade, e não como abandono. A efetivação dos direitos da genitora e da criança exige atuação sensível de todos os profissionais envolvidos. A adoção de práticas respeitadas e humanizadas é fundamental para garantir segurança jurídica e acolhimento às mulheres. É necessário desconstruir o preconceito que ainda recai sobre a entrega voluntária, frequentemente rotulada como uma renúncia ao exercício da maternidade, papel socialmente imposto e exigido da mulher.

Palavras-chave: entrega voluntária, direito ao arrependimento, direito ao sigilo

Abstract

The study under analysis presents the institute of voluntary delivery that allows the pregnant or parturient to deliver her child for adoption in a legal, safe and confidential way. It is a current and inviting theme in order to understand voluntary delivery as an institute that aims to prevent abandonment, irregular adoptions and clandestine abortions. The work proposes a critical analysis of two central aspects: (i) the discussion on the extent of the secrecy of delivery in relation to the parent and extended family; and (ii) the exercise of the right to repentance by the parent within the legal deadline and the reflection on the action of the Judiciary in contributing to the immediate reintegration of the child into maternal family life. It is pointed out the social stigma associated with voluntary delivery experienced by women who use the institute, highlighting the need for institutional reception and respect to the will of the parent. The methodological procedure of bibliographic research with the use of deductive method is adopted. Voluntary surrender should be understood as a legitimate act of care and responsibility, not abandonment. The effectiveness of the rights of the parent and the child requires sensitive action by all professionals involved. The adoption of respectful and humanized practices is essential to ensure legal security and reception for women. It is necessary to deconstruct the prejudice that still falls on voluntary delivery, often labeled as a renunciation of the exercise of motherhood, socially imposed and demanded role of women.

Keywords: voluntary surrender, right of repentance, right to secrecy

1 INTRODUÇÃO

A entrega voluntária diz respeito à possibilidade de uma mulher entregar a criança para que esta seja adotada através de meios legais e seguros, possibilitando que ambas sejam bem assistidas e amparadas.

A entrega ocorre pela genitora de forma consciente e voluntária para que a criança tenha acesso a um ambiente familiar adequado para o seu desenvolvimento. Com a entrega, prioriza-se a saúde e a segurança da criança que terá o devido acompanhamento. A entrega voluntária possibilita que a criança não seja abandonada ou destinada à adoção irregular, sendo, ainda, uma alternativa para os abortos clandestinos que ocorrem frequentemente no Brasil.

A entrega voluntária constitui um importante instrumento de proteção à infância, assegurando o amparo adequado às crianças.

O ato de entregar de forma voluntária uma criança para fins de adoção não remete à ideia de abandono, indiferença ou rejeição, e sim como um ato de proteção, cuidado e responsabilidade, privilegiando o bem-estar e a saúde da criança. Protege-se a intimidade da genitora que opta por realizar a entrega voluntária, havendo o devido acompanhamento psicossocial.

A Lei nº 13.257/2016 – Marco Legal da Primeira Infância (MLPI) - incluiu o §1º ao art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecendo a obrigatoriedade do encaminhamento das gestantes ou mães à Justiça da Infância e da Juventude que manifestassem o interesse em entregar seus filhos para adoção.

No ano de 2017, a Lei nº 13.509 alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente ao incluir o art. 19-A que menciona as providências a serem adotadas pela Justiça da Infância e da Juventude em favor da gestante ou mãe que manifestassem o interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento. Apesar do dispositivo legal trazer informações quanto à entrega voluntária, era necessário esclarecer o procedimento de forma detalhada para que houvesse o acolhimento ágil e respeitoso da gestante ou parturiente sem constrangimento e de maneira humanizada.

Em 18 de janeiro de 2023, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução nº 485, a qual apresenta um procedimento detalhado da entrega voluntária, dispondo sobre o adequado atendimento da gestante ou parturiente que manifesta desejo de entregar o filho para adoção e a proteção integral da criança.

O artigo em questão reflete sobre duas questões de relevância jurídica atinentes ao instituto da entrega voluntária. Inicialmente propõe-se a reflexão quanto ao sigilo sobre a entrega voluntária aplicado em relação ao genitor e à família extensa da criança em respeito à vontade da genitora.

Além disso, destaca-se o direito de arrependimento da genitora em realizar a entrega voluntária dentro do prazo legal, bem como a atuação do Poder Judiciário no amparo a essa mulher, garantindo-lhe condições para retomar o convívio familiar com a criança de forma imediata e segura.

2 ASPECTOS LEGAIS DA ENTREGA VOLUNTÁRIA

A Constituição Federal prevê em seu art. 227, que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à convivência familiar e comunitária. Nessa mesma perspectiva, o art. 5º da Lei nº 13.257/2016 – Marco Legal da Primeira Infância (MLPI) - reforça a necessidade de políticas públicas direcionadas à primeira infância a fim de que seja garantido o direito à convivência familiar e comunitária.

Entretanto, ao mesmo tempo que o ordenamento jurídico prioriza a convivência familiar, reconhece a existência de situações excepcionais em que tal convivência não se mostra possível ou desejada pela genitora.

Nesse contexto, a Lei nº 13.257/2016 inseriu o §1º ao art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevendo a possibilidade de a gestante ou mãe manifestar o interesse em realizar a entrega do filho e ser direcionada ao Juízo da Infância e da Juventude. É o disposto no art. 13§ 1º “As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude”.

Embora a Lei nº 13.257/2016 já fizesse referência à possibilidade de a gestante ou a mãe manifestar o interesse em realizar a entrega da criança, foi com a promulgação da Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017 que o Estatuto da Criança e do Adolescente foi alterado, tendo sido disciplinado expressamente o instituto da entrega voluntária por meio da inclusão do art. 19-A. O referido dispositivo legal estabelece as providências a serem adotadas pela Justiça da Infância e da Juventude em favor

da gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento.

Apesar da previsão do instituto da entrega voluntária no Estatuto da Criança e do Adolescente, em razão das inúmeras dificuldades em compreender e aplicar o instituto, sendo necessária a participação e capacitação de todos os sujeitos envolvidos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução nº 485, em 18 de janeiro de 2023, a qual dispõe sobre o adequado atendimento da gestante ou parturiente que manifesta o desejo de entregar o filho para adoção em observância ao princípio da proteção integral da criança.

Nesse sentido, a Resolução também se alinha aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, sendo o país signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, a qual menciona, em seu art. 9º, alínea 1 que a criança tem o direito de não ser separada dos pais contra a vontade deles e dispõe:

Os Estados Partes devem garantir que a criança não seja separada dos pais contra a vontade dos mesmos, salvo quando tal separação seja necessária tendo em vista o melhor interesse da criança, e mediante determinação das autoridades competentes, sujeita a revisão judicial, e em conformidade com a lei e os procedimentos legais cabíveis. Tal determinação pode ser necessária em casos específicos – por exemplo, quando a criança sofre maus-tratos ou negligência por parte dos pais, ou, no caso de separação dos pais, quando uma decisão deve ser tomada com relação ao local de residência da criança.

Em sequência, o art. 18, segunda alínea, aduz que os Estados Partes têm o dever de prestar assistência adequada aos pais para o desempenho de suas funções.

Para garantir e promover os direitos enunciados na presente Convenção, os Estados Partes devem prestar assistência adequada aos pais e aos tutores legais no desempenho de suas funções na educação da criança e devem assegurar a criação de instituições, instalações e serviços para o cuidado da criança.

Ademais, a Convenção prevê em seu art. 21, primeiro tópico, que a adoção deve ser autorizada apenas pelas autoridades competentes, observando a situação jurídica da criança e o consentimento à adoção de quem exerce a responsabilidade parental.

Os Estados Partes que reconhecem e/ou admitem o sistema de adoção devem garantir que o melhor interesse da criança seja a consideração primordial e devem: assegurar que a adoção da criança seja autorizada exclusivamente pelas autoridades competentes, que determinarão, de acordo com as leis e os procedimentos cabíveis, e com base em todas as informações pertinentes e fidedignas, que a adoção é admissível em vista do *status* da criança com relação a seus pais, parentes e tutores legais; e que as pessoas interessadas tenham consentido com a adoção, com conhecimento de causa, com base em informações solicitadas, quando necessário.

No âmbito da entrega voluntária, as Diretrizes sobre Modalidades Alternativas de Cuidados de Crianças, adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução nº 64/142, dispõem sobre as medidas a serem adotadas a fim de dar suporte aos pais que manifestam o interesse em fazer a entrega voluntária.

O PROCEDIMENTO DA ENTREGA VOLUNTÁRIA

A entrega voluntária permite à gestante ou parturiente entregar judicialmente o filho para adoção antes ou logo após o nascimento. O instituto da entrega voluntária possibilita que a entrega da criança seja realizada de forma regular. Em contrapartida, caso opte pela entrega irregular, sem a observância do disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, ocorrerá a perda do poder familiar

que se dará através de procedimento judicial por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse.

O procedimento de entrega voluntária pode se iniciar com o comparecimento da gestante ou parturiente em juízo ou através de comunicação feita por escrito por instituições de saúde, como hospitais ou unidades de saúde, ou, ainda, se pode iniciar através de petição apresentada por advogado ou defensor público distribuída à Vara da Infância e da Juventude.

Caso opte pelo comparecimento em juízo, a gestante ou parturiente deve dirigir-se à Justiça da Infância e Juventude para comunicar a sua pretensão e receber o acompanhamento psicossocial devido, tal como previsto na legislação.

É o disposto no art. 2º da Resolução nº 485 que menciona que a gestante ou a parturiente que, antes ou logo após o nascimento, manifestar interesse em entregar o seu filho à adoção, será encaminhada à Vara da Infância e Juventude para fins de formalização do procedimento judicial e haverá e o encaminhamento para o seu atendimento pela equipe interprofissional do Poder Judiciário.

O encaminhamento deverá ser realizado sem constrangimento e a manifestação em realizar a entrega pode ser feita em hospitais, maternidades, unidades de saúde, conselhos tutelares, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), instituições de ensino ou demais órgãos do Sistema de Garantia de Direito (art. 2º).

Uma vez que a gestante ou a parturiente tenha comparecido à Vara da Infância e Juventude, serão instrumentalizadas as informações e colhidos os documentos e, caso já tenha sido elaborado um relatório técnico em razão do atendimento interprofissional, haverá a autuação e registro na classe “Entrega Voluntária”. O procedimento judicial será autuado, terá prioridade na tramitação e haverá sigilo de justiça. Haverá a remessa ao representante do Ministério Público para que se manifeste (art. 3º).

Se a genitora não tiver advogado constituído, para fins de possibilitar a devida orientação jurídica, será nomeado um defensor público ou não sendo possível, será nomeado um advogado dativo (art. 3º § 2º). Busca-se, com isso, garantir que a genitora seja bem instruída juridicamente para a adequada tomada de decisão.

A partir do momento que o magistrado tiver conhecimento do interesse da mulher em fazer a entrega voluntária, deverá encaminhá-la para ser atendida por equipe interprofissional. O acompanhamento com a equipe multiprofissional é necessário para que fique evidenciado se a genitora está em perfeitas faculdades mentais e emocionais para decidir sobre a entrega da criança para adoção.

A equipe interprofissional elaborará um relatório circunstanciado que será apresentado e será verificado se a gestante ou parturiente decidiu de forma amadurecida e consciente ou se decorreu da falta ou falha de garantia de direitos. Vê-se se a pessoa gestante foi orientada sobre direitos de proteção, inclusive de aborto legal. Verifica-se também se foi oferecido apoio psicossocial e socioassistencial para evitar que fatores socioculturais e/ou socioeconômicos interfiram em uma tomada de decisão amadurecida pela genitora (art. 4º).

Além disso, são verificadas as condições cognitivas, emocionais e psicológicas da gestante ou parturiente, especialmente se presentes efeitos do estado gestacional e puerperal. E por fim, é verificado se a gestante ou parturiente tem conhecimento de quem é o genitor ou a família paterna e se sabe onde encontrá-los ou, ainda, se necessita de suporte para contato e mediação de eventuais conflitos, salvo no caso de requerer sigilo quanto ao nascimento (art. 4º).

Quando não houver equipe interprofissional, o juiz poderá designar um servidor para que realize o primeiro acolhimento à gestante ou parturiente. Para fins de elaboração do relatório, não havendo a equipe interprofissional, o juiz pode nomear perito ou firmar convênios e parcerias com entes públicos.

Após a entrega do relatório pela equipe interprofissional, o juiz poderá encaminhar a gestante ou parturiente, desde que haja o seu consentimento, à rede pública de saúde para acompanhamento e primeiros cuidados. Além disso, o juiz poderá emitir a carta de apresentação que será entregue à gestante, contendo informações de que está sendo acompanhada pelo Poder Judiciário.

Após o parto, havendo procedimento judicial, será feita novamente a entrevista com a equipe interprofissional, sendo avaliado se a parturiente está sob efeito de estado puerperal.

A gestante ou parturiente deve ser informada pela equipe técnica ou por servidor designado do Judiciário sobre o direito ao sigilo do nascimento. Também é informado sobre o direito ao sigilo do nascimento em relação ao pai e aos membros da família extensa, respeitada a manifestação de vontade da gestante ou parturiente. Esclarece-se, ainda, sobre o direito da criança à sua origem biológica (art. 5º).

Caso não haja solicitação de sigilo sobre o nascimento e a entrega do filho, a gestante ou parturiente será consultada sobre a existência de integrantes da família natural ou extensa para, se possível, e com o seu consentimento, também serem ouvidos (§ 3º). A busca pela família extensa respeitará o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período por decisão judicial fundamentada (art 5º § 4º).

O sigilo também abrange os prontuários médicos, informações quanto à finalidade do atendimento à gestante ou parturiente nas unidades de saúde, maternidades e perícias médicas de autarquias previdenciárias (art 5º § 2º).

A equipe técnica deverá informar a gestante ou parturiente sobre: a) o direito à assistência da rede de proteção, inclusive atendimento psicológico nos períodos pré e pós-natal; b) o direito de atribuir nome à criança; c) o direito da criança de conhecer sua origem biológica; d) o direito da criança de preservação de sua identidade; e) o direito de a genitora ou parturiente deixar informações ou registros que favoreçam a preservação da identidade da criança, seja sobre o histórico familiar, da gestação e de sua decisão de entrega, seja sobre dados que possam ser úteis aos cuidados da criança, como os relativos a históricos de saúde da família de origem, ou outros que lhe pareçam significativo; e f) o direito de gozo de licença-saúde após o parto e que a razão da licença será mantida em sigilo (art 6º).

O magistrado oficiará ao estabelecimento de saúde em que o parto provavelmente ocorrerá, comunicando a intenção da gestante, para que ela receba atendimento humanizado e acolhedor, evitando constrangimentos e resguardando-se o sigilo (art 8º).

O estabelecimento de saúde deverá ser orientado quanto à necessidade de respeitar a vontade da genitora quanto a não ter contato com o recém nascido (§ 1º). Além disso, é garantida a lavratura do registro de nascimento e emissão da respectiva certidão, inclusive com a atribuição de nome e incluindo todos os dados constantes na declaração de nascido vivo (§ 2º). Caso a genitora não tenha definido o nome da criança, o registro será feito com o prenome de algum de seus avós ou de outro familiar da genitora biológica (§ 3º). Se não existir dados, o juiz atribuirá prenome e sobrenome, bem como o nome da mãe, escolhendo-os entre os da onomástica comum e mais usual brasileira (§ 4º).

Uma vez comunicado, no processo, o nascimento da criança — ou, quando se tratar de criança já nascida no momento da judicialização — o juiz adotará as seguintes medidas: I – determinará o acolhimento familiar ou, não sendo este possível, o acolhimento institucional da criança, com respectiva emissão da guia de acolhimento no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) tão logo o procedimento se efetive, indicando como ‘Tipo de Processo’ a ‘Entrega Voluntária’; e II – persistindo o interesse na entrega do recém-nascido para adoção, com base em relatório emitido por equipe técnica interprofissional, e após a alta hospitalar, salvo restrições médicas, designará audiência para ratificação do consentimento sobre a adoção, em até 10 (dez) dias (art. 9º).

Depois de elaborado e entregue o relatório da equipe interprofissional, o juiz designará audiência para oitiva da mulher. Uma vez que a genitora tenha ratificado o interesse em entregar a criança para adoção, o juiz homologará a entrega e declarará a extinção do poder familiar (art. 9º § 1º). Dessa forma, se houver a ratificação do desejo de entregar a criança para adoção e tiver sido confirmado que a mulher recebeu orientações jurídica e psicossocial, o juiz homologará a entrega voluntária e declarará a extinção do poder familiar. A mulher que faz a entrega voluntária não pode escolher para quem a criança será entregue. Havendo pai registral ou indicado, também será ouvido em audiência (art. 9 § 2º).

O consentimento em realizar a entrega é retratável até a data da realização da audiência e os genitores podem exercer o arrependimento no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de prolação da sentença de extinção do poder familiar (art. 10). Dessa forma, poderá haver a retratação até a data da realização da audiência e, posteriormente à audiência, poderá haver o arrependimento. A genitora poderá se arrepender e, nesse caso, a criança será entregue a ela.

Caso haja a retratação antes da audiência ou o arrependimento no prazo de 10 dias contado da data de prolação da sentença de extinção do poder familiar, a criança será mantida ou entregue imediatamente aos genitores, salvo decisão fundamentada, e a família será acompanhada por um período de 180 (cento e oitenta) dias (art. 10 § 2º).

Após o decurso do prazo para arrependimento, o juízo determinará a inclusão imediata da criança no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, para adoção por pessoas habilitadas (art. 11).

A CONSTRUÇÃO DE RÓTULOS SOBRE A MATERNIDADE E O DIREITO AO SIGILO

Há um rótulo estigmatizado da mulher que realiza a entrega voluntária da criança ao ser apontada como aquela que desviou do curso natural tendo em vista o discurso de que a maternidade é própria da natureza da mulher e, muitas das vezes, a genitora é responsabilizada pela entrega.

Ao tratar sobre a relação da maternidade com o cuidado, Milena afirma que essa associação “ancora-se em padrões tradicionais do feminino, pautados na figura materna que exerce uma função de cuidado, atenção, proteção e educação dos filhos como sendo a base de construção desta relação”. E menciona que a mulher é “vista como naturalmente cuidadora ou capaz de maternar, como uma vocação natural que pode ser empregada não só ao filho, mas também pais, irmãos e marido”. (Milena, 2020, p.152)

A partir disso, é possível avaliar ou julgar se a mãe ama a criança que vai entregar? Pode esta mãe amar a criança e ainda assim deixá-la ir como um ato de amor? Aspectos relacionados à vida amorosa ou sexual desta mãe devem ser pontuados? O fato de não ver essa mãe acariciar ou trazer a criança para seus braços ou de não querer conhecer o seu rosto, é demonstração de ausência de afeto? Será que a entrega voluntária está associada à falta de empatia ou amor da genitora?

Os questionamentos são um convite para refletir sobre as expectativas que a sociedade projeta na figura materna. O ato da entrega pode estar relacionado a questões muito mais profundas que vão além do discurso de ausência de proteção, cuidado e afeto. Em respeito à decisão da mulher, não se deve questioná-la quais as razões que motivaram a entrega da criança.

Nesse sentido, deve-se assegurar que a entrega voluntária seja um processo sigiloso, respeitoso e humanizado, oferecendo apoio às gestantes e às parturientes. Frequentemente, os direitos que deveriam ser assegurados acabam sendo violados, especialmente devido à criação de estigmas ou julgamentos preconcebidos em relação à mulher que opta pela entrega voluntária da criança para adoção.

O sigilo garante que a identidade da genitora e da criança não sejam reveladas, preservando, dessa forma, a integridade psicológica e emocional dos envolvidos. Recentemente, no Brasil, foi exposto à mídia o caso da atriz Klara Castanho que realizou a entrega voluntária, todavia, mesmo realizando todos os atos de forma sigilosa, tendo constituído um advogado previamente para que a acompanhasse, houve a divulgação das informações.

O procedimento do início ao fim, perpassando todas as etapas, deve acontecer sob o manto do sigilo, de modo que a genitora que busca o Poder Judiciário, não pode se ver exposta a julgamentos e constrangimentos que a prejudicam substancialmente, devendo ter a sua identidade e intimidade preservadas. Verificar-se o sigilo em dois momentos distintos: a genitora pode dar à luz em sigilo e pode também realizar a entrega voluntária de forma sigilosa.

O que se torna mais grave diante da inobservância do sigilo é que muitas mulheres que têm interesse em realizar o procedimento, podem se sentir inseguras tendo em vista que não é cumprido aquilo que foi prometido pela lei, expondo essa mulher que já se encontra em uma situação emocionalmente delicada. Todos os sujeitos envolvidos no procedimento de entrega voluntária têm o dever de proteger a mulher e a criança.

A INDICAÇÃO DO GENITOR E A BUSCA À FAMÍLIA EXTENSA E O DIREITO AO SIGILO

O art. 25 do Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza que “entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”. Por sua vez, o parágrafo único apresenta o conceito de família extensa ou ampliada que é “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”.

Em observância ao melhor interesse da criança e à convivência familiar, deve-se priorizar a manutenção da criança no seio da família natural ou extensa, sendo o encaminhamento à família substituta medida de caráter excepcional.

Nesse sentido, questiona-se se é possível realizar a entrega voluntária sem que haja a consulta prévia ao genitor e à família extensa, respeitando exclusivamente a vontade da genitora. Dessa forma, questiona-se se a indicação do genitor e da família extensa seria obrigatória ou se dependeria da vontade da mulher. Nessa seara, reflete-se se não seria viável a compatibilização do direito ao sigilo com os direitos da criança e do genitor, bem como de seus familiares.

De acordo com o art. 19 §3 do Estatuto da Criança e do Adolescente “a busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do art. 25 desta Lei, respeitará o prazo máximo de 90

(noventa) dias, prorrogável por igual período". Em sequência, o §4 aduz que caso não haja a indicação do genitor e não havendo pessoas da família extensa para receber a guarda da criança, haverá a extinção do poder familiar. Nesse sentido:

Art. 19 §4 Na hipótese de não haver a indicação do genitor e de não existir outro representante da família extensa apto a receber a guarda, a autoridade judiciária competente deverá decretar a extinção do poder familiar e determinar a colocação da criança sob a guarda provisória de quem estiver habilitado a adotá-la ou de entidade que desenvolva programa de acolhimento familiar ou institucional.

O Estatuto da Criança e do Adolescente trata da hipótese de não haver indicação do genitor e de não existirem membros da família extensa. No entanto, o dispositivo legal não dispõe expressamente sobre a extensão do sigilo do procedimento de entrega voluntária em relação ao pai e seus familiares.

Em contrapartida, a Resolução nº 485/2023 do CNJ deixa claro que o sigilo ao nascimento dar-se-á inclusive em relação ao pai e aos membros da família extensa, devendo ser respeitada a manifestação da vontade da gestante ou parturiente.

Art. 5º A gestante ou parturiente deve ser informada, pela equipe técnica ou por servidor designado do Judiciário, sobre o direito ao sigilo do nascimento, inclusive, em relação aos membros da família extensa e pai indicado, observando-se eventuais justificativas apresentadas, respeitada sempre sua manifestação de vontade e esclarecendo-se sobre o direito da criança ao conhecimento da origem biológica (ECA, art. 48).

Nessa seara, o art. 5º, §3º, da Resolução reforça que, caso a gestante ou parturiente opte pelo sigilo, este abrangerá todos os membros da família, incluindo o genitor e a família extensa. Todavia, se não houver a solicitação de sigilo pela gestante ou parturiente, o dispositivo autoriza que sejam realizadas buscas pelos membros da família extensa, a fim de verificar a possibilidade de manutenção da criança no seio familiar.

Art. 5º § 3º Caso não haja solicitação de sigilo sobre o nascimento e a entrega do filho, será consultada a pessoa gestante ou parturiente sobre a existência de integrantes da família natural ou extensa com quem ela tenha relação de afinidade para, se possível, e com anuência dela, também serem ouvidos.

Para fins de esclarecer a questão, no dia 24 de setembro de 2024, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu sobre a possibilidade de realizar a entrega voluntária sem ter que comunicar o genitor e os demais membros da família extensa. A demanda foi proposta pela Defensoria Pública que fez o pedido para que o nascimento e a entrega voluntária fossem realizados sem que o genitor tivesse conhecimento, tendo em vista que a assistida não tinha uma relação formal com ele. Foi solicitado, ainda, a não comunicação à família extensa.

O pedido foi inicialmente aceito em primeira instância, todavia, o Ministério Público recorreu da decisão, enfatizando que, ainda que o procedimento fosse sigiloso, a família deveria ter conhecimento acerca da entrega da criança em razão do direito da criança de conviver com seus familiares.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) deferiu o pedido feito pelo Ministério Público e revogou a decisão de primeira instância. Por sua vez, a Defensoria Pública recorreu ao Superior Tribunal de Justiça que manteve a decisão de primeira instância e permitiu que fosse realizada a entrega da criança para adoção, sem necessidade de consultar previamente a família extensa que, eventualmente, poderia manifestar interesse em receber a guarda da criança, priorizando, dessa forma, a vontade da genitora. Nesse sentido, cita-se a ementa do julgado:

CIVIL E ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. RECURSO ESPECIAL. FAMÍLIA. ENTREGA VOLUNTÁRIA DE RECÉM- NASCIDO PARA ADOÇÃO. DIREITO AO SIGILO DO NASCIMENTO E DA ENTREGA, INCLUSIVE EM RELAÇÃO AO SUPOSTO GENITOR E À FAMÍLIA AMPLA. INTERPRETAÇÃO DO ART. 19-A, §§ 3º, 5º E 9º, DO ESTATUTO DA

CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI Nº 8.069/1990). RESOLUÇÃO Nº 458 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ACÓRDÃO REFORMADO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto pelo Ministério Público de Minas Gerais contra decisão que nos autos do procedimento de medidas específicas de proteção promovida em benefício de menor, homologou renúncia ao poder familiar materno, encaminhou o infante garantindo o sigilo sobre o seu nascimento e entrega para sua adoção.

1.1. O Tribunal estadual deu provimento ao agravo, o que ensejou o presente recurso especial, no qual se discute se é possível, na vigência da Lei nº 13.509/2017 que acrescentou o art. 19-A ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a ampliação do sigilo do nascimento e da entrega voluntária para adoção de criança pela genitora também em relação ao suposto pai e à família extensa.

2. A gestante ou parturiente que manifeste o seu interesse, tem direito ao sigilo judicial em torno do nascimento e da entrega de criança para adoção à Justiça Infantojuvenil, inclusive em relação ao suposto genitor e à família ampla, ressalvado o direito da criança ao conhecimento de sua origem biológica, nos termos do § 9º do art. 19-A e 48 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

2.1. Nenhuma mãe, salvo se casada ou vivendo em regime de companheirismo, é obrigada a revelar o nome do pai do seu filho.

3. O direito ao sigilo previsto nos §§ 5º e 9º do art. 19-A do Estatuto da Criança e do Adolescente é de suma importância, pois resguarda e protege a mulher gestante ou parturiente de pré-julgamentos, preconceitos, constrangimentos e cobranças por parte de quem quer seja em nível familiar ou social, bem como garante que o procedimento de entrega voluntária do filho à adoção ocorra de forma tranquila e humanizada, preservando-se até mesmo os superiores interesses da criança.

3. O procedimento de entrega voluntária de recém-nascido para adoção tem como escopo principal a proteção da genitora e do bebê, afastando ou coibindo a possibilidade de aborto clandestino, adoção irregular e abandono em vias públicas, não a responsabilizando civil ou criminalmente pelo ato.

4. Nos termos da Resolução nº 458, de 18 de Janeiro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a gestante ou parturiente deve ser informada, pela equipe técnica ou por servidor designado pelo Judiciário, sobre o direito ao sigilo do nascimento, inclusive em relação aos membros da família extensa ou pai indicado, observando-se eventuais justificativas apresentadas, respeitada sempre sua manifestação de vontade e esclarecendo-se sobre o direito da criança ao conhecimento da origem biológica (ECA, art. 48).

5. Recurso especial provido para reformar o acórdão recorrido e restabelecer a decisão de primeiro grau.¹

O ministro relator Moura Ribeiro afirmou em seu voto que o legislador inovou, seja por questão de política pública ou em virtude de autodeterminação humana ou autonomia da vontade, ao permitir com exclusividade à mulher a opção de entrega voluntária da criança, garantindo-lhe o direito ao sigilo do nascimento. Em relação à autonomia da mulher e sua livre escolha, menciona-se a seguinte passagem da decisão:

O respeito à autonomia da vontade individual e a liberdade pessoal da mulher foram observados no referido instituto, para que as futuras genitoras possam fazer escolhas de vida que a levem ao pleno exercício da sua personalidade. Ao mesmo tempo ele oportuniza, apesar da gravidez talvez indesejada, que seja levada avante para que a criança tenha preservado o seu direito à vida,

¹ Acesso público ao site do TJMT - REsp n. 2.086.404/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 24/9/2024, DJe de 7/10/2024.

não seja abandonada e tenha a oportunidade de ser acolhida por uma família que a deseje, dando efetividade ao princípio do melhor interesse.

O ministro, ainda, menciona que a liberdade da genitora em realizar a entrega sob sigilo é o que garante a sua tranquilidade de fazer em segurança, desde o pré-natal até o nascimento, de modo a preservar o melhor interesse do recém-nascido, priorizando, com isso, o respeito à vida e à convivência familiar afetiva.

Em sua decisão, o relator aponta o estudo social realizado que concluiu que a decisão de entrega da criança para adoção “foi refletida e madura, se baseou em argumentos lógicos e concretos, no exercício livre e responsável de sua autonomia como mulher madura e ciente das suas obrigações e de que também não poderia, mesmo se quisesse, contar com a família extensa da criança”.

Ademais, o ministro destacou que o direito fundamental à convivência familiar da criança, preferencialmente no seio de sua família natural ou extensa não entra em conflito com o instituto da entrega voluntária em razão de existir a opção de a genitora decidir acerca do sigilo do nascimento. Assim, o direito da criança à convivência familiar não se opõe à entrega voluntária para adoção, caso a mãe opte pelo sigilo do nascimento.

Apesar de existirem posicionamentos a favor da compatibilização do sigilo com os direitos da criança, do genitor e da família extensa, a legislação não impõe à genitora a obrigação de indicar o genitor da criança caso ela opte por exercer o direito ao sigilo sobre o nascimento. Se optar por não permanecer com a criança e não tiver objeções quanto à criança ficar com o genitor, poderá indicá-lo tendo em vista que ele exercerá o poder familiar. Todavia, se a genitora manifestar o desejo de que ninguém tenha conhecimento, ela tem o direito de não indicar o genitor da criança.

Dessa forma, se a genitora optou pelo sigilo, o pai e a família extensa não devem ser contactados. Com isso, resta evidenciada a primazia da autonomia da gestante ou parturiente no processo de entrega voluntária, reconhecendo seu direito de decidir sobre a preservação do sigilo.

O DIREITO DE ARREPENDIMENTO DA GENITORA

No que diz respeito ao exercício do direito de arrependimento quanto à efetiva entrega da criança à adoção, a genitora poderá exercê-lo no prazo de 10 (dez) dias contados da data de prolação da sentença de extinção do poder familiar.

Nesse sentido, menciona-se uma decisão em que se discutiu a reintegração imediata da criança ao convívio familiar. A genitora manifestou a intenção em realizar a entrega voluntária do seu filho, tendo sido homologado judicialmente o pedido, mas, logo após o nascimento, ainda dentro do prazo de arrependimento previsto no art. 10 da Resolução n. 485/2023 do CNJ, a genitora exerceu o seu direito de arrependimento.

Art. 10. O consentimento é retratável até a data da realização da audiência especificada no artigo anterior, e os genitores podem exercer o arrependimento no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de prolação da sentença de extinção do poder familiar (art. 19-A, § 8º, e art. 166, § 5º, ambos do ECA).

§ 1º O exercício do direito de retratação e de arrependimento deve ser garantido de forma simplificada e diversificada, mediante mera certidão cartorária ou informação à equipe técnica, dentre outros, e entrega de comprovante de protocolo.

§ 2º Na hipótese do caput, a criança será mantida ou entregue imediatamente aos genitores, salvo decisão fundamentada, e a família será acompanhada por um período de 180 (cento e oitenta) dias (art. 19-A, § 8º do ECA).

A Defensoria Pública impetrou um *habeas corpus*² com pedido liminar de uma criança que estava acolhida em uma instituição contra decisão do Tribunal de Justiça. O *Habeas corpus* impetrado objetivava garantir o direito à liberdade da criança e o direito à convivência familiar.

Uma vez que foi exercido o direito de arrependimento, a genitora deveria retomar imediatamente o convívio com seu filho. Diante do arrependimento da genitora, o Poder Judiciário deve

² Acesso público no site do Superior Tribunal de Justiça - STJ - HC: 841355, Relator: NANCY ANDRIGHI, Data de Publicação: 20/12/2023.

determinar a reintegração da criança ao seio familiar. A criança foi submetida à medida de acolhimento e, de acordo com o processo, não havia provas que justificassem o risco da criança caso retornasse ao convívio com a genitora.

A decisão de primeiro grau não autorizou a reintegração da criança à mãe e pontuou que seria necessária a realização de um estudo pela equipe de acolhimento e que, ainda, deveria ser realizado o encaminhamento da genitora para avaliação e atendimento psicológico a fim de averiguar o melhor interesse da criança.

Todavia, tais exigências não estão previstas no ordenamento jurídico. Dessa forma, não seria viável e razoável que o Poder Judiciário exigisse a realização de tal estudo e encaminhamento.

Além de ter sido indeferido o requerimento de imediata reintegração da criança à mãe, foi imposta a medida de acolhimento à criança que se justificaria caso a criança estivesse em situação de risco. Foi determinada a conversão do procedimento de entrega voluntária em procedimento de imposição de medida de proteção.

A criança estava com a sua liberdade restrita, o que traz consigo a violação ao direito à maternidade da genitora e ao convívio familiar entre ambos. Com a demanda, pretendia-se o desacolhimento da criança e a imediata reintegração familiar com sua genitora.

A ministra Maria Thereza de Assis Moura deferiu o pedido liminar para determinar o desacolhimento do paciente e a sua imediata reintegração familiar mediante acompanhamento pelo prazo de 180 dias.

Dessa forma, uma vez exercido o direito de arrependimento pela genitora, dentro do prazo legal, a criança deveria ter sido reintegrada ao seio familiar. Ressalta-se que a atuação judicial deve pautar-se pelo princípio do melhor interesse da criança, pelo direito à convivência familiar e pelo respeito à autonomia da mulher, assegurando um processo humanizado, seguro e livre de estigmas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa utilizou o procedimento metodológico de pesquisa bibliográfica e foi utilizado o método dedutivo como método de abordagem. A pesquisa bibliográfica desenvolveu-se a partir da revisão de literatura para que se conheça o estado da arte, a partir de materiais que já foram publicados e tratados, dentre os quais, doutrina, legislação, periódicos, teses e dissertações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de avanços significativos na consolidação da entrega voluntária como um instrumento legítimo de proteção à genitora e à criança, é necessária uma atuação sensível e humanizada de todos os profissionais envolvidos no procedimento, reconhecendo a autonomia da mulher gestante ou parturiente e o seu direito ao sigilo e ao arrependimento.

O direito ao sigilo deve prevalecer inclusive em relação ao genitor e à família extensa, quando houver manifestação expressa nesse sentido. No tocante ao direito ao arrependimento da genitora em realizar a entrega, uma vez exercido dentro do prazo legal, deve ser determinada a imediata reintegração da criança ao convívio materno. Isso demonstra que o arrependimento deve ser respeitado sem a imposição de condições que retardam ou inviabilizam o retorno da criança ao lar materno, salvo comprovado risco à criança.

A efetividade desses direitos depende não apenas da previsão normativa, mas da postura do Poder Judiciário e dos profissionais da rede de atendimento. A aplicação sensível das normas evita a revitimização da mulher e assegura que o instituto da entrega voluntária seja compreendido como um ato de cuidado e responsabilidade, e não de abandono.

É necessário que os sujeitos envolvidos no âmbito da entrega voluntária atuem de forma integrada, garantindo que o procedimento ocorra com acolhimento, sigilo e respeito à autonomia da genitora. O fortalecimento da formação continuada desses agentes é essencial para eliminar estigmas, promover segurança jurídica e efetivar o princípio do melhor interesse da criança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Resolução nº 485 de 18 de janeiro de 2023 possibilitou a capacitação de todo o sistema de Justiça e a rede de apoio e permitiu que o Poder Judiciário se aperfeiçoasse quanto ao atendimento e acompanhamento das mulheres que manifestassem o interesse em realizar a entrega voluntária.

Ressalta-se que a capacitação dos profissionais da rede de atendimento não se limita ao acompanhamento da genitora durante o procedimento da entrega voluntária.

No que concerne ao direito ao sigilo, embora existam questionamentos quanto à compatibilização do direito ao sigilo com os direitos da criança e do genitor, a legislação aduz que somente quando não for solicitado o sigilo é que o pai e a família extensa deverão ser consultados sobre o interesse em permanecer com a criança. Nesse sentido, uma vez exercido o direito da gestante ou parturiente ao sigilo sobre o nascimento, não poderá ser aplicado o disposto no § 3º do art. 19-A do ECA que diz respeito à possibilidade de ser feita a busca pela família extensa.

No tocante ao direito de arrependimento, deve-se resguardar o direito da genitora de exercê-lo quando não mais tiver interesse em romper o convívio com o seu filho. Verifica-se que a mulher que foi acolhida e amparada ao manifestar o seu interesse em realizar a entrega voluntária, é a mesma mulher que sofre por não poder retomar o convívio familiar com o filho, após ter exercido o seu direito de arrependimento dentro do prazo legal permitido em lei.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial no 2086404 - Mg (2023/0252772-3)**. Recorrente: G R R D. Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Relator: Min. Moura Ribeiro - Terceira Turma. Brasília, 07 out. 2024.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus no 841355 - Pr (2023/0262534-3)**. Impetrante: Defensoria Pública do Paraná. Impetrado: Tribunal de Justiça do Paraná. Paciente: J V R (internado). Brasília, 20 dez. 2023.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 10 jun. 2024.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Anexo. p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 jun. 2024.

_____. Lei n. 13.257 de 08 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8.mar. 2016b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 28 out.2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução n. 485**, de 18 de janeiro de 2023. Disponível em:<<https://atos.cnj.jus.br/files/original1451502023012663d29386eee18.pdf>>. Acesso em: 25 de out. de 2024.

_____. **Manual sobre entrega voluntária-** Resolução n. 485, de 18 de janeiro de 2023. Disponível em<<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/09/manual-entrega-voluntaria-18-09-23-web.pdf>>. Acesso em: 25 de out. de 2024.

MACIEL, Milena Ataíde. **Da entrega à adoção:** sentidos de maternidade compartilhados por profissionais. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39167>. Acesso em: 22 jul.2025

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães abandonadas:** a entrega de um filho para adoção. 3ª ed.; São Paulo, Editora Cortez, 2008.

**DIMENSÕES DA CULTURA ORGANIZACIONAL E SUAS INTERAÇÕES COM A GESTÃO
ESCOLAR**

**DIMENSIONS OF ORGANIZATIONAL CULTURE AND THEIR INTERACTIONS WITH SCHOOL
MANAGEMENT**

Área temática: 04 - Educação de Qualidade

FURINI, Carolina Barini
Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
Mestranda em Desenvolvimento Regional
carolinabarini@gmail.com

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e
Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
sheilafacef@gmail.com

SMITH, Marinês Santana Justo
Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
Doutora em Ciência da Informação
marjustosmith@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A cultura organizacional exerce influência nas dinâmicas internas das instituições, moldando práticas, comportamentos e a capacidade de adaptação aos desafios do ambiente (Damian; Valentim; Oliveira; 2022). Nas escolas, a cultura organizacional pode ser moldada por fatores internos, como a história institucional e as crenças dos membros, e por fatores externos, como as reformas educacionais e o avanço das tecnologias digitais. Desde as reformas gerenciais iniciadas na década de 1990 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), as escolas, ao que tudo indica, passaram a incorporar princípios de eficiência e flexibilidade na gestão, mas, frequentemente, deparam-se com resistência devido a modelos centralizadores e práticas tradicionais (Barros *et al.*, 2017). A adaptação a essas novas configurações possibilita que as escolas reorganizem suas práticas institucionais, ampliem formas de participação e respondam de maneira mais adequada às demandas contemporâneas.

Diante do contexto apresentado, surgiu o seguinte problema de pesquisa: como as dimensões da cultura organizacional se relacionam com as práticas de gestão escolar? Para responder o questionamento, levantaram-se as seguintes hipóteses: valores e pressupostos enraizados podem representar obstáculos à adoção de práticas de gestão mais participativas. Em contrapartida, lideranças que integram de forma orientada as dimensões de tempo, espaço e ação tendem a favorecer transformações na cultura organizacional.

Como objetivo geral, propõe-se analisar como as dimensões da cultura organizacional podem influenciar a gestão nas escolas, a fim de compreender os elementos simbólicos, históricos e estruturais que moldam as práticas dessas instituições. A partir dessa perspectiva, constituíram-se os seguintes objetivos específicos: compreender como as categorias culturais propostas por Schein (2009) e Torres (2023) se manifestam no contexto escolar; e identificar elementos da cultura organizacional que estruturam práticas de gestão, organização do ambiente e processos institucionais.

Neste estudo, utilizou-se a abordagem qualitativa e revisão bibliográfica e documental aliadas ao método comparativo, para analisar e convergir os constructos teóricos de Torres (2023) e Schein (2009). Neste sentido, partiu-se da articulação entre as teorias desses autores, a fim de interpretar como esses elementos se relacionam com as práticas de gestão escolar, e delinear uma possível análise da cultura organizacional em instituições escolares. A fundamentação teórica também inclui a perspectiva de autores como Damian, Valentim e Oliveira (2022) e Barreto *et al.* (2013) no campo da cultura organizacional, além de Barros *et al.* (2017), Moura (2017), Caixeiro (2014) e Santos *et al.*

(2025), na área da gestão escolar. Essa articulação teórica permitiu compreender como aspectos simbólicos e estruturais se relacionam às práticas de gestão no cotidiano escolar.

O estudo se justifica pela necessidade de compreender como a cultura organizacional nas escolas pode facilitar ou dificultar a implementação de reformas gerenciais e a incorporação das tecnologias digitais na gestão escolar. Além disso, a proposta está em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente o ODS 4 – Educação de Qualidade, que visa garantir educação inclusiva e equitativa, apoiando-se no ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, ao propor práticas de gestão participativas, transparentes e comprometidas com o fortalecimento institucional das escolas (Nações Unidas, 2024, online).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A cultura organizacional pode ser definida como um conjunto de valores, crenças, normas, e práticas compartilhadas pelos membros de uma organização, que orientam comportamentos e influenciam a forma como os indivíduos percebem e respondem aos desafios internos e externos (Damian; Valentim; Oliveira, 2022). Segundo Arruda (2006, p.18), é possível encontrar “na literatura um vasto referencial sobre cultura organizacional. O tema apresenta uma simplicidade aparente, mas que leva os autores a diferentes posicionamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos”. O autor exemplifica a riqueza e a complexidade da literatura sobre cultura organizacional, enfatizando que, embora o tema pareça inicialmente simples, abarca múltiplas perspectivas e abordagens.

“As organizações são reconhecidas por meio da sua cultura, que torna capaz a expressão das suas características de maneira sistêmica” (Santos; Damian, 2017, p. 2). Nesse sentido, a cultura organizacional manifesta-se em diferentes níveis, desde artefatos visíveis, como arquitetura e padrões de vestimenta, até valores que governam comportamentos e pressupostos inconscientes que orientam atitudes e decisões. Esses níveis interagem para criar uma identidade coletiva, moldando a forma como a organização responde às demandas do ambiente e gerencia suas relações internas (Damian; Valentim; Oliveira, 2022).

Na mesma perspectiva, Maciel, Maciel e Froemming, (2011, p.131) observam que frequentemente “existem sistemas de valores diferentes que competem entre si e que criam um mosaico de realidades organizacionais em lugar de uma cultura organizacional uniforme”, demonstrado que “a cultura organizacional é influenciada por interações complexas entre pessoas, situações, ações e circunstâncias gerais”. Fernandes e Zanelli (2006), ao estudar a temática, amplia a discussão ao explorar a relação entre cultura organizacional e a construção da identidade dos indivíduos de uma organização, considerando que o comportamento pode ser moldado de forma negativa ou positiva, podendo ocasionar consequências pessoais ou coletivas.

Como observado por Barreto *et al* (2013), a liderança tem papel relevante nesse fator. Os autores afirmam que quanto menores os níveis hierárquicos, maiores são as influências dos líderes na cultura. Desta forma, os líderes e gestores ocupam função estratégica na formação e manutenção da cultura organizacional, uma vez que suas ações e decisões moldam os valores, comportamentos e pressupostos que sustentam as práticas institucionais. Barreto *et al* (2013, p. 35) argumenta que não é apenas o líder que molda a cultura organizacional, mas que “o líder - em seu pensamento, sentimento e respostas - também é moldado pela cultura”

Desta forma, a cultura reflete os valores dos líderes e a história institucional, se adaptando constantemente para atender às transformações no contexto organizacional (Damian; Valentim; Oliveira, 2022). Nesse contexto, a liderança se configura como um mecanismo de transmissão de valores e práticas culturais que permeiam todos os níveis hierárquicos da organização.

2.2. Identificação da cultura organizacional

Identificar a cultura organizacional é um processo que exige a análise de diferentes níveis e dimensões que estruturam as práticas e comportamentos dentro de uma instituição. De acordo com Schein (2009), a cultura organizacional pode ser compreendida a partir de níveis que são diretamente influenciados pelos líderes por meio de decisões que moldam tanto os elementos visíveis quanto as crenças mais profundas da instituição

Schein (2009) explica que na cultura organizacional, existem três níveis que representam diferentes camadas de compreensão e visibilidade.

No primeiro nível, “artefatos” são os elementos visíveis, como tecnologias, comportamentos e símbolos, que são facilmente observáveis, mas difíceis de interpretar sem entender os valores subjacentes.

No segundo nível, “valores compartilhados” estão colocados crenças e normas que guiam o comportamento dentro da organização, definindo o que é considerado ideal ou aceitável, mas nem sempre se traduzem em práticas reais. Finalmente, os “pressupostos” são crenças profundamente enraizadas e inconscientes que moldam a forma como os membros da organização percebem e reagem ao mundo, influenciando diretamente as decisões e atitudes.

A seguir, na Figura 1, foram esquematizados os níveis de compreensão e visibilidade da cultura organizacional, de acordo com os pressupostos de Schein (2009).

Figura 1: Níveis da cultura organizacional



Fonte: Adaptada pelas autoras, a partir de Schein (2009).

O esquema dos níveis da cultura organizacional ilustra a hierarquia de visibilidade e profundidade dos elementos culturais. No topo, estão os artefatos, visíveis e superficiais, mas difíceis de interpretar sem contexto. No centro, os valores conectam os artefatos às crenças mais profundas, refletindo normas e ideais da organização. Na base, estão os pressupostos básicos, crenças inconscientes que formam a essência da cultura, sendo os mais difíceis de acessar e transformar, os chamados artefatos não visíveis.

Esse mapeamento possibilita contextualizar as relações de poder que permeiam a organização, o que, segundo Arruda (2006), contribui para revelar os elementos culturais que sustentam a inovação e a capacidade de adaptação às mudanças. Gomes et al. (2017) reforçam que o modelo de Schein oferece uma estrutura capaz de associar os diferentes níveis culturais, artefatos, valores e pressupostos básicos, a comportamentos inovadores, permitindo análises mais práticas e aplicadas da cultura organizacional.

No campo dos estudos organizacionais, a cultura pode ser analisada a partir de diferentes dimensões estruturantes que orientam as práticas e os sentidos construídos no interior das instituições. Torres (2023) propõe uma abordagem que articula três dessas dimensões: ação, espaço e tempo como elementos para a compreensão da cultura organizacional.

O Quadro 1 apresenta as principais características atribuídas a cada uma delas, evidenciando como se relacionam com os modos de funcionamento e de reprodução da cultura em contextos institucionais.

Quadro 1: Dimensões da cultura organizacional

Dimensão	Essência	Aspectos Principais
Ação	A cultura se forma a partir das interações sociais cotidianas.	Envolve trocas simbólicas, disputas de sentidos, formação de hábitos e disposições. As ações recorrentes moldam o modo de pensar, sentir e agir dos sujeitos.
Espaço	Não é apenas físico, mas simbólico e organizacional.	O espaço é simultaneamente criador e reflexo da cultura organizacional, pois abriga significados, refúgios e emoções, ao mesmo tempo em que regula práticas e interações
Tempo	A cultura se consolida ao longo da trajetória da organização.	A temporalidade legitima práticas, estabiliza rotinas e fortalece identidades. A história da organização contribui para a fixação de modos de funcionamento.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de Torres (2023).

As dimensões contribuem para a análise dos modos como normas, práticas e valores são reproduzidos ou transformados no cotidiano das organizações. A ação remete às práticas sociais recorrentes, que moldam o comportamento institucional; o espaço, por sua vez, envolve tanto a organização física quanto os sentidos simbólicos atribuídos aos ambientes; e o tempo diz respeito à continuidade histórica que legitima determinadas formas de funcionamento. A articulação entre essas dimensões torna possível reconhecer a cultura como um processo dinâmico, o qual é moldado por permanências e mudanças.

A cultura organizacional é formada pelo modelo de gestão adotado e pelas interações que ele propicia (Crozatti, 1998). Os arranjos, que envolvem práticas formais e informais, ajudam a compreender como a cultura se adapta às demandas internas e externas. A análise das práticas cotidianas, incluindo comportamentos e formas de comunicação, contribui para revelar os elementos culturais que sustentam a inovação e a adaptação da organização às mudanças (Arruda, 2006). Por sua vez, Damian, Valentim e Oliveira (2022) reforçam a relevância de combinar abordagens qualitativas e quantitativas para mapear os elementos culturais.

A identificação da cultura organizacional não se limita à observação de elementos visíveis, como rituais ou padrões de comportamento, ela requer um exame aprofundado das crenças e valores que guiam as ações dos membros da organização. Ferramentas práticas de análise como propostas por Schein (2009) e Torres (2023) produzem compreensão teórica dos níveis organizacionais, sendo possível compreender de forma abrangente a dinâmica cultural de uma instituição. Essa compreensão possibilita que líderes e gestores possam promover mudanças e alinhamentos da cultura aos objetivos organizacionais e contextos externos.

2.3 A gestão escolar e seus impactos

A gestão escolar contemporânea passou por transformações decorrentes da inserção de princípios gerenciais na administração pública e mudanças tecnológicas que influenciam as dinâmicas organizacionais, modificando, ao que tudo indica, práticas e objetivos dentro da cultura organizacional das escolas. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelece a gestão democrática como um dos princípios do ensino público, prevendo a participação dos profissionais da educação e da comunidade na elaboração do projeto pedagógico e na condução das decisões escolares (Brasil, 1996).

Essa diretriz legal dialoga com os movimentos de reforma gerencial iniciados na década de 1990, que propuseram a introdução de princípios como eficiência, flexibilidade e foco em resultados na administração pública, com reflexos no setor educacional (Bresser-Pereira, 2000). A proposta incluiu a descentralização da gestão e o incentivo à participação, elementos que, embora relevantes para a modernização da educação, enfrentaram resistências culturais em ambientes escolares marcados por práticas tradicionais (Barros *et al.*, 2017). Nesse cenário, constata-se que as mudanças propostas frequentemente enfrentam limites institucionais e culturais que restringem sua efetiva consolidação. A cultura escolar, em muitos contextos, conserva traços históricos que priorizam a autoridade e a centralização das decisões, limitando a adoção de novos modelos de gestão. Barros *et al.* (2017)

observam que a implementação desses princípios tem sido desafiadora, devido à tendência das escolas a manter modelos centralizadores. Nesse mesmo sentido, Moura (2017) aponta que a cultura organizacional escolar ainda reflete práticas autoritárias que dificultam a concretização da gestão democrática, mostrando que a redemocratização política não se traduziu integralmente nas rotinas escolares.

A cultura organizacional se expressa nas dinâmicas institucionais, influenciando a forma como os sujeitos interagem e como as atividades escolares são conduzidas. Ela não se limita a regras formais ou documentos, mas se manifesta no cotidiano, nos comportamentos, nos símbolos e nas crenças compartilhadas. De acordo com Lück (2009), essa cultura está articulada à gestão de pessoas e se manifesta nas práticas de organização, liderança e convivência, bem como na relação da escola com seus espaços físicos e objetos materiais. Nesse contexto, a forma como a escola é organizada e gerida está relacionada aos resultados educacionais que ela produz. Isso significa que aspectos aparentemente periféricos — como o modo como os espaços são utilizados, ou como os conflitos são mediados — revelam muito sobre as crenças e valores da instituição. Elementos como liderança, participação, o clima institucional e as relações interpessoais são fatores que contribuem nesse processo organizacional (Libâneo, 2008), os quais podem estruturar práticas que favorecem ou dificultam a inovação pedagógica (Barroso; Will, 2021).

Quando a cultura escolar valoriza a flexibilidade, autonomia, inovação e participação coletiva, ela favorece uma gestão democrática baseada no diálogo, na escuta ativa e no envolvimento da comunidade escolar (Barbosa; Brito, 2016). Essa orientação cultural favorece as relações interpessoais e o ambiente pedagógico, podendo gerar vínculos saudáveis e produtivos entre os sujeitos escolares (Brenner; Ferreira, 2020). Isso mostra que transformar a gestão não é apenas adotar novas técnicas administrativas, mas promover mudanças na maneira como as pessoas se relacionam dentro da escola. Além disso, uma cultura organizacional coesa, articulada à gestão escolar, contribui para mobilizar a equipe docente, consolidar valores e fortalecer a identidade da escola, o que pode favorecer a qualidade do ensino (Carvalho; Canedo, 2012).

De modo complementar, essas práticas se alinham aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobretudo ao ODS 4, que prevê educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e ao ODS 16, que propõe instituições eficazes, responsáveis e inclusivas (Nações Unidas, 2024, online) s. A gestão escolar, quando estruturada com base em processos participativos e práticas coerentes com a cultura organizacional, pode atuar em consonância com esses objetivos. Políticas públicas voltadas à educação apresentam maior alcance quando articuladas à atuação cotidiana dos gestores escolares. Machado *et al.* (2024) e Santos *et al.* (2025) analisam que a relação entre cultura, gestão e formulação de políticas influencia diretamente a permanência e o desempenho dos estudantes, com impactos sobre os níveis de desigualdade educacional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo aqui apresentado se faz por meio de revisão bibliográfica e documental e que se caracteriza por uma pesquisa “a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2017 p.48).

Além disso, foi utilizado o método comparativo com a finalidade de comparar elementos teóricos para delinear uma possível cultura organizacional de instituições escolares brasileiras. O método comparativo, conforme interpretado por Durkheim, consiste em reunir todas as manifestações particulares de um fenômeno, compará-las e, a partir disso, extrair suas características comuns (Durkheim, 2004). O uso do método comparativo neste estudo, ao analisar as contribuições de Torres (2023) e Schein (2009), permite evidenciar os pontos de convergência entre suas concepções teóricas sobre cultura organizacional. O processo parte das características mais evidentes e, por meio da comparação, para alcançar aspectos mais profundos do fenômeno.

Trata-se ainda de uma pesquisa de abordagem de dados qualitativa, que, segundo Minayo (2000), permite interpretar percepções, significados e representações atribuídas pelos sujeitos. Essa perspectiva possibilitou analisar como as dimensões da cultura organizacional se articulam às práticas de gestão escolar, considerando os aspectos simbólicos e institucionais presentes no contexto educacional.

No campo da cultura organizacional, foram citados autores como Damian, Valentim e Oliveira (2022) e Barreto *et al.* (2013) cujos estudos tratam da estrutura simbólica, dos valores e das práticas institucionais que constituem a cultura nas organizações. Para a discussão sobre gestão escolar, foram

utilizados os trabalhos de Barros *et al.* (2017), Moura (2017) e Caixeiro (2014), que abordam a organização e liderança no espaço educativo, e de Santos *et al.* (2025), cujas reflexões se voltam para os desafios contemporâneos das políticas públicas e sua relação com a escola.

A análise articula os três níveis propostos por Schein (2009) — artefatos, valores e pressupostos básicos — às dimensões de ação, espaço e tempo, conforme apresentado por Torres (2023). Essa interlocução teórica possibilitou compreender como elementos simbólicos, estruturais e históricos sustentam formas de organização no cotidiano escolar, permitindo identificar relações entre práticas culturais e modos de gestão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cultura organizacional, conforme proposto por Schein (2009), pode ser compreendida por meio de três níveis: artefatos, valores e pressupostos básicos. Essa estrutura é retomada por Torres (2023), que associa esses níveis às dimensões de espaço, ação e tempo, permitindo uma leitura situada da cultura no ambiente escolar. A partir dessa abordagem, é possível analisar como os elementos culturais se expressam no cotidiano da gestão educacional.

Em síntese, o Quadro 2 apresenta um diálogo de Schein (2009) e Torres (2023), relacionando aspectos da Gestão escolar e, desta forma, evidenciando como essas dimensões se manifestam na cultura dessa organização.

Quadro 2: Relação entre as dimensões, os níveis da Cultura Organizacional e a Gestão Escolar

Schein (2009)	Torres (2023)	Gestão Escolar – Exemplos Práticos
Artefatos	Espaço	Arquitetura, disposição da sala, símbolos da escola, murais, uniformes.
Valores	Ação	Rotinas pedagógicas, normas de convivência, formas de diálogo e decisão.
Pressupostos básicos	Tempo	Crenças arraigadas sobre ensino/aprendizagem, resistência à inovação, tradições.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A partir da leitura articulada entre as dimensões propostas e os exemplos práticos observados na gestão escolar, é possível explorar como esses elementos se concretizam no cotidiano institucional. A seguir, descrevem-se brevemente cada uma dessas dimensões, considerando suas implicações no ambiente da escola.

A dimensão do espaço, vinculada aos artefatos, refere-se além da estrutura física da escola, mas ao seu valor simbólico. Pode-se mencionar que elementos como a disposição dos mobiliários das salas, o uso dos murais, os pátios, os corredores e os objetos expostos comunicam expectativas, formas de controle, vínculos de pertencimento e escolhas pedagógicas. Tais elementos possuem significado e função definida ao regular comportamentos, favorecer determinados tipos de interação e influenciarem a circulação de saberes. A materialidade do espaço atua, portanto, como mediadora das práticas escolares. Lück (2009), Libâneo (2008) e Barroso e Will (2021) dialogam com esses fatores ao reconhecerem que a organização física e simbólica do espaço escolar influencia diretamente as práticas pedagógicas, as relações interpessoais e os resultados educacionais, ao expressar valores institucionais e favorecer (ou limitar) a inovação e a convivência democrática.

A dimensão da ação, relacionada aos valores, está presente nas interações cotidianas entre gestores, professores, estudantes e demais membros da comunidade escolar. Essas interações organizam o funcionamento da escola, ao mesmo tempo em que produzem e reproduzem sentidos, normas e princípios que orientam os modos de ser e agir no contexto institucional. Pode-se exemplificar esse campo de ação com as práticas como reuniões pedagógicas, rotinas de planejamento, formas de escuta e resolução de conflitos. Essas práticas moldam o ambiente escolar e contribuem para a construção de um modo coletivo de interpretar e conduzir a vida institucional. Nessa perspectiva, Barbosa e Brito (2016) ressaltam que a gestão democrática se consolida por meio do diálogo e da participação. Brenner e Ferreira (2020) destacam que tais interações fortalecem o ambiente pedagógico e os vínculos interpessoais.

A dimensão do tempo, associada aos pressupostos básicos, está ligada a crenças compartilhadas e naturalizadas que orientam a vida institucional de forma implícita. A repetição de rotinas, rituais e tradições escolares consolida uma memória coletiva que sustenta a identidade da escola. Expressões como “sempre foi assim” revelam a força dessas estruturas simbólicas. O tempo também se inscreve nas narrativas sobre a história da instituição, na antiguidade dos sujeitos, nos marcos celebrados e nos modos de lidar com mudanças. Essas referências atuam como filtros que organizam a percepção do presente e delimitam as possibilidades de transformação. Barros *et al.* (2017) e Moura (2017) discutem que a manutenção desses modelos centralizadores está diretamente ligada a valores culturais e a estruturas de poder que podem dificultar a efetiva participação dos atores escolares na tomada de decisões, limitando, assim, a implementação plena da gestão democrática nas escolas.

Ao articular essas três dimensões, é possível compreender que a cultura escolar não se reduz a um conjunto de valores declarados, mas se manifesta de forma concreta nas práticas, nos espaços e nas experiências temporais da escola. Essa abordagem permite reconhecer a cultura como um elemento estruturante da organização escolar, com efeitos sobre as formas de gestão, os processos pedagógicos, as relações estabelecidas no interior da instituição, e ainda a organização física da escola. Os resultados revelam que práticas de gestão alinhadas à cultura escolar potencializam o alcance do ODS 4 – Educação de Qualidade, sustentadas por valores e processos que fortalecem o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura organizacional influencia as práticas de gestão e ainda as relações entre os atores escolares e a adaptação às mudanças externas. Neste estudo, identificou-se que, ao que parece, existem escolas que enfrentam desafios para implementar reformas gerenciais e incorporar tecnologias digitais, devido à persistência de modelos centralizadores e valores culturais consolidados. Esses elementos muitas vezes dificultam a adoção de práticas inovadoras e democráticas.

A LBD e mais tarde as reformas gerenciais trouxeram novos paradigmas de eficiência e flexibilidade, mas, muitas vezes, podem esbarrar em resistências culturais que refletem as dificuldades de alinhar os valores organizacionais às demandas contemporâneas. A análise da cultura organizacional escolar, por meio do diálogo entre os modelos de Schein (2009) e Torres (2023), permitiu evidenciar como dimensões simbólicas, estruturais e históricas estão presentes no cotidiano das instituições educacionais.

A articulação entre os níveis culturais e as dimensões de ação, espaço e tempo contribui para uma compreensão mais ampla das práticas escolares e de sua organização interna. A articulação entre os autores permitiu uma leitura abrangente da cultura escolar, integrando elementos simbólicos, estruturais e históricos às práticas de gestão. Sobre essa perspectiva, foi possível compreender o cotidiano da escola sobre uma perspectiva de aspectos físicos, interacionais e temporais que estruturam a convivência institucional, sustentam rotinas e influenciam processos decisórios. Essa prática pode contribuir para análises complexidades da gestão educacional.

Nesse contexto, a gestão escolar assume um papel estratégico na mediação dessas dimensões, sendo responsável por interpretar, preservar e, quando necessário, transformar os significados que orientam a vida coletiva na escola.

As reflexões dialogam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, ao propor condições que favoreçam uma aprendizagem mais inclusiva e equitativa, além de promover práticas de gestão que reforcem a participação democrática e a integridade institucional. O reconhecimento dessas camadas culturais contribui para o planejamento de intervenções mais coerentes com a realidade institucional, possibilitando o fortalecimento de práticas participativas e alinhadas às demandas contemporâneas da educação.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. F. de. *Cultura organizacional e inovação: estudo de caso em um hospital privado com características de inovação no município de São Paulo*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, FGV, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/entities/publication/34d475ce-d2b2-4195-a998-c2a5ed5959bd>. Acesso em: 11 ago. 2025

BARBOSA, R. de F. M.; BRITO, R. dos R. Mecanismo de gestão na instituição escolar. *DESAFIOS - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 85–99, 2016. DOI: 10.20873/uft.2359-3652.2016v2n2p85. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/2087>. Acesso em: 9 jul. 2025.

BARRETO, L. M. T. da S., KISHORE, A., REIS, G. G., BAPTISTA, L. L., MEDEIROS, C. A. F. Cultura organizacional e liderança: uma relação possível?. *Revista De Administração*. 2013, 48(1), 34–52. <https://doi.org/10.5700/rausp1072>. Acesso em: 17 dez. 2024.

BARROS, C. N. V.; MOURA, J. S.; BRANDÃO, N. L. M.; ALEXANDRE, L. A. C. A influência da reforma gerencial sobre a cultura organizacional no âmbito da gestão escolar. *Id on Line Multidisciplinary and Psychology Journal*, v. 11, n. 37, 2017. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/809/1165>. Acesso em: 17 dez. 2024.

BARROSO, C. K. B.; WILL, D. E. M. Inovação Pedagógica e Gestão Democrática: reflexões a partir de uma escola pública de educação básica. *Revista Informação em Cultura (RIC)*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 67–88, 2021. DOI: 10.21708/issn2674-6549.v3i1a9253.2021. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/ric/article/view/9253>. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394/96. 1996. Acesso em: 17 de outubro de 2024

BRENNER, C. E. B.; FERREIRA, L. S. Trabalho pedagógico, gestão e as relações interpessoais na escola. *Revista Iberoamericana de Educación*, [S. l.], v. 82, n. 2, p. 47–63, 2020. DOI: 10.35362/rie8223628. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/3628>. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A reforma gerencial do Estado de 1995. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, p. 7 a 26, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6289>. Acesso em: 17 dez. 2024.

CAIXEIRO, C. M. B. A. *Liderança e cultura organizacional: o impacto da liderança do diretor na(s) cultura(s) organizacional(ais) escolar(es)*. 2014. Tese (Doutoramento) - Universidade de Évora, Évora, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/11416>. Acesso em: 17 dez. 2024.

CARVALHO, C. P. de; CANEDO, M. L. Estilos de gestão, cultura organizacional e qualidade de ensino. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, [S. l.], v. 9, n. 19, p. 78–98, 2012. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/463>. Acesso em: 9 jul. 2025.

CROZATTI, J. Modelo de gestão e cultura organizacional: conceitos e interações. *Caderno de Estudos*. 1998. Maio, (18): 01–20. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-92511998000200004>. Acesso em: 9 jul. 2025

DAMIAN, M. E.; VALENTIM, M. F.; OLIVEIRA, L. F. O papel da cultura organizacional na gestão da mudança: um estudo comparativo. *Revista de Estudos Organizacionais*, v. 22, n. 4, p. 33-47, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/60251>. Acesso em: 12 dez. 2024.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. 9. ed. Traduzido por Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 2004. Acesso em <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2018/05/As-Regras-Do-Metodo-Sociologico-Emile-Durkheim.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025

FERNANDES, K. R., ZANELLI, J. C. O processo de construção e reconstrução das identidades dos indivíduos nas organizações. *Revista De Administração Contemporânea*, 2006. 10(1), 55–72. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552006000100004>. Acesso em: 17 dez. 2024

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, G.; TORRENS, E. W.; SCHONS, M.; SORGETZ, B. Cultura organizacional e inovação: uma perspectiva a partir do modelo de Schein. *Revista de Administração da Unimep*, Piracicaba, v. 15, n. 1, p. 51-72, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273750689003>. Acesso em: 12 ago. 2025.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

LÜCK, H. *Dimensões de gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Editora Positivo, 2009. 144p. Disponível em: https://juliofurtado.com.br/wp-content/uploads/2017/08/dimensoes_livro.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

MACIEL, E. R.; MACIEL, M. R.; FROEMMING, L. M. S. Valor de marca e cultura organizacional como baluartes estratégicos no ciclo de vida de uma empresa: os 85 anos da Indústria de Balas Soberana. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)*, Campo Largo, v. 10, n. 1, p. 128-139, maio 2011. ISSN 1677-7387. Disponível em: <https://mediacdns3.ulife.com.br/PAT/Upload/1777748/4219669/images/b0987e87e4de430a4b3071de916ae34c.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025.

MINAYO, M. C. de S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 17. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MACHADO, K. R. R.; SANTOS, A. F. D.; AGUIAR, J. D.; BATISTA, W. R.; SANTOS, Q. B. D.; SOUSA, J. W. C.; SANTOS, L. T. A. D.; QUEIROZ, L. S.; SILVA, P. G. Gestão escolar e políticas públicas como mecanismos para a redução da evasão nas escolas. *IOSR Journal of Business and Management*, [S.l.], v. 26, n. 10, ser. 1, p. 1–5, out. 2024. Disponível em: DOI: 10.9790/487X-2610010105. Acesso em: 23 jun. 2025.

MOURA, J. K. G. Cultura organizacional escolar e a política de gestão democrática da educação. *Revista Tópicos Educacionais*, Recife, v. 23, n. 2, p. 106-124, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672770875006>. Acesso em: 17 dez. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. BRASIL. *Objetivos de desenvolvimento sustentável: educação de qualidade*. (online). Brasília, DF. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SANTOS, A. A. dos; CARVALHO, A. L. G. de; GUTIERRE, G. L.; REIS, M. R.; RÊGO, S. G. G. C.; FERREIRA, F. J. de O.; CLARO, S. V.; DANTAS, C. D. dos; OLIVEIRA, P. R.; CHAVES, A. R.; BATISTA, W. R.; COSTA, F. C. C. da; SANTOS, M. da S. Educação inclusiva: a importância da gestão escolar e políticas públicas. *IOSR Journal of Business and Management*, [S.l.], v. 27, n. 1, ser. 4, p. 5–9, jan. 2025. Disponível em: DOI: 10.9790/487X-2701040509. Acesso em: 23 jun. 2025.

SANTOS, B. R. P.; DAMIAN, I. P. M. A relação da cultura organizacional e da cultura informacional no desenvolvimento da competência em informação dos profissionais de uma unidade de saúde da família. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, [S. l.], v. 10, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/436>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SCHEIN, E. H. *Cultura organizacional e liderança*. 3. ed. Traduzido por Ailton Bonfim Brandão. São Paulo: Atlas, 2009.

TORRES, L. L. Novas temporalidades educacionais na construção da cultura da organização escolar. *Educação & Sociedade*, v. 44, e260427, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.260427>

DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE: AUTONOMIA E DIGNIDADE NO FINAL DA VIDA

ADVANCE DIRECTIVES: AUTONOMY AND DIGNITY AT THE END OF LIFE

Área temática: ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

RODRIGUES, Edwirges Elaine
Centro Universitário Claretiano

Doutora em Direito Civil, FDUSP; Mestra em Direito, FCHS/UNESP; Membro do Grupo de Estudos em Direito, Justiça e Desenvolvimento – GEDED - Claretiano, CNPq; Membro do Instituto Brasileiro de Direito das Famílias (IBDFAM). Professora de cursos de graduação e pós-graduação.
edwirges_elaine@yahoo.com.br

Resumo

As Diretivas Antecipadas de Vontade (DAV) configuram instrumentos jurídicos pelos quais o indivíduo manifesta previamente suas escolhas acerca de tratamentos e cuidados de saúde para situações em que não puder expressar sua vontade. No Brasil, embora reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina e pela doutrina civilista, as DAV carecem de lei específica, o que gera insegurança jurídica e limita sua aplicação prática. Este artigo analisa, pelo método dedutivo, os fundamentos bioéticos e jurídicos das DAV, examinando suas modalidades, conteúdos e limites, com especial atenção ao debate sobre eutanásia, suicídio assistido, distanásia e ortotanásia. A pesquisa, de natureza bibliográfica, também considera experiências internacionais que regulamentaram o tema, refletindo sobre possíveis caminhos para o ordenamento brasileiro. Conclui-se que a regulamentação plena das DAV é imprescindível para a efetivação do direito à autonomia e à dignidade no fim da vida.

Palavras-chave: diretivas antecipadas de vontade, autonomia, morte digna.

Abstract

Advance Directives (DAV) are legal instruments through which individuals may state in advance their preferences regarding medical treatments and health care in situations where they are unable to express their will. In Brazil, although recognized by the Federal Council of Medicine and by civil law doctrine, there is still no specific legislation regulating them, which generates legal uncertainty and limits their practical effectiveness. This paper analyzes, using the deductive method, the bioethical and legal foundations of Advance Directives, examining their modalities, content, and limits, with special attention to the debate on euthanasia, assisted suicide, dysthanasia, and orthothanasia. A bibliographical approach is adopted, considering international experiences that regulate the matter in order to reflect on possible legal developments in Brazil. It is concluded that full regulation of Advance Directives is essential to enforce the right to autonomy and dignity at the end of life.

Keywords: advance directives, autonomy, dignified death.

1 INTRODUÇÃO

O avanço da medicina contemporânea trouxe um paradoxo: ao mesmo tempo em que prolonga a vida, também intensifica dilemas éticos e jurídicos acerca da terminalidade, sobretudo quando os recursos terapêuticos se revelam fúteis e apenas estendem o sofrimento. Nesse cenário, emergem as Diretivas Antecipadas de Vontade (DAV), instrumentos pelos quais o indivíduo manifesta previamente suas escolhas sobre tratamentos e cuidados em caso de futura incapacidade de decidir.

A discussão é consolidada no plano internacional, com experiências normativas diversas que reconhecem a autonomia do paciente diante da finitude. No Brasil, as DAV foram reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, através da Resolução CFM nº 1.995/2012, e pela doutrina civilista, mas ainda carecem de lei específica. Esse vazio normativo gera insegurança para pacientes, médicos e

familiares, mas não afasta sua relevância constitucional, fundada na dignidade da pessoa humana e nos direitos da personalidade.

O presente artigo tem por objetivo analisar os fundamentos bioéticos e jurídicos das DAV, suas espécies, conteúdos e limites, bem como as dificuldades práticas de aplicação no Brasil. Para tanto, adota-se o método dedutivo, partindo de princípios constitucionais e bioéticos para examinar sua concretização normativa e prática. Também se busca dialogar com experiências estrangeiras, a fim de identificar parâmetros que auxiliem no aperfeiçoamento do ordenamento jurídico nacional.

2 CONCEITO E FUNDAMENTOS DAS DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE

As DAV são instrumentos pelos quais a pessoa, em pleno discernimento, manifesta previamente suas preferências sobre tratamentos médicos e cuidados de saúde, para que tais escolhas sejam respeitadas quando não puder mais se pronunciar. Conforme Maria de Fátima Freire de Sá e Diogo Luna Moureira (2015), elas representam a concretização do direito à autonomia até a terminalidade da vida, traduzindo a dignidade humana em escolhas concretas sobre o morrer.

Sua natureza jurídica é a de negócio jurídico unilateral, personalíssimo, gratuito e revogável, produzindo efeitos inter vivos sob condição suspensiva, aplicável apenas quando houver, ao mesmo tempo, estado clínico irreversível ou incurável e incapacidade de manifestação da vontade.

Do ponto de vista ético, as DAV se fundamentam nos princípios da Bioética — autonomia, beneficência, não maleficência e justiça — conforme formulados por Beauchamp e Childress (2019). Inserem-se no campo do Biodireito, que busca positivar esses princípios no ordenamento jurídico. A Bioética deliberativa, proposta por Diego Gracia (2008), também auxilia na compreensão das DAV como fruto de deliberação racional em situações-limite, nas quais o respeito à autonomia do paciente deve prevalecer.

No plano constitucional, encontram amparo na dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF), na proibição de tratamento desumano ou degradante e no art. 15 do Código Civil, que veda intervenções médicas sem consentimento. Além disso, a Resolução CFM nº 1.995/2012 reconheceu formalmente a validade das diretivas, estabelecendo parâmetros para sua aplicação, e o Enunciado 528 da V Jornada de Direito Civil reforçou que a manifestação de vontade antecipada deve ser respeitada, em conformidade com os direitos da personalidade. As DAV, assim, constituem instrumento de concretização dos direitos da personalidade em sua dimensão existencial, assegurando que as decisões sobre o fim da vida sejam tomadas em conformidade com a autonomia individual.

3 ESPÉCIES E FORMAS DE ELABORAÇÃO

As Diretivas Antecipadas de Vontade se manifestam principalmente em duas modalidades: o testamento vital e a procuração para cuidados de saúde.

O testamento vital é o documento em que a pessoa define previamente os tratamentos que aceita ou recusa diante de doença grave, incurável ou terminal. Diferentemente do testamento sucessório, trata-se de manifestação com efeitos em vida, condicionada à incapacidade do paciente ou à constatação de situação clínica terminal.

A procuração para cuidados de saúde, ou mandato duradouro, consiste na designação de uma pessoa de confiança para tomar decisões em substituição ao paciente. Embora o testamento vital possa existir de forma isolada, a nomeação de procurador é recomendada para lidar com situações não previstas. Para Goldim (2020), esse mecanismo representa exercício de cidadania sanitária, ampliando a participação do indivíduo nas decisões sobre seu próprio corpo, mesmo em contextos de vulnerabilidade.

No Brasil, as DAV podem ser elaboradas por escritura pública, instrumento particular, registro em prontuário médico ou até mesmo declaração testemunhal. Além disso, o entendimento jurisprudencial é de que a manifestação de vontade em diretivas antecipadas produz efeitos independentemente de homologação judicial, bastando a declaração do paciente (TJSP, 2019).

Este posicionamento reafirma a autonomia do paciente e afasta a necessidade de judicialização de um direito que já encontra respaldo na ética médica e no ordenamento jurídico. Como observa Luciana Dadalto (2013), ainda que não exista lei específica, o testamento vital deve ser respeitado como extensão da autonomia individual. Na mesma linha, Maria de Fátima Freire de Sá e Diogo Luna Moureira (2015) destacam que sua formalização é instrumento essencial de concretização da dignidade da pessoa humana, transformando princípios constitucionais em escolhas concretas sobre o processo de morrer.

Segundo informações do Colégio Notarial Brasil (2024), entre 2012 e 2024, foram lavrados mais de 8.000 testamentos vitais em cartórios de notas, número expressivo, mas que não corresponde à totalidade das diretivas, já que muitas são formalizadas em hospitais ou em documentos particulares. A inexistência de um cadastro nacional específico agrava essa limitação, dificultando que a vontade do paciente seja efetivamente respeitada em situações clínicas concretas.

Neste aspecto, o contraste com experiências estrangeiras evidencia a fragilidade do modelo brasileiro. Em Portugal, a Lei nº 25/2012 instituiu o Registo Nacional do Testamento Vital (RENTEV); na Espanha, a Ley de Autonomía del Paciente (2002) regula o documento de instrucciones previas; e, na Alemanha, a Patientenverfügungsgesetz (2009) conferiu força vinculante às diretivas. Esses sistemas centralizados garantem maior eficácia prática, ao passo que, no Brasil, a ausência de mecanismos institucionais de acesso faz com que muitas DAV se tornem documentos de difícil aplicação.

4 CONTEÚDO POSSÍVEL E LIMITES DAS DAV

O conteúdo das DAV deve refletir a autonomia do paciente, mas encontra limites. Para compreender esses contornos, é preciso distinguir: eutanásia (ato de terceiro que provoca a morte do paciente), suicídio assistido (ato realizado pelo próprio paciente com auxílio de terceiro), distanásia (obstinação terapêutica que prolonga artificialmente a vida) e ortotanásia (morte em seu tempo natural, com interrupção de tratamentos fúteis e priorização dos cuidados paliativos).

Léo Pessini (2001) alerta que a obstinação terapêutica viola a dignidade humana, ao passo que a ortotanásia e os cuidados paliativos promovem uma morte serena e digna. No mesmo sentido, Debora Diniz (2006) acrescenta que o prolongamento artificial da vida pode transformar o corpo em objeto de tecnologia, afastando-se do ideal de respeito aos direitos humanos. Assim, as DAV são instrumentos fundamentais para assegurar a prevalência da ortotanásia sobre a distanásia.

Outro aspecto diz respeito à doação de órgãos, na qual o testamento vital poderia registrar essa intenção, funcionando como manifestação clara de vontade. Contudo, a legislação brasileira (Lei nº. 9.434/1997) exige o consentimento familiar, mesmo diante de declaração do paciente. Isso revela uma tensão entre autonomia e normas específicas de transplantes, reforçando a necessidade de harmonização legislativa.

Embora as DAV representem um avanço na garantia da autonomia, seu conteúdo encontra limites claros no ordenamento brasileiro. Não é possível, por exemplo, que o paciente registre desejo de eutanásia ou de suicídio assistido. De maneira diversa, países como Holanda (Lei de 2002), Bélgica (Lei de 28 de maio de 2002) e Canadá (Medical Assistance in Dying Act, 2016) permitem a antecipação da morte em condições específicas. Embora o ordenamento suíço não disponha de legislação específica sobre o tema, a base jurídica encontra-se no artigo 115 do Código Penal Suíço (StGB), que criminaliza apenas a ajuda ao suicídio quando praticada por motivos egoístas. Em razão desse dispositivo, consolidou-se a atuação de associações civis, como Dignitas e Exit, que oferecem suporte ao suicídio assistido de maneira legal, inclusive a estrangeiros. Esse modelo, construído pela ausência de proibição expressa, viabilizou o fenômeno conhecido como suicide tourism, que atrai pacientes de diversas nacionalidades em busca do exercício da autonomia sobre a própria morte. Em 2023, uma dessas entidades, a Exit-Deutsche Schweiz, registrou mais de 1.200 casos, o que ilustra o aumento da procura por alternativas que respeitam a autonomia na terminalidade (GINDRI, 2024). Esses números indicam que não se trata de casos isolados, mas de um fenômeno em expansão que expressa a demanda crescente pelo reconhecimento do direito à morte digna.

Diante da impossibilidade de acesso à morte digna no Brasil, mesmo que o princípio da dignidade da pessoa humana seja fundamento constitucional, a consequência desta negativa é uma autonomia parcial, limitada à recusa de tratamentos, mas que não contempla a decisão ativa de antecipar a morte em situações de sofrimento extremo. Essa limitação revela que o instituto das DAV não é suficiente, por si só, para efetivar plenamente a autonomia do paciente. Portanto, o que se assegura no Brasil é apenas uma autonomia negativa - de recusa a terapias invasivas -, mas não uma autonomia positiva de escolher a antecipação da morte.

Em decorrência desta negativa, muitos brasileiros, procuram clínicas estrangeiras para exercerem o direito à morte digna. Casos concretos ilustram esse dilema. Na obra de não-ficção "O dia em Eva decidiu morrer", o jornalista Adriano Silva (2025) relata a história de uma filósofa brasileira de 74 anos que sofreu um acidente vascular cerebral (AVC) e ficou com sequelas que lhe retiraram a autonomia e modificaram profundamente a maneira como ela vivia. Após muita reflexão, Eva decidiu morrer da maneira como ela considerava digna em uma clínica na Suíça, amparada pelo seu filho Guido

que lheu todo o apoio. De modo semelhante, o escritor Antonio Cicero, diagnosticado com Alzheimer, recorreu a uma clínica suíça para realizar o procedimento, deixando uma carta pública de despedida, na qual ele declarou ter vivido com dignidade e manifestou o desejo de também morrer com dignidade.

Os casos acima mencionados evidenciam que, diante da ausência de alternativas no Brasil, pacientes buscam em outros países a possibilidade de exercer plenamente sua autonomia e morrer de maneira digna. Contudo, nem todas as “Evas” e todos os “Antonios” possuem condição financeira para exercer esse direito em clínicas estrangeiras. Nesse sentido, a bioética da intervenção, defendida por Volnei Garrafa (2009), deve orientar políticas públicas que democratizem o acesso a essas escolhas, evitando que o direito de decidir sobre a própria morte seja privilégio de poucos ou de quem pode buscar essa alternativa no exterior. Assim, cabe ao Estado efetivar o exercício deste direito, através de legislação permissiva e de suporte médico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Diretivas Antecipadas de Vontade constituem instrumentos centrais para a efetivação da autonomia e da dignidade da pessoa humana no contexto da terminalidade da vida. Embora reconhecidas por normas éticas e pela doutrina civilista, sua ausência de regulamentação legal compromete a segurança de médicos e pacientes, além de gerar incertezas para familiares.

O direito estrangeiro demonstra que a regulamentação clara das diretivas confere maior confiança social e segurança jurídica, sem eliminar a complexidade dos dilemas éticos envolvidos. O problema central no Brasil, contudo, não está apenas na ausência de lei sobre DAV, mas sobretudo na proibição absoluta da morte assistida. Casos como o de Eva e o de Antonio Cicero revelam que, diante da falta de alternativas, brasileiros têm buscado no exterior a possibilidade de exercer plenamente sua autonomia.

Mais do que um instrumento jurídico, as DAV simbolizam o respeito ao direito de cada indivíduo decidir sobre o próprio morrer. Mas enquanto limitadas apenas à recusa de tratamentos, deixam intocada a questão fundamental da escolha ativa pela morte digna. A crítica, portanto, não recai sobre as DAV em si, mas sobre o ordenamento brasileiro, que permanece omissa em relação à possibilidade de morte assistida, negando ao indivíduo a forma mais radical de autodeterminação em seu processo de morrer.

REFERÊNCIAS

ALEMANHA. **Patientenverfügungsgesetz**, de 25 de fevereiro de 2009 (Lei alemã de diretivas antecipadas).

BEAUCHAMP, Tom; CHILDRESS, James. **Principles of biomedical ethics**. New York: Oxford University Press, 2019.

BÉLGICA. Loi relative à l'euthanasie, de 28 mai 2002. **Moniteur belge**, 28 mai 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997. Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1997.

CANADÁ. **Medical Assistance in Dying Act (MAID)**, 2016.

COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL. Mais de 8 mil testamentos vitais já foram registrados em cartórios do Brasil, **Notícias**, 11 nov. 2024. Disponível em: <https://cnbpr.org.br/mais-de-8-mil-testamentos-vitais-ja-foram-registrados-em-cartorios-do-brasil-2/>. Acesso em: 25 set. 2025.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado nº. 528**, da V Jornada de Direito Civil. Brasília: CJP, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 1.995**, de 9 de agosto de 2012.

DADALTO, Luciana; TUPINAMBÁS, Unai; GRECO, Dirceu Bartolomeu. Diretivas antecipadas de vontade: um modelo brasileiro. **Revista Bioética**, 21 (3), 2013. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/855/926. Acesso em: 20 set. 2025.

DINIZ, Debora. Quando a morte é um ato de cuidado: obstinação terapêutica em crianças. **Caderno de Saúde pública**, 22 (8), ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/r5yQ6CLZ8F4gKqNsR4TMDhC/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2025.

ESPANHA. Ley 41/2002, de 14 de noviembre. Ley básica reguladora de la autonomía del paciente y de derechos y obligaciones en materia de información y documentación clínica. **Boletín Oficial del Estado**, 15 nov. 2002.

GARRAFA, Volnei. Da bioética de princípios a uma bioética interventiva. *Revista Bioética*, 13(1), set. 2009. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/97. Acesso em: 25 set. 2025.

GINDRI, Valentina. Possibilitar o suicídio assistido é um ato de humanidade. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/possibilitar-o-suic%C3%ADdio-assistido-%C3%A9-um-ato-de-humanidade/a-70597778>. Acesso em: 25 set. 2025.

GOLDIM, José Roberto. Bioética: origens e complexidade. *Clinical and Biomedical Research*, v. 26, n. 2, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/hcpa/article/view/100251>. Acesso em: 23 set. 2025.

GRACIA, Diego. **Fundamentos de bioética**. 3. ed. Madrid: Triacastela, 2008.

HOLANDA. **Wet toetsing levensbeëindiging op verzoek en hulp bij zelfdoding** (Lei de exame da eutanásia e auxílio ao suicídio), de 12 de abril de 2002.

PESSINI, Léo. **Distanásia**: até quando prolongar a vida?. São Paulo: Loyola, 2001.

PORTUGAL. Lei nº 25/2012, de 16 de julho. Regula as diretivas antecipadas de vontade e cria o Registo Nacional do Testamento Vital. **Diário da República**, 1.ª série — N.º 136, Lisboa, 16 jul. 2012.

SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna. **Autonomia para morrer**: eutanásia, suicídio assistido, diretivas antecipadas de vontade e cuidados paliativos. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2015.

SILVA, Adriano. **O dia em que Eva decidiu morrer**: uma reflexão sobre autodeterminação e direitos de fim da vida. Belo Horizonte, Vestígio, 2025.

SUÍÇA. **Schweizerisches Strafgesetzbuch (StGB)**, de 21 de dezembro de 1937. (Código Penal Suíço).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Apelação Cível 1000938-13.2016.8.26.0100; Relatora: Mary Grün; Órgão Julgador: 7ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 32ª Vara Cível; Data do Julgamento: 10/04/2019; Data de Registro: 11/04/2019.

**DIRETRIZES PARA AS ORGANIZAÇÕES AUDITADAS: REDUZINDO OS IMPACTOS DE NÃO
CONFORMIDADE SOBRE A ÓTICA DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO**

*GUIDELINES FOR AUDITED ORGANIZATIONS: REDUCING THE IMPACTS OF NON-
CONFORMITY FROM THE PERSPECTIVE OF DOCUMENTATION PRESENTATION*

Área temática: Paz, Justiça e Instituições Eficazes

ALMEIDA, Maria Fabiana Izídio de
Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP)
Doutora em Ciência da Informação
izidio1985@gmail.com

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin
Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – *Campus Marília*
Doutora em História Social
marcia.pazin@unesp.br

Resumo

As organizações têm buscado a cada dia mais aperfeiçoar seus procedimentos, investindo em *compliance*, que visa executar processos e procedimentos com normas previamente estabelecidas, escritas e acessíveis, uma vez que isso reflete positivamente em sua imagem diante do mercado financeiro, por exemplo. Pode-se citar também que essa positividade de imagem alcança fornecedores, clientes, colaboradores e, demais parceiros. Diante do exposto, coloca-se como problema desta pesquisa: quais as diretrizes da gestão de documentos podem minimizar os impactos de não conformidade apontados pelas auditorias, tendo em vista a não entrega de documentos e informações? Apontar diretrizes que minimizem os impactos de não conformidade apontados pelas auditorias, tendo em vista a não entrega de documentos e informações é o objetivo geral desta pesquisa. Para tanto, esta pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo exploratório, utilizou-se como método de pesquisa, a pesquisa bibliográfica. Como principal resultado aponta-se quatro diretrizes macros da gestão de documentos capazes de minimizar os impactos de não conformidade apontados pelas auditorias, tendo em vista a não entrega de documentos, são elas: mapear os processos informacionais e documentais; organizar, controlar e gerenciar os documentos; disponibilizar de modo ágil a informação; manter no quadro de colaboradores o arquivista.

Palavras-chave: Gestão de documentos, Auditoria, Documentos Contábeis-Fiscais

Abstract

Organizations have increasingly sought to improve their procedures by investing in compliance practices, which aim to execute processes and procedures based on pre-established, written, and accessible standards. Such practices have a positive impact on the organization's image, particularly in the financial market. This positive perception also extends to suppliers, clients, employees, and other partners. Given this context, the research problem is formulated as follows: Which records management guidelines can minimize the non-conformity impacts identified in audits, considering the failure to deliver documents and information? The general objective of this study is to identify records management guidelines capable of reducing the non-conformity impacts reported by audits, due to the non-delivery of documents and information. This research is qualitative in nature and exploratory in type, using bibliographic research as its methodological approach. The main findings point to four macro guidelines in records management capable of minimizing the impacts of non-conformity identified in audits regarding the non-delivery of documents: mapping informational and documentary processes; organizing, controlling, and managing records; ensuring the agile availability of information; and including a records manager or archivist in the organizational staff.

Keywords: Records management; Auditing, Accounting, Tax Documents

1 INTRODUÇÃO

As organizações têm buscado a cada dia mais aperfeiçoar seus procedimentos, investindo em *compliance*, que visa executar processos e procedimentos com normas previamente estabelecidas, escritas e acessíveis, uma vez que isso reflete positivamente em sua imagem diante do mercado financeiro, por exemplo. Pode-se citar também que essa positividade de imagem alcança fornecedores, clientes, colaboradores e, demais parceiros.

Aliado a isso, destaca-se que organizações que exercem controles mais rígidos de processos tendem a ser mais produtivas, isso devido à organização proporcionada por essa atividade, além disso, conquistam mais agilidade nas tomadas de decisões, devido a disponibilização rápida de informações.

Essa propensão, na maioria das vezes, volta-se a organizações que passam por auditorias, sejam elas obrigatórias: organizações de sociedades anônimas de capital aberto; ou não, como as de sociedade anônimas de capital fechado, formada por grandes grupos empresariais, com mais de um sócio; dentre outras modalidades, que buscam mais transparência e conformidade em seus processos e finanças.

Por outro lado, o momento da auditoria, muitas vezes, acarreta às organizações momentos de tensão, isso relaciona-se diretamente com a dificuldade em apresentar as informações solicitadas no tempo solicitado pelos auditores. Com isso, muito antes da auditoria apontar as não conformidades encontradas, a organização tem a dificuldade em apresentar as informações, o que causa apreensão nos colaboradores, no momento da auditoria.

Esse cenário ocorre devido à falta de gestão de documentos que compreende “[...] uma política documental eficiente para a organização, envolvendo desde a produção do documento até sua eliminação ou guarda permanente [...]” (Valentim, 2012, p. 17). Com a implantação da gestão de documentos a organização garante o planejamento, gestão, controle, organização dos seus documentos e informações, dentre outros benefícios que estão diretamente ligados à eficiência operacional, que consequentemente abarca também o atendimento às auditorias.

Diante do exposto, coloca-se como problema desta pesquisa: quais as diretrizes da gestão de documentos podem minimizar os impactos de não conformidade apontados pelas auditorias, tendo em vista a não entrega de documentos e informações? Apontar diretrizes que minimizem os impactos de não conformidade apontados pelas auditorias, tendo em vista a não entrega de documentos e informações é o objetivo geral desta pesquisa. Para tanto, esta pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo exploratório, utilizou-se como método de pesquisa, a pesquisa bibliográfica.

Como principal resultado aponta-se quatro diretrizes macros da gestão de documentos capazes de minimizar os impactos de não conformidade apontados pelas auditorias, tendo em vista a não entrega de documentos, são elas: mapear os processos informacionais e documentais; organizar, controlar e gerenciar os documentos; disponibilizar de modo ágil a informação; manter no quadro de colaboradores o arquivista.

Destaca-se que esta pesquisa é fruto de dissertação produzida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, sobre a orientação da Prof. Dr. Marcia Cristina Pazin de Carvalho Vitoriano.

2 TÉCNICAS CONTÁBEIS

As Ciências Contábeis possuem muitas finalidades, destaca-se o controle patrimonial como uma das atividades mais requisitadas pelas organizações, uma vez que por meio de diferentes técnicas e ferramentas, demonstra de modo lógico e visual a situação financeira para seus principais usuários: sócios, presidência, gestão, colaboradores, dentre outros que possam ter autorização para acessar essas informações.

As técnicas contábeis são: escrituração, demonstrações financeiras, análise de balanços e auditorias. A aplicação de cada técnica contábil pode variar a partir do “[...] formato societário, previsto no Código Civil (2002) como: Nome Coletivo, Comandita Simples, Limitada, Anônima, Comandita por Ações, Cooperativa e Coligadas” (ALMEIDA, 2018, p. 70).

A escrituração assim como a maioria das atividades dentro das Ciências Contábeis está regulamentada em instrumento jurídico. Nesse caso, a regulamentação consta no Decreto-lei n.º 486 de 03 de março de 1969, no art. 1º e também no Código Civil de 10 de janeiro de 2002, no art. 1.179. Essa técnica contábil abarca:

[...] registros sistemáticos de todos os fatos de valor econômico para uma pessoa jurídica, pelos quais os referidos fatos ficam demonstrados em livros próprios de modo que possam ser verificados. A escrituração oficial da empresa é a escrituração contábil, feita nos livros Diário, Razão, e demais livros auxiliares. Na escrituração contábil, o saldo da conta no fechamento do período é levado à abertura da conta no período seguinte (Lacombe, 2009, p.263).

Logo, compõe a base de toda a contabilidade da organização, por demonstrar por meio de registros minuciosos as entradas e saídas, deve ser mantida organizada e acessível, independente do suporte, “Material no qual são registradas as informações” (Dicionário de Terminologia Arquivística, 2005, p. 159), em que foi registrada. O arquivista precisa compreender a documentação em que se registra a escrituração, são eles: Livro de registro diário; Livro razão; Livro caixa; Livro conta corrente; Livro de Controle da Produção e do Estoque; Livro de Registro de Entrada; Livro de Registro de Saída; Livro de Registro de Inventário e Livro de Registro de Duplicatas.

Nos dias atuais, a entrega de informações contábeis tem se tornado cada vez mais rápida e segura, o Governo elaborou mecanismo para que a escrituração seja realizada de modo digital, por meio do SPED, operacionalizando a Escrituração Contábil Digital (ECD) Isso, facilita também o cruzamento de informações, proporcionando mais eficiência também nas fiscalizações, no entanto essa modalidade ainda não atinge a totalidade de formas de tributação, ou seja, não abrange todas as organizações.

A técnica demonstração financeira, conhecida também como demonstração contábil abarcam: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados. Nessa técnica contábil o contador, processa o evento contábil e “[...] após classificá-los e registrá-los seguindo as normas contábeis vigentes são responsáveis pela preparação das correspondentes demonstrações financeiras [...]” (Salazar; Benedicto, 2004, p. 2).

Em síntese as demonstrações financeiras resumem, muitas vezes, de modo gráfico como foi o período financeiro da organização, propiciando inúmeras análises e tomadas de decisão pelos usuários competentes dessas informações.

As análises de balanço abarcam um estudo detalhado,

[...] da situação financeira e patrimonial de uma empresa ou entidade, através da decomposição de elementos e de levantamentos de dados que consistem em relações diversas que entre si possam ter tais elementos, com o objetivo de conhecer a realidade de uma situação ou de levantar os feitos de uma administração sob determinado ponto de vista (Neves; Viceconti, 2004, p. 77).

Na execução dessa técnica contábil torna-se ainda mais perceptível, que dados podem ser transformados em informações úteis para tomadas de decisão, uma vez que pela representação gráfica do balanço muitas conclusões sobre a vida financeira da organização podem ser interpretadas. Vale destacar a definição de dados apresentada por Miranda (1999, p. 285) “[...] um conjunto de registros qualitativos ou quantitativos conhecidos que organizado, agrupado, categorizado e padronizado adequadamente transforma-se em informação” (1999, p. 285).

Esse cenário é ocorre comumente dentro da contabilidade da organização, onde muitos dados são analisados e muitas decisões são tomadas.

2.1 Auditoria e a fonte de evidência documental

A técnica contábil auditoria, foco da presente pesquisa, chegou ao Brasil na Década de 1940, a partir da instalação de empresas multinacionais, para que os investidores tivessem garantias de como os processos financeiros estavam funcionando, bem como a saúde financeira dessas empresas. Com isso, surgiu um novo fazer para os contadores brasileiros, realizar auditorias, que posteriormente foi expandida para outras finalidades, não apenas para empresas de sociedade anônimas de capital aberto.

Atualmente, são executados no Brasil quatro tipos de auditorias: auditoria operacional ou de gestão, auditoria de balanço, auditoria de processamento eletrônico de dados, perícia contábil, auditoria das demonstrações contábeis ou financeira e auditoria de conformidade e *compliance*. Destaca-se para

esta pesquisa a Auditoria de demonstrações contábeis ou financeira, tratada aqui como auditoria financeira, que busca “Emitir uma opinião sobre a adequação das demonstrações contábeis de uma entidade” (Barreto; Graeff, 2012, p. 23).

Essa opinião é emitida a partir de dois pontos fundamentais: entendimento do processo operacional que está sendo auditado e a documentação que é gerada a partir das atividades desse processo, ou seja, as provas. Essa documentação pode ser em suporte papel, eletrônica ou digital, são as fontes de evidências que podem ser ainda, de acordo com Barreto; Graff (2012):

- **Evidência física:** trata-se de uma comprovação real de existência de ativos e passivos;
- **Evidência analítica:** muitas análises são realizadas, sejam estatísticas, comparações entre saldos ao longo dos as, etc;
- **Evidência matemática:** são realizados cálculos, que o auditor realiza para confirmar dados que refletem as demonstrações contábeis;
- **Evidência testemunhal ou verbal:** a partir de entrevistas são captadas informações de pessoas internas e externas;
- **Evidências por confirmação:** são solicitados documentos de terceiros em relação a informações de interesse, que estão em processo de auditoria;
- **Evidência por representações:** relacionam-se com documentos que tratam de afirmações da administração.

No que se refere à evidência documental, foco desta pesquisa, é realizada a partir de amostragens, uma vez que a auditoria tem um prazo curto para permanecer na organização auditada. As organizações que possuem regularidade em auditorias, recebem previamente uma relação de documentos que serão utilizados, porém quando os auditores chegam à organização, novas informações precisam ser coletadas e disponibilizadas.

Há duas modalidades de amostragem, a estatística onde a seleção é de modo científico e tem como finalidade que “[...] os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas (Barreto; Graeff, 2012, p. 190)”. E a amostragem não estatística, que por meio da experiência profissional do auditor, quando ele preconiza que pode haver uma irregularidade em determinado processo, solicita documentação.

O trabalho realizado pelos auditores é complexo e repleto de análises e entendimentos de processos, para tanto é substancial que seu trabalho também seja documentado, de tal modo que qualquer contestação possa ser devidamente explicada, ainda que já se tenha passado alguns anos. “A máxima que trata da documentação de auditoria diz que trabalho não documentado é trabalho não executado” (Longo, 2015, p. 216).

As auditorias financeiras seguem procedimentos e onde são consultados determinados processos e documentos. O Quadro 1 – Procedimentos de Auditoria, que segue abaixo, proposto por Almeida (2012) demonstra essas relações.

Quadro 1 – Procedimentos de Auditoria

Procedimentos	Definição	Exemplos
Contagem Física	Utilizado para as contas do ativo e, consiste em identificar fisicamente o bem declarado nas demonstrações contábeis.	-Dinheiro em caixa -Estoques -Títulos -Bens do ativo imobilizado
Confirmação com Terceiros	Utilizado pelo auditor para confirmar, por meio de cartas, bens de propriedade da empresa em poder de terceiros, direitos a receber e obrigações.	-Dinheiro em conta corrente -Contas a receber de clientes -Estoques em poder de terceiros -Títulos em poder de terceiros -Contas a pagar a fornecedores -Empréstimos a pagar
		-Cálculos de valorização de estoques -Cálculos de amortização de despesas antecipadas e diferidas

Conferência de Cálculos	Efetua diversos cálculos em todo o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	-Cálculos das depreciações dos bens do ativo imobilizado -Cálculos da correção monetária sobre o ativo permanente e o patrimônio líquido -Cálculos dos juros provisionados
Inspeção de documentos	Examina documentos com o objetivo de constatar a veracidade dos valores registrados.	-Relatórios de despesas -Boletim de caixa -Mapas demonstrativos -Requisição de compra -Mapa de licitação de compras -Registro de empregado -Folha de pagamento -Livros sociais -Notas fiscais, faturas, e duplicatas de fornecedores -Apólice de seguro -Contratos -Escrituras de imóveis -Certificados de propriedade de veículos

Fonte: Baseado em Almeida (2012).

Nota-se no quadro 7, que os procedimentos realizados contemplam desde contagem de estoque, o que exige que o auditor faça visita *in loco* na armazenagem da organização, que tenha contato com a documentação de fornecedores e clientes da organização, que realize complexos cálculos e que inspecione a documentação, que pode variar em quantidade e tipos de documentos, dependendo do ramo de negócio.

Após realizar as análises pertinentes o auditor emite um parecer ou um relatório de auditoria, definidos por Lacombe (2009, p. 53) como:

Parecer: opinião emitida a pedido de alguém por pessoa altamente especializada em determinada área, sobre assunto controverso (p. 455). **Relatório de auditoria:** que contém a opinião dos auditores sobre os resultados da fiscalização exercida (Lacombe, 2009, p. 533).

Esses documentos apresentam os apontamentos analisados pela auditoria, indicando também boas práticas para que a organização melhore seus controles, procedimentos, buscando mais transparência e *compliance* em suas atividades financeiras.

Para essa compreensão e análise os documentos são peças chaves, por esse motivo esta pesquisa vem ressaltar a importância das organizações auditadas manterem a gestão dos seus documentos. Isso a partir de um planejamento, gerenciamento e controle preconizados por um arquivista, profissional habilitado para tal finalidade.

3 GESTÃO DE DOCUMENTOS

A gestão de documentos é uma das principais ferramentas da Arquivologia e sua criação relaciona-se com uma mudança de paradigma na área científica, uma vez que a premissa era que os arquivos administrativos passavam diretamente para arquivos históricos, ou seja, não recebiam o tratamento da avaliação documental, por exemplo eram devidamente tratados somente nos arquivos históricos.

A “arquivística tradicional” ou “arquivística europeia” apresentava características conservadoras, privilegiando os arquivos históricos [...]. No século XIX e primeira metade do século XX, a arquivística tradicional estabelecia que a documentação deveria passar imediatamente da fase administrativa para a fase histórica (Moreno, 2008, p. 78).

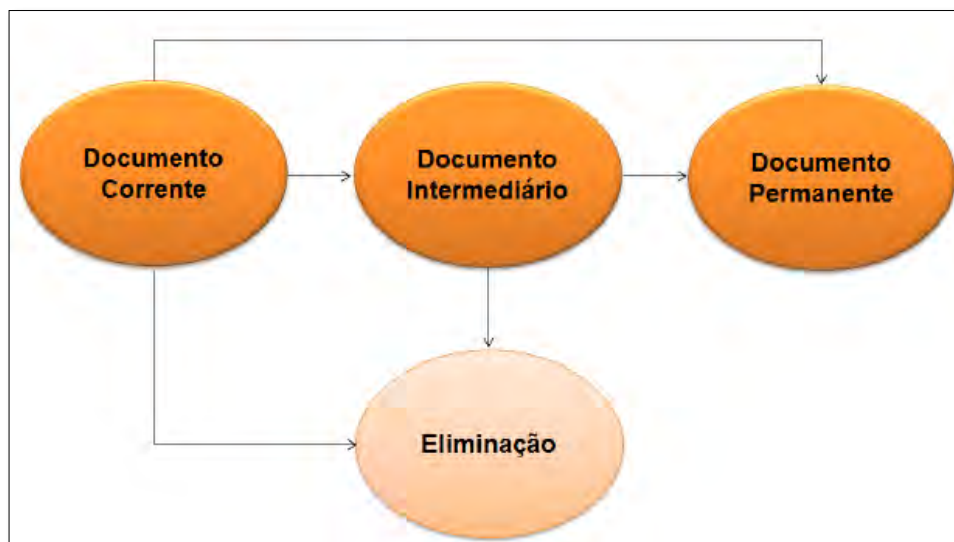
Com isso, os arquivos eram abarrotados de documentos e, muito desses, não precisaria permanecer nos arquivos históricos, afinal armazenar toda a documentação produzida e recebida administrativamente, já é um desafio atualmente apesar dos advenços tecnológicos, imagine no século XIX.

Muita discussão foi realizada pelos profissionais da área envolvendo influências norte-americana, europeia e o cenário foi se redesenhando, chegando ao modelo que é praticado atualmente, quando se considera que os documentos possuem um ciclo de vida, com idade corrente, intermediária e permanente, logo é dispensada gestão desde a criação do documento, analisando se essa criação realmente é necessária. Com isso, ocorreu a união das correntes teóricas da “arquivística tradicional” que visava os documentos históricos e a “arquivística integrada”.

A abordagem arquivística integrada nos parece ser mais lógica e abrangente. Isto é, a gestão documental ou gestão de documentos deve considerar o todo, ou seja, os documentos, nas fases corrente, intermediária e permanente (Moreno, 2008, p. 80).

A Figura 1 – “Ciclo de vida dos documentos”, que segue abaixo, propicia a compreensão das possibilidades de um documento que no que se refere seu trâmite e destinação final.

Figura 1 – Ciclo de vida dos documentos



Fonte: Almeida (2018).

A Figura 1 – “Ciclo de vida dos documentos”, que segue abaixo, propicia a compreensão das possibilidades de um documento que no que se refere seu trâmite e destinação final. A organização que possui o planejamento, gerenciamento e controle dos seus documentos, usufruirá dos benefícios proporcionados pela gestão de documentos, a partir do ciclo de vida dos documentos, uma vez que a massa documental é reduzida, com isso há mais espaço físico no arquivo e com menos documentos a localização é mais ágil e, conseqüentemente reflete na tomada de decisão, que baseada na análise de documentos torna-se mais assertiva e segura.

Nota-se na Figura 1 que o documento ainda na fase corrente possui três destinos: pode ir diretamente para a fase permanente, como é o caso de uma ata de reunião, pode ir para a fase intermediária, uma nota fiscal de compra para dar um exemplo ou ainda ser descartado após cumprir sua função ainda na fase administrativa, um *check list* é um exemplo. Certamente, cada documento citado como exemplo não é regra, uma vez que é preciso para descartar ou manter um documento uma avaliação documental holística, envolvendo vários setores da organização.

Para tal gerenciamento e controle a gestão de documentos possui etapas macros, pode-se destacar a identificação, a produção e a avaliação de documentos. Essas etapas macros embasarão outras atividades, que propiciarão a criação dos instrumentos arquivísticos necessários ao controle e gestão dos documentos da organização, que “[...] é recorrentemente deficiente nos ambientes empresariais e ocasionam desconfiança e insegurança quanto ao acesso e uso desses documentos para a tomada de decisão e para consecução de suas atividades” (Bueno; Valentim, 2010, p. 236).

A identificação abrange atividades relacionadas à pesquisa ao órgão produtor e ao levantamento dos tipos de documentos produzidos e recebidos pela organização. No que se refere a produção de documentos, o arquivista deverá analisar se os documentos que compõem o acervo da organização ainda são pertinentes, uma vez que ocorre que documentos continuam sendo gerados, muitas vezes, sem utilidade. O que concerne a avaliação de documentos é uma das etapas críticas da gestão de documentos, pois nesse momento realizar-se-á a atribuição de valores aos documentos, com isso é salutar a constituição de uma comissão avaliadora de documentos, pois um documento descartado pode representar uma perda irreparável de informação, já que

A informação constitui um importante requisito para a sobrevivência das empresas no atual contexto mercadológico. Mais do que a existência desse ativo, a gestão de uma utilização eficaz, torna-se relevante em um cenário altamente competitivo (Moreira; Nunes, 2009, p. 249).

Essas etapas e atividades são fundamentais nessa atualidade, globalizada, com concorrência acirrada, busca por excelência, eficiência, eficácia, redução de custos, dentre outras características que as organizações privadas buscam constantemente para se estabilizarem e crescerem nos seus mercados. Sem dúvida, a gestão de documentos colabora com esse cenário, facilitando todos os usos da informação que a organização necessita, seja para uso interno, fiscalizações, auditorias e demais necessidades.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é sempre um momento reflexivo, no qual o pesquisador se depara com uma problemática, no qual busca-se uma solução, com caminhos bem definidos através de procedimentos metodológicos. “A metodologia científica é, pois, aquela disciplina que ensina o “caminho”, quer dizer, as normas técnicas que devem ser seguidas na pesquisa científica” (Rampazzo, 2013, p. 13).

Esta pesquisa se constitui como natureza qualitativa, que de acordo com Diehl e Tatim (2004, p. 52) “[...] podem descrever a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis”. O tipo de pesquisa estabelecido foi a exploratória, que “[...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 1994, p. 45). A pesquisa bibliográfica foi o método utilizado “[...] implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório (Lima; Miotto, 2007, p. 38).

Essa metodologia de pesquisa propiciou identificar e discutir autores que são referências nas temáticas centrais desta pesquisa.

5 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

As visitas de auditoria costumam ser rápidas, dependendo do trabalho e da frequência em que essas acontecem, um dos fatores do tempo do auditor em seus clientes é meramente financeiro, haja vista que a hora de um consultor, geralmente, é custosa. Por esse motivo, disponibilizar a documentação o mais rápido possível gera redução de custos também na contratação da auditoria.

Apresentar a documentação em tempo hábil e de modo organizado além de contribuir com as análises dos auditores demonstram organização dos processos e controle sobre as atividades realizadas. Porém, a realidade comumente é outra, em pesquisa realizada anteriormente (Almeida, 2018) identificou as maiores dificuldades dos auditores no que tange a carência de gestão de documentos dos seus clientes no momento da auditoria: lacunas no processo; ensejo a fraudes; maior tempo para concluir as análises; atrasos na entrega dos resultados; reflexos na qualidade dos trabalhos executados; retrabalhos; perda de clientes; incertezas das informações apresentadas; desorganização dos próprios processos; falta de controle de informações e apontamento nos relatórios finais da auditoria, que seguem detalhadas a seguir.

As lacunas no processo foram identificadas como uma ocorrência frequente no momento de entendimento dos processos, quando muitas atividades são executadas sem controles, *compliance*, por colaboradores não preparados, dentre outros elementos que propiciam inclusive o ensejo a fraudes devido a falta de controle de processos e definição de responsabilidades e atividades dos cargos.

A demora na entrega da documentação solicitada pela auditoria acarreta maior tempo para concluir as análises e consequentemente atrasos na entrega dos resultados. Esses dois últimos

apontamentos refletem na qualidade dos trabalhos executados, pois muitas informações não são acessadas, logo comprometem o entendimento dos processos e na formação do parecer, gerando constantes retrabalhos.

A perda de clientes também foi apontada como uma íntima relação a não entrega ou demora da entrega dos documentos, pois com isso o auditor precisa permanecer no cliente, ficando impossibilitado de assumir novos trabalhos.

Há situações apontada pelo auditor que quando um documento é apresentado ilegível, sem assinatura, cópias indevidas e outras avarias, o auditor desconsidera o documento, aumentando ainda mais a não entrega de documentos, pois isso gera incertezas das informações apresentadas. *“Há ainda casos em que são apresentadas cópias de documentos e documentos sem assinaturas, isso enfraquece a evidência da operação e acende um alerta”* (Almeida, 2018, p. 127).

A desorganização dos próprios processos e a falta de controle de informações também são cenários comuns ao chegar nas organizações. De acordo com o auditor entrevistado: *“O corriqueiro é faltarem documentos, mas a maior parte dos clientes já providencia quando chegamos para iniciar os trabalhos”* (Almeida, 2018, p. 127).

Todas essas dificuldades apresentadas podem compor e serem apontadas nos relatórios finais da auditoria, o que de fato não demonstra organização, segurança nos processos financeiros e sim uma fragilidade da gestão.

Partindo das dificuldades elencadas acima propõe as seguintes diretrizes para as empresas que são auditadas, com o objetivo que se preparem para receber as auditorias e obtenham sucesso nos pareceres, demonstrando aos seus sócios, gestores, investidores credibilidade, organização e eficiência dos seus processos, conforme apresentado na Figura 2 – “Diretrizes de gestão de documentos para empresas auditadas”.

Figura 2 – Diretrizes de gestão de documentos para empresas auditadas.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Nota-se na Figura 2 que o centro realmente é a implantação da gestão de documentos e para que seja implantada as atividades nas demais esferas também precisam ser executadas para que se obtenha sucesso no atendimento da auditoria.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa mostraram que é fundamental que se tenha diretrizes que abarcam a gestão de documentos e que de fato é um diferencial no momento da auditoria, uma vez que perpassa transparência, credibilidade e reduz apontamentos em relatórios, o que pode atrair mais sócios e capital para a organização.

Destaca-se ainda, que indicar a implantação de gestão de documentos pode ser um indicativo das empresas de auditorias para seus clientes, o que trará, se implantada inúmeros benefícios tanto a empresa de auditoria, como para a própria organização.

Na atual sociedade da informação, manter as informações organizadas, controladas e acessíveis é um diferencial, inclusive competitivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso completo e moderno**. São Paulo: Saraiva, 2012.

ALMEIDA, M. F. I. **Gestão documental e seus impactos: uma abordagem nos processos de auditoria**. 186 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2018.

BARRETO, Danuza; GRAEFF, Fabiana. **Auditoria: teoria e exercícios comentados**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012.

BUENO, Daniel Antônio; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Fluxos documentais em ambientes empresariais: características, tipologias e usos. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Ambientes e fluxos de informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Celina. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Dicionário de negócios**. São Paulo: Saraiva, 2009.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 10, p. 37–45, 2007.

LONGO, Carlos Gilberto. **Manual de Auditoria e Revisão de Demonstrações Financeiras: novas normas brasileiras e internacionais de auditoria**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MIRANDA, Regina Célia da Rocha. **O uso da informação na formulação de ações estratégicas pelas empresas**. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 28, n. 3, p. 284–290, set./dez. 1999.

MOREIRA, João Victor Tavares; NUNES, Maria Goretti. A gestão da informação em uma instituição de ensino superior: registros acadêmicos em foco. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 248–261, jul./dez. 2009.

MORENO, Nádina Aparecida. Gestão documental ou gestão de documentos: trajetória histórica. In: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida (orgs.). **Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: EDUEL, 2008.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Contabilidade básica e estrutura das demonstrações financeiras**. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo: Frase Editora, 2004.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

SALAZAR, José Nilo; BENEDICTO, Gerson Carlos de. **Contabilidade financeira**. São Paulo: Cengage Learning, 2004.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Gestão documental em ambientes organizacionais. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Estudos avançados em arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012

**DISCURSO EMPRESARIAL E PERSUASÃO ÉTICA: A CARTA DO PRESIDENTE DA VALE S.A.
EM PERSPECTIVA RETÓRICA**

*CORPORATE DISCOURSE AND ETHICAL PERSUASION: THE LETTER FROM THE PRESIDENT
OF VALE S.A. IN A RHETORICAL PERSPECTIVE*

Área temática: ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 12 – Consumo e Produção
Responsáveis

FERRAREZI, Maria Amélia D. O.
Uni-FACEF/UNIFRAN
Doutoranda em Linguística
madoherrarezi@gmail.com

FERRAZ, Luana
UNIFRAN
Doutora em Língua Portuguesa
luana.ferraz@unifran.edu.br

Resumo

A comunicação organizacional com *stakeholders* consolidou-se como ferramenta essencial para a manutenção da confiança institucional, sendo os Relatórios de Sustentabilidade (RS) e, mais recentemente, os Relatos Integrados (RI), instrumentos de transparência e construção de credibilidade. Este artigo analisa, sob a perspectiva das teorias retóricas e neoretóricas, os expedientes discursivos presentes na Carta do Presidente do Conselho de Administração da Vale S.A., integrante do RS de 2019, produzido no contexto do desastre da barragem de Brumadinho. O objetivo é identificar os principais expedientes retóricos em funcionamento nesse texto e discutir seus efeitos na construção da imagem de credibilidade do orador, considerando a posição da empresa diante da compreensão da gravidade do ocorrido e da disponibilidade em assumir e tratar suas consequências. A metodologia é qualitativa, bibliográfica e analítico-descritiva, fundamentada nas concepções clássicas de Aristóteles (*ethos*, *logos*, *pathos* e cânones retóricos) e com aportes de autores contemporâneos. Os resultados evidenciam o uso articulado das partes da disposição retórica (exórdio, narração, confirmação e peroração), associadas às provas retóricas e a figuras como hipérbole, eufemismo, personificação, metáfora e metonímia. Observou-se a constituição de um *ethos* institucional prudente, sensível e intelectualmente competente, capaz de dialogar com as emoções do auditório (*pathos*) e de fundamentar-se em argumentos racionais (*logos*) ancorados em compromissos de acolhimento e reparação. A pesquisa contribui para os estudos sobre governança comunicacional, sugerindo que os RI (RS), ao incorporarem recursos retóricos, ampliam sua efetividade como dispositivos de retenção de investidores e de inserção da transparência organizacional.

Palavras-chave: retórica, *ethos*, *dispositio* e *elocutio*.

Abstract

Organizational communication with stakeholders has become an essential tool for maintaining institutional trust, with Sustainability Reports (SR) and, more recently, Integrated Reports (IR) serving as central instruments of transparency and credibility-building. This article analyzes, from the perspective of rhetorical and neo-rhetorical theories, the discursive strategies present in the Letter from the Chairman of the Board of Directors of Vale S.A., included in the 2019 SR, produced in the context of the Brumadinho dam disaster. The aim is to identify the main rhetorical devices operating in this text and to discuss their effects on constructing the speaker's credibility, considering the company's stance toward acknowledging the seriousness of the event and its willingness to assume and address its consequences. The methodology is qualitative, bibliographical, and analytical-descriptive, grounded in Aristotle's classical conceptions (*ethos*, *logos*, *pathos*, and rhetorical canons) and contributions from contemporary authors. The results highlight the articulated use of rhetorical arrangement (exordium, narration, confirmation, and peroration), combined with rhetorical proofs and figures such as hyperbole,

euphemism, personification, metaphor, and metonymy. The study observed the construction of an institutional ethos that is prudent, sensitive, and intellectually competent, capable of engaging with the audience's emotions (pathos) and grounding itself in rational arguments (logos) anchored in commitments to care and reparation. The research contributes to studies on communicational governance, suggesting that IRs, by incorporating rhetorical resources, enhance their effectiveness as mechanisms for investor and talent retention and as instruments for embedding organizational transparency among stakeholders.

Keywords: rhetoric, *ethos*, *dispositio* and *elocutio*.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação realizada no peculiar ambiente organizacional com os *stakeholders* torna-se, a cada dia, elemento essencial para retenção dos investidores, dos talentos, bem como para a atração de novos investidores e para manter-se como referência ética perante a sociedade. Essas comunicações se direcionam aos usuários internos e externos das informações. Os usuários internos, aqueles que estão ligados diretamente às decisões e responsabilidades da empresa: Conselho da Administração, Conselho Fiscal, Diretores e Executivos possuem acesso constante, on-line, às informações, pois as utilizam para tomada de decisão na condução do negócio, de forma a agregar valor à empresa. Os usuários externos, aqueles que não estão ligados diretamente às decisões do dia a dia da empresa, mas que se interessam por ela, seja para investir, trabalhar, vender, comprar, financiar, e até para acompanhar se as práticas empresariais seguem os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Essas comunicações escritas exibem mensagens empresariais aos seus usuários, e são disponibilizadas em períodos trimestrais e/ou anuais, realizadas em dois escopos, sejam eles: escopo de informações financeiras e escopo das informações não financeiras, conforme evidenciado no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Informações Financeiras e Não Financeiras

Informações / Relatórios Financeiros	Informações / Relatórios Não Financeiros e Financeiros
Demonstrações Contábeis: Balanço patrimonial; Demonstrações do resultado do exercício; Demonstrações do resultado abrangente; Demonstrações das mutações do patrimônio líquido; Demonstrações do fluxo de caixa; Demonstrações do valor adicionado; Notas explicativas; “São aquelas cujo propósito reside no atendimento das necessidades informacionais de usuários externos que não se encontram em condições de requerer relatórios especificamente planejados para atender às suas necessidades peculiares” (NBC TG 26, p.3).	Relatórios de Sustentabilidade (RS): Os RS se consolidaram em 1990 com institucionalidade da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e o surgimento de padrões de relatórios com foco em sustentabilidade. Em 1997, foi criado o <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI), que se tornou referência internacional para elaboração de relatórios de sustentabilidade, ao estabelecer princípios e indicadores comparáveis (econômicos, ambientais, sociais e de governança – ESG), e assim foi seguido pelas grandes corporações até 2019. A partir de 2020, o relatório de sustentabilidade passou a seguir os princípios da <i>International Integrated Reporting Council</i> (IIRC), constante no relatório denominado Relato Integrado (RI), que busca integrar, em um único documento, informações financeiras e não financeiras, com foco na criação de valor no curto, médio e longo prazo, mantendo claras as informações de sustentabilidade com princípios e indicadores comparáveis (econômicos, ambientais, sociais e de governança – ESG). Relato Integrado (RI): descreve a visão de longo prazo de um mundo em que o pensamento integrado está enraizado nas principais práticas de negócios dos setores público e privado, facilitado como padrão para relatórios corporativos. O

	Relatório demonstra a alocação eficiente e produtiva de capital como força para conferir estabilidade financeira e sustentabilidade.
Objetivos	Objetivos
O objetivo das informações financeiras, denominadas pela Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG) Estrutura Conceitual como “relatório financeiro para fins gerais”, é fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta, “que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade. Essas decisões envolvem decisões sobre: (a) comprar, vender ou manter instrumento de patrimônio e de dívida; (b) conceder ou liquidar empréstimos ou outras formas de crédito; ou (c) exercer direitos de votar ou de outro modo influenciar os atos da administração que afetam o uso dos recursos econômicos da entidade”.	O Relato Integrado objetiva resolver necessidades para: a) melhorar a qualidade da informação disponível a provedores de capital financeiro, permitindo a alocação de capital mais eficiente e produtiva; b) promover uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo, que aproveite as diversas vertentes de relato e comunique a gama completa de fatores que afetam, de forma substancial, a capacidade da organização de gerar valor ao longo do tempo; e c) aperfeiçoar a prestação de contas e a responsabilidade pela gestão da base abrangente de capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, de relacionamento e natural) e promover o entendimento de suas interdependências.

Fonte: elaborado pelas autoras (2024), com base na NBC TG – Estrutura Conceitual, 2019, p. 5-62; NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, 2017, p. 3 e CTC 09 – Correlação à Estrutura Conceitual do Relato Integrado, 2020, p. 4.

Nesta análise, o recorte está nas comunicações destinadas aos usuários externos, parte constante do relatório não financeiro denominado “Relatório de Sustentabilidade (RS) – Informações não financeiras”, do ano de 2019, da empresa Vale S.A., uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, que tem seus títulos negociados nas bolsas de valores de São Paulo – B3 S.A. (VALE3), Nova York – NYSE (VALE) e Madri – LATIBEX (XVALO), e que foi a responsável pela tragédia socioambiental ocorrida no dia 25 de janeiro de 2019 em Brumadinho/MG.

Às 12h28 dessa data, a barragem da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, em Brumadinho/MG, se rompeu, causando a morte de 272 pessoas. Além das perdas humanas, o acidente também causou impactos ambientais e socioeconômicos. A barragem, construída há 25 anos pela Ferteco Mineração com a finalidade de dispor os rejeitos do processo de beneficiamento a úmido de minério de ferro, foi adquirida pela Vale no ano de 2001. Segundo publicações da empresa Vale S.A., no momento do rompimento, a barragem encontrava-se inativa, com projeto de descaracterização em desenvolvimento.

Hoje, 6 anos após o desastre ambiental, econômico, social e de governança, conforme site da Vale¹, específico para divulgação da reparação feita nesse período, a declaração é que: é um compromisso da empresa, conforme acordo judicial, a reparação integral dos danos causados às pessoas e territórios atingidos. No mesmo site, a empresa publica um relatório, com as ações realizadas, as que estão realizando e as que ainda irão realizar. As ações feitas englobam atendimento humanitário, socioeconomia, reparação socioambiental, segurança de barragens. Mas do ponto de vista judicial, o processo ainda não se encerrou e nenhum culpado foi punido, o que faz o tema ainda contemporâneo, de interesse social dos impactados, mas de interesse de toda a sociedade brasileira que se preocupa com o fazer empresarial de forma sustentável e responsável.

Considerando-se o contexto retórico um “[...] conjunto de fatores temporais, históricos, culturais, sociais etc., que exercem influência no ato de produção e de recepção dos discursos” (Ferreira, 2022, p. 31), e que este configure-se, para o discurso em análise, tal como fora acima relatado, questiona-se: como se posiciona retoricamente o presidente do Conselho de Administração (C.A.) da Vale S.A., em Carta pertencente ao Relatório de Sustentabilidade (RS) da empresa referente

¹ Disponível em: <https://vale.com/pt/reparacao>. Acesso em: 28 set. 2025.

ao ano de 2019, ano do desastre, frente a esse acontecimento e ao compromisso de reparação integral?

A teoria retórica pode ser verificada como uma atividade estratégica e de princípios de comunicação persuasiva inevitável na vida humana contemporânea. Todos que vivem em comunidade são retóricos, de modo ativo ou passivo, como um professor que usa a retórica com seu aluno ou um pai que usa a retórica com seu filho. Durante o período eleitoral somos bombardeados pelos apelos dos candidatos por nosso voto. E ainda há a publicidade, que a todo tempo busca seus objetivos na comunicação persuasiva (Corbett; Connors, 2022). Nesta esteira, a teoria retórica é legitimamente aplicada na interação entre organizações empresariais e seus *stakeholders*.

Dessa forma, o objetivo geral do artigo é identificar os principais expedientes retóricos em funcionamento na Carta do presidente do C.A. da Vale S.A., pertencente ao Relatório de Sustentabilidade (RS) referente ao ano de 2019, e discutir os efeitos desses expedientes na construção da imagem de credibilidade do orador, frente às partes interessadas, a partir da posição da empresa em relação à compreensão da dimensão do ocorrido e à disponibilidade em assumir e tratar as consequências diante do rompimento da barragem de Brumadinho/MG.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao produzir seu tratado sobre a retórica, Aristóteles apresentou-a como uma teoria da argumentação, aplicável a qualquer assunto, e como um método crítico de análise, utilizável “não só na construção de um discurso, mas também na interpretação de qualquer forma de discurso” (2015, p. 19-20). Nesse sentido, Alexandre Junior (2015, p. 20) sistematiza a retórica aristotélica, descrevendo os princípios que a caracterizam conforme segue:

- I. A distinção de duas categorias formais de persuasão: provas técnicas e não técnicas;
 - II. A identificação de três meios de prova, modos de apelo ou formas de persuasão: a lógica do assunto, o caráter do orador e a emoção dos ouvintes;
 - III. A distinção de três espécies de retórica: judicial, deliberativa e *epidíctica*;
 - IV. A formalização de duas categorias de argumentos retóricos: o etimema como prova dedutiva; o exemplo, usado na argumentação indutiva como forma de argumentação secundária;
 - V. A concepção e o uso de várias categorias de tópicos na construção dos argumentos: tópicos especificamente relacionados com cada gênero de discurso; tópicos geralmente aplicáveis a todos os gêneros; e tópicos que proporcionam estratégias de argumentação, igualmente comuns a todos os gêneros do discurso.
 - VI. A concepção de normas básicas do estilo e composição, especialmente sobre a necessidade de clareza, a compreensão do efeito de diferentes tipos de linguagem e estrutura formal, e a explicitação do papel da metáfora.
 - VII. A classificação e ordenação das várias partes do discurso”.
- Também pela recuperação dos preceitos aristotélicos, Eggs (2016, p. 40) ensina que

Os três meios de provas pelos modos de apelo, ou formas de persuadir, levam o público a aceitar e/ou agir conforme a tese, de acordo com o objetivo do discurso. As provas fornecidas pelo discurso são de três espécies: a primeira encontra-se no *ethos* do orador, a segunda, no fato de colocar o ouvinte em certa disposição, e terceira, no próprio discurso (*logos*), uma vez que ele demonstra ou parece demonstrar.

Quadro 2 – Espécies de provas retóricas no discurso

Meios de Provas Retóricas: Apelos ou Formas de Persuadir			
Apelo à razão	<i>Logos</i>	A racionalidade é o que nos torna humanos. Em tese, a razão deve dominar nossos pensamentos, ações. Mas, frequentemente somos influenciados por paixões, preconceitos e costumes.	Ideal
Apelo às emoções	<i>Pathos</i>	É a vontade humana que move para as emoções, e essas emoções estimulam as ações humanas. Quando não é pura emoção que estimula a vontade, é uma combinação de emoção e razão.	Real

Apelo ético	<i>Ethos</i>	Valor persuasivo do caráter do orador. “Pois aquele que deseja que todos os homens confiem em seu julgamento quanto ao que é conveniente e honrado, deve possuir e ser considerado como possuidor de sabedoria genuína e excelência de caráter” (Corbett; Connors, 2022, p. 107).	Eficaz

Fonte: elaborado pelas autoras (2025), com base em Corbett; Connors (2022).

O apelo à razão, à lógica do assunto, está relacionado ao discurso. Os discursos persuasivos são construídos por raciocínios coerentes, proposições que podem ser distinguidas em duas categorias argumentativas: os raciocínios dedutivos e os indutivos, chamados, respectivamente, entimemas e exemplos. Para Ferreira (2022, p. 17), “o discurso é simbolizado pelo *logos* (a palavra, a razão)”. No discurso se constrói uma problematização, e partir dela surge a tese sobre a qual se deseja persuadir o auditório, a fim de levá-lo à ação conforme os interesses do orador, conforme o que ele quer que seja aceito. Para Corbett e Connors (2022, p. 50), a tese deve ser uma frase declarativa, trazendo uma compreensão clara do objetivo do discurso que se pretende compor, especificando a “verdade” que o orador gostaria de transmitir.

O apelo às emoções daqueles a quem o orador visa persuadir através da sua argumentação, denominados auditório, consiste na mobilização de sentimentos e afetos que favoreçam a adesão à tese defendida, estabelecendo uma conexão empática que potencializa o convencimento. Para Ferreira (2022, p.17), “o auditório é simbolizado por *pathos*. Para movê-lo, é necessário comovê-lo, seduzi-lo, convencê-lo a partir de um acordo, de um casamento de interesses centrado nas crenças e paixões do auditório”. Dessa forma, o *pathos* não se vincula ao auditório real, e sim à imagem que o orador tem daquele auditório, naquele momento do discurso.

O apelo ético, ou seja, o apelo ao caráter do orador, é vinculado ao sujeito que profere o discurso ou a quem ele representa. Para Ferreira (2022, p.17), “o orador é simbolizado pelo *ethos*”. Para Aristóteles (2015), o orador tem credibilidade assentada no seu caráter, na sua virtude, na sua honra, na confiança que lhe outorgam. Nos estudos de Ferraz (2020, p. 18), o orador parece confiável quando “se apresenta sensato, sincero e simpático [...] bem como aquele que se mostra adequado aos hábitos, aos comportamentos do seu grupo e aos valores do auditório”.

O *ethos* aristotélico, resgatado por Maingueneau (2016) em suas teorizações contemporâneas, é aquele que não é dito explicitamente, mas mostrado por meio do discurso. É assim que o autor concebe um *ethos* discursivo que se “incorpora” no enunciado, na maneira de enunciar e na “cenografia”, onde o discurso se mostra com uma regulação eufórica do sujeito que o sustenta e do leitor que ele pretende ter (Maingueneau, 2016, p. 69-71 e 91).

Mas como pode o *ethos* constituir-se discursivamente? Conforme explica Eggs (2016), por meio da disposição, da elocução, das escolhas entre as várias possibilidades estruturais e linguísticas para exprimir a confiança.

Consoante o que se encontra sistematizado no tratado de Aristóteles, “o bom orador, representado pelo (*ethos*) deve valer-se de três qualidades que inspiram confiança, quais sejam: a sabedoria prática, o bom senso, a prudência (*phrónesis*), a honestidade (*areté*) e a benevolência (*eúnoia*)” (Ferraz, 2020, p. 4). Fiorin (2023), por seu turno, reforça que se os argumentos são ponderados, se a argumentação ocorre com honestidade e se o orador é empático com o auditório, ele inspira confiança e persuade.

Quadro 3 – Razões que persuadem por meio da prova retórica do *ethos*

<i>Phrónesis</i>	<i>Areté</i>	<i>Eúnoia</i>
Fiorin, 2023, p. 75		
Significa o bom senso, a prudência, a ponderação, indicando se o orador exprime opiniões competentes e razoáveis.	Expressa a virtude, qualidades que distinguem o homem, como a coragem, a justiça, a sinceridade, que expõe seu ponto de vista de forma, simples, franca e sincera.	Representa a benevolência e a solidariedade, trazendo uma imagem agradável de si, porque mostra simpatia pelo auditório.
Eggs, 2016, p. 30-36		
Argumentos sábios e razoáveis.	Virtude – honestidade, sinceridade, franqueza	Solidariedade, amabilidade, simpatia ativa, disposição ativa para prestar serviço ao outro.

Disposição que torna capaz de deliberar sobre o bem e o mal tendo em vista a felicidade, por meio do discurso.	Disposição adquirida para fazer escolhas deliberadas, se apresentando como uma posição que é definida pela razão como um homem razoável o faria.	É afeto que mostra ao ouvinte que o orador é bem-intencionado para com ele.
Corbett; Connors, 2022, p. 107-109		
Vinculada à competência intelectual do discurso (<i>logos</i>), ao conteúdo apresentado, à estrutura argumentativa e à exequibilidade do que é apresentado.	Parte propriamente do <i>ethos</i> , uma instância que trata do caráter do orador, suas virtudes, como a franqueza e a sinceridade que deriva em ética.	Face do <i>ethos</i> mais próxima do <i>pathos</i> , onde se encontra na imagem do orador a ressonância afetiva com o auditório.
Relaciona-se ao <i>logos</i> (Inferencial, raciocínio, argumentação)	Relaciona-se ao <i>ethos</i> (Hábitus, virtude, caráter)	Relaciona-se ao <i>pathos</i> (Paixão, afeto)

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024), com base em Fiorin (2023); Eggs (2016); Corbett e Connors, (2022).

O quadro sintetiza as três dimensões do *ethos* como fundamentos persuasivos na retórica. A *phrónesis* representa o bom senso e a competência intelectual do orador, revelando ponderação e argumentos racionais; *areté* expressa virtudes morais como honestidade, justiça e franqueza, associadas ao caráter ético do enunciador; e *eúnoia* evidencia a benevolência e a empatia, estabelecendo uma conexão afetiva com o auditório e demonstrando boa intenção nas relações discursivas.

Quanto à classificação e ordenação das várias partes do discurso dentro do sistema retórico trazido por Aristóteles, este é constituído por quatro momentos ou procedimentos essenciais, que representam as etapas percorridas pelo orador na construção de sua argumentação. Essas quatro fases são: invenção, disposição, elocução e ação (Reboul, 2004).

Ao tratar desses cânones em sua *Introdução a Retórica* (2004), Reboul afirma que a invenção se trata da “busca que empreende o orador de todos os argumentos e de outros meios de persuasão relativos ao tema de seu discurso”. A disposição, por sua vez, abarca a “ordenação desses argumentos, donde resultará a organização interna do discurso, seu plano”. Ainda de acordo com o mesmo autor, a elocução não diz respeito “à palavra oral, mas à redação escrita do discurso, ao estilo. E, finalmente, a ação corresponde à “proferição efetiva do discurso com tudo o que ele pode implicar em termos de efeitos, voz, mímicas e gestos” (2004, p. 42-43).

Quadro 4 – Fases de produção do discurso persuasivo na visão de diferentes teóricos

Fases	Para Ferreira (2022)	Para Corbett e Connors (2022)
Invenção (<i>Inventio</i>)	Em retórica refere-se ao momento de busca das provas que sustentarão o discurso.	Etapa de produzir ou descobrir ideia sobre o assunto. Definir as formas de argumentar, e os meios de provas que serão acionados.
Disposição (<i>Dispositio</i>)	Etapa em que são organizados e distribuídos os argumentos de maneira racional e plausível. “Na <i>inventio</i> o orador junta as provas e na <i>dispositio</i> coloca-as no texto em ordem lógica ou psicológica de modo constituam uma unidade que atinja o objetivo de persuadir” (p.110)	Estrutura eficaz e ordenada das partes de um discurso, escrito ou falado. Uma vez que as ideias ou argumentos foram encontrados, o caminho é selecioná-los, ordená-los, e organizá-los para cumprir a finalidade do discurso.

Elocução (<i>Elocutio</i>)	Construção linguística sobre o material da <i>dispositio</i> , que manifesta méritos e imperfeições da atividade retórica e construção textual. Essa construção linguística refere-se propriamente ao texto escrito ou falado que preenche a macroestrutura elaborada na <i>dispositio</i> .	Escolha de palavras para instruir (Estilo simples), para mover (Estilo médio), para encantar (Estilo alto). Quintiliano (1998) <i>apud</i> Corbett; Connors (2022).
Ação (<i>Actio</i>)	Emissão do texto construído perante o auditório, com a finalidade de captação da atenção e persuasão. “Mantém um vínculo com a Pragmática, pois engloba os componentes sintáticos, semânticos, e interacionais em busca da eficácia” (p. 138).	Inclui os elementos paraverbais e não-verbais da comunicação, como a modulação da voz: o tom, a ênfase e o volume; a modulação dos gestos e expressões; as roupas e até a proximidade com o auditório. Modulações preocupantes aos oradores que atuam face a face. Os oradores escritores devem compensar sendo esplêndidos no estilo.
Corbett e Connors (2022) citam mais uma parte, a memória. De acordo com os autores a memorização do discurso recebe menos atenção nos livros por falta de teorias, ou mesmo porque a retórica passou a lidar com discurso escrito. Assim, o processo de memorização tornou-se menos relevante.		

Fonte: elaborado pelas autoras (2025), com base em Ferreira (2022, p. 63,110,116 e 138) e Corbett e Connors (2022, p. 34-40).

Na disposição, fase de produção do discurso persuasivo em que são organizados e distribuídos os argumentos de maneira racional e plausível, há uma divisão: “o exórdio, a narração, a confirmação, e a peroração” (Ferreira, 2022, p. 111), decorrente da viabilidade de se verificar o fio condutor entre a explanação e exposição do problema, ou tese, para adesão de um auditório qualificado pelos seus valores sociais e culturais.

O exórdio pode iniciar-se com um alerta, um elemento que apela à atenção, à compreensão e ao interesse do auditório para a argumentação que vai ocorrer, buscando a eficácia persuasiva. Portanto, o exórdio é o elemento que “inicia o discurso, e sua função é essencialmente fática” (Reboul, 2004, p. 55). Deste modo, facilita o acesso ao conteúdo da argumentação. Especificamente nos textos epidícticos o exórdio consiste em fazer o auditório sentir que está pessoalmente incluído no fato (Reboul, 2004).

A narração (*narratio*), para Mateus (2018, p.118), “consiste na exposição das provas retóricas e nos factos referentes à causa do orador”. Na perspectiva de Reboul (2004), a narração é eficaz a partir de três qualidades: clareza, brevidade e credibilidade. Na confirmação, a argumentação está baseada em trazer o conjunto de provas e, na sequência, a refutação de argumentos que possam ser desfavoráveis. A peroração se formaliza como a finalização do ato discursivo, que segundo Reboul (2004, p. 57), “é o momento por excelência em que a afetividade se une à argumentação, o que constitui a alma da retórica”.

Já a elocução, a construção linguística que dá corpo à disposição, apresenta as estratégias linguísticas como as figuras e os argumentos, que entre outros objetivos retóricos, constroem o *ethos* discursivo. Assim, nesta jornada para a persuasão, os estudos de Fiorin (2023, p. 27) sobre figuras retóricas descrevem a dimensão figurativa na retórica, onde não há divisão entre figuras e argumentos, ambos exercem papel argumentativo trazendo “realce e brilho” para a tese.

Como figura retórica, neste artigo, grifa-se a metáfora, uma figura que “leva em conta apenas alguns traços comuns a dois significados que coexistem” (Fiorin, 2023, p. 34), dando concretude a uma ideia abstrata; a metonímia, que traz o sentido de “aceleração”, com um alto valor argumentativo; a hipérbole, e seu característico “aumento de intensidade semântica”, que realça importâncias, reforça compromissos; o eufemismo, como “uma diminuição da intensidade semântica, com a utilização de uma expressão atenuada para dizer alguma coisa desagradável”; e a anáfora, “repetição de palavras ou sintagmas no início das orações ou versos” (Fiorin, 2023, p. 34, 37, 75 e 78).

E por fim, não menos importante, pontua-se sobre os ODS. “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade”². São 17 os ODS, no entanto, para essa pesquisa a reflexão se conecta especialmente com o ODS 12, que possui como núcleo do seu objetivo assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de atingir o objetivo central desta investigação, procederemos a uma análise qualitativa, bibliográfica, documental e analítico-descritiva da mensagem do Presidente do C.A. constante no RS de 2019 da empresa Vale S.A., valendo-nos do aparato teórico da retórica, das neoretóricas e das teorias da argumentação. Em relação aos princípios retóricos construídos por Aristóteles, a proposta de análise está direcionada aos meios de prova, especialmente ao caráter do orador (*ethos*), constituído discursivamente por meio da ordenação da disposição (*dispositio*) e da construção linguística na elocução (*elocutio*) como partes do discurso. A mensagem na íntegra constará no Anexo I do artigo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na esteira dessa pesquisa, julga-se importante declarar as instâncias do tripé retórico, denominadas *ethos*, *logos*, *pathos*, presentes na mensagem do Presidente do C.A., constante no RS de 2019, da Vale S.A.

O *ethos*, isto é, a imagem discursivamente construída do orador/enunciador corresponde à da empresa Vale S.A., representada no documento por José Maurício Pereira Coelho – Presidente do C.A., que tem como responsabilidade ajudar a definir um posicionamento institucional que agregue valor ao negócio. Dessa forma, ele torna-se o representante ou porta-voz da Vale S.A., com um “discurso autorizado” (Ferreira, 2017, p. 80).

O *logos* manifesta-se por um discurso do gênero retórico *epidítico*, que traz na disposição (*dispositio*) provas retóricas logicamente e psicologicamente ordenadas. Com isso afirmamos que, para além de se mostrarem convincentes sob uma perspectiva racional, os argumentos e figuras mobilizados no discurso são capazes de despertar paixões e construir, ou reafirmar, um *ethos* discursivo.

O *pathos*, associado ao auditório/enunciatário, refere-se aos *stakeholders*, ou às partes interessadas nos negócios da empresa Vale S.A. Dessa forma, entende-se como um auditório particular, um grupo particular, delimitado no tempo e no espaço. Esse tempo é o ano de 2019 e períodos seguintes. Espacialmente falando, podem estar em todos os lugares do mundo, considerando-se que a empresa possui investidores, colaboradores, clientes, fornecedores e membros da sociedade interessados no mundo todo. Esse auditório acostumado a interagir com os relatórios corporativos encontra-se impregnado dos conceitos advindos dos RS(s) e RI(s), e por mais relutantes que sejam seus membros, conferem um julgamento, uma manifestação sobre o *ethos* discursivo.

A partir do tripé retórico, onde as três engrenagens interagem, segue a análise descritiva da mensagem do Presidente do C.A., constante no RS de 2019 da empresa Vale S.A., identificando os expedientes retóricos em funcionamento e discutindo os efeitos desses expedientes na construção da imagem do orador frente aos *stakeholders*.

Quadro 5 - Exórdio

Exórdio	“Ao longo do ano de 2019, a prioridade máxima da Vale foi a de dar respostas aos impactos causados pelo rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais. Essa também é a preocupação dos acionistas da empresa representados por este Conselho de Administração: estão todos profundamente comprometidos com ações de acolhimento e reparação de danos aos impactados e a toda a região de Brumadinho”.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024), com base na Carta do presidente do Conselho de Administração da Vale S.A., constante no Relatório de Sustentabilidade de 2019.

O exórdio, como elemento de apelo à atenção e ao interesse do auditório, faz esse auditório sentir-se incluído, de imediato, ao comprometer-se com ações de acolhimento e reparação. Assim, a Vale S.A. se apresenta benevolente, solidária, com disposição ativa para prestar os serviços de

² Cf. Organização das Nações Unidas – Brasil. Informações disponíveis em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 12 set. 2025.

reparação, embora esta seja uma obrigação da empresa na circunstância em curso. A solidariedade e a benevolência manifestadas no discurso do presidente do C.A. revelam a presença de *eúnoia* e deixam aparente que empresa está bem intencionada com os impactados. Essa condição no exórdio revela uma face de um *ethos* afetivo com o auditório, uma instância do *ethos* mais próxima do *pathos*, que busca ressonância afetiva.

Observa-se também, já na introdução do discurso, a presença de figuras retóricas, como a hipérbole e o eufemismo. A hipérbole é percebida na expressão “prioridade máxima”, como um aumento de intensidade semântica, trazendo reflexão de que essa foi a mais importante prioridade da empresa ao longo do ano de 2019. E na expressão “profundamente comprometidos”, reforçando o compromisso “emocional” dos acionistas, criando empatia com o social, o ambiental e a governança. O eufemismo aparece na expressão “dar respostas aos impactos”, abrandando a gravidade das repercussões reais do desastre, evitando termos como crimes e/ou tragédias e vítimas, buscando, assim, minimizar o impacto emocional.

Por essa conjugação de efeitos, temos que a hipérbole confere intensidade ao discurso e enfatiza o “suposto” engajamento da empresa frente ao desastre, ao passo que o eufemismo contribui para minimizar o alcance da tragédia, o que demonstra o uso destas figuras retóricas como estratégias de argumentação essenciais no exórdio para despertar o interesse do auditório pela tese, bem como pela manutenção da imagem pública da empresa diante de um fato amplamente negativo.

Entende-se, ademais, que o discurso não explora a narração, uma vez que os fatos são amplamente conhecidos pelos *stakeholders*. Sendo assim, não cabe ao orador novamente relatá-los, mas partir diretamente para a argumentação, na qual apresenta as propostas de resolução do conflito, a fim de reestruturar o *ethos*. Reconhecemos, inclusive, esse apagamento como estratégico. É importante que os detalhes do fato ou outras narrativas sobre ele caiam no esquecimento para que a argumentação proposta pela empresa prevaleça.

Quadro 6 – Confirmação

Confirmação	“Estamos conectados às vítimas e a seus familiares em um sentimento de solidariedade e de pesar pelo ocorrido. Compreendemos a dimensão do impacto causado e a nossa obrigação de desenvolver ações de apoio e reparação, ao mesmo tempo em que trabalhamos para que algo assim nunca mais se repita. Por isso, desde o primeiro momento, nos comprometemos com a transparência, mantendo um constante diálogo com as entidades envolvidas no processo e a sociedade em geral. Essa preocupação se estendeu à nossa governança como um todo. A Vale fez ajustes e desenvolveu novos modelos, especialmente em relação à sua gestão de riscos, reformulada e aprofundada. Atualmente, quatro comitês executivos apoiam a análise de riscos inerentes ao negócio e fornecem recomendações sobre práticas e conceitos. Ao mesmo tempo, foi criada a Diretoria Executiva de Segurança e Excelência Operacional, diretamente subordinada ao diretor-presidente, para atuar transversalmente às operações com o objetivo de tornar nossas atividades mais seguras e eficientes. Apesar das dificuldades, a seriedade com que encaramos a obrigação de reparar os danos provocados pelo rompimento tem proporcionado experiências que estão sendo aplicadas para melhoria contínua dos relacionamentos nos campos sociais e ambientais e reafirmam o compromisso da empresa com a geração de valor atrelada à sustentabilidade. A esse quadro, soma-se a gravidade da pandemia do Covid-19, que tem causado severas ameaças à saúde mundial, e às economias dos países. A Vale tem trabalhado para se adaptar a esse novo cenário com o objetivo de proteger as pessoas que fazem parte de sua cadeia de valor e está atenta aos ajustes necessários ao novo contexto econômico”.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024), com base na Carta do presidente do Conselho de Administração da Vale S.A., constante no Relatório de Sustentabilidade de 2019.

A argumentação inicia-se pelo estabelecimento de relações lógicas de causalidade. Há, por meio delas, a assunção da responsabilidade pelo ocorrido, de modo modesto, e manifesto pela obrigação de desenvolver ações de apoio e reparação na medida do possível, de tudo que ocorreu, além de ações de prevenção para que não ocorra mais. Essa declaração de causa é analisada em retórica como expressão de virtudes, como a honestidade, a sinceridade, demonstrando claramente o caráter da Vale. S.A., vinculado assim à *areté*. Essa qualidade constitui o *ethos* da Vale S.A. a partir de traços de coragem e justiça, uma vez que a empresa se apresenta para fazer tudo aquilo que é de sua responsabilidade, sem se abster.

Observa-se também a presença de figuras retóricas, como a personificação, a hipérbole, a metonímia e a metáfora. A personificação no fragmento “Estamos conectados às vítimas e a seus familiares em um sentimento de solidariedade e de pesar” atribui, à empresa, humanização, permitindo-a não apenas reconhecer o sofrimento alheio, mas se inserir afetivamente no mesmo espaço simbólico das vítimas e de seus familiares, atribuindo a si capacidade de experimentar sentimentos humanos profundos, como a solidariedade e o luto. Esta estratégia argumentativa de personificação, associada a *eunóia*, demonstra a nobreza de agir com sensibilidade, empatia e justiça.

As expressões “algo assim nunca mais se repita” e “desde o primeiro momento, nos comprometemos com a transparência” nos remete à hipérbole. A primeira, intensificando a promessa de mudanças no conjunto de diretrizes e políticas institucionais que guiam os negócios, e a segunda apontando compromisso absoluto da governança desde o início das ações de auxílio e reparação.

O fragmento “Ao mesmo tempo foi criada a Diretoria Executiva de Segurança e Excelência operacional, diretamente subordinada ao diretor-presidente, para atuar transversalmente às operações com o objetivo de tornar nossas atividades mais seguras e eficientes”, exalta a criação da diretoria especializada como um mecanismo de aceleração de ações e garantia de resultados, dando sentido positivo às ações de acolhimento e reparação, vinculando-se, assim, metonimicamente às mudanças implementadas pela empresa para evitar que novas tragédias aconteçam. Ainda nesse fragmento, a expressão “atuar transversalmente às operações” sugere uma metáfora, que confere o sentido de que a atuação desta diretoria objetiva cruzar todas as diretrizes e políticas que guiam a instituição, passando pela diretoria executiva, comitês de assessoramento e conselho de administração, conforme a estrutura de governança corporativa declarada pela Vale S. A.

A articulação das figuras retóricas como personificação, hipérbole, metonímia e metáfora revela um esforço para conformar o *ethos* da instituição diante da catástrofe de grandes proporções. Ao declarar sua causa e assumir publicamente ações de reparação e compromisso com o impedimento de novas ocorrências similares, a Vale S.A. busca não apenas responder às expectativas dos *stakeholders*, mas também reconstruir sua credibilidade e legitimar sua atuação.

Além disso, a confirmação explícita a competência intelectual da empresa, ao analisar a conjuntura que se estabelece para a exequibilidade das ações assumidas, demonstrando prudência, ponderação, capacidade de deliberar positivamente em meio ao desfavorável (*phrónesis*). Confirmações que vão contribuindo na constituição discursiva do *ethos* institucional, confiável e com credibilidade.

Observa-se, mais uma vez, as figuras retóricas articuladas de forma a demonstrar resiliência e adaptação como recursos essenciais na comunicação com *stakeholders* diante de danos à reputação. A figura hipérbole está presente na expressão “tem causado severas ameaças à saúde mundial, e às economias dos países”. O uso de “severas ameaças” ativa a gravidade das implicações da pandemia, gerando impacto emocional no auditório, reforçando assim o cenário desafiador enfrentado pela empresa. A anáfora também presente nos trechos “tem proporcionado”, “tem causado”, “tem trabalhado”, reforça, com a repetição no início das frases, a continuidade das ações institucionais, e o movimento de responsabilização constante.

Quadro 7 - Peroração

Peroração	“Finalmente, gostaríamos de ressaltar a nossa confiança nas medidas que vêm sendo tomadas para reparar os danos provocados pelo rompimento da barragem em Brumadinho. O presente Relatório retrata esse esforço a disposição da empresa em atuar de maneira positiva em todos os seus círculos de influência, ao mesmo tempo em que gera valor a seus acionistas e a sociedade como um todo”.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024), com base na Carta do presidente do Conselho de Administração da Vale S.A., constante no Relatório de Sustentabilidade de 2019.

Neste trecho final, observa-se a presença clara da peroração, tal como definida por Reboul (2004, p. 57), “[...] o momento por excelência em que a afetividade se une à argumentação”. O texto destaca a confiança da empresa nas medidas que estão sendo tomadas para reparar os danos causados pelo rompimento da barragem em Brumadinho/MG.

Há uma afirmação de confiança; o resgate da determinação da Vale S.A. em abordar os problemas e se recuperar da situação e a ênfase dos compromissos com o ambiente, a economia e o social. Salienta-se ainda a criação de valor aos acionistas e sociedade, trazendo uma imagem positiva diante de suas obrigações e otimismo em relação ao futuro.

Esse discurso promove apelo emocional, evidenciando segurança e comprometimento, afetos mobilizados como expedientes retóricos que fortalecem o vínculo com os *stakeholders* (auditório). Esses aspectos emocionais estão aportados nas escolhas linguísticas da elocução, sobre o material da disposição constituído no discurso da carta do presidente do C.A. da Vale S.A.

Ao afirmar que o relatório “retrata esse esforço” e reforça a “disposição da empresa em atuar de maneira positiva”, o texto aponta para os argumentos que corroboram a tese do orador expostos ao longo de todo o RS, os quais conduzem o raciocínio do auditório de forma indutiva para o fortalecimento do *ethos* institucional. A menção simultânea aos “acionistas” e à “sociedade como um todo” amplia o alcance do discurso e busca adicionar legitimidade social, encerrando o discurso com uma conciliação entre razão e emoção, como é próprio da peroração.

Conectando essa análise retórica a uma reflexão sobre o ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis, observa-se que o RS, assim como o RI, podem operar como dispositivos persuasivos capazes de induzir práticas empresariais mais responsáveis ao longo do ciclo de produção. A pesquisa mostra como a construção de um *ethos* institucional prudente e comprometido com reparação, transparência e gestão de riscos cria condições discursivas para o atendimento de metas do ODS 12, especialmente a 12.6 (adoção de práticas sustentáveis e integração de informações de sustentabilidade nos relatórios), além de dialogar, em nosso caso específico, com as metas 12.2 (uso eficiente de recursos), 12.4 (gestão ambientalmente adequada de rejeitos) e 12.8 (informação e conscientização).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa alcançou o objetivo proposto ao identificar os principais expedientes retóricos em funcionamento na carta do presidente do C.A, constante no RS de 2019 da instituição Vale S.A., por meio de uma análise qualitativa, documental e analítico-descritiva, valendo-se do aparato teórico da retórica, das neoretóricas e das teorias da argumentação. Nesta análise, tratamos dos meios de prova, especialmente da constituição do caráter do orador (*ethos*), constituído discursivamente por meio da ordenação da disposição (*dispositio*) e da construção linguística na elocução (*elocutio*).

A análise retórica da carta evidenciou a articulação estratégica dos elementos do discurso conforme os cânones clássicos da retórica: invenção, disposição, elocução e ação, e a tríade retórica das provas: *ethos*, *logos* e *pathos*. Ao longo das partes que compõem a disposição, exórdio, confirmação e peroração, observamos a mobilização de expedientes retóricos como as figuras retóricas na construção de qualidades que inspiram confiança, como ferramentas estratégicas para a constituição e consolidação da imagem institucional comprometida, racional e afetivamente envolvida com as consequências do desastre de Brumadinho/MG.

No exórdio, a empresa busca persuadir o auditório por meio da *eúnoia*, demonstrando benevolência e solidariedade como marcas de um *ethos* sensível à dor das vítimas, a fim de envolver o auditório pela afetividade. A intensificação linguística pela hipérbole e a atenuação pela via do eufemismo revelam a natureza argumentativa necessária do exórdio para despertar o interesse do auditório.

Na confirmação, predomina o apelo à racionalidade (*logos*), sustentado pela demonstração de competência intelectual organizacional via planejamento e adaptação para a exequibilidade das ações assumidas, revelando a *phrónesis*. As figuras retóricas articuladas demonstraram a resiliência e a adaptação como qualidades essenciais a serem exaltadas na comunicação com *stakeholders* diante de danos à reputação.

Por fim, na peroração, o discurso culmina com a integração de razão e emoção, como apontado por Reboul (2004), encerrando o pronunciamento com a reafirmação do compromisso ético e social da empresa, responsável, transparente e resiliente.

Assim, a carta do presidente, estruturada pela perspectiva dos cânones retóricos, revelou-se estratégica, permitindo-nos compreender que o discurso institucional, especialmente em contextos de crise, opera como ferramenta fundamental de posicionamento ou reposicionamento das instituições na

busca pela (re)composição da confiança e da credibilidade frente às partes interessadas, isto é, aos *stakeholders*.

Nesse sentido, compreender os mecanismos retóricos presentes no RS de 2019 da Vale S.A. permite não apenas interpretar o discurso realizado, mas também refletir sobre o papel ético e estratégico da linguagem nas práticas de governança corporativa e na construção de relações sustentáveis com os *stakeholders*.

Entende-se que esta pesquisa possa contribuir, como conhecimento teórico, para outras empresas na elaboração de relatórios empresariais, e especialmente na elaboração de Relatos Integrados, tornando-os peças informacionais relevantes na transparência da prestação de contas, mas essencialmente e necessariamente como instrumento de persuasão e adesão de *stakeholders*.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Junior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Penal. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Comunicado Técnico Geral nº. 09**: correlação à Estrutura Conceitual do Relato Integrado. Brasília: CFC, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral**: estrutura conceitual. Brasília: CFC, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral nº. 26**: apresentação das demonstrações contábeis. Brasília: CFC, 2017.

CORBETT, Edward; CONNORS, Robert J. **Retórica clássica para o estudante moderno**. Trad. Bruno Alexander. Campinas: CEDET, 2022.

EGGS. Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2016.

FERRAZ. Luana. O *ethos* do herói risível nos causos de Pantaleão. **Verbum - Cadernos de Pós-graduação** – Dossiê atos retóricos, v. 9, n. 1., p. 199-218, 2020.

FERREIRA. Luiz Antonio. Atos retóricos: do medo e da confiança. In: FIGUEIREDO, Maria Flávia; VIDAL, Geraldo Ramírez. FERREIRA, Luiz Antonio (Orgs.). **Paixões aristotélicas**. São Paulo: UNIFRAN, 2017. (Coleção Foco: linguística do texto e do discurso, v. 2).

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2022.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2023.

FREEMAN, Edward R.; HARRISON, Jeffrey S. **Stakeholder Theory**: the state of the art. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MATEUS, Samuel. **Introdução à retórica no séc. XXI**. Covilhã, Portugal: Labcom-ifp, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2016.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas Brasil. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 12 set. 2025.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VALE S.A. **Relatório de Sustentabilidade 2019**. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/53207d1c-63b4-48f1-96b7-19869fae19fe/e1eb3212-49a8-43dd-90ae-c746ade9e255?origin=1. Acesso em: 13 abr. 2025.

Anexo I: Transcrição da Carta do presidente do Conselho de Administração da Vale- Presente no Relatório de Sustentabilidade de 2019.

Ao longo do ano de 2019, a prioridade máxima da Vale foi a de dar respostas aos impactos causados pelo rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais. Essa também é a preocupação dos acionistas da empresa representados por este Conselho de Administração: estão todos profundamente comprometidos com ações de acolhimento e reparação de danos aos impactados e a toda a região de Brumadinho.

Estamos conectados às vítimas e a seus familiares em um sentimento de solidariedade e de pesar pelo ocorrido. Compreendemos a dimensão do impacto causado e a nossa obrigação de desenvolver ações de apoio e reparação, ao mesmo tempo em que trabalhamos para que algo assim nunca mais se repita. Por isso, desde o primeiro momento, nos comprometemos com a transparência, mantendo um constante diálogo com as entidades envolvidas no processo e a sociedade em geral.

Essa preocupação se estendeu à nossa governança como um todo. A Vale fez ajustes e desenvolveu novos modelos, especialmente em relação à sua gestão de riscos, reformulada e aprofundada. Atualmente, quatro comitês executivos apoiam a análise de riscos inerentes ao negócio e fornecem recomendações sobre práticas e conceitos.

Ao mesmo tempo, foi criada a Diretoria Executiva de Segurança e Excelência Operacional, diretamente subordinada ao diretor-presidente, para atuar transversalmente às operações com o objetivo de tornar nossas atividades mais seguras e eficientes.

Apesar das dificuldades, a seriedade com que encaramos a obrigação de reparar os danos provocados pelo rompimento tem proporcionado experiências que estão sendo aplicadas para melhoria contínua dos relacionamentos nos campos sociais e ambientais e reafirmam o compromisso da empresa com a geração de valor atrelada à sustentabilidade.

A esse quadro, soma-se a gravidade da pandemia do Covid-19, que tem causado severas ameaças à saúde mundial, e às economias dos países. A Vale tem trabalhado para se adaptar a esse novo cenário com o objetivo de proteger as pessoas que fazem parte de sua cadeia de valor e está atenta aos ajustes necessários ao novo contexto econômico.

Finalmente, gostaríamos de ressaltar a nossa confiança nas medidas que vêm sendo tomadas para reparar os danos provocados pelo rompimento da barragem em Brumadinho. O presente Relatório retrata esse esforço a disposição da empresa em atuar de maneira positiva em todos os seus círculos de influência, ao mesmo tempo em que gera valor a seus acionistas e a sociedade como um todo.

DISCURSO E PODER: A MÍDIA E A MANIPULAÇÃO IDEOLÓGICA NA PAUTA EDUCACIONAL

*DISCOURSE AND POWER: THE MEDIA AND IDEOLOGICAL MANIPULATION IN THE
EDUCATIONAL AGENDA*

Área temática: 04- Educação de Qualidade

LIMA, Fabiana Santos da Silva
UNESP/Franca

Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas
fabianalima.dir@gmail.com

MALTA, Deise Aparecida Silva
Secretaria Municipal de Franca
Doutora em Educação- UFSCAR/São carlos

MELO, Elaine Ferreira Pereira de
Secretaria Municipal de Franca
Pós-graduada em Tecnologia para a Educação
elainefpmelo@gmail.com

PELIZARO, Caroline Takarada
UNESP/Franca
Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas
caroltakarada@gmail.com

PESSOA, Fernanda Aparecida de Almeida
Secretaria Municipal de Franca
Pós-graduada em Educação Especial
fernandapessoasupervisora@gmail.com

RODRIGUES, Giselly Alves
Secretaria Municipal de Educação
Pós-graduada em Pedagogia
gialves.rodriques01@gmail.com

SANTOS, Keila Fernanda Aparecida dos
Secretaria Municipal de Educação
Pós-graduada em Gestão Escolar
keilalsaSp@gmail.com

SILVA, Ellen Braune Reis
Secretaria Municipal de Educação de Franca
Doutora em Serviço Social- UNESP /Franca
braune.ellen@gmail.com

Resumo

O presente artigo é fruto de investigações acerca do contexto da Educação Básica e embasou a tese de doutoramento de uma das autoras. Verifica-se com o presente que o debate sobre a mídia está intrinsecamente relacionado aos mecanismos de persuasão utilizados pela égide hegemônica para conferir legitimidade à sociedade referente às modificações das políticas públicas. A mídia, inclusive, está referendada na Legislação para o Novo Ensino Médio, prevendo a divulgação por meio de convênios, dos programas do MEC. O objetivo desta pesquisa é o de desvelar, por meio do aporte teórico marxista que os aspectos linguísticos carregam premissas sobre os significados, sentidos e interesses do homem e sua relação de poder. Justifica-se a pesquisa pela relevância e necessidade

de aprofundamento do tema sobre as mídias, verificando que os discursos sobre a verdade são construídos através da normatização de crenças e valores sendo o mundo social um produto das práticas discursivas, enquanto processo dialético contínuo. O marxismo e a análise do discurso estão intrinsecamente relacionados a partir do materialismo histórico dialético na compreensão de como os sentidos se constituem para produzir e manifestar os interesses contraditórios das classes sociais. Obtemos, como resultado da pesquisa, a dimensão analítica do discurso midiático na manipulação do contexto escolar e do sucateamento das políticas públicas para este segmento.

Palavras-chave: mídia, educação, discurso ideológico.

Abstract

The present article is the result of investigations concerning the context of Basic Education and supported the doctoral thesis of one of the authors. It is observed here that the debate on the media is intrinsically related to the mechanisms of persuasion employed by the hegemonic framework to confer legitimacy to society regarding changes in public policies. The media, moreover, is even endorsed in the legislation of the New Secondary Education, providing for the dissemination of MEC programs through agreements. The objective of this research is to unveil, through the Marxist theoretical framework, that linguistic aspects carry assumptions about meanings, senses, and human interests, as well as their relation to power. The research is justified by the relevance and need to deepen the discussion on media, noting that discourses about truth are constructed through the standardization of beliefs and values, with the social world being a product of discursive practices as a continuous dialectical process. Marxism and discourse analysis are intrinsically connected through historical-dialectical materialism in understanding how meanings are constituted in order to produce and express the contradictory interests of social classes. As a result of the research, we obtain the analytical dimension of media discourse in the manipulation of the school context and the deterioration of public policies for this segment.

Keywords: media, education, ideological discourse.

1 INTRODUÇÃO

As reformas do ensino médio no Brasil são analisadas como a materialização de interesses da classe hegemônica, direcionando a educação para uma perspectiva neoliberal que prioriza o tecnicismo e a formação de mão de obra para o mercado. O discurso público legitima essas reformas como modernização, mas na prática, elas aprofundam a dualidade educacional e as desigualdades sociais. A perspectiva gramsciana revela que a hegemonia se mantém pelo consenso social, produzido por instituições como a educação. O Novo Ensino Médio é um exemplo disso, buscando adesão a interesses dominantes, embora haja resistências de estudantes e educadores por uma educação pública e democrática. A análise crítica do discurso de Fairclough complementa o repertório teórico nesta pesquisa, mostrando como a linguagem constrói realidades e legitima políticas neoliberais. A escola, nesse contexto, é um espaço de disputa entre dominação e emancipação, o qual desvelar discursos oficiais, propor alternativas pedagógicas e repensar as políticas públicas é fundamental para uma educação transformadora.

Diante desse contexto, destaca-se que no ano de 2016 houve um movimento de precarização da educação básica, em que o então governador do Estado de São Paulo - Geraldo Alckmin (PSDB) lançou um projeto de reestruturação escolar, de acordo com o ciclo de ensino. De acordo com a Resolução SE 2, de 8-1-2016, às salas poderiam ser acrescidos até 10% aos referenciais estabelecidos sobre o número de matrículas. Junto com o movimento de fechamento de salas pelo governo estadual, houve a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), nº 28 de 2015, pelo Governo Federal, em que teve como ementa, alterar “o Art. 208 da Constituição Federal (1988) para dispor que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de progressiva universalização da educação básica em tempo integral”. Após debates e votação, a proposta foi arquivada em 2018.

A lógica do capital financeirizado, a partir do fomento de investimento com recursos providos do Banco Mundial (MSF, nº 19/2018) é o de promover, no país, momentos propícios a mudanças estruturais com o esvaziamento dos direitos sociais e o alargamento da precarização velada em discursos de estratégias de ofertas de educação de qualidade. A PEC nº 28/2015 foi justificada com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Com vigência por 10 anos (2014 a 2024), o PNE traz como diretrizes:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014, online).

Para alcançar as diretrizes, o PNE traçou metas que deveriam ser cumpridas até o ano de 2024, sendo que a meta 6, especificamente, tem como objetivo alcançar o ensino integral, considerando o termo integral, pela legislação, o aumento de horas de permanência na escola pública, para 7 horas, no mínimo. A meta foi atingir 50% das escolas públicas até 2024, com o ensino integral. Aliada a esta, está a ampliação da jornada dos professores, com o discurso de investimento na estruturação escolar, nos materiais pedagógicos e na formação dos profissionais. A ampliação do Ensino Integral e todas as modificações nas políticas públicas, previstas nas legislações e no PNE não definem meios e garantias e obrigações do Estado, para viabilização de sua implantação.

Nesse sentido, a Medida Provisória- MP nº 746/2016, veio a público em 22 de setembro de 2016, que seguiu em regime de urgência ao Congresso Nacional:

Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei no 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências (BRASIL, 2016a, online).

O movimento de resistência estudantil sobre a medida, entendendo como contrários aos princípios da gestão democrática, devido à forma como foi aprovada, de 'maneira relâmpago', com a reação de estudantes, docentes, denunciava a precarização do Ensino, previstas na MP nº 746/2016.

A meu ver, o atual momento político no Brasil se explica a partir de um duplo componente. O primeiro é de caráter global e tem a ver com a fase atual do capitalismo, que entrou em profunda crise de caráter estrutural, situação em que a classe dominante, não podendo se impor racionalmente, precisa recorrer a mecanismos de coerção, combinados com iniciativas de persuasão que envolvem o uso maciço dos meios de comunicação e a investida no campo da educação escolar, tratada como mercadoria e transformada em instrumento de doutrinação. O segundo componente tem a ver com a especificidade da formação social brasileira, marcada pela persistência de sua classe dominante, sempre resistente em incorporar a população, temendo a participação das massas nas decisões políticas. É essa classe dominante que, agora, no contexto da crise estrutural do capitalismo, dá vazão ao seu ódio de classe, mobilizando uma direita raivosa que se manifesta nos meios de comunicação convencionais, nas redes sociais e nas ruas. (SAVIANI, 2018, online)

Assim, o autor explana que a crise estrutural do capitalismo e a persistência da classe dominante brasileira explicam o atual cenário político. A elite, incapaz de se impor racionalmente, utiliza coerção e persuasão (mídia e educação mercantilizada como doutrinação). A especificidade brasileira se manifesta na aversão da classe dominante à participação popular, agora evidenciada sua dominação das mídias e da educação.

Como resposta ao movimento contrário dos estudantes e docentes, o Ministério da Educação lançou propagandas referentes à mudança em que garante um ensino mais atrativo aos jovens, com liberdade de percurso. A proposta de aliar as práticas legislativas à mídia está prevista em legislação. No § 3º, artigo 10, da Lei no 13415/2017, há a menção de convênios com o "setor de radiodifusão, para a divulgação gratuita dos programas e ações educacionais do Ministério da Educação", e no § 4º, artigo 10, da referida Lei prevê "veiculação de mensagens do Ministério da Educação, com caráter de utilidade pública ou de divulgação de programas e ações educacionais."

precisaremos olhar historicamente para a nossa sociedade no mundo Ocidental, que desde o século XVI, como consequência da invenção da imprensa, passa por um processo cultural de ampliação dos tipos e do alcance das mídias responsáveis pela comunicação e estabelecimento da informação. Assim, tem início um processo de construção de uma sociedade da informação com base em uma cultura tipográfica, com base na escrita e na leitura de impressos. A partir do final do século XIX, surgem novas tecnologias de comunicação e de registro da informação, tais como o telégrafo, a fotografia e o telefone. Tudo isso vai ampliar as possibilidades de

estabelecimento da comunicação à distância, já instauradas com a invenção da escrita, com a diferença de que essa comunicação a partir de então se torna instantânea, simultânea, ao 'vivo'. Quando afirmamos que as nossas identidades são formadas por essas mídias, é porque sua criação e sua difusão ocasionam mudanças, algumas de grande importância, nas relações sociais. A passagem de uma cultura tipográfica, impressa, centrada na escrita, para uma cultura visual e de interlocução simultânea, constitui um novo tipo de intimidade e novas formas de sociabilidade. As mídias formatam nossas identidades dada a possibilidade que geram de se poder enxergar mais, melhor, além do que poderia ser visto normalmente, de se poder ouvir além do que o ouvido humano é capaz de captar. Assim, ver o que antes não se via e falar à distância, simultaneamente, produz novas subjetividades, novas formas de ser e de estar no mundo. Por isso, a mídia representa talvez o principal dispositivo de agenciamento das subjetividades na atualidade (GREGOLIN, 2020, p. 76-77).

Desde a invenção da imprensa - com as mídias sendo responsáveis por disseminar informação e comunicação - e durante todo o processo de sua evolução - inclusive as novas tecnologias - houve grandes mudanças sociais, culturais e identitárias. As mídias transformam, alterando as interações sociais e a percepção de si, ao permitir acessar o que transcende as capacidades humanas de visão e audição. Dessa forma, elas originam novas formas de existir e de se posicionar no mundo, tornando-se fundamentais na formação dessas subjetividades.

Carregadas de eixos de defesa em relação à referida Lei, além do eixo de liberdade de escolha curricular, a elaboração intertextual entre a Medida Provisória e a mobilização da elite na implementação da política pública intensificada nas mídias provoca no telespectador a necessidade de adequação, evidenciando o protagonismo ideológico dos meios de comunicação.

A MP nº 746/2016 foi, posteriormente, convertida na Lei n. 13.415/2017. Muitos de seus dispositivos foram revogados pela Lei n. 14.945/2024, outros mantidos. A norma revogadora instituiu a Política Nacional de Ensino Médio e reestruturou o novo modelo que combina a Formação Geral Básica, com 2.400 horas, e os Itinerários Formativos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Compreendendo que o debate em torno da mídia revela-se estreitamente vinculado aos mecanismos de persuasão empregados pelos grupos hegemônicos, com a finalidade de legitimar transformações nas políticas públicas, por meio das relações entre discurso e prática social, a Análise Crítica do Discurso, ACD (Fairclough, 2001), desvela as operações ideológicas, ancorando-se na perspectiva do poder temporário que é instaurado e transformado em consenso pelo uso de ordens discursivas, nas relações entre os sujeitos e suas relações sociais. De acordo com a ACD, os aspectos de controle ideológico, sendo temporários, podem ser reorganizados por lutas de manutenção/ tomada da ideologia, baseados em Gramsci.

A relação entre intertextualidade e hegemonia é importante. O conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gêneros, discursos) para gerar novos textos. Mas essa produtividade na prática não está disponível para as pessoas como um espaço ilimitado para a inovação textual e para os jogos verbais: ela é socialmente limitada e restringida e condicional conforme as relações de poder. A teoria da intertextualidade não pode ela própria explicar essas limitações sociais, assim ela precisa ser combinada com uma teoria de relações de poder e de como elas moldam (e são moldadas por) estruturas e práticas sociais. A combinação da teoria da hegemonia com a intertextualidade é particularmente produtiva. Não só se pode mapear as possibilidades e as limitações para os processos intertextuais dentro de hegemonias particulares e estados de luta hegemônica, mas também conceituar processos intertextuais e processos de contestação e reestruturação de ordens de discurso como processos de luta hegemônica na esfera do discurso, que tem efeitos sobre a luta hegemônica, assim como são afetados por ela no sentido mais amplo (FAIRCLOUGH, 2001, p. 135).

Sendo a Teoria Social do Discurso, TSD (FAIRCLOUGH, 2001), uma teoria transdisciplinar, por congregar um quadro teórico entre a linguagem e a mudança social, os aspectos sociais e linguísticos são evidenciados. A criação de textos é limitada pela sociedade e pelas relações de poder. É preciso juntar a intertextualidade com a teoria do poder, que explica como essas relações moldam (e são moldadas por) as estruturas e práticas sociais. A união com a teoria da hegemonia não só auxilia na análise das possibilidades e dos limites da intertextualidade dentro de certas hegemonias e disputas por poder, mas também permite ver a intertextualidade, e a contestação e reformulação de discursos, como parte da própria briga por hegemonia no discurso, influenciando e sendo influenciada de forma mais ampla.

De acordo com Fairclough (2001), a mudança social pode ser estudada, por meio da análise linguística, enquanto método, contribuindo na perspectiva da pesquisa interdisciplinar, possibilitando adentramento nas fronteiras de outros campos epistemológicos. As relações de poder, veiculados por meio do discurso, não são estáticas e, ao compreender as relações de poder presentes no discurso, pode-se lançar ações úteis em proposições de mudança social e cultural, conferindo um papel importante da linguagem nas pesquisas dos fenômenos sociais.

Fairclough (2001, p. 22), afirma ainda que “os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as constituem”. O discurso constitui e é constituído pelas práticas sociais, não apenas refletindo a realidade, mas contribuindo pela construção da própria realidade, por isso, compreender a hegemonia do discurso pode permitir o movimento contrário dessa própria hegemonia.

A Teoria Social atribui à linguagem um lugar central enquanto ideologia na reprodução de mecanismo por meio do discurso. Os discursos constituem e refletem a realidade, podendo reproduzir a manipulação ideológica, mas, conforme os pressupostos com Fairclough (2001), também pode ser usado no contrafluxo, e, partindo de preceitos como os de Gramsci(1979), Fairclough afirma que os discursos podem ser utilizados de maneira contra-hegemônica, como proposta de mudança social.

O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como 'identidades sociais' e 'posições de sujeito' para os 'sujeitos' sociais e os tipos de 'eu'. Segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. E, terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Esses três efeitos correspondentes respectivamente a três funções da linguagem e a dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo discurso - o que denominei as funções da linguagem 'identitária', 'relacional' e 'ideacional'. A função identitária relaciona-se aos moldes pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso. A função relacional, como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas. A função ideacional, aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92).

O discurso é moldado por relações de poder e ideologia e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais é normalmente aparente, “permite a 'reprodução' como mecanismos por meio dos quais a sociedade mantém suas estruturas sociais e relações sociais ao longo do tempo” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22, grifo do autor). Há a aproximação com o método marxista, no sentido de mostrar as conexões, as causas que estão ocultas, em múltiplas determinações de um fenômeno, além do que está explícito, propondo mudanças e intervenções, pois “a hegemonia é concebida como um equilíbrio instável construído sobre alianças e a geração de consenso das classes ou grupos subordinados, cujas instabilidades são os constantes focos de lutas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 84).

A inter-relação entre os materiais midiáticos reverberam na necessidade de aprovação em massa das reformas implantadas para o Ensino Médio. No contexto sócio-histórico da educação, há contradições expressas pela hegemonia do meio político-social. A classe dominante, suscitando o consentimento da classe dominada, faz uso de mecanismos coercitivos prevendo um consenso espontâneo, com apelo para aceitação tranqüila e passiva dos ideários para a educação.

As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante, e a medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121).

As políticas educacionais, sendo complexas e contraditórias vislumbram possibilidades de rompimento à medida que o conhecimento crítico desvela as intencionalidades do sistema.

Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam como 'experimentadores' históricos de tais concepções. Os partidos selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos prático e teórico, com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar. Por isso, pode-se dizer que os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias [...] (GRAMSCI, 2007, p.105).

O objetivo de analisar o discurso midiático, nesta pesquisa, foi o de reiterar o que já está posto na modificação para o Ensino Médio a partir da Lei no 13415/2017, com o objetivo de desvelar as intencionalidades do art.10, §3

O Ministério da Educação poderá celebrar convênios com entidades representativas do setor de radiodifusão, que visem ao cumprimento do disposto no caput, para a divulgação gratuita dos programas e ações educacionais do Ministério da Educação, bem como à definição da forma de distribuição dos programas relativos à educação básica, profissional, tecnológica e superior e a outras matérias de interesse da educação (BRASIL, 2017a, online).

Os discursos materializados nos recursos midiáticos são facilitadores da inculcação cultural com base hegemônica, para reiterar as necessidades de uma classe, que, de acordo com Gramsci (2006), atuam na conformação e cristalização de um plano político e cultural, para organização da opinião pública de uma dada concepção política e ideológica.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se ancora no materialismo histórico-dialético como perspectiva metodológica, partindo do princípio de que as condições materiais e econômicas são decisivas para compreender as relações sociais e os mecanismos de poder. Esse referencial orienta a análise dos fenômenos sociais dentro de seu contexto histórico, articulando investigação científica com um compromisso ético voltado à justiça social e à superação das desigualdades.

Optou-se por um percurso qualitativo, de caráter bibliográfico e exploratório, orientado pela concepção marxista. Esse caminho possibilita correlacionar dimensões político-educacionais às estruturas sociais, destacando como as contradições se expressam no campo da educação: de um lado, o controle exercido pelas classes dominantes; de outro, as formas de resistência dos grupos subalternos. Como observa Frigotto (2002), a dialética materialista não é apenas método, mas também atitude investigativa e práxis transformadora.

Em diálogo com esse referencial, utiliza-se a Análise Crítica do Discurso (ACD), conforme desenvolvida por Fairclough (2001). A ACD concebe o discurso como prática social atravessada por ideologia e relações de poder. Nesse sentido, permite identificar como ordens discursivas se consolidam em consensos temporários e como tais consensos são disputados em lutas hegemônicas, em consonância com as reflexões de Gramsci (1979).

A intertextualidade assume, nesse contexto, papel fundamental, pois revela como os textos retomam, reorganizam e ressignificam outros textos, criando novos sentidos. Contudo, essa produtividade não é livre: está condicionada por limites sociais e pelas correlações de poder. A combinação entre intertextualidade e hegemonia mostra como determinados discursos se estabilizam e como podem ser contestados, evidenciando as disputas ideológicas que permeiam a esfera social.

A Teoria Social do Discurso (TSD), proposta por Fairclough, reforça esse entendimento ao destacar a centralidade da linguagem nos processos de mudança social. Os discursos não apenas refletem a realidade, mas também a constroem, afetando identidades, relações interpessoais e sistemas de conhecimento. Essa concepção aproxima-se da tradição marxista ao buscar desvelar conexões encobertas e contradições que atravessam os fenômenos sociais. Como lembra Fairclough (2001), a hegemonia é sempre instável, resultado de alianças e consensos frágeis, que se tornam foco de constantes disputas.

Assim, ao combinar a ACD com o materialismo histórico-dialético, esta pesquisa busca compreender como a mídia e a educação se entrelaçam na manutenção ou na contestação de ideologias, e de que modo o discurso contribui para a reprodução ou a transformação das políticas públicas no cenário contemporâneo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da compreensão da Análise Crítica de Discurso, foi analisado o recurso audiovisual, transmitido pelo youtube, e então, podemos inferir que o material midiático enquadra o rosto de um adolescente, descolado, com cabelos longos, e os óculos, simbolizando a inteligência promissora, com feição de expectativa, olhando para o horizonte, simbolizando o vislumbre ao futuro. O título “*Com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar!*” reafirma a linguagem visual, assim como a legenda: “*Novo Ensino Médio. Quem conhece aprova*” (BRASIL, 2016 b). A expressividade no rosto em close reverbera o título e a legenda, criando o efeito ilusório de verdade,

em que deixa implícito que, se o telespectador não aprova as modificações do novo Ensino, é porque o desconhece. O verbo 'aprovar', disponível na legenda, vai ao encontro da expectativa do Governo em desestabilizar a resistência para o processo enviado ao Congresso Nacional, ao mesmo tempo em que reforça a naturalização do sentido esperado pelo referente diante da necessidade de aprovação massiva. Além deste, o verbo 'aprovar' traz conotação ambígua, em que traz a concepção do sucesso do estudante nos bancos escolares.

Há no discurso, então, o campo da manipulação consciente, e o da determinação inconsciente. A sintaxe discursiva é o campo da manipulação consciente. Neste, o falante lança mão de estratégias argumentativas e de outros procedimentos da sintaxe discursiva para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor. O falante organiza sua estratégia discursiva em função de um jogo de imagens: a imagem que ele faz do interlocutor, a que ele pensa que o interlocutor tem dele, a que ele deseja transmitir ao interlocutor etc (FIORIN, 1998, p. 18).

Os 30 segundos de propaganda trazem o cenário de um espetáculo. Os adolescentes sentados como telespectadores. As luzes apagadas. O holofote clareia apenas quem irá representar a juventude, nas falas, enquanto os demais adolescentes observam pacificamente a cena, no escuro:

Narrador: "Novo Ensino Médio. Quem conhece aprova."

Adolescente sexo feminino: "Eu escolho o que eu vou estudar? Então é claro que eu aprovo."

Logo após a fala, adolescente senta e outro adolescente é iluminado pelo holofote, levantando durante suas falas.

Adolescente sexo masculino: "Minha vocação. Sim! Eu aprovo!"

O foco está na luz, guiando o telespectador.

Adolescente sexo masculino, negra, levanta e diz: " Eu quero."

Adolescente com etnia japonesa: " Eu aprovo"

Narrador: Com o novo Ensino Médio você tem mais liberdade para escolher o que estudar, de acordo com a sua vocação.

As imagens mostram adolescentes sorrindo, aprovando a fala do narrador.

Os holofotes iluminam as cabeças dos adolescentes, como se criassem novas ideias, com o estímulo das palavras do narrador.

Narrador: É a liberdade que você queria para decidir o seu futuro.

Jovem negro, com mochila nas costas, apontando com o dedo indicador para o telespectador e piscando, com intimidade: "Quem conhece o novo Ensino Médio aprova."

Legenda: "Já é assim com 72% dos brasileiros".

Fonte: pesquisa IBOPE Nov. 2016. (BRASIL, 2016b)

Neste cenário, o verbo 'aprovar', em 30 segundos de propaganda, aparece 5 vezes, enaltecendo a liberdade de escolha com a aceitação dos estudantes que caracterizam representações da idade/série. A repetição é uma estratégia linguística. O discurso enaltece a escolha do jovem, atribuindo sucesso pessoal à sua escolha política. A modificação das políticas públicas podem ser referenciadas como sucesso, se houver a aprovação dos jovens. Há um jogo de ideias com o discurso que atribui, por outro lado, o insucesso, a não aprovação do jovem. Há a responsabilização social nessa escolha. A transposição da linguagem dos textos legais para o texto midiático, facilita a interação da internet, que se diferencia das mídias encontradas na televisão e no cinema.

O hábito de assistir a vídeos na rede cresceu principalmente pelo fato de ser gerado pelo próprio internauta e por ser sob demanda, ou seja, o usuário assiste ao que quer, na hora que deseja. Com isso, o consumidor está se habituando a procurar vídeos como procurar informações, a partir de sua necessidade, buscando por informações, entretenimento e relacionamentos. O repertório de vídeos disponível para o consumidor cresce a cada dia e tem uma abrangência de temas cada vez maior, Podemos encontrar vídeos educativos, palestras, animações, curiosidades, clipes de músicas, notícias e até pequenas produções de ficção. Também na publicidade o formato de vídeo online pode ser utilizado de várias formas (TORRES, 2018, p. 213).

De acordo com Moraes (2018, on-line), o contexto econômico e político é utilizado como senso comum para que as premissas neoliberais sejam embutidas nas camadas populares para que os preceitos sejam incorporados e considerados como verdadeiros. O ensino que propulsione sucesso profissional, diante da crise global, reacende possibilidades de aceitação das propostas para o Novo Ensino Médio.

consolida-se, em setores preponderantes dos meios de comunicação, a preferência por especialistas que, por suas trajetórias e posicionamentos, não trazem riscos de contrafação ideológica. Eles buscam construir narrativas que expliquem os fatos assumindo perspectivas afins

com os interesses do mercado, das hierarquias políticas, dos grupos midiáticos e dos lobbies empresariais, alimentando a espiral de reprodução do sistema (MORAES, 2018, on-line).

Considerando a internet enquanto um ecossistema digital, em que estão incluídos as mídias sociais, os websites e os mecanismos de interação com o público em geral, o movimento de expansão envolvendo os agentes digitais (aplicativos móveis, jogos online, redes sociais) gera oportunidade de negócios atrelado ao marketing digital.

A realidade aumentada que se incorpora cada vez mais aos dispositivos móveis; a realidade virtual que se incorpora tanto à sala de estar, com novos consoles e televisores inteligentes. A inteligência artificial e em particular os assistentes inteligentes, que já se haviam incorporado aos dispositivos móveis, mas que agora se incorporam a consoles, carros, televisores e inclusive ao tratamento de imagens, como o reconhecimento de objetos. Essas três tecnologias expandem o ecossistema digital e permitem a criação de uma infinidade de agentes digitais, que podem tanto ser uma oportunidade de negócio, como de novas ações de marketing digital para sua empresa (TORRES, 2018, p. 74).

A propaganda do MEC traz a representatividade dos adolescentes induz a um efeito ilusório e efeito de verdade, na medida em que tenta refletir uma dimensão fiel dos adolescentes retratados, público-alvo do Ensino Médio. De acordo com Fairclough (2001), há uma ideologia que se materializa de maneira inconsciente.

A materialização implícita e inconsciente das ideologias nas práticas (que as contém como premissas' teóricas implícitas), considerando-se a ideologia "uma concepção do mundo que está implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e nas manifestações da vida individual e coletiva" (GRAMSCI, 1971, apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 121).

Na instrumentalização da mídia há convergências políticas e ideológicas, por meio de efeitos de sentido que induzem o público-alvo com intervenções em diversas áreas de atuação, possibilitando um distanciamento da criticidade (MORAES, 2018).

Considerando o DNA digital (TORRES, 2018, p. 76), onde há a análise dos componentes do ecossistema digital, considerando a inovação, a interconexão e a interatividade, os componentes básicos do marketing digital se inter-relacionam em componentes construtivos para o armazenamento em sua base de dados, das interações dos usuários de internet, sendo possível, a partir da leitura desses dados, definir, aplicar e planejar ações para a representação ativa de uma identidade digital.

A outra propaganda, veiculada na mesma data de 26 de dezembro de 2016, pelo MEC¹, e pelo canal do Youtube, também com 30 segundos, traz o título: "O Novo Ensino Médio vai deixar o aprendizado mais estimulante e compatível com a sua realidade!". (BRASIL, 2016c)

Ao assumir que com as mudanças o ensino será mais estimulante assume-se o fracasso/desestímulo no ensino de até então. O mesmo ocorre com o discurso de estar atrelado à sua compatibilidade com a realidade. Ao discursar sobre essas mudanças, assume-se o distanciamento do ensino ao contexto do aluno e com a realidade social. Ao assumir o fracasso escolar, até então, o discurso veiculado atribui responsabilidades de mudanças na opinião do estudante. Como se apenas a aprovação fosse o necessário para anular toda a precarização das políticas públicas para o ensino.

O texto traz os adolescentes almejando a mudança do Ensino Médio para conseguir o que almejam, de acordo com as suas expectativas, incorporando a representatividade da diversidade de público-alvo: "Eu quero fazer jornalismo./ Eu quero ser professora. É o que eu amo./ E eu, designer de games./ Eu quero um curso técnico para já poder trabalhar". (BRASIL, 2016c).

Adolescentes representados por diferenças físicas, representam, na propaganda, de maneira visual, o público-alvo do ensino. O discurso da formação profissional vem idealizando expectativas, homogeneizando o futuro dos adolescentes, como se a reforma do Ensino Médio possibilitasse a inserção imediata na faculdade promissora. A profissão de professora vem ao lado do verbo "amar", indicando vocação ao lado da formação. O texto descritivo do vídeo (lettering) traz o enunciado. O lettering é o que estará escrito em tela, é o texto colocado visualmente para que a memorização do interlocutor, facilitando a audiência memorize:

¹ O Novo Ensino Médio vai deixar o aprendizado mais estimulante e compatível com a sua realidade! Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7_Fdhibi0yQ. Acesso em 22 jan. 2022.

O Novo Ensino Médio é uma proposta de reformulação da estrutura curricular que contempla duas grandes mudanças: a flexibilização do currículo escolar de acordo com o interesse do aluno e o aumento do número de escolas em tempo integral com a ampliação gradual da jornada escolar. O aluno poderá optar por uma modalidade acadêmica ou por uma de formação técnica e profissional. O principal objetivo dessa iniciativa é criar uma estrutura inicial para que seja possível ofertar um ensino médio mais atrativo para os jovens, dando a eles a liberdade de escolher seus percursos, de acordo com seus projetos de vida. Saiba mais: <http://portal.mec.gov.br/> (BRASIL, 2016b).

O discurso publicitário parece evidenciar um futuro promissor, com possibilidades de formação acadêmica, ensino atrativo e com liberdade de escolha. Desta maneira, o fracasso ou o sucesso do Novo Ensino Médio fica atrelado à opção dos itinerários dos estudantes. Aliado às condições de liberdade estariam o investimento na infraestrutura escolar, relacionados, de maneira direta, com a contratação docente e sua formação, materiais tecnológicos e didáticos que possibilitem a escolha. No entanto, o viés de responsabilidade político não está evidenciado no discurso midiático.

Necessário faz-se contextualizar as medidas adotadas pelo Estado em relação às políticas de financiamento externo junto ao Banco Mundial. As condicionalidades à Implementação para o Novo Ensino Médio incorporam a lógica das políticas ideológicas de maneira global em reciprocidade ao interesse da elite interna do país, no processo de acumulação de capital. A menção de países internacionais no texto midiático reforça a ideologia dominante em evidenciar o viés internacional como sucesso necessário às implementações nacionais.

há relações intertextuais 'verticais' entre um texto e outros textos que constituem seus contextos mais ou menos imediatos ou distantes: textos com os quais estão historicamente ligados em várias escalas temporais e por vários parâmetros, até mesmo textos que são mais ou menos contemporâneos a ele (FAIRCLOUGH, 2001, p. 135).

Em janeiro de 2017, obtendo mais de 11 mil visualizações, houve o lançamento de uma nova propaganda, com quase 2 minutos de duração. Com o título “O Novo Ensino Médio vai melhorar a educação dos jovens!” (BRASIL, 2017 b)

- Sabe o que estamos fazendo aqui? Conversando sobre o nosso futuro.
- Com o Novo Ensino Médio, o ensino nas escolas tem tudo pra ficar mais estimulante, mas de acordo com o que a gente quer mesmo.
- É isso aí. A proposta é baseada nas experiências de vários países, que tratam a educação como deve ser, né? Uma prioridade.
- Como assim?
- No novo Ensino Médio, o conteúdo obrigatório que é essencial para a formação de todos, vai continuar existindo. Ele vai ser definido pela Base Nacional Comum Curricular.
- E esse debate já começou.
(Adolescentes pesquisam em tablets informações na página do MEC)
- Tá aqui, ó.
- O mais importante, é que vamos ter a liberdade de escolher entre quatro áreas de conhecimento pra poder nos aprofundar nos estudos, né?! Tem Linguagens, Matemática, Ciências Humanas ou Ciências da Natureza. Tudo de acordo com os meus sonhos e o que eu desejo pro meu futuro.
- E tem uma novidade também pra quem quer terminar os estudos e já começar a trabalhar, que é a Formação Técnica Profissional, com aulas práticas e teóricas. Antes, quem queria ter uma formação técnica, precisava cursar o ensino médio e ainda fazer o curso técnico separado. Agora a formação técnica e profissional vai ser mais uma opção pro aluno concluir o Novo Ensino Médio. Daí, no final dos três anos, você pode terminar o ensino médio e receber o certificado do ensino técnico.
Adolescente falando para o telespectador: - Novo Ensino Médio. Acesse o site e participe das discussões.
- Agora é você quem decide o seu futuro.
(Logo do Ministério da Educação- Ordem e Progresso- Brasil: Governo Federal).

A linguagem visual reitera o investimento tecnológico atrelado ao novo ensino, evidenciando os estudantes com tablets. No entanto, até as disciplinas de tecnologia contém materiais pedagógicos que instruem para o ensino que eles denominam como ‘tecnologia desplugada’, pois não há investimento na área.

A interlocução direta do adolescente com o telespectador, direcionando de maneira ativa a fala e a responsabilidade pelo sucesso da mudança do ensino. As reformas educacionais sistematizadas

pelo Estado com os organismos internacionais, por meio de dispositivos legais e normatizações para a formação da força de trabalho, verificam ações governamentais para alinhamento mercadológico.

Os esforços no âmbito da reforma do Ensino Médio, em particular, são tão profundos quanto amplos, examinam a imensa agenda de mudanças complementares nas políticas relativas ao sistema de educação e desenvolvimento de competências, regulamentação do mercado de trabalho e programas de emprego que poderiam ser realizadas para aumentar o potencial de produtividade do jovem brasileiro (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 31).

A propaganda de 2017 (BRASIL, 2017c) lançada na mesma data da propaganda anterior, Com 2.649 visualizações pelo veículo do Youtube, também realizada pela propaganda do MEC, mostra uma cena casual de uma família, com a figura materna tomando café da manhã e a figura paterna, lendo uma revista enquanto o jovem assiste televisão e se interessa pela propaganda do MEC que passa na TV sobre o Novo Ensino Médio. Então, a família senta na mesa para tomar o café e continuar a discussão. O jovem pega um tablet e procura mais informações na página do MEC e ressaltas as disciplinas da Base Nacional Comum Curricular- BNCC e se empolga com a escolha que poderá fazer, de acordo com os sonhos para o seu futuro. A mãe completa que a mudança é interessante porque há a possibilidade do adolescente ir direto para o mercado de trabalho após concluir o Ensino Médio, ressaltando a formação técnica profissional atrelada ao Ensino. As informações são as mesmas das propagandas anteriores, com o pano de fundo da família brasileira interessada no futuro dos seus filhos e um jovem proativo que busca as informações e fica feliz com o resultado que encontra, na página do MEC. Fairclough (2001) anuncia as relações de dominação embasadas nessa padronização ideal familiar e ainda remete à necessidade de transcender essa padronização para compreender e transcender essa ideologia.

A cena utiliza como recurso o telespectador atrás do jovem e esse jovem alheio ao telespectador, pois já vislumbra o futuro. O futuro é anunciado pelo MEC, na televisão.

Há a asserção de que os 'aparelhos ideológicos de estado' (instituições tais como a educação ou a mídia) são ambos locais e marcos delimitadores na luta de classe, que apontam para a luta no discurso e subjacente a ele como foco para uma análise de discurso orientada ideologicamente (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

A identificação e a análise dessas relações intertextuais verticais são cruciais para a interpretação e a compreensão profunda de qualquer texto. Elas revelam a complexidade de sua significação, sua inserção em redes de sentido mais amplas e a riqueza de seus diálogos com o passado e o presente. Longe de ser um fenômeno isolado, cada texto é um ponto de encontro e um desdobramento de múltiplos discursos que o precederam e o circundam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As modificações da política pública educacional materializam os interesses da classe hegemônica ao orientar o ensino médio para uma perspectiva neoliberal, marcada pelo tecnicismo e pela subordinação às demandas do capital. Nesse processo, o discurso exerce papel central como mecanismo de persuasão, apresentando as reformas como necessárias à modernização e à melhoria da qualidade da educação. Tal estratégia discursiva legitima políticas que, na prática, aprofundam a dualidade educacional, destinando formações distintas para as classes dirigentes e para a classe trabalhadora, naturalizando as contradições inerentes à relação capital-trabalho.

Na perspectiva gramsciana, observa-se que a hegemonia se sustenta não apenas pela coerção, mas pela construção do consenso, produzido e reproduzido no âmbito da cultura e das instituições. O discurso em torno do Novo Ensino Médio constitui exemplo claro desse processo, pois, ao apresentar a reforma como avanço inquestionável, busca consolidar a adesão da sociedade aos interesses dominantes. No entanto, como adverte Gramsci, a hegemonia não elimina as resistências: estudantes, educadores e movimentos sociais organizados tensionam esse consenso, produzindo práticas contra-hegemônicas que reafirmam a luta por uma educação pública, democrática e socialmente referenciada.

Complementando essa análise, Fairclough demonstra que o discurso não apenas reflete, mas constrói realidades sociais, instituindo significados e moldando práticas. A análise crítica do discurso evidencia como as narrativas institucionais e midiáticas funcionam na legitimação de políticas neoliberais, ao mascararem seus efeitos excludentes sob a retórica da inovação e da eficiência. Desse modo, a articulação entre a teoria da hegemonia e a análise crítica do discurso permite compreender

que a linguagem é simultaneamente instrumento de dominação e campo de disputa, sendo a escola um espaço privilegiado para a constituição de práticas emancipatórias e de resistência ao poder hegemônico, a depender da forma como é utilizado esse espaço.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Competências e Empregos: uma Agenda para a Juventude: síntese de constatações, conclusões e recomendações de políticas.** Relatório No 123968BR. Brasília, DF: Banco Mundial. Departamento do Brasil. Região da América Latina e Caribe; Corporação Financeira Internacional, Departamento da América Latina e Caribe, 01 de março de 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 01 jul. 2017.

BRASIL. **LEI Nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746**, de 22 de setembro de 2016a. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

BRASIL. Ministério da Educação. **Com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar!** [vídeo]. Brasília, DF: MEC, 26 dez. 2016b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kdERkLO3eTs>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Novo Ensino Médio vai deixar o aprendizado mais estimulante e compatível com a sua realidade!** [vídeo]. Brasília, DF: MEC, 2016c. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7_Fdhibi0yQ. Acesso em: 22 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília: MEC/SEF, 2017a.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Novo Ensino Médio vai melhorar a educação dos jovens!** Propaganda do MEC de 04 de janeiro de 2017b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=C-M_ewoa0iY. Acesso em 22 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Com o Novo Ensino Médio você pode decidir o seu futuro!** De 04 de janeiro de 2017c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bIFgyTLiv4Q>. Acesso em 24 jan. 2022.

BRASIL, MSF, **Nº 2018**

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a fim de definir diretrizes para o ensino médio.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social.** Coordenação da trad. Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia.** 6. ed., São Paulo: Ática, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século.** São Paulo: Editora Vozes, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Volume 3. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Língua(gens), Mídia(s)e poder sob a ótica discursiva Foucaultiana. **Revista Heterotópica** - Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos - 224 LEDIF, Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia -ILEEL/UFU, 2020.

MORAES, Dênis de. Intelectuais da mídia, a força-tarefa do sistema. **Blog da BOITEMPO**, 2018. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/08/17/intelectuais-da-midia-aforca-tarefa-do-sistema/>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Resolução SE nº 2**, de 8 de janeiro de 2016. Dispõe sobre a formação de classes de alunos nas escolas estaduais. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, Poder Executivo, São Paulo, SP, 9 jan. 2016. Seção I, p. 31

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: entrevista com Dermeval Saviani. **IMAGENS E PALAVRAS**. Educ. Soc. 39 (144) • Jul-Sep 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018190268>. Acesso em: 22 jan. 2022.

TORRES, Cláudio. **A bíblia do marketing digital**. 2 ed. São Paulo: Novatec, 2018.

**EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E LINGUAGEM: O DESAFIO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA
ALÉM DA ÁREA DE PORTUGUÊS**

**QUALITY EDUCATION AND LANGUAGE: THE CHALLENGE OF TEACHER TRAINING BEYOND
PORTUGUESE**

Área temática: Educação de Qualidade (ODS 4).

DIAS, Stephany Rodrigues Alonso
Universidade de Franca (UNIFRAN)
Mestranda em Linguística
stephanyalonso0@gmail.com

GARCIA, Débora
Universidade de Franca (UNIFRAN)
Mestranda em Linguística
deborargarciaq@gmail.com

GARCIA, Luciana Carmona
Universidade de Franca (UNIFRAN)
Doutora em Linguística
luciana.garcia@unifran.edu.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a importância da competência linguística na formação de professores de áreas não relacionadas à Língua Portuguesa, analisando como a fragilidade no domínio da linguagem compromete a transmissão do conhecimento e os princípios do ODS 4 – Educação de Qualidade. Parte-se da concepção de que a linguagem atravessa todas as práticas docentes, tornando-se essencial para que haja clareza, coesão e precisão no processo de ensino-aprendizagem. A fundamentação teórica ancora-se em autores da Linguística e da análise do discurso, como Bakhtin, que destaca a linguagem como prática social, Fiorin, que discute a relação entre discurso, clareza e sentido, e Saussure, com a noção de signo, significante e significado, indispensável para compreender o papel estruturante da linguagem no processo educativo. A metodologia adotada é qualitativa, fundamentada em análise documental, tomando como dados analisados os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) referentes ao estado de São Paulo, que revelam defasagens significativas em Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. A análise interpretativa desses dados demonstra que a fragilidade no ensino da língua materna compromete a formação de futuros professores, sobretudo porque, ao ingressarem em cursos superiores de áreas específicas, esses estudantes não terão disciplinas da área de Língua Portuguesa, perpetuando a deficiência linguística e prejudicando a efetividade do ODS 4.

Palavras-chave: linguagem docente, competência linguística, SAEB.

Abstract

This article, titled *Quality Education and Language: The Challenge of Teacher Education Beyond the Portuguese Subject Area*, reflects on the importance of linguistic competence in the education of teachers from disciplines other than Portuguese, analyzing how fragile language command undermines knowledge transmission and the principles of SDG 4 – Quality Education. Starting from the notion that language permeates all teaching practices, the paper argues that clarity, cohesion, and precision are indispensable to effective learning. The theoretical framework draws on Linguistics and discourse studies, especially Bakhtin (language as social practice), Fiorin (discourse, clarity, and meaning), and Saussure (the sign as the relation between signifier and signified), highlighting their relevance for any teaching field. The methodology is qualitative, based on documentary analysis, taking

as analyzed data the official results of the Brazilian Basic Education Assessment (SAEB) for the state of São Paulo in Portuguese Language, which reveal significant deficits in the final years of elementary and in upper secondary education. The interpretive analysis of these data indicates that weaknesses in mother-tongue instruction compromise the training of future teachers, particularly because undergraduate programs in specific areas (e.g., Mathematics, History, Sciences) generally do not include systematic coursework in Portuguese, thereby perpetuating linguistic deficiencies and hindering the effectiveness of SDG 4. The study concludes by advocating the inclusion of foundational linguistic concepts—especially the sign/signifier/signified triad—as a transversal component in all teacher education programs.

Keywords: teacher language, linguistic competence, SAEB.

1 INTRODUÇÃO

1.1. Contexto e problema

A linguagem constitui o eixo estruturante de toda prática docente: é por meio dela que o professor organiza o pensamento, formula conceitos, estabelece instruções e produz condições de compreensão para o estudante. Nessa perspectiva, a qualidade do ensino não pode ser dissociada da qualidade do dizer — clareza, coesão e precisão são dimensões indissociáveis do ato de ensinar. No entanto, os indicadores nacionais de proficiência em Língua Portuguesa revelam, de forma persistente, dificuldades significativas na Educação Básica, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Esse quadro projeta um efeito de arrasto sobre a formação docente: grande parte dos estudantes que concluem a educação básica com domínio linguístico insuficiente ingressará, posteriormente, em cursos de licenciatura de áreas não linguísticas (Matemática, Ciências, História, entre outras), levando consigo lacunas que tendem a se converter em limitações no exercício do magistério. Assim, não se trata apenas de um problema localizado na disciplina de Português, mas de um desafio transversal que compromete a transmissão de conhecimentos em qualquer área e, em consequência, a efetividade do ODS 4 — Educação de Qualidade.

1.2. Olhar do artigo e base empírica

O olhar deste artigo é documental e orientado por dados. Em termos metodológicos, a investigação toma como dados analisados os resultados oficiais do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em Língua Portuguesa para o estado de São Paulo, contemplando 5º ano do Ensino Fundamental, 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio, nas últimas edições disponíveis. O objetivo dessa escolha é evidenciar a base real com que muitos futuros docentes chegam ao Ensino Superior. Em outras palavras, busca-se mostrar, por meio de resultados públicos e comparáveis, qual é o patamar de proficiência linguística que antecede a formação universitária daqueles que, amanhã, atuarão como professores fora da área de Português. Convém explicitar, para evitar ambiguidade, que não se realiza uma análise linguística do texto dos documentos do SAEB (itens, relatórios ou redações), mas uma interpretação qualitativa dos resultados educacionais, tomando-os como indícios robustos das condições de leitura, de escrita e de organização discursiva dos estudantes concluintes da Educação Básica em São Paulo. Em síntese: “o olhar é por dados analisados, não sobre o texto dos documentos”.

1.3. Hipótese de trabalho

A hipótese que orienta a pesquisa sustenta que os déficits de linguagem identificados ao final da Educação Básica não são compensados, em regra, na formação universitária de licenciaturas em que a linguagem não é o objeto primário de estudo. Via de regra, tais cursos não incluem componentes sistemáticos de aprofundamento em Língua Portuguesa; consequentemente, fragilidades de leitura, de estruturação do discurso acadêmico e de precisão terminológica tendem a permanecer. Esse condicionante impacta diretamente a transposição didática — a passagem do saber científico ou técnico para o saber ensinável —, pois pressupõe a estabilização de conceitos no e pelo discurso do professor. Se a proficiência linguística de base é frágil, os movimentos de definição, exemplificação, paráfrase e argumentação, indispensáveis ao ensino de qualquer conteúdo, tornam-se menos eficazes. Em termos

de formação, isso significa que “estes dados sinalizam a competência linguística de base de quem ingressa nas licenciaturas não linguísticas”.

1.4. Objetivo geral e ancoragem linguística

O objetivo geral é refletir sobre a importância da competência linguística na formação de professores de áreas não relacionadas à Língua Portuguesa, analisando como a fragilidade no domínio da linguagem compromete a transmissão do conhecimento e os princípios do ODS 4 – Educação de Qualidade, ressaltando a relevância de conceitos estruturantes da Linguística — como signo, significante e significado — para todo docente, independentemente da disciplina que ministra. A ancoragem teórica dialoga com a Linguística e a análise do discurso: para Bakhtin (1929), a linguagem é concebida como prática social e lugar de constituição do sujeito; para Fiorin (2003), a operacionalidade do discurso — coesão, coerência e progressão temática — constitui condição para que o sentido se construa e circule; em Saussure, a tríade signo–significante–significado oferece a base conceitual para compreender por que a precisão formal (termos, definições, relações lógico-semânticas) é inseparável da precisão conceitual em qualquer área do conhecimento. A partir desse eixo, a análise buscará mostrar como a insuficiência na estabilização da relação entre significante e significado fragiliza a construção do signo e, por consequência, a aprendizagem de conteúdos disciplinares.

1.5. Contribuição e relevância para o ODS 4

Ao articular evidências empíricas (resultados do SAEB/SP) com fundamentos da Linguística, este trabalho pretende contribuir em duas frentes. Em primeiro lugar, explicita a dimensão linguística da qualidade educacional, frequentemente diluída em debates curriculares e administrativos: sem proficiência para ler, escrever e organizar o dizer, não há compreensão estável de conceitos nem circulação consistente de conhecimentos. Em segundo lugar, propõe-se a incorporação de fundamentos linguísticos transversais aos currículos de licenciaturas em que a linguagem não é o objeto primário de estudo, com foco na linguagem de instrução, na terminologia disciplinar e nas operações discursivas típicas do ensino (definir, exemplificar, explicar, reformular, argumentar). A relevância para o ODS 4 é direta: elevar a aprendizagem pressupõe fortalecer a linguagem como meio e como condição do ensinar, sob pena de mantermos o ciclo de baixo desempenho e sua reprodução na formação docente.

1.6. Organização do texto

O artigo organiza-se em cinco seções. Após esta Introdução (Seção 1), apresenta-se o Referencial Teórico (Seção 2), que desenvolve o arcabouço conceitual em Bakhtin, Fiorin e Saussure, com destaque para a pertinência do signo na prática docente. Em seguida, em Procedimentos Metodológicos (Seção 3), delimita-se a abordagem qualitativa de análise documental, explicam-se os dados analisados (SAEB/Língua Portuguesa – São Paulo; 5º EF, 9º EF e 3ª EM; últimas edições disponibilizadas) e os critérios de leitura (proficiência média e distribuição por níveis). A Seção 4, Resultados e Discussão, integra a apresentação dos achados (gráficos de evolução e de níveis) à sua interpretação linguística e formativa, evidenciando a relação entre proficiência de base e formação docente fora da área de Português. Por fim, nas Considerações Finais (Seção 5), sintetizam-se os argumentos, indicam-se limites e apresentam-se recomendações para políticas de formação inicial e continuada, com vistas ao cumprimento substantivo do ODS 4.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Saussure – Signo, Significante e Significado

Ferdinand de Saussure, em seu seminal Curso de Linguística Geral, revolucionou a compreensão da linguagem ao propor que a língua é um sistema de signos. Para Saussure, o signo linguístico não é uma ligação entre uma coisa e um nome, mas sim uma entidade psíquica de duas faces, indissociavelmente unidas: o conceito e a imagem acústica. Ele renomeou esses componentes, para fins pedagógicos, como significado e significante, respectivamente.

O significante (ou imagem acústica) não se refere ao som material em si, mas à impressão psíquica desse som, à representação mental que o indivíduo tem dele. É a parte perceptível do signo, seja na forma falada (sequência de fonemas) ou escrita (sequência de grafemas). Por exemplo, ao pensar na palavra "árvore", a imagem acústica correspondente é a sequência de sons /'ar.vo.ri/ ou a representação gráfica 'árvore'.

O significado (ou conceito) é a ideia, a representação mental abstrata associada ao significante. É o que compreendemos quando percebemos o significante. No exemplo da palavra "árvore", o significado é a ideia de uma planta lenhosa de grande porte, com tronco, galhos e folhas. É importante notar que o significado não é o objeto real no mundo, mas a conceituação que fazemos dele.

A união desses dois elementos – significante e significado – constitui o signo linguístico. Essa união é fundamental para a comunicação, pois é através dela que atribuímos valor e sentido à linguagem. O signo, portanto, é a unidade básica da língua, permitindo que os falantes de uma mesma comunidade linguística compreendam e se façam entender. A natureza psíquica e a interdependência desses dois componentes são cruciais para a teoria saussuriana, afastando-se da visão tradicional que via a linguagem como uma simples nomenclatura de objetos preexistentes.

2.2. Arbitrariedade e Valor do Signo

A relação entre significante e significado, para Saussure (1916), é fundamentalmente arbitrária. Isso significa que não há um laço natural, intrínseco ou motivado que une um determinado som (significante) a um determinado conceito (significado). A escolha de uma sequência sonora para representar uma ideia é imotivada e convencional, estabelecida pela comunidade linguística. A prova dessa arbitrariedade reside na existência de diferentes línguas: o conceito de "casa" é expresso por significantes distintos como house (inglês), maison (francês) ou Hause (alemão). Se houvesse uma ligação natural, todas as línguas usariam o mesmo significante para o mesmo significado.

Contudo, a arbitrariedade não implica que o falante individual possa alterar os signos à sua vontade. Uma vez estabelecido em um grupo linguístico, o signo adquire um caráter de imutabilidade aparente, sendo imposto à coletividade. Essa fixidez é de cunho social e coletivo, garantindo a estabilidade e a inteligibilidade da comunicação dentro de uma comunidade.

O conceito de valor é igualmente central na teoria saussuriana e está intrinsecamente ligado à arbitrariedade. Para Saussure, o valor de um signo não é determinado por sua relação com o referente no mundo real, nem por sua ligação interna entre significante e significado, mas sim pelas relações de oposição e diferença que ele mantém com os outros signos dentro do sistema linguístico. Um signo adquire valor não pelo que ele é em si, mas pelo que ele não é, em contraste com os demais.

O valor linguístico possui duas dimensões: a conceitual e a material. No plano conceitual, o significado de uma palavra é definido pelas diferenças que o separam de outros significados. Por exemplo, o valor de "ovelha" em português não é o mesmo de mouton em francês, pois mouton pode se referir tanto ao animal vivo quanto à carne, enquanto "ovelha" se refere apenas ao animal vivo. No plano material, o significante também adquire valor por suas diferenças fonológicas em relação a outros significantes. O som /p/ tem valor porque se opõe a /b/, /t/, /d/, etc.

Assim, a língua é um sistema de valores puros, onde cada elemento só existe e adquire sentido por sua relação com os outros. A arbitrariedade do signo e seu valor diferencial são os pilares que sustentam a visão saussuriana da língua como um sistema autônomo, em que o sentido é construído internamente pelas relações entre os signos, e não por uma correspondência direta com a realidade externa. Essa perspectiva é crucial para entender como a precisão na linguagem é vital para a estabilidade conceitual, especialmente em contextos de ensino e aprendizagem.

2.3. Relevância da Teoria de Saussure para a Sala de Aula

A teoria do signo linguístico de Saussure, com sua ênfase na arbitrariedade e no valor diferencial, oferece um arcabouço conceitual robusto para compreender os desafios e as oportunidades da comunicação em sala de aula. A relevância dessa perspectiva para a prática pedagógica reside na elucidação de como a linguagem não é um mero veículo transparente para o pensamento, mas sim um sistema complexo que molda e é moldado pela compreensão conceitual. Professores e alunos, ao interagirem linguisticamente, estão constantemente operando com signos, e a clareza na relação entre significante e significado é crucial para a efetividade do processo de ensino-aprendizagem.

Em primeiro lugar, a compreensão da arbitrariedade do signo destaca que os termos e conceitos ensinados em qualquer disciplina não possuem uma ligação "natural" com a realidade que

representam. Eles são construções sociais e culturais, estabelecidas por convenções linguísticas. Isso implica que o professor não pode assumir que o significado de um termo é autoevidente ou universalmente compreendido. Pelo contrário, a explicitação e a negociação dos significados tornam-se tarefas pedagógicas fundamentais. Em disciplinas como Matemática, Ciências ou História, em que a terminologia é frequentemente densa e específica, a arbitrariedade exige que o docente dedique tempo e esforço para construir, junto aos alunos, a relação entre o significante (o termo técnico, a fórmula, o nome de um evento) e o significado (o conceito subjacente, suas propriedades, suas implicações).

Em segundo lugar, o conceito de valor, que postula que o sentido de um signo é determinado por suas relações de oposição e diferença com outros signos no sistema, sublinha a importância da precisão e da contextualização. Em sala de aula, isso se traduz na necessidade de o professor não apenas apresentar um conceito isoladamente, mas também de situá-lo em uma rede de relações com outros conceitos. Por exemplo, ao ensinar "fotossíntese" em Ciências, não basta definir o processo; é preciso diferenciá-lo de "respiração celular", explicar seus componentes (clorofila, luz, CO₂, H₂O) e seus produtos (glicose, O₂), e como esses elementos se relacionam dentro do sistema biológico. A ausência dessa diferenciação e contextualização pode levar a uma compreensão superficial ou equivocada, quando o aluno memoriza o significante sem apreender plenamente o significado e seu valor dentro do campo de conhecimento.

Assim, a teoria saussuriana fornece uma lente analítica para o professor refletir sobre sua própria linguagem e a dos alunos. Ela enfatiza que a "competência linguística é condição para qualquer transposição didática", pois a passagem do saber científico para o saber ensinável depende intrinsecamente da capacidade de estabilizar e comunicar os signos de forma clara e precisa. Falhas na articulação entre significante e significado podem gerar ambiguidades, mal-entendidos e, em última instância, comprometer a construção do conhecimento. A sala de aula, nesse sentido, é um espaço privilegiado para a construção e a desconstrução de signos, onde a consciência linguística se torna uma ferramenta poderosa para a aprendizagem significativa.

2.4. Relevância do Signo para a Prática Docente

A compreensão aprofundada do signo linguístico, em sua dualidade de significante e significado, é de suma importância para a prática docente em todas as áreas do conhecimento. O professor, como mediador do saber, utiliza a linguagem como principal ferramenta para a transposição didática, ou seja, para transformar o conhecimento científico em conhecimento ensinável. Nesse processo, a estabilidade e a precisão dos signos são cruciais para evitar falhas conceituais que podem comprometer a aprendizagem dos alunos.

Exemplo Aplicado (Matemática/Ciências/História): terminologia imprecisa (significante) → conceito instável (significado).

Em diversas disciplinas, a terminologia imprecisa por parte do docente pode levar a uma instabilidade conceitual por parte do aluno. Considere, por exemplo, o ensino de Matemática. Se um professor utiliza os termos "número" e "algarismo" de forma intercambiável, sem explicitar suas distinções (algarismo como símbolo gráfico e número como quantidade ou valor), o significante torna-se impreciso. Consequentemente, o significado que o aluno constrói para esses conceitos será instável, dificultando a compreensão de operações e propriedades numéricas. Da mesma forma, em Ciências, a confusão entre "átomo" e "molécula" ou entre "clima" e "tempo" pode gerar uma base conceitual frágil, impedindo o aluno de desenvolver um raciocínio científico rigoroso. Em História, a utilização vaga de termos como "revolução" ou "golpe" sem a devida contextualização e diferenciação de seus significados específicos em cada evento histórico pode levar a interpretações superficiais e anacrônicas.

Nesses casos, a falha na precisão do significante (a palavra ou expressão utilizada) leva diretamente a uma falha na estabilização do significado (o conceito que se pretende transmitir). A tríade saussuriana explica por que falhas de linguagem viram falhas conceituais, pois a relação arbitrária, mas convencional, entre significante e significado exige um cuidado didático constante para que essa convenção seja efetivamente estabelecida e compreendida pelos alunos. Quando o professor não domina ou não explicita essa relação, o signo linguístico se fragiliza e a mensagem pedagógica perde sua eficácia.

Podemos, aqui, refletir e observar que sem domínio do signo, o ensino não se sustenta — conexão explícita com a leitura dos dados do SAEB.

É nesse ponto que a relevância do domínio do signo se conecta explicitamente com os dados de proficiência linguística. Os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em

Língua Portuguesa, que indicam persistentes dificuldades dos estudantes em leitura, escrita e organização discursiva, revelam um cenário no qual a base linguística para a construção de signos está comprometida. Se os alunos chegam ao Ensino Superior e, posteriormente, à formação docente, com lacunas significativas em sua competência linguística, é razoável inferir que sua capacidade de operar com signos de forma precisa – tanto na compreensão quanto na produção – estará fragilizada. Essa fragilidade se manifesta na dificuldade em articular significantes e significados de maneira estável, o que, por sua vez, impacta diretamente a capacidade de realizar a transposição didática de forma eficaz. Sem um domínio sólido do signo, o ensino de qualquer conteúdo, independentemente da área, não se sustenta, pois, a própria ferramenta de transmissão do conhecimento – a linguagem – está comprometida. A competência linguística é condição para qualquer “transposição didática”, e os dados do SAEB são um indicativo empírico das consequências de sua ausência na formação de futuros professores, mesmo aqueles de áreas não linguísticas. A instabilidade conceitual gerada pela imprecisão linguística perpetua um ciclo de baixo desempenho, reforçando a necessidade urgente de se abordar a linguagem como um pilar fundamental em todas as etapas da formação educacional e docente.

Nesse sentido, a teoria saussuriana do signo linguístico transcende o campo da linguística pura, oferecendo insights valiosos para a pedagogia. Ao desvendar a natureza arbitrária e o valor diferencial dos signos, Saussure nos lembra que a linguagem é um sistema complexo e dinâmico, cujo domínio é indispensável para a construção e transmissão do conhecimento. A clareza na articulação entre signifiante e significado não é apenas uma questão de correção gramatical, mas uma premissa para a estabilidade conceitual e, consequentemente, para a eficácia do processo educativo. Reconhecer e aplicar esses princípios na formação docente e na prática em sala de aula é um passo fundamental para superar as lacunas de aprendizagem e garantir uma educação de qualidade, conforme preconizado pelo ODS 4.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental, com o objetivo de examinar a proficiência em Língua Portuguesa de estudantes da rede pública de ensino do estado de São Paulo, cujos resultados impactam diretamente a formação de futuros docentes em áreas em que a linguagem não é objeto primordial. A escolha por esta metodologia justifica-se pela natureza dos dados disponíveis e pela necessidade de uma interpretação aprofundada dos fenômenos educacionais observados.

3.1. Dados analisados

Os dados que embasam esta análise foram extraídos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), especificamente os resultados referentes à proficiência em Língua Portuguesa para o estado de São Paulo. Foram consideradas as últimas edições disponibilizadas do SAEB, abrangendo os seguintes segmentos:

- 5º Ano do Ensino Fundamental
- 9º Ano do Ensino Fundamental
- 3ª Série do Ensino Médio

Estes dados são cruciais para compreender o patamar de proficiência linguística com o qual os estudantes concluem a Educação Básica e, consequentemente, ingressam nos cursos de licenciatura, onde a expectativa é que atuem como professores em diversas disciplinas. A análise não se concentra no texto dos documentos do SAEB (itens, relatórios ou redações), mas sim na interpretação qualitativa dos resultados educacionais, tomados como indicadores robustos das condições de leitura, escrita e organização discursiva dos alunos.

3.2. Critérios de Leitura e Análise da Proficiência

Para a interpretação dos resultados do SAEB, foram utilizados os critérios de proficiência média e a distribuição dos estudantes por níveis de desempenho, conforme as escalas de proficiência estabelecidas pelo próprio sistema de avaliação. Os níveis de proficiência em Língua Portuguesa são categorizados da seguinte forma:

Figura 1 – Escalas de proficiência em Língua Portuguesa (9º EF e 3º EM)



Fonte: QEDU (2025). São Paulo – Indicadores educacionais. Disponível em: <https://gedu.org.br/uf/35-sao-paulo>. Acesso em: 1 out. 2025.

Adicionalmente, a análise considerou os percentuais de alunos com aprendizado adequado (nível Proficiente ou Avançado no Saeb), utilizando a seguinte categorização visual:

- Verde: ≥ 70% de aprendizado adequado
- Amarelo: ≥ 50% de aprendizado adequado (mas abaixo de 70%)
- Laranja: ≥ 25% de aprendizado adequado (mas abaixo de 50%)
- Vermelho: < 25% de aprendizado adequado

Esta categorização permite uma visualização rápida do desempenho geral e das defasagens, conforme os dados apresentados nas tabelas e gráficos. A seguir, será realizada uma análise detalhada dos resultados, confrontando-os com a hipótese de trabalho e a relevância para a formação docente.

3.2.1. 5º Ano do Ensino Fundamental

Os dados de proficiência para o 5º ano do Ensino Fundamental em escolas públicas de São Paulo revelam o seguinte cenário:

Figura 2 – Percentual de estudantes com aprendizado adequado no 5º ano do Ensino Fundamental (2019–2023)



Fonte: QEDU (2025). São Paulo – Indicadores educacionais. Disponível em: <https://gedu.org.br/uf/35-sao-paulo>. Acesso em: 1 out. 2025.

Nota: Os resultados de **Matemática** também aparecem nas imagens oficiais do QEdU apenas para manter a fidedignidade da fonte consultada (<https://qedu.org.br/brasil/ideb>)

Voltemos para a análise dos dados. Observa-se que, em 2019, a proficiência em Português estava em 69%, próxima da meta de 70% para aprendizado adequado (cor verde). No entanto, houve uma queda para 62% em 2021, recuperando-se ligeiramente para 63% em 2023. Embora os percentuais de Português se mantenham na faixa amarela ($\geq 50\%$ de aprendizado adequado), a tendência de estagnação ou leve declínio é preocupante. Esses resultados indicam que, mesmo nas séries iniciais, uma parcela significativa dos alunos já apresenta defasagens na proficiência linguística, o que pode ser um indicativo precoce de desafios futuros na compreensão e expressão de conceitos em outras disciplinas.

3.2.2. 9º Ano do Ensino Fundamental

Para o 9º ano do Ensino Fundamental, os dados de proficiência em escolas públicas de São Paulo são os seguintes:

Figura 3 – Percentual de estudantes com aprendizado adequado no 9º ano do Ensino Fundamental (2019–2023)



* A cor verde foi ancorada na Meta 3 do Todos Pela Educação, de que 70% dos alunos deveriam apresentar aprendizado adequado e a cor amarela de que ainda se está um pouco abaixo desse percentual. Já a cor laranja, na visão de que é insucesso se menos de 50% dos alunos demonstram aprendizado adequado. Por fim, a cor vermelha ilustra que a grande maioria dos alunos não apresenta um bom nível de aprendizagem.

Fonte: QEDU (2025). São Paulo – Indicadores educacionais. Disponível em: <https://qedu.org.br/uf/35-sao-paulo>. Acesso em: 1 out. 2025.

Neste segmento, a situação revela-se ainda mais preocupante no que se refere à proficiência em **Português**, que oscila em torno de 43% a 44%, mantendo-se de forma consistente na faixa laranja ($\geq 25\%$ de aprendizado adequado), distante da meta de 70%. Isso reforça a hipótese de que muitos estudantes chegam ao Ensino Médio com uma base linguística frágil, o que, inevitavelmente, afetará sua capacidade de compreender e se expressar em qualquer área do conhecimento.

Salientamos novamente que os resultados de **Matemática** também aparecem nas imagens oficiais do QEdU apenas para manter a fidedignidade da fonte consultada (<https://qedu.org.br/brasil/ideb>).

3.2.3. 3º Ano do Ensino Médio

Os resultados para o 3º ano do Ensino Médio em escolas públicas de São Paulo são os seguintes:

Figura 4 – Percentual de estudantes com aprendizado adequado no 3º ano do Ensino Médio (2019–2023)

Aprendizado adequado

Percentual de estudantes com nível de aprendizado considerado suficiente para a etapa (nível Proficiente ou Avançado no Saeb)

Pública 3º ano EM



* A cor verde foi ancorada na Meta 3 do Todos Pela Educação, de que 70% dos alunos deveriam apresentar aprendizado adequado e a cor amarela de que ainda se está um pouco abaixo desse percentual. Já a cor laranja, na visão de que é insucesso se menos de 50% dos alunos demonstram aprendizado adequado. Por fim, a cor vermelha ilustra que a grande maioria dos alunos não apresenta um bom nível de aprendizagem.

Fonte: QEDU (2025). São Paulo – Indicadores educacionais. Disponível em: <https://gedu.org.br/uf/35-sao-paulo>. Acesso em: 1 out. 2025.

Neste estágio final da Educação Básica, a situação é ainda mais preocupante. A proficiência em Português permanece na faixa laranja, com percentuais em torno de 37-39%, indicando que menos da metade dos estudantes conclui o Ensino Médio com aprendizado adequado na disciplina. Esses dados são um forte indício de que os déficits linguísticos não são corrigidos ao longo da trajetória escolar, persistindo até o final da Educação Básica. Isso tem implicações diretas para a formação de professores, pois muitos desses estudantes ingressarão em cursos de licenciatura com lacunas significativas em sua proficiência linguística, o que pode comprometer sua futura prática docente, independentemente da área de atuação.

3.2.4. Indicador de Aprendizado e Evolução da Nota SAEB - Anos Finais do Ensino Fundamental

Conforme apresentado nas figuras abaixo, os Indicadores de Aprendizado evidenciam a evolução das médias de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática nos Anos Finais do Ensino Fundamental, abrangendo o período de 2019 a 2021:

Figura 5 – Indicador de Aprendizado e evolução da nota SAEB nos Anos Finais do Ensino Fundamental (2019)

Figura 6 – Indicador de Aprendizado e evolução da nota SAEB nos Anos Finais do Ensino Fundamental (2021)

Figura 7 – Indicador de Aprendizado e evolução da nota SAEB nos Anos Finais do Ensino Fundamental (2023)



Fonte: QEDU (2025). São Paulo – Indicadores educacionais. Disponível em: <https://gedu.org.br/uf/35-sao-paulo>. Acesso em: 1 out. 2025.

Fonte: QEDU (2025). São Paulo – Indicadores educacionais. Disponível em: <https://qedu.org.br/uf/35-sao-paulo>. Acesso em: 1 out. 2025.

Fonte: QEDU (2025). São Paulo – Indicadores educacionais. Disponível em: <https://qedu.org.br/uf/35-sao-paulo>. Acesso em: 1 out. 2025.

A nota padronizada, que varia de 0 a 10, mostra um leve declínio de 5,41 em 2019 para 5,27 em 2023, indicando uma piora geral no aprendizado. As médias de proficiência em Português mantiveram-se relativamente estáveis, oscilando em torno de 260-262 pontos. Comparando com a escala de proficiência, a média de 259,98 em 2023 para Português ainda se encontra no Nível 3 (250 - 274 pts), que é considerado básico, mas não proficiente. Isso corrobora a análise anterior de que uma parcela significativa dos alunos não atinge o nível de proficiência adequado ao final do Ensino Fundamental.

3.2.5. Indicador de Aprendizado e Evolução da Nota SAEB - Ensino Médio Escolas Públicas

Nos dados referentes ao Ensino Médio das escolas públicas, o Indicador de Aprendizado e a evolução da nota SAEB, apresentados nas figuras a seguir, demonstram o comportamento das médias de proficiência nos anos de 2019, 2021 e 2023, possibilitando uma análise da trajetória do desempenho estudantil no período, que será feita posteriormente.

Figura 8 – Indicador de Aprendizado e evolução da nota SAEB Ensino Médio (2019)
Figura 9 – Indicador de Aprendizado e evolução da nota SAEB Ensino Médio (2021)
Figura 10 – Indicador de Aprendizado e evolução da nota SAEB Ensino Médio (2023)



Fonte: QEDU (2025). São Paulo – Indicadores educacionais. Disponível em: <https://qedu.org.br/uf/35-sao-paulo>. Acesso em: 1 out. 2025.

Fonte: QEDU (2025). São Paulo – Indicadores educacionais. Disponível em: <https://qedu.org.br/uf/35-sao-paulo>. Acesso em: 1 out. 2025.

Fonte: QEDU (2025). São Paulo – Indicadores educacionais. Disponível em: <https://qedu.org.br/uf/35-sao-paulo>. Acesso em: 1 out. 2025.

O indicador de aprendizado no Ensino Médio apresenta um declínio contínuo, de 4,54 em 2019 para 4,31 em 2023, reforçando a tendência de piora no desempenho. As médias de proficiência em Português também mostram uma queda, de 272,33 em 2019 para 266,97 em 2023. De acordo com a escala de proficiência para o Ensino Médio, a média de 266,97 em 2023 ainda se enquadra no Nível 2 (250 - 274 pts), que é considerado básico, mas não proficiente. Isso significa que, ao final do Ensino Médio, a maioria dos estudantes da rede pública de São Paulo não alcança o nível de proficiência adequado em Língua Portuguesa. Estes resultados consolidam a argumentação de que a fragilidade na proficiência linguística é um problema persistente e que se agrava ao longo da Educação Básica, impactando diretamente a qualidade da formação de futuros professores e, consequentemente, a efetividade do ODS 4 – Educação de Qualidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para as escolas públicas do estado de São Paulo, conforme detalhado na Seção 3, revela um cenário de persistente fragilidade na proficiência em Língua Portuguesa ao longo da Educação Básica. Estes resultados não apenas confirmam a hipótese de trabalho deste artigo, mas também evidenciam as profundas implicações para a formação de professores de áreas não linguísticas e, conseqüentemente, para a efetividade do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) – Educação de Qualidade.

4.1 A Persistência das Defasagens Linguísticas na Educação Básica

Os dados demonstram que, já no 5º ano do Ensino Fundamental, uma parcela considerável de estudantes não atinge o nível de aprendizado adequado em Língua Portuguesa. Embora o percentual de 69% em 2019 estivesse próximo da meta de 70%, a queda para 62% em 2021 e a estagnação em 63% em 2023 indicam uma dificuldade em manter e aprimorar a proficiência. Em Matemática, a situação é ainda mais volátil, com uma queda acentuada de 62% para 49% entre 2019 e 2021, evidenciando que as dificuldades não se restringem à área de linguagem, mas podem ser agravadas por ela.

Ao avançar para o 9º ano do Ensino Fundamental, o quadro se agrava significativamente. Os percentuais de proficiência em Português oscilam em torno de 43-44%, consistentemente abaixo da metade dos estudantes com aprendizado adequado. Em Matemática, os números são alarmantes, com apenas 20-23% dos alunos atingindo o nível esperado. Essa deterioração progressiva sugere que as lacunas linguísticas não são preenchidas nas etapas subsequentes da Educação Básica, mas sim consolidadas, criando uma base frágil para o aprendizado de conteúdos mais complexos.

O ápice dessa problemática é observado no 3º ano do Ensino Médio, onde a proficiência em Português se mantém na faixa de 37-39%, e em Matemática, atinge níveis críticos de 5-6%. Estes números são contundentes: a grande maioria dos estudantes conclui a Educação Básica sem o domínio adequado da Língua Portuguesa, uma competência fundamental para a continuidade dos estudos e para a vida profissional. A média de proficiência em Português, que se situa no Nível 2 ou 3 da escala SAEB (considerado básico, mas não proficiente), corrobora a insuficiência do aprendizado.

4.2 Implicações para a Formação Docente e a Hipótese Confirmada

A hipótese central deste trabalho – de que os déficits de linguagem identificados ao final da Educação Básica não são compensados na formação universitária de licenciaturas não linguísticas, perpetuando fragilidades que impactam a prática docente – encontra forte respaldo nos resultados analisados. Se uma parcela tão expressiva de estudantes conclui o Ensino Médio com baixa proficiência em Língua Portuguesa, é razoável inferir que muitos desses indivíduos ingressarão em cursos de licenciatura de áreas como Matemática, Ciências, História, entre outras, sem o domínio linguístico necessário.

Conforme argumentado na introdução, a linguagem é o eixo estruturante de toda prática docente. Um professor, independentemente de sua disciplina, precisa organizar o pensamento, formular conceitos, estabelecer instruções claras e produzir condições de compreensão para o estudante. A fragilidade na relação entre signifiante e significado, conforme a teoria de Saussure, compromete a construção do signo e, por consequência, a aprendizagem de conteúdos disciplinares. Se o futuro professor possui lacunas em sua própria proficiência linguística, sua capacidade de realizar a transposição didática – a passagem do saber científico para o saber ensinável – será severamente limitada. A clareza, coesão e precisão do discurso, indispensáveis para definir, exemplificar, explicar, reformular e argumentar, tornam-se menos eficazes.

Os cursos de licenciatura de áreas não linguísticas, via de regra, não oferecem componentes curriculares sistemáticos para o aprofundamento em Língua Portuguesa. Isso significa que as deficiências trazidas da Educação Básica tendem a não ser corrigidas durante a formação universitária, perpetuando um ciclo de fragilidade linguística que se manifestará na sala de aula. A ausência de uma base linguística sólida nos professores de disciplinas diversas do Português não apenas dificulta a transmissão de seus próprios conhecimentos específicos, mas também contribui para a manutenção do baixo desempenho dos alunos em proficiência linguística, criando um efeito cascata que compromete a qualidade da educação como um todo.

4.3 Relação com o ODS 4 – Educação de Qualidade

O ODS 4 visa assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. A proficiência linguística é um pilar fundamental para a consecução desse objetivo. Sem a capacidade de ler, escrever e interpretar textos de forma eficaz, os estudantes não conseguem acessar plenamente o currículo, desenvolver pensamento crítico ou participar ativamente da sociedade. Quando os professores, em especial aqueles de áreas não linguísticas, possuem deficiências em sua própria competência linguística, a qualidade do ensino é diretamente afetada.

A interpretação linguística e formativa dos achados do SAEB, em conjunto com a fundamentação teórica de Bakhtin (2017), Fiorin (2007) e Saussure (2006), revela que a fragilidade na proficiência de base dos estudantes, que se tornam futuros professores, é um entrave significativo para o ODS 4. A linguagem não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas o meio pelo qual o conhecimento é construído, transmitido e compreendido. A incapacidade de um professor de articular conceitos com clareza, de usar a terminologia disciplinar com precisão e de guiar os alunos na construção de significados complexos, compromete a própria essência da educação de qualidade.

A aula é, em si mesma, um gênero discursivo complexo. De acordo com Bakhtin (2016), um gênero discursivo é um tipo relativamente estável de enunciado que surge em cada esfera da comunicação, cujos elementos constitutivos são: o conteúdo temático (o assunto ou objeto da aula), a construção composicional (a forma como a aula é organizada, incluindo a interação professor-aluno), o estilo (o modo como a linguagem é utilizada pelo professor e pelos alunos) e a esfera de atividade e finalidade (dentro da educação formal, ela comunica o conhecimento e promove a interação no processo de ensino e aprendizagem. A partir desse olhar, cada disciplina, por sua vez, opera com outros gêneros específicos (a explicação de um teorema matemático, a análise de uma fonte histórica, a descrição de um experimento científico). Um professor com baixa competência linguística terá dificuldades em dominar e transitar por esses gêneros, que exigem vocabulário, estruturas sintáticas e modos de argumentação próprios. A falha, portanto, não está apenas no nível do signo (a palavra), mas no nível do enunciado e do gênero como um todo.

Além disso, a sala de aula é um ambiente dialógico, que proporciona um espaço de construção coletiva do conhecimento. O discurso do professor não existe no vácuo; ele responde a perguntas, que podem ser ou não verbalizadas, aos conhecimentos prévios e aos equívocos dos alunos. A competência linguística também se revela na capacidade do professor de ouvir a "palavra do outro" (o aluno) e de responder a ela de forma clara e precisa, reformulando, parafraseando e argumentando. Uma linguagem precária torna o professor "surdo" a essas nuances, resultando em um ensino monológico e menos eficaz.

Na esfera de reflexão social, podemos nos aproximar da concepção de Pierre Bourdieu (1989, 2008) sobre o capital linguístico, definido como uma forma de capital cultural que representa o valor, o poder e a capacidade de um indivíduo de utilizar a linguagem de maneira eficaz em um determinado contexto social. Os baixos níveis de proficiência em Língua Portuguesa podem comprometer a aquisição desse capital pelo docente em formação, o que refletirá na diminuição de sua autoridade simbólica e, consequentemente, na dificuldade de transmissão desse capital aos alunos. A falta de aprofundamento linguístico nas licenciaturas que não têm a linguagem como objeto de estudo primordial, e que poderiam enriquecer o capital desses profissionais da educação, continuam reproduzindo uma desigualdade na autonomia linguística dentro da sala de aula, porque os alunos também estarão à deriva em uma esfera de habilidade que está implicada de forma direta à autonomia cidadã.

Por fim, ainda é possível cotejar nossas reflexões a partir da noção de letramento de Soares (2016), considerando que cada disciplina é um campo de letramento específico. "Ser letrado em História" não é o mesmo que "ser letrado em Biologia". Isso envolve dominar os modos de ler, escrever, pensar e argumentar daquela área. A responsabilidade de promover esse letramento disciplinar é do professor da área, e ele não pode fazê-lo sem uma competência linguística aprofundada. A tarefa de letrar o aluno em um campo de conhecimento, em uma disciplina específica, passa pela necessidade de se compreender a dinâmica da relação entre signos, significantes, significados por todos os docentes que desempenham seus ofícios dentro da sala de aula do Ensino Básico, e não é unicamente fadada ao docente de Língua Portuguesa, que tampouco é letrado em outras áreas específicas de conhecimento.

Assim, a evidência empírica dos baixos índices de proficiência em Língua Portuguesa, aliada à ausência de uma formação linguística robusta nos cursos de licenciatura não linguísticas, cria um

ciclo vicioso. Os alunos saem da Educação Básica com defasagens, ingressam na universidade, tornam-se professores sem que essas defasagens sejam sanadas, e, por sua vez, reproduzem essas dificuldades em suas práticas pedagógicas, perpetuando o baixo desempenho dos futuros estudantes. Romper esse ciclo é essencial para que o ODS 4 seja substantivamente alcançado, e não apenas formalmente declarado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou refletir sobre a importância da competência linguística na formação de professores de áreas não relacionadas à Língua Portuguesa, analisando como a fragilidade no domínio da linguagem compromete a transmissão do conhecimento e os princípios do ODS 4 – Educação de Qualidade. A hipótese de trabalho, que postulava a persistência dos déficits de linguagem da Educação Básica na formação universitária de licenciaturas não linguísticas, foi amplamente confirmada pelos dados analisados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para as escolas públicas do estado de São Paulo.

Os resultados do SAEB revelam um cenário preocupante de baixos índices de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática em todas as etapas da Educação Básica, com uma deterioração progressiva do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. A grande maioria dos estudantes conclui o Ensino Médio sem o domínio adequado da Língua Portuguesa, o que tem implicações diretas para aqueles que ingressarão em cursos de licenciatura. A ausência de componentes curriculares sistemáticos de aprofundamento em Língua Portuguesa nessas licenciaturas perpetua as fragilidades, transformando futuros professores em agentes de reprodução de deficiências linguísticas em sala de aula, independentemente da disciplina que lecionam.

A fundamentação teórica, ancorada em Bakhtin, Fiorin e Saussure, reforça que a linguagem não é um mero instrumento, mas o alicerce sobre o qual o conhecimento é construído e transmitido. A clareza, coesão e precisão do discurso docente são indissociáveis da qualidade do ensino. Quando a relação entre significante e significado é frágil, a transposição didática é comprometida, e a capacidade do professor de definir, exemplificar, explicar e argumentar torna-se ineficaz. Este ciclo vicioso impacta diretamente o ODS 4, pois uma educação de qualidade é inviável sem uma sólida proficiência linguística por parte de todos os envolvidos no processo educativo.

5.1. Limites da pesquisa

É importante reconhecer os limites desta pesquisa. A análise documental concentrou-se nos dados do SAEB para o estado de São Paulo, o que, embora robusto, não permite generalizações diretas para todo o território nacional sem investigações adicionais. Além disso, a análise interpretativa dos dados, embora rigorosa, não incluiu a observação direta de práticas pedagógicas ou entrevistas com professores e alunos, o que poderia enriquecer a compreensão dos fenômenos observados. A pesquisa também não se aprofundou nas especificidades dos currículos de todas as licenciaturas não linguísticas, o que poderia oferecer um panorama mais detalhado das lacunas na formação linguística.

5.2. Recomendações para Políticas de Formação Docente

Diante dos achados, são apresentadas as seguintes recomendações para políticas de formação inicial e continuada de professores, com vistas ao cumprimento substantivo do ODS 4:

1. Inclusão de Componentes Curriculares de Língua Portuguesa nas Licenciaturas em que a Linguagem não é o objeto de estudo principal: É imperativo que os cursos de licenciatura de todas as áreas incorporem disciplinas ou módulos obrigatórios focados no aprofundamento da Língua Portuguesa, com ênfase na linguagem de instrução, na terminologia disciplinar e nas operações discursivas essenciais ao ensino (definir, exemplificar, explicar, reformular, argumentar).

2. Formação Continuada com Foco em Competência Linguística: Desenvolver programas de formação continuada para professores já atuantes, de todas as disciplinas, que abordem estratégias para o desenvolvimento da proficiência linguística dos alunos e para o aprimoramento da própria linguagem docente.

3. Articulação entre Ensino Básico e Superior: Promover maior diálogo e integração entre as instituições de Ensino Básico e Superior, a fim de identificar e mitigar as defasagens linguísticas dos estudantes antes de seu ingresso nas licenciaturas.

4. Valorização da Linguagem como Eixo Transversal: Incentivar a compreensão de que a linguagem é um eixo transversal a todas as disciplinas, e que a responsabilidade pelo desenvolvimento da competência linguística dos alunos não é exclusiva dos professores de Português.

5. Pesquisas Futuras: Sugere-se a realização de estudos longitudinais que acompanhem a trajetória de estudantes da Educação Básica até a formação docente, bem como pesquisas que investiguem a eficácia de intervenções pedagógicas focadas no desenvolvimento da competência linguística em licenciaturas não linguísticas.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. Paulo Bezerra (Organização, Tradução, Posfácio e Notas); Notas da edição russa: Seguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016. 164p.

BAKHTIN, Mikhail (Volochnikov). Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico / Pierre Bourdieu: tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer / Pierre Bourdieu: tradução de Sérgio Miclele; Mary Amazonas Leite de Barros; Afrânio Catani; Denice Barbara Catani; Paula Montero; José Carlos Durante. – 2 ed., 1ª reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FIORIN, José Luiz (Org.). Introdução à linguística II: princípios de análise. 1. ed., São Paulo: Editora Contexto, 2003.

QEDU. Brasil: Ideb. Dados referentes a 2023. QEDU, 2025. Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil/ideb>. Acesso em: 25 set. 2025.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye. Colaboração de Albert Riedlinger. Prefácio da edição brasileira: Isaac Nicolau Salum. 27 ed., São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA
INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA EM FRANCA/SP PARA OS PRÓXIMOS ANOS.**

*FINANCIAL EDUCATION AS PUBLIC POLICY: PEDAGOGICAL STRATEGIES FOR
SOCIOECONOMIC INCLUSION IN FRANCA/SP FOR THE COMING YEARS.*

Área temática: o artigo se enquadra na intersecção entre Educação de Qualidade e Trabalho Decente e Crescimento Econômico.

MATTOS, Denise Moreira
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF
Mestranda em Desenvolvimento Regional (bolsista Capes)
denisefacef@hotmail.com

MACHADO NETO, Alfredo José
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF
Doutor em Administração USP
alfredo@facef.br

Resumo

Este artigo, de natureza qualitativa e bibliográfica, analisa a Educação Financeira (EF) como Política Pública focada na inclusão socioeconômica em Franca/SP. A pesquisa se justifica pela urgência de enfrentar os desafios socioeconômicos regionais, onde a ausência de letramento financeiro adequado pode acentuar a desigualdade e o endividamento.

Teoricamente, o trabalho se fundamenta na compreensão da EF como ferramenta de cidadania, em linha com Campos, Teixeira e Coutinho (2015), que exploram suas interfaces com a Educação Crítica e a Matemática. Para contextualizar a política pública, o estudo de Cunha (2020) é utilizado para examinar a implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com foco na dinâmica entre o setor público e o mercado financeiro.

Argumentamos que, para efetivar a inclusão social, é crucial desenvolver estratégias pedagógicas que transcendam a matemática meramente instrumental. Essas ações devem promover a reflexão ativa sobre consumo e investimento, conforme a proposta de Amadeu (2009). Propomos que as estratégias sejam desenhadas com base na realidade de Franca, integrando a EF, a Matemática e a Educação Crítica. O objetivo final é transformar a EF em um instrumento de emancipação, capacitando a população local a tomar decisões financeiras autônomas e conscientes, para gerar um impacto social tangível e melhorar a qualidade de vida.

Palavras-chave: educação financeira, políticas públicas, inclusão socioeconômica.

Abstract

This article, which is qualitative and bibliographic in nature, analyzes Financial Education (FE) as a Public Policy focused on socioeconomic inclusion in Franca/SP. The research is justified by the urgency of addressing regional socioeconomic challenges, where the absence of adequate financial literacy can exacerbate inequality and indebtedness.

Theoretically, the work is grounded in the understanding of FE as a tool for citizenship, in line with Campos, Teixeira, and Coutinho (2015), who explore its interfaces with Critical Education and Mathematics. To contextualize the public policy, Cunha's (2020) study is utilized to examine the implementation of ENEF (National Strategy for Financial Education), focusing on the dynamic between the public sector and the financial market.

We argue that, to achieve effective social inclusion, it is crucial to develop pedagogical strategies that transcend merely instrumental mathematics. These actions must promote active reflection on consumption and investment, as proposed by Amadeu (2009). We propose that strategies be designed based on the reality of Franca, integrating FE, Mathematics, and Critical Education. The ultimate goal is to transform FE into an instrument of emancipation, empowering the local population to make autonomous and conscious financial decisions to generate a tangible social impact and improve their quality of life.

Keywords: financial education; public policy; socioeconomic inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Financeira (EF) emergiu nas últimas décadas como um tema de crescente relevância no debate público e acadêmico, sendo reconhecida internacionalmente como um pilar essencial para o desenvolvimento pessoal e social. No Brasil, essa relevância se acentua diante do quadro de alto endividamento das famílias e da complexidade crescente do sistema financeiro, onde a capacidade de tomar decisões conscientes se torna fundamental. A carência de conhecimentos sobre finanças básicas não apenas afeta o bem-estar individual, mas também possui um impacto direto na estabilidade econômica das comunidades (Jacob et al., 2000; D'Aquino, 2007). Nesse cenário, a EF transcende a esfera privada e se consolida como uma necessidade de política pública, demandando estratégias estruturadas e abrangentes que atinjam a população em larga escala.

A institucionalização da EF no Brasil se deu, notadamente, com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), sinalizando o reconhecimento do tema pelo Estado. Contudo, essa inserção como política pública levanta discussões importantes sobre sua natureza e seus objetivos. Alguns estudos apontam para a complexa dinâmica institucional que envolve a ENEF, destacando a participação e a influência do mercado financeiro na definição de conteúdos e abordagens pedagógicas (Cunha, 2020). Essa simbiose exige uma análise crítica para garantir que a EF não sirva apenas aos interesses do mercado, mas que, de fato, promova a inclusão e a emancipação socioeconômica dos cidadãos. A adoção de novas disciplinas e temas curriculares sempre exige uma reflexão histórica e pedagógica aprofundada para que sejam efetivamente transformadoras (Junior e Galvão, 2005).

Para que a Educação Financeira se efetive como um instrumento de inclusão, ela deve ir além do cálculo puro. É imperativo que a EF estabeleça uma conexão profunda com a Educação Matemática e a Educação Crítica. O mero ensino de fórmulas de Matemática Financeira (Morgado, 2002; Teixeira, 2015) não garante a mudança de comportamento ou a reflexão crítica necessária. Nesse sentido, é fundamental que as estratégias pedagógicas busquem integrar as dimensões instrumentais e reflexivas. Autores como Campos, Teixeira e Coutinho (2015) defendem que a EF deve ser trabalhada como um campo para desenvolver o conhecimento sobre finanças pessoais, no contexto da educação para a cidadania, permitindo que os alunos compreendam as estruturas econômicas e as relações de poder por trás das decisões financeiras. Essa abordagem crítica é a única capaz de concretizar os objetivos sociais da ENEF (Hofmman e Moro, 2012).

O presente estudo se insere neste debate e tem como foco a realidade de Franca/SP, uma importante cidade do interior paulista com desafios socioeconômicos específicos. A pesquisa propõe analisar a Educação Financeira como Política Pública e sugerir estratégias pedagógicas que sejam eficazes para a inclusão socioeconômica da população local. Tais estratégias devem priorizar o desenvolvimento de competências para o consumo e o investimento conscientes, conforme a necessidade de inserção curricular defendida por Amadeu (2009). A escolha de Franca como local de estudo permite uma análise localizada dos impactos e das possibilidades da EF como agente de transformação social.

Dessa forma, o presente artigo se propõe a aprofundar a discussão sobre a EF no contexto da inclusão social, examinando seu papel como política pública e suas implicações pedagógicas. Inicialmente, será apresentada uma revisão de literatura sobre a EF, a ENEF e suas bases conceituais. Posteriormente, serão discutidas as interfaces entre Educação Financeira, Educação Matemática e Educação Crítica. Por fim, serão apresentadas e detalhadas as estratégias pedagógicas específicas, com sugestões de aplicação prática para a rede de ensino de Franca/SP, visando contribuir para a formulação de políticas educacionais locais mais robustas e socialmente engajadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A emergência da Educação Financeira (EF) no cenário global e nacional é um reflexo direto da crescente complexidade dos mercados e do aumento do endividamento familiar. A EF é amplamente reconhecida não apenas como um conjunto de habilidades técnicas, mas como um elemento importante para a melhoria da qualidade de vida (D'Aquino, 2007). Ao munir o indivíduo com conhecimentos sobre orçamento, poupança e crédito, ela visa promover escolhas mais informadas e estratégicas, impactando diretamente o bem-estar e o futuro financeiro das famílias.

No contexto brasileiro, a EF assumiu o *status* de Política Pública com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Essa transição, que leva o tema do ambiente privado para o público, tem sido alvo de análise crítica. Autores apontam que a implementação da EF como política pública envolve uma complexa articulação entre o Estado e o mercado financeiro. É fundamental examinar essa dinâmica para garantir que os objetivos pedagógicos da EF estejam alinhados à inclusão socioeconômica e não apenas aos interesses de consumo ou de instituições financeiras (Cunha, 2020). Essa institucionalização, com seus desafios e objetivos, marca a entrada da temática na agenda educacional.

Para que a EF cumpra seu papel de inclusão socioeconômica em Franca/SP, é indispensável que ela se ancore em uma perspectiva pedagógica emancipatória. Pesquisas internacionais já demonstraram que programas de educação financeira, especialmente aqueles voltados para famílias de baixa renda, são ferramentas vitais para a sobrevivência econômica e a gestão de recursos (Jacob et al., 2000).

Um dos grandes desafios para a EF é sua relação com a Matemática na sala de aula, que deve sustentar as Estratégias Pedagógicas para os próximos anos em Franca. Tradicionalmente, o estudo do dinheiro esteve ligado à Matemática Financeira, focada em cálculos instrumentais como juros simples e compostos (Morgado, 2002). Embora esses conceitos sejam base, a EF não pode se limitar a eles.

Autores na área de Educação Matemática argumentam que é necessário estabelecer uma interface clara e reflexiva entre a Matemática Financeira e a Educação Financeira (Teixeira, 2015). Essa articulação deve levar em conta o desenvolvimento de competências para a vida e para a cidadania, utilizando a matemática como um meio para compreender e intervir na realidade. Nesse sentido, Campos, Teixeira e Coutinho (2015) destacam a importância de integrar a Educação Matemática à Educação Crítica, visando a formação de um cidadão que seja ativo e reflexivo sobre seu papel na sociedade de consumo.

Portanto, as estratégias a serem propostas devem transcender a lógica do "ensinar a poupar", focando em como as decisões de consumo e investimento se conectam ao contexto de vida do estudante. Essa abordagem curricular, que busca um impacto prático e comportamental, é a chave para o sucesso da inserção da EF, conforme discutido em trabalhos sobre a matriz curricular (Amadeu, 2009). A integração desses elementos é o que garantirá o sucesso da política pública de EF na realidade de Franca/SP.

A emergência da Educação Financeira (EF) no cenário global e nacional é um reflexo direto da crescente complexidade dos mercados e do aumento do endividamento familiar. A EF é amplamente reconhecida não apenas como um conjunto de habilidades técnicas, mas como um elemento fundamental para a melhoria da qualidade de vida (D'Aquino, 2007). Ao munir o indivíduo com conhecimentos sobre orçamento, poupança e crédito, ela visa promover escolhas mais conscientes e estratégicas, impactando diretamente o bem-estar e o futuro financeiro das famílias.

Contudo, a simples transmissão de conteúdo não é suficiente. A EF deve ser entendida como uma ferramenta de cidadania, permitindo que os indivíduos não apenas administrem seu dinheiro, mas que compreendam o sistema econômico em que estão inseridos. Essa visão se alinha à Educação Crítica, que capacita o aluno a questionar e a refletir sobre as estruturas sociais, políticas e econômicas. Assim, o conhecimento financeiro se torna um agente de transformação, e não apenas de adaptação, reforçando o poder de agência do cidadão em sua comunidade. Paulo Freire (1970), um dos maiores pedagogos brasileiros, advoga pela "Pedagogia do Oprimido", na qual afirma que a educação deve ser um ato de conhecimento da realidade para a sua posterior intervenção e transformação. Trazendo essa perspectiva para a EF, a educação não é depositar conhecimento, mas sim promover o diálogo crítico sobre a realidade financeira e as relações de poder do capital.

A construção de um ambiente de aprendizagem crítico exige o uso de situações reais. Ole Skovsmose (2000), teórico da Educação Matemática Crítica, propõe que a matemática seja trabalhada a partir de "cenários para investigação", onde os problemas não têm apenas uma resposta, mas exigem

um debate sobre as implicações sociais e éticas das soluções. Aplicar essa visão na EF significa usar cenários como o endividamento, a inflação ou a comparação de juros, de forma a envolver o aluno na análise da realidade local de Franca.

Para a efetividade da política pública, a EF precisa ser inserida no currículo de forma integrada e significativa. O trabalho de Amadeu (2009) já demonstra a necessidade de se propor uma inserção da disciplina ou do tema na matriz curricular, mas o desafio está em como fazer isso sem sobrecarregar o professor. É preciso desenvolver Estratégias Pedagógicas que facilitem a interdisciplinaridade.

A integração da EF como um tema transversal e crítico, em vez de uma disciplina isolada de Matemática Financeira, é uma abordagem defendida pela pedagogia contemporânea. Autores como Hofmman e Moro (2012) discutem as perspectivas para a ENEF a partir da Educação Matemática, reforçando que a reconciliação entre o conhecimento escolar e o cotidiano do aluno é o caminho mais eficaz para o desenvolvimento de competências aplicadas às práticas corriqueiras. Essa abordagem curricular, que busca um impacto prático e comportamental, é a chave para o sucesso da inserção da EF, focando em como as decisões de consumo e de investimento se conectam com a realidade de vida do estudante. A integração desses elementos é o que garantirá o sucesso da política pública de EF na realidade de Franca/SP nos próximos anos.

2.1 Educação Financeira: Perspectivas, Conceitos e Relevância Social

As primeiras abordagens sobre educação financeira no Brasil começaram a ganhar espaço a partir da segunda metade do século XX e se intensificaram no início do século XXI. Desde então, observa-se um crescimento gradual na produção acadêmica sobre o tema, embora ainda seja tratado de forma ampla e pouco aprofundada. No que se refere à sua conceituação, não há consenso definitivo. A educação financeira pode ser entendida como uma prática educativa voltada ao desenvolvimento de competências que capacitam os indivíduos a tomar decisões conscientes sobre o uso de seus recursos financeiros (Savoia, Sato & Santana, 2007). Também é vista como um processo formativo que promove uma postura crítica diante das finanças pessoais e do consumo (Cordeiro, Costa & Silva, 2018).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), composta por trinta e sete países, incluindo nações da América Latina e do Caribe, foi criada em 1961 com o propósito de fomentar o progresso econômico e o comércio internacional, promovendo boas práticas em diversas áreas, como a educação. Para essa organização, a educação financeira é um mecanismo que permite aos cidadãos ampliar seus conhecimentos sobre produtos e conceitos financeiros, desenvolvendo habilidades que favorecem a tomada de decisões mais seguras e sustentáveis (Scopel & Santos, 2020). Sob outra ótica, a educação financeira pode ser compreendida como um conjunto de ações voltadas ao domínio de práticas cotidianas, como o controle de gastos, uso consciente do crédito e compreensão de operações como financiamentos e empréstimos. Esse saber proporciona ao indivíduo maior autonomia na escolha de alternativas financeiras adequadas (Cordeiro et al., 2018). A falta de planejamento e de acesso à informação contribui para o descontrole das finanças, sendo o domínio sobre a elaboração e a gestão de orçamentos um fator essencial para a estabilidade econômica pessoal e familiar (Silva et al., 2019; Leite, 2017).

Apesar das diferentes definições, há elementos comuns entre elas. Ferreira (2017) destaca que a capacidade de realizar escolhas financeiras inteligentes, fruto de um processo de aprendizagem, é um traço recorrente nas concepções sobre educação financeira. O indivíduo que possui instrução nessa área tende a participar de forma mais ativa na economia, contribuindo para um mercado competitivo e dinâmico (Cruz et al., 2020). A relevância da educação financeira pode ser analisada sob duas dimensões: a do bem-estar individual, que visa decisões que não comprometam o futuro financeiro; e a do bem-estar coletivo, que fortalece a autorregulação do mercado e reduz a necessidade de políticas de proteção ao consumidor (Lucci et al., 2010). Além disso, ela favorece o equilíbrio financeiro e a preparação para situações inesperadas (Scopel & Santos, 2020).

Três fatores evidenciam a importância da educação financeira: o acesso ao crédito; o superendividamento; e a variedade de serviços bancários disponíveis (Brito et al., 2012). A oferta de crédito, em geral, está associada à estabilidade econômica do país (Brito et al., 2012). Por isso, é fundamental que os indivíduos compreendam os aspectos que envolvem o crédito, como prazos, taxas e juros, para que possam utilizá-lo de forma estratégica e planejada (Savoia et al., 2007).

O consumo impulsivo, estimulado por estratégias de marketing, é um dos principais fatores que levam ao superendividamento. A ausência de práticas educativas voltadas ao uso consciente do dinheiro faz com que os indivíduos comprometam seus recursos com aquisições motivadas por desejos

momentâneos. A educação financeira, nesse contexto, atua como ferramenta de conscientização e prevenção (Brito et al., 2012).

A diversidade de produtos e serviços bancários disponíveis oferece inúmeras possibilidades de investimento. No entanto, a falta de conhecimento técnico impede que os consumidores façam escolhas alinhadas às suas necessidades e possibilidades. Isso pode levar à contratação inadequada de serviços financeiros, gerando prejuízos e frustrações (Brito et al., 2012).

Diante desses fatores, torna-se evidente a urgência de políticas públicas voltadas à educação financeira. A implementação de ações educativas específicas pode contribuir significativamente para o bem-estar e a qualidade de vida da população (Brito et al., 2012).

O principal argumento em favor da educação financeira é sua capacidade de promover o empoderamento das famílias, por meio da disseminação de informações sobre gestão de finanças pessoais e sobre o uso consciente dos produtos e serviços financeiros disponíveis. Ao fortalecer a autonomia dos cidadãos, essa educação contribui para a autorregulação do mercado, reduzindo a necessidade de mecanismos de proteção ao consumidor (Pereira et al., 2019).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo científico adotará uma abordagem de pesquisa que combina o rigor da análise teórica com a aplicação de um diagnóstico documental e propositivo, essencial para o desenvolvimento de Estratégias Pedagógicas específicas para Franca/SP. A metodologia será dividida em três etapas principais: Natureza e Abordagem da Pesquisa, Procedimentos Técnicos de Coleta de Dados e Análise dos Dados e Proposição.

A pesquisa será de natureza qualitativa, pois busca compreender em profundidade a complexidade da Educação Financeira (EF) como política pública e suas implicações pedagógicas e sociais, em vez de apenas medir variáveis (Cunha, 2020; Campos, Teixeira e Coutinho, 2015).

Quanto à abordagem, será um estudo exploratório e propositivo. A etapa exploratória visa aprofundar o conhecimento teórico-conceitual sobre EF Crítica e Inclusão Socioeconômica, e a etapa propositiva visa gerar um produto aplicável: as estratégias pedagógicas para Franca/SP.

Os procedimentos técnicos de coleta de dados serão eminentemente documentais e bibliográficos, estruturados em duas frentes:

1. *Pesquisa Bibliográfica.*

Esta fase consiste na revisão sistemática da literatura para fundamentar o referencial teórico e a proposta de intervenção. O foco estará em:

- **Fundamentação Teórica:** Obras que tratam da EF como política pública (Cunha, 2020; IPEA), da relação com a Educação Crítica (Freire, 2000, Skovsmose, 2000) e da interface com a Educação Matemática (Campos, Teixeira e Coutinho, 2015; Teixeira, 2015).
- **Conceitos-Chave:** Definições de Inclusão Socioeconômica e Letramento Financeiro, que servirão como balizadores para a criação das estratégias.

2. *Pesquisa Documental.*

Esta fase focará na análise de documentos oficiais, essenciais para contextualizar a política pública:

- **Âmbito Nacional:** Análise da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para identificar diretrizes e lacunas na implementação da EF.
- **Âmbito Local (Franca/SP):** Busca por documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação de Franca (planos de metas, currículo, diretrizes pedagógicas) que mencionem a EF ou temas correlatos. Embora a pesquisa não inclua trabalho de campo, a análise destes documentos é vital para ancorar a proposta pedagógica na realidade administrativa do município.

A fase da Análise dos Dados e Proposição será dividida em Análise Categrorial e Proposição de Estratégias Pedagógicas.

Análise Categrorial - na qual o material bibliográfico e documental será analisado por meio de Análise de Conteúdo, utilizando categorias temáticas previamente definidas e alinhadas ao objetivo da pesquisa:

- **Categoria 1** - EF como Ferramenta de Cidadania vs. Consumo: Para avaliar a natureza da EF proposta nas políticas e na literatura;
- **Categoria 2** - Articulação Pedagógica, para mapear a relação proposta entre EF, Matemática e Educação Crítica; e

- **Categoria 3** - Inclusão e Contextualização, para identificar como os programas existentes (ou propostos) endereçam o público de baixa renda e as especificidades socioeconômicas de Franca/SP.

Proposição das Estratégias Pedagógicas.

Esta é a fase conclusiva e propositiva do artigo. Com base na síntese da análise bibliográfica e documental, serão elaboradas as Estratégias Pedagógicas para os próximos anos em Franca/SP. A proposta será:

- **Modelo Teórico:** Definição de um modelo de EF, baseado na Educação Crítica e na Pedagogia Emancipatória, como Freire (2000) e Skovsmose (2000), que seja adequado para a Inclusão Socioeconômica.
- **Propostas de Ação:** Sugestões detalhadas de atividades, projetos e abordagens curriculares (Amadeu, 2009) que utilizem a realidade de Franca (comércio, mercado de trabalho local, desafios de endividamento) como ponto de partida para a reflexão crítica e a aprendizagem financeira.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica e documental, conforme delineado na metodologia, culminou na síntese de achados que apontam para a insuficiência da abordagem meramente instrumental da Educação Financeira (EF). Os resultados demonstram que, para além do cumprimento formal da inclusão da EF na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), a política pública em Franca/SP necessita de um arcabouço pedagógico que a ancore na realidade local e na formação crítica do cidadão.

O principal resultado da pesquisa é a validação de que o sucesso da EF como política pública para a inclusão socioeconômica passa, obrigatoriamente, pela adoção de uma perspectiva pedagógica engajada. A mera transmissão de conteúdo técnico ignora a bagagem cultural e o contexto social dos estudantes, tornando o aprendizado ineficaz (Farias et al., 2019). É nesse ponto que a Teoria Histórico-Cultural e a Pedagogia Histórico-Crítica se tornam imperativos. Conforme proposto por Antônio (2008), essa abordagem insiste que o ensino deve partir da vivência social do indivíduo para, então, elevá-lo a um nível mais complexo de conhecimento, permitindo a apropriação dos instrumentos culturais. No caso de Franca, isso significa usar o endividamento, as oportunidades de emprego ou o comércio local, como objetos de estudo para a EF, e não apenas problemas abstratos de juros.

A articulação das estratégias pedagógicas propostas encontra robusta fundamentação na filosofia da linguagem e da ação. Mikhail Bakhtin oferece um aporte teórico crucial ao postular que a compreensão e a crítica do mundo se dão por meio da interação dialógica (Bakhtin, 2006). A EF Crítica, portanto, não é um monólogo técnico, mas um diálogo sobre as escolhas financeiras. Ademais, a tomada de decisão – essência da EF – é vista por Bakhtin (2017) como um ato responsável, no qual o indivíduo é interpelado pela sua singularidade e contexto. Em Franca, o convite é para que o estudante tome decisões financeiras (atuais e futuras) com consciência não só das fórmulas, mas das implicações éticas e sociais de seus atos, transformando a disciplina em um exercício de cidadania ativa.

A discussão se aprofunda na dimensão prática, focando no papel do docente. A implementação de uma EF crítica em Franca/SP requer um professor que se veja como um intelectual reflexivo e transformador (Pimenta, 1997). As novas estratégias exigem que o professor não apenas gerencie o currículo, mas que articule os conteúdos de forma interdisciplinar, promovendo a reflexão, o debate e a pesquisa.

Essa prática pedagógica ativa é essencial, pois transforma o processo de ensino-aprendizagem de mera reprodução em produção de conhecimento. Philippe Perrenoud (1993) enfatiza que as práticas pedagógicas devem ser orientadas para o desenvolvimento de competências, o que se alinha à necessidade de a EF focar na capacidade do aluno de mobilizar conhecimentos (financeiros, matemáticos e sociais) para resolver problemas reais. Além disso, a integração das competências socioemocionais (Instituto Ayrton Senna, 2015) no contexto da EF – como resiliência e tomada de decisão responsável – torna-se um pilar das novas práticas, pois o fator comportamental é determinante nas finanças pessoais.

Por fim, a eficácia das estratégias em Franca exige que a EF abrace a retórica e a crítica social. No âmbito da linguagem e da comunicação (Reboul, 2004; Fiorin, 2011), a análise crítica de propagandas de crédito, discursos de consumo e notícias econômicas é fundamental. Isso se conecta diretamente à Pedagogia da Indignação (Freire, 2000), onde o conhecimento não leva à passividade, mas à inquietação e ao questionamento das desigualdades. Transformar a EF em um instrumento de

combate à desigualdade e ao endividamento em Franca/SP é o objetivo final, garantindo que a política pública vá além do papel, tornando-se uma ferramenta efetiva de emancipação socioeconômica para os cidadãos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a analisar a Educação Financeira (EF) como Política Pública e a necessidade de se desenvolver Estratégias Pedagógicas específicas para a promoção da inclusão socioeconômica em Franca/SP. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, confirmou que a mera inclusão do tema na matriz curricular, conforme preconiza a BNCC (2018), é insuficiente sem um alicerce teórico-crítico. Os resultados indicam que o sucesso da EF depende da superação da visão meramente instrumental da Matemática Financeira (Morgado, 2002; Teixeira, 2015) e da adoção de uma abordagem que encare o conhecimento financeiro como ferramenta de cidadania e de transformação social (D'Aquino, 2007). A principal conclusão é que a eficácia da política pública reside na qualidade da mediação pedagógica.

As estratégias pedagógicas propostas para Franca/SP fundamentam-se na Pedagogia Histórico-Crítica (Antonio, 2008), que exige que o ensino dialogue diretamente com o contexto de vida do estudante (Farias et al., 2019). Essa visão é essencial para combater a influência do mercado financeiro sobre a ENEF (Cunha, 2020), transformando a EF de um mecanismo de adaptação ao consumo, em um instrumento de emancipação. Nesse sentido, a inclusão do conhecimento financeiro na perspectiva da Pedagogia da Indignação (Freire, 2000) permite que o aluno não apenas aprenda sobre dinheiro, mas desenvolva um olhar crítico sobre as estruturas de desigualdade e endividamento que afetam a região de Franca, capacitando-o a tomar decisões como um ato responsável (Bakhtin, 2017).

Para a implementação prática em Franca/SP, o estudo destaca a necessidade de um novo perfil docente. O professor deve ser encarado como um intelectual reflexivo (Pimenta, 1997) capaz de articular a EF, a Matemática e a Educação Crítica, conforme defendem Campos, Teixeira e Coutinho (2015). Isso implica a criação de práticas pedagógicas que desenvolvam competências reais (Perrenoud, 1993) e que usem "cenários de investigação" (Skovsmose, 2000), transformando a realidade socioeconômica de Franca em laboratório de aprendizado. A integração das competências socioemocionais (Instituto Ayrton Senna, 2023) torna-se crucial, pois o sucesso financeiro depende tanto do cálculo quanto do comportamento e da resiliência.

Este artigo, por ser de natureza bibliográfica e propositiva, apresenta como limitação a ausência de dados empíricos de campo (entrevistas com professores, análise de planos de aula reais em Franca). No entanto, sua contribuição reside precisamente na solidez do modelo teórico proposto. Ao integrar as visões de autores como Amadeu (2009) sobre a inserção curricular e as análises sobre política pública (IPEA, 2009), o estudo oferece um roteiro pedagógico e político para a Secretaria de Educação de Franca. A proposta de estratégias focadas na análise da retórica do consumo (Reboul, 2004) e na dialógica (Fiorin, 2011; Bakhtin, 2006) permite a construção de um programa de EF altamente contextualizado e alinhado aos desafios locais para os próximos anos.

Para dar seguimento a este trabalho, sugere-se que futuras pesquisas se concentrem na aplicação empírica das estratégias pedagógicas propostas. Estudos de caso nas escolas de Franca podem avaliar o impacto dessas intervenções na mudança de comportamento financeiro dos alunos e de suas famílias. Além disso, é vital investigar a necessidade de formação continuada dos professores de Franca/SP, para que possam atuar como mediadores de uma EF Crítica. A pesquisa deve também monitorar os resultados da política pública de EF em longo prazo, garantindo que o investimento em educação se traduza, efetivamente, em uma maior e mais equitativa inclusão socioeconômica para os cidadãos de Franca.

REFERÊNCIAS

AMADEU, J. R. A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, São Paulo, 2009.

ANTONIO, R. M. Teoria histórico-cultural e pedagogia histórico-crítica. Maringá: [s.n.], 2008.

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, M. Para uma filosofia do ato responsável. 3. ed. Tradução de Valdemir Miotello; Carlos Alberto Faraco. São Carlos, SP: Pedro & João, 2017.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasil em desenvolvimento 2009: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2009. 3 v.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRITO, R. C. et al. Educação financeira: uma proposta de formação para o ensino fundamental. Revista de Educação, v. 17, n. 2, p. 45–62, 2012.

CAMPOS, C. R.; TEIXEIRA, J.; COUTINHO, C. Q. S. Reflexões sobre a educação financeira e suas interfaces com a educação matemática e a educação crítica. Educação Matemática Pesquisa, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 556–577, 2015.

CORDEIRO, A. C.; COSTA, M. A.; SILVA, J. R. Educação financeira e formação crítica: reflexões sobre práticas pedagógicas. Cadernos de Educação, v. 31, n. 1, p. 89–104, 2018.

CRUZ, M. A. et al. Educação financeira e cidadania: uma análise da formação do consumidor consciente. Revista Brasileira de Educação, v. 25, n. 1, p. 1–18, 2020.

CUNHA, M. P. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. Campinas, v. 41, 2020.

D'AQUINO, C. Educação financeira: como educar seu filho. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

FARIAS, C. O. de et al. O contexto social e a bagagem cultural dos alunos e suas implicações para o processo de aprendizagem. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA DA UEPB, 6., 2019, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2019.

FERREIRA, L. M. Educação financeira: uma abordagem crítica e reflexiva. Revista de Ciências Humanas, v. 35, n. 2, p. 77–90, 2017.

FIORIN, J. L. Introdução ao pensamento de Bakhtin. São Paulo: Ática, 2011.

FREIRE, P. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Prefácio de Ernani Maria Fiori. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. [Selecione a edição utilizada, ex.: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.]

HOFMANN, R. M.; MORO, M. L. F. Educação matemática e educação financeira: perspectivas para ENEF. Zetetiké, Campinas, v. 20, n. 38, p. [intervalo de páginas], jul./dez. 2012.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Competências socioemocionais dos estudantes. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, [s.d.]. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/o-que-defendemos/competencias-socioemocionais-estudantes/>. Acesso em: 26 set. 2025.

INSTITUTO AYRTON SENNA et al. Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional: competências socioemocionais no contexto do Inaf. São Paulo: Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro; Instituto Ayrton Senna; Rede Conhecimento Social, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Cenário da educação financeira no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2023.

JACOB, K. et al. Tools for survival: an analysis of financial literacy programs for lower income families. Chicago: Woodstock Institute, 2000.

JUNIOR, M. S.; GALVÃO, A. M. O. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 391–408, set./dez. 2005.

LEITE, R. S. Planejamento financeiro pessoal: uma proposta de educação para o consumo consciente. Revista de Administração Pública, v. 51, n. 4, p. 612–630, 2017.

LUCCI, F. R. et al. Educação financeira e regulação do mercado: uma análise das políticas públicas. Revista de Políticas Educacionais, v. 12, n. 3, p. 201–218, 2010.

MORGADO, A. C. Matemática financeira. Palestra proferida no Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA, Rio de Janeiro, 2002.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. Financial Education and Awareness. Paris: OECD Publishing, 2020.

PEREIRA, M. C. et al. Educação financeira como instrumento de empoderamento do consumidor. Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 22, n. 1, p. 33–50, 2019.

PERRENOUD, P. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

PIMENTA, S. G. (Org.). Didática e formação de professores. São Paulo: Cortez, 1997.

REBOUL, O. Introdução à retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROJO, R. Multiletramentos na escola. In: ROJO, R.; MOURA, E. (Org.). Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola, 2012.

SAVOIA, J. R. F.; SATO, G. H.; SANTANA, J. R. Educação financeira: proposta de implantação nas escolas públicas. Revista de Educação e Pesquisa, v. 10, n. 1, p. 101–120, 2007.

SCOPEL, D.; SANTOS, R. M. Educação financeira e cidadania: uma abordagem crítica. Revista de Educação Contemporânea, v. 14, n. 2, p. 55–70, 2020.

SKOVSMOSE, O. Cenários para investigação. Bolema, Rio Claro, n. 14, p. 66–91, 2000.

SILVA, M. A. et al. Planejamento financeiro familiar: um estudo sobre práticas e desafios. Revista de Ciências Sociais Aplicadas, v. 18, n. 3, p. 145–160, 2019.

TEIXEIRA, J. Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira. 2015. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

THEODORO, F. R. F. O uso da matemática para educação financeira a partir do ensino fundamental. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo, 2007.

**EDUCANDO PARA A SEGURANÇA: O PAPEL DA CAPACITAÇÃO DE EDUCADORES NO
MANEJO DE OBSTRUÇÃO DE VIAS AÉREAS POR COROS ESTRANHOS E NA PROMOÇÃO DA
SAÚDE**

*EDUCATING FOR SAFETY: THE ROLE OF TRAINING EDUCATORS IN MANAGING AIRWAY
OBSTRUCTION BY STRANGE CHOIRS AND IN HEALTH PROMOTION*

Área temática: Saúde e Bem-estar

Júlio Cesar Girollo

Universidade de Franca/UNIFRAN
Mestrando em Promoção da Saúde
Bacharel em Fisioterapia
Licenciatura e Bacharel em Educação Física
juliogirollo1@gmail.com

Daniela Marcelino

Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutoranda e Mestra em Promoção da Saúde
Bacharel em Fisioterapia
danielamarcelino_fisio@hotmail.com

Lilian Cristina Gomes do Nascimento

Universidade de Franca
Pós-Doutora e Doutora em Promoção de Saúde,
Mestre em Educação Física,
Bacharel em Fisioterapia,
lilian.nascimento@unifran.edu.br

Resumo

A obstrução das vias aéreas por um corpo estranho (OVACE) representa uma emergência médica que ocorre de forma repentina, com risco imediato de hipóxia severa e, em casos graves, óbito. O ambiente escolar, portanto, torna-se um local essencial para a formação de profissionais que possam intervir de forma eficiente em caso de emergência respiratória. A metodologia adotada neste estudo é uma revisão integrativa da literatura, combinada com uma análise crítica das práticas pedagógicas relacionadas à formação de professores e educadores no manejo de OVACE em escolas públicas e privadas. A base teórica foi construída a partir da análise de artigos publicados entre 2020 e 2025, selecionados de bancos de dados reconhecidos internacionalmente, como PubMed, Scielo e BVS. A escolha desses artigos seguiu critérios rigorosos de inclusão, considerando a relevância, a qualidade metodológica e a atualização das fontes. Estudos indicam que intervenções educativas focadas na prática e implementadas no ambiente escolar, com forte ênfase na prática, mostram-se eficazes na obtenção imediata de habilidades cognitivas e procedimentais, sendo capazes de diminuir o tempo de resposta e aprimorar a eficácia das ações de primeiros socorros em situações reais de emergência. Desta forma conclui-se que treinamentos focados na capacitação de professores e educadores para o manejo de OVACE, com intervenções educativas bem estruturadas, com forte ênfase na prática, mostram-se eficazes na obtenção imediata de habilidades cognitivas e procedimentais, sendo capazes de diminuir o tempo de resposta e aprimorar a eficácia das ações de primeiros socorros em situações reais de emergência.

Palavras-chave: Ovace, Capacitação de professores, Engasgo.

Abstract

Airway obstruction by a foreign body (FBAO) represents a medical emergency that occurs suddenly, posing an immediate risk of severe hypoxia and, in severe cases, death. The school environment, therefore, becomes an essential setting for training professionals who can intervene effectively in cases of respiratory emergencies. The methodology adopted in this study is an integrative literature review combined with a critical analysis of pedagogical practices related to the training of teachers and educators in the management of FBAO in public and private schools. The theoretical framework was built from the analysis of articles published between 2020 and 2025, selected from internationally recognized databases such as PubMed, Scielo, and BVS. The selection of these articles followed strict inclusion criteria, considering relevance, methodological quality, and the currency of the sources. Studies indicate that educational interventions focused on practice and implemented in the school environment, with strong emphasis on hands-on training, are effective in the immediate acquisition of cognitive and procedural skills, being capable of reducing response time and improving the effectiveness of first aid actions in real emergency situations. Therefore, it is concluded that training programs focused on the qualification of teachers and educators for the management of FBAO, with well-structured educational interventions and strong emphasis on practice, are effective in the immediate acquisition of cognitive and procedural skills, reducing response time and enhancing the effectiveness of first aid actions in real emergency situations.

Keywords: FBAO, Teacher training, Choking

1 INTRODUÇÃO

A obstrução das vias aéreas por um corpo estranho (OVACE) representa uma emergência médica que ocorre de forma repentina, de caráter público e alta relevância mundial, com risco imediato de hipóxia severa e, em casos graves, óbito. Quando não tratada rapidamente, a OVACE pode levar a complicações irreversíveis, especialmente em grupos vulneráveis, como crianças pequenas e idosos (AHA, 2020).

De acordo com dados do Ministério da Saúde, essa condição configura-se como a principal causa de mortalidade acidental em crianças menores de cinco anos no Brasil. Trata-se de um evento de elevada gravidade, que acomete inúmeras famílias, frequentemente de modo abrupto e com consequências irreversíveis (Souza et al., 2025). Dados epidemiológicos globais revelam que o engasgo é uma das principais causas de morte acidental em crianças com menos de 5 anos, o que coloca as instituições escolares em uma posição crucial para a implementação de estratégias de prevenção e de resposta imediata a essas situações (Ilcor, 2024). O ambiente escolar, portanto, torna-se um local essencial para a formação de profissionais que possam intervir de forma eficiente em caso de emergência respiratória.

Nesse contexto do ambiente escolar, professores, educadores e assistentes escolares, que frequentemente estão entre os primeiros a identificar casos de engasgo, desempenham um papel fundamental ao oferecer os cuidados iniciais até a chegada de assistência médica especializada (Ilcor, 2024). No entanto, investigações realizadas em diversas localidades, como Brasil, Europa e América do Norte, têm apontado lacunas significativas na compreensão e na autoconfiança desses profissionais ao lidarem com situações de OVACE, destacando a necessidade urgente de uma capacitação contínua e especializada (Isasi et al., 2023; Langwinski et al., 2023). A eficácia dessa formação pode ser o fator decisivo para minimizar os riscos e melhorar as taxas de sobrevivência em casos de engasgo.

As diretrizes internacionais, como as estabelecidas pelo International Liaison Committee on Resuscitation (ILCOR) e pela American Heart Association (AHA), recomendam o uso da Manobra de Heimlich ajustada para diferentes faixas etárias. Esses protocolos destacam a importância de golpes interescapulares e compressões abdominais ou torácicas como intervenções iniciais vitais em

situações de OVACE (Tse *et al.*, 2023). Contudo, a qualidade das evidências científicas que comparam as diferentes técnicas de manejo da OVACE ainda é considerada limitada, o que reforça a necessidade de um treinamento prático contínuo, além da teoria, para garantir que os profissionais adquiram competência na aplicação desses procedimentos (Bielinsk *et al.*, 2024).

Dentre as estratégias mais eficazes para garantir a capacitação, destaca-se a realização de cursos de curta duração, com duração de 1 a 3 horas, que combinam teoria e prática utilizando manequins. Esses treinamentos têm demonstrado, em diversas pesquisas, um aumento substancial no conhecimento, nas habilidades e na confiança dos educadores para realizar a Manobra de Heimlich. No entanto, sem atividades de reciclagem periódicas, a retenção das habilidades tende a diminuir significativamente entre 6 a 12 meses após a capacitação inicial (Langwinski *et al.*, 2023; Paludi *et al.*, 2025). Diante desse panorama, é imperativo que as escolas públicas e privadas implementem programas sistemáticos e regulares de treinamento em OVACE, em conformidade com as normas internacionais e baseados em evidências recentes, a fim de garantir a segurança das crianças e melhorar a prontidão institucional para situações emergenciais (Langwinski *et al.*, 2023; Tse *et al.*, 2023; Ilcor, 2024).

Este trabalho visa explicar acerca dos efeitos de treinamentos teórico-práticos, a importância da incorporação de simulações realísticas e a aplicação da Manobra de Heimlich como parte de um protocolo educacional. Seu objetivo é realizar uma análise crítica sobre a disponibilidade e qualidade das informações presentes na literatura referente à capacitação de professores e educadores em instituições de ensino públicas e privadas, com foco na prevenção, identificação e manejo de OVACE.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada neste estudo consiste em uma revisão narrativa crítica da literatura, com o objetivo de analisar as práticas pedagógicas relacionadas à formação de professores e educadores no manejo de OVACE em escolas públicas e privadas. Ao contrário da revisão integrativa, que segue um processo sistemático e rigoroso para integrar os achados de diversas fontes, a revisão narrativa crítica permite uma reflexão mais interpretativa sobre os temas em questão, com ênfase na análise qualitativa das evidências disponíveis.

A base teórica foi construída a partir da análise de artigos publicados entre 2020 e 2025, selecionados de bancos de dados reconhecidos, como PubMed, Scielo e BVS. A escolha dos artigos foi orientada pela relevância do tema, pela qualidade das evidências apresentadas e pela atualidade das fontes, sendo que a análise se concentrou em identificar as tendências, os avanços e as lacunas no conhecimento sobre a formação de professores e educadores para o manejo de emergências respiratórias, especificamente a obstrução de vias aéreas por corpo estranho (OVACE), nas escolas.

O processo de seleção dos estudos foi guiado por uma combinação de palavras-chave, tanto em português quanto em inglês, como “obstrução de vias aéreas por corpo estranho”, “OVACE”, “choking”, “manobra de Heimlich”, “treinamento em primeiros socorros”, “capacitação de professores” e “educação escolar”. A busca foi realizada nas bases de dados PubMed, Scielo e BVS, onde as expressões de pesquisa foram combinadas com operadores booleanos (AND) para garantir a relevância dos resultados.

A análise dos estudos focou em identificar e discutir as principais abordagens adotadas para o treinamento de professores, os desafios enfrentados na implementação dessas práticas nas escolas, e as implicações de tais programas na eficácia da resposta a situações de emergência respiratória. Além disso, foram explorados aspectos como a metodologia dos treinamentos, a retenção do conhecimento pelos educadores e o impacto desses programas na preparação das instituições escolares para lidar com emergências de saúde.

Uma característica essencial da revisão narrativa crítica foi a interpretação dos achados de forma contextualizada, levando em consideração o cenário educacional atual e as necessidades específicas das escolas públicas e privadas. As evidências documentais, como as diretrizes da AHA (2020) e do ILCOR (2024), também foram incorporadas à análise, juntamente com dados

epidemiológicos nacionais e internacionais, para fornecer uma visão abrangente sobre as práticas e políticas de capacitação em primeiros socorros no contexto escolar.

Por fim, a revisão narrativa crítica permitiu identificar lacunas significativas nas abordagens existentes e propôs possíveis soluções baseadas na análise das evidências e nas tendências observadas nos estudos selecionados. O objetivo foi oferecer uma contribuição para a melhoria das práticas pedagógicas e para o desenvolvimento de um modelo de capacitação que seja científico, prático e contínuo, alinhado às necessidades das escolas e aos padrões internacionais de segurança infantil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A promoção da saúde nas escolas e em outros espaços educativos tem se tornado um tema central nas políticas de saúde pública, especialmente no contexto da prevenção de acidentes e emergências. A formação de educadores e alunos para o manejo de situações de risco, como a obstrução das vias aéreas por corpo estranho (OVACE/FBAO), é fundamental para garantir respostas rápidas e eficazes em momentos críticos. Embora a literatura demonstre que intervenções educativas, especialmente aquelas focadas em práticas, podem melhorar significativamente o conhecimento e as habilidades dos envolvidos, ainda existem desafios substanciais relacionados à aplicação efetiva desses programas, especialmente em contextos de educação infantil.

O treinamento de educadores, que estão em contato direto com populações vulneráveis como crianças pequenas, é um componente essencial para a construção de um ambiente escolar seguro. No entanto, as lacunas observadas em programas de capacitação, a necessidade de atualizações contínuas e a implementação de tecnologias educacionais inovadoras são questões que merecem atenção. A seguir, serão discutidos os principais achados da literatura sobre a formação de educadores para o manejo de OVACE, com ênfase nas implicações para a educação em saúde em contextos escolares, e a necessidade de integração de abordagens teóricas e práticas para a efetividade desses programas.

Estudos recentes reforçam a eficácia das intervenções educativas no ambiente escolar, destacando a importância de treinamentos que combinam teoria e prática para o manejo adequado de OVACE/FBAO (obstrução de vias aéreas por corpo estranho). A formação de educadores e alunos, quando bem estruturada, pode resultar em aumentos significativos nas taxas de sucesso na aplicação da Manobra de Heimlich e em outras intervenções emergenciais. O estudo de Isasi *et al.* (2023), realizado com alunos de 10 a 13 anos na Galícia, Espanha, ilustra claramente que uma capacitação breve, mas intensa, pode gerar ganhos substanciais na execução de manobras de primeiros socorros. A combinação de 5 minutos de teoria, 15 minutos de demonstração e 30 minutos de prática resultou em uma execução correta da Manobra de Heimlich por 90,4% dos participantes. Isso sublinha a importância de uma abordagem prática para o ensino de habilidades de vida, como preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que enfatiza que a educação em saúde deve ser uma prioridade em todos os contextos, especialmente nas escolas, onde a prevenção e o ensino de habilidades podem salvar vidas.

No entanto, apesar dos avanços, ainda existem lacunas significativas, especialmente quando consideramos o contexto educacional global. O estudo de Alruwaili *et al.* (2024) em Riyadh, Arábia Saudita, revela que, embora muitos professores possuam certificação básica em primeiros socorros, o conhecimento e a prática em relação à Manobra de Heimlich estão longe do ideal. Apenas 55,3% dos professores identificaram corretamente a manobra como a intervenção adequada. Esse dado aponta para um desafio persistente na formação dos educadores: a simples certificação não é suficiente. A capacitação contínua, a prática regular e o desenvolvimento da autoconfiança na execução das manobras são componentes essenciais para garantir que os educadores possam atuar eficazmente em situações de emergência. Além disso, a formação contínua vai além da instrução técnica e se conecta com a missão mais ampla da educação em saúde, que busca capacitar indivíduos para agir com responsabilidade e agilidade em momentos críticos.

A educação em saúde não deve se limitar a treinamentos pontuais ou ao ensino de primeiros socorros; ela deve ser incorporada como uma estratégia contínua e estruturada em todos os espaços educativos, especialmente em instituições que atendem populações vulneráveis, como creches e escolas. O estudo de Belete *et al.* (2024) corrobora essa ideia, revelando que, antes da capacitação, apenas 35-40% dos professores de jardim de infância na Etiópia tinham conhecimento adequado sobre OVACE. Após o treinamento, houve uma melhoria substancial no conhecimento e nas atitudes desses educadores. Esse estudo demonstra que a formação de educadores, particularmente em escolas infantis, é crucial, já que esses profissionais estão na linha de frente para identificar riscos e intervir em situações de emergência. A infância é uma fase crítica para a aprendizagem de comportamentos de saúde e segurança, e a escola deve ser um espaço onde não apenas se ensina conteúdo acadêmico, mas também se fomenta a educação para a vida, com ênfase na prevenção de acidentes e na promoção da saúde.

Além disso, as tecnologias digitais, como e-learning, tele-simulação e métodos híbridos de aprendizagem, têm se mostrado complementos eficazes na capacitação de educadores. Paludi *et al.* (2025) discutem como essas tecnologias podem facilitar a disseminação do conhecimento de forma acessível e escalável, especialmente em contextos com limitações de recursos. No entanto, apesar de seu potencial, essas abordagens ainda enfrentam desafios significativos, como a falta de dados robustos em humanos vivos e a necessidade de mais validações clínicas para dispositivos como os anti-engasgo (ACDs). Isso nos leva a refletir sobre a integração dessas tecnologias de maneira estratégica nas escolas, especialmente considerando o papel fundamental que elas podem desempenhar no treinamento contínuo de educadores e na criação de um ambiente de aprendizado dinâmico, inovador e inclusivo. No entanto, é importante destacar que essas tecnologias devem ser vistas como um complemento à capacitação prática, não substituindo a necessidade de treinamentos regulares e supervisão contínua.

A implementação de metodologias híbridas, como as descritas por Isasi *et al.* (2023), que combinam recursos digitais com simulações práticas, representa uma inovação significativa no campo da educação em saúde. Tais abordagens, embora eficazes em termos de aumento do conhecimento e desempenho imediato, apresentam uma limitação importante: a queda na retenção do conhecimento após um curto período de tempo. Esse achado reforça a necessidade de programas de atualização regulares, um aspecto frequentemente negligenciado nas políticas educacionais. A promoção da saúde nas escolas não deve ser vista como uma ação pontual, mas como um processo contínuo de sensibilização, treinamento e capacitação, onde a repetição e a reciclagem do conhecimento são essenciais para a manutenção das habilidades e para a confiança dos educadores nas intervenções de emergência.

A educação em saúde, especialmente em ambientes como creches e escolas, deve ser vista como uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável coloca a educação como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento global, e a promoção de saúde no ambiente escolar está diretamente alinhada com esse objetivo. A formação de educadores é crucial, não apenas para a execução de procedimentos em situações de emergência, mas também para a criação de um ambiente educativo onde a saúde e o bem-estar sejam prioridades. Isso se aplica particularmente em escolas que atendem populações vulneráveis, como crianças pequenas, que podem ser mais suscetíveis a riscos como o engasgo.

O estudo de Souza *et al.* (2025) destaca a importância de medidas preventivas na redução dos índices de engasgo e a eficácia dos treinamentos práticos para a identificação precoce de sinais de obstrução. As instituições escolares, em particular, têm um papel estratégico em ampliar o alcance das ações preventivas, não apenas por meio de capacitações presenciais, mas também com o uso de tecnologias que possam fornecer treinamentos regulares e acessíveis. A educação em saúde nas escolas, portanto, não deve ser vista apenas como uma resposta a emergências, mas como uma estratégia proativa que visa capacitar todos os membros da comunidade escolar a agir de forma rápida, eficaz e informada.

Embora este estudo forneça uma análise relevante sobre a formação de educadores para o manejo de OVACE/FBAO, algumas limitações precisam ser reconhecidas. Primeiramente, a pesquisa é predominantemente baseada em estudos de intervenção com amostras específicas, como alunos e professores de diferentes regiões geográficas, o que pode limitar a generalização dos resultados para contextos educacionais mais amplos ou culturalmente distintos. Além disso, a maioria dos estudos analisados não aborda a implementação de programas de capacitação a longo prazo, o que dificulta a avaliação da retenção de conhecimento e das mudanças comportamentais sustentadas ao longo do tempo. Outro ponto relevante é a escassez de dados clínicos robustos sobre a eficácia de novas tecnologias, como dispositivos anti-engasgo, em contextos reais. Contudo, apesar dessas limitações, a relevância deste trabalho se mantém sólida, pois ele oferece uma análise crítica das práticas pedagógicas existentes, identifica lacunas significativas na formação dos educadores e propõe direções para o aprimoramento das intervenções em saúde escolar. A promoção da saúde nas escolas, especialmente em contextos de populações vulneráveis, continua sendo um tema central nas políticas públicas de saúde, e este estudo contribui para a discussão ao destacar a necessidade urgente de capacitação contínua, integração de novas tecnologias e a criação de uma cultura de segurança e saúde no ambiente escolar.

Destaca-se que a aplicabilidade prática dos achados deste estudo é significativa, especialmente para a formulação e implementação de políticas de capacitação de educadores em manejo de emergências respiratórias nas escolas. Os resultados destacam a importância de programas de treinamento que combinem teoria e prática, sugerindo que intervenções curtas, mas intensivas, podem ser altamente eficazes na preparação de educadores para agir de forma rápida e competente em situações de OVACE/FBAO. A integração de metodologias híbridas, que combinam recursos digitais com simulações práticas, pode ser uma estratégia eficaz para superar limitações logísticas e financeiras, além de garantir que o aprendizado seja contínuo e acessível. Adicionalmente, a necessidade de atualização periódica do conhecimento, destacada pela diminuição da retenção de habilidades a longo prazo, deve ser incorporada aos programas de formação, criando um ciclo de reciclagem regular para os profissionais. Tais práticas podem ser adaptadas e implementadas em escolas de diferentes níveis e contextos, desde a educação infantil até o ensino fundamental, promovendo uma cultura de saúde e segurança nas instituições educativas, essencial para proteger a vida dos alunos, especialmente em ambientes mais vulneráveis.

Em suma, a promoção da educação em saúde nos espaços escolares, com foco na formação contínua de educadores e na capacitação prática, é fundamental para garantir a segurança e o bem-estar das crianças, especialmente em instituições que atendem populações vulneráveis. Para que as práticas educativas em saúde sejam eficazes, é necessário um compromisso com programas de capacitação regular, a integração de tecnologias educacionais inovadoras e a criação de uma cultura de saúde dentro das escolas. A educação em saúde não deve ser vista como um esforço isolado, mas como uma estratégia holística e contínua, que envolve todos os membros da comunidade escolar e que pode ter um impacto profundo na prevenção de emergências e na promoção da saúde a longo prazo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente aos achados, reforça-se a importância da capacitação de professores e educadores para o manejo de OVACE/FBAO, destacando a relevância da formação prática, especialmente em contextos escolares. Treinamentos bem estruturados, com forte ênfase na prática, demonstram ser eficazes para melhorar as habilidades cognitivas e procedimentais, otimizando a resposta a emergências respiratórias e garantindo a segurança das crianças. No entanto, as evidências indicam que, apesar dos ganhos imediatos, há uma queda significativa na retenção dessas habilidades ao longo do tempo. Isso evidencia a necessidade urgente de programas de reciclagem contínuos, com intervalos regulares, para assegurar a manutenção do desempenho e a eficácia das ações em situações reais de emergência.

A incorporação de recursos educativos inovadores, como simulações de alta fidelidade e metodologias de aprendizagem híbrida, surge como uma alternativa promissora para ampliar o alcance dos treinamentos, superando as limitações logísticas e financeiras associadas a formações presenciais. Essas abordagens são alinhadas aos princípios da Agenda 2030, que visa promover educação de qualidade e expandir o acesso a capacitações em saúde, tornando-as mais inclusivas e acessíveis. Além disso, a implementação de protocolos de treinamento deve ser apoiada por políticas institucionais que garantam recursos adequados, tempo suficiente no currículo escolar e a formação de multiplicadores, criando uma cultura de segurança dentro das instituições educacionais. Tais políticas podem nivelar as condições de treinamento em escolas públicas e privadas, contribuindo para a redução da morbidade e mortalidade por OVACE e fortalecendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 3 e 4.

Embora os resultados apresentados sejam promissores, ainda existem lacunas significativas nas metodologias empregadas, como a ausência de estudos longitudinais e a escassez de dados clínicos em contextos reais. Superar essas barreiras exigirá o desenvolvimento de estudos rigorosos, com desenhos experimentais bem estruturados, avaliação de custo-efetividade e a criação de diretrizes nacionais e internacionais baseadas em evidências robustas. Um modelo de treinamento fundamentado em tais evidências não só melhoraria a resposta a emergências respiratórias nas escolas, mas também contribuiria para a formação de cidadãos mais capacitados a lidar com situações críticas, ampliando, assim, o impacto da promoção de saúde em nível global.

Em suma, este estudo destaca a necessidade urgente de um compromisso institucional com a formação contínua de educadores para a promoção da saúde nas escolas, especialmente em espaços que atendem populações vulneráveis, como crianças pequenas. A criação de um sistema de treinamento eficaz, sustentado por políticas públicas e fundamentado em evidências científicas, pode salvar vidas e garantir um ambiente mais seguro e saudável para todos.

REFERÊNCIAS

AHA. (2020). Adult Basic Life Support. 2020 International Consensus on Cardiopulmonary Resuscitation and Emergency Cardiovascular Care Science With Treatment.

ILCOR. (2024). 2024 International Consensus on Cardiopulmonary Resuscitation and Emergency Cardiovascular Care Science With Treatment Recommendations.

ISASI et al. (2023). School children brief training to save foreign body airway obstruction. *European Journal of Pediatrics* (2023) 182:5483–5491

BIELINSKI, R.J; HUNTLEY, R; DUNNE, L.C; TIMLER, D; NADOLNY, K; JASKIEWICZ, F. Do We Actually Help Choking Children? The Quality of Evidence on the Effectiveness and Safety of First Aid Rescue Manoeuvres: A Narrative Review. *Medicina* 2024, 60, 1827. <https://doi.org/10.3390/medicina60111827>

PALUDI, A.M; PALERMO, N; LIMONTI, F; SEMERARO, A; ERMANN, D; GANZINO, S; RAMACCIATI, N. A systematic review on suction-based airway clearance devices for foreign body airway obstruction. *International Emergency Nursing* 79 (2025) 101575

TSE, E; PLAKITSI, K; VOULGARIS, S; ALEXIOU, A.G. FIRST AID TRAINING AT EARLY CHILDHOOD: A REVIEW OF LITERATURE. *European Journal of Education Studies - Volume 10 - Issue 3 – 2023*

LANGWINSKI, A; ALMEIDA, M.A; ZILLY, A; MAYER, M.C.P; WYSOCKI, D.A; CICHELO, M.L; FERREIRA, H; SOBRINHO, S.A.R. Intervenção educativa sobre obstrução das vias respiratórias para professores de educação infantil: estudo quase-experimental. *Rev Gaúcha Enferm.* 2023;44:e20220335

ALRUWAILI, A; SULAITEN, A.H; ALANAZY, A; ALMOUSA, Z; ALSHAQAQIQ, M; ALHOFUFI, A; ALMULHEM, N; ALIBRAHIM, Z. Awareness of school teachers about students common emergencies during school time in the eastern region, Saudi Arabia: A cross-sectional study. Journal of Family Medicine and Primary Care - Volume 13, Issue 8, August 2024

BELETE, G.K; TAMIRE, T; SISAY, A; ASMARE, M; DESSIE, B; MULIADAM, B; ADAMU, A; DESSALEGN, K; YALEW, A.G; OUMER, E.K. Knowledge attitude and practice towards foreign body aspiration management among kindergarten teachers in south-west Amhara, rural Ethiopia. Annals of Medicine & Surgery (2024)

SOUZA, O.G; FERREIRA, A.G; MENDES, L.L.J; VILLAGRAN, A.C; PIMENTA, O.C.P; NASCIMENTO, R.G; QUEIROZ, M.F.L; PULCINELLI, R.S.T.V. Índice de Ovace em Crianças: Ocorrências e Capacitação em Primeiros Socorros. Revista Nursing, 2025; 29 (323): 10820-10831

**ENTRE AGULHAS E TERRITÓRIOS: O CENTRO DIA COMO ESTRATÉGIA DE
ENVELHECIMENTO ATIVO E ACUPUNTURA URBANA**

*BETWEEN NEEDLES AND TERRITORIES: THE DAY CENTER AS A STRATEGY FOR
ACTIVE AGING AND URBAN ACUPUNCTURE*

Área temática: ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis

OLIVEIRA, Iago Rodrigues
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP- Franca/SP
Mestrando em Planejamento e Análises de Políticas Públicas
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo
iago.r.oliveira@unesp.br

REIS, Marcela de Fátima Naves dos
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP- Franca/SP
Mestranda em Planejamento e Análises de Políticas Públicas
Bacharel em Serviço Social
marcela.naves@unesp.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o Centro Dia como uma intervenção de Acupuntura Urbana, inserida no contexto das Cidades Amigas da Pessoa Idosa e da Cidade de 15 Minutos, relacionando-o à promoção do envelhecimento ativo e à reabilitação urbana. A pesquisa parte da seguinte questão: como o Centro Dia, enquanto equipamento público de convivência e cuidado, pode atuar como ferramenta estratégica de regeneração social e urbana voltada à população idosa? Justifica-se pela crescente demanda por políticas públicas que integrem saúde, acessibilidade e inclusão social no planejamento das cidades, considerando o envelhecimento populacional e a necessidade de ambientes urbanos mais humanos e equitativos. Metodologicamente, o estudo foi desenvolvido com base em análise documental e revisão bibliográfica, fundamentando-se em autores como Lerner (2015), Gallo e Santos (2017), Franciulli et al. (2007) e Simeão et al. (2018), além de diretrizes da OMS. Os resultados apontam que a aplicação dos princípios da Acupuntura Urbana em equipamentos como o Centro Dia potencializa a vitalidade urbana e fortalece os vínculos comunitários, promovendo autonomia e qualidade de vida. Conclui-se que o Centro Dia, ao ser planejado em consonância com a filosofia da Acupuntura Urbana e os preceitos da Cidade de 15 Minutos, constitui uma intervenção de impacto social e territorial, capaz de articular saúde, convivência e justiça espacial em favor do envelhecimento ativo.

Palavras-chave: Acupuntura Urbana, Centro Dia, Envelhecimento Ativo.

Abstract

This study aims to analyze the Day Center as an Urban Acupuncture intervention within the context of Age-Friendly Cities and the 15-Minute City, linking it to the promotion of active aging and urban rehabilitation. The research begins with the following question: how can the Day Center, as a public facility for coexistence and care, act as a strategic tool for social and urban regeneration aimed at the elderly population? This is justified by the growing demand for public policies that integrate health, accessibility, and social inclusion into city planning, considering population aging and the need for more humane and equitable urban environments. Methodologically, the study was developed based on documentary analysis and a literature review, drawing on authors such as Lerner (2015), Gallo and Santos (2017), Franciulli et al. (2007), and Simeão et al. (2018), as well as WHO guidelines. The results indicate that applying Urban Acupuncture principles to facilities like the Day Center enhances urban vitality and strengthens community bonds, promoting autonomy and quality of life. The conclusion is that the Day Center, when designed in line with the philosophy of Urban Acupuncture and the precepts of the 15-Minute City, constitutes an intervention with social and territorial impact, capable of articulating health, coexistence, and spatial justice in favor of active aging.

Keywords: Urban Acupuncture, Day Center, Active Aging.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno global e, no Brasil, acompanha um ritmo acelerado. No cenário nacional, “é considerada uma pessoa idosa, aquela que possui 60 anos ou mais, independente do gênero, classe social e/ou outros fatores” (BRASIL, 2003). Este crescimento demográfico traz implicações diretas ao planejamento urbano e às políticas públicas, uma vez que “o crescimento exponencial deste grupo populacional ocorre de maneira acelerada, e assim, existe uma preocupação que decorre das múltiplas demandas e necessidades advindas com o envelhecimento humano, visto que os indivíduos se tornam mais suscetíveis à presença de alterações no seu estado de saúde, o que corrobora negativamente para a qualidade de vida nessa etapa da vida” (BATISTA et al., 2019). Além disso, “o envelhecimento não é um processo homogêneo, ou seja, cada pessoa vivencia essa fase da vida de uma maneira, considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais (classe, gênero e etnia) a eles relacionados” (MINAYO; COIMBRA, 2011). Nesse contexto, a rápida urbanização e o aumento do número de pessoas idosas impõem a necessidade de repensar a organização espacial das cidades, de modo a priorizar acessibilidade, proximidade e serviços voltados a essa população.

Diante desse cenário, a Acupuntura Urbana emerge como uma abordagem que propõe pequenas, mas significativas, intervenções pontuais capazes de regenerar o tecido urbano e transformá-lo de maneira holística. “O termo acupuntura urbana toma emprestada a idéia da tradicional e milenar prática oriental, que busca a recuperação do organismo como um todo pela indução de processos regenerativos e normalização das funções alteradas, mediante a intervenção em pontos determinados e precisos” (GALLO; SANTOS, 2017). Assim, “o princípio de recuperar a energia de um ponto doente ou cansado por meio de um simples toque tem a ver com a revitalização deste ponto e da área ao seu redor” (LERNER, 2015). Nesse sentido, pequenas intervenções, quando bem planejadas, podem desencadear transformações significativas, capazes de integrar moradores locais e ressignificar espaços urbanos (GALLO; SANTOS, 2017).

Entre essas intervenções, destaca-se o Centro Dia, concebido como equipamento público que responde às demandas do envelhecimento ativo e ao mesmo tempo atua como estratégia de acupuntura urbana. O objetivo do Centro Dia consiste em oferecer mais que cuidados, pois apesar de existirem políticas públicas que garantam os direitos aos idosos, eles ainda sofrem com a discriminação, isolamento, maus tratos, rejeição e abandono. Diferente da institucionalização completa, ele funciona como um espaço de convivência diurna para pessoas idosas, especialmente aquelas que apresentam limitações funcionais, oferecendo um suporte intermediário entre o cuidado domiciliar e a institucionalização completa. Estudos revelam que “a assistência multiprofissional em Centro-Dia potencializou melhora ou manutenção da capacidade funcional dos participantes, revelando ser uma alternativa promissora de modalidade de serviço para a saúde do idoso” (FRANCIULLI et al., 2007). Além de favorecer a autonomia, sua atuação também é fundamental para aliviar o peso dos cuidadores familiares, proporcionando um local seguro e estruturado onde os idosos podem passar o dia enquanto recebem atenção especializada.

A localização estratégica desse tipo de equipamento urbano encontra respaldo nos princípios da Cidade de 15 Minutos, que defende a proximidade e o acesso equitativo a serviços essenciais. Essa proposta urbana pode ser definida como “uma geografia ideal onde a maioria das necessidades humanas e muitos desejos estão localizados a uma distância de viagem de 15 minutos” (DUANY; STEUTEVILLE, 2021). Conforme Moreno (2022), seus pilares são ecologia, proximidade, solidariedade e participação. Tal concepção visa garantir que todas as pessoas, inclusive aquelas sem acesso a veículos, possam usufruir de equipamentos de forma justa e inclusiva, desencadeando benefícios sociais e econômicos (DUANY; STEUTEVILLE, 2021).

Assim, ao analisar o Centro Dia como ferramenta de acupuntura urbana, torna-se possível compreender como uma intervenção aparentemente pontual pode reverberar em múltiplas escalas: desde o bem-estar biopsicossocial dos idosos até a reestruturação da vida comunitária urbana. Este artigo busca, portanto, explorar a intersecção entre envelhecimento, acupuntura urbana e cidades de 15 minutos, discutindo o potencial dos Centros Dia enquanto dispositivos estratégicos de regeneração urbana e promoção do envelhecimento ativo.

Além disso, a lógica da acupuntura urbana também está ligada à ideia de que a cidade deve ser compreendida como um organismo vivo, cujas partes se interconectam e cujos fluxos precisam ser equilibrados. Nesse sentido, “ao olhar para o tecido urbano como um organismo vivo, a acupuntura urbana tem como objetivo principal diminuir o estresse no ambiente urbano por meio de pequenas interações corretivas, é um passo adiante da obra arquitetônica no entendimento coletivo

da cidade” (GALLO; SANTOS, 2017). Essa perspectiva evidencia que o impacto do Centro Dia transcende sua função assistencial, pois sua instalação estratégica contribui para restaurar equilíbrios sociais e urbanos em territórios marcados por vulnerabilidades.

No mesmo caminho, o Centro Dia se apresenta como resposta direta a lacunas históricas da sociedade em relação à pessoa idosa. Embora haja avanços no campo das políticas públicas, o preconceito e a negligência ainda persistem, reforçando a urgência de equipamentos que promovam integração social. Como reforça a literatura, “o objetivo do Centro Dia consiste em oferecer mais que cuidados, pois apesar de existirem políticas públicas que garantam os direitos aos idosos, eles ainda sofrem com a discriminação, isolamento, maus tratos, rejeição e abandono (muitas vezes por parte dos familiares), falta de equipamentos e serviços públicos e privados” OLIVEIRA, 2024). Ao introduzir um equipamento dessa natureza em pontos estratégicos da cidade, há não apenas uma oferta de serviços, mas uma transformação no modo como o envelhecimento é percebido e vivenciado no espaço urbano.

Esse raciocínio se conecta diretamente ao conceito da Cidade de 15 Minutos, ao propor que os serviços essenciais estejam disponíveis de maneira equitativa e em escala de proximidade. Nesse modelo, “em vez disso, a cidade dos 15 minutos é definida pela sua capacidade de fornecer acesso a todas as necessidades humanas caminhando ou andando de bicicleta durante um quarto de hora ou menos. O transporte público deveria ser fornecido dentro da cidade de 15 minutos, mas não é possível definir com [precisão o tempo de viagem]” (DUANY; STEUTEVILLE, 2021). Assim, o Centro Dia, posicionado dentro desse raio de alcance, atua como uma âncora urbana que fortalece o princípio de inclusão territorial, tornando-se peça-chave na construção de comunidades mais justas e resilientes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Acupuntura Urbana configura-se como uma abordagem alternativa de planejamento urbano, fundamentada em intervenções localizadas que buscam regenerar o tecido da cidade de maneira progressiva e integrada. Trata-se de uma concepção que entende o espaço urbano como um organismo vivo, composto por múltiplos elementos interdependentes, cujo equilíbrio pode ser restaurado a partir de ações pontuais. Nesse sentido, “o termo acupuntura urbana toma emprestada a ideia da tradicional e milenar prática oriental, que busca a recuperação do organismo como um todo pela indução de processos regenerativos e normalização das funções alteradas, mediante a intervenção em pontos determinados e precisos” (GALLO; SANTOS, 2017). A cidade, portanto, é vista como um corpo que pode ser revitalizado por meio de toques estratégicos em locais específicos, capazes de desencadear reações positivas em cadeia.

O princípio essencial dessa filosofia é a capacidade de regenerar um ponto urbano fragilizado de modo a refletir seus efeitos sobre a área ao redor, criando um movimento de revitalização que ultrapassa a dimensão física e alcança aspectos sociais e culturais. Nesse sentido, Lerner (2015) explica que “o princípio de recuperar a energia de um ponto doente ou cansado por meio de um simples toque tem a ver com a revitalização deste ponto e da área ao seu redor”. Essa perspectiva coloca em evidência a potência transformadora das intervenções urbanas pontuais, que, ainda que modestas em escala, são capazes de fortalecer a vitalidade do espaço urbano e melhorar a qualidade de vida das populações locais.

Outra característica relevante da acupuntura urbana é sua ênfase em pequenas intervenções cuidadosamente planejadas, que têm como objetivo gerar processos de transformação holística. Nesse sentido, “é importante lembrar que a ideia de acupuntura urbana valoriza, por outro lado, pequenas intervenções, e que estas devam ser bem pensadas e planejadas, para assim poderem gerar processos de transformação holísticos, integrando os moradores locais aos novos espaços revitalizados” (GALLO; SANTOS, 2017). Essa lógica difere substancialmente das práticas de requalificação em larga escala, pois busca integrar os habitantes, respeitando seus vínculos afetivos e comunitários, ao invés de impor rupturas territoriais. Assim, a acupuntura urbana visa diminuir o estresse do ambiente urbano, equilibrando os fluxos sociais e físicos da cidade, sem desconsiderar a dimensão coletiva.

Nesse ponto, é necessário estabelecer um contraste entre a acupuntura urbana e as grandes intervenções urbanas que frequentemente resultam em gentrificação. Tais projetos, muitas vezes pautados pelo capital imobiliário, acabam por expulsar moradores originários e transformar radicalmente a identidade local. A “gentrificação é um processo resultante de projetos de revitalização

que alteram as características do lugar criando novas fronteiras urbanas, após investimentos em infraestruturas observa-se que os antigos moradores não resistem ao encarecimento do local, levando à transformação do perfil dos moradores na área” (GALLO; SANTOS, 2017). Diferentemente dessa lógica de valorização e mercantilização do espaço, a acupuntura urbana propõe uma regeneração que valoriza a permanência, a inclusão e a coesão social, atuando como um contraponto ético e humano às dinâmicas excludentes da urbanização neoliberal.

O Centro Dia deve ser compreendido como um equipamento estratégico de proteção social e de saúde, configurando-se como alternativa intermediária entre o cuidado domiciliar e a institucionalização completa em instituições de longa permanência. Tal modalidade busca oferecer não apenas atenção clínica, mas sobretudo um espaço de convivência e acolhimento. Como descrito na literatura, “o Centro-Dia Geriátrico é destinado à permanência diurna de idosos com dependência parcial nas atividades de vida diária e que necessitam de assistência multiprofissional” (FRANCIULLI et al., 2007). Nesse sentido, a função primordial do Centro Dia é garantir suporte especializado aos idosos com limitações funcionais, atuando de forma preventiva contra o isolamento social e retardando o ingresso em asilos. Ao se posicionar como uma intervenção pontual e localizada, o centro dia atua como “agulha” da Acupuntura Urbana, atingindo os pontos de maior fragilidade do envelhecimento, como a solidão, a dependência e a vulnerabilidade social.

Além de sua função social, o centro dia apresenta efeitos terapêuticos concretos sobre a saúde funcional dos idosos. Estudos demonstram que “a assistência multiprofissional em Centro-Dia potencializou melhora ou manutenção da capacidade funcional dos participantes, revelando ser uma alternativa promissora de modalidade de serviço para a saúde do idoso” (FRANCIULLI et al., 2007). Entre os avanços observados, destacam-se a melhoria na realização das Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVD), maior equilíbrio funcional e manutenção das capacidades cognitivas. Tais evidências reforçam a ideia de que o centro dia extrapola a dimensão assistencial, atuando diretamente sobre a autonomia dos idosos e promovendo sua permanência ativa na sociedade. Em termos de Acupuntura Social, a ação do centro dia opera como um estímulo corretivo, regenerando fluxos de saúde e qualidade de vida no organismo urbano.

Outro aspecto essencial refere-se ao impacto do centro dia sobre a qualidade de vida dos usuários, especialmente quando comparado ao modelo de institucionalização permanente. Conforme apontam as pesquisas, “os resultados apontaram melhores escores de qualidade de vida para os idosos do Centro Dia, destacando-se as mulheres. As institucionalizadas tiveram os piores valores de qualidade de vida, sobressaindo-se os domínios Físico e Psicológico” (SIMEÃO et al., 2018). A estrutura do CD favorece a socialização, a participação em atividades coletivas e a manutenção de relações sociais significativas, elementos fundamentais para autoestima e bem-estar psicológico. Ao proporcionar um ambiente ativo e comunitário, o CD rompe com o estigma da velhice passiva, reforçando a concepção do idoso como sujeito participativo e produtivo dentro do território urbano.

Além de beneficiar diretamente os idosos, o Centro Dia exerce papel crucial no suporte aos cuidadores familiares. A sobrecarga emocional, física e financeira frequentemente vivida por familiares é amenizada com a existência desse equipamento, que garante cuidado seguro durante o período diurno. Nesse sentido, “o objetivo do Centro Dia é oferecer cuidados e atividades no período diurno e vespertino, mantendo a referência de lar e o vínculo familiar, uma vez que, são considerados fundamentais para a integridade e manutenção da saúde” (OLIVEIRA, 2024). O modelo do centro dia assegura, portanto, que o idoso permaneça conectado ao núcleo doméstico, regressando ao convívio familiar ao final do dia, o que fortalece laços afetivos e previne rupturas emocionais associadas ao processo de institucionalização definitiva.

Por fim, ao articular assistência multiprofissional, convivência social e suporte familiar, o Centro Dia materializa a ideia de acupuntura social no território urbano. Seu papel é atingir, de forma precisa e eficaz, os pontos de maior vulnerabilidade da população idosa, regenerando tanto a saúde individual quanto a vitalidade coletiva da comunidade. Se a Acupuntura Urbana busca restaurar fluxos energéticos na cidade, o centro dia atua como a “agulha” que reduz tensões sociais, diminui o estresse do envelhecimento e fortalece redes de cuidado no espaço urbano. Essa abordagem confere ao equipamento um caráter estratégico não apenas como política pública, mas como elemento vital da resiliência urbana frente à transição demográfica.

O conceito de cidade amiga da pessoa idosa vem sendo consolidado pela Organização Mundial da Saúde como um modelo de planejamento urbano que busca responder às transformações demográficas contemporâneas e à crescente longevidade da população. A construção de uma cidade inclusiva e acessível exige a superação de barreiras físicas, sociais e institucionais, para que o envelhecimento ativo seja plenamente alcançado. Nesse sentido, “uma cidade ou comunidade amiga

da pessoa idosa, se destaca por ser ambientes que adaptam seus serviços e estruturas físicas para ser mais inclusivo e integrativo às múltiplas demandas e necessidades da população que envelhece" (OMS, 2007). A adequação do espaço urbano deve priorizar a acessibilidade, o transporte público eficiente, a presença de áreas verdes e equipamentos de apoio, como os Centros Dia, assegurando que o idoso tenha autonomia para circular e participar da vida social.

Entre os modelos urbanísticos contemporâneos que fortalecem essa perspectiva, destaca-se a Cidade de 15 Minutos (C15M), um paradigma de organização territorial que aproxima os indivíduos de seus serviços essenciais. Segundo Moreno (2020), "a 'cidade de 15 minutos' pode ser definida como uma geografia ideal onde a maioria das necessidades humanas e muitos desejos estão localizados a uma distância de viagem de 15 minutos". Esse conceito reforça a descentralização urbana, reduzindo a dependência de deslocamentos longos e motorizados, ao mesmo tempo em que promove bairros mais sustentáveis e coesos. Inserir o Centro Dia nessa lógica significa garantir que idosos tenham acesso próximo e rápido a um equipamento que promove saúde, convívio e bem-estar, evitando o risco do isolamento social e da dependência excessiva do transporte.

Além de favorecer a acessibilidade, a C15M também está diretamente associada à promoção da justiça social e da equidade urbana. Como afirmam estudiosos do modelo, "os municípios que conseguem colocar em prática o método de Moreno desencadeiam mudanças que levam a benefícios como estabelecer comunidades socioeconômicas justas, uma vez que as pessoas que não possuem veículos também acessam facilmente todos serviços e estruturas existentes na região" (MORENO, 2020). Essa dimensão é essencial quando se pensa no envelhecimento ativo, pois grande parte da população idosa não possui carro próprio e, muitas vezes, apresenta limitações físicas para longos deslocamentos. Assim, o planejamento urbano voltado à proximidade atua não apenas como estratégia de mobilidade, mas também como um vetor de inclusão social e de diminuição das desigualdades.

A integração entre o conceito de Cidade Amiga da Pessoa Idosa e o modelo da Cidade de 15 Minutos cria condições ideais para a inserção do Centro Dia como equipamento estratégico. Se, por um lado, a cidade adaptada garante acessibilidade universal, por outro, a lógica da proximidade assegura que esse serviço seja efetivamente utilizado pela população idosa. A presença de um Centro Dia em territórios de fácil acesso amplia seu impacto social, transformando-se em um ponto de referência comunitária e em uma forma concreta de Acupuntura Urbana, onde a intervenção pontual gera benefícios coletivos. Essa combinação fortalece o direito à cidade, aproximando a prática urbanística das reais necessidades sociais.

Portanto, o planejamento urbano contemporâneo deve articular-se com políticas públicas de envelhecimento ativo, transformando conceitos em ações efetivas no território. O Centro Dia, enquanto materialização de uma intervenção de acupuntura social, encontra na C15M e no paradigma das Cidades Amigas da Pessoa Idosa o terreno ideal para sua eficácia. Mais do que um equipamento assistencial, o centro dia torna-se um catalisador de inclusão, convivência e qualidade de vida, respondendo às fragilidades da população idosa e promovendo um urbanismo que seja, ao mesmo tempo, humano e sustentável. Dessa forma, o eixo 3 consolida a ideia de que a cidade planejada para a proximidade e a equidade não apenas favorece os idosos, mas beneficia todas as gerações.

A análise integrada dos três eixos demonstra como o conceito de Acupuntura Urbana fornece uma base teórica e metodológica para intervenções urbanas pontuais que geram impactos sociais e coletivos. A lógica da "agulha" aplicada em pontos estratégicos da cidade encontra no Centro Dia a materialização de um equipamento que atua diretamente nas fragilidades do envelhecimento, como a dependência e o isolamento social. Dessa forma, a acupuntura urbana não se limita a uma teoria arquitetônica, mas se torna um instrumento concreto de transformação social, ao promover melhorias funcionais, relacionais e comunitárias a partir de um espaço público específico.

O Centro Dia, por sua vez, consolida-se como um dispositivo de acupuntura social, na medida em que oferece uma resposta precisa às demandas da população idosa, sem deslocar o idoso de seu território. Ele não representa apenas uma estrutura assistencial, mas um polo de saúde funcional, socialização e apoio ao cuidador. Esse equipamento reforça o direito à permanência do idoso em seu espaço comunitário, garantindo vínculos familiares e ampliando sua autonomia. Ao mesmo tempo, serve como catalisador de mudanças urbanas, estimulando a criação de redes de cuidado e participação social.

A inserção desse equipamento no contexto da Cidade de 15 Minutos fortalece ainda mais sua eficácia, pois a proximidade territorial garante acessibilidade, justiça social e equidade. A lógica de uma cidade planejada para que os serviços essenciais estejam a poucos minutos de caminhada ou

bicicleta dialoga diretamente com a proposta de envelhecimento ativo, reduzindo barreiras físicas e sociais. Nesse sentido, o Centro Dia não é apenas mais um serviço disponível, mas um nó estratégico na rede urbana, capaz de irradiar benefícios para todo o entorno, potencializando a sustentabilidade e a inclusão.

Assim, a costura entre os três eixos a filosofia da Acupuntura Urbana, a prática transformadora do Centro Dia e o modelo urbano da Cidade de 15 Minutos configura um referencial teórico robusto para compreender e propor políticas públicas de envelhecimento ativo. Essa tríade demonstra que o planejamento urbano e arquitetônico, quando articulado a estratégias sociais e comunitárias, pode não apenas adaptar as cidades ao envelhecimento, mas transformá-las em ambientes mais justos, saudáveis e resilientes para todas as gerações.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo descritivo, exploratório e de abordagem qualitativa, fundamentado em análise documental e revisão bibliográfica. O objetivo metodológico foi compreender de forma integrada como os princípios da Acupuntura Urbana (AU), aplicados à escala territorial das Cidades de 15 Minutos (C15M) e ao conceito de Cidades Amigas da Pessoa Idosa, podem se materializar no Centro Dia (CD) como intervenção urbana e social voltada ao envelhecimento ativo.

De acordo com Gil (2019), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e construindo hipóteses a partir da observação de fenômenos reais. Assim, esta investigação buscou identificar e compreender os fatores que influenciam o planejamento urbano inclusivo e as práticas de cuidado voltadas à população idosa, analisando seus impactos sociais e territoriais.

A análise dos dados seguiu critérios sistematizados conforme o percurso metodológico descrito por Júnior et al. (2021):

- I. Busca prévia de documentos, artigos científicos, legislações e diretrizes disponíveis em bases oficiais e institucionais, com ênfase em políticas públicas voltadas ao envelhecimento e à territorialidade urbana;
- II. Leitura específica e seletiva, com foco em identificar informações relacionadas aos objetivos do estudo, especialmente sobre Centros Dia e estratégias de acupuntura urbana aplicadas ao envelhecimento;
- III. Categorização dos conteúdos conforme os eixos temáticos – Acupuntura Urbana, Centro Dia e Cidade de 15 Minutos – permitindo uma leitura integrada e interdisciplinar;
- IV. Análise reflexiva e interpretativa dos dados, estabelecendo conexões conceituais e territoriais entre as escalas urbanas, sociais e arquitetônicas.

Dessa forma, o estudo busca articular dimensões biopsicossociais, territoriais e urbanísticas, ampliando o entendimento sobre o papel do espaço urbano na promoção da saúde, autonomia e convivência da pessoa idosa. O enfoque na territorialidade permite compreender as relações multiescalares entre cidade, corpo e sociedade, favorecendo uma leitura holística dos processos de envelhecimento ativo.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e documental, baseada em fontes públicas e secundárias, este estudo dispensa submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, não envolvendo diretamente a participação de indivíduos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos fundamentos da Acupuntura Urbana (AU) evidencia que a metáfora terapêutica é mais do que uma analogia poética: ela se torna uma ferramenta metodológica para repensar as práticas de planejamento urbano. Conforme assinalam Gallo e Santos (2017), “o termo acupuntura urbana toma emprestada a ideia da tradicional e milenar prática oriental, que busca a recuperação do organismo como um todo pela indução de processos regenerativos e normalização das funções alteradas, mediante a intervenção em pontos determinados e precisos”. Essa compreensão permite entender a cidade como um organismo vivo, onde pontos fragilizados podem ser reequilibrados por

intervenções específicas e estratégicas, promovendo não apenas melhorias físicas, mas também processos sociais de reativação.

Nesse sentido, Jaime Lerner (2015) amplia o entendimento sobre o caráter transformador dessas ações pontuais ao destacar que “o princípio de recuperar a energia de um ponto doente ou cansado por meio de um simples toque tem a ver com a revitalização deste ponto e da área ao seu redor. Cutucar uma área de tal maneira que ela possa ajudar a curar, melhorar, criar reações positivas e em cadeia”. Essa visão dialoga com práticas urbanísticas de baixo custo e alto impacto, que demonstram ser capazes de reverter dinâmicas de degradação, estimular a ocupação positiva dos espaços e gerar novos fluxos de sociabilidade. Mais do que revitalizar a materialidade do território, a acupuntura urbana busca reativar sua “energia vital”, promovendo qualidade de vida para os moradores e diversidade social.

A proposta de pequenas intervenções, contudo, se contrapõe frontalmente ao modelo tradicional das grandes intervenções urbanas, que frequentemente desconsideram a escala humana e a coletividade local. Como destacam Gallo e Santos (2017), “analogamente à prática terapêutica, não é em qualquer ponto do corpo que se aplicam as agulhas, mas nos pontos estratégicos, ligados aos meridianos energéticos específicos (...)”. Da mesma forma, acredita-se que as intervenções pontuais, bem pensadas, por e para a coletividade, deva ser mais interessante do que as grandes intervenções que vêm sendo efetivadas”. Essa crítica reforça que projetos de megainfraestrutura, apesar de grandiosos, muitas vezes resultam em processos de exclusão, enquanto as ações precisas da acupuntura urbana criam respostas mais inclusivas e sustentáveis.

Entretanto, a realidade urbana contemporânea demonstra que a lógica predominante ainda é a das grandes reabilitações e megaeventos, frequentemente acompanhados de gentrificação. Nesse processo, como explicam Gallo e Santos (2017), “gentrificação é um processo resultante de projetos de revitalização que alteram as características do lugar criando novas fronteiras urbanas, após investimentos em infraestruturas observa-se que os antigos moradores não resistem ao encarecimento do local, levando à transformação do perfil dos moradores na área”. O caso do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, é emblemático dessa contradição: vendido como motor de transformação, o projeto acabou reforçando a especulação imobiliária e aprofundando desigualdades, conforme os mesmos autores alertam ao observar que “os megaeventos são ‘vendidos’ como uma chance de transformação das cidades-sede (...)”. No entanto escondem um lado perverso, do capital imobiliário, que ao selecionar displicentemente lugares desvalorizados geram uma mais-valia importante”.

Assim, os resultados analisados confirmam que a filosofia da Acupuntura Urbana, ao contrário das grandes intervenções, se mostra mais adequada ao enfrentamento das fragilidades urbanas contemporâneas. Enquanto os megaeventos e projetos de grande escala tendem a excluir e gerar processos de segregação espacial, a acupuntura urbana propõe ações de escala reduzida, porém de grande impacto, capazes de promover sociabilidade, diversidade e pertencimento comunitário. Essa constatação se conecta diretamente ao debate sobre envelhecimento ativo e inclusão social, pois evidencia a necessidade de equipamentos urbanos como o Centro Dia, que funcionem como pontos de acupuntura, fortalecendo não apenas a saúde individual, mas também os laços comunitários e a vitalidade urbana.

A análise apresentada no primeiro eixo evidenciou que a filosofia da Acupuntura Urbana (AU) oferece uma alternativa metodológica para enfrentar os desafios contemporâneos do espaço urbano, ao valorizar intervenções pontuais e estratégicas em detrimento das grandes obras que, muitas vezes, resultam em gentrificação e exclusão social. Esse mesmo raciocínio pode ser transposto para o campo das políticas sociais, onde a aplicação da “agulha” da acupuntura se manifesta em equipamentos públicos capazes de responder a demandas específicas da coletividade. É nesse contexto que emerge o Centro Dia como uma forma de “acupuntura social”, uma intervenção precisa que atua diretamente nos pontos de fragilidade relacionados ao envelhecimento, à dependência funcional e ao isolamento social, traduzindo em prática a metáfora terapêutica da acupuntura urbana.

O Centro Dia não deve ser compreendido apenas como um espaço assistencial, mas como uma resposta estratégica às lacunas persistentes nas políticas voltadas à população idosa. Apesar dos avanços normativos e institucionais, ainda prevalecem situações de discriminação, abandono e negligência, reforçando a necessidade de serviços que mantenham a autonomia e o convívio comunitário dos idosos. Como observa Oliveira (2024), “o objetivo do Centro Dia consiste em oferecer mais que cuidados, pois apesar de existirem políticas públicas que garantam os direitos aos idosos, eles ainda sofrem com a discriminação, isolamento, maus tratos, rejeição e abandono (muitas vezes por parte dos familiares), falta de equipamentos e serviços públicos e privados”. Dessa forma, o

centro dia se consolida como um instrumento público de correção das desigualdades sociais, ampliando o acesso a serviços que garantem dignidade e qualidade de vida.

Outro aspecto relevante é o caráter de alternativa à institucionalização. Diferentemente dos asilos, que afastam o idoso do convívio familiar e comunitário, o centro dia atua como um espaço de permanência diurna para aqueles com dependência parcial, proporcionando suporte multiprofissional sem romper vínculos. Conforme destaca Franciulli et al. (2007), “o Centro-Dia Geriátrico é destinado à permanência diurna de idosos com dependência parcial nas atividades de vida diária e que necessitam de assistência multiprofissional”. Complementando essa visão, Oliveira (2024) reforça que “ele funciona como um espaço de convivência diurna para pessoas idosas, especialmente aquelas que apresentam limitações funcionais, oferecendo um suporte intermediário entre o cuidado domiciliar e a institucionalização completa, como em asilos”. Essa perspectiva reforça a lógica da acupuntura urbana: intervenções pontuais, bem localizadas e planejadas, têm impacto positivo e duradouro sobre a coletividade.

O centro dia também representa uma ferramenta essencial de suporte aos cuidadores familiares, que enfrentam sobrecarga física e emocional no acompanhamento cotidiano dos idosos. Ao oferecer uma estrutura de cuidados e atividades durante o período diurno, o equipamento promove tanto a manutenção da autonomia da pessoa idosa quanto a preservação de seu lar como referência afetiva. Como pontua Oliveira (2024), “o objetivo do Centro Dia é oferecer cuidados e atividades no período diurno e vespertino, mantendo a referência de lar e o vínculo familiar”. Essa função é reforçada por Papaleo Netto (2013), ao afirmar que “a atuação do Centro-Dia também é fundamental para aliviar o peso dos cuidadores familiares, proporcionando um local seguro e estruturado onde os idosos podem passar o dia enquanto recebem atenção especializada”. Trata-se, portanto, de um duplo benefício: o idoso preserva sua identidade e vínculos, enquanto a família encontra apoio no cuidado compartilhado.

Ao posicionar o Centro Dia como um ponto de acupuntura social, evidencia-se que sua lógica vai além do atendimento clínico ou assistencial. Trata-se de um equipamento que atua nos pontos frágeis da sociedade, reduzindo desigualdades, promovendo convivência intergeracional e reforçando a coesão comunitária. Assim como a acupuntura urbana no urbanismo busca revitalizar áreas por meio de toques precisos, o centro dia se apresenta como um toque regenerativo na estrutura social, oferecendo não apenas cuidados multiprofissionais, mas também condições para que o idoso envelheça com dignidade, mantendo sua função social e fortalecendo as redes familiares e comunitárias.

A análise dos eixos anteriores, que trataram da função social e estratégica do Centro Dia e de seu impacto direto na capacidade funcional e na qualidade de vida dos idosos, conecta-se de forma intrínseca com o contexto urbano que sustenta essas práticas. Ao compreender que o envelhecimento ativo não se resume apenas às intervenções assistenciais e multiprofissionais, mas também à criação de cidades preparadas para acolher essa população, reforça-se a ideia de que a localização estratégica do Centro Dia deve estar articulada com um espaço urbano acessível, equitativo e inclusivo. Nessa perspectiva, o conceito de “Cidade Amiga da Pessoa Idosa” surge como um marco essencial, pois, conforme a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2022), trata-se de ambientes que adaptam seus serviços e estruturas físicas para serem mais inclusivos e integrativos às múltiplas demandas e necessidades da população que envelhece.

Contudo, para que a filosofia da Arquitetura e Urbanismo voltada à equidade se concretize, é imprescindível a transformação das cidades, com foco na remoção das barreiras físicas e sociais que ainda limitam a mobilidade e a participação dos idosos na vida comunitária. Como destacam Oliveira e Martins (2019), “ambientes geriátricos saudáveis devem ser pautados na transformação urbana que visem remover barreiras, estabelecer e regulamentar normas de acessibilidade e garantir meios de ir e vir em estruturas físicas, no transporte e nos espaços sociais comuns”. Essa perspectiva se mostra urgente quando se observa que o planejamento urbano inadequado ainda coloca os idosos em posição de vulnerabilidade, visto que enfrentam “calçadas irregulares, com buracos, degraus desnivelados, bloqueios físicos, falta de calçamentos, transporte coletivo inadequados e sem acessibilidade” (Fernandes, 2000). Portanto, ao fechar este eixo, evidencia-se que a integração entre o Centro Dia e a cidade depende de um esforço urbanístico contínuo, assegurando que a assistência social seja acompanhada pela garantia do direito à cidade, elemento indispensável para o envelhecimento ativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da articulação entre os eixos analisados, é possível concluir que o Centro Dia representa uma das estratégias mais eficazes para promover o envelhecimento ativo, pois transcende a função assistencial ao integrar dimensões sociais, urbanas e humanas em um mesmo conceito de cuidado. Ao oferecer um ambiente estruturado para acolher o idoso em situação de dependência parcial, o Centro Dia garante o suporte multiprofissional necessário para a manutenção da capacidade funcional e da qualidade de vida, ao mesmo tempo em que preserva os vínculos familiares e comunitários, aspectos fundamentais para o bem-estar biopsicossocial dessa população. Conforme aponta Franciulli et al. (2007), o modelo de atendimento adotado nesses espaços “revela ser uma alternativa promissora de modalidade de serviço para a saúde do idoso”, reforçando seu papel como instrumento de inclusão e dignidade.

Além disso, a análise evidencia que a efetividade dos Centros Dia depende diretamente do contexto urbano no qual estão inseridos, destacando a necessidade de cidades mais acessíveis, seguras e equitativas. O conceito de Cidade Amiga da Pessoa Idosa, conforme a OPAS (2022), sintetiza esse ideal, propondo ambientes urbanos que se adaptem às demandas do envelhecimento populacional, eliminando barreiras e estimulando a autonomia. Assim, o planejamento urbano deve ser orientado por princípios de acessibilidade universal, conforme defendem Oliveira e Martins (2019), de modo a garantir o “ir e vir” dos idosos com segurança e conforto.

Por fim, compreende-se que a integração entre políticas públicas, planejamento urbano e serviços socioassistenciais é essencial para que o envelhecimento ativo se concretize como direito e não como privilégio. O Centro Dia, quando articulado a uma cidade inclusiva e a uma rede de apoio sólida, transforma-se em um espaço de ressignificação do envelhecer, um instrumento de autonomia, pertencimento e cidadania. Dessa forma, promover o envelhecimento ativo nas cidades é, sobretudo, reafirmar o compromisso coletivo com a dignidade humana, reconhecendo o idoso como sujeito ativo na construção de uma sociedade mais justa e resiliente.

REFERÊNCIAS

DEL RIO, V. Introdução ao desenho urbano. São Paulo: Pine, 1990.

ATISTA, E. B. et al. Inclusão digital como ferramenta ao envelhecimento ativo: um relato de experiência. Prisma.com, n. 38, p. 69-81, 2019.

BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, v. 3, 2003.

DEL RIO, V. Introdução ao Desenho Urbano. São Paulo: Pine, 1990.

DUANY, Andres; STEUTEVILLE, Robert. Defining the 15-minute city. Public Square: A CNU Journal, 2020. Disponível em: <https://www.cnu.org/publicsquare>. Acesso em: 4 out. 2025.

FRANCIULLI, Sandra Elizabeth et al. A modalidade de assistência Centro-Dia Geriátrico: efeitos funcionais em seis meses de acompanhamento multiprofissional. Ciência & Saúde Coletiva, v. 12, n. 2, p. 373-380, 2007.

GALLO, Douglas; SANTOS, Fábio. Acupuntura urbana: reflexões sobre grandes intervenções urbanas. In: 4º CIHEL – Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono, Porto | Covilhã | Portugal, 5 a 10 mar. 2017.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

JÚNIOR, E. B. L. et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 44, p. 17–34, 2021.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MINAYO, M. C. D. S.; COIMBRA, C. E. A. J. Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

MORENO, C. et al. A Cidade de 15 Minutos: Territorialidade e inclusão social. Projectare: Revista de Arquitetura e Urbanismo, v. 1, n. 13, 2022.

OLIVEIRA, Iago Rodrigues. Centro Dia: uma perspectiva do envelhecimento ativo nas cidades. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Franca, Franca, 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Agenda 2030. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 4 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Guia global: cidade amiga do idoso. Genebra: OMS, 2008.

SIMEÃO, Sandra Fiorelli de Almeida Penteado et al. Estudo comparativo da qualidade de vida de idosos asilados e frequentadores do centro dia. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 11, p. 3923-3934, 2018.

SOUZA, M. L. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. p. 77–116.

**ENTRE O ARQUIVO E O USUÁRIO: O MAPEAMENTO ARQUIVÍSTICO COMO INSTRUMENTO
DA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL**
*BETWEEN THE ARCHIVE AND THE USER: ARCHIVAL MAPPING AS AN INSTRUMENT OF
INFORMATION MEDIATION IN NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATION*

Área temática: Redução das Desigualdades.

PELLICANO, Mariana Augusta Martins Santos
Universidade Estadual de Londrina
Mestranda em Ciência da Informação
mariana.augusta@uel.br

ALMEIDA, Maria Fabiana Izídio de
Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP)
Doutora em Ciência da Informação
izidio1985@gmail.com

BERTI, Ilemar Christina Lansoni Wey
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT
Doutora em Ciência da Informação
christinaberti@ibict.br

Resumo

As Organizações Não Governamentais (ONGs) desempenham diversos papéis fundamentais na sociedade, alcançando espaços e problemáticas que, muitas vezes, o próprio Estado não consegue realizar ações na sua plenitude. Entende-se que a gestão de documentos e de toda a informação que cercam as ONGs são essenciais não só no que concerne à transparência administrativa financeira, mas na maneira como essas instituições se comunicam com seus usuários. A partir de um acervo organizado o arquivista tem condições de planejar a disseminação da informação e realizar a mediação da informação de modo assertivo, pois a mediação da informação consiste em ações de interferência executadas por profissionais da informação. Coloca-se como questão problema desta pesquisa: Como o Mapeamento arquivístico pode contribuir com os processos de mediação da informação de ONGs? Com tal pesquisa, nosso objetivo consiste em contribuir para a compreensão científica de como o Mapeamento Arquivístico pode subsidiar teórica e conceitualmente a Mediação da Informação em Organizações Não Governamentais (ONGs), considerando a atuação do arquivista (e/ou do mediador da informação) e dos voluntários. Esta pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo exploratória e tem como método a pesquisa bibliográfica. Como principal resultado aponta-se que o Mapeamento arquivístico contribui significativamente com o processo de Mediação da informação de ONGs, pois possibilita a implementação da gestão de documentos, facilitando o acesso às informações pelos usuários.

Palavras-chave: Mapeamento arquivístico, Mediação da informação, Organização Não Governamental

Abstract

Non-Governmental Organizations (NGOs) play a fundamental role in society, addressing areas and issues where the State itself often cannot act fully. Document management and the handling of all information related to NGOs are essential not only to ensure administrative and financial transparency but also to enhance the way these institutions communicate with their users. With an organized collection, the archivist is able to plan the dissemination of information and carry out information mediation assertively, since information mediation involves intervention actions conducted by information professionals. In this context, the research problem is formulated as follows: How can

archival mapping contribute to the processes of information mediation in NGOs? The objective of this study is to contribute to the scientific understanding of how archival mapping can theoretically and conceptually support information mediation in Non-Governmental Organizations, considering the roles of the archivist (or information mediator) and volunteers. This is a qualitative, exploratory-descriptive study, using bibliographic research as its method. The main finding indicates that archival mapping significantly contributes to the information mediation process in NGOs, as it enables the implementation of efficient records management and facilitates user access to information.

Keywords: Archival Mapping, Information Mediation, Non-Governmental Organization

1 INTRODUÇÃO

As Organizações Não Governamentais (ONGs) desempenham diversos papéis fundamentais na sociedade, alcançando espaços e problemáticas que, muitas vezes, o próprio Estado não consegue realizar ações na sua plenitude. Com intuito de promover transformações sociais baseadas em valores coletivos, éticos e solidários obtêm resultados assertivos, apesar de não terem, em sua maioria, estruturas, orçamentos e recursos humanos adequados. Entende-se que a gestão de documentos e de toda a informação que cercam as ONGs são essenciais não só no que concerne à transparência administrativa financeira, mas na maneira como essas instituições se comunicam com seus usuários. Fatos esses que colaboram com a preservação da memória institucional e a credibilidade perante a sociedade e seus financiadores, pois os documentos são resultados concretos das mais variadas atividades realizadas em quaisquer organizações, assumindo formato físico ou digital.

Os documentos, muitas vezes, costumam ser negligenciados pelos seus produtores e não é difícil constatar realidades que apresentem ao invés de arquivos estruturados “[...] depósitos de papel nos quais não se consegue diferenciar o que é lixo do que é documento” (Roncaglio; Szvarça; Bojanoski, 2004, p. 4). Esse cenário dificulta a localização e o uso das informações em pesquisas, auditorias, fiscalizações e até mesmo a observância e execução de determinados aparatos legais, como a Lei de Acesso à Informação. Nesse sentido, refletir sobre a organização e o gerenciamento dos arquivos torna-se urgente e necessário para garantir que as informações possam ser devidamente acessadas.

O acesso à informação pode acontecer em unidades de informação, tais como arquivo, centro de documentação, biblioteca, museu dentre outros. Para que esse encontro da informação com o usuário aconteça o arquivista necessita realizar procedimentos metodológicos e técnicos, tais como: mapeamento arquivístico, classificação, avaliação de documentos e descrição arquivístico, além da própria organização física desses documentos. Essas atividades colaboram para tornar a informação acessível.

No que se refere ao Mapeamento arquivístico, considera-se que é a primeira atividade da gestão de documentos (Almeida, 2023). A autora propõe uma ampliação do termo diagnóstico arquivístico, a partir de uma visão holística, na qual é preciso compreender todas as variáveis que envolvem o arquivo, desde a história da organização, dos fundadores, visão, missão, processos, atividades, documentos, dentre outros elementos chaves que podem alterar o funcionamento do arquivo (Almeida, 2023). Com a realização do Mapeamento arquivístico são identificadas/ levantadas informações capazes de embasar as demais atividades da gestão de documentos.

A partir de um acervo organizado o arquivista tem condições de planejar a disseminação da informação e realizar a mediação da informação de modo assertivo, pois a mediação da informação consiste em ações de interferência executadas por profissionais da informação de maneira “[...] direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de Informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade Informacional” (Almeida Júnior, 2008, p. 92).

Diante das questões postas, indaga-se como as ONGs gerenciam as suas informações e coloca-se como questão problema desta pesquisa: Como o Mapeamento arquivístico pode contribuir com os processos de mediação da informação de ONGs? Com tal pesquisa, nosso objetivo consiste em contribuir para a compreensão científica de como o Mapeamento Arquivístico pode subsidiar teórica e conceitualmente a Mediação da Informação em Organizações Não Governamentais (ONGs), considerando a atuação do arquivista (e/ou do mediador da informação) e dos voluntários. Esta pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo exploratória e tem como método a pesquisa bibliográfica.

Como principal resultado aponta-se que o Mapeamento arquivístico contribui significativamente com o processo de Mediação da informação de ONGs, pois possibilita a implementação da gestão de documentos, facilitando o acesso às informações pelos usuários.

2 MAPEAMENTO ARQUIVÍSTICO

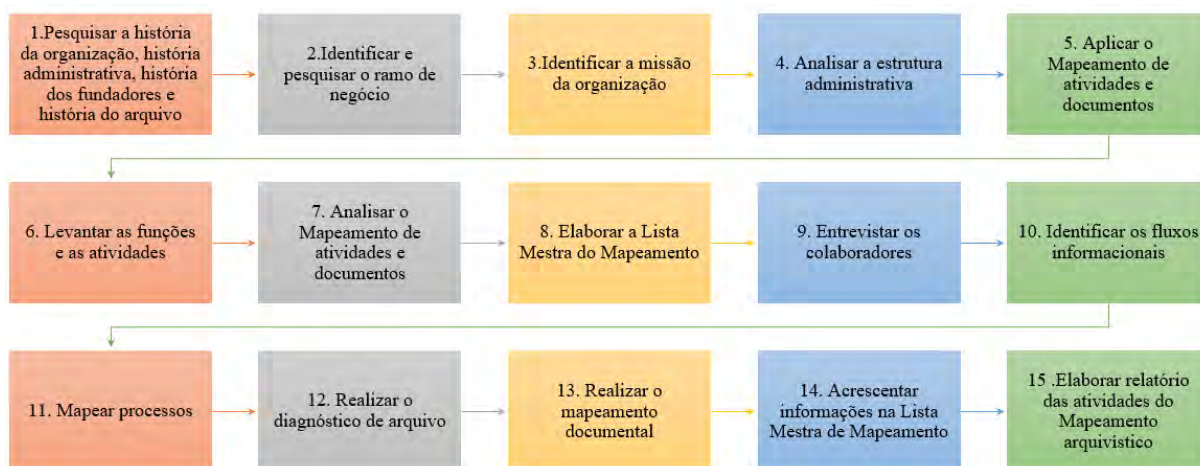
A composição do arquivo é refletida por variáveis, que podem ser identificadas pelo Mapeamento Arquivístico (uma proposta contemporânea de atualização do termo “diagnóstico de arquivo”), que mapeia a identificação da situação dos documentos e fluxos informacionais e determina a direção a ser tomada a partir da informação orgânica.

O Mapeamento arquivístico é a atividade vital para a implantação da gestão de documentos, que busca por meio das suas atividades (levantar o ramo de negócio e a missão; levantar a estrutura administrativa; pesquisar e identificar as funções e as atividades; mapear os processos; identificar os fluxos informacionais; levantar as características físicas do arquivo; identificar os tipos de documentos (em todas as atividades) controlar todas as variáveis (história, ramo de negócio, missão, estrutura, função, atividades, processos, fluxos informacionais, arquivo e documentos) que refletem no arquivo, com vistas à uma implantação total e eficiente da gestão de documentos (Almeida; Vitoriano, 2021, p. 291-292).

Considera-se, assim, a necessidade de compreensão e análise do fluxo da informação, que possibilita realização do MA das informações. Os mapeamentos são empregados em diferentes contextos empresariais e devem contemplar contexto e estrutura que possibilitem avaliar conhecimentos (Woida, 2010), nesse contexto, avaliar o conhecimento e modo como os documentos são gerenciados. É possível mapear os fluxos formais e informais de todas as áreas de uma organização, a partir do reconhecimento dos ambientes. “Assim, destaca-se que pelo conhecimento e aplicação de modelos efetivos para mapear [...] informações é possível otimizar os fluxos informacionais, propiciando seu uso racional e eficiente (Lopes; Valentim, 2010, p. 279).”

O Mapeamento arquivístico possui 15 etapas, conforme pode ser observado na Figura 1 – “Atividades do Mapeamento arquivístico”, nas quais evidencia-se a sua complexidade e visão holística em torna dos processos, atividades e documentos.

Figura 1 – Atividades do Mapeamento arquivístico



Fonte: Almeida (2023, p. 161).

O Mapeamento arquivístico propicia ao arquivista uma flexibilidade no que se refere a sua execução e contempla instrumentos arquivísticos que podem ser adaptados a qualquer realidade, são eles:

- **Mapeamento de atividades e documentos:** coleta informações sobre as características físicas do arquivo;

- **Check list Diagnóstico de arquivo:** coleta informações sobre as características físicas do arquivo;
- **Mapeamento documental:** coleta informações sobre os tipos de documentos de documentos do acervo, data, setor produtor;
- **Lista mestra de mapeamento:** compila as informações do Mapeamento de atividades e documentos e do Mapeamento documental;
- **Registro Topográfico:** fornece um mapa sobre a localização dos documentos no acervo, auxilia em relatórios de descarte e gestão de espaço físico (Almeida; Pazin, 2023, p. 12).

Com a aplicação do Mapeamento arquivístico o arquivista conhecerá as variáveis postas ao arquivo, bem como um conhecimento amplo sobre a organização que atua, logo poderá tomar as decisões necessárias para a implementação de uma gestão de documentos eficiente, duradora e eficaz, contribuindo com outros processos tais como a difusão e a disseminação da informação, através de interlocuções com seus usuários e a criação de diferentes produtos informacionais.

2.1 Mapeamento Arquivístico em ONGs

Conhecer a trajetória das ONGs proporciona melhor desenvolvimento dos procedimentos do Mapeamento arquivístico, na medida em que “Toda ONG é regida por um Estatuto onde constam as finalidades, diretrizes de atuação, objetivos institucionais e a sua estrutura interna (Bergenthal, 2015, p. 38)”. Assim sendo, o Mapeamento arquivístico pode apoiar as ONGs, no que se refere a gestão de documentos, além de auxiliar em seu gerenciamento e crescimento, uma vez que uma organização que despense atenção, controle e gerenciamento dos seus documentos e informações tende a ter transparência em suas ações administrativas.

No entanto, sabe-se que as ONGs possuem estruturas administrativas reduzidas, o que pode ser uma dificuldade no que compete a gestão de documentos e memória institucional, uma vez que a maioria dessas instituições ainda não possui planos de ações efetivas para tratar tais questões.

Em entidades com características jurídico-administrativas como as ONGs,

[...] mapear o caminho percorrido pelos documentos ao longo dos trâmites administrativos para a realização da atividade para qual foi gerado, especificamente em uma instituição com tamanha peculiaridade jurídico-administrativas [...], mostrou-se um trabalho imprescindível não apenas para a gestão documental por parte do departamento de arquivo, mas também para atividades cotidianas da entidade com um todo (Alfonso, 2023, p. 131-132).

O Mapeamento arquivístico, se aplicado em ONGs, pode ser um diferencial, pois possibilitará a implementação da gestão de documentos, consequentemente na organização dos seus documentos, agregando valor à instituição. Compreende-se que as ONGs, como qualquer outra organização, produzem documentos de atividades-meio, tais como: estatutos, contratos de prestação de serviços, atas de reunião, balanços, comprovantes de despesas etc. E, documentos de atividade-fim, esses estão ligados diretamente a atividade que a ONGs realiza. Logo, se esses documentos forem devidamente organizados e geridos as ONGs terão condições de realizar a mediação da informação com seus usuários, pois o acesso à informação será ágil e confiável.

3.0 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A Mediação da informação pode ser problematizada e investigada enfocando suas formas “[...] a recepção e a apropriação da informação em diferentes contextos, de modo a refletir o papel do profissional da informação e compreender o usuário em sua complexidade (Fadel *et. al.*, 2010, p. 14)”. Essa se articula e se vincula com segmentos da Arquivologia, podendo ser objeto de pesquisa dentro da área.

“A comunicação informacional necessita de uma mediação eficiente, assim os indivíduos envolvidos no processo devem propiciar uma dinâmica de retroalimentação constante (Fabel *et. al.*, 2010, p. 16)”. O estudo da Mediação da informação é segmentado em: mediação implícita e mediação explícita, sendo que a primeira ocorre em cada ação desenvolvida pelo profissional da informação, como o armazenamento e o processamento, e a segunda ocorre em espaços com uma relação formal entre o usuário e o equipamento informacional, sendo facilmente reconhecida em seus aspectos

materiais e concretos. Assim, a Mediação da informação pode ser compreendida como um processo de disseminação.

O processo de Mediação da informação possibilita apropriação da informação, pois promove a criação de relações entre pessoas, a partir do conhecimento, comunicação e trocas, e pode se fundamentar no uso de textos orais, por exemplo. Assim, possibilita a transmissão, tanto de informações concretas (como um objeto) quanto às subjetivas (que conduzem à imaginação), podendo gerar encantamento. O ponto de vista social encontra-se, então, presente nos processos de Mediação da informação, fundamentando a representação da relação entre profissionais da informação e usuários.

Destaca-se que “[...] o mediador [...] deve avaliar o local onde desenvolverá a mediação, afirmando que a preocupação principal deve ser a construção de uma ambiência [...] (Bortolin; Almeida Junior, 2010, p. 98).” Nesse sentido, o crescimento dos estudos de usuário demonstra a preocupação com a mediação dos conteúdos informacionais. O mediador pode propor uma atividade para os usuários e apresentar recursos/suportes a eles, de forma a potencializar a MI, para isso, recomenda-se:

Preparar mapas para aqueles que não conhecem o local escolhido; colher mais informações [...]: informações técnicas ou sobre seu tema e conteúdo; [...] poderia preparar um relatório sobre o processo desde o lançamento da proposta feita pelo [...]mediador, contendo inclusive uma apreciação [...]. o [...] mediador deverá avaliar todo o processo e não apenas o resultado final, direcionando cada etapa da atividade (Coneglian; Santos; Casarin, 2010, p. 267-268).

Logo, o processo de Mediação da informação deve contemplar a avaliação da atividade desenvolvida, com foco na satisfação e desempenhos dos sujeitos envolvidos (mediadores e usuários da informação). O profissional da informação pode adotar técnicas de MI, pois mesmo com a intervenção de máquinas no processo informacional, faz-se necessário a intervenção humana por meio da Mediação da informação. Em contextos organizacionais, inclusive ONGs, o nível intermediário (nível mediador ou gerencial), está entre o institucional e o operacional, e cuida da articulação interna entre ambos.

3.1 Mediação da Informação em ONGs

O ambiente organizacional pode disponibilizar recursos que possibilitem a Mediação da informação, que agregue valor, sobretudo, ao cotidiano das ONGs. Nesse aspecto, o processamento e a utilização da informação (registrada ou não) pode ser mediada nos ambientes de ONGs entre seus acervos (estoques informacionais) e as necessidades do usuário.

Os membros das ONGs podem desenvolver a Mediação da informação entre as necessidades da sociedade e as finalidades da organização, assim, o trabalho administrativo das ONGs consiste em “[...] uma relação mediada por normas e regulamentos determinando os direitos e deveres, evidenciando que com o domínio da escrita, a humanidade caminhou em direção ao ordenamento jurídico, tendo como fonte seus costumes [...] (Alfonso, 2023, p. 29)”. Nesse sentido, as ONGs podem se vincular à sociedade a partir de mecanismos e parcerias administrativas por meio da Mediação da informação de suas atividades.

Os voluntários de ONGs exercem e participam de atividades de Mediação da informação, como palestras, projetos, aulas, cursos, organização da sede, eventos (com *stands*, por exemplo), coordenação de voluntários, *workshops* e outras atividades abertas ao público. As ONGs seguem um regimento interno, de acordo com sua filosofia, que regulamenta a atuação dos voluntários dentro da organização. Nesse sentido, a Mediação da informação em ONGs pode ser realizada com e/ou por voluntários capacitados para tal ação (Bergenthal, 2015).

Destaca-se que as ONGs executam projetos em diversas áreas através do voluntariado e suas ações costumam acontecer de forma coordenada e periódica, podendo ocorrer nas próprias dependências da ONG ou à distância, através do material audiovisual disponível no site da instituição, por exemplo, de acordo com as temáticas de suas áreas de atuação. Considera-se que a Mediação da informação em ONGs pode incentivar e disseminá-las, de acordo com seus regulamentos e outros documentos, que devidamente identificados pelo Mapeamento arquivístico, poderão ser geridos, facilitando o processo de Mediação da Informação, tendo em vista, por exemplo, atividades-meio como a prestação de contas, ou atividades-fim como cursos, palestras e demais ações inerentes à missão da ONG.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, pois permitiu “[...] é o estabelecimento de um ou mais objetivos e a seleção criteriosa de informações” Marconi e Lakatos (2022, p. 302), do tipo exploratória, pois buscou-se um aprofundamento nos temas centrais elucidando seus principais pontos a partir de discussões, uma vez que pesquisas exploratórias “[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” Gil (2010, p. 27). O método de pesquisa selecionado foi a pesquisa bibliográfica, pois propicia ordenação à pesquisa por meio de procedimentos ligados ao objeto de estudo (Lima; Mito, 2007).

Com isso, buscou-se encontrar autores que versam sobre as temáticas centrais desta pesquisa: Organização Não Governamental, Mapeamento arquivístico e Mediação da informação, os quais compuseram o *corpus* teórico fundamentando a presente pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa evidenciou as relações em torno da Mapeamento arquivístico e a Mediação da informação e como essas frentes podem contribuir com as ONGs, pois colaboram com a implementação da gestão dos documentos e facilitam o diálogo com os atores das ONGs, o objetivo geral posto à esta pesquisa, afirma-se que o Mapeamento arquivístico contribui com a Mediação da informação em ONGs, uma vez que propicia a implementação da gestão de documentos, fomentando a Mediação da informação dos seus usuários.

Nota-se que as temáticas da Mapeamento arquivístico e a Mediação da informação podem estar envolvidas, ligadas, relacionadas, dialogadas e aplicadas em diferentes ambientes, especialmente as ONGs, e podem ser consolidadas por abordagens sobre o conhecimento nesse âmbito. Nesse sentido, os processos de Mapeamento arquivístico e a Mediação da informação em contextos informacionais organizacionais como as ONGs podem ser estudados cientificamente pelo campo da Arquivologia.

Nesta pesquisa teórica discutimos aspectos referentes à Mapeamento arquivístico e a Mediação da informação nas estruturas de ONGs, que possuem características jurídicas administrativas específicas e são instituições com caráter de envolvimento voluntário, podendo ser consolidadas e expandidas territorialmente. Nesse sentido, espera-se ampliar o debate em torno da urgência do gerenciamento das informações das ONGs, bem como refinar o acesso às informações, considerando a necessidade de usuário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa, espera-se fomentar pesquisas futuras, considerando pesquisa de campo, que busquem investigar como e quais tratamentos arquivísticos são despendidos aos documentos das ONGs, bem como considerar como ocorre a mediação da informação com seus usuários, sejam eles internos ou externos. Demonstrar que a Arquivologia segue se adequando às novas práticas, criando validando novas metodologias amplifica a busca por respostas tão urgentes em nossa sociedade, como o gerenciamento de documentos e informações.

Assim como, esta pesquisa buscou elucidar a relevância das ONGs na sociedade atual, cumprindo papéis que deveriam ser do Estado, transformando realidades e pessoas, a partir de oportunidades que lhes são dadas. Portanto, os resultados desta pesquisa apontam para a importância de que ONGs adotem práticas de gestão de documentos e Mediação da informação visando transparência administrativa e diálogo. Destaca-se ainda que, abre-se um campo de voluntariado aos profissionais da informação que buscam ampliar suas experiências e contribuir com as ONGs.

REFERÊNCIAS

ALFONSO, Gabriela Brancaglion. **Identificação arquivística como metodologia para mapear fluxos documentais: um estudo de caso do arquivo administrativo da Fundação OSESP**. 2023. 163

f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. p. 41-54.

ALMEIDA, Maria Fabiana Izídio de; VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. Mapeamento arquivístico: uma proposta para diagnóstico de arquivo. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 11, n. 3, p. 281–294, 2021.

ALMEIDA, Maria Fabiana Izídio de. **Mapeamento arquivístico**: uma proposta conceitual e metodológica para ambientes organizacionais. 2023. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/7977e2e4-6b55-4be0-9dd6-52d5302061f7>. Acesso em: 25 set. 2025.

BERGENTHAL, Francine. **Gestão da informação orgânica para a tomada de decisão em uma ONG**: estudo de caso na Brahma Kumaris – Porto Alegre. Orientador: Moisés Rockembach. 2015. 93 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Departamento de Ciências da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BORTOLIN, Sueli; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação oral literária: algumas palavras. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. (Coleção PROPG Digital - UNESP). p. 85-103.

CONEGLIAN, André Luís Onório; SANTOS, Camila Araújo dos; CASARIN, Helen de Castro Silva. Competência em informação e sua avaliação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. (Coleção PROPG Digital - UNESP). p. 255-276.

FADEL, Bárbara; ALMEIDA, Carlos Cândido de; CASARIN, Helen de Castro Silva; VALENTIM, Marta Lígia Pomim; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Gestão, mediação e uso da informação**. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. (Coleção PROPG Digital - UNESP). p. 13-31.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 10, p. 37–45, 2007.

LOPES, Elaine Cristina; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Gestão da informação e governança corporativa em empresas de capital aberto**. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. (Coleção PROPG Digital - UNESP). p. 278-300.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 8. ed. Barueri, SP: Atlas, 2022.

RONCAGLIO, Cynthia; SZVARÇA, Décio Roberto; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Arquivos, gestão de documentos e informação. *Encontros Bibli: Rev. Elet. de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, p. 1-13, jan. 2004. ISSN 1518-2924. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2004v9nesp2p1/5486> . Acesso em: 16 fev. 2025.

WOIDA, Luana Maia. **Contribuições teóricas e metodológicas da sociologia do conhecimento para estudos de produção de conhecimento em contextos empresariais**. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. (Coleção PROPG Digital - UNESP). p. 106-125

**ENTRE O LIXO E A SUSTENTABILIDADE: PERSPECTIVAS RETÓRICAS NA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL**

**BETWEEN TRASH AND SUSTAINABILITY: RHETORICAL PERSPECTIVES IN ENVIRONMENTAL
EDUCATION**

Área temática: Consumo e Produção Responsáveis

FERRAZ, Luana
Unifran

Doutora em Linguística pela Universidade de Franca
Luana.ferraz@unifran.edu.com

OLIVEIRA, Cláudia de Fátima
Unifran

Doutora em Linguística pela Universidade de Franca
Cfoliveira@unifran.edu.com

BARBOSA, Maria Silvia Pereira Rodrigues Alves
Unifran

Doutora em Linguística pela Universidade de Franca
Msbarbosa@unifran.edu.com

RODRIGUES, Jane Batista
Unifran
Mestranda em linguística
Jane_bat@hotmail.com

JUSTINO, Ana Paula de Sousa
Unifran
Mestranda em linguística
Anapaulasouza.psj@gmail.com

OLIVEIRA, Suellen Cristina Costa
Unifran
Mestranda em linguística
Suellenmjcosta@gmail.com

Resumo

A crescente produção de resíduos sólidos e os impactos do consumo desenfreado evidenciam a urgência de repensar práticas de descarte e de promover a conscientização socioambiental, em consonância com os princípios da Agenda 2030 e com o ODS 12, que propõe assegurar padrões de consumo e produção responsáveis. A *websérie* “Do Meu Lixo Cuido Eu” de 2023, idealizada por Tião Santos e Pedro Hebran, constitui-se como instrumento de Educação Ambiental não formal ao mobilizar discursos multimodais que articulam *ethos*, *pathos* e *logos* na construção de uma mensagem persuasiva em defesa da sustentabilidade. O objetivo do trabalho é analisar retoricamente o episódio “Consumo e descarte dentro do shopping”, com ênfase na identificação das provas retóricas clássicas e na compreensão de como a dimensão audiovisual potencializa processos de sensibilização. A pesquisa, de caráter qualitativo, fundamenta-se em aportes teóricos da retórica aristotélica e de autores contemporâneos como Reboul, Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2004. Além da leitura crítica de livros e artigos que discutem cidadania e sustentabilidade. A análise revelou que o discurso da *websérie* combina credibilidade institucional, dados concretos e apelos emocionais na representação de práticas ambientais, na transformação de resíduos orgânicos em insumos para hortas urbanas, configurando um *ethos* corporativo voltado à responsabilidade social e ambiental. Os resultados indicam que a campanha desloca a concepção tradicional de lixo como inutilidade para a de recurso, reafirmando o

potencial do audiovisual como ferramenta de engajamento coletivo e de mobilização em prol da preservação ambiental e do cumprimento das metas da ODS 12.

Palavras-chave: retórica, consumo responsável, websérie.

Abstract

The increasing production of solid waste and the impacts of unrestrained consumption highlight the urgency to rethink disposal practices and promote socio-environmental awareness, in line with the principles of the 2030 Agenda and with the SDG12, that proposes to ensure responsible consumption and production patterns. The web series “Do Meu Lixo Cuidado Eu”, idealized by Tião Santos and Pedro Hebran, is an instrument of non-formal environmental education to mobilize multimodal discourses that articulate ethos, pathos and logos in the construction of a persuasive message in defense of sustainability. The objective of this work is to analyze rhetorically the episode "Consumption and disposal within the mall", with emphasis on the identification of classical rhetorical proofs and understanding how the audiovisual dimension enhances awareness processes. The qualitative research is based on theoretical contributions of Aristotelian rhetoric and contemporary authors such as Reboul, Perelman and Olbrechts-Tyteca, in addition to the critical reading of books and articles that discuss citizenship and sustainability. The analysis revealed that the discourse of the web series combines institutional credibility, concrete data and emotional appeals in the representation of environmental practices, especially in the transformation of organic waste into inputs for urban gardens, setting up a corporate ethos focused on social and environmental responsibility. The results indicate that the campaign displaces the traditional conception of waste as useless to a resource, reaffirming the potential of audiovisual as a tool for collective engagement and mobilization in favor of environmental preservation and compliance with SDG 12 goals.

Keywords: rhetoric, responsible consumption, webseries.

1 INTRODUÇÃO

A intensificação do consumo e a consequente produção de resíduos sólidos configuram-se como um dos maiores desafios ambientais e sociais da contemporaneidade. A gestão inadequada desses materiais compromete não apenas a preservação dos ecossistemas, mas também a qualidade de vida em centros urbanos, a saúde pública e a manutenção de práticas sustentáveis. Esse cenário tem demandado estratégias comunicativas que ultrapassem a simples transmissão de informações, investindo em formas de sensibilização capazes de transformar a consciência ambiental em atitudes efetivas.

A articulação entre linguagem e sustentabilidade tem encontrado no audiovisual um espaço privilegiado de produção discursiva. Ao recorrer a recursos imagéticos, sonoros e textuais, as narrativas midiáticas assumem a função de mobilizar o espectador por meio de experiências persuasivas que conjugam racionalidade, emoção e credibilidade. Nesse sentido, iniciativas culturais como a websérie “Do Meu Lixo Cuido Eu” de 2023, idealizada por Tião Santos e Pedro Hebran, constituem-se como práticas de Educação Ambiental não formal, fomentando reflexões críticas sobre consumo, descarte e responsabilidade socioambiental. Disponibilizada em plataformas digitais como o Youtube e Instagram de amplo alcance, a produção explora metáforas visuais, slogans e recursos retóricos que ressignificam a noção de lixo e convidam o público a repensar seu papel na construção de um futuro sustentável.

A investigação proposta se apoia em referenciais clássicos e contemporâneos da retórica, sobretudo na tríade aristotélica *ethos*, *pathos* e *logos*, a fim de identificar de que maneira a persuasão é construída e consolidada no discurso audiovisual da campanha. A análise privilegia não apenas o conteúdo verbal, mas também a dimensão visual e simbólica que, em sua integração, potencializa o impacto comunicativo. Assim, busca-se evidenciar como a campanha transforma resíduos em símbolos de renovação e pertencimento coletivo, deslocando a percepção de lixo de um signo de inutilidade para um recurso de valor social e ambiental.

O percurso metodológico adotado fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e na leitura crítica de obras e artigos que discutem retórica, sustentabilidade e cidadania, além de análise qualitativa do material audiovisual selecionado. Essa abordagem permite compreender como discursos ambientais multimodais articulam provas racionais, emocionais e éticas na construção de narrativas que aspiram não apenas à adesão cognitiva, mas à efetiva mobilização social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ANÁLISE RETÓRICA DOS RECURSOS VISUAIS

Nas últimas décadas, a humanidade tem atravessado um intenso e acelerado processo de urbanização, concentrando grande parte da população em centros urbanos. Embora esse fenômeno represente avanços na organização social e econômica, ele também trouxe desafios estruturais que impactam diretamente a vida cotidiana, como a gestão inadequada dos resíduos sólidos. Esses problemas afetam a qualidade de vida, a preservação ambiental, a saúde pública e a manutenção da limpeza das cidades. Nesse contexto, torna-se cada vez mais relevante compreender práticas que incentivem a responsabilidade individual e coletiva na preservação ambiental, especialmente por meio de campanhas educativas e audiovisuais.

No plano teórico, é importante considerar conceitos centrais da retórica e da persuasão visual. As provas artísticas, segundo Mateus (2018, p. 106), consistem em “três elementos interdependentes”: o *logos*, orientado pelo raciocínio e pela argumentação lógica; o *pathos*, voltado à mobilização das emoções; e o *ethos*, relacionado ao caráter e à credibilidade do emissor. Tais categorias oferecem um aparato analítico para compreender como discursos audiovisuais conseguem integrar racionalidade, emoção e autoridade, intensificando a eficácia persuasiva junto ao público.

A retórica visual, por sua vez, busca compreender os meios visuais e sua potencialidade argumentativa, incluindo o uso de cores, formas e símbolos como recursos persuasivos (Mateus, 2018). Mateus (2018, p. 178) compara o orador a um pintor, capaz de representar ideias de forma pictórica e argumentativa: “A Retórica Visual dá a ver a argumentação”. Nesse sentido, imagens, cores e movimentos não apenas ilustram conceitos, mas mobilizam interpretações e valores compartilhados, orientando a percepção do espectador.

É nesse contexto que se insere a websérie “Do Meu Lixo Cuido Eu”, idealizada por Tião Santos, ambientalista, catador de materiais recicláveis e, ativista socioambiental em parceria com Pedro Hebran, ator e defensor de causas ambientais. Disponível em plataformas digitais como *YouTube* e *instagram*, a produção convida o público a assumir um papel protagonista na transformação de práticas de consumo e descarte, promovendo a reflexão crítica e debates sobre a responsabilidade individual e coletiva na preservação ambiental.

O projeto articula três eixos centrais: o uso audiovisual como recurso de sensibilização, a ênfase na reciclagem como prática de sustentabilidade, focalizada na reciclagem do lixo orgânico e a valorização da logística reversa como instrumento estratégico de gestão ambiental. Conforme definido nos Cadernos de Educação Ambiental 6, publicados pelo Governo do Estado de São Paulo:

A logística reversa é definida como um instrumento de desenvolvimento socioeconômico e de gerenciamento ambiental, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a facilitar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos aos seus produtores. O objetivo é que esses materiais sejam tratados, reaproveitados em novos produtos, transformados em insumos ou reinseridos em outros ciclos produtivos, de modo a evitar a geração de rejeitos (São Paulo, 2006).

No Estado de São Paulo, a logística reversa é aplicada em diversos setores e está vinculada ao conceito de responsabilidade pós-consumo. Enquanto a logística reversa trata do retorno dos materiais ao ciclo produtivo, a responsabilidade pós-consumo abrange estratégias regulatórias, incentivos à inovação no design de produtos, redução de embalagens e, sobretudo, prevenção da geração de resíduos. Essa perspectiva conecta o campo normativo às práticas discursivas da campanha, que transforma em imagens e símbolos aquilo que a legislação já discute.

Figura 1 – Consumo e descarte dentro do shopping



Fonte: Youtube (2023)

Ao tratar da responsabilidade de cada pessoa e também da coletividade sobre o que produzimos e descartamos, a websérie “Do Meu Lixo Cuido Eu” transforma em imagens e símbolos aquilo que a legislação e os estudos já discutem sobre o tema. Assim, ao iniciarmos a análise retórica da campanha, o aspecto visual merece atenção inicial. O plano de fundo da produção remete, em primeiro lugar, ao país e, em segundo, ao planeta, configurando a ideia de lar comum — a casa coletiva da humanidade. Essa imagem é reforçada pelo predomínio da cor verde, que atua como elemento retórico visual ao evocar natureza, ecossistema e pertencimento tanto individual quanto coletivo. Conforme explica Mateus (2018), a retórica visual busca compreender os meios visuais e sua potencialidade argumentativa, o que inclui o uso de cores e formas como recursos de persuasão. Nesse sentido, o verde, cor associada culturalmente à vida, à renovação e ao equilíbrio ambiental, adquire função simbólica ao reforçar o discurso de responsabilidade ecológica presente na campanha. Tal recurso cromático constitui um mecanismo de ênfase dentro do discurso retórico visual, capaz de orientar a interpretação do espectador e mobilizar valores compartilhados de cuidado e pertencimento ao meio comum.

Como observa Mateus (2018, p. 178), “do ponto de vista da Retórica Visual, o orador é comparável a um pintor que representa pictoricamente certas ideias [...] A Retórica Visual dá a ver a argumentação”. Nesse caso, a cor verde cumpre esse papel pictórico e argumentativo, tornando visível e sensível a mensagem de sustentabilidade proposta pela campanha.

No centro da composição visual, observa-se o círculo em movimento, associado ao ciclo da vida e à ideia de renovação, reutilização e reciclagem. Ao redor desse círculo, encontram-se representações de resíduos — orgânicos, plásticos, vidros e metais — que evidenciam os materiais sólidos passíveis de separação e de descarte adequado. A mensagem é clara e direta, pois através da separação consciente dos materiais, é possível transformar o consumo em prática responsável e sustentável. Essa estratégia confirma a observação de Mateus (2018, p. 179), para quem “o orador troca as palavras pelas imagens trabalhando o seu poder de evocação e imaginação”. Além disso, ao se considerar que “tendo em conta o impacto das imagens na cultura contemporânea é natural que se considere pertinente analisar as representações visuais a partir daquilo que elas comunicam” (Mateus, 2018, p. 178), percebe-se que o vídeo mobiliza recursos visuais de modo persuasivo e pedagógico.

O slogan “Do meu lixo cuido eu” surge em posição de destaque, assumindo o papel de eixo estruturador do discurso persuasivo. Ao empregar a primeira pessoa do singular, o enunciado acentua a responsabilidade individual, transferindo para cada cidadão o compromisso ético com o meio ambiente. Essa escolha discursiva amplia a força do enunciado, pois faz com que o público se sinta diretamente interpelado e convocado a agir. Outro recurso expressivo está na grafia da palavra lixo, que incorpora o símbolo da reciclagem no lugar da letra “o”. Assim, um termo tradicionalmente evitado por carregar conotação negativa é ressignificado e passa a evocar transformação e renovação, impactando positivamente a forma como concebemos e praticamos o descarte de resíduos. Nesse cenário, o slogan não apenas reforça a dimensão individual da responsabilidade, mas projeta seus

efeitos para a coletividade, ao sugerir que ações pessoais podem gerar resultados solidários em benefício da sociedade. Outro ponto que merece ser sublinhado refere-se ao uso do verbo cuidar, que traz em si a ação, a adesão e a mobilização, reforçando a expectativa de que a conscientização se converta em práticas efetivas de transformação social. Essa dimensão afetiva do discurso é fundamental para a eficácia persuasiva, pois, como observa Aristóteles, “a persuasão pode ser obtida através dos ouvintes quando o discurso afeta suas emoções; com efeito, os julgamentos que emitimos variam segundo experimentamos sentimentos de angústia ou júbilo, amizade ou hostilidade” (Aristóteles, 2019, p. 46).

Outro fator relevante são as mãos que sustentam o círculo. Elas simbolizam a união e a força que emergem do encontro entre o eu, o outro e a coletividade. Ao longo do vídeo, essas mãos se aproximam e se entrelaçam, traduzindo visualmente a ideia de responsabilidade compartilhada: somente pela cooperação é possível sustentar o ciclo da vida e da sustentabilidade. Essa dimensão da cooperação reforça a noção de que o esforço coletivo é indispensável para viabilizar práticas transformadoras, capazes de articular responsabilidade individual e bem-estar comum.

Na sequência, surgem os coletores seletivos, destinados à separação de resíduos orgânicos, plásticos e metais. Esse recurso amplia a ideia de simplicidade e eficácia de um gesto acessível a todos, mas de grande impacto no processo de reciclagem. A adesão de cada indivíduo torna-se indispensável para que se concretizem os princípios da não geração, da redução, da reutilização, da reciclagem, do tratamento e da destinação final adequada dos resíduos. Trata-se de um conjunto de práticas que traduzem a noção de responsabilidade compartilhada e reafirmam a centralidade do consumo sustentável.

As provas artísticas ocupam lugar central na tradição retórica aristotélica e permanecem fundamentais para a compreensão da persuasão no discurso contemporâneo. Nesse sentido, “as provas artísticas consistem no *logos*, *pathos* e *ethos* e definem uma argumentação orientada pelo raciocínio rigoroso (*logos*), dirigida às emoções humanas (*pathos*) e baseada no caráter e probidade humanos (*ethos*)” (Mateus, 2018, p. 106). Tal concepção oferece o aparato teórico necessário para a análise dos recursos visuais e discursivos mobilizados na web série, permitindo identificar como a racionalidade, a emoção e a credibilidade se articulam de modo a intensificar a eficácia argumentativa e persuasiva do vídeo.

Recursos visuais adicionais, como as mãos que sustentam o círculo, operam como signos simbólicos de união e cooperação, evocando o *pathos* ao suscitar sentimentos de pertencimento e responsabilidade coletiva. Simultaneamente, a disposição de coletores seletivos articula o *logos*, evidenciando a racionalidade e a eficácia de práticas cotidianas voltadas à redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada dos resíduos. De maneira complementar, tais elementos reforçam o *ethos* do discurso audiovisual, ao transmitir credibilidade e compromisso ético com os princípios da sustentabilidade, consolidando a função persuasiva do vídeo frente ao espectador. Nesse ponto, é relevante considerar a função persuasiva das imagens no discurso. Para Reboul (2004, p. 37), “toda análise dos sentimentos e das emoções deriva da retórica”. Assim, os recursos visuais mobilizam afetos e emoções que ampliam o apelo ao *pathos*. Do mesmo modo, “o que se pode dizer é que, se é imprópria para produzir argumentação, a imagem é porém notável para amplificar o *ethos* e o *pathos*” (Reboul, 2004, p. 83), o que reforça a pertinência de se compreender as representações.

A campanha também explora elementos de narrativa histórica e contextual, relacionada especificamente ao Botafogo Praia Shopping. Ao associar a propaganda a esse espaço físico, conecta-se a responsabilidade individual à responsabilidade institucional, ampliando o alcance persuasivo da mensagem. Nesse conjunto, elementos gráficos, textuais e contextuais articulam consumo, sustentabilidade e cidadania, mostrando que ações individuais podem gerar impacto coletivo significativo.

À luz dessas definições, observa-se que os espaços de consumo, em especial os shoppings centers, passaram a assumir uma função estratégica: além de polos de compra e lazer, tornaram-se locais de implementação de práticas de gestão de resíduos e de conscientização ambiental. Nesse contexto, o caso do Botafogo Praia Shopping é emblemático. O local, que hoje abriga esse centro comercial, foi, no passado, sede da Sears, uma das maiores redes de departamentos do mundo. Historicamente, sua presença simbolizava a difusão do modelo norte-americano de consumo no Brasil, caracterizado pela diversidade de produtos, pelo apelo publicitário e pela centralidade da experiência de compra.

Com o passar do tempo, e diante da falência da rede e da descontinuidade de suas operações no país, o prédio foi resignificado. Assim, em 1999, inaugurou-se o Botafogo Praia Shopping, um novo polo de compras e lazer na zona sul do Rio de Janeiro. Desde então, o empreendimento, com mais de

uma centena de lojas, cinemas, restaurantes e serviços variados, manteve a vocação do espaço como referência de consumo, mas incorporou novos valores alinhados à sustentabilidade e à responsabilidade socioambiental. Ao adotar práticas como a coleta seletiva, o incentivo à reciclagem, a criação de uma horta suspensa e projetos voltados para a redução do impacto ambiental, o shopping passa a exemplificar a busca do varejo moderno por alinhar-se às diretrizes legais e sociais referentes aos resíduos sólidos. Dessa maneira, o espaço que antes simbolizava o consumo massificado e o modelo importado dos Estados Unidos se reinventa, assumindo uma identidade mais plural e conectada às exigências atuais de corresponsabilidade na gestão dos resíduos e de estímulo a práticas sustentáveis.

2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL (ODS-12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEL), LIXO E RETÓRICA PERSUASIVA

A expressão “Educação Ambiental” foi utilizada pela primeira vez em 1965, na Conferência de Educação da Universidade Keele, na Grã-Bretanha” (São Paulo, 2014, p. 10). Dessa forma, passou a ser discutida em âmbito mundial. Em 27 de abril de 1999, foi instituída a Lei Federal nº 9.795, que estabeleceu objetivos, diretrizes, linhas de atuação e planejamentos de ações ambientais.

No texto da lei, há dois tipos de definição sobre o termo Educação Ambiental: a educativa, desenvolvida no currículo escolar, direcionado a escolas públicas e privadas, e as não formais, praticadas em movimentos coletivos de ações em defesa do meio ambiente. (São Paulo, 2014, p. 15). Sendo assim, a websérie “Do Meu Lixo Cuido Eu”, traz justamente essa segunda abordagem da Lei Federal, a mobilização social em defesa do meio ambiente, ou seja, da coletividade.

O lixo pode ser também, classificado de acordo com sua composição química em orgânico e inorgânico. Quando resultante de restos de ser vivo animal ou vegetal o lixo é denominado orgânico e inorgânico quando resultante de material sem vida. O lixo inorgânico constitui-se, portanto, de: materiais de embalagens, vidros, metais, plásticos. O papel e o papelão, porque podem ser reciclados, também são considerados como inorgânicos. Desta maneira, para solucionar o problema dos lixões se fazem necessárias diversas formas de atuação, tais como: redução do lixo orgânico gerado, aterros sanitários, compostagem, incineração e reciclagem.

No aterro sanitário o lixo é colocado dentro de valas forradas com lonas plásticas, compactado várias vezes e depois coberto com uma camada de 15 a 30 centímetros de terra, evitando que atraia moscas, ratos e urubus. Os gases e o chorume resultantes da decomposição do lixo são coletados e tratados para não causar mau cheiro e contaminação dos lençóis freáticos. Contudo, grande parte das cidades brasileiras lançam seu lixo diretamente sobre o solo sem tratamento, nos chamados lixões, causando a poluição do ambiente e a proliferação de ratos, moscas, baratas, que podem causar sérias doenças. A reciclagem trata o lixo como matéria-prima a ser reaproveitada para fazer novos produtos e traz vários benefícios para a população: diminui a quantidade de lixo enviada aos aterros sanitários, diminui a extração de recursos naturais, diminui o consumo de energia, diminui a poluição, contribui para a limpeza da cidade, conscientiza os cidadãos a respeito do destino do lixo, gera mais empregos.

A coleta seletiva serve para organizar, de forma diferenciada, os resíduos sólidos que podem ser reciclados. Esta coleta pode ser feita por caminhões que passam, semanalmente, nas residências ou nos pontos de entrega voluntária, espalhados pela cidade. Nesses pontos existem coletores com diferentes divisões, ou tambores coloridos para cada tipo de material de embalagem. (ABRELPE, 2023). Os materiais coletados são levados para a Central de Triagem, sendo colocados em uma esteira rolante para serem separados por pessoas treinadas. Depois de separados os materiais são compactados, amarrados em fardos e vendidos para as fábricas de reciclagem.

Questões sobre o impacto de consumo, sobre a produção de lixo orgânico produzido diariamente são abordadas na websérie dialogam diretamente com Consumo e Produção Responsável, reforçando que não apenas os consumidores do Shopping são motivados ao consumo consciente, mas também os trabalhadores que ali exercem suas funções participam do processo de transformação desse resíduo, formando o que podemos chamar de ciclo virtuoso de atitudes responsáveis e cidadãos.

Mas, o que de fato define a sustentabilidade?

Um marco considerável sobre o desenvolvimento sustentável no Brasil foi a incorporação, na Constituição Brasileira de 1988, do artigo 225, cujo Capítulo VI - Do Meio Ambiente é a base jurídica que garante o direito de todos a um meio ambiente equilibrado. Ele estabelece: “art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia

qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1965).

Nesse contexto da lei, diversas frentes temáticas foram traçadas para preservação da fauna e flora, criando exigência de estudos de impacto ambiental, responsabilidade por danos ao meio ambiente, ampliando espaços preservados, entre outras ações.

A palavra lixo, de origem latina, significa “cinza” e designa todo e qualquer resíduo sólido resultante das atividades humanas. O dicionário, por sua vez, apresenta a definição de sujeira, imundície, coisa sem valor ou aquilo que não serve para nada (Rodrigues; Cavinatto, 2019). Entretanto, a concepção tradicional do termo é problematizada no episódio “Do Meu Lixo Cuido Eu”, que demonstra o processo de transformação do resíduo orgânico em adubo e, conseqüentemente, em hortas sustentáveis.

Lixo é todo e qualquer resíduo sólido resultante das atividades humanas. No Brasil o lixo é composto na sua maior parte (60%) por restos de alimentos, segundo ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil em 2022 (São Paulo, 2023). Esse desperdício poderia ser evitado com o uso de embalagens adequadas e melhor manuseio. As embalagens protegem os alimentos, remédios, eletrodomésticos e as mais variadas mercadorias, permitindo a venda desses produtos em qualquer lugar e época do ano.

Nesse contexto, observa-se um deslocamento semântico e social: aquilo que, à luz da definição clássica, era considerado inútil, revela-se, na prática, como recurso valioso. Desse modo, a web série evidencia um movimento dialógico de conscientização e transformação social, ao mostrar que o “lixo” não implica, necessariamente, inutilidade. A reciclagem traz uma mudança comportamental que parte do individual para a coletividade, apoiada pela empresa Botafogo Praia Shopping, ou seja, vários cidadãos são coletivamente mobilizados para a sustentabilidade.

Desse modo, é possível concluir que as pequenas ações implementadas neste shopping têm gerado mudanças efetivas, afinal a coletividade das ações dos consumidores é capaz de transformar questões ambientais, uma vez que pequenas mudanças refletem no todo, verificando-se essa rede de transformação a partir do adubo gerado para produção de hortaliças, a partir do lixo orgânico coletado no shopping. Nesse sentido, o recurso da comunicação em rede amplia o alcance da mensagem, promovendo a conscientização e incentivando a mudança de atitudes em relação as práticas básicas ao cuidado com o meio ambiente. Além disso, o contexto social abordado reforça a importância de práticas básicas de preservação ambiental em consonância com a lei, evidenciando o caráter persuasivo do discurso e seu potencial de mobilização coletiva. Como afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p.362): “O orador deve inspirar confiança; sem ela seu discurso não merece crédito”.

Para evidenciar todo esse contexto, analisamos parte da entrevista com Cecília Ligiéro Barroso, diretora de marketing do Praia Shopping, que compõe a websérie (no trecho de 1:26 a 2:47 min), em que, apresenta a Pedro e Tião, os entrevistadores, como é realizado processo de transformação do descarte de 2,35 toneladas de resíduos orgânicos produzidas diariamente dentro da praça de alimentação do Shopping. Segundo Cecília, 45% do lixo orgânico já é reciclado dentro shopping, mas meta é chegar a 100%. Segue a transcrição desse trecho:

A gente não encontrou solução, então a gente entende também esse papel muito grande de mobilizar a sociedade. Tornar os centros de consumo locais de convivência sustentável é uma tendência mundial. Dar conta de todo o material de consumo que circula no shopping, separá-lo e reciclá-lo 100%, é um desafio que a direção quer buscar no médio prazo. Mas o nosso desejo, a nossa meta, é conseguir reciclar sempre que possível.

Será esse o impacto que a gente gera: uma geração de escolhas. Eu acho que é uma questão básica de sobrevivência dos negócios. A empresa que não tiver preocupada com isso tem que começar a pensar se vai estar viva, se vai ser querida pelo consumidor. Eu acho que naturalmente ela vai ter que se preocupar. E aí, como você falou, existe também uma preocupação com a imagem.

É também ganho de imagem, é um ganho, uma consequência natural, mas sobretudo é uma obrigação: a gente se preocupar com isso e transformar o impacto que a gente causa em um impacto positivo (Youtube, 2023, 1:26 -2:47)

Nota-se, durante o discurso de Cecília, sua autoridade sobre os conceitos ambientais. A condição de diretora de marketing também sustenta a credibilidade em sua fala, transmitindo confiança ao público. Afinal, como afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 348):

O argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado é o argumento de autoridade, o qual utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese.

Nesta etapa a credibilidade institucional da diretora destaca a força persuasiva do seu posicionamento com predominância de recursos retóricos para evidenciar a urgência da sustentabilidade, não apenas no contexto do Shopping, mais também abrange a urgência de mobilização global em torno dessa temática, pensando nas questões climáticas vivenciadas por todos, nos dias atuais. Nesse sentido, o discurso é interpretado à luz das provas retóricas clássicas - *ethos*, *pathos* e *logos*-, com ênfase inicial no *ethos*, legitimado pela credibilidade do orador e por sua capacidade de persuasão evidenciada nessa primeira etapa. “O argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado é o argumento de autoridade, o qual utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou um grupo de pessoas como meio de provar a favor de uma tese. (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 348).

Em seguida é apresentada ao público a imagem da horta orgânica suspensa, cuidada por Francisco Barreto, que explica o processo de cultivo e reaproveitamento dos insumos orgânicos que provêm da praça de alimentação. Pedro e Tião se referem a essa cobertura do Shopping como “onda verde”. Espaço este, onde em caixas, as hortas produzem diversas hortaliças que são dadas aos lojistas e funcionários do próprio local. Esse projeto da horta orgânica suspensa ultrapassa a dimensão estética e ambiental, pois revela um compromisso social e educativo. Ao transformar resíduos orgânicos da praça de alimentação em insumos produtivos, o shopping assume um papel de protagonista na economia circular, dando destino nobre ao que antes seria descartado como lixo.

Além disso, a doação das hortaliças aos lojistas e funcionários reforça a ideia de pertencimento e responsabilidade coletiva, mostrando que sustentabilidade não é apenas discurso, mas prática concreta que gera benefícios para toda a comunidade.

A chamada “onda verde” ganha, assim, um:

Figura 2 –Horta no terraço do shopping



Fonte: Youtube (2023).

O sentido simbólico de renovação e transformação: um movimento que inspira outros centros de consumo a repensarem suas práticas e a compreenderem que cuidar do meio ambiente também é cuidar das pessoas.

Ora, vista deslumbrante da cobertura do shopping, vamos presenteados com essa horta orgânica, uma horta suspensa produzida com os resíduos orgânicos da praça de alimentação aqui do próprio shopping. Essa é mais uma das experiências das redes do shopping nessa direção, uma grande iniciativa que vem se multiplicando, uma grande onda verde (Youtube, 2023, 2:48-3:13).

As afirmações de Barreto são fundamentadas com apresentação de dados concretos e processos de resultados verificáveis. Nesse ponto, enfatiza como o lixo orgânico deixa de ser um problema e passa a ser uma alternativa de sustentabilidade, afinal esse resíduo é utilizado na

compostagem da horta. Essa prova lógica, ou seja, *logos*, apresenta resultados concretos, tangíveis, que levam o público à confirmação desses argumentos.

A concretização desses recursos materializa-se na solução de um problema real: a grande quantidade de resíduos orgânicos produzidos na praça de alimentação do Shopping. O processo de separação, transformação em insumo orgânico e reaproveitamento na adubação das hortas constitui uma sequência racional e verificável de ações, que exemplifica de forma clara o princípio do *logos*. Esse sentido, é defendido por Perelman:

A lógica teve um brilhante desenvolvimento durante os cem últimos anos, quando, deixando de repisar velhas fórmulas, propôs-se analisar os meios de prova efetivamente utilizados pelos matemáticos. Os lógicos devem completar a teoria da demonstração assim obtida com uma teoria da argumentação. (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 11).

Quando Francisco explica aos entrevistadores sobre a produção dessa compostagem, ou seja, mostra tecnicamente o que chama de mini usina, onde acontece a separação do lixo reciclável e do lixo orgânico, a fermentação de adubo e todo o processo de produção da compostagem, é notável o apelo emocional, o *pathos*. Toda argumentação visa à adesão dos espíritos; e, por isso mesmo, pressupõe o contato intelectual e afetivo entre orador e auditório. A comunhão de emoções e valores é o que torna possível a eficácia da persuasão” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 16), manifestado principalmente quando ele ressalta o impacto positivo dessa prática e também quando cita como os lojistas ficam surpresos como se observa na transcrição (3:19 – 3:50):

Como é chegar para os lojistas e dizer: aqui está algo que antes era considerado lixo, mas que se transformou em um novo produto? Alguns não acreditavam no começo. Então, no dia da colheita, eu monto o carrinho, pego o alface e passo em cada loja como forma de gratidão, mostrando que aquele lixo que não era lixo se transformou em um ciclo de reaproveitamento. Os lojistas ficam surpresos e impactados, muitos dizem: “Caramba, isso saiu da minha própria loja! (Youtube, 2023, 3:19-3:50).

Esse reconhecimento gera gratidão pela contribuição ao meio ambiente e ao mesmo tempo por receberem os produtos orgânicos que advém daquele lixo orgânico fornecido por eles mesmos. Esse apelo emocional causa no público uma comoção. Tal estratégia interpela diretamente o espectador a refletir sobre o impacto de suas escolhas cotidianas.

No entanto, essa narrativa visual da formação desse adubo orgânico dentro do Shopping, a horta crescendo, multiplicando-se e tornando-se produtiva, além das reflexões sobre o consumo, o descarte adequado e a responsabilidade social, tornando concreta a relação entre mobilização e ação. Nesse caso, o apelo emocional mobiliza o público a perceber a urgência de mudar hábitos de consumo, conectando a prática local da horta orgânica a uma responsabilidade ambiental ainda maior. “Fazer parte de um mesmo meio, conviver, manter relações sociais, tudo isso facilita a realização das condições prévias para o contato dos espíritos. [...] por contribuírem para o bom funcionamento de um mecanismo social indispensável.” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 19). Esse trecho reforça a importância da comunicação eficaz, do convívio social e da escuta ativa como pré-condições para o entendimento mútuo e a mobilização coletiva. Reforça que argumentação só é efetiva quando há abertura para o diálogo, reconhecimento mútuo e disposição para compreender o outro.

Sendo assim, conclui-se que o discurso ambiental da websérie “Do Meu Lixo Cuido Eu” traz uma abordagem retórica, à luz de conceitos aristotélicos, abrangendo de maneira coesa as três perspectivas: o *ethos*, o *pathos* e o *logos*. O *ethos* de Cecília Ligiéro Barroso, ao se amparar em sua credibilidade como diretora de marketing, pauta sua autoridade e dá legitimidade ao tema da sustentabilidade; o *logos* de Francisco Barreto, ao detalhar o processo de transformação dos resíduos orgânicos em compostagem para a horta do Shopping, oferece dados concretos e um raciocínio estruturado que confirma a concretização da prática; e o *pathos*, estimulado pela forma como Barreto enfatiza os impactos positivos da compostagem para o meio ambiente e para a sociedade, desperta empatia, senso de responsabilidade e mobilização no público.

Assim, o conjunto desses conceitos retóricos constrói um discurso argumentativo e persuasivo que não apenas orienta, mas sensibiliza e mobiliza, reforçando a urgência da sustentabilidade, tanto no contexto local quanto em uma perspectiva global, afinal segundo Rodrigues e Cavinatto (2019, p. 12) uma comparação feita entre diversos países do mundo indica que o lixo domiciliar brasileiro possui uma das taxas mais elevadas de detritos orgânicos em sua composição, enquanto nas regiões desenvolvidas predominam papel, papelão e embalagens plásticas. Esses dados revelam, então, que nossa população tem menor poder aquisitivo – já que consome materiais descartáveis em pequena proporção – e também desperdiça muitos alimentos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização desta pesquisa foi adotada uma abordagem qualitativa e analítico-descritiva, embasada nos conceitos da retórica aristotélica. O objetivo foi refletir como os recursos visuais e discursivos da produção da websérie se configuram como elementos de conformação do *ethos*, do *pathos* e do *logos*, construindo um discurso persuasivo em torno do consumo consciente, do reaproveitamento e da redução de resíduos, evidenciando como ações simples no cotidiano, podem impactar positivamente na preservação do meio ambiente.

Inicialmente, realizou-se a seleção de vídeos da websérie “Do meu lixo cuido eu”. Entre os episódios disponibilizados no *YouTube*, foi feita a escolha do episódio que aborda o consumo e descarte dos resíduos no Shopping Botafogo, no Rio de Janeiro, considerado representativo por apresentar práticas de coleta, ações de descarte, reciclagem e reaproveitamento de resíduos sólidos no centro urbano.

Na etapa seguinte, procedeu-se à análise retórica dos recursos visuais da produção, fazendo um exame sobre as cores, as formas, os símbolos, os planos de fundo e os elementos gráficos, visando identificar a sua função persuasiva no campo da sustentabilidade.

Na etapa posterior, foi realizada a análise textual e discursiva sobre a educação ambiental, a conceitualização do termo “lixo” e como se estabelece a retórica persuasiva no discurso selecionado. A identificação e transcrição de trechos relevantes do vídeo, permitiram reconhecer os slogans, as falas e os aspectos linguísticos que reforçam o apelo argumentativo da campanha. Este processo, foi complementado com referenciais teóricos advindos dos estudos retóricos de Reboul (2004) e Meyer (2007), com o intuito de elucidar como tais elementos argumentativos estão presentes na produção audiovisual.

De forma paralela, debateu-se a concepção de lixo em sua perspectiva histórica e social, com o intuito de discutir a mudança de sentido do termo. Seja pela perspectiva dos estudos bibliográficos ou pelos documentos oficiais, identifica-se que o que anteriormente era considerado inútil e sem valor, passou a ser compreendido como um recurso reaproveitável de valor, inserido na lógica da economia circular, a qual transforma boas práticas de cunho individual em resultados concretos, que impactam no bem-estar coletivo, contribuindo para a preservação do meio ambiente e para a construção de um futuro melhor.

Ao final, a metodologia adotada permitiu-nos estabelecer conexões entre o material produzido na websérie e as concepções da retórica persuasiva, na elaboração de uma análise que evidencia os mecanismos argumentativos e os efeitos da persuasão produzidos pelo vídeo, ressaltando seu potencial de sensibilização e mobilização social de forma responsável em torno da sustentabilidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise retórica da websérie “Do Meu Lixo Cuido Eu” evidencia como recursos visuais, textuais e simbólicos articulam-se para construir um discurso persuasivo em torno da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental. Os resultados mostram que a produção mobiliza as provas artísticas clássicas de Aristóteles — *ethos*, *pathos* e *logos* — de maneira coordenada, ampliando o potencial de sensibilização e mobilização do público.

O *ethos* manifesta-se principalmente na credibilidade dos protagonistas da websérie. Cecília Ligiéro Barroso, diretora de marketing do Botafogo Praia Shopping, reforça a autoridade institucional, transmitindo confiança quanto às práticas de reciclagem e gestão de resíduos do centro comercial. O discurso de Barroso legitima a importância de transformar resíduos orgânicos em adubo para hortas comunitárias, evidenciando que a responsabilidade ambiental não é apenas uma obrigação legal, mas também estratégica para a imagem e a operação do empreendimento. Nesse sentido, a credibilidade pessoal e institucional cria uma base sólida para que o público aceite e reconheça a relevância das ações apresentadas.

O *logos* está presente na apresentação de dados e processos verificáveis que demonstram os resultados das práticas sustentáveis adotadas no shopping. A explicação detalhada de Francisco Barreto sobre a compostagem dos resíduos orgânicos e a produção de hortaliças exemplifica um raciocínio lógico que conecta causa e efeito: a coleta seletiva, a transformação do lixo em adubo e o reaproveitamento em hortas resultam em benefícios concretos para a comunidade. Essa sequência de ações demonstra que a sustentabilidade é alcançável por meio de práticas simples, mas bem estruturadas, reforçando a eficácia do argumento racional da campanha.

O *pathos* emerge das representações visuais e da narrativa afetiva presente no vídeo. O uso

da cor verde, o círculo em movimento e as mãos que sustentam o ciclo da compostagem evocam sentimentos de pertencimento, cuidado coletivo e responsabilidade compartilhada. A emoção é intensificada quando os lojistas reconhecem a transformação do lixo em produtos úteis, gerando surpresa, gratidão e empatia no público. Essa mobilização afetiva estimula a adesão às práticas sustentáveis e reforça a dimensão ética do comportamento ambiental, alinhando emoção e ação em uma estratégia persuasiva consistente.

Além disso, os resultados indicam que a websérie articula de maneira eficaz a Educação Ambiental não formal, ao conectar o consumo responsável e a gestão de resíduos a valores sociais, culturais e legais. A transformação do conceito de lixo, antes visto como inútil, em recurso valioso para produção de hortaliças, exemplifica a construção de sentido dialógico que promove mudanças de comportamento individuais e coletivas. Essa abordagem reforça a ideia de que a comunicação visual e textual não apenas informa, mas transforma percepções e incentiva práticas sustentáveis, ampliando o alcance da Educação Ambiental para além do ambiente escolar.

Em síntese, a análise revela que a websérie cumpre seu papel persuasivo por meio da integração de elementos retóricos clássicos com estratégias visuais e narrativas contextualizadas. Os achados destacam que pequenas ações, quando articuladas e comunicadas de forma persuasiva, podem gerar impactos significativos na conscientização ambiental, consolidando o vídeo como um instrumento eficiente de sensibilização social e de promoção de práticas sustentáveis em espaços urbanos de consumo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da websérie “Do Meu Lixo Cuido Eu” evidencia a articulação estratégica de recursos retóricos clássicos — *ethos*, *pathos* e *logos* — na construção de um discurso audiovisual persuasivo voltado à Educação Ambiental não formal. O *ethos*, alicerçado na credibilidade institucional e pessoal dos protagonistas, legitima a mensagem; o *logos*, evidenciado pela apresentação de dados concretos e processos verificáveis de reciclagem e compostagem, sustenta a argumentação racional; e o *pathos*, mobilizando afetos e valores socioambientais, estimula a reflexão crítica e a adesão a práticas sustentáveis.

A campanha demonstra que a eficácia do discurso ambiental depende não apenas da transmissão de informações, mas da capacidade de integrar dimensões visuais, textuais e simbólicas que ressignifiquem o conceito de “lixo” e promovam a corresponsabilidade entre indivíduos e instituições. Nesse sentido, a websérie configura-se como instrumento de sensibilização e mobilização social, reforçando a relevância da retórica como ferramenta de comunicação ambiental contemporânea. Portanto, este estudo contribui para a compreensão do potencial dos discursos audiovisuais multimodais em fomentar consciência ambiental, evidenciando que práticas de consumo responsável e gestão de resíduos podem ser promovidas de maneira persuasiva e efetiva quando ancoradas em princípios retóricos, ampliando a atuação da Educação Ambiental para além do espaço formal e escolar.

REFERÊNCIAS

ABRELPE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2022**. São Paulo, 2023.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

MATEUS, Samuel. **Introdução à retórica no século XXI**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, LabCom.IFP, 2018.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RODRIGUES, Francisco Luiz; CAVINATTO, Vilma Maria. **Lixo: de onde vem? para onde vai?** São Paulo: Moderna, 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006**. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 17 mar. 2006.

SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Caderno de educação ambiental: resíduos sólidos**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2014.

SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Gestão ambiental**. Roberta Buendia Sabbagh (org.). São Paulo: SMA, 2011. (Cadernos de Educação Ambiental, 16).

SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Unidades de conservação da natureza**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2011. (Cadernos de Educação Ambiental, 3).

SINDILOJAS RIO. **História do comércio – da Sears ao Botafogo Praia Shopping: a transformação de um ícone do varejo**. SindilojasRio, 4 jun. 2025. Disponível em: <https://www.sindilojas.rio/2025/06/04/historia-do-comercio-da-sears-ao-botafogo-praia-shopping-a-transformacao-de-um-icone-do-varejo/>. Acesso em: 10 set. 2025.

YOUTUBE. **Do meu lixo cuido eu – consumo e descarte dentro do shopping**. YouTube, 17 ago. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ImbBPArS460>. Acesso em: 10 set. 2025.

**ENVELHECIMENTO E DEFICIÊNCIA COMO DESAFIOS INTERSECCIONAIS NA REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES**

Aging and Disability as intersectional challenges in reducing inequalities

Área temática: 10. Redução de desigualdades

COSTA, Denise Gisele Silva Costa
Federação das APAEs do Estado de São Paulo/ FATEC-Franca
Assistente Social, mestre e doutora em Serviço Social pela UNESP-Franca
denisermjc@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa os desafios e as perspectivas do processo de envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual (DI) e Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como de seus cuidadores, no contexto brasileiro. O estudo tem como objetivo refletir sobre as interseções entre envelhecimento, deficiência e cuidado, destacando as vivências e desigualdades enfrentadas por essa população. Fundamenta-se no Estatuto da Pessoa com Deficiência, no Estatuto da Pessoa Idosa e na Política Nacional de Cuidados, articulando tais instrumentos à Meta 10.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10, que propõe garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados por meio da eliminação de práticas discriminatórias e da promoção de políticas inclusivas. A metodologia adotada é qualitativa e de caráter exploratório, baseada em revisão bibliográfica e análise documental da legislação brasileira. Conclui-se que, apesar dos avanços normativos, as pessoas com deficiência intelectual e autismo que envelhecem vivenciam uma “dupla vulnerabilidade”, marcada por desigualdades estruturais e pela insuficiência das políticas públicas em atender suas especificidades. Nesse cenário, a efetiva implementação da Política Nacional de Cuidados configura-se como um instrumento essencial para a promoção da equidade, da dignidade e da qualidade de vida, em consonância com os princípios da Agenda 2030 e a realização dos direitos humanos.

Palavras-chave: Envelhecimento; Deficiência Intelectual e autismo; Redução de desigualdades.

Abstract

This article analyzes the challenges and perspectives of the aging process for people with intellectual disabilities (ID) and Autism Spectrum Disorder (ASD), as well as their caregivers, in the Brazilian context. The study aims to reflect on the intersections between aging, disability, and care, highlighting the experiences and inequalities faced by this population. It is based on the Statute of Persons with Disabilities, the Statute of the Elderly, and the National Care Policy, linking these instruments to Target 10.3 of Sustainable Development Goals (SDG) 10, which proposes ensuring equal opportunities and reducing inequalities in outcomes by eliminating discriminatory practices and promoting inclusive policies. The methodology adopted is qualitative and exploratory, based on a literature review and documentary analysis of Brazilian legislation. The conclusion is that, despite regulatory advances, aging individuals with intellectual disabilities and autism experience a "double vulnerability," marked by structural inequalities and the inadequacy of public policies in addressing their specific needs. In this context, the effective implementation of the National Care Policy is an essential instrument for promoting equity, dignity, and quality of life, in line with the principles of the 2030 Agenda and the realization of human rights.

Keywords: Aging; Intellectual Disability and autism; Reduction of inequalities.

Introdução

O aumento da expectativa de vida constitui uma conquista global, resultante dos avanços científicos, do fortalecimento das políticas públicas de saúde, da ampliação do acesso ao saneamento básico, à alimentação adequada e à melhoria das condições gerais de vida. Esse fenômeno também alcança as pessoas com DI e com TEA, que, graças à ampliação dos cuidados em saúde, ao suporte familiar e às políticas de inclusão, estão vivendo mais e experimentando os processos do envelhecimento — muitas vezes de forma precoce e com especificidades próprias.

Contudo, o envelhecimento dessa população evidencia uma lacuna significativa nas políticas de cuidado e proteção social. A pessoa com DI ou TEA idosa ocupa uma posição interseccional entre dois grupos historicamente vulnerabilizados — o das pessoas com deficiência e o das pessoas idosas —, o que resulta em uma “dupla vulnerabilidade” e em desigualdades persistentes no acesso a direitos e serviços. Suas demandas singulares frequentemente não são contempladas de modo adequado, seja pelas políticas voltadas à deficiência, seja pelas políticas destinadas à população idosa, que tendem a priorizar as condições adquiridas na velhice, negligenciando as trajetórias de deficiência ao longo da vida.

Refletir sobre o envelhecimento e a velhice das pessoas com deficiência intelectual e autismo, portanto, é um imperativo ético e político à luz da Meta 10.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 10), que propõe garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados por meio da eliminação de práticas discriminatórias e da promoção de políticas inclusivas. Reconhecer a velhice como um direito também dessa população implica ampliar o debate sobre suas condições de vida, acesso à educação, ao trabalho, à rede de apoio e à participação social, promovendo um envelhecimento digno, com equidade e justiça social.

Existem diversas bases teóricas e conceituais para se definir o envelhecimento, já que este é um processo complexo, multidimensional e dinâmico, e elas, associadas ao conceito de envelhecimento e velhice e a conotações políticas, ideológicas, sociais e culturais, vão dar os contornos do modo de ver e vivenciar o envelhecer em uma sociedade (HAYAR, 2015).

Apesar de avanços legais e normativos contundentes como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Pessoa Idosa e da recente Política Nacional de Cuidados, verifica-se que a letra da lei nem sempre é efetivada na realidade vivenciada.

Referencial teórico

A velhice constitui um fenômeno múltiplo e dinâmico, atravessado por dimensões cronológicas, biológicas, psicológicas, culturais, econômicas e sociais, o que a torna um processo heterogêneo, relacional e socialmente construído. Longe de se apresentar como uma experiência uniforme, o envelhecimento reflete as trajetórias individuais e coletivas de vida, marcadas por contextos históricos, condições materiais, relações de gênero, classe, raça e deficiência. Nesse sentido, a velhice deve ser compreendida como o resultado de um percurso socialmente situado, e não como uma etapa natural e homogênea da existência.

Conforme Beauvoir (1990, p. 15), a velhice possui uma dimensão existencial, na medida em que transforma a relação do sujeito com o tempo, o mundo e sua própria história. Todavia, essa vivência não ocorre em um “estado natural”: assim como em todas as fases da vida, as condições da velhice são mediadas pelas determinações sociais e pelas formas de organização da sociedade. Essa mediação é ainda mais complexa quando se trata de pessoas com DI e com TEA, cujo processo de envelhecimento é atravessado por múltiplas desigualdades — de acesso, reconhecimento e cuidado — que revelam a persistência de barreiras estruturais.

À luz da Meta 10.3 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 – Redução das Desigualdades, que propõe garantir a igualdade de oportunidades e eliminar práticas discriminatórias, torna-se imprescindível reconhecer que o envelhecimento de pessoas com deficiência e autismo requer ações políticas integradas e inclusivas, capazes de enfrentar as desigualdades cumulativas ao longo da vida. A compreensão da velhice nessa perspectiva amplia o debate sobre justiça social e equidade, evidenciando a necessidade de políticas públicas que assegurem direitos, autonomia e dignidade, promovendo um envelhecimento livre de exclusões e alinhado aos princípios da Agenda 2030.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015), a velhice é cronologicamente definida, nos países em desenvolvimento, a partir dos 60 anos de idade. Contudo, esse marco temporal

não esgota a complexidade do fenômeno, que é essencialmente multidimensional e envolve a interação entre aspectos biológicos, psicológicos, econômicos, sociais e culturais. No plano biológico, o envelhecimento está associado ao acúmulo de danos moleculares e celulares que afetam gradualmente as reservas fisiológicas dos indivíduos; entretanto, tais transformações não são lineares nem uniformes, variando de acordo com fatores genéticos, ambientais e sociais. Estudos indicam que esse processo se inicia ainda por volta dos 30 anos de idade, quando o organismo começa a apresentar uma perda gradual de sua capacidade funcional (OMS, 2015, p. 10).

Mais do que uma condição biológica, o envelhecimento e a velhice devem ser compreendidos como construções sociais, historicamente determinadas e desigualmente experienciadas. O envelhecimento representa um processo contínuo, enquanto a velhice constitui uma fase singular da vida, marcada pelas condições objetivas e subjetivas acumuladas ao longo do tempo. Ao reconhecermos sua natureza heterogênea, compreendemos que a velhice é resultado de um conjunto de determinantes sociais — como classe, gênero, raça, território e deficiência — que configuram diferentes modos de envelhecer.

Sob essa perspectiva, reforça-se a compreensão de que envelhecer, em sociedades marcadas por desigualdades estruturais, não é uma experiência homogênea. As condições de vida determinam não apenas a longevidade, mas também a qualidade e a dignidade do envelhecer. Assim, compreender a velhice como um produto social implica reconhecer que ela é moldada por valores e representações atribuídos pela sociedade — ora positivos, ora negativos —, frequentemente atravessados por estigmas e exclusões. Inserir o debate sobre envelhecimento na agenda da redução das desigualdades significa, portanto, afirmar o direito de todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e autismo, a um envelhecimento pleno, equitativo e socialmente valorizado, em consonância com os princípios da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com dados do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observa-se um expressivo processo de envelhecimento populacional no Brasil. O número de pessoas com 65 anos ou mais apresentou um crescimento de 57,4% em um período de doze anos, evidenciando uma transformação significativa na estrutura etária do país. A população idosa, considerada a partir dos 60 anos de idade, alcançou o patamar de 32,1 milhões de pessoas, correspondendo a 15,8% da população brasileira — um aumento de 56% em relação a 2010, quando o contingente era de 20,5 milhões (10,8%) (IBGE, 2022).

No que se refere à deficiência, os dados do mesmo censo indicam que 7,3% da população brasileira declara possuir algum tipo de deficiência, o que representa aproximadamente 14,4 milhões de pessoas. Esses números revelam a magnitude e a diversidade da população que vivencia, de forma interseccional, os processos de envelhecimento e deficiência, o que impõe desafios relevantes às políticas públicas e à promoção da equidade social.

Já os dados relacionados ao Transtorno do Espectro Autista, segundo o Censo Demográfico de 2022, conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que aproximadamente 2,4 milhões de pessoas no Brasil tenham recebido diagnóstico de Transtorno do TEA, o que corresponde a 1,2% da população nacional.

Refletir sobre a velhice de pessoas com DI e com TEA exige reconhecer as múltiplas e persistentes barreiras que atravessam suas trajetórias de vida em uma sociedade ainda marcada pelo capacitismo — sistema de crenças e práticas que valoriza corpos e subjetividades considerados “normais”, ao mesmo tempo em que desqualifica e exclui aqueles que se afastam desse padrão. Em contextos sociais capacitistas e incapacitantes, a deficiência deixa de ser compreendida como uma característica humana e passa a ser tratada como um marcador determinante de exclusão, segregação e desigualdade.

De forma análoga a outros sistemas de opressão, como o racismo e o sexismo, o capacitismo constitui uma categoria analítica que expressa os mecanismos de discriminação e hierarquização social direcionados às pessoas com deficiência. Tal fenômeno é estrutural e interseccional, atravessando as dimensões econômica, cultural e política das relações sociais. Conforme aponta o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2023), o capacitismo é indissociável da lógica do sistema capitalista, cuja racionalidade se sustenta na valorização da produtividade, da eficiência e da padronização dos corpos, naturalizando desigualdades e marginalizando aqueles que não se adequam ao ideal de funcionalidade e desempenho.

Nessa perspectiva, as práticas e discursos que reforçam a idealização do corpo produtivo, autônomo e esteticamente aceito perpetuam a exclusão de pessoas com deficiência e, em especial, daquelas que vivenciam o envelhecimento em meio a contextos de vulnerabilidade. Assim, a superação do capacitismo e o enfrentamento das desigualdades associadas à deficiência e à velhice demandam

ações públicas inclusivas, interseccionais e emancipadoras, orientadas pelos princípios da justiça social, equidade e direitos humanos, em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O enfrentamento do capacitismo pressupõe a superação da concepção da deficiência como sinônimo de incapacidade, sobretudo em uma sociedade na qual o valor das pessoas se dá a partir de sua inserção em processos de produção e reprodução de relações sociais (CFESS manifesta, 2024, p.1)

Faz-se necessário discorrer sobre o conceito de deficiência a partir da Lei Brasileira de Inclusão:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Em relação ao autismo, segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5 (referência mundial de critérios para diagnósticos), as pessoas dentro do espectro podem apresentar déficit na comunicação social ou interação social (como nas linguagens verbal ou não verbal e na reciprocidade socioemocional) e padrões restritos e repetitivos de comportamento, como movimentos contínuos, interesses fixos e hipo ou hipersensibilidade a estímulos sensoriais. Todos os pacientes com autismo partilham estas dificuldades, mas cada um deles será afetado em intensidades diferentes, resultando em situações bem particulares.

De acordo com Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista- Lei 12.764/2012:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

O processo de envelhecimento de pessoas com DI e TEA apresenta características singulares, que o distinguem do envelhecimento típico da população geral. Estudos indicam que esse processo é frequentemente marcado por envelhecimento precoce, no qual alterações funcionais, cognitivas e de saúde, usualmente observadas na terceira idade, manifestam-se com antecedência de 10 a 20 anos em relação à média populacional (Bersusa, 2020). Entre as comorbidades físicas mais recorrentes, destacam-se as doenças cardiovasculares, a osteoporose e a epilepsia, condições que demandam acompanhamento especializado e contínuo.

No caso de pessoas com TEA — especialmente aquelas que apresentam deficiência intelectual associada —, observa-se um declínio mais rápido nas habilidades adaptativas e um aumento de comportamentos desafiadores com o avançar da idade. Já entre indivíduos com deficiência intelectual, o risco de desenvolvimento de demências, em particular da Doença de Alzheimer, é significativamente mais elevado, sobretudo entre pessoas com Síndrome de Down (Bersusa, 2020). Essas especificidades revelam que o envelhecimento, quando associado à deficiência, não pode ser compreendido apenas sob uma perspectiva biológica, mas deve ser analisado como um processo socialmente determinado e atravessado por desigualdades estruturais.

A atenção à saúde de pessoas idosas com deficiência intelectual exige, portanto, uma abordagem ampliada, integrada e intersetorial, que ultrapasse os limites do modelo biomédico tradicional. Essa abordagem deve contemplar a articulação entre saúde, assistência social, educação e políticas de cuidado, assegurando acompanhamento contínuo e coordenado, capaz de responder às múltiplas demandas decorrentes tanto das especificidades da deficiência quanto das transformações fisiológicas e psicossociais inerentes ao envelhecer (OMS, 2015).

Assim, torna-se fundamental reconhecer e enfrentar as barreiras que comprometem o acesso equitativo a serviços de saúde, reabilitação e cuidado especializado. Promover o envelhecimento digno de pessoas com DI e TEA implica, portanto, a efetivação de políticas públicas inclusivas e integradas, orientadas pelos princípios da equidade, justiça social e direitos humanos, em consonância com os compromissos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O contexto social acrescenta uma camada adicional de complexidade ao processo de envelhecimento dessas pessoas especialmente quando se considera a forte dependência em relação aos cuidadores familiares, que também estão envelhecendo. A chamada “angústia do cuidador idoso” constitui uma realidade concreta e crescente: pais octogenários cuidando de filhos sexagenários com deficiência, em uma dinâmica permeada pela exaustão física e emocional, pela sobrecarga cotidiana e pela incerteza quanto ao futuro — o recorrente questionamento do “e depois de mim?”.

Nesse cenário, ganha relevância o fenômeno denominado “duplicidade de velhices”, caracterizado pela concomitância do envelhecimento das pessoas com deficiência intelectual e/ou autismo e de seus cuidadores familiares. Essa configuração impõe desafios específicos à dinâmica do cuidado, uma vez que, com frequência, as demandas dos filhos acabam sendo priorizadas em detrimento da atenção à saúde física e mental dos cuidadores idosos. Essa sobreposição de vulnerabilidades amplia o risco de adoecimento e a precarização das condições de vida de ambos os sujeitos envolvidos (Fernandes et al., 2021).

Tais realidades evidenciam a necessidade de estratégias de atenção integradas e intersetoriais, capazes de responder à complexidade das demandas dessa população. A efetivação de seus direitos requer a articulação entre políticas de saúde, assistência social e cuidado, assegurando não apenas o acesso aos serviços, mas também a proteção social e a promoção da qualidade de vida, autonomia e inclusão social (Gimenes e Silva, 2023).

A construção de uma rede de apoio qualificada e humanizada depende, portanto, da articulação intersetorial entre os sistemas públicos de saúde, assistência social e educação, bem como da participação ativa de familiares, cuidadores e comunidades locais. Essa cooperação é fundamental para o desenvolvimento de planos de cuidado centrados na pessoa, que respeitem seus direitos, preferências e necessidades, assegurando suporte contínuo e adequado ao longo de todo o ciclo de vida (Benevides et al., 2022).

Assim, é importante reconhecer o envelhecimento das pessoas com deficiência e de seus cuidadores como uma questão de justiça social e equidade. A superação das barreiras que limitam o acesso a cuidados adequados e à proteção social demanda políticas públicas inclusivas, redistributivas e intersetoriais, comprometidas com a redução das desigualdades estruturais e com a promoção de um envelhecimento digno, participativo e com direitos assegurados, em consonância com os princípios da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Procedimentos metodológicos

O presente estudo adota uma metodologia qualitativa de caráter exploratório, adequada à análise de fenômenos complexos e multidimensionais, como o envelhecimento de pessoas com DI e TEA e as dinâmicas de cuidado associadas. A abordagem qualitativa permite compreender processos sociais e contextos institucionais, oferecendo subsídios para a reflexão crítica sobre desigualdades estruturais, políticas públicas e práticas de cuidado.

A pesquisa foi conduzida a partir de revisão bibliográfica e análise documental, com ênfase na legislação brasileira vigente, incluindo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto do Idoso e a Política Nacional de Cuidados. A revisão bibliográfica contemplou produção científica sobre envelhecimento, DI, TEA e cuidado familiar, permitindo identificar lacunas, desafios e perspectivas de políticas públicas.

A análise documental foi utilizada para examinar a efetividade normativa e a articulação intersetorial das políticas públicas, confrontando o previsto na legislação com a realidade social vivenciada por pessoas com deficiência e seus cuidadores, subsidiando reflexões sobre a promoção da equidade e a redução das desigualdades, em consonância com a meta 10 dos ODS.

Discussão

Ao discutir a questão da deficiência e da velhice verifica-se que o cuidado constitui um elemento central na estruturação da vida humana e nas relações de sociabilidade. O ser humano depende de cuidados ao longo de toda a existência, tornando essencial a reflexão sobre suas dimensões, especialmente em um contexto histórico marcado por profundas transformações demográficas e alterações significativas na pirâmide etária da população. Nesse sentido, a Política Nacional de Cuidados reconhece a importância de organizar ações e estratégias que assegurem atenção contínua, qualificada e equitativa, respondendo às demandas decorrentes tanto das necessidades individuais quanto das desigualdades estruturais presentes na sociedade.

Os cuidados são compreendidos como as atividades realizadas para o sustento da vida e para o bem-estar das pessoas, apresentem elas algum grau de dependência ou não. São um direito e uma necessidade inerente à vida humana. Todas as pessoas demandam e ofertam cuidados ao longo de sua vida, uma vez que estes incluem as tarefas cotidianas como preparo de alimento, manutenção da limpeza e organização dos domicílios, bem como o cuidado direto a pessoas com algum grau de dependência, como, por exemplo, no auxílio com a alimentação ou com a higiene pessoal. Trata-se, assim, de um bem público essencial para o funcionamento da sociedade, das famílias, das empresas e das economias e, portanto, vital para a sustentabilidade da vida humana. (Brasil, 2024)

O cuidado deve ser entendido como um direito e ao mesmo tempo é uma necessidade de todas as pessoas, neste sentido foi criada a Política Nacional de Cuidados com os seguintes objetivos:

Art. 4º São objetivos da Política Nacional de Cuidados – Lei nº 15.069/2024

- I - garantir o direito ao cuidado, de forma gradual e progressiva, sob a perspectiva integral e integrada de políticas públicas que reconheçam a interdependência da relação entre quem cuida e quem é cuidado;
- II - promover políticas públicas que garantam o acesso ao cuidado com qualidade para quem cuida e para quem é cuidado;
- III - promover a implementação de ações pelo setor público que possibilitem a compatibilização entre o trabalho remunerado, as necessidades de cuidado e as responsabilidades familiares relacionadas ao cuidado;
- IV - incentivar a implementação de ações do setor privado e da sociedade civil, de forma a possibilitar a compatibilização entre o trabalho remunerado, as necessidades de cuidado e as responsabilidades familiares de cuidado;
- V - promover o trabalho decente para as trabalhadoras e os trabalhadores remunerados do cuidado, de maneira a enfrentar a precarização e a exploração do trabalho;
- VI - promover o reconhecimento, a redução e a redistribuição do trabalho não remunerado do cuidado, realizado primordialmente pelas mulheres;
- VII - promover o enfrentamento das múltiplas desigualdades estruturais no acesso ao direito ao cuidado, de modo a reconhecer a diversidade de quem cuida e de quem é cuidado; e
- VIII - promover a mudança cultural relacionada à organização social do trabalho de cuidado.

A Política Nacional de Cuidados (2024) apresenta uma série de princípios essenciais, entre eles a equidade, autonomia, co-responsabilidade, anticapacitismo e anti-idadismo, princípios fundamentais relacionados às pessoas com deficiência idosas e seus cuidadores também idosos.

Art. 6º São princípios da Política Nacional de Cuidados:

- I - respeito à dignidade e aos direitos humanos de quem recebe cuidado e de quem cuida;

- II - universalismo progressivo e sensível às diferenças;
- III - equidade e não discriminação;
- IV - promoção da autonomia e da independência das pessoas;
- V - corresponsabilidade social entre homens e mulheres;
- VI - antirracismo;
- VII - anticapacitismo;
- VIII - anti-idadismo;
- IX - interdependência entre as pessoas e entre quem cuida e quem é cuidado;
- X - direito à convivência familiar e comunitária;
- XI - parentalidade positiva;
- XII - valorização e respeito à vida, à cidadania, às habilidades e aos interesses das pessoas; e
- XIII - promoção do cuidado responsivo.

No contexto brasileiro, o trabalho de cuidado tem sido historicamente atribuído predominantemente às mulheres, especialmente no âmbito doméstico e familiar, sem que haja a devida corresponsabilidade do Estado. Essa configuração social da organização dos cuidados impõe ônus desproporcionais às populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em particular às mulheres, que, diante da escassez de políticas públicas e da limitada oferta de serviços e equipamentos estatais voltados ao cuidado, assumem a maior parte das responsabilidades associadas ao cuidado não remunerado. Tal dinâmica reforça desigualdades de gênero e classe, impactando diretamente as condições de vida, o acesso ao trabalho remunerado e a fruição dos direitos sociais das mulheres (Brasil, 2024).

Dentro dessa perspectiva, torna-se fundamental considerar também as vivências das pessoas com deficiência e de suas famílias. A deficiência intelectual, em especial, apresenta desafios significativos relacionados à autonomia, frequentemente resultando em superproteção e em práticas de infantilização, que comprometem o desenvolvimento da independência do indivíduo e aumentam a sobrecarga dos cuidadores. O cuidado, nesse contexto, pode ser intensivo e contínuo ao longo de toda a vida, tornando-se ainda mais profundo na velhice, tanto da pessoa que recebe cuidados quanto daquele que assume a responsabilidade de cuidar. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas públicas intersetoriais que reconheçam o cuidado como um direito social e coletivo, promovendo equidade, apoio às famílias e a redução das desigualdades estruturais.

A superproteção no âmbito familiar, frequentemente motivada por vínculos afetivos intensos e pela insegurança quanto à capacidade de terceiros em fornecer cuidados com o mesmo zelo e dedicação, pode constituir um obstáculo à promoção da qualidade de vida da pessoa com deficiência. Essa prática tende a limitar a construção de estratégias de cuidado compartilhado e sustentável, ao mesmo tempo em que contribui para a sobrecarga física e emocional dos cuidadores familiares.

Nesse contexto, evidencia-se o fenômeno da duplicidade de velhices, caracterizado pelo envelhecimento simultâneo de filhos com deficiência intelectual e de seus pais, que também se encontram em processo de envelhecimento. Tal realidade impõe desafios específicos à dinâmica do cuidado, incluindo a priorização das necessidades dos filhos em detrimento da própria saúde e bem-estar dos cuidadores, geralmente os pais (Fernandes et al., 2021). Essa configuração intergeracional ressalta a necessidade de políticas públicas e redes de apoio intersetoriais, contínuas e inclusivas, capazes de promover o cuidado equilibrado, a autonomia dos indivíduos e a redução das desigualdades estruturais que atravessam o envelhecimento de pessoas com deficiência e de seus familiares.

Considerações Finais

O envelhecimento de pessoas com DI e TEA configura-se como uma realidade inexorável e, ao mesmo tempo, como uma conquista social que impõe novos desafios ao Estado e à sociedade. No Brasil, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto do Idoso e a Política Nacional de Cuidados representam um dos mais completos arcabouços legais do mundo para enfrentar essas demandas, oferecendo proteção cumulativa e integral, teoricamente capaz de amparar a população em sua dupla condição de vulnerabilidade.

Apesar desse marco normativo, observa-se uma distância significativa entre a legislação e a prática social. Pessoas com deficiência intelectual e/ou autismo continuam a enfrentar carência de serviços especializados, lacunas em redes de cuidado integradas e insuficiência de políticas intersetoriais que garantam a continuidade do cuidado ao longo da vida. Superar essa realidade requer

uma governança intersetorial robusta, articulando saúde, assistência social e políticas de cuidado, com financiamento adequado e investimento na capacitação profissional para atuação qualificada e humanizada.

As experiências singulares de pessoas com DI e TEA e de suas famílias, marcadas por necessidades contínuas de cuidado e pela vivência das duplas velhices, reforçam a importância de políticas públicas que reconheçam a complexidade dessas trajetórias. Nesse sentido, o Estado exerce papel central na garantia de proteção social efetiva, assegurando o acesso contínuo à Política Nacional de Cuidados e promovendo condições de vida dignas, inclusivas e equitativas.

Ao alinhar essas ações à Meta 10 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável — que busca promover a inclusão social, econômica e política de todas as pessoas, independentemente de idade, deficiência ou condição social —, evidencia-se que o enfrentamento das desigualdades estruturais é fundamental para garantir igualdade de oportunidades, autonomia e participação social dessa população. Dessa forma, efetivar os direitos dessas pessoas não apenas promove justiça social, como também fortalece a construção de uma sociedade mais inclusiva, equitativa e comprometida com a redução das desigualdades em todos os níveis.

Referências

BEAUVOIR, S. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENEVIDES, R. et al. Cuidado compartilhado e intersetorialidade no apoio a pessoas com deficiência intelectual em processo de envelhecimento. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 30, e3159, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO24413159>. Acesso em: 31 jul. 2025.

BERSUSA, A. A. S. et al. Envelhecimento e deficiência intelectual: uma revisão integrativa. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 1-12, 2020.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, 2012.

BRASIL. Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados. Diário Oficial da União, Brasília, 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Anticapacitismo e exercício profissional: perfil de Assistentes Sociais com Deficiência**. Brasília, 2023. Disponível no site: <https://www.cfess.org.br/arquivos/LivroAnticapacitismoExercicioProfissional2023Cfess-Acessivel.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2025.

CFESS manifesta. **Nossa Liberdade é Anticapacitista**. 2024. Disponível no site: <https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2024-DiaAS-site.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2025.

FERNANDES, M. G. M. et al. O envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual e seus cuidadores: desafios e possibilidades. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 24, n. 2, e210217, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-22562021024.210217>. Acesso em: 31 jul. 2025.

GIMENES, R. L. S.; SILVA, R. A. R. Planejamento do cuidado e promoção da saúde mental na velhice com deficiência intelectual. Revista Brasileira de Saúde Mental, v. 15, n. 1, p. 1–20, 2023.

HAYAR, M.A. Envelhecimento e deficiência intelectual: o cuidador familiar como protagonista nos cuidados ao idoso. APAE Ciência, v.02, n.02, p.40-52, 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde, Genebra, 2015

**ETHOS VIRTUOSO E REPARAÇÃO: ANÁLISE RETÓRICO-ARGUMENTATIVA DO RI 2024 DA
VALE S.A**

*VIRTUOUS ETHOS AND REPARATION: A RHETORICAL-ARGUMENTATIVE ANALYSIS OF VALE
S.A. 2024 INTEGRATED REPORT*

Área temática: ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 12 – Consumo e Produção
Responsáveis

FERRAREZI, Maria Amélia D. O.
Uni-FACEF/UNIFRAN
Doutoranda em Linguística
madoferrarezi@gmail.com

FERRAZ, Luana
UNIFRAN
Doutora em Língua Portuguesa
luana.ferraz@unifran.edu.br

Resumo

O estabelecimento de uma comunicação eficaz com diferentes grupos interessados ou afetados pelas atividades empresariais firmou-se como pilar para preservar a confiança e a reputação institucionais. Nesse contexto, o Relato Integrado (RI) firmou-se como um dos principais meios de transparência e construção de credibilidade. Este artigo tem como objetivo investigar como as estratégias de argumentação operam na seção “Reparação” do RI 2024 da Vale S.A., evidenciando sua contribuição para a reconstrução de um *ethos* virtuoso relacionado às ações de reparação de Brumadinho/MG, no período de cinco anos após do rompimento da barragem de Córrego do Feijão. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e analítico-descritiva, fundamentada na retórica aristotélica, nas neoretóricas e na tipologia argumentativa de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014). Foram analisadas as provas retóricas (*ethos*, *logos* e *pathos*) e a mobilização de lugares da quantidade, bem como de argumentos de ilustração, direção, autoridade e pragmáticos no corpus delimitado. Os resultados indicam que a Vale mobiliza predominantemente argumentos de ilustração sustentados pelo lugar da quantidade, ao apresentar valores bilionários desembolsados e o número de pessoas, projetos e bens reparados. Observa-se também o uso de argumentos de direção, que apontam para a meta de reparação integral, e pragmáticos, que destacam as consequências favoráveis das ações, como fortalecimento de serviços públicos, capacitação profissional e recuperação ambiental. Essa articulação argumentativa projeta um *ethos* pautado por responsabilidade e aprendizagem institucional, funcionando como estratégia de reconstrução de credibilidade e de restauração da confiança dos *stakeholders*, elementos essenciais para a manutenção da licença social para operar.

Palavras-chave: retórica, *ethos*, argumentação.

Abstract

Establishing effective communication with different groups interested in or affected by corporate activities has established itself as a pillar for preserving institutional trust and reputation. In this context, Integrated Reporting (IR) has established itself as one of the main means of transparency and building credibility. This article aims to investigate how argumentative strategies operate in the "Reparation" section of Vale S.A.'s 2024 IR, highlighting their contribution to rebuilding a virtuous ethos related to the Brumadinho, Minas Gerais, reparation efforts, five years after the Córrego do Feijão dam collapse. The research adopts a qualitative, analytical-descriptive approach, grounded in Aristotelian rhetoric, neorhetorics, and the argumentative typology of Perelman and Olbrechts-Tyteca (2014). The rhetorical evidence (*ethos*, *logos* and *pathos*) and the mobilization of places of quantity, as well as arguments of illustration, direction, authority and pragmatics in the delimited corpus were analyzed. The results indicate that Vale predominantly uses arguments by illustration based on quantity, presenting billions of

dollars disbursed and the number of people, projects, and assets repaired. It also uses pragmatic arguments, which point to the goal of full reparation, and pragmatic arguments, which highlight the favorable consequences of the actions, such as strengthening public services, professional training, and environmental restoration. This argumentative articulation projects an ethos based on responsibility and institutional learning, functioning as a strategy for rebuilding credibility and restoring stakeholder trust, essential elements for maintaining the social license to operate.

Keywords: rhetoric, *ethos*, argumentation.

1 INTRODUÇÃO

O diálogo organizacional com *stakeholders* tornou-se decisivo para sustentar a confiança e a imagem das instituições, e o Relato Integrado (RI) estabeleceu-se, nesse contexto, entre os instrumentos centrais de transparência e credibilidade. Este artigo analisa, sob a perspectiva das teorias retóricas e neoretóricas, e das teorias da argumentação, as estratégias de argumentação utilizadas na seção “Reparação” constante no RI referente ao ano de 2024, da empresa Vale S.A., período marcado pelos 5 anos do rompimento da barragem Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG, como uma resposta às cobranças da sociedade civil, dos órgãos reguladores e dos *stakeholders*. Tendo em vista o exposto, concentramo-nos na investigação da comunicação expressa no Relato Integrado (RI) da mineradora multinacional Vale S.A., uma das maiores empresas do ramo no mundo e uma das maiores operadoras de logística do país. A empresa se autodeclara, em sua página na internet, como uma empresa global com prática de mineração sustentável, uma vez que desenvolve suas atividades de extração e transporte de minério priorizando a segurança das pessoas e do meio ambiente e agindo com respeito, cuidado e integridade.

O RI é um importante relatório, no estilo *epidítico*, uma das três espécies de retórica, dedicada à exaltação e censura de valores. Também se trata de documento essencial dentro do campo corporativo: “Um relatório conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor a curto, médio e longo prazos” (CTG 09, 2020, p. 3). Ainda conforme a CTG 09 (2020, p. 6) a compreensão do que é geração de valor no contexto do RI se manifesta por meio de aumentos, diminuições ou transformações de capitais causados por atividades e produtos da organização. Esses capitais são entendidos como os recursos de que as organizações dependem, sendo os recursos ambientais ou naturais, sociais e de relacionamentos, financeiros, humanos, intelectuais, manufaturados. Esse valor é gerado para a própria organização, permitindo retornos financeiros aos provedores de capital financeiro, e para outros, como as partes interessadas, que são os *stakeholders* e a sociedade em geral. E ainda, o valor não é gerado apenas pelas organizações corporativas, ou dentro delas, ele é influenciado pelo ambiente externo, criado por meio das relações com as partes interessadas, e dependente dos recursos ambientais ou naturais, sociais e de relacionamentos, financeiros, humanos, intelectuais, manufaturados.

O contexto apresentado reforça a importância de estratégias comunicacionais que integrem racionalidade e afetividade, bem como o apelo ético, em uma atmosfera de confiança que envolva os *stakeholders*. Tratamos, assim, do que se denomina, em retórica, de estratégias de construção do *ethos*, isto é, da imagem discursiva da instância oradora, daquela que enuncia um discurso. Desse modo questiona-se: quais estratégias de argumentação estão em funcionamento na reconstrução de um *ethos* virtuoso da Vale S.A. relacionado às ações de reparação de Brumadinho/MG, de modo a restaurar e manter a confiança de seus *stakeholders*?

Apresentamos, portanto, o objetivo: Investigar como as estratégias de argumentação operam no recorte supramencionado do relato integrado de 2024, evidenciando sua contribuição na construção de um *ethos* virtuoso da empresa relacionado às ações de reparação de Brumadinho/MG.

Para justificar nossa pesquisa, aprecia-se que, no contexto brasileiro, o RI tornou-se central para a governança e a prestação de contas, mas ainda se verifica a carência de análises que investiguem como esse documento constrói credibilidade em situações de busca ou necessidade de reafirmação reputacional por meio do discurso. O caso da Vale S.A. é emblemático nesse sentido, quando verificadas suas ações de reconstituição da imagem institucional no decurso temporal de cinco anos após a tragédia ambiental de Brumadinho; o que justifica o exame da seção “Reparação” do RI 2024 como espaço retórico de reconstrução do *ethos*, no qual articulam-se evidências (*logos*) e apelos socioemocionais (*pathos*) para restaurar a confiança dos *stakeholders*.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Um dos princípios de análise estabelecidos na retórica de Aristóteles são as provas retóricas. Ou seja, a identificação de três meios de prova, modos de apelo ou formas de persuasão: a lógica do assunto, o caráter do orador e a emoção dos ouvintes. O apelo à lógica relaciona-se à racionalidade, traço que nos distingue como humanos e que, em princípio, deveria orientar nossos pensamentos e ações. Porém, com frequência somos afetados por paixões, crenças e costumes. Assim, o apelo às emoções parte do pressuposto de que a vontade humana se orienta por afetos, os quais impulsionam nossas ações. O apelo ético, por sua vez, diz respeito ao poder persuasivo produzido pelo caráter do orador (Corbett; Connors, 2022).

Consoante o que se encontra no tratado de Aristóteles (2015), o bom orador deve valer-se, de três qualidades que inspiram confiança, quais sejam: a sabedoria prática, o bom senso, a prudência (*phrónesis*), a honestidade (*areté*) e a benevolência (*eúnoia*). Para Corbett e Connors (2022), a *phrónesis* é vinculada à competência intelectual do discurso, ao conteúdo apresentado, à estrutura argumentativa e à exequibilidade da proposta do orador. A *areté* parte propriamente do *ethos*, logo, é uma instância que trata do caráter do orador, de suas virtudes, como a franqueza e a sinceridade que deriva em ética. A *eúnoia*, face do *ethos* mais próxima do *pathos*, é onde se encontra na imagem do orador a ressonância afetiva com o auditório.

No intuito de mobilizar as provas retóricas, o orador escolhe os argumentos a serem utilizados. Os argumentos são estratégias linguístico-discursivas de persuasão utilizadas para influenciar ou convencer o auditório. São o núcleo da arte retórica e consistem em apresentar razões lógicas, emocionais ou éticas para sustentar uma tese.

Os argumentos, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 215), se classificam em dois tipos: os que se valem dos processos de ligação e os que se servem de processos de dissociação. Para esta pesquisa o foco está nos que se valem dos processos de ligação, compondo três tipos de argumentos: a) os argumentos quase lógicos; b) os argumentos baseados na estrutura do real; c) os que fundam a estrutura do real, sendo estes dois últimos os investigados nesta pesquisa.

Argumentos baseados na estrutura do real “valem-se da lógica para estabelecer uma solidariedade entre os juízos admitidos e outros que se procura promover” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 297). Os argumentos que fundam a estrutura do real ancoram a tese em vínculos factuais. O exemplo induz uma generalização a partir de casos específicos; a ilustração reforça uma regra já aceita, os modelos incentivam a imitação (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 220 e p. 399).

A seguir, discorreremos conceitualmente sobre os argumentos pragmáticos, de direção e autoridade, que são argumentos baseados na estrutura do real. E sobre o argumento de ilustração, argumento que fundamenta a estrutura do real; sendo este o recorte dos argumentos que serão aplicados na metodologia proposta para esta pesquisa, por serem os mais recorrentes no processo de construção do discurso.

Os argumentos pragmáticos referem-se à “apreciação de atos e/ou elementos consoantes a suas consequências favoráveis e desfavoráveis” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 303). Reforçam a legitimidade do discurso ao vincular as ações às consequências concretas que produzem, convertendo resultados em provas de efetividade.

O argumento de direção responde à pergunta: “aonde quer chegar?” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 321). São importantes porque criam uma orientação, levando em consideração não apenas o que já foi feito, mas o que está em curso em direção à reparação integral no caso específico do texto em análise.

O argumento de autoridade, por sua vez, “[...] utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 348). Logo, por meio dele, recorre-se a juízos de terceiros indivíduos, grupos e/ou instituições como meio de prova.

Ao vincularmos esses tipos de argumentos às provas, torna-se possível inferir seus efeitos retóricos:

- a) Argumentos pragmáticos: fortalecimento da racionalidade (*logos*) pela exequibilidade;
- b) Argumentos de direção: fortalecimento de imagem institucional (*ethos*) pela evidência de planejamento, que põe em destaque componentes éticos como a *phrónesis* e a *areté*;
- c) Argumentos de autoridade: fortalecimento da imagem institucional (*ethos*) trazendo confirmação das ações, escolhas, projetos, entre outros elementos pela voz alheia.

Os argumentos são construídos a partir dos chamados “lugares” da argumentação (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014), os quais organizam aspectos gerais do preferível, permitindo ao orador

argumentar a favor de uma posição nas perspectivas dos lugares da qualidade e dos lugares da quantidade. Para Perelman; Olbrechts-Tyteca, os lugares são da quantidade e da qualidade, como segue:

Entendemos por *lugares da quantidade* os lugares-comuns que afirmam que alguma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas. [...] Os lugares da qualidade, os menos apreensíveis, aparecem na argumentação quando se contesta a virtude do número (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 97 e p.100, grifo dos autores).

São premissas amplamente aceitas, que funcionam como princípios gerais a partir dos quais o orador pode fundamentar seu discurso. Para o lugar da quantidade, quanto maior for o número, a extensão, a duração, a recorrência ou a abrangência de algo, mais valor terá. O lugar da qualidade, não aplicado nessa análise, mas compondo o referencial teórico para ampliar o entendimento, defende que algo pode ser mais valioso pela sua singularidade, raridade ou excelência, mesmo que seja menor em quantidade.

E por fim, não menos importante, pontua-se sobre os ODS. “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade”¹.

São 17 os Objetivos propostos pela Organização das Nações Unidas, contudo, nossa reflexão nesta pesquisa se conecta especialmente com o ODS 12, no qual declara-se a finalidade de assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Análise qualitativa, bibliográfica e analítico-descritiva da seção “Reparação” do RI do ano de 2024 da empresa Vale S.A., valendo-nos, como outrora mencionamos, do aparato teórico da retórica, das neoretóricas e das teorias da argumentação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise proposta consiste em investigar como as estratégias de argumentação operam no recorte supramencionado do relato integrado de 2024, evidenciando sua contribuição na construção de um *ethos* virtuoso da empresa relacionado às ações de reparação de Brumadinho/MG. Nesta esteira, obtém-se até o momento resultados parciais por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento, com um corpus que possibilita vastas possibilidades de análise.

Verificamos que os argumentos de ilustração e o lugar da quantidade predominam no discurso em análise. Há também destaque para os argumentos de direção, autoridade e pragmáticos.

Conforme mencionamos anteriormente, os argumentos baseados no lugar da quantidade, descritos Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), afirmam que algo é melhor do que outra coisa por razões quantitativas. Estes aparecem expressivamente no RI quando são descritos os valores em bilhões de reais pagos em auxílio emergencial, indenizações, acordo judicial com o Governo de Minas Gerais, os Ministérios Públicos Estadual e Federal e a Defensoria Pública de Minas Gerais, associando-os ao número de pessoas beneficiadas.

Realizamos o pagamento de BRL 2,4 bilhões (USD 445,3 milhões) em auxílio emergencial para cerca de 100 mil pessoas e BRL 3,8 bilhões (USD 705 milhões) em indenizações para aproximadamente 17 mil beneficiários, além de BRL 36 milhões (USD 6,7 milhões) em doação para mil pessoas. [...] assinamos o Acordo Judicial de Reparação Integral, no valor econômico estimado de BRL 37,7 bilhões (USD 7 bilhões), com o Governo de Minas Gerais, os Ministérios Públicos Estadual e Federal e a Defensoria Pública de Minas Gerais. [...] A empresa já assumiu cerca de um total de BRL 64,5 bilhões

¹ Definição fornecida na página oficial da Organização das Nações Unidas – Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 27 set. 2025.

(USD 11,9 bilhões) em compromissos e reparação. Deste total, BRL 36,9 bilhões (USD 7 bilhões) já foram desembolsados, considerando os gastos com o acordo e outras iniciativas (RI Vale S.A., 2024, p. 102).

O lugar da quantidade também dá azo à construção de ilustrações, aclarando as estratégias argumentativas em funcionamento:

Quadro 1 - Argumentos de ilustração e lugares da quantidade na seção “Reparação” – RI 2024 Vale S.A.

<u>Tese</u>	<u>Ilustração</u>	<u>Quantidade</u>
Saneamento e segurança hídrica	Garantia de segurança hídrica para bacias dos Rios Paraopeba, Doce e Velhas	550 obras de reforço do sistema de abastecimento da bacia do rio Paraopeba.
Parcerias com comunidades – Ressignificação do Córrego do Feijão	Valorização e reativação econômica da região impactada	Catálogo do programa de turismo que apresenta 39 empreendedores, com mais de 60 produtos e 40 experiências. 1.800 horas de capacitação. Censo de turismo com identificação de 240 empreendimentos turísticos.
Fortalecimento da economia em rede do Córrego do Feijão	Fortalecimento da economia local, ajudando a manter a renda dos moradores	4.000 horas de capacitação, atingindo 24 negócios, 141 pessoas, 65% mulheres, com evolução de maturidade de gestão, produção de 77%, e crescimento do faturamento de 2024 em 29% em relação a 2023.
Recuperação ambiental	Remoção de objetos no Ribeirão Ferro-carvão e Rio Paraopeba	88% dos rejeitos manuseados de um total de 12,4 milhões de metros cúbicos.
Restauração da Biodiversidade	Recuperação socioambiental das áreas impactadas pelo rompimento da barragem	159 hectares com restauração florestal concluída; 200 mil mudas plantadas.
Qualidade da água do Rio Paraopeba	Melhora progressiva na qualidade da água com resultados iguais ou superiores aos valores antes do rompimento	7,5 milhões de resultados de análises de 95 mil amostras de água e sedimentos.
Acordo judicial de reparação integral dos danos coletivos e difusos	Assinatura do acordo judicial de reparação integral dos danos coletivos e difusos	Valor econômico estimado de BRL 37,7 bilhões de reais com o governo de Minas Gerais, os Ministérios Públicos Estadual e Federal e a Defensoria Pública de Minas Gerais.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Estes argumentos de ilustração, amparados pelo lugar da quantidade, reduzem objeções e contestações, demonstrando o controle, acompanhamento e exequibilidade das ações de reparação, traduzindo-se em uma estratégia discursiva (*logos*) que aciona a *phrónesis* ao apelar pela razão, afinal, o argumento de ilustração “tem a função de reforçar a adesão a uma regra já conhecida e aceita, fornecendo casos particulares que esclarecem o enunciado geral, mostram o interesse deste através da variedade das aplicações possíveis, aumentam-lhe a presença na consciência” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 407). Entretanto, uma vez que a adesão à regra, ou seja, a cada tese defendida pela empresa, não depende diretamente das ilustrações apresentadas, convém ressaltar que estas servem em grande medida para estimular a imaginação e excitar as emoções dos *stakeholders*, em particular, a confiança.

A respeito dessa paixão, assegura Aristóteles (2000, p. 35): “o que inspira confiança é o distanciamento do temível e a proximidade dos meios de salvação. E igualmente se há meios de reparação numerosos ou importantes, ou as duas coisas ao mesmo tempo [...]”. Nota-se, assim, a conformidade entre a elaboração lógica do RI e a prescrição aristotélica, já que, a multiplicidade e a extensão dos meios de salvação ou reparação tornam-se evidentes pela enumeração das ilustrações amparadas pelo lugar da quantidade. Dessa conformidade, resulta um provável enaltecimento do *ethos*

da empresa também por vias emocionais e em suas duas outras frentes: a *areté*, evocada pela suposta transparência das informações prestadas pela mineradora e a *eúnoia*, mobilizada pela aparente busca pela empresa da recomposição de um estado de bem-estar entre as vítimas da tragédia ambiental e demais *stakeholders*.

Os argumentos da direção, que indicam a decomposição de um fim em estágios (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014), surgem na apresentação das fases da governança de reparação, dividida em 3 etapas. A primeira, que contempla ações emergenciais e multidisciplinares desde o primeiro dia da tragédia. A fase 2, marcada pela criação, ainda em 2019, da Diretoria Especial de Reparação e Desenvolvimento Territorial, vinculada diretamente à Presidência da Vale. E a fase 3, que se estende aos dias atuais, ou em execução em abril de 2025, época de publicação desse corpus, com o objetivo de concluir a reparação integral de Brumadinho e da Bacia do Paraopeba, mantendo e aprofundando a comunicação e o relacionamento com os diferentes *stakeholders*. A reparação por fases procura legitimar as ações da empresa, expostas com clareza, o que demonstra virtude e, assim, leva o auditório a perceber uma imagem ética (*areté*) e competente (*phrónesis*), ressoando afetividade positiva (*eúnoia*) no atendimento de necessidades alheias tanto em caráter emergencial quanto a médio e longo prazos.

Para além das fases de reparação geral, outras direções mais detalhadas foram imputadas no recorte em análise, como a firmação de acordos de indenização envolvendo povos indígenas da Aldeia Katurama, desde 2022, e Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe de Tronco Gervasio e Antônia, em 2023, além de ações em julgamento no momento, ano de 2025, quando a empresa aguarda a conclusão da negociação com a Aldeia Naô X ohã para concluir os pagamentos. Em relação ao grupo da Aldeia Naô xohã, a direção dada é que as negociações são objeto de duas ações cíveis, referentes tanto à reparação coletiva quanto à indenização individual. Essa exposição ressalta a honradez da empresa no cumprimento mais justo de seus compromissos financeiros e também contribui para a confirmação e manutenção de um *ethos* positivo baseado na *areté*.

Como estratégia retórica, o argumento de autoridade, “Argumento que utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 348), aparece com a inclusão, por hiperlink, de vídeos de depoimentos de moradores de áreas atingidas pela tragédia e beneficiários de programas de reparação. Nesse acionador, a autoridade não se limita à voz da empresa, e sim se estende à voz de terceiros pela autoridade experiencial dos atingidos que atuam como fiadores do discurso.

É esse o cenário em que se inserem, por exemplo, as vozes das empreendedoras Diley Assis, Maria Camila e Josefa Braga, participantes do projeto de Empreendedorismo Social Comunitário Córrego do Feijão, promovido pela Vale e executado em parceria com o Instituto Kairós². Por meio de declarações como “Hoje eu sou empoderada. Sou uma empreendedora empoderada (Diley Assis, 43s); “A Diley hoje é decidida, não tem medo de nada” (Diley Assis, 1min41s); “A gente fica orgulhosa de estar vendendo” (Maria Camila, 1min13s); “Nós somos uma família, né?” (Josefa Braga, 1min19s), produzem-se evidências de cooperação, restauração da autoestima e da confiança e promoção da autonomia, mediadas pela intervenção da empresa, que não apenas resgata o estatuto social e econômico das famílias anterior à ocorrência da tragédia ambiental, mas promove uma efetiva melhoria das condições de vida da comunidade, mesmo quando estas são comparadas a momentos que precedem o rompimento da barragem.

Observa-se ainda no texto a autoridade mobilizada quando a empresa legitima que 169 de seus projetos de reparação socioeconômica em andamento são fiscalizados pela auditoria da Fundação Getúlio Vargas, vinculando a seriedade de suas ações à regulamentação de uma instância reconhecida socialmente, uma vez que a Fundação é detentora do status de instituição de ensino e pesquisa de alta qualidade no país. O uso dos argumentos de autoridade mais uma vez reiteram a construção do *ethos* positivo em torno de suas três faces, a *phrónesis*, a *areté* e a *eúnoia*, já que a empresa mostra, por meio de atestações, que sabe como agir e que dá informações precisas de suas condutas, além de fornecer mostras de seu compromisso com o bem-estar das comunidades afetadas por suas operações.

Outra estratégia de argumentação em destaque são os argumentos pragmáticos, por meios dos quais a empresa registra os desafios a cumprir (RI, 2024, p. 104), como segue: “Finalizar as indenizações”, reduzir litígios e sofrimentos das vítimas; “Cumprir compromissos assumidos e acordos

² Associação da Sociedade Civil sem Fins Lucrativos especializada na transferência de tecnologias sociais orientadas para o desenvolvimento humano. Informações disponíveis em: <https://institutokairos.org.br/institucional/apresentacao>. Acesso em: 27 set. 2025.

assinados”, mitiga os riscos regulatórios, penalidades e conflitos com as vítimas; “Restabelecer a confiança dos *stakeholders*”, recompõe a licença social para operar, diminui o prêmio de risco, sustenta o valor reputacional e viabiliza cooperação e celeridade decisória. Conforme conceituamos outrora, esse tipo de argumento, segundo a perspectiva perelmaniana, refere-se à apreciação de atos e /ou elementos e deve ser consoante as suas consequências favoráveis ou desfavoráveis. Sendo assim, verificamos a transferência de valor positivo nos casos supramencionados das consequências às causas, intensificando a relevância das ações projetadas pela organização. Nesse sentido, também compete adjungir que, para a produção desse efeito, as consequências, fontes de valorização dos eventos que as acarretam, podem ser reconhecidas como concretizadas ou serem meramente hipotéticas, consoante afirmam os próprios autores responsáveis pela proposição dessa tipologia argumentativa.

Ainda em seu procedimento argumentativo, o orador conjugou outros argumentos de direção com argumentos pragmáticos, associados aos lugares da quantidade. Estes evidenciam a reparação em curso de forma concreta e mensurável, direcionando onde se quer chegar.

Quadro 2 – Interação entre argumentos pragmáticos, de direção e lugares da quantidade na seção “Reparação” – RI 2024 Vale S.A.

<u>Fim último do argumento</u> <u>pragmático</u> <u>(consequência)</u>	<u>Fases de execução que</u> <u>conduzem à consequência</u>	<u>Quantidade</u>
Cumprimento da reparação integral de Brumadinho na perspectiva de governança	Compromissos assumidos durante os 5 anos de reparação de Brumadinho/MG	BRL 64,5 bilhões. Deste total, BRL 36,9 bilhões já foram desembolsados.
Cumprimento da reparação integral de Brumadinho na perspectiva de social	A efetiva execução de projetos socioeconômicos, com obras quitadas, concluídas e em andamento	379 projetos iniciados. Destes, 102 já foram quitados e 3 foram concluídos. 169 estão em execução pela Vale, e fiscalizados pela auditoria técnica da Fundação Getúlio Vargas.
Cumprimento da reparação integral de Brumadinho na perspectiva de social	Projetos adicionais assumidos e executados	105 projetos convertidos em obrigação de pagar, quitados; 344,5 mil equipamentos, veículos e materiais entregues para fortalecimento do serviço público e geração de renda; 4.600 pessoas capacitadas em cursos de educação profissional; manutenção de vias rurais e da produção agrícola.
Cumprimento da reparação integral de Brumadinho na perspectiva de ambiental	Continuidade das ações emergenciais, com recuperação de áreas degradadas, monitoramento ambiental e consolidação de diagnóstico	18 aprovações de iniciativas pela auditoria de órgãos socioambientais para recuperação na Bacia do ribeirão Ferro Carvão, totalizando 3,69 hectares recuperados. Pagamento de 2 parcelas de compensações socioambientais oriundo de decisão judicial, perfazendo um montante de BRL 716 milhões de um total de 5 parcelas. Aprovação projeto de Manejo Populacional ético de cães e gatos, por meio de castração, beneficiando 35 mil animais.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Assim, a articulação entre argumentos pragmáticos e de direção, ambos vinculados aos lugares da quantidade, reforça a credibilidade do discurso de reparação da Vale S.A. no RI 2024. Ao evidenciar resultados concretos já alcançados, ao mesmo tempo em que projeta avanços futuros, o orador constrói um *ethos* de responsabilidade e compromisso. Essa estratégia discursiva projeta a imagem de uma instituição empenhada em conduzir o processo de reparação de Brumadinho de maneira ampla, contínua e verificável.

A investigação das estratégias de argumentação no RI 2024 da Vale S.A. evidencia uma articulação que pode ser compreendida à luz das três qualidades aristotélicas que fundamentam a construção da confiança no *ethos*: *phrónesis* (sabedoria prática e prudência), *areté* (honestidade e virtude) e *eúnoia* (benevolência e ressonância afetiva com o auditório).

Os argumentos pragmáticos, que vinculam as ações às suas consequências favoráveis ou desfavoráveis, projetam a dimensão da *phrónesis*. Ao destacar resultados concretos, como projetos concluídos, pessoas capacitadas e áreas ambientais recuperadas, o discurso demonstra competência intelectual, exequibilidade e racionalidade. Assim, a Vale busca se apresentar como instituição capaz de agir de modo prudente, orientando suas decisões para soluções práticas e verificáveis.

Os argumentos de direção reforçam tanto a *phrónesis* quanto a *areté*. A *phrónesis* aparece na projeção de um planejamento consistente, que sinaliza prudência e continuidade no processo de reparação. Já a *areté* manifesta-se no compromisso ético de concluir integralmente as ações, revelando virtude e firmeza de caráter diante da sociedade.

Os argumentos de autoridade, que recorrem ao julgamento de terceiros como prova, ampliam a dimensão da *areté*, pois deslocam a persuasão para instâncias externas de legitimidade. Ao invocar a auditoria da Fundação Getúlio Vargas, ou os testemunhos dos atingidos por meio de vídeos, a empresa reforça a imagem de transparência, franqueza e responsabilidade ética, mostrando que seu discurso não se sustenta apenas em sua própria voz, mas na validação de autoridades reconhecidas.

O uso de números grandiosos, como os bilhões desembolsados, centenas de projetos, mobiliza tanto a *phrónesis* quanto a *eúnoia*. A *phrónesis* aparece na lógica racional que transforma os números em evidências de eficácia. A *eúnoia* é ativada quando esses números são traduzidos em impactos sociais perceptíveis, gerando ressonância afetiva no auditório ao mostrar que as ações atingem e beneficiam coletivamente comunidades inteiras.

Conectando essa análise retórica a uma reflexão com o ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis, observa-se que o Relato Integrado (RI), ao detalhar ações de reparação, metas e mecanismos de controle, contribui diretamente para o ODS 12, sobretudo para a meta 12.6 (adoção de práticas sustentáveis e integração de informações de sustentabilidade nos relatórios) e para a meta 12.8 (informação e conscientização para estilos de vida sustentáveis). Quando o RI aborda gestão de rejeitos, monitoramento da qualidade da água e segurança de barragens, ele também se relaciona com a meta 12.4 (gestão ambientalmente adequada de resíduos e substâncias). Ao tornar claros números, prazos e responsáveis, o RI orienta padrões de produção mais responsáveis e transparentes e reforça a confiança dos *stakeholders*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo permite compreender como o Relato Integrado de 2024 da Vale S.A., especialmente na seção “Reparação”, mobiliza estratégias retóricas para reconstruir credibilidade institucional cinco anos após a tragédia de Brumadinho. Observou-se que a empresa articula predominantemente argumentos de ilustração, sustentados pelo lugar da quantidade, evidenciando cifras bilionárias, centenas de projetos iniciados e milhares de beneficiários como elementos que buscam dar força de prova ao discurso. Ao lado deles, emergem os argumentos de direção, que projetam a reparação integral como meta futura, e os pragmáticos, que destacam as consequências concretas e favoráveis das ações, como a capacitação profissional, a recuperação ambiental e o fortalecimento dos serviços públicos. Complementarmente, o recurso a argumentos de autoridade amplia a legitimidade das informações, ao transferir a voz da prova para instituições reconhecidas e para os próprios atingidos, que atuam como fiadores do discurso. Essa combinação de estratégias retóricas mostra-se fundamental para a construção de um *ethos* virtuoso, ancorado na responsabilidade, na prudência e na aprendizagem institucional.

Infere-se, portanto, que o RI 2024 mobiliza um repertório retórico consistente para recompor o *ethos* institucional cinco anos após a tragédia de Brumadinho, funcionando como um espaço retórico em que a Vale busca restaurar a confiança de seus *stakeholders* por meio da conjugação de

racionalidade e afetividade, em um discurso que integra *logos*, *ethos* e *pathos*. Ao articular resultados concretos, metas projetadas e vozes de autoridade, a empresa se empenha em reconstruir sua imagem institucional e em sustentar a licença social para operar, evidenciando o papel da comunicação organizacional como eixo central de *accountability* e de governança no cenário contemporâneo. Nessa perspectiva, o RI confirma sua força como instrumento retórico capaz de organizar narrativas, estruturar argumentos e projetar sentidos que visam legitimar a atuação corporativa diante da sociedade, reafirmando sua relevância não apenas como peça contábil ou de governança, mas como discurso persuasivo e performativo.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. Trad. Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

CORBETT, Edward; CONNORS, Robert J. **Retórica clássica para o estudante moderno**. Trad. Bruno Alexander. Campinas: CEDET, 2022.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas Brasil. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 12 set. 2025.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

VALE S.A. **Relato Integrado 2024**. Disponível em: <https://vale.com/pt/esg/biblioteca-de-documentos>. Acesso em: 11 set. 2025.

**FERTILIZA INVASORA:
CONTROLE E USO DA LEUCENA NO REFLORESTAMENTO COM ESPÉCIES NATIVAS**

**INVASIVE FERTILIZER:
CONTROL AND USE OF LEUCAENA IN REFORESTATION WITH NATIVE SPECIES**

Área temática: 15 - Vida Terrestre.

PEREIRA, Henrique
Escola Estadual Ângelo Scarabucci
Bacharel e licenciado em Ciências Biológicas e mestre em Ciências pela Universidade de Franca
saturipereira@hotmail.com

DINIZ, Christian Domingues
Escola Estadual Ângelo Scarabucci
Estudante da 1ª série do Ensino Médio
00001110522307SP@al.educacao.sp.gov.br

ALMEIDA, Luiza Vitória Terencio
Escola Estadual Ângelo Scarabucci
Estudante da 1ª série do Ensino Médio
00001145125372SP@al.educacao.sp.gov.br

SOUZA, Lucas Costa de
Escola Estadual Ângelo Scarabucci
Estudante da 1ª série do Ensino Médio
00001127927164SP@al.educacao.sp.gov.br

RAMOS, Pyetra de Souza
Escola Estadual Ângelo Scarabucci
Estudante da 1ª série do Ensino Médio
00001110121404SP@al.educacao.sp.gov.br

BARATI, Vinícius Rafael Rezende
Escola Estadual Ângelo Scarabucci
Estudante da 1ª série do Ensino Médio
00001113853153SP@al.educacao.sp.gov.br

Resumo

A expansão urbana desordenada tem comprometido áreas verdes e reduzido a biodiversidade, como observado na Área de Preservação Permanente (APP) do Jardim Noêmia, em Franca/SP. Nessa região, a introdução da planta leucena (*Leucaena leucocephala*), espécie exótica invasora, ameaça a regeneração natural e a eficácia de ações de reflorestamento. Diante disso, o projeto “Fertiliza Invasora” buscou transformar essa problemática em uma oportunidade sustentável, avaliando o potencial da leucena como fertilizante natural para a produção de mudas nativas destinadas à ações de reflorestamento. A pesquisa foi conduzida por estudantes do ensino médio da Escola Estadual Ângelo Scarabucci e envolveu quatro etapas: mapeamento georreferenciado da espécie; manejo por podas controladas; testes experimentais para avaliar a biomassa como adubo; e vivências ecológicas com a comunidade local. Os resultados mostraram que, embora a biomassa da leucena prejudique a germinação do *Schizolobium parahybae* (guapuruvu), após período de estabilização, o material proporcionou crescimento superior ao obtido com esterco bovino. Assim, o uso da leucena, quando devidamente manejada, pode representar uma alternativa viável e de baixo custo para adubação orgânica e restauração ambiental. As vivências ecológicas, que incluíram o plantio de mudas nativas produzidas com o fertilizante natural obtido, ampliaram o engajamento e o sentimento de pertencimento em relação à APP, fortalecendo o vínculo entre comunidade e território. Desta forma, conclui-se que o

manejo sustentável da leucena pode conciliar controle biológico, inovação científica e participação social.

Palavras-chave: leucena, fertilizante natural, reflorestamento.

Abstract

Uncontrolled urban expansion has compromised green areas and reduced biodiversity, as observed in the Permanent Preservation Area (PPA) of Jardim Noêmia, in Franca/SP, Brazil. In this region, the introduction of *Leucaena leucocephala*, an invasive exotic species, threatens natural regeneration and the effectiveness of reforestation efforts. In this context, the project "Invasive Fertilizer" sought to transform this issue into a sustainable opportunity by evaluating the potential use of *Leucaena* as a natural fertilizer for the production of native seedlings intended for reforestation activities. The research was carried out by high school students from Escola Estadual Ângelo Scarabucci and involved four stages: georeferenced mapping of the species, management through controlled pruning, experimental testing of the biomass as fertilizer, and ecological experiences with the local community. The results showed that, although *Leucaena* biomass initially hinders the germination of *Schizolobium parahybae* (guapuruvu), after a stabilization period, the material promoted greater growth than that obtained with bovine manure. Thus, when properly managed, *Leucaena* can represent a viable and low-cost alternative for organic fertilization and environmental restoration. The ecological activities, which included the planting of native seedlings grown with the obtained natural fertilizer, also strengthened community engagement and the sense of belonging to the PPA, reinforcing the bond between people and territory. Therefore, it is concluded that the sustainable management of *Leucaena* can combine biological control, scientific innovation, and social participation.

Keywords: *Leucaena*, natural fertilizer, reforestation.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado e, muitas vezes, desordenado das cidades tem transformado profundamente o espaço urbano, com a substituição de áreas naturais por construções, vias de circulação e outras infraestruturas. Esse processo, conhecido como urbanização, traz uma série de desafios ambientais, entre eles o agravamento de enchentes e a alteração do ciclo da água, a intensificação da poluição atmosférica e sonora e a diminuição da biodiversidade provocada pela redução dos espaços naturais. Diante disso, as áreas verdes assumem um papel essencial, contribuindo simultaneamente para o equilíbrio climático, a redução da poluição, a proteção da água e a conservação da vida silvestre. Além dos benefícios ecológicos, esses espaços também oferecem ganhos sociais, ao promover lazer, bem-estar e convivência comunitária, e ganhos de saúde pública, uma vez que a presença de vegetação está associada à melhora da qualidade de vida e à redução de doenças relacionadas ao estresse urbano.

Na cidade de Franca/SP, esse cenário se evidencia especialmente na Área de Preservação Permanente (APP) do Jardim Noêmia (-20.552166, -47.379493), por onde passa o Córrego do Espiraiada. Com o avanço da urbanização desordenada, a região perdeu grande parte de sua cobertura vegetal, o que reduziu a presença de espécies nativas e enfraqueceu a biodiversidade local (Moreira, 2008). Somam-se a esse processo o descarte de resíduos e as queimadas recorrentes, que aceleraram a degradação do ambiente e comprometeram a recuperação natural da área. Contudo, iniciativas do poder público e da própria comunidade buscaram reverter esse cenário, resultando em ações de reflorestamento em diferentes momentos. Nesse contexto, destaca-se a atuação do Verdejar, projeto vinculado ao Grupo Mulheres do Brasil – Núcleo Franca/SP, que tem como missão promover a restauração ecológica e a conscientização socioambiental por meio de ações coletivas. No Jardim Noêmia, sua contribuição foi especialmente significativa: em 2019, coordenou o plantio de mais de 3.500 mudas de espécies nativas às margens do córrego do Espiraiada, envolvendo organizações locais e voluntários da comunidade (Barbosa, 2021).

Apesar dos avanços, o descarte irregular de resíduos e as queimadas continuam ocorrendo, prejudicando a regeneração natural e a qualidade ambiental do espaço. Soma-se a isso, o fator que parte dos reflorestamentos mais antigos e até alguns realizadas de maneira independente por moradores foram realizados sem planejamento técnico, o que levou à introdução de espécies exóticas, como a leucena (*Leucaena leucocephala*). A presença de espécies não nativas pode gerar

desequilíbrios ecológicos, competindo com a flora local, alterando a dinâmica natural do ecossistema e, inclusive, comprometendo os esforços de reflorestamento já realizados, reduzindo a eficácia das ações de restauração ambiental (GISD, 2025).

Por isso, torna-se essencial garantir ações permanentes de manejo ambiental, planejamento adequado do reflorestamento e educação ambiental, de modo a preservar os recursos naturais, recuperar áreas degradadas e fortalecer, de forma duradoura, a relação da comunidade com o meio ambiente. Essas iniciativas ganham ainda mais relevância por estarem em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), agenda global que orienta ações para equilibrar desenvolvimento urbano, conservação ambiental e bem-estar social.

Diante desse cenário, o presente trabalho foi estruturado com o objetivo de transformar a presença da leucena na APP do Jardim Noêmia em uma oportunidade de manejo sustentável, controlando sua propagação por meio de podas estratégicas, reaproveitando a biomassa como fertilizante natural para a produção de mudas nativas e integrando essas mudas em ações de vivências ecológicas e reflorestamento com a comunidade, promovendo aprendizado, pertencimento e corresponsabilidade na preservação da área. Dessa forma, alia-se o enfrentamento de uma espécie invasora à promoção de soluções inovadoras, educativas e alinhadas a compromissos internacionais de sustentabilidade, buscando demonstrar que a ciência escolar pode ser instrumento de transformação social, promovendo consciência, participação e corresponsabilidade na construção de um mundo melhor para todos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Espécies exóticas invasoras e o caso da leucena (*Leucaena leucocephala*)

A introdução de espécies exóticas ocorre quando organismos são transportados e estabelecidos fora de sua área de distribuição natural, seja por ações intencionais, como práticas agrícolas e reflorestamento, ou até de forma accidental. Embora nem todas causem desequilíbrios, algumas se tornam invasoras, provocando alterações significativas nos ecossistemas. Entre os principais impactos destacam-se a redução da biodiversidade, a competição por luz, água e nutrientes, a alteração da estrutura e da química do solo e a modificação das relações ecológicas entre fauna e flora.

Um exemplo notório é a leucena (Figura 1), presente no Jardim Noêmia, no município de Franca/SP. Introduzida em diversos países tropicais e em várias regiões do Brasil, foi amplamente utilizada como planta forrageira, adubação verde, sombreamento de pastagens e em projetos de reflorestamento (Evangelista, 2013). Sua popularidade como “planta milagrosa”, esteve associada às características de rápido crescimento, alta taxa de germinação e adaptabilidade a solos pobres e degradados. Por essas razões, chegou a ser considerada uma alternativa prática em iniciativas de recuperação ambiental (EMBRAPA, 2017). Contudo, a ausência de critérios técnicos em seu uso levou à disseminação descontrolada da espécie, revelando sérios efeitos indesejados sobre ecossistemas nativos.

Figura 1 – Exemplar de leucena (A) com detalhe da floração e frutificação (B)



Fonte: Próprio autor, 2025

A leucena combina multiplicação acelerada, desenvolvimento precoce, elevada produção de sementes (Figura 1) e adaptação a diferentes condições ambientais, o que lhe confere alta competitividade frente às espécies nativas (GISD, 2025). Além disso, por ser uma leguminosa fixadora de nitrogênio, modifica a fertilidade do solo e cria condições que favorecem sua própria expansão, em detrimento da vegetação local. Como resultado, forma populações densas que dificultam a regeneração natural, reduzem a diversidade vegetal e impactam a fauna associada (GISD, 2025), comprometendo diretamente os esforços de restauração ecológica.

Por essas características, segundo o *Global Invasive Species Database* (GISD, 2025), a leucena está listada entre as 100 piores espécies exóticas invasoras do mundo, e seu manejo tem se tornado pauta em diferentes regiões do Brasil. O problema ganhou repercussão nacional em reportagens como “A invasão da Leucena”, exibida em junho de 2025 pelo programa “*Bom Dia São Paulo*” (Globo, 2025), e em matérias divulgadas pelo jornal “*Sergipe Rural*” com apoio da Embrapa (EMBRAPA, 2017). Em Campo Grande (MS), no mesmo ano, foi sancionada uma lei determinando a erradicação e substituição da espécie em áreas urbanas (Oliveira e Dauzacker, 2025). Em Franca/SP, a gravidade da situação foi reforçada com a publicação do Decreto Municipal nº 12.047, de 22 de julho de 2025, que incluiu a leucena na lista de espécies inadequadas para áreas urbanas, proibindo seu plantio e estabelecendo que exemplares existentes sejam gradualmente controlados ou substituídos (Franca, 2025). Esse decreto representa um marco importante na gestão ambiental do município, pois consolida oficialmente a leucena como invasora e orienta medidas de enfrentamento.

Essas iniciativas, em diferentes escalas, evidenciam que a questão ultrapassa os limites locais e reforçam a necessidade de ações articuladas entre poder público, comunidade e instituições de ensino e pesquisa, em consonância com diretrizes nacionais e internacionais que reconhecem a invasão biológica como uma das principais causas de perda de biodiversidade no mundo.

Ao mesmo tempo, algumas características da leucena permitem considerar alternativas de manejo que conciliem controle e aproveitamento. Sua elevada concentração de nutrientes em suas folhas, sobretudo nitrogênio, abrem a possibilidade do uso da sua biomassa como fertilizante natural, com o seu manejo realizado por podas antes da floração, evitando sua propagação. Dessa forma, uma ameaça ecológica pode ser convertida em recurso de baixo custo para a restauração ambiental, aliando a contenção da espécie invasora à recuperação planejada de áreas degradadas.

2.2 Reflorestamento, manejo ecológico e participação comunitária

O reflorestamento é uma das estratégias mais relevantes para a recuperação de áreas degradadas, porém, sua eficácia depende não apenas do plantio de mudas, mas também do planejamento técnico e da continuidade das ações. A seleção adequada de espécies nativas, adaptadas às condições locais, é fundamental para restaurar as funções ecológicas do ambiente e favorecer a recomposição da biodiversidade. Além do mais, ações de manutenção, como irrigação, monitoramento do crescimento das mudas, controle de espécies invasoras e prevenção de queimadas, são indispensáveis para garantir que os esforços não sejam perdidos ao longo do tempo.

No entanto, experiências práticas mostram que o reflorestamento vai além de aspectos técnicos: envolve dimensões sociais e culturais. Nesse sentido, a participação da comunidade assume papel central. Quando moradores, estudantes e instituições locais são engajados em atividades de plantio, cuidado e monitoramento, cria-se um vínculo de pertencimento em relação ao espaço restaurado. Esse sentimento de corresponsabilidade fortalece o cuidado contínuo, reduz o risco de abandono e incentiva novas iniciativas espontâneas de preservação.

Assim, o manejo ecológico associado ao envolvimento comunitário transforma o reflorestamento em um processo educativo e coletivo, no qual a recuperação ambiental se alia ao fortalecimento de laços sociais. O espaço restaurado deixa de ser apenas um fragmento verde no território urbano e passa a ser reconhecido como patrimônio comum, gerando benefícios ambientais, sociais e culturais que se retroalimentam de forma duradoura.

2.3 Articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

As reflexões apresentadas evidenciam que tanto o controle da leucena quanto o reflorestamento com espécies nativas, quando associados à participação comunitária, constituem estratégias eficazes para a restauração ambiental em áreas urbanas. Além disso, o aproveitamento da biomassa da leucena como fertilizante natural se apresenta como alternativa inovadora de manejo, permitindo transformar uma ameaça ecológica em recurso útil para a produção de mudas. Dessa forma,

a recuperação ambiental se articula a benefícios sociais e educativos, criando condições para integrar a comunidade em processos de cuidado e corresponsabilidade.

Essas iniciativas não se limitam a soluções locais: elas dialogam com compromissos internacionais de sustentabilidade, especialmente com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa agenda estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que orientam ações globais e locais para enfrentar os principais desafios sociais, econômicos e ambientais do século XXI. Entre seus princípios centrais estão a proteção dos ecossistemas, o combate às mudanças climáticas, a promoção de cidades mais inclusivas e resilientes e o fortalecimento da educação de qualidade.

Nesse sentido, cabe destacar que o Brasil sediará, em 2025, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), que acontecerá em Belém do Pará. O evento reforça a urgência de ações concretas frente à crise climática e coloca o país em posição de protagonismo nas negociações internacionais. Nesse sentido, projetos como este, ainda que em escala local, demonstram a importância de práticas comunitárias alinhadas a agendas globais, evidenciando que a resposta à mudança climática e à degradação ambiental depende também de iniciativas descentralizadas e enraizadas nos territórios.

Ao se alinhar a essas diretrizes e debates, o presente projeto reforça a ideia de que práticas comunitárias e educativas podem contribuir para metas universais, tornando-se exemplo de como o manejo ecológico, a inovação sustentável e a participação social podem ser integrados. A articulação detalhada com os ODS será apresentada na discussão, à luz dos resultados obtidos e das práticas desenvolvidas ao longo do projeto.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Promover o manejo ecológico e a educação ambiental na Área de Preservação Permanente do Jardim Noêmia (Franca/SP), fortalecendo a conservação ambiental e o vínculo da comunidade com o local.

3.2 Objetivos Específicos:

- Controlar a propagação da leucena por meio de podas estratégicas antes do período de floração e frutificação.
- Produzir fertilizante natural a partir da biomassa obtida das podas da leucena, utilizando-a na produção de mudas de espécies nativas.
- Integrar a comunidade em ações de vivências ecológicas e reflorestamento, empregando as mudas produzidas, de modo a promover aprendizado, pertencimento e corresponsabilidade ambiental.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Antes de detalhar as etapas metodológicas, é importante destacar que o projeto foi desenvolvido por cinco alunos da 1ª série A da Escola Estadual Ângelo Scarabucci: Christian Domingues Diniz, Luiza Vitória Terencio Almeida, Lucas Costa de Souza, Pyetra de Souza Ramos e Vinícius Rafael Rezende Barati. Os estudantes atuaram como protagonistas em todas as fases da pesquisa, desde a concepção até a execução das atividades, sob a orientação do professor Henrique Pereira e com o apoio do professor parceiro Paulo Roberto da Costa Lemos. Essa dinâmica reforça o caráter de iniciação científica no ensino médio, ao mesmo tempo em que integra a escola, a comunidade local e instituições parceiras em torno de uma causa ambiental comum.

4.1 Mapeamento da leucena

A proposta inicial do projeto previa apenas a realização de atividades de reflorestamento na APP do Jardim Noêmia. No entanto, durante a primeira visita de campo, os estudantes observaram que já existiam ações de reflorestamento anteriores, realizadas em diferentes períodos, algumas

conduzidas por iniciativas institucionais e outras por moradores locais. Nessa mesma ocasião, identificaram a presença de aglomerados de leucena, o que despertou a necessidade de compreender melhor sua ocorrência no local.

A partir dessa constatação, os estudantes realizaram pesquisas bibliográficas e verificaram que a leucena é considerada uma espécie exótica invasora, capaz de comprometer a regeneração natural e reduzir a biodiversidade. Assim, decidiu-se incluir no projeto um levantamento específico para mapear a distribuição dessa espécie na APP e em seu entorno.

O mapeamento foi realizado utilizando o aplicativo UTM Geo Map, ferramenta de georreferenciamento que permite registrar pontos de localização em campo com coordenadas geográficas precisas. Os dados coletados foram organizados em planilha e posteriormente plotados em mapa digital, permitindo a visualização espacial da distribuição da espécie na área de estudo.

Essa etapa foi fundamental para dimensionar a extensão do problema, subsidiando tanto a definição das áreas prioritárias de manejo quanto o planejamento das ações subsequentes de controle e aproveitamento da biomassa da leucena.

4.2 Manejo da leucena e obtenção da biomassa

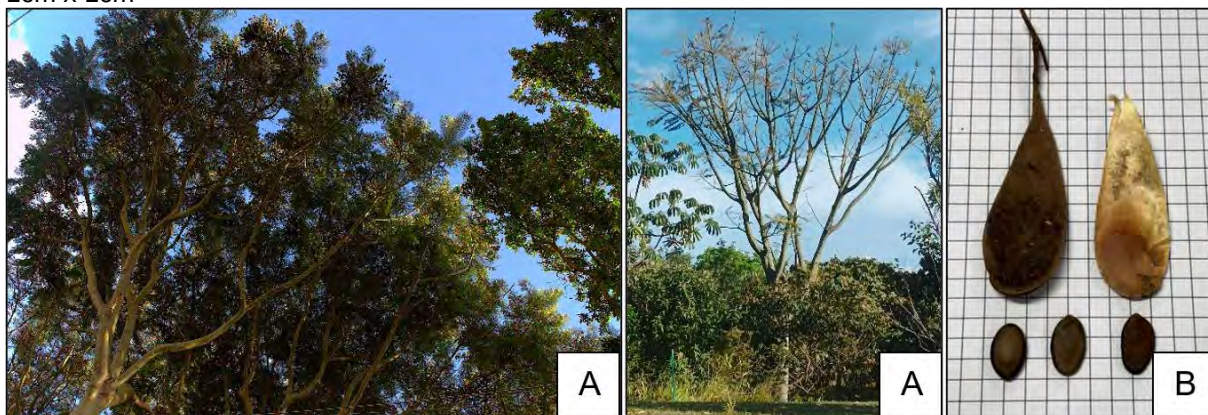
Após o mapeamento da distribuição da leucena na APP do Jardim Noêmia, foram planejadas ações de manejo para conter sua multiplicação. Optou-se pelo uso de podas seletivas e periódicas, realizadas de forma controlada e direcionada a alguns exemplares da espécie na área de estudo. Essa estratégia buscou impedir a dispersão de sementes, evitando a expansão desordenada da leucena. A biomassa resultante das podas, composta por folhas e ramos finos, foi integralmente aproveitada nas etapas experimentais do projeto.

4.3 Testes da leucena como fertilizante

As pesquisas bibliográficas apontam que as folhas de leucena apresentam elevada concentração de nutrientes, especialmente nitrogênio, o que motivou sua avaliação como potencial fertilizante natural. Para verificar essas informações, foram conduzidos testes no laboratório da Cocapec (Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas), em Franca/SP. Os resultados obtidos, evidenciam que as folhas de leucena possuem, dentre outros nutrientes, 37,68 g/kg de Nitrogênio (N); 1,45 g/kg de Fósforo (P); e 17,81 g/kg de Potássio (K).

Para a realização dos testes, foi escolhida a espécie guapuruvu (*Schizolobium parahybae*) (Figura 2), amplamente utilizada em projetos de reflorestamento por ser pioneira a secundária inicial, apresentar rápido crescimento e elevada exigência de nitrogênio em seu desenvolvimento inicial (EMBRAPA, 2020). Essa característica tornou o guapuruvu um modelo adequado para avaliar a eficiência da leucena como fonte de nutrientes.

Figura 2 – Exemplares de guapuruvu (A) com destaque para suas sementes (B) em papel quadriculado 1cm x 1cm



Fonte: Próprio autor, 2025

O experimento foi estruturado em duas etapas: na Fase 1, o objetivo foi selecionar substratos promissores para germinação e crescimento inicial das mudas de guapuruvu. Na Fase 2, partiram

apenas as melhores mudas da fase 1, que foram avaliadas em condições mais próximas a um replantio real no solo da APP.

4.3.1 Fase 1 - Germinação e desenvolvimento inicial

Para a definição dos tratamentos, considerou-se a proporção de alguns componentes substratos utilizados por Moreira *et al.* (2015) em experimentos também conduzidos com guapuruvu. Para isso, foram utilizados sacos pretos para mudas de 0,5 kg, sendo estabelecidos os seguintes grupos experimentais:

- **Grupo 1:** condicionador comercial (10 mudas);
- **Grupo 2:** condicionador comercial + areia (3:1) (10 mudas);
- **Grupo 3:** condicionador comercial + areia + folhas de leucena frescas (3:1:1) (10 mudas);
- **Grupo 4:** condicionador comercial + areia + folhas de leucena secas ao ar livre por 7 dias (3:1:1) (10 mudas);
- **Grupo 5:** solo coletado da APP do Jardim Noêmia (10 mudas).

As folhas de leucena frescas utilizadas no Grupo 3 foram obtidas por meio das podas realizadas para o controle da multiplicação da planta. As folhas que seriam utilizadas na forma seca, no Grupo 4, foram deixadas à sombra por sete dias após as podas, antes de sua utilização no experimento. Para a incorporação nos substratos, todas as folhas foram previamente trituradas.

O Grupo 5 foi incluído porque o projeto tem como finalidade o reflorestamento da APP do Jardim Noêmia, de modo que ele representa as condições reais da área e serve como parâmetro de comparação em relação aos demais tratamentos. Para caracterizar esse solo, amostras foram analisadas nos laboratórios da Cocapec e da RiberSolo, em que alguns destaques dos resultados são: 948 mg/kg de N; 3,00 mg/dm³ de P; e 0,60 mmolc/dm³ de K.

Com base nos resultados de germinação e desenvolvimento inicial do guapuruvu nesta primeira fase, foram selecionadas as mudas mais promissoras, que foram utilizadas na segunda etapa do experimento (Fase 2).

4.3.2 Fase 2 - Replanteio e crescimento em condições simuladas

Após a seleção das melhores mudas da Fase 1, a segunda etapa do experimento buscou avaliar o desempenho das plantas em condições mais próximas ao replantio na APP do Jardim Noêmia. Para isso, foram utilizados sacos pretos para mudas de 10 kg com diferentes complementações de substrato. Três grupos experimentais foram conduzidos:

- **Grupo 1:** solo coletado da APP do Jardim Noêmia (6 mudas);
- **Grupo 2:** solo da APP + folhas de leucena secas ao ar livre por 7 dias (6 mudas).
- **Grupo 3:** solo da APP + esterco bovino curtido (6 mudas);

Desta forma, essa etapa teve como objetivo verificar se a biomassa da leucena, após período de secagem, poderia se tornar alternativa viável ao esterco bovino, insumo tradicionalmente utilizado na adubação.

Com relação ao Grupo B (solo da APP + folhas de leucena), a quantidade de biomassa a ser utilizada foi definida com base nos valores de referência de Vieira *et al.* (2016), que estabeleceu como ideais para o desenvolvimento inicial do guapuruvu: 100 mg/kg de N, 26,2 mg/kg de P e 20,8 mg/kg de K (Tabela 1). Considerando os teores de N e K já presentes no solo da APP, observou-se que ambos já estavam em níveis adequados; contudo, o P apresentava deficiência. Assim, a dose de 16 g de folhas secas por quilograma de solo foi definida para corrigir essa limitação, ajustando o teor de fósforo para próximo do ideal.

No Grupo C (solo da APP + esterco bovino), também a partir dos valores de referência de Vieira *et al.* (2016), optou-se pela aplicação de 25 g de esterco por quilograma de solo. Levando em conta os valores de referência de Silva (2014) para esterco bovino de 18,9 g/kg de N, 1,75 g/kg de P e 18,8 g/kg de K, a estratégia foi aproximar os teores de N aos observados no tratamento com leucena, considerando a elevada demanda desse nutriente pelo guapuruvu. Esse manejo resultou em um aporte de 472,5 mg/kg de N (Tabela 1), valor próximo ao obtido com a leucena. Como consequência, P e K

ficaram acima dos níveis ideais, mas essa escolha foi intencional, priorizando o suprimento adequado de N, nutriente mais limitante ao crescimento inicial das mudas.

Tabela 1 - Teores de N, P e K no solo da APP com diferentes tratamentos, em comparação aos valores ideais para o guapuruvu segundo Vieira *et al.* (2016).

NUTRIENTE	SOLO DA APP	SOLO + LEUCENA	SOLO + ESTERCO	VALOR IDEAL (VIEIRA <i>et al.</i> , 2016)
Nitrogênio (N) (mg/kg)	948	1551	1420,5	100
Fósforo (P) (mg/kg)	3	26,2	46,8	26,2
Potássio (K) (mg/kg)	23,5	308,5	473,5	20,8

Fonte: Próprio autor, 2025

Embora a aplicação de leucena e esterco eleve os teores de N e K acima dos valores ideais, foi esperado que não houvesse efeitos adversos, já que a liberação gradual desses nutrientes durante a decomposição da matéria orgânica funciona como reserva, sustentando o crescimento contínuo das mudas sem provocar desequilíbrios imediatos no solo.

As avaliações sobre o desenvolvimento das mudas durante a Fase 2 foram realizadas em quatro momentos: 20, 40, 60 e 80 dias após o replantio.

4.4 Vivências ecológicas e engajamento comunitário

Com o intuito de fortalecer o sentimento de pertencimento da comunidade em relação à APP do Jardim Noêmia e promover a educação ambiental por meio de práticas participativas, foi planejada e executada uma vivência ecológica organizada em forma de circuito educativo. Essa ação foi conduzida pelos estudantes autores do projeto, que assumiram o papel de mediadores durante todas as etapas, orientando os participantes e conduzindo as atividades práticas. O circuito educativo foi estruturado em etapas sequenciais e complementares:

- **ETAPA 1** - Apresentação do projeto e contextualização da área: os participantes foram apresentados aos objetivos do projeto e à história da APP do Jardim Noêmia, incluindo seus períodos de degradação, ações de reflorestamento e iniciativas comunitárias anteriores. Essa introdução teve como propósito oferecer uma visão ampla da importância ecológica e social da área, situando o público no contexto do projeto.
- **ETAPA 2** - Caminhada pelo local: momento de reconhecimento do território, no qual os participantes observaram as condições ambientais e identificaram espécies nativas e exóticas.
- **ETAPA 3** - Coleta de resíduos: durante a caminhada, os participantes realizaram a coleta de lixo descartado irregularmente, refletindo sobre os impactos desse tipo de poluição e sobre atitudes sustentáveis cotidianas.
- **ETAPA 4** - Compartilhamento de percepções: após o percurso, foi promovido um espaço de diálogo em que os participantes relataram o que observaram e compartilharam aprendizados.
- **ETAPA 5** - Produção de bombas de sementes: os participantes confeccionaram bombas de sementes utilizando argila, terra e sementes nativas previamente coletadas pelos próprios estudantes na APP do Jardim Noêmia. Essa técnica, simples e acessível, permite a regeneração natural mesmo em locais de difícil acesso.
- **ETAPA 6** - Plantio de mudas nativas: o circuito foi encerrado com o plantio coletivo de mudas nativas, simbolizando o compromisso dos participantes com a recuperação da APP e com a continuidade do cuidado ambiental. Parte das mudas utilizadas nessa ação foi produzida na própria escola, a partir dos experimentos que testaram o uso da leucena como fertilizante natural. Para ampliar o número de mudas e diversificar as espécies utilizadas, foi firmada uma parceria com a Fundação Procafé, dedicada à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a cafeicultura em Franca/SP, representada por Maurício, responsável pelo viveiro da instituição. A parceria possibilitou a doação de mudas nativas, assegurando maior taxa de sobrevivência e enriquecimento florístico da área.

Vale ressaltar que essa vivência não se configura como uma ação pontual, mas como uma atividade planejada para ocorrer mensalmente com grupos limitados de participantes, de forma a

garantir acompanhamento, diálogo e envolvimento significativo de todos. Essa dinâmica contínua possibilita o aperfeiçoamento progressivo das ações, o fortalecimento do vínculo comunitário e o incremento gradual do reflorestamento, tanto pela ampliação do número de mudas quanto pela consolidação do sentimento coletivo de responsabilidade ambiental.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Mapeamento dos exemplares de leucena na área

Durante a fase de mapeamento, os estudantes registraram a presença de exemplares de leucena na APP do Jardim Noêmia. Ao todo, foram identificados 105 indivíduos distribuídos em 0,26 km², com muitos concentrados em áreas específicas da APP (Figura 3).

Figura 3 – Mapeamento de exemplares de leucena na APP do Jardim Noêmia e arredores, com imagem do Google Earth e aplicativo UTM Geo Map



Fonte: Próprio autor, 2025

A visualização espacial desses pontos permitiu dimensionar a extensão do problema e compreender melhor a distribuição da leucena na área de estudo. Esse registro foi fundamental para subsidiar a definição das áreas prioritárias de manejo, garantindo que as podas fossem direcionadas a exemplares estratégicos, evitando dispersão de sementes e expansão desordenada da espécie. Além disso, o mapeamento auxiliou na seleção dos indivíduos mais apropriados para aproveitamento da biomassa, que posteriormente foi utilizada nas etapas experimentais do projeto como fertilizante natural, demonstrando como a pesquisa aplicada pode transformar uma problemática ambiental em recurso produtivo.

O levantamento evidencia ainda a importância de integrar observações de campo, ferramentas de georreferenciamento e análise experimental, permitindo que ações de controle de espécies invasoras sejam conduzidas de forma planejada e eficiente, garantindo tanto a preservação da biodiversidade local quanto a sustentabilidade das atividades educativas e experimentais.

5.2 Teste da leucena como fertilizante: Fase 1 - Germinação e desenvolvimento inicial

Na Fase 1, que avaliou a germinação e o crescimento das mudas de guapuruvu até 30 dias após a semeadura, observou-se que os diferentes substratos testados apresentaram desempenhos distintos (Tabela 2).

Tabela 2 – Tabela de acompanhamento morfológico do guapuruvu: Fase 1 – germinação e desenvolvimento inicial – 30 dias após a semeadura

Grupo	Germinação (sim/não)	Sobrevivência? (sim/não)	Altura do caule (cm)	Comprimento da raiz (cm)	Ramificações da raiz (1-5)*	Vigor (1-5)**
GRUPO 1 - CONDICIONADOR COMERCIAL	50%	40%	10,5	5,3	1,5	1,8
GRUPO 2 - CONDICIONADOR COMERCIAL + AREIA (3:1)	90%	80%	12,1	7,5	2,4	2,8
GRUPO 3 - CONDICIONADOR COMERCIAL + AREIA + FOLHA DE LEUCENA FRESCA (3:1:1)	60%	60%	12,8	6,3	2,5	1,7
GRUPO 4 - CONDICIONADOR COMERCIAL + AREIA + FOLHA DE LEUCENA SECA AO AR LIVRE POR 7 DIAS (3:1:1)	80%	60%	15,7	7,5	3,3	3,5
GRUPO 5 - SOLO APP JARDIM NOÊMIA	100%	100%	15,4	10,6	2,9	3,5

* Ramificações da raiz (1: raiz pouco ramificada; 5: raiz muito ramificada)

** Vigor (1: aparência menos desenvolvida, mais fraca, com folhas pequenas e ainda desabrochando; 5: aparência mais desenvolvida, mais saudável, com folhas maiores e bem abertas)

Fonte: Próprio autor, 2025

O condicionador comercial, quando utilizado isoladamente, apresentou os piores resultados, com baixa taxa de germinação e desenvolvimento limitado das mudas. Esse resultado sugere que o substrato puro não fornece condições adequadas para o estabelecimento inicial das plântulas. A simples adição de areia ao condicionador promoveu melhorias significativas, refletidas em maior taxa de germinação, sobrevivência e desenvolvimento radicular, possivelmente devido à melhora da aeração e drenagem do substrato, fatores essenciais para a emergência das sementes e crescimento inicial das mudas.

O uso de folhas de leucena frescas apresentou desempenho restritivo, com germinação reduzida, baixo vigor e desenvolvimento limitado das mudas. Essa resposta pode estar associada à presença de compostos alelopáticos, como a mimosina, (Ward e Harris, 1976), ainda ativos no material recém-incorporado, que dificultaram tanto a germinação quanto o crescimento inicial. Quando as folhas foram submetidas a um período de secagem de sete dias, houve melhora parcial: a germinação aumentou e as mudas sobreviventes apresentaram maior altura, ramificação radicular e vigor, embora a taxa de sobrevivência ainda fosse inferior à observada em outros tratamentos. Esses achados indicam que a secagem reduz parcialmente os efeitos inibitórios, mas o tempo adotado talvez não seja suficiente para eliminar completamente a ação alelopática.

Entre todos os tratamentos, o solo proveniente da APP destacou-se como o substrato mais favorável, alcançando 100% de germinação e sobrevivência, raízes mais longas e bem ramificadas, além de vigor elevado. Esse desempenho pode estar relacionado à presença de matéria orgânica estabilizada e à ação da microbiota do solo, que desempenham papel fundamental no estabelecimento inicial das plântulas.

Dessa forma, embora o solo da APP tenha se mostrado o ambiente mais adequado para germinação e desenvolvimento inicial das mudas de guapuruvu, os resultados com a leucena, especialmente na forma seca, indicam que este material ainda apresenta potencial como condicionador do solo. É plausível supor que um período maior de secagem ou a decomposição parcial da biomassa antes da semeadura possa reduzir os efeitos alelopáticos, permitindo melhor aproveitamento da leucena como fertilizante natural.

5.3 Teste da leucena como fertilizante: Fase 2 - Replântio e crescimento em condições simuladas

Na Fase 2, todas as mudas apresentaram 100% de sobrevivência em todos os tratamentos, permitindo acompanhar exclusivamente as diferenças no crescimento, vigor e desenvolvimento morfológico ao longo de 80 dias após o replântio.

Nos primeiros dias após o replântio (Fase 2a) (Anexo 1), o solo da APP e o solo acrescido de esterco bovino mostraram desempenho inicial superior, com crescimento uniforme (Gráfico 1) e coloração foliar predominantemente verde. Em contraste, o grupo com leucena seca apresentou desenvolvimento mais lento, menor número de folhas, vigor reduzido (Gráfico 1) e sinais de estresse, como folhas amareladas, secagem rápida do solo, presença superficial de fungos e odor desagradável. Esses resultados sugerem que, nesse estágio inicial, a matéria orgânica da leucena ainda estava em decomposição ativa, elevando a atividade microbiana, consumindo oxigênio e liberando compostos voláteis potencialmente tóxicos para as raízes, o que comprometeu temporariamente o crescimento das mudas (KIEHL, 1985).

Na segunda avaliação (Fase 2b) (Anexo 2), as mudas do grupo com leucena seca começaram a mostrar sinais de recuperação, com aumento no número de folhas e crescimento mais equilibrado, embora ainda inferiores aos demais tratamentos. Já as mudas cultivadas em solo da APP ou solo com esterco mantiveram desempenho estável e vigoroso (Gráfico 1), indicando que esses substratos ofereciam condições químicas e biológicas favoráveis ao desenvolvimento contínuo.

Na terceira avaliação (Fase 2c) (Anexo 3), a melhora das mudas com leucena seca tornou-se mais evidente. O crescimento começou a se equiparar ao dos demais grupos, com folhas em coloração verde intensa e aspecto saudável (Gráfico 1). Esse progresso sugere que a matéria orgânica presente no substrato começou a se estabilizar, reduzindo a decomposição agressiva e permitindo liberação gradual de nutrientes em formas assimiláveis pelas plantas.

Por fim, na quarta avaliação (Fase 2d) (Tabela 3), 80 dias após o replântio, o grupo com leucena seca apresentou resultados superiores em altura, número de folhas, vigor e coloração verde intensa, destacando-se pelo aspecto geral mais desenvolvido (Gráfico 1). O solo da APP e o solo com esterco mantiveram crescimento satisfatório, porém com coloração foliar levemente mais clara, demonstrando estabilidade, mas sem alcançar o desempenho máximo observado no grupo da leucena.

Tabela 3 – Tabela de acompanhamento morfológico do guapuruvu: Fase 2d – replântio e desenvolvimento em novos substratos – mais 80 dias após Fase 1

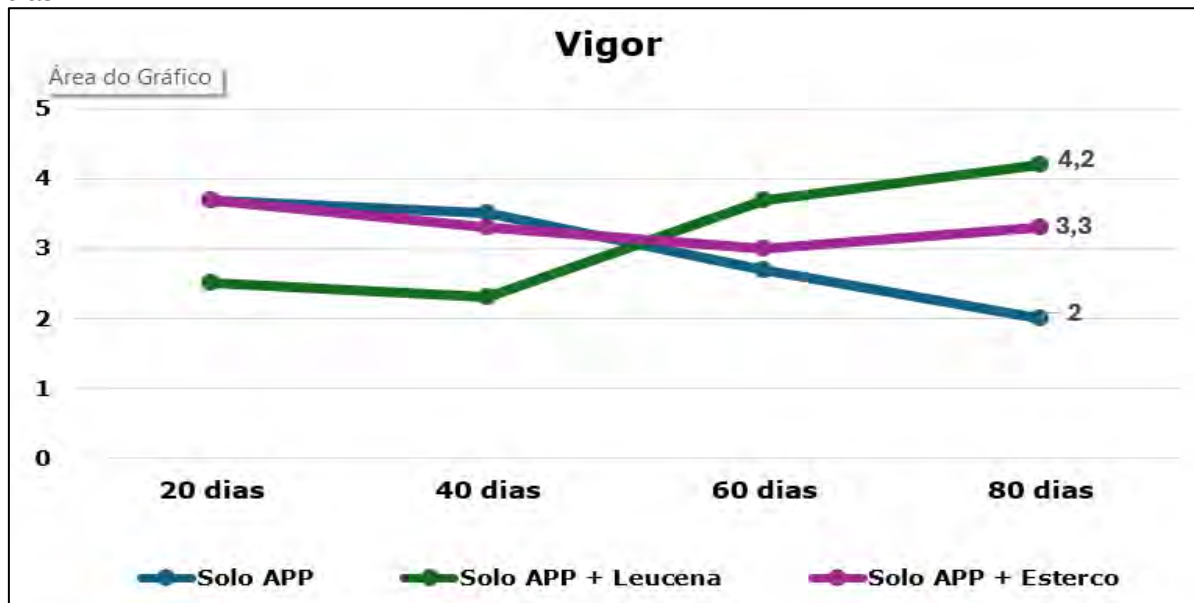
Grupo	Sobrevivência? (sim/não)	Altura do caule (cm)	Cor das folhas*	Vigor** (1–5)	Observações
GRUPO 1 - SOLO APP JARDIM NOÊMIA	100%	24,3	Verde claro	2,0	
GRUPO 2 - SOLO APP JARDIM NOÊMIA + FOLHA DE LEUCENA SECA AO AR LIVRE POR 7 DIAS (16g/Kg)	100%	28,0	100% verde	4,2	4 plantas com ótimo desenvolvimento. 1 planta com desenvolvimento aquém das demais, mas em plena recuperação.
GRUPO 3 - SOLO APP JARDIM NOÊMIA + ESTERCO BOVINO (25g/Kg)	100%	24,0	Verde claro	3,3	

* Cor (verde, verde claro, amarelada, com manchas)

** Vigor (1: aparência menos desenvolvida, mais fraca, com folhas pequenas e ainda desabrochando; 5: aparência mais desenvolvida, mais saudável, com folhas maiores e bem abertas)

Fonte: Próprio autor, 2025

Gráfico 1 – Evolução do vigor das mudas dos diferentes grupos testados na Fase 2 ao longo de 80 dias.



Fonte: Próprio autor, 2025.

Esses resultados evidenciam que, embora a leucena seca tenha apresentado crescimento inicial mais lento devido à decomposição ativa da matéria orgânica, o substrato estabilizou-se ao longo do tempo, permitindo que as mudas desenvolvessem altura, vigor e coloração foliar superiores aos demais tratamentos. Esse comportamento demonstra claramente o potencial da leucena como fertilizante natural, capaz de promover crescimento saudável e vigoroso após a fase de adaptação inicial. O solo da APP manteve desempenho consistente, enquanto o solo com esterco também se mostrou eficiente, mas a leucena destaca-se pelo efeito positivo evidente no longo prazo, indicando que sua utilização pode ser estratégica para estimular o desenvolvimento das mudas em condições simuladas de replantio.

5.4 Vivências ecológicas e engajamento comunitário

As vivências ecológicas, programadas para ocorrer mensalmente, foram realizadas nos meses de agosto e setembro, reunindo aproximadamente 35 participantes em cada edição. O público foi composto majoritariamente por estudantes da própria escola, além de funcionários e pais de alunos.

Durante as caminhadas ecológicas pela APP (Figura 4), os participantes percorreram diferentes trechos da área, observando a diversidade de plantas e animais locais e identificando pontos de degradação ambiental. A atividade também incluiu a coleta de resíduos sólidos descartados irregularmente, resultando na retirada de cerca de sete sacos de 30 litros de lixo em cada vivência, sendo a maior parte composta por embalagens plásticas e materiais não recicláveis. Esses dados reforçam a importância de promover ações educativas contínuas sobre descarte adequado e preservação ambiental.

Na etapa de produção de bombas de sementes, os participantes confeccionaram unidades (Figura 4) utilizando argila, terra e sementes nativas previamente coletadas pelos próprios estudantes na APP. As espécies empregadas incluíram aroeirinha-pimenteira, jacarandá-do-cerrado, ipê-amarelo, saboneteira, pata-de-vaca, quaresmeira e açoita-cavalo. Cada participante produziu ao menos duas bombas de sementes, que foram lançadas em trechos mais degradados da área, especialmente nas porções com solo exposto e menor cobertura vegetal.

Figura 4 – momentos da vivência ecológica em que os participantes caminham pela APP do Jardim Noêmia (A) e produzem bombas de sementes (B)



Fonte: Próprio autor, 2025.

O circuito foi concluído com o plantio coletivo de mudas nativas, incluindo ao menos 10 mudas de espécies como ipê-amarelo, oiti e pau-viola, obtidas por meio da parceria com a Fundação Procafé. Além disso, foram incluídas quatro mudas de guapuruvu, produzidas na própria escola com o uso do fertilizante natural obtido a partir da leucena, integrando diretamente os resultados experimentais às ações práticas de restauração ambiental.

Observou-se que, embora alguns alunos morassem próximos à APP, não conheciam o espaço ou nunca haviam visitado o local. Por outro lado, alguns participantes já haviam se envolvido em ações de preservação, como uma aluna da 3ª série do Ensino Médio, que em 2017 participou de um projeto escolar para cuidar das nascentes da região (Franca, 2017). Após a realização das vivências, a aluna compartilhou a experiência com seu pai, que se encantou com o projeto, reconhecendo sua relevância e história. O pai, Divaldo Moreira, que já havia publicado um livro com fotografias da APP (Moreira, 2008), doou um exemplar da obra aos estudantes autores, reforçando o vínculo entre conhecimento acadêmico, experiências pessoais e valorização do patrimônio natural local.

Essas vivências demonstram não apenas o impacto ambiental positivo das ações práticas, como a coleta de resíduos, plantio de mudas e lançamento de sementes, mas também o potencial de engajamento comunitário e educativo, despertando consciência ambiental e fortalecendo a relação da comunidade com a APP. Além disso, ao se planejar a realização mensal dessas atividades, o projeto busca consolidar as vivências como parte integrante do planejamento escolar nos próximos anos, garantindo continuidade e ampliação do impacto, reforçando o compromisso da escola com a formação de cidadãos conscientes e atuantes, capazes de contribuir para uma sociedade mais equilibrada, inclusiva e sustentável.

5.5 Articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como um compromisso global para enfrentar os principais desafios sociais, econômicos e ambientais. Projetos locais, quando articulados a essa agenda, demonstram como ações comunitárias podem gerar impactos concretos em metas internacionais de sustentabilidade. O presente trabalho se conectou a diversos ODS, evidenciando o potencial de suas ações para contribuir com transformações socioambientais. Contudo, vale destacar a relação do presente trabalho com a ODS 15 – Vida terrestre: o controle da leucena, espécie invasora que ameaça a diversidade local, aliado ao plantio de espécies nativas, contribuiu diretamente para proteger e recuperar ecossistemas terrestres, restaurar a flora local e criar condições favoráveis ao retorno da fauna silvestre. Essas ações fortalecem os serviços ecossistêmicos e reconstróem a biodiversidade na APP do Jardim Noêmia.

Dessa forma, o projeto evidencia que a construção de um mundo melhor começa com iniciativas locais, que podem contribuir de maneira concreta para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reforçando a importância de ações coletivas para cidades mais justas, resilientes e ambientalmente equilibradas, ao mesmo tempo em que valoriza a pesquisa aplicada e o protagonismo estudantil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que as folhas de leucena, embora ricas em nutrientes, especialmente nitrogênio, não favorecem a germinação e o desenvolvimento inicial das mudas de guapuruvu devido à decomposição ativa e à presença de compostos alelopáticos. Após um período de estabilização, no entanto, os efeitos negativos são revertidos e as mudas apresentam desempenho satisfatório, superando inclusive o esterco bovino, fertilizante natural amplamente utilizado. Recomenda-se, portanto, que a leucena seja incorporada ao solo com antecedência mínima de 40 dias antes da semeadura ou do plantio, a fim de evitar prejuízos iniciais e garantir seus benefícios no crescimento posterior das plantas. Assim, confirma-se que a leucena possui um potencial expressivo como condicionador de solo em programas de restauração ambiental.

Além disso, o uso das folhas de leucena pode estar associado a práticas sustentáveis de manejo, já que a realização de podas para controle da espécie invasora contribui para a conservação da biodiversidade e gera um recurso de baixo custo para fertilização, reduzindo a dependência de insumos industriais.

Paralelamente, o projeto também se destacou pelas vivências ecológicas realizadas, que envolveram ativamente a comunidade local. Em alguns casos, moradores que vivem próximos à área conheceram a mata pela primeira vez, fortalecendo vínculos com o território. Em outros, houve o resgate de memórias, como a doação para a escola de um trabalho fotográfico da região feito na década passada. As ações ainda complementaram iniciativas já conduzidas pela ONG Verdejar, ampliando a rede de guardiões da mata e estimulando a valorização do espaço. Por fim, a participação coletiva também resultou em contribuições diretas para o reflorestamento da área, reforçando o caráter integrador e transformador do projeto, que uniu ciência, conservação e engajamento comunitário.

Sendo assim, ao final, é possível concluir que o projeto “Fertiliza Invasora” demonstra que a ciência, quando aliada à educação e ao compromisso comunitário, é capaz de transformar desafios em oportunidades, inspirando novas gerações a construir um mundo melhor para todos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, E. M. de M.; VERONEZ, L. F. S.; MACHADO, M. L. B. (Orgs.). Eu sou 1 em 1 milhão: 5 anos do Comitê Verdejar em Franca-SP. Franca: UNESP – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2021. 145 p. ISBN 978-65-86378-10-8.

EMBRAPA. A “milagrosa” leucena pode ser uma praga. YouTube, 30 mar. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AczvqfirMRM&t=1s>. Acesso em: 24 set. 2025

EMBRAPA. *Espécies Arbóreas Brasileiras: Guapuruvu (Schizolobium parahybae)*. Brasília, DF: Embrapa, 2020. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1140131/1/Especies-Arboreas-Brasileiras-vol-1-Guapuruvu.pdf>. Acesso em: 8 out. 2025

EVANGELISTA, J. Leucena. Sobral: Embrapa Caprinos e Ovinos, dez. 2013. 1 folder. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1010171/1/CNPC2014Leucena.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025

FRANCA (Município). Ações do Guardiões do Espraiado protegem nascentes do córrego que banha a cidade. *Portal Oficial de Franca*, 5 maio 2017. Disponível em: <https://www3.franca.sp.gov.br/noticia/23933/aes-do-guardies-do-espraiado-protegem-nascentes-do-crrego-que-banha-a-cidade.html>. Acesso em: 8 out. 2025

FRANCA (Município). Decreto nº 12.047, de 22 de julho de 2025. Regulamenta o controle de plantio de espécies inadequadas para áreas urbanas no Município de Franca. *Diário Oficial do Município de Franca*, Franca, SP, 23 jul. 2025. Disponível em: www.franca.sp.gov.br/diariooficial. Acesso em: 23 set. 2025.

GLOBAL INVASIVE SPECIES DATABASE (GISD). *Leucaena leucocephala*. IUCN/SSC Invasive Species Specialist Group, 2025. Disponível em: Global Invasive Species Database – *Leucaena leucocephala*. Acesso em: 24 set. 2025.

GLOBO. A invasão da Leucena. Bom Dia SP, G1, São Paulo, 23 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/bom-dia-sp/video/a-invasao-da-leucena-13677819.ghtml>. Acesso em: 23 set. 2025

KIEHL, E. J. Fertilizantes orgânicos. Piracicaba: Agronômica Ceres, 1985. 492 p.

MOREIRA, D. Nascentes do espraído. Franca (SP): Ribeirão Gráfica e Editora, 2008. 60p.

MOREIRA, W. K. O.; ALVES, J. D. N.; LEÃO, F. A. N.; OLIVEIRA, S. S.; OKUMURA, R. S. Efeito de substratos no crescimento de mudas de guapuruvú (*Schizolobium parahyba* (Vell.) S. F. Blake). Enciclopédia Biosfera, Goiânia, v. 11, n. 22, p. 1067–1075, dez. 2015.

OLIVEIRA, T.; DAUZACKER, G. Leucena: a árvore invasora trazida do México para alimentar gado que vai ser erradicada de Campo Grande. G1 MS, Campo Grande, 6 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2025/06/06/leucena-a-arvore-invasora-trazida-do-mexico-para-alimentar-gado-que-vai-ser-erradicada-de-campo-grande.ghtml>. Acesso em: 23 set. 2025

SILVA, Valéria Borges da et al. Decomposição e liberação de N, P e K de esterco bovino e de cama de frango isolados ou misturados. Revista Brasileira de Ciência do Solo, v. 38, p. 1537–1546, 2014. Disponível em: <https://www.rbcjournal.org>. Acesso em: 29 set. 2025.

VIEIRA, A. H.; LOCATELLI, M.; FRANÇA, J. M. de; CARVALHO, J. O. M. de. Crescimento de mudas de *Schizolobium parahyba* var. *amazonicum* (Huber ex Ducke) Barneby sob diferentes níveis de nitrogênio, fósforo e potássio. Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2006. 17 p.

WARD, K.A.; HARRIS, R.L.N. Inhibition of wool follicle DNA synthesis by mimosine and related 4(1H)-pyridones. Australian Journal of Biological Sciences, v.29, p.189-196, 1976.

ANEXOS

Anexo 1 – Tabela de acompanhamento morfológico do guapuruvu: Fase 2a – replantio e desenvolvimento em novos substratos – mais 20 dias após Fase 1

Grupo	Sobrevivência? (sim/não)	Altura do caule (cm)	Número de folhas	Cor das folhas*	Vigor** (1–5)	Observações
GRUPO 1 - SOLO APP JARDIM NOÊMIA	100%	13,2	2,8	100% verde	3,7	
GRUPO 2 - SOLO APP JARDIM NOÊMIA + FOLHA DE LEUCENA SECA AO AR LIVRE POR 7 DIAS (16g/kg)	100%	11,0	2,3	83% verde	2,5	Secagem rápida do solo após regas, aparecimento de fungos e liberação de mal cheiro na primeira semana
GRUPO 3 - SOLO APP JARDIM NOÊMIA + ESTERCO BOVINO (25g/kg)	100%	14,5	2,8	100% verde	3,7	

* Cor (verde, verde claro, amarelada, com manchas)

** Vigor (1: aparência menos desenvolvida, mais fraca, com folhas pequenas e ainda desabrochando; 5: aparência mais desenvolvida, mais saudável, com folhas maiores e bem abertas)

Fonte: Próprio autor, 2025

Anexo 2 – Tabela de acompanhamento morfológico do guapuruvu: Fase 2b – replantio e desenvolvimento em novos substratos – mais 40 dias após Fase 1

Grupo	Sobrevivência? (sim/não)	Altura do caule (cm)	Número de folhas	Cor das folhas*	Vigor** (1–5)	Observações
GRUPO 1 - SOLO APP JARDIM NOÊMIA	100%	15,8	4,0	100% verde	3,5	
GRUPO 2 - SOLO APP JARDIM NOÊMIA + FOLHA DE LEUCENA SECA AO AR LIVRE POR 7 DIAS (16g/kg)	100%	13,0	3,3	83% verde	2,3	Mostra indícios de bom desenvolvimento de algumas mudas após uma primeira fase mais crítica em relação ao demais grupos.
GRUPO 3 - SOLO APP JARDIM NOÊMIA + ESTERCO BOVINO (25g/kg)	100%	16,2	3,8	100% verde	3,3	

* Cor (verde, verde claro, amarelada, com manchas)

** Vigor (1: aparência menos desenvolvida, mais fraca, com folhas pequenas e ainda desabrochando; 5: aparência mais desenvolvida, mais saudável, com folhas maiores e bem abertas)

Fonte: Próprio autor, 2025

Anexo 3 – Tabela de acompanhamento morfológico do guapuruvu: Fase 2c – replantio e desenvolvimento em novos substratos – mais 60 dias após Fase 1

Grupo	Sobrevivência? (sim/não)	Altura do caule (cm)	Número de folhas	Cor das folhas*	Vigor** (1–5)	Observações
GRUPO 1 - SOLO APP JARDIM NOÊMIA	100%	19,7	5,2	Verde claro	2,7	
GRUPO 2 - SOLO APP JARDIM NOÊMIA + FOLHA DE LEUCENA SECA AO AR LIVRE POR 7 DIAS (16g/kg)	100%	20,7	5,3	100% verde	3,7	4 plantas com ótimo desenvolvimento. 2 com desenvolvimento aquém, mas melhorando
GRUPO 3 - SOLO APP JARDIM NOÊMIA + ESTERCO BOVINO (25g/kg)	100%	20,7	5,2	Verde claro	3,0	

* Cor (verde, verde claro, amarelada, com manchas)

** Vigor (1: aparência menos desenvolvida, mais fraca, com folhas pequenas e ainda desabrochando; 5: aparência mais desenvolvida, mais saudável, com folhas maiores e bem abertas)

Fonte: Próprio autor, 2025

FITOTERAPIA E DEPRESSÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

PHYTOTHERAPY AND DEPRESSION: AN INTEGRATIVE REVIEW

Área temática: 03 - Saúde e Bem-estar

SILVA, Sarah Cristina Andrade
Universidade de Franca

Bióloga, Mestre em Promoção de Saúde e Doutoranda em Promoção de Saúde
sarahbio08@gmail.com

FERREIRA, Viviani Motta
Universidade de Franca

Naturóloga, Graduanda em Farmácia e Mestranda em Ciências
viviani.motta.ferreira@hotmail.com

PAULETTI, Patrícia Mendonça
Universidade de Franca

Farmacêutica, Mestre e Doutora em Química
patricia.pauletti@unifran.edu.br

Resumo

A depressão é um transtorno mental frequente, sendo a principal causa de incapacidade em todo o mundo e estima-se que mais de 300 milhões de pessoas sofram com esse transtorno. O objetivo desta revisão integrativa foi identificar quais fitoterápicos vêm sendo utilizados para o tratamento da depressão, sistematizando e analisando as publicações sobre o tema indexadas nos últimos cinco anos nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed, e Science Direct. Foram selecionados 8 artigos que correlacionavam o uso de plantas medicinais na depressão e a análise dos estudos permitiu evidenciar que há benefícios no uso de 9 plantas medicinais para o tratamento da doença: *Silybum marianum* L., *Citrus sinensis* L., *Hypericum perforatum* L., *Melissa officinalis* L., *Salvia officinalis* L., *Schisandra sinensis* L., *Matricaria chamomilla* L., *Lavandula angustifolia* L. e *Valeriana officinalis* L. Um ensaio clínico com *M. chamomilla* identificou efeito ansiolítico e antidepressivo. Estudo com mulheres com depressão pós-parto após aplicação de aromaterapia com laranja doce (*C. sinensis*) resultou em impacto positivo na modulação dos neurotransmissores serotonina e dopamina. Em outro estudo, efeito semelhante à fluoxetina na depressão leve a moderada foi observado para os grupos tratados com *M. officinalis* e *L. angustifolia*. Apenas um estudo não demonstrou melhora nos sintomas depressivos. Apesar dos resultados promissores, é importante destacar a necessidade de mais estudos sobre o uso desses fitoterápicos, considerando que a depressão é uma condição crônica que, em muitos casos, apresenta resistência às terapias convencionais.

Palavras-chave: fitoterapia, depressão, plantas medicinais.

Abstract

Depression is a prevalent mental health disorder and the leading cause of disability worldwide, affecting over 300 million individuals. This integrative review aimed to identify herbal medicines currently used in the treatment of depression by systematizing and analyzing publications indexed in the past five years across the Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed, and ScienceDirect databases. A total of eight studies were selected based on their relevance to the use of medicinal plants in managing depressive symptoms. The findings indicate potential therapeutic benefits associated with nine plant species: *Silybum marianum* L., *Citrus sinensis* L., *Hypericum perforatum* L., *Melissa officinalis* L., *Salvia officinalis* L., *Schisandra sinensis* L., *Matricaria chamomilla* L., *Lavandula angustifolia* L., and *Valeriana officinalis* L. One clinical trial involving *M. chamomilla* reported both anxiolytic and antidepressant effects. In another study, postpartum women who received aromatherapy with *C. sinensis* exhibited positive modulation of serotonin and dopamine neurotransmitters. Additionally, treatments with *M.*

officinalis and *L. angustifolia* demonstrated antidepressant efficacy comparable to fluoxetine in cases of mild to moderate depression. Only one of the reviewed studies did not report significant improvements in depressive symptoms. Despite the promising outcomes, further high-quality clinical trials are warranted to substantiate the efficacy and safety of these phytotherapeutic agents, especially considering the chronic and treatment-resistant nature of depression in many patients.

Keywords: phytotherapy, depression, medicinal plants.

INTRODUÇÃO

A depressão é um transtorno mental frequente, sendo a principal causa de incapacidade em todo o mundo e estima-se que mais de 300 milhões de pessoas sofram com esse transtorno (OPAS, 2023). A previsão da OMS é que a depressão será a doença mais comum do mundo em 2030. (OMS, 2011). Mais da metade da população mundial é economicamente ativa, 15% dos adultos em idade produtiva vivem com doenças mentais, estima-se que doze bilhões de dias de trabalho sejam perdidos todos os anos devido à depressão e à ansiedade, o que representa um custo de um trilhão de dólares por ano para a economia global, predominantemente devido à redução da produtividade (OMS, 2023).

Os medicamentos mais comumente usados na terapêutica da depressão são os inibidores seletivos da recaptação de serotonina (ISRSs) e os inibidores da recaptação de serotonina-norepinefrina (IRSNs) (HILAL-DANDAN; BRUNTON, 2015). Porém, em alguns casos, os indivíduos podem ter a doença refratária ao tratamento convencional, sendo necessário o uso de estratégias terapêuticas alternativas que demonstrem resultados promissores, tendo em vista que é uma doença multifatorial que pode persistir por um longo período de tempo.

Estudos indicam que vários fitoquímicos presentes nas plantas exibem atividade antidepressiva, como os flavonoides, alcaloides, glicosídeos, terpenos e saponinas (SHAH et al, 2021). Assim, o objetivo do presente estudo foi verificar quais fitoterápicos são utilizados para o tratamento da depressão, sistematizando e analisando o que vem sendo publicado sobre a temática nos últimos 5 anos, a fim de orientar as práticas clínicas e direcionar novos estudos.

METODOLOGIA

Este trabalho se trata de uma revisão integrativa da literatura, conduzida por meio da análise de artigos disponíveis nas bases de dados eletrônicas Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed e Science Direct. A revisão integrativa permite reunir e organizar, de forma sistemática, os achados de diferentes pesquisas, contribuindo para um entendimento aprofundado do tema em questão e promovendo a utilização de evidências na prática clínica (BEYEA, NICOLL, 1998; MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2008).

Para orientar a busca de artigos nesta revisão, foi formulada a seguinte pergunta: “Quais plantas medicinais/fitoterápicos são utilizadas no tratamento da depressão?”. Ela foi preparada de acordo com a estratégia PICo, onde: P (População): indivíduos que utilizam fitoterápicos; I (Interesse): plantas medicinais/fitoterápicos; Co (Contexto): tratamento da depressão.

A coleta de dados foi realizada no mês de março de 2025. Na base BVS, utilizaram-se os descritores “fitoterapia” e “depressão”, selecionados por meio do DeCS. A estratégia de busca constituiu na combinação: “fitoterapia” AND “depressão”. Já nas bases PubMed e Science Direct, os descritores foram escolhidos com base no MeSH: “*phytotherapy*” e “*depression*”, sendo combinados da seguinte forma: “*phytotherapy*” AND “*depression*”.

Após a realização das buscas, foram aplicados três filtros em todas as bases: disponibilidade do texto completo em acesso aberto, publicações em português, espanhol e inglês e ano de publicação nos últimos cinco anos. Foram excluídos os estudos que se enquadravam nas seguintes categorias: cartas ao editor; revisão de literatura; publicações que não contemplavam o tema; e estudos experimentais.

RESULTADOS

A busca por artigos nas três bases de dados resultou nas quantidades apontadas na Tabela 1.

Tabela 1. Quantidade de artigos encontrados separadamente entre as combinações de descritores nas bases de dados BVS, PubMed e Science Direct, antes e após aplicação dos filtros de idioma, período de publicação e disponibilidade de texto.

Base de dados	Método de busca nas bases de dados	Quantidade de artigos encontrados (antes dos filtros)	Quantidade de artigos para triagem (após filtros)
BVS	“fitoterapia” AND “depressão”	1.638	7
PubMed	“ <i>phytotherapy</i> ” AND “ <i>depression</i> ”	1.432	64
Science Direct	“ <i>phytotherapy</i> ” AND “ <i>depression</i> ”	1.078	47

Foi realizada a leitura dos títulos e resumos dos artigos selecionados para triagem e eliminados aqueles que fugiam ao tema da presente pesquisa, bem como cartas ao editor. Ao final dessa etapa, foram selecionados um total de 28 artigos para leitura na íntegra, sendo 1 artigo da base de dados BVS, 18 artigos da base de dados Pubmed e 9 artigos da base de dados Science Direct.

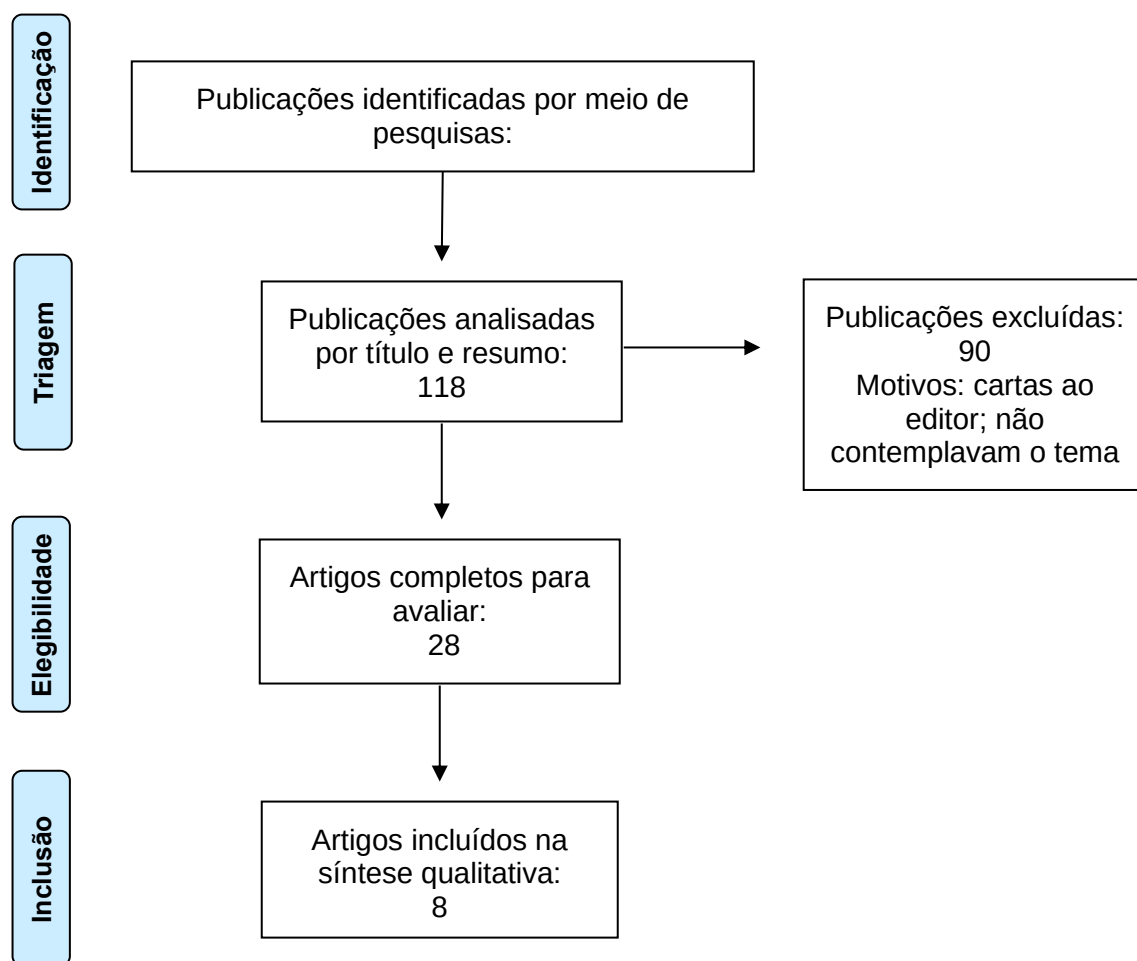


Figura 1. Fluxograma do processo de busca e seleção dos artigos

Desses, 20 foram excluídos por se tratarem de revisões, estudos experimentais ou por não contemplarem o objetivo da presente pesquisa. Assim, 8 artigos foram selecionados para a síntese qualitativa. Os dados da síntese qualitativa foram extraídos para dois quadros. O primeiro contém as seguintes informações: título do artigo, autores e ano de publicação, nome da revista, local de realização da pesquisa e população estudada (Quadro 1). O segundo contém o objetivo do estudo, método utilizado, resultados e conclusões (Quadro 2).

Quadro 1. Identificação dos estudos selecionados

Nº	Título do artigo	Autores e ano de publicação	Nome da revista	Local de realização da pesquisa	População estudada
1	<i>Nano-curcumin effects on nicotine dependence, depression, anxiety and metabolic parameters in smokers: A randomized double-blind clinical study</i>	Mamsharifi, P.; Farokhi, B.; Hajipoor-Taziani, R.; Alemi, F.; Hazegh, P.; Masoumzadeh, S.; Jafari, L.; Ghaderi, A.; Dehkohne, S. G. 2023.	Heliyon	Irã	Pacientes fumantes
2	<i>Cross-cultural and historical traceability of ethnomedicinal Asteraceae. Eastern Morocco and Eastern Andalusia: Two sides of a sea in 20 centuries of history</i>	Benítez, G.; El-Gharbaoui, A.; Redouan, F. Z.; González-Tejero, M. R.; Molero-Mesa, J.; Merzouki, A. 2021.	South African Journal of Botany	Marrocos Oriental e Andaluzia Oriental (Espanha)	População da área de estudo
3	<i>The use of medicinal plants by Paraguayan migrants in the Atlantic Forest of Misiones, Argentina, is based on Guaraní tradition, colonial and current plant knowledge</i>	Kujawska, M.; Schmeda-Hirschmann, G. 2022.	Journal of Ethnopharmacology	Argentina	Migrantes paraguaios
4	<i>Experience of Western Herbal Medicine practitioners in supporting brain health in mid-life and older patients:</i>	Hundal, S.; Green, J. 2022.	Journal of Herbal Medicine	Reino Unido	Profissionais de Medicina Herbal Ocidental

	<i>A qualitative research study</i>				
5	<i>Putative Antidepressant Effect of Chamomile (Matricaria chamomilla L.) Oral Extract in Subjects with Comorbid Generalized Anxiety Disorder and Depression.</i>	Amsterdam, J. D.; Li, Q. S.; Xie, S. X.; Mao, J. J. 2020.	Journal of Alternative and Complementary Medicine (New York, N.Y.)	Estados Unidos	Indivíduos com transtorno de ansiedade generalizada e depressão comórbida
6	<i>Effects of Aromatherapy Massage Combined with TCM Emotional Release Technique on Maternal and Neonatal Physical and Mental Health and Family Relationship in Patients with Postpartum Depression.</i>	Wang, X.; Pang, R.; Zhang, Y.; Zhang, C.; Sun, S. 2024.	Alternative Therapies in Health and Medicine	China	Pacientes com depressão pós-parto
7	<i>A double-blind, randomized pilot study for comparison of Melissa officinalis L. and Lavandula angustifolia Mill. with Fluoxetine for the treatment of depression.</i>	Araj-Khodaei, M.; Noorbala, A. A.; Yarani, R.; Emadi, F.; Emaratkar, E.; Faghihzadeh, S.; Parsian, Z.; Alijaniha, F.; Kamalinejad, M.; Naseri, M. 2020.	BMC Complementary Medicine and Therapies	Irã	Pacientes ambulatoriais adultos com depressão
8	<i>Use of herbal medicinal products among patients in primary health care in a Brazilian southeastern city: evidence from the Prover project</i>	Cota, B. B.; Alves, J. C.; De Caux, A. A.; Passagli, L. C. F.; De Castro, A. K. S.; Luz, T. C. B. 2024.	Einstein (Sao Paulo)	Brasil	Pacientes da atenção primária à saúde

Quadro 2. Dados extraídos dos estudos selecionados para análise

Nº	Objetivo do estudo	Método utilizado	Resultados e conclusão
1	Investigar os efeitos terapêuticos da nanocurcumina (Nano-CUR) em fumantes, com foco na melhora dos sintomas clínicos e parâmetros metabólicos.	Pacientes fumantes foram divididos em dois grupos: um recebeu cápsulas gelatinosas moles de Nano-CUR 80 mg/dia por um período de 3 meses (n = 35) e o segundo grupo recebeu placebo (n = 35). Os desfechos primários, incluindo a escala de dependência de nicotina e os escores de Beck para depressão e ansiedade, bem como os desfechos secundários, perfis glicêmico e lipídico, marcadores de estresse oxidativo e inflamação, foram avaliados antes e após os 3 meses de intervenção.	A administração do Nano-CUR resultou em uma redução significativa nos níveis de óxido nítrico, malondialdeído e proteína C-reativa ($p < 0,05$), em comparação ao grupo controle. No entanto, não foram observadas alterações significativas nos escores de dependência de nicotina, depressão, ansiedade ou em outros parâmetros metabólicos ($p > 0,05$). Estudos adicionais são necessários para confirmar a eficácia da suplementação com Nano-CUR em fumantes, a fim de rejeitar ou apoiar esses achados.
2	Avaliar o compartilhamento e as diferenças no conhecimento popular atual sobre os usos medicinais de plantas em duas regiões vizinhas do Mediterrâneo Ocidental, Marrocos Oriental e Andaluzia Oriental (Espanha), que compartilham um contexto histórico comum. O estudo teve como foco a família botânica mais importante em ambas as regiões: as Asteraceae.	Os dados sobre o uso tradicional das plantas no Marrocos foram obtidos em uma pesquisa de campo. Para fins comparativos, foi elaborado um banco de dados que integrou esses dados com informações provenientes de revisões da literatura etnobotânica da Andaluzia Oriental e com registros de três ervas historicamente relevantes. A análise estatística foi conduzida utilizando a análise hierárquica de agrupamento e índice de similaridade de Jaccard.	Os resultados indicam que, no Marrocos, 10 táxons da família Asteraceae são utilizados no tratamento de 45 condições médicas, distribuídas entre 10 grupos patológicos. No total, o banco de dados reuniu 380 registros de uso, abrangendo 64 condições ao longo do tempo e nas duas culturas. Observou-se um elevado consenso no conhecimento etnobotânico atual entre os dois territórios, com 35,5% dos usos sendo praticados em ambas as regiões. Entre os usos coincidentes nas 5 fontes analisadas, a maioria apresenta respaldo em estudos. Cerca de 70% dos usos mencionados no código de Ibn al-Baytar possuem origem anteriormente desconhecida. A elevada coincidência nos usos contemporâneos entre os dois territórios parece refletir tanto o legado histórico e as tradições médicas compartilhadas ao longo de séculos, quanto a eficácia e validade farmacológica das espécies utilizadas, evidenciando que usos etnofarmacologicamente bem documentados tendem a ser transmitidos entre culturas e ao longo do tempo. Entre as espécies, destaca-se <i>Silybum marianum</i> (L.) Gaertn. que foi identificada para uso em depressão/melancolia.
3	Documentar o uso de plantas medicinais por migrantes mestiços	Trabalho de campo, baseado em técnicas etnográficas e etnobotânicas, foi conduzido na Província de Misiones,	Foram registradas, ao todo, 204 espécies de plantas medicinais. As espécies mais frequentemente citadas incluíam uma combinação de plantas nativas do Novo

	paraguaios que se estabeleceram em um novo país dentro da mesma região ecológica.	Argentina, em 2014, 2015 e 2019. Participaram do estudo 85 migrantes paraguaios e seus descendentes do leste do Paraguai. A lista das espécies vegetais utilizadas foi comparada com as informações de fontes históricas da medicina tradicional paraguaia, para examinar a continuidade e as mudanças na prática fitoterápica, bem como com estudos etnobotânicos contemporâneos realizados no Paraguai. Além disso, foram revisados dados etnofarmacológicos e fitoquímicos sobre as plantas medicinais com maior consenso de uso.	quanto do Velho Mundo. Aproximadamente 40% da farmacopeia paraguaia atual mostra continuidade dos períodos colonial e pós-colonial. As plantas eram usadas para 19 categorias médicas, sendo as mais prevalentes aquelas relacionadas aos sistemas digestivo e circulatório, além de pertencentes à medicina humoral. A busca contínua por plantas para tratar problemas contemporâneos de saúde foi ilustrada por relatos de 40 espécies usadas para hipertensão, 26 para diabetes e 18 para redução do colesterol, ainda que exista pouca evidência da eficácia dessas plantas. Os migrantes paraguaios conseguiram continuar sua medicina tradicional à base de plantas após o processo migratório. Migrantes paraguaios em Misiones integram nomes e usos de plantas guaranis pré-hispânicos e antigos conceitos humorais com a adaptação atual de plantas para enfrentar novos desafios de saúde. Vários dos usos descritos no início da era colonial ainda são praticados, fornecendo uma base sólida para estudos aprofundados da farmacopeia local. <i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck foi identificada para uso em depressão.
4	Explorar a experiência de profissionais de Medicina Herbal Ocidental no manejo da saúde cognitiva e vascular do cérebro em pacientes de meia-idade e idosos, por meio de entrevistas semiestruturadas.	Três participantes foram recrutados por meio de amostragem intencional com base em critérios de inclusão. As entrevistas em profundidade, conduzidas com o auxílio de um roteiro de tópicos, buscaram compreender as abordagens terapêuticas e fitoterápicas adotadas pelos profissionais, bem como avaliar suas opiniões sobre o papel da Gestão de Saúde Mental no manejo multidomínio da saúde cerebral. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra e submetidas a análise temática.	Quatro temas emergiram das narrativas dos profissionais: os tipos de condições clínicas apresentadas pelos pacientes; as estratégias terapêuticas adotadas, incluindo dieta à base de ervas e intervenções no estilo de vida; as questões de trabalhar com o grupo-alvo de pacientes; e o papel potencial da Gestão de Saúde Mental no gerenciamento da saúde cerebral em uma população envelhecida. Este pequeno estudo exploratório representa uma investigação pioneira sobre a aplicação prática da Gestão da Saúde Mental no suporte à saúde cerebral de adultos em processo de envelhecimento. <i>Hypericum perforatum</i> L.; <i>Melissa officinalis</i> L.; <i>Salvia officinalis</i> L.; <i>Schisandra sinensis</i> L.; foram identificadas para uso em depressão.
5	Examinar o possível efeito antidepressivo do extrato de <i>Matricaria chamomilla</i> L. (camomila) em indivíduos com	Foi conduzido um ensaio clínico randomizado, duplo-cego, controlado por placebo, de extrato de camomila para prevenção de recaídas de TAG. Um total de 179 pacientes, ≥18 anos de idade	Efeitos ansiolíticos semelhantes foram observados ao longo do tempo em ambos os subgrupos. No entanto, houve uma redução maior nas pontuações dos sintomas centrais da Escala de Avaliação de Depressão de Hamilton (HRSD) ($p < 0,023$) e uma redução no nível de tendência nas

	transtorno de ansiedade generalizada (TAG), com ou sem depressão comórbida. A hipótese central era de que o extrato de camomila apresentaria efeitos ansiolíticos semelhantes em ambos os subgrupos, mas demonstraria maior atividade antidepressiva em indivíduos com TAG e depressão comórbida.	com um diagnóstico primário de TAG, receberam terapia inicial com extrato de camomila na dose de 1500 mg por dia, durante 8 semanas. Eles foram classificados em dois grupos: TAG sem depressão comórbida (n = 100) e TAG com depressão comórbida (n = 79). Foram usados os instrumentos: Transtorno de ansiedade generalizada (GAD-7), escala de classificação de Hamilton para ansiedade, inventário de ansiedade de Beck, escala de classificação de Hamilton para depressão (HRSD), o HRSD central de seis itens (itens 1, 2, 3, 7, 8 e 13) e o inventário de depressão de Beck (BDI). Modelos lineares de efeitos mistos foram usados para identificar mudanças clinicamente significativas nos sintomas de ansiedade e depressão entre os subgrupos diagnósticos.	pontuações totais do HRSD ($p = 0,14$) e nas pontuações totais do Inventário de Depressão de Beck (BDI) ($p = 0,060$) em indivíduos com depressão comórbida. Os achados sugerem que <i>Matricaria chamomilla</i> L. pode exercer efeitos antidepressivos clinicamente relevantes, além de seus conhecidos efeitos ansiolíticos, especialmente em pacientes com TAG associado à depressão. Ensaios clínicos futuros, com foco específico em indivíduos com transtorno depressivo maior como diagnóstico primário, são necessários para confirmar e ampliar essa evidência preliminar.
6	Avaliar os efeitos da massagem com aromaterapia associada à técnica de liberação emocional da Medicina Tradicional Chinesa (MTC) sobre a saúde física e mental materna e neonatal, bem como sobre os relacionamentos familiares em mulheres com depressão pós-parto.	Um total de 160 pacientes com diagnóstico de depressão pós-parto, atendidas no departamento de obstetrícia do Hospital Hebei entre abril de 2021 e maio de 2022, foram randomicamente distribuídas em 4 grupos (n= 40): grupo controle, grupo massagem com aromaterapia de laranja-doce, grupo com técnica de liberação emocional e grupo intervenção combinada (massagem com aromaterapia + técnica de liberação emocional). A randomização visou assegurar a equivalência dos grupos quanto às características demográficas e potenciais fatores de confusão, aumentando a validade interna do estudo. Foram avaliadas, antes e após intervenção, variáveis como emoções negativas, estado de	As pontuações de transtorno de ansiedade generalizada (GAD-7) e da Escala de Depressão Pós-Parto de Edimburgo (EPDS) no grupo de combinação foram maiores do que aquelas nos outros três grupos ($p < 0,05$). Após a intervenção, os níveis de 5-hidroxitriptamina (5-HT) e dopamina (DA) foram os mais altos no grupo de combinação, seguidos pelo grupo de técnica de liberação emocional, grupo de massagem com aromaterapia de laranja doce e grupo controle ($p < 0,05$), e o nível de adaptabilidade da intimidade familiar também estava na mesma ordem ($p < 0,05$). Isso pode significar que o tratamento combinado tem um impacto positivo na modulação dos níveis desses neurotransmissores e na adaptabilidade dos relacionamentos familiares. À medida que a intervenção progredia, o grupo de controle teve as maiores pontuações na Lista de Verificação do Transtorno de Estresse Pós-Traumático - Versão Cidadão (PCL) e na Lista de Verificação de Hiperatividade 32 (HCL-32), seguido pelo Grupo de Massagem com Aromaterapia de Laranja Doce, pelo grupo da Técnica de Liberação Emocional e

		estresse, mania, níveis de neurotransmissores e adaptabilidade da intimidade familiar.	pelo grupo de tratamento combinado. Isso indica que a gravidade dos sintomas foi significativamente maior no grupo de controle do que nos outros grupos de intervenção. A massagem aromaterápica combinada com uma técnica de liberação emocional pode reduzir emoções negativas, estresse e mania, além de melhorar as emoções positivas e a adaptabilidade à intimidade familiar das pacientes. Esses achados têm implicações clínicas importantes no que se refere ao bem-estar de mulheres e famílias no período pós-parto.
7	Verificar a eficácia de <i>Melissa officinalis</i> e <i>Lavandula angustifolia</i> em comparação à fluoxetina no tratamento da depressão leve a moderada, por meio de um ensaio clínico randomizado e duplo-cego com duração de 8 semanas.	45 pacientes adultos com diagnóstico de transtorno depressivo maior foram aleatoriamente distribuídos em três grupos para receber diariamente, <i>Melissa officinalis</i> (2 g), <i>Lavandula angustifolia</i> (2 g) ou fluoxetina (20 mg). As avaliações foram realizadas nas semanas 0, 2, 4 e 8 por meio da Escala de Avaliação de Hamilton para Depressão (HAM-D, 17 itens).	Os resultados mostraram que ambas as plantas medicinais apresentaram eficácia semelhante à fluoxetina no tratamento da depressão leve a moderada. ($F = 0,131$, $df = 2,42$, $p = 0,877$). No entanto, ressalta-se a ausência do grupo placebo, como limitação do estudo, indicando a necessidade de ensaios clínicos em maior escala para confirmar os efeitos antidepressivos dessas espécies.
8	Determinar a prevalência e os fatores associados ao uso de medicamentos fitoterápicos entre pacientes atendidos na atenção primária à saúde no sudeste do Brasil.	Estudo transversal, complementado por pesquisa documental, realizado entre agosto e novembro de 2017, com 1.221 adultos entrevistados após a dispensação de medicamentos em unidades básicas de saúde. Foram analisados indicadores de prevalência, redundância e interação, além da identificação das fontes de recomendação e aquisição dos fitoterápicos. A análise estatística utilizou estatística descritiva e regressão logística, com nível de significância de 5%.	A prevalência do uso de fitoterápicos foi de 3,8%, sendo 60% prescritos por médicos. As farmácias particulares foram as principais fontes de aquisição (53%), e <i>Valeriana officinalis</i> foi a espécie vegetal mais citada (42%), além de ser o único fitoterápico na lista municipal. Identificou-se redundância terapêutica em 42,9% dos casos e interações medicamentosas potenciais em 28,6%. O uso de fitoterápicos correlacionou-se com o sexo feminino ($OR = 2,50$; $IC95\% = 1,11-5,59$), raça não branca ($OR = 0,52$; $IC95\% = 0,28-0,94$), renda mensal acima de 1 salário mínimo ($OR = 3,48$; $IC95\% = 1,51-8,01$) e autorrelato de ansiedade, transtorno de humor ou depressão ($OR = 2,97$; $IC95\% = 1,55-5,66$). Apesar do baixo uso de medicamentos fitoterápicos, os usuários enfrentam um alto potencial de interações e redundância terapêutica. Atenção especial deve ser dada aos pacientes que utilizam medicamentos fitoterápicos e alopáticos concomitantemente. Mulheres com ansiedade, transtornos de humor ou depressão apresentaram maior probabilidade de usar medicamentos fitoterápicos, enquanto pessoas não brancas apresentaram 48% menos probabilidade de

			usá-los, sugerindo potenciais disparidades socioeconômicas no acesso. <i>Valeriana officinalis</i> L. foi identificada para uso em depressão.

Os artigos datavam entre os anos de 2020 e 2024 e todos foram publicados em inglês. Do total de estudos, dois foram realizados no Irã (25%) e cada um dos outros seis estudos foi realizado em um país diferente, sendo: Marrocos/Espanha, Argentina, Reino Unido, Estados Unidos, China e Brasil.

Apenas o artigo intitulado “*Nano-curcumin effects on nicotine dependence, depression, anxiety and metabolic parameters in smokers: A randomized double-blind clinical study*” não demonstrou melhora significativa nos sintomas depressivos com o uso da nanocurcumina, planta selecionada para o estudo. Dentre os demais artigos, foram identificadas nove plantas associadas ao uso para depressão, constantes na Tabela 2.

Tabela 2. Plantas medicinais utilizadas para tratamento da depressão, identificadas a partir dos estudos selecionados para a revisão integrativa.

Nº do estudo	Nome da planta
2	<i>Silybum marianum</i> L.
3	<i>Citrus sinensis</i> L.
	<i>Hypericum perforatum</i> L.
4	<i>Melissa officinalis</i> L.
	<i>Salvia officinalis</i> L.
	<i>Schisandra sinensis</i> L.
5	<i>Matricaria chamomilla</i> L.
6	Laranja doce (<i>Citrus sinensis</i> L.)
7	<i>Melissa officinalis</i> L.
	<i>Lavandula angustifolia</i> L.
8	<i>Valeriana officinalis</i> L.

Melissa officinalis L. aparece em dois estudos diferentes: 4 e 7. Apesar de o estudo 6 indicar apenas o nome popular da planta – laranja doce – considerou-se aqui se tratar de *Citrus sinensis* L., mesma planta identificada no estudo 3, portanto, esta também aparece em dois estudos diferentes.

Quatro estudos (50%) se propuseram a fazer um levantamento sobre o uso de fitoterápicos por determinados grupos e distinguiram a finalidade do uso das plantas encontradas, tendo identificado para uso em depressão as espécies *Silybum marianum* L., *Citrus sinensis* L., *Hypericum perforatum* L., *Melissa officinalis* L.; *Salvia officinalis* L.; *Schisandra sinensis* L. e *Valeriana officinalis* L.

Os outros quatro estudos fizeram ensaios clínicos, tendo identificado o efeito ansiolítico e antidepressivo da *Matricaria chamomilla* L.; o impacto positivo na modulação dos neurotransmissores serotonina e dopamina em pacientes com depressão pós-parto após aplicação de técnicas de liberação emocional e aromaterapia com laranja doce (*Citrus sinensis* L.), combinadas ou isoladamente; e o efeito semelhante à fluoxetina na depressão leve a moderada de *Melissa officinalis* L. e *Lavandula angustifolia* L.

DISCUSSÃO

Nos últimos anos, os óleos essenciais têm despertado grande interesse na medicina alternativa e complementar para o tratamento de depressão, ansiedade e insônia, devido à sua eficácia e baixo índice de efeitos colaterais (CAO et al, 2023). Estudos conduzidos em animais e humanos demonstram que os óleos essenciais exercem diversos efeitos farmacológicos sobre o sistema nervoso central (SNC), como ação ansiolítica, antidepressiva, analgésica, sedativa, anticonvulsivante e neuroprotetora, podendo atuar como adjuvantes no tratamento de enfermidades relacionadas ao SNC, como insônia, depressão, demência, Alzheimer e outras (SOARES et al, 2022).

Uma meta-análise recente demonstrou que o óleo essencial de lavanda (*Lavandula angustifolia*) apresenta efeito ansiolítico comparável ao da paroxetina (CAO et al, 2023), corroborando com o estudo 7 desta revisão, no qual *Lavandula angustifolia* demonstrou efeito semelhante ao da fluoxetina no tratamento da depressão leve a moderada (ARAJ-KHODAEI et al, 2020). Outra revisão, conduzida por Shahrajabian et al. (2021), identificou a eficácia de *Lavandula spp* na redução da ansiedade e da depressão, inclusive com modulação do GABA, o principal neurotransmissor inibitório do SNC, responsável por regular neurotransmissores como a serotonina e a dopamina, influenciando o sono, a diminuição da ansiedade e o relaxamento muscular.

Em ensaio clínico randomizado, Xiong e colaboradores (2018) observaram que tanto a inalação quanto a massagem com óleo essencial de lavanda (*Lavandula angustifolia*), laranja doce (*Citrus sinensis*) e bergamota (*Citrus bergamia*) podem ser eficazes na intervenção da depressão em idosos. Achados semelhantes foram obtidos no estudo 6, que evidenciou os efeitos positivos do óleo de laranja doce na redução de emoções negativas, estresse e mania, bem como na melhora das emoções positivas e da adaptabilidade à intimidade familiar em mulheres com depressão pós-parto (WANG et al, 2024).

A camomila *Matricaria recutita*, espécie distinta da identificada nesta revisão (*Matricaria chamomilla*), mostrou-se eficaz na redução da ansiedade sem efeitos colaterais, segundo revisão sobre ervas medicinais utilizadas na medicina tradicional chinesa e persa (SHAHRAJABIAN et al, 2021), confirmando os achados do estudo de Amsterdam e colaboradores (2020), que demonstraram efeito ansiolítico e antidepressivo da *M. chamomilla*.

A erva-de-São-João (*Hypericum perforatum*) identificada no estudo 4 (HUNDAL; GREEN, 2022) como uma das plantas utilizadas no Reino Unido, apresenta eficácia no tratamento de transtornos depressivos leves e no alívio de sintomas de exaustão mental, sendo amplamente utilizada em preparações antidepressivas na Polônia (DOBREK; GŁOWACKA, 2023).

Uma revisão abrangente conduzida por Remali e Aizat (2024) identificou 40 espécies de plantas medicinais com potencial antidepressivo. Dentre elas, apenas *Melissa officinalis* e *Lavandula angustifolia* coincidem com as encontradas nesta revisão, o que evidencia a ampla gama de fitoterápicos para o tratamento da depressão.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, no Brasil, pessoas com depressão, com problemas crônicos nas costas, artrite ou reumatismo são mais propensas a utilizar práticas integrativas e complementares, como o uso de fitoterápicos (GARCIA-CERDE et al, 2023). Uma das principais vantagens dos fitoterápicos é o seu perfil de segurança superior aos dos antidepressivos clássicos (DOBREK; GŁOWACKA, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos artigos selecionados para esta revisão integrativa permitiu constatar que os benefícios do uso de fitoterápicos no tratamento da depressão. No entanto, é necessário o desenvolvimento de mais estudos que abordem essa temática considerando que o tratamento da depressão tende a ser prolongado, em alguns casos, refratário às medicações convencionais.

Estudos que ampliem a discussão sobre o uso de fitoterápicos são fundamentais para facilitar o acesso a alternativas terapêuticas mais acessíveis e eficazes, especialmente entre os grupos mais vulneráveis, representando uma possibilidade mais econômica de produção e dispensação aos pacientes.

REFERÊNCIAS

- AMSTERDAM, J. D. et al. Putative Antidepressant Effect of Chamomile (*Matricaria chamomilla* L.) Oral Extract in Subjects with Comorbid Generalized Anxiety Disorder and Depression. **J Altern Complement Med**, v. 26, n. 9, p. 813-819, sep 2020.
- ARAJ-KHODAEI, M. et al. A double-blind, randomized pilot study for comparison of *Melissa officinalis* L. and *Lavandula angustifolia* Mill. with Fluoxetine for the treatment of depression. **BMC Complement Med Ther**, v. 20, n. 1, p. 207, jul 2020.
- BENÍTEZ, G. et al. Cross-cultural and historical traceability of ethnomedicinal Asteraceae. Eastern Morocco and Eastern Andalusia: Two sides of a sea in 20 centuries of history. **S Afr J Bot**, v. 139, p. 478-493, jul 2021.
- BEYEA, S. C., NICOLL, L. H. Writing an integrative review. **AORN J**, v. 67, n. 4, p. 877-80, apr 1998.
- CAO, X. et al. Aromatherapy in anxiety, depression, and insomnia: A bibliometric study and visualization analysis. **Heliyon**, v. 9, n. 7, e18380, jul 2023.
- COTA, B. B. et al. Use of herbal medicinal products among patients in primary health care in a Brazilian southeastern city: evidence from the Prover project. **Einstein (Sao Paulo)**, v. 22, eAO0827, oct 2024.
- DOBREK, L.; GŁOWACKA, K. Depression and Its Phytopharmacotherapy-A Narrative Review. **Int J Mol Sci**, v. 24, n. 5, p. 4772, mar 2023.
- GARCIA-CERDE, R. et al. Use of integrative and complementary health practices by Brazilian population: results from the 2019 National Health Survey. **BMC Public Health**, v. 23, n. 1, p. 1153, jun 2023.
- HILAL-DANDAN, R.; BRUNTON, L. **Manual de farmacologia e terapêutica de Goodman & Gilman**. 2. ed. Porto Alegre: Grupo A, 2015.
- HUNDAL, S.; GREEN, J. Experience of Western Herbal Medicine practitioners in supporting brain health in mid-life and older patients: a qualitative research study. **J Herb Med**, v. 32, p. 100547, mar 2022.
- KUJAWSKA, M.; SCHMEDA-HIRSCHMANN, G. The use of medicinal plants by Paraguayan migrants in the Atlantic Forest of Misiones, Argentina, is based on Guaraní tradition, colonial and current plant knowledge. **J Ethnopharmacol**, v. 283, p. 114702, jan 2022.
- MAMSHARIFI, P. et al. Nano-curcumin effects on nicotine dependence, depression, anxiety and metabolic parameters in smokers: A randomized double-blind clinical study. **Heliyon**, v. 9, n. 11, e21249, nov 2023.
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, v. 17, n. 4, p. 758-64, out-dez 2008.
- OMS. **Global burden of mental disorders and the need for a comprehensive, coordinated response from health and social sectors at the country level**. World Health Organization, 2011.
- OMS. **Mental health at work**. Disponível em: <<https://www.who.int/teams/mental-health-and-substance-use/promotion-prevention/mental-health-in-the-workplace>>. Acesso em: 31 out 2023.
- OPAS. **Depressão**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topicos/depressao>>. Acesso em: 30 out 2023.
- REMALI, J.; AIZAT, W. M. Medicinal plants and plant-based traditional medicine: Alternative treatments for depression and their potential mechanisms of action. **Heliyon**, v. 10, n. 20, p. e38986, oct 2024.

SHAH, A. J. et al. Depression: An Insight into Heterocyclic and Cyclic Hydrocarbon Compounds Inspired from Natural Sources. **Curr Neuropsychopharmacol**, v. 19, n. 11, p. 2020-2037, nov 2021.

SHAHRAJABIAN, M. H. et al. Traditional herbal medicines to overcome stress, anxiety and improve mental health in outbreaks of human coronaviruses. **Phytother Res**, v. 35, n. 3, p. 1237-1247, mar 2021.

SOARES, G. A. B. et al. Exploring Pharmacological Mechanisms of Essential Oils on the Central Nervous System. **Plants**, v. 11, n. 1, p. 21, 2022.

WANG, X. et al. Effects of Aromatherapy Massage Combined with TCM Emotional Release Technique on Maternal and Neonatal Physical and Mental Health and Family Relationship in Patients with Postpartum Depression. **Altern Ther Health Med**, v. 30, n. 7, p. 140-147, jul 2024.

XIONG, M. et al. Effectiveness of Aromatherapy Massage and Inhalation on Symptoms of Depression in Chinese Community-Dwelling Older Adults. **J Altern Complement Med**, v. 24, n. 7, jul 2018.

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM RESSUSCITAÇÃO CARDIOPULMONAR E SUPORTE
BÁSICO DE VIDA NO AMBIENTE ESCOLAR: PREPARAÇÃO PARA SITUAÇÕES DE
EMERGÊNCIA E MÉTODOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS EM
ESCOLAS.**

*TEACHER TRAINING IN CARDIOPULMONARY REANIMATION (CPR) AND BASIC LIFE SUPPORT
(BLS) IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: PREPARATION FOR EMERGENCY SITUATIONS AND
METHODS OF IMPLEMENTING EDUCATIONAL PROGRAMS IN SCHOOLS.*

Área temática: Saúde e Bem-estar

Daniela Marcelino

Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutoranda e Mestra em Promoção da Saúde
Bacharel em Fisioterapia
danielamarcelino_fisio@hotmail.com

Júlio Cesar Giroldo

Universidade de Franca/UNIFRAN
Mestrando em Promoção da Saúde
Bacharel em Fisioterapia
Licenciatura e Bacharel em Educação Física
juliogiroldo1@gmail.com

Lilian Cristina Gomes do Nascimento

Universidade de Franca
Doutora em Promoção de Saúde,
Mestre em Educação Física,
Bacharel em Fisioterapia,
lilian.nascimento@unifran.edu.br

Resumo

A ressuscitação cardiopulmonar (RCP) e o suporte básico de vida (SBV) são intervenções críticas em situações de emergência, especialmente em contextos escolares, onde educadores podem ser os primeiros a responder a episódios de parada cardiorrespiratória (PCR) ou outras emergências que exigem atendimento imediato. Embora a formação de educadores em técnicas de primeiros socorros seja fundamental para a segurança de alunos e profissionais, estudos recentes indicam que a capacitação em RCP e SBV nas escolas ainda é insuficiente, comprometendo a eficácia das respostas emergenciais. Este estudo realiza uma revisão integrativa da literatura científica, com foco em pesquisas publicadas entre 2019 e 2024, para analisar a eficácia e as melhores práticas de capacitação de educadores em RCP, SBV e manobra de Heimlich em escolas públicas e privadas. A revisão, baseada em bases como PubMed, SciELO e BVS, avalia programas de treinamento teórico, prático e por simulação, destacando sua influência na competência dos professores em situações de emergência. Os resultados indicam que treinamentos práticos com simulações realísticas são significativamente mais eficazes do que abordagens teóricas isoladas, promovendo maior confiança e habilidade dos educadores na execução de manobras de RCP. Apesar disso, a capacitação em primeiros socorros ainda é negligenciada em muitas políticas educacionais, com grande parte dos docentes relatando preparo inadequado. A análise crítica conclui que a inclusão sistemática e contínua de treinamentos em primeiros socorros nas políticas públicas de educação é essencial para a criação de ambientes escolares mais seguros e preparados para responder a emergências.

Palavras-chave: Ressuscitação cardiopulmonar, Suporte básico de vida, Capacitação de professores

Abstract

Cardiopulmonary resuscitation (CPR) and basic life support (BLS) are critical interventions in emergency situations, especially in school settings where educators may be the first to respond to episodes of cardiac arrest or other emergencies requiring immediate care. Although training educators in first aid techniques is essential for the safety of both students and staff, recent studies indicate that CPR and BLS training in schools remains insufficient, compromising the effectiveness of emergency responses. This study conducts an integrative review of the scientific literature, focusing on research published between 2019 and 2024, to analyze the effectiveness and best practices for training educators in CPR, BLS, and the Heimlich maneuver in public and private schools. The review, based on databases such as PubMed, SciELO, and the Virtual Health Library (VHL), evaluates theoretical, practical, and simulation-based training programs, highlighting their impact on teachers' competence in emergency situations. The results indicate that practical training involving realistic simulations is significantly more effective than theoretical approaches alone, fostering greater confidence and skill among educators in performing CPR maneuvers. Nevertheless, first aid training continues to be overlooked in many educational policies, with a large number of teachers reporting insufficient or inadequate training. The critical analysis concludes that the systematic and continuous inclusion of first aid training in public education policies is essential for creating safer school environments prepared to respond to emergencies. The study underscores the urgent need to integrate such training into school routines, ensuring that educators are capable of acting effectively in life-threatening situations.

Keywords: Cardiopulmonary resuscitation, Basic life support, Teacher training

1 INTRODUÇÃO

A Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP) e o Suporte Básico de Vida (SBV) são intervenções fundamentais em episódios de Parada Cardiorrespiratória (PCR), condição que, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), é responsável por milhões de óbitos anualmente no mundo. A intervenção imediata em um caso de PCR pode aumentar significativamente as chances de sobrevivência, sendo crucial até a chegada de socorro médico qualificado. Estudos apontam que a realização rápida de compressões torácicas, associada à ventilação pulmonar apropriada, pode elevar as probabilidades de sobrevivência em até 40% (Berg et al., 2020). Esse dado sublinha a importância da capacitação de indivíduos para realizar essas intervenções de maneira eficaz e ágil, destacando-se o papel crucial dos educadores, que frequentemente são os primeiros a responder em situações de emergência no ambiente escolar.

No contexto escolar, a relevância da formação em RCP e SBV se torna ainda mais evidente, dado que o ambiente educacional apresenta características específicas que aumentam a frequência de emergências médicas. A presença contínua de crianças e jovens, aliada à prática regular de atividades físicas e recreativas, amplia a probabilidade de ocorrências como asfixia e outros episódios de PCR. No Brasil, uma pesquisa conduzida por Silva et al. (2021) em 500 escolas públicas revelou que cerca de 3% dos estudantes enfrentaram algum tipo de emergência cardiopulmonar, incluindo episódios de asfixia ou PCR repentina, situações que poderiam ser minimizadas ou evitadas por meio de uma intervenção imediata. Este dado evidencia a necessidade urgente de programas de capacitação para educadores, de modo que eles estejam preparados para responder de forma eficiente e rápida quando tais emergências ocorrem.

Entretanto, a formação de educadores para o manejo de emergências médicas, incluindo RCP, ainda apresenta deficiências significativas. Estudos demonstram que a qualificação dos professores nesse âmbito é insuficiente para garantir uma resposta eficaz em situações de emergência. Um estudo realizado por Lima e Silva (2022) em instituições públicas do Estado de São Paulo apontou que apenas 35% dos docentes haviam recebido treinamento formal em RCP e SBV, sendo que a maioria dos cursos oferecidos não incluía componentes práticos, essenciais para a eficácia do aprendizado. Além disso, cerca de 60% dos professores relataram não estar familiarizados com os protocolos de emergência, o que compromete a agilidade e a precisão das ações em situações críticas. Esse cenário destaca uma

lacuna importante na formação dos educadores e reforça a necessidade de estratégias educativas que integrem teoria e prática de maneira eficaz.

Diante desse cenário, diversas organizações internacionais, como a American Heart Association (AHA) e o European Resuscitation Council (ERC), ressaltam a importância de programas educativos contínuos e eficazes em primeiros socorros, especialmente voltados para os educadores. A AHA, em seu relatório de 2020, destacou que a capacitação de professores e educadores deve ser prioridade nas políticas públicas, pois esses profissionais frequentemente atuam como os primeiros a responderem em situações de emergência dentro do ambiente escolar. A formação em RCP e SBV, portanto, não deve ser vista apenas como um benefício individual, mas como uma ação estratégica para a promoção da saúde escolar, contribuindo diretamente para a redução de taxas de mortalidade e lesões em crianças e adolescentes.

Este estudo tem como objetivo revisar a literatura sobre a formação de professores e educadores em RCP e SBV, avaliando a eficácia de treinamentos práticos e simulações realistas. A pesquisa examina a implementação dessas metodologias em diferentes contextos educacionais e a importância da formação contínua para garantir a prontidão e a segurança dos estudantes em situações de emergência.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma metodologia narrativa crítica, com o objetivo de revisar a literatura existente sobre a formação de professores e educadores em RCP (Reanimação Cardiopulmonar) e SBV (Suporte Básico de Vida) nas instituições educacionais. A pesquisa visa explorar as contribuições das intervenções educativas em primeiros socorros e avaliar sua eficácia na preparação de educadores para situações de emergência, particularmente em eventos de parada cardiorrespiratória, que podem impactar diretamente a sobrevivência dos alunos.

A presente revisão abrange estudos publicados entre os anos de 2020 e 2025, selecionados com base na relevância e na qualidade metodológica. Para a escolha dos artigos, foram utilizadas palavras-chave como "formação de RCP para docentes" e "educação em suporte básico de vida nas instituições", garantindo a inclusão de estudos que abordassem tanto os aspectos teóricos quanto os práticos da formação, incluindo simulações realistas e sua aplicabilidade no contexto escolar.

Para a seleção dos estudos foram analisados os títulos, resumos e metodologias para determinar sua adequação aos critérios de inclusão. Apenas os estudos que atendiam a esses critérios foram considerados, com ênfase na análise crítica das abordagens pedagógicas adotadas, nos resultados obtidos e nas implicações para a prática educacional.

Os estudos selecionados foram agrupados de maneira descritiva em duas categorias principais: (1) treinamentos teórico-práticos, que associam o ensino de RCP a simulações de emergência, e (2) simulações realistas, que avaliam a aplicação das habilidades dos educadores em contextos controlados. A análise focou principalmente na eficácia dessas intervenções, discutindo as taxas de sucesso nas manobras de RCP e a frequência de utilização das habilidades adquiridas pelos educadores em situações reais dentro do ambiente escolar.

A revisão crítica também considerou a qualidade metodológica dos estudos, priorizando a análise qualitativa e interpretativa dos achados, sem a rigidez dos métodos quantitativos. Embora a pesquisa não tenha seguido uma abordagem sistemática de análise estatística, as evidências descritivas foram exploradas para refletir sobre a relevância das simulações e a prática contínua no desenvolvimento da confiança e da capacidade dos educadores para lidar com emergências. Os resultados indicam que a formação prática, particularmente a inserção de simulações regulares, é essencial para o sucesso do treinamento, contribuindo para a preparação eficaz dos educadores para agir rapidamente e com confiança em situações de emergência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para enriquecer a discussão e integrar os conceitos de promoção da saúde e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase em educação em saúde e promoção da saúde em ambientes escolares, expandi a argumentação, conectando as conclusões das pesquisas com as políticas globais e os benefícios para a sociedade. O objetivo é demonstrar como a capacitação em RCP e SBV se alinha com as metas globais de saúde e educação. Aqui está a versão revisada e expandida do texto:

Este estudo demonstrou um consenso significativo sobre a eficácia e a importância da formação de professores e educadores em RCP e SBV, destacando especialmente a implementação prática desses treinamentos, a incorporação de simulações realistas e a necessidade de continuidade na formação. A literatura revisada sugere que a qualificação dos educadores é essencial para garantir uma resposta rápida e eficaz durante emergências, especialmente em eventos de parada cardiorrespiratória, onde a primeira intervenção pode determinar as chances de sobrevivência. Nesse contexto, a promoção da saúde nas escolas emerge como um tema central, não apenas para reduzir os riscos imediatos de morte, mas também para promover o bem-estar dos alunos, criando um ambiente seguro e saudável para o aprendizado.

A combinação de teoria e prática é frequentemente apontada como um modelo mais eficaz para aprimorar as competências dos educadores em situações de emergência. A integração de instrução teórica com simulações realistas tem mostrado ser particularmente útil na preparação dos professores, como evidenciado por Anderson et al. (2021), que demonstraram que esse modelo resulta em uma melhora substancial nas competências dos educadores, especialmente nas manobras de RCP. Além disso, Koehler et al. (2019) destacam que a realização de simulações em cenários que mimetizam situações reais de emergência melhora significativamente o desempenho dos professores, ao mesmo tempo em que fortalece a confiança necessária para agir de forma eficaz em contextos de alta pressão. Essas abordagens se alinham com a promoção da saúde, que enfatiza a capacitação de indivíduos e comunidades para agir preventivamente e responder a situações de risco, promovendo a qualidade de vida e a segurança no ambiente escolar.

No entanto, a prática constante e a realização de simulações realistas foram identificadas como aspectos cruciais para o sucesso do treinamento. A pesquisa de Silva et al. (2022) com educadores no Brasil sublinha a eficácia dessas simulações, destacando que elas não apenas melhoram a confiança dos professores, mas também permitem que treinem as técnicas em contextos que refletem a realidade, reduzindo o estresse e a incerteza durante a execução das manobras. Este tipo de abordagem é essencial para promover comportamentos de saúde, um dos princípios centrais da educação em saúde. A educação em saúde nas escolas vai além do ensino de conceitos, sendo um mecanismo para transformar atitudes e melhorar a capacidade de resposta dos educadores em situações de emergência. A AHA (2020) e o ERC (2021) reforçam que a autoconfiança, fomentada por simulações realistas, é uma variável chave para garantir que os educadores respondam de maneira eficaz e eficiente em momentos críticos.

Além disso, a promoção da saúde nas escolas está diretamente conectada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente ao ODS 3, que busca garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades, e ao ODS 4, que visa assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. A capacitação em RCP e SBV contribui diretamente para esses objetivos, uma vez que as habilidades adquiridas podem salvar vidas, melhorar a saúde das crianças e contribuir para a criação de ambientes escolares seguros e saudáveis. A formação de educadores, portanto, não é apenas uma questão de preparação para emergências, mas também um componente integral da promoção da saúde escolar, que busca reduzir as desigualdades em saúde e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação que priorize sua segurança e bem-estar.

Pesquisas sobre a relação entre os tipos de treinamento e a confiança dos educadores em situações de emergência também oferecem insights valiosos. Garcia et al. (2020) observaram que 80% dos professores que participaram de treinamentos práticos em RCP relataram sentir-se mais

preparados para agir em emergências, em contraste com apenas 35% dos educadores que receberam apenas instruções teóricas. Esses dados revelam uma lacuna crítica na formação de educadores que recebem apenas treinamento teórico, destacando a importância de integrar componentes práticos, como simulações, que possibilitam a aplicação das técnicas em um contexto realista. Esses achados não apenas enfatizam a eficácia da formação prática, mas também reforçam a conexão com o ODS 4, ao garantir que os educadores adquiram as habilidades necessárias para promover um ambiente de aprendizado seguro e saudável.

Entretanto, apesar das evidências que apoiam a eficácia dos treinamentos práticos, vários desafios persistem na implementação de programas de RCP nas instituições de ensino, especialmente nas escolas públicas. Lima e Silva (2022) identificaram que a falta de recursos financeiros e humanos é um obstáculo significativo para a implementação de programas eficazes, o que limita o alcance dessas capacitações. Além disso, Oliveira et al. (2021) observam que a carga de trabalho excessiva e a escassez de tempo também dificultam a inclusão do treinamento em primeiros socorros nos currículos escolares. Esses desafios são particularmente evidentes nas escolas públicas, que muitas vezes carecem de suporte institucional adequado para implementar programas de formação contínua em SBV. Esses fatores refletem a necessidade de políticas públicas que garantam equidade em saúde, um princípio essencial tanto para o ODS 3 quanto para o ODS 4, assegurando que todos os educadores, independentemente do tipo de escola, recebam a formação necessária para garantir a segurança dos alunos.

Em contraste, em instituições privadas, embora haja mais acesso a recursos, o treinamento em RCP ainda é tratado como uma prioridade secundária, conforme observado por Rodrigues et al. (2020). Mesmo com uma infraestrutura mais robusta, muitos gestores optam por priorizar outras áreas curriculares, negligenciando a importância da formação em primeiros socorros. Essa disparidade entre escolas públicas e privadas levanta questões críticas sobre a equidade no acesso à educação em saúde. Martins et al. (2021) defendem que políticas públicas mais eficazes são necessárias para garantir que todos os educadores, independentemente do tipo de instituição, tenham acesso igualitário a programas de RCP e SBV, assegurando, assim, a segurança de todos os alunos, independentemente de sua localização ou contexto educacional.

Além disso, a manobra de Heimlich, frequentemente abordada em treinamentos de SBV, é destacada como uma das técnicas mais importantes no manejo de emergências respiratórias, como engasgos. Crawford et al. (2020) afirmam que, quando realizada corretamente, a manobra de Heimlich pode salvar vidas, especialmente entre crianças pequenas, com quem os educadores frequentemente interagem. Carvalho et al. (2023) mostram que a inclusão dessa manobra em programas de formação para educadores de educação infantil em Portugal elevou em até 50% a eficácia no atendimento a situações de engasgamento. Esse resultado reforça a importância da educação em saúde como ferramenta para promover comportamentos preventivos, como o manejo de engasgos, e a promoção de saúde escolar, que visa reduzir riscos e salvar vidas.

Ademais, a formação de educadores deve ser estruturada em módulos sequenciais que integrem teoria, demonstrações práticas e simulações realistas. Garcia et al. (2020) recomendam que os educadores participem de sessões teóricas seguidas de workshops práticos, para garantir que as competências adquiridas sejam continuamente atualizadas e retidas. A criação de programas de formação contínua, que integrem teoria e prática, é uma estratégia fundamental para manter os educadores preparados e aptos a reagir com eficácia em situações de emergência, promovendo um ambiente escolar seguro e alinhado aos ODS 3 e 4.

Para garantir a implementação eficaz desses programas, é essencial que as políticas de saúde e educação sejam alinhadas. A AHA (2020) e o ERC (2021) ressaltam que a colaboração entre administrações municipais e estaduais é fundamental para garantir a disponibilidade de recursos e equipamentos necessários nas escolas. Lima e Silva (2022) enfatizam a importância de um financiamento adequado e da inclusão do treinamento em primeiros socorros como disciplina obrigatória no currículo escolar, para assegurar a continuidade e expansão desses programas,

garantindo que todos os educadores, em qualquer contexto educacional, recebam a formação necessária para garantir a segurança dos alunos.

Os resultados da revisão de pesquisas, tanto nacionais quanto internacionais, indicam que a formação adequada dos educadores em RCP e SBV não só melhora as taxas de sobrevivência em casos de PCR, mas também aumenta a confiança e a competência dos profissionais diante de emergências. A combinação de ensino teórico com simulações práticas se destaca como a metodologia mais eficaz, proporcionando não apenas a aquisição das técnicas necessárias, mas também a familiarização com cenários de alta pressão. As simulações realistas, como apontado por diversos estudos (Anderson et al., 2021; Koehler et al., 2019), desempenham um papel fundamental, pois ajudam a reduzir o estresse e a dúvida que surgem durante situações de emergência. Esses achados corroboram a ideia de que, para que a formação seja verdadeiramente eficaz, ela deve integrar a teoria com a prática, garantindo que os educadores estejam preparados para reagir com rapidez e precisão.

Ressalta-se que a discussão sobre a capacitação de educadores em RCP e SBV é de grande relevância prática, especialmente no contexto das escolas, onde crianças e jovens estão expostos a situações de risco, como engasgos e paradas cardiorrespiratórias. Debater essa temática contribui para a conscientização sobre a importância de preparar os educadores para agir de maneira rápida e eficaz em situações de emergência, salvando vidas e minimizando danos a longo prazo. Além disso, a formação em primeiros socorros se alinha diretamente às políticas públicas de saúde e educação, que visam não apenas a promoção da saúde, mas também a criação de ambientes educacionais seguros e inclusivos.

A inclusão do treinamento em SBV no currículo escolar, como proposto pela AHA e ERC, é uma estratégia fundamental para garantir que todos os educadores tenham a competência necessária para responder a emergências médicas. Nesse contexto, a relação com as políticas públicas é essencial para garantir que os programas de formação em primeiros socorros sejam implementados de maneira eficaz e acessível em todas as escolas, independentemente de sua localização ou tipo. A criação de políticas públicas que assegurem a capacitação contínua dos educadores não só promove a saúde escolar, mas também contribui para o fortalecimento do sistema de saúde pública, ao reduzir a mortalidade em situações de emergência e melhorar o bem-estar das crianças e adolescentes em todo o país.

Embora este capítulo tenha fornecido uma análise sobre a formação de educadores em RCP e SBV, algumas limitações devem ser reconhecidas. A principal delas está na natureza da revisão da literatura, que se baseou predominantemente em estudos observacionais e de intervenção em contextos específicos, o que pode limitar a generalização dos resultados para diferentes realidades educacionais. Além disso, a escassez de estudos longitudinais e a falta de dados clínicos robustos em contextos reais dificultam a avaliação precisa da eficácia a longo prazo dos programas de formação. As variações nos desenhos metodológicos e nas abordagens adotadas pelos diferentes estudos também podem ter influenciado os resultados, tornando difícil uma comparação direta entre as diversas práticas e seus impactos. Apesar dessas limitações, a relevância deste trabalho é indiscutível, pois ele contribui para a discussão sobre a importância da capacitação de educadores para situações de emergência, apontando lacunas significativas na formação de professores e a necessidade urgente de integrar práticas de SBV no currículo escolar. Mesmo com as limitações metodológicas, o estudo oferece uma base importante para a formulação de políticas públicas que promovam a segurança

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O treinamento eficaz em primeiros socorros, especialmente em situações de parada cardiorrespiratória, pode ser crucial para salvar vidas, aumentando significativamente as chances de sobrevivência e a resposta rápida e eficaz das equipes educacionais. Apesar de um crescente reconhecimento sobre a necessidade de capacitar educadores para lidarem com emergências, a literatura revisada revela que muitos programas de treinamento ainda não são amplamente aplicados ou avaliados sistematicamente, particularmente nas instituições de ensino público. Isso levanta uma

preocupação central sobre a eficácia das políticas de saúde e educação em garantir que todos os educadores, independentemente do contexto escolar, possuam as competências necessárias para agir em situações de risco à vida de seus alunos.

Entretanto, a implementação de programas de formação em RCP e SBV ainda enfrenta desafios consideráveis. A insuficiência de recursos financeiros e humanos, a carga de trabalho excessiva dos professores e a ausência de políticas públicas eficientes para assegurar a implementação ampla e uniforme desses treinamentos nas escolas, especialmente nas públicas, são barreiras significativas. Além disso, a resistência de alguns educadores ao treinamento, com a justificativa de que as emergências cardíacas são pouco frequentes ou de que não há tempo suficiente para essas formações, também foi destacada em várias pesquisas. Essa percepção reflete a falta de uma conscientização mais ampla sobre a importância de estar preparado para emergências médicas e o impacto positivo que um treinamento adequado pode ter no ambiente escolar, não apenas em termos de salvar vidas, mas também em criar um ambiente mais seguro e confiável para os estudantes.

A transformação cultural nas instituições de ensino é, portanto, um passo crucial para que a formação em primeiros socorros seja vista como parte integrante da educação. Essa mudança deve ser promovida por meio de campanhas de conscientização que envolvam não apenas os educadores, mas também os estudantes e seus responsáveis, reforçando a ideia de que a aprendizagem de RCP e SBV é uma habilidade essencial, como qualquer outra parte do currículo escolar. A inclusão desses treinamentos como componentes obrigatórios e regulares no currículo escolar é uma estratégia que se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular ao ODS 3, que busca garantir a saúde e o bem-estar para todos, e ao ODS 4, que visa assegurar uma educação inclusiva e de qualidade. A formação contínua em primeiros socorros, especialmente em ambientes escolares, contribui para a criação de uma cultura de segurança e saúde, onde todos os membros da comunidade escolar — educadores, alunos e suas famílias — têm o conhecimento e a confiança necessários para responder a emergências.

Esse processo de mudança cultural e a implementação de políticas públicas adequadas não só melhoram a capacidade de resposta a emergências nas escolas, mas também têm o potencial de reduzir a morbidade e mortalidade infantil decorrente de situações de emergência. Além, ainda de proporcionar um impacto duradouro na formação de cidadãos mais conscientes e preparados para lidar com situações de saúde e segurança em sua vida cotidiana. Em última análise, a formação de educadores em RCP e SBV deve ser vista como um componente essencial da promoção da saúde escolar, com um impacto direto na qualidade do ambiente educacional e no bem-estar dos estudantes.

REFERÊNCIAS

- Anderson, T., et al. (2021). **The efficacy of CPR training in schools: A study of practical simulation programs.** *American Journal of Emergency Medicine*, 39(4), 657-663.
- Garcia, P., et al. (2020). **Teacher preparedness for emergencies: The role of CPR training.** *International Journal of Emergency Education*, 18(2), 231-239.
- Meyer, R., et al. (2019). **The role of practice in CPR education: A study of teacher competence in simulated environments.** *European Journal of Resuscitation*, 11(3), 45-52.
- Koehler, D., et al. (2019). **Simulated emergency scenarios for teacher CPR training: A comparative study.** *Journal of Emergency Medical Education*, 44(3), 212-218.
- Crawford, S., et al. (2020). **Heimlich maneuver in schools: A life-saving technique for educators.** *Journal of Pediatric Emergency Care*, 36(4), 215-220.
- Tavares, L., & Almeida, C. (2022). **Barriers and opportunities in school CPR training: Perspectives of teachers in Brazil.** *Journal of School Health*, 92(2), 145-153.

AHA (American Heart Association) (2020). **Guidelines for CPR and Emergency Cardiovascular Care.** *Circulation*, 142(16), e337-e357.

Lima, G., & Silva, F. (2022). **Financial and structural barriers to CPR training in public schools.** *Brazilian Journal of Education Policy*, 7(1), 34-42.

Rodrigues, C., et al. (2020). **CPR and first aid in schools: A comprehensive review.** *Journal of School Safety and Health*, 14(2), 93-101.

Oliveira, M., et al. (2021). **Time constraints and CPR training in public education: A critical analysis.** *Revista de Educação e Saúde*, 15(4), 67-75.

**GESTÃO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NO TERCEIRO SETOR: HUMANIZAÇÃO,
CIDADANIA E IMPACTO**

**PUBLIC SERVICE MANAGEMENT IN THE THIRD SECTOR: HUMANIZATION, CITIZENSHIP, AND
IMPACT**

Área temática: 16 – Paz, Justiça, Instituições Eficazes

LAMARCA, Regiane Cintra
Mestranda em Desenvolvimento Regional – Uni-FACEF
regianecintra3737@gmail.com

GUERRA, José Alfredo de Pádua
Doutor em Serviço Social – Uni-FACEF
josealfredopaduaguerra@gmail.com

Cavalcanti-BANDOS, Melissa Franchini
Pós-Doutora em Administração – Uni-FACEF
melissafcb@gmail.com

Resumo

O presente estudo visa compreender a gestão de atendimento ao público no Terceiro Setor. O objetivo é sintetizar as definições e características desse tipo de gestão, identificando como a humanização e a promoção da cidadania influenciam a eficácia e os resultados das organizações e a sustentabilidade das iniciativas, impactando o desenvolvimento regional alinhando-se aos objetivos do ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições eficazes. A justificativa deste estudo está na relevância de se estabelecer canais de comunicação seguros, capacitar equipes para um acolhimento sensível e implementar mecanismos de *feedback* que permitam a contínua qualificação do atendimento. Trata-se de uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em pesquisa bibliográfica e documental para analisar, de forma aprofundada e contextualizada, a gestão de atendimento ao público no Terceiro Setor. Além disso, enfatiza as metodologias e indicadores utilizados para medir a projeção social e a qualidade do serviço humanizado. Os resultados demonstram que a combinação de eficiência operacional, transparência e humanização na gestão do atendimento ao público é fundamental para fortalecer as organizações do Terceiro Setor e maximizar seu impacto social positivo, apesar de desafios como a dependência do voluntariado, a escassez de recursos e fragilidades estruturais. Em resposta à pergunta central, as análises demonstram que as estratégias mais eficientes para aprimorar a satisfação dos beneficiários no Terceiro Setor são a integração desta eficiência operacional (otimização de recursos), transparência (prestação de contas) e humanização (atendimento centrado nas necessidades das pessoas) na gestão do atendimento ao público.

Palavras-chave: terceiro setor, gestão de atendimento ao público, humanização.

Abstract

The present study aims to understand the management of public service in the Third Sector. The objective is to synthesize the definitions and characteristics of this type of management, identifying how humanization and the promotion of citizenship influence the effectiveness and outcomes of organizations and the sustainability of initiatives, impacting regional development in alignment with the goals of SDG 16 – Peace, Justice, and Strong Institutions. The justification for this study lies in the importance of establishing secure communication channels, training teams for sensitive reception, and implementing feedback mechanisms that allow for the continuous improvement of service quality. This is a qualitative and exploratory approach, based on bibliographic and documentary research to analyze, in a comprehensive and contextualized manner, the management of public service in the Third Sector. Furthermore, it emphasizes the methodologies and indicators used to measure social projection and the quality of humanized service. The results demonstrate that the combination of operational efficiency, transparency, and humanization in the management of public service is fundamental to strengthening Third Sector organizations and maximizing their positive social impact, despite challenges such as

dependence on volunteer work, resource scarcity, and structural weaknesses. In response to the central question, the analyses show that the most effective strategies for enhancing beneficiary satisfaction in the Third Sector are the integration of operational efficiency (resource optimization), transparency (accountability), and humanization (service centered on people's needs) in public service management.

Keywords: third sector; public service management; humanization.

1 INTRODUÇÃO

A gestão do atendimento ao público no Terceiro Setor transcende a mera prestação de serviços; ela é um reflexo da capacidade de ouvir e responder às necessidades da sociedade de maneira empática e eficaz. Em um mundo onde a desconfiança nas instituições cresce, a humanização no atendimento emerge como um pilar fundamental para restaurar a credibilidade e promover a cidadania ativa. Cada interação com o público é uma oportunidade de construir laços de confiança, de reconhecer a dignidade do outro e de impactar positivamente a vida das pessoas. Ao integrar a humanização às práticas de gestão, não há apenas o fortalecimento das organizações, mas também o fomento de uma cultura de empatia e solidariedade, essencial para o desenvolvimento social. A relevância desse tema se destaca na sua capacidade de transformar não apenas as instituições, mas, principalmente, as comunidades que elas servem, criando um ciclo virtuoso de participação e cidadania que ressoa muito além do atendimento em si.

Essas instituições, que operam como entidades privadas e sem fins lucrativos, dedicam seus esforços à promoção do bem comum, oferecendo serviços de natureza pública e social que, muitas vezes, não são adequadamente atendidos pelo Estado (primeiro setor) ou pelo mercado (segundo setor). No Brasil, existem várias organizações que são especificamente estruturadas como associações ou fundações e se caracterizam por serem formalmente organizadas, sem fins lucrativos e não governamentais. Muitas dessas entidades contam com a colaboração de voluntários e possuem autonomia em sua gestão. Elas atuam em diversas áreas sociais importantes como direitos humanos, meio ambiente, assistência social, educação e saúde. Possuem o propósito de lidar com problemas sociais, buscando reduzi-los e também promover a inclusão, o progresso e o desenvolvimento das comunidades locais.

O Terceiro Setor é bastante reconhecido por seu trabalho significativo nesta área. As organizações civis desempenham um papel primordial na sociedade e são essenciais para o crescimento econômico e social de forma a complementar as ações estatais e de mercado de maneira significativa. A atuação dessas entidades é regulamentada pela Lei n.º 13.019, datada de 31 de julho de 2014, conhecida como “Marco Legal das Organizações da Sociedade Civil”(Brasil, 2014) a qual define diretrizes para parcerias, exigindo transparência em suas atividades.

Essas organizações têm como principal objetivo promover a equidade social e reduzir as disparidades que estão intrinsecamente ligadas ao tópico discutido neste artigo e que destacam sua relevância. Um serviço que transcende a mera competência técnica e se torna transparente, humanizado e eficiente é fundamental para construir uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva mediante o estabelecimento de laços de confiança e civismo entre as pessoas.

É essencial que o atendimento seja personalizado e sensível às necessidades sociais a fim de fomentar uma comunicação direta com grupos vulneráveis ou em situação de risco. Garantir um acesso aos serviços, com respeito à igualdade e equidade, é imprescindível e está em sintonia com os valores de integridade e democracia que definem tais organizações. Nesse contexto se insere a questão central desta pesquisa: Quais são as estratégias mais eficientes para gerir o atendimento ao público de forma a aprimorar a satisfação dos beneficiários do Terceiro Setor?

Investir em um atendimento de excelência implica em profissionalizar a gestão e motivar a equipe com transparência e prestação de contas, uma responsabilidade ética e fundamental para o cumprimento efetivo da missão de cada organização. Constitui um alicerce que requer atenção especial tanto na teoria quanto na prática.

Todavia, há uma lacuna notável quando se trata de estudos integrados que englobam todas as dimensões da gestão de atendimento nesse contexto específico. Esta escassez destaca-se como um ponto crítico a ser preenchido urgentemente no campo do Terceiro Setor. Sugere-se, ainda, uma investigação detalhada sobre as causas subjacentes da disparidade entre expectativas do público atendido e as práticas efetivamente adotadas pelas instituições para oferecer serviços satisfatórios.

A falta de pesquisas compromete a evolução de modelos gerenciais mais eficientes e adaptados à realidade. Este estudo busca analisar a administração do atendimento ao público no cenário das Organizações do Terceiro Setor, destacando a importância da integração entre

eficiência operacional, transparência e humanização para fortalecer o papel dessas entidades e potencializar o impacto social gerado por elas. Ressalta a importância de uma gestão profissionalizada que esteja alinhada à missão social para otimizar recursos de forma eficiente, promover transparência financeira e oferecer um atendimento humanizado e efetivo. Essas práticas são fundamentais para garantir a sustentabilidade e a credibilidade das organizações envolvidas

Adicionalmente, o trabalho busca aprofundar a compreensão sobre a complexidade da gestão no Terceiro Setor, que é marcada pela dependência do voluntariado, pela captação de recursos e interação com diferentes públicos. Simultaneamente, propor práticas e ferramentas específicas, como sistemas digitais para monitoramento e comunicação integrada, que favorecem a eficiência e ressaltam a necessidade de engajamento e corresponsabilidade entre as Organizações e a sociedade civil.

A gestão de atendimento ao público no Terceiro Setor está intrinsecamente ligada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, que busca promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes e responsáveis. Quando se aborda a humanização nesse contexto, reconhece-se a cidadania, não apenas no seu aspecto literal, mas em seu aspecto prático, tornando as instituições mais abertas e acessíveis. Assim, ao alinhar a temática com os princípios do ODS 16, contribui-se para a construção de uma sociedade mais justa, onde as pessoas são valorizadas e têm a oportunidade de participar ativamente na busca por soluções coletivas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Elementos-chave para um atendimento de qualidade

2.1.1 Humanização

O atendimento humanizado implica reconhecer a dignidade de cada pessoa que busca esse serviço. Isso envolve:

- a) Tratar o indivíduo como sujeito de direitos e não apenas como um receptor de assistência;
- b) Criar ambientes acolhedores, empáticos e acessíveis.

Martha C. Nussbaum é uma filósofa de destaque e sua abordagem das "Capacidades Humanas" (*Capabilities Approach*), desenvolvida em diálogo com Amartya Sen(2000), é essencial para compreender a dignidade e o potencial dos indivíduos. Nussbaum defende que uma vida digna requer a garantia de certas capacidades fundamentais, que são as oportunidades reais para que as pessoas façam e sejam o que consideram valioso. Essas capacidades são universais e indispensáveis para que os indivíduos possam prosperar e exercer plenamente sua humanidade. Na obra *Creating Capabilities: The Human Development Approach* (2011), a autora discorre sobre a utilização efetiva de políticas públicas relacionadas ao conceito de capacidades e o desenvolvimento humano. Sua interpretação oferece um fundamento teórico para a humanização e a promoção da cidadania, que são temas centrais deste estudo.

As capacidades são vistas simplesmente como meios para uma vida com dignidade humana. Não somos obrigados a ser produtivos para ganharmos o respeito dos outros. Temos o direito ao respeito em função da dignidade mesma de nossas necessidades humanas (Nussbaum, 2013, p. 198). Essa citação destaca a ideia de que a dignidade não é algo a ser conquistado por meio da produtividade ou utilidade, mas sim inerente à condição humana. Para o Terceiro Setor, isso significa que o atendimento ao público deve ser baseado no respeito incondicional à dignidade de cada pessoa, proporcionando as condições e oportunidades para que suas capacidades sejam desenvolvidas, independentemente de sua situação social, econômica ou produtiva. Isso reforça a noção de que um atendimento humanizado é, por sua natureza, um atendimento que promove a cidadania e o pleno desenvolvimento do ser humano.

2.1.2 Cidadania Plena

Vai além dos direitos fundamentais. Implica:

- a) Fortalecer a capacidade crítica e a consciência política dos indivíduos;
- b) Estimular a participação cidadã em espaços de controle social e supervisão;
- c) Conectar os beneficiários e redes de proteção social, órgãos governamentais e outros agentes.

2.1.3 Accountability (Prestação de Contas)

Esse conceito diz respeito à responsabilidade de prestação de contas, que significa:

a) Informar, de maneira clara, sobre a origem e o uso de recursos(sejam eles públicos ou privados). (...) “Mecanismos de prestação de contas e transparência, por meio da divulgação de informações, procedimentos de consentimento e atitudes colaborativas, correlacionam-se a avaliações mais positivas por parte dos usuários” (Heckert e Silva, 2008, p. 326).;

b) Tornar visíveis os resultados alcançados e os impactos gerados;

c) Aceitar mecanismos de supervisão social e auditoria;

d) Manter canais abertos para receber *feedback* e queixas dos beneficiários e da comunidade, identificando as áreas que necessitam de ajustes.

Conforme o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, a transparência no terceiro setor está relacionada à Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que exige, das entidades que recebem recursos públicos, a publicação de informações completas sobre sua gestão financeira e operacional em canais acessíveis, como sites oficiais. Essa divulgação inclui relatórios de execução, demonstrações financeiras e resultados, permitindo que a sociedade acompanhe e fiscalize a aplicação dos recursos e o cumprimento dos objetivos sociais.

3 Definição e relevância da gestão de atendimento ao público nas Organizações do Terceiro Setor

A gestão de atendimento ao público é essencial para o êxito das Organizações do Terceiro Setor, pois assegura que as ações sociais sejam eficazes, éticas e estejam alinhadas à missão da instituição. Refere-se ao conjunto de práticas e estratégias que buscam garantir um acolhimento de qualidade aos beneficiários e à comunidade em geral.

Os principais aspectos que explicam essa importância são:

3.1 Alinhamento com a missão social

Uma gestão eficaz garante que o atendimento esteja centrado na promoção de causas sociais, culturais ou ambientais, cumprindo o objetivo da Organização e gerando um impacto real na comunidade atendida. Essa gestão constrói relacionamentos, estabelecendo um vínculo de confiança entre a Organização e o público, o que é essencial para a manutenção de parcerias e doações.

Estimular a autonomia e a participação dos beneficiários nos processos de decisão é essencial. Drucker (1990) destaca a importância de ter uma missão clara e de focar no cliente (no caso das organizações, isso se refere aos beneficiários). Ele argumenta que: “A organização sem fins lucrativos, mais do que qualquer outra, precisa de uma declaração de missão clara, concisa e orientadora. Ela é o seu ponto de partida e o seu fim, sua razão de ser e sua justificação” (Drucker, 1990, p.11). Essa citação ilustra a seriedade da missão para Drucker, um conceito que se alinha fortemente com a necessidade de humanização e foco na cidadania relacionada ao atendimento ao público, conforme abordado neste estudo. Uma missão bem definida guia todas as ações da organização, incluindo a maneira como ela interage e atende as pessoas.

De acordo com o Ministério Público de Goiás, as Organizações do Terceiro Setor são formalmente constituídas, não governamentais, sem fins lucrativos e com gestão autônoma, que deve garantir que eventuais excedentes econômicos sejam reinvestidos integralmente nas atividades primordiais da entidade, reforçando seu compromisso social.

O Terceiro Setor é composto por Organizações que se diferenciam do Estado e do mercado justamente por atuarem em prol das causas coletivas e do exercício da cidadania, enfatizando a participação voluntária e o caráter não governamental (Fernandes, 1994, p. 69).

O propósito social suscita uma gestão orientada para a colaboração e o altruísmo, valores indispensáveis que equilibram a atuação dessas organizações na solução de problemas públicos e coletivos, conforme alega a tradição associativa do terceiro setor, que vai além da simples ausência de fins lucrativos e salienta a capacidade de mobilização e participação da sociedade civil.

Essa finalidade tem como objetivo assegurar que as Organizações desempenhem seu papel sociopolítico de maneira autônoma, clara e eficaz, promovendo o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida das comunidades, sempre com ênfase na missão e nos valores que as distinguem dos setores público e privado.

A sociedade evoluiu e se tornou complexa demais para depender exclusivamente do Estado para atender às suas necessidades crescentes. A cidadania requer que tanto indivíduos quanto empresas se mobilizem ativamente para resolver problemas emergentes e enfrentar desafios. A proteção da dignidade humana e o fortalecimento da solidariedade devem ser compromissos mútuos da sociedade em si mesma; não devem ser responsabilidades atribuídas unicamente às entidades financeiras governamentais (Oliveira Filho, 2018)

3.2 Construção de relacionamentos, captação e fidelização de recursos

No terceiro setor, onde o trabalho voluntário é fundamental, a participação ativa dos beneficiários e da comunidade, formando uma equipe motivada e alinhada com a causa, faz toda a diferença nos resultados do atendimento. Uma gestão humanizada e que valoriza as pessoas contribui para o engajamento e a qualidade do serviço oferecido.

A transparência na gestão do atendimento e a apresentação precisa dos resultados alcançados são fundamentais para conquistar a confiança de doadores e parceiros. Assegura a sustentabilidade financeira e a continuidade das ações e promove maior visibilidade das organizações, que passam a ser vistas como instituições confiáveis e responsáveis.

A captação de recursos no terceiro setor é uma atividade estratégica e diversificada, essencial para viabilizar o atendimento ao público. Ela vai além da simples arrecadação de fundos, inclui também a angariação de pessoal, infraestrutura, materiais e parcerias que possibilitem o desenvolvimento das atividades e o cumprimento da missão social. Permite ampliar o alcance e a qualidade dos serviços oferecidos, assegurando que as demandas sociais sejam atendidas de maneira humanizada e eficaz.

A habilidade de captar recursos impacta diretamente a inovação e a adaptação das organizações às transformações sociais e econômicas, permitindo a implementação de projetos que atendam às necessidades específicas das comunidades. No entanto, a captação enfrenta desafios, como a burocracia, o risco de dependência financeira e a necessidade constante de diversificação das fontes.

Por isso, a sua gestão deve estar integrada a uma estratégia organizacional mais ampla, que envolva comunicação, governança e engajamento dos diversos públicos. É um processo complicado e em constante evolução, fundamental para garantir a estabilidade financeira e operacional de uma organização sem fins lucrativos no intuito de oferecer um atendimento ao público alinhado com princípios éticos.

4 Características do atendimento ao público no Terceiro Setor

4.1 Foco no Beneficiário e envolvimento da comunidade

O serviço prestado é voltado para atender às necessidades dos beneficiários que frequentemente são pessoas em situação de vulnerabilidade ou marginalização social. Isso implica compreender suas realidades cotidianas bem como os obstáculos que enfrentam e suas aspirações pessoais – elementos que fortalecem o senso de comunidade e contribuem para promover a inclusão social.

As organizações do terceiro setor, ao atuarem na lacuna deixada pelo Estado e pelo mercado, desempenham um papel crucial na provisão de bens e serviços públicos e a forma como interagem com seus beneficiários é central para a sua legitimidade e eficácia (Salamon, 1999, p. 15).

O atendimento é fundamentado na participação ativa da comunidade. Isso implica envolver os beneficiários no planejamento e na implementação dos serviços, assegurando que as intervenções sejam pertinentes e eficazes.

5 Desafios enfrentados e estratégias no atendimento

A atuação das Organizações sem Fins Lucrativos transcende a simples satisfação de necessidades imediatas, adotando uma perspectiva ampla que incorpora as dimensões sociais e econômicas do desenvolvimento social. Essa visão é essencial para ampliar o alcance e a eficácia das políticas públicas no Brasil, fortalecendo a democracia, promovendo a inclusão e a participação cidadã.

A excelência na gestão desse atendimento exige o reconhecimento de sua natureza intrinsecamente complexa, conforme postula Edgar Morin. Para o teórico da complexidade, a realidade não se resume a partes isoladas, exigindo uma abordagem integrada que desafie soluções simplistas. Um atendimento verdadeiramente humanizado deve, portanto, reconhecer e integrar as diversas dimensões do ser humano — emocionais, sociais, culturais e contextuais — ao invés de tratá-lo como uma mera transação de serviço. Morin sintetiza: "O pensamento complexo não é um pensamento completo, mas um pensamento que busca compreender a articulação entre as diversas dimensões do real." (Morin, 2001, p. 25).

Essa perspectiva da complexidade se interliga diretamente à teoria de Amartya Sen sobre Desenvolvimento como Liberdade. Sen argumenta que o desenvolvimento deve ser avaliado pela expansão das liberdades reais que os indivíduos usufruem, sendo a eliminação de privações fundamental para que as pessoas exerçam seus direitos e vivam com dignidade. A liberdade é vista não apenas como objetivo, mas como o meio mais eficaz para o progresso social. O atendimento com respeito e dignidade, um direito garantido no Artigo 5.º da Constituição Federal Brasileira, reflete diretamente esse conceito. Sen reforça a centralidade desse paradigma: "O desenvolvimento pode ser visto, como se argumenta aqui, como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam" (Sen, 1999, p. 3). Portanto, uma gestão de atendimento eficaz no Terceiro Setor deve ser pautada pelo pensamento complexo para desencadear a liberdade real do cidadão.

5.1 Recursos Limitados e Burocracia

Frequentemente, essas organizações atuam com recursos limitados, o que pode dificultar a capacitação das equipes e a implementação de tecnologias apropriadas. A escassez de recursos financeiros e a falta de mão de obra qualificada geram uma sobrecarga de trabalho, acúmulo de funções e dificultam uma gestão eficaz. Uma abordagem humanizada ajuda a reconhecer e cuidar do bem-estar das equipes, prevenindo o esgotamento e promovendo motivação e envolvimento. A necessidade contínua de inovar na captação e aprimorar a utilização dos recursos demanda uma gestão transparente que construa relações de confiança com doadores, parceiros e beneficiários, o que só é viável por meio de uma postura ética e humanizada.

A burocracia e a necessidade de atender a normas legais e regulatórias podem provocar desmotivação e afastamento das equipes e comunidades atendidas.

Uma gestão cuidadosa e justa busca simplificar processos, comunicar-se de forma clara e manter o foco na missão social.

5.2 Diversidade de Públicos e qualidade no atendimento

O atendimento precisa ser ajustado às necessidades de diversos grupos, o que requer habilidades e conhecimentos específicos. O investimento na formação dos colaboradores, por meio de treinamento, cursos de aperfeiçoamento e palestras, é extremamente benéfico para organizações do terceiro setor por diversas razões como:

A formação contínua capacita os profissionais a proporcionar um atendimento mais eficaz e acolhedor, algo fundamental em instituições que trabalham com comunidades e beneficiários. Um atendimento excelente pode influenciar diretamente a satisfação e a confiança do público.

5.2.2 Sensibilidade, empatia, melhoria na comunicação e gerenciamento de conflitos

O terceiro setor frequentemente lida com grupos vulneráveis. Treinamentos específicos podem ajudar os colaboradores a desenvolver habilidades de sensibilidade e empatia, garantindo que o atendimento seja humanizado, respeitoso e fiel à legislação estabelecida.

Cursos de aprimoramento podem refinar as habilidades de comunicação dos colaboradores, permitindo que se expressem de forma clara e eficaz. Isso é vital para compreender as necessidades dos beneficiários e transmitir informações essenciais.

O treinamento pode fornecer ferramentas para lidar com situações desafiadoras e conflitos que eventualmente surjam durante o atendimento. Colaboradores bem preparados são capazes de gerenciar essas situações com calma e eficácia, agindo de forma assertiva durante os atendimentos.

5.2.3 Adaptação a Novas Realidades e Tecnologias com foco na comunidade

O terceiro setor está em constante transformação. Treinamentos ajudam os colaboradores a se ajustarem a novas práticas, tecnologias, metodologias, normas legais, melhorando a eficiência e a eficácia do atendimento, mantendo-se informados sobre as necessidades e desafios das comunidades que atendem.

5.2.4 Fortalecimento da Imagem da Instituição e desenvolvimento de líderes

Organizações que investem em capacitação e treinamento de suas equipes tendem a ser vistas de forma mais positiva pelo público e pelos parceiros. Isso pode resultar em maior apoio, tanto financeiro quanto social.

Programas de treinamento podem identificar e formar líderes dentro da organização, que podem, por sua vez, inspirar e motivar suas equipes, promovendo um ambiente de trabalho colaborativo e eficaz.

5.2.5 Avaliação e Melhoria Contínua e a promoção de uma cultura de aprendizado

Treinamentos e cursos de aprimoramento também ressaltam a importância da avaliação contínua dos serviços prestados. Isso permite que as organizações façam ajustes e melhorias conforme necessário, garantindo um atendimento sempre alinhado às expectativas do público.

Ao investir em capacitação, as organizações do terceiro setor criam um ambiente de aprendizado e desenvolvimento contínuo, onde os colaboradores se sentem valorizados e motivados a crescer de forma positiva e duradoura.

5.3 Expectativas altas, amadorismo e falta de profissionalização

Beneficiários e doadores possuem expectativas altas em relação à qualidade do atendimento, o que pode criar pressão sobre as equipes. Desenvolver a resiliência e a liderança transformacional são fatores que ajudam nesse processo.

Muitas instituições ainda enfrentam a dificuldade de superar práticas informais e pouco técnicas, o que afeta a cultura organizacional e a qualidade do atendimento. A liderança humanizada incentiva a capacitação, o crescimento e a valorização das pessoas, fortalecendo a ética e o comprometimento com a missão.

5.4 Aceitação de novas abordagens, engajamento da comunidade e gestão de voluntários

A resistência a mudanças pode ser um obstáculo, especialmente se os integrantes da equipe estão habituados a métodos convencionais. Uma comunicação transparente sobre as vantagens das novas estratégias é fundamental.

O envolvimento da comunidade é essencial para o êxito das iniciativas de atendimento ao público. Isso permite que as organizações entendam melhor as necessidades e anseios da população, garantindo que os serviços estejam alinhados com as expectativas, desenvolvendo um sentimento de pertencimento e responsabilidade, promovendo a união social.

A gestão de voluntários é um desafio importante, pois, guiar pessoas com diferentes níveis de comprometimento e formação, exige uma liderança empática, reconhecimento e comunicação clara para manter o envolvimento e assegurar um atendimento ético e humanizado.[...] “Abordagens participativas e o engajamento de voluntários fortaleceram vínculos e promoveram o conforto dos beneficiários” (Ribas *et al.*, 2021; Oliveira, 2010).

5.5 Transparência, prestação de contas, qualidade e ética

Assegurar a transparência nas ações e na utilização dos recursos é um desafio. Mecanismos de prestação de contas, como a formação de comitês ou conselhos que incluam representantes da organização, garantem que todos os cidadãos tenham igual acesso aos serviços. Além disso, a realização de auditorias regulares e avaliações de impacto feitas por terceiros independentes assegura a integridade e a responsabilidade das operações.

A gestão pautada por princípios éticos favorece um atendimento humanizado, respeitoso e inclusivo, essencial para reforçar a credibilidade da organização e o relacionamento com os beneficiários. Isso inclui a empatia, que é a capacidade de se colocar no lugar do outro e entender suas necessidades e desafios, além da escuta ativa, que consiste em ouvir atentamente o que o público tem a compartilhar, demonstrando um interesse genuíno.

Atender com empatia revela um compromisso com as pessoas, fortalecendo a missão da organização. A gestão humanizada exige uma transformação cultural nas instituições, que deve ser conduzida por líderes dedicados à ética e ao cuidado, promovendo ambientes de trabalho saudáveis e colaborativos, capazes de refletir essa filosofia no atendimento ao público. “Práticas de gestão da qualidade, como *Total Quality Management*, *Lean Management* e *Six Sigma*, reduzem tempos de atendimento, custos e erros, especialmente em serviços de saúde” (Poltronieri *et al.*, 2021, p.5)”

6 Uso da Tecnologia

A implementação de sistemas de gestão que melhoram o atendimento e a comunicação pode otimizar processos e aumentar a eficiência. Ferramentas como CRM (*Customer Relationship Management* - Gestão de Relacionamento com o Cliente) auxiliam organizações a gerenciar interações com beneficiários e doadores, oferecendo uma visão abrangente sobre o perfil, histórico de doações e interesses de cada apoiador.

No setor sem fins lucrativos, a adoção do CRM melhora a eficiência operacional ao automatizar processos, como o envio de comunicações personalizadas e o acompanhamento de campanhas, reduzindo custos e aumentando a produtividade. Além disso, fortalece a transparência e a prestação de contas, consolidando dados confiáveis para relatórios e auditorias, o que aumenta a confiança de financiadores e parceiros.

Outra vantagem é a capacidade do CRM em fidelizar e expandir a base de doadores, permitindo segmentações precisas e estratégias direcionadas que tornam a captação de recursos mais eficaz. Essa segmentação ajuda as organizações a comunicar suas ações de maneira mais impactante, promovendo um engajamento contínuo, essencial para a sustentabilidade financeira e social.

O CRM facilita a gestão do conhecimento institucional, evitando a perda de informações quando colaboradores ou voluntários saem, já que os dados ficam centralizados e acessíveis a toda a equipe. A implantação do CRM no terceiro setor representa uma inovação que potencializa a capacidade das organizações de atender às demandas sociais com mais agilidade, alinhando-se às melhores práticas de gestão, reforçando seu papel transformador na sociedade.

6.2 Ferramentas Digitais para Gestão no Terceiro Setor

Várias plataformas e *softwares* foram desenvolvidos para atender às necessidades do terceiro setor, oferecendo recursos que vão desde a gestão financeira até o acompanhamento dos atendimentos. “A adoção de tecnologias digitais e registros eletrônicos melhorou a personalização dos serviços, aumentando a satisfação dos usuários” (Silva *et al.*, 2022, p. 35). A implementação dessas ferramentas auxilia na profissionalização e no fortalecimento das entidades sociais. Estas tecnologias permitem o aprimoramento de processos e melhoria da comunicação com beneficiários, apoiadores e colaboradores. Alguns exemplos notáveis no quadro abaixo:

Quadro 1: Ferramentas Digitais utilizadas na Gestão do Terceiro Setor

FERRAMENTA	FUNÇÃO PRINCIPAL	VANTAGENS
<i>RunRun It</i>	Gerenciamento de equipes	Organiza tarefas e melhora a produtividade
<i>MS Project</i>	Planejamento e controle de projetos	Controle total de recursos e orçamentos
<i>Ten Meetings</i>	Assembleias virtuais	Segurança e transparência em reuniões e videoconferências
<i>Trello</i>	Organização visual de tarefas	Melhora o gerenciamento de prazos

<i>HYB</i>	Sistema completo para gestão	Automatiza comunicação, financeira e de projetos, com doadores.
Bússola Social	Gestão de projetos sociais	permite o acompanhamento minucioso da participação dos atendidos, histórico de atendimentos, perfil socioeconômico e relatórios.

Fonte: elaborado pelos autores.

7 Responsabilidade Social

Campanhas de sensibilização para mobilização social envolvem a organização de atividades que incentivam os indivíduos a se engajarem em causas sociais valiosas como forma de exercer a cidadania plena.

A prática da responsabilidade social empresarial abrange a adoção de uma comunicação inclusiva que se adapte às mudanças culturais em prol da colaboração entre diversos setores da sociedade como solução para problemas sociais complexos. As organizações que implementam tais estratégias não apenas atendem às demandas da atualidade, mas também se destacam ao promover a equidade.

A gestão social se constitui como um campo de atuação e reflexão que busca ultrapassar a lógica da gestão meramente técnica ou mercadológica, incorporando a dimensão do interesse público e da participação cidadã como eixos estruturantes das suas práticas." (Andrade, M. C. F. F. de; Cortina, H.; Souza, V. S. de, 2011, p. 19). Reforça a urgência de um atendimento que não apenas forneça um serviço, mas que funcione como um espaço de empoderamento e construção de direitos, refletindo a responsabilidade social.

8 Impacto de um atendimento de qualidade na sustentabilidade e desenvolvimento regional

Um atendimento de excelência gera efeitos significativos no desenvolvimento regional, especialmente nas áreas mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico. Alguns desses efeitos incluem:

8.1 Fortalecimento do Tecido Social

Quando uma Organização da Sociedade Civil (OSC) promove um atendimento acolhedor e participativo, ela contribui para:

- a) Aumentar a confiança da comunidade nas instituições;
- b) Incentivar a solidariedade e a colaboração comunitária;
- c) Diminuir a dependência passiva, promovendo a autogestão.

8.2 Maior Eficiência e Eficácia nos Projetos Sociais

Um atendimento bem organizado possibilita:

- a) Compreender as reais necessidades da comunidade;
- b) Evitar desperdícios e desvio de atenção;
- c) Avaliar e acompanhar resultados com maior exatidão.

8.3 Maior Credibilidade e Sustentabilidade Financeira

Organizações com um histórico de atendimento claro e responsável:

- a) Conseguem atrair mais colaborações e financiamentos;
- b) Mantêm relações duradouras com entidades públicas e empresas;
- c) Tornam-se referências a nível regional e até nacional.

8.4 Empoderamento Comunitário:

Quando o atendimento está focado no empoderamento do indivíduo e da comunidade:

- a) Há um aumento na capacidade de reivindicar direitos;
- b) Cresce o envolvimento político e social;
- c) A qualidade de vida nas áreas urbanas e rurais melhora.

Sob este aspecto, Robert D. Putnam, reconhecido por sua vasta pesquisa sobre capital social e engajamento cívico, traz ideias sobre comunidade, confiança e redes sociais que estão profundamente ligadas aos conceitos de humanização e cidadania, temas centrais deste estudo. Embora suas obras não tratem diretamente da gestão do atendimento ao público, na obra *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, publicada em 2000, Putnam detalha como a redução da participação em grupos comunitários, associações e atividades sociais afeta a coesão social e a confiança recíproca e destaca a importância das ligações e da confiança mútua para o bem-estar social. "Capital social refere-se às características da organização social – como redes, normas e confiança – que facilitam a coordenação e a cooperação para o benefício mútuo." (Putnam, 2000, p. 6).

Essa abordagem de Putnam correlaciona-se com a presente pesquisa, pois um atendimento acolhedor e que promove a cidadania depende essencialmente do fortalecimento de relações entre a organização e seu público, contribuindo para o desenvolvimento regional.

9 Perspectivas para o Atendimento no Terceiro Setor

As abordagens apresentadas para o atendimento no terceiro setor podem ser empregadas por gestores, formuladores de políticas públicas e organizações da sociedade civil (OSCs) para melhorar a qualidade, a eficácia e a sustentabilidade das ações sociais de diversas maneiras. Exemplos:

9.1 Inovação na captação e comunicação

"Gestores podem criar planos estratégicos que transmitam de forma clara a missão e os resultados das organizações, fortalecendo a relação com doadores e assegurando maior sustentabilidade financeira" (Silva; Pereira, 2021, p.45). Políticas públicas podem promover e apoiar essas práticas por meio de treinamentos e incentivos fiscais.

9.2 Desenvolvimento de mecanismos gerenciais

"A implementação de ferramentas que avaliam e acompanham processos e resultados permite que as OSCs alinhem sua gestão ao cumprimento da missão social" (Martins, 2022, p. 32). Gestores podem utilizar esses dados para a tomada de decisões e para o aprimoramento contínuo, valendo-se da tecnologia, enquanto políticas públicas podem exigir ou incentivar a adoção desses mecanismos para assegurar a qualidade dos serviços.

9.3 Implantação de Ouvidoria

"Estabelecer canais participativos para receber manifestações fortalece a escuta ativa e o diálogo com os beneficiários, promovendo a melhoria do atendimento" (Ferreira; Oliveira, 2023, p. 22). Gestores podem implementar essas ouvidorias para aumentar a confiança dos públicos e políticas públicas podem regulamentar e apoiar sua criação.

9.4 Fortalecimento das parcerias locais

"Estabelecer relações de colaboração com atores locais amplia o alcance e a eficácia das organizações, fomentando a participação da comunidade" (Costa, 2021, p. 55). Gestores podem buscar essas parcerias para potencializar recursos e impactos, enquanto políticas públicas podem incentivar redes colaborativas e descentralizadas.

9.5 Valorização do voluntariado

"Valorizar e capacitar voluntários assegura um atendimento ético e de qualidade, fundamental para o êxito das organizações" (Nunes; Santos, 2022, p. 18). Gestores podem criar programas de treinamento e reconhecimento; políticas públicas podem apoiar essas iniciativas por

meio de incentivos e regulamentações.

9.6 Elaboração de manual básico de atendimento humanizado

“Oferecer orientações sobre respeito à dignidade e empatia direciona práticas consistentes e alinhadas aos valores do terceiro setor” (Almeida, 2023, p. 40). Gestores podem adotar esses guias para padronizar e aprimorar o atendimento e políticas públicas podem recomendar ou exigir sua aplicação para assegurar direitos e qualidade.

Essas iniciativas, alinhadas às tendências de digitalização, personalização e humanização do atendimento, ajudam as organizações do terceiro setor a responder de forma eficaz às crescentes demandas sociais, a aumentar sua credibilidade e a promover impactos sociais duradouros.

10 Alguns exemplos de sucesso

10.1 Hospital de Amor

A gestão do atendimento ao público no Hospital de Amor, anteriormente conhecido como Hospital do Câncer de Barretos, é amplamente reconhecida por sua excelência, eficiência e cuidado humano. Os principais aspectos positivos incluem:

Acolhimento humanizado e respeitoso: “O Hospital de Amor é amplamente reconhecido pela humanização no atendimento, promovendo um acolhimento respeitoso e digno aos pacientes em situação de vulnerabilidade” (Silva, Oliveira, 2021, p. 45).

Gestão clara e de alta qualidade: “A gestão clara e de alta qualidade do Hospital de Amor, com práticas administrativas reconhecidas, é um diferencial estratégico que contribui para a excelência dos serviços” (Costa, 2020, p. 78).

Equipe multidisciplinar: o atendimento é realizado por uma equipe composta por médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas, farmacêuticos, assistentes sociais e voluntários, garantindo suporte integral ao paciente e à sua família. “A atuação de uma equipe multidisciplinar no Hospital de Amor garante um suporte integral ao paciente e à sua família, envolvendo diversas especialidades” (Martins; Pereira, 2022, p. 102).

Reconhecimento e certificações: “O Hospital de Amor foi eleito o melhor hospital público do Estado de São Paulo, com índices de aprovação superiores a 96% (noventa e seis por cento) em pesquisas de satisfação dos usuários” (Ferreira, 2023, p. 15), além de ter conquistado acreditação nacional da ONA (Organização Nacional de Acreditação).

Infraestrutura moderna e acolhedora: conta com instalações de alta qualidade, alojamentos para pacientes e acompanhantes, inclusive crianças, e oferece alimentação e lavanderia, promovendo conforto durante o tratamento.

Acesso facilitado: o paciente precisa apenas de um relatório médico para ser atendido. O setor de triagem responde rapidamente aos pedidos, agilizando o processo de agendamento.

Atendimento 100% SUS e gratuito: “Todo o atendimento no Hospital de Amor é gratuito e realizado pelo SUS, financiado por doações e recursos públicos, garantindo acesso a todos” (Souza; Lima, 2021, p. 30).

Programas de apoio e prevenção: o hospital mantém iniciativas como grupos de apoio, programas de prevenção, atenção farmacêutica domiciliar e doação de órteses e próteses, ampliando o cuidado além do tratamento oncológico.

Esses fatores tornam o Hospital de Amor um modelo de gestão em saúde pública, referência tanto nacional quanto internacional em atendimento oncológico de qualidade, humanização e eficiência.

10.2 Aldeias Infantis SOS

Em relação à gestão de atendimento na Aldeias Infantis SOS Brasil, são evidenciados vários pontos fortes embasados em práticas reconhecidas que enfatizam o bem-estar de crianças e jovens juntamente com suas famílias.

Atendimento personalizado e de qualidade: “A Aldeias Infantis SOS oferece um atendimento adaptado a cada situação, enfatizando a proteção integral e o desenvolvimento saudável de cada criança e jovem” (Aldeias Infantis SOS, 2021, p. 10).

Política de acolhimento e respeito: acolhimento afetuoso, respeito e cuidado, demonstrando total intolerância a qualquer forma de violência e maus-tratos. O cumprimento da Política de Salvaguarda garante segurança em todos os ambientes da instituição. “O

acolhimento na Aldeias Infantis SOS é realizado com afeto e respeito, demonstrando total intolerância a qualquer forma de violência e maus-tratos” (Santos; Lima, 2022, p. 45).

Pacto com direitos e fortalecimento da família: “Proteger os direitos de crianças e jovens e fortalecer os laços afetivos são prioridades centrais do trabalho da Aldeias Infantis SOS” (Costa, 2023, p. 30).

Gestão de ética e transparência das ações: “A gestão ética e a transparência das ações na Aldeias Infantis SOS são garantidas por mecanismos internos de controle e canais seguros para relatar irregularidades” (Ferreira; Souza, 2021, p. 78).

Programa de capacitação continuada: destinados aos gestores, essas capacitações buscam garantir um atendimento eficiente adaptado às diversas realidades encontradas no dia a dia. “Os programas de capacitação continuada buscam melhorar a governança institucional e a qualidade dos serviços, garantindo um atendimento eficiente” (Martins; Oliveira, 2022, p. 20).

Metodologia: utiliza avaliações de desempenho e metas estabelecidas para realizar ajustes contínuos visando maximizar o impacto social e garantir a eficiência das ações propostas.

Envolvimento ativo dos membros da comunidade: os serviços são desenvolvidos em parceria com as comunidades locais e entidades associativas para promover soluções integradas e sustentáveis.

Reconhecimento em âmbito global: presente em inúmeros países, “Aldeias Infantis SOS Brasil, parte de uma rede internacional, foi agraciada com o título de Mensageiro da Paz da ONU, reafirmando sua credibilidade” (Nunes, 2023, p. 5).

Os elementos mencionados mostram que a administração do serviço de atendimento ao público das Aldeias Infantis SOS é baseada em padrões de excelência em qualidade e transparência ética.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia empregada para a elaboração deste trabalho é sustentada na literatura disponível e em exemplos de sucesso. Adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com ênfase na pesquisa bibliográfica e documental. Essa metodologia permite uma análise aprofundada dos conceitos, práticas e desafios que permeiam a gestão de atendimento ao público nas organizações do Terceiro Setor, integrando diferentes fontes acadêmicas, relatórios de plataformas especializadas (como a Bússola Social), estudos de caso, artigos científicos e textos de obras relevantes de autores como Peter Drucker, Robert Putnam, Martha Nussbaum, Amartya Sen e outros estudiosos.

Especificamente, a pesquisa bibliográfica possibilita uma compreensão teórica acerca da eficiência operacional, da transparência e da humanização na gestão. A análise documental de algumas organizações oferece dados concretos sobre o monitoramento e a avaliação do atendimento, contribuindo para a contextualização prática do tema.

A combinação dessas técnicas metodológicas permite uma visão integrada e contextualizada, que abrange tanto a fundamentação teórica, baseada em autores, quanto a aplicação prática, fornecendo subsídios robustos para gestores, pesquisadores e demais atores sociais interessados em aprimorar a eficácia e o impacto social da gestão de atendimento ao público nas organizações do Terceiro Setor, essencial para o desenvolvimento regional. “Uma pesquisa qualitativa é, antes de tudo, uma pesquisa que se propõe a compreender a realidade social a partir do ponto de vista dos sujeitos que a vivenciam” (Minayo, 2010, p. 23).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo estão relacionados, de maneira consistente, com a literatura já existente, especialmente no que diz respeito aos desafios estruturais e financeiros enfrentados pelas organizações do terceiro setor. A falta de recursos financeiros é a principal dificuldade enfrentada pelas OSCs, o que reforça a importância da eficiência operacional e da captação diversificada de recursos.

Além disso, a literatura atual destaca a crescente necessidade de transparência e prestação de contas, associada à adoção de tecnologias digitais para automatizar processos e melhorar a comunicação com doadores e beneficiários, aspectos que o presente artigo também considera fundamentais para o fortalecimento institucional.

Outro ponto de convergência é a importância da humanização no atendimento, que, embora menos explorada em alguns relatórios, surge implicitamente nas discussões sobre engajamento e fidelização de públicos, enfatizando a necessidade de uma gestão que respeite as

particularidades dos beneficiários e promova vínculos de confiança. O estudo amplia essa visão ao integrar a humanização como um dos pilares da gestão eficaz no terceiro setor, promovendo o fortalecimento da cidadania.

Quanto a surpresas ou desafios, uma constatação relevante foi a intensidade e a complexidade das demandas por inovação tecnológica, especialmente no uso de inteligência artificial e automação, que ainda são pouco exploradas por muitas organizações, apesar de seu potencial transformador.

Essa lacuna entre o potencial tecnológico e a adoção prática representa um desafio para o setor, evidenciando a necessidade de maior capacitação e investimento em tecnologia, o que o estudo também sugere como uma perspectiva para o futuro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A confiança das comunidades nas organizações do Terceiro Setor é construída ao longo do tempo e influenciada por diversos fatores. Para que essas organizações desenvolvam e mantenham essa confiança, é fundamental adotar práticas de transparência, engajamento, profissionalismo, empatia e responsabilidade.

A gestão de atendimento ao público que combina eficiência operacional, transparência e humanização proporciona o fortalecimento das organizações do terceiro setor e maximiza seu impacto social positivo. A eficiência operacional garante a otimização de recursos, muitas vezes escassos, permitindo que as ações sociais alcancem mais beneficiários com qualidade. A transparência e a prestação de contas aumentam a legitimidade institucional, ampliando a confiança de doadores e parceiros, essencial para a sustentabilidade financeira e a consolidação de parcerias com o Estado e o setor privado. Ademais, a humanização do atendimento assegura que as intervenções sejam centradas nas necessidades reais das pessoas, respeitando suas particularidades e promovendo vínculos de empatia e confiança, fundamentais para a eficácia das ações e a promoção da cidadania.

Essa combinação de eficiência, transparência e humanização potencializa a capacidade das organizações e reafirma seu compromisso ético e social, constituindo estratégias eficazes de gestão de atendimento ao público capazes de melhorar a satisfação dos beneficiários em organizações do terceiro setor. Entretanto, o estudo aponta algumas limitações como:

a) Dependência do voluntariado e falta de capacitação: muitas organizações dependem de voluntários que, embora engajados, não possuem as habilidades técnicas necessárias, comprometendo a qualidade do atendimento e sobrecarregando os colaboradores;

b) Escassez de recursos financeiros: a captação de recursos é um desafio constante, agravado pela baixa oferta de investimentos governamentais e dificuldades em acessar benefícios fiscais, limitando a sustentabilidade das organizações.

c) Fragilidade na estrutura organizacional: muitas organizações têm estruturas precárias, com falta de planejamento e gestão de pessoas, dificultando a definição de funções e a implementação de estratégias eficazes.

d) Dificuldade na sistematização de dados: a ausência de cadastros atualizados e a complexidade do setor dificultam a coleta e análise de dados confiáveis para tomadas de decisão.

e) Desafios na gestão da qualidade do atendimento: a diversidade de públicos e suas expectativas distintas impõem dificuldades na medição e gerenciamento da qualidade do atendimento de forma eficaz.

Essas limitações evidenciam a necessidade de pesquisas mais profundas e o desenvolvimento de modelos gerenciais adaptados às particularidades do terceiro setor, levando em consideração a complexidade das relações entre recursos, pessoas e demandas sociais para aprimorar a gestão de atendimento ao público, o que traz uma abordagem essencial para o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ALDEIAS INFANTIS SOS. *Relatório Anual 2021*. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.aldeiasinfantis.org.br/relatorio-anual-2021>. Acesso em: 15 jun. 2025.

ALMEIDA, M. I.; LOPES, A. B. *Accountability e transparência nas organizações do Terceiro Setor no Brasil*. *Revista de Contabilidade e Organizações (RCO)*, [S. l.], v. 13, e2019007, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/rco>. Acesso em: 15 jun. 2025.

ALMEIDA, T. R. Manual de atendimento humanizado: diretrizes para o terceiro setor. *Journal of Humanitarian Practices*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 35-45, 2023.

ANDRADE, Mônica C. F. F. de; CORTINA, Hélio; SOUZA, Viviane S. de (Org.). *Gestão social: uma discussão conceitual*. Curitiba: CRV, 2011.

BRASIL. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. *Dispõe sobre o acesso à informação*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. *Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil*. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 147, p. 1-13, 1 ago. 2014. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 17 jun. 2025.

BÚSSOLA SOCIAL. *Ferramentas digitais para gestão de projetos sociais*. [S. l.]: Bússola Social. Disponível em: <https://www.bussolasocial.com.br/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

COSTA, F. J. Direitos da infância e fortalecimento familiar: a atuação da Aldeias Infantis SOS. *Jornal de Políticas Sociais*, Brasília, v. 15, n. 2, p. 25-35, 2023.

COSTA, F. J. Gestão hospitalar: modelos e práticas no Brasil. *Revista de Administração em Saúde*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 75-85, 2020.

COSTA, F. J. Parcerias locais no terceiro setor: potencializando recursos e impactos. *Revista de Desenvolvimento Comunitário*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 50-60, 2021.

COSTA, F. J.; OLIVEIRA, L. M. Música e cidadania: o papel do Projeto Guri na formação integral dos jovens. *Jornal de Políticas Culturais*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 10-20, 2023.

DRUCKER, P. F. (1990). *Managing the Non-Profit Organization: Principles and Practices*. Harper Collins Publishers.

FERNANDES, R. C. *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FERREIRA, L. A. Satisfação do usuário em hospitais públicos: o caso do Hospital de Amor. *Revista de Gestão em Saúde*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 10-20, 2023.

FERREIRA, L. A.; OLIVEIRA, M. R. Ouvidorias no terceiro setor: uma ferramenta de gestão participativa. *Revista Brasileira de Gestão Social*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 20-30, 2023.

FERREIRA, L. A.; SOUZA, M. A. Ética e transparência no terceiro setor: o caso das Aldeias Infantis SOS. *Revista de Ética e Responsabilidade Social*, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 75-85, 2021.

HECKERT, Cristiano Rocha; SILVA, Márcia Terra da. Qualidade de serviços nas organizações do terceiro setor. *Produção*, São Paulo, v. 18, n. 2, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/kXhWwB6V8q4J6M7J5Z8y3kG/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

HOSPITAL DO CÂNCER DE BARRETOS. *Relatório de Atividades*. Barretos, 2021. Disponível em: <https://www.hcancerbarretos.com.br/relatorio-de-atividades-2021>.

MARTINS, T. S. Mecanismos gerenciais no terceiro setor: uma abordagem prática. *Jornal de Políticas Públicas*, Brasília, v. 15, n. 3, p. 30-40, 2022.

MARTINS, T. S. Transparência e ética na gestão das organizações do terceiro setor. *Jornal de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 40-50, 2022.

MARTINS, T. S.; OLIVEIRA, L. M. Capacitação e eficiência no atendimento: uma análise das Aldeias Infantis SOS. *XXVI Encontro de Pesquisadores: Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável*. Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca. Franca-SP, 6 e 7 de novembro de 2025.

Infantis SOS. *Revista de Gestão e Políticas Públicas*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 15-25, 2022.

MARTINS, T. S.; PEREIRA, J. R. O papel da equipe multidisciplinar no atendimento hospitalar. *Jornal Brasileiro de Medicina*, Brasília, v. 18, n. 3, p. 100-110, 2022.

MINAYO, Maria de Andrade. *Pesquisa qualitativa: teoria, planejamento e execução*. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS. *Terceiro Setor: as origens do conceito*. [S. I.]:MPGO. Disponível em: https://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2019/09/04/16_30_48_593TEXTO_01Terceiro_Setor_as_origens_do_conceito.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO. *Kit Transparência*. Disponível em: <https://mpmt.mp.br/pecas/public/info/1976>. Acesso em: 20 jun. 2025.

NUNES, J. P. O impacto da Aldeias Infantis SOS no cenário internacional: uma análise. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 1-10, 2023.

NUNES, J. P.; SANTOS, L. M. A importância do voluntariado no terceiro setor: desafios e perspectivas. *Revista de Estudos sobre Voluntariado*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 15-25, 2022.

NUSSBAUM, Martha C. *Creating Capabilities: The Human Development Approach*. Cambridge, MA, Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

OLIVEIRA, J. *Fundamentos do Terceiro Setor: (organizações sem fins lucrativos)*. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

PEREIRA, R. S.; LIMA, V. M. Impacto das organizações do terceiro setor no desenvolvimento regional: um estudo de caso em municípios do sul do Brasil. *Revista Eletrônica de Administração (READ)*, [S. I.], v. 16, n. 3, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://read.metodista.br>. Acesso em: 15 jun. 2025.

PIMENTA E OLIVEIRA, Sheila Fernandes. *Estrutura e formatação de trabalhos acadêmicos: compilação e discussão das normas da ABNT e atalhos facilitadores para digitação*. 5. ed. Franca: Uni- FACEF, Centro Universitário de Franca, 2019

POLTRONIERI, C. F. et al. *Utilização de Metodologias de Melhoria Da Qualidade No Terceiro Setor: uma Revisão Sistemática de Literatura*. [S. I.], 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/355815292_Utilizacao_de_metodologias_de_melhoria_da_qualidade_no_terceiro_setoruma_revisao_sistematica_de_literatura.

PUTNAM, Robert D. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

RIBAS, T. A. M. et al. Gestão Social No Terceiro Setor e Seus Efeitos No Desenvolvimento Humano: Um Estudo de Caso Em Uma Organização Da Sociedade Civil (OSC) Que Atua No Estado Do Rio Grande Do Sul/Brasil. *Research, Society and Development*, [S. I.], 2021.

SALAMON, L. M. *America's Nonprofit Sector: A Primer*. New York: The Foundation Center, 1999.

SANTOS, M. A.; LIMA, R. C. Acolhimento e proteção: práticas de cuidado nas Aldeias Infantis. *Revista Brasileira de Serviço Social*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 40-50, 2022.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DOS MECANISMOS DE
DECISÃO**

*DEMOCRATIC MANAGEMENT IN SCHOOLS: POTENTIAL AND LIMITATIONS OF DECISION-
MAKING MECHANISMS*

Área temática: 04 - Educação de qualidade

ALVES, Jeniffer Vitorino da Silva
Mestra em Ciência da Educação, Educação Especial –
Faculdade Anhanguera
jenyvitorino@gmail.com

DONIZETTE, Lidiane Cristina
Mestra em Planejamento e Análise de Políticas Públicas
Universidade de Franca
lidichrist@gmail.com

LIMA, Fabiana Santos da Silva
Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas
UNESP/Franca
fabianalima.dir@gmail.com

Resumo

A gestão democrática caracteriza-se como um processo pelo qual todos os segmentos da comunidade escolar participam ativamente da definição dos rumos da instituição de ensino, assegurando o comprometimento com o desenvolvimento global do sujeito e a qualidade social da educação. Apesar de estar prevista na legislação educacional brasileira, sua efetivação na rede pública ainda se apresenta como um grande desafio, exigindo a consolidação de mecanismos decisórios que garantam autonomia e participação coletiva. A metodologia de pesquisa é qualitativa partindo da análise de Estado da Arte, trouxe evidências da dificuldade de implementação da gestão democrática, sobretudo devido à centralização das decisões e à necessidade de maior envolvimento da comunidade escolar. Nesse contexto, o papel da equipe gestora revela-se essencial, pois sua capacidade de mobilização, liderança e incentivo ao diálogo contribui para a construção de práticas democráticas que favoreçam tanto a aprendizagem dos estudantes quanto a formação cidadã.

Palavras-chave: Gestão democrática, Qualidade da educação, Participação coletiva.

Abstract

Democratic management is a process by which all segments of the school community actively participate in defining the direction of the educational institution, ensuring social quality and a commitment to the integral development of citizens. Although it is enshrined in Brazilian education legislation, its implementation in the public school system still presents a significant challenge, requiring the consolidation of decision-making mechanisms that guarantee autonomy and collective participation. Qualitative research conducted in different municipalities and state-of-the-art analyses highlight the difficulty of implementing democratic management, particularly due to the centralization of decisions and the need for greater involvement of the school community. In this context, the role of the management team is essential, as its capacity for mobilization, leadership, and encouragement of dialogue contributes to the development of democratic practices that foster both student learning and civic development.

Keywords: Democratic management, Quality of education, Collective participation

1 INTRODUÇÃO

Quando se compreende a educação pelo seu viés emancipador, automaticamente restringimos a ideia de transmissão de conteúdos, olhamos para a função de formação integral dos sujeitos, desenvolvendo competências como a capacidade do pensamento crítico, intervir na sociedade modificando a realidade em que vive e a autonomia. Essa perspectiva reflete diretamente na concepção de gestão democrática da escola, tendo em vista das condições fundamentais que essa concepção traz a condição basilar da participação coletiva e do diálogo para que o espaço escolar seja compreendido como lugar de formação de cidadãos emancipados. Para Freire (1996), a emancipação passa pelo exercício da liberdade e da consciência crítica, o que só é possível em um ambiente em que todos tenham voz e participação ativa. Nesse mesmo sentido, Paro (2016) defende que a gestão democrática é uma condição para a efetivação do direito à qualidade da educação, pois cria condições de corresponsabilidade entre gestores, professores, alunos e comunidade. Assim, a gestão democrática constitui não apenas um modelo administrativo, mas um instrumento político-pedagógico que potencializa a dimensão emancipadora da educação, ao promover autonomia, participação e a vivência da cidadania no cotidiano escolar.

A gestão democrática está diretamente ligada à noção de autonomia e representa um novo paradigma para a administração escolar. Essa autonomia é compreendida como um processo de corresponsabilidade, envolvendo tanto a comunidade interna quanto a externa da escola. Para Libâneo (2001), caracteriza-se por uma reorganização constante, que busca consolidar um modelo participativo capaz de assegurar a qualidade do ensino e a formação cidadã, sendo visto também como um objetivo a ser alcançado. Nessa perspectiva, administrar uma escola pública vai além da simples aplicação de métodos e técnicas pedagógicas; implica, como destaca Gadotti (2000), criar mecanismos que favoreçam a participação efetiva de todos os segmentos no processo educativo.

Com a Constituição Federal de 1988, a gestão democrática passa a ser compreendida como um dos princípios norteadores da educação brasileira, posteriormente reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996). A gestão democrática escolar pressupõe a corresponsabilidade de todos os sujeitos da comunidade escolar – gestores, professores, estudantes, pais e demais funcionários – nos processos de decisão, promovendo não apenas eficiência administrativa, mas também a construção de uma cultura participativa e emancipatória (SILVA, 2011; PARO, 2000).

Dallabona e Carminatti (2016) evidenciam que a concretização da gestão democrática parte necessariamente do envolvimento de todos os segmentos escolares tanto na elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) quanto na administração dos recursos financeiros e nos processos de decisão. Estudos empíricos realizados pelo Núcleo de Pesquisa Desenvolvimento, Território e Paisagem (NETAP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, 2016) dados observados nas obras analisadas, evidenciam que, apesar da legislação, a prática da gestão democrática ainda enfrenta barreiras como centralização das decisões e baixa participação da comunidade escolar. Assim, investigar os mecanismos e limitações da gestão democrática se mostra essencial para subsidiar políticas educacionais mais efetivas, fortalecer a participação da comunidade escolar e promover uma educação de qualidade, alinhada aos princípios de equidade, autonomia e corresponsabilidade social (LIBÂNEO, 2001; GADOTTI, 2000).

O artigo tem por interesse investigar como os princípios legais e teóricos da gestão democrática se concretizam no cotidiano escolar. Tendo em vista que mesmo partindo da seguridade da legislação, sua aplicação encontra obstáculos relevantes, especialmente em cenários marcados pela centralização administrativa, pela carência de formação política da comunidade escolar e por restrições de ordem estrutural (SILVA, 2011; PARO, 2000). Nesse sentido, o objetivo da pesquisa consiste em examinar como a gestão democrática é desenvolvida nas escolas públicas de educação básica, priorizando a análise dos mecanismos utilizados pelos gestores para promover processos participativos de decisão e avaliando, ao mesmo tempo, os limites e possibilidades dessa prática no ambiente escolar. Buscando assim compreender como tais estratégias podem favorecer a participação efetiva da comunidade escolar e fortalecer uma educação com caráter emancipatório, tomando como base referenciais teóricos e dados documentais de instituições oficiais, como o INEP. Este estudo foi desenvolvido com abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentando-se em levantamento bibliográfico, periódicos e base de dados Scielo, além de análise documental de informações provenientes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A metodologia adotada possibilita identificar não apenas a presença formal dos mecanismos de gestão democrática previstos em lei, mas também avaliar como eles se concretizam no cotidiano das escolas públicas de educação básica. A partir da articulação entre referenciais teóricos, estudos bibliográficos e dados documentais, a análise busca evidenciar tanto os entraves que dificultam a consolidação de práticas participativas — como a centralização administrativa, a insuficiente formação política da comunidade escolar e as limitações de ordem estrutural — quanto as iniciativas bem-sucedidas que podem ser consideradas como exemplos de boas práticas. Com isso, pretende-se contribuir para uma reflexão crítica sobre a gestão democrática e oferecer elementos que fortaleçam políticas públicas e estratégias de gestão educacional voltadas à promoção de uma educação emancipadora e socialmente transformadora.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Fundamentos da Gestão Democrática

Ao longo da história, a educação tem sido ligada às ideias de progresso humano, emancipação e pensamento crítico, especialmente sob a perspectiva racionalista e otimista das Luzes (Pereira, 1990a; Taguieff, 2004; Passmore, 2004). Nessa concepção, o desenvolvimento formal dos indivíduos é visto como um meio capaz de conduzir a sociedade a um futuro mais justo, próspero e consciente, transformando a escola em um instrumento de emancipação pessoal. No entanto, apesar de essa visão de progresso ter recebido ampla legitimidade ao longo do tempo, a prática educativa nem sempre alcançou esses objetivos libertadores. Em muitos casos, ela permaneceu marcada pelo modelo da “educação bancária”, criticado por Freire (1975), caracterizado pela transmissão de conhecimento de forma autoritária e acrítica.

De acordo com Freire (1975, 2012), a “educação libertadora” se dá a partir da emancipação, valorizando a conscientização, o diálogo e a autonomia dos sujeitos. Nessa abordagem, o educando deixa de ser um receptor passivo de conteúdos e passa a ser produtor e construtor do conhecimento, capaz de compreender, questionar e transformar a realidade social à sua volta. A educação problematizadora reforça a dimensão crítica, a curiosidade, o diálogo e o respeito pelo educando, ideia abordada na Pedagogia da Autonomia de Freire (1996), promovendo uma cidadania crítica e emancipada. Assim, a prática educativa deve integrar o desenvolvimento intelectual, ético, socioemocional, físico, cultural e artístico, garantindo uma formação integral do sujeito e preparando-o para a participação ativa e consciente na sociedade (Moreira, 2010; Freire, 1975, 2012).

Dentro desse contexto, Giroux (2008) traz a pedagogia crítica, complementando a perspectiva freireana ao afirmar que a educação deve formar agentes críticos capazes de articular teoria e prática, análise crítica e senso comum, aprendizagem e transformação social. O autor defende que o educador deve se posicionar como intelectual transformador, aproximando o pedagógico do político e o político do pedagógico, criando condições para que os estudantes participem ativamente na construção de uma democracia em constante evolução. Dessa forma, a educação torna-se um espaço de resistência ao autoritarismo e à transmissão acrítica de conteúdos, promovendo reflexão, conscientização e ação transformadora (Giroux, 2008; Lima, 2012a; Freitas, 2010).

Portanto, a educação emancipadora vai além da simples transmissão de conteúdos, visando formar cidadãos críticos e conscientes de sua inserção histórica, social e política, aptos a intervir e transformar a realidade. Essa abordagem reforça a importância de uma prática educativa problematizadora e libertadora, que valorize a participação, o diálogo e a ação coletiva como instrumentos de construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, a educação atua como catalisadora do “inédito viável”, permitindo que a conscientização e a práxis crítica conduzam à emancipação social e cultural (Freire, 1975, 2012; Jones, 2010).

2.2 Fundamentos Legais e Políticos da Gestão Democrática

No Brasil a gestão democrática da educação apoia-se em marcos legais e políticos que vêm se consolidando ao longo das últimas décadas, sendo consolidado como um princípio central do sistema educacional. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, inciso VI, estabelece que a educação deve ser organizada de forma democrática, garantindo à sociedade participação na definição das políticas educacionais (BRASIL, 1988). Esse princípio é reforçado e detalhado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), que, nos artigos 3º, 14 e 56, prevê

mecanismos de participação da comunidade escolar, autonomia das instituições e a criação de órgãos colegiados deliberativos, aplicáveis tanto à educação básica quanto à superior (BRASIL, 1996).

A LDB assegura que na educação básica exista diferentes níveis de autonomia pedagógica, administrativa e financeira para as escolas, enfatizando o papel dos profissionais da educação, da comunidade escolar e da sociedade local na elaboração do Projeto Político-Pedagógico e nas decisões institucionais. A legislação mais recente, por meio da Lei nº 14.644/2023, amplia essas determinações, tornando obrigatória a criação de Conselhos Escolares e Fóruns de Conselhos Escolares em todas as unidades e sistemas de ensino (SANTOS, 2023). Esses órgãos devem contar com representação de diversos segmentos da comunidade escolar e local (GARCIA, 2023), com função deliberativa e papel no fortalecimento da democracia e da qualidade da educação (BASTOS JUNIOR, 2023).

Além do aspecto legal, a gestão democrática contempla uma proposta político-pedagógica que vai além da administração puramente técnica ou burocrática. Segundo Santos e Sales (2012), a gestão escolar deve ser entendida como um processo humano-institucional que integra administração, cogestão e autogestão. Assim, o poder não está concentrado exclusivamente no gestor, mas é compartilhado com toda a comunidade escolar, promovendo a participação efetiva de todos na construção de um ambiente educativo democrático, inclusivo e inovador.

No plano político-pedagógico, a gestão democrática abrange tanto a participação quanto a representação da comunidade escolar. A participação real ocorre quando professores, estudantes, pais e demais membros têm voz e poder decisório sobre questões institucionais, enquanto a representação acontece quando órgãos colegiados existem apenas formalmente, sem efetivo poder de decisão. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas e práticas escolares que estimulem a autonomia, a pluralidade e a cidadania, evitando interpretações equivocadas da gestão democrática que reproduzam centralização ou desresponsabilização do Estado (BASTOS, 2002; GADOTTI, 1994).

Dessa forma, os fundamentos legais e políticos da gestão democrática articulam-se em três dimensões principais: a normativa-legal, que define direitos e deveres; a pedagógica, que orienta a prática educativa e a formação cidadã; e a administrativa, que garante autonomia e participação efetiva. Consolidar esses fundamentos exige não apenas que as instituições cumpram as normas legais, mas também o engajamento crítico da comunidade escolar e dos gestores, elementos essenciais para construir escolas democráticas, inclusivas e comprometidas com a qualidade da educação.

2.3 Desafios e Possibilidades da Gestão Democrática na Escola Pública

A gestão democrática, enquanto princípio constitucional e diretriz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), configura-se como um dos pilares para a construção de uma escola pública de qualidade. Sua base encontra-se na concepção grega de democracia, entendida como o governo do povo e o exercício da soberania popular. Transposta ao campo educacional, tal concepção propõe que a escola seja administrada de forma coletiva, assegurando a participação de todos os segmentos — gestores, professores, estudantes, funcionários, famílias e comunidade local — nos processos de planejamento, decisão e avaliação (BRASIL, 1996).

A LDB/96 em seu artigo 14 prevê a participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP), assim como o envolvimento da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou instâncias equivalentes. Já o artigo 15 garante às escolas diferentes níveis de autonomia pedagógica, administrativa e financeira. Esses dispositivos representam avanços importantes, destacando-se a institucionalização do PPP e o fortalecimento dos órgãos colegiados. No entanto, pesquisas como as do Núcleo de Pesquisa Desenvolvimento, Território e Paisagem (NETAP/UFFS, 2016) mostram que, apesar das conquistas legais, a gestão democrática ainda enfrenta obstáculos, incluindo a centralização das decisões e a limitada participação da comunidade escolar.

De acordo com Dallabona e Carminatti (2016), para que a gestão democrática seja efetiva, é preciso que todos os segmentos participem ativamente do PPP, da administração dos recursos e da tomada de decisões. Libâneo (2001) e Gadotti (2000) compartilham essa perspectiva, defendendo a gestão democrática como instrumento para promover equidade, autonomia e corresponsabilidade social no ambiente escolar. Entretanto, em sociedades marcadas por desigualdades profundas, como a brasileira, a democratização não se realiza apenas por meio da igualdade formal garantida por lei. Carone (1998) ressalta a necessidade de superar essa visão formal

e enfrentar os desafios estruturais que limitam a efetivação dos direitos, promovendo ações concretas capazes de reduzir as desigualdades sociais e educacionais.

Nesse sentido, Freire (2000) alerta para os riscos de uma democracia puramente formal, que se restringe ao plano legal e não se compromete com a transformação das relações de poder. Para ele, a democracia na escola deve estar vinculada ao exercício consciente da autonomia, à superação das desigualdades e à construção de práticas pedagógicas emancipatórias. Lück (2009) reforça essa perspectiva ao afirmar que a gestão democrática pressupõe participação consciente, esclarecida e responsável de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional, orientando o planejamento e a organização das práticas escolares.

Entretanto, a efetivação da gestão democrática não se dá sem desafios. Como observa Paro (2005), ainda há indefinição sobre o real alcance da participação: muitas vezes, a presença da comunidade restringe-se à execução de tarefas, sem alcançar a partilha efetiva do poder e a tomada de decisões. Soma-se a isso a contradição vivida pelos diretores escolares, que, embora eleitos em alguns sistemas, continuam sendo representantes do Estado, incumbidos de garantir a ordem e o cumprimento da legislação, o que os coloca numa posição ambígua entre centralização e descentralização do poder (PARO, 2005).

A experiência analisada por Valerien (1993) e retomada por Lück (2009) aponta que o diretor escolar é ator estratégico no processo de democratização da escola, mas que sua atuação precisa estar orientada pelo fortalecimento das instâncias colegiadas e pela promoção da participação coletiva. Nesse contexto, os órgãos colegiados — como Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis e Associações de Pais e Mestres — assumem papel essencial para consolidar a gestão democrática como prática cotidiana, indo além da dimensão formal e promovendo a corresponsabilidade.

Diante desse cenário, as possibilidades da gestão democrática residem justamente na valorização do coletivo, na descentralização do poder e no fortalecimento do PPP como instrumento político e pedagógico construído coletivamente. Contudo, os desafios permanecem expressivos: o predomínio de práticas centralizadoras, a dificuldade de mobilização da comunidade escolar, a insuficiência de recursos materiais e humanos e a persistência das desigualdades sociais que atravessam a escola pública.

Como lembra Freire (2000), a transformação é possível quando os sujeitos acreditam e se organizam coletivamente para mudar a realidade. Assim, a gestão democrática na escola pública deve ser compreendida não apenas como cumprimento de uma exigência legal, mas como um processo de construção coletiva, no qual autonomia, participação e corresponsabilidade se tornam práticas efetivas. Nesse movimento, a escola se aproxima de sua função social, contribuindo para a emancipação humana e para a consolidação de uma educação pública de qualidade social.

3. METODOLOGIA

Este estudo será desenvolvido com abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, buscando analisar a efetividade da gestão democrática nas escolas públicas de educação básica. Para tanto, serão utilizados como fontes de dados tanto o levantamento bibliográfico em periódicos e base de dados (como Scielo) quanto a análise documental de pesquisas empíricas (teses, dissertações e relatórios institucionais, a exemplo do NETAP/UFFS e documentos do INEP).

A investigação foi orientada pela seguinte questão: “De que maneira a gestão democrática se efetiva no cotidiano das escolas públicas brasileiras, considerando os limites e potencialidades apontados por pesquisas empíricas recentes?”

O percurso metodológico foi organizado em cinco etapas: (1) formulação do problema, com definição da questão norteadora sobre a efetividade da gestão democrática; (2) coleta de dados, por meio da seleção de estudos empíricos e relatórios institucionais; (3) avaliação do material, considerando sua pertinência, qualidade e relevância; (4) análise dos dados, com identificação de convergências, divergências e contribuições dos estudos em diálogo com o referencial teórico; e (5) apresentação e interpretação dos resultados, destacando práticas que favorecem ou limitam os processos participativos na escola.

A metodologia adotada auxilia na verificação da presença formal das ferramentas de gestão democrática previstos na legislação, e também na análise da aplicação dessas ferramentas no dia a dia das escolas. Ao combinar referenciais teóricos, estudos bibliográficos e informações documentais, será possível identificar tanto os obstáculos que dificultam a participação efetiva da comunidade escolar quanto as experiências bem-sucedidas que podem ser consideradas boas práticas. Com isso, busca-se fornecer elementos que contribuam para a reflexão crítica sobre a gestão

democrática, assim como para o fortalecimento de políticas públicas e estratégias educacionais voltadas à promoção de uma educação emancipadora e socialmente transformadora.

3.1 Resultados

Os registros obtidos e selecionados na base de dados, estão apresentados no Quadro 1. A seleção dos artigos ocorreu em etapas progressivas. Inicialmente, foram identificados 26 trabalhos, dos quais 14 foram considerados relevantes após a análise dos títulos. A leitura dos resumos permitiu a filtragem dos artigos, e, na etapa final, a avaliação dos objetivos resultou na escolha de 6 artigos para análise completa.

Quadro 1. Registros obtidos e selecionados na base de dados SciELO

Artigo	Foco Principal	Convergências	Divergências	Contribuições	Referência
1. Gestão Democrática da Escola e Gestão do Ensino	Paradigma da gestão democrática como princípio constitucional; participação da comunidade e autonomia institucional.	Participação da comunidade e autonomia como centrais.	Ênfase mais teórica que prática.	Reforça a gestão democrática como princípio constitucional crítico.	SANTOS, Maria do Carmo Gonçalves; SALES, Mônica Patrícia da Silva. Gestão democrática da escola e gestão do ensino: a contribuição docente à construção da autonomia na escola. <i>Revista Ensaio</i> , Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 171-183, ago./nov. 2012. https://www.scielo.br/eppec/a/rC6WS5YL9bdbSy5yvWCmKg/?format=pdf&lang=pt
2. Avaliação e Gestão Democrática na Regulação da Educação Básica	Normas da gestão democrática como responsabilidade e dos sistemas; papel da avaliação na regulação e qualidade.	Participação como exigência normativa.	Dá centralidade à avaliação, diferindo dos demais.	Associa gestão democrática à avaliação como instrumento de melhoria.	FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Avaliação e gestão democrática na regulação da educação básica brasileira: uma relação a avaliar. <i>Educação & Sociedade</i> , Campinas, v. 28, n. 99, p. 501-521, maio/ago. 2007. Disponível em: http://www.cedes.unica.mp.br .
3. A Gestão Democrática das Escolas	Estudo teórico sobre gestão democrática como princípio, método e fim; condições necessárias para sua efetivação.	Reforça autonomia e participação como bases.	Ênfase teórica e conceitual, não empírica.	Sistematiza gestão democrática como dimensão filosófica e prática.	SOUZA, Ângelo Ricardo de. Revisitando e reconstruindo um conceito de gestão democrática da educação. <i>Educação em Revista</i> , Belo Horizonte, v. 41, e51123, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-469851123 . Disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.8190 . Acesso em: 18 set. 2025.

4. Concepções de Gestão Escolar Democrática: Estudo de Caso	Estudo de caso sobre concepções de gestão democrática e seu impacto nas práticas dos diretores.	Participação escolar como prática central.	Ênfase na liderança do diretor, diferente do enfoque coletivo de outros.	Evidencia a relação entre concepção de gestão e prática cotidiana.	AMARO, Rubens de Araújo; SCHUNK, Luciana; D'ANGELO, Márcia Juliana. Concepções de gestão escolar democrática: estudo fenomenográfico com diretores de escolas públicas. <i>Educação em Revista</i> , Belo Horizonte, v. 40, e41837, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-469841837 . Disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOP . Acesso em: 18 set. 2025.
5. Revisitando e Reconstruindo um Conceito de Gestão Democrática da Escola	Rediscute o conceito de gestão democrática diante dos desafios atuais.	Autonomia e participação como condições necessárias.	Proposta de reconstrução conceitual, diferente dos estudos empíricos.	Atualiza e amplia o conceito frente a novos contextos.	SOUZA, Ângelo Ricardo de. Revisitando e reconstruindo um conceito de gestão democrática da educação. <i>Educação em Revista</i> , Belo Horizonte, v. 41, e51123, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-469851123 . Disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.8190 . Acesso em: 18 set. 2025.
6. As Condições de Democratização da Gestão da Escola Pública	Discute condições políticas, sociais e institucionais para a gestão democrática.	Participação e condições estruturais como fundamentais.	Ênfase nas dimensões externas (políticas e sociais) mais que internas.	Destaca fatores político-institucionais como determinantes da democratização.	SOUZA, Ângelo Ricardo de. As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira. <i>Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação</i> , Rio de Janeiro, v. 27, n. 103, p. 271-290, abr./jun. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/en/aio/a/jFQH8xLn3TRv/n964X7HCD6f/ . Acesso em: 18 set. 2025.

3.2 Discussões

O referencial teórico que sustenta este estudo fundamenta-se na concepção de educação como prática emancipadora, a partir da perspectiva freireana de educação libertadora (FREIRE, 1975, 2012), ampliada pela pedagogia crítica de Giroux (2008) e pela defesa da formação integral e cidadã (MOREIRA, 2010). Essa perspectiva compreende a escola como espaço político-pedagógico voltado à conscientização, ao diálogo e à ação coletiva, em oposição ao modelo de educação bancária, que reduz o estudante à condição de receptor passivo de conteúdo. Ao mesmo tempo, a fundamentação também se ancora nos marcos legais e políticos da gestão democrática (BRASIL, 1988, 1996, 2023), entendida como princípio constitucional e diretriz da LDB, que garante a participação da comunidade escolar nos processos decisórios e assegura a autonomia das instituições educativas (SANTOS; SALES, 2012; GADOTTI, 1994; LIBÂNEO, 2001; PARO, 2005).

A dimensão emancipatória e normativa orienta de forma decisiva a metodologia escolhida. A análise do material metodológico evidencia não apenas a intenção de registrar experiências de gestão democrática, mas também de problematizá-las a partir de referenciais críticos. Nesse processo, estabelece-se uma relação coerente entre teoria e método: enquanto o referencial teórico aponta a urgência de enfrentar as desigualdades estruturais e de fortalecer a autonomia (CARONE, 1998; LÜCK, 2009), a investigação metodológica se apoia em pesquisas empíricas e relatórios institucionais (NETAP/UFFS, 2016; INEP) para identificar evidências que confirmem ou tensionem tais princípios. A análise documental, nesse sentido, torna-se essencial para observar até que ponto dispositivos legais, como os conselhos escolares, a autonomia pedagógica e a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico, de fato se concretizam no cotidiano das escolas, revelando tanto avanços quanto limitações.

Dessa forma, a metodologia estabelece uma ponte efetiva entre teoria e prática, possibilitando reconhecer os pontos de convergência e de tensão entre o ideal de uma educação democrática, crítica e emancipadora e a realidade vivida nas escolas públicas brasileiras, marcada simultaneamente por conquistas e por obstáculos estruturais e culturais. Com isso, o estudo reforça a compreensão da gestão democrática não apenas como cumprimento de uma norma legal, mas como um processo político-pedagógico em permanente construção, o que justifica a pertinência da opção metodológica em sintonia com os fundamentos teóricos que a sustentam.

4. CONCLUSÃO

A análise realizada neste estudo mostra que a gestão democrática nas escolas públicas brasileiras é um elemento central para a construção de uma educação crítica, emancipadora e socialmente transformadora. A participação consciente de gestores, professores, estudantes e familiares, articulada à autonomia pedagógica e administrativa, aparece como condição fundamental para o fortalecimento de práticas educativas inclusivas e cidadãs, em sintonia com os princípios defendidos por Paulo Freire e pela pedagogia crítica (FREIRE, 2012; GIROUX, 2008).

Apesar disso, a implementação efetiva da gestão democrática ainda encontra barreiras expressivas. Entre elas, destacam-se a concentração das decisões em poucos gestores, a baixa mobilização da comunidade escolar, a escassez de recursos materiais e humanos, a resistência cultural à participação coletiva e as desigualdades sociais e educacionais que atravessam a vida escolar (PARO, 2005; LÜCK, 2009; NETAP/UFFS, 2016). Esses fatores revelam que, mesmo diante de dispositivos legais que asseguram a participação, a democratização da escola permanece limitada por entraves de ordem estrutural, institucional e cultural.

Consolidar a gestão democrática requer, portanto, mais do que legislações bem estruturadas. Implica a construção de uma cultura escolar alicerçada no diálogo, na corresponsabilidade, na reflexão crítica e na prática coletiva. Para que isso se concretize, é necessário: a) investir na formação continuada dos profissionais da educação, de modo a desenvolver competências para a participação crítica e a tomada de decisões coletivas; b) assegurar o funcionamento autônomo das instâncias colegiadas, como Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis e associações de pais e mestres; c) criar espaços permanentes de escuta e diálogo, fortalecendo o protagonismo estudantil e as ações coletivas; d) superar carências materiais e estruturais que dificultam a participação; e) acompanhar e avaliar continuamente as práticas de gestão democrática, de modo a aperfeiçoar estratégias e garantir maior efetividade (SANTOS; SALES, 2012; MOREIRA, 2010; BRASIL, 1996).

Nessa perspectiva, a gestão democrática deve ser entendida como um processo em constante construção, cuja efetividade depende do envolvimento crítico de todos os sujeitos escolares e da superação de obstáculos históricos e culturais. Quando essas condições se realizam, a escola se transforma em um espaço de emancipação social e cultural, capaz de formar cidadãos autônomos, críticos e conscientes de seu papel histórico e político. Assim, a democratização da gestão escolar ultrapassa o cumprimento legal, assumindo-se como estratégia pedagógica e política para consolidar uma educação pública de qualidade, inclusiva e transformadora.

REFERÊNCIAS

- AMARO, Rubens de Araújo; SCHUNK, Luciana; D'ANGELO, Márcia Juliana. *Concepções de gestão escolar democrática: estudo fenomenográfico com diretores de escolas públicas*. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 40, e41837, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469841837>. Acesso em: 18 set. 2025.
- BASTOS, José. *Gestão democrática e participação escolar*. São Paulo: Cortez, 2002.
- BASTOS JUNIOR, João. *Conselhos escolares e gestão democrática: fundamentos legais e práticas*. Rio de Janeiro: Penso, 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1996.
- CARONE, Edgard. *Direito à educação e gestão escolar*. São Paulo: Moderna, 1998.
- DALLABONA, Vanessa; CARMINATTI, Lilian. *Participação comunitária e gestão democrática nas escolas públicas*. Revista Educação em Questão, Porto Alegre, v. 42, n. 31, p. 123-145, 2016.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- GADOTTI, Moacir. *Gestão participativa da escola: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 1994.
- GADOTTI, Moacir. *Educação, sociedade e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2000.
- GIROUX, Henry A. *Pedagogia crítica: educação e política na sociedade contemporânea*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- LIMA, Cláudia. *Educação emancipadora e políticas públicas: desafios contemporâneos*. Salvador: EDUFBA, 2012a.
- LÜCK, Heloísa. *Gestão democrática e participação escolar*. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- MOREIRA, Antônio. *Formação integral e cidadania na educação básica*. São Paulo: Moderna, 2010.
- NETAP/UFFS – Núcleo de Pesquisa Desenvolvimento, Território e Paisagem. *Relatório sobre a gestão democrática nas escolas públicas brasileiras*. Universidade Federal da Fronteira Sul, 2016.
- PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática na escola pública: princípios, desafios e práticas*. São Paulo: Loyola, 2000.
- PARO, Vitor Henrique. *Educação, gestão e sociedade*. São Paulo: Loyola, 2005.
- SANTOS, Maria do Carmo Gonçalves; SALES, Mônica Patrícia da Silva. *Gestão democrática da escola e gestão do ensino: a contribuição docente à construção da autonomia na escola*. Revista Ensaio, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 171-183, ago./nov. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epec/a/rCc6WS5YL9bdbSy5yvWCmKg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2025.

SANTOS, Ricardo; SALES, Mônica. *Gestão democrática e participação escolar*. Rio de Janeiro: Penso, 2012.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. *As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira*. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 27, n. 103, p. 271-290, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/jFQH8xLn3TRvn964X7HCD6f/>. Acesso em: 18 set. 2025.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. *Revisitando e reconstruindo um conceito de gestão democrática da educação*. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 41, e51123, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469851123>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.8190>. Acesso em: 18 set. 2025.

VALERIEN, Pierre. *O diretor escolar e a gestão democrática: estudo de casos comparados*. Paris: UNESCO, 1993.

**INOVAÇÕES NO REGISTRO PÚBLICO DE VINCULAÇÃO TUTELAR DE ANIMAIS DOMÉSTICOS:
UM CAMINHO PARA PREVENIR O ABANDONO**

*INNOVATIONS IN PUBLIC REGISTRATION OF DOMESTIC ANIMAL GUARDIANSHIP: A PATH TO
PREVENT ABANDONMENT*

Área temática: Vida Terrestre

SOUSA, Ígor Mizuguchi de
Faculdade Dr. Francisco Maeda - FAFRAM
Bacharelando em Direito - FAFRAM
igormizu@hotmail.com

MORAES, Ana Paula Bagaiole
Faculdade Dr. Francisco Maeda - FAFRAM
Doutora em Direito Político e Econômico - MACKENZIE
ana.moraes@fafram.com.br

Resumo

A persistência do problema referente ao abandono de animais domésticos, constitui um grave problema social e de saúde pública no Brasil, cuja efetiva responsabilização jurídica dos infratores é frequentemente dificultada pela impossibilidade em se comprovar o vínculo de guarda entre o animal e seu tutor. Nesse contexto, o presente artigo visa investigar a viabilidade e a eficácia da implementação de um registro público que permite a vinculação tutelar de animais, de caráter obrigatório e unificado, como instrumento central de prevenção ao abandono. Nesse sentido, a metodologia empregada consiste na pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e método dedutivo, partindo da análise dos princípios gerais dos registros públicos (publicidade, segurança, eficácia) para aplicá-los à questão da tutela animal. Como resultado, propõe-se um modelo de registro que, por meio da identificação permanente, como o microchip, e da vinculação direta ao tutor, confere rastreabilidade e força probatória ao vínculo. Ante o exposto, conclui-se que a adoção do aludido sistema não se revela uma medida isolada, mas se consolida como pedra angular para a efetivação de um conjunto de políticas públicas de bem-estar animal, transformando o dever de guarda em uma obrigação jurídica concreta, fiscalizável e capaz de mitigar de forma estrutural o abandono no país.

Palavras-chave: Tutela animal, abandono de animais, registro público.

Abstract

The persistence of the problem regarding domestic animal abandonment constitutes a serious social and public health issue in Brazil, where the effective legal accountability of offenders is often hindered by the inability to prove the bond of guardianship between the animal and its guardian. In this context, this article aims to investigate the feasibility and effectiveness of implementing a mandatory and unified public registry that formalizes the animal guardianship bond, serving as a central tool for preventing abandonment. The methodology employed consists of bibliographic and documentary research, with a qualitative approach and a deductive method, based on the analysis of the general principles of public registries (publicity, security, efficacy) to apply them to the issue of animal guardianship. As a result, a registry model is proposed that, through permanent identification such as microchipping and direct linkage to the guardian, provides traceability and probative force to the bond. In light of the foregoing, it is concluded that the adoption of the aforementioned system is not an isolated measure but is consolidated as the cornerstone for the implementation of a set of public policies for animal welfare, transforming the duty of care into a concrete, enforceable legal obligation capable of structurally mitigating abandonment in the country.

Keywords: Animal guardianship, animal abandonment, public registry.

1 INTRODUÇÃO

Diuturnamente, é possível se deparar, nas ruas dos municípios brasileiros, com um número elevado de animais em situação de rua. Uma parcela desses animais se encontra perdidos sob as mais diversas circunstâncias, contudo, sua maior proporção se deve ao fato de um ato deliberado: o abandono. Esse infortúnio representa, não só uma quebra unilateral da vontade do tutor em manter seus deveres junto ao animal, mas também o rompimento de um vínculo cruel de tutela. Trata-se, portanto, de uma conduta que revela problemas velados de caráter moral e, ao mesmo tempo, reflete uma falha estrutural do próprio Estado em responsabilizar o causador.

Embora a situação dos animais perdidos possua grande relevância, a preocupação central deste estudo recai sobre a urgência em tratar da responsabilização decorrente da ruptura voluntária e criminosa da guarda. O abandono de animais transcende, em muito, a esfera do sofrimento individual, configurando-se como um grave problema de saúde pública. Isso porque envolve fatores de segurança, como acidentes e ataques, a disseminação de doenças, e de cunho propriamente ambiental. A efetividade da sanção penal no crime de maus-tratos tem se revelado insuficiente, ante o crescente número de animais em situação de rua.

Nesse sentido, faz-se necessária a intervenção da esfera cível, em que muitas vezes esbarra em um obstáculo tão primordial e intransponível, sendo a dificuldade em comprovar a autoria do abandono. A ausência de um sistema efetivo de identificação, que vincule de forma inequívoca, permanente e pública do animal com seu tutor, cria uma lacuna perigosa de impunidade, como ocorre atualmente. No que concerne a capacidade de identificar o responsável, a norma jurídica que visa proteger o animal se torna apenas uma letra morta, e o Estado falha em seu dever de coibir a crueldade contra a fauna.

Ante esse cenário, o presente artigo visa tratar não só de questão puramente jurídica, mas considerar a relevância de se tratar um tema que muitas vezes passa despercebido. A abordagem sobre a criação de um registro público, que possibilita a vinculação tutelar de animais domésticos, precisa encarar os fatores de obrigatoriedade e unificação em âmbito nacional, sendo um poderoso instrumento de prevenção e combate ao abandono. Sob os moldes dos princípios da publicidade, segurança e eficácia, que norteiam as atividades dos registros públicos, permitiria, sem sombra de dúvida, a identificação precisa do tutor, e sua consequente responsabilização nas falhas do dever de guarda, em uma obrigação jurídica concreta.

Para tanto, o presente artigo irá apreciar a função e os princípios retromencionados, acerca dos registros públicos, como garantidores de direitos e responsabilidades. Em seguida, será dimensionado o problema do abandono de animais no Brasil e seus impactos, para que, ao final, seja proposta a criação de um registro público de vinculação tutelar de animais domésticos. Esse mecanismo se apresenta não apenas como uma resposta pontual ante um grande problema, mas como uma pedra angular para a efetividade de um conjunto de políticas públicas de bem-estar animal e melhores condições da vida terrestre. Sobretudo, revela-se essencial na mitigação do abandono, ao transformar a tutela animal em uma obrigação concreta, efetiva e verificável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Registros públicos como garantia de direitos e responsabilidades

O Direito Registral brasileiro, historicamente consolidado como uma ferramenta de organização da propriedade e da vida civil, oferece uma estrutura principiológica robusta na solução de desafios sociais. Os registros públicos desempenham uma função social importante de prevenção de conflitos e na garantia de segurança jurídica. No que compete a seus princípios, ao conferirem publicidade, autenticidade e eficácia aos atos jurídicos, revelam-se a tecnologia jurídica por excelência para transformar os fatos sociais em responsabilidades legais inequívocas. A análise de sua aplicação em institutos basilares, como o registro civil e o de propriedade, permite desvelar o potencial para sua transposição à tutela de animais domésticos, como forma de instrumentalizar o comando constitucional de vedação à crueldade.

O marco inaugural da existência e reconhecimento de uma pessoa perante o Estado e a sociedade é o registro de nascimento. Bem como, "quer a lei que todo nascimento seja objeto de registro" (Ceneviva, 2010, p. 297). Contudo, a aparente simplicidade deste ato, esconde uma das mais profundas controvérsias do Direito Civil brasileiro: o exato momento em que se inicia a personalidade jurídica. O art. 2º, do Código Civil, disciplina que "a personalidade civil da pessoa começa do

nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro". Essa redação perpetua um intenso debate doutrinário com relação a uma ambiguidade, colocando em colisão diferentes teorias sobre a natureza jurídica do nascituro, aquele ser já concebido, mas ainda o nascer em potência. A análise dessa evolução teórica é fundamental para compreender a função do registro como um instrumento que não apenas declara, mas constitui *status* jurídico em resposta às demandas sociais e éticas.

Ao analisar a evolução do tema, o doutrinador civilista Flávio Tartuce (2025) expõe como a teoria natalista prevaleceu historicamente, apegando-se a uma interpretação literal da primeira parte do artigo, para afirmar que a personalidade só se inicia com o nascimento com vida. Para esta corrente, o nascituro não seria uma pessoa, mas uma *res*, detentora de mera expectativa de direitos. Porém, essa visão se mostra superada, posto que é incapaz de responder satisfatoriamente se o nascituro, não sendo pessoa, seria um objeto, além de ser incompatível com a proteção dos direitos fundamentais, como a vida e a dignidade, e com os avanços da ciência, como as técnicas de reprodução assistida.

Uma variação, a teoria da personalidade condicional, "é aquela pela qual a personalidade civil começa com o nascimento com vida, mas os direitos do nascituro estão sujeitos a uma condição suspensiva" (Tartuce, 2025, p. 65), também se revela insuficiente, pois mantém o foco em questões patrimoniais e acaba por negar a existência de direitos efetivos, tratando-os como meramente eventuais.

A superação dessas visões veio com a teoria concepcionista, o que para esta corrente, o nascituro é pessoa humana desde a concepção, sendo titular de direitos da personalidade, como o direito à vida, ao nome, à imagem e a alimentos. Como aponta Flávio Tartuce (2025), propõe-se uma construção interessante ao diferenciar a personalidade jurídica formal (ligada aos direitos da personalidade, adquirida na concepção) da personalidade jurídica material (ligada aos direitos patrimoniais, adquirida com o nascimento com vida). Essa evolução doutrinária é um reflexo da personalização do Direito Civil, que desloca seu eixo do patrimônio para a proteção da pessoa humana em todas as suas dimensões.

A força dessa evolução é tão significativa que impactou a própria prática registral, em um ponto que dialoga diretamente com a tese em debate. O reconhecimento de direitos ao natimorto (aquele que falece no ventre materno ou no parto), consolidado em enunciados do Conselho da Justiça Federal e, mais recentemente, pelo Provimento n. 151 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), permitiu que o sistema registral fosse adaptado para registrar o nome do natimorto, a pedido dos pais.

Nesse sentido, o artigo 479-A, do Provimento 149 do CNJ, foi alterado para dispor o seguinte: "É direito dos pais atribuir, se quiserem, nome ao natimorto, devendo o registro ser realizado no Livro 'C-Auxiliar', com índice elaborado a partir dos nomes dos pais". Este avanço é de suma importância: ele demonstra que a função do registro público pode ser mobilizada para conferir dignidade e formalizar um status jurídico-afetivo mesmo na ausência da aquisição de personalidade civil plena para atos patrimoniais.

A certidão de nascimento é, portanto, a chave que abre as portas para todos os demais direitos fundamentais. A lógica subjacente é a de que o Estado, para proteger, precisa primeiro reconhecer, pois segundo a teoria natalista, "o nascituro não teria direitos, mas mera expectativa de direitos" (Tartuce, 2025, p. 64). O registro confere ao recém-nascido, um ser intrinsecamente vulnerável, a proteção do ordenamento jurídico, formalizando sua inserção no seio da comunidade e do Estado.

Portanto, a função do registro civil transcende a mera certificação do nascimento com vida. Ele é o palco onde se materializa a proteção jurídica que o ordenamento confere ao ser humano em suas diversas fases, refletindo a evolução da própria sociedade. Assim como o direito superou a teoria natalista para abraçar a proteção do concebido, e assim como a prática registral se adaptou para conferir dignidade ao natimorto, a proposta de um registro de tutela animal se insere precisamente nesta mesma linha de progresso jurídico. Trata-se de utilizar a mesma tecnologia jurídica do registro público, buscando estender um manto de proteção e responsabilidade a outros seres reconhecidamente vulneráveis e sencientes, formalizando um vínculo que a sociedade já reconhece e que o direito não pode mais ignorar.

Se no âmbito existencial o registro civil é basilar, na esfera patrimonial, o registro de propriedade, especialmente o de bens imóveis, é a pedra angular da segurança jurídica e da paz social. A máxima popular "só é dono quem registra" revela a força de um sistema que confere certeza e oponibilidade às relações negociais. Para garantir essa segurança, o sistema registral se orienta por princípios cardeais que garantem sua eficácia, notadamente a publicidade e a continuidade. Destaca-se o entendimento doutrinário que:

Os efeitos jurídicos produzidos são de três espécies básicas, não estanques: a) constitutivos - sem o registro o direito não nasce; b) comprobatórios - o registro prova a existência e a

veracidade do ato ou fato ao qual se reporta; c) publicitários - o ato ou fato registrado, com raras exceções, é acessível ao conhecimento de todos, interessados e não interessados (CENEVIVA, 2010, p. 35).

O entendimento colacionado, reforça o próximo princípio, sendo o princípio da publicidade, pelo qual, "para garantir a oponibilidade e preservar da inoponibilidade a todos os terceiros, o direito dá ao ato jurídico publicidade" (Ceneviva, 2010, p. 107). Segundo o doutrinador, a publicidade é assegurada por meio de lançamentos em serviços especiais criados pelo Estado, de modo que torna o ato conhecido a todos. Aplicado ao caso em discussão, o registro tornaria o vínculo de tutela um ato público, eliminando o anonimato do tutor em relação ao animal, o que atualmente facilita o abandono. Somado a ele, o princípio da especialidade, exige a perfeita individualização tanto do titular do direito (o tutor, com sua qualificação completa) quanto do objeto (o animal, por meio de um identificador único, como exemplo, o microchip, ou uma coleira identificadora), não deixando margem para ambiguidades.

O princípio da continuidade, por sua vez, é talvez o mais revolucionário para a proposta. Nesse sentido, torna-se um dos pilares do sistema, pois determina o "imprescindível encadeamento entre assentos pertinentes a um dado imóvel e às pessoas nele interessadas" (Ceneviva, 2010, p. 999). Essa obrigatoriedade, que assegura que um novo registro só possa ser feito com base no título precedente, é o que cria a segurança do sistema. Aplicado à tutela animal, esse "imprescindível encadeamento" se traduziria em uma verdadeira "cadeia de responsabilidade". Cada transferência de tutela exigiria uma averbação ligada ao registro anterior, impedindo que um tutor simplesmente rompa o vínculo de forma unilateral e anônima, pois seu nome permaneceria como o último elo válido e legal da corrente.

Adicionalmente, outros dois princípios consolidam a robustez da proposta. Pelo princípio da legalidade, o oficial de registro atuaria como um fiscal da regularidade do ato de assunção da tutela, verificando a capacidade civil do tutor e conferindo maior solenidade ao vínculo. De forma ainda mais impactante, o princípio da fé pública registral confere ao que é registrado, uma presunção de veracidade. Nota-se no entendimento doutrinário que:

O registro cria presunção relativa de verdade. É retificável, modificável e, por ser o oficial um receptor da declaração de terceiros, que examina segundo critérios predominantemente formais, não alcança o registro o fim que lhe é determinado pela definição legal: não dá autenticidade ao negócio causal, ao fato ou ato jurídico de que se origina (CENEVIVA, 2010, p. 33).

Nesse aspecto, a fé pública "corresponde à especial confiança atribuída por lei ao que o oficial declare ou faça, no exercício da função, com presunção de verdade" (Ceneviva, 2010, p. 54). A presunção de verdade, atribuída por lei ao assento registral, é o que fundamenta juridicamente o efeito mais poderoso do sistema: a inversão do ônus da prova. A informação do registro não seria apenas um indício, mas uma prova legalmente presumida, sobre a qual o Estado poderia agir de forma célere e eficaz para responsabilizar o tutor em caso de abandono.

Ante o exposto, revela-se a importância dos registros públicos, pois transcende a esfera individual do direito, alcançando uma dimensão de função social indispensável à organização estatal. Segundo Paiva (2019), os serviços registrares possuem destaque em sua atuação na esfera da normalidade, com a crucial função de prevenção de litígios, em face do poder judiciário, que intervém para restabelecer a ordem após sua violação. Sua atuação se dá, portanto, no campo da profilaxia, o que torna o registro uma ferramenta de política pública tão poderosa e eficaz.

Esta é a ponte conceitual para a proposta do presente artigo. O abandono de animais é o "litígio", a quebra da ordem social que sobrecarrega o Estado e a sociedade civil. O preceito do art. 225, da Constituição Federal, que garante a preservação do meio ambiente, muitas vezes se mostra ineficaz, justamente pela dificuldade de identificar o autor do abandono. O registro público, com base em seus princípios, cria o elo que faltava, conectando o animal ao seu tutor e permitindo a efetiva aplicação da lei. Ele instrumentaliza e confere efetividade a um comando constitucional, transformando a tutela, hoje baseada em um vínculo afetivo e informal, em uma obrigação jurídica concreta e fiscalizável. Com esta base teórica estabelecida, o artigo passará a detalhar a estrutura e os efeitos jurídicos do instituto registral proposto.

2.2 O Abandono de Animais Domésticos

O abandono de animais domésticos transcende a esfera de um ato isolado, configurando-se como uma crise recorrente no cenário nacional. Em termos jurídicos, o abandono representa uma das formas mais extremas e prolongadas de crueldade, violando diretamente o que disciplina o artigo 225, §1º, inciso VII, da Constituição Federal, que veda tais práticas. No âmbito social, esse ato reflete uma profunda falha na responsabilidade da sociedade em uma esfera coletiva e na relação entre ser humano

e os animais. Nesse sentido, materializa-se uma quebra do vínculo de tutela, expondo o animal senciente à fome, doenças, atropelamentos e à violência, sendo algumas consequências refletidas até mesma nos seres humanos.

A dimensão do problema no país é alarmante, conforme demonstram os dados de diversas fontes. Estimativas levantadas pela revista Cães e Gatos (2025), apontam dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), indicando a existência de aproximadamente 30 milhões de animais em situação de abandono no país, dos quais 20 milhões são cães e 10 milhões são gatos. Deste universo, em um outro levantamento realizado pelo Instituto Pet Brasil (IPB, 2022) identificou que quase 185 mil animais estão sob a tutela direta de organizações não governamentais (ONGs) e grupos de protetores, sendo que 96% desse contingente são cães.

As consequências do abandono de animais são numerosas e devastadoras. Para o próprio animal, configura uma sentença de sofrimento; para a sociedade civil, especialmente ONGs e protetores independentes, representa um fardo financeiro e emocional desproporcional, com despesas mensais que podem alcançar dezenas de milhares de reais para suprir lacunas deixadas pelo Estado.

Compreender o fenômeno exige analisar suas causas multifatoriais, que frequentemente incluem dificuldades financeiras, mudanças no estilo de vida do tutor (como divórcios, mudança de residência ou falecimento), problemas comportamentais não gerenciados e ninhadas indesejadas, sobretudo devido à ausência de políticas eficientes de castração. A aquisição impulsiva de animais, sem planejamento das responsabilidades a longo prazo, figura como raiz central dessas questões.

O abandono, uma vez concretizado, gera impactos que extrapolam a esfera privada, afetando a saúde pública, o meio ambiente e o bem-estar coletivo, evidenciando a urgência de uma resposta estatal estruturada. Sob a ótica do diploma civil, o artigo 936 estabelece que “o dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior”, conferindo respaldo jurídico à necessidade de mecanismos de rastreabilidade e responsabilização, como o registro público, proposto nesta discussão.

Além da responsabilidade legal, os impactos concretos do abandono também se refletem na saúde pública. De acordo com o Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC, 2024), o Brasil possui, atualmente, mais de 30 milhões de cães e gatos vivendo em situação de rua, correspondendo a aproximadamente 25% da população total desses animais. Essa massa de indivíduos, sem acompanhamento veterinário, torna-se reservatório de zoonoses (doenças), tais como a raiva, leptospirose, leishmaniose e esporotricose. Dados da Coordenadoria de Defesa e Saúde Animal da Secretaria de Saúde de São Paulo (2025), indicam, por exemplo, que somente em 2019, o estado registrou 90 casos de leishmaniose (com 11 óbitos) e 576 casos de leptospirose (com 79 óbitos), o que evidencia o risco epidemiológico da permanência de animais infectados nas ruas.

No campo ambiental, os efeitos do abandono são igualmente graves. Conforme levantamento de Costa, Ferreira e Dodonov (2024), cães e gatos domésticos figuram entre as maiores ameaças à biodiversidade urbana e periurbana, sobretudo pela predação de fauna silvestre, competição com espécies nativas e transmissão de patógenos a ecossistemas frágeis. O referido estudo ainda alerta para os impactos da contaminação do solo e da água por fezes de animais abandonados, ampliando o risco de disseminação de parasitoses em áreas públicas. Ou seja, o abandono, além de problema social, torna-se vetor de degradação ambiental silenciosa, porém, contínua.

Por fim, quanto ao bem-estar animal, as consequências são dramáticas. Segundo o Instituto Pet Brasil (2023), cerca de 184.960 animais foram resgatados ou estavam sob tutela de ONGs naquele ano, sendo 96% cães. Esses números, apesar de expressivos, refletem apenas parte da realidade, uma vez que muitos animais permanecem invisíveis às estatísticas oficiais. Animais abandonados sofrem com desnutrição, doenças parasitárias, traumas físicos e psicológicos, além de expectativa de vida reduzida. Estudos conduzidos pela Universidade Federal da Paraíba (2024), apontam que o abandono gera estresse crônico e alterações comportamentais profundas, dificultando a reinserção desses animais em lares adotivos. O resultado é um ciclo de sofrimento contínuo, que só se rompe com políticas públicas consistentes e com a mobilização social.

A análise comparativa com outros ordenamentos jurídicos permite compreender que o enfrentamento da problemática de animais em situação de rua não se esgota em medidas de caráter meramente sancionatório. Em países que lograram avanços expressivos, observa-se a soma entre políticas públicas preventivas com campanhas educativas e mecanismos de identificação obrigatória, de modo que juntos configuram um modelo capaz de reduzir drasticamente os índices de abandono.

A experiência holandesa, de maneira muito particular, tem sido frequentemente citada como referência internacional nesse campo, justamente por ter alcançado o status de país sem cães de rua em larga escala, sem recorrer a políticas de extermínio em massa. Esse dado, por si só, já indica que

há alternativas viáveis, humanas e juridicamente sustentáveis para lidar com o problema, como veremos adiante.

Segundo informações oficiais do Governo da Holanda (*Government of the Netherlands*, 2022), desde 2013 é obrigatória a microchipagem e o registro de todos os cães nascidos no país, vinculando-os a um sistema nacional de identificação que permite o rastreamento e a responsabilização dos tutores. O descumprimento dessa exigência sujeita o responsável a sanções administrativas, e o procedimento passou a ser condição para emissão do passaporte europeu de circulação animal. Trata-se de um mecanismo que alia controle estatal e corresponsabilidade social, evitando que o animal se torne um ser invisível perante o sistema jurídico.

No caso dos gatos, embora a microchipagem fosse apenas recomendada tardiamente, especificamente em outubro de 2024, foi anunciada a obrigatoriedade do procedimento para todos os felinos domésticos a partir de 2026, com custo estimado em vinte euros, segundo a reportagem da *DutchNews* (2024). Importa ressaltar que a medida reflete um reconhecimento de que a adesão voluntária não foi suficiente para conter a superpopulação felina, exigindo a intervenção estatal direta. Além disso, estudos locais apontam que o abandono de gatos, historicamente maior que o de cães, constitui um desafio persistente, o que reforça a necessidade de políticas coercitivas mais incisivas.

Relatos da imprensa internacional, como a *Koktail Magazine* (2024), também indicam que a erradicação de cães de rua na Holanda foi resultado da conjugação entre programas de castração subsidiados, campanhas educativas maciças e a microchipagem obrigatória, sempre com base em políticas públicas continuadas e consistentes. O diferencial holandês foi alcançar essa meta sem recorrer a eutanásias em massa, sustentando-se em uma política de proteção e responsabilização. Esse dado, longe de ser meramente estatístico, traduz uma escolha ética de política pública que não renuncia ao respeito ao animal como sujeito de tutela.

Outro aspecto relevante está ligado às sanções legais aplicadas em casos de abandono e maus-tratos. De acordo com levantamento na *Expat Insurance* (2023), a Holanda prevê multas severas e até mesmo penas privativas de liberdade em situações mais graves. Esse caráter repressivo, no entanto, aparece como etapa complementar de um sistema que prioriza medidas preventivas, demonstrando que a repressão penal isolada não seria suficiente para transformar a realidade sem a base de campanhas educativas e controle institucional.

Assim, a experiência holandesa evidencia que a combinação entre identificação compulsória, políticas de castração e campanhas educativas podem resultar em transformações profundas e sustentáveis no cenário urbano. Esse modelo, que articula coerção normativa e educação social, é um exemplo de que a tutela animal pode ser tratada não apenas como uma questão moral, mas como política de Estado, capaz de harmonizar direitos difusos e interesses coletivos. No Brasil, a adoção de instrumentos semelhantes, ainda que adaptados às nossas condições socioeconômicas, poderia representar um marco civilizatório na forma de enfrentamento do abandono.

2.3 A importância do registro público de tutoria animal

A adoção de um registro público de tutoria animal não se trata de um simples formalismo, mas sim de um instrumento jurídico essencial para transformar vínculos afetivos em responsabilidades efetivas e rastreáveis. Um sistema de registros que seja público e rastreável, cumpre, simultaneamente, funções diversas e complementares: prova de propriedade e guarda, meio de localização e reencontro em casos de perda, ferramenta para fins de responsabilização em casos de abandono e maus-tratos, e base de dados para políticas públicas de controle populacional e de vigilância de zoonoses. Em suma, o registro público converte a relação afetiva em obrigações objetivas, criando um marco de corresponsabilidade entre tutor, Poder Público e a coletividade, sem contar no lastro probatório e rastreabilidade dos responsáveis, condições necessárias para que a tutela animal deixe de ser retórica e passem a ser efetivamente exigível.

Os Offícios de Registro de Títulos e Documentos (RTD) e os serviços notariais oferecem meios extrajudiciais consolidados para consignar declarações de guarda, escrituras de “nascimento” do animal (documentos de identificação do tutor) e instrumentos que comprovem transferência de posse ou contratos de guarda compartilhada. Por força de sua natureza, esses registros produzem eficácia probatória e publicidade, servindo como prova idônea em disputas de guarda e transações comerciais envolvendo animais, sem falar na utilidade prática de possibilitar notificações extrajudiciais ao eventual responsável.

Segundo a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (ANOREG/BR, 2024), o registro no RTD não gera um “registro real de propriedade” no sentido registral clássico do domínio sobre bens

imóveis, mas serve como meio hábil de dar publicidade, autenticidade e segurança jurídica às declarações e documentos particulares, sendo plenamente aplicável às relações de tutela e guarda de animais domésticos sobretudo em temas sensíveis como guarda compartilhada em dissoluções matrimoniais. Esse aspecto, corrobora o aspecto doutrinário levantado por Ceneviva (2010), no que tange os efeitos jurídicos levantados anteriormente neste artigo, tais como os elementos constitutivos, comprobatórios e publicitários. Sendo assim, a escritura ou declaração registrada em cartório constitui ferramenta acessível e eficaz para dar publicidade e força probatória à titularidade e guarda do animal.

Ao nível federal, a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos, por meio da Lei n. 15.046/2024 e a implantação do portal SinPatinhas, constituem uma mudança estrutural: pela primeira vez, o país dispõe de uma plataforma pública, gratuita e de abrangência nacional capaz de emitir um RG Animal único. Através disso, é possível centralizar dados de tutores e facilitar ações de localização, controle de zoonoses, sendo um meio possível de formulação de políticas públicas. Dados divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio do SinPatinhas, e pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM, 2025) indicam que, até maio de 2025, mais de 620 mil animais já haviam sido cadastrados no sistema, demonstrando rápida adesão e potencial de expansão nacional.

O cadastro nacional cria a possibilidade real e perfeita de integração entre bases, por exemplo, entre o RTD (provas de guarda e documentos) com o SinPatinhas (identificação nacional do animal). Por essa ótica, é possível conferir uma maior efetividade à responsabilização por abandono, facilitando reencontros e promovendo sustentação estatística à programas de castração e vigilância sanitária.

Na prática, é possível realizar uma articulação entre o registro extrajudicial e o cadastro público, posto que constitui um modelo cooperativo que agrega a segurança jurídica e rastreabilidade administrativa. No que dispõe a ANOREG/BR (2024) e o Ministério do Meio Ambiente (2025), a coexistência desses dois instrumentos, possui uma estratégia muito relevante, sobretudo no tocante ao assegurar a fé pública do RTD, juntamente com a eficácia probatória das declarações de guarda e responsabilidade, no mesmo momento em que o SinPatinhas proporciona comunicação com os dados e o alcance público das principais informações, para fins de políticas de controles de identificação e proteção animal.

Essa complementação se traduz em um mecanismo de tutela reforçada, de modo que a escritura registrada em cartório, confere força jurídica imediata em relação à tutela, enquanto o RG Animal nacional permite sua localização, vinculação e eventual responsabilização. A proposta, não se limita a um ato administrativo, mas à criação de um sistema integrado de identidade e responsabilidade, apto a transformar a guarda afetiva em vínculo reconhecido e exigível perante o Estado e a sociedade.

É preciso, porém, reconhecer limites: o registro por si só não elimina abandono, pois ele precisa ser acompanhado de infraestrutura e de políticas de incentivo à castração e à adoção responsável. Recomenda-se que a implantação nacional do SinPatinhas seja acompanhada de protocolos de comunicação de dados com os cartórios, a título de exemplo como procedimentos realizados no registro civil, a Central de Registro Civil (CRC), e de campanhas locais que incentivem o registro extrajudicial (RTD) como meio probatório adicional em disputas de guarda e transações.

Em termos práticos, o caminho mais eficiente consiste em consolidar um fluxo mínimo obrigatório de declaração de guarda registrada em RTD; o cadastro do animal no SinPatinhas com vínculo ao número do documento registrado; por fim, o estímulo fiscal e financeiro à microchipagem em campanhas públicas. Todas essas medidas que, combinadas, maximizam a eficácia da tutela e apontam como espinha dorsal da perspectiva abordada na proposta deste artigo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa desenvolvida possui caráter qualitativo, exploratório e hermenêutico, voltada à análise dogmática e interpretativa do sistema registral brasileiro e de sua extensão para a aplicação à tutela jurídica dos animais domésticos, em especial no tocante à responsabilização do tutor e à prevenção do abandono. A abordagem adotada parte da compreensão de que o registro público, enquanto instrumento de publicidade e segurança jurídica, pode ser empregado como meio legítimo de vinculação entre o animal e seu tutor, reforçando a importância da assistência estatal e social em relação a esses seres.

O método de abordagem utilizado é o dedutivo, uma vez que a pesquisa parte dos princípios gerais do Direito Registral, tais como, publicidade, especialidade, continuidade e fé pública, na intenção de demonstrar que tais fundamentos podem ser estendidos ao contexto da tutela animal. A partir dessa base, busca-se justificar a criação de um modelo de registro análogo ao de nascimento, no qual o

vínculo entre tutor e animal é formalizado mediante escritura pública registrada em cartório e integrado ao Sistema Nacional de Identificação de Animais Domésticos (SinPatinhas).

No tocante às técnicas de pesquisa, o estudo se apoia em análise bibliográfica e documental, realizada a partir de fontes doutrinárias, textos legais, portarias ministeriais e publicações oficiais disponíveis em meios digitais. Foram examinados dados e relatórios públicos sobre abandono animal e ações de identificação e registro, abrangendo o período de 2023 a 2025, correspondente à implementação e divulgação do programa SinPatinhas e à intensificação do debate sobre políticas públicas de proteção animal no Brasil.

A metodologia adotada busca assegurar coerência entre o referencial teórico e a proposta normativa apresentada, analisando a viabilidade jurídica, social e técnica de uma vinculação registral tutelar. Nesse sentido, o referido trabalho adota perspectiva propositiva, voltada não apenas à descrição da realidade atual, mas também à construção de uma hipótese de aprimoramento do sistema registral, capaz de conferir maior efetividade à tutela e à responsabilização pelo bem-estar animal.

Por fim, a escolha dessa estrutura metodológica justifica-se pelo caráter inovador do tema, cuja análise demanda o diálogo entre a dogmática do Direito Registral e as políticas públicas de proteção animal, demonstrando que o registro público, enquanto instrumento de autenticidade, publicidade e prevenção de litígios, pode se abrir à novas formas de tutela compatíveis com as necessidades contemporâneas da sociedade.

Além de transcender a mera análise descritiva das normas existentes, o estudo propõe alternativas concretas de aprimoramento do sistema registral brasileiro, pautadas na função social do registro e na consolidação de uma cultura jurídica voltada à responsabilidade tutelar e à efetividade dos vínculos jurídicos. Essa perspectiva confere ao trabalho, não apenas relevância teórica, mas também aplicabilidade prática, contribuindo para o debate acadêmico e institucional acerca da modernização e da ampliação das finalidades dos registros públicos no país.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise desenvolvida ao longo da pesquisa demonstra que a união entre a Escritura Pública e o Sistema Nacional de Identificação de Animais Domésticos (SinPatinhas) representa uma solução juridicamente sólida e socialmente eficaz para o enfrentamento do problema do abandono animal. Assim como ocorre no registro de nascimento de pessoas naturais, a proposta defende que a formalização do vínculo entre tutor e animal doméstico seja realizada por meio de registro gratuito em cartório de títulos e documentos, simultaneamente ao cadastro no SinPatinhas.

Tal medida permitiria o estabelecimento de um vínculo jurídico rastreável e dotado de fé pública, assegurando que cada animal tenha uma titularidade clara e passível de averbação em caso de transferência, guarda compartilhada, falecimento do tutor ou outras modificações de vínculo. A ideia, portanto, não se limita à mera criação de um cadastro, mas à constituição de um registro com efeitos jurídicos plenos, capaz de gerar lastro probatório suficiente para responsabilizar o tutor em hipóteses de abandono, maus-tratos ou descumprimento de deveres de cuidado.

Ao se observar o panorama atual, nota-se que o SinPatinhas, até maio de 2025, já contabilizava cerca de 620 mil registros de animais, número expressivo, mas ainda distante da totalidade da população de animais domésticos no país. Esse dado revela tanto o potencial de alcance da política pública quanto o desafio da adesão voluntária, visto que, em sua maioria, o registro é feito por tutores que já demonstram elevado grau de zelo e afeto por seus animais. A ausência de obrigatoriedade, somada à falta de incentivos concretos, configura-se como uma das principais barreiras à universalização do sistema.

Nessa perspectiva, os resultados indicam que a efetividade da proposta depende não apenas da criação do mecanismo registral, mas também da adoção de políticas de incentivo e conscientização. Assim como ocorre no registro civil de nascimento, que mesmo sendo obrigatório ainda encontra resistência de alguns pais, o registro de animais exigirá ações educativas e estímulos sociais, tais como campanhas de gratuidade, facilitação de acesso e até mesmo benefícios indiretos, como vacinação gratuita mediante registro prévio ou descontos em taxas de serviços públicos vinculados, medicamentos, dentre outros incentivos relacionados ao cuidado do animal.

Outro ponto relevante é o caráter temporal dos efeitos da medida, que se revela *ex nunc*, ou seja, produzirá impactos gradativos e prospectivos, sem retroagir aos animais já em situação de abandono. Esses, por sua natureza errante e desprovida de tutela formal, continuarão a demandar ações estatais específicas de controle da vigilância sanitária, como castração, as quais devem caminhar em paralelo à implementação do modelo proposto. Contudo, a partir da formalização do

registro obrigatório para novos tutores, a tendência esperada é de redução progressiva das práticas de abandono, uma vez que o vínculo jurídico e a rastreabilidade desestimulam comportamentos ilícitos ou irresponsáveis.

Os resultados teóricos também apontam para reflexos em outros institutos jurídicos. A formalização da titularidade animal poderia repercutir, por exemplo, em matérias relativas à guarda de animais em casos de dissolução familiar, à sucessão hereditária, à responsabilidade civil por danos e à própria atribuição de personalidade jurídica instrumental, já discutida em alguns ordenamentos comparados. Assim, o modelo de registro não apenas resolve uma lacuna prática, mas projeta novos horizontes interpretativos no Direito Civil contemporâneo, aproximando-o da noção de tutela jurídica ampliada e sensível à condição animal.

Em última análise, o registro público se revela como instrumento que transcende o formalismo documental. Sua função é materializar juridicamente a existência e a dignidade, conferindo aos atos registrados um reconhecimento que os projeta para o campo da efetividade social. No contexto da tutela animal, isso significa atribuir ao animal uma identidade jurídica reconhecida, ainda que não personificada, e ao tutor um dever ético e legalmente mensurável. Trata-se de transformar o registro em meio de reconhecimento e responsabilização, elevando o vínculo afetivo à categoria de vínculo jurídico.

Assim, os resultados obtidos confirmam a hipótese inicial da pesquisa: a integração entre o SinPatinhas e o Registro de Títulos e Documentos é plenamente viável, socialmente relevante e juridicamente defensável, desde que implementada com observância dos princípios da gratuidade, publicidade e segurança jurídica. O modelo, ao unir fé pública cartorária com acesso tecnológico governamental, inaugura um novo paradigma de gestão tutelar, e ao mesmo tempo preventivo, educativo e repressivo quanto às práticas de abandono.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu constatar que o abandono de animais domésticos continua sendo um problema recorrente no Brasil, cujas consequências ultrapassam o campo da proteção animal e alcançam a saúde pública, a segurança urbana e o meio ambiente. Nesse cenário, o Direito Registral se apresenta como ferramenta de transformação social, capaz de conferir segurança, autenticidade e continuidade aos vínculos jurídicos e afetivos que se formam entre humanos e animais.

A proposta de vincular a escritura pública de titularidade ao cadastro do SinPatinhas, de forma gratuita e obrigatória, revela-se como alternativa concreta e realizável. Ela alinha a eficiência tecnológica do sistema nacional de identificação à força probatória e à fé pública notarial, criando um instrumento jurídico que assegura rastreabilidade e responsabilidade tutelar. Essa integração tem potencial para inibir o abandono, fortalecer a responsabilização civil e administrativa do tutor e fomentar uma nova cultura de cuidado, pautada na função social do registro.

Os debates suscitados ao longo deste estudo também revelam que a modernização do sistema registral não se limita somente à adoção de tecnologias, mas envolve redefinir o papel do registro público como instrumento de cidadania e dignidade, principalmente para aqueles que não possuem voz ativa. Ao estender sua aplicação à tutela animal, o registro passa a expressar um valor ético que ultrapassa a técnica jurídica: o reconhecimento da vida enquanto bem digno de proteção, ainda que não humano.

Por conseguinte, conclui-se que o Direito e o Registro Público, aliados à inovação tecnológica e à consciência social, podem reconfigurar as formas de tutela e responsabilidade, oferecendo não apenas mecanismos punitivos, mas também meios preventivos e educativos de valorização da vida. A implementação do modelo proposto, ainda que de maneira gradativa, tende a inaugurar um novo paradigma jurídico e moral, no qual a relação entre humanos e animais passa a ser mediada por instrumentos formais de reconhecimento e respeito.

Em síntese, o estudo demonstra que o registro, quando compreendido como ato de fé pública e expressão da função social do Direito, é capaz de transformar realidades concretas. Ao assegurar um espaço jurídico de existência e proteção aos animais domésticos, o Estado cumpre seu dever constitucional de zelar pela vida e pela dignidade de todas as criaturas. Nesse sentido, reafirma-se que a justiça, antes de ser norma, é relação, e que toda relação digna merece ser registrada. Garantir a rastreabilidade jurídica de quem tutela é, em última instância, proteger não apenas os animais, mas a própria responsabilidade da sociedade que escolhe conviver com eles.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL / EBC. **Saiba como funciona o SinPatinhas, novo RG Animal para cães e gatos.** 17 abr. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-04/saiba-como-funciona-o-sinpatinhas-novo-rg-animal-para-caes-e-gatos>. Acesso em: 01 out. 2025.

ALMEIDA, Mariana Sousa. **Abandono de animais como problema social e de saúde pública no meio urbano e rural.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - UNILAB, Redenção. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3364/1/TCC%20MARIANA%20SOUSA%20ALMEIDA.pdf>. Acesso em: 30 set. 2025.

ANOREG/BR. **Certidão de nascimento para "pets": animais de estimação - é possível?** 12 abr. 2024. Disponível em: <https://www.anoreg.org.br/site/artigo-certidao-de-nascimento-para-pets-animais-de-estimacao-e-possivel/>. Acesso em: 01 out. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023. Institui o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra). Diário da Justiça Eletrônico/CNJ, nº 207, de 4 set. 2023, p. 7-242. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5243>. Acesso em: 08 out. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. Planalto. Acesso em: 08 out. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 03 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.046, de 17 de dezembro de 2024.** Autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15046.htm. Acesso em: 01 out. 2025.

CÃES E GATOS. **Apesar de ser crime, Brasil tem 30 milhões de animais abandonados.** [S. l.], 30 set. 2025. Disponível em: <https://caesegatos.com.br/apesar-de-ser-crime-brasil-tem-30-milhoes-de-animais-abandonados/>. Acesso em: 30 set. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS / SENADO. **Sancionada lei que permite a criação de Cadastro Nacional de Animais Domésticos (Lei 15.046/2024).** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/12/18/cadastro-nacional-de-animais-domesticos-ja-pode-ser-criado>. Acesso em: 01 out. 2025.

CARTÓRIO KOLLET / NOTAS. **Famílias multiespécies: tutores podem incluir sobrenome da família em pets.** 17 maio 2024. Disponível em: <https://www.cartoriokollet.com.br/noticias/2024/familias-multiespecies-tutores-podem-incluir-sobrenome-da-familia-em-pets?page=5>. Acesso em: 01 out. 2025.

CARTÓRIO SANTOS SILVA. **Serviços - Certidão de propriedade e registro.** Disponível em: <https://www.cartoriosantossilva.com.br/atuacoes/servicos/registro-de-animais#ancora-serv3>. Acesso em: 01 out. 2025.

CARTÓRIO 10º OFÍCIO. **Registro de PET (animais) | Cartório.** Disponível em: <https://www.cartorio10oficioni.com.br/c%C3%B3pia-busca-e-apreens%C3%A3o>. Acesso em: 01 out. 2025.

CENEVIVA, Walter. **Lei dos Registros Públicos comentada**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Disponível em:

<https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/ceneviva.walter.leidosregistrospublicoscomentadas.pdf>. Acesso em: 03 out. 2025.

CNN BRASIL. **Brasil tem quase 185 mil animais resgatados por ONGs, diz instituto**. 2023.

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-tem-quase-185-mil-animais-resgatados-por-ongs-diz-instituto/>. Acesso em: 30 set. 2025.

COSTA, Leonardo Barros; FERREIRA, Aluane Silva; DODONOV, Pavel. **Abandono de cães e gatos: levantamento bibliográfico e documental sobre causas, implicações e experiências de gestão no Brasil e no mundo**. Revista Farol, Belo Horizonte, v. 11, n. 30, 2024. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/7841>. Acesso em: 30 set. 2025.

COORDENADORIA DE DEFESA E SAÚDE ANIMAL – Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. **Saúde Animal x Saúde Pública**. 2025. Disponível em: <https://saude.sp.gov.br/coordenadoria-de-defesa-e-saude-animal/homepage/destaques/saude-animal-x-saude-publica>. Acesso em: 30 set. 2025.

DUTCHNEWS.NL. **All Dutch domestic cats must be chipped from 2026**. 2024. Disponível em:

<https://www.dutchnews.nl/2024/10/all-dutch-domestic-cats-must-be-chipped-from-2026/>. Acesso em: 01 out. 2025.

EXPAT INSURANCE. **How Holland Got Rid of Their Stray Dogs**. 2023. Disponível em:

<https://www.expatinsurance.com/articles/stray-dog-problem-holland-got-rid-stray-dogs>. Acesso em: 01 out. 2025.

GOVERNMENT.NL. **Registering and microchipping a dog**. 2022. Disponível em:

<https://www.government.nl/topics/animal-welfare/welfare-of-pets/registering-and-microchipping-a-dog>.

Acesso em: 01 out. 2025.

G1. **Casos de esporotricose humana e animal são confirmados no interior de SP; entenda a doença**. Santos, 12 jun. 2025. Mais Saúde. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/mais-saude/noticia/2025/06/12/casos-de-esporotricose-humana-e-animal-sao-confirmados-no-interior-de-sp-entenda-a-doenca.ghtml>. Acesso em: 01 out. 2025.

KOKTAIL MAGAZINE. **How The Netherlands Became World's First Country With No Stray Dogs**.

2023. Disponível em: <https://www.koktailmagazine.com/2023/09/24/netherlands-stray-dogs/>. Acesso em: 01 out. 2025.

IMVC - Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo. **Índice de Abandono no Brasil**. 04 abr. 2024.

Disponível em: <https://www.institutomvc.org.br/site/indice-de-abandono-no-brasil/>. Acesso em: 30 set. 2025.

INSTITUTO PET BRASIL. **Cenário dos Animais Resgatados por ONGs**. 08 ago. 2022. Disponível

em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-tem-quase-185-mil-animais-resgatados-por-ongs-diz-instituto/>. Acesso em: 30 set. 2025.

JORNAL SEMANÁRIO. **Despesas crescem e ONGs de proteção animal pedem conscientização**

da comunidade. [S. l.], 30 set. 2025. Disponível em: <https://jornalsemanario.com.br/despesas-crescem-e-ongs-de-protecao-animal-pedem-conscientizacao-da-comunidade/>. Acesso em: 30 set. 2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA (MMA). **SinPatinhas — Sistema do**

Cadastro Nacional de Animais Domésticos. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/sbio/dpda/programas-e-Projetos/sinpatinhas/sinpatinhas>. Acesso em: 01 out. 2025.

PAIVA, João Pedro Lamana. **História do Sistema Registral Brasileiro**. Brasília: Ministério da Economia, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/arquivos-antigos-privados/programa-de-modernizacao/linha-do-tempo/arquivos-e-publicacoes/historia-do-sistema-registral-brasileiro.pdf>. Acesso em: 01 out. 2025.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Registro Geral do Animal (RGA)**. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/saude/w/saude_e_protecao_ao_animal_domestico/272497. Acesso em: 01 out. 2025.

SECOM / AGÊNCIA GOV (GOVERNO FEDERAL). **Mais de 620 mil animais já têm RG. Veja como cadastrar seu pet no SinPatinhas**. 28 maio 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/05/mais-de-620-mil-animais-ja-tem-rg-veja-como-cadastrar-seu-pet-no-sinpatinhas>. Acesso em: 01 out. 2025.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil - Vol. Único - 15ª Edição 2025**. 15. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. p.24. ISBN 9788530995959. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995959/>. Acesso em: 01 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **O impacto do abandono nos comportamentos dos animais resgatados**. João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://www.ufpb.br/animaiscomunitariosufpb/o-impacto-do-abandono-nos-comportamentos-dos-animais-resgatados/>. Acesso em: 30 set. 2025.

**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO AUXÍLIO AO PROFESSOR NA CORREÇÃO DE REDAÇÕES
DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE SP: REFLEXÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA**

*ARTIFICIAL INTELLIGENCE AS SUPPORT FOR TEACHERS IN THE CORRECTION OF ESSAYS
IN BASIC EDUCATION IN SÃO PAULO: REFLECTIONS ON ENUNCIATIVE RESPONSIBILITY*

Área temática: Educação de Qualidade

ALVES, Pâmella
Doutoranda em Linguística pela Universidade de Franca (UNIFRAN), bolsista CAPES;
Mestra em Letras (UFTM/ProfLetras/CAPES) e Licenciada em Letras (UNIFRAN)
pamella@professor.educacao.sp.gov.br

BERALDO, Camila de Araújo
Docente do programa de pós-graduação em Linguística –
Universidade de Franca
camila.aberaldo@gmail.com

Resumo

A Inteligência Artificial (IA) está presente na sociedade e tem sido sistematicamente utilizada na educação, ampliando as formas de ensinar e aprender. Desde o final de 2023, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) implementou a plataforma Redação Paulista voltada à produção e à correção de textos. Nessa plataforma, a IA atua logo após a digitação dos textos pelos alunos, sugerindo correções de ordem gramatical, e também no momento da correção das produções textuais pelo professor, gerando comentários com orientações direcionadas aos estudantes, que devem ser aprovados ou não pelo docente. Amparada nos estudos de Bakhtin (2010, 2011), e em artigos recentes sobre Inteligência Artificial e educação (LUCKIN et al., 2016, GIRAFFA; KOHLS-SANTOS, 2023; GIEHL et al., 2024 e SILVA; SIQUEIRA; RODRIGUES, 2024), esta pesquisa tem como objetivo estudar o funcionamento da ferramenta de inteligência artificial do governo paulista na correção de redações, verificando como ela pode auxiliar o trabalho do professor de redação e favorecer a aprendizagem dos estudantes. A partir de uma metodologia qualitativa, analisam-se comentários gerados pela IA, refletindo sobre autoria e responsabilidade ética nesses comentários encaminhados aos alunos. Os resultados evidenciam que a IA pode contribuir para a produção de textos de gêneros diversos mais coerentes e coesos, adequados à sua função social, bem como auxiliar o trabalho de correção do docente. Contudo, ressalta-se a necessidade o olhar crítico e ético do professor no processo avaliativo.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Correção de Redações, Responsabilidade Enunciativa

Abstract

Artificial Intelligence (AI) is present in society and has been systematically used in education, expanding the ways of teaching and learning. Since the end of 2023, the Department of Education of the State of São Paulo (SEDUC-SP) has implemented the *Redação Paulista* platform, aimed at the production and writing assessment of students' texts. In this platform, AI operates immediately after students type their texts, suggesting grammatical corrections, and also during the teacher's evaluation stage, generating comments with guidance directed to students, which must be approved or not by the teacher. Supported by the studies of Bakhtin (2010, 2011) and recent research on Artificial Intelligence and education (LUCKIN et al., 2016; GIRAFFA; KOHLS-SANTOS, 2023; GIEHL et al., 2024; SILVA; SIQUEIRA; RODRIGUES, 2024), this research aims to analyze the functioning of the artificial intelligence tool implemented by the São Paulo state government in writing assessment, examining how it can assist teachers' work and support students' learning. Based on a qualitative methodology, comments generated by AI are analyzed, reflecting on authorship and ethical responsibility in the feedback provided to students. The results show that AI can contribute to the production of more coherent and cohesive texts of different genres, suitable for their social function, as well as assist teachers in the evaluation process. However, it is emphasized that the teacher's critical and ethical perspective remains essential in this context.

Keywords: Artificial Intelligence, Writing Assessment, Enunciative Responsibility

1 INTRODUÇÃO

No final do ano de 2023, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), implementou a plataforma Redação Paulista para ser utilizada por alunos e professores do Ensino Fundamental II e Médio. As antigas marcações à caneta nos textos dos alunos foram substituídas por comentários digitais em redações digitadas pelos estudantes. Esses comentários, que apresentam acertos e pontos de melhoria na escrita, são gerados por uma ferramenta de inteligência artificial e aprovados e/ou alterados pelo professor regente da turma.

A ferramenta de inteligência artificial atua, no primeiro momento, diretamente com os estudantes. Ao realizarem a digitação de seu texto, devem clicar no botão “Corrigir online”, então, são apontados pelo corretor problemas de ortografia, sintaxe, morfologia e outros como abreviações, apresentando sugestões para correção. O aluno deve avaliar as recomendações e fazer as alterações que considerar necessárias antes de finalizar a redação.

O segundo momento de atuação da Inteligência Artificial (IA) é em auxílio ao professor. Quando o docente recebe o texto, são destacados para ele os desvios de escrita não corrigidos pelo estudante na revisão. Além disso, há uma pré-correção realizada pela IA sobre os seguintes aspectos: “Adequação ao tema”, “Adequação ao gênero”, “Coerência”, “Coesão” e “Convenções de escrita”. Para cada um desses critérios é atribuída uma nota, e são apresentadas longas explicações reconhecendo os acertos do aluno em “Onde você está” e apresentando pontos de melhoria em “Dê um passo além”. O educador deve, assim, revisar os comentários do assistente de correção, realizando as alterações a seu critério, inclusive das notas. O professor pode escrever um comentário ao final que aparecerá para o discente como “Comentário do professor”, em seguida, finalizar a correção ou solicitar uma reescrita, devolvendo a redação ao aluno pela plataforma.

Ao receber a redação corrigida, o discente verifica a sua nota, lê o comentário do professor e, ao clicar em “Critérios de Avaliação”, tem acesso aos comentários escritos pela IA. No entanto, a menos que o professor informe que essas sugestões foram feitas em “parceria” com a IA, os alunos podem acreditar que foi o seu professor quem os escreveu, pois em cada critério aparece apenas a palavra “comentário”, sem atribuir a autoria à IA ou ao docente.

Diante desse cenário, esse estudo se justifica, principalmente, porque a Inteligência Artificial é uma realidade atual que está cada vez mais presente em diversos espaços sociais, inclusive dentro das escolas. Segundo a Nota Técnica Plataformização e Controle do Trabalho Escolar na Rede Estadual Paulista, do Grupo Escola Pública e Democracia (GEPUD) e da Rede Escola Pública e Universidade (REPU), em 2024, o governo paulista destinou R\$ 471 milhões para a aquisição de plataformas educacionais, sendo que muitas delas fazem uso da Inteligência Artificial. Nesse contexto, torna-se extremamente importante refletir sobre a eficácia desse uso no processo de ensino-aprendizagem.

Entendendo que o domínio do conhecimento em produções textuais diversas é essencial para que o ser humano possa exercer sua cidadania e expressar sua individualidade no mundo, consideramos que o trabalho com gêneros do discurso deve ser primordial. Assim, temos como objetivo primeiro dessa pesquisa, estudar o funcionamento da ferramenta de inteligência artificial do governo paulista na correção de redações, verificando como ela pode auxiliar o trabalho do professor de redação e favorecer a aprendizagem dos alunos, fazendo-os produzir textos de gêneros diversos mais coerentes e coesos, adequados a sua função social.

Para isso, pretendemos, especificamente: 1) refletir sobre responsabilidade ética acerca dos comentários devolvidos aos alunos, escritos por IA e revisados pelo docente; 2) investigar como a ferramenta de inteligência artificial do governo paulista pode auxiliar o trabalho do professor que precisa corrigir redações; 3) analisar de que maneira o aluno pode se beneficiar das correções apresentadas pela IA/Professor melhorando suas produções textuais?

Esse trabalho tem como embasamento teórico os estudos de Bakhtin (2010, 2011) com os quais abordaremos os conceitos de ato responsivo, responsabilidade ética e gêneros do discurso, os documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018) e o Currículo Paulista (2019), além dos documentos orientadores do Centro de Mídias da Educação de São Paulo (2025), mencionaremos também pesquisas atuais sobre Inteligência Artificial e educação desenvolvidas por Bernardino e Guerra (2024), pelo Centro de Inovação para a Educação Brasileira (2024), bem como outras investigações recentes sobre o tema.

Iniciaremos apresentando brevemente alguns conceitos importantes para esse estudo, em seguida abordaremos a metodologia de nossa pesquisa, que será realizada a partir da análise de comentários gerados pela IA sobre textos de alunos a partir de uma proposta de redação na plataforma

Redação Paulista, depois passaremos para investigações e discussões sobre como a IA pode auxiliar o trabalho docente na correção de redações, a responsabilidade enunciativa do professor e os benefícios para o estudante, e finalizaremos com nossas considerações finais e encaminhamentos do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para melhor compreensão de nossa pesquisa, dividimos o referencial teórico em três partes: 1) Gêneros do discurso, na qual apresentaremos reflexões de Bakhtin (2011) que traz contribuições valiosas sobre o estudo dos gêneros discursivos, além das autoras Aburre e Aburre (2012) que desenvolvem uma proposta para trabalho com os gêneros na escola; 2) Inteligência artificial na educação, cujo objetivo é apresentar alguns conceitos e o cenário atual da Inteligência Artificial na educação, especialmente no Estado de São Paulo; e por fim, 3) Ato responsivo e responsabilidade enunciativa, em que abordaremos a perspectiva bakhtiniana acerca da atividade responsiva que existe em cada enunciado, tanto pelo enunciador quanto por quem lê ou ouve um determinado discurso.

2.1 Gêneros do discurso

A Base Nacional Comum Curricular (2018) considera o texto como unidade de trabalho e a linguagem em sua dimensão social. Seguindo a mesma perspectiva, a Proposta Pedagógica dos Componentes Curriculares – 2025 (SÃO PAULO, 2025) ancora o seu componente de Redação e Leitura em uma concepção discursiva. Sobre as práticas de produção textual, a proposta direciona um trabalho com produções contextualizadas, apresentando ao estudante uma situação comunicativa: “a composição do gênero envolve a compreensão de um contexto discursivo, que inclui características do autor, o perfil do leitor preferencial, o contexto provável de circulação do texto e o nível de formalidade da linguagem” (SÃO PAULO, 2025).

Essas orientações estão em consonância com o proposto por Bakhtin (2011) e seu Círculo, que entendem por enunciado a efetuação da língua, não sendo reduzido a materialidade textual, mas refletindo

as condições específicas e as finalidades de cada referido campo [da atividade humana], não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo e construção composicional – estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso* (BAKHTIN, 2011, p. 261-262).

O que se entende por gêneros do discurso são, então, as diversas formas de utilização da linguagem: textos orais, visuais e escritos. Segundo Bakhtin (2011), os gêneros do discurso são infinitos, já que a atividade humana se transforma constantemente. Um gênero não deixa de existir a partir do surgimento de outro, mas cada um deles se diferencia, cresce e se modifica à medida que a situação exige, atendendo às demandas sociais. A carta não deixou de existir a partir do surgimento do e-mail que também não foi extinto com o surgimento do WhatsApp. Esses gêneros têm características comuns entre si e se diferem de alguma forma, buscando atender a cada necessidade do enunciador.

Beth Brait e Maria Helena Cruz Pistorini (2012), analisando a concepção de gênero de Bakhtin e seu círculo, ao abordarem o texto “O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária” de Bakhtin (1923/1924), destacam a discussão sobre a diferença entre a forma composicional e a forma arquitetônica do gênero do discurso, considerando que a compreensão da última é essencial para o desenvolvimento da anterior:

Para chegar a essa distinção, Bakhtin sugere que é preciso enfrentar a unidade do texto não como dada exclusivamente por sua forma externa, aparentemente autônoma, mas por seu plano, ou seja, por suas condições concretas de vida, suas interdependências, suas relações, suas posições dialógicas e valorativas. Esse plano ele denomina **forma arquitetônica**, aspecto que tem a ver, em termos do conjunto da proposta do pensamento bakhtiniano, com a relação **eu para o outro – o outro para**

mim, presente nos textos, nos discursos, nos gêneros (BRAIT e PISTORINI, 2012, p. 378, grifos do autor).

O gênero discursivo não deve ser entendido apenas por sua estrutura, ele se constitui a partir da realidade que o gera. É preciso pensar no todo que dá vida ao gênero: o lugar, o contexto, a sociedade, a história, as posições ocupadas pelo enunciador e pelo interlocutor, ou seja, considerar a relação entre o eu e o outro.

...o estudo do gênero deve levar em conta uma concepção de texto que considere, necessariamente, a **forma arquitetônica**. Embora esse seja um conceito difícil, que se diferencia de forma composicional, mas não o exclui, o analista de gênero, que se coloca na perspectiva dialógica, deve se apropriar dele. De maneira simplificada, pode-se dizer que, diante de um gênero, e dos textos que o constituem, é necessário considerar suas dimensões (interna/externa), de maneira a explicitar as inter-relações dialógicas e valorativas (entoativas, axiológicas) que o caracterizam enquanto possibilidade de compreender a vida, a sociedade, e a elas responder. Esse movimento amplo, e não apenas descritor das estruturas, da forma composicional, visa justamente à **forma arquitetônica** do gênero, do texto, dos textos (BRAIT e PISTORINI, 2012, p. 378, grifos do autor).

Compreender que o estudo de gênero deve levar em conta a forma arquitetônica pode mudar e transformar a perspectiva de ensino dos gêneros discursivos na escola. No cotidiano escolar, é comum que as explicações e atividades foquem apenas na forma composicional, privilegiando a análise e a construção da estrutura textual, ao mesmo tempo em que desconsideram, ou apenas mencionam de modo superficial, o contexto de produção e a constituição do texto pela relação do eu com o outro. Quando se trata das produções textuais de alunos e das formas de avaliação, torna-se fundamental refletir sobre quais orientações devem ser fornecidas ao estudante ao se propor a escrita de um texto e quais aspectos desse texto serão avaliados pelo professor. Diante disso, refletimos: é possível avaliar textos de diferentes tipos de alunos, situados em diferentes localidades, com diferentes vivências e construções sociais com os mesmos critérios?

Embora a Proposta Pedagógica dos Componentes Curriculares – 2025 (SÃO PAULO, 2025) não apresente referências teóricas, a partir do vídeo “Avaliação da produção escrita: Grade Seduc (gêneros diversos) - Redação e Leitura”, disponível no canal do Youtube “Recursos Pedagógicos - SEDUC - SP”, é possível saber que os critérios avaliativos das redações na plataforma “Redação Paulista” foram embasados no livro “Um olhar objetivo para produções escritas: analisar, avaliar, comentar” das autoras Maria Luiza M. Abaurre e Maria Bernadete M. Abaurre (2012). Assim, decidimos considerar essas autoras como parte do nosso referencial teórico.

O principal objetivo da referida obra é apresentar sugestões para que o processo de avaliação de produções textuais escritas pelos alunos seja facilitado para o professor, a partir da criação de grades de correção de textos. Antes disso, as autoras dissertam sobre aspectos teóricos nos quais baseiam seu trabalho. Nessa parte inicial, Abaurre e Abaurre (2012) deixam claro seu embasamento nos estudos bakhtinianos, trazendo citações e até uma pequena biografia do autor. Além disso, destacam a importância do trabalho com os gêneros na escola, considerando a perspectiva discursiva. Consoante às autoras:

(...) Os vários textos que circulam em uma sociedade letrada organizam-se em diferentes gêneros discursivos. Se desejamos adotar uma perspectiva discursiva de trabalho com a linguagem, precisamos definir qual gênero deverá ser desenvolvido com base em uma dada proposta. A definição do gênero traz consigo a definição de um contexto discursivo: perfil de autor, perfil de interlocutor preferencial, contexto provável de circulação do texto, grau de formalidade da linguagem (ABAURRE e ABAURRE, 2012, p.23).

Esse entendimento reforça a necessidade de que o ensino de gêneros discursivos na escola seja pautado não apenas por aspectos estruturais, mas também pelo reconhecimento do contexto de produção e das condições enunciativas que constituem cada texto. Tal compreensão torna-se ainda mais relevante diante das transformações tecnológicas atuais que envolvem o uso da Inteligência Artificial na educação.

2.2 Inteligência Artificial na educação

A Inteligência Artificial (IA) é uma tecnologia que faz com que máquinas simulem algumas funções cerebrais capazes de resolver problemas. Recursos de IA fazem parte da realidade do mundo atual. Mesmo antes do termo ter se disseminado especialmente por conta do ChatGPT, criado pela empresa Open AI e lançado em novembro de 2022, pessoas comuns já utilizavam outros tipos de ferramentas computacionais em seu cotidiano, como: calculadoras, aplicativos para traçar rotas, assistentes de voz, automação em casas e indústrias, algoritmos em redes sociais, reconhecimento facial.

Na educação, o uso de plataformas que envolvem a IA se expandiu durante a pandemia de COVID-19. Nos anos 2020 e 2021, principalmente, foram criados e/ou ampliados diversos tipos de plataformas digitais, que possibilitaram a alunos e professores a continuar o processo de ensino-aprendizagem, mesmo não estando fisicamente na escola. Na rede pública de educação de São Paulo, foi criado o CMSP (Centro de Mídias São Paulo), que se iniciou com aulas gravadas por professores específicos. Essas aulas, de todas as disciplinas e para todos os anos escolares, eram transmitidas através do aplicativo CMSP, no canal do Youtube e em canais abertos de televisão. Logo, a plataforma foi aprimorada e os alunos passaram a ter aulas on-line com seus próprios professores, por meio do aplicativo CMSP.

Juntamente ao aplicativo CMSP, foram ampliados para os professores os acessos e a utilização de aplicativos do Google e da Microsoft, que disponibilizaram recursos como a realização de reuniões ao vivo com os estudantes, a atribuição e correção de tarefas, a emissão de resultados individuais e coletivos da turma e de relatórios de realização de atividades, entre outros. Como o desafio de manter a atenção dos discentes era grande, muitos educadores buscaram atualizações em cursos ou através de pesquisas sobre novos aplicativos de jogos educativos e tecnológicos.

Professores com pouca ou nenhuma familiaridade com a internet se reinventaram para conseguirem realizar o seu trabalho da melhor forma possível, mesmo diante de um cenário caótico e incerto. A Inteligência Artificial, que era até então algo distante, tomou o lugar do giz e da lousa, passando a fazer parte da rotina educacional. Tantas e tão atrativas foram suas funcionalidades, que as ferramentas que fazem uso de IA permaneceram e foram reinventadas, servindo como recursos pedagógicos até a atualidade.

Pesquisas recentes (LUCKIN et al., 2016, GIRAFFA; KOHLS-SANTOS, 2023; GIEHL et al., 2024 e SILVA; SIQUEIRA; RODRIGUES, 2024) destacam a importante atuação da Inteligência Artificial na educação, como: a) tutores virtuais personalizados que podem selecionar atividades específicas para cada nível de aprendizagem do estudante, dando devolutivas e sugerindo mais exercícios para uma determinada fragilidade; b) ambiente adaptativo, facilitando a aprendizagem de estudantes de acordo com suas necessidades e interesses; c) análise de dados educacionais, utilizando técnicas de mineração de dados, apresentando estatísticas e aprendizado para o professor refletir sobre quais conteúdos precisam ser retomados, qual atividade traz resultados mais eficientes. Impactando, assim, na tomada de decisão e na aprendizagem do estudante. Dessa forma, percebe-se a necessidade urgente de formação dos professores para usar a IA como ferramenta que pode facilitar e auxiliar o seu trabalho.

De acordo com a Nota Técnica #21 - Inteligência artificial na educação básica: novas aplicações e tendências para o futuro, elaborada pelo Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB, 2024), "o letramento em IA é uma competência a ser desenvolvida desde o ensino básico", principalmente porque boa parte da população já está familiarizada com a utilização de aparelhos celulares com internet, utilizando-os para vários serviços básicos, como acesso a contas bancárias, realização de compras, solicitações diversas em companhias de água e luz, além do acesso a documentos de identidade, a localização espacial e temporal, a redes sociais, entre outros. O documento ainda aponta a necessidade de esse aprendizado ser realizado de forma consciente, pensando a IA e pensando sobre a IA:

O eixo de pensar com a IA consiste em usar a tecnologia para resolver problemas e integrá-la às práticas educativas. Assim, elas não substituem os estudos tradicionais, mas os complementam, numa espécie de trabalho em equipe mista (sistemas de IA e humanos), trazendo mais informações e permitindo o desenvolvimento dos estudantes. Por outro lado, com base nessas experiências, pode-se desenvolver um conhecimento mais profundo sobre essa tecnologia, demonstrando para os estudantes quais elementos estão por trás das interfaces que eles usam (dados, algoritmos e modelos). Essa abordagem é o que chamamos de pensar sobre a IA,

que envolve entender a infraestrutura tecnológica e se integrar ao mundo digital. Ao reconhecer as limitações materiais e as dificuldades técnicas relativas ao acesso às tecnologias (que exigem pagamento, licenças, cadastros etc.), essas atividades podem ser planejadas de forma plugada, ou desplugada (CIEB, 2024, p.5).

É indiscutível que a Inteligência Artificial chega à educação para melhorar o processo de aprendizagem dos alunos e auxiliar o trabalho docente. Se usada de maneira consciente, ética e direcionada, contribui para realização de aulas mais dinâmicas, atividades adaptadas, gerenciamento de resultados e auxilia na tomada de decisões. No entanto, reforçamos, é preciso que haja conhecimento para que os professores possam manipulá-la de forma eficaz, ensinando também os seus alunos a fazerem uso estratégico dessa ferramenta, com o intuito de aprender.

No ano de 2024, diversas plataformas de aprendizagem foram implementadas na educação pública de São Paulo. Consoante a Nota Técnica Plataformização e controle do trabalho escolar na rede estadual paulista (GEPUD, 2025), os ambientes digitais de aprendizagem foram introduzidos de maneira arbitrária, sendo obrigatória a sua utilização. O estudo identificou:

(1) uso compulsório de materiais didáticos digitais e plataformas de atividades para os estudantes; (2) centralização da formação docente por meio de videoaulas e formulários padronizados; (3) intensificação do monitoramento digital sobre todas as dimensões da vida escolar; (4) vigilância do tempo de uso das plataformas, com potenciais punições a professores/as e diretores/as escolares; e (5) discurso que associa utilização de plataformas e resultados das escolas no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) (GEPUD, 2025).

Dentre as plataformas que passaram a ser utilizadas por educadores e educandos do Estado de São Paulo, está a Redação Paulista, que tem como objetivo, segundo a Secretaria de Educação SP (Instagram seducsp) aprimorar “as habilidades de leitura e escrita dos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio”, na qual “um assistente de correção virtual ajuda os docentes nas revisões. A ferramenta aponta erros ortográficos e gramaticais por meio da inteligência artificial. Mas a palavra final é do professor. Claro.” (SEDUCSP, 2024). Nessa publicação não é mencionada a outra funcionalidade da IA dentro da plataforma que é a de gerar comentários, apontando acertos e pontos de melhoria aos estudantes. A esse tipo de Inteligência Artificial, chamamos generativa:

A IA Generativa é um tipo específico de Inteligência Artificial (IA) que simula a capacidade humana de criar novos conteúdos, como textos, imagens ou músicas, a partir de dados existentes. A criação de conteúdo pela IA Generativa é realizada a partir de instruções fornecidas pelos usuários, chamadas de “*prompts*”. A partir desses prompts, que são perguntas, instruções ou demandas textuais, a IA identifica padrões similares armazenados em grande conjunto de dados de textos, imagens, áudios, vídeos, músicas e até códigos de software. Localizados esses padrões, eles são usados pela IA para criar algo completamente novo, o que abre uma ampla variedade de possibilidades, especialmente em áreas como a Educação (CHALLCO et al, 2024).

Nos documentos e artigos pesquisados para esse estudo, não houve menção aos *prompts* utilizados pela IA da Redação Paulista para gerar os comentários sobre o texto dos alunos. Todavia, conforme já mencionado, sabemos que os critérios para correção dos textos, fornecidos ao professor por meio de planos de aula elaborados pela SEDUC-SP, foram embasados em Abaurre e Abaurre (2012). Sendo assim, inferimos que as instruções para a avaliação dos textos e geração de comentários pela IA partem desses princípios.

2.3 Ato responsável e responsividade enunciativa

Para Bakhtin (2010), ato responsável está relacionado à responsabilidade assumida por um determinado pensamento. Quando se pensa um pensamento, o sujeito assume o seu pensar perante o outro, respondendo ao outro que existe no mundo com o seu pensar. Assim, a produção de enunciados está atrelada à responsabilidade do sujeito pelo que se produz, seja pela escrita, pela fala ou pelo pensamento. Segundo Bakhtin (2010),

Não é o conteúdo da obrigação escrita que me obriga, mas a minha assinatura colocada no final, o fato de eu ter, uma vez, reconhecido e subscrito tal obrigação. E, no momento da assinatura, não é o conteúdo deste ato que me obrigou a assinar, já

que tal conteúdo sozinho não poderia me forçar ao ato – a assinatura-reconhecimento, mas podia somente em correlação com a minha decisão de assumir a obrigação – executando o ato da assinatura-reconhecimento; e mesmo neste ato o aspecto contedístico não era mais que um momento, e o que foi decisivo foi o reconhecimento que efetivamente ocorreu, a afirmação – o ato responsável (BAKHTIN, 2010, p.90).

Ao abordar a questão da responsividade enunciativa, Bakhtin (2010) discute o dever do pensamento, ou seja, além do sujeito ser responsável por seu pensar no mundo, ele tem uma obrigação ética desse pensar. As situações cotidianas e os outros que o cercam demandam uma resposta, um agir no ser universal. O pensamento individual é único e ninguém poderia pensar por outro, cada ser no mundo tem o seu papel, o seu pensar individual a partir do seu lugar. Nas palavras de Bakhtin (2010),

o dever é justamente uma categoria do ato individual; ainda mais do que isso, é a categoria da própria individualidade, da singularidade do ato, de sua insubstituibilidade e não intercambialidade, do seu caráter, para quem o executa²⁵, da necessidade e da não derogabilidade, de seu caráter histórico. Ora, mesmo através do dever a ética formal julga estabelecer o caráter da validade universal do ato. A categoricidade do imperativo cede lugar à sua universalidade, pensada pelo modelo da verdade teórica (BAKHTIN, 2010, p.72).

Para analisar o uso de Inteligência Artificial nas práticas educativas de correção de textos, principalmente no que concerne à geração de comentários enviados aos alunos, é de suma importância refletir sobre o ato responsável e a responsividade enunciativa. Esses dois conceitos estão relacionados tanto à prática dos docentes, que acabam assumindo como seus os textos produzidos pela ferramenta de correção, quanto ao papel do aluno, que considera esses direcionamentos como voz do professor.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com análise do documento norteador da prática pedagógica atual das aulas de Redação e Leitura (Proposta Pedagógica dos Componentes Curriculares – 2025) e de Planos de aula disponibilizados ao professor por meio do repositório CMSP (SÃO PAULO, 2025b), além da exploração de artigos recentes sobre Inteligência Artificial na Educação e Notas Técnicas acerca do tema e da investigação dos textos bases da teoria bakhtiniana (BAKHTIN, 2010, 2011; BRAIT, 2012) com relação a Gêneros do Discurso e Ato responsável. Na sequência, passamos para o estudo da plataforma Redação Paulista, com foco na atuação da IA na geração de comentários.

Escolhemos como objeto desta análise a proposta textual “Crônica literária: Um evento extraordinário” (SÃO PAULO, 2025b), disponibilizada na plataforma aos alunos do 9º ano do ensino fundamental no segundo bimestre de 2025. Optamos por trabalhar com esse ano escolar por se tratar da etapa final do ensino fundamental, momento de fechamento de um ciclo. A escolha pelo gênero discursivo crônica justifica-se por sua composição mais flexível, que permite ao estudante maior liberdade expressiva e favorece a subjetividade na escrita. Além disso, interessa-nos observar como a IA gera comentários em textos desse gênero, que possui estrutura menos rígida e menos representatividade em bancos de dados digitais quando comparado ao dissertativo-argumentativo — gênero exigido em vestibulares e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para o qual há vasto material de correção e sugestões de atividades disponíveis na internet.

Primeiramente, é importante destacar que as aulas de Redação e Leitura devem seguir planos de aula elaborados pela SEDUC-SP. Sendo assim, antes da escrita efetiva do texto, o gênero textual é brevemente apresentado aos alunos e a proposta é lida em sala de aula de maneira colaborativa. Além disso, o plano de aula alerta para a necessidade de o docente conduzir a elaboração de um projeto de texto no caderno e solicitar um rascunho. Na sequência, o aluno escreve a versão final de seu texto e o digita na plataforma. Essas etapas são divididas pelos planos de aula da seguinte maneira: 1 aula conhecimento da proposta e elaboração do projeto de texto; 2 aulas para elaboração do rascunho, versão final e digitação do texto; 1 aula destinada à devolutiva aos alunos (considerando que cada aula tem duração de 50 minutos).

A proposta de produção textual “Crônica literária ‘Um evento extraordinário’” (SÃO PAULO, 2025b) é composta por uma coletânea de Texto Único, trazendo como embasamento o texto “A espada” de Luis Fernando Verissimo (2010). O texto narra a história de um menino que ganha uma espada de

presente de aniversário e surpreende o pai ao se assumir “Garoto Trovão”. Inicialmente, o genitor desacredita, interpretando a fala do filho como uma brincadeira infantil; entretanto, ao final da narrativa, é surpreendido ao ver a espada e o próprio filho iluminarem-se de azul, após um grito de “Ramill” pelo menino. Em seguida, a proposta apresenta o enunciado e as orientações:

ENUNCIADO

Imagine que você é o estudante responsável por uma coluna mensal do jornal de sua escola. Nessa coluna, você opta por escrever crônicas literárias, de modo a poder abordar os acontecimentos mais recentes de sua escola de maneira mais artística. Ao se deparar com o conto “A espada”, de Luís Fernando Veríssimo, reproduzido acima, você se encanta com a ideia de um acontecimento tão grandioso como o descrito na história poder ocorrer em uma situação tão comum quanto um aniversário de criança.

Por isso, você decide que o próximo tema de sua crônica literária será “um evento extraordinário”. Para isso, atente-se às seguintes orientações:

- a) Comece sua crônica narrando um evento cotidiano de sua escola.
- b) Desenvolva ao menos um desdobramento extraordinário desse evento, que pode ser sobrenatural, mágico, altamente improvável ou simplesmente inesperado.
- c) Construa uma reflexão acerca do evento extraordinário e de seu significado para as personagens envolvidas (SÃO PAULO, 2025b, p.17).

Antes de iniciarem a produção da redação, os estudantes têm acesso aos critérios de correção, seja por meio de seu professor que, conforme sugere o plano, os mencionará em sala de aula, seja pela própria proposta, que apresenta os seguintes critérios na página em que o texto será digitado:

Adequação ao tema - Atender adequadamente à proposta temática.

Adequação ao gênero - Configurar adequadamente o gênero discursivo associado à proposta de redação.

Coerência - Conferir unidade, organização, consistência e progressão às ideias.

Coesão - Empregar adequadamente recursos coesivos em função da articulação textual.

Convenções da escrita - Adequar o texto às convenções da escrita, tendo em vista situação de produção e circulação e gênero discursivo propostos (SÃO PAULO, 2025b, p.20).

Para realização desse estudo, selecionamos alguns textos de alunos a fim de se observar dos comentários gerados pela IA. A seleção das redações considerou a diversidade de notas sugeridas pela ferramenta: a redação A obteve 9,5; a redação B, 7,0; e a redação C, 5,5. Para este artigo, escolhemos analisar cinco comentários, um de cada critério de avaliação.

No critério “Adequação ao tema”, todas as redações receberam nota 10. Segue um comentário sobre a redação A:

Onde você está:

- A sua redação é muito boa porque se passa em uma escola e apresenta um evento inesperado. O momento em que Leon se transforma em um bruxo e começa a agir de forma mágica é surpreendente e traz um toque de fantasia à história. Isso realmente se encaixa no que foi pedido.

- Continue escrevendo assim! Você tem uma boa imaginação e consegue criar situações envolventes. Tente sempre explorar mais os detalhes das suas histórias, isso pode deixá-las ainda mais cativantes (PLATAFORMA REDAÇÃO PAULISTA, 2025, comentário gerado por IA).

No critério “Adequação ao gênero”, cada redação recebeu uma nota diferente. Segue um exemplo de comentário sobre a redação B, que obteve nota 7,5 nesse critério:

Onde você está:

- A sua redação tem uma boa estrutura narrativa, começando com a situação inicial em que Jorge vai para a escola e a professora se transforma em um monstro. O conflito surge quando os alunos ficam assustados e fogem, e o clímax acontece quando eles decidem voltar para ver o que aconteceu. O desfecho é quando a professora acorda e tudo volta ao normal. Esses elementos estão presentes e ajudam a contar a história.

Dê um passo além:

- No entanto, a redação não apresenta uma reflexão sobre o que aconteceu. Seria interessante incluir o que Jorge ou os outros alunos aprenderam com essa experiência ou como se sentiram após tudo isso. Isso poderia enriquecer ainda mais a sua narrativa.
- Para melhorar sua nota, pense em como você poderia adicionar uma reflexão no final da história. Por exemplo, você poderia mostrar como os alunos se sentiram em relação à professora ou o que aprenderam sobre respeitar os professores. Continue escrevendo, você está indo muito bem! (PLATAFORMA REDAÇÃO PAULISTA, 2025, comentário gerado por IA).

Com relação ao critério “Coerência”, a redação A foi avaliada com nota 7,5 e as outras duas com nota 5. Abaixo, o comentário da redação C:

Onde você está:

- A redação apresenta uma unidade temática clara, que é a história de Roberto e sua experiência com bullying. A narrativa segue um enredo que faz sentido, mostrando a evolução do personagem e suas interações com os outros. Por exemplo, a relação entre o bullying que ele sofre e a reação dele ao final é bem construída.

Dê um passo além:

- No entanto, a organização temporal da história é confusa. Os eventos não estão claros em relação a quando cada coisa acontece, como quando Roberto vai para casa e depois volta para a escola. Além disso, a consistência dos personagens poderia ser melhor, pois a mudança repentina de Roberto, de vítima a agressor, não é bem explicada.
- Para melhorar a nota, você pode trabalhar na clareza da sequência dos eventos. Tente usar conectivos para mostrar a passagem do tempo e como as ações de Roberto se relacionam com o que aconteceu antes. Isso vai ajudar a deixar a história mais fácil de seguir e entender (PLATAFORMA REDAÇÃO PAULISTA, 2025, comentário gerado por IA).

Com relação ao critério “Coesão”, as redações A e B obtiveram a nota 7,5 e a redação C, nota 5. Segue o comentário gerado para a redação A:

Onde você está:

- A redação apresenta uma boa sequência de ideias, e os pronomes utilizados ajudam a conectar os eventos da história. Por exemplo, o uso de 'ele' para se referir a Leon e 'a bola' para manter o foco na ação é eficaz e contribui para a fluidez do texto.

Dê um passo além:

- No entanto, há um ponto em que a coesão poderia ser melhorada. O trecho em que Leon se transforma em um bruxo e começa a agir de forma diferente poderia ter mais conectivos para ligar melhor as ideias, como 'então' ou 'por isso', para deixar mais claro o que acontece em sequência.
- Para melhorar a nota, você pode revisar os trechos onde as ideias estão um pouco soltas e adicionar conectivos que ajudem a guiar o leitor. Isso vai deixar sua redação ainda mais fluida e fácil de entender. Continue praticando a escrita, você está indo muito bem! (PLATAFORMA REDAÇÃO PAULISTA, 2025, comentário gerado por IA).

O critério “Convenções de escrita” apresentou maior variedade de notas, sendo que a redação A recebeu nota 10; a redação B, nota 5; e a redação C, nota 2,5. Segue o comentário gerado para a redação B:

Onde você está:

- A redação apresenta uma narrativa interessante e criativa, com uma boa sequência de eventos. Por exemplo, a transformação da professora em monstro e a reação dos alunos são bem descritas, o que mantém o leitor envolvido na história.

Dê um passo além:

- No entanto, há muitos desvios gramaticais que comprometem a fluidez do texto. Por exemplo, a frase 'ela pediu para pararem' deveria ser 'ela pediu para pararem' e a repetição de 'ligaram' sem variação também é um ponto que poderia ser melhorado.
- Para melhorar sua nota, preste atenção na concordância e na repetição de palavras. Tente variar as expressões e revisar a estrutura das frases. Isso ajudará a deixar seu texto mais claro e agradável de ler. Continue escrevendo, você tem boas ideias! (PLATAFORMA REDAÇÃO PAULISTA, 2025, comentário gerado por IA).

A análise dos comentários gerados pela IA evidencia a sua pertinência para a melhoria da escrita do estudante. Embora as redações A, B e C não tenham sido transcritas integralmente neste artigo, devido à limitação de espaço, a avaliação considerou sua totalidade. Os comentários examinados mostram-se pertinentes aos textos produzidos pelos alunos e sugerem caminhos que podem favorecer uma reescrita mais consistente. Se levadas em consideração, as recomendações contribuem para produções textuais mais coesas e coerentes, adequadas a sua função social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo a perspectiva bakhtiniana sobre responsividade enunciativa, o ouvinte é parte de uma atividade responsiva: Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante.” (BAKHTIN, 2011, p. 271). Dessa forma, o aluno, enquanto receptor, não é passivo. Ao ler os comentários, ele vai se engajar com o enunciado e reagirá, em resposta, tornando-se um falante/produtor de enunciados.

Nessa perspectiva, ao retomarmos os objetivos desse estudo, após a análise dos comentários, podemos refletir sobre responsabilidade ética acerca das sugestões devolvidas aos alunos, escritas por IA. É possível observar que há nos comentários uma impressão de voz do docente. Expressões como “Continue escrevendo”, “Continue praticando”, “Você está indo muito bem” transmitem uma sensação de que é o professor quem fala diretamente com o estudante. Esse tipo de linguagem coloca em questão o problema da responsabilidade enunciativa porque, mesmo sendo gerado por IA, o comentário assume a voz de autoridade pedagógica, o que pode fazer com que o aluno acredite que esse comentário foi elaborado por seu professor. Por outro lado, há a questão da responsabilidade ética do professor que, mesmo sem intenção, assume como sua uma correção realizada pela inteligência artificial.

No que se refere ao potencial da ferramenta, a plataforma Redação Paulista apresenta grande utilidade para auxiliar o formador nesse processo de correção de redações, já que os comentários prontos direcionam o olhar docente para as necessidades de melhorias e para os acertos na escrita do discente, abrangendo aspectos não observados pelo professor em uma primeira leitura. Outros pontos positivos são a padronização dos critérios de correção, a rapidez e o detalhamento dos comentários, que, se fossem escritos pelo educador tomaria um tempo maior para elaboração. Apesar disso, a ferramenta ainda apresenta alguns problemas, como no comentário do critério “Convenções de escrita” sobre a redação B, em que a IA gerou a seguinte correção: “há muitos desvios gramaticais que comprometem a fluidez do texto. Por exemplo, a frase 'ela pediu para pararem' deveria ser 'ela pediu para pararem'”, em que é indicado um possível desvio gramatical e proposta uma correção escrita de forma idêntica. Portanto, a revisão atenta do professor para as redações e para os comentários gerados pela IA é essencial.

Vale destacar que os comentários da plataforma são editáveis, ou seja, o educador tem a possibilidade de ampliar, corrigir e melhorar os comentários. Contudo, no trabalho do professor de Redação e Leitura, a demanda é grande ao passo que o tempo para realizar as correções é curto. De acordo com os Materiais de Orientação (planos de aula), disponíveis no repositório do CMSP (SÃO PAULO, 2025b), o educador conta com quatro aulas de 50 minutos cada (uma por semana em um mês) para disponibilizar a proposta de redação, desenvolver o tema em sala de aula, o rascunho, a versão final do texto, a digitação, a correção e a devolutiva aos alunos. Esse tempo não pode ser ultrapassado porque a plataforma é monitorada pela SEDUC-SP e, caso a escola não atinja as metas estabelecidas, há potenciais punições à professores e diretores escolares (GEPUD, 2025).

Essa situação se agrava porque muitos educadores lecionam mais em uma turma de alunos a disciplina Redação e Leitura, o que faz com que, ao final do mês, todos estejam realizando correções textuais de forma apressada, várias vezes fora do seu horário de trabalho. Devido à falta de tempo e à alta demanda, muitos textos acabam sendo devolvidos aos alunos sem o olhar criterioso do docente para a produção dos estudantes e para os comentários gerados pela IA. Dessa forma, os comentários correm o risco de serem repassados aos alunos assim como foram gerados.

Retomando a problemática do ato responsável, Segundo, Bernardino e Guerra (2024, p. 11), “a percepção do destinatário pelo falante e a influência que esse destinatário exerce sobre o enunciado são determinantes, tanto para a composição, quanto para o estilo do enunciado”. Em algum momento o aluno pode se dar conta (se é que alguns já não o tenha percebido) de que escreve um texto que é lido e corrigido por uma Inteligência artificial. O estudante, assim, passa a responder a um enunciado que não possui uma autoria definida.

Apesar desses desafios, é possível afirmar que os estudantes podem se beneficiar das correções apresentadas pela IA, principalmente quando revisadas pelo professor, melhorando suas produções textuais, uma vez que a formulação dos comentários leva em consideração os critérios de correção pré-estabelecidos e trazem observações ao aluno de forma individual. Ademais, o tipo de linguagem utilizada nesses textos gerados pela IA é acessível, apontando direcionamentos de forma simples e direta, com exemplos retirados do texto do aluno. O tom, além de avaliativo, é motivacional, elaborando frases que buscam incentivar o aluno a continuar escrevendo e praticando. As estruturas “Onde você está” e “Dê um passo além” deixam o comentário claro e de fácil compreensão sobre os acertos e os pontos de melhoria no texto.

Por outro lado, alguns encaminhamentos podem não ser compreendidos pelo aluno. Os professores, em sala de aula, diferente da IA, conhecem o seu público humano, sabem suas dificuldades e conseguem adequar explicações com uma linguagem mais próxima, fazendo-se entenderem ao considerarem a singularidade do estudante. Comentários produzidos de forma padronizada pela IA não levam em consideração o aluno enquanto pessoa real, no mundo real. Sendo, então, essencial a revisão e melhoramento dos comentários pelo educador para que não haja o apagamento da responsabilidade docente, dessa forma, o professor passa a se responsabilizar por esse enunciado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, nesse artigo, estudar o funcionamento da ferramenta de inteligência artificial do governo paulista na correção de redações, verificando como ela pode auxiliar o trabalho do professor de redação e favorecer a aprendizagem dos alunos, fazendo-os criar textos de gêneros diversos mais coerentes e coesos, adequados à sua função social. Percebemos que a IA é útil como apoio ao docente, atuando de forma a facilitar seu trabalho de correção de textos, porém não substitui o olhar crítico, ético e único do educador.

Para que a ferramenta possa ter mais êxito, é preciso que o profissional da educação dedique tempo para revisar todos os comentários, fazendo uma leitura atenta e realizando alterações e adequações. Junto a isso, é essencial a transparência para os estudantes sobre a coautoria dos comentários entre IA e educador. Dessa forma, o professor continuará assumindo o ato enunciativo final, já que sua assinatura legitimará os comentários, mesmo que gerados por IA, indo de encontro ao que preconiza Bakhtin sobre ato responsável: “é necessário assumir o ato não como um fato contemplado ou teoricamente pensado do exterior, mas assumido do interior, na sua responsabilidade” (BAKHTIN, 2010, p.148).

A geração de comentários pela ferramenta de correção da plataforma Redação Paulista possibilita maior agilidade às devolutivas de redações. Porém, esse processo pode resultar em uma automatização excessiva, descaracterizando a relação professor-aluno, que pressupõe a singularidade de cada estudante. Assim, para que a IA de fato auxilie o trabalho docente e contribua para a aprendizagem do, torna-se fundamental a formação docente para o uso crítico desse mecanismo, bem como a implementação de políticas educacionais que equilibrem tecnologia, autonomia pedagógica e tempo adequado para avaliação de textos.

Este estudo não esgota as reflexões sobre o uso da inteligência artificial na correção de redações, mas indica caminhos para repensar a prática avaliativa mediada por ferramentas de correção. Como continuidade, sugere-se ampliar a investigação com um conjunto maior de textos e considerar a percepção de professores e alunos, de modo a aprofundar a compreensão dos impactos da IA na educação e na responsabilidade enunciativa no processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. Tradução feita a partir do francês por Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad. de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. 3.ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BERNARDINO, Rosangela Alves dos Santos; GUERRA, Zailton Pinheiro. **Questões de responsabilidade enunciativa e autoria em texto acadêmico produzido com auxílio do ChatGPT**.

Domínios de Linguagem, Uberlândia, v. 18, p. e1838, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/74539>. Acesso em: 21.09.2025.

BRAIT, Beth; PISTORI, Maria Helena Cruz. **A produtividade do conceito de gênero em Bakhtin e o círculo**. ALFA: Revista de Linguística, São Paulo, v. 56, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/5531>. Acesso em: 23.09.2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CHALLCO, Geiser Chalco; CRUZ, Wilmax Marreiro; ISOTANI, Seiji; BITTENCOURT, Ig Ibert. **Inteligência Artificial Generativa na Educação**. E-book em PDF. IA.EDU/NEES, 2024. ISBN 978-65-01-23423-6. Disponível em: <https://iaedu.nees.ufal.br/wp-content/uploads/2025/04/NT-1-Inteligencia-Artificial-Generativa-na-Educacao.pdf>. Acesso em: 24.09.2025.

CIEB. CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. CIEB: **Notas Técnicas #21 Inteligência artificial na educação básica: novas aplicações e tendências para o futuro**. São Paulo: CIEB, 2024. E-book em PDF. Disponível em: https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2024/06/Inteligencia-Artificial-na-Educacao-Basica_2024.pdf. Acesso em: 24.09.2025.

GIEHL, Clei Cenira; CAMARGO, Simone Bortoluzzi; LIMA, Quêzia Souza de; PACHECO, Luci Mary Duso. **Inteligência artificial: desafios e propostas para educação – possibilidade de aprendizagem**. *Revista Caderno Pedagógico*, Curitiba, v. 21, n. 8, p. 1-19, 2024. ISSN 1983-0882.

GEPUD. GRUPO ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA; REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE [REPU]. **Plataformização e controle do trabalho escolar na rede estadual paulista [Nota Técnica]**. São Paulo: Gepud / REPU, 03 jul. 2025. Disponível em: www.repu.com.br/notas-tecnicas; www.gepud.com.br/manifestacoes.html. Acesso em: 24.09.2025.

GIRAFFA, Lucia; KOHLS-SANTOS, Pricila. Inteligência Artificial e Educação: conceitos, aplicações e implicações no fazer docente. *Educação em Análise*, Londrina, v. 8, n. 1, p. 116-134, 2023. DOI: 10.5433/1984-7939.2023v8n1p116. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/article/view/48127>. Acesso em: 24.09.2025.

LUCKIN, R.; HOLMES, W.; GRIFFITHS, M.; FORCIER, L. B. **Intelligence Unleashed: an argument for AI in Education**. London: Pearson, 2016. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/1475756/>. Acesso em: 24.09.2025.

NICOLELIS, Miguel. **O Verdadeiro Criador de Tudo: como o cérebro humano esculpiu o universo como nós o conhecemos**. Editora Crítica. 1ª ed. São Paulo. 2020.

VERISSIMO, Luis Fernando. **Comédias para se ler na escola**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

Villarta-Neder, Marco Antonio, Ferreira, Helena Maria e Ottoni, Maria Aparecida Resende. **Gêneros discursivos em sala de aula: uma análise de proposta de um ambiente de Inteligência Artificial**. In. *Diálogos com Bakhtin e o(s) círculo(s) [recurso eletrônico]* / organização Marco Antonio Villarta-Neder, Fábio Luiz de Castro Dias, Helena Maria Ferreira. - 1. ed. - São Paulo : Parábola, 2025.

ROJO, Roxane. **Teoria dos Gêneros em Bakhtin: Construindo uma perspectiva enunciativa para o ensino de compreensão e produção de textos na escola**. In. BRAIT, B (org.) *Estudos Enunciativos no Brasil: História e Perspectivas*. Campinas: Pontes, 2001.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Proposta Pedagógica dos Componentes Curriculares - 2025**. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2025a.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Redação e Leitura – Leitura e Fruição, Elaboração do projeto de texto 1, 9º ano, 2º Bimestre, Plano aulas 3 e 4**. São Paulo:

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2025b. Disponível em: <https://repositorio.educacao.sp.gov.br/midia#>. Acesso em: 25.09.2025

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Centro de Mídias da Educação de São Paulo. **Plataforma Redação Paulista: comentários automáticos gerados por inteligência artificial**. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2025c. Acesso restrito.

SÃO PAULO. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Currículo Paulista**, SEDUC/Undime SP. São Paulo: SEDUC/SP, 2019.

SEDUC-SP. Recursos Pedagógicos. **Avaliação da produção escrita: Grade Seduc (gêneros diversos) - Redação e Leitura** [vídeo]. YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0tJKIAs_BsQ&t=1s. Acesso em: 24.09.2025.

SEDUC-SP. **Publicação sobre a plataforma Redação Paulista**. Reel. Instagram, 20 mar. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C4v-xrmvLPA/>. Acesso em: 24.09.2025.

SILVA, Luis André Ferreira da; SIQUEIRA, Nadilson; RODRIGUES, Vinicius Brasil. **O uso da inteligência artificial como ferramenta para educação no Brasil**. *Revista Sociedade Científica*, v. 7, n. 1, p. 3546-3568, 2024. DOI: 10.61411/rsc202455317. Disponível em: <https://revista.scientificsociety.net/wp-content/uploads/2024/08/Art.205-2024.pdf>. Acesso em: 24.09.2025.

**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA:
UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DO USO DO POLÍCIAMENTO PREDITIVO E A VIOLAÇÃO AO
DIREITO DE PRIVACIDADE**

**ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN PUBLIC SECURITY:
AN CONSTITUTIONAL ANALYSIS OF THE USE OF PREDICTIVE POLICING AND THE
VIOLATION OF THE SOCIAL SECURITY LAW**

Área temática: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes

MENDES, Daniella Salvador Trigueiro
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Doutoranda em Direito pela UNESP
daniella.salvador@unesp.br

LOPES, Vítor Salvador Garcia
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Graduando em Direito pela UNESP
vitor-salvador.lopes@unesp.br

SANTOS, Isadora Beatriz Magalhães Santos
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Doutora em Direito pela UNESP
isadora.magalhaes@unesp.br

FRANCESCHINI, Rafael Leite
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Mestrando em Direito pela UNESP
rafael.l.franceschini@unesp.br

SOARES, Hugo Rafael
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Mestrando em Planejamento e Análise de Políticas Públicas
hugo.rafael@unesp.br

Resumo

A presente pesquisa analisa a utilização da inteligência artificial aplicada ao policiamento preditivo no âmbito da segurança pública, investigando os reflexos constitucionais na tutela do direito de privacidade. A partir da premissa de que tais tecnologias se baseiam na coleta massiva de dados, processamento algorítmico e cruzamento estatístico para antecipar a ocorrência de crimes, examina-se a tensão entre eficiência estatal no combate à criminalidade e a preservação dos direitos fundamentais, mais especificamente o direito à privacidade. Utiliza-se, para tanto, o método de abordagem dedutivo e o método de procedimento eminentemente bibliográfico, de modo a sustentar a análise teórica e normativa do tema. O artigo discute ainda a necessidade de limites normativos e de mecanismos de transparência, fiscalização e accountability para que o uso da inteligência artificial na segurança pública não resulte em práticas abusivas ou incompatíveis com a ordem constitucional. Conclui-se que o policiamento preditivo, embora promissor como instrumento de gestão da segurança, só pode ser legitimado se observados os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade e da proteção dos direitos fundamentais, em especial o direito à privacidade.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Direito à privacidade, Policiamento preditivo

Abstract

This research analyzes the use of artificial intelligence applied to predictive policing in public security, investigating its constitutional implications for the protection of the right to privacy. Based on the premise that such technologies rely on massive data collection, algorithmic processing, and statistical cross-referencing to anticipate crime, the study examines the tension between state efficiency in combating crime and the preservation of fundamental rights, specifically the right to privacy. The study uses a deductive approach and a predominantly bibliographical procedural method to support the theoretical and normative analysis of the topic. The article also discusses the need for regulatory limits and mechanisms of transparency, oversight, and accountability to ensure that the use of artificial intelligence in public security does not result in abusive practices or practices that are incompatible with the constitutional order. It is concluded that predictive policing, although promising as a security management tool, can only be legitimized if the constitutional principles of human dignity, proportionality and the protection of fundamental rights, especially the right to privacy, are observed.

Keywords: Artificial Intelligence, Right to Privacy, Predictive Policing

1 INTRODUÇÃO

A atual era digital tem promovido profundas transformações nas relações sociais e, da mesma forma, impacta o Direito e o próprio Estado no modo como exerce suas funções, especialmente no campo da segurança pública. Nesse cenário, o policiamento preditivo surge como uma estratégia inovadora, baseada na utilização da Inteligência Artificial para antecipar padrões de criminalidade e orientar a atuação das forças policiais a partir da análise de grandes volumes de dados.

Contudo, embora apresente potencial como ferramenta de prevenção, essa inovação tem sido alvo de intensos debates, sobretudo em razão das possíveis inconstitucionalidades que pode gerar, ao colocar em risco diversos direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal brasileira. Nesse sentido, o debate acerca do policiamento preditivo extrapola a esfera estritamente criminal e concentra-se em sua legitimidade, uma vez que toca o núcleo essencial dos direitos fundamentais.

A utilização de grandes volumes de dados pessoais, somada à opacidade dos mecanismos algorítmicos, levanta questionamentos relevantes sobre a necessária ponderação entre direitos fundamentais e os limites em que o interesse coletivo pode se sobrepor a direitos individuais, como a privacidade, a igualdade, a presunção de inocência e o devido processo legal, pilares consagrados pela Constituição Federal de 1988. Diante disso, esta pesquisa propõe-se a analisar, com maior profundidade, o impacto do policiamento preditivo sobre o direito fundamental à privacidade.

Para alcançar seus objetivos, o artigo adota o método de abordagem dedutivo, partindo de uma análise geral sobre o policiamento preditivo para, em seguida, investigar sua constitucionalidade, com ênfase no direito fundamental à privacidade. Utiliza-se, ainda, do método de procedimento eminentemente bibliográfico, com base em artigos, dissertações e demais produções acadêmicas que tratam da temática. Do mesmo modo, a pesquisa assume caráter qualitativo e natureza exploratória, uma vez que se trata de assunto recente e ainda carente de legislação específica, o que exige uma investigação inicial capaz de compreender suas principais implicações jurídicas e constitucionais.

A pesquisa, portanto, apresenta em um primeiro momento os conceitos fundamentais de inteligência artificial e suas aplicações na área da segurança pública. Na sequência, aborda o policiamento preditivo enquanto instrumento de política criminal. Por fim, analisa os riscos constitucionais decorrentes de sua utilização, com especial atenção ao impacto sobre o direito fundamental à privacidade.

2 CONCEITOS DE IA E SUA APLICAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA

Para que seja possível o devido entendimento da aplicação da inteligência artificial na segurança pública, é necessária a compreensão de preceitos basilares da inteligência artificial para, então, entender o seu funcionamento. Desse modo, o presente tópico tem como objetivo discorrer sobre a ideia de *inteligência artificial* e conceitos relacionados, como *big data*, *machine learning* e *deep learning*. Feitas essas considerações, será possível compreender o policiamento preditivo enquanto política criminal e os riscos constitucionais do seu uso no ordenamento jurídico brasileiro.

Desse modo, Perussi, Silva, Borges e Marchetto (2024) evidenciam que o conceito de inteligência artificial não é pacífico na doutrina, isto é, não possui uma definição precisa e permanente, tendo em vista os avanços tecnológicos constantes¹. Parte dessa dificuldade também decorre da multidisciplinaridade por trás da inteligência artificial (Menezes; Sanllehí, 2023). Porém, pontuam que, independente de qual a ideia por trás do conceito de inteligência artificial, a utilização de algoritmos é essencial para o seu funcionamento. Estes, por sua vez, podem ser compreendidos como “conjuntos de informações claras, capazes de serem lidas e identificadas por um computador” (Perussi, *et al*, 2024, p. 4), cuja função é a organização de quantidades massivas de informações para que seja possível a solução de problemas (Perussi, *et al*, 2024).

Nesse sentido, associa-se à ideia de algoritmo o conceito de *big data*. Este conceito pode ser definido como um grande conglomerado de dados e informações que está armazenado de forma estruturada ou não. Diante disso, faz-se necessária a criação de ferramentas que sejam capazes de organizar e decodificar essas informações conjuntas, permitindo a visualização de padrões (Perussi, *et al*, 2024). Justamente o controle desses dados e informações é um grande desafio a ser enfrentado, criando empecilhos inclusive para a proteção da privacidade e transparência dos sistemas de inteligência artificial (Menezes; Sanllehí, 2021).

Além da associação da inteligência artificial com a ideia de algoritmo, Menezes e Sanllehí (2021) demonstram que grande parte das definições de inteligência artificial tem como parâmetro a inteligência humana para que então seja possível criar uma distinção entre a inteligência artificial e a inteligência humana. Desse modo, é possível “fazer uma distinção entre inteligência humana ‘de facto’ e o comportamento do sistema artificial que simula ou imita a inteligência humana [...]” (Menezes; Sanllehí, 2021, p. 113). Por fim, os autores (2021) elencam três características comuns em sistemas de inteligência artificial, sendo eles: I) replicar a inteligência humana na tomada de decisões; II) existência de certo grau de autonomia; III) “têm capacidade de atuar para alcançar um objetivo, seja recomendando uma decisão/ação, seja autonomamente para tal” (Menezes; Sanllehí, 2021, p. 113).

Por fim, é necessário passar por conceitos que são desdobramentos da ideia de inteligência artificial e que são indispensáveis para a compreensão dos tópicos subsequentes: *machine-learning* e *deep learning*. O *machine-learning* foi um modelo cunhado em 1959 por Arthur Lee Samuel e parte do pressuposto de que os computadores poderiam aprender sem serem programados (Perussi, *et al*, 2024). Esse modelo pode ser identificado quando modelos são criados a partir da observação de dados e, a partir disso, cria-se um mecanismo de solução de problemas (Russel; Norvig, 2022), além de conseguirem realizar previsões que não seriam possíveis de serem realizadas pelo ser humano (Perussi, *et al*, 2024).

O *deep learning* representa uma forma de *machine-learning*, mas que se define pela possibilidade, por meio de um modelo estatístico, de realizar previsões, bem como a probabilidade de realização dessas previsões e quando que elas ocorreriam (Perussi, *et al*, 2024). Sobre isso:

Assim, esse modelo é capaz de lidar com dados de diversas dimensões e complexidade, como, por exemplo, o reconhecimento e processamento de diversos pixels em uma imagem. Ainda, esse modelo utiliza como método as chamadas redes neurais (RNA), as quais têm como base a ‘arquitetura dos neurônios humanos e destinadas a reproduzir aprendizado por meio do desenvolvimento de sistemas que aprendem como exemplos de treinamento’. (Bottino; Fernanda, 2023). Um exemplo de uso desses sistemas ocorre no campo da segurança pública, em que as RNA são aplicadas no policiamento preditivo, o qual faz uso do processamento de informações realizado pelos algoritmos, a partir de bancos de dados e com o intuito de realizar previsões capazes de auxiliar na efetividade da segurança pública. (Perussi, *et al*, 2024, p. 5).

Portanto, o conceito de inteligência artificial não pode ser definido especificamente, mas possui algumas características próprias. Dentre elas, insta pontuar a necessidade de utilização de algoritmos

¹ “Não existe consenso na literatura científica em relação ao conceito de IA, mas suas definições costumam ser caracterizadas empiricamente e teoricamente. O que significa dizer que, na ótica da categoria empírica, existe a perspectiva de os sistemas pensarem como seres humanos e aprenderem a partir da experiência. [...] Enquanto isso, no enfoque teórico, esperam-se ações lógicas, que incluem capacidade de dedução e inferência sobre novas relações (Alves, 2020). O reconhecimento de padrões e aplicações de regras lógicas são elementos relevantes no modo de funcionamento das técnicas de IA” (Bottino; Vargis; Prates, 2023, p. 33).

para a sua caracterização, a tentativa de replicar a inteligência humana, realização de condutas com certo grau de autonomia e atua com o intuito de alcançar um determinado objetivo. Associado com a ideia de algoritmos, tem o conceito de *big data*, que diz respeito ao acúmulo de dados e informações. Ademais, desprende-se do conceito de inteligência artificial a ideia de *machine-learning* e *deep learning*. Ambos são essenciais para a compreensão do policiamento preditivo, o qual é a aplicação dos conceitos de inteligência artificial na segurança pública com o intuito de realizar a predição de crimes.

3 POLICIAMENTO PREDITIVO ENQUANTO POLÍTICA CRIMINAL

Em linhas bastante gerais, política criminal pode ser entendida como mecanismos socialmente responsáveis de combate à criminalidade e que mantenha harmoniosa a relação entre esses mecanismos e o direito (Fernandes, 2001). Além disso, “[...] a política criminal não estará reservada apenas à missão de determinar como deve ser a reação penal, mas também selecionar aquilo contra o que deverá reagir-se de modo mais formalizado ou não e o tipo dessa formalização” (Fernandes, 2001, p. 50). Dessa forma, e diante dos avanços tecnológicos, o uso da inteligência artificial na segurança pública tem avançado, como visto no tópico anterior. Dentre essas formas de utilização da inteligência artificial, cumpre destacar o policiamento preditivo².

De forma sintética, pode-se entender o policiamento preditivo como uma forma de vigilância automatizada com a qual, por meio de uma ferramenta de análise de dados, tenta-se prever a ocorrência de delitos antes de sua consumação, bem como “[...] auxiliar no desenvolvimento de estratégias de segurança pública, com base em métodos de vigilância ostensiva” (Arruda; Resende; Fernandes, 2021, p. 666). Essa predição ocorre por meio do tratamento de dados e da *big data* e tem como objetivo a diminuição da criminalidade (Arruda; Resende; Fernandes, 2021). Com isso, objetiva-se entender se o policiamento preditivo se enquadra dentro da ideia de política criminal proposta por Fernando de Andrade Fernandes e, se cumpre com a missão de incluir “[...] métodos adequados no sentido social para a luta contra o delito, ou seja, a chamada missão social do direito penal” (Fernandes, 2001, p. 29).

Em um artigo de recomendação (2022) escrito pela EUCPN (*European Crime Prevention Network*), é explicado que o policiamento preditivo pode ocorrer em duas etapas consecutivas: a coleta de dados; a modelagem destes dados. Eles demonstram que o número de dados³ coletados de diferentes fontes tendem a aumentar constantemente e acabam sendo armazenados de forma desorganizada e desestruturada. Dessa forma, esses dados são analisados por meio de *machine-learning*, por meio do qual o sistema procurará por padrões e, a partir disso, publicará um conjunto de probabilidades como níveis de risco.

Ademais, existem três principais formas de policiamento preditivo: 1) baseado na região; 2) baseado no evento; 3) baseado na pessoa (EUCPN, 2022; Menezes, Sanllehi, 2021). Ainda pode distinguir a forma de policiamento preditivo da seguinte forma: 1) predição de pessoas vítimas de um delito; 2) predição da identidade de agentes delituosos no passado (pode-se pensar que se trata de uma forma de tentar prever a reincidência delituosa) (Menezes, Sanllehi, 2021). De todas as formas de policiamento preditivo, o uso de dados pessoais, privados e sensíveis é sempre necessário.

Esse sistema de policiamento tem como objetivo declarado trazer objetividade à segurança pública. Isso porque a análise de dados pessoais por uma ferramenta programada para esses fins específicos cria a suposta ideia de que a política criminal realizada é isenta de falhas e vieses⁴.

² Trata-se de uma tendência mundial ainda bastante incipiente no território Brasileiro. Em outras regiões, como Estados Unidos, China e até mesmo na Europa, o seu uso tem sido mais proeminente, de modo que “Law enforcement agencies have shown an increased interest in AI. In all corners of the EU, police departments have put faith in AI tools in hopes of rendering law enforcement more effective and cost - efficient. In particular, ‘Predictive Policing’ is proclaimed as the future of policing, in response to reduced budgets and staff finding AI, the main purpose of predictive policing is to generate crime predictions and ultimately make a significant contribution to crime prevention. Yet, in spite of its potential in crime prevention, policymakers and human rights groups around the globe have expressed concern regarding the use of predictive policing, as inappropriate use leads to an erosion of fundamental human rights.” (EUCPN, 2020, p. 4).

³ O artigo (2022) elenca que os dados coletados costumam ser: histórico criminal com o tipo penal cometido, data e lugar do cometimento e informações sócio-econômicas.

⁴ A Fundação Getúlio Vargas em pesquisa conduzida no ano de 2020 explica que a sensação de objetividade decorre da existência de sistemas autônomos que, por meio de processos complexos,

Ademais, esses sistemas de predição são pensados enquanto mecanismos de eficiência na segurança pública, uma vez que, prevendo-se a ocorrência do delito, otimiza-se o trabalho de profissionais⁵ (Arruda; Resende; Fernandes, 2021). A esse respeito:

A noção fundamental subjacente à teoria e prática do policiamento preditivo é a possibilidade de interferências probabilísticas sobre atividades criminosas futuras com base em dados existentes. A partir da possibilidade de se utilizar dados de uma ampla variedade de fontes para calcular estimativas sobre fenômenos como onde a violência armada é susceptível de ocorrer, onde um ladrão em série é suscetível de cometer o próximo crime ou mesmo quais indivíduos um suspeito provavelmente contatará para obter ajuda. (Bottino; Vargas; Prates, 2023, p. 69).

Nesse sentido, essa otimização não pode se sobrepor às garantias constitucionais e individuais vigentes no Estado Democrático de Direito dos cidadãos. Assim, a atividade policial e o policiamento preditivo devem atuar de acordo com critérios de transparência e razoabilidade. Isso quer dizer que essa ferramenta de segurança pública não pode se aproveitar de todas as informações pessoais dos cidadãos, bem como deve haver transparência acerca de quais os dados utilizados na predição (Menezes; Sanllehi, 2021; Lucena, 2020) e o procedimento por trás da utilização destes dados (Perussi; et al, 2024).

Além disso, é necessário que haja o consentimento populacional sobre a implementação e uso destes instrumentos de policiamento preditivo para que estes sejam idealmente aplicados. É importante também que esses sistemas autônomos de predição da criminalidade sejam operados também por um ser humano. Ademais, a decisão automatizada acerca do possível cometimento do ilícito penal deve passar por uma revisão humana (Perussi; et al, 2024). Esse controle das decisões automatizadas⁶ deve ser bastante rigoroso (Menezes; Sanllehi, 2021), uma vez que com isso “[...] poderá dar razão à origem do pressentimento e justificá-lo, porque o ‘olfato policial’ não costuma ser espontâneo, senão baseado em dados. Caso contrário, sempre se poderia levar, *ex post facto*, uma informação obtida de forma ilegal.” (Menezes; Sanllehi, 2021, p. 105).

Ainda, Cyntia Souza de Menezes e José Ramon Agustina Sanllehi (2021) explicam que o acesso da polícia a esses meios de vigilância, investigação e controle social concedeu ao poder estatal uma ampla gama de dados pessoais dos cidadãos. Os autores pontuam que o acesso a essas informações pessoais permite que o poder público caracterize indivíduos, trace seus perfis e crie previsões de risco, além de criar a inter-relação entre diferentes dados. Segundo os autores, essa forma de política criminal que manifesta a teoria do mosaico, a qual pode ser entendida como:

A denominada teoria do mosaico (em contraste com a teoria das esferas) já sinalizava que, por meio da inter-relação entre vários dados pessoais, é possível obter perfis com alta definição que afetam a privacidade do indivíduo e que, além disso, proporcionam indícios ou previsões sobre uma possível

realizam determinada predição de crimes. Ocorre que se trata de uma “[...] falsa percepção de que as decisões apontadas pelos sistemas são revestidas de objetividade e fidedignidade, tendo em vista que se tratam de máquinas. Todavia, é preciso compreender que os resultados dos sistemas estão diretamente relacionados à programação dos algoritmos e aos dados que lhes foram fornecidos, sendo que tais fatores possuem interferência humana, sendo, dessa forma, passíveis de subjetividade e reprodução de estigmas sociais” (Perussi, et al, 2024, p. 10).

⁵ Arruda, Resende e Fernandes (2021) apontam que a utilização de instrumentos de policiamento preditivo tem, também, como objetivo, trazer maior eficiência a atuação policial “[...] seja apontando supostos sujeitos delinquentes, seja buscando locais de maior probabilidade de ocorrência de crimes” (p. 666).

⁶ “Se dizem automatizadas as decisões tomadas primariamente por um sistema computacional automatizado. Tecnicamente, tal sistema pode ou não operar por meio de IA, ainda que se possa afirmar que esta seja a realidade em quase todos os casos de sistema de decisões automatizadas” (Menezes; Sanllehi, 2021, p. 115). Essas decisões podem ocorrer sem qualquer intervenção humana (HOOL - *human-out-of-the-loop*); com intervenção humana em cada parte do ciclo decisório (HITL - *human-in-the-loop*); com intervenção humana no desenho do ciclo decisório ou no monitoramento das operações do sistema (HOTL - *human-on-the-loop*); e com a supervisão humana em toda atividade do sistema (HIC - *human-in-command*) (Menezes; Sanllehi, 2021).

implicação em atividade delitiva no passado, presente ou no futuro. Esta intromissão sutil, mediante a soma e combinação de dados aparentemente irrelevantes, levanta uma questão de limites (Menezes; Sanllehi, 2021, p. 104-105).

Esse risco à efetividade dos direitos de personalidade, sobretudo o direito de privacidade se dá pela possibilidade de previsão da criminalidade, de modo a tentar diminuí-la. Menezes e Sanllehi (2021) apontam que não é razoável tantos riscos à sociedade em troca de uma previsão e um controle social que não é específico e preciso. Nesse diapasão, e diante da falta de transparência acerca do uso de dados pessoais e criminais utilizados, cria-se uma zona de penumbra a respeito do funcionamento dos sistema de polícia preditiva. Isso porque, de acordo com Menezes e Sanllehi (2021), os sistemas de policiamento preditivo são ferramentas de inteligência artificial e, dessa forma, apenas funcionam por meio da análise de dados. Assim, “se a informação que alimenta o sistema (dados) não é confiável, é incorreta ou é, inclusive resultado de práticas ilegais, não é razoável esperar que o resultado final deste sistema (neste caso, a ‘predição’) o seja” (Menezes; Sanllehi, 2021, p. 120). Nesse mesmo sentido, Gless (2020) traz a ideia de que o policiamento preditivo pode incorrer no que a autora chama de falsos positivos.

Dessa forma, Gless (2020) explica que os falsos positivos decorrem de análise algorítmica de uma forma enviesada⁷. Esses vieses podem gerar uma leitura de dados de forma equivocada, o que causa a classificação equivocada dos sujeitos e, conseqüentemente, a predição equivocada. Somado a isso, a autora ainda pontua que os chamados falsos positivos podem também contaminar a predição verdadeira (o que ela chama de verdadeiros positivos), uma vez que a existência de dados e provas discriminantes pode contaminar também aquelas previsões que podem ser verdadeiras. Isso porque os seres humanos tendem a crer de forma completamente acrítica nas soluções trazidas por ferramentas de inteligência artificial (EUCPN, 2022) e, assim, criar o “‘positive feedback loops’ which can exacerbate existing biases and exclusions. This occurs, for example, when the system is (unconsciously) trained to recognise people of a certain age, skin colour or from a certain neighbourhood as potential criminals” (EUCPN, 2022, p. 12). Desta feita, isso contamina os verdadeiros positivos, pois as autoridades policiais passam a focar em outras prioridades, e não aquelas que necessariamente levariam à prevenção do delito, causando erros na segurança (EUCPN, 2022).

De maneira bastante similar a esse entendimento, há a ideia do problema *black-box*⁸, que se refere à opacidade da leitura gerada pelos sistemas de *machine-learning*. Isso porque, além da complexidade dos algoritmos, muitas vezes sistemas de auto-aprendizado (o *machine-learning*) tomam decisões baseadas em regras impostas por eles próprios, é possível que o desenvolvedor da ferramenta as crie para tomar decisões opacas. Ademais, a forma que o *machine-learning* opera pode ser extremamente complexa, de modo que nem mesmo aquele que desenhou o algoritmo é capaz de entender as razões do resultado da decisão. Essa dificuldade é aumentada em face da problemática das “muitas mãos”, isto é: tendo em vista a grande quantidade de pessoas responsáveis por pensar e produzir as ferramentas de inteligência artificial e policiamento preditivo, diminui-se as chances de encontrar o responsável por determinada parte da programação (EUCPN, 2022).

Desse modo, Perussi, Silva, Borges e Marchetto (2024) apontam que a implementação dos sistemas de policiamento preditivo deve ocorrer de forma ética, isto é, cumprindo com os requisitos acima elencados. Diante disso, o respeito a esses princípios éticos deve ocorrer desde o momento em que as ferramentas de policiamento preditivo são adquiridas pela entidade implementadora, mediante certificação de que os produtos cumpram com tais requisitos. Além disso, os autores reforçam a ideia de que a sociedade deve ser informada dos requisitos, bem como dos dados utilizados e a forma com que estes dados são operacionalizados.

Nesse sentido, existem duas formas de tentar fazer com que as ferramentas de policiamento preditivo sigam princípios éticos em seu funcionamento: a abordagem *bottom-up* e *top-down*. A abordagem *bottom-up* não é ideal, uma vez que opera a partir da observação do comportamento humano e, a partir disso, aprende a tomar decisões. Porém, o problema está justamente em qual a amostragem que permite o aprendizado desta ferramenta. Isso porque foi-se observado que em alguns

⁷ Os vieses podem ser decorrentes tanto de ideais e princípios do programador da ferramenta de inteligência artificial, como dos dados que alimentam essa ferramenta (EUCPN, 2022).

⁸ “The ‘black box’ metaphor has been evoked by academics in discussing AI. Due to it’s high complexity and extensive data input, we often cannot understand, even in hindsight, why an algorithm has made a certain decision. The ‘black-box’ phenomenon in this context symbolises a system in which we can only observe its input and output, with the decision-making itself remaining secret.” (EUCPN, 2022, p. 10).

casos, o contato da inteligência artificial (chatboy Tay, da Microsoft, e o X [antigo Twitter]) com seus usuários fez com que a ferramenta passasse a realizar condutas antiéticas. Dessa forma, a abordagem *top-down* se mostra mais adequada para a implementação de princípios éticos, haja vista que essa abordagem ocorre por meio da adoção de um conjunto de regras que o sistema de inteligência artificial sempre deve seguir, bem como um conjunto de condutas que o sistema sempre deve evitar (Perussi, *et al*, 2024; Abbas, *at al*, 2020).

Partindo dessa perspectiva, Menezes e Sanllehí (2021) pontuam que a suposta eficácia trazida pelas ferramentas de policiamento preditivo não podem se sobrepor a legitimidade para o seu uso. Os autores trazem que a legitimidade é observada quando ocorre o respeito ao direito de privacidade⁹, bem como o direito a não sofrer discriminação. Para os fins deste trabalho, o presente estudo se atentará nos demais tópicos acerca da violação ao direito de privacidade e, a partir disso, verificar se a política criminal do policiamento preditivo se enquadra nos preceitos constitucionais e se pode ser entendida como um meio socialmente responsável de combate à criminalidade.

4 OS RISCOS CONSTITUCIONAIS DA APLICAÇÃO DO POLICIAMENTO PREDITIVO NO BRASIL

Conforme discutido anteriormente, o avanço das tecnologias digitais trouxe para o debate público o tema do policiamento preditivo, entendido como a utilização de sistemas computadorizados baseados em algoritmos, bancos de dados e análises estatísticas para, entre outras finalidades, prever a ocorrência de crimes futuros (Moraes, 2022, p. 06).

Atualmente, alguns países, como Estados Unidos e China, já utilizam sistemas avançados de policiamento preditivo (EUCPN, 2020, p. 4). Contudo, o discurso que enfatiza sua eficiência frequentemente oculta riscos relevantes para os direitos constitucionais, pois à medida que a capacidade de coleta e cruzamento de dados se expande, aumentam também as possibilidades de violação a direitos fundamentais.

Nesse cenário, observa-se que, ao mesmo tempo em que os avanços tecnológicos possibilitaram o desenvolvimento de práticas como o policiamento preditivo, baseado na coleta e análise massiva de dados, intensificou-se também a preocupação legislativa com a proteção de direitos fundamentais, em especial no que se refere à privacidade, à intimidade e à proteção de dados pessoais.

No Brasil, esse movimento ganhou corpo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), inspirada na *General Data Protection Regulation* (GDPR) da União Europeia, proposta em 2012 e aprovada em 2016. Inserida em um contexto global de fortalecimento das garantias fundamentais digitais, a legislação brasileira tem como objetivo central assegurar a privacidade e a proteção de dados dos cidadãos frente ao tratamento de suas informações pessoais por organizações públicas e privadas.

Não obstante tais avanços, destaca-se que o risco do policiamento preditivo vai além da possível violação de dados pessoais e da privacidade. De forma mais ampla, essa tecnologia pode gerar o que se chama de “culpabilidade antecipada”. O sistema classifica indivíduos como suspeitos e orienta a atuação policial antes mesmo da ocorrência de qualquer conduta criminosa, baseando-se exclusivamente em algoritmos e análises estatísticas. Essa lógica ameaça o princípio da presunção de inocência e, simultaneamente, desafia avanços legislativos, como a própria LGPD, que visa proteger a privacidade e os direitos fundamentais diante do uso indiscriminado de informações pessoais.

Outro fator que merece atenção na política criminal atual é a crescente valorização da “teoria da tolerância zero”¹⁰, em contraposição ao garantismo penal¹¹. Ainda que não seja de forma direta, essa abordagem pode influenciar os *softwares* de policiamento preditivo, introduzindo vieses

⁹ “A polícia não pode, portanto, ignorar as normas e utilizar dados pessoais sem controle apenas porque tem um pressentimento, ou por simples conjectura. Não é legítimo que, para garantir a segurança de todos, seja sacrificada a privacidade daqueles que apenas superficialmente parecem suspeitos.” (Menezes; Sanllehí, 2021, p. 105).

¹⁰ A política da tolerância zero propõe combater a criminalidade de forma rigorosa, punindo até os menores delitos, com o objetivo de prevenir crimes maiores, sem considerar fatores sociais mais amplos (Wacquant, 1999).

¹¹ Embora suas raízes remontem à França do século XIX, o garantismo penal ganhou destaque na década de 1970 com Luigi Ferrajoli (2002), em resposta a uma legislação de emergência na Itália que, sob o pretexto de combater o terrorismo, violava direitos individuais. O garantismo penal, portanto, defende que a punição só deve ocorrer respeitando plenamente os direitos e garantias fundamentais do indivíduo.

ideológicos e preconceitos sociais nos processos de aprendizado de máquina, quando o ideal seria a adoção de critérios objetivos e imparciais.

Nessa perspectiva, torna-se relevante retomar as reflexões de Michel Foucault em *Vigiar e Punir* (2010), que problematiza como o discurso de combate ao crime e a lógica de fiscalização, em determinadas circunstâncias, podem servir também como instrumentos de controle social e regulação das massas, mostrando que tecnologias de segurança não operam isoladamente, mas inseridas em um contexto político e social mais amplo.

No Brasil, a Constituição de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, consagrou um rol extenso de direitos e garantias fundamentais como a dignidade da pessoa humana, a igualdade e a presunção de inocência, o contraditório e a ampla defesa, etc. Nesse sentido, a implementação desse tipo de ferramenta coloca em xeque o equilíbrio entre segurança pública e direitos fundamentais.

Ao classificar certos grupos, pessoas ou territórios como “mais perigosos” com base em dados históricos, o policiamento preditivo corre o risco de reforçar preconceitos estruturais e aprofundar desigualdades sociais. Quando essas informações são analisadas de forma enviesada e sem o devido cuidado no tratamento de dados pessoais, a tecnologia pode violar diversos direitos fundamentais, incluindo tanto o direito à privacidade quanto o direito à proteção de dados pessoais. Assim, aquilo que se apresenta como inovação tecnológica pode, na prática, representar um retrocesso democrático, mantendo cidadãos permanentemente sob suspeita e enfraquecendo princípios fundamentais, como a presunção de inocência, a igualdade perante a lei e a proteção de direitos individuais.

Portanto, mais do que avaliar a viabilidade técnica desses sistemas, é fundamental refletir sobre sua compatibilidade com a Constituição. Em um Estado Democrático de Direito, a prevenção do crime não pode ser confundida com a antecipação da culpa. Nesse contexto, embora se reconheça que o uso inadequado do policiamento preditivo possa violar diversos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, esta pesquisa concentra-se especificamente na possível violação do direito à privacidade. Isso se deve ao fato de que toda análise preditiva depende de bancos de dados que armazenam e processam informações pessoais, entrando diretamente em conflito com a proteção constitucional da privacidade.

5 POLICIAMENTO PREDITIVO E A VIOLAÇÃO AO DIREITO DE PRIVACIDADE

O direito à privacidade passou por constantes transformações desde sua primeira formulação, apresentada pelos juristas norte-americanos Louis D. Brandeis e Samuel D. Warren, em 1890, no artigo intitulado *The Right to Privacy*. Inicialmente, era concebido como uma liberdade negativa, entendida como o “direito de ser deixado só” (*right to be alone*). Com o passar do tempo, sobretudo diante das mudanças sociais e, mais recentemente, do avanço das tecnologias de informação, comunicação e inteligência artificial, a privacidade deixou de ser vista apenas como um direito de liberdade negativa. Passou também a ser reconhecida como um direito de natureza positiva, que exige proteção ativa do Estado frente às novas formas de violação desse direito.

Para Stefano Rodotà (2021, p. 48) o conceito de privacidade evoluiu ao longo do tempo, acompanhando as transformações sociais, culturais e tecnológicas em um processo contínuo de adaptação às necessidades de cada período histórico. Assim, atualmente, a privacidade não se limita a um direito de prestação negativa, entendido como o direito de ser deixado em paz, mas também se configura como um direito de prestação positiva.

Isso significa que o Estado tem o dever de assegurar a proteção da privacidade dos cidadãos por meio de legislação adequada, aplicação de sanções e atuação do Judiciário, incidindo tanto sobre instituições públicas quanto privadas. Nesse contexto, especialmente diante das novas tecnologias, o direito fundamental à proteção de dados pessoais e o direito à autodeterminação informativa podem ser compreendidos como manifestações específicas da privacidade, funcionando como seus direitos derivados.

Sob essa perspectiva, Mireille Hildebrant (2015, p. 188) observa que, do ponto de vista conceitual, a privacidade possui uma natureza iridescente, pois assume diferentes significados em contextos distintos. Essa fluidez dificulta a formulação de regras rígidas para sua aplicação, configurando-a como um exemplo clássico de conceito essencialmente controverso, impregnado de valores e marcado pela ambiguidade. Por essa razão, torna-se indispensável um entendimento sólido da doutrina e da jurisprudência, a fim de compreender as implicações jurídicas decorrentes de eventuais violações a esse direito fundamental.

Na Constituição Federal de 1988, o direito à privacidade é assegurado pelo artigo 5º, inciso X, que protege a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. Para Kiršienė e Malinauskas (2021, p. 243), de forma geral, esse direito abrange a possibilidade de cada

indivíduo organizar sua vida conforme suas próprias escolhas, sem interferências externas, salvo nos casos previstos em lei.

O conceito de privacidade, portanto, vai além da mera proteção contra o acesso a informações pessoais, abrange ainda a preservação da integridade psicológica e física, garantindo que uma pessoa possa se sentir segura e livre da influência externa que possa comprometer sua liberdade de agir, pensar e viver de acordo com seus próprios termos (Kiršienė; Malinauskas, 2021, p. 245).

Assim, o direito à privacidade pode ser compreendido como uma extensão dos direitos da personalidade, voltado à proteção da intimidade, da autonomia e da esfera privada de cada pessoa. Ele também garante o controle sobre as próprias informações, permitindo decidir o que deve permanecer reservado e o que pode ser compartilhado. Portanto, é possível dizer que a privacidade está diretamente relacionada ao livre desenvolvimento da personalidade, pois possibilita que cada indivíduo se expresse e aja de acordo com suas vontades e valores, sem interferências indevidas. Além disso, sua proteção é essencial para assegurar a integridade, a dignidade e a autonomia pessoal.

A visão contemporânea da privacidade reforça o direito do indivíduo de decidir, de forma autônoma, até que ponto deseja compartilhar suas informações pessoais. Deste modo, a privacidade envolve não apenas a proteção contra a exposição de dados, mas também o controle sobre seu uso, a chamada autodeterminação informativa, permitindo que as informações sejam empregadas de acordo com a vontade do titular. Assim, a divulgação não autorizada de dados pessoais configura uma violação grave desse direito, comprometendo tanto a autonomia quanto os interesses do indivíduo.

Por essa razão, no contexto do policiamento preditivo, a utilização de análises estatísticas baseadas em dados pessoais para prever a ocorrência de crimes futuros suscita sérias preocupações quanto à compatibilidade dessa prática com o direito fundamental à privacidade, bem como com direitos correlatos, como a proteção de dados pessoais e a autodeterminação informativa. Isso porque tais sistemas dependem da coleta massiva, armazenamento e processamento de informações individuais e coletivas, frequentemente sem o devido controle, transparência ou consentimento dos titulares. Ao reduzir pessoas a perfis de risco, o policiamento preditivo não apenas fragiliza a privacidade, mas também compromete a autonomia dos cidadãos sobre seus próprios dados, violando garantias constitucionais que visam proteger o indivíduo contra formas abusivas de vigilância e de intervenção estatal.

Nessa perspectiva, o policiamento preditivo depende necessariamente da coleta e do tratamento de dados pessoais, o que, em regra, exigiria o consentimento do titular. No entanto, essa exigência encontra limites frente à própria lógica da segurança pública, já que seria praticamente impossível obter autorização individual para o uso massivo de informações em análises preditivas.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) prevê hipóteses excepcionais de tratamento sem consentimento, como o cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II), a execução de políticas públicas pela administração pública (art. 7º, III) e a proteção da vida ou da integridade física do titular ou de terceiros (art. 7º, VII). Todavia, mesmo amparada por essas bases legais, a utilização de dados pessoais para o policiamento preditivo continua sujeita a críticas, pois a amplitude da coleta e o uso potencialmente desproporcional das informações podem comprometer direitos fundamentais, como a privacidade, a proteção de dados e a autodeterminação informativa.

Diante do exposto, é possível afirmar que, embora o policiamento preditivo possa ser legalmente amparado em certas hipóteses da LGPD, sua implementação apresenta sérias tensões com os preceitos constitucionais. A coleta massiva de dados e a análise preditiva, quando realizadas sem critérios claros de proporcionalidade, transparência e controle, podem comprometer direitos fundamentais, como a privacidade, a proteção de dados e a autodeterminação informativa. Por isso, para que o policiamento preditivo seja considerado socialmente responsável e compatível com a Constituição, é imprescindível que esteja estritamente limitado por normas claras e que sejam adotados mecanismos efetivos de transparência, fiscalização e *accountability*, garantindo que a prevenção do crime não se converta em antecipação de culpa ou vigilância abusiva sobre indivíduos e grupos sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise preditiva da inteligência artificial e de seus desdobramentos, como o *machine learning* e o *deep learning*, evidencia a base tecnológica sobre a qual se sustenta o policiamento preditivo. Essa ferramenta, aplicada no âmbito da política criminal, promete maior eficiência na segurança pública ao possibilitar a previsão de delitos, o mapeamento de regiões com maior propensão à criminalidade e até a identificação de potenciais vítimas. No entanto, também é utilizada para inferir a identidade de possíveis autores de crimes passados, o que pode envolver tentativas de antecipar a reincidência criminal. Essas práticas, contudo, acarretam riscos significativos aos pilares do Estado

Democrático de Direito, especialmente diante das garantias e princípios que regem o ordenamento jurídico brasileiro.

O policiamento preditivo opera a partir da coleta e análise de um volume massivo de dados, com o objetivo principal de identificar padrões e antecipar a ocorrência de crimes. Contudo, essa lógica pode, muitas vezes, instrumentalizar uma culpabilidade antecipada, que subverte o princípio da presunção de inocência e vários direitos fundamentais ao tratar indivíduos como suspeitos com base em probabilidades estatísticas, e não em condutas concretas. Além disso, a opacidade dos algoritmos, o problema da "caixa-preta" (*black-box*), e a tendência de replicar e amplificar vieses sociais existentes muitas vezes resultam em discriminação e no aprofundamento de desigualdades estruturais, violando o princípio da isonomia. Contudo, essa busca por segurança por meio do policiamento preditivo, antes de violar outros direitos fundamentais, pode violar o direito fundamental à privacidade.

A evolução histórica do direito à privacidade, que passou de uma concepção negativa, entendida como o "direito de ser deixado só", para uma dimensão positiva que exige proteção ativa, evidencia sua importância central nas sociedades contemporâneas. Nesse contexto, o policiamento preditivo representa uma ameaça direta a essa garantia constitucional, pois depende da vigilância contínua e da interconexão de informações pessoais para traçar perfis e calcular riscos.

A coleta massiva de dados para finalidades vagas ou indefinidas pode acarretar sérios problemas, por essa razão, é essencial definir claramente os objetivos para os quais os dados serão utilizados e limitar o tratamento apenas ao mínimo necessário para alcançá-los. Igualmente, justificar o processamento de grandes volumes de dados pessoais com base de forma genérica no interesse público ou na segurança nacional pode abrir espaço para abusos, dada a amplitude e a subjetividade dessas categorias.

Nessa perspectiva, o policiamento preditivo, ao mesmo tempo em que representa uma manifestação contemporânea da política criminal voltada à eficiência e à racionalização do controle penal, desafia os limites constitucionais do Estado Democrático de Direito. Sua aplicação prática demonstra que a promessa de neutralidade tecnológica pode ocultar formas sutis de discriminação, vigilância excessiva e antecipação da culpa, corroendo direitos fundamentais como a privacidade, a presunção de inocência e a igualdade perante a lei. Portanto, mais do que aperfeiçoar mecanismos tecnológicos, impõe-se a necessidade de refletir criticamente sobre a compatibilidade ética e jurídica dessas ferramentas com os valores constitucionais que sustentam a dignidade da pessoa humana e a legitimidade do poder punitivo estatal.

Diante do exposto, conclui-se que a implementação do policiamento preditivo no Brasil exige máxima cautela. Embora prometa maior eficiência na segurança pública, sua utilização não pode legitimar a violação de direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição de 1988 e pela Lei Geral de Proteção de Dados. A coleta massiva de dados, a opacidade dos algoritmos e a possibilidade de instrumentalização de perfis de risco reforçam a necessidade de regulamentação estrita, transparência, supervisão humana e mecanismos eficazes de accountability. Sem esses limites, a prevenção ao crime corre o risco de se transformar em vigilância abusiva, antecipação de culpa e controle social, em vez de constituir um meio socialmente responsável de combate à criminalidade. Assim, torna-se imprescindível avaliar se o policiamento preditivo respeita os preceitos constitucionais e pode ser considerado socialmente responsável, especialmente no que se refere à proteção do direito fundamental à privacidade.

REFERÊNCIAS

ABBAS, Lorena; *et al.* **Policy Paper: Regulação da inteligência artificial no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2020.

ARRUDA, Ana Júlia Pozzi; RESENDE, Ana Paula Bougleux Andrade; FERNANDES, Fernando Andrade. Sistemas de Policiamento Preditivo e Afetação de Direitos Humanos à Luz da Criminologia Crítica. **RDP**, Brasília, v. 18, n. 100, p. 664-689, out./dez. 2021.

BOTTINO, Thiago; VARGAS, Daniel; PRATES, Fernanda. **Segurança Pública na era do big data: mapeamento e diagnóstico da implementação de novas tecnologias no combate à criminalidade.** Rio de Janeiro, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 7 jul. 2023.

EUCPN, **Artificial intelligence and predictive policing risks and challenges**, Bruxelas, 2022.

FERNANDES, Fernando. **O Processo Penal como Instrumento de Política Criminal**. Editora: Livraria Almedina. Coimbra, Portugal. 2001. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão**: teoria do garantismo penal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 38ª ed., Petrópolis: Vozes, 2010.

GLESS, Sabine. **Policiamento preditivo: em defesa dos “verdadeiros-positivos”**. Tradução de Heloisa Estellita e Miguel Lima Carneiro. Revista de Direito GV, v. 16, n. 1, jan./abr. 2020.

HILDEBRANDT, Mireille. **Smart Technologies and the End(s) of Law**: Novel Entanglements of Law and Technology. Edward Elgar Publishing Limited. UK. 2015.

KIRŠIENĖ, Julija; MALINAUSKAS, Vygantas. AI in the context of prevailing privacy concepts: in search of a new approach. In: GORDON, John-Stewart. **Smart Technologies and Fundamental Rights**. Brill, 2021.

LUCENA, Pedro Arthur Capelari. Viés e Racismo no Policiamento Preditivo: casos estadunidenses e os reflexos de conexão com o Brasil. **Revista de Direito e Novas Tecnologias**, v. 7/2020, abr./jun. 2020.

MENEZES, Cyntia Souza de; SANLLEHÍ, José Ramon Agustina. Big Data, Inteligência Artificial e Policiamento Preditivo: bases para uma adequada regulação legal que respeite os direitos fundamentais. **Revista Novos Estudos Jurídicos - Eletrônica**, v. 26, n. 1, jan./abr. 2021.

MORAES, Felipe Oliveira de; Dornelles, João Ricardo Wanderley. Policiamento Preditivo e Aspectos Constitucionais. Rio de Janeiro, 2022. 143p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

PERUSSI, Jordana Martins; SILVA, Ana Beatriz da; BORGES, Paulo César Côrrea; MARCHETTO, Patrícia Borba. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA: aplicações e considerações éticas. In: **XVII JORNAP, 2024, Araraquara. XVIII Jornada de Administração Pública**, 2024.

RODOTÀ, Stefano. **Tecnologie e diritti**. Bologna: Editrice Il Mulino, 2021.

RUSSELL, Stuart J.; NORVIG, Peter. **Inteligência Artificial**: Uma Abordagem Moderna. Tradução Daniel Vieira; Flávio Soares Corrêa da Silva. - 4. ed. - Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional S.A, 2022.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Paris: Raisons d'Agir, 1999.

WARREN, Samuel D.; BRANDEIS, Louis D. **The right to privacy**. *Harvard Law Review*, v. 4, n. 5, p. 193-220, dez. 1890. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0017-811X%2818901215%294%3A5%3C193%3ATTRP%3E2.0.CO%3B2-C>. Acesso em: 30 junho 2025.

**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO AUXÍLIO AO DIAGNÓSTICO DE INFARTO AGUDO DO
MIOCÁRDIO: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS**

*ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN THE DIAGNOSIS SUPPORT OF ACUTE MYOCARDIAL
INFARCTION: ADVANCES, CHALLENGES, AND FUTURE PERSPECTIVES*

Área temática: Saúde e bem-estar.

GIOLO, Stella Mariana Ferreira
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Bacharel em Medicina com Título de Especialista em Cardiologia pela Associação Médica Brasileira e
Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Uni-FACEF
stellagiolo@gmail.com

GAZAFFI, Lívia Maria Lopes
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutora em Ciências da Saúde (Enfermagem), professora nos cursos de Enfermagem e Medicina no
Uni-FACEF
liviamalopes@gmail.com

Resumo

A transformação digital é uma realidade consolidada na área da saúde, e a Inteligência Artificial (IA) tem se destacado como uma ferramenta promissora na cardiologia, especialmente no aprimoramento do diagnóstico do infarto agudo do miocárdio (IAM). Este artigo tem como objetivo discutir o papel da IA no diagnóstico do IAM, destacando seus benefícios, limitações e perspectivas futuras. A IA apresenta potencial para aumentar a acurácia diagnóstica, reduzir o tempo de resposta e permitir intervenções mais rápidas e precisas, contribuindo diretamente para a redução da mortalidade cardiovascular. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter bibliográfico integrativo, analisou estudos recentes que abordam o uso da IA na interpretação de eletrocardiogramas (ECGs) para o diagnóstico precoce do IAM. Tradicionalmente, o ECG é um exame essencial, de baixo custo e amplamente disponível, porém sua interpretação exige experiência e pode estar sujeita a erros humanos. Os algoritmos de IA, baseados em aprendizado de máquina e redes neurais profundas, têm demonstrado desempenho comparável — e em alguns casos superior — ao de especialistas humanos na detecção de padrões sutis de isquemia e necrose miocárdica. Contudo, a literatura aponta desafios relacionados à necessidade de validações clínicas robustas, padronização dos bancos de dados e avaliação ética do uso dessas tecnologias. Conclui-se que a IA é um recurso complementar valioso, capaz de apoiar o profissional de saúde na tomada de decisão diagnóstica, mas que a experiência clínica humana permanece essencial e insubstituível para garantir segurança e confiabilidade nos resultados.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Infarto do Miocárdio, Eletrocardiograma.

Abstract

Digital transformation has become a consolidated reality in healthcare, and Artificial Intelligence (AI) has emerged as a promising tool in cardiology, particularly in improving the diagnosis of acute myocardial infarction (AMI). This article aims to discuss the role of AI in AMI diagnosis, highlighting its benefits, limitations, and future perspectives. AI has the potential to enhance diagnostic accuracy, reduce response time, and enable faster and more precise interventions, directly contributing to the reduction of cardiovascular mortality. This qualitative study, based on an integrative literature review, analyzed recent research addressing the use of AI in electrocardiogram (ECG) interpretation for the early detection of AMI. Traditionally, the ECG is an essential, low-cost, and widely available exam, yet its interpretation requires experience and may be subject to human error. AI algorithms based on machine learning and deep neural networks have shown performance comparable to—and in some cases surpassing—that of human experts in identifying subtle patterns of ischemia and myocardial necrosis. However, the literature points to challenges related to the need for robust clinical validation, standardization of databases, and ethical assessment of the use of such technologies. It is concluded that AI represents a valuable complementary tool capable of supporting healthcare professionals in

diagnostic decision-making, while human clinical experience remains essential and irreplaceable to ensure safety and reliability in results.

Keywords: Artificial Intelligence, Myocardial Infarction, Electrocardiogram.

1 INTRODUÇÃO

A utilização da Inteligência Artificial (IA) nos cuidados de saúde está a transformar a prática clínica, fornecendo ferramentas avançadas para diagnóstico e tratamento de diversas doenças, incluindo doenças cardiovasculares. A inteligência artificial (IA) possibilita a elaboração e a aplicação de algoritmos capazes de simular a inteligência humana, entretanto, processando um enorme volume de dados em curto intervalo de tempo. As informações geradas pela IA permitem aperfeiçoar modelos de decisão nos diferentes domínios do conhecimento, inclusive a prática médica, em que ferramentas de IA aprimoram a tomada de decisões, particularmente quanto às inferências de probabilidades relacionadas com diagnóstico e prognóstico (RIBEIRO et al. 2022).

O infarto agudo do miocárdio (IAM) é uma condição de alta mortalidade, exigindo diagnósticos rápidos e precisos para melhorar os desfechos clínicos. Recentemente, o avanço da inteligência artificial (IA) tem mostrado grande potencial para auxiliar profissionais de saúde no diagnóstico e no tratamento de doenças cardiovasculares, incluindo o IAM. Essa tecnologia deve ser encarada como um suporte para melhorar as decisões dos profissionais e ajudar na eficiência e eficácia dos serviços médicos, principalmente naqueles locais com menos recursos (CHITUMBA, H. O. et al; 2022).

O ECG é uma técnica de investigação de baixo custo, fácil acesso e disponibilidade para o diagnóstico de doenças cardiovasculares. (XIN-MU, L. I. et al., 2022). Esse exame registra a atividade elétrica do coração, pode ser prontamente medido colocando eletrodos em locais específicos na superfície do corpo para mensurar diferenças de potencial. O de registro de ECG costuma durar alguns segundos, o registro do traçado padrão em um ECG de 12 derivações realizados em urgências tem duração de 10 segundos, e as formas de onda do eletrocardiograma são analisadas minuciosamente.

Esse exame é conhecido por ser de fácil acesso, porém de difícil compreensão, o que torna a integração da inteligência artificial a partir dos sinais, uma ferramenta de grande valor na prática médica para auxiliar em diagnósticos relacionados ao sistema cardiovascular. (ANDRADE, D.; 2023) A utilização da inteligência artificial (IA) tem desempenhado um papel importante na prática clínica, auxiliando no diagnóstico, prognóstico, estratificação de risco e orientação no tratamento, além de sua importância para aperfeiçoar a qualidade da assistência médica, complementando a experiência clínica na perspectiva futura da saúde. (XIN-MU, L. I. et al; 2022).

Por meio da análise de grandes bancos de dados de eletrocardiograma (ECG) por ferramentas como aprendizado de máquina (ML, machine learning), redes neurais são desenhadas, permitindo o desenvolvimento de algoritmos capazes de fornecer inúmeras informações sobre o quadro dos pacientes e prever a possibilidade de desenvolvimento de doenças graves, o que torna o ECG, um método tão antigo, acessível e de baixo custo, um biomarcador poderoso e não invasivo (ANDRETTA, 2022)

Embora a IA tenha um enorme potencial disruptivo, há aspectos desafiadores de implicações relacionadas com o avanço da IA na cardiologia. Há necessidade de vigilância contínua sobre o funcionamento dessas ferramentas, incluindo o respeito aos preceitos éticos vigentes. A formação do médico também deverá ser adaptada para que o futuro médico possa aplicar corretamente não apenas o conhecimento clínico prático individual, mas também a correta interpretação e aplicação de dados (relação médico-paciente-dados). (RIBEIRO et al., 2022)

Os algoritmos desenvolvidos a partir do traçado de ECG para detecção de risco aumentado de infarto agudo do miocárdio e morte súbita, disfunção sistólica do ventrículo esquerdo, valvopatias, identificação de distúrbios eletrolíticos, sinalização dos pacientes com risco de desenvolvimento de fibrilação atrial e eventos embólicos decorrentes dessa arritmia, são algumas das utilizações promissoras dessa técnica e permitem a abordagem precoce de afecções e a redução da morbidade e da mortalidade em geral (ANDRETTA, 2022).

Este artigo visa discutir o impacto da IA no diagnóstico do IAM abordando seus benefícios, limitações e perspectivas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Dentro da Cardiologia, há uma grande incidência de infarto agudo do miocárdio (IAM), segundo o Ministério de Saúde do Brasil, estima-se que, no país, ocorram cerca de 350 mil casos anuais (SILVA,

K. S. C. et al., 2020). As doenças cardiovasculares (DCV) constituem a maior causa de morbidade e mortalidade no Brasil e no mundo. Grande parte dos desfechos cardiovasculares poderiam ser evitados ou diagnosticados de forma precoce (ANDRETTA, 2022).

Essa condição pode ser definida como uma lesão miocárdica aguda com sinais clínicos de isquemia aguda do músculo cardíaco acompanhada de achados laboratoriais e exames complementares. Nesse sentido, há a possibilidade de detecção do IAM, através de alterações no eletrocardiograma (ECG) (THYGESEN, K. et al., 2018; SILVA, A. R. de O. et al., 2023).

A transformação digital na área da saúde aumentou o interesse por métodos diagnósticos em cardiologia com maior precisão e a IA, através do Machine Learning (ML) e Deep Learning (DL), vem para identificar padrões de interação entre diferentes variáveis, visando formar subgrupos de padrões que possam ser aplicados na população geral, criando algoritmos que possam detectar precocemente o risco do desenvolvimento de afecções, como insuficiência cardíaca, padrões relacionados com risco de morte súbita, arritmias cardíacas, hipertensão arterial, hipertensão pulmonar, hipercalemia, anemia, lesões valvares, entre outras (SIONTIS, 2021).

A Inteligência artificial (IA) representa a expressão da inteligência humana executada exteriormente ("fora" do nosso cérebro) como um resultado da combinação de modelos matemáticos e da computação, para produzir algoritmos refinados capazes de "imitar" a inteligência humana, ou seja, sistemas que pensam e agem de forma similar ao modelo racional dos seres humanos (SOUZA FILHO, 2020). Os computadores deixam de ser considerados apenas produtos e passam a ser integrados como parte da experiência de vida de seus usuários, sendo ferramentas fundamentais não apenas na construção e compartilhamento de conhecimento, mas também na formulação e ajuste de modelos de decisão nos diferentes domínios do conhecimento (RIBEIRO et al., 2022).

Esta nova tecnologia representa um grupo de diferentes métodos que proporcionam a combinação de modelos da computação e matemáticos sofisticados, no sentido de produzir algoritmos complexos que possuem a capacidade de imitar a inteligência humana (SOUZA FILHO, 2020). O método Machine Learning consiste em um algoritmo não programado de forma prévia e explícita, já o Deep learning pode ser classificado como um subtipo do primeiro e é uma classe de algoritmos moldados a partir de modelos neurais, conhecidas como redes neurais artificiais (DOURADO, D. de A. et al; 2022). Além de priorizar, os algoritmos de ML e Deep learning têm melhorado a acurácia do diagnóstico de exames como o eletrocardiograma (RIBEIRO et al., 2020).

O Aprendizado de Máquina ou Machine Learning (ML) é uma subárea da ciência da computação, "ramo" da Inteligência Artificial, e que representa a ferramenta de maior aplicação atualmente. Trata-se de um ramo da IA cujo objetivo primordial seria o de construir um sistema computacional que utiliza algoritmos para aprender com um banco de dados pré-definido, sendo aplicada em situações em que se buscam padrões em um conjunto de variáveis, com o intuito de prever um resultado específico de interesse (encontrar relação de dados para fazer classificações, prever valores, ou seja, possa gerar modelos matemáticos de predição, classificação ou detecção) (PAIXÃO, 2022).

A utilização do DL permite a descoberta de dados e padrões que não seriam possíveis em uma perspectiva humana. O eletrocardiograma (ECG), Holter 24 h e outros métodos gráficos são exemplos da aplicação da IA na identificação, previsão e priorização de diagnósticos mais graves, de rastreamento de doenças, assim como também a otimização de recursos (SIONTIS, 2021).

O desenvolvimento de tecnologias que permitam uma interação direta entre a IA e o paciente, sem a mediação do médico, levanta preocupações adicionais. Além do risco de falhas tecnológicas, há também o problema da falta de transparência no funcionamento de alguns modelos de IA. Esse é o caso de sistemas como os baseados em Deep Learning, onde, devido à sua complexidade, muitas vezes não é possível explicar claramente o "raciocínio" que leva ao resultado final, criando o que se conhece como "caixas pretas". Se não tomarmos essas precauções, corremos o risco de o paciente passar a não ter adequado entendimento e controle sobre o seu próprio cuidado (RAJPURKAR, 2022).

Por meio da análise de extensos bancos de dados de ECG associados a informações clínicas confiáveis, a inteligência artificial é capaz de identificar padrões que permitem o desenvolvimento de algoritmos avançados. Esses algoritmos conseguem prever idade, sexo, raça, além de estabelecer correlações com cardiopatias e prognósticos dos pacientes de forma precoce. Utilizar o ECG — um método antigo, acessível e de baixo custo — para prever alterações cardíacas e até não cardíacas de maneira antecipada é, de fato, um divisor de águas no rastreamento de doenças cardíacas, tornando-o um biomarcador poderoso e não invasivo.

A IA passou a ser implementada em diversas áreas da saúde, inclusive na Cardiologia, podendo ser aplicada na interpretação de exames como a eletrocardiografia, ecocardiografia e pontuação de cálcio nas coronárias (DA SILVA, J. L. C. et al; 2022). A IA representou um caminho real de aplicação prática para o aprimoramento da tomada de decisões na medicina, particularmente em

diagnóstico e prognóstico. A Cardiologia está na vanguarda do desenvolvimento de aplicações de IA na medicina. O avanço na capacidade computacional e nas técnicas de ML e redes neurais têm propiciado o desenvolvimento de ferramentas valiosas para o cardiologista (RIBEIRO et al., 2022). Uma das primeiras aplicações da IA na prática médica foi na detecção de achados de maior gravidade em exames eletrocardiográficos em uma fila de espera.

Padrões eletrocardiográficos como arritmias, disfunção ventricular sistólica, cardiomiopatia hipertrófica, doenças genéticas, entre outras condições, podem ser detectadas, sugerindo que o ECG seja utilizado como um método de rastreamento para a população em geral. Isso possibilita a identificação de alterações que poderiam passar despercebidas, até mesmo para especialistas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa. A revisão integrativa de literatura é um método composto por seis fases, rigorosamente seguidas no desenvolvimento desta pesquisa: (1) estabelecimento do problema central da revisão e elaboração da questão norteadora; (2) seleção dos estudos; (3) categorização dos estudos e definição das informações a serem extraídas dos trabalhos revisados; (4) análise do material selecionado; (5) interpretação dos resultados; e (6) síntese do conhecimento evidenciado. Essa revisão possibilita um apanhado de diversos estudos já publicados, proporcionando conclusões gerais a respeito de determinada área de estudo. (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO; 2008).

Este estudo baseia-se em uma revisão de artigos científicos publicados nos últimos sete anos sobre o uso de IA no diagnóstico de IAM. Esta revisão detalha o uso de ferramentas de IA na leitura e interpretação de ECG para um diagnóstico significativo de IAM e destaca a sua importância na melhoria da qualidade do atendimento na prática clínica. Foi realizada a seleção inicial dos artigos, esta ocorreu mediante a leitura dos títulos e resumos, separando os relacionados com o objetivo do estudo.

Para a realização deste artigo, foram definidos os seguintes descritores, a partir do Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): inteligência artificial, infarto do miocárdio, eletrocardiograma, diagnóstico, aprendizado de máquina, cardiologia, métodos gráficos. A pesquisa para a busca dos artigos foi conduzida na biblioteca virtual Scientific Electronic Library Online (SciELO) pelo portal Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Houve a análise dos artigos, tendo como critérios de inclusão: ano de publicação posterior a 2017, com acesso gratuito e no idioma inglês e português. Os estudos gerados foram analisados e assim, 24 foram selecionados para compor a presente revisão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vivemos um momento de grandes mudanças na interpretação dos métodos diagnósticos e a aplicação da IA na interpretação do ECG e outros métodos gráficos é um exemplo do efeito transformador da IA no diagnóstico e condução das doenças cardiovasculares, permitindo o desenho de padrões de ECG específicos de cada doença, que seriam irreconhecíveis pelo olho humano (SOUZA FILHO, 2020).

Com a disponibilização de eletrocardiogramas digitais, o serviço de tele-eletrocardiografia (Tele-ECG) permite levar laudos qualificados para regiões distantes, onde há vazios assistenciais e escassez de profissionais especialistas ou com expertise em laudos mais complexos. A identificação de exames alterados pela IA (arritmias, elevação do segmento ST com suspeita de infarto agudo do miocárdio, bloqueios átrio-ventriculares avançados, identificação de risco de parada cardiorespiratória) pode categorizá-los para que sejam laudados com prioridade, reduzindo o tempo de diagnóstico e de conduta para o paciente (KWON, 2020).

Alguns serviços geram uma infinidade de dados através destes relatórios e, através da IA essas infinidades de informações podem ser avaliadas e correlacionadas com dados clínicos, sendo possível o desenvolvimento de algoritmos que permitem identificar laudos classificados como normais ou alterados.

Os algoritmos desenvolvidos, trazem como proposta, diminuir a incidência de erros médicos, especialmente em atendimentos emergenciais, reduzindo as possíveis falhas de interpretação humana (passíveis de ocorrência até mesmo quando se trata de profissionais médicos altamente capacitados). Além disso, tais tecnologias poderiam ser aplicadas em máquinas de ECG de ambulâncias, possibilitando a prática da telemedicina e reduzindo o tempo de decisão antes do início do tratamento.

Mais um benefício desses métodos, é a possibilidade de aplicá-los em áreas remotas e rurais, onde há, historicamente, escassez de especialistas. A depender do tipo de exame e cenário clínico,

esta priorização pode ter impacto direto no desfecho do paciente. Por exemplo, em uma fila de eletrocardiogramas de pacientes de emergência, exames com alteração do segmento ST poderiam ser priorizados, gerando assim redução de tempo para o diagnóstico nos casos de síndrome coronária aguda com elevação de ST. (RIBEIRO, et al., 2022)

A introdução de modelos de IA poderá ser o pathway comum na investigação de pacientes com quadro de dor torácica aguda, caso demonstre elevada performance e viabilidade prática. Uma ferramenta de ML que utilizou dados da rotina assistencial (sexo, idade e troponina cardíaca) de uma amostra com cerca de 11.000 pacientes, mostrou sucesso na previsão da probabilidade de infarto agudo do miocárdio do tipo 1 (aterotrombótico) com uma AUC de 0,96 (superior às rotas tradicionais) (RIBEIRO, 2020).

Outro modelo que utilizou dados clínicos, laboratoriais (níveis de troponina I e CK-MB), do ECG e ecocardiográficos de 228 pacientes mostrou sensibilidade acima de 98%, especificidade de 100% e precisão acima de 99% (BERIKOL, 2016) A IA também apresenta potencial para aprimorar a análise do ECG como demonstrado em modelos de ML que conseguiram categorizar classes eletrocardiográficas por meio da análise do ECG de 12 derivações com acurácia semelhante à de residentes de cardiologia do último ano (RIBEIRO, 2020).

A inteligência artificial (IA) possui um potencial de transformação significativo, mas, como acontece em qualquer mudança de paradigma, há desafios e implicações a serem considerados no avanço da IA na área médica. É fundamental que a comunidade médica compreenda bem tanto os benefícios quanto os riscos envolvidos, para discernir o que pode ser vantajoso e o que pode ser inadequado ao aplicar sistemas de IA na cardiologia. A gestão de saúde, ao se apoiar em dados gerados por esses sistemas, pressupõe a utilização de informações de alta qualidade com os melhores modelos disponíveis. Em uma eventual implementação em larga escala, é essencial verificar se os dados utilizados representam adequadamente as minorias étnicas e sociais, para assegurar que os algoritmos de IA sejam inclusivos e equitativos.

A coleta de dados confiáveis depende do incentivo das unidades de saúde, de forma que os profissionais sejam rigorosos no preenchimento e na coleta desses dados. Isso é igualmente importante para dados inseridos diretamente por pacientes, que devem receber o mesmo cuidado. No entanto, o uso de dados de qualidade não elimina completamente a possibilidade de erros nos modelos. É necessário avaliar continuamente a presença de sobreajuste (overfitting) nos algoritmos e considerar como uma eventual superestimação de desempenho poderia afetar a aplicação prática desses modelos. Embora o objetivo seja minimizar o erro, é importante lembrar que os resultados gerados pela IA são probabilísticos; um modelo que prevê 98% de probabilidade de um paciente ter uma doença cardíaca implica também uma chance de 2% de não a ter (SHAW, 2018).

Assim, embora a IA possa ser uma ferramenta valiosa de suporte, é crucial que ela não se torne um substituto para o julgamento clínico do médico. O uso excessivo ou dependente desses sistemas poderia levar a conclusões equivocadas, especialmente se houver erro no processo automatizado. Um estudo demonstrou essa possibilidade ao revelar que a precisão diagnóstica de 30 residentes em laudos de ECG diminuiu após a exposição a laudos automáticos incorretos (SHAW, 2018).

Mesmo ao seguir os princípios éticos e utilizar modelos adequados, a fase de aplicação de ferramentas de inteligência artificial (IA) ainda envolve riscos significativos. Quando essas ferramentas são introduzidas na prática clínica no chamado "mundo real", devem ser usadas principalmente como um suporte na tomada de decisões e na melhoria da precisão prognóstica, ajudando a planejar o cuidado ao paciente de maneira mais eficaz.

É fundamental reconhecer que, mesmo como uma ferramenta de apoio, a IA apresenta desafios na prática médica. Para minimizar esses problemas, é necessário proporcionar uma sólida formação clínica aos médicos, além de capacitação adicional sobre o uso apropriado das ferramentas de IA, conhecimentos que, tradicionalmente, não estão incluídos em cursos de medicina. Além de modelos de alta precisão e continuamente aprimorados, essas tecnologias precisam incluir mecanismos de detecção de erros, além de garantirem segurança na proteção de dados e nos processos de IA. Limites éticos devem ser estabelecidos para prevenir o uso inadequado dessas ferramentas e proteger a privacidade dos dados envolvidos (SOUZA FILHO, 2020).

No cenário atual, estes algoritmos não são inteligentes "per se", mas atuam no auxílio de pessoas no sentido de explorar e analisar conjuntos de dados amplos e complexos para que seja possível encontrar sentido neles. Em outras palavras, a IA serve como um apoio para situações em que há limitações da capacidade intelectual humana para lidar com um alto volume de dados e informações, e para compilar e/ou analisar estes conjuntos de dados de forma acurada e reprodutível. (RIBEIRO et al., 2022)

Embora a inteligência artificial possa, em alguns contextos, igualar ou até superar o julgamento médico tradicional, existem aspectos inerentes ao contato humano que influenciam diretamente o resultado do cuidado médico: empatia, intuição e o compartilhamento de valores pessoais. Esses elementos subjetivos fazem parte da experiência clínica e até agora nenhum recurso tecnológico conseguiu substituir completamente essa dimensão na tomada de decisões que beneficiam o paciente, pois a medicina não é uma ciência exata.

Considerando que a principal função da inteligência artificial é fornecer suporte aprimorado para a tomada de decisões, o papel do médico evoluirá para um modelo de gestão assistencial baseado em dados, permitindo uma abordagem personalizada e de alto desempenho. Isso inclui uma atualização constante e uma cardiologia de precisão, que exige um julgamento crítico sólido e mais espaço para fortalecer a relação médico-paciente. Dessa forma, a combinação entre IA e o julgamento clínico, direcionada ao melhor interesse e à experiência do paciente, representa o caminho para alcançar desfechos de saúde mais eficazes e eficientes, gerando assim um valor significativo na assistência à saúde.

Ainda assim, é importante reconhecer os benefícios que as ferramentas de IA têm trazido para a medicina. Ignorar esses avanços pode ser prejudicial para o paciente, assim como confiar exclusivamente na tecnologia. É necessário encontrar um equilíbrio que permita aproveitar as vantagens da IA, sem perder de vista a importância da presença humana no cuidado médico.

Apesar de todas essas facetas e aplicações da IA nas afecções cardíológicas, é importante ressaltar que até o presente momento, os algoritmos foram idealizados e testados por mãos humanas. A IA auxilia o profissional de saúde acelerando os processos, reduzindo erros e o apoiando no diagnóstico e tomada de decisões. Mas a figura e experiência do profissional ainda é insubstituível para validar esses resultados (ANDRETTA, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A IA possui um potencial significativo para transformar o diagnóstico de IAMCSST, oferecendo rapidez e precisão. A IA é um conceito amplo que engloba a execução de tarefas que normalmente estão relacionadas à inteligência humana, tais como reconhecimento de padrões, resolução de problemas, compreensão de linguagem ou reconhecimento de objetos e sons (SOUZA FILHO, 2020). No entanto, sua implementação exige uma infraestrutura robusta e validações clínicas para garantir segurança e eficácia. À medida que a tecnologia evolui, espera-se que a IA se torne uma aliada indispensável para os profissionais de saúde no manejo de IAM, especialmente em contextos de emergência.

A transformação digital já é uma realidade no setor de saúde em todo o mundo, e a inteligência artificial se apresenta como um recurso poderoso para o avanço da medicina. Sua aplicação na área assistencial já está promovendo avanços promissores, com um potencial de transformação significativo. Todavia, o desenvolvimento da IA para métodos gráficos enfrenta desafios e limitações, como a necessidade de dados de alta qualidade, a análise em populações variadas, a garantia da segurança dos dados dos pacientes, a validação externa com outros bancos de dados, e a certificação de que os resultados são tão precisos, ou até mais, do que as técnicas diagnósticas atuais.

Embora ainda esteja em fase de desenvolvimento, a aplicação da inteligência artificial na cardiologia já transcendeu o campo teórico e se consolidou como uma realidade prática, com diversas implementações bem-sucedidas que trazem melhorias significativas tanto no diagnóstico quanto no tratamento, superando o modelo de atendimento exclusivamente baseado na experiência individual do médico.

Para que essa revolução na saúde seja bem-sucedida, é essencial que seja aplicada de maneira adequada. Isso requer não apenas dados confiáveis e modelos validados na população geral, mas também uma vigilância contínua sobre o funcionamento dessas ferramentas, com total respeito aos princípios éticos. Respeitando essas diretrizes, a IA pode ser empregada de forma apropriada na prática médica. Não obstante, isso exige uma transformação na atividade médica, com o desenvolvimento de novas habilidades, como o conhecimento em matemática (especialmente no raciocínio probabilístico) e gestão de saúde. Dessa forma, o médico poderá realizar o gerenciamento de cuidados com base em dados, dentro de uma relação médico-paciente-dados.

Nesse contexto, é fundamental que o profissional médico valorize a colaboração no registro preciso em prontuários, para a geração contínua de dados de qualidade. Além disso, é necessário que o médico se engaje com senso crítico na superação dos desafios, sempre buscando soluções que visem o melhor interesse dos pacientes.

Posto que muitas das aplicações de IA mencionadas ainda estejam sob análise e precisem de mais estudos para serem plenamente incorporadas à prática clínica, sua utilização já permite identificar casos potencialmente mais graves, melhorar a precisão dos diagnósticos e detectar condições de maneira mais precoce. Isso é de enorme relevância no campo da cardiologia, que abrange uma vasta gama de doenças preveníveis, bem como aquelas que podem ter evoluções irreversíveis caso não sejam tratadas a tempo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel. Alterações cardiovasculares na senescência: como a inteligência artificial auxilia na identificação de padrões. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso.

ANDRETTA, Camila Rocon de Lima. Aplicação da inteligência artificial em imagem cardiovascular: em métodos gráficos e eletrocardiografia. Rev Soc Cardiol Estado de São Paulo, v. 32, n. 1, p. 45-50, 2022.

BERIKOL, G. B.; YILDIZ, O.; ÖZCAN, I. T. Diagnosis of acute coronary syndrome with a support vector machine. J Med Syst., v. 40, n. 4, p. 84, 2016.

CHITUMBA, Hermenegildo Osvaldo; RAFAEL, Edmauro J. Maiato. Inteligência Artificial no campo da saúde: desafios e oportunidades. Revista Angolana de Ciências da Saúde/Angolan Journal of Health Sciences, v. 3, n. 2, p. 1-3, 2022.

DA SILVA, João Luiz Camilo et al. Inteligência artificial na cardiologia. Revista Corpus Hippocraticum, v. 2, n. 1, 2021.

DEY, D.; SLOMKA, P. J.; LEESON, P.; COMANICIU, D.; SHRESTHA, S.; SENGUPTA, P. P. et al. Artificial intelligence in cardiovascular imaging: JACC state-of-the-art review. J Am Coll Cardiol., v. 73, n. 11, p. 1317-1335, 2019.

KRITTANAWONG, C.; ZHANG, H.; WANG, Z.; AYDAR, M.; KITAI, T. Artificial intelligence in precision cardiovascular medicine. J Am Coll Cardiol., v. 69, n. 21, p. 2657-2664, 2017.

KWON, J. M.; KIM, K. H.; JEON, K. H.; LEE, S. Y.; PARK, J.; OH, B. H. Artificial intelligence algorithm for predicting cardiac arrest using electrocardiography. Scand J Trauma Resusc Emerg Med., v. 28, n. 1, p. 98, 2020.

KWON, J. M.; KIM, K. H.; MEDINA-INOJOSA, J.; JEON, K. H.; PARK, J.; OH, B. H. Artificial intelligence for early prediction of pulmonary hypertension using electrocardiography. J Heart Lung Transplant., v. 39, n. 8, p. 805-814, 2020.

LYON, A.; MINCHOLÉ, A.; MARTÍNEZ, J. P.; LAGUNA, P.; RODRIGUEZ, B. Computational techniques for ECG analysis and interpretation in light of their contribution to medical advances. J R Soc Interface., v. 15, n. 138, p. 20170821, 2018.

PAIXÃO, G. M. M.; SANTOS, B. C.; ARAUJO, R. M.; RIBEIRO, M. H.; MORAES, J. L.; RIBEIRO, A. L. Machine learning in medicine: review and applicability. Arq Bras Cardiol., v. 118, n. 1, p. 95-102, 2022.

RIBEIRO, A. H.; RIBEIRO, M. H.; PAIXÃO, G. M. M.; OLIVEIRA, D. M.; GOMES, P. R.; CANAZART, J. A. et al. Automatic diagnosis of the 12-lead ECG using a deep neural network. Nat Commun., v. 11, n. 1, p. 1760, 2020.

RIBEIRO, A. L. P.; PAIXÃO, G. M. M.; GOMES, P. R.; RIBEIRO, M. H.; RIBEIRO, A. H.; CANAZART, J. A. et al. Tele-electrocardiography and big data: the CODE (Clinical Outcomes in Digital Electrocardiography) study. J Electrocardiol., v. 57S, p. S75-S78, 2019.

RIBEIRO, Antônio Luiz P.; FURLAN, Valter; NASCIMENTO, Bruno R.; MACEDO, Ariane V. Scarlatelli; LOPES, Bernardo Baptista da Cunha; LOPES, Renato Delascio; FRIGINI, Tiago; SILVA, Pedro Gabriel

Melo de Barros. Inteligência artificial na tomada de decisão clínica em medicina cardiovascular. Rev Soc Cardiol Estado de São Paulo, v. 32, n. 1, p. 60-70, 2022.

SHAW, L. J. Can a machine learn better than humans? JACC Cardiovasc Imaging., v. 11, n. 7, p. 1010-1011, 2018.

SILVA, K. S. C.; DUPRAT, I. P.; DÓREA, S. de A.; DE MELO, G. C.; DE MACÊDO, A. C. Emergência cardiológica: principais fatores de risco para infarto agudo do miocárdio / Cardiologic emergency: main risk factors for acute myocardial infarction. Brazilian Journal of Health Review, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 11252–11263, 2020.

SIONTIS, K. C.; NOSEWORTHY, P. A.; ATTIA, Z. I.; FRIEDMAN, P. A. Artificial intelligence-enhanced electrocardiography in cardiovascular disease management. Nat Rev Cardiol., v. 18, n. 7, p. 465-478, 2021.

SMITH, S. W.; WALSH, B.; GRAUER, K.; WANG, K.; RAPIN, J.; LI, J. et al. A deep neural network learning algorithm outperforms a conventional algorithm for emergency department electrocardiogram interpretation. J Electrocardiol., v. 52, p. 88-95, 2019.

SOUZA FILHO, E. M.; FERNANDES, F. A.; PEREIRA, N. C. A.; MESQUITA, C. T.; GISMONDI, R. A. Ethics, artificial intelligence and cardiology. Arq Bras Cardiol., v. 115, n. 3, p. 579-583, 2020.

SOUZA FILHO, E. M.; FERNANDES, F. A.; SOARES, C. L. A. Artificial intelligence in cardiology: concepts, tools and challenges - "The horse is the one who runs, you must be the jockey". Arq Bras Cardiol., v. 114, n. 4, p. 718-725, 2020.

THAN, M. P.; PICKERING, J. W.; SANDOVAL, Y.; SHAH, A.; TSANAS, A.; APPLE, F. S. Machine learning to predict the likelihood of acute myocardial infarction. Circulation, v. 140, n. 11, p. 899-909, 2019.

THYGESEN, Kristian et al. Fourth universal definition of myocardial infarction (2018). Circulation, v. 138, n. 20, p. e618-e651, 2018.

TORRIERI, Érico; BUENO, Denise Rodrigues; FERREIRA, Gabriely da Cruz; SANTOS, Ana Lara Gomes dos; LANUTTI, Stella Merotti. Inteligência artificial para a interpretação de eletrocardiograma no diagnóstico de infarto agudo do miocárdio. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 01-14, mar./abr., 2024.

TORRIERI, Érico; BUENO, Denise Rodrigues; FERREIRA, Gabriely da Cruz; SANTOS, Ana Lara Gomes dos; LANUTTI, Stella Merotti. Inteligência artificial para a interpretação de eletrocardiograma no diagnóstico de infarto agudo do miocárdio. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 01-14, mar./abr., 2024.

XIN-MU, L. I. et al. Electrocardiogram-based artificial intelligence for the diagnosis of heart failure: a systematic review and meta-analysis. Journal of Geriatric Cardiology: JGC, v. 19, n. 12, p. 970, 2022.

**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ENSINO MÉDICO: APLICAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS
NO CONTEXTO BRASILEIRO**

*ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN MEDICAL EDUCATION: APPLICATIONS, CHALLENGES, AND
PERSPECTIVES IN THE BRAZILIAN CONTEXT*

Área temática: Educação de qualidade.

GIOLO, Stella Mariana Ferreira
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Bacharel em Medicina com Título de Especialista em Cardiologia pela Associação Médica Brasileira e
Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Uni-FACEF
stellagiolo@gmail.com

GAZAFFI, Livia Maria Lopes
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutora em Ciências da Saúde (Enfermagem), professora nos cursos de Enfermagem e Medicina no
Uni-FACEF
liviamalopes@gmail.com

Resumo

O avanço da Inteligência Artificial (IA) tem transformado a educação médica, promovendo novas formas de ensino e aprendizado pautadas na personalização, análise de dados e suporte à tomada de decisão clínica. Este estudo tem como objetivo analisar as principais aplicações, desafios e perspectivas da IA no ensino médico, com ênfase no contexto brasileiro e nas recentes iniciativas do Conselho Federal de Medicina (CFM). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada em publicações científicas e documentos normativos nacionais e internacionais. Os resultados evidenciam que a IA contribui para o aprimoramento do processo educacional ao possibilitar simulações clínicas avançadas, tutoria inteligente, avaliação automatizada e feedback em tempo real, favorecendo o desenvolvimento de competências técnicas e cognitivas dos estudantes. Contudo, foram identificados entraves relevantes, como a escassez de estudos empíricos, a carência de infraestrutura tecnológica, os desafios éticos e a ausência de regulamentação específica voltada ao uso educacional dessas ferramentas. Conclui-se que a adoção da IA no ensino médico exige planejamento pedagógico estruturado, capacitação docente contínua e monitoramento ético e institucional, a fim de assegurar sua integração responsável e eficaz aos currículos de Medicina no Brasil.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Educação Médica, Inovação Tecnológica.

Abstract

The advancement of Artificial Intelligence (AI) has significantly transformed medical education, introducing new approaches to teaching and learning based on personalization, data analysis, and clinical decision support. This study aims to analyze the main applications, challenges, and perspectives of AI in medical education, with emphasis on the Brazilian context and the recent initiatives of the Federal Council of Medicine (CFM). It is a qualitative, bibliographic, and documentary research grounded in scientific publications and national and international normative documents. The results indicate that AI contributes to the improvement of the educational process by enabling advanced clinical simulations, intelligent tutoring, automated assessment, and real-time feedback, fostering the development of students' technical and cognitive competencies. However, relevant challenges were identified, such as the scarcity of empirical studies, lack of technological infrastructure, ethical concerns, and the absence of specific regulations for the educational use of AI. It is concluded that the adoption of AI in medical education requires structured pedagogical planning, continuous faculty training, and ethical and institutional monitoring to ensure its responsible and effective integration into medical curricula in Brazil.

Keywords: Artificial Intelligence, Medical Education, Technological Innovation.

1 INTRODUÇÃO

O avanço da Inteligência Artificial (IA) tem provocado transformações significativas em diversas áreas da saúde, incluindo a educação médica. No Brasil, o Conselho Federal de Medicina (CFM) vem intensificando ações para compreender, regulamentar e promover o uso ético da IA na prática médica. Em 2025, foi criado pelo CFM o Departamento de Inteligência Artificial, voltado ao desenvolvimento de diretrizes para a integração responsável dessas tecnologias na medicina.

Acadêmicos nacionais também vêm testemunhando o crescimento do uso da IA no ensino médico. Ferramentas como simulações clínicas interativas e análises de desempenho individualizadas têm sido adotadas para personalizar o aprendizado e aprimorar a formação diagnóstica e decisória.

Entretanto, o uso da IA na educação médica traz desafios de natureza ética, técnica e regulatória. É fundamental preservar a autonomia do professor e do estudante, evitar vieses nos dados e garantir que o profissional mantenha a autoridade nas decisões clínicas — ponto igualmente destacado por conselheiros regionais nas discussões recentes (CFM, 2025).

A formação médica requer constante atualização para acompanhar os avanços científicos, tecnológicos e sociais que moldam a prática clínica contemporânea. A emergência da IA como ferramenta de apoio à tomada de decisão, diagnóstico e gestão em saúde impõe um novo cenário para o ensino médico, exigindo que as instituições formadoras preparem futuros médicos para lidar criticamente com essas tecnologias.

Dessa forma, este trabalho justifica-se pela necessidade de ampliar a compreensão sobre o papel da IA no ensino médico, contribuindo para o debate acadêmico e institucional acerca da integração responsável dessas tecnologias à formação médica. Além disso, busca-se oferecer subsídios teóricos e práticos para docentes, gestores e formuladores de políticas educacionais envolvidos na construção de currículos médicos alinhados às transformações tecnológicas mais recentes.

Neste artigo, discutem-se as principais aplicações da IA no ensino médico, seus benefícios e riscos associados e as implicações éticas e regulatórias, com especial atenção ao contexto brasileiro e às diretrizes disponíveis do CFM.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em 3 de junho de 2025, ocorreu o I Fórum sobre Inteligência Artificial na Medicina, realizado na sede do CFM, em Brasília. O evento contou com a participação de lideranças médicas, e temas como letramento em IA, regulação ética, ensino interativo e aplicação clínica emergiram como prioridades. Durante o Fórum, o conselheiro Jeancarlo Cavalcante destacou que “as faculdades de medicina terão que incorporar, obrigatoriamente, a inteligência artificial no currículo dos estudantes de medicina” (CFM, 2025).

A educação médica contemporânea encontra-se em um ponto de inflexão impulsionado pela era da Inteligência Artificial (IA), que redefine as formas de ensinar, aprender e avaliar competências clínicas. Essa transformação exige uma revisão dos métodos tradicionais, promovendo uma transição do ensino centrado na transmissão de conteúdo para um modelo baseado em competências, personalização e aprendizado ativo. Segundo Chen et al. (2023), a IA aplicada à educação possibilita o desenvolvimento de sistemas adaptativos capazes de personalizar trajetórias de aprendizagem de acordo com o desempenho e as necessidades individuais dos estudantes, mas também suscita preocupações éticas relacionadas a vieses algorítmicos, privacidade de dados e confiabilidade das informações.

No campo médico, revisões sistemáticas têm destacado que a IA vem sendo incorporada com maior ênfase em especialidades como radiologia, cirurgia, cardiologia e odontologia, especialmente no aprimoramento de treinamentos clínicos, simulações de alta fidelidade e educação continuada. Ainda assim, persiste uma lacuna significativa quanto ao estabelecimento de padrões éticos, regulatórios e pedagógicos, além da necessidade de formação específica em IA para docentes e discentes da área médica.

Diversas instituições acadêmicas ao redor do mundo já exploram o uso da IA para personalizar o ensino, aprimorar avaliações de desempenho clínico, simular cenários médicos complexos e otimizar o acesso a conteúdos científicos atualizados. Pesquisas reforçam que a IA pode tornar o aprendizado mais centrado no estudante, mais eficiente e com maior retenção de conhecimento (TOPOL, 2019; WARTMAN & COMBS, 2018). Contudo, sua implementação demanda preparo institucional, formação docente e revisão curricular cuidadosa.

No contexto global, dados indicam que a IA pode melhorar a retenção de conhecimento, suportar decisões clínicas e criar experiências personalizadas de aprendizado em Medicina (TOPOL, 2019; WARTMAN & COMBS, 2018). No Brasil, o movimento regulatório do CFM e a incorporação obrigatória de IA nos currículos representam um marco relevante para a formação de futuros médicos.

No contexto brasileiro, esse debate ganha relevância diante das recentes movimentações do CFM, que passou a discutir a incorporação da IA não apenas na prática clínica, mas também nos currículos de graduação em Medicina. Embora os impactos da IA sobre o cuidado em saúde estejam em pauta, observa-se ainda escassez de estudos nacionais que abordem sua aplicação direta no processo de ensino-aprendizagem.

Estudos mapeadores (scoping reviews) recentes indicam que a produção científica sobre IA na educação médica é majoritariamente proveniente da América do Norte e da Europa, havendo escassez de investigações no contexto latino-americano e brasileiro (CHIN et al., 2024). As aplicações identificadas abrangem desde processos de admissão e seleção de estudantes, passando por metodologias de ensino e avaliação formativa, até o desenvolvimento do raciocínio clínico por meio de ferramentas de análise preditiva e simuladores inteligentes.

Entre as abordagens teóricas emergentes, destaca-se o conceito de Master Adaptive Learner, que propõe um modelo de profissional em constante aprendizado, capaz de autorregulação, autoavaliação e adaptação a contextos clínicos complexos. A IA pode potencializar essa abordagem ao fornecer dados personalizados, feedback imediato e ambientes de simulação realistas, promovendo um aprendizado verdadeiramente centrado no estudante e orientado à prática reflexiva (TOPOL, 2019; WARTMAN & COMBS, 2018). Assim, a integração da IA ao ensino médico não deve ser vista apenas como inovação tecnológica, mas como um recurso pedagógico estratégico para a formação de médicos mais críticos, adaptáveis e preparados para os desafios éticos e clínicos da medicina do futuro.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e exploratória, baseado em pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica compreendeu a análise de artigos científicos, livros e publicações acadêmicas relevantes sobre o uso da inteligência artificial na educação médica, com especial atenção a estudos publicados nos últimos dez anos. A pesquisa documental incluiu a revisão de notas técnicas e dados recentes veiculados nos portais oficiais do Conselho Federal de Medicina (CFM) e Conselhos Regionais de Medicina (CRM), referentes às ações regulatórias e educativas relacionadas à IA.

O levantamento foi realizado entre os meses de junho e julho de 2025, utilizando como fontes bases de dados como PubMed, SciELO, Google Scholar, e os portais institucionais do CFM e CRMs. A seleção dos documentos considerou a atualidade, relevância e adequação ao tema proposto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação médica está cada vez mais inserida no contexto da era da IA exigindo uma revisão dos métodos tradicionais de ensino e avaliação. Segundo Chen et al., a IA na educação promove sistemas adaptativos que personalizam o aprendizado, mas levantam preocupações com vieses, privacidade e qualidade das informações.

No campo da medicina, revisões sistemáticas revelam que a IA tem sido aplicada com destaque em especialidades como radiologia, diagnóstico, cirurgia, cardiologia e odontologia, principalmente em treinamentos clínicos e educação continuada. Há ainda forte demanda por padrões éticos e regulatórios, bem como por formação específica em IA para médicos e estudantes.

4.2 Resultados da revisão e principais achados

4.1 Sistemas adaptativos e tutores inteligentes:

Plataformas de ensino baseadas em IA, como os *Intelligent Tutoring Systems (ITS)*, têm demonstrado eficácia no ensino personalizado por meio de feedback em tempo real e adaptação ao ritmo do aluno. Um exemplo clássico é o sistema CIRCSIM-Tutor, utilizado para o ensino de fisiologia cardiovascular, que mostrou resultados promissores na aprendizagem de estudantes de medicina (LUCHSINGER et al., 2023).

4.2 Simulações clínicas e raciocínio diagnóstico:

Ferramentas de IA vêm sendo empregadas para simular cenários clínicos realistas, possibilitando treinamento em tomada de decisão, raciocínio clínico e resolução de problemas.

Estudos apontam que estudantes expostos a simulações com suporte de IA desenvolvem habilidades clínicas com maior eficácia (CHIN et al., 2024).

4.3 Avaliação e feedback individualizado:

A IA permite a análise contínua do desempenho dos estudantes, adaptando os conteúdos com base no progresso individual. No entanto, a literatura aponta que ainda são escassos os estudos que avaliem o impacto dessas ferramentas sobre competências clínicas mais complexas, sendo mais comuns análises sobre aquisição de conhecimento técnico (LUCHSINGER et al., 2023; WARTMAN & COMBS, 2018).

4.4 Geração de conteúdo e apoio à escrita:

Modelos generativos como o ChatGPT vêm sendo explorados como apoio à escrita acadêmica, simulação de casos clínicos e aprendizado autodirigido. Apesar das vantagens apontadas, como acessibilidade e estímulo à autonomia, há preocupações sobre integridade acadêmica e confiabilidade das informações geradas (LUCHSINGER et al., 2023).

4.5 Desafios éticos e regulatórios:

Entre os principais desafios éticos estão os vieses algorítmicos, a opacidade dos sistemas (efeito “caixa-preta”) e a ausência de diretrizes específicas para o uso de IA em contextos educacionais. Os autores reforçam a necessidade de cooperação entre educadores, especialistas em tecnologia e entidades reguladoras para garantir um uso seguro e responsável (KUZIEMSKY et al., 2024).

4.6 Evidência limitada:

A maior parte dos estudos identificados são de natureza exploratória, com populações pequenas e metodologias ainda incipientes. Há uma lacuna significativa de estudos longitudinais que acompanhem os impactos da IA ao longo da formação médica formal (CHIN et al., 2024).

4.7 Implicações e recomendações

Para que a integração da inteligência artificial no ensino médico ocorra de maneira ética, eficaz e alinhada às necessidades formativas dos futuros profissionais de saúde, torna-se fundamental a reformulação curricular com a inclusão de disciplinas específicas sobre IA médica, ética algorítmica, aprendizado de máquina e avaliação crítica de tecnologias emergentes. Além disso, é imprescindível investir na capacitação docente, de modo que educadores estejam preparados não apenas para utilizar essas ferramentas, mas também para analisá-las criticamente sob o ponto de vista pedagógico e bioético.

A avaliação discente também deve ser ampliada, incorporando métricas que contemplem não apenas o domínio técnico, mas também habilidades fundamentais como raciocínio clínico, comunicação interpessoal e julgamento ético. Para isso, é essencial contar com ferramentas de IA validadas e utilizadas de forma crítica no ambiente educacional. Nesse sentido, destaca-se a importância de uma estrutura regulatória sólida, que oriente o uso seguro, transparente e responsável dessas tecnologias.

Diretrizes internacionais como o TRIPOD-AI (Transparent Reporting of a multivariable prediction model for Individual Prognosis Or Diagnosis – Artificial Intelligence) e o CONSORT-AI (Consolidated Standards of Reporting Trials – Artificial Intelligence) têm sido amplamente recomendadas. O TRIPOD-AI estabelece padrões para a publicação de estudos preditivos com IA, assegurando transparência nos métodos, na análise dos dados e nos resultados. Já o CONSORT-AI amplia as diretrizes para a condução e relato de ensaios clínicos que envolvem intervenções baseadas em IA, promovendo qualidade metodológica e confiabilidade científica.

A adoção dessas diretrizes no contexto educacional, ainda que adaptadas, contribui para que as ferramentas utilizadas no ensino médico passem por validação rigorosa e atendam a critérios éticos e científicos robustos. Além disso, é necessário fomentar regulamentações nacionais específicas, capazes de orientar instituições de ensino superior quanto à implementação segura da IA na formação médica, respeitando o contexto e os desafios locais (KUZIEMSKY et al., 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da Inteligência Artificial no ensino médico representa uma das principais transformações contemporâneas no campo da educação em saúde. Ferramentas baseadas em IA têm potencial para

personalizar a aprendizagem, aprimorar a simulação clínica, oferecer feedback em tempo real e desenvolver habilidades diagnósticas com mais precisão. No entanto, como demonstrado pela revisão da literatura, sua implementação ainda enfrenta desafios importantes relacionados à ética, regulação, formação docente e avaliação crítica da eficácia pedagógica.

No contexto brasileiro, destaca-se a recente mobilização do Conselho Federal de Medicina (CFM), que tem promovido discussões e iniciativas voltadas à regulamentação da IA na prática médica e no ensino. A criação de um departamento específico e a realização do I Fórum de Inteligência Artificial na Medicina em 2025 são marcos que indicam um movimento institucional importante em direção à integração responsável dessas tecnologias nos currículos médicos.

Para que a IA seja de fato uma aliada na formação de médicos mais bem preparados para a realidade clínica, é essencial que sua adoção seja feita de forma crítica, ética e pedagógica, garantindo a centralidade do estudante no processo de aprendizagem e a autonomia do profissional na tomada de decisão. Além disso, é necessário investir em estudos mais robustos, de longo prazo, que avaliem os impactos reais da IA na formação médica e no desempenho profissional futuro.

Assim, este trabalho contribui para o debate sobre a inserção consciente e qualificada da IA no ensino médico, reforçando a necessidade de alinhamento entre inovação tecnológica, valores éticos e compromisso com a excelência na formação de profissionais de saúde.

Este estudo apresenta como principal limitação o caráter exclusivamente bibliográfico e documental, baseado em fontes secundárias. Embora a abordagem adotada tenha permitido uma análise abrangente das aplicações e dos desafios da inteligência artificial no ensino médico, a literatura científica, especialmente nacional, sobre o tema ainda é incipiente, o que limita a representatividade dos achados.

Também se observa que muitos dos estudos revisados são de natureza exploratória, com populações pequenas, restritas a contextos institucionais específicos e com foco predominante em indicadores cognitivos. Ainda há escassez de evidências robustas sobre os efeitos da IA na formação de competências clínicas complexas, na relação médico-paciente e na prática profissional a longo prazo.

Diante das lacunas identificadas na literatura e da complexidade que envolve a incorporação da inteligência artificial no ensino médico, recomenda-se que futuras pesquisas sejam direcionadas a investigações de campo em instituições brasileiras de ensino, com o objetivo de analisar a implementação prática de ferramentas de IA nos diferentes níveis da formação médica. Estudos longitudinais são igualmente necessários para avaliar o impacto dessas tecnologias no desenvolvimento de competências clínicas, éticas e comunicacionais, permitindo compreender seus efeitos de forma mais abrangente e duradoura. Além disso, torna-se relevante explorar a percepção de docentes e discentes sobre o uso da IA no processo educacional, identificando barreiras, potencialidades e níveis de aceitação. Por fim, sugere-se o desenvolvimento e a validação de modelos pedagógicos integradores, que aliem inovação tecnológica a metodologias ativas de aprendizagem e valorizem a humanização do cuidado, assegurando que o uso da IA fortaleça e não substitua a dimensão ética e relacional da formação médica.

A continuidade da produção científica sobre este tema é essencial para subsidiar políticas educacionais, diretrizes curriculares e regulamentações éticas que orientem o uso seguro, eficaz e responsável da inteligência artificial no ensino médico.

REFERÊNCIAS

CFM – CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *CFM realiza abre debate sobre o impacto da IA na revolução do cuidado médico*. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/cfm-realiza-abre-debate-sobre-o-impacto-da-ia-na-revolucao-do-cuidado-medico/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

CFM – CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Departamento de Inteligência Artificial do CFM intensifica trabalhos para aprimorar a prática médica no Brasil*. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/departamento-de-inteligencia-artificial-do-cfm-intensifica-trabalhos-para-aprimorar-a-pratica-medica-no-brasil/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

CFM – CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Representatividade do CFM fortalece debate sobre inteligência artificial na medicina*. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/representatividade-do-cfm-fortalece-debate-sobre-inteligencia-artificial-na-medicina/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

CHEN, L.; CHEN, P.; LIN, Z. Artificial Intelligence in Education: A Review. *IEEE Access*, v. 8, p. 75264–75278, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1109/ACCESS.2020.2988510>.

CHIN, W. Y.; HO, G. T.; YUEN, C. H. et al. Artificial intelligence in medical education: a scoping review. *Medical Education Online*, v. 29, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/10872981.2024.2347127>.

CRM-ES – CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESPÍRITO SANTO. *Conselheiros discutem o uso técnico e ético da IA na Medicina*. Disponível em: <https://crmes.org.br/noticias/conselheiros-discutem-o-uso-tecnico-e-etico-da-ia-na-medicina>. Acesso em: 16 jul. 2025.

DARRAS, K. E.; ZHAO, C.; RENGAN, R. Artificial Intelligence and Radiology Education: Ready for Prime Time? *Academic Radiology*, v. 30, n. 1, p. 43–49, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.acra.2022.06.016>.

KUZIEMSKY, C. E.; HOLT, K.; BATE, A. et al. Ethical issues in artificial intelligence in health care: A systematic scoping review. *BMC Medical Ethics*, v. 25, n. 1, 2024. Disponível em: <https://bmcmethics.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12910-024-00901-2>. Acesso em: 16 jul. 2025.

LUCHSINGER, M. et al. Integrating Artificial Intelligence Into Medical Education: A Review. *Journal of Medical Education and Curricular Development*, v. 10, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/23821205231174744>.

TOPOL, Eric. *Deep Medicine: How Artificial Intelligence Can Make Healthcare Human Again*. New York: Basic Books, 2019.

WARTMAN, Steven A.; COMBS, C. Donald. Medical education must move from the information age to the age of artificial intelligence. *Academic Medicine*, v. 93, n. 8, p. 1107–1109, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1097/ACM.0000000000002044>.

ZHOU, X.; CAI, M.; HUANG, C. et al. Applications of artificial intelligence in dental education: A scoping review. *Journal of Dental Sciences*, v. 19, n. 1, p. 1–10, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jds.2023.10.001>.

**O ATO RESPONSÁVEL NO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NOS CURSOS DE IDIOMA:
DIÁLOGOS COM PAULO FREIRE E DELORS EM PROL DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

*RESPONSIBLE ACT IN TEACHING ENGLISH IN LANGUAGE COURSES: dialogues with Paulo
Freire and Delors in favor of quality education*

PESSONI FILHO, José
Universidade de Franca - UNIFRAN
Doutorando em Linguística pela UNIFRAN
inossepfilho@gmail.com

OLIVEIRA, Cláudia de Fátima
Universidade de Franca – UNIFRAN
Doutora em Linguística pela UNIFRAN
claoliv@hotmail.com

BORGES, Marilurdes Cruz
Universidade de Franca - UNIFRAN
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp/Araraquara
marilurdescruz@gmail.com

Resumo

O ensino da língua inglesa assume relevância crescente no século XXI, marcado pela globalização e pela intensificação das interações culturais. Nesse contexto, os cursos de idioma ocupam papel estratégico ao complementar lacunas deixadas pela educação básica e ao preparar estudantes para atuar criticamente em uma sociedade interconectada. Este artigo tem como objetivo discutir como o ensino de inglês em cursos de idioma pode ser compreendido como prática responsável e responsiva em prol de uma educação de qualidade. Para tanto, toma-se como base o conceito de *ato responsável* de Mikhail Bakhtin, articulado à pedagogia da práxis e da dialogicidade de Paulo Freire e aos quatro pilares da educação propostos por Jacques Delors. Busca-se, assim, refletir sobre a responsabilidade ética na formação humana, compreender os pilares como fundamentos de uma formação integral e discutir de que maneira práticas dialógicas e centradas no sujeito contribuem para a efetivação do ODS 4 da Agenda 2030, que visa assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Este estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter exploratório, fundamentada em referenciais teóricos e documentos internacionais. Os resultados esperados indicam que a articulação entre o ato responsável, a dialogicidade freireana e os quatro pilares da educação permite compreender os cursos de idioma não apenas como espaços de ensino técnico da língua, mas como práticas formativas integrais. Assim, o ensino de inglês configura-se como experiência ética, crítica e social, que contribui para a formação de cidadãos bilíngues, capazes de responder de forma responsável e solidária aos desafios do século XXI.

Palavras-chave: Ato responsável; quatro pilares da educação; ensino de inglês; ODS 4.

Abstract

English language teaching is becoming increasingly important in the 21st century, marked by globalization and the intensification of cultural interactions. In this context, language courses play a strategic role in filling gaps left by basic education and preparing students to act critically in an interconnected society. This article aims to discuss how teaching English in language courses can be understood as a responsible and responsive practice that promotes quality education. To this end, it draws on Mikhail Bakhtin's concept of responsible action, articulated with Paulo Freire's pedagogy of praxis and dialogicity, and the four pillars of education proposed by Jacques Delors. The article seeks to reflect on ethical responsibility in human development, understand the pillars as foundations of

comprehensive education, and discuss how dialogical and subject-centered practices contribute to the achievement of SDG 4 of the 2030 Agenda, which aims to ensure inclusive, equitable, and quality education and promote lifelong learning opportunities for all. This study is characterized as qualitative, bibliographical, and exploratory research, grounded in theoretical frameworks and international documents. The expected results indicate that the connection between responsible action, Freirean dialogicity, and the four pillars of education allows us to understand language courses not only as spaces for technical language teaching, but as comprehensive formative practices. Thus, English teaching is an ethical, critical, and social experience that contributes to the development of bilingual citizens capable of responding responsibly and with solidarity to the challenges of the 21st century.

Keywords: Responsible action; four pillars of education; English teaching; Goal 4.

INTRODUÇÃO

O ensino da língua inglesa ocupa papel estratégico no século XXI, em um cenário marcado pela globalização, pela intensificação das interações culturais e pela necessidade de comunicação em escala mundial. Mais do que uma competência instrumental, aprender inglês constitui-se como prática social e dialógica, capaz de inserir os indivíduos em redes de interação que ultrapassam fronteiras geográficas, culturais e tecnológicas. Nesse contexto, os cursos de idioma emergem como espaços formativos privilegiados, que dialogam com os princípios de uma educação de qualidade e contribuem para a formação integral de cidadãos críticos, responsáveis e responsivos às demandas contemporâneas, ampliando, ainda, suas oportunidades acadêmicas e profissionais.

Apesar de a educação básica no Brasil reconhecer a importância da língua inglesa e inseri-la em sua proposta curricular, persistem desafios significativos quanto à efetividade de seu ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) estabelece o ensino de línguas estrangeiras modernas como componente obrigatório a partir do ensino fundamental, enquanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) aponta a língua inglesa como meio de inserção dos estudantes em práticas de letramento globais, ampliando repertórios culturais e comunicativos. Entretanto, na realidade escolar, limitações como carga horária reduzida, metodologias centradas na gramática normativa, ausência de formação continuada para professores e desigualdade no acesso a recursos pedagógicos comprometem a qualidade desse ensino, abrindo espaço para que os cursos de idioma assumam papel complementar e estratégico no processo formativo.

Este artigo tem como objetivo geral discutir como o ensino de inglês em cursos de idioma pode ser compreendido como prática responsável e responsiva em prol de uma educação de qualidade. Como objetivos específicos, propõe-se: apresentar os quatro pilares da educação como fundamentos para uma formação integral, analisando de que modo são considerados nas metodologias de ensino-aprendizagem; refletir sobre o conceito de *ato responsável* de Mikhail Bakhtin e sua articulação com a pedagogia da práxis e da dialogicidade em Paulo Freire, bem como com os quatro pilares da educação formulados por Jacques Delors, a fim de evidenciar a responsabilidade ética na formação humana; e discutir de que maneira os cursos de idioma, ao adotar práticas dialógicas e centradas no sujeito, contribuem para a efetivação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 da Agenda 2030, que visa “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2015).

A justificativa para este estudo reside na constatação de que a educação básica, embora contemple a língua inglesa em suas diretrizes curriculares, ainda enfrenta dificuldades para assegurar um ensino efetivo que permita aos estudantes o desenvolvimento da proficiência necessária para atuar em contextos globais. Nesse sentido, os cursos de idioma assumem papel complementar, oferecendo metodologias diversificadas, maior carga horária e experiências comunicativas contextualizadas. Discutir a relevância desse espaço educativo, em diálogo com referenciais teóricos como Bakhtin, Freire e Delors, permite situar a aprendizagem da língua inglesa não apenas como competência técnica, mas como prática ética e social comprometida com a formação de sujeitos capazes de atuar com responsabilidade no século XXI.

Do ponto de vista metodológico, este artigo configura-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter exploratório, fundamentada na análise de referenciais teóricos que discutem a linguagem, a educação e a formação integral do sujeito. Serão considerados, sobretudo, os escritos de Mikhail Bakhtin sobre dialogismo e ato responsável, as obras de Paulo Freire sobre práxis

e dialogicidade, e o relatório da UNESCO organizado por Jacques Delors, além de documentos internacionais como a Agenda 2030.

A trajetória analítica proposta inicia-se com a discussão do conceito bakhtiniano de ato responsável e sua articulação com a pedagogia freireana e com os quatro pilares da educação. Em seguida, serão destacados os pilares de Delors como fundamentos para a construção de uma educação integral, equitativa e de qualidade, em consonância com o ODS 4. Por fim, discute-se como cada pilar pode se concretizar no ensino da língua inglesa em cursos de idioma, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, bilíngues e aptos a responder, de forma ética e criativa, às demandas da sociedade globalizada.

OS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO: fundamentos para uma formação integral

Para que a educação de qualidade seja efetiva, é necessário desenvolver a habilidade de aprender de forma ampla, articulando dimensões cognitivas, técnicas, sociais e éticas. Nesse horizonte, Jacques Delors, em seu relatório para a UNESCO intitulado *Educação: um tesouro a descobrir*, apresenta os quatro pilares da educação como fundamentos da formação integral. O objetivo central dessa proposta é preparar cidadãos socializados e profissionalmente competentes, capazes de atuar de maneira crítica e contributiva na sociedade contemporânea. Conforme Delors (1998, p. 90), trata-se de “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser”, princípios que estruturam uma educação voltada para o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões.

Mais do que um ideal pedagógico, os quatro pilares representam uma orientação global para lidar com os desafios do mundo contemporâneo, marcado por rápidas transformações, desigualdades e pela necessidade de convivência democrática. Como destacam Monteiro, Sutil e Bonfim (2020, p. 1471), “os quatro pilares são trabalhados na educação em prol do aprendizado completo dos alunos, envolvendo o letramento e a alfabetização, preparando-os para o mercado de trabalho e para a vida em sociedade”.

Aprender a conhecer corresponde ao desenvolvimento da curiosidade, da autonomia intelectual e da capacidade crítica, estimulando o indivíduo a se tornar protagonista de seu processo formativo. O relatório da UNESCO (1999) enfatiza que esse pilar é, essencialmente, “aprender a aprender”, ou seja, compreender que a educação é contínua e que o conhecimento deve ser buscado ao longo de toda a vida (*lifelong learning*). Nesse sentido, Delors (1999) ressalta que o excesso de conteudismo deve ser superado em favor de aprendizagens significativas, que despertem o entusiasmo dos estudantes e fortaleçam sua disposição para a educação continuada. A educação permanente torna-se, assim, condição para o desenvolvimento social, científico e cultural de uma nação.

Aprender a fazer está relacionado à aplicação prática do conhecimento, transformando teoria em ação. Segundo o relatório da UNESCO (1999), esse pilar tem como foco a educação técnico-profissional e a aquisição de competências que permitam ao indivíduo enfrentar desafios, resolver problemas e atuar no mundo do trabalho. Como reforça o documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, “é necessário explicar, compreender, intervir, mudar e prever algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de vários olhares” (Brasil, 1998, p. 39). A aprendizagem voltada à ação fortalece a capacidade de o sujeito desenvolver soluções criativas e inovadoras, qualificando-o para o mercado e para a vida em sociedade.

Aprender a conviver constitui-se como um dos maiores desafios da educação no século XXI, especialmente em uma sociedade globalizada, plural e, ao mesmo tempo, marcada por conflitos e intolerâncias. Esse pilar reconhece a importância da alteridade, da solidariedade e do diálogo intercultural. Segundo a UNESCO (2012, p. 4), “ao promover o respeito à dignidade humana e a igualdade, bem como a participação na tomada democrática de decisões, a educação em direitos humanos contribui para a prevenção, a longo prazo, de abusos e de conflitos violentos”. Nesse sentido, aprender a conviver implica desenvolver competências para o trabalho em equipe, a cooperação, a empatia e a valorização da diversidade, reduzindo a violência e favorecendo a construção de sociedades mais pacíficas e democráticas.

Aprender a ser, por fim, orienta-se à formação integral do sujeito, contemplando dimensões éticas, estéticas, afetivas e culturais. O relatório da UNESCO (1999) enfatiza a necessidade de “não deixar inexplorado nenhum dos talentos que, à semelhança de tesouros, estão soterrados no interior de cada ser humano”. Trata-se, portanto, de desenvolver a autonomia, o pensamento crítico, a criatividade e a responsabilidade pessoal, possibilitando ao indivíduo construir sua identidade e atuar de forma consciente e ética na sociedade. Monteiro, Sutil e Bonfim (2020, p. 1474) ressaltam que esse

pilar está diretamente ligado à formação de cidadãos críticos, inteligentes, criativos e responsáveis, capazes de tomar decisões fundamentadas e contribuir ativamente para o bem comum.

Em síntese, os quatro pilares da educação configuram um referencial indispensável ao planejamento pedagógico, orientando a prática docente para além da mera transmissão de conteúdos. Ao articularem letramento, alfabetização, cultura e cidadania, eles reafirmam o papel da educação como prática emancipatória. No contexto dos cursos de idioma, tais fundamentos oferecem suporte teórico e metodológico para que o ensino de línguas não se restrinja a uma função instrumental, mas se torne espaço de formação integral, preparando sujeitos para enfrentar as mudanças do mundo contemporâneo e atuar de forma crítica, ética e responsável.

O ATO RESPONSÁVEL EM DIÁLOGO COM A PRÁXIS FREIREANA E OS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO

O conceito de *ato responsável*, em Bakhtin, é indissociável do princípio do dialogismo, pois todo enunciado está atravessado por valores, vozes e escolhas éticas. Para o filósofo, não existe discurso neutro, pois cada palavra proferida implica uma tomada de posição diante do outro e do mundo. Por isso, o autor afirma que “Eu não posso ser substituído no meu lugar, assim como não posso me omitir; a responsabilidade pelo que faço ou deixo de fazer é irrecusável” (Bakhtin, 2010, p. 63).

Essa perspectiva reconhece a linguagem como campo axiológico, em que os interlocutores compartilham sentidos e respondem uns aos outros em uma rede contínua de enunciados. Assim, educar é sempre um ato ético, no qual professor e estudante assumem responsabilidades mútuas pela produção e pela circulação do conhecimento. Esse horizonte se aproxima da pedagogia de Paulo Freire, que compreende a educação como prática de liberdade. Para ele, o aprendizado não pode ser reduzido a um processo mecânico, mas deve ser vivenciado como práxis, ou seja, como unidade entre ação e reflexão (Freire, 1987).

Tal como em Bakhtin, em Freire o sujeito é convocado a comprometer-se com sua realidade, respondendo criticamente e agindo para sua transformação. Nesse sentido, a concepção freireana de práxis e dialogicidade se articula, portanto, ao *ato responsável* bakhtiniano, uma vez que aprender é sempre um ato de envolvimento ético e político diante do outro e do mundo.

Essa convergência encontra eco nos quatro pilares da educação formulados por Jacques Delors (1999), que ampliam a compreensão da formação integral. O *aprender a conhecer* exige responsabilidade ativa diante do saber e da informação; o *aprender a fazer* implica a aplicação ética e criativa do conhecimento; o *aprender a conviver* convoca a valorização da alteridade e a abertura ao diálogo como fundamento das relações humanas; e o *aprender a ser* integra as dimensões cognitivas, éticas e estéticas, formando sujeitos capazes de responder criticamente por suas escolhas e pela sua inserção no mundo.

A dialogicidade, enquanto princípio do ensino, não se restringe a uma técnica pedagógica, mas constitui um fundamento axiológico que atravessa as práticas educativas. Para Freire (1987, p. 91):

O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. É um ato de criação; não deve constituir-se na privacidade de dois indivíduos, mas na comunhão de sujeitos que se solidarizam na transformação do mundo. Assim, o diálogo é uma exigência existencial.

Essa passagem explicita a profunda convergência entre Freire e Bakhtin, já que, para ambos, a linguagem não é neutra, mas um ato ético, histórico e social, que implica responsabilidade. O diálogo, no processo educativo, é o caminho para a constituição do sujeito crítico, capaz de responder à realidade e transformá-la.

No contexto da globalização, a dialogicidade adquire contornos ainda mais complexos. Como observa Bauman (1999, p. 7), “estamos todos sendo globalizados”, em um processo irreversível que redefine fronteiras e impõe a necessidade de comunicação além dos limites nacionais. O inglês, nesse cenário, assume papel de língua franca, essencial para a circulação de informações, a cooperação internacional e a construção de laços culturais. A ausência de domínio de uma segunda língua pode significar barreira para o desenvolvimento social, cultural e econômico de um país, comprometendo sua inserção em redes globais de conhecimento.

É nesse horizonte que os quatro pilares da educação de Delors se reafirmam como guias para a formação integral no século XXI. Como destacam Monteiro, Sutil e Bonfim (2020, p. 1473), “os quatro pilares são norteadores da construção do conhecimento e devem estar na base do desenvolvimento

de habilidades e competências necessárias ao mundo globalizado”. Ao articular o *ato responsável* de Bakhtin, a *práxis* e a *dialogicidade* de Paulo Freire e os quatro pilares de Delors, evidencia-se que a educação deve ser sempre dialógica, ética e responsável, orientada à formação de sujeitos capazes de agir criticamente e de responder com responsabilidade às demandas do mundo contemporâneo.

O ATO RESPONSÁVEL DOS CURSOS DE IDIOMA PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O ensino de línguas estrangeiras, especialmente do inglês, não pode ser reduzido a uma prática instrumental voltada ao mercado de trabalho. No contexto globalizado do século XXI, sua função extrapola o domínio gramatical ou lexical e assume papel de formação integral, crítica e ética. É nesse horizonte que os cursos de idioma emergem como espaços privilegiados para promover aprendizagens em consonância com a Agenda 2030 da ONU, em particular com o ODS 4, que visa “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2015, p. 19).

Essa responsabilidade está intimamente ligada à concepção freireana de educação como prática de liberdade. Paulo Freire (1987, p. 38) afirma que a verdadeira aprendizagem só ocorre quando se transforma em *práxis*, isto é, “ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo”. Em oposição ao modelo bancário, no qual o professor deposita conteúdos nos alunos, os cursos de idioma comprometidos com uma educação de qualidade devem adotar metodologias que coloquem o estudante como sujeito ativo do processo, capaz de interagir criticamente com sua realidade. A sala de aula de inglês, nesse sentido, não é mero espaço de repetição de frases prontas, mas de construção coletiva de sentidos, em que a comunicação se torna exercício de responsabilidade social.

Esse horizonte dialoga diretamente com os quatro pilares da educação formulados por Jacques Delors. Segundo o relatório da UNESCO, “a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser” (Delors, 1999, p. 89). No contexto dos cursos de inglês, tais pilares deixam de ser diretrizes abstratas para se tornarem práticas concretas de responsabilidade compartilhada entre professores e estudantes, conforme se apresenta a seguir:

Aprender a conhecer manifesta-se em metodologias baseadas em textos autênticos, leitura crítica de gêneros discursivos e uso de mídias digitais. Um exemplo é a realização de *webquests*, em que os estudantes pesquisam em sites internacionais sobre temas globais e apresentam suas descobertas em inglês, exercitando autonomia e criticidade diante da avalanche de informações da sociedade contemporânea. Como sintetiza Delors (1999, p. 89), “a educação deve preparar o indivíduo a compreender o que o cerca e a viver em um mundo em constante mudança”.

Aprender a fazer concretiza-se em atividades que transformam o conhecimento em ação comunicativa significativa. Os cursos de idioma utilizam estratégias como *task-based learning*, *role plays* e projetos multimodais, que aproximam a aprendizagem de situações reais. Um exemplo é a simulação de entrevistas de emprego em inglês, em que os alunos assumem papéis de candidatos e recrutadores, desenvolvendo simultaneamente competência linguística e habilidades sociais e profissionais.

Aprender a conviver ganha centralidade em um mundo plural e interdependente. Metodologias como a aprendizagem cooperativa e a abordagem comunicativa (Communicative Language Teaching – CLT) incentivam o diálogo intercultural e o respeito à diversidade. Um exemplo é a simulação de uma conferência internacional, em que grupos representam diferentes países e debatem, em inglês, questões sociais ou ambientais. Essa prática coloca em evidência o que Freire (1987, p. 91) chama de diálogo como “ato de criação [...] na comunhão de sujeitos que se solidarizam na transformação do mundo”.

Aprender a ser articula todos os pilares ao enfatizar a formação integral do sujeito. Nos cursos de idioma, isso se traduz em atividades que desenvolvem autoconfiança, autonomia e consciência ética. Projetos de produção cultural, como curtas-metragens ou peças teatrais em inglês, fortalecem a identidade bilíngue e permitem que os alunos se posicionem criticamente diante de temas sociais, compreendendo-se como sujeitos éticos e responsáveis.

A articulação entre Freire e Delors mostra que o ensino de inglês em cursos de idioma pode ser compreendido como prática responsável, que forma cidadãos capazes de “ler o mundo” (Freire, 1989) em sentido pleno. Cada ato comunicativo em língua estrangeira ultrapassa a dimensão técnica e se constitui como exercício ético, no qual professor e estudante compartilham responsabilidades diante do outro e da sociedade. Essa perspectiva ressoa com o conceito de *ato responsável* em

Bakhtin, já discutido anteriormente, ao afirmar que a linguagem é sempre um campo de valores e escolhas.

Uma análise crítica, contudo, exige reconhecer limites e tensões. Por um lado, os cursos de idioma assumem protagonismo ao preencher lacunas deixadas pela escola básica, ampliando o acesso a práticas formativas que potencializam a inserção social e global dos estudantes. Por outro, não podem se eximir do risco de reforçar desigualdades, visto que ainda são, em grande parte, acessíveis apenas a determinadas camadas sociais. Nesse ponto, torna-se imprescindível que adotem práticas pedagógicas inclusivas e democratizadoras, que façam do bilinguismo um direito educacional, e não apenas um privilégio de poucos.

Em síntese, quando fundamentado no diálogo freireano e orientado pelos pilares de Delors, o ensino de inglês em cursos de idioma não se restringe à instrução técnica da língua. Ele se afirma como prática integral e emancipatória, conectada ao ODS 4, que visa promover uma educação capaz de formar sujeitos críticos, solidários e preparados para responder de forma ética e responsável aos desafios do século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analítico desenvolvido neste artigo permitiu compreender o ensino da língua inglesa em cursos de idioma como prática responsável e responsiva em prol da educação de qualidade. A partir do conceito bakhtiniano de *ato responsável*, articulado à pedagogia da práxis e da dialogicidade de Paulo Freire e aos quatro pilares da educação formulados por Jacques Delors, evidenciou-se que a aprendizagem de uma língua estrangeira não pode ser reduzida ao caráter instrumental, mas deve ser concebida como processo ético, dialógico e integral.

Constatou-se que, ao assumirem metodologias centradas no diálogo, na interação e na valorização do sujeito, os cursos de idioma colaboram com a efetivação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) da Agenda 2030, que propõe assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Essa contribuição se manifesta na medida em que tais cursos possibilitam o *aprender a conhecer*, ao desenvolver a criticidade e o acesso a diferentes saberes culturais; o *aprender a fazer*, ao incentivar a aplicação prática e criativa da língua em situações reais de comunicação; o *aprender a conviver*, ao favorecer a abertura ao outro e ao diálogo intercultural; e o *aprender a ser*, ao articular todas essas dimensões em uma formação que constitui sujeitos bilíngues éticos, críticos e conscientes de seu papel no mundo.

As reflexões desenvolvidas também revelaram que os cursos de idioma, ao mesmo tempo em que respondem a lacunas do sistema educacional básico, carregam a responsabilidade de não reproduzir desigualdades sociais, mas de buscar caminhos inclusivos que tornem o acesso ao bilinguismo um direito, e não um privilégio. Nessa perspectiva, a articulação entre Bakhtin, Freire e Delors permite defender que a aprendizagem do inglês em cursos de idioma deve ser concebida como espaço de emancipação, em que professores e alunos assumem corresponsabilidade pelo conhecimento produzido e pela construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Em síntese, reafirma-se que aprender inglês, no horizonte do dialogismo, da práxis e dos quatro pilares, é também aprender a ser mais humano, a conviver na diversidade e a responder com responsabilidade ética às demandas do século XXI.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Brasília: MEC, 2018.

DELORS, Jacques (Org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2008.

MONTEIRO, J. C. da S.; SUTIL, C. M.; BONFIM, R. C. Os quatro pilares da educação e a formação integral do sujeito. *Revista Educação e Linguagem*, v. 23, n. 2, p. 1469-1476, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: ONU, 2015.

**O CRONOTOPO EM CHICO FRANCO, DE LUIZ CRUZ DE OLIVEIRA: diálogos na (re)construção
da memória de Franca/SP**

*The Chronotope in Chico Franco, by Luiz Cruz de Oliveira: dialogues in the (re)construction of
Franca/SP's memory*

Área temática: Educação de Qualidade.

MARQUES, Kelbi Caroline
Universidade de Franca - UNIFRAN
Mestranda pelo PPG em Linguística da UNIFRAN
kelbi.marques@etec.sp.gov.br

BORGES, Marilurdes Cruz
Universidade de Franca - UNIFRAN
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp/Araraquara
marilurdescruz@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o cronotopo na obra *Chico Franco* (2013), de Luiz Cruz de Oliveira, observando de que modo o discurso literário estabelece diálogos que (re)constróem, a partir do protagonista, a cidade de Franca, no interior paulista. A escolha da obra justifica-se pela relevância de seu autor na cena cultural local e pelo potencial da literatura como instrumento de preservação da memória urbana, de valorização da identidade comunitária e de fortalecimento da cidadania. Como pressupostos teórico-metodológicos, fundamenta-se nos conceitos de cronotopia e dialogismo (Bakhtin, 2018), entendendo o cronotopo como a articulação intrínseca entre tempo e espaço na configuração narrativa. O recorte analítico concentra-se no capítulo “Bom Jardim”, em que o personagem Chico Franco interage com Walter Chimello, ativando memórias familiares, políticas e urbanísticas relacionadas a espaços emblemáticos da cidade. A metodologia envolveu a leitura e análise das descrições espaciais da obra, articuladas a consultas em arquivos públicos da Prefeitura de Franca, a fim de verificar as transformações urbanas. Os resultados evidenciam a presença de diferentes cronotopos — da estrada, da praça, do bairro e da biografia — que tornam a narrativa um espaço de ressignificação da história local e de crítica à urbanização que apaga vínculos com o patrimônio cultural. Conclui-se que a obra ultrapassa a dimensão estética, ao aproximar literatura, memória e educação, em diálogo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4, 11 e 16), reafirmando a função social da literatura como meio de resistência ao esquecimento e de formação ética e cidadã.

Palavras-chave: Cronotopo, Chico Franco, Bakhtin.

Abstract

This article aims to analyze the chronotope in the work *Chico Franco* (2013), by Luiz Cruz de Oliveira, examining how literary discourse establishes interactions that (re)construct, through the protagonist, the city of Franca, located in the countryside of São Paulo. The choice of this work is justified by the relevance of its author in the local cultural scene and by the potential of literature as an instrument for preserving urban memory, valuing community identity, and strengthening citizenship. As theoretical-methodological assumptions, the study is based on Bakhtin's concepts of chronotope and dialogism (2018), understanding the chronotope as the intrinsic articulation between time and space in the narrative configuration. The analytical focus is the chapter “Bom Jardim,” in which the character Chico Franco interacts with Walter Chimello, activating family, political, and urban memories related to emblematic spaces of the city. The methodology involved reading and analyzing the spatial descriptions in the work, articulated with research in public archives of the Franca City Hall, in order to verify the urban transformations of those places over time. The results highlight the presence of different chronotopes — of the road, the square, the neighborhood, and the biography — which turn the narrative

into a space for re-signifying local history and criticizing urbanization processes that erase cultural heritage. It is concluded that the work transcends its aesthetic dimension by bringing literature, memory, and education closer together, in dialogue with the Sustainable Development Goals (SDGs 4, 11, and 16), reaffirming the social function of literature as a means of resisting oblivion and fostering ethical and civic formation.

Keywords: chronotope, Chico Franco, Bakhtin.

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Franca, localizada no interior do estado de São Paulo, completou duzentos anos em novembro de 2024. Ao longo dessa trajetória, passou por profundas transformações sociais, políticas e culturais, muitas delas impulsionadas pelas dinâmicas da globalização, que alteraram não apenas sua configuração socioeconômica, mas também os modos de lembrar e narrar o passado. Nesse processo, parcelas da memória coletiva foram sendo gradualmente silenciadas, restando fragmentos preservados na oralidade ou na lembrança de grupos sociais específicos. A História oficial, vinculada a registros institucionais, nem sempre dialogou com essas memórias cotidianas, o que gerou lacunas no reconhecimento de experiências locais.

É nesse horizonte que se insere a obra *Chico Franco*, de Luiz Cruz de Oliveira, ao reavivar histórias e memórias da segunda metade do século XX por meio de um protagonista que, em encontros com diferentes personagens nos espaços públicos do centro da cidade, mobiliza lembranças individuais e coletivas. Ao articular tempo, espaço e vozes sociais, o romance constrói uma tessitura narrativa em que a memória urbana de Franca é atualizada, configurando-se como espaço de resistência contra o esquecimento e reafirmando a literatura como mediadora entre o vivido e o narrado.

O presente estudo tem como objetivo analisar o funcionamento do cronotopo na obra, buscando compreender como o discurso literário, a partir da figura do protagonista, estabelece diálogos que constroem e reconstróem a memória da cidade de Franca/SP. De forma específica, propõe-se identificar e descrever as cronotopias que configuram o espaço urbano e o tempo histórico, examinar como o dialogismo organiza as relações entre vozes e memórias, e refletir sobre a contribuição do texto literário para a preservação e a (re)significação da história local.

Para a análise, será tomado como recorte o capítulo “Bom Jardim”, no qual Chico Franco se encontra com Walter Chimello, advogado e ex-vereador da cidade. Nesse diálogo face a face, diferentes assuntos são tratados: referências a dimensões políticas, melhorias urbanas, deslocamentos de órgãos públicos e transformações no bairro e deles emergem diferentes vozes que evidenciam como o texto literário articula memória, espaço e história no processo de narrar a cidade.

A escolha pela obra justifica-se pela relevância das memórias que mobiliza em relação à história de Franca. Ao valorizar acontecimentos e personagens do cotidiano, o texto literário contribui para a construção de uma memória social que frequentemente permanece ausente dos registros oficiais. Como observa Bittencourt (2011, p. 59), “geralmente [a história local] se liga à história do cotidiano ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre grupos sociais de condições diversas que participaram de entrecruzamentos de histórias, tanto no presente como no passado”.

Sob a perspectiva bakhtiniana, esse movimento de rememoração é compreendido como processo dialógico, em que múltiplas vozes sociais se entrelaçam, confrontam e se atualizam no presente, constituindo a memória como fenômeno responsivo e relacional. O cronotopo, conceito formulado por Bakhtin (1998), evidencia a inseparabilidade entre tempo e espaço na organização estética da narrativa, permitindo compreender como ruas, bairros e personagens se transformam em signos de memória coletiva.

Assim, investigar o cronotopo em *Chico Franco* significa compreender como a literatura atua na (re)construção da memória urbana, ao mesmo tempo em que dialoga com desafios mais amplos. Nesse sentido, este estudo aproxima-se dos compromissos da Agenda 2030 da ONU, especialmente do ODS 4 (Educação de Qualidade), ao promover práticas de valorização da memória cultural e histórica como instrumento formativo; do ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ao refletir sobre a preservação do patrimônio histórico e das identidades locais; e do ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), ao destacar a importância da memória para a consolidação de uma cidadania participativa e consciente. A literatura, ao narrar e ressignificar a cidade, abre espaço para o diálogo

entre passado, presente e futuro, constituindo-se como ferramenta de preservação da história e de fortalecimento de vínculos sociais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para desenvolver a análise do corpus, parte-se dos pressupostos teóricos da filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin, a qual compreende a linguagem como fenômeno constitutivamente dialógico, em que cada enunciado se organiza a partir da interação entre vozes sociais situadas historicamente. Para Bakhtin (2011), todo dizer é sempre uma resposta a outros dizeres e projeta novas possibilidades de interlocução, o que significa que o discurso literário, longe de ser autônomo, se constrói na relação com múltiplos discursos da vida social.

Segundo Faraco (2009), o dialogismo bakhtiniano não deve ser compreendido apenas como recurso estilístico ou figura de linguagem, mas como princípio ontológico da linguagem, uma vez que toda enunciação se constitui na relação com o outro. A alteridade é, portanto, elemento estruturante da constituição do sentido. Nas palavras do autor:

O dialogismo é constitutivo da linguagem, isto é, todo enunciado é sempre uma resposta a enunciados anteriores e, ao mesmo tempo, é sempre prenhe de futuras respostas. Todo enunciado está, assim, em permanente estado de tensão dialógica com outros enunciados. Essa é a condição mesma de existência do discurso" (Faraco, 2009, p. 62).

A partir dessa perspectiva, compreender o funcionamento do discurso literário implica reconhecer a multiplicidade de vozes que se entrecruzam na tessitura narrativa. A obra *Chico Franco*, ao colocar em cena personagens que dialogam com o protagonista em espaços públicos da cidade, exemplifica esse movimento, visto que cada fala é atravessada por ecos de outros dizeres, memórias coletivas e disputas de sentidos que constituem a cidade como objeto discursivo.

Entre os conceitos elaborados por Bakhtin, o de cronotopo ocupa lugar central para a análise da literatura. Segundo o autor, "no cronotopo artístico-literário ocorre a fusão dos índices espaciais e temporais em um todo inteligível e concreto" (Bakhtin, 1998, p. 211). Isso significa que o tempo, ao se tornar visível, adquire forma espacial, e o espaço, ao ser representado, torna-se portador de temporalidade. O cronotopo, portanto, não se restringe a uma categoria técnica, mas organiza a experiência estética e confere densidade à narrativa.

De acordo com Beth Brait (2013), o cronotopo é responsável por estruturar os modos de ver e narrar o mundo, definindo trajetórias de personagens, ritmos da narrativa e cenários de memória. Nessa perspectiva, a autora enfatiza que:

O cronotopo não é apenas a articulação de tempo e espaço, mas uma categoria que organiza a narrativa, estabelecendo condições para a representação da experiência humana. Ele permite compreender como os personagens se deslocam, como o tempo se torna visível nas ações e como o espaço se transforma em portador de significados, articulando memória, história e ficção. (Brait, 2013, p. 115)

Desse modo, ao recuperar essa dimensão, evidencia-se que o cronotopo atua como matriz estética que possibilita a inserção de vozes, acontecimentos e lembranças no tecido narrativo. Na obra *Chico Franco*, o entrecruzamento de ruas, praças e bairros com memórias pessoais e coletivas constitui um exemplo privilegiado de como o cronotopo organiza a representação da cidade, projetando-a simultaneamente como espaço vivido e como signo cultural da memória francana.

A memória, sob o olhar bakhtiniano, não é uma instância estática, mas uma construção discursiva que se refaz na interação entre sujeitos e discursos. Amorim (2009) reforça essa perspectiva ao destacar que o enunciado literário se constitui como lugar de condensação da experiência social, capaz de ativar lembranças, selecionar valores e dar visibilidade a vozes frequentemente silenciadas. Nesse sentido, a literatura assume papel fundamental na preservação e na resignificação da história local, ao transformar experiências vividas em forma estética e ao trazer à cena personagens, práticas e acontecimentos que não figuram nos registros oficiais. Nesse sentido, a memória, para a autora,

[...] não é algo que simplesmente se recupera, como se estivesse guardada em um arquivo. Ela é uma construção discursiva, sempre situada, que se refaz na interlocução entre sujeitos

e discursos. Ao narrar, selecionamos, hierarquizamos e organizamos lembranças, de modo que a memória é sempre marcada por valores e posições sociais. Nesse sentido, o enunciado literário torna-se lugar de condensação da experiência social, capaz de ativar lembranças e dar visibilidade a vozes que permanecem esquecidas ou silenciadas. (Amorim, 2009, p. 45)

Essa perspectiva evidencia que o trabalho com a memória, no âmbito da literatura, não se limita à função documental, mas se articula a processos de produção de sentidos e de identidades coletivas. A obra *Chico Franco*, ao narrar encontros em espaços urbanos de Franca, exemplifica esse movimento, ao mesmo tempo em que reconstitui experiências passadas, atualiza valores e reposiciona sujeitos na dinâmica da memória social.

Conforme Bittencourt (2011), a história local relaciona-se ao cotidiano e às experiências das pessoas comuns, estabelecendo vínculos entre diferentes grupos sociais e entrecruzando temporalidades. A valorização dessa dimensão da história possibilita compreender processos que, muitas vezes, não são contemplados pela historiografia oficial, mas que são fundamentais para a constituição de identidades coletivas e para a preservação da memória social. A autora destaca:

A história local geralmente se liga à história do cotidiano ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre grupos sociais de condições diversas que participaram de entrecruzamentos de histórias, tanto no presente como no passado. Sua função está em valorizar práticas sociais, acontecimentos e tradições que, embora não ocupem os registros oficiais, são determinantes para a construção da memória coletiva e para o fortalecimento dos vínculos comunitários. (Bittencourt, 2011, p. 59)

Nesse sentido, a obra *Chico Franco* desempenha papel relevante ao trazer à cena as memórias da cidade de Franca, evidenciando o caráter dialógico da história local por meio de vozes anônimas, práticas cotidianas e narrativas do espaço urbano que configuram o tecido da memória coletiva.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo insere-se no campo da pesquisa qualitativa e interpretativa, orientada pela perspectiva bakhtiniana da linguagem como fenômeno social, histórico e dialógico. Essa fundamentação permite analisar a obra literária não como expressão isolada, mas como espaço de interação em que múltiplas vozes sociais se encontram e disputam sentidos. A análise ancora-se nos conceitos de cronotopo e dialogismo (Bakhtin, 1998, 2011), complementados pelas contribuições de Faraco (2009), Brait (2013) e Amorim (2009).

O método adotado consistiu na análise crítico-interpretativa da obra *Chico Franco*, de Luiz Cruz de Oliveira (2001), que tem como eixo central a cidade de Franca/SP. Para esta investigação, selecionou-se o capítulo “*Bom Jardim*”, no qual o protagonista dialoga com Walter Chimello, advogado e ex-vereador do município. Esse episódio foi escolhido por articular memórias políticas, transformações urbanas e reorganizações de espaços públicos, configurando-se como recorte privilegiado para a observação das cronotopias.

O procedimento analítico buscou identificar, no recorte selecionado, os elementos que evidenciam a relação entre tempo e espaço narrativo, a circulação de vozes sociais e a atualização da memória coletiva. Assim, o percurso metodológico articulou leitura crítica, sistematização de categorias analíticas e interpretação dos efeitos sociais, culturais e históricos que emergem da narrativa, entendendo a obra como espaço dialógico de preservação e resignificação da memória local.

Além de sua base bakhtiniana, o método de análise adotado também estabelece diálogo com a Agenda 2030 da ONU, na medida em que a leitura crítico-interpretativa da obra busca responder a desafios sociais e culturais contemplados nos ODS. O estudo relaciona-se ao ODS 4 - Educação de Qualidade, ao considerar a literatura como recurso formativo capaz de ampliar a consciência crítica sobre a história local; ao ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, ao analisar como a memória urbana e o patrimônio cultural se configuram como espaços de pertencimento e identidade; e ao ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, ao evidenciar a relevância da memória coletiva na consolidação da cidadania e na promoção de uma cultura de participação social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mikhail Bakhtin foi um filósofo e teórico literário russo, além de professor de história, sociologia e língua russa. Liderou um grupo de intelectuais que mais tarde ficou conhecido como Círculo de Bakhtin e tornou-se reconhecido por apresentar conceitos como dialogismo, carnavalização, polifonia e cronotopo, os quais exploram a natureza social e dialógica da linguagem. Dentre esses, o cronotopo e o dialogismo serão aqui mobilizados para a análise da obra *Chico Franco*, de Luiz Cruz de Oliveira.

O professor e escritor Luiz Cruz de Oliveira, natural de Cássia (MG) e radicado em Franca (SP) desde a década de 1970, consolidou-se como uma das figuras mais representativas da vida cultural e literária francana. Fundador e membro da Academia Francana de Letras, onde ocupa a cadeira nº 19, teve atuação marcante também na política local, como secretário municipal da Educação e candidato a prefeito, além de ter participado da fundação do Partido dos Trabalhadores na cidade. Sua trajetória combina engajamento social e cultural, refletido na criação do Grupo Veredas de Literatura, do Grupo Educacional Veredas e da Feira do Escritor Francano, iniciativas que ampliaram a circulação da literatura no município.

Paralelamente à vida pública, desenvolveu uma produção literária extensa, que transita por crônicas, contos, romances, teatro, ensaios, biografias e livros didáticos, frequentemente ambientados entre Cássia e Franca. Essa escolha estética revela um compromisso com a memória coletiva e com a valorização dos espaços sociais e culturais que marcaram sua trajetória. Nesse sentido, obras como *Chico Franco* (2013) assumem função não apenas literária, mas também documental e crítica, ao transformar a cidade em cenário e protagonista, oferecendo ao leitor uma visão dialógica da história e da identidade francana (Academia Francana de Letras).

O livro apresenta um compilado de crônicas francanas em torno do personagem Chico Franco, que todas as manhãs sai de sua casa, no bairro Estação, para caminhar pela cidade. Nessas caminhadas, revisita lugares emblemáticos da região central e, sobretudo, a Praça Barão da Franca. Durante o percurso, encontra-se com personagens com os quais interage, ressurgindo vozes que (re)constroem memórias da segunda metade do século XX, que evocam fatos, acontecimentos, instituições e pessoas que marcaram a vida francana. Em tom nostálgico, suas recordações trazem à cena casas comerciais, entidades e personagens da época, enquanto sua insistência em perguntar pela “Rua dos Bondes” ou pela “Rua da Estalagem” provoca estranhamento em seus interlocutores. Nesse aspecto, a obra traça “um retrato completo daquela cidade onde praticamente todos se conheciam, em que havia um pertencimento construtivo, bem diferente da [cidade] de hoje” (Plataforma Verri).

Para esta análise, toma-se como recorte o capítulo “Bom Jardim”, em que Chico Franco encontra Walter Chimello na Praça Barão da Franca, quando este saía do Edifício Esmeralda. O advogado e ex-vereador reconhece o protagonista, e ambos iniciam uma conversa repleta de nostalgia, evocando acontecimentos políticos — como a primeira eleição de Walter a vereador — e mudanças estruturais da cidade, a exemplo da transferência do prédio do Paço Municipal e da antiga localização da Câmara. Recordam ainda o sítio Bom Jardim, da família Peres, frequentado por Chico, e que posteriormente deu lugar ao bairro Jardim Zelinda:

[...] dói-lhe a lembrança de que o jardim dos pais virou bairro da cidade que continua correndo Bom Jardim adentro. (Oliveira, 2013, p. 112)

Walter Peres Chimello, além de advogado e ex-vereador, é também escritor e poeta, com trajetória relevante na vida pública de Franca (Academia Francana de Letras).

Bakhtin (1998, p. 349) observa que “[...] muitas obras chegam a ser construídas sobre o cronotopo da estrada, dos encontros e das aventuras que ocorrem pelo caminho”. Essa perspectiva ilumina a cena do “Bom Jardim”, em que Chico Franco e Walter Chimello se encontram na Praça Barão da Franca, espaço coletivo que se transforma em lugar de diálogo e rememoração. Como lembra Bakhtin (1998, p. 243), “foi na praça que pela primeira vez se revelou e se enformou a consciência autobiográfica (e biográfica) do homem e de sua vida em base clássica antiga”. No romance, o cronotopo da praça adquire caráter formativo, ao convocar a cidade e seus habitantes a refletirem sobre sua própria história. Esse aspecto dialoga com o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), pois evidência como a memória pública em espaços coletivos pode fortalecer a cidadania e a participação social.

A conversa entre Chico e Walter também articula o cronotopo da biografia, unindo memória literária e registro histórico. Ao recordar que “O jornal fez pesquisa, falou que você era o vereador mais

novo da história da cidade” (Oliveira, 2013, p. 111), Chico reativa um dado confirmado em fontes documentais: Walter legislou de 1969 a 1976, sendo o mais jovem vereador da época. Esse cruzamento entre ficção e dado histórico exemplifica o que Bakhtin (2018, p. 155) denomina cronotopo real, em que a vida de alguém se realiza como “ato cívico-político de louvação pública ou autoprestação de contas”. Tal perspectiva aproxima a obra do ODS 4 (Educação de Qualidade), ao oferecer subsídios pedagógicos para compreender a história local a partir de narrativas que dialogam com documentos e memórias afetivas.

Outro elemento relevante é o cronotopo do bairro Bom Jardim, antigo sítio da família Peres. Narrado em tempo presente, esse espaço é ressignificado pela memória de Walter Chimello, que revive nostalgicamente experiências de infância:

Caminha devagar, o espírito perambulando pelas cercanias de Franca, pela imensidão que era a região do Bom Jardim, revisitando os pais Manoel e Amélia que cultivavam a terra pródiga do acanhado sítio.
Caminha devagar, parando à sombra de conhecidas árvores, trepando no cupim para melhor enxergar a linha do horizonte, enchendo o bolso da calça curta de pitangas. (Oliveira, 2013, p. 112)

O sítio, transformado no bairro Jardim Zelinda, é lamentado pelo narrador: “dói imensamente o saber que os moradores do Jardim Zelinda não sabem que vivem num jardim ainda vivo dentro dele, num jardim danado de bom” (Oliveira, 2013, p. 110). O cronotopo aqui revela a tensão entre passado e presente, criticando a urbanização que apaga vínculos com o patrimônio cultural. Essa crítica conecta-se ao ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ao indicar a necessidade de preservar a memória urbana como parte da sustentabilidade social e cultural.

A narrativa também recorda que a Câmara Municipal, em 1968, funcionava na Rua Major Claudiano, na Praça Nossa Senhora da Conceição, até sua transferência em 1974, fato confirmado em registros da Prefeitura de Franca. Chico Franco evoca ainda a memória das sessões que assistia, destacando discursos do então vereador e ex-prefeito Doutor Flávio Rocha (1959–1963). Além disso, associa a eleição de Walter Chimello a vereador à de Doutor Lancha e do vice Correia Neves, lembrando a responsabilidade de ambos pela mudança da Prefeitura para a Avenida Presidente Vargas.

Em diálogo entre passado e presente, Chico rememora também a linha férrea da Companhia Mogiana, inaugurada em 1887 e já inexistente em sua época, que favoreceu a modernização da cidade e deu origem ao bairro Estação, onde reside. Nesse contexto, menciona a Rua dos Bondes — atual Rua General Osório —, via que ligava o centro ao Alto da Boa Vista e funcionava como eixo de circulação de pessoas e mercadorias, símbolo do “progresso da cidade” (Cintra, 2021).

Por fim, a própria figura de Chico Franco encarna esse elo com o passado, não apenas pelas memórias que ativa, mas também por sua aparência e gestos, como o velho chapéu Panamá e o cumprimento respeitoso ao levar a mão à aba do chapéu (Oliveira, 2013, p. 115). A personagem torna-se, assim, um cronotopo humano, transportando práticas culturais em risco de desaparecimento e reafirmando o papel da literatura como resistência ao esquecimento.

Dessa forma, os cronotopos da praça, da biografia e do bairro não apenas organizam a narrativa, mas também dialogam diretamente com os ODS 4, 11 e 16, demonstrando que a obra *Chico Franco* transcende a dimensão literária ao propor reflexões sobre educação, preservação da memória urbana e fortalecimento da cidadania.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de *Chico Franco* evidencia a relação intrínseca entre espaço e tempo na tessitura narrativa, concretizada em diferentes cronotopos. O cronotopo da estrada/encontro, ao fazer emergir diálogos fortuitos entre Chico Franco e Walter Chimello, converte coincidências de lugar e instante em ocasiões de (re)construção de memórias familiares, políticas e urbanísticas. Nessa chave, a cronotopia bakhtiniana confirma que “o espaço se intensifica, incorpora-se ao movimento do tempo, do enredo e da história” (Bakhtin, 2018, p. 12) e atua como dispositivo de cidadania e participação pública, incidindo no ODS 16 ao fortalecer a memória cívica e os vínculos com as instituições locais.

Os cronotopos da praça e do bairro convidam o leitor a revisitar uma Franca da segunda metade do século XX, marcada pelo convívio em espaços coletivos e pelo pertencimento comunitário. Ao trazer

à cena transformações urbanas (como a conversão do sítio Bom Jardim no bairro Jardim Zelinda) e práticas culturais em risco de apagamento, a obra tensiona passado e presente e sustenta a urgência de preservação do patrimônio e da memória urbana, em sintonia com o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ao ressaltar a salvaguarda de referências histórico-culturais como dimensão da sustentabilidade social.

Por sua vez, o cronotopo da biografia demonstra o potencial pedagógico da literatura ao articular registros documentais e memórias pessoais, aproximando leitores de fatos e processos da história local frequentemente ausentes do currículo. Nesse âmbito, *Chico Franco* fomenta letramentos críticos, a educação histórica do território e o uso de narrativas como recurso didático, contribuindo diretamente para o ODS 4 (Educação de Qualidade), seja na formação docente, seja em práticas escolares sensíveis ao contexto.

Conclui-se, portanto, que a obra de Luiz Cruz de Oliveira transcende a função estética: ao recompor a memória da cidade e ativar espaços de diálogo público, ela preserva heranças urbanas (ODS 11), educa para a leitura crítica do lugar (ODS 4) e robustece a cidadania e a confiança institucional (ODS 16). Nesse cruzamento, a literatura afirma-se como espaço de resistência ao esquecimento e de formação ética e social, recolocando a experiência urbana e suas vozes no centro de uma educação comprometida com a comunidade.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA FRANCA DE LETRAS. **Acadêmicos**. Disponível em: <<http://academiafrancanadeletras.org.br/academicos/>>. Acesso em: set. 2025.

AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. SP: Musa, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRAIT, Beth. **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

CINTRA, Gabriela Assunção. **O Leito Ferroviário e suas Narrativas: costuras urbanas em Franca-SP**. IAU-SP, 2021. Disponível em: <<https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/>>. Acesso em: set. 2025.

FABER, Guilherme. **Franca 200 anos: Flávio Rocha, o advogado do povo**. GCN On-line, 2024. Disponível em: <<https://sampi.net.br/franca/noticias/2867360/franca-bicentenaria/2024/11/franca-200-anos-flavio-rocha-o-advogado-do-povo>>. Acesso em: set. 2025.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar, 2009.

PLATAFORMA VERRI. **Livros**. Disponível em: <<http://www.plataformaverri.com.br/index.php?bib=1&local=book&letter=F&idCity=22&idCategory=5&idBook=2151>>. Acesso em: set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. **Câmara Municipal**. Disponível em: <<https://franca.sp.leg.br/pt->>. Acesso em: set. 2025.

SOBRAL, Adail. **Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

**OS EFEITOS PSICOLÓGICOS DA POBREZA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E OS
DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

*THE PSYCHOLOGICAL EFFECTS OF POVERTY ON CHILD DEVELOPMENT AND THE
CHALLENGES FOR CONSOLIDATING THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS IN BRAZIL:
AN INTEGRATIVE REVIEW*

Área temática: Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (Saúde e bem-estar)

BRUNETTI, Clara
Universidade de Franca-UNIFRAN
Graduanda em Psicologia pela Universidade de Franca
clarabrunetti2016@gmail.com

SAID, Hugo
Universidade de Franca-UNIFRAN
Graduando em Psicologia pela Universidade de Franca
hugofsaidbr@outlook.com

SPIRANDELI, Cintia
Universidade de Franca-UNIFRAN
Graduanda em Psicologia pela Universidade de Franca
cintiacspirandeli@gmail.com

BOLZANI, Berenice
Universidade de Franca-UNIFRAN
Doutora em Promoção da Saúde pela Universidade de Franca
berenicebolzani@hotmail.com

Resumo

A presente pesquisa analisa como a pobreza e a desigualdade socioeconômica influenciam o aumento de transtornos mentais em crianças brasileiras, bem como os impactos dessas condições na efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase no ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e no ODS 10 (Redução das Desigualdades). Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, estruturada em seis fases conforme Souza, Silva e Carvalho (2010) e conduzida segundo o método PRISMA. Os resultados demonstram que a pobreza ultrapassa a dimensão material, configurando-se como um determinante social da saúde mental infantil. Condições socioeconômicas precárias, insegurança alimentar, estresse crônico e ausência de suporte afetivo e institucional intensificam vulnerabilidades psicológicas e dificultam o rompimento do ciclo de pobreza. Além disso, observou-se que a desigualdade social afeta diretamente o desenvolvimento cognitivo e emocional, aumentando a incidência de ansiedade, depressão e déficits educacionais entre crianças em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Embora políticas públicas e compromissos internacionais avancem no campo discursivo, sua implementação prática ainda apresenta limitações, especialmente no que se refere à equidade de acesso e à integração de serviços. Conclui-se que a superação das desigualdades e a promoção da saúde mental na infância demandam estratégias que articulem saúde, educação e assistência social, com foco na prevenção, no fortalecimento de vínculos familiares e na criação de ambientes protetivos que assegurem o pleno desenvolvimento humano e a consolidação dos ODS no Brasil.

Palavras-chave: desenvolvimento infantil, pobreza, objetivos de desenvolvimento sustentável.

Abstract

This study analyzes how poverty and socioeconomic inequality influence the prevalence of mental disorders in Brazilian children, as well as the impact of these conditions on achieving the Sustainable Development Goals (SDGs), with emphasis on SDG 3 (Good Health and Well-being) and SDG 10 (Reduced Inequalities). It consists of an integrative literature review, structured in six phases according to Souza, Silva, and Carvalho (2010) and conducted following the PRISMA method. The results show that poverty extends beyond the material dimension, representing a key social determinant of child mental health. Poor socioeconomic conditions, food insecurity, chronic stress, and the absence of emotional and institutional support intensify psychological vulnerabilities and hinder the breaking of the poverty cycle. Furthermore, social inequality directly affects cognitive and emotional development, increasing the incidence of anxiety, depression, and behavioral difficulties among children living in vulnerable contexts. Although public policies and international commitments have advanced in discourse, their practical implementation remains limited, particularly regarding equity of access and service integration. It is concluded that overcoming inequalities and promoting mental health in childhood require intersectoral strategies that integrate health, education, and social assistance, focusing on prevention, the strengthening of family bonds, and the creation of protective environments that ensure full human development and the effective consolidation of the SDGs in Brazil.

Keywords: child development, poverty, sustainable development goals.

1 INTRODUÇÃO

Em setembro de 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um plano de ação global firmado por 193 países com o propósito de erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir prosperidade e bem-estar para todos. Essa Agenda estabeleceu 17 ODS, subdivididos em 169 metas e 230 indicadores, visando equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 3).

No campo da saúde, O ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) reconhece a importância de promover o bem-estar mental como parte integrante da saúde geral. Mais especificamente, mas não unicamente, o objetivo 3.4 preconiza que até 2030 devemos reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar. De forma convergente, o ODS 10 (Redução das Desigualdades) enfatiza a necessidade de promover a necessidade de promover inclusão social, econômica e política especialmente de populações vulneráveis, reafirmando o compromisso com a equidade e a justiça social (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 21-22).

Estes Objetivos e Metas, estão estabelecendo uma visão extremamente ambiciosa e transformadora. Prevemos um mundo livre da pobreza, fome, doença e penúria, onde toda a vida pode prosperar. Prevemos um mundo livre do medo e da violência. Um mundo com alfabetização universal. Um mundo com o acesso equitativo e universal à educação de qualidade em todos os níveis, aos cuidados de saúde e proteção social, onde o bem-estar físico, mental e social estão assegurados. Um mundo em que reafirmamos os nossos compromissos relativos ao direito humano à água potável e ao saneamento básico; e onde o alimento é suficiente, seguro, acessível e nutritivo. Um mundo onde habitats humanos são seguros, resilientes e sustentáveis, e onde existe acesso universal à energia acessível, confiável e sustentável.

Adotaram uma decisão histórica sobre um conjunto de Objetivos e Metas universais e transformadoras que é abrangente, de longo alcance e centrado nas pessoas. Reconhecendo que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Estão empenhados em alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões – econômica, social e ambiental – de forma equilibrada e integrada.

Nesse contexto, o desenvolvimento infantil adquire papel central, uma vez que os primeiros anos de vida representam uma janela crítica para a formação das bases cognitivas, emocionais e sociais do indivíduo.

Entretanto a pobreza e a desigualdade social constituem barreiras significativas a esse processo. A carência de recursos materiais, a insegurança alimentar, o estresse crônico e o ambiente

familiar adverso configuram um cenário de vulnerabilidade biopsicossocial, capaz de comprometer o funcionamento cerebral e emocional da criança. Estudos recentes em neuropsicologia do desenvolvimento demonstram que a exposição prolongada à pobreza pode gerar alterações estruturais no cérebro, afetando áreas relacionadas à memória, atenção e regulação emocional, além de aumentar a suscetibilidade a transtornos mentais, como ansiedade, depressão e distúrbios de comportamento (FEIJÓ et al., 2023).

'O bem-estar é afetado pelos arranjos estruturados da vida das pessoas e pelas experiências repetidas que decorrem desses arranjos' (PEARLIN, 1989 apud SILVA, 2015), enfatizando a importância crítica do mundo social na causa de doenças. Compreender os determinantes sociais da saúde mental tem muito a oferecer à agenda de desenvolvimento, indo muito além da compreensão da etiologia dos transtornos. Como Rose afirma (1992 p. 129): "os principais determinantes da doença são principalmente econômicos e sociais e, portanto, seus remédios também devem ser econômicos e sociais."

A literatura também evidencia que o baixo status socioeconômico (SSE) atua como um estressor crônico, desencadeando a hiperativação do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (HHA) e o aumento dos níveis de cortisol, o que prejudica a plasticidade sináptica e o desenvolvimento cortical em regiões fundamentais, como o hipocampo e o córtex pré-frontal (SLOPEN et al., 2014 apud FOGAÇA et al., 2025). Tais condições revelam que os efeitos da pobreza ultrapassam a dimensão econômica, atingindo o organismo de forma direta e permanente – um fenômeno descrito por Feijó et al. (2023) como estresse tóxico.

No Brasil, a desigualdade social permanece um dos maiores desafios à efetivação dos ODS, refletindo-se na infância como um ciclo de privações que perpetua vulnerabilidades. Pesquisas de Costa et al. (2016; 2018) e Matos, Cavalcante e Costa (2016) apontam que crianças em situação de pobreza apresentam maior risco de atrasos cognitivos e motores, além de dificuldades de socialização e aprendizado. Ao mesmo tempo, o ambiente sociofamiliar e o território — quando marcados por violência, precariedade e falta de infraestrutura — intensificam os danos ao desenvolvimento e à saúde mental, reforçando o caráter multidimensional da pobreza (OLIVEIRA et al., 2024).

Plagerson defendeu o benefício mútuo da saúde mental e do desenvolvimento social, com base em uma estrutura de capacidades (Sen, 1999 apud SILVA, 2015) para entender tanto o valor intrínseco da saúde mental como fim do desenvolvimento em si mesmo, quanto a saúde mental como um componente constituinte do desenvolvimento (PLAGERSON, 2014 apud SILVA, 2015).

Ao decidir sobre esses Objetivos e Metas, é vital reconhecer que cada país enfrenta desafios específicos para alcançar o desenvolvimento sustentável, e ressalta-se os desafios especiais que enfrentam os países mais vulneráveis e, em particular, países menos desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Tradicionalmente, busca-se compreender a pobreza e status socioeconômico (SSE) a partir de uma análise multidimensional, composta por indicadores como renda familiar, nível de escolaridade dos pais e privação de áreas (DENNIS; MANZA; VOLKOW apud FEIJÓ et al., 2023). Nesse contexto, a influência da pobreza sobre o desenvolvimento infantil é amplamente documentada, uma vez que o desenvolvimento humano é um processo complexo, dinâmico e multifatorial, resultante da interação entre fatores biológicos, psicológicos e socioambientais. Diversos estudos demonstram que o contexto socioeconômico exerce papel determinante nesse processo, sendo a pobreza e a desigualdade social fatores associados a atrasos no desenvolvimento infantil e ao aumento da vulnerabilidade a transtornos mentais e cognitivos na infância (FEIJÓ et al., 2023; COSTA et al., 2016).

A literatura recente em neuropsicologia do desenvolvimento evidencia que as experiências precoces de pobreza podem produzir alterações mensuráveis na estrutura e no funcionamento cerebral, afetando habilidades cognitivas, emocionais e comportamentais. No estudo de revisão conduzido por Feijó et al. (2023), os autores reúnem evidências de que a condição de baixo status socioeconômico está relacionado a mudanças estruturais em regiões cerebrais como menor volume de massa cinzenta, formada por corpos neuronais e responsável pelo processamento de informações, o córtex frontal, o córtex temporal e o hipocampo, áreas essenciais à memória, atenção e regulação emocional. Essas regiões são especialmente vulneráveis ao estresse crônico e à falta de estímulos ambientais, fatores frequentes em contextos de vulnerabilidade social.

Neste contexto, crianças que vivem em ambientes estressantes com baixo nível socioeconômico demonstram níveis mais elevados de cortisol, hormônio envolvido na regulação do

estresse, do que crianças que não foram expostas a esses fatores (SLOPEN et al, 2014 apud FOGAÇA et al, 2025), e quando expostas a esse “estresse tóxico” o desenvolvimento cerebral apresenta crescimento letárgico da região do hipocampo, relacionado à capacidade de memória e aprendizagem (FEIJÓ et al). O estudo também explica como a exposição prolongada ao estresse, sem suporte afetivo e social protetivo, altera permanentemente o eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (HHA) e modifica a arquitetura cerebral. Esse tipo de estresse é caracterizado pela hiperativação persistente do eixo HHA, resultando em níveis elevados de cortisol, hormônio que, embora essencial para o enfrentamento de ameaças, torna-se neurotóxico quando presente em excesso. Tal hiperatividade prejudica a plasticidade sináptica, a formação de novas conexões neurais e a maturação cortical, especialmente em estruturas como o hipocampo e o córtex pré-frontal. Dessa forma, a pobreza atua biologicamente como uma condição de estresse ambiental crônico.

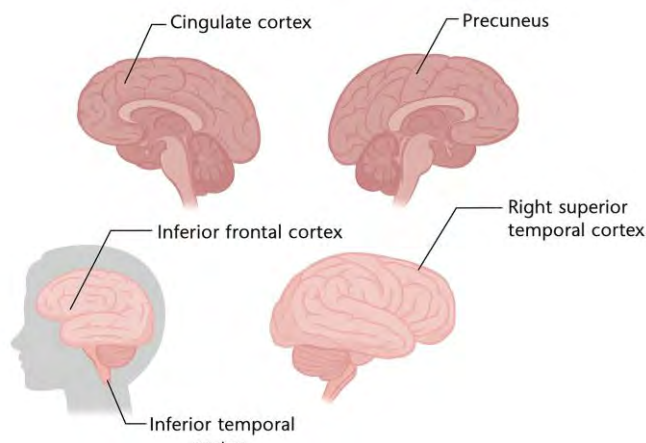


Figura 1: Áreas de vulnerabilidade no cérebro da pobreza. Fonte: FEIJÓ et al. (2023, p.6).

Estudos dessa natureza são de extrema relevância, pois explicam, sob uma perspectiva biológica e empírica, as consequências negativas da pobreza estrutural, demonstrando que os fatores ambientais e as conexões sociais vivenciadas ao longo da vida impactam significativamente o desenvolvimento das habilidades cognitivas e sociais (BRITO; NOBLE, 2014, apud FEIJÓ et al., 2023).

Nessa mesma linha, Costa et al. (2016) identificaram associação estatisticamente significativa entre o nível socioeconômico familiar e o desenvolvimento neuropsicomotor de crianças nos distritos administrativos de Belém, evidenciando que a vulnerabilidade econômica compromete tanto o desempenho motor, quanto cognitivo.

Por meio de um estudo de caráter transversal e descritivo-exploratório, Costa et al. (2016) analisaram a pobreza a partir de uma perspectiva ampliada, considerando não apenas seus aspectos econômicos, mas também suas dimensões políticas, sociais, culturais, qualidade de vida e bem-estar. Para avaliação, foi utilizado o teste psicológico Denver II, em crianças de 0 a 6 anos de idade, com o objetivo de detectar possíveis atrasos no desenvolvimento, abrangendo 4 áreas principais: pessoal-social, motricidade fina, linguagem e motricidade ampla. O nível de pobreza familiar foi mensurado por meio de um instrumento projetado para populações urbanas de baixa renda, traduzido e adaptado para o contexto brasileiro por Issler e Giugliani, que contempla 13 itens além da renda familiar. Os resultados sugerem que crianças entre 36 e 48 meses pertencentes ao grupo de maior vulnerabilidade socioeconômica apresentaram maiores taxas de suspeita de atraso em seu desenvolvimento neuropsicomotor, reforçando a influência do contexto econômico e social no desenvolvimento psicomotor.

Matos, Cavalcante e Costa (2016) complementam essa perspectiva ao enfatizar que características do ambiente sociofamiliar, como a qualidade da interação familiar, o estímulo cognitivo e afetivo, como fatores determinantes na aquisição de habilidades motoras e cognitivas. De modo convergente, Costa et al. (2018) revelam que a pobreza limita as oportunidades de brincadeiras estruturadas e espontâneas, reduzindo experiências essenciais para a socialização e o aprendizado da primeira infância. Além dos impactos motores e cognitivos, o contexto social, econômico e familiar influencia diretamente o desenvolvimento das funções executivas e a regulação emocional. Segundo Costa e Minervino (2024, p. 222), “o nível socioeconômico familiar e a qualidade da interação pais-filho estão fortemente associados ao desenvolvimento das funções executivas”, indicando que crianças de

famílias vulneráveis apresentam maior risco de dificuldades emocionais, comportamentais e cognitivas, incluindo déficits na atenção, memória e controle inibitório.

Nesse sentido, estudos de Glória Messias et al. (2025) revelam que crianças de 0 a 6 anos expostas à pobreza apresentam maior probabilidade de atrasos no desenvolvimento global. Contudo, fatores protetivos, como suporte familiar consistente, estimulação precoce e políticas de atenção à infância, podem mitigar os efeitos adversos da vulnerabilidade socioeconômica. Essa constatação reforça a importância de políticas públicas intersetoriais, capazes de potencializar os recursos familiares e comunitários para promover resiliência infantil.

Estudos dessa natureza são fundamentais, pois demonstram que o desenvolvimento infantil constitui um período crítico para a formação de habilidades cognitivas, psicossociais e afetivas, cujos efeitos se estendem por toda a vida (ONU, *United Nations Children's Fund*, 2020), e a interação entre fatores biológicos, psicológicos e socioambientais, tendo o contexto socioeconômico como elemento determinante, auxiliam a psicologia e as políticas públicas a caminharem para um desenvolvimento social que fortaleça o desenvolvimento infantil integral e saudável.

Compreendido, então, o impacto neuropsicológico e neuropsicomotor da pobreza sobre o desenvolvimento infantil, torna-se necessário analisar o papel do território e do ambiente sociofamiliar na formação da saúde mental das crianças. Em uma sociedade contemporânea, marcada pela lógica capitalista, pela gentrificação e pelo aumento das desigualdades socioeconômicas, o território assume relevância central. Segundo Oliveira et al. (2024), “o território tem impacto direto sobre o desenvolvimento infantil” (p. 3), sendo reconhecido pelas próprias crianças como espaço atravessado por pobreza (dimensão socioeconômica), violência (dimensão social) e precariedade estrutural (dimensão física). Por outro lado, a convivência comunitária e o fortalecimento das redes de apoio podem atenuar os efeitos adversos da pobreza, promovendo resiliência e protagonismo infantil.

Oliveira et al. (2024) destacam que experiências positivas no território, como a participação comunitária e a integração com a vizinhança, funcionam como fatores de proteção diante das adversidades socioeconômicas.

No âmbito da saúde pública, a pobreza infantil representa um obstáculo significativo para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 3, que busca assegurar saúde e bem-estar para todos. Silva (2024) evidencia que, entre 2016 e 2022, o progresso brasileiro nesse objetivo foi desigual, comprometido pelas disparidades regionais e pelo acesso restrito aos serviços de saúde, fatores que impactam diretamente a saúde mental e o desenvolvimento integral de crianças em contextos vulneráveis. Nesse sentido, a triagem de desenvolvimento surge como ferramenta preventiva essencial, pois permite identificar precocemente desvios e orientar intervenções adequadas (OLIVEIRA et al., 2024).

O ODS 3.4, que visa reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis e promover a saúde mental e o bem-estar, está diretamente relacionado à realidade das crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A literatura demonstra que estresse crônico, insegurança alimentar, violência doméstica e falta de estímulo cognitivo adequado elevam significativamente a probabilidade de transtornos mentais precoces, como ansiedade, depressão e dificuldades de regulação emocional (FEIJÓ et al., 2023; COSTA; MINERVINO, 2024). Esses fatores não apenas comprometem o desenvolvimento neuropsicomotor, mas também prejudicam o aprendizado, as relações sociais e a capacidade de adaptação às demandas escolares e comunitárias.

Nesse contexto, a promoção da saúde mental infantil, prevista no ODS 3.4, requer políticas públicas integradas que combinem atenção à saúde, educação e suporte psicossocial. Intervenções como programas de triagem precoce, estímulo a brincadeiras estruturadas, apoio à parentalidade e criação de ambientes seguros e acolhedores que podem reduzir as vulnerabilidades psicológicas e promover resiliência (DA GLÓRIA MESSIAS et al., 2025; MATOS; CAVALCANTE; COSTA, 2016). Além disso, reconhecer e abordar os impactos da pobreza sobre o bem-estar psicológico infantil é essencial para que o Brasil avance de maneira efetiva na consolidação do ODS 3, garantindo que todas as crianças tenham oportunidade de desenvolvimento integral desde a primeira infância.

A articulação entre saúde, educação e assistência social é, portanto, fundamental para a construção de ambientes protetivos e equitativos. Pesquisas indicam que intervenções integradas, envolvendo estímulo cognitivo, suporte familiar, promoção de brincadeiras e engajamento comunitário, contribuem de forma significativa para reduzir os efeitos adversos da pobreza (COSTA et al., 2016; COSTA et al., 2018; MATOS et al., 2016; DA GLÓRIA MESSIAS et al., 2025). Além disso, reconhecer a criança como sujeito ativo, capaz de expressar percepções sobre seu território e suas condições de vida, é passo essencial para consolidar práticas de cuidado centradas na infância e voltadas à promoção do bem-estar psicológico e social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi elaborada a partir de uma revisão integrativa da literatura, conduzida de acordo com a metodologia do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), permitindo sintetizar conhecimentos sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente a ODS 3 (saúde e bem-estar) e a ODS 10 (redução de desigualdades), o estudo das consequências biopsicossociais no desenvolvimento de crianças de 0 a 12 anos juntamente com a relevância da psicologia social para a consolidação da Agenda 2030.

Sendo assim, a pesquisa foi norteada pelas seis fases do processo de elaboração da revisão integrativa que, de acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010), são:

1ª Fase: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa. Desta forma, elencou-se como pergunta norteadora: “Como a pobreza e a desigualdade socioeconômica brasileira influenciam na prevalência e aumento de transtornos mentais em crianças, e quais os impactos dessas condições na efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?”.

2ª Fase: busca ou amostragem na literatura. Nesta fase adotaram-se os métodos de inclusão: artigos publicados em português ou inglês que abordassem desenvolvimento infantil, pobreza e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que foram publicados nos últimos dez anos, entre 2015 e 2025, e documentos oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU). Como critérios de exclusão: pesquisas que não abordassem os temas indicados especificamente nas plataformas digitais, artigos que não estivessem no recorte temporal, textos indisponíveis para acesso na íntegra, artigos com pesquisas de campo feitas fora do Brasil, e artigos com metodologias inadequadas como: não conclusivos, com resultados não relevantes ou artigos duplicados.

3ª Fase: coleta de dados. Através de uma busca nas bases de dados: SciELO e LILACS, utilizando os seguintes descritores em português: “desenvolvimento infantil”, “pobreza” E “objetivos de desenvolvimento sustentável”, e na língua inglesa: “child development”, “poverty” AND “sustainable development goals”.

4ª Fase: análise crítica dos estudos incluídos. Através da seleção e avaliação dos estudos pelo método PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), foi feita uma investigação mais aprofundada sobre as principais categorias temáticas convergentes nos artigos e separação por categoria temática para melhor organização e fluidez da pesquisa.

5ª Fase: discussão dos resultados. A discussão foi estruturada de forma a integrar as evidências encontradas na literatura sobre as consequências biopsicossociais da pobreza no desenvolvimento infantil, com os princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, possibilitando a análise crítica das correlações entre contextos de vulnerabilidade socioeconômica e o desenvolvimento psicológico infantil, a fim de responder à pergunta norteadora.

6ª Fase: apresentação da revisão integrativa. Os resultados obtidos foram organizados e sintetizados de forma descritiva e acadêmica para melhor compreensão e validação do estudo. A apresentação segue o modelo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analyses), assegurando transparência metodológica, rastreabilidade das fontes e consistência entre as etapas da revisão.

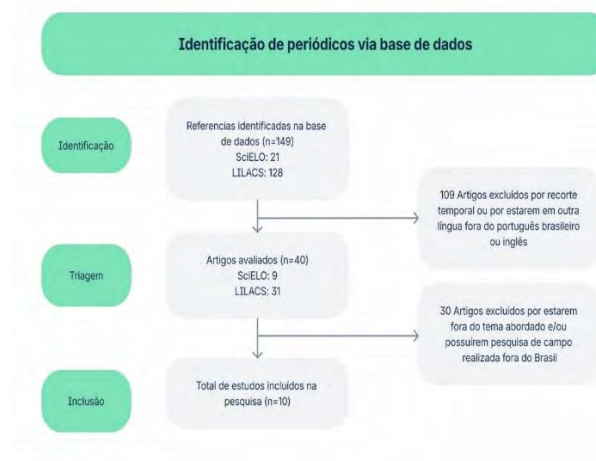


Figura 2: Fluxograma do processo de busca integrativa

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos incluídos nesta revisão integrativa revelou uma convergência de evidências científicas em torno da forte correlação entre pobreza, desigualdade socioeconômica e o aumento de transtornos mentais em crianças brasileiras. Esta relação manifesta-se tanto no plano neurobiológico, através de alterações neuroquímicas e estruturais no cérebro, que corroboram para aumento de transtornos psicológicos. No que tange ao plano psicossocial, a pesquisa demonstra a correlação da vulnerabilidade socioeconômica em virtude da desigualdade de acesso não apenas a fins financeiros como também condições precárias de vida, ausência de estímulos cognitivos, fragilidade de vínculos familiares e exposição contínua a situações de estresse, que corroboram para o desenvolvimento de comportamentos impulsivos, agressividade, déficit educacional, entre outros.

De modo geral, os resultados mostraram que crianças em contextos de vulnerabilidade socioeconômica apresentam maior incidência de transtornos de ansiedade, depressão, distúrbios de comportamento, déficit de atenção e dificuldades de regulação emocional, em comparação àquelas que crescem em ambientes estáveis e estimulantes (FEIJÓ et al., 2023; COSTA; MINERVINO, 2024). Essa diferença decorre, sobretudo, da exposição prolongada a um conjunto de fatores, como insegurança alimentar decorrente da insegurança financeira, dimensão territorial marcada pela ausência ou precariedade de programas institucionais de apoio, limitação de acesso a espaços saudáveis e seguros para socialização, violência e precariedade estrutural que corroboram para o estresse crônico que a literatura denomina de “estresse tóxico”.

Nesse sentido, Feijó et al. (2023) demonstram que esse tipo de estresse altera o funcionamento do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (HHA), elevando os níveis de cortisol e afetando negativamente a plasticidade sináptica e o desenvolvimento cortical de áreas cerebrais ligadas à memória, atenção e controle emocional, como o hipocampo e o córtex pré-frontal. Tais alterações comprometem o aprendizado, o comportamento e a capacidade de adaptação social da criança, criando um ciclo contínuo de vulnerabilidade biopsicossocial.

Além dos aspectos neurobiológicos, a literatura evidencia que o contexto sociofamiliar exerce papel decisivo no desenvolvimento emocional e cognitivo infantil. Pesquisas de Costa et al. (2016) e Matos, Cavalcante e Costa (2016) apontam que o ambiente doméstico desfavorável, marcado por privação material, baixa escolaridade parental e vínculos afetivos frágeis, reduz as oportunidades de estimulação cognitiva e aumenta a incidência de atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor. Nessas condições, a criança tende a internalizar padrões de ansiedade e medo, interferindo diretamente em sua autoconfiança, curiosidade e capacidade de estabelecer relações sociais saudáveis.

A análise territorial, discutida por Oliveira et al. (2024), reforça a ideia de que a pobreza deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional, que engloba diversos setores além da renda. Fatores como violência urbana, falta de infraestrutura, precariedade escolar e ausência de espaços de lazer intensificam o sofrimento psíquico infantil e dificultam o acesso a experiências de convivência positiva. Por outro lado, a presença de redes de apoio comunitário e relações solidárias podem

funcionar como atenuadores do sofrimento psíquico infantil, favorecendo a resiliência e o protagonismo das crianças frente às adversidades.

No âmbito das políticas públicas, os resultados desta revisão evidenciam que as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades), ainda enfrentam grandes entraves estruturais para sua efetivação no Brasil. Conforme Silva (2024), as desigualdades regionais, a insuficiência de investimentos em saúde mental e a carência de programas intersetoriais limitam o alcance das metas da Agenda 2030, perpetuando o ciclo da exclusão social e o aumento das vulnerabilidades psicológicas na infância.

Dessa forma, as evidências apontam que a pobreza e a desigualdade social brasileiras não apenas aumentam a prevalência de transtornos mentais em crianças, mas também representam barreiras concretas à efetivação dos ODS, uma vez que comprometem a base humana do desenvolvimento sustentável — o bem-estar e a saúde mental das futuras gerações.

Assim, a discussão dos resultados reforça a necessidade de políticas públicas integradas, que considerem simultaneamente as dimensões biológica, emocional, social e territorial do desenvolvimento infantil. A abordagem fragmentada das políticas sociais tende a negligenciar esse olhar, e trabalhar a psicologia unicamente no sentido da saúde, falhando em abranger seus aspectos sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos nesta pesquisa permitem afirmar que a pobreza e a desigualdade socioeconômica exercem influência direta e profunda sobre o desenvolvimento psíquico e emocional das crianças, ampliando a vulnerabilidade aos transtornos mentais e comprometendo a formação das habilidades cognitivas, afetivas e sociais essenciais ao seu desenvolvimento integrativo e apropriado.

A exposição prolongada a condições de privação, estresse e negligência cria um terreno fértil para o surgimento de problemas de saúde mental, interferindo na aprendizagem, na sociabilidade e na capacidade de autocontrole. Sob o ponto de vista neurobiológico, a ação contínua do estresse tóxico altera o equilíbrio hormonal e afeta o funcionamento de áreas cerebrais fundamentais para o desenvolvimento de funções psicológicas básicas, e corroboram para o adoecimento mental precoce.

Além disso, o estudo evidencia que a desigualdade territorial e o enfraquecimento das redes de apoio comunitário intensificam os impactos psicológicos da pobreza, restringindo o acesso a oportunidades de lazer, educação e convivência. Em contrapartida, políticas públicas que fortalecem os vínculos familiares, ampliam o acesso à saúde mental e incentivam a participação comunitária demonstram potencial de transformação, funcionando como fatores protetivos importantes para efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, em especial o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades).

Por fim, compreende-se que a superação dos efeitos psicossociais e neurobiológicos da pobreza exige mais do que o combate à carência material: requer uma mudança estrutural baseada na intersetorialidade, na promoção da justiça social e na valorização da infância como prioridade do desenvolvimento nacional. Somente a partir dessa perspectiva será possível construir um futuro em que o bem-estar psicológico das crianças não seja privilégio de poucos, mas um direito garantido a todos, em consonância com os princípios da Agenda 2030 e com a visão de um mundo mais justo, saudável e humano.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. V. de et al. Desigualdades regionais na saúde: mudanças observadas no Brasil de 2000 a 2016. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 4, p. 1055–1064, abr. 2017.

ALENCAR, Camila de Nazaré; COSTA, Elson Ferreira; CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves. Associação entre a pobreza familiar e o desenvolvimento neuropsicomotor de crianças na educação infantil. *Revista de Psicologia IMED*, Passo Fundo, v. 10, n. 2, p. 89–102, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217550272018000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 out. 2025.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. *Funções executivas e desenvolvimento na primeira infância: habilidades necessárias para a autonomia*. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2016. Disponível em: <https://ncpi.org.br/wpcontent/uploads/2024/08/Funcoes-executivas-e-desenvolvimento-na-primeira-infancia.pdf>. Acesso em: 7 out. 2025.

COSTA, Elson Ferreira; CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; LIMA, Samyra Said de; ALENCAR, Camila de Nazaré. Pobreza familiar, desenvolvimento neuropsicomotor e brincadeiras de crianças de regiões insular e continental de Belém. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 179–186, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rto/article/view/146567>. Acesso em: 7 out. 2025.

COSTA, Layse Pereira da; MINERVINO, Carla Alexandra da Silva Moita. Nível socioeconômico familiar e interação pais-filho: relação com funções executivas. *Revista Psicopedagogia*, v. 41, n. 125, p. 220–230, 2024. Disponível em: <https://revistapsicopedagogia.com.br/Content/pdf/v41n125a02.pdf>. Acesso em: 7 out. 2025.

FEIJÓ, D. M. et al. The impact of child poverty on brain development: does money matter?. *Dementia & Neuropsychologia*, v. 17, p. e20220105, 2023.

FOGAÇA, Thais et al. Fatores de risco e proteção ao desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos no Brasil: uma revisão sistemática. *Ciência Psicológica*, Montevideo, v. 19, n. 1, e3974, 2025. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S168842212025000101216&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 7 out. 2025.

KNEIP, Camila. Saúde mental e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: os desafios de um futuro mais saudável e inclusivo. *Bem do Estar*, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://www.bemdoestar.org/artigos/saude-mental-e-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-os-desafios-de-um-futuro-mais-saudavel-e-inclusivo>. Acesso em: 7 out. 2025.

MATOS, Larissa Araújo; CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; COSTA, Elson Ferreira. Características do ambiente sociofamiliar e desenvolvimento neuropsicomotor de crianças: associações e implicações. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 97–108, dez. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S235907692016000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 out. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília, DF: Nações Unidas no Brasil, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 7 out. 2025.

OLIVEIRA, F. A. de et al. Olhares da criança para o território: perspectivas para o desenvolvimento infantil. *Cogitare Enfermagem*, v. 29, p. e95825, 2024.

PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo. O Brasil e os desafios da educação e dos educadores na Agenda 2030 da ONU. *Revista Nova Paideia – Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa*, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 22–33, 2019. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/35>. Acesso em: 7 out. 2025.

SILVA, Jefferson Almeida. *A situação do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 3 no Brasil: uma análise do período 2016–2022*. 2024. 434 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hélio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
SILVA, M. J. de. Making mental health an integral part of sustainable development: the contribution of a social determinants framework. *Epidemiology and Psychiatric Sciences*, v. 24, n. 2, p. 100–106, 2015.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein* (São Paulo), v. 8, p. 102–106, 2010

**O TERCEIRO SETOR NO BRASIL: FORMAS JURÍDICAS, MARCO REGULATÓRIO E DESAFIOS
À CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL**

*THE THIRD SECTOR IN BRAZIL: LEGAL FORMS, REGULATORY FRAMEWORK, AND
CHALLENGES TO INSTITUTIONAL CONSOLIDATION*

Área temática: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

DONHA, Alberto Freitas Cordero
Uni-Facef

Mestrando em Desenvolvimento Regional, Graduação em Direito
alberto.donha@gmail.com

GUERRA, José Alfredo de Pádua
Uni-Facef

Doutor em Serviço Social, Mestre em Administração, Graduação em Economia
josealfredopaduaguerra@gmail.com

Resumo

O artigo analisa o Terceiro Setor brasileiro, destacando sua evolução conceitual e o papel estratégico na promoção da cidadania. Explora-se a diversidade de formas jurídicas — associações, fundações, organizações religiosas, cooperativas e empreendimentos de economia solidária — à luz da legislação vigente. Evidencia-se a importância da personalidade jurídica e das normas específicas para atuação em parceria com o poder público, especialmente sob o Marco Regulatório das OSCs (Lei nº 13.019/2014). Discutem-se ainda os limites à remuneração de dirigentes e à distribuição de resultados, apontando incompatibilidade entre princípios de empreendimentos de economia solidária e os requisitos legais das OSCs. Conclui-se que a harmonização normativa e o fortalecimento institucional são fundamentais para garantir segurança jurídica, ampliar o impacto social e consolidar o Terceiro Setor como vetor de desenvolvimento democrático e equitativo. Em uma abordagem teórico-reflexiva, fundamentada na análise das normas legais do Terceiro Setor brasileiro, buscou-se, em um trabalho de natureza qualitativa, articular o exame técnico-jurídico com uma reflexão crítica sobre os impactos e desafios práticos das recentes alterações legislativas que afetam o Terceiro Setor.

Palavras-chave: Terceiro Setor, Marco Regulatório, Economia Solidária.

Abstract

The article analyzes the Brazilian Third Sector, highlighting its conceptual evolution and strategic role in promoting citizenship. It explores the diversity of legal forms—associations, foundations, religious organizations, cooperatives, and solidarity economy ventures—in light of current legislation. The importance of legal personality and specific norms for acting in partnership with the public administration is evidenced, especially under the Regulatory Framework for Civil Society Organizations (CSOs) (Law No. 13,019/2014). It also discusses the limits on the remuneration of directors and the distribution of profits, pointing out the incompatibility between the principles of solidarity economy ventures and the legal requirements for CSOs. The conclusion is that normative harmonization and institutional strengthening are fundamental to ensure legal certainty, broaden social impact, and consolidate the Third Sector as a vector for democratic and equitable development. In a theoretical-reflective approach, grounded in the analysis of the Brazilian Third Sector's legal norms, this qualitative study sought to articulate the technical-legal examination with a critical reflection on the practical impacts and challenges of recent legislative changes affecting the Third Sector.

Keywords: Third Sector, Regulatory Framework, Solidarity Economy.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de Terceiro Setor tem se consolidado no cenário socioeconômico global, representando um espaço de atuação distinto e complementar aos setores público (Estado) e privado (mercado).

Tradicionalmente, esse setor era percebido como um conjunto de iniciativas de caridade e filantropia, movido por um altruísmo empresarial. Contudo, sua evolução transcendeu essa visão simplista, assumindo um papel cada vez mais estratégico na promoção da cidadania e na complementação das ações governamentais.

Composto por organizações da sociedade civil (OSCs), termo menos abrangente do que "Terceiro Setor" e consolidado pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014), essas entidades, embora geridas por iniciativas privadas, dedicam-se à consecução de finalidades de interesse público, prestando serviços essenciais que o Estado, por si só, muitas vezes não consegue prover plenamente.

Este artigo busca explorar organicamente o Terceiro Setor no Brasil, no que tange às suas formas legais, lançando luz em questões pertinentes à remuneração de dirigentes e distribuição de resultados com foco na relação com o poder público.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

I. DEFINIÇÃO E EVOLUÇÃO CONCEITUAL

Existem entes e organizações sociais que não se amoldam exatamente aos clássicos conceitos de Primeiro Setor, este entendido como a iniciativa empresarial, e o Segundo Setor, este definido como sendo a iniciativa estatal.

A esta forma mais jovem de organização convencionou-se denominar Terceiro Setor. Segundo Coutinho (2018), "o conceito de Terceiro Setor só foi sedimentado na segunda metade do século XX, nos Estados Unidos... uma revolução no que tange ao dever caridoso de ajudar o próximo: aliou a iniciativa individual, sua principal característica, à capacidade de associação em prol de objetivos comuns.", se colocando entre o Primeiro Setor e o Segundo Setor, irá atuar por meio da filantropia, na busca da consecução de bens comuns.

Atuando sem almejar lucros, aos moldes da esfera pública, é criado e mantido por particulares, em um paradigma à iniciativa privada. O Terceiro Setor desempenha um trabalho voluntário na prestação de serviços públicos sem, contudo, se incorporar diretamente ao corpo estatal, trata-se da "... propriedade pública não-estatal, que também pode ser chamada de não-governamental, não voltada para o lucro, ou propriedade do terceiro setor...", na forma do ensinamento de Bresser-Pereira (1997)

Se, de um lado, o Terceiro Setor nasce da atuação do privado em prestar serviços públicos, complementando a atividade e, em muitos momentos, suprimindo a carência do Estado, de outro, é graças a lacunas estatais que ele encontra espaço para crescer e poder atuar. Quase que em uma simbiose de causado e causador, é do nascimento da consciência privada de que o público, pelo menos na prática, não consegue prover plenamente todos os serviços públicos de que necessitam os cidadãos, que se fortalece o Terceiro Setor.

Em um altruísmo empresarial, atualmente há uma consciência de que o privado, pela atividade do Terceiro Setor, exerce a própria cidadania. Conforme Coutinho (2018) "... a sociedade passou a exercer um papel proativo na proteção desses direitos ... as ações executadas pelo Terceiro Setor com suas entidades de interesse social, que atuam paralelamente ou em substituição ao Poder Público na implementação de Direitos Fundamentais."

Ainda para Coutinho (2018) "... a participação popular tomou uma conotação primordial na consolidação dos direitos e no exercício da cidadania." Nascendo uma conscientização de que o Estado representa uma forma indireta de se exercer a cidadania pelo cidadão e o Terceiro Setor se apresenta como uma formatação orgânica para o exercício de uma cidadania direta.

O Terceiro Setor passa a representar um verdadeiro conclave ao privado para exercitar diretamente a sua cidadania.

Uma mudança do prisma de análise das atividades do Terceiro Setor, em que o setor privado deixa de atuar de forma meramente pontual em uma filantropia empresarial, passando a assumir uma responsabilidade social corporativa indissociável dos objetivos primários do Primeiro Setor.

Porém, independentemente das razões que movem o privado do Primeiro para o Terceiro Setor, há de se ter em mente que as sociedades previstas no inciso II, do art. 44, do Código Civil brasileiro (Lei 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002) pela sua natureza jurídica se destinam a

atividades lucrativas; logo, para atividades não lucrativas, mais adequadas às necessidades do Terceiro Setor, a formatação jurídica de uma organização deve se enquadrar nos demais incisos do art. 44 do referido códex, e atender a regramento próprio, totalmente diferente dos previstos para o Primeiro Setor.

Apesar de comuns denominações como ONG ou Instituto, deve-se ter em mente que os entes do Terceiro Setor possuem formações legais trazidas pela legislação pátria com peculiaridades próprias, das quais as mais comuns são as associações e fundações, pelo que passaremos a analisar essas formações.

Da Personalidade Jurídica

Há de se ter em mente que, qualquer que seja a formação a ser escolhida pelo particular, é necessário que esta possibilite ao ente do Terceiro Setor ter personalidade jurídica. Pode-se conceituar personalidade jurídica como a aptidão de ser titular de direitos e deveres dentro do ordenamento jurídico.

A princípio, em momentos incipientes do direito, somente se pensava as pessoas naturais, assim entendidos os seres humanos, como capazes de serem titulares de direitos e deveres. Somente essas pessoas naturais, individualmente entendidas, poderiam praticar atos da vida civil com validade jurídica.

Com a evolução dos conceitos jurídicos, passou-se a perceber que, em muitos momentos, o ser humano não atuava sozinho, mas em conjunto com outros seres humanos, em uma coalizão de esforços que não mais representava a ação de um único indivíduo, mas o conjunto dos esforços dessas múltiplas pessoas.

De tal forma que, por este conjunto de ações individuais, não poderia se obrigar um único indivíduo, mas se deveriam obrigar o conjunto de indivíduos que envolviam essa empreitada. Dessa ideia de atuação coletiva surgiu-se a teoria da empresa, em que o ordenamento jurídico emprestaria a capacidade jurídica a determinados conjuntos organizados de ações de pessoas naturais.

Desse conjunto orgânico de atuação das pessoas naturais, nascem as Pessoas Jurídicas, capazes de serem titulares de direitos e obrigações de forma totalmente independente das Pessoas Naturais que as criaram.

Inicialmente pensada para organizações tendentes ao lucro, se amoldando à ideia do Primeiro Setor, a doutrina da empresa posteriormente evoluiu para entes que não buscavam o lucro, sendo o Segundo e o Terceiro Setores compostos por pessoas jurídicas que não objetivam o lucro.

A pessoa jurídica de direito público (Segundo Setor) vêm elencadas no Código Civil, em seu artigo 41, sendo estas: a União; os Estados, o Distrito Federal e os Territórios; os Municípios; as autarquias, inclusive as associações públicas; e as demais entidades de caráter público criadas por lei. O Terceiro Setor irá se distanciar do Segundo Setor ao passo em que nasce da iniciativa privada, nos termos do caput do já citado artigo 44, do Código Civil.

O Terceiro Setor se apresenta como um híbrido entre a origem do Primeiro Setor e o fim do Segundo Setor. O Terceiro Setor é a iniciativa privada, sem objetivo de lucro, atuando para a consecução de serviços públicos.

Do mesmo modo que nos Primeiro e Segundo Setores, a legislação brasileira prevê formatos específicos para a composição das pessoas jurídicas que comporão o Terceiro Setor.

Tradicionalmente formatadas como associações e fundações, em 2003 incluíram-se as organizações religiosas e, mais recentemente, os empreendimentos de economia solidária. Passaremos à análise desses formatos.

II. FORMAS LEGAIS DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Para operar legalmente no Brasil, as organizações do Terceiro Setor devem adquirir personalidade jurídica. As formas mais comuns e tradicionalmente reconhecidas são as associações e as fundações.

O Código Civil brasileiro, porém, atualmente também empresta personalidade jurídica aos empreendimentos de economia solidária e às organizações religiosas, além de outras, já as cooperativas vem regulamentada pela Lei nº 5.764/1971, a Lei Geral das Cooperativas.

Associações

A associação é uma união de pessoas para fins não econômicos, definição trazida no art. 53 do Código Civil brasileiro, que busca base constitucional no art. 5º, XVIII, ao prever o direito fundamental à livre associação para fins lícitos.

Em sua definição legal, é uma união de pessoas para o desenvolvimento de uma atividade não lucrativa. Pelo conceito acima, qualquer tipo de pessoa pode compor uma associação, seja física ou jurídica.

Ainda que desenvolva uma atividade que gere receitas, o produto dessas receitas deve, necessariamente, ser integralmente revertido à consecução do objetivo social da própria associação.

Apesar de ser possível a remuneração dos dirigentes das associações, como regra geral, para atuação como entidade do Terceiro Setor em parceria com os entes do Segundo Setor há várias regras restritivas nesse sentido.

Historicamente, para que gozassem de imunidades ou tivessem certificações que as habilitassem a receber benefícios ou firmar contratos públicos, as associações sempre sofreram severas restrições no que tange à remuneração dos dirigentes.

Porém, a legislação, pouco a pouco, evoluiu para permitir a remuneração dos dirigentes das associações, culminando com a Lei nº 13.151/15, que ao alterar várias leis, passa a prever essa possibilidade.

De acordo com o *Manual do Terceiro Setor* (INSTITUTO PRÓ BONO, 2005), as associações podem destinar-se à prestação de serviços tanto aos associados quanto à coletividade, sendo nesta última hipótese, quando executam atividades de interesse público, que se configuram como entidades do Terceiro Setor, na forma do *Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil* (Lei nº 13.019/2014, atuando como agentes privados na execução de funções públicas.

Fundações

No caso das fundações, segundo o código civil, se caracteriza um conjunto patrimonial ao qual a legislação possibilita a afetação de personalidade jurídica para a consecução de finalidades que, diferentemente das associações, estão restritas a atividades religiosas, morais, culturais ou assistenciais, sempre sem fins lucrativos.

Diferentemente da associação, que é uma união de pessoas, o núcleo fundamental de uma fundação é um patrimônio que deve ser suficiente para garantir a consecução dos seus objetivos.

A característica definidora de uma fundação é a sua existência patrimonial: necessariamente, a fundação existirá enquanto houver patrimônio para a consecução de seus fins. Fins esses que não podem ser alterados no curso de sua existência, conforme restrições do art. 67, II, do Código Civil. Se acaso se tornar ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação esta deverá ser extinta, na forma do art. 69, do Código Civil.

Criada por meio de escritura pública ou testamento, a dotação de bens livres para criação da fundação deve trazer especificação clara das suas finalidades e contar com autorização do Ministério Público (MP).

E aqui notamos outra peculiaridade que diferencia as fundações das associações: a amplitude fiscalização do MP sobre as fundações. Em que pese as associações também poderem ser objeto de apreciação do MP, nas fundações há uma estreita e constante fiscalização do órgão ministerial.

Organizações Religiosas

Com personalidade jurídica própria, organizações religiosas são entidades que promovem a prática da fé e do culto, de acordo com suas doutrinas e rituais próprios. Antes da alteração legislativa de 2003, as organizações religiosas buscavam se constituir nos clássicos formatos de associações ou fundações.

Atualmente, elas são reconhecidas como uma espécie distinta de entidades sem fins lucrativos, separadas de associações ou fundações, pela Lei nº 10.825/2003, que alterou o Código Civil, estabelecendo essa distinção e garantindo a liberdade de criação, organização e funcionamento dessas entidades.

Organizações religiosas podem fazer parte do Terceiro Setor, desde que atuem em atividades de interesse público e responsabilidade social, tal como as associações e fundações.

Cooperativas

Regulamentadas pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, as cooperativas podem ser consideradas parte do Terceiro Setor, desde que suas atividades visem ao interesse social e à geração de benefícios para um público mais amplo, não apenas para seus membros.

Embora as cooperativas explorem atividades econômicas, o foco principal não é o lucro, mas a busca por soluções para os problemas e necessidades de seus membros, gerando um impacto social

mais amplo, podendo desenvolver projetos em áreas como agricultura familiar, produção de alimentos, economia solidária, cultura, educação, entre outras, com foco em benefícios para a comunidade.

Porém, este modelo também fica sujeito a problemas na distribuição de resultados, como veremos no modelo societário a seguir.

Empreendimentos de Economia Solidária (EES)

Mais recentemente, por meio da Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024, alçou-se à categoria de pessoa jurídica distinta os empreendimentos de economia solidária.

Nos mesmos moldes das organizações religiosas, tradicionalmente os empreendimentos de economia solidária se formatavam como associações, fundações ou, especificamente para as EES, em cooperativas. Porém, desde o final de 2024, o Código Civil passou a contemplar as EES como uma forma própria de pessoa jurídica, com uma finalidade de atuação específica.

Apesar de ter sido alçado a uma categoria autônoma, o empreendimento de economia solidária, em princípio, irá se organizar nos moldes das diversas formas societárias pré-existentes, inclusive na forma de cooperativa, esta expressamente mencionada na lei, e conforme dispõe o § 3º do art. 44, se aplicarão a esta nova pessoa jurídica as disposições concernentes às associações.

Na forma do art. 1º, c/c o art. 6º, ambos da Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024, o objetivo principal desta nova formatação de pessoa jurídica é fomentar a economia solidária, o trabalho associado e cooperativado, objetivando a distribuição da riqueza entre os associados, caracterizando-se, assim, pela destinação dada aos recursos advindos do empreendimento, mais do que pela formatação estrutural da pessoa jurídica.

Esta nova modalidade de pessoa jurídica objetiva obter resultados financeiros positivos com a sua atividade, porém a lei expressamente considera as EES como sendo sem finalidade lucrativa, independentemente da atividade que explorem, de modo que, caso desempenhem serviços públicos de interesse social, poderiam, a princípio, se enquadrar como ente do Terceiro Setor.

Ocorre, porém, que a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, em seu art. 2º, I, a, prevê que, para que seja considerada uma organização da sociedade civil (OSC), a entidade:

“... não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades...”.

E, de outro lado, a Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024, que alçou o EES à categoria de pessoa jurídica, nos traz, na definição de economia solidária, “...a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente...”, em seu art. 2º, ou seja, a distribuição de riquezas, ainda que de forma equitativa, é um dos princípios das economias solidárias.

Logo, apesar de ser considerada como sem finalidade lucrativa, podendo ser enquadrada no Terceiro Setor, os EES não são necessariamente uma OSC, como ocorre com as outras formações de pessoas jurídicas sem fins lucrativos.

E, a menos que, contrariando os princípios da economia solidária, não distribua seus resultados, os EES não podem estabelecer parcerias com o setor público na forma da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Em que pese a alteração legislativa buscar prestigiar as economias solidárias, a recente mudança não contemplou às economias solidárias a possibilidade de, respeitando as suas peculiaridades e princípios, firmarem parcerias com o Segundo Setor, nos moldes do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014).

Apesar dos avanços legislativos, persistem desafios interpretativos e operacionais, impondo às entidades do Terceiro Setor dificuldades para compatibilizar as diversas exigências e limitações da própria legislação, causando severas inseguranças à gestão das OSCs.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho adota abordagem teórico-reflexiva, fundamentada na análise normativa e doutrinária acerca do Terceiro Setor brasileiro. A pesquisa é de natureza qualitativa, com enfoque descritivo-analítico, utilizando-se como principais fontes o ordenamento jurídico vigente, especialmente o Código Civil, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014) e a Lei nº 15.068/2024, bem como doutrina especializada e documentos institucionais. A metodologia

escolhida busca articular o exame técnico-jurídico com uma reflexão crítica sobre os impactos e desafios práticos dessas normas na consolidação das entidades do Terceiro Setor.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Terceiro Setor brasileiro consolidou-se como uma dimensão indispensável da vida democrática, expressando a cidadania ativa e a corresponsabilidade social em sua forma mais concreta.

Ao assumir funções públicas, o Terceiro Setor reafirma o papel do cidadão como agente de transformação e coparticipe da esfera pública. Trata-se de um exercício de cidadania direta, que transcende a filantropia e materializa o ideal ético da solidariedade em ações estruturadas, transparentes e juridicamente estáveis.

Embora juridicamente distinto, o Terceiro Setor pode e deve atuar de forma complementar ao Estado, configurando-se como instrumento de participação direta da sociedade civil na execução de políticas públicas e na ampliação do acesso aos direitos fundamentais.

Os avanços legislativos recentes, especialmente o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014) e a promulgação da Lei nº 15.068/2024, que institui os empreendimentos de economia solidária, representam um marco expressivo no processo de reconhecimento jurídico e institucional das OSCs.

Esses instrumentos normativos revelam um esforço do legislador em alinhar a regulação do setor à crescente complexidade das relações entre Estado e sociedade civil.

Contudo, identificam-se contradições e lacunas interpretativas, sobretudo quanto à compatibilização entre a vedação à distribuição de resultados, prevista no Marco Regulatório, e os princípios de redistribuição equitativa de riqueza que fundamentam a economia solidária.

Ao passo que cria mais um modelo de pessoa jurídica focada na prestação de serviços, a legislação deixa de harmonizá-lo com as normas de contratação do Terceiro Setor pela administração pública.

Regulamenta-se uma pessoa jurídica, vocacionada à atuação no mercado, para atuar como Terceiro Setor, visto que caracterizada como entidade sem fins lucrativos, lhe tolhendo, porém, a possibilidade de celebrar termos de colaboração com o Estado.

Portanto, o desafio contemporâneo não está apenas na criação de novas figuras jurídicas para o terceiro setor, mas na efetiva coerência normativa capaz de garantir segurança jurídica, previsibilidade e sustentabilidade às entidades do setor.

A ausência dessa harmonização fragiliza a institucionalidade das parcerias público-sociais e pode comprometer a profissionalização e a transparência das parcerias.

É imprescindível fortalecer as instituições do setor, ampliar a cooperação entre Estado e sociedade civil e promover uma governança baseada na ética, na transparência e na responsabilidade social.

Somente a partir dessa integração será possível transformar o potencial participativo da sociedade civil em efetiva política pública, capaz de promover inovação, justiça social e dignidade humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Terceiro Setor no Brasil constitui um ecossistema dinâmico e essencial, que ultrapassou sua origem filantrópica para assumir protagonismo no exercício da cidadania e na promoção do desenvolvimento social.

Posicionado entre o Estado e o mercado, evidencia a capacidade da sociedade civil organizada de se mobilizar em prol do interesse público, suprimindo, com frequência, as insuficiências estatais.

As alterações legislativas analisadas, principalmente as relativas ao EES, representam marcos importantes no fortalecimento e profissionalização do terceiro setor para atuar no mercado, buscando-se o alinhamento à complexidade crescente das relações entre mercado e sociedade organizada; contudo, essas conquistas ainda convivem com assimetrias interpretativa e operacionais nas relações com o Estado.

As lacunas apontadas, especialmente no que se refere à harmonização normativa sobre distribuição de resultados, podem comprometer a capacidade de atrair e reter entidades do Terceiro Setor em parcerias público-sociais. Superar essas inconsistências é condição indispensável para

garantir o fomento pelo Estado de projetos sociais, buscando-se ampliar o impacto das ações do Terceiro Setor.

O Terceiro Setor, verdadeiro pilar da democracia brasileira, é um espaço fértil para inovação social e instrumento eficaz de promoção da equidade e do desenvolvimento sustentável. O seu contínuo fortalecimento, por meio de um arcabouço legal claro e de incentivos adequados, é imperativo para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e com participação direta da cidadania nas políticas públicas.

A articulação entre Estado, mercado e Terceiro Setor, pautada pela confiança mútua e pelo compromisso com o bem-estar coletivo, constitui o caminho para um futuro mais próspero e equitativo para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 7 out. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 1 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 ago. 2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/130268082/lei-13019-14>. Acesso em: 1 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024. Dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e a Política Nacional de Economia Solidária. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/2951024964/lei-15068-24>. Acesso em: 1 jul. 2025.

BRASIL. Receita Federal. Solução de Consulta COSIT nº 50, de 22 de fevereiro de 2019. Dispõe sobre a remuneração de dirigentes e isenção de IRPJ e CSLL para associações sem fins lucrativos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br>. Acesso em: 1 jul. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, ano 49, n. 1, p. 5-39, jan./mar. 1998.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO SÃO PAULO. Relatório do Grupo de Trabalho sobre Remuneração de Dirigentes no Terceiro Setor. São Paulo: OAB/SP, 2024.

COUTINHO, Nilton Carlos de Almeida; SILVA, Kellen Emídio da; PAES, José Eduardo Sabo. Políticas públicas sociais e atuação das organizações religiosas na execução dos direitos fundamentais. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (Unifafibe)*, Bebedouro, v. 6, n. 1, p. 434-458, 2018. DOI: <https://doi.org/10.25245/rdspp.v6i1.406>

FERNANDES, Rubem César. *O que é o Terceiro Setor?* Brasília: Senado Federal, 1994.

FIUZA, César. *Direito civil: curso completo*. – 10. Ed. – Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

INSTITUTO PRO BONO. *Manual do Terceiro Setor*. São Paulo: Instituto Pro Bono, 2025. Disponível em: www.probono.org.br.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra. *O Marco Regulatório e as Parcerias Público-Privadas no Contexto Educacional. Práxis Educacional*, v.15, n.31, 2019.

PERONI, Vera Maria Vidal. *Estado e Terceiro Setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. Educação & Sociedade*, v.30, n.108, 2009.

SOUZA, Marlene de Fátima Campos. *O Estado Brasileiro e o Terceiro Setor: políticas públicas e extrafiscalidade na educação superior*. São Paulo: PUC-SP, 2017.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: parte geral*. - 3. Ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

**O TRABALHO COM O DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS A
PARTIR DE HISTÓRIAS INFANTIS**

WORKING ON DEVELOPING SOCIO-EMOTIONAL SKILLS BASED ON CHILDREN'S STORIES

Área temática: 4 Educação de qualidade.

DONZELI, Ana Beatriz Martins Professora da Educação Infantil do Instituto Samaritano de Ensino. anabeatrizcoelho@hotmail.com

MIGUEL, Kelly Cristina Pádua Bruzegueze. Professor orientador: Mestre em educação, coordenadora pedagógica Instituto Samaritano de Ensino, professora na Faculdade Filosofia Ciências e Letras de Ituverava – SP kellycpbm@gmail.com

SILVA, Amanda Moreira Bento da. Professora da Educação Infantil do Instituto Samaritano de Ensino. amandambento@hotmail.com

Resumo

A sociedade atual exige uma formação educacional integral a fim de formar pessoas capazes de agir com consciência de si e do próximo. Assim, se faz necessário buscar a dimensão socioemocional no processo educativo com crianças desde a educação infantil. Acredita-se que essa dimensão é de suma importância para o ensino e aprendizagem, direcionando a discussão para o desenvolvimento das competências socioemocionais e sua relevância no âmbito da primeira etapa da educação básica. Este artigo tem como objetivo compreender como o trabalho através de histórias infantis contribui no desenvolvimento dessas competências a ponto de gerar impactos no processo de ensino-aprendizagem do aluno da educação infantil, isto através de procedimentos metodológicos apoiados na pesquisa bibliográfica baseando-se principalmente nas teorias sociointeracionistas de Vigotsky (1984) e respaldado no documento normativo da educação básica brasileira (BNCC) e ações didáticas desenvolvidas pelas professoras com objetivos e metodologias específicas para propor o desenvolvimento de tais habilidades. Explanou-se o conteúdo teórico bibliográfico deixando evidente a importância de um trabalho sistematizado, com objetivos definidos e metodologias significativas. Correlacionou-se tal importância com análise de casos práticos, desenvolvidos com alunos de idades entre 2 e 5 anos em uma escola privada do interior paulista. Pode-se concluir que o trabalho que se desenvolve a partir de histórias infantis que fazem parte do imaginário infantil, se apresentam significativas na compreensão de competências cognitivas e emocionais, na creche 0-3 anos, ou na pré-escola 4-5 anos, em que o trabalho se destaque no desenvolvimento das competências socioemocionais, aliada com intervenções adequadas planejadas causam retorno positivo.

Palavras-chave: Competências socioemocionais; Literatura infantil, Educação infantil.

Abstract

Contemporary society demands a holistic educational approach aimed at forming individuals who are capable of acting with self-awareness and empathy toward others. In this context, it becomes essential to incorporate the social-emotional dimension into the educational process from early

childhood education onwards. This dimension is considered to be of fundamental importance to teaching and learning, directing the discourse toward the development of socio-emotional competencies and their significance within the initial stage of basic education. This article seeks to examine how the use of children's literature can contribute to the development of these competencies and, consequently, influence the teaching-learning process of early childhood education students. The study employs methodological procedures grounded in bibliographic research, drawing primarily on Vygotsky's socio-interactionist theoretical framework (1984), the normative guidelines of the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC), and didactic practices implemented by educators, with clearly defined objectives and specific methodologies aimed at fostering such skills. The theoretical framework and literature review underscore the importance of a structured pedagogical approach, guided by intentional objectives and meaningful methodologies. This theoretical foundation is further supported by the analysis of practical cases carried out with children aged 2 to 5 years in a private school located in the interior of São Paulo state. The findings suggest that pedagogical practices based on children's literature—which is deeply embedded in the imaginative universe of early childhood—are effective in promoting the development of both cognitive and emotional competencies. Whether in daycare settings (ages 0–3) or in preschool (ages 4–5), such practices, when aligned with well-planned and developmentally appropriate interventions, produce positive impacts on the acquisition of socio-emotional competencies.

Keywords: Socio-emotional competencies; Children's literature; Early childhood education.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas educacionais definem os conhecimentos essenciais que todos os alunos devem apropriar durante o curso da educação básica, a fim de acompanhar as demandas sociais. Assim, a BNCC (Base nacional comum curricular), vai além dos conhecimentos científicos e propõe o desenvolvimento das competências socioemocionais das crianças visando o pleno desenvolvimento com o propósito de preparar para conviver num mundo tão complexo e que exige mais que conhecimentos acadêmicos, mas também saber conviver, atuar criticamente, trabalhar coletivamente, e que são, portanto, fundamentais na formação integral da criança. Ao basear uma proposta pedagógica a partir do desenvolvimento das competências socioemocionais, o professor potencializa o desenvolvimento das competências cognitivas, ou seja, um trabalho complementa o outro e contribui na melhoria do ensino.

É papel da escola introduzir a criança nos sistemas de conceitos científicos de acordo com a compreensão da criança e, para entendermos como é a compreensão da criança, adotaremos, neste artigo, os estudos apresentados por Vigotsky (2009) dos estudos do desenvolvimento do pensamento infantil no processo de aprendizagem escolar, bem como do documento normativo que rege a educação básica, a BNCC (Brasil, 2018).

Este trabalho tem como principal objetivo refletir sobre como o trabalho através de histórias infantis contribui no desenvolvimento dessas competências a ponto de gerar impactos no processo de ensino-aprendizagem do aluno da educação infantil

Os conceitos científicos não são assimilados nem decorados pela criança, não são memorizados, mas surgem e se constituem por meio de uma imensa tensão de toda a atividade do seu próprio pensamento. Daí a inevitabilidade implacável de que o desenvolvimento de conceitos científicos deva revelar em toda a plenitude as peculiaridades dessa natureza ativa do pensamento infantil” (Vigotsky, 2021 p. 260).

Sobre a experiência pessoal “esse conceito é saturado de uma rica experiência pessoal da criança. Ele já transcorreu uma parcela considerável do seu caminho de desenvolvimento e, em certo sentido, já esgotou o conteúdo puramente fatorial e empírico nele contido” (Vigotsky, 2009, p. 264).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Tanto as competências cognitivas como as competências socioemocionais são capazes de mobilizar, articular e colocar em prática valores, atitudes, conhecimentos, habilidades que permitam interpretar, refletir, raciocinar, pensar abstratamente, assimilar ideias complexas, resolver problemas e generalizar aprendizados, porém, as competências socioemocionais vão além ao propor o desenvolvimento de estabelecer e atingir objetivos, sentir e demonstrar cuidado pelo outro, trabalhar em equipe, tomar decisões autônomas e responsáveis e enfrentar situações adversas de maneira criativa e construtiva, assim nesse trabalho, elas se complementam e se retroalimentam (BNCC, 2018).

Algumas competências socioemocionais são: autonomia, curiosidade investigativa, pensamento crítico, gestão da informação, gestão de processos, resolução de problemas, comunicação, liderança, criatividade. A sala de aula é um ambiente social e emocional e propício para desenvolver ambas competências.

O professor tem um papel imprescindível de protagonismo ao ser o mediador nesse processo, responsável por planejar e intervir de forma assertiva a fim de favorecer o protagonismo da criança no processo de aprendizado ao despertar a alegria de aprender através de histórias que fazem parte do imaginário infantil.

Em termos psicológicos o desenvolvimento dos conceitos e o desenvolvimento dos significados das palavras são o mesmo processo apenas com o nome diferente; por isso há fundamentos para esperar que o desenvolvimento do significado das palavras como parte do processo geral de desenvolvimento da língua venha revelar as leis próprias da totalidade (Vigotsky, 2009, p. 268).

A fim de auxiliar a implementação da proposta da BNCC do trabalho com as competências socioemocionais na escola, foi criada a Estratégia Socioemocional do Programa Brasil na Escola, instituído pela Portaria MEC 177, de 30 de março de 2021. Este manual vem de encontro com às possíveis dificuldades em transformar em ações didáticas a proposta do currículo. O manual apresenta os pontos principais das competências socioemocionais e destaca que o desenvolvimento das competências socioemocionais

1) são tão importantes quanto as cognitivas para prever sucesso futuro. 2) Competências socioemocionais são ensináveis e a escola é um espaço ideal para esse aprendizado. 3) Os benefícios do aprendizado socioemocional não são apenas imediatos, mas se estendem a longo prazo na vida de um indivíduo (Brasil, 2021, p.21).

Ressalta, assim, a importância de trabalhar com esse tema de forma sistematizada e no ambiente escolar, uma vez que aponta que “o ensino das competências socioemocionais é mais eficaz em ambientes seguros caracterizados por relacionamentos positivos” (Brasil, 2021, p.55). Tendo em vista que o vínculo que a criança pequena estabelece com o professor é de segurança, o vínculo que se estabelece entre os envolvidos é de confiança para aprofundar em temas tão pessoais.

O manual oferece, ainda, quatro elementos para trabalhar de forma didática com o tema, que são:

Sequenciado- Segue um conjunto coordenado de abordagens visando a promoção do desenvolvimento de competências. Ativo- Enfatiza formas ativas de aprendizagem visando ajudar os estudantes a praticarem e dominarem novas habilidades. Focado - Implementa intencionalmente um currículo que trabalha o desenvolvimento de competências socioemocionais. Explícito- Define, explicita e direciona habilidades, atitudes e conhecimentos específicos (Brasil, 2021, p.56).

Tendo como ponto de partida o aspecto social da escola, a sala de aula é o lugar propício para esse trabalho. O professor precisa, então, focar no trabalho que contemple os aspectos necessários para a faixa etária e que faça parte do imaginário infantil.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Procedimentos metodológicos apoiados na pesquisa bibliográfica baseando-se principalmente nas teorias sociointeracionistas de Vigotsky (2009) e respaldado no documento normativo da educação básica brasileira BNCC (Brasil, 2018), no Manual de implementação escolar, estratégia de

desenvolvimento socioemocional (Brasil, 2021) e ações didáticas desenvolvidas pelas professoras com objetivos e metodologias específicas para propor o desenvolvimento de tais habilidades sempre apontando o suporte teórico que valida tais ações.

As reuniões entre a coordenadora pedagógica e as professoras envolvidas aconteceram semanalmente onde estudavam o embasamento teórico e planejavam atividades que eram aplicadas e levavam para análise e reflexão na semana seguinte.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao propor um trabalho sistematizado a partir de histórias infantis, o professor aprofunda o significado das palavras, tornando mais compreensível para criança e, ao mesmo tempo, nomeia os sentimentos que afloram nas diversas situações do dia, abrangendo assim, o desenvolvimento das competências socioemocionais, além de promover o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Dessa forma, apesar das histórias infantis fazerem parte do cotidiano das crianças, ao programar o conceito que deseja aprofundar, o professor propõe passar dos conceitos espontâneos, que ascende para as generalizações, para os conceitos científicos, que promove o amadurecimento das funções psicológicas superiores da criança que são, portanto, criados pelas condições do ensino (Vigotsky, 2009, p.269).

Uma prática desse trabalho aconteceu com um grupo de crianças de 5 anos da turma C. A professora percebeu um comportamento diferente de determinado aluno que até então não apresentava. Ele, apesar de frequentar a escola desde os 3 anos, começou a chorar para entrar e se recusava em permanecer durante a aula. Em conversa com a mãe, descobriram que ele estava com medo de deixar a mãe e acontecer o mesmo que tinha acontecido com a avó, ela havia morrido. Como essa criança não conseguiu compreender a ausência de alguém que tanto amava, ele transferiu esse medo em perder a mãe se ficasse longe dela. A professora, então, planejou para a aula de Projeto de vida o tema luto. Para isso, ele usou uma história em que o gatinho, personagem principal do livro, lamentava a ausência de um amigo. O livro faz parte da coleção O que não cabe do meu mundo da editora Cedec, o título é Tristeza. Após a leitura do livro, a professora abriu a discussão em roda de conversa com as crianças e cada uma relatou uma perda que sofreu, como cachorrinho, peixinho, avó. Nesse momento, o aluno conseguiu compreender que todos sentem tristeza em algum momento. No campo de experiência O eu, o outro e o nós, a BNCC (2018) propõe o desenvolvimento da habilidade EI03004 comunicar suas ideias, sentimentos, preferências e vontades a pessoas e grupos diversos, em brincadeiras e nas atividades cotidianas por meio de diferentes linguagens, para crianças dessa faixa etária, notamos, assim, que a proposta de desenvolvimento integral perpassa pelo trabalho sistematizado com os sentimentos.

Outra situação que trazemos para essa análise, foi o tema generosidade trabalhado pela turma A das crianças de 5 anos. A professora deu início ao seu trabalho provocando as crianças a pensarem sobre a generosidade e os desafiou a praticarem em casa. No dia seguinte, a professora leu a história do livro cujo título é Generosidade da coleção O que cabe no meu mundo, da editora Cedec que aborda esse tema. Após a leitura, discutiram em roda de conversa sobre o tema e cada um relatou as ações que fizeram em casa e citaram: colocou a chupeta no irmão sem a mãe pedir, fez uma massagem na perna da mãe e ensinou o irmão menor a fazer massagem na outra perna, ajudaram na organização da casa guardando brinquedos e objetos sem a mãe pedir, em seguida, fizeram o registro das ações e dos sentimentos que tiveram ao realizar a ação, que foram: alegria, satisfação, cuidado, empatia. Assim, “quando há os respectivos momentos programáticos no processo educacional, o desenvolvimento dos conceitos científicos supera o desenvolvimento espontâneo” (Vigotsky, p. 243, 2009). Ao apresentar as vivências pessoais ao que é proposto através das atividades, as ações diárias ganham significado.

Um trabalho desenvolvido com crianças de 2 anos de duas turmas, em que as professoras prepararam gravuras de emojis para representar a expressão de alguns sentimentos, assim, as crianças imitavam a gravura e as professoras registravam por meio de fotos. Em seguida, as crianças podiam visualizar a si mesmas representando as expressões. Essas expressões são resgatadas sempre que uma situação acontece em sala e que precisa de refletir sobre os sentimentos, como por exemplo alguma criança fica com raiva porque o amigo pegou o seu brinquedo. Nesse momento a professora resgata a imagem que a criança reproduziu em seu rosto, dá o nome e propõe estratégias para buscar solução, Podemos perceber que a proposta apresentada pela BNCC (2017) EI02O04 de

comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los, ampliando suas possibilidades expressivas e comunicativas é posta em prática, muitas vezes a criança pequena não é capaz de verbalizar por palavras o que está sentindo e chora, então o professor será o interlocutor ao dar nome ao sentimento e propor situações para resolver. Vigotsky (2009) confirma a necessidade desse tipo de situação bem planejada do professor para que “a criança, ao assimilar um conceito, reelabora-o, e nesse processo de reelaboração imprime nos conceitos as peculiaridades específicas do seu próprio pensamento” (p.254, 2009).

Na proposta apresentada pela BNCC (2018) temos que trabalhar de forma a desenvolver a seguinte competência: (EI02EO05) Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral compreender como o trabalho através de histórias infantis contribui no desenvolvimento das competências socioemocionais a ponto de gerar impactos no processo de ensino-aprendizagem do aluno da educação infantil. Vimos que é indiscutível a necessidade de buscar a formação integral da criança pequena e isso contempla o aspecto do desenvolvimento das competências socioemocionais e que podemos propor a partir de situações que fazem parte do imaginário infantil e que é carregado de significado para ela, como as histórias infantis.

Ao buscar um trabalho que embase a ação do professor, pudemos desfrutar de materiais que contemplam esse aspecto elaborado pelo MEC e apresentado como forma de contribuir na formação do professor que irá aplicar o currículo. Tal material contempla os temas a serem trabalhados e norteiam o trabalho docente permitindo que fique sistematizado com objetivos específicos e metodologias alinhadas à cada faixa etária.

Ao analisar na prática as propostas planejadas pelas professoras, foi possível notar o envolvimento das crianças e a mudança de postura após a reflexão de cada tema, tornando, assim, o ensino significativo e com generalizações necessárias.

REFERÊNCIAS

PANTANO, Telma; ROCCA, Cristina Castanho de Almeida (org.) **Habilidades socioemocionais a partir de histórias infantis**. São Paulo: Moderna, 2020.

VIGOTSKY, Lev Semenovick. **A construção do pensamento e da linguagem: tradução Paulo Bezerra – 2ª edição**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> . Acesso em 26/04/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **MANUAL DE IMPLEMENTAÇÃO ESCOLAR. Estratégia de Desenvolvimento Socioemocional**. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/brasil-na-escola/manual_de_implementacao_socioemocional.pdf . Acesso em 26/04/2024.

**O TRABALHO INFANTIL SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL NO
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)**

*CHILD LABOR FROM THE PERSPECTIVE OF THE PRINCIPLE OF INTEGRAL PROTECTION IN
BRAZIL'S STATUTE OF THE CHILD AND ADOLESCENT (ECA)*

Área temática: Trabalho Decente e Crescimento Econômico.

MORAES, Ana Paula Bagaiolo
Doutora em Direito Político e Econômico
ana.moraes@fafram.com.br
Universidade Presbiteriana Mackenzie

RIBEIRO, Wesley das Graças
Acadêmico do curso de Direito da Fafram
wesley.ribeiro@sou.fafram.com.br
Faculdade Dr.Francisco Maeda

SILVA, Jacqueline Costa da
Acadêmica do curso de Direito da Fafram
jacqueline.silva@sou.fafram.com.br
Faculdade Dr.Francisco Maeda

SILVA, Maria Eduarda Batista
Acadêmica do curso de Direito da Fafram
maria.batista@sou.fafram.com.br
Faculdade Dr.Francisco Maeda

Resumo

O presente trabalho examina a problemática do trabalho infantil à luz do princípio de proteção estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o intuito de avaliar que medida a legislação brasileira assegura proteção integral a crianças e adolescentes contra atividades laborais precoces. A pesquisa justifica-se pela relevância social e jurídica do tema, visto que, apesar da existência de normas constitucionais, infraconstitucionais e internacionais voltadas à erradicação do trabalho infantil, os índices de exploração permanecem elevados no país. Para tanto, foram empregados métodos de pesquisa documental e bibliográfica, com base na Constituição Federal, ECA, Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dados estatísticos oficiais e decisões judiciais. Os resultados demonstram que, embora exista um arcabouço normativo robusto e políticas públicas específicas, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e as ações intersectoriais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), persistem obstáculos significativos, decorrentes da pobreza estrutural, desigualdade social e insuficiência da fiscalização estatal. O estudo também aborda a atuação dos Juizados Especiais da Infância e da Adolescência (JEIAs) do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, que desempenham papel essencial no enfrentamento judicial do trabalho infantil e na promoção da aprendizagem profissional protegida. Conclui-se que a efetivação plena do princípio de proteção demanda aplicação rigorosa das leis, fortalecimento institucional, integração entre órgãos públicos e sociedade civil e maior conscientização social, de modo a garantir o desenvolvimento físico, psicológico e educacional adequado às crianças e adolescentes.

Palavras-chave: trabalho infantil, proteção integral, aprendizagem profissional.

Abstract

This study analyzes the phenomenon of child labor from the perspective of the protection principle established in the Statute of the Child and Adolescent (ECA), seeking to assess to what extent Brazilian legislation ensures full protection for children and adolescents against early labor activities. The research is justified by the social and legal relevance of the topic, since, despite the existence of

constitutional, infra-constitutional, and international norms aimed at eradicating child labor, the rates of exploitation remain high in the country. To this end, documentary and bibliographic research methods were used, based on the Federal Constitution, the ECA, the Consolidation of Labor Laws (CLT), official statistical data, and judicial decisions. The results show that, although there is a strong normative framework and specific public policies, such as the Program for the Eradication of Child Labor (PETI) and the intersectoral actions of the Unified Social Assistance System (SUAS), significant obstacles persist, arising from structural poverty, social inequality, and insufficient state oversight. The study also examines the role of the Special Courts for Childhood and Adolescence (JEIAs) of the Regional Labor Court of the 15th Region, which play an essential role in the judicial fight against child labor and in promoting protected professional learning. It concludes that the full effectiveness of the protection principle requires strict enforcement of laws, institutional strengthening, integration among public bodies and civil society, and greater social awareness to ensure the proper physical, psychological, and educational development of children and adolescents.

Keywords: child labor, integral protection, learning.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho infantil é definido, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), como qualquer forma de trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida na legislação — compreende atividades econômicas e de produção para o próprio consumo realizadas por pessoas de 5 a 17 anos em condições que violam a idade mínima constitucional ou configuram piores formas de trabalho.

No Brasil, essa prática representa uma realidade persistente, que viola direitos fundamentais de crianças e adolescentes, priva-os da infância e compromete seu desenvolvimento físico, psicológico, moral, social e educacional, ou seja, desenvolvimento integral, além de contribuir negativamente para o desempenho escolar e na evasão escolar. Socialmente, o trabalho infantil configura uma violação dos direitos humanos, que impede o desenvolvimento saudável e pleno de crianças e adolescentes, sendo combatido por leis nacionais e convenções internacionais.

Neste contexto, destaca-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, que surgiu após a adoção da Convenção sobre os Direitos da Criança adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989. A Lei 10.097/2000 alterou a CLT sobre aprendizagem, o ECA tem como finalidade assegurar a proteção integral e os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, garantindo-lhes o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Conforme explica Ishida (2015, p. 2-4), o Estatuto reconhece crianças e adolescentes como sujeitos plenos de direitos, atribuindo à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar, com prioridade absoluta, sua proteção e desenvolvimento integral. Essa concepção encontra respaldo na Constituição Federal de 1.988, especialmente no art. 227, bem como em tratados internacionais de direitos humanos, como a própria Convenção sobre os Direitos da Criança.

A definição legal dos sujeitos protegidos está prevista no artigo 2º do ECA: “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Tal definição é amparada pela doutrina da proteção integral e prioridade absoluta, que assegura atendimento preferencial e medidas efetivas de proteção, com vistas a coibir a exploração precoce.

No âmbito constitucional, o seu artigo 7, XXXIII, da CF proíbe o trabalho aos menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14. Aos menores de dezoito anos é vedado o exercício de atividades noturnas, perigosos, insalubres ou incluídos na lista das piores formas de trabalho infantil.

Apesar do arcabouço jurídico robusto e de políticas públicas voltadas à erradicação do trabalho infantil, persistem desafios na efetivação dos direitos infantojuvenis, com impactos em saúde, educação e desigualdade social. Este artigo analisa como o princípio da proteção integral orienta a prevenção e a eliminação do trabalho infantil no Brasil, articulando marco normativo, jurisprudência e evidências secundárias. Além disso, insere-se na análise a experiência dos Juizados Especiais da Infância e da Adolescência (JEIAs), criados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, cuja atuação jurisdicional especializada tem contribuído para retirar o fenômeno do trabalho infantil da invisibilidade e fortalecer o acesso à justiça de crianças e adolescentes trabalhadores. E busca responder a seguinte

pergunta: De que modo o princípio da proteção integral (CF/88 e ECA) é aplicado para prevenir e erradicar o trabalho infantil no Brasil?

Diante disso, o presente estudo tem o objetivo de examinar o desenho constitucional-infraconstitucional, a aprendizagem profissional como via protegida de inserção dos adolescentes, a atuação institucional (MP, Conselhos) e as implicações práticas para políticas públicas.

A metodologia adotada consiste em uma análise qualitativa e crítica da legislação brasileira, da doutrina especializada e da jurisprudência, com ênfase nos dispositivos do ECA.

Busca-se assim, ressaltar a importância desse tema, contribuindo para o debate acadêmico sobre a efetividade das normas protetivas e para a necessidade de maior conscientização social e atuação estatal na erradicação do trabalho infantil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Doutrina da proteção integral e prioridade absoluta

A Constituição de 1988 consagra a proteção integral e a prioridade absoluta (art. 227) e, em matéria laboral, veda o trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (art. 7º, XXXIII). O ECA (Lei 8.069/1990) operacionaliza esse mandamento, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e responsabilizando família, sociedade e Estado por sua proteção integral.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, representa um marco na consolidação do princípio protetor no ordenamento jurídico brasileiro, ao estabelecer um regime jurídico específico voltado à garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.

Ao tratar da proteção integral da criança e do adolescente, reconhece-se que esses sujeitos de direito devem ser protegidos em todas as esferas da sua vida, desde a proteção contra violência e exploração até o direito à educação, à saúde e ao pleno desenvolvimento.

Conforme a Constituição Federal, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com prioridade absoluta, os direitos das crianças e dos adolescentes, protegendo-os contra a negligência, violência, exploração, crueldade e opressão.

Há de se entender que as crianças e adolescentes são sujeitos de direito, com necessidades e características específicas, logo precisam de cuidados especiais para o seu desenvolvimento.

Os princípios desempenham um papel essencial na estruturação científica e jurídica, em qualquer campo do saber, pois representam valores fundamentais para a sociedade, como a honra e a dignidade. Nesse sentido, Barroso (2011, p. 23) afirma que “princípios podem ser conceituados como a verdade básica e imutável de uma ciência, funcionando como pilares fundamentais da construção de todo o estudo doutrinário”. Percebe-se, portanto, que os princípios, possuem a coerência que traz um impacto na sociedade servindo como diretrizes indispensáveis à evolução humana.

O artigo 227 da Constituição Federal de 1988, estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, direitos fundamentais como: o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A expressão “absoluta prioridade” significa que a criança e o adolescente devem ter preferência para receber proteção e socorro, assim como a precedência de atendimento nos serviços públicos.

A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos mais importantes da Constituição Federal de 1988 e se sobrepõe a todo ordenamento jurídico brasileiro. Em especial, no que tange à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento, pois entende-se que a criança e o adolescente estão em uma fase de formação e amadurecimento. Dessa forma, o ordenamento jurídico exige o acesso a experiências enriquecedoras ao longo da vida e a proteção contra riscos e formas de violência, para que seu desenvolvimento não seja prejudicado.

Destaca-se, por fim, que há quatro pilares onde formam uma base forte que garantem esses direitos à criança e ao adolescente, sendo elas: a proteção integral, a prioridade absoluta, a dignidade da pessoa humana e a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento. A literatura constitucional enfatiza o papel dos princípios como pilares interpretativos (BARROSO, 2011; ISHIDA, 2015). O ordenamento jurídico brasileiro trata como uma tutela de urgência esses fatores, sendo indispensável o acolhimento e o respeito à Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, à Constituição Federal e, sobretudo, ao princípio da dignidade da criança e do adolescente.

2.2 Idade mínima e aprendizagem profissional

A CF/88 (art. 7º, XXXIII) proíbe o trabalho a menores de 16 e admite aprendiz a partir de 14; a CLT e a Lei 10.097/2000 disciplinam a aprendizagem profissional como contrato especial. Essa modalidade de contratação permite que adolescentes a partir dos 14 anos de idade ingressem no mercado de trabalho de forma protegida e orientada, conciliando atividade prática e formação técnico-profissional metódica, jornada e salvaguardas compatíveis com a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Segundo o artigo 428, § 5º, da CLT, “a idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência”.

O contrato de aprendizagem tem natureza especial e deve ter um programa de formação elaborado em parceria com instituições qualificadas, como o SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, entre outras. O jovem aprendiz deve estar matriculado e frequentando regularmente a escola, caso ainda não tenha concluído o ensino médio, e também deve participar de curso de aprendizagem com conteúdo teórico relacionado à atividade prática desenvolvida na empresa.

A jornada de trabalho do aprendiz é limitada a 6 horas diárias, podendo ser estendida para até 8 horas se o adolescente já tiver concluído o ensino fundamental, desde que o tempo adicional seja destinado às atividades teóricas do programa. É garantido ao aprendiz o registro em carteira de trabalho, com todos os direitos trabalhistas assegurados, como salário, férias, 13º salário e FGTS, sendo este último recolhido com alíquota reduzida de 2%.

Além disso, a legislação determina que empresas de médio e grande porte são obrigadas a contratar aprendizes em um percentual que varia entre 5% e 15% do total de trabalhadores cujas funções demandam formação profissional. Essa exigência tem como objetivo ampliar as oportunidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho, de forma digna e educativa

2.3 Piores formas de trabalho infantil (Lista TIP) e tratados

As piores formas de trabalho infantil encontram vedação absoluta até os dezoito anos de idade, nos termos previstos na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil – Lista TIP, instituída pelo Decreto nº 6.481/2008. O Brasil é signatário das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 138, que trata da idade mínima de admissão ao trabalho, e nº 182, que versa sobre a proibição das piores formas de exploração laboral de crianças e adolescentes, integrando, assim, um sólido bloco normativo de proteção.

A definição dessas formas de trabalho no ordenamento jurídico brasileiro decorre, portanto, da Convenção nº 182 da OIT, devidamente ratificada pelo Estado brasileiro, e encontra regulamentação no Decreto nº 6.481/2008, o qual elenca, de modo taxativo, as atividades que configuram risco grave à saúde, à segurança, à moralidade e ao desenvolvimento físico, psicológico e social de crianças e adolescentes. Nessa perspectiva, a legislação pátria estabelece a proibição incondicional de que menores de dezoito anos sejam submetidos a tais atividades, ainda que haja eventual consentimento dos pais ou responsáveis legais.

Dentre os trabalhos incluídos na Lista TIP, destacam-se aqueles que envolvem exposição a agentes químicos, físicos ou biológicos nocivos, como o manuseio de agrotóxicos, a atuação em locais insalubres, em lixões, cemitérios, laboratórios com substâncias tóxicas ou unidades hospitalares com risco de contaminação. Igualmente proibidas estão as atividades que exigem esforço físico repetitivo e extenuante, aquelas desempenhadas em alturas elevadas, na construção civil pesada ou em contato com máquinas e equipamentos industriais desprovidos de proteção adequada.

O referido rol contempla, ainda, formas de exploração de natureza especialmente gravosa, a exemplo da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, do trabalho em condições análogas à de escravo ou em situações degradantes, bem como da inserção em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, de armas e o contrabando. Tais práticas não apenas afrontam a legislação trabalhista e a normativa de proteção infantojuvenil, mas também configuram violações graves e inaceitáveis de direitos humanos.

A finalidade da Lista TIP consiste em servir como instrumento de orientação e referência para a formulação de políticas públicas, ações de fiscalização e estratégias voltadas à eliminação progressiva do trabalho infantil em suas manifestações mais cruéis. Ao mesmo tempo, destina-se a orientar empregadores, órgãos de proteção e a própria sociedade civil na identificação e combate às violações de direitos fundamentais de crianças e adolescentes no contexto laboral.

Dessa forma, toda atividade ou ocupação elencada no Decreto nº 6.481/2008 é expressamente vedada a menores de dezoito anos, independentemente de circunstâncias específicas ou eventuais justificativas. O cumprimento dessas normas constitui medida indispensável para assegurar a proteção integral e a prevalência do melhor interesse da criança e do adolescente, princípios consagrados tanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quanto na Constituição Federal.

2.4 Consequências e desigualdades

O trabalho infantil representa uma violação direta dos direitos fundamentais assegurados às crianças e adolescentes pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao impor responsabilidades precoces e subtrair direitos essenciais como educação, lazer e saúde, ele compromete o pleno desenvolvimento humano e reforça ciclos históricos de desigualdade social.

O ingresso precoce no mundo do trabalho, frequentemente naturalizado em contextos de vulnerabilidade, expõe crianças e adolescentes a condições degradantes que violam frontalmente o direito à integridade física e psíquica. Os dados do Ministério da Saúde, que registram mais de 27 mil acidentes de trabalho envolvendo menores entre 2007 e 2019, evidenciam que a exploração laboral infantojuvenil não é exceção, mas realidade reiterada. A dimensão psicológica do problema é igualmente grave: a privação do brincar, da convivência familiar e do tempo de formação social e afetiva traduz-se em quadros de ansiedade, depressão e distúrbios emocionais. Tais impactos revelam o abismo entre a previsão normativa do art. 7º do ECA — que assegura condições dignas e desenvolvimento harmonioso — e a realidade concreta de milhares de crianças brasileiras.

A evasão escolar e o baixo rendimento escolar, frequentemente tratados como efeitos colaterais, são, em verdade, consequências estruturais do trabalho precoce. O labor exaustivo compromete não apenas o desempenho imediato, mas toda a trajetória educacional, bloqueando o acesso a níveis superiores de qualificação e reproduzindo a pobreza intergeracional. O descumprimento do dever de assegurar educação, previsto no art. 4º do ECA como responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado, demonstra falhas sistêmicas na efetivação de direitos sociais e revela a fragilidade das políticas públicas voltadas à proteção infanto-juvenil.

O trabalho infantil não é distribuído de maneira homogênea na sociedade; ao contrário, concentra-se entre populações negras, pobres e residentes em zonas rurais e periferias urbanas. Essa seletividade confirma que o fenômeno não é apenas jurídico, mas profundamente social, sendo expressão da desigualdade estrutural brasileira. A permanência dessa prática reforça um círculo vicioso em que grupos historicamente marginalizados permanecem alijados de oportunidades, perpetuando a exclusão e reforçando estigmas sociais. Assim, o combate ao trabalho infantil exige não apenas a aplicação da lei, mas a articulação de políticas de inclusão social que enfrentem suas raízes socioeconômicas e raciais.

O caráter invisível do trabalho infantil, sobretudo no âmbito doméstico e nos setores informais, potencializa situações de violência e exploração. Crianças e adolescentes, privados de redes de apoio e acesso a canais seguros de denúncia, tornam-se alvos fáceis de maus-tratos, assédio moral e sexual. A previsão normativa do art. 5º do ECA, que veda toda forma de negligência, exploração ou violência, é frequentemente ineficaz na prática, seja pela ausência de fiscalização, seja pela convivência social que naturaliza tais abusos. A invisibilidade, nesse contexto, não é mero acaso, mas consequência de estruturas que silenciam as vítimas e protegem os exploradores.

Ao suprimir o direito de brincar, estudar e desenvolver-se plenamente, o trabalho infantil compromete não apenas o presente, mas o futuro e a dignidade da pessoa humana. A vedação constitucional ao trabalho de menores de dezoito anos em condições perigosas, insalubres ou noturnas (CF, art. 7º, XXXIII) e a prioridade absoluta à proteção integral (CF, art. 227) revelam um projeto normativo claro: colocar a infância a salvo de toda forma de exploração. Todavia, a permanência do trabalho precoce demonstra o hiato entre o texto constitucional e sua efetividade. O desafio, portanto, não é apenas jurídico, mas político e ético: construir uma sociedade que reconheça a infância como fase de direitos e não como força de trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza jurídico-bibliográfica e documental, estruturada em três eixos metodológicos: (i) levantamento normativo; (ii) revisão de doutrina e síntese jurisprudencial pertinente e (iii) análise de dados secundários oficiais citados no texto, além de documentos de políticas públicas.

O primeiro consiste no levantamento e exame normativo, abrangendo a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Lei nº 10.097/2000, o Decreto nº 6.481/2008 e demais diplomas correlatos, de modo a identificar os contornos normativos e as diretrizes legais que estruturam a proteção contra o trabalho infantil.

O segundo eixo envolve a revisão da doutrina especializada e a sistematização de entendimentos jurisprudenciais pertinentes, com destaque para o julgamento do Recurso Especial nº 1.653.359/MG, pelo Superior Tribunal de Justiça, cuja análise contribui para a compreensão da aplicação prática dos princípios de proteção integral e de combate às formas de exploração laboral de crianças e adolescentes. Esse levantamento doutrinário e jurisprudencial permitiu a construção de um panorama crítico a respeito da interpretação e efetividade das normas de proteção no âmbito jurídico e social.

O terceiro eixo metodológico corresponde à análise de dados secundários oficiais e documentos de políticas públicas, notadamente os relatórios e indicadores produzidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua/IBGE) e os instrumentos normativos vinculados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e ao Programa de Ações Estratégicas do PETI (AEPETI). Esses elementos empíricos foram mobilizados com o objetivo de confrontar o discurso normativo e institucional com as evidências concretas sobre a persistência do trabalho infantil no Brasil.

Dessa forma, o objetivo metodológico adotado é de caráter interpretativo-analítico, voltado à articulação entre a dogmática jurídica, a prática institucional e os dados empíricos disponíveis, de modo a oferecer leitura crítica, coerente e fundamentada da realidade investigada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Proibição geral e “porta protegida” de inserção

Conforme fundamentado na proteção integral da criança e do adolescente, artigo 272 da Constituição Federal, é claro estabelecer a proibição do trabalho infantil.

Com objetivo de proteger os direitos fundamentais da criança e do adolescente, garantindo seu pleno desenvolvimento físico, mental e moral. A CF efetiva não somente uma observação, mas contudo, a regulamentação das limitações necessárias para preservação do menor. Restrições estão diretamente ligada para o zelar, O artigo 7º da Constituição, inciso XXXIII aborda a regra geral de proibição do trabalho infantil.

Neste dispositivo a regra Geral é a proibição de trabalho para menores de 16 anos, no entanto, com exceção a cargo de jovem aprendiz, com isto, se cria um ambiente de trabalho estruturado e com garantias trabalhistas.

A regra matriz é a vedação do trabalho abaixo dos 16 anos; a exceção estrita é a aprendizagem a partir dos 14, com formação e jornada compatível (CLT, art. 428). Empresas de médio e grande porte devem manter cota de aprendizes sobre funções que demandem formação profissional, ampliando oportunidades protegidas.

4.2 Proteção reforçada nas piores formas (TIP)

A proteção contra as piores formas de trabalho infantil constitui expressão concreta do princípio da proteção integral e da prioridade absoluta previstos nos artigos 7º, XXXIII, e 227 da Constituição Federal. Essas normas asseguram que nenhuma criança ou adolescente seja submetido a atividades que comprometam sua saúde, segurança ou dignidade.

O ordenamento jurídico brasileiro, amparado pela Convenção nº 182 da OIT e pelo Decreto nº 6.481/2008, impõe vedação absoluta a qualquer forma de exploração que exponha crianças e adolescentes a riscos físicos, psíquicos ou morais. Entre essas práticas estão a exploração sexual, o trabalho escravo, a inserção em atividades ilícitas e o trabalho em ambientes perigosos ou insalubres.

Além de proibir essas atividades, a legislação orienta a atuação dos órgãos de proteção, como o Ministério Público, o Conselho Tutelar e a Auditoria Fiscal do Trabalho, para fiscalizar e responsabilizar os infratores. A articulação dessas instâncias é essencial para a concretização da proteção integral, que não se limita à norma jurídica, mas envolve políticas públicas efetivas de prevenção, acolhimento e reinserção social.

Desse modo, a vedação às piores formas de trabalho infantil representa não apenas um comando legal, mas um compromisso ético e institucional do Estado brasileiro com a dignidade da pessoa humana e com o desenvolvimento pleno da infância e da adolescência.

4.3 Impactos sobre saúde, educação e trajetória de vida

O trabalho precoce associa-se a acidentes, adoecimento e prejuízos educacionais (absenteísmo, evasão, baixo rendimento), com efeitos de longo prazo sobre qualificação e renda. Esses danos afrontam o direito ao desenvolvimento sadio e harmonioso previsto no ECA (art. 7º) e os direitos educacionais (arts. 4º e 53).

O trabalho infantil representa uma violação direta dos direitos fundamentais assegurados às crianças e adolescentes pela Constituição Federal (art. 227) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). Ao impor responsabilidades precoces e subtrair direitos essenciais como educação, lazer e saúde, ele compromete o pleno desenvolvimento humano e reforça ciclos históricos de desigualdade social.

Crianças expostas precocemente ao trabalho enfrentam riscos à integridade física, com registros de acidentes envolvendo cortes, queimaduras, fraturas e contato com substâncias tóxicas. Segundo dados do Ministério da Saúde, entre 2007 e 2019, mais de 27 mil acidentes de trabalho foram notificados entre menores de 18 anos ^[66]. Além disso, o impacto psicológico é expressivo: a privação do brincar e da convivência familiar pode desencadear quadros de ansiedade, depressão e distúrbios emocionais graves.

O art. 7º do ECA assegura à criança e ao adolescente o direito ao “desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”, o que é flagrantemente desrespeitado nas situações de exploração laboral.

A evasão escolar é uma consequência frequente do trabalho infantil. O cansaço e a ausência de tempo dificultam a aprendizagem, comprometendo o rendimento escolar e, por consequência, as oportunidades futuras de qualificação profissional e emancipação econômica. O art. 4º do ECA destaca que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com prioridade absoluta, o direito à educação e à profissionalização, o que é negado a crianças submetidas ao labor precoce.

Trabalhadores infantis, especialmente em setores informais ou no trabalho doméstico, frequentemente são vítimas de maus-tratos, assédio moral e sexual. Essas crianças e adolescentes, em razão de sua condição de vulnerabilidade, têm pouco ou nenhum acesso a canais seguros de denúncia. O art. 5º do ECA é claro ao estabelecer que nenhuma criança será objeto de “qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, prevendo punições severas a quem violar tais preceitos.

Ao retirar da infância o tempo de brincar, estudar e se desenvolver, o trabalho infantil rompe com o princípio da dignidade da pessoa humana. A Constituição Federal, em seu art. 7º, XXXIII, proíbe expressamente o “trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”. Já o art. 227 reforça a prioridade absoluta na proteção integral de crianças e adolescentes, colocando-os a salvo de qualquer forma de exploração.

4.4 Mecanismos institucionais e responsabilização

O Ministério Público detém atribuições para promover políticas e responsabilizações (ECA, art. 201), enquanto o Conselho Tutelar atua no atendimento e encaminhamentos (arts. 131 e 136). No plano trabalhista, a CLT prevê multas aos infratores (art. 434). Essas instâncias compõem a rede de proteção.

O Ministério Público enquanto defensor da ordem jurídica e dos direitos fundamentais, tem papel fundamental na erradicação do trabalho infantil. Conforme exposto no artigo 95 do ECA é competência do órgão cobrar do poder público a implementação de políticas efetivas voltadas à proteção da infância e à garantia de acesso a direitos como educação, saúde e assistência social.

Sua atuação deve priorizar o enfrentamento às piores formas de trabalho infantil, como a exploração sexual e o trabalho análogo à escravidão infantil. Além disso, é essencial que promova ações de conscientização da sociedade quanto aos prejuízos irreparáveis que o trabalho precoce causa ao desenvolvimento físico, psicológico e educacional das crianças.

Conforme aponta Sotto Maior Neto (2010), o Ministério Público possui legitimidade para ajuizar ações civis públicas visando garantir a efetivação de políticas públicas em favor da infância e adolescência.

Para garantir o bom funcionamento da lei e sua fiscalização, os Promotores atuam em conjunto aos conselheiros, membros ativos do Conselho Tutelar e dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, bem como para exigir a implementação de programas de transferência de renda e acesso à educação para crianças em situação de vulnerabilidade. Essa articulação é juridicamente respaldada pelo artigo 201, inciso VI e VII do Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece o dever dos Conselhos de representar e noticiar ao Ministério Público de eventuais violações de direitos, como ocorre em casos de trabalho infantil.

As consequências do trabalho infantil são devastadoras, pois crianças submetidas ao trabalho precoce podem sofrer diversos tipos de abusos, além de desenvolver fobia social e como consequência do isolamento, ter dificuldades de aprendizagem, comprometimento do convívio familiar e a saúde mental. Dito isto, a erradicação do trabalho infantil deve ser uma prioridade de toda a sociedade, com forte protagonismo do Ministério Público no âmbito judicial e extrajudicialmente.

4.5 Políticas públicas (PETI/AEPETI) e integração social

O PETI, integrado ao Bolsa Família e redesenhado nas AEPETI, articula transferência de renda, trabalho social com famílias e serviços socioeducativos para retirada e permanência de crianças e adolescentes fora do trabalho. A eficácia depende de coordenação intersetorial e monitoramento.

No Brasil, durante a década de 1990, como forma de concretizar a participação social paritária na formulação de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes, incluindo o combate a suas violações, como o trabalho infantil, foram instituídos órgãos de caráter deliberativo, entre eles o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), pela Lei nº 8.242/1991, e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), criado em 29 de novembro de 1994, em Brasília.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) surgiu como uma ação governamental com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o objetivo de retirar do trabalho precoce crianças e adolescentes menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, permitida a partir dos 14 anos. Com o apoio do FNPETI, o programa passou a atuar por meio da implementação de políticas públicas integradas, que incluem o atendimento das famílias pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), além do cadastro no sistema do Cadastro Único e no Programa Bolsa Família.

Em 2004, o governo federal unificou diversas ações de transferência de renda, o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Educação (Bolsa Escola), o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Saúde (Bolsa Alimentação) e o Programa Auxílio Gás, dando origem ao Programa Bolsa Família (PBF), instituído pela Lei nº 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004.

O Bolsa Família passou a desempenhar papel relevante na transferência de renda para famílias em situação de pobreza. No entanto, estudos indicam que, apesar de sua importância, o programa não foi suficiente para impedir o aumento das horas trabalhadas por crianças e adolescentes. A renda transferida não garante, por si só, a permanência dessas crianças longe do trabalho precoce. A atenção integral exigida pelo programa limita-se ao cumprimento da frequência escolar e à atualização da caderneta de vacinação, sem assegurar, de fato, a efetiva retirada de crianças e adolescentes do trabalho infantil.

Conforme o site oficial do Governo, em 2005, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) foi integrado ao Programa Bolsa Família, promovendo mudanças significativas na gestão da transferência de renda e fortalecendo a articulação entre as políticas públicas voltadas à proteção social. Posteriormente, em 2011, o PETI foi formalmente instituído como parte da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), consolidando-se como um programa de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social.

Em continuidade, essa reformulação ampliou o escopo do programa, que passou a atuar em três frentes principais: a transferência de renda às famílias em situação de vulnerabilidade, o trabalho social com famílias e a oferta de serviços socioeducativos destinados a crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, com vistas à sua proteção e inclusão social.

4.6 Jurisprudência protetiva (STJ)

A jurisprudência do STJ (REsp 1.653.359/MG) reconhece o poder geral de cautela do juiz da infância para adotar providências imediatas em prol da proteção integral — inclusive em procedimentos administrativos — reforçando a interpretação finalística do microssistema de tutela infantojuvenil.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça reconhece a atuação proativa do Judiciário na proteção integral de crianças e adolescentes, inclusive autorizando medidas liminares no âmbito de procedimentos administrativos quando há risco iminente à dignidade e aos direitos fundamentais desses sujeitos de direito.

Nesse sentido, o Recurso Especial nº 1.653.359/MG, de relatoria do Ministro Herman Benjamin, reafirma que: *“Nenhum dispositivo legal inserido no microssistema de proteção e garantia dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes pode ser interpretado com abstração dos princípios e finalidades para os quais foi criado”* (REsp 1.653.359/MG, STJ, DJe 01/02/2018).

A decisão destaca que o juiz da infância possui poder geral de cautela para determinar providências imediatas, mesmo em processos administrativos, desde que em prol da proteção integral da criança e do adolescente, conforme previsto nos artigos 152 e 153 do ECA e no artigo 227 da Constituição Federal.

Essa jurisprudência fortalece a compreensão de que a proteção integral deve ser interpretada de forma ampla e efetiva, inclusive com respaldo do Poder Judiciário para garantir a observância plena dos direitos previstos no ECA, em especial frente a situações que envolvam o trabalho infantil ou condições degradantes.

4.7 Ilustrações públicas e prudência analítica

Casos de ampla divulgação (p.ex., exposição midiática de crianças e adolescentes artistas) evidenciam deveres reforçados de guarda, educação e gestão patrimonial compatíveis com o melhor interesse, sem afastar a tutela do trabalho protegido e da aprendizagem. A análise deve preservar a prudência metodológica e evitar conclusões causais não suportadas por fontes primárias.

No Brasil, o caso conhecido como “Profeta Mirim” gerou grande repercussão e suscitou importantes reflexões sobre a necessidade de proteger integralmente as crianças e adolescentes. O episódio envolveu um menino que, desde muito cedo, foi exposto a situações de vulnerabilidade, especialmente pela exploração midiática de sua imagem e pela indução à prática de atividades religiosas inadequadas à sua faixa etária e ao seu estágio de desenvolvimento emocional.

Embora a liberdade religiosa e de expressão sejam direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal, o princípio da proteção integral funcionou como um limite necessário, garantindo que o interesse da criança prevalecesse sobre quaisquer outros interesses, inclusive os de familiares ou instituições religiosas.

Diante desse contexto, as autoridades, amparadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e orientadas pelo princípio da proteção integral, atuaram no sentido de evitar que o menino continuasse sendo exposto a riscos físicos, emocionais e sociais. Esse caso evidenciou que proteger integralmente significa agir de maneira firme e responsável para garantir que crianças tenham uma infância digna, saudável e segura, livre de qualquer forma de exploração.

Assim, o caso do “Profeta Mirim” tornou-se um exemplo emblemático da efetiva aplicação, ou seja, da importância de colocar em prática o princípio da proteção integral, demonstrando sua relevância na defesa dos direitos das crianças e a necessidade de constante vigilância da sociedade e do Estado para garantir que tais direitos sejam efetivamente respeitados.

Portanto, este caso reforça a necessidade de políticas públicas, regulamentações específicas e atuação vigilante do Ministério Público e do Poder Judiciário no sentido de garantir que o princípio da proteção integral seja efetivamente observado, inclusive nos aspectos patrimoniais e na gestão da carreira de crianças e adolescentes em situação de destaque público.

4.8 Atuação dos Juizados Especiais da Infância e da Adolescência (JEIAs)

Em reforço às medidas institucionais de combate ao trabalho infantil, destaca-se a atuação dos Juizados Especiais da Infância e da Adolescência (JEIAs), criados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em 2014, com sedes em dez circunscrições — entre elas Franca, Campinas e Ribeirão Preto — abrangendo 599 municípios. A criação dos JEIAs decorreu do Programa de Combate ao Trabalho Infantil do CSJT e do TST, tendo por finalidade consolidar o compromisso do

Judiciário Trabalhista com a erradicação do trabalho infantil e a promoção da aprendizagem protegida. Conforme estudo elaborado pela Juíza Eliana dos Santos Alves Nogueira, coordenadora do JEIA de Franca, até novembro de 2023 foram registrados 5.785 processos, compreendendo principalmente reclamações trabalhistas, ações civis públicas, autorizações de trabalho e verificações de cotas de aprendizagem. O levantamento revelou situações graves de violação de direitos, com 70% dos casos envolvendo atividades expressamente proibidas pela Lista TIP, incluindo acidentes fatais e mutilações. Os JEIAs integram o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), conforme a Resolução nº 113 do Conanda, o que possibilita uma atuação articulada entre Judiciário, Ministério Público, Conselhos Tutelares e sociedade civil. O modelo especializado adotado pelo TRT-15 tem assegurado taxa zero de reincidência nas demandas já solucionadas, demonstrando que a especialização jurisdicional e a presença territorial ampliam o acesso à justiça, retiram o trabalho infantil da invisibilidade e fortalecem a aplicação concreta do princípio da proteção integral previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que o Brasil dispõe de arquitetura normativa robusta para prevenir e coibir o trabalho infantil, combinando proibição geral, aprendizagem como via protegida de inserção, lista TIP e uma rede institucional com poderes de fiscalização e responsabilização. Entretanto, desafios persistem na implementação: cobertura e qualidade da aprendizagem, coordenação intersetorial (educação, assistência, inspeção do trabalho), monitoramento com dados oficiais e conscientização social.

O trabalho infantil constitui uma grave violação aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, contrariando os preceitos constitucionais e infraconstitucionais, especialmente os previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Constituição Federal. Constatou-se que o princípio da proteção integral, consagrado nos artigos 3º e 227 da Constituição e regulamentado pela Lei nº 8.069/1990, impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar, com absoluta prioridade, o pleno desenvolvimento infantojuvenil, livre de qualquer forma de exploração.

A análise demonstrou que o trabalho precoce compromete o desenvolvimento físico, mental, educacional e social de crianças e adolescentes, gerando consequências permanentes que reforçam as desigualdades sociais, ocasionando, assim, a violação do princípio da dignidade da pessoa humana. Verificou-se, ainda, a existência de mecanismos legais de inserção no mundo do trabalho por meio do contrato de aprendizagem, a partir dos 14 anos, conforme previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, em conformidade com os parâmetros protetivos estabelecidos.

Foram também identificadas ferramentas institucionais de enfrentamento ao trabalho infantil, como a atuação do Ministério Público, dos Conselhos Tutelares e a implementação de políticas públicas. Dentre essas políticas, destacam-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa Bolsa Família, cuja importância foi veementemente demonstrada. A eficácia dessas ações está condicionada à articulação intersetorial, à continuidade dos programas sociais e ao acompanhamento das condições de vulnerabilidade social das famílias.

Os dados recentes da PNAD Contínua indicam 1,607 milhão de crianças e adolescentes (5–17 anos) em situação de trabalho infantil em 2023, sendo o menor patamar desde o ano de 2016 o que reforça a necessidade de políticas baseadas em evidências e de fiscalização intersetorial para sustentar a tendência de queda.

Os casos analisados permitiram verificar a aplicação prática do princípio da proteção integral em situações concretas, reforçando sua centralidade na interpretação e execução das normas de proteção à infância e juventude. Portanto, conclui-se que o enfrentamento ao trabalho infantil demanda a aplicação rigorosa do ordenamento jurídico vigente, a efetivação das políticas públicas e o comprometimento contínuo de todos os entes envolvidos na promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Mesmo com a proteção integral ao ECA e os esforços despendidos para a redução do trabalho infantil, ainda existem milhões de crianças e adolescentes nessa condição, uma realidade preocupante no país. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios (PNAD Contínua) de 2023, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 1,6 milhões de crianças e adolescentes entre cinco e dezessete anos estavam inseridos no mercado de trabalho. Embora esse seja o menor índice desde o início da série histórica, em 2016, a persistência do fenômeno evidencia desafios significativos.

À luz do princípio da proteção integral, recomenda-se: (a) fortalecer programas de aprendizagem com enfoque pedagógico de qualidade; (b) intensificar fiscalização e sanções aos infratores; (c) integrar AEPETI às estratégias territoriais de assistência/educação; e (d) qualificar o uso de estatísticas oficiais para orientar políticas focalizadas. A erradicação do trabalho infantil supõe esforço contínuo, baseado em evidências, e compromisso de família, sociedade e Estado.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. *Temas de direito constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. *Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)*. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

BRASIL. *Código Civil*. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

BRASIL. *Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008*. Aprova a lista das piores formas de trabalho infantil (Lista TIP).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Ação Estratégica do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI)*. Brasília: MDS, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/servicos-e-programas/acao-estrategica-do-programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil>. Acesso em: 27 set. 2025.

ISHIDA, Válder Kenji. *Estatuto da Criança e do Adolescente: doutrina e jurisprudência*. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Convenções nº 138 e nº 182*.

SOTTO MAIOR NETO, Olympio de Sá. *O Ministério Público e a defesa dos direitos da infância e juventude*. 6. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

**PAVIMENTOS INTERATIVOS INTELIGENTES: UM NOVO PARADIGMA PARA A
ACESSIBILIDADE UNIVERSAL EM CIDADES SUSTENTÁVEIS**
*SMART INTERACTIVE PAVEMENTS: A NEW PARADIGM FOR UNIVERSAL ACCESSIBILITY IN
SUSTAINABLE CITIES*

Área temática: Cidades e Comunidades Sustentáveis

VALENTINI, Mauricio de Azevedo Valentini
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutor em Promoção da Saúde
mauriciovalentini@gmail.com

Resumo

Este trabalho investiga como os pavimentos interativos inteligentes podem superar as limitações da sinalização tátil convencional, que é estática e inadequada para a dinâmica dos ambientes urbanos, comprometendo a segurança de pessoas com deficiência visual. O objetivo central é analisar o potencial dessa tecnologia emergente como um novo paradigma para a acessibilidade universal, contextualizando-a na Lei Brasileira de Inclusão e nos princípios das cidades sustentáveis. A pesquisa adota uma metodologia qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica e documental de artigos acadêmicos, especificações técnicas de tecnologias existentes e marcos legais pertinentes. Os resultados indicam que, ao integrar sensoramento IoT e feedback multimodal (tátil, visual e auditivo), os pavimentos inteligentes oferecem informação ambiental dinâmica e em tempo real, superando as deficiências do modelo atual. A análise revela ainda que a multifuncionalidade desses sistemas (ex: geração de energia, análise de dados) cria modelos de negócio economicamente sustentáveis para sua implementação em larga escala. Conclui-se que os pavimentos inteligentes representam uma mudança de paradigma da sinalização passiva para a orientação ambiental ativa, cumprindo com maior eficácia os preceitos de autonomia e segurança e configurando-se como uma infraestrutura fundamental para a construção de cidades verdadeiramente inclusivas, inteligentes e sustentáveis.

Palavras-chave: Acessibilidade Universal, Piso Tátil, Cidades Inteligentes.

Abstract

This paper investigates how smart interactive pavements can overcome the limitations of conventional tactile paving, which is static and inadequate for the dynamics of urban environments, thereby compromising the safety of visually impaired people. The main objective is to analyze the potential of this emerging technology as a new paradigm for universal accessibility, contextualizing it within the Brazilian Law for the Inclusion of Persons with Disabilities and the principles of sustainable cities. The research adopts a qualitative methodology, based on a literature and documentary review of academic articles, technical specifications of existing technologies, and relevant legal frameworks. The results indicate that by integrating IoT sensing and multimodal feedback (haptic, visual, and auditory), smart pavements provide dynamic, real-time environmental information, overcoming the shortcomings of the current model. The analysis further reveals that the multifunctionality of these systems (e.g., energy generation, data analysis) creates economically sustainable business models for their large-scale implementation. It is concluded that smart pavements represent a paradigm shift from passive signaling to active environmental guidance, more effectively fulfilling the precepts of autonomy and safety and establishing themselves as a fundamental infrastructure for building truly inclusive, smart, and sustainable cities.

Keywords: Universal Accessibility, Tactile Paving, Smart Cities.

1 INTRODUÇÃO

O direito à cidade, em sua essência, pressupõe o direito de ir e vir com autonomia e segurança. Para milhões de pessoas com deficiência visual (DV), o exercício pleno desse direito depende de uma infraestrutura urbana que comunique informações espaciais de forma clara e não visual. Por décadas, a solução hegemônica para este desafio tem sido a sinalização tátil no piso, um sistema binário de texturas — direcional e de alerta — que se tornou um símbolo universal da acessibilidade (ABNT, 2020; GOLLEDGE, 1993; PREISER; SMITH, 2010). Regulamentado por normas técnicas rigorosas, como a ABNT NBR 16537 no Brasil, o piso tátil foi um avanço civilizatório inegável, criando rotas seguras onde antes havia incerteza (ABNT, 2024; BITTENCOURT, 2019).

Contudo, a eficácia deste paradigma analógico é inerentemente limitada. Sua natureza estática o torna incapaz de informar sobre obstáculos temporários (obras, veículos, feiras livres), transformando uma rota segura em uma fonte de perigo imprevisto. A informação é genérica ("alerta"), sem especificar a natureza do risco, e sua integridade física depende de manutenção constante, sendo frequentemente comprometida por desgaste, vandalismo ou instalação inadequada (LACY, 2017; IBGE, 2019; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2021). Essas deficiências revelam um teto de desempenho: o sistema atual, por melhor que seja implementado, não pode fornecer a informação dinâmica, contextual e personalizada que a complexidade da vida urbana contemporânea exige.

Neste contexto, a convergência de tecnologias de sensoriamento, Internet das Coisas (IoT) e materiais inteligentes abre caminho para uma nova geração de infraestrutura urbana. Este artigo propõe e analisa o conceito de pavimentos interativos inteligentes como um sucessor tecnológico para a sinalização tátil. O objetivo é desconstruir essa tecnologia emergente, avaliar seu potencial para criar ambientes urbanos mais seguros e navegáveis para pessoas com DV, e, crucialmente, contextualizar sua implementação à luz do arcabouço legal brasileiro de acessibilidade e dos princípios das cidades sustentáveis. Argumenta-se que a transição de um piso passivo para uma interface urbana ativa não é apenas uma atualização tecnológica, mas uma evolução fundamental na forma como concebemos a inclusão e a sustentabilidade no espaço construído.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, fundamentada em uma revisão bibliográfica e documental. A abordagem metodológica foi estruturada para sintetizar o conhecimento existente sobre a sinalização tátil convencional e as tecnologias emergentes de pavimentos inteligentes, contextualizando-as no panorama legal e social brasileiro.

O levantamento de dados foi realizado a partir de uma ampla gama de fontes, incluindo:

a) Bases de dados acadêmicas: SciELO, Google Scholar, IEEE Xplore e ACM Digital Library, utilizando descritores como "piso tátil inteligente", "smart pavement", "haptic navigation", "acessibilidade universal" e "assistive technology".

b) Documentação técnica e patentes: Análise de manuais, white papers e registros de patentes de empresas desenvolvedoras de tecnologias de pisos inteligentes, como Pavegen, SensFloor e ASB GlassFloor, para compreender os princípios de funcionamento e as aplicações comerciais.

c) Normas técnicas e legislação: Consulta direta às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial a NBR 9050 e a NBR 16537, e à legislação federal pertinente, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

Pavimentos Interativos Inteligentes: Um Novo Paradigma para a Acessibilidade Universal em Cidades Sustentáveisd) Relatórios e publicações de organizações governamentais e não governamentais: Documentos da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização das Nações Unidas (ONU) e de observatórios urbanos.

O tratamento das informações consistiu em uma análise crítica e comparativa. As limitações do sistema de piso tátil foram identificadas a partir da literatura e contrapostas com as potencialidades das novas tecnologias. As informações técnicas foram categorizadas em camadas funcionais (sensoriamento, atuação, comunicação) para estruturar a análise. Por fim, realizou-se uma síntese integradora, articulando as dimensões tecnológica, legal (LBI) e conceitual (cidades sustentáveis), a fim de construir um argumento coeso sobre o potencial transformador dos pavimentos interativos para a acessibilidade urbana. Todas as citações no corpo do texto foram

formatadas como indiretas, seguindo as normas da ABNT, para garantir a fluidez da argumentação teórica.

3 MARCO TEÓRICO-LEGAL: ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E SUSTENTABILIDADE URBANA NO BRASIL

A discussão sobre pavimentos inteligentes não pode ser puramente técnica; ela está ancorada em um sólido arcabouço legal e conceitual que define os direitos das pessoas com deficiência e o futuro das nossas cidades.

A **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)**, Lei nº 13.146/2015, representa o principal marco legal. Ela transcende a visão da acessibilidade como mera eliminação de barreiras físicas, consagrando os princípios do **desenho universal**, da **autonomia** e da **segurança** (BRASIL, 2000; BRASIL, 2015). A LBI define o desenho universal como a "concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva" (DUARTE; COHEN, 2014). O piso tátil convencional, embora essencial, atende a esses preceitos de forma parcial. Ele oferece uma rota, mas sua incapacidade de se adaptar a condições dinâmicas compromete a segurança e, conseqüentemente, a autonomia do usuário. Um sistema inteligente que alerta sobre um obstáculo em tempo real ou sugere uma rota alternativa não é um luxo, mas uma materialização mais completa dos direitos garantidos pela LBI.

Paralelamente, o debate global sobre o futuro das cidades converge para o conceito de **cidades sustentáveis**, encapsulado no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 da ONU (ODS 11): "Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis". A sustentabilidade, aqui, é compreendida em seu tripé:

1. Sustentabilidade Social: Uma cidade só é socialmente sustentável se for inclusiva. A acessibilidade universal é uma condição *sine qua non* para a equidade social, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de suas capacidades, possam participar da vida urbana.

2. Sustentabilidade Econômica: A infraestrutura urbana deve ser economicamente viável em longo prazo. Como será discutido, os sistemas de pavimentação inteligente possuem um potencial de multifuncionalidade (geração de energia, análise de dados de fluxo, segurança) que pode criar novos modelos de negócio e justificar o investimento para além do orçamento de acessibilidade (FUTURE-SHAPE, 2023; PAVEGEN, 2021).

3. Sustentabilidade Ambiental: A escolha de materiais, o ciclo de vida da infraestrutura e seu impacto energético são considerações cruciais. Sistemas duráveis, que minimizam a necessidade de reparos e substituições constantes de placas de concreto ou borracha, e que podem até gerar energia limpa a partir de passos, contribuem positivamente para a pegada ambiental da cidade (PAVEGEN, 2021).

Portanto, o pavimento inteligente emerge na interseção desses campos: ele é a tecnologia assistiva que pode realizar plenamente os direitos da LBI e, ao mesmo tempo, uma infraestrutura que fortalece os três pilares da cidade sustentável.

4 PAVIMENTOS INTELIGENTES: DO CONCEITO À APLICAÇÃO

Um pavimento interativo inteligente pode ser definido como um sistema ciber-físico integrado ao solo, capaz de perceber o ambiente, processar informações e interagir com o usuário. Sua arquitetura pode ser decomposta em três camadas funcionais.

4.1. Camada de Sensoriamento (Percepção)

Esta camada coleta dados do ambiente. As abordagens variam em complexidade e custo:

- **Pontos de Informação Discretos:** A tecnologia mais simples e madura envolve embutir etiquetas passivas de NFC ou RFID no piso (STEFANELLO, 2016; RAMOS et al., 2015).

Ao aproximar uma bengala ou smartphone adaptado, o usuário recebe informações contextuais em áudio, como "travessia de pedestres" ou "ponto de ônibus à sua direita".

- **Deteção de Área Contínua:** Sistemas mais avançados, como o SensFloor, utilizam mantas de sensores capacitivos sob o revestimento final (FUTURE-SHAPE, 2023). Eles transformam todo o piso em uma superfície sensível, capaz de detectar a presença, o movimento, a direção e até mesmo quedas de pedestres, permitindo o monitoramento em tempo real de obstáculos estáticos ou móveis.

- **Geração de Energia e Dados:** Tecnologias como o Pavegen usam a piezoelectricidade para gerar energia a partir da pressão dos passos, enquanto transmissores Bluetooth em cada placa coletam dados anônimos sobre os padrões de fluxo de pedestres (PAVEGEN, 2021).

4.2. Camada de Atuação (Interação)

A informação processada é comunicada ao usuário através de diferentes modalidades:

- **Feedback Visual:** Para a maioria das pessoas com DV, que possuem baixa visão (WHO, 2019), faixas de LEDs de alto contraste embutidas no piso, como no ASB GlassFloor, podem criar rotas luminosas dinâmicas, muito mais perceptíveis que a sinalização estática (ASB GLASSFLOOR, 2022; ARGYROPOULOS et al., 2016).

- **Feedback Auditivo:** A comunicação via áudio, através do smartphone do usuário, permite transmitir instruções complexas. Seu principal desafio é o mascaramento auditivo, que pode comprometer a percepção de sons ambientais essenciais à segurança (BRUNGART, 2001; WALLS, 2011).

- **Feedback Vibrotátil (Háptico):** Atuadores integrados ao piso ou a dispositivos pessoais (como a bengala ou o calçado) podem fornecer orientação direcional através de vibrações. Esta modalidade não interfere na audição, mas a interpretação de padrões complexos pode aumentar a carga cognitiva do usuário (BREWSTER; BROWN, 2004; GIUDICE et al., 2008; LOOMIS; KLATZKY; GIUDICE, 2010).

A pesquisa sugere que uma abordagem multimodal, que permite ao usuário escolher ou combinar diferentes tipos de feedback, é a mais resiliente e segura (JACKO, 2012).

4.3. Camada de Comunicação e Processamento (Inteligência)

Esta é a camada que conecta sensores e atuadores, transformando dados brutos em ações inteligentes. Utilizando uma arquitetura de IoT, com protocolos como BLE para comunicação local e 5G ou LoRaWAN para a rede urbana, o sistema pode operar em dois níveis (BLUETOOTH SIG, 2020; 3GPP, 2020):

- **Processamento de Borda (Edge Computing):** Decisões que exigem resposta em tempo real, como alertar sobre um obstáculo imediato, são processadas localmente nos próprios módulos do piso.

- **Processamento em Nuvem (Cloud Computing):** A análise de grandes volumes de dados para planejamento urbano, otimização de rotas e aprendizado de máquina é realizada em servidores centrais.

A Tabela 1 compara as principais tecnologias comerciais que exemplificam estas abordagens.

Tabela 1: Análise Comparativa de Tecnologias de Pisos Inteligentes.

Tecnologia	Princípio de Funcionamento	Feedback Primário	Aplicação Principal	Potencial para Navegação de DV
Piso Tátil com NFC	Leitura de tags NFC/RFID passivas.	Áudio contextual via smartphone.	Navegação e informação contextual.	Alto. Oferece informação rica, mas não é contínuo e requer ação do usuário.
SensFloor	Manta com sensores capacitivos.	Alerta para sistemas externos.	Saúde, segurança, automação.	Médio a Alto. Excelente para detecção de obstáculos. Navegação requer software customizado.
ASB GlassFloor	Piso de vidro com matriz de LEDs.	Visual (linhas de luz, vídeo).	Esportes, eventos.	Médio. Excelente para baixa visão. Ineficaz para cegueira total sem feedback adicional.
Pavegen	Geração de energia piezoeletricidade.	Dados para gestores.	Geração de energia, análise de fluxo.	Baixo a Médio. Não fornece feedback direto, mas os dados podem otimizar rotas seguras.

5 DISCUSSÃO: O PISO INTERATIVO COMO INFRAESTRUTURA PARA A CIDADE INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL

A adoção de pavimentos inteligentes transcende a simples substituição de uma tecnologia por outra. Ela representa uma reconfiguração da relação entre o cidadão com deficiência e o ambiente urbano, alinhada aos marcos legal e conceitual discutidos.

5.1. Da Sinalização Passiva à Tutoria Ambiental Ativa

O piso tátil *sinaliza*; o piso inteligente *orienta*. Enquanto o primeiro oferece uma informação estática e binária, o segundo atua como um tutor ambiental dinâmico. Ele pode, por exemplo, detectar que um usuário com bengala se aproxima de uma escadaria e ativar um alerta sonoro ou vibrotátil específico. Pode identificar uma aglomeração de pessoas à frente e sugerir uma rota alternativa com menor fluxo. Essa capacidade de fornecer **informação contextual, personalizada e em tempo real** é o que permite a materialização plena da autonomia e segurança preconizadas pela LBI. O sistema deixa de ser uma mera adaptação no espaço e se torna um serviço de acessibilidade integrado à infraestrutura.

5.2. Viabilidade Econômica através da Multifuncionalidade

Um dos maiores entraves para a modernização da infraestrutura de acessibilidade é o custo. Cidades com orçamentos limitados frequentemente relegam a manutenção e expansão das rotas acessíveis a um segundo plano. Aqui reside o maior potencial disruptivo do pavimento inteligente: sua **multifuncionalidade**.

Um sistema como o Pavegen, por exemplo, não é vendido primariamente como uma solução de acessibilidade, mas como uma plataforma de geração de energia limpa e de coleta de dados de varejo para otimizar o layout de lojas e shoppings (PAVEGEN, 2021). O SensFloor é comercializado para hospitais e casas de repouso como um sistema de prevenção de quedas e segurança (FUTURE-SHAPE, 2023). A acessibilidade torna-se uma funcionalidade de alto valor agregado dentro de um modelo de negócio que se paga por outras vias. Para um gestor municipal, o investimento deixa de ser um gasto setorial (acessibilidade) e se torna um investimento estratégico em múltiplas áreas: energia, segurança pública, planejamento de transportes e marketing urbano. Essa sobreposição de valores é o que pode tornar a implementação em larga escala economicamente sustentável.

5.3. Desafios e Perspectivas Futuras

A transição para este novo paradigma não é isenta de desafios significativos. O **custo inicial** de implementação é alto, exigindo projetos-piloto e parcerias público-privadas. A **padronização** de protocolos de comunicação e de feedback é crucial para garantir a interoperabilidade e evitar a fragmentação tecnológica (IEEE, 2019). Questões de **privacidade de dados** e **segurança cibernética** são primordiais, pois o sistema lidará com dados sensíveis de localização e movimento de cidadãos. A **manutenção** de uma infraestrutura eletrônica complexa em um ambiente urbano hostil requer novas competências técnicas por parte das equipes municipais. Por fim, é preciso considerar a **equidade digital**, garantindo que o sistema seja acessível a todos, inclusive àqueles sem smartphones ou com baixa literacia tecnológica, talvez através de dispositivos dedicados fornecidos pelo poder público.

O caminho a seguir passa pela atualização das normas técnicas, como a ABNT NBR 16537, para que contemplem e estabeleçam parâmetros para essas novas tecnologias, fomentando a inovação de forma segura e padronizada.

6 CONSIDERAÇÃO FINAL

O piso tátil foi uma resposta de engenharia civil a um problema de direitos humanos. O pavimento interativo inteligente é uma resposta de sistemas ciber-físicos ao mesmo problema, porém em um contexto de complexidade e possibilidades tecnológicas muito maior. Este artigo argumentou que essa transição representa uma evolução fundamental, alinhada com os mais avançados preceitos legais de inclusão e com os objetivos de sustentabilidade urbana.

Ao transformar o chão que pisamos em uma interface de informação ativa, responsiva e inteligente, abrimos a possibilidade de construir cidades que não são apenas livres de barreiras, mas que ativamente guiam, protegem e incluem todos os cidadãos. A tecnologia não é um fim em si mesma, mas um meio para realizar a promessa do desenho universal e do pleno direito à cidade. O pavimento inteligente, portanto, não deve ser visto como um mero substituto para as linhas e bolinhas amarelas, mas como a fundação sobre a qual construiremos os próximos avanços em autonomia e equidade urbana.

REFERÊNCIAS

3GPP. **Release 16 Specification for Narrowband-IoT (NB-IoT)**. Sophia Antipolis, France, 2020.

ARGYROPOULOS, V. *et al.* The use of colour and contrast in assistive technology for people with low vision: a review of the literature. **Disability and Rehabilitation: Assistive Technology**, v. 11, n. 8, p. 633-641, 2016.

ASB GLASSFLOOR. **ASB LumiFlex: The Interactive LED Video Floor**. Stein an der Traun, Germany, 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16537: Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação**. Rio de Janeiro, 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2020.

BITTENCOURT, L. A importância do contraste na sinalização tátil para pessoas com baixa visão. **Revista Brasileira de Acessibilidade**, v. 5, n. 2, p. 45-58, 2019.

BLUETOOTH SIG. **Bluetooth Low Energy (BLE) Specification v5.2**. Kirkland, WA, 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BREWSTER, S.; BROWN, L. M. Tactons: structured tactile messages for non-visual information display. *In*: CONFERENCE ON AUSTRALASIAN USER INTERFACE, 5., 2004, Dunedin. **Proceedings [...]**. Sydney: Australian Computer Society, 2004. p. 15-23.

BRUNGART, D. S. Informational and energetic masking effects in the perception of two simultaneous talkers. **The Journal of the Acoustical Society of America**, v. 109, n. 3, p. 1101-1109, 2001.

DUARTE, C. R.; COHEN, R. **Desenho Universal: um conceito para todos**. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2014.

FUTURE-SHAPE GMBH. **SensFloor Technical Documentation and API Guide**. Oberhaching, Germany, 2023.

GIUDICE, N. A. *et al.* Learning and executing routes with a haptic display. *In*: INTERNATIONAL ACM SIGACCESS CONFERENCE ON COMPUTERS AND ACCESSIBILITY, 10., 2008, Halifax. **Proceedings [...]**. New York: ACM, 2008. p. 171-178.

GOLLEDGE, R. G. Geography and the disabled: a survey with special reference to vision impaired and blind populations. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 18, n. 1, p. 63-85, 1993.

IEEE STANDARDS ASSOCIATION. **IEEE P2413 - Standard for an Architectural Framework for the Internet of Things (IoT)**. New York, NY, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos Municípios Brasileiros - 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

JACKO, J. A. (Ed.). **Human-computer interaction handbook: fundamentals, evolving technologies, and emerging applications**. 3. ed. Boca Raton: CRC Press, 2012.

LACY, R. Tactile Paving: A History of the 'Polka-Dot' Pavement. **The Architectural Review**, 2017.

LOOMIS, J. M.; KLATZKY, R. L.; GIUDICE, N. A. Representing space to blind and sighted people with virtual displays. *In*: HAPTIC AND AUDIO INTERACTION DESIGN. **Lecture Notes in Computer Science**. Berlin: Springer, 2010. v. 6306, p. 1-10.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Relatório sobre a qualidade das calçadas nas capitais brasileiras**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2021.

PAVEGEN SYSTEMS LTD. **Pavegen V3 Technical White Paper**. London, UK, 2021.

PREISER, W. F. E.; SMITH, K. H. (Eds.). **Universal design handbook**. 2. ed. New York: McGraw-Hill, 2010.

RAMOS, J. *et al.* RFID-based indoor navigation system for the visually impaired. **Journal of Ambient Intelligence and Smart Environments**, v. 7, n. 2, p. 129-145, 2015.

STEFANELLO, L. **Desenvolvimento de um sistema de navegação indoor para deficientes visuais utilizando tecnologia NFC**. 2016. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

WALLS, W. D. The problem of auditory masking in assistive navigation systems for the blind. **Journal of Visual Impairment & Blindness**, v. 105, n. 10, p. 604-615, 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World report on vision**. Geneva: WHO, 2019.

**PERFIL E TENDÊNCIAS DAS PESQUISAS DO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA DESCRITIVA**

*PROFILE AND RESEARCH TRENDS IN THE REGIONAL DEVELOPMENT MASTER'S PROGRAM:
A DESCRIPTIVE STATISTICAL ANALYSIS*

Área temática: 8 -Trabalho Decente e Crescimento Econômico e ODS 4 - Educação de Qualidade

SOUSA, Daniele Mileny Oliveira
Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
Mestranda em Desenvolvimento Regional
danielemileny@hotmail.com

PIRES, Daniel Facciolo
Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
Doutor em Física Aplicada a Medicina e Biologia
daniel@facef.br

SMITH, Marinês Santana Justo
Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
Doutora em Ciência da Informação
marjustosmith@gmail.com

Resumo

A pesquisa tem o objetivo de mapear o perfil da produção do conhecimento do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional (PPGDR) do Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF no período de 2010 a 2024, investigando a quantidade de trabalhos defendidos anualmente, a distribuição entre as linhas de pesquisa, abrangência territorial e quantidade de trabalhos por ODS. Para isso, o presente estudo adota a análise estatística descritiva e qualitativa da produção acadêmica do programa. O mestrado do Uni-FACEF, tem natureza interdisciplinar, atua como um polo de conhecimento que fortalece a região. Sua relevância é justificada pelo papel estratégico na promoção de um desenvolvimento regional alinhado contribuindo diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. A qualificação profissional de seus alunos se alinha à ODS 4 (Educação de Qualidade), enquanto o foco em estudos socioeconômicos e de políticas públicas dialoga com a ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e a ODS 10 (Redução das Desigualdades). Além disso, a atuação do programa em colaboração com diversos atores institucionais, como preconizado pelos modelos teóricos de hélices de inovação, contribui para a ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e a ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação). Assim, a pesquisa evidencia como o mestrado do Uni-FACEF não apenas produz conhecimento, mas se estabelece como um agente de transformação, reafirmando o papel estratégico da Pós-Graduação *Stricto Sensu* na promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável, com compromisso da sua localidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Pós-graduação, Uni-FACEF.

Abstract

The research aims to map the knowledge production profile of the Stricto Sensu Graduate Program in Regional Development (PPGDR) at the Municipal University Center of Franca – Uni-FACEF from 2010 to 2024, by investigating the number of theses defended annually, their distribution across research lines, territorial reach, and the number of studies aligned with the Sustainable Development

Goals (SDGs). To achieve this, the present study adopts a descriptive and qualitative statistical analysis of the program's academic output. Uni-FACEF's master's program, with its interdisciplinary nature, acts as a hub of knowledge that strengthens the region. Its relevance lies in its strategic role in promoting regional development in alignment with the United Nations 2030 Agenda for Sustainable Development. The professional qualification of its students aligns with SDG 4 (Quality Education), while its focus on socioeconomic studies and public policies connects to SDG 8 (Decent Work and Economic Growth) and SDG 10 (Reduced Inequalities). Furthermore, the program's engagement with various institutional actors, as proposed by theoretical models of innovation helices, contributes to SDG 9 (Industry, Innovation, and Infrastructure) and SDG 17 (Partnerships for the Goals). Thus, the research highlights how Uni-FACEF's master's program not only produces knowledge but also establishes itself as an agent of transformation, reaffirming the strategic role of Stricto Sensu Graduate Studies in promoting sustainable socioeconomic development, with a strong commitment to its local context.

Keywords: Regional Development, Postgraduate Studies, Uni-FACEF.

1 INTRODUÇÃO

O ensino superior exerce um papel estratégico no desenvolvimento regional ao integrar ensino, pesquisa e extensão, promovendo inovação, inclusão social e soluções para desafios locais, além de formar profissionais qualificados. Goldstein e Glaser (2012) destacam que a educação superior passou a ser compreendida como um fator estratégico para além da formação de capital humano, atuando também como elemento de transformação socioeconômica. Dessa forma, compreender a trajetória de programas de pós-graduação vinculados a esse campo é útil para identificar suas contribuições científicas e institucionais.

Neste sentido, procurou-se mapear e analisar as dissertações defendidas no programa entre os anos de 2010 e 2024, considerando variáveis como quantidade anual de trabalhos, linhas de pesquisa, abrangência territorial e quantidade de trabalhos por ODS. Para tanto, foi conduzida uma análise estatística descritiva e qualitativa do acervo disponível no repositório institucional, buscando identificar tendências, áreas de concentração e o alcance das investigações realizadas ao longo de quinze anos de atividade acadêmica.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender o papel estratégico que o Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF) desempenha no contexto local e regional. Mais do que produção acadêmica, o programa se apresenta como um catalisador de transformações socioeconômicas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. A pesquisa justifica-se por sistematizar a produção científica do programa e evidenciar sua contribuição efetiva para um desenvolvimento regional justo, inclusivo e sustentável (Nações Unidas, 2024).

Portanto, este artigo proporciona contribuições para a literatura ao apresentar o perfil da produção científica do Mestrado em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF, revelando suas potencialidades, tendências e especificidades. E busca colaborar para a consolidação do campo de estudos em desenvolvimento regional, subsidiando novas pesquisas e fortalecendo o papel da pós-graduação *stricto sensu* na promoção do desenvolvimento socioeconômico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre o papel da universidade no desenvolvimento regional é relativamente recente, ganhando força a partir da crise estrutural do capitalismo nos anos 1970. Nesse período, que as instituições de ensino superior e as instituições de pesquisa entraram como elementos de preocupação das políticas regionais (Goldstein, 2012). Nesse contexto, a educação superior passou a ser compreendida como um fator estratégico, não apenas para a formação de capital humano, mas como elemento indutor de transformações socioeconômicas. Como destacam Perdoná (2021), a educação é considerada um mecanismo operativo de mudança da estrutura social e de estímulo ao avanço tecnológico.

O debate acerca do Desenvolvimento Regional no Brasil ganhou nova proeminência a partir de meados dos anos 1990, impulsionado pelas dinâmicas da configuração territorial e pela crescente conscientização da sociedade sobre a extraordinária diversidade cultural e ambiental do país (Etges et al., 2019). A produção intelectual sobre o tema na universidade brasileira, embora influenciada por

autores internacionais como Myrdal (1957), Perroux (1950) e Hirschman (1958), tem na obra de Celso Furtado um de seus principais alicerces, orientando os estudos nas últimas décadas (Furtado, 2009).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) regula os Programas de Pós-Graduação (PPGs), organizados em grandes áreas, com destaque para o campo de Planejamento Urbano e Regional/Demografia, onde o desenvolvimento regional se insere. Historicamente, a ocupação e desenvolvimento do território brasileiro foram marcados pela concentração populacional na faixa litorânea, guiada por ciclos econômicos. A interiorização do ensino superior, por sua vez, é um fenômeno mais recente e foi impulsionada pela expansão das políticas educacionais públicas a partir dos anos 1990, sobretudo com a criação de novos câmpus e instituições em regiões antes desprovidas de educação superior.

Esse processo ganha força com os Programas de Pós-Graduação (PPGs) na área de Planejamento Urbano e Regional, que até a década de 1990 estavam concentrados em grandes centros urbanos. A partir dos anos 2000, houve uma significativa interiorização desses programas, como demonstram Etges et al. (2019), com destaque para a criação de PPGs em cidades médias do Sul do Brasil, como UNISC (1994), FURB (2000) e UNIOESTE (2003). Esses programas nasceram em instituições fora das capitais, refletindo a necessidade de uma resposta regionalizada aos impactos da globalização neoliberal e à reorganização econômica dos anos 1990 (Almeida et al., 2023).

As novas universidades e institutos federais, surgidos especialmente após 2006, em regiões interioranas, assumem um papel fundamental no desenvolvimento local, com um compromisso explícito com os territórios onde estão inseridos (Silva et al., 2019). Elas passaram a atuar como centros de produção de conhecimento, articulação institucional e valorização das potencialidades regionais. Segundo Cardoso Borba et al. (2020), os PPGs em Desenvolvimento Regional se tornaram espaços privilegiados para o reconhecimento da diversidade cultural, econômica e ambiental brasileira, funcionando também como núcleos de resistência à homogeneização imposta por lógicas de mercado. As universidades cumprem diversas funções estratégicas para o desenvolvimento regional:

- Contribuições Econômicas e de Inovação: as IES atuam como agentes catalisadores da economia regional. Estudos realizados com institutos politécnicos em Portugal demonstram que a presença de universidades pode impactar entre 2% a 11% do PIB local, especialmente por meio do consumo de alunos, professores e servidores (Macedo et al., 2022).
- Formação de Capital Humano e Social: a qualificação profissional ofertada pelas universidades está diretamente relacionada à melhoria da qualidade de vida das populações locais. A elevação do nível de escolaridade está associada a melhores salários e à redução das desigualdades regionais (Perdoná & Soares, 2021).
- Extensão e Compromisso Social: as ações de extensão universitária contribuem para aproximar a produção científica da realidade local, promovendo o desenvolvimento sustentável e democrático. Nesse sentido, a universidade deve pertencer à região, e não apenas estar nela (Etges et al., 2019).

Nesse contexto de avanço e interiorização da pesquisa, a compreensão dos sistemas de inovação e desenvolvimento regional evoluiu para além de uma visão puramente econômica, incorporando a complexidade das interações sociais.

Os modelos de hélices de inovação emergem como ferramentas conceituais essenciais para analisar e impulsionar o crescimento. O modelo da Tríplice Hélice (HT), proposto por Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff, fundamenta-se na interação sinérgica de três atores institucionais centrais: a Universidade, a Indústria e o Governo (Etzkowitz, 2013). Nessa perspectiva, o desenvolvimento regional é visto como um processo de coprodução de conhecimento e inovação, onde cada hélice desempenha um papel específico: o Governo atua na formulação de políticas públicas e na regulação; a Indústria, na transformação do conhecimento em valor econômico e na criação de empregos; e a Universidade, na geração e disseminação do conhecimento, assumindo um papel cada vez mais empreendedor (Leite, 2022). A dinâmica entre esses atores é a força motriz para o desenvolvimento social e econômico baseado no conhecimento (Souza et al., 2021).

Em uma evolução desse conceito, surge o modelo da Quádrupla Hélice (HQ), que adiciona um quarto ator fundamental: a Sociedade Civil organizada (Mineiro et al., 2024). Essa ampliação reconhece que a inovação não é um processo restrito às instituições formais, mas que se beneficia da participação ativa de usuários, consumidores e da comunidade em geral (Mineiro et al., 2024). A inclusão da sociedade civil garante que o processo de inovação seja mais inclusivo, respondendo de forma mais eficaz às demandas e necessidades locais e promovendo um desenvolvimento mais equitativo e democrático (Leite, 2022).

O modelo da Quíntupla Hélice adiciona o Meio Ambiente Natural (sustentabilidade) ao arranjo institucional, fornecendo subsídios para entender melhor a relação das universidades com o ambiente em que estão inseridas e reforçando a necessidade de um desenvolvimento que seja ecologicamente responsável (Mineiro et al., 2024).

Para o contexto do desenvolvimento de Franca, a aplicabilidade desses modelos é evidente. A cidade, localizada no interior do estado de São Paulo, configura-se como um estratégico polo regional e industrial. Com uma população significativa e uma economia diversificada, o município se destaca nacionalmente, com sua base econômica solidificada em três pilares principais: a indústria, os serviços e a agropecuária. O setor calçadista, herança de uma longa tradição industrial, continua sendo um motor econômico, representando 27,2% do valor adicionado industrial da região. Contudo, a economia da cidade é liderada pelo setor de serviços, que contribuiu com 53,6% do PIB local em 2020. (IBGE, 2022)

Essa dinâmica econômica é complementada por indicadores sociais robustos. Franca se destaca em rankings nacionais de desenvolvimento e qualidade de vida, o que é comprovado por seu alto Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,780, segundo dados da UNDESENV.

Nesse contexto de desenvolvimento complexo e multifacetado, a criação do Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF) ganha especial relevância e solo fértil. O programa de pós-graduação surge como uma resposta direta à necessidade de aprofundar o conhecimento científico sobre as dinâmicas socioeconômicas e territoriais da região. A interdisciplinaridade do curso é um ponto crucial, pois permite a análise das complexas relações entre a economia local, as políticas públicas, a qualidade de vida e a saúde, contribuindo diretamente para o avanço da pesquisa e para o fortalecimento da própria identidade de desenvolvimento regional da cidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza quantitativa, com foco em uma análise estatística descritiva da produção acadêmica do programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF). O estudo abrange o período de 2010 a 2024, compreendendo as turmas de 1 a 15, que defenderam suas dissertações até 2024, com o objetivo de mapear e analisar o perfil da produção do conhecimento ao longo do tempo.

Os dados primários para esta investigação foram coletados diretamente do acervo de dissertações concluídas e disponíveis no site oficial da instituição (Uni-FACEF, 2025). O material foi compilado em uma planilha eletrônica, permitindo a organização e o tratamento dos dados de forma sistemática. A análise estatística descritiva e qualitativa foi realizada com base em quatro variáveis principais:

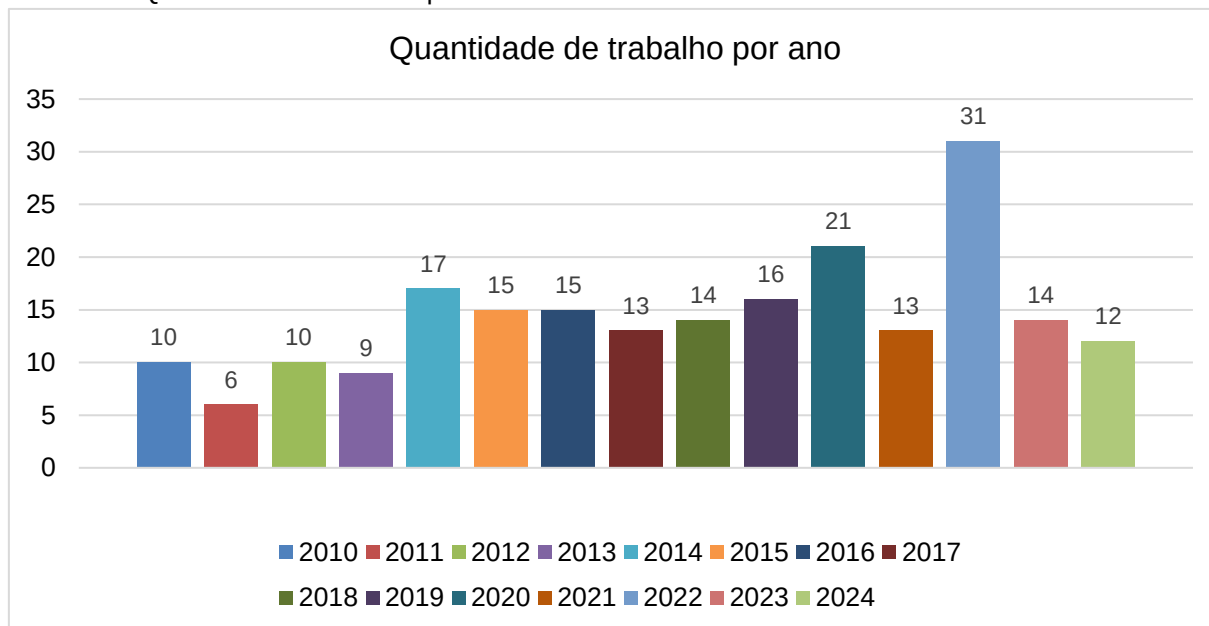
- **Quantidade por Ano:** A análise do volume de trabalhos concluídos anualmente, permitindo a identificação de picos de produção e a relação com eventos sociais e históricos relevantes.
- **Linha de Pesquisa:** A categorização dos trabalhos de acordo com as duas linhas de pesquisa do programa (Desenvolvimento Social e Políticas Públicas; Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional), para verificar a concentração e a distribuição temática das pesquisas.
- **Localidade de Pesquisa:** A análise geográfica dos estudos, que permitiu determinar o foco e o escopo territorial das dissertações, desde o âmbito local (Franca e região) até o nacional e global.
- **Citação de ODS:** A análise de conteúdo foi conduzida por meio de um levantamento quantitativo das citações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

A tabulação dos dados e a aplicação de métodos estatísticos descritivos, como a distribuição de frequências, quantidade e percentuais, possibilitaram a visualização e a interpretação dos resultados em gráficos e quadros, garantindo o rigor metodológico e a fidedignidade das informações apresentadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados da produção acadêmica do programa com o total de 216 trabalhos de dissertações, abrangendo o período de 2010 a 2024, revela uma dinâmica de crescimento e oscilação. O Gráfico 1 apresenta a distribuição anual da quantidade de trabalhos defendidos, bem como a porcentagem correspondente de cada turma em relação ao total da amostra. Conforme ilustrado, a quantidade de trabalhos defendidos anualmente exibiu uma tendência de crescimento, partindo de um nível inicial baixo (6 a 10 trabalhos entre 2010 e 2012) para um crescimento constante, estabilizando-se entre 15 e 17 trabalhos de 2013 a 2016.

Gráfico 1 - Quantidade de trabalho por ano



Fonte: Elaborado pelos autores.

Um ponto significativo na série histórica é o ano de 2022, que corresponde à Turma 13. Neste ano, houve um pico de produção com 31 trabalhos defendidos, o que representa 14% no Gráfico 2 do total da amostra. Esse aumento expressivo, seguido por uma redução nos anos subsequentes de 14 em 2023 e 12 em 2024, demanda uma análise aprofundada.

Este pico pode ser diretamente atribuído ao contexto da pandemia de COVID-19 e às possibilidades do estudo remoto. Segundo a Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19) lei nº 14.010 de 2020. A literatura científica, corroborada por estudos de impacto em programas de pós-graduação, demonstra que a crise sanitária afetou a conclusão e a defesa de pesquisas devido a fatores como:

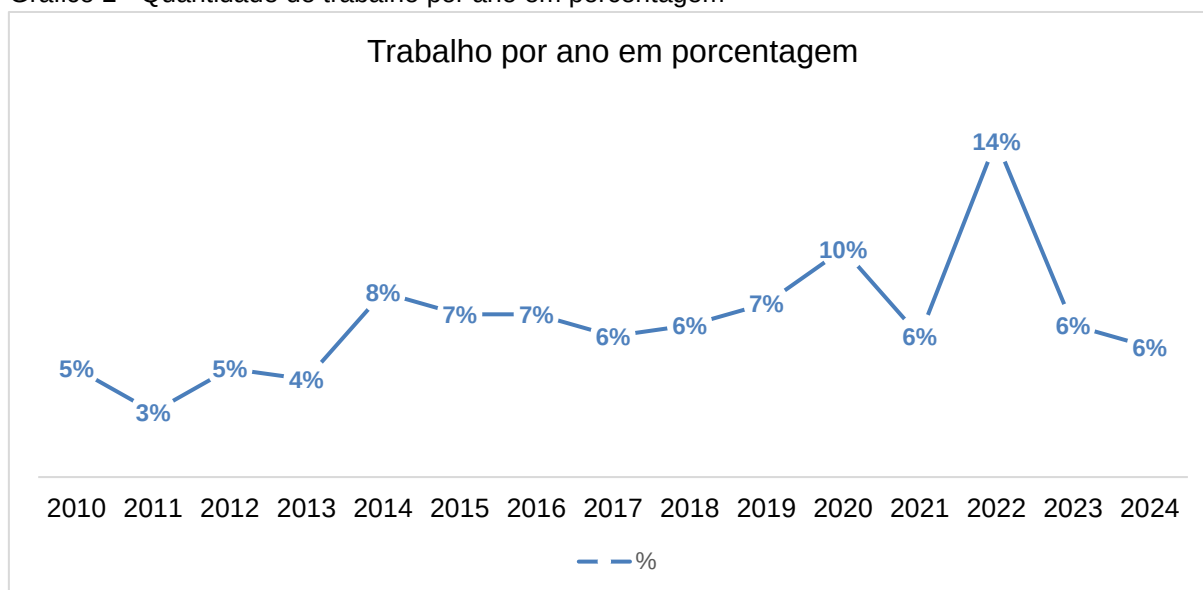
- **Prorrogação de Prazos:** Muitas instituições flexibilizaram os cronogramas de defesa, o que permitiu que trabalhos previstos para conclusão em 2020 e 2021 fossem finalizados e defendidos em 2022.
- **Limitações de Pesquisa de Campo:** A restrição de acesso a laboratórios, arquivos e locais de pesquisa impactou a coleta de dados, atrasando o andamento de dissertações e teses. Com a flexibilização das medidas sanitárias, a pesquisa pôde ser retomada.
- **Adaptação Metodológica:** A transição para o ensino e pesquisa remotos levou à reestruturação de alguns projetos, o que, em certos casos, resultou em uma aceleração na fase de conclusão.

De acordo com o Art. 3º da Lei nº 14.010/2020, os prazos prescricionais e decadenciais foram suspensos até 30 de outubro de 2020. Essa medida teve reflexo direto sobre a gestão acadêmica,

permitindo que universidades prorrogassem prazos de entrega de trabalhos e readequassem cronogramas de pesquisa sem prejuízo legal para alunos ou instituições (BRASIL, 2020).

Segundo Sígolo (2023) as análises expressaram que a crise pandêmica evidenciou o papel da ciência, de cientistas e instituições, alterando a percepção pública brasileira, ampliando o interesse da população a respeito do tema, a confiabilidade em cientistas e o reconhecimento de instituições de pesquisa. Essa transformação foi percebida na forma como universidades e centros de pesquisa passaram a ocupar o centro das atenções públicas, sendo reconhecidos por sua contribuição direta no enfrentamento da crise sanitária. Além disso, a pandemia reforçou o papel da ciência como ferramenta essencial para políticas públicas baseadas em evidências, embora também tenha revelado a necessidade de enfrentamento ao negacionismo e à desinformação.

Gráfico 2 - Quantidade de trabalho por ano em porcentagem



Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 1 detalha a distribuição dos trabalhos por localidade de estudo, revela uma clara concentração da pesquisa no contexto local e regional. Os dados indicam que o programa de mestrado possui uma forte ligação com a cidade onde está sediado.

A grande maioria dos trabalhos, 62%, tem como foco exclusivo o município de Franca - SP. Ao somar essa porcentagem aos 3% de trabalhos que incluem Franca, entre outras cidades, em sua análise, percebe-se que 65% da produção acadêmica está diretamente relacionada à cidade.

Em segundo lugar, os estudos com foco em "Outros Municípios" representam uma parcela significativa, com 25% do total. Esse dado sugere que o programa também tem um alcance considerável na região, investigando questões que vão além dos limites de Franca.

Por fim, uma pequena parcela dos trabalhos abrange o Estado de São Paulo (2%), o Brasil (6%) e outros países ou o cenário global (1%), confirmando que a principal característica do programa é a sua ênfase no desenvolvimento regional e local, sem, no entanto, se restringir a ele. Essa análise demonstra que o programa cumpre a sua missão de focar na realidade regional, o que é um ponto forte para um mestrado em desenvolvimento regional.

Quadro 1 - Localidade de atuação dos trabalhos

Localidades	Quantidade	%
Franca - SP (somente)	134	62%
Município de Franca e região	7	3%
Outros municípios (não inclui Franca)	54	25%
Estado de SP	2	1%
Cidade Do Interior De SP (não define a cidade)	3	1%

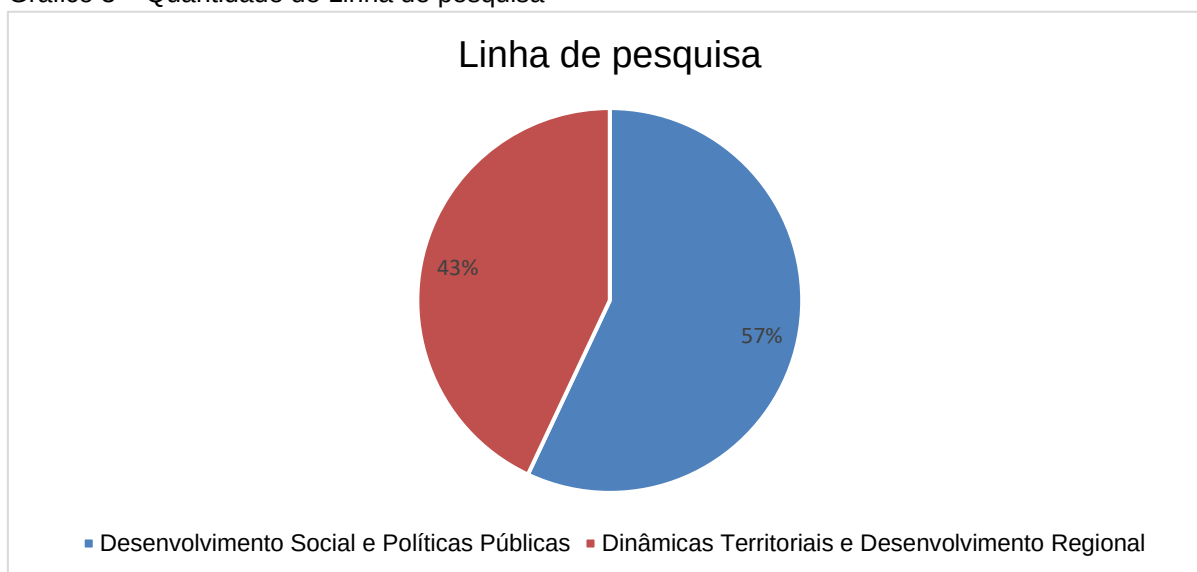
Brasil	13	6%
Outros países	1	0%
Mundial	2	1%
Total	216	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 3 apresentado ilustra a distribuição da produção acadêmica do programa de mestrado entre suas duas linhas de pesquisa, revelando a concentração de estudos em cada área. A análise dos dados revela uma prevalência da linha de Desenvolvimento Social e Políticas Públicas, que abrange 57% do total dos trabalhos. A linha de Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional, por sua vez, corresponde aos 43% restantes.

A diferença entre as duas linhas de pesquisa é de apenas 14 pontos percentuais ($57\% - 43\% = 14\%$), o que sugere que o programa possui um equilíbrio na produção do conhecimento entre os dois eixos de investigação. Essa distribuição de temas indica que o programa de mestrado em desenvolvimento regional na Uni-FACEF de Franca possui uma ênfase ligeiramente maior em temas relacionados às dimensões sociais e políticas do desenvolvimento, embora os estudos de caráter econômico e de ordenamento do território também sejam significativos. Essa análise pode ser aprofundada ao investigarmos os temas específicos de cada linha, o que permitiria compreender o tipo de abordagem mais comum nos trabalhos do programa.

Gráfico 3 – Quantidade de Linha de pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores.

A pesquisa estatística descritiva apresentada demonstra que a produção acadêmica do programa de mestrado configura-se como um reflexo de sua forte identidade institucional. A pesquisa é notavelmente sensível a eventos sociais e históricos de grande escala, como evidenciado pela quantidade no volume de trabalhos, e se caracteriza por uma predileção sutil, mas consistente, por discussões sociais e políticas que são as linhas de pesquisas do mestrado.

Além disso, o programa cumpre sua vocação regional ao concentrar de forma intensiva seus estudos na própria localidade, reafirmando sua relevância para o contexto em que está inserido. Essa abordagem, contudo, não exclui a capacidade de ultrapassar os limites regionais, com trabalhos de escopo nacional e até global. Tais estudos são de fundamental relevantes, pois demonstram a percepção de que questões globais ou de âmbito nacional têm impactos diretos e indiretos nas dinâmicas e desafios do desenvolvimento em escala regional.

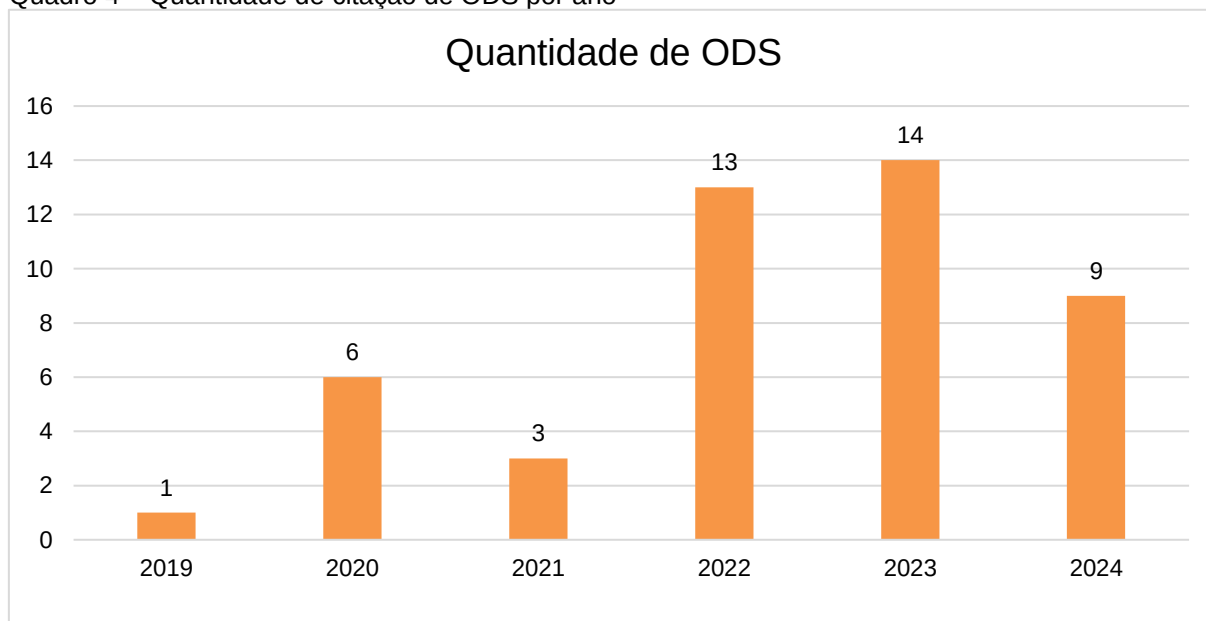
A pesquisa apresentada demonstra de forma contundente o papel estratégico que o Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF) desempenha na sua região, indo além da simples produção acadêmica para se tornar um

catalisador de mudanças alinhadas os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

O Gráfico 4 e o Quadro 2 demonstram a evolução da produção acadêmica do programa de mestrado entre 2019 e 2024, com ênfase no número de dissertações que incorporaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A análise revela que a menção os ODS é um fenômeno relativamente recente na história do programa, com o primeiro registro ocorrendo em 2019. Essa constatação, longe de ser um ponto negativo, destaca a capacidade do programa em se adaptar e evoluir. Embora a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável tenha sido formalmente adotada pela ONU em 2015, o programa levou alguns anos para assimilar e integrar essa pauta, o que é um processo natural em ambientes acadêmicos. O aspecto relevante é a tendência positiva observada que a partir de 2020, a citação dos ODS tornou-se uma prática regular na produção acadêmica, refletindo um crescente e bem-sucedido alinhamento das investigações com as metas globais de sustentabilidade e desenvolvimento. Essa adaptação proativa reforça o papel do programa como um agente de transformação e um ator relevante na produção de conhecimento engajado com as questões mais urgentes da sociedade.

Quadro 4 – Quantidade de citação de ODS por ano



Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise do Quadro 02 detalha a frequência com que os ODS são mencionados, oferecendo uma visão aprofundada do foco temático do programa nos últimos anos. É importante notar que, para os casos em que a pesquisa menciona "não cita o nº ODS", significa que a dissertação aborda a temática dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de forma conceitual ou contextual, mas sem especificar os números correspondentes. Isso indica uma discussão sobre o tema, embora sem um vínculo explícito e formal com um ODS particular.

Apesar disso, existe uma clara predominância de ODS Sociais e de Saúde. O ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) é o mais frequentemente citado, o que se alinha com o papel de Franca como polo regional de saúde e destaca o compromisso do programa com a qualidade de vida. Outros objetivos de natureza social e educacional, como o ODS 4 (Educação de Qualidade) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades), também aparecem com consistência.

Embora em menor frequência, a presença de citações a ODS de Inovação e Parcerias, como o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), demonstra que o programa também se dedica a questões de colaboração interinstitucional e ao desenvolvimento de novas tecnologias e infraestruturas, elementos-chave para a modernização e o avanço da região.

Os dados estudados refleti não apenas mapeia a evolução da produção do conhecimento, mas a visualiza um importante ponto de inflexão na história do programa: sua adaptação para incluir em

suas agendas de pesquisa os temas de desenvolvimento mais relevantes e atuais, como os ODS, reforçando seu papel como um agente de transformação regional.

Quadro 2- Número do ODS citado

Turma	Ano	Nº do ODS	Turma	Ano	Nº do ODS
10	2019	3	13	2022	3
11	2020	3	13	2022	3
11	2020	3	14	2023	8
11	2020	4	14	2023	10
11	2020	4	14	2023	11 e 17
11	2020	3	14	2023	4
11	2020	3	14	2023	2 e 11
12	2021	4, 8 e 11	14	2023	não cita o nº ODS
12	2021	17	14	2023	11, 12, 13, 14 e 15
12	2021	3	14	2023	não cita o nº ODS
12	2021	5	14	2023	4
13	2022	3	14	2023	4
13	2022	3	14	2023	3
13	2022	não cita o nº ODS	15	2024	3
13	2022	0	15	2024	4
13	2022	16	15	2024	17
13	2022	3 e 4	15	2024	6 e 11
13	2022	3 e 4	15	2024	8 e 9
13	2022	4	15	2024	não cita o nº ODS
13	2022	4	15	2024	4
13	2022	12	15	2024	3
13	2022	3	15	2024	3

Fonte: Elaborado pelos autores.

O estudo com estatística descritiva realizado revela que a produção do programa, com seu intenso foco na realidade local (65% dos trabalhos dedicados a Franca e seus arredores), está diretamente ligada à ODS 4 (Educação de Qualidade) e à ODS 10 (Redução das Desigualdades).

Ao promover a pós-graduação em uma cidade do interior, o programa contribui para a interiorização do ensino superior, qualificando profissionais e gerando conhecimento que pode ser aplicado para aprimorar as condições socioeconômicas locais e reduzir as disparidades regionais. A pesquisa sobre Desenvolvimento Social e Políticas Públicas, que corresponde a 57% dos trabalhos, é um claro reflexo desse compromisso com o bem-estar e a equidade social.

A análise do crescimento da produção acadêmica, com picos como o observado em 2022, também evidencia a capacidade de resiliência e a relevância do programa em momentos de crise, como a pandemia de COVID-19. Esse dinamismo na resposta a eventos históricos e a capacidade de adaptação demonstram a maturidade da instituição na produção de conhecimento, um pilar fundamental para a inovação e o crescimento econômico, conectando-se à ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico).

Além disso, a estrutura do programa e sua pesquisa corroboram os modelos teóricos de inovação, como a Tríplice, Quádrupla e Quíntupla Hélice. Ao estudar as dinâmicas territoriais e sociais de Franca, o mestrado contribui para fortalecer a colaboração entre a universidade, o setor produtivo (indústria calçadista e de serviços), o governo local e a sociedade civil organizada. Essa atuação em rede é essencial para a ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), que busca promover o

desenvolvimento de tecnologias e indústrias sustentáveis, e para a ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), que enfatiza a importância da colaboração para alcançar os objetivos globais.

A pesquisa não apenas mapeou a produção acadêmica do Mestrado em Desenvolvimento Regional, mas também evidenciou como a instituição se tornou um polo de conhecimento que atua ativamente na promoção de um desenvolvimento local e regional justo, equitativo e sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, que se caracterizou como uma análise estatística descritiva e qualitativa da produção acadêmica do Mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF), no período de 2010 a 2024, cumpriu seu objetivo de mapear e analisar o perfil da produção do conhecimento do programa. Ao longo da investigação, os dados quantitativos e a contextualização teórica se uniram para revelar uma forte identidade institucional, pautada na vocação regional e na sensibilidade a eventos históricos.

Em relação às linhas de pesquisa, o programa mantém um equilíbrio entre Desenvolvimento Social e Políticas Públicas (57%) e Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional (43%), com uma predileção sutil pelo primeiro tema. Essa distribuição sugere um foco consistente nos aspectos sociais do desenvolvimento, embora sem negligenciar as dinâmicas territoriais e os aspectos do desenvolvimento socioeconômico.

A análise por localidade de pesquisa confirmou a forte identidade regional, com mais de 65% dos trabalhos dedicados à cidade de Franca, mas também evidenciou a capacidade do programa de ultrapassar os limites locais, com estudos de escopo nacional e global.

Esses achados ganham maior profundidade quando confrontados com o referencial teórico do trabalho. A trajetória do mestrado do Uni-FACEF, uma instituição localizada no interior do estado de São Paulo, reflete o fenômeno de "interiorização" da pesquisa no Brasil. O programa atua, portanto, como um polo de conhecimento que fortalece a região, evidenciando o papel estratégico da universidade na promoção do desenvolvimento. Suas contribuições se alinham aos modelos da Tríplice e Quádrupla Hélice, ao estimular a colaboração entre a universidade, o governo, a indústria e a sociedade civil, e com a Quíntupla Hélice, que incorpora a preocupação com a sustentabilidade e o meio ambiente.

A produção acadêmica do programa de mestrado do Uni-FACEF, ao analisar os estudos desenvolvidos, evidenciou como a instituição se tornou um catalisador de transformações alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Nesse contexto, o Uni-FACEF contribui diretamente para a qualificação profissional (ODS 4), o crescimento econômico e a redução das desigualdades (ODS 8 e 10), além do fortalecimento de parcerias e inovações regionais (ODS 9 e 17), consolidando o campo de estudos em desenvolvimento regional e reafirmando o papel estratégico da pós-graduação *stricto sensu* na promoção do desenvolvimento sustentável. Essa produção revela, ainda, uma forte vinculação com a realidade local e uma contribuição efetiva para os ODS 4 (Educação de Qualidade) e 10 (Redução das Desigualdades), em consonância com o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), alinhando-se também aos ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação), o que reforça o compromisso institucional com a transformação social e territorial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. E. et al. Interfaces entre a interiorização do ensino superior e o desenvolvimento local. *Economia & Região*, v. 11, n. 2, 2023.

BRASIL. Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020. Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jun. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14010.htm. Acesso em: 25 set. 2025.

CARDOSO BORBA, P. et al. A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: um mapeamento do tema conforme as delimitações postas pelos pesquisadores. *Gestão & Regionalidade*, v. 36, n. 109, p. 55-77, 2020.

CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA – Uni-FACEF. Página institucional da Uni-FACEF. Franca, 2025. Disponível em: <https://www.unifacef.com.br/>. Acesso em: 1 ago. 2025.

ETGES, V. E. et al. A "interiorização" da pesquisa e da pós-graduação no Brasil: o caso dos programas de pós-graduação em desenvolvimento regional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, SP, v. 15, n. 7, p. 16-34, dez. 2019.

ETZKOWITZ, H. Hélice Tríplice: Inovação e Empreendedorismo Universidade-Indústria-Governo. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2013.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and "Mode 2" to a Triple Helix of university-industry-government relations. *Research Policy*, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GOLDSTEIN, H.; GLASER, D. The Role of the University in Regional Development. *The Annals of Regional Science*, v. 49, n. 2, p. 297-313, 2012.

HIRSCHMAN, A. O. Estratégia do desenvolvimento econômico. Tradução de Laura Schlaepfer. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.

IBGE. Com serviços afetados pela pandemia, PIB de 2020 cai 3,3%. Agência de Notícias IBGE, 04 nov. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35349-com-servicos-afetados-pela-pandemia-pib-de-2020-cai-3-3>. Acesso em: 04 out. 2025.

LEITE, D. B. Parques de ciência e tecnologia como núcleo da quádrupla hélice: uma proposta para o desenvolvimento regional de Mato Grosso - Brasil. *Revista de Gestão*, São Caetano do Sul, v. 13, n. 4, p. 54-72, 2022.

MACEDO, F. C. et al. (orgs.). Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI. Ipea, 2022.

MINEIRO, A. A. C.; CASTRO, C. C.; AMARAL, M. G. do. Quem são os Atores da Hélice Quádrupla e Quintupla? Casos Múltiplos em Parques Científicos e Tecnológicos Consolidados. In: SEMEAD - Seminários em Administração, 22., 2024. Resumo Expandido.

MYRDAL, G. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1957.

NAÇÕES UNIDAS. BRASIL. Objetivos de desenvolvimento sustentável: educação de qualidade. Brasília, DF. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PERDONÁ, G.; SOARES, T. C. O papel da educação no desenvolvimento regional: uma revisão sistemática de literatura. *Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)*, v. 5, n. 1, 2021.

PERROUX, F. A noção de pólo de crescimento. *Economia Aplicada*, Paris, v. 3, n. 1, p. 1-28, 1955.

_____. O conceito de economia dominante e a teoria das economias subdesenvolvidas. Paris: PUF, 1950.

PREFEITURA DE FRANCA. Conheça Franca. Prefeitura Municipal de Franca, 2025. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/turismo/administracao-municipal/administracao-direta/desenvolvimento-adm/conheca>. Acesso em: 26 set. 2025.

SÍGOLO, V. M. et al. A onda pró-ciência em tempos de negacionismo: percepção da sociedade brasileira sobre ciência, cientistas e universidades na pandemia da COVID-19. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 12, p. 3687-3700, dez. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/b6w7ynvgj8BFJWS4BS8CPXK/>. Acesso em: 24 set. 2025.

SILVA, A. G. F. da; MONTENEGRO, R. D.; AGRA, N. G. Política de interiorização universitária e desenvolvimento regional: uma análise econômica da implantação da Universidade Federal de Campina Grande em Sumé – PB. *RBGDR*, v. 15, n. 7, 2019.

SOUZA, C. A. F. da et al. Educação física, desenvolvimento e inovação: o argumento da hélice tríplice. *Motriz, Revista de Educação Física*, Rio Claro, v. 27, n. 1, p. 1-10, jan./mar. 2021.

UNDESENV (UNDP). Painel IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/painel-idhm>. Acesso em: 04 out. 2025.

**PERSPECTIVAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE REGULAMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO**

**PUBLIC POLICY PERSPECTIVES ON THE REGULATION OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN
EDUCATION**

Área temática: Educação de Qualidade

PESSONI, Julia Tomás
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF
Mestranda em Desenvolvimento Regional
juliapessoni1@gmail.com

CÂMARA, Naiá Sadi
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF
Pós doutora em Imagem e Som
naiasadi@gmail.com

BANDOS, Melissa Franchini Cavalcanti
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF
Pós doutora em Administração de Empresas
melissafcb@gmail.com

Resumo

A presente pesquisa busca responder à seguinte questão-problema: quais políticas públicas voltadas à aplicação da Inteligência Artificial Generativa (GenAI) na educação foram implementadas no período de 2020 a 2025? O objetivo consiste em levantar as políticas públicas voltadas à aplicação da Inteligência Artificial Generativa na educação, por meio de uma análise documental. O interesse pelo tema surgiu a partir da disciplina Políticas Públicas e Desenvolvimento, do Programa de Mestrado do Uni-FACEF, que abordou o funcionamento do processo de políticas públicas no Brasil. Essa pesquisa contribuirá para o projeto de mestrado desenvolvido por uma das autoras, que investiga as formas de vida do professor da educação básica na Era da Inteligência Artificial, tendo evidenciado a necessidade de mapear as políticas públicas voltadas ao uso da Inteligência Artificial Generativa na educação. Para tanto, foi realizada uma revisão documental, nas plataformas governamentais e da UNESCO no período de 2020 a 2025. Como resultado, foram compiladas e analisadas as principais regulamentações da Inteligência Artificial na educação. Nesse sentido, verifica-se impacto educacional ao apresentar o levantamento das políticas públicas do uso das GenAIs nas escolas.

Palavras-chave: políticas públicas; inteligência artificial; educação.

Abstract

The present research seeks to address the following problem question: Which public policies aimed at the application of Generative Artificial Intelligence (GenAI) in education were implemented between 2020 and 2025? The objective is to identify and analyze these policies through a documentary review conducted on government and UNESCO platforms. The interest in the topic arose from the course *Public Policies and Development* in the Uni-FACEF Master's Program, which examined how public policies are formulated and implemented in Brazil. This study contributes to a master's project that investigates the ways of life of basic education teachers in the Age of Artificial Intelligence, highlighting the need to map public policies on the use of GenAI in education. As a result, the main regulations on AI in education were compiled and analyzed, revealing their educational impact and providing an overview of public policies related to the integration of Generative Artificial Intelligence in schools.

Keywords: public policy; artificial intelligence; education.

1 INTRODUÇÃO

A Inteligência Artificial (IA) atua como um catalisador de transformações sociais. A cada inovação tecnológica, surgem novas formas de comunicação que, por sua vez, geram novos modos de vida, práticas sociais e comportamentos. Como destaca Santaella (2022), é por meio da linguagem que ocorre a expansão do cérebro humano, a ampliação da capacidade cognitiva e o desenvolvimento de uma inteligência que transcende o corpo biológico, manifestando-se também nas máquinas.

No cenário atual, a IA está cada vez mais incorporada na comunidade, influenciando diferentes setores, em especial a educação. Essa tecnologia vem modificando tanto as formas de aprendizagem dos estudantes quanto as práticas pedagógicas dos professores. De acordo com Azoulay, diretora-geral da UNESCO (2025a), as IAs generativas oferecem grandes oportunidades para o campo educacional. No entanto, sua implementação nas instituições de ensino deve ocorrer de maneira ética, transparente e com objetivos pedagógicos bem definidos.

Embora já existam políticas públicas nacionais e internacionais voltadas à regulação da Inteligência Artificial, observa-se que em grande parte, elas ainda não contemplam de forma específica a regulamentação das GenAIs no campo educacional. Nesse sentido, é de fundamental importância formular diretrizes claras e abrangentes para o uso das GenAIs na escola, garantindo não apenas a inovação, mas também a equidade, a inclusão e a proteção dos direitos dos envolvidos no processo educativo.

O interesse pelo tema surgiu a partir da disciplina Políticas Públicas e Desenvolvimento, do Programa de Mestrado do Uni-FACEF, que abordou o funcionamento do processo de políticas públicas no Brasil. Essa pesquisa contribui com o projeto de mestrado desenvolvido por uma das autoras que trata das formas de vida do professor da educação básica na Era da Inteligência Artificial, o que evidenciou a necessidade de levantar as políticas públicas voltadas ao uso da Inteligência Artificial Generativa na educação.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo consiste em levantar as políticas públicas voltadas à aplicação da Inteligência Artificial Generativa na educação, por meio de uma análise documental. Para cumpri-lo, utilizará uma metodologia de pesquisa, a revisão documental de natureza aplicada, objetivo descritiva e quanto a abordagem qualitativa.

Nesse sentido, o presente estudo se conecta diretamente ao ODS 4: Educação de Qualidade, que busca “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos” (GT Agenda, online). Ao analisar políticas públicas voltadas ao uso da Inteligência Artificial Generativa na educação, busca-se compreender como tais inovações podem ser implementadas de forma justa, assegurando a inclusão e a ampliação das oportunidades educacionais no contexto da Era da Inteligência Artificial.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas constituem um campo de estudo das ciências políticas voltado à análise das diretrizes e ações elaboradas para enfrentar problemas de interesse coletivo. Contudo, o conceito é interpretado de maneiras distintas pelos autores, não havendo consenso consolidado sobre sua definição.

O termo “política” pode ser compreendido em dois sentidos principais: como *politics*, referindo-se à dinâmica de poder presente em governos, organizações, famílias ou grupos sociais específicos; e como *policy*, relativo às políticas públicas propriamente ditas (Secchi, 2013; Dias; Matos, 2017). Neste estudo, será adotado o conceito de políticas públicas na perspectiva de Secchi (2013).

Segundo o autor, “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Diferentemente de abordagens de autores como Souza (2003), Howlett, Ramesh e Perl (2013) e Dias e Matos (2017) que restringem as políticas públicas às ações ou omissões do governo, Secchi amplia a concepção, reconhecendo que essas políticas podem ser formuladas e implementadas tanto por agentes governamentais, como políticos, burocratas, juizes e indicados politicamente, quanto por atores não governamentais, incluindo grupos de interesse, partidos políticos, meios de comunicação e organizações do terceiro setor.

Para compreender a diversidade de agentes envolvidos nas políticas públicas, Secchi (2013) apresenta duas perspectivas teóricas: a visão estatista e a visão multicêntrica. A perspectiva estatista enfatiza o papel central do Estado na formulação e execução das políticas públicas, considerando-o o ator principal no processo de formulação das políticas públicas. Já a perspectiva multicêntrica

reconhece que a participação de agentes não governamentais, como organizações do terceiro setor, grupos de interesse e meios de comunicação também podem resolver um problema público.

De acordo com Secchi (2013) e Dias; Matos (2017), existem 4 tipos de políticas públicas, as chamadas Tipologia de Lowi (1964) que são: políticas regulatórias, distributivas, redistributivas e constitutivas. As políticas regulatórias têm como objetivo estabelecer controles, normas e padrões de comportamento. Nessas situações, os interesses em jogo tendem a ser conflitantes, de modo que o benefício de um grupo, implica necessariamente, a perda de outro. Exemplos desse tipo de política incluem o código de trânsito, a definição de leis e códigos de ética profissional e, mais recentemente, medidas de regulação social relacionadas à pandemia da COVID-19.

As políticas distributivas, por sua vez, caracterizam-se pela oferta de benefícios individuais ou coletivos sem que haja perdas diretas e imediatas para outros grupos sociais. Segundo Secchi (2013), a grande dificuldade de implementar este tipo de política é decidir quem será beneficiado. Exemplos comuns são a gratuidade de taxas para determinados públicos e a concessão de incentivos fiscais.

Já as políticas redistributivas têm como finalidade transferir recursos financeiros, direitos ou outros benefícios entre diferentes grupos sociais, intervindo diretamente na estrutura socioeconômica por meio de mecanismos que buscam reduzir desigualdades (Dias; Matos, 2017). Trata-se de políticas que geralmente geram forte oposição, pois envolvem uma lógica de soma zero: os ganhos de um grupo correspondem às perdas de outro. Exemplos incluem programas de reforma agrária e a implementação de cotas raciais no ensino superior (Secchi, 2013).

Por fim, as políticas constitutivas, na perspectiva de Secchi (2013) e Dias e Matos (2017), consistem em políticas que estabelecem as regras sob as quais outras políticas serão definidas e implementadas. Um exemplo clássico são as normas que regulam o sistema eleitoral, pois a partir delas se organizam os processos políticos e se moldam as demais políticas públicas.

Independente de qual autor seguir, as políticas públicas vêm com o objetivo de resolver um problema público, que pode aparecer repentinamente, como foi o caso da COVID-19 ou ele pode ganhar importância ao longo do tempo, como é o caso da falta de regulamentação do uso de Inteligência Artificial Generativa nas escolas. Assim, compreender essas bases teóricas é fundamental para analisar como os governos e demais atores sociais podem construir respostas que assegurem a inovação tecnológica sem comprometer a equidade e a qualidade educacional.

3 ÉTICA NO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO

As Inteligências Artificiais Generativas (GenAIs) têm se consolidado como ferramentas cada vez mais poderosas, estando presentes em diferentes setores, inclusive na educação. Nessa área, a IA surge como uma aliada ao tornar o processo de ensino-aprendizagem mais acessível, personalizável e eficaz. Uma importante solução criada pelas GenAIs são os tutores de ensino, no qual adaptam o ritmo e estilo de aprendizagem individual (Costa *et al.*, 2024)

Entretanto, Coeckelbergh (2024) chama atenção para o impacto abrangente dessas tecnologias, que pode assumir dimensões positivas ou negativas, a depender do grupo social envolvido. Nesse sentido, torna-se fundamental identificar quem será impactado, de que forma ocorrerá esse impacto e, sobretudo, formular políticas públicas capazes de potencializar os benefícios e mitigar os efeitos adversos.

De acordo com Fernandes *et al.* (2024), há princípios éticos que devem ser levados em conta para garantir a equidade, liberdade de escolha e bem-estar, como é o caso da: autonomia, beneficência e justiça.

A autora destaca que a autonomia pode ser compreendida como a capacidade de manter o controle sobre o uso da informação. No entanto, em um contexto em que somos constantemente bombardeados por dados, Harari (2024) observa que a humanidade desenvolveu grande habilidade em acumular informação e poder, mas permanece limitada em transformar esse acúmulo em sabedoria. Essa condição se intensifica na contemporaneidade, marcada pela ubiquidade tecnológica e pela constituição do que se pode chamar de humanos hiper-híbridos. Nesse cenário, o ciberespaço ocupa progressivamente todos os âmbitos da experiência humana, a ponto de não distinguirmos com clareza quando nele adentramos ou dele saímos, vivendo, como destaca Santaella (2021; 2024), em um estado permanente de simultaneidade in/off.

A noção de justiça está vinculada à distribuição equilibrada das oportunidades educacionais possibilitadas pela Inteligência Artificial, garantindo que nenhum grupo social seja discriminado ou privilegiado de forma indevida (Fernandes *et al.*, 2024). Esse princípio está em consonância com a Constituição Federal de 1988, a qual, em seu artigo 205, assegura que a educação é direito de todos

e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Por fim, a beneficência assegura que as práticas de ensino e aprendizagem sejam beneficiadas com o uso da Inteligência Artificial, enquanto a não maleficência busca evitar danos potenciais, como os decorrentes de vieses. (Fernandes *et al*, 2024).

Outro ponto importante a ser discutido diz respeito à regulamentação da coleta e do uso de dados pelas GenAIs, especialmente diante da exposição de informações de crianças e adolescentes sem o devido consentimento de seus responsáveis legais. Embora legislações como a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) no Brasil estabeleçam diretrizes para a proteção de dados pessoais, na prática ainda há lacunas significativas quando se trata da interação de menores com sistemas de inteligência artificial generativa.

Diante da situação apresentada, fica evidente a necessidade de que a implementação das GenAIs deve ser feita de maneira ética e legal. Assim, a adoção de políticas públicas, regulamentações robustas e práticas educativas fundamentadas em princípios éticos torna-se essencial para que as Inteligências Artificiais Generativas contribuam efetivamente para uma educação inclusiva, segura e de qualidade, alinhada ao pleno desenvolvimento humano e à construção de uma sociedade mais equitativa.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória e aplicada, uma vez que seu propósito é gerar conhecimentos que possam ser efetivamente aplicados no contexto das escolas brasileiras, influenciando políticas e práticas educacionais. Quanto aos objetivos, ela assume natureza explicativa, pois busca identificar e explicar as relações de causa e efeito entre as políticas públicas e o ambiente escolar. Em relação à abordagem, opta-se por um método qualitativo, uma vez que o foco se dá na interpretação e análise de conteúdos relacionados a políticas públicas, no que diz respeito aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa documental, fundamentada no uso de documentos públicos, governamentais e da Unesco. Por fim, a pesquisa terá como abrangência em todas as esferas regionais (global, nacional, estadual e municipal).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção é apresentado o levantamento das políticas públicas voltadas à aplicação da Inteligência Artificial Generativa na educação, no período de 2020 a 2025.

A regulamentação da IA no Brasil ainda está em desenvolvimento. Contudo, há programas e projetos de leis governamentais que estão sendo discutidos nos debates legislativos.

Em 2021, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação instituiu a EBIAS – Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, por meio da Portaria MCTI nº 4.979, de 13 de julho de 2021. A estratégia tem como objetivo orientar as ações do Estado brasileiro para o desenvolvimento de iniciativas que promovam a pesquisa, a inovação e a criação de soluções em Inteligência Artificial, além de incentivar seu uso consciente, ético e voltado para um futuro sustentável e socialmente benéfico. “Espera-se que a IA possa trazer ganhos na promoção da competitividade e no aumento da produtividade brasileira, na prestação de serviços públicos, na melhoria da qualidade de vida das pessoas e na redução das desigualdades sociais, entre outros” (Ministério da Ciência, Tecnologias e Inovação, 2021a, 2021b).

Em 2024, o Senado aprovou o Projeto de Lei (PL) 2338/2023, de autoria do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco. A proposta institui um Marco Regulatório para o desenvolvimento e o uso de sistemas de Inteligência Artificial, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais e assegurar a implementação de tecnologias seguras e confiáveis, em benefício da pessoa humana, do regime democrático e do avanço científico e tecnológico. Após a aprovação, o projeto foi encaminhado para análise na Câmara dos Deputados (Senado Federal, 2023; 2024), (Câmara dos Deputados, 2025).

No mesmo ano, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (2024c) lançou o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, elaborado para alinhar os esforços do país às tendências e demandas do mercado internacional. Com visão mais ampla que o EBIAS, o plano tem como objetivo promover o desenvolvimento, a disponibilização e o uso da inteligência artificial no Brasil, orientando-se para a solução de grandes desafios nacionais e garantindo, simultaneamente, a segurança e os direitos individuais e coletivos, a inclusão social, a defesa da democracia, a integridade da informação,

a proteção do trabalho e dos trabalhadores, a soberania nacional e o desenvolvimento econômico sustentável.

O plano também possui implicações diretas na área da educação, ao propor uma gestão inteligente voltada ao acompanhamento e à redução da evasão escolar. Além disso, prevê a implementação de soluções de IA para fiscalização de notas fiscais de compra de alimentos, garantindo a qualidade da alimentação oferecida nas escolas e promovendo um ambiente educacional mais seguro e eficiente (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2024d).

Os resultados apresentados são de políticas públicas formulada por agentes governamentais. Porém, de acordo com o Secchi (2013), todos podem ser agentes de mudanças e formular uma política pública. Segue as Políticas Públicas formuladas por agentes não governamentais.

A Unesco (2023) elaborou o Guia para a Inteligência Artificial Generativa na Educação e na Pesquisa, documento que apresenta uma avaliação dos riscos potenciais que a GenAI pode representar para os valores humanos fundamentais, como a promoção do agir humano, da inclusão, da equidade, da igualdade de gênero, das diversidades linguísticas e culturais, bem como do respeito às opiniões e expressões plurais.

O guia estabelece etapas essenciais para a regulação das GenAIs, incluindo aspectos relacionados à proteção de dados, e descreve os requisitos necessários para seu uso ético e eficaz no contexto educacional. Trata-se de um documento de referência que orienta governos, educadores e gestores sobre a utilização responsável de tecnologias como o ChatGPT em salas de aula e centros de pesquisa, reforçando a perspectiva de que a tecnologia deve estar a serviço da educação, e não o contrário.

Além disso, a Unesco (2025b; 2025c) publicou dois guias complementares: o “Marco Referencial de Competências em IA para Professores” e o “Marco Referencial de Competências em IA para Estudantes”. O documento destinado aos professores tem como objetivo orientar o uso adequado e ético da inteligência artificial na educação, reconhecendo as transformações na dinâmica do processo de ensino-aprendizagem e a necessidade de reavaliar o papel dos educadores nesse novo cenário. Já o guia voltado aos estudantes busca prepará-los para atuarem como usuários responsáveis e cocriadores de IA, definindo 12 competências distribuídas em quatro dimensões: mentalidade centrada no ser humano, ética da IA, técnicas e aplicações de IA, e projeto de sistemas de IA, organizadas em três níveis de progressão: compreender, aplicar e criar.

O Instituto Federal de São Paulo (2025) publicou a Portaria Normativa nº 136/2025, aplicável a todos os membros da instituição. De acordo com o documento, a medida não apenas regulamenta o uso da Inteligência Artificial, mas também busca garantir segurança a estudantes e profissionais, permitindo que utilizem as ferramentas de maneira criativa e produtiva, com ênfase na ética e no uso responsável. A Política Pública se baseia em três pilares. O primeiro é segurança para inovar (LGPD), o segundo é protagonismo e responsabilidade e o terceiro, potencializar a capacidade humana.

A análise dos resultados e da discussão revela um movimento estratégico de alinhamento entre as esferas nacional e global. As políticas públicas brasileiras, ainda em processo de amadurecimento, refletem os princípios e diretrizes estabelecidos pela UNESCO, que atua como referência ao propor guias e marcos de competências. De modo geral, essas políticas têm como fundamentos a ética, a equidade, a liberdade e a segurança, elementos essenciais para o desenvolvimento de práticas docentes nas escolas. Além disso, buscam um equilíbrio, ou seja, ao mesmo tempo que visa aproveitar o potencial de transformação da Inteligência Artificial para aprimorar a educação; há a proteção dos direitos humanos, a autonomia e a justiça social, condições indispensáveis ao pleno desenvolvimento dos indivíduos e ao avanço da sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Inteligência Artificial, quando aplicada de forma adequada, representa um aliado poderoso para aumentar a produtividade e reduzir tempo e custos. Nas escolas, seu impacto não é diferente. As GenAIs, por exemplo, oferecem avanços significativos no processo de ensino e aprendizagem, começando pelos programas de tutoria, que personalizam o ensino de acordo com os interesses e dificuldades de cada estudante. No entanto, é fundamental que seu uso seja ético e responsável, para que a tecnologia não se transforme em um problema. Para isso, é essencial que a Inteligência Artificial seja regulamentada legalmente no Brasil, medida que ainda aguarda aprovação pela Câmara dos Deputados.

Além disso, é necessário um plano estratégico para que políticas públicas sejam direcionadas a problemas públicos específicos da educação, para que possam ser utilizadas para cumprir as metas

da ODS número 4, que assegura uma educação de qualidade e promover a equidade dos estudantes de escola pública e privada.

No âmbito local, iniciativas de instituições de ensino, como a Portaria Normativa nº 136/2025 do Instituto Federal de São Paulo, mostram que políticas públicas também podem ser formuladas por agentes não governamentais, como na teoria de Secchi (2013), reforçando a criatividade, a responsabilidade e a participação ativa dos estudantes e professores no uso da IA. Tais políticas demonstram que é possível integrar tecnologia e pedagogia de forma ética e inovadora, promovendo um ambiente educacional mais seguro, inclusivo e eficiente.

Dessa forma, a implementação da Inteligência Artificial na educação depende não apenas de marcos regulatórios e diretrizes, mas também de estratégias locais que potencializem a capacidade humana, respeitem os direitos fundamentais e promovam a justiça social, estabelecendo um equilíbrio entre inovação tecnológica e valores educacionais essenciais para o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da *República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: set. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Inteligência Artificial*. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/inteligencia-artificial>. Acesso em: set 2025a

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Portaria nº 4.979, de 13 de julho de 2021*. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias/Portaria_MCTI_n_4979_de_13072021.html. Acesso em: out. 2025b.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) 2024-2028*. Disponível em: <https://www.gov.br/lncc/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias-1/plano-brasileiro-de-inteligencia-artificial-pbia-2024-2028>. Acesso: out. 2025c.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *IA para o Bem de Todos*. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/07/plano-brasileiro-de-ia-tera-supercomputador-e-investimento-de-r-23-bilhoes-em-quatro-anos/ia_para_o_bem_de_todos.pdf/view. Acesso em: out. 2025d

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). *Projeto regulamenta o uso da Inteligência Artificial no Brasil*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1159193-projeto-que-regulamenta-uso-da-inteligencia-artificial-no-brasil>. Acesso em: set. 2025.

COECKELBERGH, Mark. *Ética na Inteligência Artificial*. Rio de Janeiro: Ubu, 2025.

COSTA, Wilson Aries et al. Uso de IA para aprendizagem colaborativa em ambientes educacionais. *Cognitionis*, v. 7, n. 2, p. 1-9, 2024. Disponível em: <https://revista.cognitioniss.org/index.php/cogn/article/view/415/343>. Acesso em: set. 2025.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. *Políticas públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas, 2017.

FERNANDES, Allysson Barbosa et al. A ética no uso de Inteligência Artificial na Educação: implicações para professores e estudantes. *Revista Íbero-Americana de Humanidades, Ciência e Educação*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 343-361, 2024.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. *Objetivo 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo*

da vida para todas e todos. [S. l.]: GT Agenda 2030, [s. d.]. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/ods/ods4/>. Acesso em: set. 2025.

HARARI, Yuval Noah. *Nexus: uma breve história das redes de informação, da Idade da Pedra à inteligência artificial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Antony. *Política pública: seus ciclos e subsistemas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO. *IFSP publica política de inteligência artificial*. São Paulo, 16 jul. 2025. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/index.php/etapa-nacional/17-ultimas-noticias/5248-ifsp-publica-politica-de-inteligencia-artificial>. Acesso em: out. 2025.

SANTAELLA, Lúcia. *Humanos hiper-híbridos: linguagens e cultura na segunda era da internet*. São Paulo: Paulus, 2021.

SANTAELLA, Lúcia. *Neo-humano: a sétima revolução dos sapiens*. São Paulo: Paulus, 2022.

SANTAELLA, Lúcia. Diagnóstico do contemporâneo. *Estudos Avançados*, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/TjS86KgVp38fgrqC8BcqPG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: set. 2025.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2013.

SENADO FEDERAL (Brasil). *Projeto de Lei nº 2.338, de 2023. Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial*. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157233>. Acesso em: set. 2025.

SENADO FEDERAL (Brasil). *Senado aprova regulamentação da inteligência artificial; texto vai à Câmara*. Brasília, DF: Senado Federal, 10 dez. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/12/10/senado-aprova-regulamentacao-da-inteligencia-artificial-texto-vai-a-camara>. Acesso em: set. 2025.

UNESCO. *UNESCO dedica o Dia Internacional da Educação 2025 à inteligência artificial*. [S. l.]: UNESCO, 2025. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/unesco-dedica-o-dia-internacional-da-educacao-2025-inteligencia-artificial>. Acesso em: set. 2025a.

UNESCO. Marco referencial de competências em IA para estudantes. 16 jul. 2025. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/marco-referencial-de-competencias-em-ia-para-estudantes>. Acesso em: out. 2025b.

UNESCO. Marco referencial de competências em IA para professores. 16 jul. 2025. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/marco-referencial-de-competencias-em-ia-para-professores>. Acesso em: out. 2025c.

***POLÍTICA CRIMINAL E DESIGUALDADE SOCIAL: UM OBSTÁCULO ESTRUTURAL À
ERRADICAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL***

***CRIMINAL POLICY AND SOCIAL INEQUALITY: AN STRUCTURAL OBSTACLE TO POVERTY
ERADICATION IN BRAZIL***

Área temática: Criminologia, Justiça Social e Direitos Fundamentais.

ROQUE, Pedro Henrique Brunato
FAFRAM - Faculdade Dr Francisco Maeda
Bacharelado em Direito
Pedrohenriquebrunatoroque@gmail.com

FREITAS, João Vitor Ferreira
FAFRAM - Faculdade Dr Francisco Maeda
Bacharelado em Direito
joaovitoorfferreira@gmail.com

ALCÂNTARA, Felipe Goulart
FAFRAM - Faculdade Dr Francisco Maeda
Bacharelado em Direito
alcantarafelipe697@gmail.com

BARBOSA, Ana Paula Bagaiolo Moraes
FAFRAM - Faculdade Dr Francisco Maeda
Mestre em Direito – UNESP
ana.moraes@fafram.com.br

Resumo

A desigualdade social constitui um dos problemas estruturais mais graves do Brasil, e a política criminal, historicamente orientada por um viés repressivo e punitivista, opera como um mecanismo de reforço da exclusão e marginalização dos grupos vulneráveis. O objetivo central desta pesquisa é investigar em que medida a política criminal vigente atua como um obstáculo estrutural e sistêmico à erradicação da pobreza no Brasil, examinando a seletividade penal, o encarceramento em massa e a criminalização da miséria. Para tal, adotou-se a metodologia de revisão bibliográfica crítica, com base na criminologia crítica (Baratta, Zaffaroni, Wacquant) e na análise de dados empíricos (INFOPEN) e legislação (Lei de Drogas). O estudo revela que o sistema penal, sob o "princípio de desigualdade", funciona como um "gerente da miséria" e manifestação do Estado Penal, incidindo de forma seletiva e racializada sobre a população jovem, negra e periférica. A Lei de Drogas é o principal catalisador desse encarceramento, que anula a mobilidade social e aprofunda a pobreza intergeracional, especialmente no contexto do aprisionamento feminino. Conclui-se que a política criminal vigente é um obstáculo estrutural, e propõe-se a reorientação para o Direito Penal Mínimo, a revisão radical da Lei de Drogas com fixação de critérios objetivos, a expansão da Justiça Restaurativa, e a inversão da lógica orçamentária do FUNPEN para financiar políticas sociais estruturantes, visando uma segurança pública baseada na Justiça Social.

Palavras-chave: Política Criminal, Desigualdade Social, Encarceramento em Massa.

Abstract

Social inequality constitutes one of Brazil's most severe structural problems, and its criminal policy, guided by a repressive and punitive bias, often operates as a mechanism for reinforcing the exclusion and marginalization of vulnerable groups. The central objective of this research is to investigate the extent to which the current criminal policy acts as a structural and systemic obstacle to poverty eradication in Brazil, by examining penal selectivity, mass incarceration, and the criminalization of destitution. The methodology adopted was a critical bibliographic review, utilizing critical criminology

theories (Baratta, Zaffaroni, Wacquant) and empirical data analysis (INFOPEN). The study reveals that the penal system, operating under a "principle of inequality," functions as a "manager of misery" and a manifestation of the Penal State, selectively and racially targeting the young, black, and peripheral population. The Drug Law is identified as the main catalyst for this incarceration, which nullifies social mobility and deepens intergenerational poverty, particularly through female imprisonment. It is concluded that the current criminal policy is a structural barrier, leading to the proposal of reorientation towards Minimum Criminal Law, a radical review of the Drug Law with objective criteria, the expansion of Restorative Justice, and the inversion of the FUNPEN budgetary logic to finance structural social policies, thus aligning public security with Social Justice.

Keywords: Criminal Policy, Social Inequality, Mass Incarceration.

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social constitui um dos mais persistentes e graves problemas estruturais do Brasil, manifestando-se como um fator que obstaculiza a coesão social, o desenvolvimento econômico e a plena efetividade dos direitos fundamentais. No âmbito do controle social e, especificamente, no campo penal, esse quadro adquire contornos ainda mais alarmantes. A política criminal brasileira, historicamente orientada por um viés repressivo e punitivista, opera frequentemente como um mecanismo de reforço da exclusão e da marginalização dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade, em vez de atuar na redução das disparidades.

Dentro desse vasto e complexo cenário, o presente estudo delimita seu foco na análise crítica da relação entre política criminal e pobreza, examinando três fenômenos interligados e estruturais: a seletividade penal, o encarceramento em massa e a criminalização da miséria. O recorte aqui adotado busca evidenciar de que forma a atuação do sistema penal, ao incidir de modo desproporcional sobre as camadas mais pobres da população, com notório recorte racial e de classe, converte-se em uma barreira institucional e simbólica à construção de políticas efetivas de inclusão social e ao combate às causas estruturais da desigualdade.

O objetivo central desta pesquisa é investigar em que medida a política criminal vigente, ao privilegiar o viés repressivo em detrimento do preventivo e do social, atua como um obstáculo estrutural e sistêmico à erradicação da pobreza no Brasil, em manifesta contradição com o projeto constitucional de uma sociedade justa e solidária (art. 3º, CF/88). Como objetivos específicos, propõe-se: (i) mapear os fundamentos teóricos da criminologia crítica que vinculam política criminal e controle social de classes; (ii) examinar criticamente os dados empíricos sobre o perfil da população carcerária, destacando os recortes de raça, classe e gênero; e (iii) propor alternativas que promovam a deslegitimação do Direito Penal Máximo, alinhando a justiça criminal à justiça social.

A relevância deste estudo ancora-se em duas dimensões. No plano acadêmico, contribui para o aprofundamento da criminologia crítica brasileira, oferecendo um subsídio analítico ao debate jurídico-constitucional sobre a função social do Direito Penal. No plano prático, oferece elementos para a formulação de políticas públicas mais eficazes, deslocando o foco da repressão individual para a prevenção estrutural e a responsabilidade estatal. Em uma nação marcada por profundas disparidades históricas, compreender o papel da política criminal na reprodução da pobreza é um passo teórico e prático indispensável para o avanço democrático e para a plena realização do Estado Democrático de Direito.

Para a consecução dos objetivos propostos, adotou-se a metodologia de revisão bibliográfica crítica, utilizando-se de uma vasta gama de obras e autores que versam sobre o tema, com ênfase na criminologia crítica, na sociologia do direito e na teoria constitucional. Foram utilizados livros e artigos científicos, relatórios oficiais (como o INFOPEN e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública) e a legislação pertinente, notadamente a Constituição Federal de 1988, o Código Penal, a Lei de Execução Penal (LEP) e a Lei de Drogas. O diálogo constante entre o referencial teórico, a legislação e a análise dos dados empíricos fornecem a base para a sustentação dos argumentos e a fundamentação das propostas apresentadas.

2 DA GESTÃO DA MISÉRIA AO ESTADO PENAL

O estudo da política criminal, quando analisado sob o rigor da Criminologia Crítica, desvela a natureza ideológica e instrumental do sistema punitivo, demonstrando que ele é muito mais do que um

conjunto neutro de regras jurídicas. Sua função primária, no contexto de sociedades profundamente desiguais como a brasileira, é a manutenção da estrutura de dominação e exclusão social. Essa perspectiva teórica, consolidada por pensadores como Alessandro Baratta (2002), é categórica ao refutar a ideia de igualdade formal do Direito Penal. Baratta afirma que a lei penal opera sob um "princípio de desigualdade", pelo qual a incidência da coerção estatal seletiva e a qualidade da tutela jurídica oferecida variam drasticamente conforme a posição socioeconômica do indivíduo. A criminalidade é um fenômeno socialmente construído, mas o processo de criminalização a conversão do ato em crime e do agente em criminoso é um ato político consciente, direcionado majoritariamente à base da pirâmide social.

A manifestação dessa seletividade é estrutural e ocorre em dois níveis interligados. A seletividade primária diz respeito à escolha legislativa: o Congresso Nacional, ao tipificar condutas, prioriza a proteção de bens jurídicos da classe dominante e a repressão de ilícitos associados à pobreza. Assim, a repressão máxima é frequentemente direcionada aos crimes contra o patrimônio cometidos nas ruas, enquanto os crimes de colarinho branco, a corrupção e os crimes financeiros que causam prejuízos sociais e econômicos incomensuravelmente maiores e atingem toda a coletividade são tipificados com penas mais brandas, submetidos a regimes de menor rigor ou se beneficiam de inúmeros mecanismos de despenalização e leniência.

Já a seletividade secundária, o foco empírico deste artigo, reside na aplicação cotidiana da lei pelas agências de controle. As forças policiais concentram a vigilância nos territórios de pobreza; o Ministério Público direciona o foco da acusação para os desvalidos, e o Judiciário reserva a pena privativa de liberdade para as classes subalternas. O resultado é a substituição do ideal constitucional do Direito Penal Mínimo o princípio da subsidiariedade e intervenção ultima ratio por um Direito Penal Máximo (Zaffaroni, 1991), que utiliza a punição como ferramenta de gestão da ordem social e neutralização dos "indesejáveis". Zaffaroni (1991) descreve essa expansão como a perda da legitimidade do sistema, transformando-o em um mero instrumento de poder.

Essa lógica repressiva e ampliada do controle penal está intrinsecamente ligada à tese do Estado Penal (ou Estado Punitivo), conforme detalhado por Loïc Wacquant (2001). A análise de Wacquant demonstra que, no contexto de retração das políticas de bem-estar social (Welfare State) e da adoção de agendas neoliberais, o Estado progressivamente abdica de sua função de provedor social e redistribuidor de renda. O espaço deixado pelo Estado Social é preenchido pelo Estado Penal, que utiliza o aparato repressivo como principal meio de gestão da miséria, da precariedade e da insegurança social geradas pelo próprio modelo econômico excludente. O Brasil, que nunca consolidou um robusto Welfare State, vivencia esse fenômeno de forma aguda: a falência crônica em prover direitos sociais básicos (educação, saúde, moradia, emprego art. 6º da CF/88) tem como "solução" estatal a política de encarceramento em massa.

Nessa perspectiva, a prisão perde seu telos formal de ressocialização e se consolida como uma "instituição de confinamento" (Wacquant, 2001), cumprindo a função de invisibilizar, neutralizar e segregar a parcela da população considerada "excedente" ou economicamente "descartável". O sistema carcerário opera como o último recurso do Estado para evitar que a miséria e a exclusão se transformem em ameaças políticas ou desordem social generalizada.

A política criminal, ao se tornar a "gerente da miséria", passa a penalizar não apenas a conduta individual, mas a condição social do indivíduo. A ausência de perspectivas, a falta de emprego e a precariedade habitacional são tratadas como fatores que "justificam" a intervenção repressiva, solidificando o sistema como um poderoso mecanismo de reprodução intergeracional da desigualdade. A escolha de financiar presídios em detrimento de escolas ou programas de distribuição de renda é a materialização política dessa preferência pela repressão em relação à prevenção e à inclusão.

O componente racial é o vetor mais virulento dessa seletividade na realidade brasileira. A política criminal é inseparável do Racismo Estrutural, um conceito centralizado por Silvio Almeida (2018), que o define como o modo normal de funcionamento das instituições sociais, e não como um mero desvio individual de conduta.

No sistema de justiça criminal, esse racismo se manifesta desde o primeiro contato do cidadão com o Estado: a abordagem policial é direcionada de forma esmagadora a jovens negros nas periferias, transformando a cor da pele e o endereço em presunções de culpabilidade ou "estado de flagrância" permanente. Essa prática, profundamente enraizada na história escravocrata do país, garante a manutenção do controle social sobre a população negra, vista historicamente como o "inimigo interno".

A criminologia crítica nacional, através de autoras como Vera Malaguti Batista (2015), demonstra que o objeto real do controle penal brasileiro é o "lugar social do não-cidadão". Este "não-cidadão" é o indivíduo excluído de direitos, sendo majoritariamente negro e pobre. Os dados oficiais de

mortalidade policial e as estatísticas do INFOPEN (que mostram a maioria de presos negros ou pardos) são o retrato brutal dessa estrutura.

O sistema, ao invés de buscar a justiça, impõe uma forma de Direito Penal do Inimigo Social (Santos, 2016), onde a repressão máxima é aplicada aos grupos marginalizados, muitas vezes de forma sumária ou com desprezo às garantias processuais. A diferença na aplicação da lei entre o crime de rua e o crime do colarinho branco não é apenas uma discrepância, mas a prova cabal de que o sistema penal é o guardião das fronteiras de classe e raça, garantindo que a punição seja o destino dos pobres e a impunidade, ou a leniência, o privilégio das elites.

3 O ENCARCERAMENTO EM MASSA COMO FATOR DE MULTIPLICAÇÃO DOS OBSTÁCULOS SOCIAIS

A política criminal brasileira, ao se materializar na prática e na gestão da crise penitenciária, oferece a evidência empírica mais contundente da seletividade estrutural do sistema de justiça. O encarceramento em massa, que catapultou o Brasil ao pódio das maiores populações prisionais globais, configura-se não como um mero efeito colateral, mas como o mecanismo institucional ativo que não apenas consolida a marginalização, mas multiplica exponencialmente os obstáculos sistêmicos à erradicação da pobreza e à promoção da igualdade. Este fenômeno nefasto encontra seu epicentro na distorção da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), que se tornou, inequivocamente, o principal catalisador do ciclo vicioso de prisão, pobreza e exclusão.

A legislação, embora tenha a intenção formal de separar o usuário do traficante, peca pela ausência deliberada de um critério legal objetivo como a quantidade de substância para essa distinção. Essa lacuna normativa transfere um poder discricionário desmedido e perigoso para os agentes de controle, desde a polícia até o magistrado, permitindo que a decisão de prender e classificar o delito seja moldada por fatores extraleais, notadamente de classe e raça.

O indivíduo pobre, abordado em uma comunidade vulnerável com pequena quantidade de entorpecente, é sumariamente presumido traficante, enquanto o indivíduo de classe média, em contexto similar ou até com maior quantidade, é usualmente classificado como usuário, reforçando a crítica de Salo de Carvalho (2008) de que a "guerra às drogas" é, na verdade, uma guerra social e racializada contra a juventude periférica. A jurisprudência, ao invés de corrigir essa falha, frequentemente ratifica a utilização de "antecedentes sociais", como a falta de comprovante de residência fixa ou de ocupação formal como indícios suficientes de tráfico, consolidando a criminalização da condição de pobreza como *fumus commissi delicti*.

Essa instrumentalização da Lei de Drogas possui consequências devastadoras para a estabilidade social, pois ela se concentra em aprisionar os elos mais vulneráveis da cadeia do tráfico: os pequenos varejistas, os "mulas" e os "aviões" indivíduos que, em muitos casos, ingressam na atividade criminosas por coação ou em razão da vulnerabilidade econômica extrema, e não como líderes do crime organizado. A prisão desses indivíduos, em vez de desarticular o grande crime organizado ou o financiamento internacional do tráfico, apenas superlota as unidades prisionais, gerando um ambiente de caos e desumanização que agrava as violações dos direitos humanos, em flagrante desrespeito à Lei de Execução Penal (LEP). Adicionalmente, o sistema carcerário superlotado e precário atua como um verdadeiro espaço de recrutamento e consolidação do poder das facções criminosas.

O indivíduo vulnerável, aprisionado pelo Estado, é exposto à cooptação e à coação das organizações criminosas dentro dos próprios muros da prisão, o que significa que a política criminal repressiva, ao invés de combater o crime, fortalece e expande a influência do crime organizado, reintroduzindo indivíduos mais perigosos e estigmatizados na sociedade e comprovando o fracasso dessa estratégia punitivista. O fato de o tráfico de drogas ser o crime responsável por mais de 40% das prisões demonstra o papel central e destrutivo dessa lei na crise penitenciária e social brasileira.

O exame dos dados empíricos contidos nos relatórios do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/INFOPEN) e no Anuário Brasileiro de Segurança Pública funciona como o espelho sociológico que reflete a seletividade estrutural. O perfil do custodiado brasileiro é um retrato fiel da exclusão: a maioria esmagadora é composta por jovens (na faixa entre 18 e 29 anos), negros ou pardos (ultrapassando 60% do total da massa carcerária, um número drasticamente desproporcional à sua representação na população geral) e apresenta baixíssima escolaridade (com a maioria sem ter concluído o ensino fundamental).

Essa concentração não é um acaso estatístico, mas a prova inconteste da incidência seletiva das agências de controle sobre os territórios de pobreza e raça. Ao encarcerar predominantemente

essa população, o sistema penal cumpre uma função de anulação do potencial de mobilidade social. A prisão, nesse sentido, opera como um mecanismo institucional de imobilidade social, pois a condenação e a pena subsequente impõem um estigma social inexorável ("ex-presidiário"), que inviabiliza o acesso ao mercado de trabalho formal, à educação de qualidade e à participação cívica plena. O indivíduo é devolvido à sociedade mais marginalizado, sem redes de apoio e, em muitos casos, coagido a retornar à informalidade ou à reincidência, consolidando um ciclo de pobreza e exclusão que se perpetua por gerações.

A dimensão de gênero acrescenta uma camada de complexidade e de agravamento da pobreza intergeracional. O crescimento do encarceramento feminino no Brasil tem sido proporcionalmente maior que o masculino, e, da mesma forma, mais de 60% das mulheres presas respondem pelo tráfico de drogas. O diferencial sociológico aqui é que a maioria dessas mulheres é mãe solo e chefe de família, responsáveis exclusivas pelo sustento e pela criação dos filhos.

O encarceramento da mulher, portanto, não apenas pune a indivíduo, mas desencadeia um impacto social amplificado que destrutura o núcleo familiar de forma imediata e catastrófica. Os filhos dessas mulheres, subitamente privados da figura materna e frequentemente sem outra rede de apoio social ou familiar capaz de prover cuidados e sustento, são lançados em situações de extrema vulnerabilidade e risco social, elevando a probabilidade de serem cooptados pelo crime ou de reproduzirem o ciclo da pobreza. Essa política criminal punitiva, ao incidir sobre o elo mais vulnerável e vital da cadeia familiar, age como um sabotador do futuro social, impedindo a eficácia de quaisquer políticas públicas voltadas à proteção da infância e da família. O Estado, ao encarcerar a mãe pobre, garante a continuidade da miséria e da exclusão social para a próxima geração.

Finalmente, a manutenção desse sistema seletivo e massivo é insustentável sob o prisma da alocação orçamentária, configurando um grave conflito entre a política criminal e as políticas sociais. Os custos diretos e indiretos para manter a terceira maior população carcerária do mundo, em condições de miséria e de violação de direitos humanos, são astronômicos e representam um desvio de prioridade nacional.

O Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), embora criado com o intuito formal de aprimorar a estrutura prisional e a ressocialização, na prática, tem sido majoritariamente direcionado para o custeio da expansão e manutenção da estrutura repressiva, em detrimento do investimento em educação, trabalho prisional e programas de reintegração social, conforme preconiza a LEP.

Essa decisão política e orçamentária de privilegiar a repressão e o gasto com o confinamento em detrimento da prevenção primária (investimento em educação de qualidade, saúde, moradia, saneamento e geração de renda nas áreas de maior vulnerabilidade) é a manifestação mais clara de que o Estado Penal escolhe administrar a miséria em vez de erradicá-la. Cada unidade de recurso público canalizada para a construção de novas celas ou para o custeio do preso é uma unidade subtraída de um programa de capacitação profissional ou de uma escola em tempo integral em uma comunidade carente.

O resultado é um ciclo vicioso e autodestrutivo: a insuficiência de investimento social gera a desigualdade e o crime; o crime justifica o aumento do gasto com a repressão e o encarceramento; o aumento do gasto com a repressão reduz o investimento social; e a redução do investimento social aprofunda a desigualdade e o recrutamento de nova clientela para o sistema penal. A política criminal, nesse contexto, torna-se o bloqueador financeiro e institucional mais eficaz contra o projeto constitucional de erradicação da pobreza.

4 PROPOSTAS DE REORIENTAÇÃO E ALTERNATIVAS PARA UMA POLÍTICA CRIMINAL INCLUSIVA

A crítica estrutural, ao demonstrar que a política criminal brasileira atua como um instrumento ativo de gestão da miséria e um bloqueador sistêmico da erradicação da pobreza, impõe a necessidade urgente e inadiável de uma transição da análise para a ação propositiva e reorientadora. O sistema de justiça criminal deve ser integralmente remodelado para que, em vez de contrariar, passe a cumprir os mandamentos fundamentais da Constituição Federal de 1988, que elevam a dignidade da pessoa humana e a construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária ao patamar de objetivos centrais da República (CF/88, arts. 1º e 3º).

Essa reengenharia institucional exige uma ruptura com a cultura punitivista histórica e a adoção efetiva do princípio do Direito Penal Mínimo (ZAFFARONI, 1991), concebendo a intervenção penal

como a extrema ratio, e sublinhando a supremacia e a prioridade absoluta das políticas sociais como a verdadeira e mais sustentável estratégia de segurança e paz social.

A primeira e mais crítica iniciativa para o desencarceramento estratégico deve concentrar-se na revisão profunda da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006). A ambiguidade intencional da lei, que não estabelece um critério objetivo e quantitativo para distinguir o mero usuário do traficante, constitui o pilar que sustenta a seletividade racial e de classe no Brasil, funcionando como uma porta giratória para o sistema prisional. Por isso, torna-se imperiosa a intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF) para fixar parâmetros claros, baseados em quantidade e contexto social, a fim de extirpar o arbítrio que recai sobre a população negra e periférica.

Paralelamente à atuação judicial, o Poder Legislativo tem o dever de reformular a lei, promovendo a despenalização do pequeno tráfico cometido por indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica extrema. Essa alteração legislativa não só reduziria drasticamente a população carcerária, mas mitigaria o impacto da criminalização sobre as famílias, especialmente no encarceramento feminino, cuja maioria está presa por crimes relacionados à subsistência. Ao requalificar o tráfico de varejo não como crime hediondo, mas como uma questão de saúde pública e exclusão social, o Estado demonstra um compromisso real com a justiça social, desativando o principal dispositivo de encarceramento massivo e ineficaz.

Alinhada à necessidade de desencarceramento, a reorientação da política criminal demanda uma migração do modelo retributivo (focado na punição) para o modelo restaurativo (focado na reparação e na integração). É fundamental expandir a aplicação da Justiça Restaurativa e das penas alternativas para crimes patrimoniais de menor potencial ofensivo.

A prisão se revelou não apenas ineficaz, mas criminógena para essa parcela da população, pois destrói os laços sociais e econômicos, garantindo a reincidência. A Justiça Restaurativa, ao focar na reparação do dano à vítima e na pacificação da comunidade, busca a responsabilização ativa do ofensor de forma construtiva. Este modelo, ao invés de meramente segregar, envolve a comunidade na solução do conflito, permitindo que o indivíduo assuma sua responsabilidade sem ser permanentemente estigmatizado ou lançado nas mãos de facções criminosas dentro das prisões.

A expansão de penas alternativas, como a prestação de serviços à comunidade e a limitação de fim de semana, deve ser amplamente incentivada e monitorada, respeitando os princípios da proporcionalidade e da humanidade da pena. Ademais, é crucial que a Lei de Execução Penal (LEP) seja aplicada em sua plenitude, não como um catálogo de intenções frustradas, mas como um projeto de reintegração. Isso implica transformar o acesso ao trabalho remunerado, à educação e à qualificação profissional em eixos centrais e inalienáveis da execução penal.

A prisão deve ser vista como um período de investimento em capital humano, onde o indivíduo desenvolve habilidades para superar o estigma e competir no mercado de trabalho após a liberdade, combatendo assim a pobreza por meio da capacitação e da reintegração produtiva.

A dimensão mais crucial da reorientação reside na inversão da lógica orçamentária do Estado Penal. A manutenção do sistema carcerário superlotado e falido consome recursos públicos vultosos que representam um custo de oportunidade social inaceitável. Para romper com o ciclo vicioso de exclusão e repressão, é imperativo o redirecionamento dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN). Em vez de financiar a expansão de celas e a estrutura repressiva, esses fundos devem ser maciçamente investidos em prevenção primária e políticas sociais estruturantes.

Isso significa canalizar o orçamento para áreas de alta vulnerabilidade social, custeando a educação em tempo integral e de qualidade, o acesso a serviços de saúde mental nas periferias, o financiamento de habitação popular, saneamento básico e, sobretudo, programas de geração de emprego e renda e capacitação profissional. A segurança pública deve ser compreendida, ontologicamente, como um produto da Justiça Social.

A cada Real investido na melhoria das condições de vida nas comunidades, o Estado não só cumpre seu dever constitucional de erradicar a pobreza (CF/88, art. 3º, III), mas também reduz, de forma orgânica e duradoura, a base de recrutamento da criminalidade. Essa alocação orçamentária estratégica é a única capaz de estabelecer uma segurança pública sustentável, justa e alinhada com os direitos fundamentais.

Por fim, a legitimidade e a credibilidade do sistema penal dependem da aplicação da lei com isonomia, o que exige o combate efetivo, rigoroso e, acima de tudo, não seletivo, à criminalidade econômica e à corrupção. A tolerância histórica ou a ineficácia na persecução dos crimes de colarinho branco, fraudes fiscais e ambientais, delitos que, por sua natureza sistêmica, minam a economia, destroem a confiança nas instituições e causam um prejuízo social infinitamente superior aos crimes

de rua é o fator que mais corrói a fé popular na justiça, confirmando a tese de que o Direito Penal é um instrumento de classes.

É crucial que as agências de controle (Polícia Federal, Ministério Público e Judiciário) demonstrem a capacidade técnica e o compromisso ético de direcionar o máximo de seus recursos, tecnologia e pessoal qualificado para o enfrentamento dessa criminalidade de alta complexidade. A justiça só será percebida como justa quando a pena máxima for aplicada de forma implacável e proporcional àqueles que, detendo poder e riqueza, mais prejudicam a coletividade. Essa inversão do foco punitivo – do corpo pobre da periferia para o escritório de luxo, é o passo final para restaurar a legitimidade do Direito Penal e garantir que o Brasil possa, de fato, caminhar em direção a uma Política Criminal Inclusiva que contribua efetivamente para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, desativando o mecanismo secular de criminalização da pobreza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade social constitui um dos mais persistentes e graves problemas estruturais do Brasil, repercutindo diretamente na coesão social, no desenvolvimento econômico e na efetividade dos direitos fundamentais. No campo penal, esse quadro adquire contornos ainda mais preocupantes, pois a política criminal brasileira, em vez de reduzir as disparidades, frequentemente opera como um mecanismo de reforço da exclusão e da marginalização dos grupos vulneráveis. Dentro desse vasto cenário, o presente estudo delimita seu foco na análise crítica da relação entre política criminal e pobreza, com especial atenção para três fenômenos interligados: a seletividade penal, o encarceramento em massa e a criminalização da miséria.

O recorte aqui adotado busca evidenciar de que forma a atuação do sistema penal, ao incidir de modo desproporcional sobre jovens, negros e pobres, converte-se em barreira à construção de políticas efetivas de inclusão social. O objetivo central desta pesquisa é investigar em que medida a política criminal vigente, ao privilegiar o viés repressivo em detrimento do preventivo e do social, atua como obstáculo à erradicação da pobreza no Brasil. Como objetivos específicos, pretendeu-se: (i) mapear os fundamentos teóricos que vinculam política criminal e controle social de classes; (ii) examinar criticamente os dados empíricos sobre o perfil da população carcerária, destacando os recortes de raça, classe e gênero; e (iii) propor alternativas que promovam a deslegitimação do Direito Penal Máximo, alinhando a justiça criminal à justiça social.

A relevância deste estudo está ancorada tanto em sua dimensão acadêmica, por contribuir para o aprofundamento da criminologia crítica, quanto em sua dimensão prática, por oferecer subsídios à formulação de políticas públicas mais eficazes. Para isso, adotou-se a metodologia de revisão bibliográfica crítica, utilizando-se de livros, artigos acadêmicos e relatórios oficiais, além da legislação pertinente, com destaque para a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Execução Penal.

O estudo da política criminal, sob o rigor da Criminologia Crítica, desvela a natureza ideológica e instrumental do sistema punitivo. Alessandro Baratta (2002) é categórico ao afirmar que o Direito Penal opera sob um "princípio de desigualdade", no qual a lei, formalmente igual, é aplicada de forma diferenciada conforme a posição socioeconômica. A criminalização não é um ato neutro, mas uma escolha política que se manifesta na seletividade primária (a escolha legislativa de incriminar crimes de rua em detrimento dos de colarinho branco) e na seletividade secundária (a aplicação da coerção pelas agências de controle sobre as classes subalternas).

Esse mecanismo substitui o ideal de Direito Penal Mínimo pela lógica do Direito Penal Máximo (Zaffaroni, 1991), cuja função precípua é a neutralização simbólica e efetiva dos "inadequados" sociais. Essa estrutura repressiva encontra sustentação na tese do Estado Penal. Loïc Wacquant (2001) demonstra que o enfraquecimento do Estado Social leva à ascensão do aparato repressivo como principal instrumento estatal para gerenciar a miséria e a precariedade. No Brasil, a falha histórica em consolidar o Welfare State (CF/88, art. 6º) é compensada pelo encarceramento em massa, transformando a prisão em uma "instituição de confinamento" e o sistema penal em um "gerente da miséria", penalizando a condição social em vez de combatê-la.

O componente racial intensifica essa seletividade: a política criminal brasileira é inseparável do Racismo Estrutural, conceituado por Silvio Almeida (2018) como elemento fundante das instituições sociais. O sistema penal, desde a abordagem policial até a sentença, reproduz um padrão histórico de controle sobre a população negra, vista como o "inimigo interno". Vera Malaguti Batista (2015) afirma que o sistema incide sobre o "lugar social do não-cidadão", que é majoritariamente negro, jovem e periférico. A cor da pele e o endereço se tornam, de facto, fatores de presunção de culpabilidade, o que é confirmado pelos dados do INFOPEN, que mostram a dramática super-representação de negros

e pardos no sistema carcerário. A repressão máxima e violenta (visível na estatística de mortalidade policial) que recai sobre a juventude negra configura um verdadeiro "Direito Penal do Inimigo Social" (Santos, 2016), onde o status socioeconômico e racial pesa mais do que a ação criminosa em si, consolidando o sistema penal como o guardião das fronteiras de classe e raça.

A manifestação prática dessa ideologia é evidenciada pela Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), principal catalisador do encarceramento em massa. A ausência de um critério legal objetivo para distinguir o usuário do traficante confere um poder discricionário excessivo aos agentes de controle, poder esse que é exercido de forma flagrantemente classista. Fatores extraleais, como a falta de comprovante de residência e o local da abordagem (favela), são transformados em indícios de tráfico. Salo de Carvalho (2008) critica que a "guerra às drogas" é, na verdade, uma guerra contra a juventude pobre e negra, aprisionando os elos mais vulneráveis da cadeia (pequenos varejistas e "mulas") que agem por extrema necessidade, enquanto o grande crime organizado permanece incólume. Essa prisão não desarticula o tráfico; ao contrário, superlota as unidades prisionais, transformando-as em espaços de recrutamento e consolidação do poder das facções criminosas. O crime de tráfico de drogas é responsável por mais de 40% das prisões, evidenciando o papel central dessa lei na crise penitenciária e social brasileira.

O exame dos dados empíricos do DEPEN/INFOPEN revela o espelho irrefutável da desigualdade: o preso brasileiro é majoritariamente jovem, negro/pardo, com baixa escolaridade e oriundo das classes D e E. Ao encarcerar essa população, o sistema anula qualquer potencial de mobilidade social ascendente. A condenação impõe um estigma indelével ("ex-presidiário") que impede o acesso ao mercado de trabalho formal, garantindo a imobilidade social e forçando o indivíduo ao ciclo da reincidência e da marginalidade estrutural. O encarceramento em massa assume uma dimensão ainda mais perversa ao atingir as mulheres. O crescimento do encarceramento feminino (mais de 60% por tráfico) atinge majoritariamente mães solo e chefes de família. O aprisionamento da mulher provoca a desestruturação familiar imediata, lançando os filhos em situações de extrema vulnerabilidade e risco social. Essa política punitiva, ao incidir sobre o elo familiar mais frágil, sabota o futuro social e eleva a probabilidade de reincidência intergeracional da pobreza e da criminalidade, evidenciando que o Estado opta por punir em vez de proteger.

A manutenção desse sistema repressivo é insustentável sob o ponto de vista da alocação orçamentária, configurando um grave conflito entre a política criminal e as políticas sociais. Os custos diretos e indiretos para manter a terceira maior população carcerária do mundo são astronômicos e representam um desvio de prioridade nacional. O Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), apesar de sua finalidade ressocializadora, é majoritariamente direcionado para o custeio da expansão e manutenção da estrutura repressiva, em detrimento do investimento em prevenção primária (educação de qualidade, moradia, saneamento e geração de renda), conforme prevê a LEP. Essa decisão política e orçamentária de privilegiar a repressão e o gasto com o confinamento é a manifestação mais clara de que o Estado Penal escolhe administrar a miséria em vez de erradicá-la. Cada Real investido em uma nova cela é um Real subtraído de uma escola ou de um programa social em uma comunidade carente, criando um ciclo vicioso e autodestrutivo que garante a reprodução da desigualdade.

A reorientação da política criminal exige uma ruptura paradigmática e um compromisso com o Direito Penal Mínimo e os direitos fundamentais. A primeira e mais urgente proposta é o desencarceramento estratégico por meio da revisão radical da Lei de Drogas, exigindo que o STF fixe um critério objetivo e que o Legislativo promova a despenalização do pequeno tráfico cometido por vulnerabilidade socioeconômica, com foco na redução do encarceramento feminino. É fundamental, ainda, expandir a Justiça Restaurativa e as penas alternativas para crimes patrimoniais de menor potencial ofensivo, migrando do modelo retributivo para o restaurativo, que foca na reparação do dano e na pacificação social, conforme a humanidade da pena. A LEP deve ser aplicada com ênfase no trabalho e na educação prisional como eixos centrais de reintegração.

A dimensão mais crucial dessa reorientação reside na inversão da lógica orçamentária. Propõe-se o redirecionamento dos recursos do FUNPEN para o financiamento maciço da prevenção primária (educação, habitação, emprego) em áreas de alta vulnerabilidade, tratando o investimento social como a verdadeira política de segurança pública. Essa alocação estratégica é a única que honra o mandamento constitucional de erradicação da pobreza (CF/88, art. 3º, III). Por fim, a legitimidade do sistema exige o combate efetivo e não seletivo à criminalidade econômica e à corrupção. A ineficácia na persecução dos crimes de colarinho branco mina a confiança na justiça. A política criminal só será justa e inclusiva quando a pena máxima for aplicada de forma implacável e proporcional àqueles que, detendo poder e riqueza, mais prejudicam a coletividade.

O presente estudo cumpriu seu objetivo central, confirmando que a política criminal vigente atua como um obstáculo estrutural e sistêmico à erradicação da pobreza. O sistema penal é, de fato, um mecanismo ativo de reprodução da desigualdade social e racial. A crise penitenciária brasileira é a materialização da injustiça social. A superação desse quadro exige uma ruptura paradigmática e um compromisso inegociável com os direitos fundamentais. A verdadeira segurança pública será alcançada não pelo aumento da repressão, mas pela erradicação da miséria e pela promoção da igualdade de oportunidades.

O futuro da política criminal no Brasil deve ser desencarcerador, antirracista, de gênero e ancorado no princípio da subsidiariedade do Direito Penal. Para a continuidade do debate, recomendam-se futuras pesquisas sobre o impacto longitudinal do encarceramento feminino na pobreza intergeracional, a análise econômica do redirecionamento do FUNPEN e a eficácia da Justiça Restaurativa em contextos de alta vulnerabilidade, a fim de fornecer dados robustos para uma política criminal verdadeiramente inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2018.

BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, [Anos diversos].

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 ago. 2006.

CARVALHO, Salo de. A Política Criminal de Drogas no Brasil: do discurso da ordem à práxis da repressão. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MALAGUTI BATISTA, Vera. Introdução Crítica à Criminologia Brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito Penal: parte geral. 7. ed. Curitiba: ICPC Cursos e Edições, 2016.

WACQUANT, Loïc. Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO PARA O DESENVOLVIMENTO DE STARTUPS:
inovação e infraestrutura sustentável**

PUBLIC POLICIES TO SUPPORT STARTUP DEVELOPMENT: Innovation and Sustainable Infrastructure.

Área temática: 09 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

BUCKER, Caroline de Melo Faccirolli Santos
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Mestranda em Desenvolvimento Regional
melo.caroline@hotmail.com

SMITH, Marinês Santana Justo
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutora em Ciência da Informação pela UNESP – Marília/SP
marjustosmith@gmail.com

BANDOS, Melissa Franchini Cavalcante
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutora em Administração de Empresas pela FEA - USP
melissafcb@gmail.com

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo mapear e categorizar as principais políticas públicas vigentes no Brasil para fomentar a inovação e o crescimento de startups para a promoção econômica local e alinhamento com o ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura. A justificativa deste estudo está no papel das startups como agentes de inovação, o que exige uma intervenção estatal estratégica para mitigar os riscos de seus modelos de negócio e impulsionar sua escalabilidade. Trata-se de uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, utilizando pesquisa documental e análise de conteúdo para mapear os principais instrumentos legais e programas de fomento vigentes no país, além das ações de agências de desenvolvimento. Os resultados demonstram que o Brasil possui uma estrutura de fomento coerente e baseada nos pilares de Regulação, Financiamento e Infraestrutura, validando o alinhamento estratégico da política pública. Em resposta à questão central, o mapeamento indica que o apoio é mais efetivo nas fases de execução e escalabilidade, por meio da desburocratização e financiamento. O conjunto de políticas alinha-se diretamente com as metas do ODS 9, destacando o investimento em P&D e a desburocratização como fatores cruciais para a competitividade e o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Inovação, Startups, ODS 9.

Abstract

This research aims to map and categorize the main public policies in force in Brazil to foster innovation and the growth of startups, promoting local economic activity and alignment with SDG 9 – Industry, Innovation, and Infrastructure. The justification for this study lies in the role of startups as agents of innovation, which demands strategic state intervention to mitigate the risks of their business models and boost their scalability. The methodology adopted a qualitative, exploratory, and descriptive approach, using document research and content analysis to map the main legal instruments and current development programs in the country, as well as the actions of development agencies. The results demonstrate that Brazil has a coherent fostering structure based on the pillars of Regulation, Financing, and Infrastructure, validating the strategic alignment of public policy. In response to the central question, the mapping indicates that support is most effective in the execution and scalability phases, through de-bureaucratization and financing. The set of policies directly aligns with the targets of SDG 9, highlighting

investment in R&D and de-bureaucratization as crucial factors for competitiveness and sustainable development.

Keywords: Innovation Public Policies, Startups, SDG 9.

1 INTRODUÇÃO

O interesse por analisar as políticas públicas de inovação nasceu a partir de vivências profissionais da pesquisadora, que identificou que as startups podem ser a chave para a transformação da economia local. Embora o Brasil tenha reconhecido o papel estratégico desses negócios com novas leis, o maior desafio é traduzir essa intenção legal em resultados reais para o desenvolvimento regional. Assim, este trabalho busca ir além da teoria, mapeando e avaliando como o governo está, na prática, apoiando o crescimento e fortalecimento dessas empresas.

O dinamismo da economia atual está diretamente ligado à capacidade de inovação. No Brasil, as startups surgiram como atores essenciais neste processo, não apenas por introduzirem novas tecnologias e modelos de negócio, mas por se consolidarem como importantes agentes na geração de empregos de alto valor agregado e na diversificação da base produtiva. Elas representam um ecossistema transformador, sendo verdadeiros empreendedores, os agentes que, segundo Schumpeter (1984), realizam as novas combinações de produção e inovação que movimentam a economia. Sua agilidade e foco em soluções revolucionárias as tornam essenciais para a competitividade regional e nacional.

Apesar deste contexto, o ciclo de vida das startups exige um ambiente de apoio que vá além do capital privado. A intervenção do Estado, por meio de políticas públicas bem estruturadas, é fundamental para mitigar as barreiras regulatórias, promover o acesso a financiamento e impulsionar a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Segundo Christensen (2013), tal apoio é crucial para que essas empresas consigam promover a inovação disruptiva, com novos produtos ou serviços que transformam o mercado, permitindo assim o alcance da escalabilidade necessária para competir e reestruturar os setores econômicos. Embora vários avanços legais aconteceram, ainda é um desafio mapear e compreender a eficácia de todas as políticas públicas que apoiam diretamente a inovação nessas empresas. É nesse contexto que se insere a questão central desta investigação: Em qual nível de maturidade das startups as políticas públicas vigentes estão mais efetivas?

A investigação das políticas públicas de fomento foi conduzida sob a perspectiva de que o atual conjunto de políticas públicas federais para startups está, possivelmente, fragmentado, o que pode dificultar o acesso e a plena utilização dos benefícios pelas empresas. Além disso, levanta-se a hipótese de que a sistematização dessas políticas demonstrará um foco predominante nas fases iniciais, com lacunas no apoio à escalabilidade e a tecnologias de alto risco. Por fim, acredita-se que a correta aplicação e articulação das políticas públicas mapeadas terão um impacto direto e positivo no alinhamento do ecossistema de inovação brasileiro com a Meta 9.5 do ODS 9 (ONU, 2015).

Diante deste cenário, o presente objetivo é mapear e categorizar as principais políticas públicas vigentes no Brasil para fomentar os níveis do ciclo de vida das startups para a promoção da atividade econômica local e alinhamento com o ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura.

Estima-se o poder destas como instrumentos estratégicos para a promoção da atividade econômica local e integração com ecossistemas de inovação regional, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial ao ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura (ONU, 2015).

Para atingir o objetivo geral, o trabalho se propõe a mapear e categorizar as principais políticas públicas federais de fomento à inovação para startups alinhando aos diferentes níveis de maturidade e alinhamento com o ODS 9.

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. A metodologia será pautada na revisão bibliográfica e documental, utilizando como principal fonte a legislação federal vigente (Leis, Medidas Provisórias e Decretos) e documentos oficiais de instituições de fomento (como FINEP, BNDES e MCTI). O método de coleta de dados consiste em mapeamento e categorização das principais políticas públicas, organizando-as em categorias temáticas para posterior análise comparativa. A finalidade é construir um quadro síntese de políticas públicas, o qual servirá como instrumento central para a descrição e discussão dos dados encontrados, buscando a validação ou refutação das hipóteses propostas.

Espera-se que este estudo ofereça duas contribuições significativas: (1) Para as Startups, ele fornecerá um guia prático com um quadro comparativo, simplificando o acesso à legislação e indicando

fontes de apoio. (2) Para o Setor Público e Gestores a pesquisa poderá servir como um diagnóstico da estrutura de fomento nacional, o que pode ser um instrumento estratégico para a formulação de futuras políticas públicas, identificando lacunas e sobreposições.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O fenômeno das Startups: Conceito, crescimento e escalabilidade

Diferente das empresas tradicionais, que operam em modelos de negócio estabelecidos e previsíveis, a startup é definida como uma instituição humana projetada para criar um produto novo ou serviço inovador em condições de incerteza (RIES, 2012). Essa incerteza exige uma abordagem flexível e ágil, focada na experimentação constante para validar hipóteses sobre o cliente, o produto e o mercado. Além de serem caracterizadas pela incerteza e pela busca por inovação, as startups também se diferenciam por sua estrutura organizacional enxuta, que favorece ciclos rápidos de aprendizagem e adaptação. Isso significa que, mais do que apenas desenvolver um produto inovador, essas empresas constroem mecanismos para testar continuamente hipóteses, aprender com os erros e mudar quando necessário, garantindo maior resiliência frente às instabilidades do mercado.

A característica que define uma startup, que a eleva a um patamar de interesse para políticas públicas, é a busca por um modelo de negócio repetível e escalável (BLANK, 2006). A escalabilidade permite o crescimento exponencial da receita e da base de usuários sem um aumento proporcional nos custos operacionais. É essa capacidade de multiplicar o valor econômico rapidamente que torna a startup um impulsionador poderoso e dinâmico de desenvolvimento econômico local e nacional. Outro aspecto relevante é a mentalidade de crescimento acelerado. Conforme destaca Blank (2006), a escalabilidade não se restringe ao aumento da base de clientes, mas envolve também a criação de processos replicáveis que podem ser reproduzidos em diferentes contextos geográficos ou segmentos de mercado. Essa replicabilidade é o que possibilita que startups ultrapassem fronteiras locais e se insiram em ecossistemas globais de inovação, tornando-se atrativas para investidores de risco.

O ciclo de vida de uma startup pode ser dividido em diferentes níveis de maturidade, que se diferenciam pelo grau de incerteza e pelo capital necessário. Esse ciclo pode ser visto em quatro fases: fase inicial, focada na busca e descoberta de um modelo para a validação de um problema; validação, onde se prova que o produto resolve o problema de um público específico; execução, fase marcada pela busca por canais de aquisição de clientes repetíveis e por fim, escalabilidade, que exige um crescimento acelerado e expansão para novos mercados. A transição entre essas fases mostra um processo progressivo que vem desde a incerteza inicial, passando por fases que irão validar seu produto, até a sua consolidação e escalabilidade (BLANK; MOORE 1991).

O crescimento de uma startup não é linear. A transição da fase inicial de busca de um modelo para a fase de execução e escalabilidade em massa é um ponto crítico, onde muitas falham (MOORE, 1991). O insucesso nesta etapa não está geralmente ligado à falta de capital, mas sim a falhas na validação do modelo ou na incapacidade de superar a resistência do mercado tradicional. O crescimento, contudo, traz desafios específicos. Moore (1991) lembra que o chamado “vale da morte” ocorre justamente na passagem do público inicial que geralmente é mais aberto à experimentação, para o mercado de massa, que exige confiabilidade, padronização e escalabilidade comprovada. Nesse estágio, muitas startups não conseguem sustentar seu ritmo de expansão, seja por falta de validação do modelo, seja por resistências culturais e institucionais do ambiente em que estão inseridas.

Nesse contexto, o apoio estatal, por meio de políticas de P&D e de mitigação de barreiras regulatórias, se justifica como um catalisador que ajuda as startups a sobreviverem e a atravessar esse processo entre a inovação inicial e a consolidação. Esse cenário explica por que diferentes países têm buscado desenvolver políticas públicas de estímulo ao empreendedorismo inovador, como incentivos fiscais, programas de incubação, aceleração e financiamento em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Tais medidas não apenas reduzem as barreiras de entrada, mas também ampliam as condições para que startups consigam transformar inovação em desenvolvimento econômico e social, fortalecendo os ecossistemas locais de inovação e contribuindo para a competitividade global.

2.2 A Inovação como motor do desenvolvimento econômico

O papel das startups na economia atual é uma manifestação da Destruição Criativa de Schumpeter (1984), onde a inovação destrói estruturas antigas ao mesmo tempo em que cria novas indústrias e empregos. Nesse mesmo sentido, Freeman (2008) ressalta que a inovação tecnológica

constitui o principal motor da transformação industrial e do crescimento econômico. Para o autor, a inovação não deve ser vista como um evento isolado, mas como parte de um processo sistêmico que remodela indústrias, altera padrões de concorrência e redefine trajetórias de desenvolvimento.

As startups são, portanto, os agentes desse processo disruptivo. O crescimento acelerado das startups é impulsionado, principalmente, pela Inovação Disruptiva, conceito explorado por Christensen (2013). Em vez de apenas melhorar o que já existe, essas empresas criam mercados totalmente novos ou atendem a públicos que antes eram ignorados. Ao fazer isso, elas desafiam grandes companhias, mudando a forma como a economia funciona. Além disso, Nelson e Winter (1982) defendem que a inovação deve ser vista como um processo de evolução, marcado por trajetórias de aprendizado e pela acumulação de capacidades tecnológicas ao longo do tempo. Essa perspectiva ajuda a compreender por que alguns ecossistemas inovadores se consolidam e geram vantagens competitivas sustentáveis, enquanto outros permanecem dependentes de tecnologias externas.

Portanto, as políticas públicas são cruciais para apoiar essas startups, pois elas são as verdadeiras agentes da transformação econômica. Promover a inovação e o crescimento de startups está diretamente ligado ao aumento da produtividade e da competitividade local. A concentração de empresas de base tecnológica em ecossistemas gera um efeito de transbordamento de conhecimento que beneficia toda a economia regional (PORTER, 1989). A relação entre inovação e desenvolvimento econômico também pode ser compreendida a partir da perspectiva dos sistemas de inovação, em que o dinâmica não depende apenas das empresas isoladamente, mas da interação entre atores diversos, como universidades, centros de pesquisa, investidores e órgãos governamentais. Esse ambiente colaborativo fortalece a capacidade de geração e expansão de novos conhecimentos, tornando a inovação um processo coletivo que impulsiona a competitividade.

Do ponto de vista territorial, a concentração de startups em regiões específicas amplia os efeitos de transbordamento de conhecimento. Pesquisas de Audretsch e Feldman (1996) demonstram que esses transbordamentos não apenas fortalecem as empresas localizadas nesses polos, mas também estimulam setores tradicionais a inovarem, criando uma dinâmica de desenvolvimento regional mais equilibrada. Dessa forma, podemos evidenciar que a inovação não é apenas resultado de descobertas isoladas, mas de processos de aprendizado cumulativo que se alimentam da interação contínua entre ciência, tecnologia e mercado. Isso reforça a importância de políticas públicas consistentes e de longo prazo para sustentar trajetórias de inovação capazes de gerar desenvolvimento econômico duradouro.

2.3 Políticas Públicas e o ecossistema de inovação das startups

Para compreender a atuação do Estado no desenvolvimento das startups, é necessário conceituar o que se entende por política pública. Conforme Howlett et al. (2013), políticas públicas representam uma sequência de ações intencionais que o governo, ao responder a uma demanda ou problema, decide adotar ou não. Essa definição vai além das questões legais ou da execução de programas específicos. Gonçalves (2006) destaca que a política pública é um processo complexo que envolve a seleção de metas, a escolha de instrumentos e a alocação de recursos para alcançar objetivos que são considerados de interesse coletivo. No contexto das startups, os programas de fomento podem ser considerados então, a materialização dessas políticas, por representarem as ações do Estado para estruturar, financiar e apoiar o setor.

A intervenção do Estado no ecossistema de inovação não pode ser vista apenas como um mecanismo de correção de falhas de mercado, ao contrário, deve ser um agente ativo e criador de mercado (MAZZUCATO, 2014). Políticas públicas de P&D devem assumir os riscos que o capital privado muitas vezes hesita em aceitar.

Para o crescimento de startups, as políticas públicas devem ser estruturadas em três pilares: a) Regulação; b) Financiamento; e c) Infraestrutura. A lentidão regulatória e a burocracia são barreiras significativas que impedem a agilidade necessária às startups (PORTER, 1989).

No Brasil, a criação de estruturas legais específicas tem tentado suprir essas necessidades. A eficácia de um compilado de políticas de fomento depende de sua integração e da capacidade de criar um ambiente previsível para o investimento.

A experiência internacional mostra que políticas de inovação bem-sucedidas não se limitam a incentivos financeiros, mas envolvem a construção de sistemas de inovação capazes de articular universidades, empresas e governo em torno de objetivos comuns (NELSON, WINTER 1982). Esse arranjo fortalece a capacidade de absorção tecnológica das startups e amplia as chances de que investimentos em pesquisa e desenvolvimento resultem em inovações comercializáveis.

Além disso, estudos de Fagerberg, Mowery e Nelson (2005) evidenciam que países que conseguem alinhar políticas de ciência, tecnologia e inovação com políticas industriais e educacionais criam ambientes mais favoráveis ao surgimento de empresas inovadoras. Dessa forma, as políticas públicas para startups não podem ser isoladas, mas precisam se articular com uma visão de longo prazo para o desenvolvimento econômico.

Outro aspecto é a promoção de ambientes regulatórios que sejam ao mesmo tempo seguros e flexíveis. Segundo relatórios da OECD (2005; 2010), o excesso de burocracia e instabilidade legal reduzem a capacidade empreendedora, enquanto regulações claras e previsíveis estimulam a entrada de novos atores no mercado. Assim, o Estado atua não apenas como financiador, mas também como facilitador institucional que reduz custos e aumenta a confiança dos investidores.

No contexto brasileiro, além da criação de marcos legais específicos, é fundamental fortalecer mecanismos de acompanhamento e avaliação das políticas. Isso garante que instrumentos de fomento, como fundos de investimento em inovação, incubadoras e parques tecnológicos, tenham impacto efetivo na geração de valor econômico e social. A ausência de continuidade e de coordenação entre esferas de governo ainda constitui um desafio para a consolidação de um ecossistema de inovação robusto.

2.4 Alinhamento estratégico com o ODS 9

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9 (ODS 9) – Indústria, Inovação e Infraestrutura estabelece uma meta global para a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável (ONU, 2015). O fomento a startups é, portanto, uma estratégia nacional alinhada a esse compromisso internacional.

O foco do ODS 9 em aprimorar a infraestrutura e modernizar a tecnologia é diretamente explicado nas políticas públicas de P&D voltadas às startups. Essas políticas devem garantir que as inovações promovidas sejam divulgadas, e não restritas, para que se atinja a meta de acesso universal à tecnologia e inovação até 2030 (ONU, 2015).

Além de fortalecer a competitividade industrial, o ODS 9 também se conecta ao princípio de inovação inclusiva, que busca garantir que os benefícios da inovação alcancem vários segmentos da sociedade. Dessa forma, o apoio a startups não deve priorizar apenas empresas de base tecnológica avançada, mas também aquelas que desenvolvem soluções voltadas a desafios sociais, como mobilidade urbana, saúde digital, educação acessível e energias renováveis. Essa perspectiva amplia o alcance do ODS 9 e reforça a conexão entre inovação e justiça social (CHESBROUGH, 2006).

Outro ponto que podemos destacar é a ênfase do ODS 9 em infraestrutura resiliente. Startups que atuam em áreas como cidades inteligentes, logística sustentável ou conectividade digital tem papel importante no fortalecimento da infraestrutura, especialmente em países emergentes. No Brasil, por exemplo, iniciativas voltadas para a transformação digital em pequenas e médias empresas contribuem não apenas para a produtividade, mas também para reduzir desigualdades regionais de acesso à tecnologia (FINEP, 2020).

Nesse contexto, o alinhamento entre políticas públicas de inovação e o ODS 9 exige uma visão sistêmica. Não basta financiar startups de forma isolada; é necessário articular incentivos, redes de apoio e mecanismos de cooperação entre universidades, setor produtivo e governo. Essa articulação permite criar ecossistemas de inovação que operam como motores do desenvolvimento sustentável, ampliando a capacidade do país de cumprir suas metas até 2030 (UNCTAD, 2018).

Por fim, ao se alinhar com o ODS 9, o Brasil reforça sua posição internacional em compromissos mundiais, demonstrando que a inovação pode ser simultaneamente um motor de crescimento econômico e um instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável. Portanto, o incentivo a startups deixa de ser apenas uma estratégia de competitividade e passa a constituir parte essencial de uma agenda de futuro mais inclusiva, sustentável e resiliente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico da literatura acadêmica sobre startups, desenvolvimento e o papel do Estado no ecossistema de inovação com o objetivo de fundamentar os conceitos centrais.

O ponto central da análise está na pesquisa documental, que utilizou o conjunto dos principais instrumentos legais e programas oficiais brasileiros de fomento. As fontes primárias incluem o Marco

Legal das Startups (Lei Complementar n.º 182/2021) e relatórios de agências de desenvolvimento (FINEP, BNDES).

O estudo se revela com natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. O caráter exploratório é essencial para mapear e compreender a estrutura das principais políticas públicas de fomento à inovação vigentes no Brasil. A natureza descritiva permitirá detalhar como essas políticas se estruturam e qual o seu alinhamento estratégico com a atividade econômica local e o ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura.

A abordagem qualitativa permitiu uma análise interpretativa e crítica desses documentos, sendo essencial para aprofundar a compreensão das particularidades do objeto estudado (MINAYO, 2014). Essa perspectiva facilitou a identificação das categorias de fomento (financiamento, regulação, infraestrutura), o mapeamento, a coerência e a conexão entre as diferentes iniciativas, permitindo, ao final, verificar o alinhamento entre os objetivos das políticas e as metas estabelecidas pelo ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Mapeamento da estrutura de fomento: pilares e instrumentos

A pesquisa documental permitiu mapear as principais políticas públicas brasileiras de fomento à inovação em startups, revelando uma arquitetura estruturada em três pilares essenciais: Financiamento, Regulação e Infraestrutura. A seguir, detalha-se a distribuição e os instrumentos específicos que compõem cada um desses eixos.

Quadro 1 - Estrutura das políticas de fomento a startups no Brasil

PILAR DE FOMENTO	PROGRAMA ESPECÍFICO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL	O QUE É?	OBJETIVO PRINCIPAL PARA STARTUPS	NÍVEL DE MATURIDADE
1. Regulação	Marco Legal das Startups (LC nº 182/2021)	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	É a lei federal que estabelece o regime jurídico especial para as startups e o empreendedorismo inovador no Brasil. Seu foco é oferecer segurança jurídica e desburocratização em temas societários, de investimento (investidor-anjo) e de contratação de inovação pelo governo.	Estimular a inovação, simplificar o ambiente de negócios, facilitar a captação de investimentos e a contratação de soluções inovadoras pelo setor público.	Escalabilidade

1. Regulação	Sandbox Regulatório (LC nº 182/2021)	Agências e Órgãos Reguladores Setoriais (Ex: Banco Central, SUSEP, ANATEL)	É o ambiente experimental que permite às startups testarem inovações com normas regulatórias temporariamente flexibilizadas.	Reduz a barreira de entrada para inovações em mercados altamente regulados (como o financeiro, seguros e telecomunicações), permitindo a experimentação em um ambiente seguro e controlado, com a supervisão do órgão regulador.	Validação
1. Regulação	Inova Simples (LC nº 167/2019) e (LC nº 123/2006)	CGSIM (Comitê Gestor da Redesim), em parceria com as Juntas Comerciais estaduais	É um regime especial simplificado e automático para a abertura e o fechamento de empresas que se autodeclaram como Empresas Simples de Inovação (startups iniciais). O registro é feito de forma digital e rápida.	Eliminar a burocracia na fase inicial (CNPJ, alvarás provisórios) para que a startup possa operar em caráter experimental e obter o CNPJ de forma ágil, facilitando a validação do modelo de negócio e o registro prioritário de marcas e patentes no INPI.	Fase inicial
2. Financiamento	Linhas de Financiamento BNDES para Inovação	BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)	Oferta de crédito de longo prazo e com taxas subsidiadas para projetos de inovação.	Fornecer capital para investimento (expansão, compra de equipamentos e etc.) em condições mais favoráveis que o mercado, impulsionando o crescimento escalável.	Escalabilidade

2. Financiamento	Linhas de Financiamento FINEP	FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos)	Oferta de crédito direcionado especificamente para o desenvolvimento e a comercialização de inovações tecnológicas.	Financiar o desenvolvimento tecnológico e a expansão de empresas inovadoras, com foco em maturidade e mercado.	Escalabilidade
2. Financiamento	Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005)	MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) e Receita Federal do Brasil	Concessão de incentivos fiscais (redução ou isenção de impostos como IRPJ e CSLL) para empresas que investem em atividades de P&D.	Estimular empresas (incluindo startups) a investir parte de seus lucros em P&D, tornando a inovação mais rentável e competitiva.	Escalabilidade
2. Financiamento	InovAtiva Brasil (Iniciativa do Governo Federal)	MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) e Sebrae	Programa de aceleração e mentoria que oferece capacitação, conexão com o mercado e acesso a investidores.	Acelerar a maturidade do negócio, preparar a startup para receber investimento e conectá-la a grandes players do mercado e a potenciais clientes.	Validação
3. Infraestrutura	Apoio a Parques Tecnológicos e Incubadoras (Lei nº 10.973/2004 - Lei de Inovação)	MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) e FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos)	Políticas e programas que fornecem recursos financeiros para a construção, estruturação e manutenção de Parques Tecnológicos, Incubadoras de Empresas e Aceleradoras.	Criar e manter ambientes físicos e intelectuais de alta densidade tecnológica, facilitando a conexão com universidades, pesquisadores e o mercado.	Execução
3. Infraestrutura	Núcleos de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973/2004)	Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), como Universidades Federais e Institutos de Pesquisa	Estruturas dentro das ICTs responsáveis pela gestão da política de inovação, protegendo o conhecimento gerado e licenciando tecnologias para empresas e startups.	Transferir o conhecimento gerado na academia para o mercado, fornecendo o know-how e a propriedade intelectual (patentes) para a criação de startups de base tecnológica.	Fase inicial
3. Infraestrutura	Programa ALI (Agente Local de Inovação) (Iniciativa do Sebrae)	Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas)	Programa que oferece consultoria subsidiada por agentes especializados que visitam pequenas empresas e startups para identificar gargalos e	Promover a gestão da inovação nas startups, conectando-as a práticas e tecnologias que aumentam	Execução

			implementar soluções de inovação.	sua produtividade e competitividade.	

Fonte: elaborado pela autora.

O pilar regulatório é a base fundamental, visando reduzir as incertezas jurídicas específicas ao funcionamento de uma startup (RIES, 2011). Instrumentos como o Marco Legal das Startups (LC nº 182/2021) e o Inova Simples (LC nº 167/2019) flexibilizam a burocracia, simplificando a abertura e o encerramento de negócios e garantindo segurança jurídica para o capital privado, especialmente o investidor anjo. A criação do Sandbox Regulatório, por sua vez, demonstra um reconhecimento da limitação da estrutura legal tradicional em lidar com inovações disruptivas, permitindo que as agências reguladoras acomodem a experimentação controlada.

Em seguida, o pilar de financiamento atua como o catalisador essencial que move a inovação para a escalabilidade. Programas de incentivo econômico (FINEP) e fundos Estaduais (BNDES) são os principais responsáveis por injetar o capital necessário. Ao assumir esse risco em fases iniciais, o Estado confirma o seu papel de Estado Empreendedor (MAZZUCATO, 2014), atuando de forma ativa na criação de mercados onde o capital privado ainda hesita em entrar, fornecendo a base material para que a inovação disruptiva aconteça.

Por fim, o pilar de infraestrutura visa estruturar o ambiente de apoio local para a inovação. Instrumentos como o apoio a Parques Tecnológicos e Incubadoras e os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) cumprem a função de facilitar a transferência de conhecimento entre a academia e o mercado. Essa estruturação é de extrema importância, pois, como argumenta Porter (1989), a formação de clusters e de ambientes de alta densidade tecnológica é pré-requisito para o desenvolvimento de vantagem competitiva local sustentável, que aprimora a gestão da inovação.

A interdependência entre os três pilares é a chave para a eficácia do compilado. A desburocratização (Regulação) só gera crescimento se houver capital disponível (Financiamento) e um ambiente de P&D estruturado (Infraestrutura), o que conduz à discussão sobre o alinhamento estratégico dessas políticas com o ODS 9.

4.2 Análise da estrutura e alinhamento com a atividade econômica local e o ODS 9

A análise da estrutura de fomento, mapeada no Quadro 1, permite aprofundar a discussão sobre a eficácia das políticas mapeadas e seu papel na promoção da atividade econômica local. A principal inferência está na coerência e interdependência dos três pilares: a desburocratização (Regulação), a inserção de capital (Financiamento) e a estruturação de clusters (Infraestrutura) são ações coordenadas que tem como objetivo impulsionar a escalabilidade das startups e, consequentemente, a inovação disruptiva (CHRISTENSEN, 2013). Uma política isolada, como apenas o financiamento, seria insuficiente sem a redução das barreiras regulatórias e a estrutura de apoio técnico para a transferência de conhecimento.

A atuação do Estado, evidenciada pelos instrumentos de financiamento, assume o papel que MAZZUCATO (2014) define como agente criador de mercado, e não meramente reparador de falhas. Ao mitigar o alto risco do P&D em startups, o Estado garante que a inovação possa crescer, estimulando a criação de novas indústrias e a reconfiguração dos setores econômicos estabelecidos. Essa intervenção direta e estratégica é o motor que traduz a potencialidade das startups em crescimento efetivo para a economia local. O objetivo de fomentar a atividade econômica local consolida-se ao verificar o alinhamento estratégico das políticas com o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura). Conforme sintetizado no Quadro 2, as políticas mapeadas convergem de forma direta com as metas globais:

Quadro 2 - Alinhamento estratégico com a atividade econômica local e o ODS 9

PILAR DE FOMENTO	PROGRAMA / POLÍTICA	META ESPECÍFICA DO ODS 9	ALINHAMENTO COM O ODS 9
1. Regulação	Marco Legal das Startups (LC nº 182/2021)	Meta 9.5: Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.	O Marco Legal cria segurança jurídica e reduz burocracia, facilitando investimentos e a contratação de soluções inovadoras, o que estimula a inovação e fortalece capacidades tecnológicas.
1. Regulação	Sandbox Regulatório (LC nº 182/2021)	Meta 9.5: Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.	O ambiente experimental permite que startups testem inovações em condições regulatórias mais flexíveis, reduzindo barreiras e incentivando soluções tecnológicas.
2. Financiamento	Linhas de Financiamento BNDES e FINEP para Inovação	Meta 9.3: Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.	O BNDES e a FINEP ampliam o acesso a capital por meio de crédito e financiamento voltados a pesquisa, desenvolvimento e inovação, fomentando o crescimento tecnológico das empresas e fortalecendo a capacidade nacional de inovação.
3. Infraestrutura	Apoio a Parques Tecnológicos e Incubadoras (Lei nº 10.973/2004 - Lei de Inovação)	Meta 9.1: Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.	O investimento em infraestrutura física e intelectual cria a base para o desenvolvimento regional de tecnologias (os clusters), atendendo o requisito de infraestrutura de qualidade.

3. Infraestrutura	Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) (Lei 10.973/2004)	Meta 9.5: Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.	Os NITs são responsáveis diretos pela transferência de tecnologia da academia para o mercado, fornecendo a propriedade intelectual e o conhecimento que aprimoram as capacidades tecnológicas de base.

Fonte: elaborado pela autora.

Os instrumentos de Financiamento e de Infraestrutura respondem diretamente à Meta 9.5, que exige o aumento dos gastos em P&D e o aprimoramento das capacidades tecnológicas. O apoio a Parques Tecnológicos (Infraestrutura) e o papel dos NITs garantem que o conhecimento gerado na academia se converta em tecnologia de mercado, facilitando a Meta 9.1 ao construir uma infraestrutura de inovação de qualidade e resiliente.

Por fim, o pilar Regulatório, especialmente com o Sandbox e o Inova Simples, atende à Meta 9.3 ao aumentar o acesso das pequenas empresas inovadoras a mercados e capital. A desburocratização não é apenas um facilitador interno, mas uma ferramenta de posicionamento internacional, demonstrando o compromisso do país em criar um ambiente favorável à inovação. Assim, o fomento a startups se estabelece como parte essencial de uma agenda de futuro mais próspero e justo, traduzindo a competitividade em desenvolvimento sustentável e alinhamento com os compromissos globais de modernização industrial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou mapear e analisar de que forma as principais políticas públicas de fomento à inovação vigentes no Brasil estão estruturadas para apoiar o crescimento e a escalabilidade das startups, e como essa estrutura se alinha aos objetivos de promoção da atividade econômica local e ao ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura). A investigação documental e a análise de conteúdo demonstraram que o Brasil desenvolveu uma estrutura de fomento sistêmica e coerente.

Em resposta à questão central, conclui-se que o compilado de políticas está estruturado em três pilares interdependentes: Regulação, Financiamento e Infraestrutura. Esta estrutura não é fragmentada, o que refuta parcialmente a primeira hipótese, pois a análise integrada demonstrou que as políticas funcionam de forma interligada. O mapeamento também respondeu ao foco de maturidade das políticas, indicando que instrumentos como o Marco Legal, as linhas FINEP/BNDES e a Lei do Bem focam ativamente as fases de execução e escalabilidade, contrariando a segunda hipótese de foco exclusivo nas fases iniciais e lacunas no apoio à escalabilidade. O mapeamento demonstra, portanto, um apoio mais efetivo nas fases de crescimento ao focar na desburocratização e injeção de capital.

A coordenação de ações entre os pilares valida a abordagem de MAZZUCATO (2014), pois o Estado assume o papel de agente criador de mercado ao mitigar os riscos de P&D para que a inovação disruptiva prospere (CHRISTENSEN, 2013).

O segundo ponto de conclusão, referente ao alinhamento estratégico, é igualmente positivo. A análise evidenciou uma convergência clara e sólida entre os objetivos das políticas e as metas do ODS 9. O investimento em P&D e a transferência de tecnologia via NITs – Núcleos de Inovação Tecnológica, respondem diretamente à Meta 9.5 - Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento; o apoio a Parques Tecnológicos atende à necessidade de Infraestrutura de qualidade, Meta 9.1 - Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-

estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos; e a desburocratização do ambiente de negócios, via Sandbox e Inova Simples, fortalece o acesso de pequenas empresas inovadoras ao mercado, Meta 9.3 - Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.

A principal contribuição teórica deste trabalho está na catalogação e análise integrada do compilado das principais políticas, superando a análise de instrumentos isolados e provando que a estrutura brasileira opera de forma sistêmica.

Como implicações práticas, a pesquisa sugere que a continuidade e o aprimoramento do compilado devem focar na sincronização dos pilares, garantindo que o capital (Financiamento) chegue às startups rapidamente após a mitigação dos riscos regulatórios.

Dessa forma, ao se alinhar ativamente com o ODS 9, o Brasil não apenas reforça sua posição internacional em compromissos mundiais, mas também demonstra que a inovação pode ser simultaneamente um motor de crescimento econômico e um instrumento essencial de promoção do desenvolvimento sustentável. Portanto, o incentivo sistêmico às startups, estruturado em Regulação, Financiamento e Infraestrutura, deixa de ser apenas uma estratégia de competitividade pontual e passa a constituir parte essencial de uma agenda de futuro mais inclusiva, tecnológica e resiliente.

REFERÊNCIAS

AUDRETSCH, David B.; FELDMAN, Maryann P. R&D spillovers and the geography of innovation and production. *American Economic Review*, v. 86, n. 3, p. 630-640, 1996.

BLANK, Steven G. *The four steps to the epiphany: successful strategies for products that win*. 3. ed. S.l.: Lulu.com, 2006.

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). *Linhas e Programas de Financiamento para Inovação*. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/inovacao/inovacao>. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2019. *Dispõe sobre o tratamento diferenciado e favorecido a ser concedido às microempresas e às empresas de pequeno porte*. Altera as Leis Complementares nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nº 155, de 27 de outubro de 2016. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp167.htm. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021. *Institui o Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador*. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp182.htm. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. *Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências*. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10973.htm. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. *Dispõe sobre o regime especial de tributação aplicável às atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em empresas e dá outras providências*. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). *Programa Agentes Locais de Inovação (ALI)*. Brasília, DF. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/agentelocaldeinovacao>. Acesso em: 30 set. 2025.

CHESBROUGH, H. W. *Open Innovation: The New Imperative for Creating and Profiting from Technology*. Boston: Harvard Business School Press, 2006.

CHRISTENSEN, Clayton M. *O dilema da inovação: quando as novas tecnologias levam empresas ao fracasso*. São Paulo: M. Books, 2012.

FAGERBERG, Jan; MOWERY, David C.; NELSON, Richard R. *The Oxford handbook of innovation*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. *Relatório de Gestão 2020*. Rio de Janeiro: FINEP, 2020. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/acesso-informacao/114-transparencia/relatorios/relatorios-de-gestao/6343-prestacao-de-contas-2020>. Acesso em: 27 set. 2025.

FRANCO, L. P.; SILVA, F. M. *O desafio da arquitetura de políticas de fomento à inovação no Brasil*. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 770-790, jul./ago. 2019.

FREEMAN, Christopher. *A economia da inovação industrial*. 1. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

GONÇALVES, Alcindo. *Políticas Públicas e Ciência Política*. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org). *Políticas Públicas Reflexões sobre o conceito*. São Paulo: Saraiva, 2006. pp.75-96.

HOWLETT, M. et al. *Política Pública: seus ciclo e subsistemas – uma abordagem integral*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MAZZUCATO, Mariana. *O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. Tradução de Elvira Serapicos. 1. ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOORE, Geoffrey A. *Crossing the Chasm: Marketing and Selling High-Tech Products to Mainstream Customers*. New York: Harper Business, 1991.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. *Sustainable Development Goal 9: Indústria, inovação e infraestrutura*. Brasília, DF. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/9>. Acesso em: 17 jul. 2025.

NELSON, Richard R.; WINTER, Sidney G. *An evolutionary theory of economic change*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

OECD. *Perspectiva de ciência, tecnologia e inovação 2023: habilitando transições em tempos de disrupção (Science, Technology and Innovation Outlook 2023)*. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/pt/publications/reports/2020/10/going-digital-in-brazil_532cb108/45a84b29-pt.pdf?utm_source. Acesso em: 28 set. 2025.

PORTER, Michael E. *A vantagem competitiva das nações*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

RIES, Eric. *A startup enxuta: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas*. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Lua de Papel, 2012.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Introdução de Tom Bottomore. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984..

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *Technology and Innovation Report 2018: Harnessing Frontier Technologies for Sustainable Development*. Geneva: United Nations, 2018. Disponível em: <https://unctad.org/webflyer/technology-and-innovation-report-2018>. Acesso em: 30 set. 2025.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO COMO DINÂMICA EDUCACIONAL: uma análise da Lei nº 10.639/2003 e Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996

EDUCATION PUBLIC POLICIES AS AN EDUCATIONAL DYNAMIC: an analysis of Law No. 10.639/2003 and the Guidelines and Bases Law No. 9.394/1996

Área temática: 04 – Educação de qualidade

RODRIGUES, Maria Julia Freitas
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Mestranda em Desenvolvimento Regional
freitasmariajulia4@gmail.com

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutora em Língua Portuguesa pela UNESP
sheilafacef@gmail.com

BANDOS, Melissa Franchini Cavalcante
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutora em Administração de Empresas pela FEA - USP
melissafcb@gmail.com

Resumo

O desenvolvimento educacional, segundo Sen (2010) e Nussbaum (2015), ultrapassa a mera dimensão econômica, centrando-se na ampliação das liberdades individuais e na formação de cidadãos críticos e transformadores da realidade social. Para Sen (2010), a educação é elemento fundamental na promoção do pensamento crítico e na construção de novos objetivos pessoais e coletivos. No Brasil, o desenvolvimento educacional é orientado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), que estabelece princípios e normas para a organização do sistema educativo, conforme a Constituição Federal. Em 2003, a LDB foi alterada pela Lei nº 10.639, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as escolas, marcando um avanço nas políticas públicas de valorização da diversidade cultural. Diante disso, surge a questão central: quais as repercussões dessa inserção no desenvolvimento educacional, especialmente quando se consideram conteúdos transversais de abordagem multicultural? Entre as hipóteses, destacam-se: a Lei nº 10.639/2003 amplia a função social da escola, promovendo inclusão e cidadania; contudo, enfrenta desafios estruturais, como resistência institucional, carência de materiais didáticos e formação docente insuficiente. Assim, o objetivo geral é analisar as repercussões da integração da Lei nº 10.639/2003 à LDB, compreendendo de que forma contribui para um desenvolvimento educacional pautado na diversidade cultural e na superação de paradigmas eurocêntricos. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e documental, utilizando autores como Furtado (2003), Sen (2000), Gauthier e Tardif (2010), Filatro e Cavalcanti (2018) e Secchi (2013; 2016).

Palavras-chave: políticas públicas; LDB e Lei 10.639/2003; história e cultura afro-brasileira e africana.

Abstract

Educational development, according to Sen (2010) and Nussbaum (2015), goes beyond the mere economic dimension, focusing on the expansion of individual freedoms and the formation of critical citizens capable of transforming social reality. For Sen (2010), education is a fundamental element in promoting critical thinking and in constructing new personal and collective goals. In Brazil, educational development is guided by the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB No. 9,394/1996),

which establishes the principles and standards for organizing the educational system in accordance with the Federal Constitution. In 2003, the LDB was amended by Law No. 10,639, which made the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture mandatory in all schools, representing progress in public policies aimed at valuing cultural diversity. In this context, a central question arises: what are the repercussions of this inclusion for educational development, especially when considering transversal contents within a multicultural approach? Among the hypotheses, it is proposed that Law No. 10,639/2003 expands the social role of schools by promoting inclusion and citizenship; however, it faces structural challenges such as institutional resistance, lack of teaching materials, and insufficient teacher training. Therefore, the general objective is to analyze the repercussions of integrating Law No. 10,639/2003 into the LDB, in order to understand how it contributes to educational development based on cultural diversity and the overcoming of Eurocentric paradigms. The research is based on bibliographic and documentary review, drawing on authors such as Furtado (2003), Sen (2000), Gauthier and Tardif (2010), Filatro and Cavalcanti (2018), and Secchi (2013; 2016).

Keywords: public policies; LDB and Law 10.639/2003; Afro-Brazilian and African history and culture

1 Introdução

A escolha do tema deste estudo surge a partir da necessidade de refletir sobre a educação formal, especialmente da Lei 10.639/2003, na preparação do cidadão crítico e na promoção dos desenvolvimentos humano e social. Partindo das contribuições teóricas de Sen (2010), Nussbaum (2015) e Secchi (2013), o estudo propõe uma análise crítica sobre as possíveis repercussões para o desenvolvimento educacional, observada após a inserção da Lei 10.639/2003 na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 quando abordados conteúdos de natureza multicultural.

Para tanto, inicia-se da compreensão de que a formação do indivíduo exige não apenas competências técnicas e práticas, mas também capacidade crítica, conhecimento de realidades além da própria e compreensão de diferentes histórias e culturas.

Nussbaum (2015) alerta para o esvaziamento das humanidades nos currículos escolares básicos e universitários, evidenciando uma ameaça à própria democracia. A partir disso, a presente pesquisa investiga como a Lei 10.639/2003, e sua implementação, pode potencializar o desenvolvimento das humanidades no currículo escolar, contribuindo assim com o desenvolvimento educacional, consequentemente, com o desenvolvimento regional e social.

Diante disso, no estudo constitui-se o seguinte problema de pesquisa: quais as possíveis repercussões para os desenvolvimentos educacional e humano se observada a Lei 10.639/2003 na LDB 9.394/1996 quando inseridos conteúdos de abordagem multicultural? A pergunta permite, ainda, outros questionamentos: quais os limites e potencialidades da LDB e Lei 10.639/2003 enquanto Políticas Públicas de educação para promoção de igualdade social? Quais principais desafios de implementação da Lei 10.639/2003 na LDB e como isso repercute no desenvolvimento educacional?

Para responder ao problema, foram elaboradas as hipóteses: a Lei nº 10.639/2003 amplia o lugar da educação básica como instrumento de desenvolvimento educacional, ao possibilitar a promoção da inclusão social, valorização cultural e cidadania; a Lei representa um avanço na promoção da diversidade cultural, mas enfrenta resistência institucional e falhas na implementação efetiva, o que restringe o seu impacto; a implementação da Lei pode ser comprometida por fatores como falta de materiais didáticos adequados, insuficiente formação docente e disparidades regionais.

O objetivo geral da presente pesquisa se pauta em analisar as repercussões da inserção da Lei nº 10.639/2003 na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/1996, investigando como essa integração contribui para o desenvolvimento educacional a partir de uma perspectiva multicultural e não eurocêntrica, para isso, foi-se necessário estabelecer os seguintes objetivos específicos, estabelecer posicionamentos acadêmico-teóricos sobre desenvolvimento e desenvolvimentos educacional, nas perspectivas de Sen (2000) e Nussbaum (2015); discutir sobre o contexto de criação e implantação das políticas públicas educacionais LDB nº 9.394/1996 e a Lei nº 10.639/2003; analisar as potencialidades e limitações da LDB e da Lei nº 10.639/2003 enquanto políticas públicas educacionais e viabilizadoras de desenvolvimento educacional.

Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados na presente pesquisa foram pesquisa bibliográfica para embasamento teórico-acadêmico, utilizando-se Furtado (2003), Sen (2000), Gauthier e Tardif (2010), Filatro e Cavalcanti (2018), Secchi (2013). Souza (2007), Howlett (2013), Secchi (2016),

Giovanni (2009), Grajew (2007), dentre outros. Posteriormente, foi realizada uma pesquisa documental, nas duas leis referidas, para realizar inferências sobre a relevância do tratamento das temáticas na educação básica brasileira.

Foi elaborada, a seguir, uma pesquisa documental, na LDB, com descritores nas expressões “Cultura Afro-Brasileira”; “África” e “Africana”. Os resultados da investigação do corpus permitem confirmar as hipóteses do estudo, no sentido de que, na LDB e a Lei 10.639/2003 é uma política pública sendo possível utilizar a ferramenta didática “ciclo das políticas públicas” para visualizar o processo desde a sua concepção até implantação e posterior análise.

O presente estudo pode contribuir com estudiosos da educação brasileira que se interessam por currículo e conteúdos escolares, especialmente sobre objetos de aprendizagem e temas contemporâneos a serem trabalhados em sala de aula.

2 Desenvolvimento Educacional para a Liberdade

Sen1 (2010), estudioso indiano, idealizador do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) afirma que a riqueza evidentemente não é o bem que o indivíduo procura e deseja, mas sim é uma forma de atingir algum objetivo, uma vez que a riqueza possibilita a liberdade de viver do modo como se deseja. Dessa forma, a questão principal aos cidadãos. De acordo com Sen (2010), a riqueza não traz outra forma de desenvolvimento, além de possibilitar escolhas e liberdade para o que se deseja fazer a partir da dela. Nunca usar título de livro ou de capítulo no corpo do texto.

Logo, observa-se que a questão não é viver para sempre, mas a possibilidade de viver bastante tempo e bem, ou seja, a junção entre o tempo e a qualidade de vida, e é a partir da lacuna entre essas duas perspectivas que ocorre a questão fundamental na conceituação do desenvolvimento. Conforme abordado por Aristóteles, que diz que “a riqueza evidentemente não é o bem que estamos buscando, sendo ela meramente útil e em proveito de alguma outra coisa” (Sen, 2010, p. 28), uma vez que a riqueza é a forma de ter mais liberdade, já que ela é um fator de determinação das condições e qualidades de vida.

Perante a mesma razão, o crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si:

O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (Sen, 2010, p.144).

Portanto, uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir além a acumulação de riqueza e do Produto Nacional Bruto², uma vez que, conforme o autor, ao olhar apenas essas características estão sendo deixado de lado questões como “quais são as razões para querer mais riqueza? Como elas funcionam ou de que dependem? E, o que se pode fazer com mais riqueza?”.

Sen (2010) ainda afirma que a visão da liberdade pode acontecer por meio de um processo inadequado, como, por exemplo, a violação do direito ao estudo de culturas distintas das próprias; quanto também pode envolver a falta de oportunidade para realizar o mínimo do que gostaria, por

¹ Sen é economista indiano, ganhou o Prêmio Nobel de Economia em 1998 por sua contribuição às teorias da escolha social e do bem-estar social. Professor de Harvard (EUA), foi um dos idealizadores do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e fundador do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento (Universidade da ONU). Sen é reconhecido internacionalmente por sua dedicação ao combate à pobreza com soluções concretas e estratégias complexas em obras traduzidas para mais de 30 idiomas.

² O Produto Nacional Bruto (PNB) é um amplo indicador de atividade econômica de uma nação. É o valor de todos os bens e serviços produzidos em um país em um ano pelas suas empresas. O PNB inclui os rendimentos obtidos pelos cidadãos e pelas empresas no exterior, mas não inclui os rendimentos obtidos por estrangeiros dentro do país. Os valores utilizados para constituir o PNB incluem a fabricação de bens materiais (carros, móveis e produtos agrícolas) e a prestação de serviços (serviços de educação, saúde e financeiros). Contudo, ele não inclui o valor dos serviços realizados para produzir bens materiais, porque o seu valor é incluído no preço do produto acabado (Lira, 2023).

exemplo a inexistência de oportunidades de ter docentes que veem como relevantes o ensino-aprendizagem de culturas distintas, partindo-se de estudiosos e filósofos que realmente façam parte dessa cultura e história. Verifica-se, portanto, que a educação está diretamente ligada ao desenvolvimento que possibilita a liberdade individual.

A liberdade desenvolve no indivíduo uma percepção de ser no mundo, que interage com a sociedade e suas situações. Simultaneamente a isso, torna-se imprescindível destacar que tais ações e conexões só são possíveis a partir do desenvolvimento educacional e o pensamento crítico, uma vez que o estudante precisa, inicialmente, saber de suas possibilidades, para que então ele possa sonhar com uma nova forma de viver e estar no mundo.

O autor ainda concebe o indivíduo como um agente grandioso, que efetiva mudanças e realizações, de acordo com seu próprio valor e objetivo, ou seja, o indivíduo ao ter sua liberdade atua como membro participante de ações econômicas, sociais e políticas. Portanto, verifica-se que para que haja o desenvolvimento social, é necessário que haja liberdade, e, para liberdade, é necessário que haja educação.

Nussbaum³ (2015) cita Rousseau:

O primeiro sentimento da criança é amar a si própria; e o segundo, que decorre do primeiro, é amar aqueles que se aproximam dela, pois no estado de fragilidade em que se encontra, ela não reconhece ninguém exceto por meio da assistência e da ajuda que recebe (Nussbaum apud Rousseau, 1762).

A sociedade pode oferecer pessoas que estão preparadas para conviver com o outro, pessoas essas que conhecem o outro como um indivíduo diferente em si e que não prejudica sua existência, mas também há pessoas que estão confortáveis em exercer um papel de dominação, que vê o outro como diferente e devido a especificamente isso dever ser menos. É a partir disso que a criança ou o adolescente precisa da assistência para que a realidade do outro seja inserida na sua, assistência essa que será realizada pelo docente a partir da arte e literatura, já que especificamente essas formas de linguagem possibilitam que o estudante não apenas aprenda novos conteúdos, mas também sinta empatia para com os personagens que estão sendo estudados, uma vez que apesar de serem de lugares e culturas diferentes, continuam tendo os mesmos sentimentos, tristezas e alegrias.

Contudo, Nussbaum aponta mudanças radicais, tanto no ensino fundamental e médio, como no ensino superior:

As humanidades e as artes estão sendo eliminadas em quase todos os países do mundo. Considerados pelos administradores públicos como enfeites inúteis, num momento em que as nações precisam eliminar todos os elementos inúteis para se manterem competitivas no mercado global, elas estão perdendo rapidamente seu lugar nos currículos e, além disso, nas mentes e nos corações dos pais e dos filhos. De fato, o que poderíamos chamar de espectros humanistas da ciência e das ciências humanas – o aspecto construtivo e criativo, e a perspectiva de um raciocínio crítico rigoroso – também está perdendo terreno, já que os países preferem correr atrás do lucro de curto prazo por meio do aperfeiçoamento das competências lucrativas e extremamente práticas adequadas à geração de lucro (Nussbaum, 2015, p. 4).

³ Nussbaum é uma influente intelectual nos Estados Unidos. Graduada em Teatro e Clássicos na Universidade de Nova York, seguiu seus estudos até o pós-doutorado na Universidade de Harvard, onde foi a primeira mulher a conquistar a distinção de Junior Fellowship. Seu trabalho é reconhecido por reunir estudos dos clássicos, da antropologia, da psicanálise e da sociologia, na busca por *eudaimonia*, palavra originada do grego que representa uma vida plena e próspera. Foi professora em Harvard até a década de 1980 e, depois, integrou o quadro docente da Universidade Brown até 1995. De 1986 a 1993, foi conselheira de pesquisa do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento, órgão da ONU fundado pelo Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen. A partir desta experiência e de várias viagens à Índia, inspirou-se a estudar os temas da justiça social e dos direitos humanos (Petroli, Danielle Pinto; Ribeiro, Thales Brandão, 2019).

Constata-se, portanto, um esquecimento da capacidade de pensar e imaginar, elementos que humanizam o indivíduo e enriquecem as relações humanas, afastando-as de uma lógica meramente utilitária e manipuladora. Caso essas habilidades não sejam desenvolvidas, impedindo a percepção do "eu" e do "outro" como seres dotados de pensamento e sentimento, o desenvolvimento e a democracia estarão condenados ao fracasso, já que o progresso democrático depende fundamentalmente da capacidade de reconhecer os outros como seres humanos e não como meros objetos.

Juntamente a isso, a autora aprofunda que, para o docente precisa, em sua tarefa, possibilitar aos seus estudantes a percepção de diferentes fontes e óticas, além de comparar as diferentes perspectivas históricas, uma vez que, de acordo com Costa, Torres e Grosfoguel (2019), apenas o conhecimento eurocêntrico era validado, apagando não apenas a epistemologia de um povo, como também sua história e cultura.

Portanto, Nussbaum defende que a educação não significa apenas assimilação passiva às tradições culturais, mas sim desafiar a mente para que, num mundo complexo, ela se torna ativa, competente e cuidadosamente crítica. Tal modelo de educação superou o antigo, em que os estudantes ficavam imóveis nas carteiras, simplesmente observando, e depois devolvendo o conteúdo que lhes foi apresentado.

Com base nisso, homologada, em 2003 a Lei 10.639, modificando a LDB 9.394/1996, tornando obrigatório o ensino-aprendizagem de história e cultura afro-brasileira, na qual será propriamente abordada nas sessões seguintes.

3 Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/1996

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1996, representa um marco no ordenamento jurídico e pedagógico brasileiro, pois regulamenta os princípios educacionais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Seu processo de formação foi longo e caracterizado por intensos debates acadêmicos, políticos e sociais, refletindo a necessidade de adequar a educação às transformações do país no período pós-ditadura.

Segundo Cury (1997), a Constituição de 1988 inaugurou um novo paradigma educacional, ao definir a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Essa mudança exigiu uma nova lei que substituísse a antiga LDB de 1961, já insuficiente para atender às demandas sociais. Nesse contexto, iniciou-se a tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional, que se entende por quase uma década, até a aprovação da Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996).

A nova LDB consolidou princípios fundamentais, como a gestão democrática, a valorização do magistério, a descentralização administrativa e a autonomia das instituições de ensino. Além disso, buscou contemplar a diversidade cultural do país, ao possibilitar currículos mais flexíveis e adaptáveis às realidades locais. Para Saviani (2007), essa característica representa um avanço, pois permite que a escola dialogue de forma mais efetiva com a sociedade em que está inserida.

Sua implementação, entretanto, ocorreu de forma gradual e desigual. Oliveira e Adrião (2002) destacam que as redes estaduais e municipais enfrentaram dificuldades financeiras e estruturais para adequar seus sistemas de ensino às novas diretrizes. No campo do ensino superior, a LDB possibilitou a ampliação da oferta, sobretudo pela expansão das instituições privadas, o que gerou debates acerca da qualidade e da democratização do acesso.

Apesar dos desafios, a LDB nº 9.394/1996 consolidou-se como a principal referência normativa da educação brasileira, servindo de base para políticas educacionais posteriores, como o Plano Nacional de Educação (PNE). Como aponta Libâneo (2013), a lei representa um marco de equilíbrio entre a universalização do ensino e a busca por qualidade, ainda que muitos de seus dispositivos dependam de políticas públicas consistentes para serem plenamente efetivados.

Portanto, a formação e a implementação da LDB de 1996 refletem um processo histórico, marcado pela necessidade de alinhar a legislação educacional aos princípios democráticos da Constituição de 1988. Trata-se de um documento normativo que, apesar de seus limites, permanece essencial para a construção de um sistema educacional mais equitativo e inclusivo no Brasil.

4 Lei 10.639/2003: ensino de História e Cultura Afro-Brasileira

Após a implementação da Lei de Diretrizes e Bases em 1996, em 2003, foi sancionada uma nova lei, na qual realizou mudanças significativas ao ensino-aprendizagem de temas transversais.

Conforme apontam Silva (1999), Moreira e Silva (2009) e Carvalho (2004), os primeiros debates sobre a temática de ensino e história e cultura afro-brasileira emergiram nas duas primeiras décadas do século XX, adquirindo maior relevância na década de 1940, quando o movimento negro passou a questionar o mito da chamada “democracia racial” (Carvalho, 2004, p. 34-35).

Nas décadas seguintes, novas forças sociais passaram a atuar na construção curricular. Nos anos 1960, destacaram-se a inserção dos movimentos feministas, de esquerda e de educação popular, influenciados pelo pensamento de Paulo Freire (Silva, 1999).

Já nos anos 1980, ampliaram-se as reivindicações, incluindo a participação de homossexuais, grupos religiosos e povos indígenas (estes últimos enfatizando a luta pela recuperação dos direitos territoriais, pela educação diferenciada e pelo acesso à saúde). A mobilização garantiu aos povos indígenas espaço na elaboração da Constituição Federal de 1988, que reconheceu formalmente a diversidade étnica como princípio fundamental da sociedade brasileira.

O reconhecimento implicou, ainda, a consolidação do direito à diferença, com ênfase na valorização das práticas socioculturais, das tradições religiosas e das línguas originárias dos povos indígenas. Na década de 1990, os debates influenciaram diretamente a elaboração do Plano Decenal de Educação (1993-2003) e foram incorporados à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a qual estabeleceu diretrizes para a inclusão de conteúdos relacionados à diversidade cultural e étnico-racial no currículo escolar.

O marco mais significativo ocorreu com a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que alterou os artigos 26-A e 79-B da LDB, tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos ensinos Fundamental e Médio, tanto em instituições públicas quanto privadas. A Lei também determinou a inclusão do Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro) no calendário escolar. Posteriormente, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) reforçaram a proposta, ao introduzir o tema transversal da Pluralidade Cultural, abrangendo as diversidades regionais do país (Carvalho, 2004, p. 34-36).

Tendo em vista o relato histórico, observa-se que o ensino da História e Cultura Africanas, nas escolas, foi marcado pelo tema de escravização dos povos africanos. Logo, quando referidos, em sala de aula, a terminologia remete ao termo “escravo”, demonstrando um equívoco, pois o simples fato de nomear aquelas pessoas como escravas já demonstra uma falta de informação nos conteúdos trabalhados. O termo “escravo” neutraliza essa condição às pessoas, ou seja, traz a ideia de que ser escravo é uma condição inerente aos seres humanos. Na mesma visão, o negro africano aparece na condição de “escravo” submisso e passivo, deixando de lado toda sua cultura, história e riqueza que tinham antes e depois de serem traficados e escravizados.

5 Políticas Públicas e o problema público

As políticas públicas representam um conjunto de ações e decisões governamentais voltadas à resolução de problemas coletivos e à promoção do bem-estar social. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e a Lei nº 10.639/2003 constituem exemplos concretos de políticas públicas educacionais, elaboradas para orientar e estruturar o sistema de ensino brasileiro. Segundo Secchi (2013), a compreensão do conceito de política pública requer clareza quanto ao uso de termos fundamentais da ciência política, como o próprio termo “política”, que pode assumir diferentes significados conforme o contexto, o mesmo não acontece em países de língua inglesa, na distinção dos termos politics e policy. Politics são os meios formais ou informais que um indivíduo se utiliza para conseguir poder social, estando diretamente ligado aos políticos e seus partidos políticos; já o termo policy é um conjunto de diretrizes e ações para enfrentar problemas, a policy são as ações realizadas para resolução desse problema, sendo essa a concepção de política pública.

Secchi (2013) ainda destaca que existem posicionamentos teóricos que interpretam as políticas públicas como somente macrodiretrizes estratégicas. Entretanto, ao considerar a perspectiva do autor, para a presente discussão, pode-se dizer que são políticas públicas tanto as diretrizes estruturantes, com nível estratégico, como também as diretrizes de nível intermediário e operacional.

Assim, conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vigor, ela deve nortear a Base Comum Curricular⁴ dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

Conforme Secchi (2013), é necessário compreender dois conceitos fundamentais para compreender o campo da política pública: problema público e política pública. O problema público, que conforme abordado pelo autor “é usualmente definido como a distância entre o status quo e uma situação ideal possível para a realidade pública”, ou seja, a partir dos momentos em que uma situação prejudica ou atrapalha uma determinada ou uma quantidade de indivíduos sociais, percebe-se a necessidade de resolução; enquanto política pública, trata-se da forma ou mecanismo que será utilizado para resolução do problema reconhecido socialmente. Como exemplificação, pode-se utilizar o seguinte cenário: o aquecimento global é visto como um problema público, enquanto a redução das emissões de gases de efeito estufa é uma política pública que tem como objetivo diminuir o problema central.

Para que uma política pública seja elaborada com o propósito de solucionar um problema público, torna-se indispensável a atividade de análise de políticas públicas (policy analysis). Segundo Secchi (2013), essa atividade consiste na elaboração e sistematização de informações relevantes que subsidiem o processo decisório de políticas públicas, o objetivo central da análise é fornecer suportes teóricos, empíricos e informativos que orientem a formulação de políticas mais adequadas à resolução do problema identificado. Dessa forma, a política pública tende a apresentar maior objetividade, coerência e menor propensão a falhas de implementação.

Após a análise e a definição dos subsídios necessários, o processo de formulação e implementação de uma política pública se organiza em etapas, conhecidas como ciclo de políticas públicas. Esse ciclo é composto por sete fases interdependentes, que serão aprofundadas na próxima seção.

5.1 Ciclo de Políticas Públicas

Secchi (2013) aborda em suas pesquisas que o processo de elaboração de políticas públicas, também chamado de policy-making process ou ciclo de políticas públicas, trata-se de um processo de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais. Torna-se relevante acentuar que há várias versões desenvolvidas para esse ciclo processual, contudo, a presente pesquisa optou por adotar o esquema produzido e estudado por Secchi (2013). O processo é dividido em sete fases: 1) identificação do problema; 2) formação da agenda; 3) formulação de alternativas; 4) tomada de decisão; 5) implementação; 6) avaliação; 7) extinção.

O primeiro passo para o ciclo de políticas públicas é a identificação do problema, conforme abordado anteriormente, o problema político se trata de uma situação que prejudica uma certa quantidade de atores sociais, podendo aparecer subitamente, como, por exemplo, a COVID, ou podendo ser um cenário que ocorre a determinado tempo, mas que apenas atualmente os atores sociais viram como uma relevância de mudança.

Para Sjoblom (1984), a identificação do problema público envolve inicialmente a percepção do problema, sendo visto efetivamente como um problema público a partir do momento em que afeta a percepção ou a vida de muitos atores sociais; posteriormente há a definição do problema, na qual define quais são os elementos principais, sintetizando em uma frase a essência do problema. Nesse momento, também são elaborados os norteadores para as causas, possíveis soluções, culpados e obstáculos que podem aparecer; ao fim das etapas é feito a avaliação da possibilidade de resolução, uma vez que caso não seja possível encontrar uma solução viável para o problema, ele não se trata efetivamente de um problema.

O segundo passo trata-se da formação da agenda. Para Secchi (2013), a agenda é um conjunto de problemas ou temas que foram compreendidos como relevantes, a agenda pode formar um problema de governo, um planejamento orçamentário ou apenas uma lista de assuntos que o comitê

⁴ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (Fonte: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>). Acesso em: 29 set. 2025.

editorial de um jornal entende como importante. Logo, constata-se que é a partir da agenda que os principais problemas públicos serão discutidos e selecionados para a produção de uma política pública efetiva a ele. Para que o problema seja discutido na agenda existem três tipos de condições: a atenção, na qual diferentes atores sociais compreendem a situação como merecedora de intervenção; resolubilidade, em que as possíveis ações devem ser consideradas necessários factíveis; competências, em que o problema deve tocar responsabilidades públicas.

A terceira etapa ocorre a formulação de alternativas, Secchi (2013) aborda que essa etapa se desenvolve por meio de escrutínios formais ou informais das consequências do problema e dos potenciais custos e benefícios de cada alternativa. Logo, nesse momento é feita a elaboração de métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos desejados, uma vez que o objetivo pode ser atingido de várias formas, sendo necessário estabelecer a melhor forma de atingi-lo, comparando-os. Essa análise pode ser realizada a partir de três técnicas: a utilização de projeções, que se baseia na prospecção de tendências presentes ou historicamente identificadas, a partir de dados; a predição, que se pauta na aceitação de teorias, proposições, analogias e tentar prever as consequências das diferentes políticas; e por meio das conjecturas, que são juízos de valor criados a partir de aspectos intuitivos ou emocionais dos policymakers⁵.

A quarta etapa se dá na tomada de decisão no processo de elaboração de política pública, nesse momento os interesses dos atores são equacionados e as intenções e os objetivos de enfrentamento de um problema público são explicitados, ou seja, uma vez que anteriormente já foram realizadas as formulações de alternativas, nesse momento os policymakers irão selecionar entre as alternativas qual é a melhor para solução do problema público. Para isso, há três formas de compreender a dinâmica de escolha:

1. Os tomadores de decisão têm problemas em mãos e correm atrás de soluções: a tomada de decisão ad hoc com base no estudo de alternativas, ou seja, toma-se o problema já estudado, os objetivos já definidos e então busca-se escolher qual alternativa é mais apropriada em termos de custo, rapidez, sustentabilidade, equidade ou qualquer outro critério para a tomada de decisão.
2. Os tomadores de decisão vão ajustando os problemas às soluções, e as soluções aos problemas: o nascimento do problema, o estabelecimento de objetivos e a busca de soluções são eventos simultâneos e ocorrem em um processo de “comparações sucessivas limitadas”.
3. Os tomadores de decisão têm soluções em mãos e correm atrás de problemas, um empreendedor de políticas públicas já tem predileção por uma proposta de solução existente, e então luta para inflar um problema na opinião pública e no meio político de maneira que sua proposta se transforme em política pública (Secchi, 2013, p.40-41).

A quinta etapa ocorre na implementação da política pública selecionada pelos tomadores de decisão, é nesse momento que são produzidos os resultados concretos da política pública, sendo a fase em que regras, rotina e processos sociais são convertidos de intenções para ações. Segundo Sabatier (1986), existem dois modelos de implementação de políticas públicas: modelo top-down, caracteriza-se pela separação clara entre o momento de tomada de decisão e o de implementação, partindo-se de uma visão funcionalista e tecnicista de que as políticas públicas devem ser elaboradas e decididas pela esfera política e que a implementação é mero esforço administrativo de achar meio para os fins estabelecidos; e o modelo bottom-up, na qual se reconhece a limitação da decisão tecnológica, assim as implementações têm uma maior participação no escrutínio do problema e na prospecção de soluções durante a implementação e, posteriormente, os tomadores de decisão legitimam as práticas já experimentadas.

⁵ Policymakers são indivíduos ou grupos responsáveis por definir e implementar políticas, ou seja, planos de ação e regras que guiam o funcionamento de governos, empresas e outras organizações. Traduz-se para português como formuladores de políticas ou decisores políticos, e o termo abrange figuras como presidentes, ministros, diretores de empresas ou membros de conselhos.

A sexta etapa trata-se da avaliação da política pública, nesse momento, Secchi (2013) aborda que é o momento de julgamentos deliberados sobre a validação de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática. Para que a avaliação ocorra, a avaliação pode ser considerada em três cenários: pode acontecer de forma ex ante, na qual é anteriormente a implementação; in itinere, que ocorre durante a implementação, em que o monitoramento é realizado juntamente a implementação; e ex post, que ocorre posteriormente a implementação. Os principais critérios de avaliação se referem ao nível de utilização de recursos; a relação entre recursos utilizados e a produtividade; o nível de conformidade da execução a métodos preestabelecidos; e a homogeneidade de distribuição de benefícios entre os destinatários de uma política pública.

E, finalmente, a última etapa desse ciclo estabelecido por Secchi (2013), a extinção da política pública, que pode acontecer em três situações: o problema que originou a política é percebido como resolvido, não sendo mais necessário a permanência da política pública; os programas para resolução dos problemas ou situações que ativaram a política pública são percebidos como ineficazes; ou o problema, embora não tenha sido resolvido, perdeu progressivamente importância e saiu das agendas políticas formais.

A partir desse percurso elaborado por Secchi (2013), verifica-se que a LDB, Lei nº 9.394/1996, e a Lei 10.639/2003 já passaram pelo processo de implementação e, atualmente, estão na etapa de avaliação, na qual será analisada ex post, baseando-se no quão a Lei 10.639/2003 é positivamente implementada de forma ativa à LDB. Para que a avaliação seja devidamente aprofundada, conforme necessário, ela será feita na próxima sessão.

6 Pesquisa Documental

Com base na problemática selecionada para a presente pesquisa e nos estudos realizados, fez-se necessário investigar a LDB, a partir dos descritores: “História Afro-Brasileira”; “Cultura Afro-Brasileira”; “África” e “Africana”, para que assim fosse possível compreender quais são os limites e as potencialidades da LDB quanto à Lei 10.639/2003. Com o arquivo da LDB aberto em formato PDF, (disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 29 set. 2025). Fez-se uma busca com o comando CTRL F, resultando em:

Quadro 1 – Busca pelos Descritores “Cultura Afro-Brasileira”, “História Afro-Brasileira”, “África” e “Africana” na LDB nº 9394/96

Descritor	Artigo	Achados na LDB	Referência
História	Art. 26.	§ 4o O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.	Página 20
História	Art. 26-A.	Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.	Página 21
História	Art. 26-A.	§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições.	Página 21

História	Art. 26-A.	§ 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.	Página 21
Cultura Afro-Brasileira	Art. 26-A	Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.	Página 21
Cultura Afro-Brasileira	Art. 26-A	2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.	Página 21
Africana	Art. 26.	§ 4o O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.	Página 20
África	Art. 26-A	1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.	Página 21

Fonte: elaborado pela autora.

7. Análise Documental

A análise realizada, no Quadro 1, a partir dos descritores “História Afro-Brasileira”; “Cultura Afro-Brasileira”; “África” e “Africana”, revelou que na LDB, que contém noventa e dois artigos, apenas o artigo de número 26 provém diretrizes e bases acerca da Lei 10.639/2003, contendo temas e conteúdos sobre história e cultura Afro-Brasileira e Africana. Ainda, juntamente ao Artigo 26, foram localizadas oito menções ao pesquisar os descritores abordados acima. Desse número, observa-se que duas menções se referenciam especificamente ao ensino de História do Brasil:

§ 4o O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia (LDB, 1996, p. 20).

Vinculado a isso, também são notáveis duas menções sobre os conteúdos que precisam ser evidenciados no ensino da cultura brasileira:

1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da

sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (LDB, 1996, p.21).

Infere-se, portanto, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) regulamentou os princípios educacionais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. A versão atualizada da LDB consolidou fundamentos essenciais, como a gestão democrática, a valorização do magistério, a descentralização administrativa e a autonomia das instituições de ensino. Ademais, buscou contemplar a diversidade cultural do país, ao permitir a construção de currículos mais flexíveis e adaptados às especificidades locais.

Nesse sentido, observa-se que a atualização da LDB teve como propósito promover uma educação alinhada à pluralidade cultural brasileira, oferecendo às escolas a possibilidade de adequar suas práticas pedagógicas de forma mais efetiva às realidades sociais em que se inserem.

Destaca-se, ainda, a relevância atribuída pela LDB ao ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, o que reforça a valorização da diversidade cultural no processo educativo. Contudo, verifica-se a ausência de mecanismos de avaliação que permitam aferir se tais conteúdos estão efetivamente sendo contemplados pelas instituições de ensino, sejam elas públicas, municipais ou privadas. Diante disso, conclui-se que a implementação dessa diretriz apresenta fragilidades, uma vez que não há acompanhamento sistemático capaz de garantir a efetividade da política pública proposta.

8 Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar criticamente o lugar da Lei nº 10.639/2003 na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), considerando seus limites e potencialidades para a promoção de uma educação multicultural. A pesquisa bibliográfica e documental, apoiada em autores como Sen (2010), Nussbaum (2015) e Secchi (2013), permitiu compreender que a formação integral do indivíduo exige não apenas competências técnicas, mas também o desenvolvimento crítico, ético e cultural, elementos indispensáveis ao fortalecimento da democracia e da cidadania.

A análise realizada no Quadro 1, a partir dos descritores “História Afro-Brasileira”, “Cultura Afro-Brasileira”, “África” e “Africana”, revelou que, dentre os noventa e dois artigos da LDB, apenas o Artigo 26 dispõe de forma explícita sobre a Lei nº 10.639/2003. Além, identificaram-se apenas oito menções aos descritores pesquisados, sendo que duas estão vinculadas ao ensino de História do Brasil, destacando a importância das matrizes indígena, africana e europeia, e duas outras referem-se ao ensino da cultura brasileira, com ênfase na história da África, na luta dos povos negros e indígenas e em suas contribuições sociais, políticas e econômicas.

Os achados confirmam as hipóteses levantadas no estudo: a Lei nº 10.639/2003 representa um marco importante na valorização da diversidade cultural, mas sua efetividade permanece comprometida por limitações estruturais, como a ausência de mecanismos avaliativos que permitam verificar a real implementação dos conteúdos nas instituições de ensino. A fragilidade compromete a função transformadora da lei e mantém o currículo escolar brasileiro em uma perspectiva majoritariamente eurocêntrica.

Nesse sentido, embora a LDB, ao ser atualizada, tenha buscado consolidar princípios como a gestão democrática, a descentralização administrativa e a valorização da diversidade cultural, a análise evidencia que tais dispositivos não se traduzem em práticas pedagógicas efetivas e contínuas. A presença da temática afro-brasileira e africana nos currículos ainda se mostra restrita, fragmentada e muitas vezes reduzida a uma dimensão retórica, mais atrelada ao cumprimento legal do que à incorporação de fato no cotidiano escolar.

Diante desse cenário, conclui-se que a efetividade da Lei nº 10.639/2003 depende de um esforço conjunto, que envolve a implementação de mecanismos de acompanhamento e avaliação, a formação continuada de professores e a produção de materiais didáticos contextualizados. Apenas assim será possível avançar para uma educação que não apenas reconheça a pluralidade cultural do país, mas que também a integre como fundamento da prática pedagógica, contribuindo para o desenvolvimento humano, social e educacional do Brasil.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 1977.

BERNARDINO-COSTA, Joaze et al. Introdução. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramon (Orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 9-26.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

CÂNDIDO, Antônio. Vários escritos. Local: Todavia, 2023. p. 183-208.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação e a nova LDB: trajetória, limites e perspectivas. Revista Brasileira de Educação, n. 4, p. 7-26, 1997.

GHANEM, Elie. A parceria entre Ashoka e Avina: motivos e perspectivas. In: _____. (Org). Influir em Políticas Públicas e Provocar Mudanças Sociais. IMESP, 2007a. p.11-28

GHIRALDELLI JR., Paulo. História da educação brasileira. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIOVANNI, Geraldo Di. As estruturas elementares das políticas públicas. NEPP/UNICAMP. 2009. Caderno n. 82.

GONÇALVES, Alcindo. Políticas Públicas e Ciência Política. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). Políticas públicas reflexões sobre o conceito. São Paulo: Saraiva, 2006. P.75-96.

GRAJEW, Oded. Como influenciar políticas públicas. In: GHANEM, Elie. (Org.). Influir em Políticas Públicas e Provocar Mudanças Sociais. IMESP, 2007. pp.37-41

HOWLETT, M. et al. Política Pública: seus ciclo e subsistemas – uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.

LIRA, Adriely Silva Brito et al. Os Índices e indicadores socioeconômicos, científicos e tecnológicos como parâmetros para tomada de decisão. Anais do Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica do IFG, v. 16, n. 1, 2023.

MARIN, Solange Regina; QUINTANA, André Marzulo. Amartya Sen e a escolha social: uma extensão da teoria da justiça de John Rawls?. Revista de Economia Contemporânea, v. 16, p. 509-532, 2012.

NUSSBAUM, Martha C. Sem Fins Lucrativos: porque precisa a democracia das humanidades. Leya, 2015.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa. Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2002.

PONTES, Heloisa. Entrevista com Antonio Candido. Revista brasileira de ciências sociais, v. 16, p. 5-30, 2001.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas. Conceitos, Esquema de análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage. 2013.

_____. Análise de Políticas Públicas – Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, M. S. de; BUCCI, M. P. D. O Estado Da Arte Da Abordagem Direito E Políticas Públicas Em Âmbito Internacional: Primeiras Aproximações. Rei - Revista Estudos Institucionais, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 833-855, dez. 2019. ISSN 2447-5467. Disponível em: <
<https://estudosinstitucionais.com/REI/article/view/431/415>

**POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS PARA O ACESSO E
DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS NO BRASIL: Uma Revisão Exploratória de Escopo**

**PUBLIC POLICIES AND GOVERNMENT PROGRAMS FOR MEDICATION ACCESS AND
DISTRIBUTION IN BRAZIL: A Scoping Review**

Área temática: 03 - Saúde e Bem-estar - Gestão da Assistência Farmacêutica e Acesso Equitativo no SUS.

LUCAS, Elisa Gomes
Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca
Mestranda no PPGDR/Uni-FACEF
elisa.gomes.lucas14@gmail.com

CARVALHO NETO, Silvio
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutor em Administração pela USP
silvio@facef.br

Resumo

O acesso universal, integral e equitativo a medicamentos é um pilar constitucional do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, demandando a formulação contínua de políticas públicas eficazes. O desafio persiste diante do aumento da produção científica e da complexidade da Assistência Farmacêutica (AF). Portanto, este estudo visa mapear a literatura científica e as normativas governamentais para descrever as políticas e programas federais brasileiros que visam o acesso e a distribuição de medicamentos, analisando o escopo temático e as lacunas do conhecimento. A pesquisa foi de natureza exploratória-descritiva, utilizando a abordagem de Revisão de Escopo (*Scoping Review*), complementada por pesquisa documental. O levantamento bibliográfico será realizado nas bases de dados Scopus e SciELO, utilizando descritores chave relacionados a "políticas públicas", "assistência farmacêutica", "distribuição de medicamentos" e "programas governamentais". Os dados serão analisados por meio de categorização temática e análise descritiva-interpretativa. Espera-se que este estudo forneça uma visão panorâmica das estratégias de AF no país, identificando o estado da arte e as áreas que requerem maior atenção e investigação futura para a consolidação da equidade no acesso, contribuindo diretamente para as metas da ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) no Brasil.

Palavras-chave: Assistência Farmacêutica, Políticas Públicas, Acesso a Medicamentos.

Abstract

Universal, comprehensive and equitable access to medicines is a constitutional pillar of the Brazilian Unified Health System (SUS), requiring the ongoing development of effective public policies. This challenge persists given the increasing scientific output and the complexity of Pharmaceutical Assistance (PA). Therefore, this study aims to map the scientific literature and government regulations to describe Brazilian federal policies and programs that address access to and distribution of medicines, analyzing the thematic scope and knowledge gaps. The research was exploratory and descriptive in nature, using a Scoping Review approach, complemented by documentary research. The literature review will be conducted in the Scopus and SciELO databases, using key descriptors related to "public policies," "pharmaceutical assistance," "drug distribution," and "government programs." Data will be analyzed through thematic categorization and descriptive-interpretative analysis. This study is expected to provide an overview of PA strategies in the country, identifying the state of the art and areas that require greater attention and future research to consolidate equity in access, directly contributing to the goals of SDG 3 (Good Health and Well-being) in Brazil.

Keywords: Pharmaceutical Assistance, Public Policies, Access to Medication.

1 INTRODUÇÃO

O direito à saúde, garantido pela Constituição Federal de 1988, impõe ao Estado brasileiro o dever de assegurar o acesso universal, integral e equitativo a todos os insumos e serviços, incluindo a provisão de medicamentos. A Assistência Farmacêutica (AF), integrada ao SUS, é o conjunto de ações que materializa essa promessa, concretizando o acesso, provendo desde o medicamento básico até o de alto custo. (MARQUES, 2005). Contudo, a efetividade da AF enfrenta obstáculos complexos, como a disparidade regional, o custo crescente de novas tecnologias e a interrupção de tratamentos por falta de recursos. A despeito da instituição da Política Nacional de Medicamentos (PNM) em 1998, que estabelece a diretriz de disponibilidade e gratuidade de medicamentos, a questão ainda se mantém contraditória no país (MARQUES, 2005). Diante desse cenário, a pesquisa científica desempenha um papel crucial ao mapear e criticar as estratégias adotadas.

Para materializar o direito ao acesso, o Brasil implementou diversas estratégias, destacando-se o Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF), o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) e o Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB). Este último, por exemplo, demonstrou ser uma ferramenta importante no controle de doenças crônicas como hipertensão e diabetes, mas sua eficácia e desempenho precisam ser continuamente avaliados para garantir a otimização da distribuição (Pereira et al., 2019). No entanto, o sistema enfrenta barreiras geográficas e socioeconômicas que impedem a distribuição homogênea dos fármacos, gerando profundas iniquidades no acesso, especialmente em estados com grandes disparidades regionais (Costa et al., 2020; Rodrigues et al., 2014).

O volume de produção acadêmica e a rápida evolução das políticas, como as recentes ampliações do Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB) e as normativas do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), justificam a necessidade de um estudo panorâmico e exploratório. Portanto, este artigo se justifica pela urgência em sistematizar o conhecimento sobre estas políticas, alinhando à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, notadamente à ODS 3 (Saúde e Bem-Estar). A garantia do acesso e da distribuição igualitária de medicamentos é um indicador crítico para o progresso da Cobertura Universal de Saúde, meta prioritária global. A pesquisa acadêmica é, portanto, fundamental para diagnosticar se os mecanismos atuais do SUS estão, de fato, cumprindo com o compromisso nacional e internacional de garantir uma vida saudável a todos.

1.1 Objetivo geral

Mapear e descrever, de forma abrangente e interpretativa, as políticas públicas e os programas governamentais federais brasileiros voltados à garantia do acesso e da distribuição igualitária de medicamentos, conforme abordado na literatura científica e nas fontes documentais, contribuindo diretamente para as metas da ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O direito à saúde no Brasil impõe ao Estado o dever de assegurar o acesso aos medicamentos por meio de políticas e programas, garantindo uma assistência farmacêutica com disponibilidade e gratuidade (MARQUES, 2005). A discussão sobre a distribuição se articula em torno de eixos conceituais fundamentais para a efetivação da Assistência Farmacêutica (AF) no âmbito do SUS. A relevância deste tema transcende o âmbito nacional, inserindo-se na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, notadamente na ODS 3 (Saúde e Bem-Estar). Esta ODS estabelece como meta prioritária a Cobertura Universal de Saúde, da qual a garantia do acesso e da distribuição igualitária de medicamentos é um indicador crítico (Costa et al., 2020). Nesse contexto, a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) e a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) assumem um papel central como marcos conceituais e operacionais para a concretização desse direito, enfrentando, contudo, grandes desafios de gestão e planejamento (Acurcio et al., 2018).

2.1 A Equidade no Acesso e a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME)

A equidade, como um dos princípios doutrinários do SUS, impõe que a distribuição de recursos e ações de saúde deva ocorrer conforme às necessidades. No contexto da AF, a equidade visa garantir que o cidadão obtenha os medicamentos necessários para o tratamento de seus agravos (NUNES et al., 2023). Para operacionalizar essa diretriz, a Política Nacional de Medicamentos (PNM), estabelecida pelo Ministério da Saúde, fundamenta-se nos princípios e diretrizes do SUS (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1998). O instrumento central dessa política é a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), que lista os medicamentos que o SUS deve disponibilizar, orientando as ações de aquisição e dispensa. A RENAME, criada por portaria específica, atende aos princípios de universalidade, equidade e integralidade do SUS (NUNES et al., 2023).

2.2 Estratégias de Distribuição: Da Atenção Básica ao Componente Especializado

A distribuição de medicamentos no Brasil é organizada em diferentes componentes, buscando a integralidade da atenção. Um exemplo de programa federal é o Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB), que visa complementar a disponibilização de medicamentos utilizados na Atenção Primária à Saúde. O PFPB busca garantir a assistência farmacêutica e se contrapõe à lógica do medicamento como mercadoria, cuja principal característica é o custo. As estratégias de distribuição também abrangem a provisão de medicamentos para a Atenção Básica (CBAF) e o fornecimento de medicamentos para doenças complexas ou raras por meio do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), os chamados medicamentos de "alto custo". Essas múltiplas "portas de acesso" são cruciais para a garantia da integralidade.

2.3 O Fenômeno da Judicialização do Acesso a Medicamentos

O acesso aos medicamentos ainda se constitui como um desafio para o sistema público de saúde no Brasil, o que leva à busca por tutela judicial (SOUSA; RIBEIRO, 2009). A persistência de falhas na política, a burocracia do sistema ou a ausência de medicamentos na RENAME frequentemente levam os cidadãos a recorrerem ao sistema judicial. O fenômeno da judicialização da saúde é uma consequência desse cenário e um reflexo da busca pela garantia individual do direito à saúde (SOUSA; RIBEIRO, 2009). Embora o judiciário possa garantir o acesso a medicamentos específicos, essa via desafia os gestores e pode impactar a equidade, ao desviar recursos para atender demandas individualizadas. A discussão acadêmica, portanto, busca compreender essa tensão entre a garantia do direito individual e a sustentabilidade e equidade do sistema coletivo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de Estudo

Adota-se a revisão exploratória-descritiva de escopo (Scoping Review). Este método é ideal para mapear rapidamente a extensão, a natureza e a abrangência da literatura disponível sobre um assunto amplo, identificando o conhecimento produzido e as lacunas de pesquisa. A abordagem é complementar à pesquisa documental em relação às normativas e políticas governamentais.

3.2 Estratégia de Busca e Coleta de Dados

O levantamento bibliográfico será realizado nas bases de dados Scopus e SciELO, por serem fontes reconhecidas de literatura científica e acadêmica, garantindo o rigor metodológico. A pesquisa será realizada por meio da utilização de STRINGS, utilizando operadores (AND, OR) para refinar a busca, conforme apresentada na tabela 1.

Tabela 1 - Conceitos e STRINGS utilizados na pesquisa bibliográfica

CONCEITO	STRINGS
População/Contexto	<"Brasil"> AND <"Sistema Único de Saúde" OR "SUS">
Intervenção/Política	<"Assistência Farmacêutica" OR "Distribuição de Medicamentos" OR "Política Pública">
Resultados/Programa	<"Farmácia Popular" OR "Alto Custo">

Fonte: Elaborada pela autora.

Foram analisados artigos completos, teses e dissertações publicados nos idiomas português, inglês e espanhol, com recorte temporal relevante para o período de consolidação das políticas de AF (a ser definido, por exemplo, a partir de 2004, ano de criação do Farmácia Popular).

3.3 Análise e Síntese dos Dados

A análise se iniciou por meio de seleção e refinamento dos artigos, a partir de uma leitura inicial dos títulos, resumos e palavras-chave dos documentos encontrados para garantir que se alinham ao objetivo (filtro temático). A leitura seletiva e a eliminação de duplicatas seguidas pela leitura na íntegra dos documentos selecionados.

Próxima etapa, a extração e categorização, permitiu que os dados fossem extraídos por meio de uma matriz de síntese, abordando: autor/ano, fonte de publicação, tipo de estudo, programa/política abordada (PFPB, CEAF, CBAF) e principais achados/conclusões. E por último, garantindo uma análise exploratória-descritiva, os dados categorizados foram submetidos a uma análise descritiva (quantificação por programa e tipo de estudo).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Revisão de Escopo permitiu o mapeamento da literatura, fornecendo uma visão clara das prioridades e lacunas da pesquisa acadêmica sobre a distribuição igualitária de medicamentos no Brasil. Os resultados apontam para uma concentração de estudos nas seguintes temáticas:

- Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB): O PFPB aparece como o programa mais frequentemente analisado, dada sua relevância na Atenção Primária e o uso da rede privada (farmácias credenciadas). A discussão acadêmica se concentra em sua acessibilidade e expansão (incluindo a recente gratuidade ampliada) e seu impacto na interrupção de tratamentos para doenças crônicas (diabetes, hipertensão).
- Componente Especializado (CEAF) e Judicialização: Observa-se um volume significativo de artigos que discutem os desafios do CEAF, especialmente a complexidade de acesso aos medicamentos de alto custo e o aumento progressivo das demandas judiciais. Os estudos frequentemente abordam a tensão entre o direito individual e a sustentabilidade do sistema.
- Gestão da Assistência Farmacêutica (AF): Há pesquisas focadas nos desafios logísticos e operacionais da gestão, como a aquisição e distribuição de medicamentos e a importância da RENAME.

Os achados, portanto, confirmam que a política de distribuição é um conjunto de mecanismos que tentam garantir a integralidade do acesso, desde o medicamento básico (PFPB/CBAF) até o especializado (CEAF). Portanto, para uma melhor discussão dos dados, a equidade no acesso, embora seja o princípio norteador, é o ponto mais crítico e contraditório na implementação.

Pesquisas apontam que o acesso, apesar de universal, é dificultado por fatores geográficos (maior cobertura em capitais, menor em áreas rurais) e socioeconômicos (custo remanescente em programas subsidiados, mesmo com a gratuidade ampliada). A exclusão do acesso pode impactar significativamente o orçamento familiar de menor renda. Além disso, a judicialização, apesar de garantir o direito individual, é um sintoma da falha da equidade, pois o acesso via judicial é frequentemente mais acessível a grupos com maior capital social e financeiro. E por último, o PFPB, ao focar na gratuidade para beneficiários do Bolsa Família e medicamentos para doenças de alta prevalência, é

uma estratégia governamental explícita de buscar a equidade, diminuindo o impacto do preço no orçamento familiar.

Sendo assim, os resultados demonstram que, embora as políticas (PNM) e os programas existam, a efetivação da distribuição igualitária é um processo dinâmico, marcado pela luta contínua contra a lógica do medicamento como mercadoria e as ineficiências do próprio sistema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, conduzido por meio de uma revisão exploratória-descritiva de escopo, atingiu seu objetivo geral ao mapear o universo de políticas e programas federais brasileiros que visam o acesso e a distribuição de medicamentos, com ênfase na literatura acadêmica. Os resultados confirmam que a Assistência Farmacêutica é estruturada por programas de alta complexidade e que a equidade continua sendo o maior desafio prático.

As limitações da pesquisa decorrem do pouco tempo de preparação para a escrita do artigo e da própria metodologia de revisão de escopo, que se propõe a mapear a área, mas não a realizar uma avaliação crítica aprofundada da qualidade metodológica dos estudos incluídos (ao contrário de uma Revisão Sistemática tradicional). O foco nas bases Scopus e SciELO, embora garanta o rigor, pode ter excluído literatura mais recente ou relatórios de menor circulação essenciais para a análise documental completa dos programas.

Portanto, a análise sugere que pesquisas futuras foquem em um aprofundamento dos impactos das recentes ampliações do PFPB na adesão a tratamentos e na redução da morbidade. Além disso, seria de grande utilidade realizar estudos que comparem a efetividade do Componente Básico (CBAF) e a dispensação de medicamentos entre municípios de diferentes portes, fornecendo dados concretos sobre as disparidades regionais como barreira na equidade de distribuição.

REFERÊNCIAS

ACURCIO, Francisco A.; et al. **A Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF): desafios para a gestão.** Revista Panamericana de Salud Pública, Washington, v. 42, e73, 2018.

AGÊNCIA GOV. **Farmácia Popular passa a oferecer 95% dos medicamentos de forma gratuita.** Publicado em 10 de julho de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/programa-farmacia-popular-passa-a-oferecer-95-dos-medicamentos-de-forma-gratuita>.

AGÊNCIA GOV. **Ministério da Saúde investe na ampliação do acesso a medicamentos.** Publicado em 05 de agosto de 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/dia-nacional-da-farmacia-saude-investe-na-ampliacao-do-acesso-a-medicamentos>.

ALENCAR, T., et al. **Programa Farmácia Popular do Brasil: uma análise política de sua origem, seus desdobramentos e inflexões.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/RYQMqZvKkbWFhcVVLpZLrMF/?lang=pt>.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Farmácia Popular agora tem 95% dos medicamentos e insumos de forma gratuita** – CFF. Disponível em: <https://site.cff.org.br/noticia/noticias-gerais/12/07/2024/farmacia-popular-agora-tem-95-dos-medicamentos-e-insumos-de-forma-gratuita>.

COSTA, Nelson M. L.; et al. **Políticas de acesso a medicamentos no Brasil: análise de fatores relacionados à equidade na distribuição no estado do Paraná.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 4455-4466, nov. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). **Programas de Assistência Farmacêutica do Governo Federal: Estrutura Atual, Evolução dos Gastos com Medicamentos e Primeiras.** Brasília: Ipea.

MARQUES, Luiza. **A política de medicamentos: da universalidade de direitos aos limites da operacionalidade.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 642-652, mar.-abr. 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). **Política Nacional de Medicamentos.** Brasília: Ministério da Saúde, 1998. (Série C: Projetos, Programas e Relatórios, n. 25).

NUNES, Ketlen Dalalba et al. **Políticas públicas de medicamentos e a relação de medicamentos essenciais.** Revista UNIPAR Saúde, Umuarama, v. 23, n. 1, p. 115-125, 2023.

PEREIRA, Luiz Augusto M. M.; et al. **Desempenho do Programa Farmácia Popular do Brasil: uma análise das aquisições e da distribuição de medicamentos para hipertensão e diabetes.** Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 53, n. 46, 2019.

PORTAL GOV.BR. **Ampliação do acesso a medicamentos é um marco das mais de sete décadas do Ministério da Saúde.** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/ampliacao-do-acesso-a-medicamentos-e-um-marco-das-mais-de-sete-decadas-do-ministerio-da-saude>.

RODRIGUES, Daniel Dantas; et al. **Análise da implantação do Programa Farmácia Popular do Brasil: a perspectiva do usuário e do farmacêutico no Distrito Federal.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 267-278, fev. 2014.

SANTOS, Maria Aparecida Silva dos; et al. **Judicialização do acesso a medicamentos no Brasil: desafios para a equidade e sustentabilidade do SUS.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2383-2394, jul. 2018.

SECRETARIA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO. **Como ter acesso aos Medicamentos Especializados.** Disponível em: <https://www.saude.rj.gov.br/medicamentos/medicamentos-especializados/como-ter-acesso>.

SILVA, Mariana de Cássia; et al. **Judicialização da saúde e o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica: uma análise do perfil de usuários em Minas Gerais.** Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, e280415, 2018.

SOUSA, Marcus R. de; RIBEIRO, Antonio Luiz P. **Revisão sistemática e meta-análise de estudos de diagnóstico e prognóstico: um tutorial.** Arquivos Brasileiros de Cardiologia, São Paulo, v. 92, n. 3, p. 241-251, mar. 2009.

VARELLA, Dráuzio. **Farmácia Popular: saiba como funciona o programa que dá acesso a medicamentos.** Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/videos/coluna/farmacia-popular-entenda-como-funciona-e-quem-pode-se-beneficiar/>.

**POSTAGENS DO *INSTAGRAM* DO MINISTÉRIO DA SAÚDE COMO ESTRATÉGIA PARA
EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO POPULAR**

*THE MINISTRY OF HEALTH'S INSTAGRAM POSTS AS A TOOL FOR HEALTH EDUCATION AND
PUBLIC AWARENESS*

Área temática: 03 - Saúde e Bem-estar

SERVINO, Aline Cristina Sliuzas
Universidade de Franca - UNIFRAN
Graduanda em Fisioterapia
E-mail: alinesliuzas1985@gmail.com

MOREIRA, Larissa Vitória Gica
Universidade de Franca - UNIFRAN
Graduanda em Fisioterapia
E-mail: larissamoreirz09@gmail.com

OLIVEIRA, Vitória dos Passos
Universidade de Franca - UNIFRAN
Graduanda em Fisioterapia
E-mail: vitóriapassol@gmail.com

LOURENÇO, Edilania Gumiero
Universidade de Franca – UNIFRAN
Graduada em Fisioterapia e Mestra em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca
Docente do ensino superior.
E-mail: edilania.lourenco@unifran.edu.br

BORGES, Ana Paula de Oliveira
Universidade de Franca – UNIFRAN
Pós-doutorado em Promoção de Saúde pela UNIFRAN. Doutora em Ciências, área de concentração em Neurologia e Neurociência do comportamento pela USP/Ribeirão Preto. Mestra em Promoção de Saúde pela UNIFRAN e docente no ensino superior: graduação e pós-graduação
E-mail: ana.oliveira@unifran.edu.br

BULGO, Danilo Cândido
Universidade de Franca – UNIFRAN
Pós-doutorado em Linguística (UNIFRAN). Doutor e mestre em Promoção de Saúde (UNIFRAN), docente e pesquisador no ensino superior: graduação e pós-graduação
E-mail: danilo.bulgo@unifran.edu.br

Resumo

Objetivo: analisar o discurso digital presente em postagens do *Instagram* do Ministério da Saúde, investigando as estratégias utilizadas para disseminar informações em prol da saúde da população. **Metodologia:** pesquisa do tipo descritiva, exploratória, qualitativa e apoiada em análise bibliográfica. Critérios de inclusão: informações disponíveis de maneira gratuita, no perfil oficial/verificado do Ministério de Saúde Brasileiro, em diferentes formatos, como imagens na página inicial (*feed*) frente a temática qualidade de vida em temáticas sobre alterações cardiovasculares e respiratórias, postagens ocorridas entre 2024 e 2025. Critérios de exclusão: páginas não oficiais, postagens marcadas por usuários que não sejam administradas pelo governo e *links* externos. O

presente estudo não necessitou de apreciação no Comitê de Ética e Pesquisa, visto que foram utilizadas informações de domínio público sem interação direta com seres humanos. **Resultados:** A análise das postagens do *Instagram* revela a eficácia de alcance de uma plataforma para a disseminação de informações de saúde pública. O Ministério utiliza uma linguagem acessível, mas cientificamente rigorosa, para promover a conscientização e o empoderamento popular, corroborando para promoção da educação em saúde e interação entre os usuários. **Consideração final:** A análise das publicações destaca como é essencial manter um diálogo entre quem divulga e quem recebe as informações para ampliar o alcance das mensagens de saúde pública. Se faz necessário estimular o interesse e consciência da população e assim, o referido órgão atua como ponte entre o saber científico e a sociedade, reforçando a importância da prevenção no dia a dia. O estudo mostra ainda que o conteúdo dessas postagens é construído a partir da interação com os usuários e das reações sociais, evidenciando que a promoção da saúde se desenvolve de forma colaborativa.

Palavras-chave: Comunicação em Saúde; Educação em Saúde; Promoção da Saúde.

Abstract

Objective: To analyze the digital discourse present in Instagram posts by the Brazilian Ministry of Health, investigating the strategies used to disseminate information in favor of the population's health. **Methodology:** This is a descriptive, exploratory, qualitative study supported by bibliographic analysis. Inclusion criteria: Information publicly available and free of charge on the official/verified profile of the Brazilian Ministry of Health, in various formats, such as images on the main page (feed), focusing on the theme of quality of life in topics related to cardiovascular and respiratory changes, with posts published between 2024 and 2025. Exclusion criteria: Unofficial pages, posts tagged by users that are not managed by the government, and external links. This study did not require approval by a Human Research Ethics Committee, as it used publicly available information with no direct interaction with human subjects. **Results:** The analysis of Instagram posts reveals the platform's effectiveness in disseminating public health information. The Ministry uses accessible yet scientifically rigorous language to promote awareness and empower the public, thus contributing to health education and user engagement. **Final Consideration:** The analysis of the posts highlights the importance of maintaining a dialogue between information disseminators and recipients to broaden the reach of public health messages. It is essential to stimulate public interest and awareness, with the Ministry acting as a bridge between scientific knowledge and society, reinforcing the importance of daily preventive actions. The study also shows that the content of these posts is built upon user interaction and social responses, indicating that health promotion develops in a collaborative manner.

Keywords: Health Communication; Health Education; Health Promotion.

1 INTRODUÇÃO

As redes sociais vêm assumindo um papel cada vez mais influente na rotina das pessoas e na maneira como elas buscam informações. Além de aproximar indivíduos e grupos com interesses comuns, funcionam como grandes vitrines de conteúdo, onde notícias, opiniões e experiências circulam em tempo real. Por isso, tornaram-se plataformas estratégicas de comunicação, capazes de moldar percepções, ampliar debates públicos e impactar diretamente decisões pessoais e coletivas. (Kietzmann *et al.*, 2011)

Quando se pensa em comunicação no cenário contemporâneo, o *Instagram*, em particular, destaca-se pela ênfase em imagens e vídeos, que facilitam o engajamento dos usuários por meio de recursos como *stories* e *reels*¹, permitindo a interação e o compartilhamento de conteúdo em escala

¹ *Stories*: são fotos ou vídeos curtos que desaparecem depois de 24 horas. São ótimos para compartilhar momentos do dia a dia, fazer enquetes, perguntas e interagir com os seguidores de forma mais espontânea e rápida. *Reels*: são vídeos curtos (de até 90 segundos) que podem ser editados com músicas, efeitos e textos. Eles ficam disponíveis no perfil e na aba específica, funcionando como uma forma divertida e criativa de produzir conteúdo que pode viralizar e alcançar um público maior.

global. Segundo Smith (2022), essa rede social tem se consolidado como uma plataforma essencial para estratégias de *marketing* digital, pois proporciona uma conexão visual e imediata entre marcas e consumidores, ampliando o alcance e a fidelização do público.

Com as postagens realizadas, a principal é no que concerne democratizar informações em saúde de forma rápida, clara e visualmente atrativa, conseguindo formar cidadãos mais conscientes e capazes de tomar decisões formuladas a partir de informações confiáveis, diferente por exemplo, de documentos técnicos ou comunicados oficiais que parte da população não terá acesso. O Estado tem como dever estabelecer um fluxo de informação entre o governo e a sociedade e seu papel visa colocar os usuários no centro das ações da comunicação, para auxiliar a identificar quais são as demandas da sociedade, suas queixas e possíveis soluções que estão ao seu alcance e definir o conceito e estrutura de ação pública coerente e integrada.

Desse modo, Brandão (2006, p.5) afirma:

“[...] a comunicação e a divulgação científica utilizam um leque variado de instrumentos que vão de metodologias tradicionais de informação tecnológica para comunidades, técnicos e autoridades até às novas tecnologias que são hoje a grande responsável pela rápida expansão da rede de cientistas e divulgadores. Com esta acepção, a comunicação pública está inserida no âmbito das discussões que dizem respeito à gestão das questões públicas e pretende influir para a mudança de hábitos de segmentos de população, bem como na tomada de decisão política a respeito de assuntos da ciência que influenciam diretamente a vida do cidadão”.

Dentro desse escopo, surge a Atenção Primária à Saúde (APS), considerada a porta de entrada prioritária do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo como objetivo subsidiar cuidado integral, próximo da realidade da população, atuando na prevenção de doenças, promoção da saúde e acompanhamento contínuo dos indivíduos e famílias ao longo de suas vidas. Por meio da APS são desenvolvidas ações como, por exemplo, vacinação, acompanhamento pré e pós-natal, monitoramento de doenças crônicas, orientações sobre hábitos e mudança de estilo de vida e encaminhamentos para níveis mais complexos de atendimento, níveis secundários, terciário, conforme necessidade do indivíduo (Brasil, 1990).

A eficácia do APS acontece não apenas oferecendo serviços, para que isso aconteça é necessário e de fundamental importância que a população esteja envolvida, sendo informada dos seus direitos, deveres e serviços disponíveis. Nesse sentido, o Ministério da Saúde, utiliza desse nível de atenção em suas postagens para fortalecer o vínculo entre usuário, ambiente, sociedade e empoderamento por intermédio de informações na rede social *Instagram*, como sendo um dos canais de comunicação direta e acessível para maioria dos brasileiros, visto que é cada vez maior o número de telefones móveis entre a população. Até o momento, o perfil oficial (@minsaude) conta com mais de 3 milhões de seguidores e já publicou mais de 17 mil postagens sobre diversos nichos temáticos.



Imagem 1: Perfil Oficial do Ministério da Saúde na rede social *Instagram*
Fonte: *Instagram* (2025)

Garantir o acesso da população a informações relevantes e de interesse coletivo é a principal função da comunicação pública voltada à cidadania. Esse processo deve se ajustar às diferentes realidades populacionais, onde os principais alvos dessas postagens buscam abarcar adultos, jovens, idosos, grupos específicos em determinados contextos, como, gestantes, adolescentes, LGBTQIAPN+, trabalhadores do campo da saúde e comunidades em situação de vulnerabilidade social, dentre outros. A linguagem adotada é pensada justamente para alcançar diferentes perfis, promovendo identificação e engajamento, o que amplia a disseminação da informação (Maloney *et al.*, 2020).

A maneira de alcançar esses públicos envolve a utilização de uma comunicação direta, visualmente atrativa e adaptada ao ambiente digital (Korda & Itani, 2013). Por meio de campanhas interativas, uso de *hashtags*², depoimentos de profissionais da saúde ou de cidadãos, e conteúdo que dialogam com o cotidiano das pessoas. Desse modo, o Ministério da Saúde busca não apenas informar, mas também incentivar mudanças de comportamento com técnicas discursivas que facilitem o entendimento do público leigo sem a necessidade de compreensão científica das informações (Schiavo, 2007).

Segundo dados da OMS, nas últimas décadas, observou-se um aumento significativo na incidência de doenças cardiovasculares e respiratórias, que se tornaram a principal causa de mortalidade no mundo. Esse crescimento está diretamente relacionado a fatores como o sedentarismo, a má alimentação, o tabagismo, o consumo excessivo de álcool e o estresse, frequentemente associados a estilos de vida urbanos e desiguais. Além disso, a falta de acesso a serviços de saúde preventivos e diagnósticos precoces contribui para o agravamento desses quadros. Em muitos países, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, as doenças cardiovasculares não apenas causam mortes precoces, mas também geram altos custos ao sistema de saúde pública (OMS, 2023).

Pautando-se nessa compreensão, a utilização das redes sociais como ferramenta de educação em saúde tem se mostrado cada vez mais relevante no contexto atual, sobretudo diante da facilidade de acesso à informação e da ampla disseminação de conteúdos digitais. Plataformas como *Instagram*, *Facebook*, *TikTok* e *YouTube* têm sido usadas por profissionais e instituições de saúde para promover ações educativas, combater a desinformação e estimular comportamentos saudáveis entre diferentes públicos. Essa prática amplia o alcance das mensagens de promoção da saúde, especialmente entre os jovens, e permite uma comunicação mais direta, interativa e personalizada. No entanto, é fundamental que os conteúdos divulgados sejam baseados em evidências científicas e produzidos com responsabilidade ética, a fim de evitar a propagação de informações incorretas ou prejudiciais à saúde pública (Silva *et al.*, 2021).

Nessa contextualização, o *Instagram* do referido ministério se destaca como sendo uma ferramenta ágil e eficaz, com o uso de elementos multimídia, como imagens e vídeos curtos, que otimizam a compreensão e atraem o interesse dos usuários. Pesquisas apontam que a utilização de estratégias comunicativas visualmente atrativas aumenta significativamente o engajamento com o conteúdo informativo (Korda & Itani, 2013).

Consoante ao exposto, o presente trabalho tem como objetivo elucidar como postagens no campo de doenças cardiovasculares e respiratórias da rede social *Instagram* do Ministério da Saúde podem auxiliar no empoderamento do conhecimento populacional.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho se baseia em um estudo do tipo descritivo, exploratório, qualitativo e apoiado em pesquisa bibliográfica e documental acerca de publicações feitas no perfil oficial do Ministério da Saúde (@minsaude). A análise busca entender como o referido órgão, por meio de postagens no *Instagram*, utiliza estratégias discursivas para promover a saúde pública e dialogar com a população, além do caráter dialógico da linguagem, no qual todo discurso é uma resposta a outros discursos e é moldado pela interação entre diferentes vozes (Bakhtin, 1986).

Conforme expressa Sá Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5):

² Uma *hashtag* é o nome dado ao símbolo de cerquilha (#) seguido por uma palavra-chave que, nas redes sociais, serve para categorizar e organizar o conteúdo, facilitando sua busca e agrupamento por tema. Ao usar uma *hashtag*, o seu conteúdo é ligado a outras publicações que usam a mesma marcação, aumentando o alcance e a visibilidade para pessoas com interesses semelhantes.

“[...] análise documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”. Tal metodologia pode ser desenvolvida a partir de várias fontes, de diferentes documentos, não somente o texto escrito, uma vez que excluindo livros e matérias já com tratamento analítico, é ampla a definição do que se entende por documentos incluindo-se dentre eles, leis, fotos, vídeos, jornais, etc.”

Para tal estruturação, seguiram-se as seguintes etapas:

- a) Definição do corpus, ou seja, a seleção da rede social, postagens e visão geral da análise;
- b) Critérios de inclusão: informações disponíveis de maneira gratuita, no perfil oficial/verificado do Ministério de Saúde Brasileiro, em diferentes formatos, como imagens na página inicial (*feed*) frente a temática qualidade de vida em temáticas sobre alterações cardiovasculares e respiratórias, postagens ocorridas entre 2024 e 2025.
- c) Critérios de exclusão: páginas não oficiais, postagens marcadas por usuários que não sejam administradas pelo governo e *links* externos;
- d) Avaliação geral e interpretação das informações encontradas, seguindo o pilar do que é preconizado no campo da atenção primária em saúde, ou seja, promoção de informações em prol da conscientização e empoderamento popular. A finalidade desse tipo de organização sistêmica é facilitar as análises descritivas e críticas sobre as produções selecionadas.

Como parte das buscas, três camadas foram pensadas, sendo elas:

- Texto verbal: análise textual das postagens, incluindo escolhas lexicais, estratégias persuasivas e construções argumentativas.
- Imagem e vídeo: identificação dos elementos visuais que acompanham os textos, examinando como reforçam ou ampliam o significado discursivo.
- Interação com o público: percepção global dos comentários e respostas do Ministério da Saúde, observando como o diálogo com os usuários contribui para a promoção da saúde e empoderamento popular.
- No sentido promotor do conhecimento, as postagens foram avaliadas em termos de como comunicam a necessidade de uma saúde universal e equitativa, em consonância com os princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O presente estudo não necessitou de apreciação no Comitê de Ética e Pesquisa com seres humanos, seguindo o preconizado pela Resolução n.º 510 do Conselho Nacional de Saúde, visto que pesquisas que utilizam dados públicos ou já existentes, como informações de domínio público ou de bases de dados acessíveis, e que não identifiquem diretamente os indivíduos envolvidos, não precisam seguir os mesmos trâmites éticos aplicáveis com interação direta com seres humanos (Brasil, 2016).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil oficial do Ministério da Saúde foi criado cerca de 2013 e tinha como objetivo a união entre o órgão público e o engajamento da rede social pelo alcance da tecnologia. As postagens abrangem como um todo a política de prevenção de saúde (prevenção primária), discursando sobre o que é a doença, como prevenir ou tratar a enfermidade. As imagens e vídeos postados deixam imagens de apelo visual que faz com que os consumistas compartilhem entre eles e deixem suas opiniões nos comentários dividindo a opinião popular, algumas vezes contraditória, com a superioridade do governo federal que ali no aplicativo se faz mais acessível.

O teor das publicações escolhidas para análise é sobre prevenção de saúde nas doenças cardiovasculares e respiratórias e seus fatores de risco.



Imagem 2: Postagem sobre Hipertensão Arterial Sistêmica e como fazer sua prevenção
Fonte: *Instagram* do Ministério da Saúde (2025)

A imagem divulgada é um exemplo claro de comunicação em saúde voltada para a promoção da prevenção da hipertensão arterial. A campanha utiliza linguagem acessível, recursos visuais atrativos e orientações práticas para conscientizar a população sobre os riscos da doença e as formas de prevenção. A escolha de uma pessoa idosa praticando atividade física reforça a importância dos hábitos saudáveis em todas as idades, além de dar visibilidade a um dos grupos mais afetados pela hipertensão arterial. O uso de ícones visuais e *hashtags* também aproxima o conteúdo do público das redes sociais, tornando a mensagem mais engajadora.

Além disso, a postagem orienta a população a procurar a Unidade Básica de Saúde (UBS), estimulando o uso dos serviços públicos de saúde e a adesão às políticas de atenção primária. Ao promover a alimentação saudável, a prática regular de exercícios físicos e o acompanhamento médico, a campanha está alinhada com as diretrizes da Estratégia de Saúde da Família e os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse tipo de iniciativa é fundamental para a construção de uma cultura de prevenção, contribuindo para a redução de casos de hipertensão e de suas complicações, como AVC e infarto. Assim, a campanha não apenas informa, mas também empodera os indivíduos a adotarem atitudes proativas em relação à própria saúde.

O esperado para o Ministério da Saúde é que a promoção da saúde e prevenção de doenças propagada nos letrados do *feed* da plataforma é que número de indivíduos com uma ou mais comorbidades como estas sejam reduzidos e se possível que aja medidas políticas de investigações para a população sobre as causas e soluções o mais breve possível. Somado a isso, vale ressaltar que o SUS tem como pilar principal equidade e o Ministério garante esse tratamento individual para todos, por meio de profissionais capacitados para tal finalidade.



Imagem 3: Postagem sobre Obesidade
Fonte: Instagram do Ministério da Saúde (2024)

A obesidade é um dos principais fatores de risco modificáveis para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes tipo 2, hipertensão arterial e doenças cardiovasculares. Além de estar associada a complicações metabólicas, a obesidade também contribui para o aumento da carga sobre os sistemas de saúde e afeta significativamente a qualidade de vida das pessoas. A OMS classifica a obesidade como uma epidemia global, destacando que seu aumento está relacionado a padrões alimentares inadequados, sedentarismo e fatores ambientais e genéticos. No Brasil, dados recentes apontam uma crescente prevalência da obesidade em todas as faixas etárias, o que reforça a necessidade de políticas públicas de prevenção, promoção da saúde e reeducação alimentar (Brasil, 2020).

O *post* divulga que o SUS além de promover estratégias de prevenção da obesidade como estimular melhor qualidade de vida com boa alimentação e prática de exercícios também cuida do tratamento para indivíduos já com sobrepeso e obesos, divulgando a presença de consultas com profissionais da saúde como nutricionistas para balanceamento da dieta, educadores físicos com atividades coletivas sejam em piscinas (hidroginástica) ou em solo (treino aeróbico e anaeróbico) e médicos endocrinologistas, cardiologistas para controle de exames e ingestão de controle oral, além de psicólogos para apoio emocional para a compulsão alimentar.

A obesidade é uma doença crônica multifatorial que vai além do simples acúmulo de gordura corporal. Fatores genéticos, ambientais, comportamentais e sociais influenciam diretamente sua ocorrência, o que exige uma abordagem integral para prevenção e tratamento. A campanha reforça esse entendimento ao destacar que o diagnóstico feito com base no Índice de Massa Corporal (IMC) não capta toda a complexidade da obesidade, já que a distribuição de gordura corporal, a composição corporal e até a etnia também influenciam o risco metabólico. Dessa forma, o SUS precisa estar preparado para oferecer não apenas acompanhamento clínico, mas também suporte nutricional, psicológico e orientação para mudanças de estilo de vida, respeitando as particularidades de cada indivíduo (Brasil, 2024).

Desse modo, a educação em saúde visa capacitar indivíduos e comunidades a desenvolverem conhecimentos, atitudes e práticas que promovam a saúde e previnam doenças. Essa prática vai além da simples transmissão de informações, envolvendo a participação ativa dos sujeitos na construção de saberes voltados à melhoria da qualidade de vida. Segundo Freire (2005), a educação deve ser dialógica e emancipadora, permitindo que os sujeitos se tornem protagonistas de sua própria saúde. No contexto das políticas públicas, a educação em saúde é considerada uma ferramenta estratégica para o fortalecimento do SUS, pois contribui para a autonomia da população e para o enfrentamento das desigualdades sociais.

Além disso, a educação em saúde atua de forma integrada às ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde, sendo essencial para a consolidação de práticas mais humanizadas e resolutivas no cuidado em saúde. Para isso, é necessário que as estratégias educativas estejam

alinhadas às necessidades reais da população, respeitando os saberes populares e estimulando o pensamento crítico. De acordo com Bodstein (2009), a educação em saúde deve ser compreendida como parte do processo de comunicação e construção social do conhecimento, onde profissionais e usuários interagem na busca por soluções que considerem o contexto sociocultural em que estão inseridos.



Imagem 4: Comentários sobre o post Obesidade.
Fonte: Instagram do Ministério da Saúde (2024)

Usuários dessa rede social deixaram suas opiniões sobre a publicação dizendo que é necessária mais divulgação sobre a prevenção da obesidade pelo SUS, criticando também profissionais da saúde pela indisponibilidade nos postos de saúde. As opiniões dos usuários nos comentários dos posts do Ministério da Saúde revelam uma percepção crítica e, em muitos casos, de insatisfação com a atuação do SUS na prevenção e tratamento da obesidade. Uma das usuárias menciona que a atuação do sistema é "muito tímida na prevenção", apontando a escassez de nutricionistas, psicólogos e profissionais de educação física nas UBS e a pouca valorização da abordagem multiprofissional. Esses relatos refletem uma lacuna entre o discurso institucional que defende um cuidado integral e multidisciplinar e a realidade enfrentada pela população nos serviços de saúde. A análise desses comentários, portanto, revela a importância de investir não apenas em campanhas de conscientização, mas também na estruturação dos serviços públicos, com maior oferta de profissionais qualificados e fluxos de atendimento mais eficientes.

O desenvolvimento da obesidade está relacionado a múltiplos fatores, que incluem aspectos genéticos, metabólicos, comportamentais, psicológicos, socioeconômicos e ambientais. A alimentação inadequada, rica em alimentos ultraprocessados, aliada ao sedentarismo, configura um dos principais fatores de risco. Além disso, o ambiente urbano contemporâneo, que favorece o consumo rápido e a baixa atividade física, contribui para o aumento dos casos, especialmente entre populações vulneráveis. Como destaca Monteiro *et al.*, (2018), o consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil está diretamente associado ao crescimento da obesidade e à piora dos indicadores nutricionais da população.

A educação em saúde, nesse escopo é uma estratégia fundamental no enfrentamento da obesidade, pois permite promover hábitos saudáveis de forma contínua e participativa. Campanhas informativas, ações em escolas e unidades básicas de saúde, bem como o uso de redes sociais, têm se mostrado eficazes na sensibilização da população quanto à importância da alimentação equilibrada e da prática de atividades físicas. Segundo Bodstein (2009), as ações educativas devem considerar o

contexto social e cultural dos indivíduos, valorizando o diálogo e a construção coletiva do conhecimento, o que potencializa os resultados das políticas públicas de promoção da saúde.



Imagem 5: Publicação sobre o impacto do cigarro na vida do fumante
Fonte: Fonte: Instagram do Ministério da Saúde (2025)

A postagem reflete a indústria do tabaco que atualmente produz cerca de 6 trilhões de cigarros por ano, os quais são consumidos por aproximadamente 20% da população mundial. Estima-se que 800 milhões de homens e 200 milhões de mulheres sejam fumantes. Nos últimos dez anos, mais de 43 trilhões de cigarros foram fumados, resultando em mais de 50 milhões de mortes atribuídas a doenças relacionadas ao tabagismo. Vale destacar que a maioria dessas mortes ocorreu em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, onde os sistemas de saúde pública frequentemente apresentam maior fragilidade para lidar com os impactos do consumo de tabaco (WHO, 2011).

O tabagismo é reconhecido como uma das principais causas evitáveis de morte no mundo, sendo responsável por doenças cardiovasculares, respiratórias e diversos tipos de câncer, especialmente o de pulmão. Estima-se que, no Brasil, mais de 160 mil pessoas morram anualmente por doenças relacionadas ao consumo de produtos derivados do tabaco. Além dos impactos à saúde, o tabagismo gera altos custos ao sistema de saúde pública, devido ao tratamento das doenças crônicas causadas por essa dependência (INCA, 2022). A nicotina, presente no cigarro, atua diretamente no sistema nervoso central, criando dependência química e dificultando o processo de cessação.

Diante dessa realidade, o Brasil tem sido referência internacional em políticas públicas de controle do tabagismo, por meio do Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT), coordenado pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA) em parceria com o Ministério da Saúde. O programa atua com estratégias como a proibição da propaganda de cigarros, advertências sanitárias nos maços, aumento de impostos e, principalmente, a oferta de tratamento gratuito para quem deseja parar de fumar, disponível nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Essa atuação intersetorial é essencial para reduzir a prevalência do tabagismo e os danos à saúde coletiva (Brasil, 2023). Além das políticas de controle, a educação em saúde é uma ferramenta fundamental para a prevenção do tabagismo, especialmente entre adolescentes e jovens. Campanhas nacionais promovidas pelo

SUS e pelo INCA buscam alertar sobre os malefícios do tabaco e desincentivar o início do consumo, principalmente diante do avanço de novos produtos, como os cigarros eletrônicos, que têm atraído o público jovem com a falsa ideia de menor risco. Assim, a combinação entre prevenção, regulamentação e tratamento fortalece a resposta do Brasil ao desafio do tabagismo como um problema de saúde pública (INCA, 2022).

A postagem é colorida, bem estruturada, com linguagem clara, e têm o poder de engajar diferentes públicos e estimular atitudes positivas, como a adoção de hábitos saudáveis, a busca por atendimento precoce e o combate à desinformação. Além disso, essas ações digitais fortalecem a credibilidade das instituições públicas, promovendo uma relação de confiança entre o cidadão e o sistema de saúde.

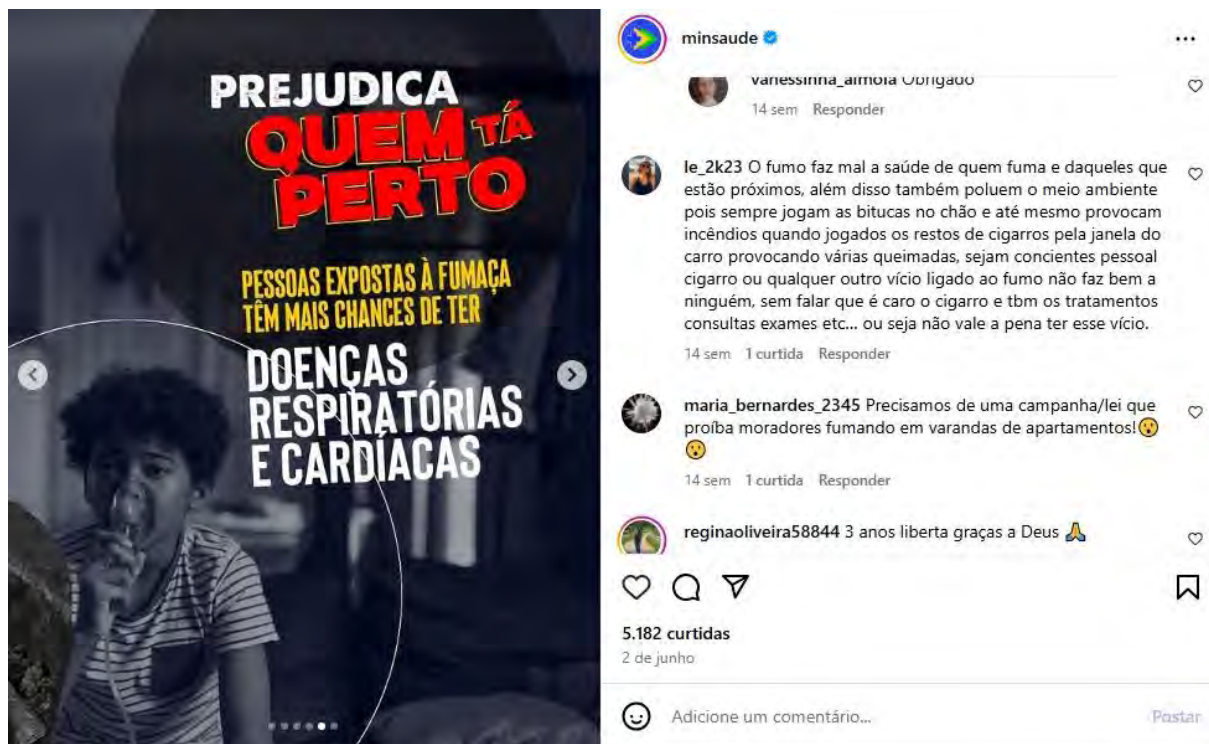


Imagem 6: Comentários sobre a exposição ao fumo
Fonte: Fonte: *Instagram* do Ministério da Saúde (2025)

Além de agir diretamente, o fumo é um fator desencadeante de outras doenças como imonpência sexual, tuberculose e infertilidade (INCA, 2018). O vício em nicotina mata milhões de pessoas anualmente e se continuar nesse ritmo em 2030 o tabaco matará aproximadamente 8 milhões de indivíduos por ano e sua maioria será em países de baixa e média renda (WHO, 2011).

Visto que a melhor forma de divulgação é a expansão das redes sociais, o perfil do Ministério da Saúde promove campanhas, faz postagens e até deixa ilustrações comoventes da atuação das substancias do cigarro no organismo humano com interesse de sensibilizar usuários e não atuantes a desistirem antes mesmo de entrarem na bolha de prazer momentâneo e pesar tardio. A divulgação é feita nos dias 31 de maio para “celebração” e evocada em dias corriqueiros para sempre deixar os consumidores da internet conscientes do labirinto de difícil escape quando o assunto é o vício.

Seguidores da página oficial afirmam na publicação que a exposição involuntária é tão prejudicial quanto a de um usuário ativo, estando suscetível a doenças cardiorrespiratórias e suas variações, em curto período pode acarretar rinite, tosse e até conjuntivite, como uma reação alérgica. Os sintomas e enfermidades são análogas as de consumidores da nicotina quando expostos a longos períodos, câncer de pulmão e infarto agudo do miocárdio estão no corredor de finalidades daqueles que acompanham passivamente.

Quando a exposição passiva é em crianças, o número de infecções respiratórias é exponencial, bebês expostos no ventre materno às toxinas da fumaça respingam na redução de crescimento

pulmonar e sua função. As crianças fumantes passivas estão vulneráveis a contrair problemas respiratórios quando comparadas aqueles que não possuem fumantes na família.

As comentaristas ainda dizem que o tratamento e consultas para resolução do vício é de alto custo quando ainda é tratável, e pedem uma lei que proíba a venda e consumo de cigarros e suas variáveis. O perfil do Ministério por sua vez faz sua parte, divulgação de números e fatores de risco, campanhas de conscientização e usa de artifícios como imagens com alto teor chocante tentando abrir os olhos e despertar os usuários dessa fama e popularidade que o cigarro carrega.



Imagem 7: Cigarro Eletrônico
Fonte: Fonte: *Instagram do Ministério da Saúde* (2025)

O crescente uso de cigarros eletrônicos entre adolescentes e jovens tem gerado grande preocupação entre especialistas em saúde pública. Apesar da aparência tecnológica e do *marketing* apelativo, esses dispositivos contêm nicotina e outras substâncias tóxicas que causam dependência e danos significativos ao organismo, especialmente aos pulmões, ao coração e ao cérebro em desenvolvimento. Muitos usuários, sobretudo os mais jovens, desconhecem os riscos reais à saúde, o que torna a desinformação um fator agravante nesse cenário.

Diante dessa realidade, o Ministério desempenha um papel essencial na produção e disseminação de informações confiáveis sobre os perigos associados ao uso de cigarros eletrônicos. Por meio de postagens e campanhas educativas, tem o poder de alcançar milhões de pessoas de forma direta e acessível, combatendo mitos e alertando a população sobre os danos à saúde física e mental causados por esses dispositivos.

A atuação digital do órgão brasileiro também contribui para enfrentar um dos maiores desafios da atualidade: o combate à desinformação. Em um ambiente onde conteúdos enganosos circulam com facilidade, as postagens oficiais se tornam fontes seguras de orientação, principalmente para pais, educadores, profissionais de saúde e jovens. Além disso, essas ações fortalecem políticas públicas de prevenção, promoção da saúde e controle do tabagismo, alinhadas com os compromissos nacionais e internacionais na área da saúde.

Desse modo, investir em campanhas informativas nas redes sociais é mais do que uma estratégia de comunicação é uma medida de saúde pública. O Ministério da Saúde, ao utilizar suas plataformas para conscientizar sobre os riscos dos cigarros eletrônicos, reforça seu compromisso com

a proteção da saúde da população brasileira e atua de forma proativa na construção de uma sociedade mais informada, crítica e saudável.



Imagem 8: Cigarro Eletrônico e suas consequências
Fonte: Fonte: *Instagram* do Ministério da Saúde (2025)

Os comentaristas da postagem supracitada tendem a gerar diversas reações, refletindo o nível de conscientização, experiências pessoais e percepções individuais sobre o tema. Muitos usuários interagem de forma positiva, curtindo, comentando e compartilhando o conteúdo como forma de apoio à campanha e reconhecimento da importância da informação oficial. Essas reações auxiliam a ampliar o alcance das postagens, levando a mensagem a novos públicos e reforçando a rede de conscientização.

Por outro lado, alguns usuários podem reagir com dúvidas, questionamentos ou até resistência, especialmente aqueles que utilizam cigarros eletrônicos ou que foram influenciados por informações equivocadas sobre sua segurança. Nesses casos, a seção de comentários pode se tornar um espaço de diálogo, onde informações corretas devem ser reforçadas com empatia, linguagem acessível e dados confiáveis. Isso torna essencial a presença ativa do Ministério da Saúde nas interações, respondendo dúvidas e combatendo desinformações com base científica.

Além disso, as postagens podem inspirar relatos pessoais de superação, com usuários contando suas experiências ao parar de fumar ou alertando amigos e familiares sobre os riscos do uso. Esse tipo de engajamento humaniza a campanha e fortalece o impacto da mensagem, criando uma comunidade de apoio e incentivo à mudança de comportamento. Dessa forma, o Instagram se torna uma ferramenta poderosa não apenas de divulgação, mas também de transformação social e promoção da saúde.

Após a amostra de postagens sobre promoção e educação em saúde, o Ministério da Saúde tende a transmitir conteúdos baseados em evidências científicas, com linguagem adaptada ao público geral. Isso eleva a compreensão e favorece o engajamento, principalmente entre os jovens, que compõem uma grande parcela dos usuários dessas plataformas. A combinação de textos curtos, imagens e vídeos curtos e objetivos amplia a eficácia da comunicação, tornando o conteúdo mais atrativo e memorável.

Outro benefício relevante do uso do *Instagram* é a possibilidade de interação direta com o público. Comentários, curtidas e compartilhamentos não apenas ampliam o alcance das publicações, como também revelam percepções e dúvidas da população, permitindo o ajuste de estratégias de comunicação em tempo real. Além disso, os usuários podem compartilhar suas próprias experiências, criando um ambiente colaborativo de apoio e incentivo, especialmente em temas sensíveis como o combate ao tabagismo ou o uso de cigarros eletrônicos, além de aspectos gerais sobre qualidade de vida.

As campanhas digitais também têm a vantagem de alcançar públicos diversos em regiões distintas do país, superando barreiras geográficas e estruturais. Isso é fundamental em um país de dimensões continentais como o Brasil, onde o acesso à informação nem sempre é uniforme. A atuação estratégica nas redes sociais contribui para a redução de desigualdades no acesso à informação de saúde, promovendo maior equidade e fortalecendo a cidadania.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar à luz das evidências científicas o *Instagram* do Ministério da Saúde se configura como uma poderosa ferramenta de comunicação que transcende a simples divulgação de informações rápidas e superficiais. A plataforma possibilita a construção de uma rede de diálogo contínuo e bidirecional entre o órgão público e a população, promovendo a inclusão social e incentivando a participação ativa dos usuários em tempo real. Por meio dessa interação dinâmica, o Ministério fomenta não apenas a disseminação de conhecimentos técnicos e científicos, mas também a troca de experiências, dúvidas e *feedbacks* que enriquecem o processo educativo. Além disso, o uso estratégico de recursos multimídia como vídeos, infográficos e lives – potencializa o alcance e a compreensão das mensagens, tornando-as acessíveis a diferentes perfis socioculturais.

Dessa maneira, a comunicação digital no *Instagram* reafirma seu papel central na promoção da saúde contemporânea, contribuindo para a formação de uma sociedade mais informada, crítica e engajada, capaz de assumir protagonismo na gestão de seu próprio cuidado e na defesa de políticas públicas eficazes e democráticas.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. [S.l.: s.n.], 2006. Disponível em: <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Historia-da-Comunicacao-Publica.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, com vistas à revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 set. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais que envolvem seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 24 maio 2016, Seção 1, p. 44-46.

ERIKSEN, M.; MACKAY, J.; ROSS, H. The Tobacco Atlas. 4. ed. Atlanta: American Cancer Society, 2012.

FARSALINOS, K. E.; POLOSA, R. Safety evaluation and risk assessment of electronic cigarettes as tobacco cigarette substitutes: a systematic review. Therapeutic Advances in Drug Safety, v. 5, n. 2, p. 67–86, 2014.

GIVENS, A.; CHENG, P. S. I-Team: e-cigarettes, used to smoke marijuana, spark new concerns. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/storyline/legal-pot/i-team-e-cigarettes-used-smoke-marijuana-spark-new-concerns-n198151>. Acesso em: 10 set. 2014.

GRANA, R.; BENOWITZ, N.; GLANTZ, S. A. E-cigarettes: a scientific review. *Circulation*, v. 129, n. 19, p. 1972–1986, 2014.

HUTZLER, C. et al. Chemical hazards present in liquids and vapors of electronic cigarettes. *Archives of Toxicology*, v. 88, n. 7, p. 1295–1308, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). Inquérito domiciliar sobre comportamentos de risco e morbidade referida de doenças e agravos não transmissíveis: Brasil, 15 capitais e Distrito Federal, 2002-2003. Rio de Janeiro: INCA, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). Pesquisa Especial sobre Tabagismo – PETab: relatório Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2011.

KIETZMANN, Jan H. et al. Social media? Get serious! Understanding the functional building blocks of social media. *Business horizons*, v. 54, n. 3, p. 241-251, 2011.

KORDA, Holly; ITANI, Zena. Harnessing social media for health promotion and behavior change. *Health promotion practice*, v. 14, n. 1, p. 15-23, 2013.

MALONEY, Divine; FREEMAN, Guo; WOHN, Donghee Yvette. "Talking without a Voice" Understanding Non-verbal Communication in Social Virtual Reality. *Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction*, v. 4, n. CSCW2, p. 1-25, 2020.

MONTEIRO, C. A. et al. Population-based evidence of a strong decline in the prevalence of smokers in Brazil (1989–2003). *Bulletin of the World Health Organization*, v. 85, n. 7, p. 527–534, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Neurociência do uso e da dependência de substâncias psicoativas. São Paulo: Roca, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Doenças não transmissíveis. Genebra: OMS, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/pt/news-room/fact-sheets/detail/noncommunicable-diseases>. Acesso em: set. 2025.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista brasileira de história & ciências sociais*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SILVA, L. F. da; ANDRADE, M. S.; SOUZA, R. P. de. A utilização das redes sociais como estratégia de educação em saúde: potencialidades e desafios. *Revista Brasileira de Educação e Saúde*, v. 11, n. 4, p. 55-63, 2021. Disponível em: <https://www.rbeds.emnuvens.com.br>. Acesso em: set. 2025.

SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA HOSPITAL ALBERT EINSTEIN. Álcool e drogas sem distorção. São Paulo: Hospital Albert Einstein, 2009.

SOCIETY BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO. Tabagismo. 2020.

SCHIAVO, R. Health communication: from theory to practice. New York: Jossey-Bass, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). WHO Report on the Global Tobacco Epidemic, 2011: Warning about the dangers of tobacco. Geneva: WHO, 2011.

PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NO PIBID: um relato de experiência com os objetivos de desenvolvimento sustentável

INTERDISCIPLINARY PRACTICES IN PIBID: AN EXPERIENCE REPORT ON THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS

Área temática: 04 - Educação de Qualidade

COELHO, Priscila Penna Ferreira
Unifacef

Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem/PUC-SP
priscilapenna.adv@gmail.com

Resumo

O presente trabalho relata a experiência desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), em um núcleo interdisciplinar que teve como eixo integrador os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A proposta buscou articular práticas pedagógicas inovadoras com as demandas do ensino básico, valorizando o protagonismo dos licenciandos e a aproximação entre teoria e prática. As aulas foram elaboradas de forma a promover a interdisciplinaridade, fundamentadas nos princípios de Edgar Morin (2015) e Maria Cândido Moraes (2008), que defendem a superação da fragmentação do conhecimento e a construção de práticas transdisciplinares. A metodologia adotada consistiu na elaboração, aplicação e análise de aulas interdisciplinares planejadas previamente pela coordenadora do subprojeto e adaptadas pelos PIBIDianos, de acordo com a realidade dos alunos da escola pública parceira. As práticas tiveram como pano de fundo temáticas relacionadas ao ODS13, ODS10, ODS12 e ODS08, envolvendo o uso de recursos tecnológicos, produção de materiais audiovisuais e estratégias de sensibilização social. Os licenciandos desenvolveram habilidades de planejamento, didática e gestão de sala de aula, vivenciando os desafios e as potencialidades da docência contemporânea. Os resultados evidenciam que a interdisciplinaridade, aliada a projetos que dialogam com problemáticas globais, potencializa a aprendizagem significativa, amplia o repertório formativo dos futuros professores e contribui para uma prática docente crítica e inovadora. Assim, o subprojeto interdisciplinar do PIBID revelou-se como espaço de crescimento acadêmico e profissional, ao integrar o ensino tradicional com novas propostas pedagógicas que respondem às exigências educativas atuais.

Palavras-chave: PIBID, Interdisciplinaridade, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Abstract

This paper reports on an experience developed within the scope of the *Institutional Program for Teaching Initiation Scholarships* (PIBID), in an interdisciplinary group whose integrative axis was the *Sustainable Development Goals* (SDGs). The project sought to articulate innovative pedagogical practices with the demands of basic education, valuing the protagonism of pre-service teachers and fostering the connection between theory and practice. The lessons were designed to promote interdisciplinarity, grounded in the principles of Edgar Morin (2015) and Maria Cândido Moraes (2008), who advocate for overcoming the fragmentation of knowledge and building transdisciplinary practices. The methodology consisted of planning, implementing, and analyzing interdisciplinary lessons previously structured by the subproject coordinator and later adapted by PIBID participants according to the context of students from the partner public school. The activities addressed themes related to SDG 13, SDG 10, SDG 12, and SDG 8, involving the use of technological resources, audiovisual production, and social awareness strategies. The pre-service teachers developed skills in planning, didactics, and classroom management, experiencing both the challenges and potentials of contemporary teaching. The results indicate that interdisciplinarity—when combined with projects that engage global issues—enhances meaningful learning, broadens the formative repertoire of future teachers, and contributes to

a more critical and innovative teaching practice. Therefore, the interdisciplinary PIBID subproject proved to be a space for academic and professional growth, integrating traditional teaching with new pedagogical approaches that respond to current educational demands.

Keywords: PIBID, Interdisciplinarity, Sustainable Development Goals

1 INTRODUÇÃO

A formação de professores, no contexto contemporâneo, tem sido desafiada a romper com paradigmas tradicionais e fragmentados que ainda persistem na escola. A complexidade do mundo atual exige uma prática docente capaz de dialogar com as múltiplas dimensões do conhecimento, promovendo uma educação significativa e comprometida com a transformação social. Nesse sentido, os programas de iniciação à docência, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), representam espaços privilegiados de experimentação pedagógica, integração entre universidade e escola e construção de saberes docentes a partir da prática.

A interdisciplinaridade emerge, nesse contexto, como um princípio orientador para repensar o ensino e a aprendizagem. Conforme defende Edgar Morin (2015), é necessário superar a lógica reducionista e compartimentada que separa os saberes e impede a compreensão da totalidade dos fenômenos. Para o autor, o conhecimento deve ser concebido como uma teia complexa, na qual as partes se relacionam e se transformam mutuamente. Essa visão dialoga com as proposições de Maria Cândido Moraes (2008), que destaca a importância de práticas pedagógicas integradoras, capazes de articular ciência, cultura e ética na formação do sujeito crítico e criativo. A interdisciplinaridade, portanto, não se limita a uma justaposição de conteúdos, mas se configura como uma atitude epistemológica que busca sentido na relação entre os saberes e na construção coletiva do conhecimento.

Libâneo (2013) enfatiza que ensinar é um ato intencional e reflexivo, mediado pela relação entre professor, aluno e conhecimento. A prática pedagógica deve articular objetivos, conteúdos, métodos e avaliação de modo coerente com o contexto sociocultural e com as finalidades formativas da educação. Sob essa perspectiva, a didática contemporânea requer do docente uma postura investigativa, aberta à inovação e à construção compartilhada do saber. Essa visão se aproxima da proposta do PIBID, ao favorecer o desenvolvimento de competências docentes e a vivência da docência em situações reais, promovendo a articulação entre teoria e prática.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo relatar uma experiência interdisciplinar desenvolvida no âmbito do PIBID, no subprojeto nomeado como Interdisciplinar composto por alunos do curso de Letras e Matemática, que teve como eixo integrador os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 13, 10, 12 e 8. A proposta buscou promover práticas pedagógicas inovadoras, com ênfase na sensibilização social, na sustentabilidade e na construção de uma aprendizagem significativa integrando as disciplinas de Português e Matemática de forma contextualizada e atenta às demandas da sociedade. Fundamentado em autores como Morin (2015), Moraes() e Libâneo (2013), o relato evidencia como a interdisciplinaridade, associada à prática reflexiva e crítica, pode contribuir para a formação de professores comprometidos com uma educação transformadora e alinhada às demandas do século XXI.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agenda 2030

A Agenda 2030 foi criada pela ONU (Organização das Nações Unidas), em uma assembleia geral das Nações Unidas, realizada em setembro de 2015, com participação de 193 estados-membros com o objetivo de se estabelecer iniciativas que propõem o crescimento econômico de todos os países, visando esforços internacionais em direção a um mundo mais sustentável, inclusivo e equitativo até o ano de 2030. Os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), consistem em 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e foram elaborados para os próximos 15 anos, de 2016 a 2030. Todos os objetivos estão interconectados e abrangem áreas como erradicação da pobreza, igualdade de gênero, educação de qualidade, saúde, ação climática, entre outras. Assim fica exposto:

Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015, p.1).

Neste sentido, o objetivo geral da agenda é promover o desenvolvimento sustentável nos aspectos econômico, social e ambiental, visando garantir um futuro melhor para as gerações presentes e futuras.

Figura 1: Representação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Nações Unidas Brasil (2015)

2.2 O tecer junto nas aulas interdisciplinares

Pensar a formação docente hoje exige compreender que o professor não é apenas um transmissor de conteúdos, mas um sujeito que reflete, pesquisa e constrói conhecimento a partir da realidade em que atua. Nesse sentido, a Didática ocupa papel central no processo formativo, pois, como afirma Libâneo (2013), é ela que articula o saber pedagógico com a prática cotidiana, permitindo que o ensino se torne um espaço de mediação, intencionalidade e transformação. A experiência docente precisa, portanto, estar conectada à vida, aos contextos e às demandas sociais, premissa que orienta o trabalho realizado no âmbito do PIBID.

O subprojeto interdisciplinar desenvolvido neste relato se ancora em uma visão de educação que busca superar a fragmentação do conhecimento, promovendo a integração entre áreas e a contextualização dos saberes. Nessa perspectiva, os estudos de Edgar Morin (2015) sobre o pensamento complexo oferecem um caminho teórico essencial, ao defender uma educação capaz de “tecer junto” diferentes dimensões da realidade. Morin (2015), propõe uma escola que ensine a condição humana, que una razão e sensibilidade, ciência e ética, permitindo que o aluno compreenda o mundo de maneira global e relacional. Assim ele dispõe sobre o conhecimento global, O conhecimento, ao buscar construir-se com referência ao contexto, ao global e ao complexo, deve mobilizar o que o conhecedor sabe do mundo (Morin, p.36,2015).

Dialogando com Morin, Maria Cândida Moraes (2008) amplia essa compreensão ao afirmar que a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade não se resumem à integração de disciplinas, mas constituem um movimento de abertura e diálogo entre diferentes formas de saber. A autora destaca

que o papel do educador é favorecer encontros, conexões e aprendizagens significativas, construídas na cooperação e na escuta ativa, aspectos vivenciados intensamente nas práticas desenvolvidas pelos pibidianos.

Nesse cenário, o PIBID se apresenta como um espaço fecundo para vivenciar esses princípios na prática. Ao permitir que os licenciandos planejem e executem aulas em parceria com professores da educação básica, o programa possibilita a aproximação entre o que se estuda na universidade e o que se vive na escola. Essa vivência fortalece a formação docente, pois coloca o futuro professor diante da complexidade do ensinar e o convida a refletir sobre sua própria ação pedagógica.

A escolha dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como eixo norteador das práticas pedagógicas reforça o compromisso com uma educação transformadora e socialmente engajada. Segundo a Agenda 2030 da ONU (2015), a educação deve preparar os sujeitos para compreender e intervir nos desafios globais de forma ética, solidária e sustentável. Trabalhar com os ODS 13, 10, 12 e 8 permitiu que os pibidianos e os alunos da escola refletissem sobre temas urgentes, como as mudanças climáticas, a desigualdade, o consumo consciente e o mundo do trabalho, reconhecendo-se como parte de uma realidade que exige corresponsabilidade e ação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, descreve-se o processo de planejamento, execução e reflexão das práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), em um subprojeto de caráter interdisciplinar que integrou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em quatro eixos temáticos: ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima), ODS 10 (Redução das desigualdades), ODS 12 (Consumo e produção responsáveis) e ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico).

A proposta do subprojeto, conforme mencionado anteriormente, consiste em integrar as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, tendo como eixo central os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A cada bimestre, ou em alguns casos mensalmente, uma ODS era escolhida para ser explorada em diferentes perspectivas e conteúdos curriculares. As intervenções são organizadas conforme o esquema a seguir:

Quadro 1: organização das intervenções

Aula 1 e 2: Aspectos gerais da ODS em foco
Aula 3 e 4: Mergulho mais profundo articulando conteúdos dispostos no Plano de Ensino de Português e Matemática das diversas séries participantes, tendo como pano de fundo a ODS escolhida.

Fonte: autoria própria

Na etapa de planejamento, as aulas iniciais (1 e 2) são elaboradas pelas professoras coordenadoras do subprojeto. No momento de apresentação da ODS, o plano de ensino é detalhadamente exposto aos licenciandos, incluindo sugestões de atividades, textos, vídeos e estratégias metodológicas a serem utilizados nas aulas de 50 minutos. Esse processo visa garantir segurança e clareza aos pibidianos no momento da intervenção, sempre acompanhada pelo professor regente da turma. Frequentemente, as aulas de intervenção são adaptadas de acordo com o contexto e o nível de aprendizagem de cada série, respeitando as especificidades dos grupos.

As práticas referentes ao ODS 13 abordaram a conscientização ambiental e as consequências das mudanças climáticas, por meio da produção de cartazes, vídeos e debates mediados por recursos tecnológicos. O ODS 10 foi trabalhado a partir de reflexões sobre equidade e inclusão, com dinâmicas que problematizaram preconceitos e desigualdades sociais. Já o ODS 12 resultou em atividades voltadas à sensibilização para o consumo consciente e à responsabilidade ambiental, culminando na criação de campanhas educativas. Por fim, o ODS 8 promoveu discussões sobre o mundo do trabalho,

empreendedorismo e ética profissional, estimulando os estudantes a relacionarem os conteúdos escolares às suas trajetórias pessoais e sociais.

Após essa etapa inicial, consolida-se uma base sólida de conhecimentos e trocas reflexivas entre os pibidianos, que, a partir das orientações recebidas, passam à fase de construção das aulas 3 e 4. As intervenções são realizadas em grupos formados por alunos dos dois cursos participantes (Letras e Matemática), o que possibilita a integração efetiva entre as áreas. Essa composição é fundamental, pois permite a elaboração de atividades específicas de cada componente curricular, sem perder o caráter interdisciplinar da proposta.

Durante as intervenções, os pibidianos atuam como mediadores do conhecimento, aplicando metodologias ativas como a aprendizagem baseada em projetos e o trabalho colaborativo. Ao término de cada intervenção, os licenciandos produzem registros reflexivos e participam de rodas de conversa, nas quais analisam criticamente as práticas desenvolvidas, identificando avanços, desafios e possibilidades de aprimoramento para as próximas experiências pedagógicas.

Dessa forma, todo o processo metodológico vai sendo construído com base na vivência real do grupo, respeitando o ritmo de cada turma e o envolvimento dos pibidianos em suas práticas. As aulas planejadas e aplicadas mostraram, na prática, o quanto a interdisciplinaridade pode aproximar os conteúdos da realidade dos alunos e dar novo sentido à aprendizagem. Trabalhar os ODS como pano de fundo possibilitou que os licenciandos enxergassem a docência para além do ensino de conteúdos, percebendo-a como espaço de diálogo, reflexão e criação. Foi possível observar o crescimento dos alunos da escola, mas também o amadurecimento dos pibidianos, que passaram a compreender com mais clareza o papel do professor na construção de aulas significativas e conectadas com o mundo atual. Mais do que uma experiência de ensino, o subprojeto se tornou um exercício de escuta, colaboração e sensibilidade, em que cada etapa foi marcada pelo aprendizado conjunto e pela vontade de fazer diferente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As práticas implementadas revelaram-se momentos ricos de troca, reflexão e crescimento, em que teoria e prática se encontraram de forma concreta e transformadora. Ao longo das intervenções, foi possível perceber o envolvimento crescente dos alunos do ensino fundamental, que passaram a participar mais ativamente das aulas, demonstrando curiosidade, senso crítico e abertura para discutir temas sociais e ambientais. Nas aulas relacionadas ao ODS 13, por exemplo, os debates sobre mudanças climáticas despertaram consciência ambiental e atitudes mais responsáveis dentro e fora da escola. Já nas atividades sobre o ODS 10, observou-se sensibilidade dos estudantes para reconhecer situações de desigualdade e preconceito no cotidiano, o que gerou diálogos espontâneos e respeitosos entre os grupos. No ODS 12, a produção de campanhas educativas e vídeos sobre consumo consciente reforçou o protagonismo dos alunos e a importância da escola como espaço de transformação social. Por fim, as discussões do ODS 8 contribuíram para que os estudantes refletissem sobre o mundo do trabalho, valorizando o esforço, a ética e a busca por propósito.

Do ponto de vista da formação docente, os resultados foram igualmente significativos. Os pibidianos vivenciaram na prática os desafios do planejamento, da mediação e da adaptação de conteúdos, compreendendo que ensinar vai além de dominar teorias — é lidar com pessoas, contextos e realidades diversas. O trabalho interdisciplinar exigiu escuta, cooperação e flexibilidade, fortalecendo o senso de pertencimento ao grupo e o olhar sensível para as diferentes formas de aprender. Cada intervenção foi também um exercício de autoconhecimento profissional, no qual os licenciandos puderam refletir sobre suas posturas, seus avanços e suas inseguranças diante da sala de aula.

As rodas de conversa e os registros reflexivos realizados após as aulas mostraram amadurecimento no modo de observar a prática. Muitos pibidianos relataram que, ao participar das etapas de planejamento e execução, começaram a compreender a importância de conectar os conteúdos escolares a temas reais e próximos da vida dos alunos. Essa aproximação fez com que a docência ganhasse sentido, tornando-se mais humana e intencional.

Além disso, o trabalho em parceria entre Letras e Matemática ampliou o repertório pedagógico do grupo, demonstrando que a interdisciplinaridade é mais do que somar disciplinas: é construir pontes entre diferentes modos de pensar. As aulas que uniram interpretação textual e leitura de gráficos, por exemplo, mostraram como o diálogo entre áreas pode tornar o aprendizado mais dinâmico e contextualizado.

De modo geral, a experiência confirmou que o PIBID, ao proporcionar espaços de experimentação, reflexão e criação, é uma das iniciativas mais potentes para o fortalecimento da formação docente. Os resultados alcançados mostram que práticas interdisciplinares pautadas nos ODS não apenas contribuem para o desenvolvimento cognitivo dos alunos da escola, mas também despertam nos licenciandos a consciência de que ser professor é estar em constante processo de aprender, reaprender e reinventar-se.

Abaixo um trecho da atividade realizada tendo como foco a ODS12.

Figura 2: Atividade ODS 12

1. Vamos refletir!

- a) O que está acontecendo na tirinha?
- b) O que a personagem está procurando?
- c) Qual o significado da última cena ("Achados e Perdidos")?



2. Agora é com você! Responda as questões abaixo com base na explicação da aula e a tirinha anterior:

a) Qual é a relação da tirinha anterior com o tema da aula, ODS 12 – Produção e Redução Sustentável?

b) Responda a frase abaixo e com base na sua resposta, faça um desenho:

“Se encontrasse a natureza em um “Achados e Perdidos”, o que você faria?

Desenho:

Fonte: relatório alunos pibidianos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) às práticas pedagógicas, foi possível perceber que a escola se torna um território fértil para promover reflexões sobre o mundo contemporâneo, aproximando os conteúdos curriculares das questões reais que atravessam a vida dos estudantes. Essa aproximação não apenas enriqueceu o processo de ensino-aprendizagem, como também contribuiu para o fortalecimento da formação humana e cidadã.

Para os pibidianos, a experiência representou mais do que um exercício metodológico: foi um mergulho na prática docente, marcado por descobertas, desafios e aprendizagens profundas. A vivência em sala de aula, orientada pela interdisciplinaridade, favoreceu o desenvolvimento de competências essenciais à profissão docente — planejamento, escuta, empatia, criatividade e reflexão crítica. Cada intervenção possibilitou compreender que o ato de ensinar exige sensibilidade e constante reinvenção, pois cada turma, cada aluno e cada contexto trazem novas formas de aprender e ensinar.

Do ponto de vista pedagógico, o projeto mostrou que o trabalho com os ODS contribui para uma educação que ultrapassa o ensino fragmentado, promovendo uma visão mais ampla, ética e integrada do conhecimento. As ações realizadas evidenciam que quando o professor se reconhece como mediador e pesquisador da própria prática, o ensino ganha sentido e se transforma em experiência viva.

Por fim, o subprojeto consolidou-se como um espaço de formação e pertencimento, em que coordenadoras, pibidianos e professores da escola puderam aprender uns com os outros, construindo juntos um caminho de ensino comprometido com a sustentabilidade, a equidade e o desenvolvimento humano. Essa experiência, mais do que um relato, reflete a potência do PIBID como política pública de formação de professores e como inspiração para repensar práticas pedagógicas mais integradas, reflexivas e humanizadas.

REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MORAES, Maria Cândida. *Ecologia dos saberes: complexidade, transdisciplinaridade e educação*. São Paulo: Antakarana/PróLibera, 2008.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2015.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: jul. 2024.

ONU BRASIL. *O que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU?* [vídeo]. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u2K0Ff6bzZ4>. Acesso em: mar. 2024.

UNESCO. *United Nations Decade of Education for Sustainable Development (2005-2014): International Implementation Scheme*. Paris: UNESCO, 2005.

***PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO
TURÍSTICO REGIONAL: PROPOSTA DE APLICATIVO PARA MONITORAMENTO DE
INCENTIVOS FISCAIS***

*PRESERVATION OF CULTURAL AND HISTORICAL HERITAGE AND REGIONAL TOURISM
DEVELOPMENT: PROPOSAL FOR AN APPLICATION TO MONITOR TAX INCENTIVES*

Área temática: 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis

LANZONI, Livia Visconte Cerqueira
Mestranda pelo Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Franca
Especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade Internacional Signorelli
liviacerq@hotmail.com

CARVALHO NETO, Silvio
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutor em Administração pela USP
silvio@facef.br

Resumo

O presente projeto tem por objetivo apresentar uma proposta de pesquisa cujo propósito é investigar o potencial de fomento ao turismo regional a partir da criação de um aplicativo destinado ao monitoramento e controle dos incentivos fiscais concedidos à iniciativa privada para a preservação de prédios históricos e patrimônios culturais. A pesquisa parte da premissa de que a transparência e a efetividade no uso de benefícios fiscais podem representar importante instrumento de valorização do patrimônio cultural, com impacto direto na atratividade turística das regiões contempladas. O estudo se concentrará na legislação vigente no âmbito federal, estadual e municipal, com ênfase na normatividade aplicável ao estado de São Paulo, de modo a mapear os mecanismos legais que subsidiam tais políticas de incentivo. Para tanto, serão utilizados métodos qualitativos baseados em análise documental da legislação, revisão bibliográfica de doutrina especializada e estudo de casos concretos de políticas de incentivo fiscal, com o intuito de identificar boas práticas e eventuais fragilidades nos modelos adotados. Ao final, propõe-se o delineamento de diretrizes para o desenvolvimento de uma plataforma digital que integre dados públicos e privados, visando garantir a rastreabilidade dos investimentos incentivados e promover a articulação entre preservação do patrimônio, desenvolvimento regional e turismo sustentável.

Palavras-chave: Turismo regional, Incentivo fiscal, Patrimônio cultural.

Abstract

The present project aims to propose a research study designed to investigate the potential for promoting regional tourism through the creation of an application dedicated to monitoring and managing tax incentives granted to private initiatives for the preservation of historical buildings and cultural heritage. The research is based on the premise that transparency and effectiveness in the use of tax benefits can serve as a significant instrument for enhancing cultural heritage, with a direct impact on the touristic attractiveness of the regions involved. The study will focus on the current legislation at the federal, state, and municipal levels, with particular emphasis on the normative framework applicable to the State of São Paulo, in order to map the legal mechanisms that support such incentive policies. To achieve this goal, qualitative methods will be employed, including documentary analysis of legislation, bibliographic review of specialized literature, and case studies of existing tax incentive policies, aiming to identify best practices and potential weaknesses in the models adopted. Ultimately, the project proposes outlining guidelines for the development of a digital platform that integrates public and private data, ensuring traceability of incentivized investments and fostering the connection between heritage preservation, regional development, and sustainable tourism.

Keywords: Regional tourism, Tax incentives, Cultural heritage.

1 INTRODUÇÃO

A preservação do patrimônio histórico e cultural tem sido reconhecida como um elemento essencial para a construção da identidade de uma comunidade e como vetor estratégico para o desenvolvimento socioeconômico regional, especialmente por meio da atividade turística. A valorização de prédios históricos e bens culturais, quando associada a políticas públicas eficazes e à participação da iniciativa privada, pode promover a revitalização de áreas urbanas, estimular a economia local e fortalecer a memória coletiva. Nesse contexto, os incentivos fiscais concedidos pelas esferas federal, estadual e municipal surgem como instrumentos relevantes para estimular a participação de agentes privados na preservação desses bens.

No entanto, a efetividade desses mecanismos de incentivo depende não apenas da qualidade da legislação que os rege, mas também de sua adequada aplicação, fiscalização e transparência. A ausência de instrumentos eficientes de controle e monitoramento pode comprometer a finalidade pública dos benefícios fiscais, gerar distorções no uso dos recursos e limitar o impacto positivo sobre o patrimônio protegido e sobre a atividade turística que dele se origina.

Diante disso, o presente projeto propõe investigar a viabilidade e a utilidade da criação de um aplicativo digital voltado ao acompanhamento e controle dos incentivos fiscais concedidos à iniciativa privada para a preservação de prédios históricos e patrimônios culturais no estado de São Paulo. A pesquisa buscará, por meio da análise da legislação vigente, da doutrina especializada e do estudo de casos práticos, exitosos ou não, identificar os principais desafios e oportunidades relacionados à gestão desses incentivos.

A hipótese que orienta este estudo é a de que o uso de uma ferramenta tecnológica integrada, que forneça dados em tempo real sobre os incentivos concedidos, sua aplicação e os resultados alcançados, pode não apenas ampliar a efetividade das políticas de preservação, mas também estimular o turismo regional de forma planejada, transparente e sustentável. Dessa forma, espera-se contribuir com o debate acadêmico e prático sobre a articulação entre patrimônio cultural, inovação tecnológica e desenvolvimento turístico.

Inicialmente, para elaboração do projeto, foi realizada uma busca de referências relacionadas ao propósito do estudo, de acordo com as áreas temáticas afins. Para atingir o propósito da pesquisa, são necessários trabalhos voltados para a questão tributária brasileira, como os trabalhos de Ataliba (2005), Carrazza (2010) e Carvalho (2018; 2019). Também serão utilizados trabalhos voltados para imunidade, não incidência e isenção de impostos, como o trabalho de Harada (2023) e o de Serrano (2011).

Como se trata de incentivos fiscais para preservação de prédios históricos, também serão investigados os trabalhos que envolvem o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), como os de Melo (2020), Oliveira (2025) e Souza (2022).

Por fim, salienta-se que, ao longo do processo de pesquisa, será necessário um amplo procedimento de busca de referências na temática, inclusive com a ligação com políticas públicas e desenvolvimento regional, como os trabalhos de Pimenta e Alves (2010), e o de Luis (2011), que analisa a contribuição de leis de incentivo (incluindo incentivos fiscais municipais e estaduais) na preservação do patrimônio histórico na cidade de São Paulo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento regional sustentável depende, em grande medida, da integração entre políticas públicas, instrumentos econômicos e inovação tecnológica. Nesse contexto, a preservação do patrimônio histórico e cultural emerge como um dos vetores de fortalecimento da identidade local, promoção da coesão social e estímulo à atividade turística (Pimenta; Alves, 2010). O turismo cultural, por sua vez, constitui um importante indutor de crescimento econômico, capaz de gerar emprego, renda e investimentos em infraestrutura, quando articulado a políticas de valorização do patrimônio e de incentivo à iniciativa privada (Luis, 2011).

Os incentivos fiscais configuram-se como mecanismos de natureza extrafiscal, isto é, instrumentos de intervenção estatal indireta que visam promover comportamentos socialmente desejáveis (Carrazza, 2010; Carvalho, 2019). Sua aplicação em políticas de preservação do patrimônio histórico tem por objetivo estimular a participação da iniciativa privada na conservação de bens culturais, compensando, por meio de benefícios tributários, os custos inerentes à manutenção e restauração desses imóveis. No entanto, autores como Harada (2023) e Serrano (2011) apontam que

a efetividade dessas políticas depende de sua adequada regulamentação e de mecanismos transparentes de controle e fiscalização, sob pena de desvirtuamento da finalidade pública.

Do ponto de vista tributário, destaca-se o papel do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) como instrumento extrafiscal de fomento à função social da propriedade (Melo, 2020; Souza, 2022; Oliveira, 2025). A concessão de isenções, reduções de alíquota ou outras formas de benefício fiscal sobre imóveis tombados ou localizados em áreas de interesse cultural constitui uma estratégia de política urbana que pode incentivar a preservação patrimonial e, ao mesmo tempo, impulsionar o turismo regional.

Entretanto, a ausência de ferramentas eficientes de monitoramento e avaliação dos incentivos fiscais compromete a transparência e a efetividade das políticas públicas. O uso de tecnologias digitais, como aplicativos e plataformas integradas, pode contribuir significativamente para a gestão de dados públicos e para a fiscalização social sobre a aplicação dos benefícios. A literatura sobre governo digital e inovação pública evidencia que a adoção de sistemas de informação integrados amplia a eficiência administrativa, fortalece a responsabilidade e facilita o acesso a informações relevantes para a sociedade e para os gestores públicos (Carvalho, 2018; Pimenta; Alves, 2010).

Dessa forma, a criação de um aplicativo de monitoramento e controle dos incentivos fiscais aplicados à preservação de prédios históricos se insere em um contexto de transformação digital da gestão pública e de modernização das políticas de fomento à cultura e ao turismo. Essa ferramenta poderá não apenas facilitar o acompanhamento e a transparência das ações, mas também promover a articulação entre o poder público, o setor privado e a comunidade local na busca por um desenvolvimento regional mais equilibrado e sustentável.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa será qualitativa, com ênfase analítica, combinando investigação teórico-normativa com levantamento empírico de dados. A dissertação pretende integrar aspectos jurídicos e técnicos, com base em uma estrutura interdisciplinar que contemple tanto a análise normativa dos incentivos fiscais quanto o tratamento de dados concretos referentes à sua aplicação.

A pesquisa utilizará, como método principal, a abordagem dedutiva, partindo de premissas teóricas e normativas sobre os incentivos fiscais à preservação do patrimônio histórico-cultural, para, em seguida, analisar sua aplicação prática no contexto do estado de São Paulo. A investigação será estruturada em duas frentes complementares:

1. Abordagem teórico-jurídica:

Compreenderá a análise sistemática da legislação vigente nas esferas federal, estadual e municipal, no que tange à concessão de benefícios fiscais voltados à preservação de bens culturais, bem como o exame da doutrina especializada sobre políticas públicas, direito tributário, patrimônio cultural e turismo. A análise da legislação buscará identificar os fundamentos normativos dos incentivos fiscais, os critérios de concessão e controle, os sujeitos beneficiários e os objetivos institucionais subjacentes às normas.

2. Abordagem empírico-descritiva:

Consistirá no levantamento e análise de dados públicos referentes aos incentivos fiscais concedidos no estado de São Paulo, especialmente aqueles voltados à preservação de prédios históricos e bens culturais. O estudo abrangerá o mapeamento de programas existentes, identificação de empresas ou instituições beneficiárias, valores concedidos, tipo de contrapartida exigida e resultados obtidos em termos de preservação e impacto turístico.

Com relação à proposta de coleta e tratamento de dados, estima-se que a coleta de dados será realizada por meio de fontes documentais e bases públicas, tais como:

- Portais de transparência dos governos federal, estadual e municipal;
- Relatórios de órgãos de controle, como Tribunais de Contas, Ministério Público e Controladorias;
- Bases do IPHAN, CONDEPHAAT, secretarias de cultura, turismo e fazenda;
- Dados legislativos disponíveis em Diários Oficiais, Leis de Incentivo à Cultura (como a Lei Rouanet e a Lei do ICMS Cultural), entre outras fontes relevantes.

A coleta também poderá envolver, se necessário, a utilização de pedidos de acesso à informação (LAI) para obtenção de dados mais específicos sobre a concessão e utilização dos incentivos.

Os dados serão organizados em planilhas eletrônicas e analisados com o apoio de ferramentas de tratamento estatístico e visualização de informações, visando identificar padrões, fragilidades e oportunidades de melhoria na gestão dos incentivos. Esta etapa empírica será fundamental para embasar a proposta de estruturação do aplicativo digital sugerido como produto final da pesquisa.

Portanto, é possível traçar uma síntese metodológica para a presente proposta de pesquisa:

- Método de abordagem: dedutivo, com aplicação de técnicas qualitativas e documentais.
- Técnica de pesquisa: análise documental e estudo de casos.
- Instrumentos: coleta de dados via plataformas públicas, legislação e relatórios oficiais; sistematização de dados em banco próprio; análise crítica dos resultados.
- Resultados esperados: estruturação de proposta de aplicativo baseada em evidências legais e empíricas, capaz de promover maior eficiência e transparência nos incentivos fiscais voltados à preservação patrimonial e ao turismo regional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados esperados da pesquisa decorrem da análise integrada de três dimensões principais: jurídica, tecnológica e socioeconômica. Em primeiro lugar, a análise documental e normativa permitirá identificar os instrumentos legais existentes nas esferas federal, estadual e municipal que amparam os incentivos fiscais voltados à preservação do patrimônio histórico. Espera-se verificar uma diversidade de dispositivos normativos, mas também lacunas quanto à fiscalização, transparência e mensuração de resultados.

A partir do levantamento empírico dos dados públicos, pretende-se mapear casos concretos de utilização dos incentivos fiscais no estado de São Paulo, identificando boas práticas e eventuais fragilidades nos modelos existentes. A análise preliminar indica que, embora haja um número expressivo de benefícios concedidos, poucos são monitorados de forma sistemática ou divulgados de modo acessível à sociedade.

O desenvolvimento do protótipo conceitual do aplicativo será discutido como resultado aplicado da pesquisa, apresentando diretrizes técnicas e jurídicas para sua implementação. O aplicativo buscará integrar bases de dados públicas (como portais de transparência, relatórios de órgãos de controle e registros de instituições culturais) a informações privadas fornecidas por empresas beneficiárias, criando uma plataforma unificada de acompanhamento.

A discussão central está relacionada à relação entre transparência, eficiência administrativa e desenvolvimento regional. Ao permitir o rastreamento em tempo real dos incentivos e de seus impactos, a ferramenta proposta pode reduzir assimetrias de informação, prevenir desvios de finalidade e fortalecer a confiança pública nas políticas de incentivo. Em termos de impacto regional, espera-se que o monitoramento eficaz dos incentivos fiscais contribua para uma valorização mais estratégica dos bens culturais, ampliando o potencial de atração turística e o dinamismo econômico das localidades envolvidas.

Assim, a pesquisa deverá demonstrar que a utilização de soluções tecnológicas associadas à governança pública é um caminho promissor para articular preservação patrimonial, inovação digital e turismo sustentável, promovendo um modelo de desenvolvimento regional mais integrado e participativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente proposta de pesquisa reafirma a relevância de compreender os incentivos fiscais à preservação do patrimônio cultural como instrumentos de política pública capazes de promover o desenvolvimento turístico e regional, desde que aplicados de forma transparente e eficiente. A análise teórica e empírica prevista buscará demonstrar que a ausência de mecanismos de monitoramento compromete a efetividade desses incentivos e limita o alcance de seus benefícios socioeconômicos.

A criação de um aplicativo de monitoramento e controle dos incentivos fiscais constitui uma contribuição inovadora tanto do ponto de vista acadêmico quanto prático, ao propor uma solução

tecnológica que amplia a transparência, fortalece a governança e estimula a participação social. A ferramenta permitirá que gestores públicos, agentes privados e cidadãos acompanhem, em tempo real, a aplicação dos recursos e os resultados alcançados na preservação do patrimônio histórico.

Em termos de contribuição científica, o estudo reforça a importância da interdisciplinaridade entre direito, tecnologia e desenvolvimento regional, destacando que a modernização da gestão pública é um caminho necessário para consolidar políticas de fomento mais eficazes. Do ponto de vista social, espera-se que os resultados sirvam de base para a formulação de políticas públicas mais integradas, capazes de conciliar preservação cultural, transparência fiscal e dinamização do turismo regional.

Por fim, o trabalho pretende demonstrar que o uso responsável da tecnologia, aliado à boa governança e à valorização da identidade cultural, pode transformar os incentivos fiscais em verdadeiros instrumentos de desenvolvimento sustentável, fortalecendo o vínculo entre passado, presente e futuro nas dinâmicas territoriais contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- ATALIBA, Geraldo. *Hipótese de incidência tributária*. 6. ed. São Paulo: Malheiros. 2005.
- CARRAZZA, Roque Antonio. *Curso de direito constitucional tributário*. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- _____. *Direito Tributário: fundamentos jurídicos da incidência*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015 (2a tiragem 2018).
- _____. *Direito Tributário: linguagem e método*. 7. ed. São Paulo: Noeses, 2018.
- HARADA, Kyioshi. *Imunidade, Não Incidência e Isenção Doutrina e Prática*. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2023.
- LUIS, Maria Fernanda Freire. *Incentivando o Patrimônio: a contribuição das leis de incentivo para a preservação do patrimônio histórico brasileiro – casos em São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.
- MELO, José Eduardo Soares de. *IPTU/ITR: Teoria e Prática*. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2020.
- OLIVEIRA, Victor Falcão Sande e. *IPTU: Progressividade, Seletividade e a Função Social da Propriedade Urbana*. 1. ed. São Paulo: Noeses, 2025.
- PIMENTA, CAM., e ALVES, CP, orgs. *Políticas públicas & desenvolvimento regional* [on-line]. Campina Grande: EDUEPB, 2010.
- SERRANO, Mônica de Almeida Magalhães. *Tratado das Imunidades e Isenções Tributárias*. 1. ed. São Paulo: Verbatim, 2011.
- SOUZA, Vanderson da Silva de. *IPTU e Extrafiscalidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

**PROMOÇÃO DA SAÚDE BUCAL DE IDOSOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA:
ELABORAÇÃO DE UMA CARTILHA EDUCATIVA SOBRE AS DOENÇAS BUCAIS MAIS COMUNS
EM IDOSOS**

*PROMOTING ORAL HEALTH FOR ELDERLY PEOPLE IN PRIMARY CARE: PREPARATION OF AN
EDUCATIONAL BOOKLET ON THE MOST COMMON ORAL DISEASES IN ELDERLY PEOPLE*

Área temática: 04

DOURADO, Guilherme de Paula

Universidade de Franca

Mestrando em Promoção de Saúde, Bacharel em Odontologia e Ciências Contábeis

gdourado@unifran.edu.br

NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes

Universidade de Franca

Pós-doutora e Doutora em Promoção de Saúde, Mestre em Educação Física,

Bacharel em Fisioterapia

lilian.nascimento@unifran.edu.br

Resumo

O objetivo deste estudo consiste em divulgar uma cartilha educativa voltada a agentes comunitários de saúde para a promoção da saúde bucal de idosos. Metodologia: Trata-se de um estudo metodológico, realizado entre agosto e setembro de 2025, mediante a uma construção de uma cartilha educativa visando a orientação sobre a importância dos cuidados odontológicos com a pessoa idosa, com etapas de revisão bibliográfica, elaboração textual e construção de material educativo ilustrado, o material foi estruturado sob o olhar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), atenção primária e a promoção de saúde. Resultados: A cartilha, intitulada "Saúde Bucal na Terceira Idade: prevenção e cuidado", é composta por 19 páginas com linguagem simples, ilustrações e tópicos sobre: principais doenças bucais em idosos, cuidados preventivos, higiene oral adequada, uso de próteses dentárias e orientações sobre visitas regulares ao dentista. Considerações finais: Materiais educativos são ferramentas eficazes para a promoção da saúde, contribuindo para o empoderamento dos idosos, incentivo ao autocuidado e prevenção de agravos bucais.

Palavras-chave: Saúde bucal; Idoso; Atenção Primária; Promoção da saúde; Educação em saúde.

Abstract

The objective of this study is to develop an educational booklet aimed at promoting oral health in older adults, addressing the most common diseases in this population and prevention strategies in the context of Primary Health Care. Methodology: This methodological study, conducted between August and September 2025, involved developing an educational booklet aimed at providing guidance on the importance of dental care for older adults. This booklet included a literature review, text development, and illustrated educational material. The material was structured based on the Sustainable Development Goals (SDGs), primary care, and health promotion. Results: The booklet, entitled "Oral Health in Old Age: Prevention and Care," consists of 14 pages of simple language, illustrations, and topics on: major oral diseases in older adults, preventive care, proper oral hygiene, the use of dentures, and guidance on regular dental visits. Final considerations: Educational materials are effective tools for health promotion, contributing to the empowerment of the elderly, encouraging self-care, and preventing oral health problems.

Keywords: Oral health; Elderly; Primary Care; Health promotion; Health education.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional constitui uma das principais transformações demográficas do século XXI. No Brasil, estima-se que, até 2050, mais de 66 milhões de pessoas terão 60 anos ou mais, o que corresponderá a cerca de 30% da população (IBGE, 2018; UNITED NATIONS, 2020). Diante desse quadro, os sistemas de saúde são desafiados a reorganizar práticas e recursos, especialmente no controle de doenças crônicas e na promoção da qualidade de vida, com foco na funcionalidade, na autonomia e na participação social da pessoa idosa.

Nesse contexto, a saúde bucal ganha centralidade. As doenças bucais figuram entre as condições crônicas mais prevalentes na velhice e afetam diretamente funções como mastigação, deglutição e fala, além de repercutirem na nutrição e na autoestima (PERES et al., 2020). Ademais, no Brasil observa-se elevada prevalência de edentulismo (perda total dos dentes), cárie radicular, doença periodontal, xerostomia e câncer bucal (BRASIL, 2019; ANTUNES et al., 2022). Esses agravos, ao se somarem a determinantes sociais e clínicos — como baixa renda, menor escolaridade, múltiplas comorbidades e polimedicção —, ampliam o risco de declínio funcional e comprometem o bem-estar psicossocial, aumentando a vulnerabilidade desse grupo etário.

A Atenção Primária à Saúde (APS) emerge, portanto, como nível prioritário para organizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal. Por sua capilaridade territorial e pelo vínculo longitudinal com os usuários, a APS favorece a detecção precoce de agravos, a oferta de estratégias educativas e o acompanhamento contínuo (MENDES, 2020). Não obstante, embora a saúde bucal esteja incorporada à Estratégia Saúde da Família (ESF), persistem barreiras de acesso, adesão e conhecimento entre pessoas idosas quanto às medidas de cuidado oral (NARVAI; FRAZÃO, 2021). Entre essas barreiras, destacam-se dificuldades de locomoção, baixa literacia em saúde, lacunas de informação sobre o uso correto de próteses e materiais de higiene, além de obstáculos comunicacionais que limitam a compreensão de orientações técnicas.

Frente a tais desafios, materiais educativos estruturados — como cartilhas — configuram um recurso estratégico para a educação em saúde. Ao combinar linguagem acessível, ilustrações e orientações passo a passo, tais materiais favorecem a compreensão e estimulam o autocuidado, contribuindo para o empoderamento das pessoas idosas e para a qualificação do trabalho das equipes de APS. Além disso, alinham-se às práticas de promoção da saúde previstas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com destaque para o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e o ODS 4 (Educação de Qualidade) (WHO, 2021; BRASIL, 2021). Para maximizar seu alcance, recomenda-se atenção a critérios de usabilidade (tipografia adequada, contraste, organização visual), à adequação cultural e à clareza terminológica, de modo a garantir que o conteúdo seja compreensível e aplicável no cotidiano.

Assim, este estudo teve como objetivo divulgar uma cartilha educativa destinada a agentes comunitários de saúde, voltada à orientação da população idosa sobre doenças bucais frequentes, práticas de higienização e medidas preventivas no âmbito da APS. Especificamente, a cartilha contempla cuidados com próteses, escovação com creme dental fluoretado, uso de fio dental/escovas interdentais, manejo de xerostomia, alimentação saudável, redução do consumo de açúcar, álcool e tabaco, além do reconhecimento de sinais de alerta para o câncer bucal e da importância do encaminhamento oportuno. Espera-se, com isso, subsidiar ações educativas em visitas domiciliares e atividades coletivas, fortalecer o vínculo com a comunidade e qualificar a promoção da saúde bucal na atenção primária.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo metodológico voltado à construção de material educativo, desenvolvido entre agosto e setembro de 2025. Esse desenho visa planejar, elaborar e sistematizar instrumentos que apoiem práticas de cuidado e educação em saúde, ancorando-se em evidências científicas e princípios de usabilidade (POLIT; BECK, 2019). A seguir estão detalhados as etapas do desenvolvimento da cartilha:

1) Revisão bibliográfica narrativa: Realizou-se busca nas bases SciELO, PubMed, LILACS e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), contemplando o período de 2018 a 2025. Utilizaram-se os descritores “saúde bucal”, “idoso”, “atenção primária” e “promoção da saúde”, combinados por operadores booleanos. Foram incluídos artigos em português, inglês e espanhol disponíveis na íntegra, bem como documentos oficiais do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde. Essa etapa

fundamentou a seleção de conteúdos clinicamente relevantes e pedagogicamente aplicáveis à Atenção Primária à Saúde (APS).

2) Seleção e análise de conteúdos. Os achados foram avaliados criticamente, priorizando evidências sobre prevalência de doenças bucais em idosos, fatores de risco, impacto na qualidade de vida e estratégias de prevenção. A partir desse corpus, definiram-se mensagens-chave e recomendações práticas alinhadas ao contexto da APS e às necessidades de agentes comunitários de saúde.

3) Elaboração textual. Os conteúdos foram adaptados para linguagem clara e objetiva, considerando características da população idosa e princípios de literacia em saúde. Optou-se por períodos curtos, tópicos destacados e exemplos práticos, com terminologia consistente e definições pontuais de termos especializados quando necessário.

4) Desenvolvimento gráfico. A cartilha foi produzida em formatos digital e impresso (A4), incorporando ilustrações, paleta cromática de alto contraste e quadros explicativos. As imagens foram selecionadas para *representar a diversidade da população idosa brasileira, favorecendo identificação e compreensão. A diagramação priorizou hierarquia visual, legibilidade tipográfica e navegação intuitiva.

5) Organização pedagógica. Os temas foram dispostos progressivamente, iniciando pela relação entre envelhecimento e saúde bucal, avançando para orientações de autocuidado (higienização, uso de próteses, manejo de xerostomia, alimentação e redução de fatores de risco) e concluindo com a importância do acompanhamento periódico com a equipe de saúde.

Por se tratar de pesquisa bibliográfica e de construção de material educativo, sem envolvimento direto de participantes ou dados identificáveis, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução CNS nº 466/2012. Caso se realize etapa posterior com juízes especialistas ou pré-teste com pessoas idosas, recomenda-se verificar a necessidade de apreciação ética conforme normativas vigentes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A versão final do produto educacional é a cartilha “Saúde Bucal na Terceira Idade: Promoção da saúde e cuidado”, composta por 19 páginas, com linguagem acessível, frases curtas, ilustrações didáticas e elementos visuais que facilitam a compreensão e a adesão do público idoso. O documento apresenta capa com o título, identificação de autores (Prof. Guilherme de Paula Dourado; Prof.^a Dra. Lilian Cristina Gomes do Nascimento) e seção de apresentação que reforça a mensagem central: “cuidar do sorriso é cuidar da saúde e do bem-estar” e que se trata de uma cartilha com dicas práticas e educativas (p. 1–4).

O documento apresenta capa com o título, identificação de autoria e ficha de catalogação; em seguida, uma apresentação reforça a mensagem central de que “cuidar do sorriso é cuidar da saúde e do bem-estar” e situa o material como um conjunto de dicas práticas e educativas, o que sinaliza de antemão o caráter aplicado do conteúdo para uso em território pelas equipes de APS (p. 1–4).

A primeira seção conceitua saúde bucal de modo sintético e a articula à saúde integral, destacando benefícios diretos sobre alimentação, autoestima e prevenção de agravos. Para agentes comunitários de saúde (ACS), esse enquadramento fornece um argumento motivacional claro para rodas de conversa e visitas domiciliares, facilitando a tradução do tema para situações do cotidiano e o engajamento de pessoas idosas e cuidadores (p. 5).

Na sequência, a cartilha descreve os principais problemas bucais na velhice — cárie radicular, doença periodontal, boca seca (xerostomia), câncer bucal e perda dentária — organizados em tópicos que favorecem identificação rápida e memorização. Para os ACS, esse repertório mínimo funciona como guia de triagem inicial, apoio à orientação oportuna e base para encaminhamento à equipe odontológica durante ações extramuros e visitas (p. 6).

A partir dos agravos, o material elenca fatores de risco passíveis de intervenção comunitária — higiene oral inadequada, uso de medicamentos associado à boca seca, dieta rica em açúcares, tabagismo, consumo de álcool e ausência de visitas regulares ao serviço — reforçando o raciocínio preventivo e a responsabilidade compartilhada. Para os ACS, conhecer e mapear esses determinantes

permite planejar aconselhamento breve, articular a rede (odontologia e nutrição) e priorizar grupos mais vulneráveis nas agendas do território (p. 7).

O documento então sintetiza o eixo “Prevenção é o melhor caminho”, conectando riscos às práticas protetoras: escovação correta, uso diário de fio dental, escovação da língua e alimentação equilibrada. Para os ACS, essa transição do “o que evita” para o “como fazer” serve de roteiro objetivo para demonstrações práticas, pactuação de metas simples e monitoramento de adesão em domicílios e grupos (p. 8).

Para operacionalizar a prevenção, a cartilha apresenta um passo a passo de higiene oral em formato de checklist: uso de escova macia, creme dental com flúor, escovação três vezes ao dia e fio dental diário. Essa padronização facilita repetição, memorização e supervisão do autocuidado; na rotina dos ACS, funciona como lista de verificação para identificar barreiras (dificuldade motora, falta de insumos) e acionar soluções viáveis com a equipe (p. 9).

Em continuidade, o material integra orientações alimentares de fácil aplicação — incentivar frutas e verduras, reduzir doces, manter hidratação —, reforçando a interface entre dieta, risco de cárie e manejo da xerostomia. Para os ACS, a mensagem possibilita coerência interprogramática (ex.: grupos de crônicos) e articulação com a nutrição para ações educativas integradas (p. 10).

Reconhecendo a alta prevalência de reabilitação protética, há uma seção específica sobre uso de próteses dentárias, com ênfase em higienização diária, não dormir com a prótese e realizar ajustes periódicos com o dentista, prevenindo traumas e infecções. Para os ACS, esses pontos orientam a identificação de maus usos, a correção de práticas no domicílio e o encaminhamento para ajustes quando necessário (p. 11).

Como estratégia de detecção precoce, a cartilha lista sinais de alerta que exigem avaliação: feridas que não cicatrizam, sangramento, halitose persistente, dor e mobilidade dentária, em linguagem direta do tipo “procure o dentista se notar...”. Para os ACS, essa formulação funciona como protocolo comunicacional breve capaz de reduzir atrasos diagnósticos, inclusive em condições potencialmente graves, como o câncer bucal (p. 12).

O documento reforça a periodicidade das visitas — consultas semestrais — e orienta sobre acesso pelo SUS, institucionalizando prevenção e acompanhamento contínuo. Na prática dos ACS, essa orientação sustenta o papel de navegação em saúde, com organização de encaminhamentos, apoio a agendamentos e busca ativa de faltosos (p. 13).

Sob perspectiva psicossocial, a cartilha destaca que a saúde bucal melhora a autoestima, facilita a socialização e eleva o bem-estar, conectando o cuidado oral à participação social. Para os ACS, essa ênfase amplia a motivação dos usuários e permite pactuar objetivos de vida (comer melhor, sorrir sem dor) como metas de cuidado (p. 14).

O material ancora-se ainda nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 4 (Educação) e ODS 10 (Redução das desigualdades) —, o que confere legitimidade pública às ações educativas, favorece parcerias intersetoriais e orienta registros qualificados de promoção da saúde no território (p. 15).

Como fechamento operacional, a cartilha reúne dicas práticas do dia a dia — trocar a escova a cada três meses, guardar a prótese limpa, evitar cigarro e álcool, manter check-ups regulares —, compondo um lembrete de rápida consulta que auxilia o acompanhamento longitudinal do autocuidado pelos ACS (p. 16).

As páginas finais apresentam mensagem motivacional, agradecimentos, referências e realização com vínculo institucional, garantindo rastreabilidade das fontes e reforçando a credibilidade do material como instrumento pedagógico para a Atenção Primária à Saúde (p. 17–19).

O design gráfico privilegia cores contrastantes, tipografia legível, ilustrações representativas de pessoas idosas e quadros/tópicos que sintetizam as mensagens-chave (por exemplo, os blocos de “Sinais de alerta” e “Dicas práticas do dia a dia”). As imagens distribuídas ao longo das seções funcionam como pistas visuais que reforçam a mensagem educativa (e.g., grupos de idosos na prevenção, profissional de saúde na orientação clínica), contribuindo para a usabilidade e a navegação intuitiva (p. 6, 8, 9, 10, 12 e 16).

A educação em saúde configura-se como eixo estruturante da APS e tem especial pertinência quando direcionada à população idosa, que frequentemente enfrenta barreiras de acesso, limitações funcionais e desafios de letramento em saúde. Nesse cenário, materiais impressos claros, visualmente amigáveis e culturalmente pertinentes cumprem papel mediador entre a recomendação técnica e a prática cotidiana, ampliando a compreensão e a capacidade de decisão dos usuários (PIMENTEL, 2019). Os resultados deste estudo — materializados na cartilha “Saúde Bucal na Terceira Idade: Prevenção e Cuidado” — indicam que é possível traduzir conteúdos essenciais de prevenção, sinais

de alerta e navegação no sistema de saúde em mensagens curtas, de alta legibilidade e apoiadas por ilustrações, o que favorece a adesão e o autocuidado em domicílio.

A evidência de que cartilhas educativas podem modificar hábitos de saúde sustenta a escolha metodológica do presente trabalho, sobretudo quando os conteúdos combinam instruções passo a passo, linguagem concreta e exemplos aplicáveis à rotina (XIMENES et al., 2019). No escopo da saúde bucal, a pertinência é ainda maior: condições como edentulismo, doença periodontal, xerostomia e câncer bucal impactam não apenas funções orais (mastigação, deglutição e fala), mas também nutrição e qualidade de vida, dimensões centrais para o envelhecimento saudável (BRASIL, 2015). Ao organizar o conteúdo em eixos lógicos — conceito de saúde bucal; agravos prioritários; fatores de risco; medidas preventivas; passo a passo de higiene; uso correto de próteses; sinais de alerta e busca por cuidado; periodicidade de consultas e acesso pelo SUS; e, por fim, dicas operacionais — a cartilha dialoga com princípios de aprendizagem do adulto e com estratégias de mudança de comportamento, incorporando pistas visuais (checklists, quadros de síntese) que funcionam como lembretes e facilitadores do hábito.

A mediação profissional é componente decisivo para a efetividade de materiais educativos. No contexto brasileiro, os agentes comunitários de saúde (ACS) têm posição singular para ativar o potencial da cartilha: identificam barreiras domiciliares (falta de insumos, dificuldades motoras para o uso de fio dental, manejo inadequado de próteses), realizam aconselhamento breve para tabaco e álcool, fazem a ponte com odontologia e nutrição e organizam encaminhamentos e busca ativa. O produto desenvolvido foi propositalmente estruturado para essa mediação: cada seção oferece linguagem de fácil replicação em rodas de conversa, visitas e grupos, sem perder a precisão terminológica necessária ao ambiente clínico. Assim, além de qualificar a prática educativa, a cartilha sustenta linhas de cuidado centradas na prevenção e no diagnóstico precoce, com ênfase em sinais que demandam avaliação oportuna (feridas que não cicatrizam, sangramento, halitose persistente, dor ou mobilidade dentária).

Outro aspecto discutido refere-se ao alinhamento intersetorial. Ao explicitar a contribuição da saúde bucal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) — notadamente o ODS 3 (Saúde e bem-estar) e o ODS 4 (Educação de qualidade) —, o material amplia seu escopo para além do consultório, posicionando-se como insumo de educação permanente nas equipes e de educação em saúde nos territórios. Essa vinculação favorece a institucionalização de ações preventivas no nível local, orienta o registro qualificado de atividades e cria oportunidades de parcerias (escolas, centros de convivência, assistência social), contribuindo para reduzir iniquidades informacionais e de acesso.

Do ponto de vista pedagógico e de design instrucional, a opção por tipografia legível, alto contraste, ilustrações representativas da diversidade étnica e cultural e organização visual em tópicos curtos responde a recomendações de acessibilidade para pessoas idosas e para públicos com diferentes níveis de letramento. Tais escolhas não são meramente estéticas: elas operam como tecnologias leves que reduzem a carga cognitiva, orientam a atenção para mensagens-chave e facilitam a transferência do conhecimento para a prática — por exemplo, por meio de um checklist de higiene oral que pode ser facilmente memorizado e monitorado ao longo do tempo. Em saúde bucal, essa abordagem é estratégica porque a prevenção depende de comportos repetitivos e técnicas corretas (escovação com flúor, fio dental diário, cuidados com próteses), que tendem a ser melhor incorporados quando a instrução é simples, repetível e visualmente ancorada.

Ainda que o produto educacional apresente aplicabilidade imediata na APS, alguns limites devem ser considerados. Em primeiro lugar, materiais impressos podem não alcançar, por si, pessoas com baixa acuidade visual ou analfabetismo funcional; nesses casos, a mediação do ACS e a oferta de formatos complementares (roda de conversa, demonstração prática, videoaulas curtas, leitura compartilhada) são fundamentais. Em segundo, diferenças culturais, linguísticas e de contexto (urbano/rural, comunidades tradicionais) exigem adaptação semântica e iconográfica contínua, para manter a pertinência local. Em terceiro, para documentar impacto, recomenda-se conduzir avaliações formativas e somativas: medir compreensão e usabilidade (pré-teste), intenção de mudança e, quando possível, desfechos objetivos (p. ex., frequência de escovação com flúor, uso regular de fio dental, adequação do uso de prótese, busca oportuna por sinais de alerta, comparecimento a consultas de rotina). Tais avaliações fortaleceriam a validade externa do material e orientariam ciclos de melhoria.

As implicações práticas desta discussão incluem a incorporação da cartilha em rotinas da APS: educação em salas de espera; visitas domiciliares com demonstração de técnicas; grupos de pessoas idosas e de cuidadores; ações conjuntas com escolas e CRAS para abordagens intergeracionais; e capacitação periódica dos ACS, utilizando a própria cartilha como roteiro formativo. Em termos de gestão, a disponibilização de insumos (escovas macias, creme dental fluoretado, fio/escovas interdentais) e a organização de fluxos de encaminhamento para ajuste de próteses e avaliação de

lesões são condições sistêmicas que potencializam os efeitos do material. Finalmente, ao reforçar a mensagem de que saúde bucal é parte da saúde integral e da participação social na velhice, a cartilha contribui para um modelo de cuidado centrado na pessoa e orientado à funcionalidade — em consonância com a literatura que associa informação de qualidade, mediação profissional e acessibilidade como determinantes da efetividade educativa em populações idosas (PIMENTEL, 2019; XIMENES et al., 2019; BRASIL, 2015).

Em síntese, a discussão dos achados aponta que materiais educativos bem desenhados, mediados por ACS e integrados aos fluxos da APS são estratégias factíveis e custo-efetivas para qualificar o cuidado em saúde bucal na velhice, com potencial para melhorar práticas preventivas, favorecer detecção precoce e fortalecer o vínculo com a rede de serviços. O alinhamento às metas dos ODS 3 e 4 sinaliza ainda a relevância social e política da proposta, ao mesmo tempo em que orienta sua sustentabilidade e escalabilidade em políticas locais de promoção da saúde.

Alguns aspectos do presente trabalho merecem registro, sobretudo para orientar etapas subsequentes. Em primeiro lugar, por tratar-se de uma fase de desenvolvimento de material educativo, não foi objetivo incluir procedimentos formais de validação (p. ex., painel de especialistas, cálculo de IVC/IVI ou técnica Delphi) nem pré-teste com o público-alvo. Considera-se essa validação uma próxima etapa natural, a fim de refinar conteúdo e linguagem à luz de julgamentos técnicos e da experiência dos usuários.

No tocante à clareza e legibilidade, o texto foi intencionalmente elaborado com linguagem simples e alto contraste gráfico; contudo, não se aplicaram métricas padronizadas (como índices de legibilidade ou instrumentos de avaliação de materiais educativos). A incorporação desses parâmetros em estudos futuros poderá quantificar a adequação do material a diferentes perfis de letramento em saúde.

A busca bibliográfica foi ampla e atual, delimitada a bases e ao período 2018–2025; entretanto, não incluiu, nesta etapa, avaliação sistemática do risco de viés nem levantamento estruturado de literatura cinzenta. Em desenvolvimentos posteriores, ampliar as fontes e formalizar tais avaliações pode robustecer a base de evidências que sustenta as mensagens-chave. Quanto à acessibilidade, o material atenta a princípios de usabilidade para pessoas idosas; ainda assim, versões alternativas (fonte ampliada, áudio, vídeo, leitura facilitada) e testes específicos com públicos com baixa acuidade visual ou alfabetização funcional limitada tendem a expandir o alcance e a equidade do produto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cartilha configura um instrumento pedagógico de rápida leitura e alta aplicabilidade, coerente com os princípios da Atenção Primária à Saúde: orienta o autocuidado, sinaliza quando procurar o serviço e explicita práticas preventivas sustentadas por mensagens simples e repetíveis (higiene com flúor, fio dental diário, alimentação equilibrada, abandono de tabaco/álcool, manutenção de próteses e consultas periódicas). O vínculo com ODS 3, 4 e 10 explicita a relevância pública do material, enquanto o box final de “Dicas práticas” apoia o uso cotidiano por pessoas idosas e cuidadores, além de facilitar a mediação por profissionais e agentes comunitários em ações educativas.

A elaboração da cartilha educativa sobre saúde bucal de idosos reforça a importância de estratégias de promoção da saúde na Atenção Primária. O material produzido se apresenta como recurso didático eficaz, contribuindo para a prevenção das doenças bucais mais comuns nessa população, estimulando o autocuidado e favorecendo o envelhecimento saudável.

Recomenda-se a utilização da cartilha por equipes multiprofissionais da APS, em consultas odontológicas, grupos educativos e visitas domiciliares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Relatório mundial de envelhecimento e saúde. Brasília: OMS, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais. Brasília: IBGE, 2018.

MALLMANN, D. G. et al. Educação em saúde como principal alternativa para promover a saúde do idoso. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, p. 1763-1772, 2015.

PIMENTEL, G. S. R. O Brasil e os desafios da educação e dos educadores na agenda 2030 da ONU. Revista Nova Paideia, v. 1, n. 3, p. 22-33, 2019.

SILVA, M. A. et al. Condições de saúde bucal em idosos brasileiros: revisão integrativa. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 23, n. 5, p. 1-10, 2020.

WHO. World Health Organization. World Report on Ageing and Health. Geneva: WHO, 2015.

XIMENES, M. A. M. et al. Construção e validação de cartilha educativa para prevenção de quedas no hospital. Acta Paulista de Enfermagem, v. 32, p. 433-441, 2019.

**PROMOÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: PERSPECTIVAS, DESAFIOS E
ESTRATÉGIAS NO SUS**

Promoting Workers' Health in Primary Care: perspectives, challenges and strategies in the SUS

Área temática: Saúde e Bem-estar

SILVA, Laís Caroline
Laís Caroline da Silva
Universidade de Franca
Mestre em Promoção de Saúde; Doutoranda em Promoção de Saúde; Bacharel em Fisioterapia,
Especialização Fisioterapia do Trabalho e Ergonomia, Especialização Fisioterapia Forense,
Especialização Fisiologia e Anatomia Humana, Especialização em Dermatofuncional, Especialização
Urgência e Emergência
clais3521@gmail.com

ARAÚJO, Gleison Luis
Gleison Luís Araujo
Universidade de Franca
Mestre em Serviço Social, Bacharel em Direito,
Bacharel em Relações Internacionais, Bacharel em História, Especialização em Gestão Ambiental.
gleison.araujo@unifran.edu.br

NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes
Universidade de Franca
Pós-doutora e Doutora em Promoção de Saúde, Mestre em Educação Física,
Bacharel em Fisioterapia
lilian.nascimento@unifran.edu.br

Resumo

Este capítulo discute a promoção da saúde na Atenção Primária à Saúde (APS) como processo integrado, articulando marcos nacionais (PNSTT, PNPS e NR-32) a estratégias de inovação e sustentabilidade com vistas a fortalecer o cuidado e proteger os trabalhadores do SUS. Com base em revisão narrativa/crítica (2010–2025), integram-se evidências científicas, documentos normativos e experiências de implementação para responder como tais práticas podem avançar os ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e ODS 8 (Trabalho Decente). Os achados indicam que combinar ergonomia, biossegurança, apoio psicossocial/Qualidade de Vida no Trabalho, educação permanente e monitoramento de indicadores (absenteísmo, incidentes, clima/QVT, adesão a EPIs, gestão de resíduos) reduz Burnout e rotatividade, estabiliza equipes e melhora a segurança do cuidado, instaurando ciclo virtuoso entre trabalho decente e resultados assistenciais. A inovação agrega valor quando co-construída com as equipes e avaliada quanto à custo-efetividade; a sustentabilidade, por sua vez, requer gestão responsável de insumos, energia e resíduos, reforçando resiliência e perenidade. Persistem desafios de infraestrutura, recursos e governança, mitigáveis por planejamento estratégico, financiamento previsível e participação social/intersectorial. Conclui-se que integrar prática e pesquisa é crucial para consolidar intervenções escaláveis e equitativas, alinhadas às metas dos ODS e ao cotidiano dos territórios.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde, Saúde do Trabalhador, Sustentabilidade em Saúde.

Abstract

This chapter discusses health promotion in Primary Health Care (PHC) as an integrated process, articulating national frameworks (PNSTT, PNPS, and NR-32) with strategies of **innovation** and **sustainability** to strengthen care and protect SUS workers. Based on a narrative/critical review (2010–2025), it integrates scientific evidence, policy documents, and implementation experiences to answer how such practices can advance **SDG 3** (Health and Well-Being) and **SDG 8** (Decent Work and Economic Growth). Findings indicate that combining ergonomics, biosafety, psychosocial support/Quality of Work Life, continuing education, and monitoring of indicators (absenteeism, incidents, climate/QWL, PPE adherence, waste management) reduces burnout and turnover, stabilizes teams, and improves patient safety, creating a **virtuous cycle** between decent work and care outcomes. Innovation adds value when co-designed with teams and assessed for cost-effectiveness; sustainability, in turn, requires responsible management of supplies, energy, and waste, reinforcing resilience and continuity. Nevertheless, challenges such as infrastructure, resource constraints, and governance gaps remain, which can be mitigated through strategic planning, predictable funding, and social and intersectoral participation. The chapter concludes that integrating practice and research is crucial to consolidate scalable and equitable interventions, aligned with the SDGs and the everyday reality of territories.

Keywords: Primary Health Care, Workers' Health, Health Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo insere-se no âmbito das práticas de promoção da saúde voltadas aos trabalhadores da Atenção Primária à Saúde (APS) no Sistema Único de Saúde (SUS). A saúde de profissionais que atuam nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nas Estratégias de Saúde da Família (ESF) é condição estratégica não apenas para seu próprio bem-estar, mas também para a qualidade do cuidado prestado à população, pois o trabalho em saúde exige elevada dedicação, expõe a riscos ocupacionais físicos e emocionais e pode repercutir na saúde mental e física.

Para compreender esse cenário, é útil recuperar brevemente a trajetória do SUS. Fruto do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (década de 1970), o sistema consolidou-se com a Constituição de 1988 e a Lei Orgânica da Saúde (1990), erguendo-se sobre os princípios de universalidade, integralidade e equidade. Esse marco superou o modelo previdenciário restrito aos trabalhadores formais e ampliou o acesso como direito de todos e dever do Estado.

Sob forte influência da Declaração de Alma-Ata (1978) e da Carta de Ottawa (1986), o SUS priorizou a APS, estimulando participação comunitária e incorporando os determinantes sociais da saúde. Ainda assim, persistem desafios que atravessam o cotidiano do trabalho: sobrecarga, infraestrutura precária e riscos ocupacionais—fatores que afetam simultaneamente a saúde do trabalhador e a qualidade do atendimento.

Nesse percurso, a Estratégia Saúde da Família (ESF) tornou-se eixo estruturante da APS ao fortalecer vínculos entre profissionais e comunidades e favorecer o cuidado longitudinal. Contudo, a fragmentação de redes, a permanência de traços do modelo biomédico e as pressões do modo de produção sobre o processo de trabalho introduzem tensões que incidem sobre a saúde dos profissionais.

Diante disso, a formação permanente emerge como resposta essencial. Ao qualificar práticas e apoiar modos de trabalho mais saudáveis, ela se alinha à Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) (2006), que propõe articular ações voltadas tanto à saúde da população quanto à dos trabalhadores, reforçando uma visão sistêmica do cuidado.

Embora a atenção básica seja fonte de sentido e realização, também pode produzir sofrimento, sobrecarga e adoecimento—com repercussões na qualidade de vida no trabalho (QVT), incluindo risco de síndrome de burnout. Tais efeitos se agravam quando coexistem condições precárias de infraestrutura, escassez de recursos e altas demandas assistenciais.

Por isso, promover a saúde do trabalhador não é acessório: reduz absenteísmo, melhora produtividade, fortalece vínculos e qualifica os serviços. Esse compromisso encontra respaldo na Norma Regulamentadora NR-32 e dialoga com os Objetivos Desenvolvimento Sustentável ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), reafirmando a

necessidade de ambientes laborais seguros, saudáveis e dignos. Em outras palavras, cuidar de quem cuida é estratégia de fortalecimento do próprio SUS: reduz custos, estabiliza equipes e melhora a qualidade da atenção.

Nesse contexto, os programas de promoção da saúde na Atenção Básica têm priorizado a prevenção de riscos ocupacionais—com destaque para LER/DORT—por meio de ergonomia, educação e conscientização. Essas ações diminuem os afastamentos, reduzem custos socioeconômicos e fomentam o trabalho decente, em consonância com a Agenda 2030.

Além disso, a APS, enquanto coordenadora do cuidado, deve expandir a vigilância em saúde para integrar saúde ambiental e do trabalhador. Todavia, o sistema ainda carece de arranjos que deem conta das inter-relações entre trabalho, saúde, doença e ambiente. A integração entre Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador é crucial, considerando que os riscos frequentemente decorrem de modelos produtivos que degradam recursos naturais e humanos, com impacto direto no adoecimento.

Entre esses riscos, destaca-se a gestão de resíduos sólidos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), que requer práticas seguras e ambientalmente responsáveis para proteger trabalhadores, usuários, comunidades e o meio ambiente. A NR-32 estabelece diretrizes específicas para a proteção à saúde e à segurança em estabelecimentos de saúde (com ênfase nos riscos biológicos, químicos e ergonômicos), sendo particularmente relevante para UBS e ESF, onde há contato direto e frequente com agentes infecciosos, esforço físico, desgaste emocional e intensidade de trabalho.

Dessa forma, articular o projeto à NR-32 fornece base normativa e técnica para intervenções que contemplem não apenas a proteção física, mas também a saúde mental e o clima organizacional, suprimindo lacunas já identificadas no cumprimento de normas e na organização do trabalho na APS.

Para enfrentar esses desafios de modo consequente, propõe-se uma condução multidisciplinar, reunindo saúde, psicologia, administração e ergonomia. Tal integração permite análise abrangente das condições e demandas do trabalho e soluções efetivas do desenho de processos à qualificação de lideranças e equipes.

Essa orientação converge com as diretrizes da Medicina do Trabalho e prevenção, monitoramento contínuo e ambientes saudáveis com a própria lógica do SUS, que inclui a promoção da saúde mental frente ao estresse cotidiano dos profissionais. Ao alinhar-se às Normas Regulamentadoras e aos ODS 3 e 8, a proposta favorece qualidade de vida, reduz absenteísmo e aumenta a eficiência do sistema.

Em síntese, sob a lente da Agenda 2030 que articula desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental, defendem-se intervenções no SUS que integrem prevenção, bem-estar e capacitação contínua, fortalecendo a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e a sustentabilidade na atenção básica.

Nesse horizonte, o estudo objetiva identificar e sistematizar práticas descritas na literatura sobre saúde e bem-estar dos trabalhadores da APS, com foco em intervenções preventivas e proativas que aprimorem condições de trabalho e qualidade de vida de forma sustentável. Para tanto, serão elaboradas propostas de enfrentamento do desgaste fundamentadas em evidências que orientem mudanças de processo e preparem as equipes para implementar ações de promoção da saúde no ambiente laboral. Como objetivos primários, prevê-se avaliar QVT e níveis de estresse dos trabalhadores da Atenção Básica; como objetivos secundários, mapear condições de saúde e trabalho nas UBS e ESF, desenvolver e executar estratégias de saúde mental, ergonomia e redução do estresse, capacitar gestores e equipes, mensurar impactos das intervenções rumo a um modelo sustentável de cuidado e adotar práticas seguras e ambientalmente responsáveis para o manejo de resíduos gerados na Atenção Básica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo organiza os fundamentos conceituais e normativos que sustentam a análise da promoção da saúde dos trabalhadores da APS no SUS, com foco na qualidade de vida no trabalho (QVT), nos riscos e desafios do processo de trabalho e nas estratégias de gestão e cuidado capazes de transformar contextos laborais. Parte-se de uma visão ampliada de saúde — ancorada nos determinantes sociais, ambientais e organizacionais — para integrar políticas, marcos internacionais e nacionais, e evidências que orientam intervenções factíveis e sustentáveis no cotidiano das UBS e da ESF.

Nesse sentido, o item 2.1 apresenta políticas e marcos internacionais (Declaração de Alma-Ata e Cartas de Promoção da Saúde, como Ottawa e Bangkok), que consolidam princípios de universalidade, equidade, participação social e ambientes saudáveis, oferecendo a base para a priorização da APS e da promoção da saúde no mundo e no Brasil. O item 2.2 aproxima tais princípios do contexto nacional, detalhando a Programa Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT,) a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) e a NR-32, que estruturam a proteção integral à saúde do trabalhador e articulam vigilância, prevenção e promoção no âmbito do SUS. A partir desse alicerce, segue-se discutindo os riscos e desafios na APS (biológicos, ergonômicos e psicossociais) e seus efeitos sobre o adoecimento e o absenteísmo; e aprofunda o constructo QVT como eixo ordenador de intervenções que favoreçam segurança, motivação, desempenho e cuidado humanizado; e o item 2.3 vincula sustentabilidade e inovação aos ODS da Agenda 2030 (especialmente ODS 3 e ODS 8), destacando tecnologias, educação permanente e práticas ecoeficientes (como gestão de resíduos) como vetores de melhoria contínua. Em conjunto, esses tópicos compõem a moldura teórica que orienta a seleção de categorias analíticas, a interpretação dos achados e a proposição de caminhos para cuidar de quem cuida na APS.

2.1 Políticas e Marcos Internacionais

As Cartas de Conferência de Saúde constituem documentos fundamentais que registram os compromissos, diretrizes e propostas aprovadas em conferências nacionais, estaduais ou municipais de saúde. Esses eventos reúnem gestores, profissionais da saúde, pesquisadores e representantes da sociedade civil com o objetivo de avaliar políticas públicas e propor ações que fortaleçam o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Entre os diversos temas discutidos, a Promoção da Saúde ocupa um espaço central, refletindo a preocupação em ir além da atenção curativa, priorizando a prevenção de doenças e a melhoria da qualidade de vida da população. As cartas elaboradas nas conferências de saúde enfatizam que a promoção da saúde envolve um conjunto de estratégias integradas que contemplem fatores sociais, culturais, econômicos e ambientais. Elas reforçam a necessidade de políticas intersetoriais, que unam saúde, educação, assistência social, esporte e cultura, com o objetivo de criar ambientes mais saudáveis e reduzir desigualdades em saúde. Um ponto recorrente nessas cartas é o estímulo à participação comunitária, considerando que a população deve ser protagonista no planejamento e na implementação de ações de promoção da saúde, garantindo que as estratégias atendam às necessidades reais das comunidades.

Além disso, as cartas de conferência destacam a importância de capacitar profissionais de saúde para atuar de forma preventiva, promovendo hábitos saudáveis e fortalecendo a atenção primária. Elas também ressaltam a necessidade de monitoramento e avaliação contínua das políticas implementadas, permitindo ajustes e aperfeiçoamentos que maximizem seus impactos na população. Em resumo, as cartas de conferência de saúde funcionam como documentos norteadores, consolidando princípios de equidade, participação social e intersetorialidade, essenciais para a efetivação da promoção da saúde no país.

A Declaração de Alma-Ata foi um marco histórico na saúde pública mundial, elaborada durante a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada em 1978, na cidade de Alma-Ata (atual Almaty, no Cazaquistão). Esse documento estabeleceu a Atenção Primária à Saúde (APS) como estratégia central para alcançar o ideal de “Saúde para Todos” até o ano 2000, defendendo que a saúde é um direito humano fundamental e que sua garantia depende de ações integradas de governos, profissionais de saúde e da comunidade. A declaração destacou que os sistemas de saúde deveriam priorizar a promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, de forma acessível e próxima à realidade das populações. Também reforçou princípios como equidade, universalidade, participação social e justiça social, além da importância da integração entre os diferentes setores da sociedade (educação, saneamento, alimentação, habitação) para a melhoria das condições de vida.

No Brasil, os ideais de Alma-Ata influenciaram diretamente a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que tem a Atenção Primária à Saúde como porta de entrada preferencial para o cuidado, principalmente por meio das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e da Estratégia Saúde da Família

(ESF). Assim, a Alma-Ata permanece atual, pois reforça a necessidade de sistemas de saúde universais, acessíveis, integrais e sustentáveis, voltados não apenas para tratar doenças, mas para promover saúde, reduzir desigualdades e melhorar a qualidade de vida das populações.

A Carta de Bangkok para a Promoção da Saúde foi elaborada em 2005, durante a 6ª Conferência Global de Promoção da Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), realizada em Bangkok, Tailândia. Ela surgiu como uma atualização e um reforço da Declaração de Ottawa (1986), trazendo novas perspectivas frente às mudanças globais, como a globalização, as transformações econômicas, sociais e ambientais e o avanço das tecnologias.

O documento reafirma que a saúde é um direito humano fundamental e um recurso essencial para o desenvolvimento social e econômico. A Carta de Bangkok amplia a visão da promoção da saúde, destacando a necessidade de enfrentar determinantes sociais da saúde, como pobreza, desigualdade, exclusão social, consumo nocivo de produtos, violência e degradação ambiental.

Em conjunto, Alma-Ata, Ottawa e Bangkok mostram a evolução da promoção da saúde: de uma abordagem centrada na atenção primária e acesso universal, para uma visão integrada e intersetorial que considera os determinantes sociais, ambientais e econômicos da saúde, promovendo políticas sustentáveis, equitativas e voltadas ao bem-estar da população.

2.2 Saúde do Trabalhador no SUS

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), criada em 23 de agosto de 2012, é uma política pública do Sistema Único de Saúde (SUS) que visa proteger e promover a saúde dos trabalhadores, considerando a relação entre trabalho, saúde e doença. Nesse sentido, a PNSTT tem como objetivo identificar riscos ocupacionais, desenvolver ações de prevenção e vigilância, promover a educação em saúde e apoiar intervenções que melhorem as condições de trabalho. Ao reconhecer que o processo de adoecimento do trabalhador está diretamente ligado às condições laborais e ao contexto social e econômico, a política destaca a importância de respostas integradas, intersetoriais e sustentáveis para a saúde ocupacional.

Em complementaridade, a NR 32 (Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde) estabelece diretrizes específicas para proteger a saúde e a segurança dos profissionais que atuam em ambientes de saúde, como hospitais, clínicas, laboratórios, UBS e ESF. Para isso, define medidas de prevenção e controle de riscos biológicos, químicos, físicos e ergonômicos, garantindo ambientes seguros, acesso a equipamentos de proteção individual (EPIs), treinamento em biossegurança e monitoramento contínuo da saúde dos trabalhadores. Assim, a NR 32 também reforça a necessidade de integração entre segurança do trabalho, qualidade do atendimento e bem-estar do trabalhador.

Em conjunto, a PNSTT e a NR 32 fornecem o arcabouço para a proteção integral do trabalhador da saúde no Brasil, promovendo ações preventivas, educação contínua, redução de riscos ocupacionais e melhoria da qualidade de vida no trabalho. Como decorrência, fortalecem a Atenção Primária à Saúde (APS) e a capacidade do SUS de oferecer serviços eficientes e seguros, tanto para os profissionais quanto para a população atendida.

Avançando do marco normativo para a gestão das práticas de cuidado, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) se articula diretamente com a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), do Ministério da Saúde, fortalecendo ações voltadas à prevenção de doenças e à promoção da qualidade de vida no ambiente laboral. Enquanto a PNSTT foca na proteção e na vigilância da saúde dos trabalhadores, identificando riscos ocupacionais e promovendo intervenções preventivas, a PNPS atua de forma mais ampla, incentivando hábitos saudáveis, melhoria das condições de trabalho e estratégias de promoção da saúde física e mental.

Essa articulação permite que as ações de vigilância, educação, ergonomia, saúde mental e promoção de ambientes de trabalho saudáveis sejam integradas às estratégias do SUS, principalmente na APS. Desse modo, a convergência entre essas políticas fortalece a prevenção de agravos ocupacionais, reduz o absenteísmo, melhora a qualidade de vida dos profissionais e contribui para a eficiência e a sustentabilidade do sistema de saúde. Assim, a integração da PNSTT com a PNPS evidencia que a promoção da saúde do trabalhador não é apenas um conjunto de medidas isoladas, mas parte de uma estratégia mais ampla de prevenção, cuidado e bem-estar, alinhada aos princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS. Em outras palavras, cria-se um continuum de cuidado que vai da vigilância e do controle de riscos até a promoção ativa de ambientes saudáveis.

Transitando do plano das políticas para o cotidiano dos serviços, observa-se que, na Atenção Primária à Saúde (APS), os profissionais estão constantemente expostos a riscos biológicos,

ergonômicos e psicossociais, que podem afetar diretamente sua saúde física e mental. A exposição a agentes biológicos aumenta o risco de infecções ocupacionais, enquanto fatores ergonômicos, como longas jornadas, postura inadequada e esforço físico repetitivo, contribuem para dores musculoesqueléticas e fadiga. Paralelamente, os riscos psicossociais, incluindo estresse, pressão por metas e alta demanda emocional, favorecem o desenvolvimento da síndrome de Burnout, caracterizada por esgotamento físico, emocional e mental. Esses fatores, quando acumulados, estão frequentemente associados ao absenteísmo, prejudicando não apenas a saúde do trabalhador, mas também a organização das equipes, a continuidade do atendimento e a qualidade dos serviços prestados à população. Dessa forma, a inter-relação entre riscos ocupacionais e impactos psicossociais evidencia a necessidade de intervenções integradas que promovam saúde, bem-estar e sustentabilidade do trabalho na APS.

O absenteísmo, decorrente do estresse e das condições adversas de trabalho, gera sobrecarga para os colegas, aumenta o tempo de espera dos usuários e compromete a eficiência do sistema. Diante desse cenário, a necessidade de ações contínuas de capacitação, supervisão e suporte social torna-se essencial para minimizar riscos, fortalecer vínculos com a comunidade e promover um ambiente de trabalho mais saudável e sustentável.

Portanto, os riscos e desafios na APS não se limitam à saúde individual do profissional, mas refletem diretamente na eficiência do SUS e na qualidade do cuidado oferecido à população, reforçando a necessidade de políticas integradas, programas de promoção da saúde ocupacional e estratégias que priorizem a proteção e o bem-estar dos trabalhadores. Nessa direção, iniciativas sistemáticas e sustentadas são decisivas para transformar o diagnóstico em melhoria concreta do processo de trabalho.

Nessa esteira, a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) refere-se às condições físicas, emocionais e sociais que promovem o bem-estar dos profissionais no ambiente laboral. No SUS, especialmente na Atenção Primária à Saúde, a QVT envolve ergonomia, equilíbrio entre vida profissional e pessoal, suporte social e capacitação, contribuindo para a redução do absenteísmo e da síndrome de Burnout, além de aumentar a motivação, a produtividade e a qualidade do atendimento à população. Programas de QVT se articulam com políticas de promoção da saúde do trabalhador, NR 32 e PNSTT, fortalecendo profissionais e promovendo um sistema de saúde mais eficiente e sustentável.

Em continuidade e com foco operacional, no SUS, programas de QVT se articulam com políticas de promoção da saúde do trabalhador, NR 32 e PNSTT, buscando criar ambientes de trabalho mais seguros, saudáveis e sustentáveis, fortalecendo tanto os profissionais quanto o sistema de saúde como um todo. Investir na QVT é essencial, pois trabalhadores com melhores condições de trabalho apresentam menor risco de adoecimento, menor incidência de Burnout e maior motivação e produtividade. Além disso, a QVT contribui diretamente para a eficiência e a qualidade dos serviços de saúde, reduzindo absenteísmo e rotatividade e promovendo um atendimento mais humanizado e resolutivo à população.

2.3 Sustentabilidade e Inovação

As práticas de promoção da saúde no contexto do SUS podem — e devem — alinhar-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), que busca garantir acesso universal, oportuno e de qualidade, e ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), que incentiva ambientes laborais seguros, inclusivos e produtivos. Nesse horizonte, a promoção da saúde dos trabalhadores, por meio de programas de ergonomia, prevenção de agravos ocupacionais, suporte à saúde mental e capacitação contínua, não apenas protege os profissionais, mas também eleva a eficiência, a segurança do cuidado e a sustentabilidade do sistema de saúde. Ao articular metas globais com diretrizes nacionais (PNSTT, PNPS e NR-32), cria-se um arranjo coerente em que a saúde do trabalhador deixa de ser periférica e passa a ser condição estruturante para o desempenho do SUS.

Nessa direção, a inovação emerge de um conjunto de decisões técnicas e políticas: integrar tecnologias digitais (prontuários interoperáveis, teleatendimento, telessaúde e telementoria), metodologias educativas ativas (educação permanente, simulação realística, comunidades de prática), estratégias intersetoriais (vigilância em saúde do trabalhador articulada a educação, trabalho e

assistência social) e monitoramento contínuo das condições laborais (indicadores sentinela, painéis de absenteísmo e clima organizacional). Tais dispositivos ampliam a capacidade de intervenções baseadas em evidências e de avaliação de resultados, favorecendo a aprendizagem institucional. Assim, práticas inovadoras e sustentáveis reduzem o absenteísmo, qualificam a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e otimizam recursos, fortalecendo a Atenção Primária à Saúde (APS) e instaurando um ciclo virtuoso entre saúde, produtividade e desenvolvimento econômico — convergência que materializa, simultaneamente, metas do ODS 3 e do ODS 8.

Nos últimos anos, a Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil tem registrado avanços significativos, especialmente com a expansão da Estratégia de Saúde da Família (ESF), que ampliou o acesso da população aos cuidados básicos de saúde e fortaleceu a coordenação do cuidado territorializado. Paralelamente, a saúde do trabalhador tem ganhado maior visibilidade, com políticas e programas voltados para a proteção, prevenção de doenças ocupacionais e promoção do bem-estar físico e mental dos profissionais de saúde, alinhando-se a normas como a NR 32 e políticas como a PNSTT e PNPS. Estudos nacionais e internacionais indicam que essas iniciativas contribuem para a redução do absenteísmo, diminuição do Burnout e aumento da produtividade e qualidade do atendimento.

Entretanto, persistem desafios importantes. A fragmentação da rede de atenção à saúde e a implementação desigual das políticas entre diferentes regiões comprometem a equidade e integralidade do cuidado. Além disso, a carência de apoio psicossocial, a sobrecarga de trabalho, a escassez de recursos e a falta de capacitação contínua continuam a impactar negativamente a saúde física e mental dos trabalhadores da APS. A literatura aponta que a ausência de integração entre ações de promoção da saúde do trabalhador e a rotina dos serviços contribui para a manutenção de riscos ocupacionais e para a insatisfação profissional.

Para superar essas limitações, diversas boas práticas têm sido propostas, incluindo a incorporação de programas de ergonomia, grupos de apoio psicológico, monitoramento de riscos ocupacionais e capacitação contínua, aliados a estratégias de gestão participativa e intersetorial. A articulação dessas ações com a rotina da APS, de forma integrada e sustentável, permite que a promoção da saúde deixe de ser apenas uma política pontual e passe a ser parte do cotidiano das unidades de saúde, beneficiando trabalhadores e usuários simultaneamente. Experiências nacionais de referência e modelos internacionais de atenção primária demonstram que ambientes de trabalho mais saudáveis estão diretamente associados à qualidade do atendimento, à retenção de profissionais e à eficiência do sistema de saúde como um todo.

O olhar na sustentabilidade e inovação na Atenção Básica revela tanto oportunidades quanto desafios para os profissionais de saúde. Por um lado, a incorporação desses princípios é amplamente reconhecida como estratégica: práticas sustentáveis reduzem desperdícios, garantem melhor gestão dos recursos e promovem a continuidade das ações, enquanto a inovação permite otimizar processos, integrar tecnologias digitais e criar abordagens de cuidado mais personalizadas e eficientes. Nesse contexto, os profissionais podem atuar de maneira mais organizada, ter acesso a ferramentas que facilitam o monitoramento da saúde da população e se engajar em práticas de educação em saúde mais interativas.

Observa-se a necessidade de engajamento dos profissionais na construção de soluções sustentáveis e inovadoras. Sem participação ativa e formação adequada, há o risco de que tais estratégias sejam percebidas como burocráticas ou desconectadas da realidade do cuidado diário. Portanto, para que sustentabilidade e inovação realmente fortaleçam a Atenção Básica, é fundamental equilibrar planejamento estratégico, capacitação profissional, recursos adequados e avaliação contínua, garantindo que essas práticas beneficiem tanto os usuários quanto os trabalhadores da saúde.

A incorporação de princípios de sustentabilidade na Atenção Básica é, portanto, fundamental para consolidar o trabalho das equipes e aperfeiçoar a qualidade dos serviços oferecidos à população. Ao permitir que as práticas de cuidado sejam planejadas de forma eficiente, a sustentabilidade favorece o uso responsável de recursos humanos, financeiros e materiais, previne desperdícios, dá previsibilidade às ações e assegura continuidade das intervenções ao longo do tempo. Para os profissionais, isso se traduz em maior segurança no planejamento, redução de sobrecarga e possibilidade de atuação em contextos mais organizados e duradouros. Para a gestão, viabiliza linhas

de cuidado sustentáveis, pactuação de metas factíveis e incorporação progressiva de inovações com análise de custo-efetividade.

A inovação, por sua vez, oferece ferramentas e estratégias que ampliam a efetividade das intervenções na Atenção Básica: tecnologias digitais, teleatendimento, sistemas de monitoramento, analytics para vigilância de riscos ocupacionais e métodos educativos centrados no trabalho permitem identificar necessidades da população com agilidade, personalizar o cuidado, mitigar assimetrias de informação e aumentar o engajamento dos usuários e das equipes. Desse modo, a integração entre sustentabilidade e inovação fortalece a Atenção Básica, produzindo serviços mais resilientes, resolutivos e centrados no usuário, ao mesmo tempo em que valoriza e apoia os profissionais em suas atividades diárias — fechando o ciclo entre trabalho decente, saúde de qualidade e desenvolvimento sustentável.

A relevância deste trabalho assenta-se em três planos complementares. No plano sanitário, proteger a saúde dos trabalhadores do SUS é requisito para manter a capacidade instalada de cuidado, diminuir eventos adversos e sustentar a continuidade da atenção, sobretudo em territórios vulneráveis onde a APS é a principal porta de entrada. No plano socioeconômico, a promoção da saúde ocupacional reduz absenteísmo e rotatividade, evita custos indiretos (reposição, perda de produtividade, judicialização) e qualifica o gasto público ao direcioná-lo para intervenções custo-efetivas. No plano político-normativo, a convergência entre PNSTT/PNPS/NR-32 e ODS 3/8 oferece janela de oportunidade para alinhar agendas globais e nacionais, fortalecendo a governança intersetorial e a accountability por resultados. Contudo, a literatura e os relatórios de gestão ainda mostram heterogeneidade na implementação, lacunas de monitoramento e descompasso entre recomendações e práticas. Uma revisão narrativa/crítica é, portanto, oportuna para sistematizar evidências, identificar gargalos de implementação e propor direções estratégicas que sejam viáveis e sustentáveis no cotidiano dos serviços.

Este trabalho tem por objetivo elaborar uma revisão narrativa e crítica sobre a promoção da saúde dos trabalhadores no SUS, especialmente na APS, articulando o ODS 3 e o ODS 8 às diretrizes da PNSTT, PNPS e NR-32. Pretende sistematizar evidências e experiências relevantes, avaliar de forma crítica barreiras e facilitadores de implementação (governança, financiamento, tecnologias, educação permanente e monitoramento) e, a partir disso, propor recomendações operacionais e agendas de pesquisa factíveis e custo-efetivas. Busca, em última instância, orientar decisões de gestão e formação para reduzir absenteísmo, qualificar a segurança do cuidado e fortalecer a resolutividade dos serviços.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo configura-se como uma revisão narrativa, de caráter crítico-interpretativo, voltada a integrar evidências científicas, documentos normativos e experiências de implementação relacionadas à promoção da saúde do trabalhador na Atenção Primária à Saúde (APS) do SUS. A revisão foi guiada pela seguinte questão orientadora: como práticas de promoção da saúde do trabalhador, ancoradas em inovação e sustentabilidade e articuladas às políticas PNSTT, PNPS e NR-32, podem fortalecer a APS e impulsionar metas dos ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico)? Partiu-se de um protocolo interno previamente delineado – não registrado – que especificou bases de dados, descritores, critérios de elegibilidade, procedimentos de extração e a estratégia de síntese, a fim de conferir transparência e reprodutibilidade ao percurso metodológico.

A busca bibliográfica abrangeu SciELO, LILACS/BVS, PubMed/MEDLINE e Web of Science, complementada por literatura cinzenta e fontes institucionais (normativas do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho, em especial PNSTT, PNPS e NR-32, além de diretrizes de OMS/OIT). Empregaram-se combinações de descritores DeCS/MeSH e termos livres em português, inglês e espanhol, adaptados a cada base e ampliados por rastreamento de referências (snowballing) e verificação no Google Scholar para identificar citações relevantes e documentos de difícil acesso. O recorte temporal compreendeu janeiro de 2010 a setembro de 2025, preservando-se a inclusão de

obras clássicas anteriores quando indispensáveis à fundamentação teórico-conceitual. O contexto preferencial foi a APS no Brasil, admitindo-se estudos de outros níveis de atenção ou de outros países quando apresentavam elementos transferíveis ao cotidiano do SUS.

A seleção dos estudos seguiu dois momentos sequenciais. Inicialmente, títulos e resumos foram lidos para verificação de aderência temática e metodológica; em caso de dúvida, optou-se por conservar o registro para leitura na íntegra, adotando postura conservadora para mitigar perdas indevidas. Na etapa seguinte, os textos completos potencialmente elegíveis foram examinados à luz dos critérios de inclusão (estudos empíricos quantitativos, qualitativos ou de métodos mistos; revisões com método explícito; diretrizes e relatórios oficiais; ensaios analíticos com base conceitual clara) e de exclusão (comentários sem método; amostras exclusivamente hospitalares sem transferibilidade à APS; textos sem íntegra ou sem informações metodológicas mínimas). O processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão foi documentado em planilha para assegurar rastreabilidade do caminho decisório.

A avaliação crítica da qualidade metodológica foi proporcional ao desenho de cada estudo, visando qualificar – e não excluir automaticamente – as evidências incorporadas. Utilizaram-se, conforme o caso, instrumentos como CASP para estudos qualitativos, JBI para observacionais e quase-experimentais, MMAT para métodos mistos, AMSTAR-2 para revisões e SANRA para narrativas. Os julgamentos de qualidade serviram para calibrar a força interpretativa atribuída a cada fonte na síntese, evitando tanto a equivalência acrítica entre estudos heterogêneos quanto o descarte precipitado de evidências úteis ao contexto da APS.

A extração de dados foi realizada mediante formulário padronizado, registrando informações de identificação (autoria, ano e país), cenário e população, descrição das intervenções ou práticas (ergonomia, EPIs e biossegurança, apoio psicossocial e saúde mental/QVT, educação permanente, telessaúde/telementoria, gestão de resíduos e uso eficiente de recursos), mecanismos de implementação (governança, financiamento, intersectorialidade), indicadores de processo e resultado (absenteísmo, Burnout/QVT, segurança do cuidado, adesão, custo-efetividade e sustentabilidade ambiental) e alinhamento com PNSTT, PNPS, NR-32 e ODS 3/8. Essa matriz de extração, organizada em planilha, viabilizou comparações horizontais e a identificação de padrões, lacunas e contradições relevantes para a prática.

A síntese seguiu um encadeamento temático de inspiração abductiva. Inicialmente, os achados foram codificados em eixos preliminares (políticas públicas, inovação, sustentabilidade, QVT/saúde mental, ergonomia/segurança, educação e monitoramento). Em seguida, tais eixos foram agregados em matrizes de convergência que explicitaram facilitadores, barreiras e resultados, ao mesmo tempo em que se estruturou um mapa lógico conectando insumos, processos, produtos, resultados e impactos. Finalmente, realizou-se a integração crítica entre as evidências empíricas, os marcos normativos e a factibilidade de implementação no SUS, examinando a transferibilidade, equidade e custo-efetividade. As categorias resultantes organizaram a seção de Resultados e Discussão e embasaram as recomendações apresentadas nas Considerações Finais.

Para reduzir vieses de seleção e confirmação, preservou-se a busca em múltiplas bases e idiomas, registraram-se as decisões de elegibilidade, promoveu-se triangulação entre estudos científicos, documentos normativos e relatórios técnicos, e explicitaram-se limitações inerentes ao desenho narrativo, como heterogeneidade metodológica e possibilidade de omissão de literatura não indexada. Por utilizar exclusivamente fontes secundárias e documentos públicos, não se aplicou submissão a comitê de ética em pesquisa; garantiu-se, contudo, a integridade intelectual e a citação adequada das fontes consultadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados desta revisão convergem para a compreensão de que a promoção da saúde na Atenção Primária à Saúde (APS) deve ser conduzida como processo integrado e sistêmico, no qual políticas públicas, dispositivos de gestão e práticas cotidianas se alinham em torno de objetivos comuns. Quando PNSTT, PNPS e NR-32 deixam de operar como normativas isoladas e passam a compor um ecossistema de cuidado ao trabalhador — articulado à educação permanente, à ergonomia, ao apoio psicossocial/saúde mental e QVT, à biossegurança e ao monitoramento de riscos — observa-se maior coerência interna das intervenções e ganhos simultâneos para equipes e usuários do SUS. Essa integração produz efeitos tangíveis no micro (organização do processo de trabalho), no meso (gestão das unidades) e no macro (planejamento municipal/estadual), ampliando a capacidade da APS de gerar resultados sustentáveis.

Nessa direção, a noção de “cuidar de quem cuida” emerge como estratégia de desempenho sistêmico. Experiências que combinam adaptação ergonômica de postos, pausas ativas, gestão participativa de escalas, espaços de escuta e supervisão, além de cultura de segurança (EPIs, protocolos e feedback sobre incidentes), tendem a reduzir absenteísmo, Burnout e rotatividade, estabilizando equipes e qualificando a continuidade do cuidado. O resultado é um ciclo virtuoso: melhores condições de trabalho → maior estabilidade → processos mais seguros e acolhedores → desfechos clínicos e organizacionais superiores. Essa dinâmica responde diretamente à pergunta norteadora: práticas de promoção da saúde do trabalhador, quando ancoradas em inovação e sustentabilidade e articuladas à PNSTT/PNPS/NR-32, fortalecem a APS ao alinhar trabalho decente com qualidade e segurança do cuidado, ampliando a capacidade de resposta do SUS às necessidades da população (BRITO et al., 2024).

A inovação desempenha papel viabilizador quando inserida com participação das equipes e aderência ao território. Ferramentas como telessaúde/telementoria, prontuário eletrônico interoperável, protocolos clínico-ocupacionais, comunidades de prática e simulação em serviço aumentam a agilidade diagnóstica, o suporte matricial e a aprendizagem organizacional. Em paralelo, painéis (dashboards) com indicadores operacionais — taxa de absenteísmo, incidentes de exposição, índices de clima/QVT, adesão a EPIs, tempo de resposta em teleapoio, marcadores de gestão de resíduos — criam ciclos de melhoria contínua e subsidiam decisões baseadas em dados. Importa frisar que inovação sem co-gestão ou sem avaliação de custo-efetividade pode gerar soluções fragmentadas; por isso, recomenda-se governança clínica e administrativa com metas factíveis, linhas de cuidado pactuadas, financiamento estável e monitoramento formativo, para que novas tecnologias sejam instrumentos de equidade, e não mais uma carga sobre equipes já pressionadas (FITTIPALDI; O'DWYER; HENRIQUES, 2021).

De acordo com MINAYO 2020, a sustentabilidade precisa atravessar o desenho das práticas: gestão de resíduos em conformidade com normas, uso eficiente de insumos, aquisições responsáveis, eficiência energética e planos de manutenção reduzem desperdícios e riscos ambientais, ao mesmo tempo que protegem trabalhadores e territórios. Ao integrar sustentabilidade ao cuidado ocupacional, a APS fortalece sua resiliência e melhora a alocação de recursos, reforçando a perenidade das intervenções. Esse duplo enfoque (ocupacional e ambiental) dá concretude a uma visão One Health/Planetary Health, em que a saúde dos profissionais e da comunidade é indissociável do ambiente de trabalho e do ecossistema local.

As conexões com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) tornam-se explícitas nesse arranjo. O ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) é contemplado quando a APS reduz agravos, amplia prevenção e eleva a segurança do cuidado por meio de equipes protegidas e capacitadas. O ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) se materializa na criação de ambientes de trabalho seguros, inclusivos e produtivos, com gestão de riscos e valorização do trabalhador. A dimensão ambiental das práticas aproxima a APS do ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e do ODS 13 (Ação Climática), enquanto a participação social — conselhos, colegiados gestores, ouvidorias e

arranjos intersetoriais com educação, assistência social, cultura e meio ambiente — dialoga com o ODS 16 (Instituições Eficazes, Responsáveis e Inclusivas). Ao priorizar territórios vulnerabilizados, a APS contribui ainda para o ODS 10 (Redução das Desigualdades), mitigando iniquidades que atravessam o trabalho e o adoecimento (SILVA et al., 2024).

Os resultados também evidenciam tensões estruturais: escassez de recursos, sobrecarga de profissionais, infraestruturas heterogêneas e descontinuidades de gestão. A superação desses nós exige governança intersetorial, contratualização de metas centradas em segurança do trabalhador e do paciente, educação permanente longitudinal (e não eventos isolados) e financiamento previsível para assegurar EPIs, adaptações ergonômicas, suporte psicossocial e tecnologias de informação. A participação ativa das equipes na priorização de problemas e no desenho de soluções é condição para adesão, pertencimento e sustentabilidade, evitando a implementação *top-down* que frequentemente fracassa no nível local (RODRIGUES et al., 2024).

EEem síntese, a discussão aponta que promover a saúde do trabalhador é simultaneamente meio e fim: meio para qualificar processos assistenciais e fim por se tratar de um direito e de um determinante da qualidade do cuidado. Ao orquestrar PNSTT, PNPS e NR-32 com educação permanente, inovação situada e sustentabilidade, a APS eleva a capacidade do SUS de proteger quem cuida e de cuidar melhor de quem precisa. Esse caminho traduz agendas globais (ODS 3 e 8, com interfaces aos ODS 12, 13, 16 e 10) em resultados verificáveis: queda de absenteísmo e eventos ocupacionais, melhora de indicadores de QVT e clima, aumento da continuidade do cuidado e eficiência no uso de recursos. Trata-se, portanto, de deslocar a promoção da saúde do trabalhador do plano declaratório para o centro da governança do cotidiano, com metas claras, dados acionáveis e ciclos de melhoria contínua que sustentem, no tempo, um SUS mais equitativo, resiliente e centrado no usuário e em seus trabalhadores (SILVA et al., 2024).

Este trabalho é uma revisão narrativa, crítico-interpretativa, o que implica algumas restrições. Primeiro, há heterogeneidade dos desenhos e variabilidade da qualidade metodológica das fontes incluídas, sem possibilidade de metanálise nem de estimativas de efeito. Segundo, a seleção de estudos pode sofrer viés de publicação e viés de linguagem (priorização de PT/EN/ES), além do recorte temporal que pode ter excluído evidências relevantes fora do período. Terceiro, por basear-se em fontes secundárias e documentos normativos, não há dados primários de campo nem mensuração direta de desfechos (p.ex., absenteísmo, Burnout, custo-efetividade) nas realidades locais. Quarto, a transferibilidade dos achados é condicionada ao contexto da APS no SUS, podendo não refletir particularidades de outras redes/territórios. Por fim, a ausência de padronização de indicadores ocupacionais e ambientais nas fontes consultadas dificulta comparações e sínteses mais robustas (SILVA et al., 2025).

De acordo com Flor 2022, para avançar o campo, recomenda-se que futuras investigações ultrapassem a síntese narrativa e produzam evidências comparáveis sobre a efetividade e a viabilidade das intervenções. Nesse sentido, revisões sistemáticas (com e sem metanálise) e revisões realistas podem esclarecer “o que funciona, para quem, em quais contextos e por quais mecanismos”, qualificando a tomada de decisão na APS do SUS. Em paralelo, estudos de avaliação de implementação — como séries temporais interrompidas, desenhos quase-experimentais antes-depois e coortes — são essenciais para medir impactos em desfechos prioritários (absenteísmo, Burnout, adesão a EPIs, eventos adversos e continuidade do cuidado), incorporando análise de custo-efetividade para orientar a alocação responsável de recursos.

Também se mostram estratégicos ensaios pragmáticos em *cluster* e abordagens de métodos mistos ancoradas na pesquisa-ação participativa, nos quais equipes e usuários co-desenham, testam e refinam intervenções de ergonomia, apoio psicossocial/QVT, biossegurança e educação permanente. Esse arranjo favorece aderência, fidelidade e adaptação responsável, além de revelar mecanismos de efeito invisíveis em estudos puramente quantitativos. Para dar escala e transferibilidade, estudos multicêntricos e comparativos entre municípios e estados devem mapear barreiras e facilitadores de

governança, financiamento e intersectorialidade, documentando processos com referenciais como TIDieR e SQUIRE (AGUIAR et al., 2020).

Outra frente necessária é o desenvolvimento e validação de um painel enxuto de indicadores que reflita a convergência com os ODS 3 e 8 (e interfaces com ODS 12 e 13): taxas de absenteísmo e incidentes de exposição, marcadores de clima/QVT, adesão a EPIs, métricas de gestão de resíduos e eficiência do uso de insumos, além de indicadores de segurança do cuidado. Esses dados precisam ser estratificados por equidade (gênero, raça/cor, vínculo e território) para orientar ações focalizadas onde a vulnerabilidade é maior.

Por fim, é desejável integrar dados de rotina (e-SUS, prontuários eletrônicos, vigilância em saúde do trabalhador) a repositórios de pesquisa, com protocolos pré-registrados (p.ex., PROSPERO/OSF), práticas de ciência aberta e interoperabilidade entre sistemas de informação. Essa infraestrutura analítica permitirá monitoramento contínuo por meio de dashboards, auditorias formativas e ciclos de melhoria, reduzindo o hiato entre evidência e prática. Em conjunto, tais esforços podem consolidar um corpo de evidências robusto, aplicável e sensível ao contexto, capaz de orientar políticas e intervenções que tornem a APS mais segura, equitativa, sustentável e alinhada às metas dos ODS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração de sustentabilidade e inovação na Atenção Básica representa um avanço importante para o fortalecimento do cuidado em saúde, oferecendo recursos, tecnologias e estratégias que podem tornar o trabalho dos profissionais mais eficiente e organizado. No entanto, sua implementação enfrenta desafios significativos, como limitações de infraestrutura, escassez de recursos e sobrecarga de trabalho, que podem dificultar a adoção plena dessas práticas. Além disso, a inovação sem participação ativa dos profissionais ou avaliação adequada pode gerar soluções fragmentadas ou inadequadas à realidade local. Assim, para que essas diretrizes efetivamente beneficiem tanto os usuários quanto os trabalhadores, é necessário um equilíbrio entre planejamento estratégico, capacitação, recursos suficientes e monitoramento contínuo, garantindo que sustentabilidade e inovação se traduzam em cuidado de qualidade e duradouro.

Este estudo conclui que promover a saúde do trabalhador na APS do SUS, articulando PNSTT, PNPS e NR-32 com inovação e sustentabilidade, é uma condição estratégica para qualificar a atenção, proteger as equipes e avançar metas dos ODS — em especial o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). A integração dessas agendas, quando traduzida em práticas concretas de ergonomia, biossegurança, apoio psicossocial/QVT, educação permanente e monitoramento de indicadores, gera um ciclo virtuoso: ambientes mais seguros e inclusivos → menor absenteísmo e Burnout → maior continuidade e segurança do cuidado → melhor desempenho assistencial e uso responsável de recursos.

Ao mesmo tempo, a discussão evidenciou que inovação só produz valor quando co-construída com as equipes, aderente ao território e acompanhada de avaliação de custo-efetividade; do contrário, tende a fragmentar soluções e sobrecarregar o trabalho. Sustentabilidade, por sua vez, precisa atravessar toda a gestão da APS — da gestão de resíduos e eficiência no uso de insumos e energia à perenidade do financiamento e manutenção dos equipamentos — para garantir que os ganhos ocupacionais e assistenciais se mantenham no tempo e dialoguem com o ODS 12 e o ODS 13. A participação social e a governança intersectorial completam o arranjo, ampliando legitimidade, equidade (ODS 10) e capacidade de resposta das unidades.

À luz do objetivo proposto — construir uma revisão narrativa/crítica que examinasse como inovação e sustentabilidade, em interface com PNSTT/PNPS/NR-32, fortalecem a APS e avançam ODS 3 e 8 —, os resultados oferecem uma resposta afirmativa e operacional: é possível transformar diretrizes em rotina quando há (i) planejamento estratégico com metas factíveis, (ii) capacitação longitudinal orientada ao serviço, (iii) recursos suficientes e previsíveis para EPIs, adaptações ergonômicas, suporte psicossocial e TI, e (iv) monitoramento contínuo por meio de painéis de indicadores (absenteísmo, incidentes, clima/QVT, adesão a EPIs, gestão de resíduos, segurança do cuidado) que alimentem ciclos de melhoria. Nessa configuração, a APS protege quem cuida e cuida melhor de quem precisa, convertendo agendas globais em melhorias tangíveis no cotidiano dos serviços e territórios.

Por fim, reafirma-se que integrar prática e pesquisa é essencial para consolidar este caminho: estudos de implementação e avaliações econômicas, realizados com participação ativa dos trabalhadores e gestores, podem refinar intervenções, reduzir riscos ocupacionais e sustentar um SUS mais equitativo, resiliente e centrado no bem-estar de profissionais e usuários.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. N. (Org.); SILVA, L. C. (Org.); BULGO, D. C. (Org.); MARCELINO, D. (Org.); BARCELLOS, C. M. (Org.); FERNANDES, F. P. G. (Org.); SANTOS, L. C. (Org.); NASCIMENTO, L. C. G. (Org.). Processos de avaliação e intervenção em fisioterapia. 1. ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020. 84 p.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 29 set. 2025.

BRITO, K. M. G. et al. Contribuições do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica. Enfermagem em Foco, v. 15, 2024.

CARVALHO, F. F. B.; AKERMAN, M.; COHEN, S. C. A promoção da saúde na Atenção Básica: o papel do setor Saúde, a mudança comportamental e a abordagem individual. Estudos Avançados, v. 37, n. 109, p. 89-104, 2023.

COUTINHO, M. L.; FLÓRIO, F. M.; SOUZA, L. Z. Práticas integrativas e complementares em saúde: visão dos profissionais da Estratégia Saúde da Família. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 19, n. 46, p. 4047-4047, 2024.

FREITAS, G. F. et al. Absenteísmo entre trabalhadores do Sistema Único de Saúde: uma revisão sistemática. Revista Ciência Plural, v. 7, n. 1, p. 103-123, 2021.

COSTA, J. F. et al. Apoio matricial na atenção básica: desafios para integralidade do cuidado em saúde mental. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, v. 36, 2023.

LIMA, L. A. O.; SILVA, L. L.; DOMINGUES JÚNIOR, P. L. Qualidade de vida no trabalho segundo as percepções dos funcionários públicos de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Revista de Carreiras e Pessoas, v. 14, n. 2, p. 346-359, 2024.

FITTIPALDI, A. L. M.; O'DWYER, G.; HENRIQUES, P. Educação em saúde na atenção primária: as abordagens e estratégias contempladas nas políticas públicas de saúde. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v. 25, p. e200806, 2021.

FLOR, T. B. M. et al. Formação na residência multiprofissional em atenção básica: revisão sistemática da literatura. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, p. 921-936, 2022.

GOMES, T. B. et al. Postos de trabalho ocupados por profissionais fisioterapeutas na Atenção Primária no Brasil: tendência temporal entre 2008 e 2021. Revista de APS, v. 27, 2024.

GUIMARÃES, D. A. et al. Dificuldades no trabalho em saúde mental: percepção de trabalhadores do Núcleo de Apoio à Saúde da Família na Macrorregião Oeste de Minas Gerais. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 33, p. e33052, 2023.

MINAYO, M. C. S.; SILVA, R. A.; NASCIMENTO, L. C. G.; BACHUR, J. A.; SILVA, L. C.; BULGO, D. C.; BARCELLO, C. M.; MARCELINO, D.; VIANA, A. L. M.; SILVA, L. C. Interfaces interdisciplinares em educação e saúde. 1. ed. Amazon, 2020. 242 p.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Carta de Ottawa para a Promoção da Saúde. Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, Ottawa, Canadá, 17–21 nov. 1986. Genebra: OMS, 1986. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/ottawa-charter-for-health-promotion>. Acesso em: 29 set. 2025.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Declaração de Alma-Ata sobre Cuidados Primários de Saúde. Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, Alma-Ata, URSS, 6–12 set. 1978. Genebra: OMS, 1978. Disponível em: https://www.who.int/publications/almaata_declaration_en.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Carta de Bangkok sobre Promoção da Saúde no Século XXI. Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, Bangkok, Tailândia, 8–12 ago. 2005. Genebra: OMS, 2005. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-WKC-PHP-05.02>. Acesso em: 29 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals>. Acesso em: 29 set. 2025.

RODRIGUES, L. M.; SILVA, L. C.; BARROSO, S. M.; NASCIMENTO, L. C. G. Síndrome de Burnout em profissionais de enfermagem: uma revisão integrativa. Revista Brasileira em Promoção da Saúde (Online), v. 37, p. 1-15, 2024. Disponível em: <URL>. Acesso em: 18 set. 2025.

SILVA, Laís Caroline da. Promoção da saúde de funcionários de instituições de longa permanência de idosos: o olhar para o cuidador. 2021. 83 f. Dissertação (Mestrado em Promoção de Saúde) – Universidade de Franca, Franca, 2021.

SILVA, Laís Caroline da; BARCELLOS, Carolina Milhim; AGUIAR, Renan Nunes; NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes do. Qualidade de vida de funcionários de instituições de longa permanência de idosos. Psicologia e Saúde em Debate, v. 10, p. 127-136, 2024. Disponível em: <URL>. Acesso em: 18 set. 2025.

SILVA, L. C.; BARCELLOS, C. M.; AGUIAR, R. N.; NASCIMENTO, L. C. G. Qualidade de vida de funcionários de instituições de longa permanência de idosos. Revista Psicologia e Saúde em Debate, v. 10, p. 127-136, 2024. Disponível em: <URL>. Acesso em: 18 set. 2025.

**PROSPECÇÃO DA INFORMAÇÃO E BENCHMARKING: APLICAÇÃO NO ÂMBITO DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MARÍLIA - SP**

*INFORMATION PROSPECTING AND BENCHMARKING: APPLICATION IN THE FRAMEWORK OF
PUBLIC ADMINISTRATION OF MARÍLIA - SP*

Área temática: Parcerias e Meios de Implementação

DANTAS, Rafael Alves
Unesp - Campus Marília
Graduando em Arquivologia
rafael-alves.dantas@unesp.br

GIONBELLI, Gabriela Folador
Unesp - Campus Marília
Graduada em Biblioteconomia
g.gionbelli@unesp.br

NUNES, Gabriela Maciel
Unesp - Campus Marília
Graduada em Biblioteconomia
maciel.nunes@unesp.br

RODRIGUES, Maria Eduarda Ribeiro
Unesp - Campus Marília
Graduada em Biblioteconomia
maria.r.rodriques@unesp.br

SARTORELLI, Angela Pereira
Unesp - Campus Marília
Graduada em Biblioteconomia
angela.sartorelli@unesp.br

SILVA, Vagner Domingues Da
Unesp - Campus Marília
Graduado em Arquivologia
vagner.domingues@unesp.br

SILVA, Elaine da
Unesp - Campus Marília
Departamento de Ciência da Informação/
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
elaine.silva1@unesp.br

Resumo

Investiga o papel da prospecção de informação e do benchmarking como instrumentos estratégicos para a gestão pública. Nessa perspectiva, o objetivo do presente capítulo se caracteriza por evidenciar o potencial de implementação de práticas de prospecção de informação em contextos de gestão pública municipal. Como objetivos específicos, destacam-se: a) delinear as etapas realizadas para implementação do projeto; b) apresentar os resultados obtidos; c) discutir os resultados relacionados às práticas de prospecção de informação aplicados à gestão pública. Ao possibilitar a análise de contextos, a identificação de demandas e o aproveitamento de experiências de outros locais, esses recursos contribuem para decisões mais eficazes, inovadoras e adequadas à realidade comunitária. A pesquisa adota o método de estudo de caso, apoiado em pesquisa documental alinhados às atividades legislativas da Câmara Municipal de Marília. Observou-se concentração de

esforços legislativos em demandas operacionais e de manutenção da infraestrutura urbana, priorizando demandas imediatas. Em contraponto, há baixa representatividade em proposições relacionadas a áreas estratégicas, como inovação tecnológica, sustentabilidade ambiental, políticas de acessibilidade e desenvolvimento social. Conclui-se que a proposição de monitoramento e prospecção informacional subsidiando práticas de benchmarking proporcionam acesso e utilização de informações concisas, comprovadas, eficazes e efetivas das ações desenvolvidas em outras localidades, fornecendo assim material mais seguro para o desenvolvimento de projetos de lei assertivos. Espera-se, com a iniciativa, que o poder público valorize e passe a incorporar processos de gestão da informação em suas práticas de gestão pública.

Palavras-chave: Prospecção da informação, Benchmarking, Gestão Pública, Gestão da Informação.

Abstract

It investigates the role of information prospecting and benchmarking as strategic instruments for public management. From this perspective, the objective of this chapter is characterized by highlighting the potential for implementing information prospecting practices in municipal public management contexts. As specific objectives, the following stand out: a) to outline the steps taken for the implementation of the project; b) to present the results obtained; c) to discuss the results related to information prospecting practices applied to public management. By enabling the analysis of contexts, the identification of demands and the use of experiences from other places, these resources contribute to more effective, innovative decisions that are appropriate to the community reality. The research adopts the case study method, supported by documentary research aligned with the legislative activities of the Municipality of Marília. It was observed the concentration of legislative efforts on operational demands and maintenance of urban infrastructure, prioritizing immediate demands. On the other hand, there is low representation in propositions related to strategic areas, such as technological innovation, environmental sustainability, accessibility policies, and social development. It is concluded that the proposition of monitoring and informational prospecting subsidizing practices and benchmarking provide access and use of a list of concise, proven, effective and effective information of the actions developed in other locations, thus providing safer material for the development of assertive bills. It is expected, with the initiative, that the public authorities value and incorporate information management processes into their public management practices.

Keywords: Information prospecting, Benchmarking, Public Management, Information Management.

1 INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, a gestão pública vem lidando com desafios cada vez mais complexos e, por isso, precisa contar com ferramentas que ajudem a tomar decisões mais eficientes e inovadoras. Nesse cenário, a informação ganha destaque como recurso estratégico, já que sua coleta, análise e uso permitem compreender melhor os contextos, identificar novas demandas e conhecer práticas implementadas em outros lugares. Dessa forma, a prospecção de informação se mostra um caminho importante para ampliar o leque de possibilidades e enriquecer o processo de decisão dos gestores.

Além disso, a integração entre prospecção de informação e benchmarking possibilita a comparação e o aproveitamento de experiências de outros contextos, transformando-os em conhecimento para aplicação na realidade local. Portanto, a administração pública pode aprender com iniciativas implementadas em outros locais, adaptar ideias às suas próprias necessidades e evitar erros repetidos, tornando suas ações mais eficazes, inovadoras e próximas da realidade da comunidade que atende.

A pesquisa tem origem no Projeto de Extensão Universitária da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Campus de Marília, contemplado com recursos do Edital 06/2024 da Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Cultura (Proec/Unesp). O referido projeto, intitulado “**Gestão da Informação para Benchmarking em Políticas Públicas e Indicadores de CT&I**”, insere-se no contexto da Câmara Municipal de Marília, município do Estado de São Paulo.

Em consonância com o objetivo geral do projeto supracitado que consiste em implementar um serviço de prospecção e monitoramento de práticas, políticas e indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), nacionais e internacionais, passíveis de aplicação no âmbito municipal; o objetivo do

presente capítulo se caracteriza por evidenciar o potencial de implementação de práticas de prospecção de informação em contextos de gestão pública municipal. Como objetivos específicos, destacam-se: a) delinear as etapas realizadas para implementação do projeto; b) apresentar os resultados obtidos; c) discutir os resultados relacionados às práticas de prospecção de informação aplicados à gestão pública. Estes se relacionam com os objetivos específicos do próprio projeto, que são: a) capacitar alunos para a identificação e o atendimento de necessidades informacionais da comunidade atendida; b) proporcionar que a comunidade compreenda os processos de gestão da informação como elementos relevantes para a gestão pública e o desenvolvimento da sociedade; c) contribuir para a implementação de inovações e boas práticas no âmbito da gestão pública municipal.

A importância da pesquisa pode ser observada na contribuição significativa da prospecção de informação para a gestão pública ao oferecer subsídios estratégicos para a tomada de decisão, especialmente quando associada ao benchmarking. A identificação, análise e sistematização de dados e experiências de outras localidades permitem reconhecer práticas bem-sucedidas, avaliar seus resultados e compreender os contextos em que foram aplicadas. Esse processo amplia a base de conhecimento dos gestores, reduz a chance de insucesso e possibilita a adaptação de soluções inovadoras às realidades locais, evitando a repetição de erros já identificados em outros contextos. Assim, a prospecção de informação fortalece a aprendizagem organizacional e promove maior eficiência na formulação e implementação de políticas públicas, estimulando a melhoria contínua da administração.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Prospecção de informação

A prospecção informacional é a fase inicial e estratégica do processo de inteligência competitiva, a sua função é diagnosticar as necessidades informacionais de uma organização e mapear fontes e fluxos de dados no ambiente interno e externo. Segundo Calazans, “[...] a informação é criada, tratada e transferida às organizações, sendo a eficiência desse processo a garantia do bom desempenho e do deslocamento da organização para patamares mais elevados de competitividade” (CALAZANS, 2006, p.64).

No âmbito interno organizacional, a prospecção vai exigir um levantamento extremamente detalhado de todos os fluxos formais e informais de informação. Ter um mapeamento é essencial, visto que uma parcela do conhecimento estratégico é gerada dentro da estrutura corporativa. Ao entender essas dinâmicas, a prospecção vai estabelecer uma base sólida para identificar as informações críticas.

Em complemento, a prospecção informacional se estende ao ambiente externo, caracterizado por uma grande diversidade de dados e informações, logo, é necessário que seja aplicada uma metodologia de tratamento de dados e informacional. A capacidade de diferenciar informações consistentes e relevantes de uma massa de dados inconsistentes é o que vai definir a eficiência dessa etapa. Destaca-se a etapa de filtragem, que deve ser conduzida por uma equipe multidisciplinar com o conhecimento do negócio, o que irá garantir que apenas informações importantes sejam encaminhadas para as fases de análise.

monitoração de ambientes organizacionais é a aquisição e uso de informação sobre eventos, tendências e relações em seu ambiente externo, cujo conhecimento auxiliará os gerentes a planejar as futuras ações (CHOO apud MORESI, 2001, p.41).

Nessa perspectiva, a prospecção não se limita apenas a uma simples coleta, ela é um processo analítico e seletivo que, ao mapear as necessidades e fontes de informação, garante que a inteligência competitiva da organização seja construída sobre insumos de relevância e qualidade.

2.2 Benchmarking como processo de gestão

A partir da compreensão de que a prospecção informacional fornece os insumos necessários para a análise e o monitoramento do ambiente organizacional, é importante discutir o benchmarking

como processo de gestão, uma vez que este representa o processo seguinte de elaboração das informações coletadas em práticas comparativas e orientações estratégicas.

O termo benchmarking, originário da agrimensura, foi incorporado à administração como método de comparação sistemática de processos, produtos e serviços, consolidando-se como ferramenta voltada para a busca de desempenho superior (Parreiras *et al.*, 2024). Uma definição que engloba a maioria dos objetivos desse processo é abordada por Prašnikar, Debeljak e Ahčan (2005, tradução nossa, p. 259), na qual “benchmarking é um processo de criação de conhecimento empresarial através da comparação e análise de informações empresariais sobre outras empresas com o objetivo de melhorar a qualidade da tomada de decisão”.

Como processo de gestão, o benchmarking orienta-se para a identificação, análise e adaptação de práticas que se destacam em diferentes contextos organizacionais, possibilitando sua incorporação em diferentes espaços para a obtenção de melhores resultados (Parreiras *et al.*, 2024). Em conjunto com a prospecção informacional, esse método é relevante por utilizar as informações coletadas e tratadas como insumos para a comparação de desempenhos, análise de alternativas e a implementação de melhorias (Valentim; Molina, 2004). Desse modo, a prospecção informacional representa a etapa de levantamento e sistematização de dados, informações e conhecimentos, enquanto o benchmarking configura-se como a aplicação comparativa e estratégica desses insumos no processo de gestão.

Existem formas diferentes de se aplicar o benchmarking dependendo da realidade em que ele será utilizado. Nesse sentido, Love e Dale (2007) propuseram três tipos principais de benchmarking:

1. *Benchmarking interno*. Esta é a forma mais fácil e simples de benchmarking para conduzir e envolve benchmarking entre negócios ou funções dentro do mesmo grupo de empresas. Muitas empresas iniciam o benchmarking com esta forma de comparação interna. Deste modo, as melhores práticas e iniciativas internas são compartilhadas em toda a empresa.
2. *Benchmarking competitivo*. Esta é uma comparação com concorrentes diretos, seja de produtos, serviços ou processos dentro do mercado de uma empresa. Muitas vezes é difícil, senão impossível em algumas indústrias, obter os dados para esta forma de benchmarking, pela própria natureza de ser um concorrente a empresa é vista como uma ameaça.
3. *Benchmarking funcional/genérico*. [...] ‘Funcional’ refere-se às semelhanças funcionais das organizações, enquanto ‘genérico’ olha para as similaridades mais amplas dos negócios, geralmente em operações díspares. Com o benchmarking funcional, os parceiros geralmente compartilham características comuns na indústria, enquanto o benchmarking genérico não é restrito a uma indústria. Geralmente não é difícil obter acesso a outras organizações para realizar esse tipo de benchmarking. As organizações muitas vezes estão dispostas a trocar e compartilhar informações em uma rede ou acordo de parceria, especialmente quando nenhuma ameaça direta é apresentada ao negócio ou participação no mercado da empresa (Love; Dale, 2007, tradução nossa).

Mais do que uma prática de imitação, o benchmarking deve ser compreendido como aprendizado organizacional, no qual se analisam experiências de referência para adaptá-las às condições locais, respeitando especificidades culturais, institucionais e políticas. Essa característica é particularmente relevante no âmbito da gestão pública, em que a diversidade de contextos requer a adaptação crítica de soluções identificadas em diferentes realidades. Nessa conjuntura, considerando contexto da pesquisa, o benchmarking possibilita a comparação das práticas e políticas implementadas por diferentes prefeituras, permitindo identificar melhores práticas e utilizá-las como base para o aprimoramento da gestão local.

Alguns exemplos que ilustram a aplicação desse método são apresentados por: Lepchak *et al.* (2021) comparando os 80 maiores municípios do Brasil para verificar quão eficientemente utilizam recursos de saúde pública; Zucatto *et al.* (2009) ao proporem indicadores para acompanhar gastos públicos, comparar escolas entre si e detectar quais possuem desempenho melhor ou pior; Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP, 2015) com a criação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) que mede a efetividade da gestão municipal em áreas como planejamento,

educação, saúde, ambiente etc., avaliando não só resultados, mas processos e uso de recursos (Hirata, 2023).

Assim, a articulação entre prospecção e benchmarking revela-se estratégica: a primeira fornece elementos para mapear tendências, identificar necessidades e reunir informações relevantes; a segunda transforma esse conhecimento em comparações estruturadas que orientam a adoção de práticas de excelência. Em contextos como a gestão pública e a formulação de indicadores de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), essa combinação fortalece a capacidade de tomada de decisão, promove maior eficiência administrativa e contribui para a construção de políticas alinhadas às demandas sociais e aos referenciais globais de desenvolvimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Monitoramento de Atividades do Legislativo Municipal para Identificação de Características

Em 2025 iniciaram-se as discussões entre a Unesp/Marília, pela coordenadora do projeto, Profa. Dra. Elaine da Silva, e a Câmara Municipal de Marília, por meio da bibliotecária da instituição, Karenina Machado Cândido de Souza. Esse diálogo também envolveu o Instituto de Políticas Públicas de Marília (IPPMAR), o Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências (Unesp/Marília), a Escola do Legislativo de Marília e a Biblioteca da Câmara Municipal.

Após o aceite do projeto na Pró-Reitoria de Extensão da Unesp via edital, a etapa seguinte consistiu em sua divulgação via e-mail institucional da Unesp/Marília, direcionada aos alunos dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia a manifestarem interesse em compor a equipe de desenvolvimento do Projeto. Foram selecionados seis discentes de graduação e um discente de pós-graduação (mestrado em Ciência da Informação).

As atividades iniciais compreenderam reuniões, realizadas em maio de 2025. A primeira reunião teve como objetivo a apresentação do projeto aos discentes, alinhamento das propostas, instruções sobre as atividades e esclarecimento de dúvidas. Na segunda reunião, houve a exposição detalhada do projeto, a discussão de textos teóricos que fundamentam a iniciativa, a divisão de tarefas e a indicação dos locais de atuação: Câmara Municipal, Biblioteca da Câmara e os Campi 1 e 2 da Unesp/Marília. O uso de diferentes espaços fez parte da estratégia de diálogo com os diversos interlocutores envolvidos.

A atividade de prospecção de informação requer conhecimento do contexto e universo objetos da prospecção, para tanto, um diagnóstico das proposições legislativas foi realizado. Para tanto, a equipe acessou o site da Câmara Municipal de Marília, monitorando e prospectando as atividades parlamentares registradas entre os meses de janeiro e abril de 2025. O objetivo consistiu em compreender as propostas legislativas, as demandas recebidas pelos vereadores e as ações por eles promovidas. As informações coletadas foram reunidas e categorizadas de acordo com a autoria das proposições (projetos de lei, indicações e requerimentos). Posteriormente, os dados foram compilados e agrupados em categorias, como demonstra o Quadro 1 — por exemplo, as proposições relativas à “tapa-buraco” e “recapeamento” foram categorizadas como **Serviços Urbanos**, assim como as de “troca de iluminação pública”.

Com base nesse processo, foram identificadas 26 categorias de atividades, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1 — Categorias de Termos Gerais

Categorias elencadas
Serviços Urbanos
Cultura/Turismo
Transporte
Saúde
Esporte
Acessibilidade
Homenagem
Qualidade de Vida
Cidadania
Congratulações/Pesar
Segurança
Educação/Qualificação
Não identificado
Meio Ambiente
Administração
Funcionalismo Público
Resposta da Administração
Proibição
Trânsito
Infraestrutura
Questão Pessoal
Identificação de carro legislativo
Alteração do Regimento
Parceria Público/Privado
Trabalho
Implantação de Lotérica

Fonte: Elaboração Própria.

Dentro das 26 categorias elencadas, foram levantadas as incidências de cada uma delas nas proposições — que se dividem em Projeto de Lei, Indicações e Requerimentos — para identificar qual categoria de atividade é mais realizada pela população do projeto. O número de incidência por categoria é indicado no Quadro 2 para sua identificação e comparação.

Quadro 2 — Incidência das Categorias de Proposições

Incidência das Categorias de Proposições	
Categorias	Incidência
Serviços Urbanos	1497
Cultura/Turismo	16
Transporte	6
Saúde	31
Esporte	11
Acessibilidade	3
Homenagem	14
Qualidade de Vida	1
Cidadania	5
Congratulações/Pesar	130
Segurança	18
Educação/Qualificação	8
Não identificado	1
Meio Ambiente	4
Administração	7
Funcionalismo Público	1
Resposta da Administração	16
Proibição	2
Trânsito	2
Infraestrutura	2
Questão Pessoal	1
Identificação de carro legislativo	1
Alteração do Regimento	1
Parceria Público/Privado	1
Trabalho	1
Implantação de Lotérica	1

Fonte: Elaboração própria.

Fica evidente ao observar o Quadro 2 a disparidade entre os direcionamentos das atividades legislativas executadas. Serviços Urbanos é a que apresenta a maior incidência dentre as proposições. Dentro desta categoria se encontram serviços como — alguns já citados anteriormente — “tapa buracos”, “recapeamento”, “manutenção”, “limpeza” e “conserto”. A categoria de Serviços Urbanos conta com 1497 proposições, sendo a maior categoria, a segunda maior categoria é a de Congratulações/Pesar, com 130 proposições. As demais categorias não atingiram 40 proposições;

sendo que, as com menor incidência apresentam apenas uma proposição em sua categoria, evidenciando a disparidade entre os tipos de atividades legislativas executadas.

Em junho de 2025, duas reuniões foram realizadas com os vereadores e representantes da Câmara Municipal de Marília. A primeira, intitulada “**Workshop para Sensibilização de Agentes da Câmara Municipal de Marília/SP**”, ocorreu em 02 de junho de 2025, com o objetivo de esclarecer dúvidas, apresentar materiais de divulgação e orientar sobre a comunicação com a equipe do projeto. O encontro foi realizado na Câmara Municipal, contando com a participação de assessores e de alguns vereadores.

Definiu-se que, até o dia 15 de cada mês, vereadores, assessores ou equipes poderiam enviar demandas por meio de formulário eletrônico (Google Forms). Dessa maneira, a A equipe teria até 30 dias para elaborar relatório contendo as informações solicitadas, o qual seria enviado à coordenação do projeto, aos vereadores e à bibliotecária da Câmara Municipal.

A segunda reunião ocorreu em 04 de junho de 2025, na Biblioteca da Câmara Municipal, com a participação da bibliotecária Karenina Machado Cândido de Souza e da diretora geral da Câmara, Carla Fernanda Vasques Farinazzi e do gerente de suporte legislativo Luis Albertoni. Nessa ocasião, foram apresentados os integrantes do projeto aos representantes da instituição e discutida a dinâmica de elaboração de projetos legislativos.

Com base nessas informações, a equipe passou a receber solicitações de prospecção e monitoramento de temas de interesse dos vereadores. Na primeira etapa de desenvolvimento das prospecções, iniciada no mês junho, três demandas foram registradas, analisadas pelos discentes e as informações prospectadas foram apresentadas em forma de relatório. Devido ao recesso legislativo e às férias acadêmicas, os relatórios foram entregues em agosto de 2025, a fim de permitir avaliação e eventuais solicitações de complementação.

3.2 Possibilidades de Promoção de Benchmarking a partir de processos de Prospecção de Informação

O processo de comunicação com os vereadores da Câmara Municipal de Marília se dá através de um formulário disponibilizado usando a ferramenta Google Forms, com o objetivo de comunicação rápida, eficaz e sigilosa, tendo em vista que cada vereador tem sua demanda única e personalizada. Buscando compreender as necessidades informacionais mais específicas de cada vereador, além das informações do requerente, o formulário coleta outras informações essenciais como: tema da prospecção, este item se refere a temática que deve ser pesquisada pela equipe do projeto, o tipo interesse do requerente; detalhamento, o objetivo deste item é que a temática seja mais especificada para que na busca o resultado seja alcançado; e informações adicionais, em que o sujeito requerente pode colocar informações que ele presuma importantes para que se chegue ao resultados pretendidos por ele. A proposta do formulário (Quadro 3) é de que o requerente forneça informações suficientes sobre suas demandas para que a prospecção resulte em informações pertinentes à sua necessidade.

Quadro 3 — Formulário de Prospecção da Informação

Identificação do solicitante	Nome completo
	Cargo/ Função
	Gabinete
	E-mail
	Telefone
Identificação da Prospecção	Demanda de informação - Tema
	Demanda de informação - Detalhamento
	Informações adicionais

Fonte: Elaboração própria.

Na primeira rodada de aplicação do processo, as demandas recebidas via formulário pela equipe do projeto foram originadas de três vereadores. Considerando que o prazo para entrega seria em agosto devido a período de recesso e férias escolares e legislativas, a equipe teve cerca de um mês para realizar o processo de prospecção. Foi proposto que todos os membros da equipe do projeto

deveriam fazer a atividade de prospecção. Não houve limitações quanto ao modo de fazer as buscas, portanto a prospecção era livre, as pesquisas poderiam ser feitas em sites de municípios, estados ou a nível nacional, além de universidades ou em âmbito mundial. O que é importante ressaltar é que por estar em aberto houve uma heterogeneidade de buscas, as estratégias de busca foram em municípios médio porte, população em torno de 250 mil habitantes ou quanto ao conhecimento dos sujeitos da equipe das temáticas pretendidas.

As prospecções deveriam ser incluídas ao documento compartilhado pelos integrantes da equipe no formato definido para relatório de entrega, em que a temática, o detalhamento e informações adicionais eram sinalizadas para o requerente, assim como a data em que foi feita a coleta das informações e a identificação dos discentes responsáveis pela atividade. Ao final do prazo a prospecção, os relatórios foram entregues aos requerentes, fornecendo em torno de quatorze ocorrências diferentes e respectivas referências para cada vereador que havia encaminhado suas demandas para o projeto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A etapa inicial do projeto consistiu no mapeamento e monitoramento das atividades legislativas, com o intuito de identificar padrões, demandas e áreas prioritárias de atuação dos parlamentares municipais. O levantamento das proposições legislativas resultou na categorização de 26 tipos diferentes de ações (Quadro 1), revelando a predominância de iniciativas voltadas à área de Serviços Urbanos, com 1497 proposições. Essa categoria superou expressivamente as demais, sendo seguida, com grande distância, pelas proposições relacionadas à Congratulações/Pesar (130), enquanto as demais categorias apresentaram incidências significativamente menores, algumas delas com apenas uma ocorrência.

Esses dados indicam uma forte concentração de esforços legislativos em demandas operacionais e de manutenção da infraestrutura urbana, como “tapa-buracos”, “recapeamento” e “manutenção de iluminação pública”. Essa concentração reflete um padrão comum em municípios de médio porte, nos quais a agenda legislativa tende a responder prioritariamente a demandas imediatas da população, frequentemente de natureza corretiva e de curto prazo. Por outro lado, observa-se uma baixa representatividade em proposições relacionadas a áreas estratégicas, como inovação tecnológica, sustentabilidade ambiental, políticas de acessibilidade e desenvolvimento social, o que revela um potencial ainda pouco explorado de atuação legislativa em temas de caráter estrutural e de longo alcance.

Outro resultado relevante do projeto foi a criação e aplicação de instrumentos de comunicação que visam aproximar a produção de conhecimento acadêmico das demandas do poder público. A implementação de um formulário eletrônico (Google Forms) para coleta de solicitações de prospecção de informação pelos vereadores mostrou-se uma estratégia eficiente de articulação entre a equipe do projeto e os agentes legislativos. Esse mecanismo, ao permitir a descrição detalhada dos temas de interesse, objetivos e informações adicionais, contribuiu para uma melhor delimitação das necessidades informacionais, fortalecendo a relevância e a precisão das respostas produzidas.

Além disso, as reuniões realizadas com os vereadores e equipes da Câmara Municipal foram fundamentais para a sensibilização dos atores políticos quanto ao papel estratégico da informação na tomada de decisões. A participação de servidores e representantes institucionais nos encontros evidenciou uma disposição crescente para o uso de instrumentos de gestão da informação como apoio ao processo legislativo, ainda que a prática da prospecção informacional seja incipiente no âmbito municipal.

Durante a primeira rodada de aplicação do formulário, foram recebidas três demandas de vereadores, cada uma delas com especificidades temáticas distintas. A equipe de discentes realizou buscas exploratórias em diferentes níveis — municipal, estadual, nacional e internacional — com foco em municípios de médio porte e realidades administrativas comparáveis às de Marília. A ausência de restrições metodológicas possibilitou abordagens diversificadas de busca e análise, promovendo um ambiente de aprendizado coletivo e experimentação metodológica.

Ao final do processo, foram entregues aproximadamente quatorze referências qualificadas por demanda, abrangendo experiências, legislações, programas e boas práticas aplicadas em diferentes contextos. Esses resultados demonstram a aplicabilidade da prospecção informacional como

ferramenta de apoio ao benchmarking e, conseqüentemente, ao processo decisório no âmbito legislativo municipal.

A integração entre prospecção de informação e benchmarking, conforme demonstrado nos resultados obtidos, evidencia um potencial significativo para a transformação da cultura informacional e dos processos decisórios no âmbito da gestão pública. A sistematização de dados e a comparação estruturada de práticas contribuem não apenas para a melhoria da eficiência administrativa, mas também para a elevação da qualidade das políticas públicas e para o fortalecimento da governança municipal.

Contudo, os resultados também indicam desafios a serem enfrentados. A baixa diversificação temática nas proposições legislativas e a ainda limitada participação dos parlamentares no uso sistemático da informação sugerem a necessidade de ações continuadas de capacitação e sensibilização. Tais iniciativas devem estar voltadas à valorização da informação como recurso estratégico e ao desenvolvimento de competências em análise e uso de dados para formulação de políticas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de se proceder com atividades de implementação de serviços de prospecção e monitoramento de práticas, políticas e indicadores em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) como ferramenta para a capacitação de alunos em atividades de atendimento de necessidades informacionais da comunidade atendida, assim como proporcionar uma compreensão por parte dos diversos sujeitos envolvidos nos processos de gestão pública da importância dos processos de gestão da informação, e por fim a contribuição de práticas inovadoras no contexto da gestão pública é imprescindível na formação de uma rede de diálogos e ações mais concretas no âmbito da Universidade pública, da sociedade e das casas legislativas.

Conquanto, por meio da análise dos dados obtidos no Quadro 1, pode-se perceber a necessidade de apoio estratégico na gestão da informação por parte dos legisladores municipais que realizam atividades de manutenção, mais do que atividades de proposição de leis, o que valida a hipótese da necessidade de projetos como o desenvolvido em Marília. Como contribuição deste trabalho a proposição de monitoramento e benchmarking proporciona um rol de informações concisas, comprovadas, eficazes e efetivas das ações desenvolvidas em outras localidades, fornecendo assim material mais seguro para o desenvolvimento de projetos de lei assertivos. Por quanto, também, há limite da proposição deste trabalho visto que ele é recente, menos de seis meses de implantação do projeto, o que pode fornecer subsídios para a elaboração de pesquisas e projetos em outros contextos, assim sendo, pesquisas futuras contribuirão para ampliar a discussão sobre a gestão da informação através de monitoramento e prospecção em diferentes contextos, figurando como base para construção de políticas públicas e ações públicas mais pertinentes ao seu contexto.

REFERÊNCIAS

CALAZANS, Angélica Toffano Seidel. Conceitos e uso da informação organizacional e informação estratégica. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 63-70, jan./abr., 2006.

HIRATA, Márcia Harumi Hirata. IEG-M/TCESP – municipal management effectiveness index. **Observatory of Public Sector Innovation**, [S.l.], 2023. Disponível em: https://oecd-opsi.org/innovations/municipal-management-effectiveness-index/?utm_. Acesso em: 22 set. 2025.

LEPCHAK, Alessandro; LIMA FILHO, Saulo Silva; SILVA, Eduardo Oliveira da; PEIXE, Blênio Cezar Severo. Análise da eficiência na utilização de recursos da saúde nos maiores municípios brasileiros. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 15, p. e382101522669, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i15.22669. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/22669>. Acesso em: 22 set. 2025.

LOVE, Rory; DALE, Barrie George. Benchmarking. In: DALE, Barrie George; WIELE, Ton van der; IWAARDEN, Jos van (ed.). **Managing Quality**. 5th ed. Oxford: Blackwell. 2007. Capítulo 21. *E-book*.

Disponível em: <https://learning.oreilly.com/library/view/managing-quality/9781405142793/ch21.html#introduction-id21>. Acesso em: 21 Sep. 2025.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Inteligência organizacional: um referencial integrado. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 30, n. 2, p. 35-46, maio/ago. 2001.

PARREIRAS, Elaine Martins; MOREIRA, Luciane Novaes Moreira; SILVA, Patrícia Nascimento; ZIVIANI, Fabrício. Gestão do conhecimento e benchmarking colaborativo: uma experiência em uma instituição de ensino superior. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: ANCIB, 2024. p. 1-16. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2480>. Acesso em: 12 set. 2025.

PRAŠNIKAR, Janez; DEBELJAK, Žiga; AHČAN, Aleš. Benchmarking as a tool of strategic. **Total Quality Management and Business Excellence**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 257-275, 2005. DOI:10.1080/14783360500054400. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14783360500054400>. Acesso em: 12 Sep. 2025.

TCESP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo). **Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M)**. [S.l.], 2015. Disponível em: https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg_m%3Aiegm.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero. Acesso em: 22 set. 2025.

VALENTIM, Marta Ligia Pomim; MOLINA, Letícia Gorri. Prospecção e monitoramento informacional no processo de inteligência competitiva. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 59-77, 2004. DOI: 10.5007/1518-2924.2004v9nesp1p59. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2004v9nesp1p59>. Acesso em: 12 set. 2025.

ZUCATTO, Luis Carlos; SARTOR, Ulliana M.; BEBER, Sedinei; WEBER, Rudi. Proposição de indicadores de desempenho na gestão pública. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 9, n. 16, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/11701>. Acesso em: 22 set. 2025.

**PROSTITUIÇÃO, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: INTERFACES ENTRE GESTÃO,
TERCEIRO SETOR E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DIANTE DAS VULNERABILIDADES DAS
PROFISSIONAIS DO SEXO**

*PROSTITUTION, CITIZENSHIP, AND PUBLIC POLICIES: interfaces between management, the third
sector, and social development in the face of the vulnerabilities of sex workers*

Área temática: Saúde e Bem-Estar

MAURA, Ana Beatriz Silvestre
Uni-FACEF
Psicóloga
anabesilvestre@hotmail.com

GUERRA, José Alfredo de Pádua
Uni-FACEF
Doutor em Serviço Social e Reitor do Uni-FACEF
josealfredo@facef.br

SANTO, Manoel Jorge Nobre do Espírito
Uni-FACEF
Doutor em Psicobiologia
mjnes@facef.br

Resumo

Este artigo parte da inquietação sobre a ausência de escuta e reconhecimento das mulheres em situação de prostituição, levantando como questão central se as políticas públicas e o terceiro setor promovem efetivamente cidadania ou reproduzem práticas de silenciamento e exclusão. O objetivo é analisar, com base na literatura especializada, as interfaces entre prostituição, cidadania e políticas públicas, enfatizando a atuação — ou omissão — da gestão pública e do terceiro setor diante das vulnerabilidades sociais que atravessam a vida das profissionais do sexo. A relevância do estudo está na necessidade de visibilizar sujeitos historicamente marginalizados e de contribuir para o debate sobre saúde mental, reconhecimento e direitos fundamentais. Metodologicamente, adota-se a revisão bibliográfica em bases acadêmicas e documentos institucionais, buscando articular referenciais da Psicologia Social Crítica, dos Estudos de Gênero, da Sociologia e das Políticas Públicas. Os resultados apontam que a estigmatização e a ausência de políticas específicas aprofundam a exclusão e comprometem a saúde mental dessas mulheres, enquanto o terceiro setor desempenha papel relevante, mas insuficiente, no enfrentamento dessas vulnerabilidades. Conclui-se que reconhecer a prostituição como trabalho, fortalecer a intersectorialidade das políticas públicas e valorizar as estratégias de resistência construídas pelas próprias profissionais do sexo são condições fundamentais para ampliar o acesso à cidadania e ao desenvolvimento social.

Palavras-chave: prostituição, saúde mental, terceiro setor.

Abstract

This article arises from the concern with the lack of social recognition and listening to women engaged in prostitution, raising as a central question whether public policies and the third sector effectively promote citizenship or reproduce practices of silencing and exclusion. The objective is to

analyze, based on specialized literature, the interfaces between prostitution, citizenship, and public policies, with emphasis on the role — or omission — of public management and the third sector in addressing the social vulnerabilities experienced by sex workers. The relevance of the study lies in the need to give visibility to historically marginalized subjects and to contribute to the debate on mental health, recognition, and fundamental rights. Methodologically, it adopts a bibliographic review of academic databases and institutional documents, articulating frameworks from Critical Social Psychology, Gender Studies, Sociology, and Public Policy. The results indicate that stigmatization and the absence of specific policies deepen exclusion and undermine the mental health of these women, while the third sector plays an important yet insufficient role in addressing such vulnerabilities. It is concluded that recognizing prostitution as work, strengthening the intersectorality of public policies, and valuing the resistance strategies built by sex workers themselves are fundamental conditions for expanding access to citizenship and social development.

Keywords: prostitution, mental health, third sector.

1 INTRODUÇÃO

A inquietação que deu origem a esta pesquisa surgiu da ausência de escuta e reconhecimento social de mulheres que exercem a prostituição como forma de sobrevivência em contextos marcados por desigualdades históricas, assim como a invisibilidade das profissionais do sexo mesmo em âmbitos destinados à proteção social. O silenciamento que cerca essas mulheres está vinculado à moralização dos seus corpos e à negação da cidadania plena, impactando diretamente sua saúde mental, construção identitária e relações sociais.

Entre essas populações, as profissionais do sexo permaneceram como um grupo sistematicamente invisibilizado — mesmo nos espaços cuja função institucional é proteger e garantir direitos. A ausência de políticas públicas específicas, aliada ao forte componente moralista que atravessa o debate sobre prostituição, transforma essas mulheres em sujeitos à margem do discurso dos direitos humanos. Seu corpo, ao ser moralizado e criminalizado socialmente, torna-se também um corpo político silenciado, o que tem efeitos diretos sobre sua saúde mental, sua autonomia, seus laços sociais e sua construção identitária.

O silenciamento que cerca essas mulheres está vinculado a uma lógica patriarcal e punitiva que recusa sua legitimidade como cidadãs, como trabalhadoras e como sujeitos de direitos. Trata-se de uma negação institucionalizada de cidadania que ultrapassa o discurso legal, pois se manifesta também nos olhares, nos protocolos, nas portas fechadas e nas práticas cotidianas de exclusão. O não reconhecimento da prostituição como trabalho, por exemplo, gera um efeito cascata: sem vínculo formal, essas mulheres ficam fora da previdência, dos programas sociais e da rede de proteção institucional.

Ao investigar se as políticas públicas promovem, de fato, o exercício da cidadania plena ou apenas replicam estruturas de controle, tutela e moralização, esta pesquisa propõe uma leitura crítica da atuação do Estado, da gestão pública e das práticas institucionais, articulando referenciais da Psicologia Social Crítica, dos Estudos de Gênero, da Sociologia e das Teorias do Reconhecimento. Interessa compreender como a identidade dessas mulheres é atravessada por múltiplas dimensões: o trabalho sexual, a ausência de políticas específicas, os discursos sociais e os dispositivos de poder que atuam sobre seus corpos e subjetividades.

Por isso, mais do que compreender a prostituição como fenômeno social, este estudo propõe olhar para a prostituição como campo de disputa simbólica, política e institucional, onde se revela a tensão entre o direito à autodeterminação e as normas que regulam moralmente a vida das mulheres. A escuta dessas vozes, suas narrativas e estratégias de resistência são, portanto, elementos centrais para repensar o lugar da prostituição nas políticas públicas e, mais amplamente, no projeto democrático de sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ESTIGMA E PROSTITUIÇÃO: ENTRE O SILENCIAMENTO SOCIAL E A NEGAÇÃO DE DIREITOS

A prostituição ainda é considerada um tema tabu no campo das políticas públicas. Embora não seja uma atividade criminalizada no Brasil, sua regulamentação permanece incompleta e atravessada por discursos morais e patriarcais (Scott, 1995; Piscitelli, 2007). Isso produz um estigma institucionalizado que atravessa o cotidiano das profissionais do sexo, dificultando o acesso a serviços de saúde, assistência social e segurança. A identidade dessas mulheres passa a ser reduzida a sua atividade, como se não houvesse subjetividade, histórias ou projetos de vida (Lake, 2013). O estigma social se converte, assim, em uma forma de violência simbólica que impacta diretamente a saúde mental dessas profissionais (Benoit et al., 2018).

Esse processo de estigmatização, como define Goffman (1988), consiste em uma marca social que desqualifica a pessoa diante da sociedade, transformando-a em alguém que deve ser evitado ou corrigido. No caso das profissionais do sexo, o estigma se ancora em normas morais e culturais que associam sua atividade à imoralidade, ao desvio e à degradação. Essa marca social afeta diretamente a forma como essas mulheres se percebem, interagem com os outros e acessam seus direitos. Muitas vezes, o estigma é internalizado, gerando sentimentos de culpa, vergonha e inadequação — o que pode provocar sérias consequências para a saúde mental, como depressão, ansiedade e transtornos do humor (Benoit et al., 2018; Martín-Romo, Sanmartín & Velasco, 2023).

Além disso, esse estigma se institucionaliza quando os próprios serviços públicos, que deveriam promover acolhimento e cuidado, reproduzem práticas discriminatórias, negando atendimento digno ou mesmo invisibilizando essa população. O preconceito por parte de profissionais da saúde e da assistência social reforça a exclusão, dificultando que essas mulheres busquem suporte emocional ou psicológico em momentos de crise. Como destaca Facchini et al. (2015), a ausência de uma política pública específica para essa população contribui para a precarização de suas condições de vida e reforça seu isolamento social.

A violência simbólica (Bourdieu, 1989), nesse contexto, se expressa de forma silenciosa, mas devastadora: ela não age com força física, mas por meio de palavras, olhares, silêncios e burocracias que mantêm essas mulheres fora das redes formais de proteção. Isso torna a prostituição um campo de vulnerabilidade interseccional, onde gênero, classe, raça e orientação sexual se entrelaçam e amplificam os efeitos da marginalização. A falta de reconhecimento institucional das profissionais do sexo como trabalhadoras, somada à inexistência de canais institucionais de escuta, configura uma negação ativa de cidadania.

Para além da denúncia, é necessário construir estratégias que combatam o estigma, promovam reconhecimento e ofereçam cuidado psicológico contínuo. A escuta qualificada, a formação crítica de profissionais e a inserção das próprias trabalhadoras nos processos de elaboração das políticas são caminhos possíveis para romper com esse ciclo de invisibilidade e violência institucional.

2.2 BARREIRAS INVISÍVEIS: O NÃO ACESSO À CIDADANIA NAS MARGENS SOCIAIS

A cidadania, enquanto direito à existência digna, é sistematicamente negada às profissionais do sexo. Muitas delas não acessam serviços básicos como saúde, educação e moradia por medo, preconceito ou tratamento desrespeitoso por parte dos profissionais (Facchini et al., 2015). As políticas públicas que deveriam garantir esses direitos não são pensadas de forma interseccional, falhando em contemplar as demandas específicas de populações marginalizadas. Para Dagnino (2004), cidadania é mais do que ter direitos; é poder exercê-los com reconhecimento e dignidade. Nesse sentido, as profissionais do sexo estão em constante processo de lutas por visibilidade e reconhecimento.

As políticas públicas que deveriam garantir esses direitos não são pensadas de forma interseccional, ou seja, falham ao não considerar como gênero, raça, classe e sexualidade se entrelaçam na experiência dessas mulheres. Como aponta Crenshaw (2022), a interseccionalidade é uma ferramenta essencial para compreender as múltiplas camadas de opressão que certos grupos enfrentam. No caso das profissionais do sexo, as políticas que ignoram essa abordagem tendem a reforçar desigualdades ao invés de corrigi-las.

Dagnino (2004) afirma que cidadania é mais do que ter direitos formalmente reconhecidos; é poder exercê-los com reconhecimento, dignidade e pertencimento social. Isso implica não apenas a existência legal de políticas públicas, mas também o seu acesso efetivo, sua adequação às realidades

das populações atendidas e a escuta das vozes dessas mulheres no processo de formulação. A cidadania, para essas profissionais, não é um ponto de partida garantido, mas um campo de luta contínua por reconhecimento, visibilidade e pertencimento.

O conceito de cidadania insurgente, como propõe Holston (2013), pode ajudar a entender como esses sujeitos constroem estratégias de resistência e demandam seu lugar nos espaços públicos. Mesmo diante da negação do Estado, muitas mulheres se organizam em coletivos, ONGs e movimentos sociais para garantir seus direitos e disputar narrativas sobre sua existência. Esses espaços funcionam como locais de construção de subjetividade e de fortalecimento político, ainda que fora da institucionalidade formal.

Portanto, a cidadania das profissionais do sexo não pode ser compreendida apenas no marco legal, mas deve ser vista como uma construção coletiva e situada, profundamente marcada por disputas simbólicas e políticas.

2.3 GESTÃO PÚBLICA E INTERSETORIALIDADE: O PAPEL DO ESTADO

A gestão pública, especialmente no contexto da política de Assistência Social, deve promover a intersetorialidade e a transversalidade das ações. No entanto, a maioria dos serviços do SUAS ainda opera sob lógicas fragmentadas, sem considerar a complexidade das trajetórias das profissionais do sexo. A gestão sensível às diferenças deve articular ações entre saúde, educação, habitação e segurança, com foco na garantia de direitos e na inclusão social. Segundo Teixeira (2009), é preciso "despatologizar" a gestão, escutando as necessidades reais da população atendida e abandonando abordagens moralistas ou punitivas.

As mulheres que exercem a prostituição enfrentam múltiplas formas de estigmatização e violência institucional, o que requer uma gestão sensível às suas especificidades e à sua trajetória social. Isso significa reconhecer que a sua condição de vulnerabilidade não decorre apenas da atividade em si, mas de fatores estruturais como pobreza, racismo, sexismo, transfobia, violência e falta de políticas públicas que contemplem sua existência. Uma gestão comprometida com a justiça social deve ser capaz de romper com as lógicas moralistas, punitivistas e higienistas ainda presentes em muitos serviços públicos, e assumir uma escuta ativa, ética e empática dessas mulheres.

Segundo Teixeira (2009), é preciso "despatologizar" a gestão pública, ou seja, abandonar a prática de enquadrar determinados modos de vida como desvios ou patologias, e passar a compreender os sujeitos em sua pluralidade e complexidade. Esse processo implica abrir espaço para o diálogo, incluir os sujeitos nos processos decisórios e reconhecer a legitimidade de suas vivências, sem tutelas ou moralismos.

A intersetorialidade, nesse sentido, deve ser mais do que uma diretriz teórica: deve se materializar em ações integradas entre saúde, educação, habitação, cultura, trabalho e segurança pública, com protocolos que assegurem o acolhimento humanizado e não discriminatório. Como destaca Campos (2000), a gestão pública em saúde (e por extensão nas políticas sociais) precisa valorizar o "cuidado ampliado" e a corresponsabilização dos sujeitos e instituições envolvidas.

Além disso, a gestão precisa reconhecer que muitas práticas de exclusão institucional não são explícitas, mas operam de forma burocrática e simbólica, através de barreiras invisíveis como o não reconhecimento da profissão, a ausência de documentos formais, ou mesmo a recusa em tratar essas mulheres como cidadãs de direito. Como pontua Franco (2013), a lógica da gestão democrática exige a construção de pactos institucionais e intersetoriais que sejam sensíveis às desigualdades e pautados na garantia de direitos.

Portanto, no que diz respeito às profissionais do sexo, a gestão pública não pode se furtar ao seu papel ético e político de garantir acesso, escuta, proteção e reparação histórica. Promover uma gestão pública verdadeiramente inclusiva é condição fundamental para o fortalecimento da cidadania dessas mulheres.

2.4 AÇÃO SOCIAL E VAZIO ESTATAL: A INTERFACE DO TERCEIRO SETOR

Diante da ausência de políticas efetivas, o terceiro setor tem se mostrado um importante ator no acolhimento das profissionais do sexo. Organizações não governamentais têm criado espaços de escuta, formação profissional, atendimento psicossocial e redução de danos. Essas ações, embora importantes, não substituem a responsabilidade do Estado, mas apontam caminhos de cuidado mais próximos da realidade dessas mulheres. Segundo Abramovay (2012), o terceiro setor possui potência

para atuar onde o Estado não alcança, mas precisa de financiamento, parcerias e reconhecimento para ampliar seu impacto.

Essas iniciativas ganham relevância ao construir vínculos de confiança com uma população que, historicamente, é alvo de estigma, criminalização e invisibilidade institucional. A atuação do terceiro setor, portanto, vai além do assistencialismo: trata-se de um espaço político de resistência, produção de subjetividade e fortalecimento comunitário. Muitas dessas entidades são formadas por profissionais do sexo ou contam com sua participação ativa, o que garante maior legitimidade e adesão das beneficiárias.

Segundo Abramovay (2012), o terceiro setor possui potência para atuar onde o Estado não alcança, especialmente nas periferias e nos vazios institucionais, mas seu trabalho depende de reconhecimento institucional, financiamento público contínuo e parcerias intersetoriais. Sem esses apoios, corre-se o risco de que o ônus da proteção social recaia sobre iniciativas voluntárias, informalizadas e precárias, fragilizando ainda mais a sustentabilidade das ações.

É importante destacar, contudo, que o protagonismo do terceiro setor não isenta o Estado de suas responsabilidades constitucionais. Pelo contrário, essas experiências devem servir como inspiração para a formulação de políticas públicas que respeitem a autonomia das mulheres em situação de prostituição, reconheçam suas demandas específicas e garantam o acesso à cidadania plena. Como argumenta Sarti (2004), o fortalecimento da rede de proteção social exige a articulação entre Estado, sociedade civil e usuários, em uma lógica de cooperação crítica, onde as experiências do terceiro setor contribuam para tensionar e qualificar a ação pública.

Por isso, a construção de uma política pública voltada às profissionais do sexo deve considerar os acúmulos, metodologias e saberes produzidos por essas organizações, promovendo a escuta ativa, o controle social e a participação popular como eixos estruturantes.

2.5 DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTÁVEL: DA ASSISTÊNCIA À AUTONOMIZAÇÃO

O desenvolvimento social, enquanto processo de ampliação de capacidades e oportunidades, exige que a inclusão das profissionais do sexo seja pensada não apenas em termos de assistência, mas de autonomização. Isso implica reconhecer a prostituição como trabalho, garantindo condições dignas, proteção social e acesso a serviços. Como aponta Sen (2010), o desenvolvimento está relacionado à liberdade de escolha e de realização das potencialidades humanas. Para isso, é essencial combater o estigma e promover o reconhecimento das identidades e trajetórias dessas mulheres.

Aplicado à realidade das profissionais do sexo, isso significa ir além de uma perspectiva meramente assistencialista, que muitas vezes reforça a posição de subalternidade dessas mulheres. A inclusão precisa ser pensada como autonomização, ou seja, como a construção de condições que lhes permitam viver com dignidade, decidir sobre seus corpos, acessar serviços públicos sem discriminação e participar das decisões que afetam suas vidas.

Para isso, é essencial reconhecer a prostituição como uma forma legítima de trabalho, o que implica a garantia de direitos trabalhistas, proteção previdenciária, segurança no exercício da atividade e políticas públicas específicas que respeitem a escolha dessas mulheres. A negação da prostituição como trabalho perpetua sua informalidade, precariedade e, principalmente, a exclusão dessas trabalhadoras do sistema de proteção social (Benoit et al., 2018; Toubiana & Ruebottom, 2022).

Desenvolvimento social, portanto, é também reconhecimento simbólico e político. Segundo Axel Honneth (2003), a luta por reconhecimento é um componente essencial para a autoestima e a saúde mental dos sujeitos. Sem esse reconhecimento, as identidades das profissionais do sexo continuam sendo marcadas por estigmas que limitam sua capacidade de realização e participação social.

Nesse sentido, o combate ao estigma é uma medida estruturante para o desenvolvimento social dessa população. Isso implica rever os discursos institucionais, promover ações educativas, sensibilizar os profissionais das redes de atendimento e incluir essas mulheres na formulação das políticas públicas que lhes dizem respeito.

É preciso também reconhecer a intersecção entre prostituição e outras vulnerabilidades — como pobreza, raça, gênero, orientação sexual e identidade de gênero —, considerando que o desenvolvimento social só será efetivo se enfrentar as desigualdades estruturais que atravessam a vida dessas mulheres (Crenshaw, 2022; Gomes, 2022). A ausência de políticas redistributivas, reparatórias e inclusivas perpetua ciclos de exclusão e limita o potencial de emancipação das profissionais do sexo.

Portanto, o desenvolvimento social deve ser compreendido como um projeto coletivo de ampliação de liberdades, reconhecimentos e oportunidades — e isso passa necessariamente pelo

enfrentamento das violências simbólicas, institucionais e morais que essas mulheres enfrentam cotidianamente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota a abordagem metodológica da revisão bibliográfica, que consiste na análise e síntese crítica de produções acadêmicas e documentos oficiais relevantes para o tema da prostituição, cidadania e políticas públicas, com ênfase na atuação da gestão pública e do terceiro setor. Conforme Fonseca (2002, s/p), a pesquisa bibliográfica é realizada

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Sendo assim, este estudo fundamenta-se na pesquisa bibliográfica para recolher informações e conhecimentos prévios acerca das múltiplas interfaces entre prostituição, cidadania e políticas públicas. Todas as teorias e discussões de autores relevantes foram consideradas, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa, pois a partir da compreensão da visão do ser humano pela psicologia e de conceitos sociais, o tema foi sendo progressivamente delimitado e aprofundado.

A seleção das fontes foi realizada a partir de buscas em bases de dados acadêmicas reconhecidas, como Scielo, Google Acadêmico, PubMed e repositórios institucionais, utilizando palavras-chave relacionadas aos temas centrais do estudo: “prostituição”, “políticas públicas”, “gestão pública”, “terceiro setor”, “profissionais do sexo”, “cidadania”, “estigma social” e “inclusão social”. Foram priorizados artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos institucionais publicados preferencialmente nos últimos 15 anos, para garantir a atualidade das discussões.

A análise dos textos seguiu um processo de leitura crítica, com identificação das principais contribuições teóricas e empíricas sobre a garantia de direitos, reconhecimento social, acesso à saúde mental e inclusão sociopolítica das profissionais do sexo. Além disso, foi dada atenção especial aos debates sobre justiça redistributiva, desenvolvimento social e estratégias de enfrentamento ao estigma.

Esta metodologia permitiu construir um panorama consolidado do tema, articulando diferentes perspectivas e apontando lacunas e desafios enfrentados pela gestão pública e pelo terceiro setor na promoção dos direitos e na mitigação das vulnerabilidades sociais das profissionais do sexo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão bibliográfica evidenciou que as profissionais do sexo continuam sendo sistematicamente invisibilizadas pelas políticas públicas, mesmo em espaços destinados à proteção social, o que reforça processos de exclusão institucional, estigmatização e silenciamento. Os estudos analisados apontam que a negação da prostituição como trabalho legítima a ausência de direitos previdenciários, trabalhistas e de proteção social, o que acarreta precariedade nas condições de vida e impactos significativos na saúde mental dessas mulheres.

Outro resultado central é a constatação de que o estigma social, descrito por Goffman (1988) e atualizado por pesquisas recentes, atua de maneira estrutural, sendo reproduzido não apenas pela sociedade, mas também pelos próprios serviços públicos, que muitas vezes negam atendimento digno ou reproduzem práticas discriminatórias. Essa violência simbólica, segundo Bourdieu (1989), produz efeitos subjetivos como sentimentos de culpa, vergonha e inadequação, contribuindo para o agravamento de quadros de depressão, ansiedade e isolamento social.

A análise também revelou que o terceiro setor desempenha papel importante no acolhimento das profissionais do sexo, criando espaços de escuta, apoio psicossocial, formação e redução de danos. Entretanto, sua atuação ainda é marcada por limitações estruturais, falta de financiamento e ausência de reconhecimento institucional, não sendo capaz de suprir a responsabilidade do Estado.

Assim, a contribuição das organizações não governamentais é relevante, mas insuficiente diante da magnitude das vulnerabilidades enfrentadas.

Por fim, a discussão mostrou que a efetivação da cidadania das profissionais do sexo exige que a gestão pública avance para além da lógica higienista, moralista e punitiva, adotando uma perspectiva intersetorial que integre saúde, assistência, educação, segurança e trabalho. Reconhecer a prostituição como atividade laboral e incluir essas mulheres nas decisões políticas são caminhos fundamentais para o fortalecimento da autonomia, do reconhecimento social e do desenvolvimento humano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre prostituição é falar sobre desigualdade, estigma e também sobre resistência. A realidade das profissionais do sexo no Brasil é marcada por múltiplas camadas de exclusão: social, institucional, jurídica e simbólica. Apesar de exercerem uma atividade historicamente presente e não criminalizada, essas mulheres seguem sendo invisibilizadas pelas políticas públicas, criminalizadas nos discursos sociais e marginalizadas nos espaços de decisão. Contudo, suas trajetórias também revelam formas singulares de luta, reinvenção e enfrentamento — seja por meio de redes de apoio, coletivos, resistências cotidianas ou reivindicações por reconhecimento e dignidade.

Ao longo deste artigo, buscou-se evidenciar como as políticas públicas, a gestão social, o terceiro setor e o conceito de desenvolvimento social se entrelaçam na construção (ou na negação) da cidadania das profissionais do sexo. A escuta qualificada, a produção de conhecimento comprometido com a realidade social e o diálogo com os sujeitos que vivem a prostituição são ferramentas fundamentais para transformar olhares, desestabilizar estigmas e propor políticas inclusivas. Como psicóloga e pesquisadora, reconheço que dar voz a essas mulheres não é um gesto de concessão, mas de restituição de humanidade e de direitos.

A gestão pública precisa urgentemente romper com a lógica higienista e moralista que ainda predomina em muitos serviços sociais e de saúde, substituindo-a por uma atuação intersetorial, ética, inclusiva e humanizada. A assistência social, a saúde mental, a educação e a segurança pública devem trabalhar de forma articulada, considerando as especificidades dessas mulheres e combatendo as estruturas que perpetuam a exclusão.

Da mesma forma, o fortalecimento do terceiro setor e dos movimentos sociais organizados mostra-se essencial na criação de estratégias que vão além do assistencialismo, promovendo autonomia, conscientização de direitos e fortalecimento identitário. Essas iniciativas podem e devem inspirar o Estado a reformular sua atuação, pautando-se no princípio da equidade e no respeito à diversidade das trajetórias humanas.

Por fim, pensar o desenvolvimento social das profissionais do sexo exige abandonar a falsa dicotomia entre assistência e trabalho. Trata-se de reconhecer a prostituição como atividade laboral, assegurar direitos trabalhistas e previdenciários, combater o estigma social e garantir acesso pleno à cidadania, sendo assim, o desenvolvimento está intrinsecamente ligado à ampliação das liberdades e das capacidades humanas — e isso inclui o direito de existir, escolher, resistir e viver com dignidade.

Portanto, reconhecer as profissionais do sexo como cidadãs de direitos não é apenas uma necessidade técnica ou uma demanda setorial — é uma exigência ética, política e civilizatória. Enquanto houver mulheres excluídas do projeto de cidadania, o projeto democrático estará incompleto. O futuro das políticas públicas, se quiser ser justo, deve começar por escutar aquelas que há tanto tempo foram silenciadas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina*: desafios para as políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2012.

BENOIT, Cecilia et al. Prostitution stigma and its effect on the working conditions, personal lives, and health of sex workers. *Journal of Sex Research*, v. 55, n. 4–5, p. 457–471, 2018.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. A saúde pública e a defesa da vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, n. 2, p. 335-342, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2022.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaço público no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FACCHINI, Regina et al. *Direitos, saúde e prostituição: uma visão panorâmica das políticas públicas para prostitutas no Brasil*. *Cadernos Pagu*, n. 45, p. 199-228, 2015.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANCO, Simone Albuquerque. *Gestão democrática e intersectorialidade: desafios para o SUAS*. *Serviço Social e Sociedade*, n. 114, p. 272-293, 2013.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMES, Cristina. Race, gender, and social class discrimination in intersection with political identification in Rio de Janeiro. *Sociology Mind*, v. 12, n. 4, p. 157–174, 2022.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

LAKE, Jaboa. Social identities, self-perception, and the stigmatization of female prostitutes. *UC Merced Undergraduate Research Journal*, v. 5, n. 1, 2013.

MARTÍN-ROMO, Laura; SANMARTÍN, Francisco J.; VELASCO, Judith. *Invisible and stigmatized: a systematic review of mental health and risk factors among sex workers*. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, v. 148, n. 3, p. 255–264, 2023.

PISCITELLI, Adriana. *Entre a “ajuda” e o tráfico: imigração feminina e prostituição no Brasil*. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 153-183, 2007.

SARTI, Cynthia. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TEIXEIRA, Ana Maria. *O desafio da intersectorialidade nas políticas públicas: construção de caminhos de atenção integral*. *Serviço Social e Sociedade*, n. 100, p. 663-690, 2009.

TOUBIANA, Madeline; RUEBOTTOM, Trish. *Stigma hierarchies: the internal dynamics of stigmatization in the sex work occupation*. *Administrative Science Quarterly*, v. 67, n. 2, p. 515–552, 2022.

**QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E O TRABALHO COM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESTUDO DE
CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE FRANCA**

**EDUCATION QUALITY AND THE WORK WITH ENVIRONMENTAL EDUCATION: CASE STUDY IN
A MUNICIPAL FULL-TIME SCHOOL IN FRANCA**

Área temática: Educação de Qualidade

ISHIDA, Francine Leandra de Melo Rodrigues
Prefeitura Municipal de Franca
Licenciada em Letras e Pedagogia pela
Universidade de Franca. Pós graduada em
Educação à distância pela Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho -
UNESP, pós-graduada em Docência para a
Educação Profissional e Tecnológica
(DocentEPT - IFES) e mestra em Políticas
Públicas Educacionais pela Universidade
Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP
francinerodrigues@franca.sp.gov.br

MAGALHÃES, Vanessa Estevam de
Prefeitura Municipal de Franca
Licenciada em Educação Física pela
Universidade de Franca e Pedagogia pela
Cruzeiro do Sul. Pós-graduada em Educação
Física Escolar pela Universidade Nove de
Julho e Educação Especial e Inclusiva pela
Faculdade de Educação São Luís.
vanessamagalhaes@franca.sp.gov.br

SOUZA, Tatiana Noronha de
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Letras de Araraquara.
Pedagoga, Doutorado em Educação Escolar
pela Faculdade de Ciências e Letras da
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho/Fclar.
tatiana.noronha@unesp.br

Resumo

A escola de tempo integral é parte de uma política de ampliação da jornada escolar que envolve o aumento de uma diversidade e qualidade das atividades oferecidas. Nesse contexto, a crescente degradação ambiental observada nas últimas décadas tem impulsionado discussões em diferentes esferas da sociedade sobre a urgência de rever as formas de relação entre os seres humanos e o meio ambiente. Nesse contexto, a educação ambiental emerge como uma ferramenta fundamental para formar cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a sustentabilidade e com a preservação dos recursos naturais. O presente trabalho tem o objetivo de apresentar um projeto de educação ambiental que foi desenvolvido em uma escola municipal de Tempo Integral na cidade de Franca.

Palavras-chave: qualidade da educação, educação ambiental, escola de tempo integral

Abstract

The full-time school is part of an extended school day policy, which includes the expansion of diversity and quality of the activities that are offered. In this context, the increasing of the environmental degradation, observed in the last years, gives a boost discussions in different areas of the society with the urgency of revising the relationship among the human beings and the environment. So, the environmental education is an essential tool to train conscious and critical citizens, committed to sustainability and preservation of natural resources. The aim of this paper is to present an Environmental Education Project that was developed in a Municipal full-time school in Franca.

Keywords: quality of education, environmental education, full-time school

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar um projeto desenvolvido em uma Escola Municipal de Franca, considerando a Escola de Tempo Integral, a formação Integral do educando e a importância do trabalho com Educação Ambiental no processo de formação dos alunos.

Para tanto no item Referencial Teórico deste trabalho será apresentada a Escola de Tempo Integral, seguida pelo referencial legal que a instituiu e a organiza, além disso, serão apresentados os conceitos relacionados à formação integral do aluno e a importância do trabalho com a educação ambiental e sustentabilidade, considerando que esses temas devem estimular o protagonismo do estudante e fomentar o pensamento crítico e atitudes sustentáveis para preservação e manutenção do ambiente em que vivem. Para isso, serão apresentadas as legislações e documentos vigentes que abordam essas questões.

Posteriormente, no item Procedimentos Metodológicos será apresentada a abordagem que a presente pesquisa utiliza para o alcance dos objetivos pré-estabelecidos, evidenciando as características principais da abordagem qualitativa e do estudo de caso.

Nos Resultados e discussões será apresentada a Instituição de Ensino observada, sua estrutura e organização, sendo esta uma Escola Municipal de Tempo Integral, que faz parte do Programa Tempo Todo, instituído em algumas escolas Municipais de Franca. Além disso, são apresentados neste item os objetivos principais presentes na Proposta Pedagógica da escola, em destaque àquelas relacionadas ao Projeto Meio Ambiente e a formação integral do educando. Será apresentado o Projeto Curiosos por Natureza, realizado no primeiro semestre do ano de 2025, suas etapas e objetivos, assim como as atividades realizadas e avaliações, com relatos de alunos, mães e professores. Neste item observa-se que houve algumas dificuldades na implementação do projeto, mas que de forma geral o Projeto teve vários impactos positivos para a comunidade escolar, considerando o envolvimento dos professores e alunos, os conhecimentos dos alunos sobre questões ambientais e o aspecto comportamental dos alunos em relação aos cuidados com o lixo, árvores e jardins da escola, além das vivências que o Projeto proporcionou aos educandos, entre eles, passeios ao Parque dos Trabalhadores, SABESP, zoobotânico e palestras com a Polícia Ambiental e representante da Secretaria do Meio Ambiente.

Nas Considerações Finais será evidenciado a importância da formação integral dos alunos e a articulação entre aprendizagem acadêmica, social e ambiental. Neste item, considera-se que houve engajamento e protagonismo dos alunos durante a implementação do Projeto na escola e que o mesmo deve ter continuidade para que haja realmente impacto significativo na formação dos alunos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A escola de tempo integral é parte de uma política de ampliação da jornada escolar que envolve o aumento de uma diversidade e qualidade das atividades oferecidas. A proposta visa promover o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes nos aspectos cognitivo, afetivo, social e cultural rompendo com uma visão que reduz o ensino somente para conteúdos curriculares formais. (Souza, et al, 2020). Sua implantação tem como marco a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) que prevê, em seu artigo 34, a ampliação da duração do turno escolar como uma das possibilidades para reorganização do sistema educativo, estimulando experiências de permanência prolongada dos estudantes na escola (Cavaliere, 2007). Assim, a proposta implica uma reformulação

da organização escolar: currículo, metodologias de ensino, gestão do tempo, participação da comunidade escolar, espaços escolares e integração com a realidade local, que pode trazer uma outra qualidade da experiência escolar para a comunidade. Quanto tratamos de qualidade na educação, devemos ter como foco não apenas os fatores macroeducacionais (como origem social dos alunos, avaliação, financiamento, gestão) mas também os fatores intraescolares que efetivamente influenciam o aprendizado no cotidiano escolar (Gomes, 2005).

Considerando a legislação sobre a escola de tempo integral, temos a LDB (Lei nº 9.394/1996) em seu artigo 34 o estabelece que os sistemas de ensino podem ampliar a jornada escolar no ensino fundamental para tempo integral e o artigo 87 que menciona a progressão das escolas de ensino fundamental para o regime de tempo integral de forma gradual.

A lei vigente que trata sobre a Educação de Tempo Integral, Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023 institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei no 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei no 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 e a Lei no 14.172, de 10 de junho de 2021, as quais tratam de programas, como o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, e de diretrizes para a carga horária e currículo do ensino médio.

De acordo com esta lei:

§ 1º Para os fins do disposto nesta Lei, consideram-se matrículas em tempo integral aquelas em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares por tempo igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou a 35 (trinta e cinco) horas semanais, em 2 (dois) turnos, desde que não haja sobreposição entre os turnos, durante todo o período letivo. (BRASIL, 2023)

Vale destacar que a Educação em Tempo Integral se difere da Educação Integral, sendo a primeira relacionada ao tempo de permanência diária do aluno na escola e a segunda referente à formação do indivíduo em sua totalidade, sendo importante que as escolas em Tempo Integral, com a ampliação da carga horária, garantam a efetivação da formação integral do educando.

Ao abordar o tema Educação Integral, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) afirma, de maneira explícita, o seu compromisso, reconhecendo que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, sendo necessária a compreensão da complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. O documento ainda apresenta a necessidade de assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, evidencia a importância da prática da não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (BRASIL, 2018).

A Portaria nº 1.495, de 2 de agosto de 2023 complementa a lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023 e apresenta metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral evidencia no artigo 3º, item IV que um dos objetivos da Escola de Tempo Integral é “melhorar a qualidade da educação pública, elevando os resultados de aprendizagem e desenvolvimento integral de bebês, crianças e adolescentes.” (BRASIL, 2023)

Além disso, a portaria evidencia em seu parágrafo único:

A expansão da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral pressupõe:

- I - que sejam assegurados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral;
- II - prevenção às violências;
- III - promoção de direitos sociais, direitos humanos e da natureza;
- IV - fomento à ciência, às tecnologias, às artes, às culturas e aos saberes de diferentes matrizes étnicas e culturais, ao esporte e ao lazer; e
- V - fortalecimento da convivência democrática e de um ambiente socioambiental pacífico, saudável e inclusivo. (BRASIL, 2023)

Com base nos documentos apresentados, podemos observar que a proposta da Escola de Tempo Integral pressupõe a permanência dos alunos em um tempo maior na Instituição de Ensino e reforça a importância da qualidade do Ensino com prioridade ao desenvolvimento integral do educando,

Considerando a legislação do Estado de São Paulo que trata sobre a Escola de Tempo Integral, a Lei nº 16.279, de 08 de julho de 2016, apresenta a Meta 6: “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25%

(vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica, até o final da vigência deste Plano." Sendo as estratégias vinculadas à Meta 6:

Garantir educação integral a todos os alunos da educação básica, promovendo a elaboração de currículo que amplie as oportunidades formativas, propiciando o desenvolvimento pleno das crianças, adolescentes e jovens, a partir de suas interações com conhecimentos, valores e culturas.

Assegurar consonância entre as políticas de educação integral e o Projeto Político Pedagógico de cada unidade escolar, orientando-se pelos princípios democráticos e participativos.

Oferecer atendimento em tempo integral também às escolas do campo, indígenas e quilombolas, garantindo igualdade de oportunidades.

Assegurar a inclusão dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na educação integral, oferecendo atendimento educacional especializado complementar ou suplementar, respeitando as necessidades de cada estudante.

Estimular o protagonismo juvenil, por meio de estratégias e metodologias curriculares que integrem conhecimentos, competências e habilidades, contemplando seu desenvolvimento integral.

(SÃO PAULO. Lei nº 16.279, de 8 de julho de 2016)

A resolução que regulamenta as escolas de Tempo Integral no Município de Franca é a Resolução SME nº 010 de 10 de dezembro de 2024. O documento dispõe sobre o funcionamento das escolas, a atuação dos profissionais e a organização curricular

No Capítulo I, o qual trata sobre a ORGANIZAÇÃO ESCOLAR o item I estabelece a carga horária e o horário das aulas e intervalos, sendo a carga horária diária com os estudantes de 9 horas/relogio;, sendo o horário das aulas será das 7h às 11h15, no período da manhã e das 12h50 às 16h05, no período da tarde, o intervalo para almoço e descanso terá duração de 95 minutos, das 11h15 às 12h50, ficando estabelecido no item V que as atividades a serem realizadas no horário de almoço deverão ter foco em brincadeiras livres, músicas relaxantes, descanso e filmes.

No período da manhã são ministradas as aulas dos componentes curriculares que integram a Base Nacional Comum Curricular, e a Parte diversificada e as Oficinas Curriculares, são ministradas no período da tarde, sendo 25 aulas semanais, destinadas aos componentes curriculares da Base Nacional Comum e 20 aulas semanais, destinadas aos componentes da Parte Diversificada que serão ministrados nas Oficinas Curriculares.

Na Seção I da Resolução SME nº 010 de 10 de dezembro de 2024 podemos observar a organização das Oficinas Curriculares, sendo evidenciado no documento que a organização em Oficinas Curriculares segue as diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular e Currículo Paulista e serão organizadas em formatos de tempos e espaços diversos, para que docentes e estudantes possam compartilhar, trocar, ampliar e/ou complementar as experiências vivenciadas no período regular de aula (Art. 4º), sendo as oficinas Curriculares organizadas em blocos de aulas duplas, para que docentes e estudantes possam compartilhar, trocar, ampliar e/ou complementar as experiências vivenciadas no período regular de aula. Parágrafo único: a Educação Integral em uma perspectiva de complementação à função social da Escola de Educação Básica priorizará a ampliação, diversificação, experimentação e aprofundamento de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas. (Resolução SME nº 010 de 10 de dezembro de 2024)

O Art. 6º A Matriz Curricular das Escolas Municipais de Educação Integral de Franca, apresenta na parte diversificada do currículo, as seguintes Oficinas Curriculares na Educação Infantil: Língua Inglesa, Linguagens Artísticas (Teatro e Dança), Música, Cultura do Movimento, Tecnologia e Inovação, Leitura, Jogos de raciocínio, Experiências Científicas e descobertas, Projeto didático interdisciplinar e Brinquedos e brincadeiras. Já no Ensino Fundamental, as Oficinas Curriculares são: Língua Inglesa, Linguagens Artísticas (Teatro e Dança), Música, Cultura do Movimento, Tecnologia e Inovação, Leitura e escrita, Jogos de raciocínio, Experiências Científicas e descobertas, Projeto didático interdisciplinar e Orientação de Estudos e Pesquisa

No Planejamento Escolar Anual das oficinas foram apresentados os materiais e objetivos de cada Oficina Curricular aos professores PEBI responsáveis pelas oficinas, sendo eles:

Jogos de raciocínio - tem como objetivo possibilitar às crianças a desenvolverem: tomada de decisão, resposta em situações de resolução de problemas, criar argumentos, buscar soluções através do planejamento de ações além de aguçar a memória, a criatividade e a imaginação.

Tecnologia e inovação – tem como objetivo, possibilitar a percepção da criança em relação a tecnologia presente no cotidiano, com atividades lúdicas evidenciadas como um dos pilares para o seu desenvolvimento na Educação Infantil. Dentre as metodologias ativas será dado ênfase a Cultura Maker “faça você mesmo”, que propõe o resgate da aprendizagem mão na massa, trazendo o conceito “aprendendo a fazer”

Experiência Científicas e descobertas – tem como objetivo oportunizar, usar procedimentos e conhecimentos necessários para a pesquisa, a comunicação oral, linguagem verbal, além de construir comportamento científico nas observações, formulações, criação de hipóteses e exposições de opiniões e conclusões sobre os experimentos realizados.

Leitura (Educação Infantil) – tem como objetivo dar oportunidade para que as crianças possam narrar suas vivências, observações e o imaginado e que gradativamente as crianças possam ter acesso aos diferentes portadores e gêneros textuais presentes na língua escrita.

Leitura e escrita (1º e 2º ano) - ampliar comportamentos leitores e escritores, procedimentos e capacidades de leitura e escrita.

Brinquedos e brincadeiras (Educação Infantil) - tem como objetivo desenvolver as habilidades cognitivas como: conhecimento, relação e compreensão; possibilitar o desenvolvimento da motricidade grossa e fina; propiciar o desenvolvimento da criativa, das capacidades perceptivas; praticar a seleção e a discriminação entre categorias materiais.

Orientação para estudo e pesquisa (1º e 2º ano) - tem como objetivo a leitura e sistematização de técnicas que os estudantes podem utilizar em sua rotina de estudo. Organização e utilização do material, utilização do caderno, livros, localização de páginas, localização de informações em um texto, apresentação do conteúdo trabalhado.

Projeto Didático Interdisciplinar – 1 Projeto por semestre, de acordo com as necessidades e preferências da equipe escolar.

As demais oficinas curriculares que fazem parte do Programa, são de responsabilidade de Professores Especialistas das áreas e tem objetivos específicos dependendo da área e da temporada vigente.

Considerando os objetivos das oficinas curriculares acima destacadas, podemos observar que a formação e o desenvolvimento humano global está presente, oferecendo oportunidades para a aprendizagem em diferentes áreas do conhecimento, incluindo os aspectos relacionais e sociais.

Sobre a avaliação das oficinas curriculares a Resolução SME nº 010 de 10 de dezembro de 2024 aponta que a avaliação do desempenho escolar dos alunos da Educação Básica será pautada no acompanhamento contínuo, cumulativo e rotineiro das atividades de aprendizagem desenvolvidas pelos estudantes, conforme os componentes previstos na Matriz Curricular na Base Nacional Comum Curricular, da Parte Diversificada e das Oficinas Curriculares e o propósito da avaliação no contexto das Oficinas Curriculares é acompanhar o desenvolvimento do aluno ao longo do seu processo de aprendizagem, através de registro em portfólios físicos ou digitais. Para este estudo vamos apresentar nossas reflexões sobre um projeto de educação ambiental, desenvolvido durante o ano de 2025, como parte das Oficinas Curriculares.

A crescente degradação ambiental observada nas últimas décadas tem impulsionado discussões em diferentes esferas da sociedade sobre a urgência de rever as formas de relação entre os seres humanos e o meio ambiente. Nesse contexto, a educação ambiental emerge como uma ferramenta fundamental para formar cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a sustentabilidade e com a preservação dos recursos naturais. Mais do que abordar conteúdos ecológicos, trata-se de promover uma nova ética de convivência entre sociedade e natureza, baseada em princípios de respeito, responsabilidade e solidariedade (Sauvé, 2002).

As escolas, enquanto espaços privilegiados de formação integral, ocupam papel estratégico nesse processo. A inserção de projetos de educação ambiental no ambiente escolar possibilita que crianças e adolescentes compreendam a complexidade dos problemas ambientais contemporâneos e reconheçam seu papel como agentes transformadores da realidade. Além disso, tais projetos favorecem o desenvolvimento de competências socioemocionais e cognitivas, ao integrar teoria e prática, estimular o trabalho coletivo, o pensamento crítico e a ação consciente. Para Loureiro (2006), a escola ocupa papel central na formação de uma consciência crítica e transformadora frente às questões socioambientais, promovendo aprendizagens que integram teoria e prática, desenvolvendo tanto competências cognitivas quanto socioemocionais.

A importância da educação ambiental como política pública está consolidada em documentos nacionais e internacionais, como a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil, e em diretrizes curriculares como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que

estabelece a temática ambiental como conteúdo transversal e interdisciplinar. Tais normativas reconhecem que a sustentabilidade deve estar presente no currículo escolar de forma contínua, crítica e contextualizada, respeitando as especificidades de cada comunidade.

Dessa forma, realizar um projeto de educação ambiental nas escolas não é apenas uma ação pontual, mas sim parte de um compromisso com a formação de uma cidadania planetária. É por meio da educação que se torna possível construir uma cultura ambiental voltada para o bem comum, promovendo mudanças de atitude e de comportamento que ultrapassem os muros da escola e alcancem a sociedade como um todo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização desta pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa e o procedimento metodológico de estudo de caso, sendo consideradas as leis e documentos referentes à Escola de Tempo Integral, à Formação Integral do aluno, além da Proposta Pedagógica da Instituição observada. Conforme afirma Stake (1999), o estudo de caso prioriza a compreensão da singularidade e da complexidade de um caso, valorizando o contexto e as experiências dos participantes. Na área da educação, o estudo de caso tem sido adotado para investigar práticas pedagógicas, dinâmicas escolares, políticas públicas, projetos educativos, entre outros. Essa metodologia favorece a análise aprofundada de uma situação específica — como uma escola, uma turma, um programa ou um projeto — proporcionando uma visão holística e interpretativa do objeto estudado (Bogdan; Biklen, 1994).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Escola Municipal de Educação Básica Professora Nair Martins Rocha, localizada na região oeste de Franca, foi criada pelo Decreto nº 6761, de 12 de julho de 1993 e foi garantido o seu funcionamento através da Portaria de 21 de julho de 1993 com o objetivo de atender à demanda educacional da comunidade local. Instalada em prédio próprio da Prefeitura, a escola dispõe de doze salas de aula, refeitório, ginásio poliesportivo, laboratório, espaços administrativos e uma Sala de Leitura. Além disso, a escola possui uma ampla área, em processo de arborização, com um parque.

A Escola está inserida num bairro residencial, dotado de toda a infraestrutura urbana. É um bairro limpo, sem poluição, com moradias de nível médio, bem servido de supermercados, farmácias, posto de abastecimento de combustível, além de contar com amplas vias de acesso ao centro da cidade e facilidade de transporte coletivo. A partir do ano de 2023, considerando a importância da oferta de vagas em Escola de Tempo Integral e a demanda, a escola passou a fazer parte do Programa Tempo Todo. Atualmente, atende 352 alunos, sendo a Educação Infantil (Fase I e Fase II) e Ensino Fundamental (1º e 2º anos) em Tempo Integral e o 3º e 4º ano do Ensino Fundamental em período parcial.

Ao descrever a realidade social da escola, a Proposta Pedagógica desta Instituição de Ensino evidencia que grande parte dos alunos residem nos bairros adjacentes de onde se localiza a escola e em diversas regiões da cidade, sendo mencionado no documento da escola que lidar com as diferenças faz parte da rotina escolar, requer um esforço maior, necessitando de um trabalho em equipe, visando a adaptação dos alunos no ambiente escolar e seu aprendizado.

A comunidade de pais e responsáveis da escola é diversificada, refletindo diferentes realidades socioeconômicas da cidade. A maioria das famílias possui renda mensal entre dois e três salários-mínimos, embora haja também famílias que sobrevivam com um salário-mínimo ou que dependam de programas sociais de transferência de renda. A escolaridade dos responsáveis é predominantemente Ensino Médio completo, e a composição familiar média é de três a quatro pessoas por residência.

A Proposta Pedagógica da EMEB Professora Nair Martins Rocha aponta que a Instituição se destaca pelo seu amplo espaço físico e também pelo compromisso com a formação integral de seus alunos, valorizando tanto o patrimônio material e imaterial, construído na relação histórica com a comunidade. Nesse contexto, a adesão ao Programa Tempo Todo – Educação Integral representa um marco importante. O programa amplia o tempo escolar e possibilita a realização de oficinas curriculares diversificadas, favorecendo aprendizagens que vão além da sala de aula, com foco no desenvolvimento de competências socioemocionais, culturais e ambientais. Na proposta pedagógica desta Instituição de Ensino os objetivos destacados são: **Fortalecer a integração da equipe escolar** (docentes, gestão e demais colaboradores), garantindo alinhamento nas ações e unidade no trabalho pedagógico e

administrativo; **Ampliar a participação da comunidade escolar**, criando canais de diálogo e oportunidades de envolvimento em projetos, eventos e tomadas de decisão; **Aprimorar o acompanhamento da frequência escolar**, utilizando instrumentos de registro e monitoramento eficazes para prevenir e reduzir a evasão; **Implementar estratégias pedagógicas inovadoras** em todos os segmentos de ensino, visando a melhoria contínua da aprendizagem e dos resultados educacionais; **Expandir o uso de recursos tecnológicos e audiovisuais** como apoio às práticas pedagógicas, favorecendo metodologias ativas e maior engajamento dos estudantes; **Direcionar todas as ações escolares para a qualidade pedagógica**, priorizando o desenvolvimento integral dos alunos e os avanços no desempenho acadêmico.

Dentre os objetivos específicos da Escola temos evidenciado na Proposta Pedagógica: Melhorar a qualidade do ensino, sendo considerados como itens relevante a oferta de Formação pedagógica aos docentes; oferta de oportunidades de aprendizagem para todos, independentemente de sua origem socioeconômica, gênero, etnia ou localização geográfica e combate a discriminação e a desigualdade, criando um ambiente que valorize a igualdade e o respeito às diferenças e também Conhecer e compreender de modo integrado e sistemático as noções básicas relacionadas ao meio ambiente, adotando posturas que levem a interações construtivas, justas ambientalmente sustentáveis, considerando a importância de proporcionar situações em sala de aula que propiciem a reflexão e estudo sobre esta temática e promover atividades sustentáveis com material reciclável.

O Projeto Meio Ambiente

O Projeto Meio Ambiente, estruturado de forma permanente, estabelece ações como palestras, rodas de conversa, visitas de campo, mutirões de limpeza, plantio de árvores, campanhas de economia de água e energia, oficinas de reciclagem e a realização da Semana do Meio Ambiente. Seu objetivo é promover uma educação ambiental crítica, reflexiva e participativa, envolvendo toda a comunidade escolar em práticas sustentáveis.

Como desdobramento e aprofundamento desse trabalho, surgiu o Projeto Curiosos por Natureza, a equipe gestora, juntamente com os professores que atuam nas oficinas curriculares da Escola de Tempo Integral resolveram elaborar o Projeto Didático “Curiosos por Natureza” no início do ano, durante o Planejamento Anual, sendo este o Projeto escolhido para a Oficina Projeto Didático Interdisciplinar, a qual deve ser elaborada pela escola, de acordo com suas necessidades e objetivos.

Para essa oficina, a Secretaria Municipal de Educação de Franca não possui material orientador. De acordo com a Resolução SME nº 010 de 10 de dezembro de 2024 o Projeto didático interdisciplinar: desenvolvido por meio de temáticas relacionadas à realidade escolar e convergindo os conhecimentos adquiridos nas demais oficinas, incentivando pesquisa e aprendizagem integrada, tendo a escola autonomia para elaborar e implementar o Projeto na escola.

O projeto Curiosos por Natureza foi desenvolvido no primeiro semestre de 2025 com os alunos da Educação Infantil (Fase I e II) e 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, público do Programa Tempo Todo (Escola de Tempo Integral), tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que integra sustentabilidade e meio ambiente à formação integral do aluno através das suas competências gerais e dos temas contemporâneos transversais. De acordo com o documento, as competências gerais promovem o desenvolvimento da consciência socioambiental, do consumo responsável e do respeito ao planeta, enquanto os temas contemporâneos abordam a sustentabilidade em contextos local, regional e global. A formação integral visa o desenvolvimento do aluno como cidadão autônomo, responsável e participante, capacitando-o para compreender e agir nas questões ambientais e sociais. (BRASIL, 2018)

O Curiosos por Natureza foi estruturado em etapas, o que foi observado no documento elaborado pela equipe gestora e professores das oficinas e que foi encaminhado para aprovação da Secretaria Municipal de Educação de Franca. Através das etapas destacadas no Projeto podemos observar na primeira etapa o levantamento e aproximação inicial, com o objetivo de mapear os conhecimentos prévios, despertar interesse pelo tema ambiental e apresentar conceitos iniciais sobre reciclagem e preservação. Além disso, os objetivos específicos desta etapa foram: identificar saberes prévios dos alunos sobre reciclagem, fauna e flora; desenvolver habilidades de comunicação e expressão oral; e introduzir conceitos básicos de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

Para o alcance dos objetivos nesta etapa foram realizadas as seguintes atividades: Roda de conversa inicial: os alunos compartilharam experiências relacionadas ao meio ambiente (coleta de lixo, cuidados com plantas e animais). Os relatos foram evidenciados, permitindo visualizar percepções e práticas já existentes; exposição teórica: leitura e discussão de textos breves, mediadas pelo professor,

com introdução de conceitos ambientais de forma acessível; recursos audiovisuais: exibição dos filmes O Lorax e Flow, além de músicas temáticas (Planeta Água, A Flora e Como é Verde na Floresta), que ajudaram a ilustrar conceitos e sensibilizar os alunos e foi iniciada a ação prática: lançamento da campanha de coleta de papel branco em parceria com a oficina de reciclagem do CEI (Centro de Educação Integrada). As Metodologias utilizadas na primeira etapa do Projeto foram: Roda de conversa; leitura mediada; uso de mídias audiovisuais e registros coletivos.

Na segunda etapa foi trabalhada a observação do espaço e organização da coleta tendo como objetivo de desenvolver a capacidade de observação crítica do ambiente escolar e implementar a separação de resíduos. Nesta etapa os objetivos específicos foram: Identificar pontos críticos de acúmulo de lixo na escola; estimular hábitos de sustentabilidade no cotidiano escolar; iniciar o uso de lixeiras seletivas de forma sistemática. Nesta etapa as atividades realizadas foram: caminhada de observação: pelo pátio, salas e entorno, identificando focos de acúmulo de lixo e áreas preservadas, registros coletivos ou individuais: desenhos e fotografias estimulando diferentes formas de expressão, organização das lixeiras seletivas: definidas as categorias (papel, plástico, orgânico e vidro), com instalação de pontos de coleta e rotina de monitoramento e a ação prática foi o acompanhamento do depósito do lixo de forma adequada na lixeira seletiva. As Metodologias utilizadas na segunda etapa foram: observação participante, registros multimodais e oficinas de conscientização.

Na terceira etapa foram apresentadas Curiosidades e atividades de consolidação, sendo o objetivo consolidar conceitos ambientais, estimular o senso crítico e ampliar o repertório dos alunos. Além disso, os objetivos específicos foram: Incentivar a pesquisa e a busca de informações; desenvolver a capacidade de análise crítica entre informações corretas e incorretas; estimular a cooperação por meio de jogos educativos.

As Atividades realizadas na terceira etapa foram: Sessões “Você sabia?” com pesquisas rápidas e compartilhamento de descobertas em sala; atividades de verdadeiro ou falso: trabalhando raciocínio crítico de forma lúdica; exibição de vídeos educativos: (StoryBots e Show da Luna), seguidos de discussões guiadas e produção de painéis coletivos: com curiosidades ambientais levantadas pelos alunos. As Metodologias utilizadas na terceira etapa foram: aprendizagem investigativa, jogos educativos e produção colaborativa.

A quarta etapa do Projeto apresenta a Pesquisa doméstica e práticas de reaproveitamento, sendo o objetivo geral o de Integrar escola, família e comunidade, estimulando hábitos sustentáveis e criatividade no reaproveitamento. Nesta etapa os objetivos específicos evidenciados foram: Investigar práticas de reciclagem nas residências; desenvolver criatividade e habilidades manuais e conectar teoria ambiental com práticas cotidianas. Para o alcance dos objetivos as atividades realizadas foram: Pesquisa domiciliar: levantamento dos dias de coleta de lixo nas casas e na escola; oficinas criativas: construção de brinquedos, jogos e utensílios a partir de materiais recicláveis e trabalhos coletivos: placas de orientação e elementos de decoração sustentável. As Metodologias utilizadas: oficinas mão na massa, desafios criativos e parcerias inter domiciliares.

A quinta e última etapa do Projeto apresenta a Ampliação institucional: palestras e visitas técnicas com o Objetivo geral de ampliar o conhecimento técnico dos alunos e aproximá-los de órgãos e instituições ambientais. Nesta etapa as atividades realizadas foram: Palestras educativas: conduzidas pela Secretaria do Meio Ambiente e pela Polícia Ambiental, com linguagem acessível às diferentes faixas etárias; visitas pedagógicas: ao Zoológico, Parque dos Trabalhadores e SABESP, com roteiros de observação e acompanhamento docente, discussão pós-visita: rodas de conversa e registros sobre os aprendizados adquiridos. As Metodologias utilizadas na quinta etapa foram: aulas expositivas dialogadas, visitas técnicas, questionários pré e pós-visita.

Para finalização e encerramento do Projeto foi elaborado pela Equipe Gestora, Equipe de professores e alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º e 2º ano) do Programa Tempo Todo o Produto final, sendo este a Divulgação e revitalização do espaço escolar, tendo como resultado esperado a sensibilização ampliada da comunidade escolar e transformação do espaço coletivo. Para isso, foram realizadas as seguintes atividades: Produção de panfletos informativos: elaborados de forma colaborativa pelos alunos, com linguagem simples e ilustrações, sendo elaboradas frases de conscientização pelos alunos para fazer parte deste informativo; revitalização do espaço escolar: mutirão de limpeza das áreas verdes da escola, considerando que os alunos passam grande parte dos seus dias no ambiente escolar e que este deve estar limpo e organizado para o bem estar de todos, arborização e plantio de flores no parque escolar e o evento de culminância: brinquedos produzidos a partir de materiais reutilizáveis, painéis, fotos das visitas, entrega dos panfletos e plantio de uma árvore, tendo neste dia a presença e participação dos pais e da imprensa da Prefeitura de Franca e do Jornal da Franca.

Como avaliação da implementação do Projeto na EMEB Professora Nair Martins Rocha, a equipe considerou como aspectos quantitativos os papéis coletados, o número de mudas plantadas e as lixeiras seletivas implantadas. Já os aspectos qualitativos foram coletados através dos relatos orais e escritos dos alunos, percepções das famílias e observações dos professores e equipe gestora.

Dentre os relatos dos alunos, podemos destacar:

"Eu aprendi que as árvores, os animais, o mundo é muito importante pra gente. Uma coisa legal que aprendi é que as árvores dão o ar para a gente, ela puxa o gás carbônico e libera o oxigênio... Ela ajuda a gente a respirar e faz viver. Uma outra coisa importante é que devemos separar o lixo... Aprendemos sobre os 5 Rs e eu achei muito importante colocar em prática os 5 Rs." (A1)

"Achei incrível a contação da história do sapo, que ensinou por que é importante cuidar da nossa natureza e adorei o momento de ler a poesia para todo mundo ouvir sobre a nossa mãe natureza. A parte que eu mais gostei de todas foi plantar a arvorezinha na nossa escola e cuidar dela e eu estou ansiosa para ver ela crescer muito!" (A2)

Por meio deste relato verificarmos a apropriação do conhecimento técnico e simbólico, como, por exemplo, o aluno A1 demonstra a internalização de conceitos científicos complexos, como a fotossíntese ("árvores dão o ar pra gente, ela puxa o gás carbônico e libera o oxigênio"), de forma simplificada e significativa. Além disso, A1 destaca a importância da separação do lixo e a aplicação dos "5 Rs", mostrando que o projeto superou a mera teoria e influenciou a aplicação prática.

O depoimento do aluno A2 salienta o poder das atividades lúdicas do tipo "aprendizagem pela experiência". A contação de histórias e a poesia serviram como ferramentas eficazes para a conexão emocional com o tema. A experiência de "plantar a arvorezinha e cuidar dela" é citada como o ponto alto, reforçando a ideia de que a participação ativa e o cuidado com a natureza criam memórias afetivas e duradouras. Por fim, a conexão emocional com a natureza, pois em ambos os relatos mostram que os alunos não apenas adquiriram conhecimento, mas também desenvolveram uma conexão mais profunda e empática com o meio ambiente. O uso de expressões como "mãe natureza" (A2) e a noção de que "o mundo é muito importante pra gente" (A1) mostram a construção de uma consciência ética e de respeito pela vida.

No que se refere aos relatos das mães de alunos:

"Foi formidável a vivência de conscientizar sobre a preservação, as crianças literalmente colocando em prática tudo o que foi ensinado, consolida o senso de cuidado desde cedo, é importantíssimo. Como mãe, eu acredito que devemos continuar sempre estimulando e revalidando essas práticas, para ajudar as crianças a crescerem responsáveis e atentos de que cada pequena atitude faz diferença no futuro do planeta. Assim, elas aprendem a valorizar a natureza, a respeitar os recursos que temos e a entender que cuidar do meio ambiente é também cuidar de si mesmas e do próximo." (M1)

"Enquanto mãe de uma aluna da Escola Professora Nair Martins Rocha, pude perceber o impacto do projeto sobre o meio ambiente no nosso dia a dia e em nossa rotina. A consciência ambiental despertada nela em relação à sustentabilidade, à separação do lixo e à importância da água para nossa sobrevivência são alguns exemplos de conversas que passamos a ter em nossa casa depois do projeto. O folder informativo enviado para nós também foi muito importante para que, como pais, pudéssemos visualizar o trabalho desenvolvido na escola. Parabéns a todos os envolvidos no projeto." (M2)

M1 destaca a importância da vivência prática para a consolidação do "senso de cuidado desde cedo". Ela reconhece o papel do projeto na formação de crianças "responsáveis e atentas", que entendem que pequenas atitudes cotidianas têm um impacto significativo no futuro do planeta. A menção de M2 ao "folder informativo" ressalta a eficácia de estratégias de comunicação que mantêm os pais a par das atividades. Isso fortalece a parceria entre escola e família, criando um ambiente de apoio onde o aprendizado é valorizado e reforçado em casa.

Os relatos das mães (M1 e M2) confirmam que o impacto do projeto extrapolou os muros da escola. As mães relatam mudanças na rotina doméstica, como a conscientização sobre a separação

do lixo e o uso da água (M2), evidenciando a capacidade do projeto em provocar o que se chama de "efeito transbordamento" em que o conhecimento e as atitudes positivas se disseminam para a família.

A fala de M1 sobre as "crianças literalmente colocando em prática tudo o que foi ensinado" valida a abordagem pedagógica adotada. A experiência concreta de plantar e cuidar da árvore, mencionada por A2, é o exemplo perfeito de como a ação gera um aprendizado mais profundo e significativo.

As professoras apontaram que:

"O tema do Projeto Curiosos por Natureza, trabalhado no primeiro semestre deste ano ainda hoje mantém-se vivo entre os estudantes, assim como a própria natureza e gera impactos positivos graças à conscientização internalizada pelos alunos quanto aos cuidados com o Meio Ambiente, demonstrado no interesse pela leitura e socialização de textos e reportagens que se referem ao tema.

Partindo do levantamento dos conhecimentos prévios, vivências e experiências pessoais, os educandos assumiram o compromisso coletivo do cuidado, preservação dos recursos naturais e compartilhamento do aprendizado e conscientização ambiental junto aos amigos e familiares, expandindo os muros da escola.

As crianças mantêm o interesse em acompanhar o desenvolvimento da árvore plantada no parque da escola e acompanham diariamente o desenvolvimento do jardim em que plantaram sementes de flores, preocupam-se em regar, observar e não deixar que destruam.

Outro foco de interesse que permanece é a reutilização dos materiais recicláveis na construção de brinquedos, onde já foram confeccionados bilboquê, vai-e-vem, peteca, pião, pipa de mão, chocalho, porta-treco e outros, casando o tema com as demais oficinas curriculares.

Abordamos a poluição plástica, poluição das águas e do ar, o desmatamento, a preservação da fauna e da flora, o desperdício da água e da energia elétrica, aquecimento global, o descarte irresponsável do lixo e suas consequências, como desenvolvimento do mosquito da dengue e animais peçonhentos como o escorpião que se desenvolvem em meio aos entulhos, participamos de palestras e visitas, socializamos sobre a importância dos 5R's para a sustentabilidade do planeta e a importância do consumo consciente. Os alunos assistiram vídeos e filmes, produziram textos informativos e fichas técnicas, resumos, leitura e interpretação, pesquisas, desenhos e esquemas. O comportamento dos estudantes ao final do Projeto (que não tem fim) é uma mensagem de esperança para reverter a situação do nosso planeta e criar um futuro mais sustentável. Durante a aplicação do projeto peguei dengue e os alunos puderam refletir sobre a importância de manter a limpeza para a diminuição da proliferação da doença" (P1)

"Eu gostei muito do projeto, pois ensinou/ lembrou os cuidados, importância e os porquês cuidar e preservar o nosso meio ambiente. Acredito que o único ponto negativo foi em relação à estação do ano que finalizamos o projeto, pois foi imprópria para o plantio das árvores (outono) e por isso tivemos que esperar as chuvas de setembro para o plantio das demais árvores (1 por sala)." (P2)

"O Projeto "Curiosos por Natureza" teve como objetivo despertar o interesse e a consciência ambiental. As atividades proporcionaram momentos de aprendizado significativo e de grande envolvimento da turma.

Merece destaque no projeto, a visita à SABESP, onde os estudantes puderam conhecer de perto o processo de saneamento da água, vivenciando na prática a importância desse recurso para a vida. Também trabalhamos com o filme "O Lorax", que trouxe reflexões sobre a preservação da natureza. A partir do filme, realizamos atividades de interpretação, rodas de conversa e produções, que estimularam a criatividade e a consciência crítica dos alunos.

As crianças participaram com entusiasmo de todas as etapas do projeto, demonstrando interesse, curiosidade e adquirindo novos conhecimentos. Além disso, foi possível perceber o desenvolvimento de maior consciência ambiental e atitudes de cuidado com a natureza." (P3)

"O Projeto sobre o Meio Ambiente contribuiu muito para o desenvolvimento das crianças, contribuindo para a conscientização sobre as atitudes diárias e os cuidados com o meio ambiente. As atividades foram planejadas para que despertassem a curiosidade e eles pudessem vivenciar na prática. As palestras e visitas foram importantes, os alunos se envolveram muito. Trabalhamos temas como poluição,

reciclagem, preservação dos recursos naturais e plantio e cultivo das árvores. A visita ao Parque dos Trabalhadores com as orientações do guia sobre o cuidado com a área preservada foi fundamental. Para finalizar teve o plantio das árvores, a escola se mobilizou e os alunos puderam ver que é possível. Foi um projeto significativo e marcante, pois eles comentam até hoje. Foram várias atividades que fortaleceram a conscientização e atitudes delas enquanto cidadãos e com certeza impactará no futuro. Foi muito gratificante colocar esse projeto em prática. “ (P4)

Por meio dos relatos das professoras podemos verificar que P1, P3 e P4 enfatizam que os alunos ainda demonstram atitudes de consciência e preservação do meio ambiente e sempre retomam conceitos trabalhados durante a aplicação do Projeto.

Nos relatos apresentados todas as professoras apontam que o Projeto foi muito válido para a formação dos educandos. P3 e P4 afirmam que os passeios foram importantes e a vivência foi fundamental para o alcance dos objetivos estabelecidos na elaboração do Projeto.

A fala da P2 sobre o período da finalização do projeto inapropriado para a plantação das árvores, valida o que foi apontado pela equipe gestora também como uma dificuldade encontrada, sendo necessário o replanejamento do Projeto, plantando apenas uma árvore no final do Projeto e as demais mudas sendo plantadas no mês de setembro.

Também, foram considerados como instrumentos de registros e avaliação: as fotos de todas as etapas e das atividades realizadas durante a implementação do Projeto, as quais estão em um drive compartilhado entre professores, equipe gestora e Secretaria Municipal de Educação de Franca, o qual também foi disponibilizado aos familiares na reunião de pais do 2º bimestre; registros de atividades realizadas pelos alunos nos portfólios físicos individuais, também entregues na reunião de pais e exposição das atividades nos painéis do pátio da escola. Todas as etapas do projeto foram retomadas e direcionadas nas Reuniões de Estudos Pedagógicos específicas para os professores das oficinas curriculares, que acontecem uma vez por mês, considerando a importância da formação continuada, proporcionando aos professores estudos e reflexões sobre a importância do trabalho sobre Educação Ambiental e Sustentabilidade e foram acompanhadas pela coordenação pedagógica através dos planejamentos semanais dos professores e da observação da realização das atividades em sala de aula.

Durante a elaboração, implementação e avaliação do Projeto a equipe gestora evidencia que houve engajamento pela maior parte da equipe escolar: as professoras organizaram materiais e conduziram as atividades, enquanto a gestão garantiu a disponibilização e logística dos materiais necessários, comunicação com as famílias e acompanhamento do processo.

De acordo com a equipe gestora, as dificuldades encontradas foram: aquisição de materiais, sendo necessário promoção realizada pela Associação de Pais e Mestres da Unidade Escolar para arrecadação de fundos; comunicação, sendo enviadas circulares internas para garantir a boa comunicação entre todos e mesmo assim, em alguns momentos percebeu-se falha, pois no dia de plantar a árvore, uma professora nova na escola não sabia da atividade e não foi para o local com a turma, somente no final do evento a equipe gestora percebeu e foi chamar a professora e alunos; presença de representantes de todos os alunos, pois no dia e horário do evento nem todos puderam participar, pois alguns familiares estavam em horário de trabalho; local para plantio das árvores e flores, pois havia infestação de formigas, sendo necessário a dedetização e a falta de chuvas, sendo necessário o plantio apenas de uma muda de árvore no dia da culminância do projeto, ficando para o final de setembro o plantio das outras 15 mudas de árvores e as flores dos canteiros.

A experiência demonstrou que os projetos Meio Ambiente e Curiosos por Natureza não se sobrepõem, mas se complementam. Enquanto o primeiro garante a institucionalização da temática ambiental em toda a escola, o segundo concretiza esse princípio no cotidiano das crianças que fazem parte do período integral, utilizando estratégias didáticas próprias para a faixa etária. Os registros apontam desafios comuns em projetos escolares, como financiamento limitado, comunicação interna e participação familiar, mas ressalta a capacidade de adaptação e mobilização da comunidade escolar para superá-los. Para mais detalhes sobre como analisar um caso de estudo

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Curiosos por Natureza foi concebido com base na Proposta Pedagógica da escola, que valoriza a formação integral dos alunos e a articulação entre aprendizagem acadêmica, social e ambiental. Com a orientação da Coordenadora Pedagógica, o grupo de professoras das oficinas planejou atividades que estimulassem a curiosidade científica, o senso de responsabilidade ambiental e a participação comunitária, integrando os conteúdos às rotinas semanais das oficinas.

Durante a elaboração do Projeto Curiosos por Natureza, a equipe gestora constatou que houve participação de todos os professores das Oficinas Curriculares da EMEB Professora Nair Martins Rocha e que durante a implementação de todo o Projeto foi possível observar o engajamento e protagonismo da maior parte dos alunos, considerando avanços significativos em relação aos conhecimentos dos sobre o conceito de Meio Ambiente e sustentabilidade, através das rodas de conversas, registros escritos e desenhos. Também pode-se perceber um maior cuidado dos alunos em relação à separação do lixo produzido na escola, à limpeza das áreas comuns e em relação aos cuidados com as árvores e jardins da Unidade Escolar.

A equipe gestora apoiou o projeto, viabilizando recursos materiais, parcerias institucionais e acompanhamento logístico das atividades externas. O monitoramento da execução foi realizado por meio do ciclo PDCA (Planejar–Executar–Checar–Agir), garantindo ajustes contínuos e o alinhamento às metas pedagógicas da escola. As professoras diversificaram metodologias, estimularam a participação dos alunos e envolveram as famílias, fortalecendo a dimensão comunitária da Proposta Pedagógica.

A partir do presente trabalho é possível observar que o Projeto é relevante e que precisa ter continuidade, para que seja consolidado e faça parte da formação contínua e integral dos educandos desta Unidade Escolar, considerando que educação ambiental nas escolas não é apenas uma ação pontual, mas sim parte de um compromisso com a formação de uma cidadania planetária, sendo necessária as mudanças de atitude e de comportamento que ultrapassem os muros da escola e alcancem a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 1.495, de 2 de agosto de 2023**. Dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 ago. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas_suplementares/educacao-basica/portaria-no-1-495-de-2-de-agosto-de-2023.pdf. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006**. Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 fev. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11273.htm. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-norma-pl.html>. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021**. Dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública. *Diário Oficial da União*,

Brasília, DF, 11 jun. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14172.htm. Acesso em: 25 set. 2025.

CAVALIERE, A. M. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/VMNgFmGk5vW4dyYZ7796WzH>. Acesso em: 25 set. 2025.

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA NAIR MARTINS ROCHA. Proposta Pedagógica 2025. São Paulo: Escola Municipal De Educação Básica Professora Nair Martins Rocha, 2025. (Documento institucional)

FRANCA. **Resolução SME nº 010, de 10 de dezembro de 2024**. Funcionamento, a atuação dos profissionais e a organização curricular da Educação Básica, nas Escolas Municipais de Educação Integral. *Diário Oficial do Município de Franca, 12 de dezembro de 2024 - ano 10 - no 2.666d*. Disponível em: <https://webpmf.franca.sp.gov.br/pmf-diario/>. Acesso em: 01-09-2025

GOMES, Cândido Alberto. A escola de qualidade para todos: abrindo as camadas da cebola. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 48, p. 9–24, jan./mar. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Gdt6yz6sw3LW3yQdwxqMjSP>. Acesso em: 25 set. 2025.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SAUVÉ, Lucie. Educação ambiental: possibilidades e limitações. **Revista Educação & Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 91–107, 2002.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 16.279, de 8 de julho de 2016**. Aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 jul. 2016. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16279-08.07.2016.html>. Acesso em: 25 set. 2025.

SOUZA, Maria José A. de; SANTOS, Givanildo M. dos; ARRUDA, Graziela Q. de; ALVES, José Fernando da S.; BEZERRA, Maria Aparecida D.; BARBOSA, Paulo Sérgio; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. A relação entre a escola em tempo integral e a educação integral. **Revista Espacios**, v. 41, n. 06, p. — (ano: 2020). Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a20v41n06/20410629.html>. Acesso em: 25 set. 2025.

STAKE, Robert E. Estudo de caso. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 197–246.

QUALIDADE DE VIDA DO ENFERMEIRO NO ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

QUALITY OF LIFE OF NURSES IN PRIMARY HEALTH CARE

Área temática: 03 - Saúde e Bem-estar

FLECK, Juliana Machado Campos
Universidade de Franca
Doutorando em Promoção da Saúde
jumcampos23@yahoo.com.br

NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes
Universidade de Franca
Pós-doutora e Doutora em Promoção de Saúde, Mestre em Educação Física, Bacharel em
Fisioterapia
lilian.nascimento@unifran.edu.br

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar os fatores que influenciam a qualidade de vida no trabalho (QVT) dos enfermeiros na Atenção Primária à Saúde (APS) e identificar os principais desafios enfrentados na rotina profissional. A justificativa para este estudo reside na influência direta que a QVT exerce sobre os hábitos, costumes, estilo de vida e o convívio social dos profissionais, tornando a temática importante para a saúde do trabalhador. A metodologia utilizada foi a revisão integrativa da literatura, que permitiu a síntese de evidências científicas sobre o tema e responder à questão norteadora da pesquisa - como os fatores organizacionais, físicos, emocionais e sociais do ambiente de trabalho afetam a qualidade de vida dos enfermeiros na Atenção Primária à Saúde? Em conclusão, a pesquisa demonstrou que a qualidade de vida no trabalho dos enfermeiros é diretamente impactada por problemas como sobrecarga de trabalho, falta de recursos, violência e desvalorização profissional. Esses fatores físicos e organizacionais causam um significativo impacto emocional, resultando em altos índices de estresse e depressão, apesar da comprovada resiliência desses profissionais. A melhoria da QVT exige uma abordagem multifacetada, com foco em: investimento em infraestrutura, apoio gerencial e psicológico, além da criação de políticas que promovam a valorização e o reconhecimento da enfermagem.

Palavras-chave: Qualidade de vida, Atenção primária, Enfermagem.

Abstract

This study aimed to analyze the factors influencing the quality of working life (QWL) of nurses in Primary Health Care (PHC) and to identify the main challenges they face in their professional routines. The justification for this study lies in the direct influence that QWL has on professionals' habits, customs, lifestyle, and social interactions, making the topic important for worker health. The methodology used was an integrative literature review, which allowed for the synthesis of scientific evidence on the topic and aimed to answer the study's guiding question: how do organizational, physical, emotional, and social factors in the work environment affect the quality of life of nurses in Primary Health Care? In conclusion, the research showed that nurses' quality of working life is directly impacted by problems such as workload, lack of resources, workplace violence, and professional devaluation. These physical and organizational factors cause a significant emotional impact, resulting in high rates of stress and depression, despite the proven resilience of these professionals. Improving QWL requires a multifaceted approach, focusing on: investment in infrastructure, managerial and psychological support, in addition to the creation of policies that promote the appreciation and recognition of nursing.

Keywords: Quality of life, Primary health care, Nursing.

INTRODUÇÃO

A busca pelo bem estar dos trabalhadores nas organizações surgiu como uma forma de administrar procurando atender os anseios de cada um dos colaboradores, bem como, atender aos anseios coletivos daqueles que compunham os seus quadros funcionais. Em proposta conhecida internacionalmente na Conferência sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada em Alma-Ata em 1978, já defendia que o bem estar físico e de saúde dos funcionários nas organizações, ganha importância para indivíduos e empresas, por ser um dos fatores, mais relevantes para a satisfação laboral e vida social do trabalhador (AITH, 2013).

As instituições públicas precisam estar preparadas para atender aos anseios da população que apresentam necessidades diversas, e reconhecem o elemento humano como essencial para os novos processos produtivos e estruturas organizacionais (Leite, 2021). Por essa razão, a QVT se tornou essencial na busca da valorização desses profissionais e significativa para que se sintam mais capazes e produzam com mais eficiência.

Os problemas enfrentados cotidianamente no processo de gestão de saúde encontram-se na incapacidade de implementação de novos modelos de gestão; dificuldades no planejamento, organização, coordenação e monitoramento; deficiência gerencial; dificuldade de liderança e na realização do trabalho coletivo; burocracia como entrave; orçamento próprio insuficiente; dificuldade de participação popular no acompanhamento das políticas públicas; e enigmas no gerenciamento dos serviços públicos com qualidade (Martins; Waclawovsky, 2015).

Na APS, o QVT é um tema de crescente relevância, dada a centralidade dos enfermeiros na coordenação do cuidado e na implementação de políticas públicas. No entanto, a sobrecarga, a falta de recursos materiais e humanos, o baixo reconhecimento profissional e as dificuldades de conciliação entre vida pessoal e profissional impactam negativamente o bem-estar e a saúde desses profissionais (Sibuea et al., 2024).

A literatura científica, embora aborde a QVT, concentra-se predominantemente em ambientes hospitalares, deixando uma lacuna significativa de conhecimento sobre as condições laborais na APS. Nesse sentido, este estudo propõe preencher essa lacuna, utilizando a QVT como referencial teórico.

Assim, o objetivo deste estudo é analisar os fatores que influenciam a qualidade de vida no trabalho dos enfermeiros na APS e identificar os principais desafios da rotina de trabalho. Como objetivos específicos, propõe-se em avaliar a percepção dos profissionais sobre as condições organizacionais, físicas e emocionais do ambiente laboral, discutir a relação entre bem-estar, reconhecimento profissional e o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, e, por fim, sugerir estratégias que contribuam para a melhoria da QVT. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa, de caráter exploratório e descritivo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As mudanças aceleradas no mundo do trabalho têm repercutido diretamente na experiência cotidiana dos trabalhadores, produzindo sentimentos de instabilidade e exigindo constantes adaptações. Nesse contexto, torna-se indispensável compreender a Qualidade de Vida (QV) como um constructo amplo, que abrange dimensões físicas, psicológicas, sociais e espirituais, além de aspectos objetivos e subjetivos da existência. A partir dessa lente, a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) emerge não apenas como um indicador de bem-estar individual, mas como um elemento estratégico para a sustentabilidade das instituições, a segurança do paciente e a efetividade dos sistemas de saúde.

No campo da saúde — e de forma ainda mais evidente na enfermagem — os desafios estruturais e organizacionais se entrelaçam a exigências técnicas e emocionais, intensificando riscos de sobrecarga, sofrimento psíquico e adoecimento. Jornadas extensas, escassez de recursos, reconhecimento insuficiente e ambientes inseguros compõem um cenário que impacta a motivação, o desempenho e a permanência dos profissionais. Ao mesmo tempo, a definição de QV preconizada pela OMS convida a situar o trabalhador em seu contexto sociocultural e em relação às suas expectativas, metas e preocupações, reforçando que avaliar e promover QVT requer uma abordagem holística, centrada na pessoa e orientada por valores.

Diante disso, este trabalho toma a QVT como eixo articulador entre condições laborais, saúde mental e resultados assistenciais, com atenção particular aos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde (APS). Parte-se do reconhecimento de que a APS é porta de entrada e coordenadora do cuidado,

demandando equipes aptas, valorizadas e protegidas. Assim, propõe-se discutir conceitos, determinantes e impactos da QVT, bem como apontar diretrizes e estratégias institucionais capazes de favorecer ambientes saudáveis, justos e motivadores. Esse percurso visa sustentar, nos tópicos seguintes, uma análise crítica e propositiva que una evidências, ética do cuidado e gestão do trabalho, em favor de quem cuida e de quem é cuidado.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

As transformações no mundo do trabalho têm afetado de forma significativa a vida das pessoas. Com frequência, trabalhadores se veem obrigados a lidar com regras de mercado em constante mudança, o que produz sensação permanente de instabilidade e insegurança. Esse contexto é muitas vezes naturalizado como inevitável na modernidade, sendo explicado por fatores como a economia, o sistema ou até o destino (Mendes; Cruz, 2004). Nesse mesmo sentido, as situações cotidianas de trabalho podem agravar conflitos e favorecer a exploração do trabalhador, culminando em cansaço físico, emocional e mental, além de sentimento de impotência, irritação, frustração e sofrimento (Silva et al., 2024). Diante desse quadro, torna-se essencial compreender o trabalhador e suas relações no mundo laboral e analisar como essa interação repercute em sua saúde e em processos de adoecimento, dado que o sofrimento psíquico é frequente nesse universo.

Quando se observa o setor saúde, profissionais submetidos a ritmos intensos de atividade vivenciam impactos negativos expressivos sobre a qualidade de vida. Por consequência, o interesse em compreender a Qualidade de Vida (QV) intensificou-se, especialmente em áreas nas quais se desenvolvem atividades essenciais, como o trabalho em saúde. Nessa perspectiva, no ambiente profissional a QV deve considerar aspectos físicos, psicológicos e sociais, a fim de que os colaboradores atuem em contextos favoráveis ao desenvolvimento de seu potencial, agregando valor às organizações. Trata-se de um conceito amplo e subjetivo, que envolve dimensões objetivas (por exemplo, renda e escolaridade) e subjetivas (bem-estar, felicidade e satisfação). Mais do que viver por mais tempo, ter qualidade de vida significa viver com sentido, prazer e realização pessoal (Zavalla et al., 2016).

Contudo, devido à sua complexidade e à adoção por diversas áreas do conhecimento, é difícil delimitar o conceito de QV. Ainda assim, há convergência de que ele abrange não apenas fatores relacionados à saúde — como bem-estar físico, funcional e psicológico —, mas também elementos fundamentais da vida, como trabalho, família e redes de apoio. Historicamente, o termo QV foi utilizado pela primeira vez pelo presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, em 1964, ao afirmar que “[...] os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas” (Bacha et al., 2012, p. 152). A partir daí, intensificaram-se os debates sobre padrão de vida e QV. No plano conceitual, a Organização Mundial da Saúde (OMS), por meio do *World Health Organization Quality of Life Group* (WHOQOL), define QV como a “[...] percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e do sistema de valores em que vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHO, 1995, p. 1403).

Desdobrando esse conceito, a QV pode ser entendida como realização humana em cinco áreas: social, afetiva, espiritual, saúde e profissional (Lipp, 2014). Nessa direção, insere-se o direito ao trabalho digno, pois as experiências vividas no ambiente laboral repercutem em toda a vida das pessoas. Consequentemente, entre os principais determinantes da QV estão aqueles vinculados à atividade de trabalho. Coerente com essa leitura, Zavalla et al. (2016) caracterizam a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) como denominação multidimensional, presente quando, por meio do emprego e de sua própria compreensão, o trabalhador atende necessidades tais como: bem-estar derivado do trabalho e progressão pessoal; organização e gestão do tempo livre; apoio institucional; clareza e inserção de papéis; proteção e satisfação no exercício das funções.

Para operacionalizar a QVT, é preciso considerar fatores que promovam bem-estar físico, mental e social e assegurem um ambiente saudável e equilibrado. Nesse sentido, condições adequadas de trabalho, remuneração justa, oportunidades de crescimento profissional, equilíbrio entre vida pessoal e profissional e suporte organizacional são fundamentais (Chiavenato, 2014). Aplicando esse marco à saúde, em especial à enfermagem, a discussão sobre QVT ganhou força diante de jornadas exaustivas, pressões emocionais contínuas, relações hierárquicas rígidas, falta de reconhecimento e precarização do trabalho. Esses fatores comprometem a QVT e geram estresse, desmotivação e adoecimento físico e psicológico (Viana et al., 2020; Toso et al., 2021).

Nesse contexto assistencial, profissionais de enfermagem desempenham papel central na prestação de cuidados e frequentemente são a primeira equipe a ter contato com o paciente. De modo articulado às demandas da APS e de outros níveis, suas atribuições variam segundo o cenário, mas incluem, em geral, triagem, reconhecimento precoce de condições de risco de vida, administração de medicamentos, execução de procedimentos potencialmente salvadores e encaminhamentos oportunos (Gaino et al., 2018). Não obstante a relevância dessas funções, o trabalho em enfermagem exige conhecimento técnico-científico orientado ao cuidado humano, com visão holística, e requer múltiplas competências, das cognitivas às interpessoais e psicomotoras, sustentadas por embasamento teórico. Somam-se a isso plantões prolongados, múltiplos vínculos, escassez de recursos e sobrecarga de tarefas, condições que podem prejudicar o estado emocional e o processo de trabalho (Ruiz-Fernández et al., 2025), o que, em conjunto, configura barreiras relevantes para alcançar ou manter níveis adequados de QVT.

A literatura e as instituições internacionais reforçam essa preocupação. Estudos e órgãos como a OMS e o Observatório da Enfermagem (Cofen/Fiocruz) têm chamado atenção para os impactos das condições de trabalho e da saúde mental na produtividade e no vínculo dos profissionais com o sistema. Em especial na Atenção Básica, evidências recentes indicam altos índices de estresse, adoecimento psíquico e exaustão entre enfermeiros, que enfrentam desafios diários para conciliar demandas técnicas, emocionais e estruturais.

Em escala global, organizações como a OMS e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) alertam para a necessidade de tratar as condições laborais da enfermagem como tema de segurança em saúde. Corroborando essa análise, relatórios recentes apontam a carga de trabalho excessiva como um dos principais fatores de estresse e esgotamento. Adicionalmente, a escassez mundial de profissionais — estimada em cerca de 9 milhões de enfermeiros até 2030 — intensifica a pressão sobre as equipes, resultando em jornadas exaustivas e sobrecarga de responsabilidades (OMS, 2020).

Por fim, além da carga horária e da insuficiência de pessoal, a saúde mental dos enfermeiros é preocupação crescente. Dados da OPAS (2021) indicam que a enfermagem figura entre as categorias com maior prevalência de transtornos mentais comuns, como ansiedade, depressão e síndrome de burnout. Na prática cotidiana da Atenção Básica, a alta demanda assistencial, a complexidade das condições sociais e a falta de recursos alimentam um quadro de estresse crônico, que compromete a QV dos profissionais e afeta a segurança do paciente e a qualidade do cuidado. Nesse cenário, condições laborais inadequadas — como carência de equipamentos de proteção individual, infraestrutura deficiente e episódios de violência no trabalho — também determinam insatisfação e adoecimento. Assim, a OPAS enfatiza que valorização profissional, ambientes de trabalho seguros e suporte psicossocial são medidas essenciais para reverter o quadro de desvalorização e esgotamento (OPAS, 2019).

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE ENFERMEIROS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE

A Atenção Primária à Saúde (APS) é um dos níveis de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS) e, anteriormente denominada Atenção Básica, foi fortalecida pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Uma de suas características centrais é a descentralização das ações, que passaram a ser de responsabilidade dos municípios (Brasil, 2006). A partir dessa base conceitual e normativa, ganha relevo o cenário internacional recente.

Nesse sentido, a Conferência Global sobre Atenção Primária à Saúde, realizada em Astana, Cazaquistão, em 2018, aprovou declaração que enfatiza o papel fundamental da APS no enfrentamento sustentável dos desafios atuais dos sistemas de saúde. Alinhada a esse marco, a APS passou a desempenhar papel crucial para o alcance da Cobertura Universal de Saúde e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à saúde, por sua capacidade de ampliar o acesso, fomentar ações intersetoriais e promover equidade, assegurando vida saudável e bem-estar em todas as idades (WHO, 2018).

No plano nacional, nas últimas décadas a APS configurou-se como um dos avanços mais relevantes do SUS, enquanto política pública e sistema universal de saúde no Brasil. Esse avanço decorre, especialmente, da implantação da Estratégia Saúde da Família (ESF) e da institucionalização da avaliação da Atenção Básica no Ministério da Saúde, o que ampliou a oferta de ações e serviços e produziu efeitos positivos sobre a saúde da população (Facchini, 2018).

Em coerência com esse movimento, distintas experiências de organização e oferta da APS convergiram, no país, para o modelo da Saúde da Família, adotado progressivamente desde a década de 1990 como estratégia prioritária de expansão e consolidação da APS. Nesse contexto, a PNAB atribui às três esferas de governo o dever de apoiar e estimular a adoção da ESF pelos serviços municipais como arranjo prioritário de expansão, qualificação e consolidação da APS; de modo complementar, cabe às Secretarias Municipais de Saúde inserir a ESF nas redes de atenção (Portela, 2017).

Retomando a matriz histórica, inspirada na Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde de Alma-Ata (1978), a APS consolidou-se como porta de entrada preferencial do cuidado, responsável por ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação. Nesse arranjo assistencial, os profissionais de enfermagem — sobretudo enfermeiros — exercem papel central na gestão do cuidado, na coordenação de equipes multiprofissionais e no acompanhamento longitudinal dos usuários (Brasil, 2011).

Todavia, apesar dessa centralidade, o trabalho de enfermagem na APS é marcado por desafios cotidianos: jornadas exaustivas, sobrecarga de tarefas, baixo reconhecimento institucional, remuneração insuficiente e escassez de recursos materiais e humanos (Viana et al., 2020); ausência de capacitação específica e desvio de função (assunção de tarefas administrativas passíveis de delegação a outros profissionais) (Assunção et al., 2019); além de ausência ou uso inadequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e exposição a agentes nocivos (Freire; Costa, 2016). Como resultado, tais condições favorecem absenteísmo, estresse, adoecimento e queda da satisfação profissional, contribuindo para sofrimento físico e emocional e prejudicando a motivação no trabalho.

Corroborando esse diagnóstico, Viana et al. (2020) destacam que a rotina desses profissionais é extenuante, permeada por sobrecarga de atividades, carência de pessoal e de insumos, e pela difícil conciliação entre trabalho e vida pessoal. Diante disso, os autores indicam a necessidade urgente de mudanças institucionais, com foco na humanização das condições laborais e na valorização do cuidado de quem cuida.

Desse modo, a reflexão sobre as condições de trabalho na APS evidencia a necessidade de estratégias de gestão orientadas à valorização da enfermagem e ao investimento em ambientes mais saudáveis, acolhedores e estruturados, capazes de promover bem-estar e favorecer a permanência desses profissionais na rede básica.

Em paralelo a esse debate, dados do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) mostram que, até março de 2025, o Brasil registrava 3.192.280 profissionais de enfermagem, dos quais 690.917 eram enfermeiros(as) (Cofen, 2025a). Tais números evidenciam a magnitude e a relevância da categoria, sobretudo para populações em maior vulnerabilidade.

No âmbito global, relatório da OMS, divulgado em maio de 2025, alerta para a crescente escassez de profissionais de enfermagem, com impactos na segurança dos trabalhadores e na qualidade do cuidado. Conforme o documento *“State of the World’s Nursing 2025: Investing in Education, Jobs, Leadership and Service Delivery”*, que compila dados de mais de 170 países, a enfermagem é central para o alcance dos ODS até 2030. Em 2023, havia 29,8 milhões de profissionais de enfermagem no mundo quase 2 milhões a mais que em 2018, número ainda insuficiente para a demanda global; por isso, estima-se déficit de até 4,1 milhões de profissionais até 2030, especialmente em regiões mais pobres (Cofen, 2025b).

À luz dessas evidências, para o contexto brasileiro o relatório aponta urgência na adoção de políticas estruturantes: regulamentação de práticas avançadas, planos de carreira baseados em formação e área de atuação, garantia de inserção qualificada de recém-formados no mercado e medidas para reduzir a migração de profissionais para outros países.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, modalidade de pesquisa que permite sintetizar o conhecimento científico existente sobre determinado tema, por meio da análise crítica e da sumarização de resultados de estudos primários. Essa metodologia desempenha papel central na produção científica, pois possibilita reunir evidências disponíveis, identificar lacunas no conhecimento e construir conclusões abrangentes que sustentem futuras investigações (Leite et al., 2021).

A revisão foi conduzida conforme as etapas propostas por Mendes, Silveira e Galvão (2008), a saber: (1) elaboração da questão de pesquisa; (2) definição dos critérios de inclusão e exclusão; (3)

busca em bases de dados; (4) seleção e avaliação dos estudos incluídos; (5) categorização e organização das informações; (6) interpretação dos resultados; e (7) síntese final das evidências.

A questão norteadora foi estruturada com base na estratégia PICO (População, Fenômeno de Interesse e Contexto), amplamente utilizada em revisões de literatura para favorecer a clareza do problema de pesquisa. Assim, definiu-se a seguinte pergunta: Como os fatores organizacionais, físicos, emocionais e sociais do ambiente de trabalho afetam a qualidade de vida dos enfermeiros na Atenção Primária à Saúde?

Quadro 1. Estratégia Pico para formulação da questão norteadora.

ETAPAS	DESCRIÇÃO	DECS/MEHS
P – População	Profissionais de enfermagem	Profissionais de enfermagem
I - Fenômeno de Interesse	Fatores que afetam a qualidade de vida no trabalho (organizacionais, físicos, emocionais e sociais).	Qualidade Vida
Co (Contexto)	Atenção Primária à Saúde (APS).	Atenção Primária à Saúde

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Pesquisou-se o material em três bancos de dados: Portal de Periódicos CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), que abrange os vários outros bancos de dados como (Lilacs, Medline entre outros) e PubMed. Os eixos de pesquisa foram definidos com as escolhas dos descritores padronizados pelos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e *Medical Subject Headings* (MESH), a saber: Enfermagem, qualidade de vida e atenção primária. Esses descritores foram combinados com o operador booleano “AND”, sendo: Nursing and quality of life and primary care.

A análise dos dados extraídos dos artigos selecionados seguiu uma abordagem qualitativa, por meio de uma análise de conteúdo. Os critérios de inclusão serão aplicados conforme se seguem: 1) Disponibilidade do texto na íntegra; 2) Período de publicação entre 2015 a 2025; 3) Artigos publicados em inglês, espanhol e português e estudos que abordavam sobre qualidade de vida de profissionais da enfermagem. Os critérios de exclusão foram aplicados conforme se seguem: 1) Publicações indisponíveis na íntegra, 2) Trabalhos em duplicidade nas bases de dados; 2) artigos que não tenha relação direta com o tema apresentado e os que não abordam sobre a pesquisa na área de enfermagem, 3) Livros, capítulos de livros e resumos, teses, dissertações e monografias e, 4) Estudo do qual não foi possível extrair resultados por não tratar sobre tema proposto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca avançada identificou 435 registros nas plataformas CAPES, BVS e PubMed. Inicialmente, procedeu-se à remoção de duplicatas (n = 140), restando 295 registros para a triagem por título e resumo.

Na etapa de triagem, aplicaram-se os critérios de inclusão (texto completo disponível; recorte temporal 2015–2025; idiomas: português, inglês, espanhol; foco em qualidade de vida de profissionais de enfermagem), resultando na exclusão de 177 registros: 58 indisponíveis na íntegra e 119 fora do recorte temporal (2020–2025). Ao final dessa etapa, 118 registros avançaram para a avaliação de elegibilidade.

Na elegibilidade, 71 estudos foram excluídos por não apresentarem relação direta com o tema (qualidade de vida de enfermeiros na APS), permanecendo 47 artigos para leitura na íntegra. Após essa leitura crítica, 12 estudos atenderam integralmente aos critérios e foram incluídos na síntese qualitativa.

Quadro 2 – Distribuição dos artigos científicos obtidos e selecionados nas bases de dados BVS, Capes e PubMed segundo Descritores em Ciências da Saúde (DeCS)

	Duplicados	Indisponíveis	Fora do recorte temporal	Não condizente com o tema	Leitura na íntegra	Selecionado
CAPES – 110 artigos	32	10	27	31	10	3
BVS 147 artigos	65	18	29	21	14	5
PUBMED 178 artigos	43	30	63	19	23	4
TOTAL – 435 artigos	140	58	119	71	47	12

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Após a busca na base de dados e a aplicação do critério de exclusão, a amostra final deste trabalho ficou constituída de 12 artigos. O Quadro 3 apresenta a identificação de cada artigo apresentando os principais conteúdo.

Quadro 3 – Artigos selecionados para a análise.

Autor. Título. Revista. Ano	Objetivo	Metodologia	Percepção sobre QVT na APS	Estratégias para obter QVT	Conclusão
TOSO, B. R. J. et al. Qualidade de vida no trabalho na Atenção Primária à Saúde: percepção de enfermeiros, 2021.	Compreender a percepção de enfermeiros da APS sobre sua QVT, considerando fatores que interferem positiva ou negativamente nesse aspecto.	Estudo observacional, analítico, de corte transversal.	Os enfermeiros valorizam a autonomia e o vínculo com comunidade, mas apontam sobrecarga e tarefas administrativas que prejudicam a QVT.	Educação permanente, escuta institucional, valorização do trabalho em equipe.	Melhorias organizacionais e reconhecimento são essenciais para reduzir adoecimento e melhorar assistência.
ASSUNÇÃO et al. Percepção de enfermeiros sobre seu papel gerencial, competências e desafios no cotidiano da Atenção Primária à Saúde. <i>Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde</i> , 2019.	Compreender a percepção dos enfermeiros sobre o seu papel gerencial e identificar os desafios gerenciais vivenciados no cotidiano do enfermeiro da APS.	Estudo descritivo com abordagem qualitativa.	Enfermeiros reconhecem o papel gerencial, mas sentem-se despreparados e sobrecarregados.	Capacitação gerencial, redistribuição de tarefas, apoio institucional.	Formação e suporte institucional são necessários para qualificar a gerência do cuidado na APS.
BRANDÃO et al. A qualidade de vida (do) no trabalho da	Avaliar a QVT dos profissionais da APS.	Pesquisa quantitativa e aplicação do questionário TQWL-42 e	Percepção ambivalente: sentido no trabalho, mas insatisfação com	Planos de carreira, adequação de escalas e ampliação de vagas.	Embora haja reconhecimento do valor das tarefas, lacunas estruturais limitam a QVT.

equipe de profissionais da atenção primária em saúde no Triângulo Mineiro. Recien, 2021.		analisados por meio de escores que vão de 0 a 100.	tempo de repouso e oportunidades de crescimento.		
FABRI et al. Violência laboral e qualidade de vida profissional entre enfermeiros da atenção primária. <i>Acta Paulista de Enfermagem</i> , 2022.	Verificar a associação entre a violência no trabalho e a qualidade de vida profissional de enfermeiros atuantes em UBS.	Pesquisa quantitativa, transversal e analítica.	Alta prevalência de violência laboral associada a menor QVT (burnout, estresse).	Protocolos de registro e apoio, treinamento em manejo de violência e suporte psicológico.	A violência no trabalho é fator determinante para piora da QVT; medidas institucionais urgentes são necessárias e procedimentos padrões para orientar os profissionais diante dos atos violentos.
MAGANHOTO et al. Qualidade de vida no trabalho de enfermeiros da atenção primária à saúde. <i>Revista Cuidarte</i> , 2022.	Analisar a qualidade de vida no trabalho QVT dos enfermeiros APS, com ênfase em fatores psicossociais e nas condições organizacionais que influenciam o cotidiano desses profissionais.	Estudo de abordagem quantitativa, transversal e descritiva.	Nível moderado de QVT; pressão por resultados e falta de reconhecimento diminuem bem-estar. Presença de sintomas de estresse, insatisfação profissional e intenção de desligamento. Por outro lado, fatores como o vínculo com a comunidade, autonomia e cooperação entre colegas apareceram como elementos protetores para a QVT.	Gestão participativa, suporte emocional e melhores condições de trabalho.	Necessidade urgente de políticas públicas e práticas institucionais voltadas à valorização do trabalho na APS, com foco em suporte emocional, reconhecimento profissional, equilíbrio entre demandas e recursos, e gestão participativa
MONTEIRO et al., Percepções de enfermeiros da atenção primária sobre condições de trabalho e qualidade do cuidado. <i>Revista Brasileira de Saúde Coletiva</i> , 2024.	Analisar a percepção de enfermeiros APS sobre as condições de trabalho, bem como suas implicações na qualidade de vida e na assistência prestada à população.	Estudo de abordagem qualitativa com entrevista semiestruturada.	Sobrecarga, falta de insumos e apoio da gestão prejudicam QVT, apesar de forte compromisso ético e a importância do apoio entre colegas e o vínculo com a comunidade	Reorganização da gestão, reconhecimento e melhoria de infraestrutura.	Investimentos em políticas públicas que priorizem melhores condições de trabalho na APS. Valorização institucional e suporte são determinantes para manter qualidade do cuidado.

PEREIRA et al. A influência da qualidade de vida no trabalho dos profissionais de enfermagem na saúde pública. <i>REVisa</i> , 2024.	identificar e analisar os principais fatores que influenciam a qualidade de vida (QV) dos enfermeiros no contexto da saúde pública, levando em consideração aspectos econômicos, psicossociais e ambientais.	Revisão bibliográfica integrativa com abordagem qualitativa. artigos publicados entre 2003 e 2024.	A qualidade de vida no trabalho dos enfermeiros é diretamente impactada por diversos fatores. A percepção dos profissionais sobre sua QVT varia significativamente e entre países de alta e baixa renda.	A pesquisa aponta que a melhoria da QVT dos enfermeiros pode ser alcançada por meio de políticas e práticas que visem remuneração e jornada, suporte psicológico e social e infraestrutura.	A qualidade de vida dos enfermeiros na saúde pública é influenciada por um complexo conjunto de fatores que incluem aspectos econômicos, organizacionais e psicossociais. Países de baixa renda enfrentam maiores desafios, como remuneração inadequada, longas jornadas e falta de suporte, que resultam em altos índices de <i>burnout</i> e rotatividade.
PIRES et al. Atuação do enfermeiro na atenção primária à saúde (APS): uma revisão integrativa da literatura. <i>Revista Recien</i> , 2022.	Descrever as formas de atuação do enfermeiro APS, especialmente no contexto da ESF, destacando a relevância da prática clínica baseada em evidências	Revisão integrativa da literatura, com artigos publicados entre 2014 e 2019.	Identifica lacunas na gestão da APS que repercutem negativamente na QVT.	Gestão participativa, melhoria de processos e capacitação continuada.	A atuação do enfermeiro na APS é ampla e multifacetada, envolvendo desde consultas de enfermagem sistematizadas em todos os ciclos de vida, passando por ações educativas e preventivas.
REIS et al. Sobrecarga de trabalho na enfermagem da atenção primária: percepções de quem vivencia. <i>Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação</i> , 2024.	Analisar a percepção dos profissionais de enfermagem sobre a sobrecarga de trabalho na APS, além de discutir os efeitos físicos, emocionais e organizacionais dessa realidade sobre a prática profissional.	Abordagem qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas.	Rotina com exigências excessivas e acúmulo de funções, além da escassez de recursos humanos e materiais, ausência de apoio institucional gera sofrimento e desmotivação.	Espaços de escuta, suporte institucional e medidas de redução de carga.	Vínculo com comunidade funciona como fator protetor; contudo, adoecimento persiste sem ações estruturais.
SOUZA et al. O trabalho do enfermeiro na atenção primária à saúde rural no município de Montes	Avaliar as condições de trabalho do enfermeiro nas áreas rurais, especificamente no município de Montes Claros, Minas Gerais. A	Investigação exploratória e descritiva com abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de um guia de pesquisa	Os profissionais enfrentam diversas adversidades, como condições desfavoráveis no deslocamento para o trabalho	O artigo não detalha estratégias específicas para obter QVT, mas a análise dos resultados sugere que a melhoria da qualidade de vida dos enfermeiros na	O trabalho dos enfermeiros na APS rural é de extrema relevância para a continuidade do cuidado oferecido à população.

Claros, Minas Gerais, Brasil. Revista Contemporânea, 2024.	pesquisa discute os fatores que facilitam e dificultam o processo de trabalho e a coordenação do cuidado nesse contexto.	semiestruturado, com perguntas abertas, aplicado a sete enfermeiros que atuam na Atenção Primária à Saúde rural	(clima, estradas de difícil acesso), falta de meios de transporte adequados e má infraestrutura das unidades de saúde. Além disso, eles relatam dificuldades de comunicação com a gestão de saúde. No entanto, o sentido do trabalho é baseado na satisfação da população.	APS rural passa pela solução dos desafios identificados.	
GALARÇA, et al. Qualidade de vida dos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa de literatura. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2022.	Identificar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, o que as publicações científicas revelam sobre a qualidade de vida (QV) dos enfermeiros que atuam na Atenção Primária à Saúde (APS), com especial atenção ao autocuidado e aos fatores que influenciam seu bem-estar.	Revisão integrativa no período de 2010 a 2020 com 12 artigos.	Enfermagem na APS tem concepções amplas de QV, mas relata insatisfação por sobrecarga e falta de recursos.	Apoio psicossocial, educação em autocuidado, políticas de retenção.	Necessidade de ações de promoção de saúde ocupacional, prevenção do adoecimento e fortalecimento do autocuidado. Há lacunas de pesquisa sobre intervenções; fortalecer autocuidado e gestão é essencial.
ALABD et al. Quality of Work Life and its Associated Factors among Primary Healthcare Nurses in Madinah City, Saudi Arabia. American Journal of Health Behavior, 2024.	Investigar a qualidade de vida no trabalho e seus fatores influentes entre enfermeiros de atenção primária à saúde na cidade de Madinah.	Estudo transversal descritivo usando uma pesquisa online para capturar dados de 290 enfermeiros de atenção primária à saúde.	A percepção dos enfermeiros sobre a QVT variou de moderada a alta. Menos da metade dos participantes (45,9%) relatou um nível alto de QVT, enquanto 43,8% apresentaram um nível moderado e apenas 10,3% um nível baixo.	Embora o artigo não detalhe estratégias específicas para os enfermeiros, ele destaca a importância de os administradores hospitalares implementarem políticas que melhorem a QVT dos profissionais	O nível de qualidade de vida no trabalho dos enfermeiros variou de moderado a alto; Idade, renda, nacionalidade, estado civil e número de filhos influenciam a qualidade de vida profissional dos enfermeiros. Os fatores que afetam significativamente a QVT são: idade, renda, nacionalidade, estado civil e número de filhos.
RUIZ-FERNÁNDEZ	Avaliar os níveis de estresse,	Estudo observacional,	Os enfermeiros relataram uma	Implementar estratégias	A QVT dos enfermeiros da

Z, M. D. et al. Quality of life in nursing professionals: burnout, fatigue, and compassion satisfaction <i>International Journal of Environmental Research and Public Health</i> , 2020.	ansiedade, depressão, resiliência e qualidade de vida relacionada à saúde em profissionais de enfermagem da Atenção APS, destacando como esses fatores impactam a prática assistencial e o bem-estar dos trabalhadores.	transversal e multicêntrico, envolvendo enfermeiros da APS	percepção de qualidade de vida afetada por altos níveis de estresse, ansiedade e depressão, em grande parte relacionados à sobrecarga de trabalho e às condições organizacionais da APS. Apesar disso, demonstraram resiliência significativa, o que amenizou parcialmente os efeitos negativos no bem-estar.	institucionais de apoio psicológico e organizacional, tais como: Programas de promoção da saúde mental e manejo do estresse; Incentivo a ambientes de trabalho mais saudáveis; Capacitações para fortalecimento da resiliência individual e coletiva.	APS está comprometida devido à sobrecarga laboral e aos impactos emocionais, mas pode ser positivamente influenciada pela resiliência e por políticas de apoio institucional.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A caracterização dos artigos apresentada no Quadro 3 evidencia de maneira consistente os fatores organizacionais, físicos, emocionais e sociais que impactam a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) dos enfermeiros na Atenção Primária à Saúde (APS). Os achados reforçam que a experiência desses profissionais é marcada por um conjunto de condições adversas e de elementos protetores, cuja interação influencia diretamente o bem-estar, a motivação e a permanência na função.

Um dos aspectos mais recorrentes nos estudos é a sobrecarga de trabalho, resultante do acúmulo de funções, da escassez de recursos materiais e humanos e da insuficiência de apoio gerencial. Essa condição é apontada como um dos principais fatores de estresse ocupacional, com repercussões negativas tanto para a saúde dos profissionais quanto para a qualidade da assistência prestada (Monteiro et al., 2024; Reis et al., 2024; Toso et al., 2021). Em contextos rurais, tais desafios são ainda mais acentuados pela precariedade da infraestrutura, pelas dificuldades logísticas e pelo isolamento geográfico, o que amplia a sensação de sobrecarga e vulnerabilidade (Souza et al., 2024).

Outro fator crítico identificado é a violência no trabalho, frequentemente relatada por enfermeiros da APS e diretamente associada à queda da QVT, ao estresse psicológico e à síndrome de burnout. A ausência de protocolos institucionais eficazes para prevenção e manejo desses episódios agrava a insegurança e o sofrimento dos profissionais (Fabri et al., 2022). Em paralelo, a dimensão gerencial se mostra desafiadora: muitos enfermeiros relatam dificuldades em desempenhar suas responsabilidades administrativas, seja pela falta de preparo ou pela sobreposição de tarefas, o que repercute na qualidade do cuidado e na percepção de bem-estar (Assunção et al., 2019).

A análise integrativa também demonstra que a percepção de QVT é multifacetada, envolvendo tanto elementos negativos quanto aspectos positivos. Entre os fatores que prejudicam a QVT estão a falta de reconhecimento, a infraestrutura inadequada e os efeitos psicossociais do estresse, da ansiedade e da violência laboral (Brandão et al., 2021; Fabri et al., 2022; Maganhoto et al., 2022; Monteiro et al., 2024; Ruiz-Fernández et al., 2020). Por outro lado, aspectos como o forte vínculo com a comunidade, a autonomia profissional e o apoio entre colegas são destacados como fontes de satisfação, propósito e resiliência, atuando como fatores protetores diante das adversidades (Maganhoto et al., 2022; Monteiro et al., 2024; Souza et al., 2024; Toso et al., 2021).

Os achados desta revisão dialogam diretamente com os marcos clássicos da Promoção da Saúde. À luz da Carta de Ottawa (1986), melhorar a QVT na APS requer: (i) políticas públicas saudáveis (dimensionamento adequado, prevenção da violência laboral, carreiras e incentivos); (ii) ambientes favoráveis (unidades seguras, infraestrutura e EPIs regulares); (iii) reforço da ação comunitária (participação dos trabalhadores e do território nos planos locais de QVT); (iv) desenvolvimento de habilidades pessoais (educação permanente clínica e gerencial); e (v) reorientação dos serviços de saúde (gestão participativa, apoio psicossocial e integração intersetorial). A Carta de Bangkok (2005) amplia esse horizonte ao enfatizar a necessidade de governança e investimento social em saúde do

trabalhador, e a Declaração de Shanghai (2016) reforça a criação de ambientes de trabalho saudáveis como eixo estratégico de cidades e serviços que promovem saúde.

Essa perspectiva é convergente com os ODS da Agenda 2030. A QVT dos enfermeiros relaciona-se diretamente ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico, sobretudo nas metas de segurança e proteção no trabalho), ao ODS 5 (Igualdade de Gênero, dada a feminilização da enfermagem e a exposição desproporcional à violência e ao cuidado não remunerado), ao ODS 10 (Redução das Desigualdades, com destaque para assimetrias urbano–rurais) e ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes, no tocante à prevenção da violência e fortalecimento institucional). A implementação de soluções exige parcerias multissetoriais coerentes com o ODS 17, articulando saúde, educação, assistência social, segurança pública e gestão do trabalho para respostas sustentáveis.

Diante desses achados, a literatura aponta para a necessidade de uma abordagem multifacetada de intervenção, coerente com Ottawa–Bangkok–Shanghai e com os ODS:

- Gestão e liderança: instituir políticas públicas saudáveis no nível local (planos de QVT com metas/indicadores), gestão participativa, espaços de escuta e reconhecimento estruturado (Maganhoto et al., 2022; Monteiro et al., 2024; Pires et al., 2022).
- Apoio psicossocial e ambientes favoráveis: programas de suporte psicológico, fluxos de prevenção/gestão da violência e provisão contínua de EPIs e infraestrutura (Fabri et al., 2022; Ruiz-Fernández et al., 2020).
- Desenvolvimento de habilidades: educação permanente em competências clínicas e gerenciais, comunicação, gestão do tempo e resolução de conflitos (Assunção et al., 2019; Toso et al., 2021).
- Trabalho decente e equidade: revisão de dimensionamento, escalas e desvio de função, com foco em territórios vulneráveis e na redução de desigualdades urbano–rurais (Brandão et al., 2021; Monteiro et al., 2024; Souza et al., 2024).

Em síntese, a QVT dos enfermeiros na APS é influenciada por um conjunto complexo e interdependente de fatores, que variam desde dimensões organizacionais até aspectos subjetivos de realização pessoal e profissional. À luz das Cartas de Promoção da Saúde e dos ODS, reconhecimento institucional, valorização da categoria, ambientes de trabalho saudáveis e parcerias intersetoriais são condições indispensáveis para mitigar riscos e potencializar fatores de proteção. Promover a saúde e o bem-estar desses profissionais não se limita a garantir melhores condições de trabalho: requer governança, investimento e participação social para sustentar, no longo prazo, uma APS mais acessível, segura, equitativa e resolutiva. Assim, promover a saúde e o bem-estar desses profissionais não se limita a garantir melhores condições de trabalho, mas exige também políticas públicas e institucionais de valorização contínua, capazes de assegurar a permanência e o engajamento da enfermagem como pilar estratégico do SUS.

As principais limitações deste estudo pelo fato dos estudos incluídos apresentam heterogeneidade metodológica (desenhos, amostras, instrumentos, contextos), com predominância de delineamentos transversais e autorrelato, limitando inferência causal e comparabilidade. A avaliação de qualidade/risco de viés não foi descrita com checklists padronizados (JBI/CASP) nem com dupla avaliação e medida de concordância, elevando o risco de viés do avaliador. Por fim, a concentração geográfica e a variação de arranjos da APS restringem a generalização; fatores contextuais (políticas, financiamento, cultura organizacional) pouco controlados podem atuar como confundidores.

Apesar dessas restrições, o estudo oferece síntese integrativa e atualizada de evidências nacionais e internacionais sobre QVT de enfermeiros na APS, identificando convergência de resultados em torno de determinantes organizacionais (dimensionamento, recursos, gestão), psicossociais (reconhecimento, apoio, autonomia) e ambientais (infraestrutura, segurança). Essa convergência, observada em múltiplos cenários, fortalece a validade externa dos achados e provê pontos de alavancagem factíveis para intervenção (gestão participativa, apoio psicossocial, educação permanente, melhoria das condições de trabalho). Além de mapear lacunas de pesquisa (padronização de desfechos, estudos longitudinais), a revisão traduz evidências em implicações práticas e de política para qualificar o cuidado, apoiar a fixação de profissionais e avançar na segurança do paciente e no desempenho da APS. Em síntese, mesmo com limitações, o trabalho agrega valor aplicado ao orientar decisões de gestores e formuladores de políticas e ancora futuras investigações com base em um panorama crítico e integrador do tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou os fatores que influenciam a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) de enfermeiros(as) na Atenção Primária à Saúde (APS) por meio de revisão integrativa. A síntese evidencia que a QVT é condicionada por um conjunto interdependente de elementos: sobrecarga de trabalho e dimensionamento inadequado, insuficiência de recursos e infraestrutura, violência no ambiente laboral e desvalorização/reconhecimento insuficiente. Esses determinantes organizacionais e físicos repercutem diretamente em dimensões psicológicas, associando-se a estresse, exaustão e sintomas depressivos, ainda que se observe elevada resiliência e forte vínculo comunitário entre os profissionais.

Os achados reforçam que a qualificação da QVT na APS não é periférica: trata-se de condição estrutural para a segurança do paciente, a continuidade do cuidado e a efetividade do SUS. Intervir sobre os determinantes identificados demanda uma abordagem multicomponente que articule: (i) recursos e infraestrutura adequados (EPs, insumos, manutenção e ambientes seguros); (ii) gestão e liderança com participação dos profissionais, reconhecimento e feedback estruturado; (iii) apoio psicossocial e dispositivos de prevenção e manejo da violência; e (iv) educação permanente com ênfase em competências clínicas e gerenciais, reduzindo desvio de função e fortalecendo a autonomia profissional.

REFERÊNCIAS

AITH, F. M. A. Marcos legais da promoção da saúde no Brasil. **Revista de Medicina**, v. 92, n. 2, p. 148-154, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/79977>>. Acesso em: 15 ago. 2025.

ALABD, A. M.; ALHARBI, M.; ALKUBATI, S. et al. Quality of Work Life and its Associated Factors among Primary Healthcare Nurses in Madinah City, Saudi Arabia. **American Journal of Health Behavior**, v. 48, n.1, p. 177-185, 2024. Disponível em: <<https://www.ingentaconnect.com/content/png/ajhb/2024/00000048/00000001/art00017;jsessionid=9ch4b759gla18.x-ic-live-02>> Acesso em: 10 ago. 2025.

ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, V. F. de; ESTEVES, E. M. C. Percepção de enfermeiros sobre seu papel gerencial, competências e desafios no cotidiano da Atenção Primária à Saúde. **Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde**, v. 8, n. 2, p. 39-54, 2019. Disponível em: <<https://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/enfer/article/view/3467>>. Acesso em: 1 ago. 2025.

BACHA, M. M.; SOUZA, J. C.; MARTINS, L. R. et al. Qualidade de vida em estudantes de psicologia. **Psicólogo informação**, v. 16, n. 16, p. 149-161, jan./dez. 2012. Disponível em: <<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoinfo/v16n16/v16n16a07.pdf>> Acesso em: 30 jun. 2025.

BRANDÃO, J. Q.; ARAGÃO, A. S.; QUERINO, R. A. et al. A qualidade de vida no trabalho da equipe de profissionais da Atenção Primária em Saúde no Triângulo Mineiro. **Revista Recien**, v. 11, n. 36, p. 43-53, 2021. Disponível em: <<https://www.recien.com.br/index.php/Recien/article/view/490/509>> Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM nº 1.654 de 19 de julho 2011**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB) e o Incentivo Financeiro do PMAQ-AB, denominado Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável – PAB Variável. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2011b. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1654_19_07_2011.html>. Acesso em: 2 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 648/GM de 28 de março de 2006**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Projeto Promoção da Saúde: As Cartas da Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

COFEN. **Cofen eleva profissão em defesa de direitos da categoria na Semana da Enfermagem**. 2025a. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/cofen-eleva-profissao-em-defesa-de-direitos-da-categoria-na-semana-da-enfermagem-2025/>> Acesso em: 12 ago. 2025.

COFEN. **Relatório da OMS aponta que investir na Enfermagem é estratégico para o futuro da saúde global e Brasil deve intensificar esforços**. 13 maio 2025b. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/relatorio-da-oms-aponta-que-investir-na-enfermagem-e-estrategico-para-o-futuro-da-saude-global-e-brasil-deve-intensificar-esforcos/> Acesso em: 12 ago. 2025.

FABRI, N. V.; MARTINS, J. T.; GALDINO, M. J. Q. et al. Violência laboral e qualidade de vida profissional entre enfermeiros da atenção primária. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 35, p. eAPE0362345, 2022. Disponível em: <https://acta-ape.org/article/violencia-laboral-e-qualidade-de-vida-profissional-entre-enfermeiros-da-atencao-primaria/>. Acesso em: 1 ago. 2025.

FACCHINI, L. O.; TOMASI, E.; DILÉLIO, A. S. Qualidade da Atenção Primária à Saúde no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. **Saúde Debate**, v. 42, n. Especial, p. 208-223, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/TmzJ4T4MkCxFxbpxTFXJsd/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 2 ago. 2025.

FREIRE, M. N.; COSTA, E. R. Qualidade de vida dos profissionais de enfermagem no ambiente de trabalho. **Revista Enfermagem Contemporânea**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 151-158, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://journals.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/871>. Acesso em: 1 ago. 2025.

GAINO, L. V.; SOUZA, J.; CIRINEU, C. T. et al. O conceito de saúde mental para profissionais de saúde: um estudo transversal e qualitativo. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, v. 14, n. 2, p. 108-116, 2018. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/smad/article/view/149449>> Acesso em: 21 set. 2025.

GALARÇA, A. M. S. S. et al. Qualidade de vida dos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde: revisão integrativa de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 6, p. e10418, 2022. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/10418>. Acesso em: 1 ago. 2025.

LEITE, K. N. S.; NASCIMENTO, A. K. F.; SOUZA, T. A. et al. Utilização da metodologia ativa no ensino superior da saúde: revisão integrativa. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 25, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/8019>> Acesso em: 2 set. 2025.

LIPP, M. E. N. **Manejo do estresse e da ansiedade em adultos**. Campinas, SP: Papirus Editora, 2014.

MAGANHOTO, J. M.; LUNARDI, V. L.; SILVA, J. T. da. Qualidade de vida no trabalho de enfermeiros da atenção primária à saúde. **Revista Cuidarte**, v. 13, n. 1, p. e2864, 2022. Disponível em: <https://revistas.udes.edu.co/cuidarte/article/view/2864>. Acesso em: 5 ago. 2025.

MARTINS, C. C.; WACLAWOVSKY, A. J. Problemas e desafios. enfrentados pelos gestores públicos no processo de gestão em saúde. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde – RGSS**, v. 4, n. 1, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/revistargss/article/view/12733>> Acesso em: 2 set. 2025.

MENDES, A. M.; CRUZ, R. M. Trabalho e saúde no contexto organizacional: vicissitudes teóricas. In: TAMAYO, A. **Cultura e saúde nas organizações**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, dez. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/?format=html&lang=pt>> Acesso em 21. Set. 2025.

MONTEIRO, E. C.; LIMA, A. B.; SOUSA, R. O. de. Percepções de enfermeiros da atenção primária sobre condições de trabalho e qualidade do cuidado. **Revista Brasileira de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 1–12, 2024. Disponível em: <https://revista.saudecoletiva.org.br/index.php/saudecoletiva/article/view/xxxx>. Acesso em: 5 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030**. Traduzida pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil. 2015. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

_____. **Declaração de Adelaide sobre a Saúde em todas as políticas**: no caminho de uma governança compartilhada, em prol da saúde e do bem-estar. 2010. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_adelaide.pdf> Acesso em: 18 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde Mental no ambiente de trabalho**. Geneva: OMS, 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **A saúde mental da enfermagem nas Américas**. Washington, D.C., 2021. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/documentos/saude-mental-enfermagem>>. Acesso em: 24 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Enfermeiras e enfermeiros são essenciais para avançar rumo à saúde universal**. Brasília, DF: OPAS, 8 maio 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/8-5-2019-enfermeiras-e-enfermeiros-sao-essenciais-para-avancar-rumo-saude-universal>. Acesso em: 24 set. 2025.

PEREIRA, E. M. et al. A influência da qualidade de vida no trabalho dos profissionais de enfermagem na saúde pública. **REVisa**, v. 13, ed. Esp. 2, p. 1134-41, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36239/revisa.v13.nesp2.p1134a1141>. Acesso em: 23 set. 2025.

PIRES, R. C. C.; LUCENA, A. D.; MANTESSO, J. B. O. Atuação do enfermeiro na atenção primária à saúde (APS): uma revisão integrativa da literatura. **Revista Recien**, São Paulo, v. 12, n. 37, p. 107-114, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24276/rrecien2022.12.37.107-114>. Acesso em: 5 ago. 2025.

PORTELA, G. Z. Atenção Primária à Saúde: um ensaio sobre conceitos aplicados aos estudos nacionais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 255-276, 2017. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/physis/a/GRC4bkWgdyGnGfcvzDBYnh/abstract/?lang=pt> > Acesso em: 21 set. 2025.

REIS, N. O.; COSTA, R. S.; SANTOS, P. F. Sobrecarga de trabalho na enfermagem da atenção primária: percepções de quem vivencia. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 1234–1247, mar. 2024.

RUIZ-FERNÁNDEZ, M. D. et al. Quality of life in nursing professionals: burnout, fatigue, and compassion satisfaction. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 4, p. 1253, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/ijerph17041253>> Acesso em: 19 set. 2025.

SIBUEA, Z.; SULASTIANA, M.; FITRIANA, E. Factors affecting quality of working life among nurses: a systematic review. **Journal of Multidisciplinary Healthcare**, 17, 491-503, 2024. Disponível em: <<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10849054/>> Acesso em: 21 set. 2025.

SILVA, L. C. et al. Desafios de ser enfermeiro no Brasil: um estudo reflexivo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 11, p. 8230–8240, nov. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i11.17396>. Acesso em: 5 ago. 2025.

SOUZA, C. S.; CARNEIRO, J. A.; SANTOS, D. L. et al., 2024. O trabalho do enfermeiro na atenção primária à saúde rural no município de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 6, p. 1-26, 2024. Disponível em: <<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/4655>> Acesso em: 3 ago. 2025.

TOSO, B. R. J. et al. Qualidade de vida no trabalho na Atenção Primária à Saúde: percepção de enfermeiros. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 26, p. e75479, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/75479>. Acesso em: 24 jul. 2025.

VIANA, L. O. et al. Qualidade de vida no trabalho dos profissionais de enfermagem: desafios e estratégias de enfrentamento. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, Recife, v. 14, n. 1, p. e242565, jan. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/242565>. Acesso em: 24 jul. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. The World Health Organization Quality of Life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Social Science & Medicine**, v. 41, n. 10, p. 1403–1409, 1995. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/8560308/>> Acesso em: 13 jul. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Integrating palliative care and symptom relief into primary health care**: A WHO guide for planners, implementers and managers. Geneva: WHO Press, 2018. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/integrating-palliative-care-and-symptom-relief-into-primary-health-care>> Acesso em: 3 set. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Carta de Ottawa: Primeira conferência internacional sobre promoção da saúde, Ottawa, 1986. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf Acessado em: 1 set. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Carta da Sexta Conferência de Promoção da Saúde de Bangkok**. Tailândia, agosto 2005. Disponível em: <http://www.who.int/healthpromotion/conferences/6gchp/BCHP_es.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

ZAVALA, M.O.Q; KLINJ, T. P; CARRILO, K. L. S. Qualidade de vida no trabalho do pessoal de enfermagem de instituições públicas de saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, n. 24:e2713, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlae/a/jy3WRJCM7mHJ6hQjsDRgbjD/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 22 set. 2025.

**REGIÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DAS
REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE FRANCA E DE ARAÇATUBA**

*REGION AND REGIONAL DEVELOPMENT: SOCIOECONOMIC INDICATORS OF THE
ADMINISTRATIVE REGIONS OF FRANCA AND ARAÇATUBA*

Área temática: Trabalho Decente e Crescimento Econômico

BRAGA FILHO, Hélio
Centro Universitário de Franca
Doutor em Serviço Social
hb@facef.br

POUSA, Jonatan
Centro Universitário de Franca
Mestre em Desenvolvimento Regional
pousa.jonatan@gmail.com

Fernandes, Sergio Penha
Centro Universitário de Franca
Mestrando em Desenvolvimento Regional
serpenha@hotmail.com

SILVA, Adna Espedita
Centro Universitário de Franca
Mestranda em Desenvolvimento Regional
adnaedasilva@gmail.com

FARIA, Daniel dos Reis Cardoso
Centro Universitário de Franca
Mestrando em Desenvolvimento Regional
fariaribpreto@gmail.com

OLIVEIRA, Janete Carla de
Centro Universitário de Franca
Mestra em Desenvolvimento Regional
janetecod@gmail.com

Resumo

O desenvolvimento brasileiro ainda é estigmatizado pela descontinuidade, concentração e acentuados desequilíbrios inter e intrarregional. Desse modo, o objetivo do artigo foi verificar semelhanças e diferenças entre duas Regiões Administrativas do hinterland paulista. O recorte territorial limitou-se às Regiões Administrativas de Franca e de Araçatuba. Em adição à pesquisa bibliográfica, o artigo utilizou também a pesquisa quantitativa por meio de indicadores estatísticos extraídos de fontes oficiais secundárias de pesquisa, que por não terem sido submetidos a nenhum tratamento estatístico, foram apresentados no seu formato original. Embora o estado de São Paulo e sua divisão política em Regiões Administrativas configure expressivas discrepâncias, as regiões pesquisadas, ainda que tenham apresentado algumas dessemelhanças, de modo geral em muitos aspectos são mais homogêneas. Entretanto, o mesmo não nos autoriza afirmar em relação às unidades territoriais (municípios) que as integram.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Regiões Administrativas, Hinterland Paulista.

Abstract

Brazilian development is still stigmatized by discontinuity, concentration, and marked inter- and intra-regional imbalances. Therefore, the objective of this article was to examine similarities and differences between two Administrative Regions in the Sertão region of São Paulo. The territorial scope is limited to the Administrative Regions of Franca and Araçatuba. In addition to bibliographic research, the article also used quantitative research using statistical indicators extracted from official secondary research sources. Because they were not subjected to any statistical processing, they were presented in their original format. Although the state of São Paulo and its political division into Administrative Regions present significant discrepancies, the regions studied, despite some dissimilarities, are generally more interesting in many aspects. However, this does not allow us to make any definitive statements regarding the territorial units (municipalities) that comprise them.

Keywords: Development, Administrative Regions, Hinterland São Paulo.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo foi verificar semelhanças e diferenças entre duas Regiões Administrativas do hinterland paulista através do emprego de pesquisa quantitativa baseada em indicadores demográficos, econômicos e sociais disponibilizados por fontes oficiais e secundárias de pesquisas. Sabe-se que o desenvolvimento brasileiro "latu sensu" é matizado por contrastes que evidenciam assimetrias variadas de caráter econômico, social, étnico, demográfico, cultural, técnico-científico, religioso, político etc. Essas disparidades bem caracterizam diferentes aspectos do extenso território e, por conseguinte do desenvolvimento brasileiro, reflexo da sua herança colonial da influência dos ciclos e subciclos econômicos, da distribuição geográfica da população e dos recursos naturais, das formas de organização de política, econômica e social regional, do intercâmbio regional desigual etc.

Embora tenha ocorrido alguma redução dos desníveis socioeconômicos, culturais, educacionais etc entre as grandes regiões da federação brasileira, mesmo assim, constata-se ainda acentuadas disparidades inter e intrarregionais no país.

Além disso, o mesmo problema se manifesta nas demais escalas territoriais no país, como entre municípios, microrregiões, mesorregiões, bacias hidrográficas, haja vista que até no estado mais rico da federação brasileira confirma-se acentuados desnivelamentos, basta observar que tanto população, como PIB, VTI, quantidade de empresas, investimentos etc., estão concentrados de forma expressiva nas áreas metropolitanas de São Paulo (RMSP) e de Campinas (RMC).

Assim sendo, o objeto do nosso estudo baseou-se na descrição de duas Regiões Administrativas localizadas no interior de São Paulo cuja seleção adotou como parâmetro a população total das RA de Franca e de Araçatuba.

O artigo contou com a seguinte composição: a introdução, a argumentação teórica, a metodologia i.é., o material e o método de pesquisa empregados. A quarta seção procurou por meio da utilização de indicadores demográficos econômicos e sociais descrever sucintamente algumas características de ambas as Regiões objeto do estudo e, por último tecemos as considerações finais.

2 MATERIAL E MÉTODO

O artigo foi elaborado na sua argumentação teórica por meio de consulta em livros e artigos acadêmicos, além do que, acrescentou-se ainda uma pesquisa quantitativa que empregou seletivo conjunto de indicadores demográficos, sociais e econômicos. O recorte territorial limitou-se às Regiões Administrativas de Franca e de Araçatuba, ambas localizadas no estado de São Paulo. A pesquisa bibliográfica procurou sobressair no less no more important conceitos relacionados à região (BASSAN; SIEDENBERG, 2003); (CORREA, 2007); como inclusive a organização do espaço plasmada pela divisão social do trabalho (CORREA, 2007). (ROCCO [etal], 2007) destacam a importante função exercida pelas economias de aglomeração tanto para atrair como também para repelir capitais produtivos.

Ainda que em passant, assinalamos aspectos relevantes alusivos à distribuição regional e setorial do PIB (ROSSETTI), 1987), assim como destacamos a significância do excedente econômico

para o desenvolvimento (BARAN, 1984) e, encerramos a argumentação teórica com a interpretação de Debuyst (2009) sobre o fenômeno do desenvolvimento sob a ótica do mercado e dos valores.

Em relação à pesquisa quantitativa com base nas estatísticas da Fundação SEADE verificamos: a taxa de crescimento do PIB; a distribuição do Valor Adicionado; do VTI; dos principais produtos exportados e o destino das exportações; da estrutura dos empregos formais por classe de atividade, por classe de tamanho da unidade local, por salário médio e escolaridade. Incluiu-se também a quantidade de matrículas por curso no ensino superior (presencial) e nas IES e, finalmente os indicadores de óbitos, taxas de mortalidade e de natalidade e aqueles pertinentes às famílias em situação de pobreza e beneficiadas do PBF. Last but not least, recorreremos às estatísticas do MTE/RAIS para examinar a quantidade de vínculos ativos formais com ensino médio e superior completo.

O critério adotado para a seleção das RA (Regiões Administrativas) ancorou-se na população total de ambas as áreas.

Cabe acrescentar também outro significativo indicador elaborado pela Fundação SEADE nominado Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS).

Quadro 1: Parâmetros para a classificação dos municípios, por dimensões do IPRS, segundo categorias.

Estado de São Paulo 2014-2018

Categorias	Ano de referência	Dimensões do IPRS		
		Riqueza municipal	Longevidade	Escolaridade
Baixa	2014	Até 39	Até 66	Até 42
	2016	Até 38	Até 68	Até 49
	2018	Até 38	Até 68	Até 52
Média	2014	-	67 a 69	43 a 50
	2016	-	69 a 71	50 a 56
	2018	-	69 a 71	53 a 60
Alta	2014	40 e mais	70 e mais	51 e mais
	2016	39 e mais	72 e mais	57 e mais
	2018	39 e mais	72 e mais	61 e mais

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS

Em resumo, o artigo procurou examinar duas abrangências territoriais segundo as contribuições de um seletor elenco de autores incrementado por uma pesquisa quantitativa apoiada no emprego de indicadores.

3 ARGUMENTOS TEÓRICOS

O fenômeno do desenvolvimento regional, não pode abstrair-se de conceitos importantes como o de região e de organização espacial, entre tantos outros deveras significativos, mesmo porque o termo região, categoria pertinente à geografia, assume um amplo leque de conceitos. Sendo assim, sem o aprofundamento requerido, de forma bem abreviada compreende-se a região.

[...] como sendo uma classe de área, isto é, um conjunto de unidades de área, como, por exemplo, um grupo de municípios, que apresenta grande uniformidade interna e grande diferença em face de outros conjuntos (BASSANT; SIEDENBERG, 2003, p. 140-141).

Incluindo outras concepções como as ambientais, econômicas, sociais e culturais os mencionados autores (2003), acatam como região

[...] uma porção do espaço com características naturais específicas que, ao longo de seu processo de formação histórico-cultural, foi configurando uma identificação social, econômica e política, a fim de atender às necessidades de sua população, delimitando uma identidade regional própria (BASSAN; SIEDENBERG, 2003, p. 141).

Por sua vez, a região como porção do espaço, uma vez constituída por um agrupamento diferenciado de unidades territoriais com diferentes processos de formação histórica, via de regra configura tanto similitudes como também dessemelhanças.

O termo região não apenas faz parte do linguajar do homem comum, como também é um dos mais tradicionais em geografia. Tanto num como noutro caso, o conceito de região está ligado à noção fundamental de diferenciação de área, quer dizer, à aceitação da ideia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si (CORRÊA, 2007, p. 22).

Ademais, levando em consideração que o crescimento econômico não se difunde uniformemente e nem simultaneamente pelo espaço geoeconômico, assim como o desenvolvimento "latu sensu", há de se esperar que em virtude de uma ampla e variada ordem de fatores o mesmo em escala global, nacional e/ou regional constitua-se num processo efetivamente e capaz de atenuar e/ou de agravar os desequilíbrios socioeconômicos, culturais, políticos e ambientais, tal como a influência exercida pela organização econômica, social, política do próprio espaço.

Produto da ação humana ao longo do tempo, a organização espacial é um reflexo social "consequência do trabalho e da divisão do trabalho", [...]. É o resultado do trabalho social que transforma diferencialmente a natureza primitiva, criando formas espaciais diversas sobre a superfície da Terra. Como o trabalho social e a sua divisão dão-se em um determinado tipo de sociedade com certo nível de desenvolvimento das forças produtivas e um modo dominante de suas relações, a organização espacial resultante refletirá estas características básicas da sociedade (CORREA, 2007, p.67).

A divisão social do trabalho corresponde ao conjunto de atividades econômicas existentes nas diferentes abrangências territoriais – país, região, local etc – as quais, caracterizam-se por diferentes estágios de desenvolvimento, diferenciada composição setorial e ocupacional que, entre outros fatores proporcionam crescimento econômico e desenvolvimento variando em ritmo e intensidade. Ademais, a distribuição geográfica dos recursos ou fatores de produção não é uniforme, tal como também é desbalanceada a distribuição espacial e setorial das atividades econômicas, uma vez que os fenômenos de concentração e de dispersão, sobretudo de população e de capitais condicionam-se a uma variada gama de requisitos a exemplo de vantagens locais.

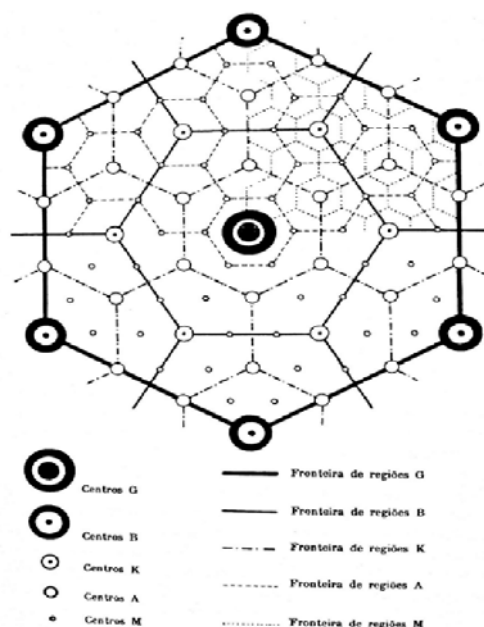
Desta forma, a expansão das atividades produtivas tende a concentrar-se em localidades mais próximas do mercado consumidor e/ou locais dotados de economias de aglomeração além de outros condicionantes. Entretanto,

[...], a despeito das vantagens obtidas pelas firmas derivadas da concentração das atividades produtivas – tais como os encadeamentos a jusante e a montante, a presença de serviços complementadores e infraestrutura básica (como água, energia e estradas) –, não se deve perder de vista que o processo aglomerativo, ao estimular o crescimento das cidades, pode impor alguns prejuízos à população. [...] as economias de aglomeração, sobretudo as de urbanização, podem declinar com o crescimento das cidades de forma que as deseconomias começam a se destacar (CROCCO [etal], 2007 p.396).

Outrossim, convém também assinalar “[...], que as cidades podem atrair ou repelir atividades econômicas específicas conforme o grau das (des) economias de aglomeração que interessam a tais atividades” (CROCCO [etal], 2007 p.396).

Assim sendo, certas localidades portadoras de vantagens locais combinadas com as economias de aglomeração – fatores que contribuem externamente para a redução de custos de produção das firmas – são atrativas para o surgimento, expansão e diversificação de atividades produtivas (industriais e/ou terciárias) além do que, transformam-se em lugares centrais, os quais, mormente tendem a atrair para si mesmo mais capitais e população em detrimento das localidades mais próximas do seu entorno. De acordo com a interpretação de Oliveira (2021) a respeito da paisagem dos lugares centrais entende-se segundo a figura abaixo que “[...] cada ponto representa um lugar central. Estes pontos se escalonam em nível hierárquico dos menores, os centros M, aos maiores, os centros G, de tal modo a formar uma rede hierárquica entre os centros, dada a capacidade que os centros superiores têm de atrair os inferiores.” Oliveira (2021)

Figura 1: A Paisagem dos lugares Centrais



FONTE: Oliveira (2021)

Os outros aspectos também são determinantes na conformação dos lugares centrais, que, por sua vez, obedecem e/ou definem-se segundo uma ordem hierárquica entre as cidades.

A teoria dos lugares centrais também é definida segundo três princípios pelos quais seria possível estabelecer uma hierarquia entre as cidades: 1) Princípio de Mercado: os bens e serviços são distribuídos em razão dos princípios econômicos da demanda e da oferta; 2) Princípio do Tráfego (ou dos Transportes): os bens e serviços são distribuídos segundo a localização entre os lugares centrais, e se dariam segundo a ótica da menor distância possível, para que seja feito o menor esforço de transporte possível para que tanto o consumidor demande como para o produtor ofertem; e 3) Princípio Administrativo (ou político-administrativo): a distribuição dos serviços tenderia a seguir a lógica político-administrativa (OLIVEIRA, 2021, p.211-212).

Acrescenta-se ainda, que, embora a concentração de indústrias em determinadas localidades seja determinante na formação de polos de crescimento, a atividade terciária (comércio e serviços) é do mesmo modo essencial para desempenhar a função de lugar central.

O setor terciário, para tanto, é o compositor das funções do lugar central, isto é, os diversos tipos de comércio e serviços, desde os públicos até os privados, especializados, pequenos ou grandes, religiosos ou seculares, saúde, educação etc. O lugar central é dado pela relevância de um determinado bem ou serviço ofertado, por conseguinte, organizado segundo as funções desempenhadas, quanto maiores, seriam também sua escala hierárquica (OLIVEIRA; BRITO; MEDEIROS, 2013).

Isto posto, quando nos referimos ao desenvolvimento nas suas diferentes dimensões como a econômica, a social, a tecno-científica informacional, a ambiental, a política etc., bem como nas suas diferentes escalas territoriais, devemos compreendê-lo como um processo de homogeneização do espaço econômico de modo a torná-lo menos desigual.

Contudo, vários motivos contribuem para que o crescimento, assim como o desenvolvimento econômico, especificamente, não se propaguem homogeneamente pelo espaço geográfico, tais como: a localização geográfica; a disponibilidade de recursos/fatores de produção – humanos, materiais, financeiros etc., – proximidade de rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, rede fluvial; proximidade de fornecedores e/ou consumidores, infraestrutura econômica e urbana adequadas, presença de grandes empresas, agências bancárias, serviços técnicos e de consultoria, universidades e institutos de pesquisa entre outros.

Por sua vez, no less important, é oportuno assinalar que outro fator determinante na ocorrência dos desníveis regionais à exceção dos mencionados diz respeito à composição setorial e regional da atividade econômica, mais precisamente o PIB. Supondo que o país Σ Síigma seja composto por cinco grandes regiões geoeconômicas que conformam diferenciada composição de atividades econômicas e diferentes estágios de desenvolvimento, ou ainda “Ra, Rb, RC.... Rs, ... Rn” (ROSSETTI, 1987, p.152)

Dessa forma, o produto nacional da economia resultaria da contribuição de cada região na sua composição, ou seja:

$$Y_o = \sum (y_o R_a + y_o R_b + y_o R_C + \dots y_o R_s + \dots y_o R_n)$$

(ROSSETTI, 1987, p.152)

A participação relativa de cada região no produto total da economia é expressa de acordo com a somatória.

$$\frac{Y_o R_a}{y_o} + \frac{Y_o R_b}{y_o} + \frac{Y_o R_c}{y_o} + \dots + \frac{Y_o R_s}{y_o} + \dots + \frac{Y_o R_n}{y_o} = 1$$

(ROSSETTI, 1987, p.152)

Cabe-nos ressaltar que, cada região, como, individualmente, cada município esboça uma composição econômica ou, divisão social do trabalho diferenciada, podendo assim conformar diferentes arranjos/combinções inter e intra setoriais, a exemplo da indústria com os serviços, ou dos serviços com a agropecuária ou ainda, da articulação de vários subsetores das IT dando origem à formações do tipo Clusters, APL'S, Cadeias Produtivas e outras.

A partir desses argumentos torna-se explícito que o desenvolvimento na sua dimensão econômica depende de um amplo conjunto de fatores para a sua concretização, mesmo porque, trata-se de um fenômeno social dinâmico articulado com várias dimensões como a econômica – quer seja no âmbito macro como no microeconômico – a política, a social, a tecno-científica-informacional, a ambiental, a institucional, a financeira e a humana.

Sob a ótica econômica o desenvolvimento mantém estreita relação com o ritmo e a destinação do excedente econômico, do dinamismo e da capacidade inovadora dos empresários. A respeito do excedente econômico Baran (1984) explicara que o mesmo apresentava-se sob quatro formas:

[...], a primeira das quais é o consumo supérfluo da sociedade (predominantemente por parte dos grupos de mais alta renda [...]); a segunda é a produção que deixa de ser realizada face à existência de trabalhadores improdutivos; a terceira é a produção que se perde em virtude da organização irracional, e propensa ao desperdício, do aparelho produtivo existente; a quarta é a produção que não se obtém devido à existência de desemprego

originado, fundamentalmente, pela anarquia da produção capitalista e pela deficiência da procura efetiva (BARAN, 1984, p. 52).

Ademais, a efetivação do desenvolvimento condiciona-se a um amplo e complexo elenco de fatores tais como: a qualificação dos recursos humanos; a disponibilidade e a qualidade da infraestrutura econômica de apoio (IEA), social (IES) e urbana; do sistema de transportes e de comunicação; da oferta e da qualidade dos serviços públicos de educação, saúde, segurança pública etc. Acrescenta-se também o importante protagonismo exercido pela sociedade civil – conselhos municipais, sindicatos patronais e de trabalhadores, ONGs, OSCIPs, Associações Comerciais, Industriais e Agropecuária etc. - Cooperativas de Crédito e Bancos públicos e privados, Universidades, Administração Pública, principalmente a harmonia e o equilíbrio entre os Três Poderes.

Por outro lado, considerando sua dependência com o governo central, a condução das Políticas Públicas, sobressaindo a Política Econômica, via – de – regra impacta positiva ou negativamente o desempenho das economias locais, haja vista que os principais instrumentos de ação econômica como tributos, juros e câmbio estão sob o comando do governo central.

Resumidamente, o desenvolvimento local é um processo de crescimento econômico acrescido de mudanças e melhorias quanti-qualitativas nas suas diferentes dimensões proporcionando um padrão de vida mais equilibrado e justo para a sociedade.

Examinando a questão do desenvolvimento sob a perspectiva dos enfoques territoriais Debuyst (2009) destaca duas divergentes interpretações do desenvolvimento.

Una primera lectura responde al punto de vista de la globalización económica, es una visión realista desde arriba, funcional con la sociedad de mercado (crecimiento, apertura, competitividad, y resultados óptimos, performance). El desarrollo local debe responder a las necesidades del sistema global y a los intereses dominantes: hay elección selectiva de los lugares. Una segunda lectura sigue la lógica de los valores de uso, tratando de responder a la satisfacción de las necesidades básicas y a la calidad de vida para todos, incluyendo los aspectos políticos, ambientales y sociales. La economía se inserta en lo social y en los valores ciudadanos (DEBUYST, 2009, p.22).

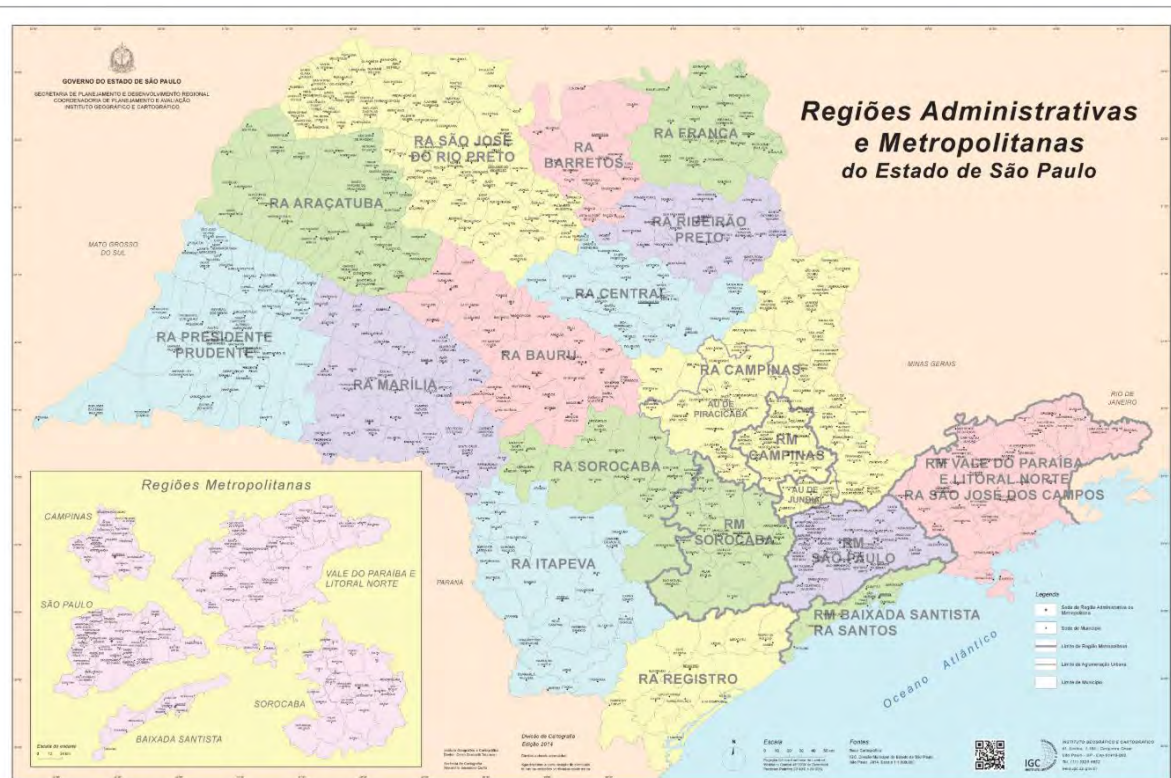
Diante dessa exposição fica explícita as articulações do local com o global, do mercado/competitividade com a satisfação das necessidades humanas básicas e do crescimento econômico com as questões de natureza política, social e ambiental, as quais, por sua parte, podem desencadear situações de simetria ou assimetria e, de equilíbrio ou desequilíbrio.

3.1. Indicadores Regionais

As Regiões Administrativas de Araçatuba e de Franca localizam-se respectivamente ao Leste e ao Norte do estado de São Paulo, sendo que a primeira é formada por 42 municípios e a segunda por 23 municípios. No período compreendido por duas décadas (2000 a 2020) ambas regiões registraram taxas anuais médias de crescimento demográfico de 0,9% a.a. (2000-2010) e de 0,5% a.a. (2010-2020), embora no ano de 2020 a população total da RA de Araçatuba tenha alcançado 774.301 habitantes e a RA de Franca 740.710 habitantes, o que responde em porcentagem por uma diferença de 4,5% indicando portanto apreciável simetria demográfica entre ambas. Todavia, deve-se considerar que a composição das mesmas, i.é., a quantidade de municípios que as integram é bem dessemelhante.

Sob o aspecto geográfico limítrofe, a RA de Araçatuba faz divisa ao leste com o estado do Mato Grosso do Sul, enquanto a RA de Franca faz ao Norte-Nordeste divisa com o estado de Minas Gerais, conforme nos mostra o Sistema de Coordenação Geográficas Datum SIRGAS.

Figura 2: Estado de São Paulo segundo as Regiões Administrativas



FONTE: Instituto Geográfico e Cartográfico, 2014.

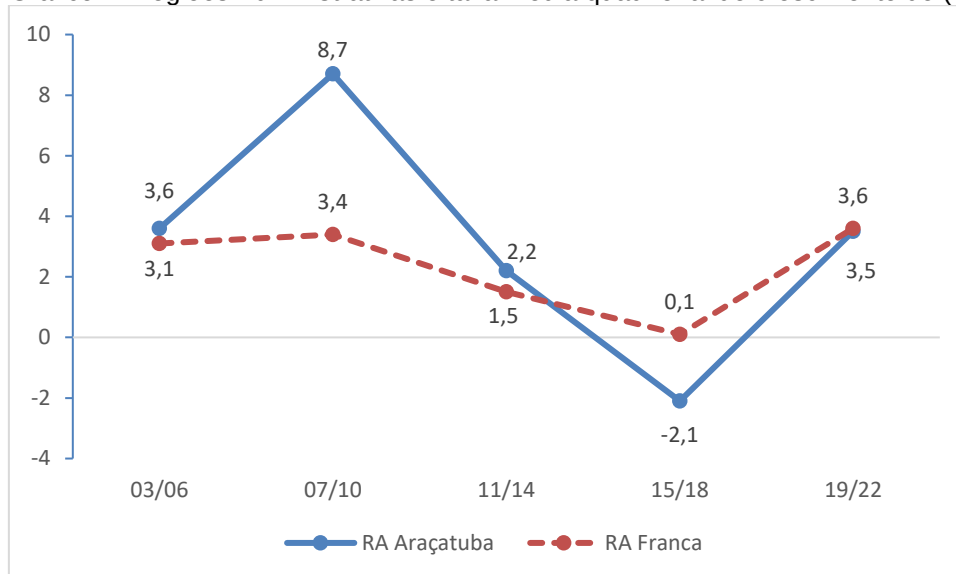
Na economia, no ano de 2018 em comparação ao ano de 2002, no que diz respeito às taxas de crescimento médio anual do Valor Adicionado apurou-se os seguintes percentuais: a) na RA de Araçatuba 9,2% o VA total; 7,6% na indústria; 5,1% para a agropecuária e 10,4% no setor de serviços; e b) na RA de Franca 9,1% para o VA total; 8,3% correspondente à indústria; 4,9% a agropecuária e, o terciário alcançou 10,3%.

Outro indicador econômico importante que afere o desempenho da economia – seja ela de abrangência global, nacional, regional, local etc. – relaciona-se ao Produto Interno Bruto (PIB) expresso em valores correntes ou através da sua taxa de crescimento.

A primeira geração de indicadores adota o Produto Interno Bruto (PIB) como melhor e, muitas vezes, o único indicador a ser utilizado, que traduz o crescimento econômico de um município, região ou país. Coerente com a abordagem neoclássica do desenvolvimento, mensura o crescimento econômico é o mais relevante, porque o desempenho das demais dimensões tenderia a ser consistente com o comportamento dessa variável. Afinal, nessa concepção, os melhores indicadores de saúde ou de educação seriam decorrência de maiores investimentos nessas áreas, o que, por sua vez, ocorreria com a maior disponibilidade de recursos para isso, algo que só se consegue com mais crescimento (COSTA; FAVARETO, 2023, p.10).

Ademais, a desenvoltura das economias em geral depende da sua estrutura produtiva, do dinamismo dos atores corporativos, da condução da política econômica pelos policy makers de modo a corrigir as flutuações de curto prazo caracterizadas pelos movimentos de expansão e de contração da economia.

Gráfico 1: Regiões Administrativas e taxa média quadrienal de crescimento do (%) - 2003 a 2022



FONTE: SEADE, Elaborado pelos autores

Durante o período examinado (2003 a 2022), a economia brasileira passou por alguns infortúnios a exemplo da crise econômica deflagrada pelos títulos suprimidos nos EUA em 2008, posteriormente enfrentou uma grave recessão interna provocada por um profundo ajuste fiscal e na sequência sofreu severo impacto oriundo da pandemia deflagrada pelo COVID-19.

Por sua vez, o PIB (a preço corrente) da RA de Franca aumentou de R\$ 6,9 em 2003 para R\$ 36,4 bilhões em 2022 e o seu PIB per capita de R\$ 9.293 alcançou R\$ 42.651, enquanto na RA de Araçatuba o PIB de R\$ 6,5 atingiu R\$ 34,6 bilhões e o produto por habitante cresceu de R\$ 9,446 para R\$ 43.968.

Sob a ótica da composição setorial do Valor Adicionado dos três grandes setores da economia encontramos poucas dissimilaridades entre as áreas em tela.

Tabela 1: Distribuição do Valor Adicionado nas RA de Franca e de Araçatuba (em%): 2002 e 2018

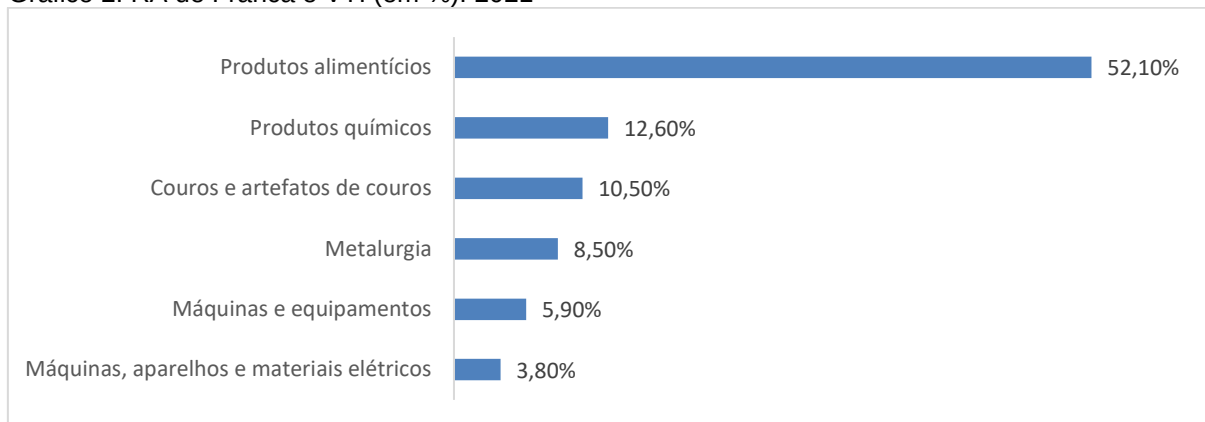
Região VA	RA Araçatuba		RA Franca	
	2002	2018	2002	2018
AGROP.	15,4	8,4	16,3	8,8
INDUST.	24,3	19,4	27,4	24,2
SERVIÇOS	60,2	72,2	56,3	66,9

FONTE: SEADE, Elaborada pelos autores

Em síntese, as duas regiões vistas sob a composição do VA como porcentagem do RA total configuram um híbrido entre a indústria e os serviços destacando a proeminência do terciário.

Em respeito ao grande setor de atividade econômica da IT destacamos os mais expressivos na composição do Valor da Transformação Industrial (VTI) nas regiões já mencionadas.

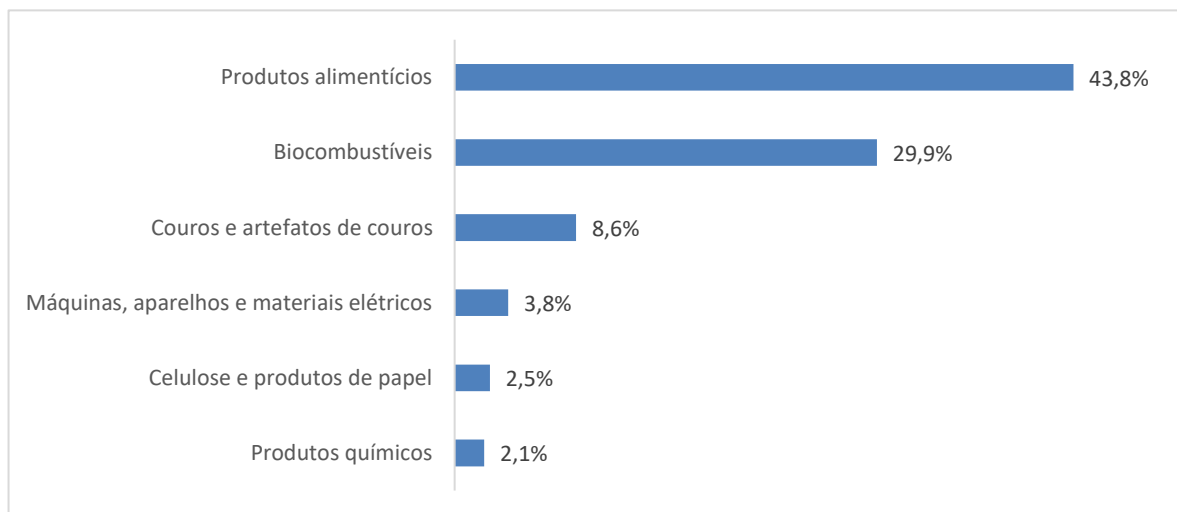
Gráfico 2: RA de Franca e VTI (em %): 2021



FONTE: SEADE Indústria

Na supra mencionada RA os setores em destaque respondiam no ano de 2021 por 93,4% do VTI total sendo que desse valor 62,6% (produtos alimentícios e couros e artefatos de couro) eram provenientes de gêneros de baixa tecnologia; 22,3% (produtos químicos, máquinas e equipamentos e máquinas, aparelhos e materiais elétricos) era a participação das indústrias de média-alta tecnologia, enquanto apenas 8,5% (metalurgia) correspondia a contribuição da indústria de média-baixa tecnologia.

Gráfico 3: RA de Araçatuba e distribuição do VTI por setor (em %): 2021



FONTE: SEADE Indústria

Os seis setores mais representativos na formação do VTI na RA de Araçatuba equivalem a 90,7% do total, sendo que dos setores elencados 03 (produtos alimentícios, couros e artefatos de couro e celulose e produtos de papel) respondendo por 54,9% eram de baixa tecnologia; 01 subsetor (biocombustíveis) de média-baixa tecnologia representava 29,9% do VTI e, 02 gêneros indústrias (produtos químicos e máquinas aparelhos e materiais elétricos) de média-alta tecnologia atingiram 5,9% do total do VTI.

Examinando o setor externo das duas regiões, designadamente as suas respectivas exportações, verifica-se que a taxa média anual de crescimento entre 2003 a 2019 da RA de Araçatuba foi de 7,9% a.a. haja vista ter aumentado de US\$ 222,4 (FOB) para US\$ 750,5 milhões, conquanto a RA de Franca alcançou taxa média anual de 5,1% a.a. e em valores de US\$ 273,6 (FOB) atingiu US\$ 608,7 milhões segundo a Fundação SEADE.

Quanto à composição das exportações das regiões em análise avultamos apenas os dez principais produtos destinados ao comércio exterior.

Quadro 1: Principais produtos exportados pela RA de Franca- 2023

Açúcares e produtos de confeitaria \$692.560.428
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais \$185.572.550
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres \$116.956.839
Café, chá, mate e especiarias \$109.929.332
Calçados, polainas e artefatos semelhantes; suas partes \$70.826.919
Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras \$35.557.018
Peles, exceto as peles com pelo, e couros \$18.547.405
Animais vivos \$13.807.033
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes \$13.362.340
Matérias albuminóides; produtos à base de amidos ou de féculas modificados; colas; enzimas \$11.269.847

FONTE: SEADE, Adaptada pelos autores.

No ano de 2023, as exportações totais do acima citado RA alcançaram a cifra de US\$ 1.326 bilhões (FOB) o que representava 1,8% do total das exportações do estado paulista, as quais, por seu turno concentravam-se em produtos oriundos da agropecuária e dos produtos industrializados de baixa densidade tecnológica.

Quadro 2: Principais produtos exportados pela RA de Araçatuba - 2023.

Açúcares e produtos de confeitaria \$558.312.778
Carnes e miudezas, comestíveis \$300.306.991
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres \$187.519.951
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos \$51.631.744
Produtos químicos orgânicos \$31.504.581
Peles, exceto as peles com pelo, e couros \$30.108.970
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução \$29.728.118
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais \$17.057.054
Calçados, polainas e artefatos semelhantes; suas partes \$16.431.091
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal, não especificado \$16.112.711

FONTE: SEADE, Adaptada pelos autores.

O valor das exportações da RA de Araçatuba no ano de 2023 atingiu US\$ 1.304 bilhões (FOB) cuja participação nas exportações totais do estado era de 1,7%, cuja pauta não difere tanto (salvo as exceções) da RA de Franca.

Em virtude das tensões provocadas pelo governo norte-americano na área de comércio internacional, no início de 2025 através da proposição de aumentar as tarifas de importação de vários países a exemplo da China, Canadá, México, Brasil, Europa etc., entendemos ser relevante destacar o destino das exportações de ambas as regiões.

Tabela 2: RA segundo o destino das exportações (US\$/FOB): 2023

RA de Franca		RA de Araçatuba	
Índia	\$132.574.409	China	\$332.057.893
Indonésia	\$108.151.230	Canadá	\$127.698.508
China	\$99.713.834	Estados Unidos	\$95.571.963
Estados Unidos	\$94.673.213	Coreia do Sul	\$92.998.733
Marrocos	\$76.599.590	Países Baixos (Holanda)	\$76.599.756
Países Baixos (Holanda)	\$65.842.306	Índia	\$66.860.234
Tailândia	\$60.054.178	Reino Unido	\$49.058.033
Bangladesh	\$52.776.398	Marrocos	\$48.146.281
Coreia do Sul	\$51.895.097	Arábia Saudita	\$32.032.278
Arábia Saudita	\$51.165.915	Nigéria	\$32.025.623
Nigéria	\$41.290.749	Argélia	\$31.438.901
Itália	\$34.049.497	Hong Kong	\$21.813.012
Emirados Árabes Unidos	\$31.482.237	México	\$20.942.119
Colômbia	\$28.775.675	Filipinas	\$18.784.764
Egito	\$23.722.328	Japão	\$18.118.054

FONTE: SEADE, Adaptada pelos autores.

Enquanto os sete primeiros e maiores importadores da RA de Franca respondiam por aproximadamente 48% do valor total das suas exportações no ano de 2023, na RA de Araçatuba respondiam por 64%, denotando assim maior concentração. Embora indisponíveis em detalhes no nível territorial das RA, consideramos oportuno incluir no que tange ao comércio exterior informações da UF de São Paulo e dos municípios de Franca e de Araçatuba relacionadas às variações do valor (US\$ FOB) e da quantidade (Quilograma Líquido) exportada no ano de 2024 em comparação ao ano de 2019. Assim sendo, em relação à São Paulo apurou-se: a) variação de 46,8% em US\$ FOB e 35,5% em volume (Kg líquido); b) para o município de Franca 108,4% e 296,9%; c) 56,9% em US\$ FOB e 71,8% em volume em Araçatuba.

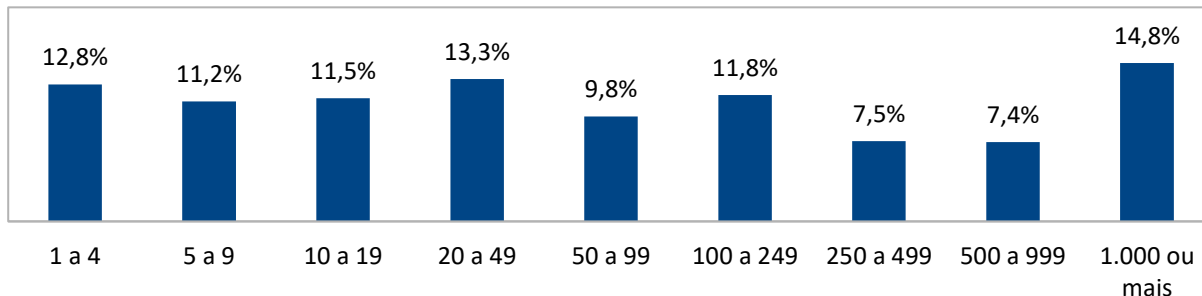
Em relação ao mercado de trabalho ambas as RA registraram quantidades muito próximas do total de empregos formais, posto que, na RA de Araçatuba aumentou de 121.960 em 2002 para 177.112 em 2019, na RA de Franca de 115.647 alcançou 178.549, reciprocamente o que significou no intervalo temporal uma taxa média anual de crescimento de 2,22% a.a. e de 2,59% a.a.

Em referência à distribuição do emprego formal por divisão da CNAE, selecionamos as dez atividades que em 2021 respondiam por quase 70% do total, sendo que na RA de Franca sobressaíram as atividades de comércio varejista (19,5%); fabricação de produtos alimentícios (10,3%); administração pública (9,7%); preparação de couros e fabricação de calçados (8,5%); agricultura, pecuária e serviços relacionados (6,1%); atenção à saúde (4,6%); educação (4,1%); comércio por atacado (2,4%); transporte terrestre (2,3%) e comércio reparação de veículos (2,2%). Já na RA de Araçatuba, não na mesma ordem destacaram-se o comércio varejista (17,8); administração pública (13,8%); fabricação de produtos alimentícios (8,1%); atenção à saúde (6,3%); prepar. de couros e fabr. de calçados (5,5%); agric., pecuária e serv. relacionados (4,9%); educação (3,7%); fabricação de coque, de produtos do petróleo e biocombustíveis (3,6%); comércio e reparação de veículos (2,6%) e transporte terrestre (2,3%). Diante disso, constata-se uma distribuição formal do emprego por divisão da CNAE praticamente idêntica nas duas regiões administrativas, além do que, ténue diferença fora registrada em relação ao Salário médio nominal, pois na RA de Araçatuba contabilizou-se valor de R\$ 2.725 e na de Franca R\$ 2.686 também em 2021.

Da mesma forma, verificamos débil diferença entre ambas territorialidades no que concerne à distribuição do emprego formal segundo o tamanho de unidade local e do salário médio por grau de escolaridade.

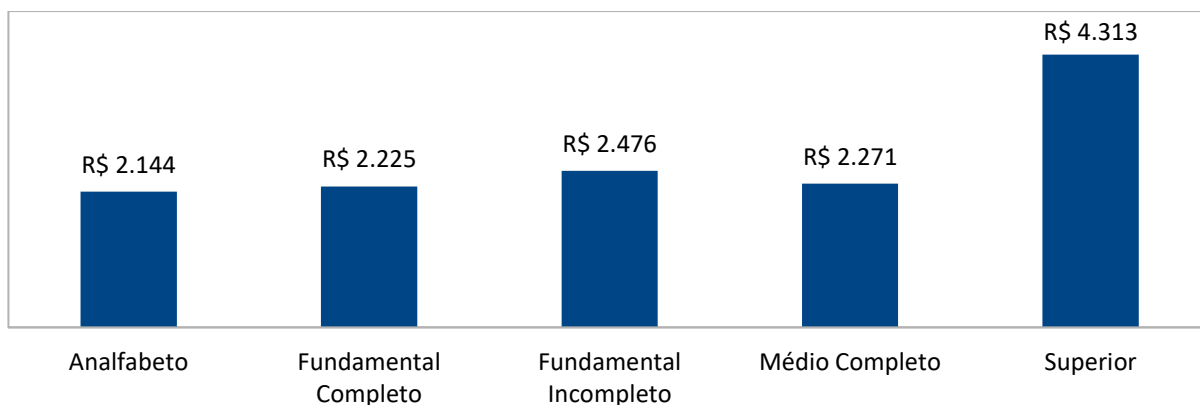
Na RA de Franca ambas as variáveis apresentaram a seguinte distribuição:

Gráfico 4: RA de Franca e emprego/classe de tamanho de unidade local – 2021.



Fonte: Fundação Seade. Ministério do Trabalho e Previdência. *Em valores correntes de 2021.

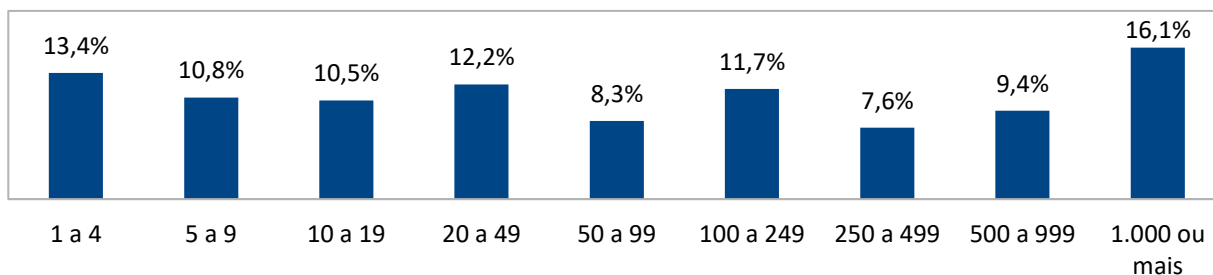
Gráfico 5: RA de Franca e salário médio/escolaridade – 2021



FONTE: SEADE

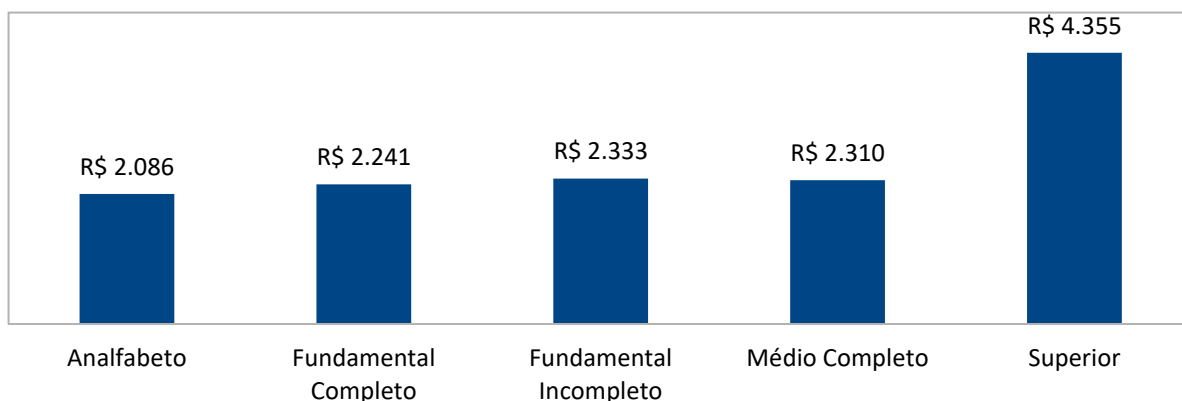
Enquanto não tão diferente a RA de Araçatuba configurava a seguinte composição:

Gráfico 6: RA de Araçatuba e emprego/classe de tamanho de unidades local – 2021



Fonte: Fundação Seade. Ministério do Trabalho e Previdência. *Em valores correntes de 2021.

Gráfico 7: RA de Araçatuba e salário/escolaridade – 2021



FONTE: SEADE

Constatou-se também, que nas RA em tela houve aumento dos vínculos ativos formais portadores de grau de escolaridade com ensino médio e superior completos no ano de 2021 comparativamente ao ano de 2010.

Tabela 3: RA de Franca e de Araçatuba e vínculos ativos formais com ensino médio e superior completos - 2010 e 2021

ESCOLARID. RA	MÉDIO COMPLETO		SUPERIOR COMPLETO	
	2010	2021	2010	2021
Franca	64.286	101.441	19.401	29.213
Araçatuba	69.625	98.915	21.268	30.501

FONTE: RAIS/MTE, Elaborada pelos autores

Independente do grau de escolaridade, do total de vínculos ativos formais correspondentes às faixas de remuneração de 1,01 até 4,0 salários mínimos verificamos: a) na RA de Franca os vínculos ativos como porcentagem do total diminuíram de 85,2% no ano de 2010 para 82,6% em 2021, ao passo que na RA de Araçatuba passaram de 85,5% para 86,2% (RAIS/MTE).

Na sequência sumariamente procuramos examinar a dimensão da Educação através de alguns indicadores pertinentes aos cursos de nível superior nas instituições públicas e privadas, nas modalidades presencial e à distância (EAD) nos anos de 2019 a 2023.

Tabela 4: RA de Franca e matrículas por cursos superiores presenciais: 2019 e 2023

Cursos/Matrículas	2019	2023
Direito	3.924	3.617
Administração	1.002	654
Medicina	909	1.042
Psicologia	849	985
Fisioterapia	836	566
Med. Veterinária	831	757
Eng. Civil	751	305
Pedagogia	694	341
Enfermagem	660	839
Sist. Informação	635	727
Odontologia	619	755
Agronomia	615	760
Total	20.075	17.117

Fonte: SEADE PAINEL, Elaborada pelos autores

Na direção oposta à redução das matrículas em cursos superiores presenciais de 14,7% apurou-se expansão de 83,6% das matrículas na modalidade EAD.

Tabela 5: RA de Franca e matrículas em cursos superiores EAD: 2019 e 2023

Cursos/Matrículas	2019	2023
Pedagogia	2.608	2.874
Administração	678	1.478
Contabilidade	482	760
Gestão de Pessoas	385	656
Ed.Física	372	577
Serv.Social	246	306
Eng.de Produção	231	354
Sist. Informação	218	682
Filosofia form.de prof.	173	139
Ed.Física form.	160	191
Marketing	154	319
Eng. Cível	140	186
Total	8.753	16.075

Fonte: SEADE PAINEL, Elaborada pelos autores

Na modalidade presencial no ano de 2023 despontaram, além daqueles mencionados anteriormente, os cursos de Gestão de Pessoas e de Relações Internacionais, enquanto na modalidade EAD à exceção dos demais também assinalados registraram-se matrículas nos cursos de enfermagem e Biomedicina.

A seguir destacamos para ambas as modalidades a composição dos principais cursos superiores na RA de Araçatuba.

Tabela 6: RA de Araçatuba e matrículas em cursos superiores presenciais: 2019 e 2023

Cursos/Matrículas	2019	2023
Direito	3.440	2.099
Pedagogia	1.471	375
Eng.Civil	1.372	601
Administração	1.082	427
Psicologia	1.019	1.196
Eng.Mecânica	1.004	621
Med.Veterinária	993	1.020
Agronomia	883	792
Eng.Elétrica	745	540
Arquit.Urbanismo	623	214
Contabilidade	623	316
Fisioterapia	604	394
Total	20.665	14.531

Fonte: SEADE PAINEL, Elaborada pelos autores.

Do mesmo modo que na RA de Franca, também contabilizou-se redução bem maior de quase 30% das matrículas nos cursos presenciais na RA de Araçatuba, embora registrou-se alavancagem dos cursos de Medicina, Enfermagem, Odontologia e Biomedicina.

Tabela 7: RA de Araçatuba e matrículas em cursos superiores EAD: 2019 e 2023

Cursos/Matrículas	2019	2023
Pedagogia	2.091	2.688
Administração	889	1.413
Contabilidade	282	594
Gestão de Pessoas	226	428
Eng.de Produção	218	386
Serviço Social	200	299
Educação Física	181	602
Gestão de Negócios	153	289
Gestão Pública	132	133
Enfermagem	102	422
Sist.de Inform.	90	520
Matemática form.	88	198
Total	6.263	14.664

FONTE: SEADE PAINEL, Elaborada pelos autores.

Comparativamente ano de 2019, as matrículas em cursos superiores na modalidade EAD na supramencionada RA cresceram pouco acima de 134% no ano de 2023 incluindo além dos acima aludidos os cursos de Logísticas e Marketing entre os mais destacados.

Após termos verificado nas RA em tela a quantidade de matrículas em cursos superiores presenciais e à distância (EAD), destacamos a seguir a quantidade de matrículas nas principais Instituições de Educação Superior (IES) públicas e privadas.

Tabela 8: RA de Franca e matrículas nas IES nos cursos presenciais: 2019 e 2023

IES/MATRÍCULAS	2019	2023
UNIFRAN	9.837	8.192
UNESP	2.015	1.935
Uni-FACEF	1.804	1.478
CLARETIANO	1.486	877
Fac.Direito de Franca	1.434	1.314
Fac. Dr. Francisco Maeda	1.333	1.062
Fac. Tecnol. Dr. Tomaz Novelino	955	1.471
Fac. FCI de Ituverava	699	256
FACESB	174	141
Fac. Anhanguera Franca	134	243
Fac. Ciênc. Jurídicas Franca	83	-
Fac. S.Joaquim da Barra	62	-
Fac. AETOS	59	26
Total	20.075	16.995

Fonte: SEADE PAINEL, Elaborada pelos autores

Tabela 9: RA de Franca e matrículas nas principais IES nos cursos EAD: 2019 e 2023

IES/MATRÍCULAS	2019	2023
UNIFRAN FRANCA	2.567	2.341
CLARETIANO/BATATAIS	1.070	756
FAC.ANHANGUERA/FRANCA	799	2.543
CESUMAR/FRANCA	506	1.447
UNIFRAN/ORLANDIA	333	-
UNIV.PAULISTA/ITUVERAVA	324	-
UNIV.DE UBERABA/FRANCA	311	321
UNIV.PAULISTA/S.J.BARRA	253	292
FUND.UNIV.VIRTUAL E.S.P./FRANCA	213	441
CENTRO UNIV.LEONARDO DA VINCI	-	313
UNIV.PAULISTA/FRANCA	167	555
UNIFRAN/BATATAIS	133	-
CESUMAR/BATATAIS	130	448
UNIV.ANHENBI MORUMBI	-	352
CENTRO UNIV. ESTACIO RIB.PRETO	-	321
Total	8.753	16.075

Fonte: Seade Painel, Elaborada pelos autores

Cabe-nos incluir também no rol das instituições mencionadas nos cursos EAD a Universidade Cruzeiro do Sul localizada no município de Morro Agudo. Em respeito à cidade de Franca é oportuno registrar que além de manter a condição de um dos mais importantes polos produtor de calçados masculinos de couro e outros artefatos de couro a mesma vem despontando mais recentemente também como centro regional devido a expansão dos setores comercial e de serviços, notadamente na área de saúde.

Tabela 10: RA de Araçatuba e matrículas nas principais IES nos cursos presenciais: 2019 e 2023

IES/MATRÍCULAS	2019	2023
CENTRO UNI.TOLEDO WYDEN	5.283	1.714
C.UNIV.CATÓLICO SALESIANO	4.323	4.481
UNESP ILHA SOLTEIRA	2.428	2.282
UNIV.PAULISTA	2.277	1.216
FFCL DE PENAPOLIS	872	1.004
UNESP ARAÇATUBA	861	953
INST.FED.EDC.C&T DE SÃO PAULO	457	492
FAC.C&T DE BIRIGUI	422	210
FACULDAE DE BIRIGUI	385	-
FAC.DE TECNOLOGIA DE ARAÇATUBA	330	201
FAC.INTEGRADAS STELLA MÁRIS	316	313
FAC.INTEGRADAS UBURUPUNGÁ	755	292
FAC.INTEGRADAS RUI BARBOSA	673	613
FAC.FUND.EDUCACION.ARAÇATUBA	579	507
Total	20.665	14.531

Fonte: Seade Painel, elaborada pelos autores

Na modalidade presencial a redução da quantidade de matrículas de 2019 para 2023 foi maior na RA de Araçatuba frente a RA de Franca, enquanto na outra modalidade (EAD) ocorreu o inverso.

Tabela 11: RA de Araçatuba e matrículas nas principais IES nos cursos EAD: 2019 e 2023

IES/MATRÍCULAS	2019	2023
UNIV.PITAGORAS ANHANGUERA ARAÇ.	651	1.151
CENTRO UNIV.PLANALTO ARAÇATUBA	586	409
UNIV.PITAGORAS PENAPOLIS	430	534
UNIV.PAULISTA ARAÇATUBA	339	938
UNIV.ANHANGUERA PIACATU	357	-
UNIV.CESUMAR ARAÇATUBA	268	1.278
UNIV.PAULISTA BIRIGUI	267	-
UNIV.ANHANGUERA ARAÇATUBA	246	-
UNIV.ANHANGUERA VALPARAÍSO	220	-
UNIV. CESUMAR ANDRADINA	204	816
CENTRO UNIV.CLARETIANO ARAÇATUBA	203	-
UNIV.PAULISTA PENAPOLIS	162	-
UNIV.CESUMAR BIRIGUI	140	962
Total	6.263	14.664

Fonte: Seade Painel, elaborada pelos autores

Além dessas instituições, no ano de 2023 foram incluídos o Centro Univ. Leonardo da Vinci (Birigui); Centro Univ. Toledo Wyden (Araçatuba) como ainda, Centro Univ. Planalto/UNIPLAN, Fund.Univ.Virtual do ESP; Cesumar Penápolis e em Guararapes e também em Araçatuba o Centro Univers. Estádio de Ribeirão Preto.

Transitando da área da Educação Superior examinamos na sequência alguns indicadores relacionados às dimensões demográfica e social, ressaltando que não preocupamo-nos com a cronologia dos registros. À vista disso, indicamos em referência aos anos de 1980/1990/2019 às prováveis alterações que possam ter ocorrido com a quantidade dos óbitos gerais, taxas de mortalidade geral, infantil e de natalidade.

Tabela 12: RA de Franca e de Araçatuba e óbitos gerais, taxas de mortalidade e de natalidade – 1980-1990-2019

REGIÕES VARIÁVEIS	RA de Franca			RA de Araçatuba		
	1980	1990	2019	1980	1990	2019
Óbitos Ger.	2.728	3.176	5.380	3.201	3.784	6.267
Tx.Mort.Ger.	6,6	6,0	7,2	6,1	6,2	8,0
Tx. Mort. Inf.	35,8	21,8	8,3	39,9	23,8	11,6
Tx. de Natal	26,5	21,6	12,4	24,8	18,4	11,3

FONTE: SEADE, Elaborada pelos autores

À exceção do crescimento registrado da quantidade de óbitos gerais como também da taxa de mortalidade geral, as duas demais taxas comportaram-se de forma continuamente decrescente em respeito aos valores médios adjuntos, denotando portanto, o ocultamento de prováveis desvios individuais.

Na dimensão social optamos por retratar apenas a quantidade de famílias em situação de pobreza – com renda per capita mensal de R\$ 218,00 – e aquelas contempladas pelo Programa Bolsa Família (PBF).

Tabela 13: RA de Franca e RA de Araçatuba e famílias em situação de pobreza e famílias beneficiadas do PBF – Nov/2019 e Nov/2024.

Regiões Variáveis	RA de Franca		RA de Araçatuba	
	Nov/2019	Nov/2024	Nov/2019	Nov/2024
Fam. Sit. pobreza	15.071	28.690	14.535	31.939
Fam. benef. PBF	20.390	35.311	20.696	39.351

FONTE: SEADE/MDAS, Elaborada pelos autores.

Em nov/2024, comparativamente a nov/2019, nota-se que nas duas regiões a quantidade de famílias em situação de pobreza como também beneficiárias do PBF aumentou consideravelmente, o que em certa medida deva ter sido provocado por um evento interno e outro de abrangência global. No primeiro caso, concomitante ao impeachment de Dilma Rousseff seu sucessor adotou um conjunto de medidas fiscais restritivas que provocaram grave retração (2015-2016) da atividade econômica i.é., recessão. Em seguida, a economia e a sociedade global foram severamente atingidas por uma pandemia disseminada pelo vírus do COVID-19. Diante disso, não muito diferente ambas as supra mencionadas RA também sofreram independente da intensidade os mesmos revêses.

Outra compleição que denota similaridade entre as duas RA está relacionada a classificação que alcançaram entre 2014-2018 no Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) elaborado pela Fundação SEADE, haja vista que na dimensão Riqueza, ambas alcançaram em 2018 índice de 38 pontos ou Baixa Riqueza, na dimensão longevidade a RA de Araçatuba alcançou índice 71 (média) enquanto a de Franca com índice 73 enquadrara-se na categoria alta, inversamente, na dimensão escolaridade a primeira obteve índice 61 ou de categoria alta e a segunda com 58 pontos ficou na categoria média.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade em suas várias dimensões e escalas territoriais é um traço marcante do desenvolvimento inter e intrarregional brasileiro, em certos casos/particularidades podemos encontrar algumas similitudes, ainda que sejam parciais. Ocorreu que a população, os recursos (naturais, financeiros, técnicos, infraestruturais etc.), a atividade produtiva em geral, as atividades de educação, C&T e P&D, etc., estão espalhados desigualmente pela espaço geográfico. Além disso, nas diferentes abrangências territoriais deve-se considerar o processo de formação histórica, a organização social e política, o arranjo institucional, a capacidade de resiliência ou de resistência e de inovação dos atores que atuam nos setores público e privado e da atuação da sociedade civil, dos conselhos municipais como fatores determinantes no processo de desenvolvimento. Enfim, a priori, sem maior detalhamento e profundidade pudemos certificar que as duas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, entre as suas paridades e dessemelhanças, apresentaram indicadores socioeconômicos relativamente satisfatórios recomendando assim, estudos mais aprofundados.

REFERÊNCIAS

BARAN, Paul Alexander. A Economia Política do Desenvolvimento tradução de S. Ferreira da Cunha. - São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Os economistas).

BASSAN, Dilani S; SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolver Buscando a Redução das Desigualdades. In: Desenvolvimento Regional: abordagens inter disciplinares. Dinizar F. Becker (In Memoriam) e Milton Luiz Wittmann (orgs.). - Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2003.

CORREA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. - 8.ed. - São Paulo: Ática, 2007.

CROCCO, Marco Aurélio; GALINARI, Rangel; LEMOS; Mauro Borges; BASQUES, Maria F. Diamante. O Efeito das Economias de Aglomeração Sobre os Salários Industriais: Uma Aplicação ao Caso.

Brasileiro. - Rio de Janeiro/RJ: R. Economia contemp. v.11, n.3, set./dez. 2007.
<https://www.scielo.br/j/rec/a/bJBZVTBDdcrGRQ4PP9wsHBH/>

DEBUYST, Frédéric. Logicas y sentidos de los enfoques territoriales - Santiago: Polis, Revista de la Universidad Bolivariana, Volumen 8, N° 22, 2009.
<https://doi.org/10.32735/SO718-6568/2009-N22-619>

IGC Instituto Geográfico e Cartográfico -
http://geoportal.igc.sp.gov.br/produtos/arquivos/IGC_Regioes_Administrativas_e_Metropolitanas_2014.jpg acessado em 01/07/2025.

OLIVEIRA, Nilton Marques Revisitando Algumas Teorias do Desenvolvimento Regional. - Santa Cruz do Sul/RS: Informe GEPEC, Toledo, v.25, n.1, jan./jun.2021
<https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/25561>

PDET - Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho - MTE (Ministério do Trabalho e do Emprego/RAIS.
<https://www.gov.br>

ROSSETTI, José Paschoal. Política e Programação Econômicas. - 7.ed. - São Paulo: Atlas, 1987.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados: Seade Municípios
<https://municipios.seade.gov.br>

RETÓRICA, EMOÇÃO E DEMOCRACIA: UMA LEITURA ARISTOTÉLICA DE APOCALIPSE NOS TRÓPICOS

RHETORIC, EMOTION, AND DEMOCRACY: AN ARISTOTELIAN READING OF APOCALYPSE IN THE TROPICS

Área temática: Paz, Justiça e Instituições Eficazes

OLIVEIRA, Gláucia Martins de
UNIFRAN – Universidade de Franca

Possui graduação em Pedagogia pelo Claretiano Centro Universitário(2015), graduação em Geografia pelo Claretiano Centro Universitário(2022), especialização em PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL pela Faculdade de Educação São Luís(2018), especialização em PSICOPEDAGOGIA CLINICA pela FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE(2023) e especialização em ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR pela Faculdade de Educação São Luís(2020). Atualmente é Diretora de Escola da Prefeitura Municipal de Franca. Tem experiência na área de Educação. Mestranda em Linguística pela UNIFRAN.

CABRAL, Elis Cristina
UNIFRAN – Universidade de Franca

Possui graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário Herminio Ometto de Araras (2008) e Pós Graduação em Neuropsicologia e Gestão Escolar pela Universidade UNINA. Atuou como Diretora de Escola de 2017 a 2023. Atualmente leciona na Escola Municipal de Educação Básica Maria Antônia Stevanato Reis como professora no período da manhã. Tem experiência na área de Educação, com Gestão Escolar, Gestão de sala de aula e formação de professores em âmbito tecnológico e pedagógico. Educação. Mestranda em Linguística pela UNIFRAN.

OLIVEIRA, Cláudia de Fátima
UNIFRAN – Universidade de Franca

Graduação em Letras-Habilitação em Português e Inglês pela Universidade de Franca e bacharelado em Direito pela Faculdade de Direito de Franca. Especialização em Direito do Trabalho, pela Universidade de Franca. Mestrado em Linguística pela Universidade de Franca. Doutorado em Linguística pela Universidade de Franca. Trabalha com correção de textos acadêmicos e empresariais e redações em larga escala (bancas de exames vestibulares e concursos públicos). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Texto e do Discurso. Áreas de atuação e conhecimento: Linguística do Texto, Estudos Bakhtinianos, Análise do Discurso, Retórica, Direito.

Resumo

O presente artigo propõe-se a analisar recortes selecionados do documentário Apocalipse nos Trópicos, dirigido por Petra Costa e Alessandra Orofino, à luz da teoria aristotélica da mobilização do *pathos*. A análise fundamenta-se nos estudos de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, em Tratado da Argumentação: A Nova Retórica, tomando o *pathos* como característica discursiva predominante nos discursos do pastor Silas Malafaia e da narradora do documentário. Em ambos os casos, observam-se estratégias persuasivas capazes de influenciar o auditório, buscando legitimar a lógica das narrativas apresentadas.

Palavras-chave: Apocalipse nos Trópicos, Silas Malafaia, retórica.

Abstract

This article aims to analyze selected excerpts from the documentary Apocalypse in the Tropics, directed by Petra Costa and Alessandra Orofino, in light of Aristotle's theory of pathos mobilization. The analysis is based on the studies of Chaim Perelman and Lucie Olbrechts-Tyteca, in The New Rhetoric: A Treatise on Argumentation, taking pathos as the predominant discursive characteristic in the speeches of Pastor Silas Malafaia and the narrator of the documentary. In both cases, persuasive strategies

capable of influencing the audience are observed, seeking to legitimize the logic of the narratives presented.

Keywords: Apocalypse in the Tropics, Silas Malafaia, rhetoric.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe-se a analisar as provas retóricas aristotélicas e, em especial, a mobilização do *pathos* no documentário brasileiro *Apocalipse nos Trópicos*, dirigido por Petra Costa e Alessandra Orofino. A obra investiga a influência do cristianismo evangélico na política de extrema-direita no Brasil. O filme estreou fora de competição no 81º Festival Internacional de Cinema de Veneza, em 29 de agosto de 2024, foi exibido em salas selecionadas no Brasil a partir de 3 de julho de 2025 e disponibilizado na plataforma Netflix em 14 de julho de 2025.

A narrativa documental explora o papel do movimento evangélico na ascensão de Jair Messias Bolsonaro à presidência da República, trazendo depoimentos de figuras centrais, como Luiz Inácio Lula da Silva e o pastor televangelista Silas Malafaia — este último frequentemente associado ao bolsonarismo. O documentário constrói sua narrativa por meio de cenas e recortes discursivo-políticos que revelam as estratégias de persuasão articuladas no ambiente evangélico, demonstrando como tais estratégias coletivamente contribuíram para a legitimação do projeto político de Bolsonaro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BREVE HISTÓRICO DA RETÓRICA

Aristóteles (384 a.C.–322 a.C.), filósofo grego e discípulo de Platão, é reconhecido como um dos pensadores mais influentes da civilização ocidental. Abordou praticamente todos os campos do saber de sua época — biologia, física, metafísica, lógica, poética, política, ética, economia e, de modo especial, a retórica. Inserido em um contexto de intensas transformações sociais na Grécia Antiga, Aristóteles percebeu a necessidade de ordenar os discursos proferidos em diferentes esferas — jurídicas, deliberativas e epidíticas —, a fim de garantir coesão social e guiar os cidadãos pelo caminho da verossimilhança.

Sua obra *Retórica* é considerada o mais importante tratado sobre persuasão já escrito. Estruturada em três livros, dedica-se respectivamente: (i) ao orador e às provas retóricas (*ethos*, *pathos* e *logos*); (ii) ao auditório e às paixões humanas; e (iii) à composição formal do discurso. Redigida originalmente para ser estudada pelos alunos do Liceu, a obra permanece fundamental para a compreensão dos mecanismos de convencimento e da função social da linguagem.

Assim, compreender a retórica é compreender o esforço humano de conduzir o interlocutor à adesão às ideias apresentadas. Ainda hoje, ela se mantém viva na política, nas campanhas publicitárias, nas mensagens midiáticas e em inúmeras relações sociais.

Diante desse quadro, a presente investigação busca responder às seguintes questões: é possível identificar conexões entre a Retórica de Aristóteles e a construção narrativa do documentário *Apocalipse nos Trópicos*? Os recortes de discurso analisados revelam a mobilização das paixões como recurso de adesão do auditório, tanto em narrativas de direita quanto de esquerda no espectro político-partidário?

2.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA INICIAL

Segundo Bakhtin (2010), “o mundo interior é a dialogização da heterogeneidade de vozes sociais”. Para o autor, os enunciados são constitutivamente ideológicos, uma vez que representam respostas ativas às vozes socialmente interiorizadas; não são, portanto, mera expressão de uma consciência individual. O sujeito é, simultaneamente, social e singular.

Nesse sentido, tanto o discurso quanto sua adesão são condicionados por crenças e ideologias compartilhadas entre orador e auditório, que frequentemente se dispõem a ouvir e aceitar determinadas proposições por já comungarem dos mesmos pressupostos. Há, portanto, uma concordância estrutural — um “contrato” discursivo — que permite que os conceitos se firmem e se tornem socialmente operativos.

Rousseau observa que “de nada adianta convencer uma criança se não se sabe persuadi-la” (ROUSSEAU, [s.d.]). Essa distinção entre convencer e persuadir também é enfatizada por Pascal, para quem “o autômato é que é persuadido”, referindo-se ao corpo, à imaginação e ao sentimento — tudo aquilo que não é estritamente razão (PASCAL, [s.d.]). Para Dumas, “na persuasão, o indivíduo se contenta com razões afetivas e pessoais”, sendo ela, em geral, de natureza sofística.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 30), em *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*, advertem que a persuasão pode ser vista como uma transposição injustificada da demonstração lógica, já que nem sempre se baseia em provas objetivas, mas em recursos destinados a obter adesão do auditório.

Dessa forma, percebe-se que a distinção entre convencer e persuadir, presente em Rousseau, Pascal e Dumas, é essencial para compreender os limites e as potencialidades da retórica contemporânea. Se, para Rousseau, a persuasão é requisito para a verdadeira formação do sujeito, e para Pascal ela se dirige ao corpo e à imaginação mais do que à razão, então a análise dos discursos políticos e religiosos deve considerar que a adesão do auditório não se dá apenas por argumentos lógicos, mas também por uma complexa rede de afetos e disposições emocionais. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) confirmam essa tese ao demonstrarem que a argumentação é um ato voltado à obtenção de adesão, e não apenas à demonstração objetiva. Assim, a leitura do documentário *Apocalipse nos Trópicos* revela que a retórica, ao mobilizar *pathos*, não se limita a manipular emoções, mas atua como catalisadora de reflexão e como instrumento de construção de sentidos coletivos, por meio da reafirmação de sua centralidade no debate democrático e no exercício crítico da cidadania.

3 DESENVOLVIMENTO

Não é desconhecido que políticos, em geral, utilizam recursos oratórios e estratégias persuasivas capazes de conduzir a população a tomadas de decisão — sejam elas de caráter individual ou coletivo. A sociedade, organizada em grupos, tende a alinhar-se às orientações dominantes desses coletivos, ainda que, em nível individual, determinados membros não concordem integralmente com os conceitos propostos.

Freud, em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921), descreve o fenômeno conhecido como “efeito manada”, no qual o indivíduo, ao integrar-se a uma multidão, tende a abdicar de seu senso crítico e a se fundir ao desejo coletivo. Para o autor, esse comportamento constitui uma defesa psíquica: a angústia de ser diferente é neutralizada pela identificação com o grupo, e as restrições do superego são enfraquecidas, permitindo que o indivíduo aja sob a influência de um líder.

Essa perspectiva ajuda a compreender como a persuasão, aplicada de forma sistemática, pode gerar efeitos em larga escala sobre o comportamento social. No caso do documentário analisado, observa-se que as provas retóricas — *ethos*, *pathos* e *logos* — estão presentes de modo constitutivo nos atos discursivos e na própria articulação da montagem cinematográfica.

A análise que se segue será conduzida em três etapas: (i) exame da voz da narradora e de sua função na condução da narrativa; (ii) estudo da organização dos recortes e da lógica de montagem; e (iii) análise dos discursos proferidos pelo pastor Silas Malafaia, com ênfase nos recursos de mobilização do *pathos*.

3.1 PERFIL DA CINEASTA

Petra Costa (1983) é cineasta, atriz e produtora brasileira, nascida em Belo Horizonte. Filha do ex-deputado federal Manuel da Silva Costa Júnior e da jornalista e socióloga Marília Furtado de Andrade, possui uma trajetória marcada pela imbricação entre vivências pessoais e os processos históricos e políticos do Brasil. Formada em Antropologia, iniciou sua carreira no teatro antes de se dedicar ao cinema, onde conquistou reconhecimento internacional.

Seu primeiro longa-metragem, *Elena* (2012), constitui uma narrativa poética que articula memória, subjetividade e luto em torno da perda da irmã. Em *Olmo e a Gaivota* (2015), codirigido com Lea Glob, aborda de forma sensível a maternidade e as transformações identitárias femininas. Sua consagração internacional veio com *Democracia em Vertigem* (2019), indicado ao Oscar de Melhor Documentário, no qual analisa a crise política brasileira sob um olhar intimista e crítico.

As obras de Petra Costa distinguem-se pela fusão entre experiência pessoal e reflexão coletiva, pelo uso recorrente de narrativas em primeira pessoa e por uma estética que mescla elementos documentais e poéticos, consolidando-a como uma das vozes mais relevantes do cinema contemporâneo.

No documentário *Apocalipse nos Trópicos* (2024), Petra Costa dirige, produz e assume, também, a função de narradora, conduzindo o espectador em uma jornada de reflexão e questionamento. A obra resulta de aproximadamente quatro anos de filmagens, combinando entrevistas com figuras de destaque do cenário político e religioso, imagens de bastidores e registros de eventos públicos. Essa estratégia narrativa confere densidade simbólica ao documentário, permitindo ao espectador compreender o discurso formal dos atores envolvidos e o impacto prático, emocional e simbólico da religiosidade no campo político.

3.2 EVIDÊNCIAS DO *PATHOS* NA PRODUÇÃO DO DOCUMENTÁRIO

A presença da narradora em *Apocalipse nos Trópicos* é um dos elementos mais significativos para a construção do *pathos*. Petra Costa narra em primeira pessoa, com voz pausada, introspectiva e carregada de reflexão. Essa escolha estética e retórica aproxima o espectador de seu ponto de vista, criando uma atmosfera de confiança e intimidade. Ao não se posicionar como especialista, mas como alguém em busca de respostas, Petra constrói um vínculo afetivo com o público que igualmente compartilha da necessidade de compreender o fenômeno político-religioso brasileiro.

O uso de um tom ensaístico-investigativo confere à narrativa dupla dimensão: pessoal e analítica. De um lado, a voz da narradora é quase confessional; de outro, é analítica, examinando criticamente o papel da religião no espaço público. Tal recurso gera forte engajamento emocional. Como sustentam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958, p. 50) em *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*, "A argumentação é um meio de provocar ou aumentar a adesão das mentes às teses que se apresentam ao seu assentimento.", ou seja, para se obter adesão eficaz, é preciso reconhecer os valores e os sentimentos do auditório e articular discursos que mobilizem sua sensibilidade. A narradora emprega esse recurso com habilidade: sua entonação, o ritmo das pausas e a escolha lexical revelam dados e experiências vividas, elementos que despertam identificação no espectador.

3.2.1 A CENA DO PRESENTE DA BÍBLIA

Um dos momentos mais emblemáticos ocorre quando Petra recebe uma Bíblia das mãos do então deputado Cabo Daciolo, no contexto do processo de impeachment de Dilma Rousseff, no Congresso Nacional. A cena é carregada de ambivalência: de um lado, o gesto pode ser lido como acolhedor, sinal de bênção; de outro, pode ser interpretado como invasivo ou proselitista. Essa ambivalência é justamente o que desperta a curiosidade da cineasta e a conduz à investigação que resultaria no documentário.

No plano retórico, esse momento é exemplar para o *pathos*, pois desperta no espectador surpresa, estranhamento e empatia. A tensão entre gesto religioso e contexto político é cuidadosamente construída para provocar reflexão. O público se vê convidado a partilhar da perplexidade de Petra, o que cria engajamento afetivo e reforça o caráter investigativo da obra.

3.2.2 A POTÊNCIA DAS IMAGENS APOCALÍPTICAS

Outro recurso notável é o uso recorrente de trechos bíblicos, sobretudo do Apocalipse. Petra menciona termos como "bestas", "dragões" e "fim dos tempos", que são acompanhados de imagens impactantes: protestos nas ruas, discursos inflamados no Congresso, cenas da pandemia com hospitais superlotados e ruas desertas. Essa justaposição cria uma analogia entre o imaginário apocalíptico e o cenário político, potencializando emoções de medo, indignação e urgência.

Aristóteles, em *Retórica* (Livro II, 1377b), lembra que

"As emoções são causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças nos seus juízos, na medida em que elas comportam dor e prazer: tais são a ira, a compaixão, o medo e outras semelhantes, assim como as suas contrárias."

O documentário traduz essa lição de maneira visual e sonora: o medo, amplificado pelas imagens da pandemia e pelos discursos negacionistas, não é apresentado apenas como metáfora, mas como experiência concreta de ameaça à vida. O *pathos* mobilizado aqui leva o espectador a experimentar, ainda que simbolicamente, o peso da morte e a vulnerabilidade coletiva diante da instrumentalização política da fé.

3.2.3 INDIGNAÇÃO E APELO MORAL

Os depoimentos de líderes religiosos e de fiéis são intercalados com a reflexão da narradora, que questiona a justiça e a legitimidade de determinados discursos. Essa estratégia cria o que Aristóteles chamaria de “emoções cívicas” — sentimentos de indignação e de senso de dever, que convocam o auditório à ação. O espectador não é apenas informado, mas interpelado a se posicionar diante do risco de erosão democrática.

3.2.4 EQUILÍBRIO ENTRE EMOÇÃO E RAZÃO

Nesse contexto, é importante destacar que Petra não manipula a emoção de modo descontrolado ou meramente sensacionalista. Há um equilíbrio entre *pathos* e *logos*: os elementos emocionais são acompanhados de dados históricos, registros documentais, estatísticas e falas de diferentes interlocutores, de modo que o resultado não seja mera catarse, mas reflexão crítica.

3.2.5 EMPATIA E REPRESENTATIVIDADE

Por fim, destaca-se a empatia da cineasta com múltiplas vozes: tanto com os cristãos evangélicos que encontram na fé uma forma de pertencimento e esperança, quanto com aqueles que temem a politização da religião. Essa postura evita maniqueísmos e amplia o efeito do *pathos*, pois permite que diferentes espectros ideológicos se sintam convocados à reflexão.

3.3 SILAS MALAFAIA: O ORADOR CARISMÁTICO

Silas Malafaia, pastor evangélico neopentecostal, é líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo e figura central na articulação entre religião e política no Brasil. Graduado em Psicologia, televangelista e presidente da Editora Central Gospel, Malafaia é também vice-presidente do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (CIMEB), que agrega cerca de oito mil pastores de diversas denominações.

Sua oratória é marcada por alta energia, uso de repetições enfáticas, apelos à autoridade bíblica e linguagem coloquial, criando forte engajamento emocional com o público. A presença de Malafaia no documentário é significativa para a análise do *pathos*, pois seu discurso combina indignação, humor, ironia e denúncia, funcionando como catalisador de adesão coletiva.

3.4 SILAS MALAFAIA: A CONSTRUÇÃO DO ETHOS E A MOBILIZAÇÃO DO PATHOS

Silas Malafaia é figura incontornável na intersecção entre religião e política no Brasil contemporâneo. Pastor evangélico neopentecostal, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, televangelista e empresário, é também graduado em Psicologia e presidente da Editora Central Gospel. Sua atuação extrapola o campo estritamente religioso, alcançando a arena pública e o debate político. Como vice-presidente do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (CIMEB) — entidade que reúne cerca de oito mil pastores de diversas denominações — Malafaia exerce papel de formador de opinião junto a milhões de fiéis, consolidando-se como um ator político-religioso de alta relevância.

Seu histórico de alianças políticas é revelador: em 2002 e 2006, apoiou as campanhas vitoriosas de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência da República, chegando a ser cogitado para integrar um conselho informal de interlocução com a Presidência. Contudo, em 2010, migrou para a oposição, declarando apoio a José Serra (PSDB) e, posteriormente, a Aécio Neves (PSDB) em 2014. Nas eleições municipais de 2012, atuou como cabo eleitoral evangélico e ajudou a eleger 24 prefeitos e 16 vereadores em sete estados — um feito que evidencia sua capacidade de mobilização política. Durante as duas campanhas de Jair Bolsonaro, em 2018 e 2022, Malafaia foi um dos principais articuladores da militância evangélica, contribuindo tanto para a vitória inicial quanto para a narrativa da contestação da derrota na reeleição.

Em janeiro de 2013, a revista Forbes o classificou como o terceiro pastor mais rico do Brasil, estimando seu patrimônio em 150 milhões de dólares — informação que ele contestou publicamente no programa De Frente com Gabi, declarando que seu patrimônio real giraria em torno de seis milhões de reais. Essa controvérsia ilustra como sua imagem pública oscila entre a figura do líder espiritual engajado e a de uma personalidade midiática associada ao poder econômico.

3.4.1 O DISCURSO COMO PERFORMANCE

As cenas do documentário exibem recortes de discursos proferidos em eventos públicos e manifestações políticas. Nesses momentos, Malafaia revela sua habilidade oratória: ele mobiliza páthos, ao invocar valores como família, vida, ordem e paz, que funcionam como categorias morais de alta ressonância no imaginário coletivo. Um exemplo emblemático é sua declaração:

“Nós estamos aqui pra declarar que o Brasil esquerdopata não vai incendiar o Brasil não, aqui é lugar de paz! Nos chamam de fundamentalistas, é verdade, nós temos fundamentos, somos contra aborto, temos fundamento! Somos a favor da vida, somos contra a liberação de drogas, temos fundamento!”

Esse pronunciamento é exemplar para a análise retórica, no que diz respeito:

a) à construção do *ethos* – O uso de trajes formais distingue o orador do público, conferindo-lhe autoridade e respeitabilidade. Sua postura corporal, seus gestos firmes e seu tom de voz imperativo reforçam a imagem de liderança. Aristóteles (Retórica, Livro I) ensina que o *ethos* é a prova mais eficaz de persuasão, pois a credibilidade do orador desperta confiança no auditório.

b) à mobilização do *pathos* – O discurso convoca emoções intensas, ao associar seus adversários a uma ameaça (“esquerdopata”) e ao se colocar como defensor da paz, da vida e da ordem. A escolha da palavra “paz” é estratégica: ela desperta no auditório o desejo de preservação de um bem universalmente valorizado.

c) ao uso do *logos* – Apesar do forte apelo emocional, há uma estrutura argumentativa implícita: a oposição ao aborto e às drogas é apresentada como fundamentada (“temos fundamento”), o que tenta fortalecer a posição defendida.

3.4.2 ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

O uso da primeira pessoa do plural (“somos”, “nós”) é uma técnica clássica de construção de identidade coletiva. Ao diluir-se na comunidade, o orador cria um *ethos* compartilhado, convidando o auditório a se ver como parte de uma causa maior. Trata-se do que Perelman e Olbrechts-Tyteca chamariam de técnica de associação, que reduz distâncias entre orador e público.

O termo “esquerdopata”, por sua vez, carrega forte carga pejorativa e estabelece um antagonismo claro: o “nós” virtuoso contra o “eles” ameaçador. Esse tipo de polarização reforça a adesão emocional, pois, segundo Aristóteles (Retórica, Livro II), as paixões humanas são despertadas quando o auditório percebe que um bem está em risco ou que um mal ameaça se concretizar.

3.4.3 A RETÓRICA DA PAIXÃO

No conjunto, o discurso de Malafaia exemplifica o que Aristóteles (2000, p. 3) afirma ao abrir o Livro II de Retórica:

“Visto que a retórica tem como fim um julgamento [...], é necessário não só atentar para o discurso, a fim de que ele seja demonstrativo e digno de fé, mas também pôr-se a si próprio e ao juiz em certas disposições.”

Assim, o orador apresenta argumentos e molda o estado de espírito do auditório. Ao evocar medo, indignação e esperança, Malafaia cria uma ambiência emocional favorável à adesão de suas teses.

3.4.4 PATHOS COMO MOTOR DE MOBILIZAÇÃO

Ao longo do documentário, vê-se reiteradamente que o *pathos* é o principal motor persuasivo de Malafaia. Ele mobiliza emoções para criar senso de urgência e transformar espectadores em militantes. A retórica não se limita ao convencimento racional, ela busca mover à ação, reafirmando a tese aristotélica de que “não basta demonstrar o que é preciso dizer, é necessário também despertar a disposição de escuta” (Retórica, Livro II).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do documentário Apocalipse nos Trópicos, à luz das provas retóricas aristotélicas, evidencia que a mobilização do *pathos* constitui recurso central na construção narrativa de Petra Costa, bem como nos discursos das figuras políticas e religiosas retratadas.

Ao aproximar emoção e razão, a cineasta elabora uma narrativa que perpassa a simples exposição factual, despertando inquietações éticas e morais no espectador. O documentário confirma que a retórica permanece sendo uma ferramenta decisiva de persuasão e de disputa simbólica no campo político.

Se, por um lado, líderes como Silas Malafaia exemplificam o uso da emoção para legitimar projetos ideológicos e consolidar apoio eleitoral, por outro, a própria narradora emprega o pathos em equilíbrio com o logos e o ethos, convidando o público a refletir criticamente sobre a instrumentalização da fé.

Dessa forma, a obra registra acontecimentos e se inscreve como intervenção política e cultural, na qual a emoção mobilizada estimula estado de alerta diante dos riscos da fusão entre religião e política no Brasil contemporâneo. Conclui-se, assim, que a análise das provas retóricas em *Apocalipse nos Trópicos* confirma a atualidade do pensamento aristotélico e a relevância da retórica como chave interpretativa para compreender os discursos que moldam a realidade social e democrática.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. Prefácio de Michel Meyer. Tradução de Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: dialogismo e construção do sentido. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1921].

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MEYER, Michel. Aristóteles ou a retórica das paixões. Prefácio. In: ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. Tradução de Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. XVII–LI.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

**SISTEMA NORMATIVO BRASILEIRO E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: perspectivas da emergência da poluição por microplásticos nas águas**

*BRAZILIAN REGULATORY SYSTEM AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS: perspectives
on the emergence of microplastic pollution in water*

Área temática: 06 - Água Potável e Saneamento

BERCI, Luan
UNESP FRANCA

Advogado inscrito nos quadros da OAB/SP. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Câmpus de Franca/SP. Graduado em Direito na Faculdade de Direito de Franca (FDF). Membro do Grupo de Pesquisa de Direito, Políticas Públicas e Tecnologia Digital - GPPT da FDF e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Direito e Mudança Social - DeMuS da UNESP, ambos devidamente certificados pelo CNPq. E-mail: luan.berci@unesp.br

BARBOSA, Agnaldo de Sousa
UNESP FRANCA

Livre-Docente em Sociologia pela UNESP. Atualmente é Professor Associado III (MS5-3) do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas da Universidade Estadual Paulista - UNESP/Câmpus de Franca, instituição na qual ingressou em setembro de 2009. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, do qual foi coordenador de out/2013 a jul/2021, e também do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. É professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Direito. Foi pesquisador visitante do Centro de Estudos Sociais-CES da Universidade de Coimbra em 2018/2019, com bolsa BEP/FAPESP. Desde junho de 2014 coordena o DeMuS - Grupo de Estudos e Pesquisa em Direito e Mudança Social. E-mail: agnaldo.barbosa@unesp.br

Resumo

Na contemporaneidade de 2025, discute-se, na comunidade epistêmica, os potenciais malefícios da poluição por microplásticos, em especial os presentes nos rios e mares, seja de forma ampla, nos ecossistemas, seja de forma particular, na saúde humana. Nesse contexto, a presente pesquisa questiona quais os elementos existentes no sistema normativo brasileiro e no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 que auxiliam no combate à poluição por microplástico nas águas? Para tanto, adota-se a metodologia de pesquisa dedutiva, com o objetivo exploratório, abordagem dos resultados qualitativos e o estudo desenvolve-se por meio da pesquisa documental e bibliográfica. Conclui-se, em síntese, que, apesar do sistema normativo brasileiro prever regulações para o plástico, em razão da emergência temática, não há tratativas específicas e consolidadas para o microplástico até o presente momento. Alocando a temática em nível internacional, depreende-se que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU apesar de estabelecerem indicadores claros para a aferição do desenvolvimento da meta indicada no ODS 6, que trata da sadia qualidade da água, o indicador existente não considera especificamente a questão do microplástico nos corpos hídricos.

Palavras-chave: Microplástico; Poluição Difusa; ODS 6

Abstract

In 2025, the epistemic community is discussing the potential harms of microplastic pollution, especially in rivers and seas, both broadly, in ecosystems, and specifically, in human health. In this context, this research questions which elements in the Brazilian regulatory system and in Sustainable Development Goal 6 help combat microplastic pollution in water. To this end, a deductive research methodology is adopted, with an exploratory objective and a qualitative approach to the results, and the study is developed through documentary and bibliographic research. In summary, it is concluded that, although the Brazilian regulatory system provides for regulations on plastic, due to the urgency of the issue, there are no specific and consolidated measures for microplastics to date. Placing the issue at

the international level, it appears that the Sustainable Development Goals of the UN's 2030 Agenda, despite establishing clear indicators for measuring the development of the target indicated in SDG 6, which deals with healthy water quality, the existing indicator does not specifically consider the issue of microplastics in water bodies.

Keywords: microplastics; diffuse pollution; SDG 6;

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade de 2025 a comunidade global debate maneiras para efetivar práticas de desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, de forma emergente, a comunidade científica debruça-se sobre os potenciais malefícios da poluição por microplástico presente nos rios e mares.

O microplástico possui natureza fragmentada, dispersa, e invisível à percepção cotidiana, dificultando tanto a produção da sensibilização coletiva quanto a formulação de mecanismos normativos e institucionais adequados para sua contenção. Assim, a crescente difusão de microplásticos, especialmente nas águas, ameaça silenciosamente a biodiversidade e a saúde humana.

Nesse espectro, questiona-se quais os elementos existentes no sistema normativo brasileiro e no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 que auxiliam no combate à poluição por microplástico nas águas?

Logo, o objetivo geral é conhecer as estruturas de combate ao microplástico no Brasil e na Agenda 2030 da ONU. Para tanto, desenvolve-se os objetivos específicos quais sejam: identificar no sistema normativo brasileiro as ferramentas legais de combate à poluição por microplástico na água, analisar a estruturação dos objetivos de desenvolvimento sustentável quanto à sadia qualidade da água e interpretar o sistema normativo brasileiro sob os parâmetros da ODS 6.

Nesse contexto, adota-se a metodologia de pesquisa dedutiva, com o objetivo exploratório, abordagem dos resultados qualitativos e o estudo desenvolve-se por meio da pesquisa documental e bibliográfica. Logo, o trabalho será estruturado em três etapas.

Na primeira etapa busca-se identificar no Portal de Legislação do Governo Federal as legislações pertinentes às tratativas de combate à poluição por microplástico e a garantia da sadia qualidade da água na esfera federal. A busca das legislações será feita a partir da palavra-chave plástico e a seleção seguirá os critérios de vigência, área de atuação nacional e alinhamento aos objetivos da pesquisa.

Na sequência, e em complemento aos estudos anteriores, será feita a análise da dinâmica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Em especial, será feito o recorte do ODS de número 6, que trata da sadia qualidade da água.

Por fim, os elementos serão confrontados resultando na interpretação da estrutura do sistema normativo brasileiro sob a perspectiva do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, propondo-se adaptações para o manejo da poluição por microplástico.

Desta forma, a pesquisa possibilita ao leitor conhecer as estruturas de combate ao microplástico no Brasil, sob a perspectiva da agenda do desenvolvimento sustentável da ONU.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico empregado baseia-se na articulação entre o Direito Ambiental e a Agenda 2030 da ONU, especialmente o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6, que trata da qualidade da água e do saneamento. O estudo parte do conceito de poluição difusa (Gomes, 2014; Sodré, 2012) para enquadrar os microplásticos como uma forma emergente desse tipo de contaminação, caracterizada pela ausência de um agente poluidor único e identificável. Além disso, utiliza referenciais científicos sobre a natureza e os impactos dos microplásticos (Thompson et al., 2004; Geyer, Jambeck & Law, 2017; Vargas, 2022) para embasar a discussão jurídica. No campo normativo, o trabalho se baseia nas legislações ambientais brasileiras, em especial a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e a Resolução CONAMA nº 357/2005. Ademais, ampara-se na literatura sobre governança ambiental e sustentabilidade (Cabral, 2020; Li et al., 2020). Assim, o referencial teórico combina fundamentos jurídicos e ambientais para compreender a insuficiência do sistema normativo nacional frente à emergência dos microplásticos de modo a propor sua integração às metas dos ODS.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados no artigo baseiam-se em uma abordagem dedutiva, com objetivo exploratório e natureza qualitativa. A pesquisa busca compreender como o sistema normativo brasileiro e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6) da Agenda 2030 da ONU enfrentam a problemática emergente da poluição por microplásticos nas águas. Para tanto, o estudo desenvolve-se por meio de pesquisa documental e bibliográfica, concentrando-se na análise de legislações federais e de produções científicas e institucionais sobre o tema.

No campo documental, foi realizada uma busca no Portal de Legislação do Governo Federal utilizando a palavra-chave “plástico”, obtendo-se 149 resultados iniciais. A seleção das normas seguiu critérios de vigência, abrangência nacional e pertinência temática, identificando leis e decretos relevantes, como a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), o Decreto nº 7.404/2010, a Lei nº 9.966/2000 e a Resolução CONAMA nº 357/2005.

Já a pesquisa bibliográfica abrangeu autores que tratam da poluição difusa e dos microplásticos (como Gomes, 2014; Sodré, 2012; Thompson et al., 2004; Vargas, 2022), além de relatórios do IPEA, IBGE, MMA e UNEP, que discutem a qualidade da água e os indicadores dos ODS. Após a coleta, os dados foram organizados e interpretados, permitindo o confronto entre o arcabouço jurídico brasileiro e os parâmetros internacionais de sustentabilidade. O trabalho, portanto, adota uma metodologia analítica e interpretativa, voltada à identificação de lacunas e   proposição de ajustes normativos capazes de integrar a poluição por microplásticos   agenda ambiental e jurídica no Brasil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O SISTEMA NORMATIVO BRASILEIRO DE COMBATE   POLUIÇÃO PLÁSTICA NA CRISE AMBIENTAL CONTEMPORÂNEA DO MICROPLÁSTICO

Nesta seção, a pesquisa abordará a crise do microplástico e o sistema normativo brasileiro de enfrentamento a esse tipo de poluição, identificando sua estrutura e composição. Assim, serão apresentados os fundamentos em âmbito nacional, voltados à gestão e combate da poluição plástica.

Inicialmente, parte-se do pressuposto de superação da noção de que os impactos ecológicos são causados exclusivamente por ações diretas e identificáveis. Logo, admite-se ações indiretas e não identificáveis. Dentre essas ações, elenca-se a poluição difusa (Gomes, 2014), a qual pode ser conceituada como a poluição não pontual que parte de diversas fontes e agentes o que resulta em impacto ambiental cumulativo e difuso (Sodré, 2012).

Nesse sentido, o microplástico configura-se como uma emergente poluição difusa. Esclarece-se que o termo “microplástico” foi introduzido pela primeira vez em 2004 por Thompson (Thompson et al., 2004) e, desde então, passou a ser amplamente utilizado em estudos científicos (Vargas, 2022). Esses materiais têm atraído atenção crescente devido à sua persistência, mobilidade e potencial impacto em diferentes ambientes, especialmente nos corpos hídricos (Geyer, Jambeck & Law, 2017).

Microplásticos são polímeros sint ticos com tamanho inferior a 5 milímetros, de diversas formas, cores e densidades, que podem se originar tanto da degradação de plásticos maiores quanto de fontes primárias, como microesferas de cosméticos, fibras sint ticas liberadas em lavagens de roupas e resíduos industriais, desde que insolúveis em  gua (Geyer; Jambeck; Law, 2017; Ivar do Sul, 2014; Frias & Nash, 2019). Apesar da variedade de polímeros existentes, cerca de 75% do plástico produzido mundialmente é composto por PET, PP, PE, PVC, PU e PS (Bellasi et al., 2020).

Além disso, microplásticos podem atuar como vetores de substâncias químicas nocivas, como pesticidas e metais pesados, ampliando os impactos ambientais e os riscos   saúde humana (Li et al., 2020). Assim, a presença dessas partículas em ambientes aquáticos representa um desafio emergente, não apenas pela sua persistência, mas também pela dificuldade de rastreamento, coleta e eliminação, característicos do gênero difuso, conforme mencionado anteriormente.

Outro ponto crítico é que os microplásticos não são retidos pelos sistemas convencionais de tratamento de águas residuais, permanecendo inalterados e impactando diretamente a biodiversidade aquática (Vargas, 2022; Engeler et al., 2012). Portanto, o acúmulo dessas partículas em rios, lagos e mares constitui uma ameaça sistêmica, representando riscos significativos   saúde pública.

Nesse cenário, impõe-se aos Estados a necessidade de construir respostas jurídicas eficazes diante de problemas difusos, de caráter transnacional e de difícil contenção. No Brasil, em pesquisa no portal Portal de Legislação do Governo Federal identificou-se inicialmente com a palavra-chave

“plástico” a presença de 149 respostas, partindo para os critérios de seleção, qual seja de vigência e área de atuação nacional selecionou-se os que melhor se alinhavam com os objetivos do presente estudo, os quais serão adiante apresentados.

Inicialmente, elenca-se a Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000 (Brasil, 2000) que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de substâncias nocivas ou perigosas em águas sob a jurisdição nacional. Especificamente o artigo 17, § 3º realiza a proibição expressa de descarga de qualquer plástico, seja de cabos sintéticos, redes sintéticas de pesca e sacos plásticos nas águas brasileiras.

Na sequência, destaca-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010 (Brasil, 2010), que estabelece princípios e diretrizes voltados à gestão e ao gerenciamento de resíduos. Entre seus instrumentos, figuram a logística reversa e a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Observa-se ainda na Política Nacional de Resíduos Sólidos que a redação dada posteriormente pela Lei nº 15.088, de 2025 (Brasil, 2025), proibiu expressamente no art. 49 a importação de resíduos sólidos e de rejeitos, inclusive derivados de plástico.

Apesar dessa lacuna normativa, identifica-se que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares) regulamentado pelo Decreto nº 7.404/2010 (Brasil, 2010) e atualizado em 2022 (Brasil, 2022), constitui um instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos. O documento, em síntese, estabelece metas para redução, reutilização, reciclagem e tratamento adequado dos resíduos sólidos, bem como prevê a implementação de sistemas de logística reversa em diversos setores produtivos.

Todavia, apesar de sua abrangência, o Planares não contempla de maneira expressa a problemática dos microplásticos, também permanecendo restrito a diretrizes gerais sobre resíduos sólidos e gestão integrada, tratando do plástico apenas em estrutura macro. (MMA, 2022).

Por fim, elenca-se o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o qual visa editar resoluções que definem padrões de qualidade ambiental, em especial a qualidade da água. Entretanto, também verifica-se que ainda não existem parâmetros específicos relativos à aferição, análise e registro da presença de microplásticos em águas doces e marinhas, o que demonstra a insuficiência normativa frente à nova modalidade de poluição que se apresenta.

Nesse sentido, constata-se que o enfrentamento da poluição por microplásticos insere-se no contexto mais amplo da tutela ambiental e que o sistema normativo brasileiro ainda opera predominantemente sob uma lógica voltada à poluição concentrada, carecendo de atualização para enfrentar riscos difusos e emergentes do microplástico.

Portanto, apesar da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das resoluções do CONAMA comporem o arcabouço normativo relevante de combate à poluição plástica, este não se encontra plenamente ajustado para lidar com os impactos da poluição por microplásticos.

Logo, a poluição por microplástico representa hoje um desafio específico ao Direito, visto que, por se enquadrar como poluição difusa, sua natureza não possui um agente poluidor único e identificável, exigindo, portanto, políticas públicas integradas, regulação normativa adequada e mecanismos de fiscalização específicos.

Desse modo, diante da crise ambiental contemporânea e da complexidade sistêmica que caracteriza esse tipo de poluição, evidencia-se a necessidade de aperfeiçoamento do sistema normativo nacional. Assim, tal deficiência torna-se ainda mais evidente quando se observa o compromisso nacional com a Agenda 2030 da ONU, sobretudo em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 6 (Água Limpa e Saneamento) que adiante será trabalhado.

4.2 A SADIA QUALIDADE DA ÁGUA SOB A PERSPECTIVA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU

Nesta seção, a pesquisa abordará a qualidade da água no Brasil sob a perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, em especial destacando o disposto no ODS de número 6, examinando sua meta e indicador correspondente à sadia qualidade da água sob a perspectiva da poluição por microplástico.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) compõem a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) que visa, até o ano de 2030, atingir o desenvolvimento sustentável em nível global de forma satisfatória. Essa agenda, que foi proposta em 2015, é composta por 17 objetivos delimitados em 169 metas que se desdobram em indicadores avaliativos de avanço em cada meta (Brasil, 2025)

Assim, os ODS representam verdadeiro guia orientador para Estados, governos, empresas e sociedade civil no fomento de construção de um mundo mais sustentável ambientalmente e equilibrado (Cabral, 2020). Logo, as iniciativas propostas conectam diversas áreas as quais podem ser sintetizadas em social, econômica e ambiental). Nesse contexto, elenca-se o ODS 6 de modo a relacioná-lo com os objetivos da pesquisa.

Inicialmente, observa-se que o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 6 tem como propósito assegurar a disponibilidade e o manejo sustentável da água e do saneamento para toda a população. Ou seja, garantir acesso à água de qualidade mínima para os seres humanos.

Nesse contexto, a Meta 6.3 estabelece “Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente”.

Para monitorar o progresso dessa meta, estabeleceu-se no indicador 6.3.2, intitulado “Proporção de corpos hídricos com boa qualidade ambiental”, para a medição da proporção de corpos hídricos com boa qualidade ambiental, fornecendo um parâmetro objetivo sobre o estado dos recursos hídricos nacionais (ONU, 2015; IPEA, 2019).

Quanto a essa estrutura base apresentada, o Brasil propôs em 2019 algumas adequações visando à realidade nacional (IPEA, 2019). Para o Brasil, a meta 6.3 deveria ser reeditada para “Até 2030, melhorar a qualidade da água nos corpos hídricos, reduzindo a poluição, eliminando despejos e minimizando o lançamento de materiais e substâncias perigosas, reduzindo pela metade a proporção do lançamento de efluentes não tratados e aumentando substancialmente o reciclo e reuso seguro localmente.”.

Segundo a justificativa oficial (IPEA, 2019), o termo “corpos hídricos” foi incluído para traduzir que a meta se refere aos recursos hídricos e não apenas aos usos da água. Quanto ao trecho sobre a liberação dos produtos químicos e substâncias perigosas a ser substituído por materiais e substâncias perigosas, foi proposto para se adequar às definições signatárias pelo Brasil, seja no âmbito nacional, seja internacional.

Esta lógica também é empregada na sugestão de alteração do termo “águas residuais não tratadas” por “efluentes não tratados”, mais próprio da legislação vigente. Por fim, a substituição da terminologia global por local, promove maior alinhamento à dinâmica brasileira de participação ativa dos estados e municípios e a responsabilidade compartilhada, principalmente com relação à gestão das bacias hidrográficas.

Em complemento a estas perspectivas próprias, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA (2019), o Brasil propõe ainda entendimentos de conceitos, dentre os quais, seleciona-se o de corpos hídricos, que correspondem aos rios de forma macro, englobando assim as terminologias paralelas de “córregos, ribeirões e riachos, como também corresponde aos lagos, açudes, lagoas, aquíferos, zonas úmidas e outras formas de acumulação de água”.

Já aos parâmetros de substâncias perigosas, entendeu-se por substâncias puras, ou seja, compostos e elementos químicos, como também preparações derivadas. Sendo as preparações derivadas misturas que correspondem a qualquer tipo de material ou objeto de qualquer tamanho.

Por fim, poluição, em atenção ao disposto na Lei nº 6.938/81, especificamente no artigo 3º, inciso III, corresponde a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente ligadas a prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, afetem desfavoravelmente a biota, afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente e lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos (Brasil, 1981).

Apesar de dispor sobre a qualidade da água, seja na estrutura padrão dos ODS da ONU, seja nos contornos adicionais sugeridos pelo Brasil, em momento algum identifica-se a presença direta ao problema do microplástico. Temática esta, que, conforme apresentado no capítulo anterior, constituiu uma poluição prejudicial à saúde humana e ao se encontrar nas águas, afeta a sua qualidade. Bem jurídico este objeto de proteção pelo ODS 6.

Nesse sentido, em âmbito internacional, e ainda relacionado aos trabalhos desenvolvidos pela ONU, contudo não em relação direta aos ODS mas à temática de combate à poluição plástica, identifica-se a criação do Comitê Intergovernamental de Negociação (INC), criado pela Resolução UNEA-5/14 “End plastic pollution: towards an international legally binding instrument”, possui como ponto focal de trabalho a construção de um instrumento jurídico vinculante para o enfrentamento da poluição plástica (UNEP, 2022).

Dentre as atividades, a quinta sessão do INC (INC-5.2), realizada em agosto de 2025 em Genebra, na Suíça, possui como temática a consolidação de um texto conjunto sobre a temática que versasse sobre proibições graduais de determinados produtos plásticos. Ademais, pretendeu a previsão de isenções justificadas e exigências de relatórios periódicos sobre implementação por parte dos países signatários (FOEI, 2025).

Ademais, buscava-se medidas de rastreabilidade de aditivos químicos e coleta de dados de produção, consumo e descarte de plásticos, como forma de subsidiar a tomada de decisão baseada em evidências (UNEP, 2025). Entretanto, o resultado das negociações não atingiu o resultado esperado, haja vista a discrepância dos participantes sobre limites à produção de polímeros virgens, a regulação de produtos químicos e os mecanismos de financiamento para a iniciativa (WEF, 2025).

Apesar da ausência de conclusões absolutas, a ambição da tentativa de elaboração de um tratado que garantisse metas de redução e eliminação de poluentes plásticos em nível global representa a inclusão da problemática do plástico na agenda global.

4.3 O ENFRENTAMENTO DA POLUIÇÃO POR MICROPLÁSTICOS NO SISTEMA NORMATIVO BRASILEIRO À LUZ DO ODS 6

Nesta seção, a pesquisa abordará o sistema normativo brasileiro voltado ao enfrentamento da poluição por microplásticos, enfatizando a conexão entre a legislação vigente com do ODS 6, especificamente o Indicador 6.3.2, buscando compreender de que forma o ordenamento jurídico brasileiro pode responder de maneira efetiva ao problema ambiental emergente.

Conforme desenvolvido no capítulo anterior, apesar de fornecer um instrumento de monitoramento relevante, o ODS 6 não contempla especificamente a presença de microplásticos, elementos que configuram uma poluição difusa emergente e que têm implicações tanto ambientais quanto sociais e sanitárias.

Para enfrentar o problema, mais especificamente quanto à produção de dados a respeito dos microplásticos nos corpos hídricos, é possível delinear dois caminhos complementares, um de âmbito global e outro nacional.

Em nível internacional, a criação de uma meta específica ou a inclusão da problemática na Meta 6.3 ou ainda no indicador 6.3.2 possibilitaria a publicização e sensibilização para a problemática, além de promover a medição e o acompanhamento da concentração de microplásticos nos corpos hídricos.

A instituição desse elemento não apenas permitiria um monitoramento mais preciso da poluição por microplástico, como também teria potencial contributivo sobre outros ODS, como o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ao reduzir riscos associados à ingestão de partículas plásticas, o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ao melhorar a qualidade ambiental urbana.

Assim como o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ao estimular práticas de consumo e descarte de plásticos mais sustentáveis, e o ODS 14 (Vida na Água), ao fortalecer a proteção dos ecossistemas aquáticos (ONU, 2015; Vargas, 2022).

Migrando então para a aferição desta problemática no Brasil, observa-se que a Agência Nacional de Águas, promoveu o monitoramento das águas no Brasil entre os anos de 2010 e 2018. Entretanto, o âmbito nacional somente foi alcançado em 2013. Destaca-se assim que o salto em 2013 do índice de 65,80% de proporção de corpos hídricos com boa qualidade ambiental da água para o índice de 77,50% em 2018 (IPEA, 2019).

Observa-se, nesse cenário, que o Brasil realiza o cálculo do indicador global relacionado ao ODS 6 antes mesmo de sua propositura. Retomando, especificamente, o Indicador 6.3.2 identifica-se, para fins de classificação, que a boa qualidade dos corpos hídricos é definida, no Brasil, pelo CONAMA.

Assim, deve-se atender aos limites da Classe 2 da Resolução CONAMA nº 357/2005, que define os parâmetros de poluentes e padrões de qualidade da água. Deste modo, quando o resultado final é igual ou superior a 80%, o corpo hídrico é considerado satisfatório (IBGE, 2018).

Portanto, conforme demonstrado anteriormente, sendo o índice de 2018 o mais alto já registrado do período em análise, admite-se que a proporção de corpos hídricos brasileiros com qualidade considerada boa não atingiu níveis satisfatórios. Ademais, não há evolução significativa nesse indicador nos últimos anos, conforme levantamento do IPEA (IPEA, 2019).

Assim, mesmo que o indicador global não venha a ser instituído, é possível avançar nacionalmente sobre a temática por meio de ajustes no sistema normativo brasileiro, particularmente na Resolução CONAMA nº 357/2005. Ou seja, a inclusão de parâmetros relacionados aos microplásticos possibilita o monitoramento dessas partículas, permitindo que a gestão hídrica, ao

menos no Brasil, contemple de forma mais abrangente os desafios emergentes da poluição difusa por microplástico.

Além disso, tal medida integra-se aos instrumentos de políticas públicas já existentes, fortalecendo ações de fiscalização, proteção ambiental, planejamento territorial, e subsidiando decisões estratégicas relacionadas à saúde pública e à preservação da biodiversidade (IBGE, 2018, 2025; IPEA, 2019).

A adoção de tais medidas revela-se coerente com a perspectiva da Agenda 2030, que também reconhece a interconexão entre os ODS e a necessidade de mecanismos normativos, regulatórios e institucionais capazes de enfrentar problemas complexos e emergentes.

Portanto, ao considerar os microplásticos como parâmetro de qualidade da água, o Brasil não apenas contribuiria para o cumprimento das metas do ODS 6, mas também consolidar uma abordagem preventiva e proativa, alinhada à função social do direito ambiental aos princípios da proteção integral dos recursos hídricos, da precaução e da sustentabilidade (Vargas, 2022; Li et al., 2020).

Desta forma, a atualização da Resolução CONAMA nº 357/2005 para inclusão dos microplásticos como parâmetro de poluição emergente representa um passo estratégico e necessário, enquanto a eventual criação de um indicador global específico reforçaria a importância da cooperação internacional na proteção dos recursos hídricos. Assim, a incorporação desses elementos evidencia a centralidade da água como bem jurídico fundamental e reforça o papel do direito ambiental brasileiro na efetivação dos objetivos da Agenda 2030, promovendo sustentabilidade ambiental, proteção à saúde pública e avanços no controle de poluentes emergentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, em síntese, que o sistema normativo brasileiro, embora contemple regulamentações gerais sobre a gestão de resíduos sólidos e a proibição de descarte de plástico nas águas, não apresenta, até o presente momento, instrumentos normativos específicos e consolidados voltados à problemática do microplástico.

Essa lacuna normativa evidencia a necessidade urgente de atualização do sistema normativo, com a inclusão de parâmetros que considerem a complexidade do microplástico, cuja poluição difusa se caracteriza pela ausência de um agente poluidor único e identificável.

No plano internacional, observa-se que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, em especial o ODS 6, voltado à promoção da sadia qualidade da água, estabelecem indicadores claros para aferição do desenvolvimento das metas relacionadas à disponibilidade, saneamento e gestão sustentável dos recursos hídricos.

No entanto, o indicador atualmente utilizado não contempla de forma específica a presença de microplásticos nos corpos hídricos, o que representa uma lacuna significativa frente aos desafios ambientais emergentes. Essa limitação implica que, mesmo havendo monitoramento global e nacional da qualidade da água, a avaliação da poluição por microplásticos permanece sub-representada, dificultando a formulação de políticas públicas mais eficazes e a articulação entre os diferentes níveis de governança ambiental.

Diante do exposto, torna-se evidente a necessidade de avanços regulatórios e institucionais, tanto em nível nacional quanto internacional.

Em nível internacional, a criação de indicadores específicos para microplásticos dentro da Meta 6.3 do ODS 6, pode possibilitar a integração desta temática emergente aos esforços globais de sustentabilidade ambiental. A adoção de tais medidas não apenas reforçaria a proteção dos ecossistemas aquáticos, mas também contribuiria para o avanço de outros ODS interligados, como o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e ODS 14 (Vida na Água), promovendo uma abordagem sistêmica e integrada para os desafios ambientais contemporâneos.

Em âmbito nacional, a atualização da Resolução CONAMA nº 357/2005, incluindo microplásticos como parâmetro relevante para a classificação da qualidade da água já resolveria ao menos a falta de monitoramento do problema.

Assim, a poluição por microplásticos configura-se como uma nova fronteira da poluição difusa, que tensiona os objetivos da Meta 6.3 e evidencia lacunas nos sistemas normativos.

REFERÊNCIAS

BELLASI, A. et al. Plásticos e microplásticos: impactos e desafios ambientais. **Revista Brasileira de Engenharia Ambiental**, v. 24, n. 3, p. 101/120, 2020.

BRASIL. **Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986.** Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Estudo de Impacto Ambiental – EIA. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 1986.

BRASIL. **Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 357, de 17 de março de 2005.** Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 mar. 2005.

BRASIL. **Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.** Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2010.

BRASIL. **Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022.** Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos – Planares. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 abr. 2022.

BRASIL. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 set. 1981.

BRASIL. **Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000.** Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 abr. 2000.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

BRASIL. **Lei nº 15.088, de 6 de janeiro de 2025.** Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), para proibir a importação de resíduos sólidos e de rejeitos, ressalvados os casos especificados. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jan. 2025.

CABRAL, Raquel (org.). **Guia Agenda 2030:** Integrando ODS, Educação e Sociedade. N.p., 2020.

ENGELER, R. E. Microplastics in the marine environment: potential pathways and processes. **Environmental Science & Technology**, v. 46, p. 12302, 2012.

FOEI. INC-5.2 outcome: Plastics treaty negotiations extended. **Friends of the Earth International**, 2025. Disponível em: <https://www.foei.org/inc-5-2-outcome-plastics-treaty-negotiations-extended/>. Acesso em: 17 set. 2025.

GEYER, R.; JAMBECK, J.; LAW, K. Production, use, and fate of all plastics ever made. **Science Advances**, v. 3, n. 7, p. 1–5, 2017.

GOMES, Kaline Muriel de Figueiredo. **Modelagem da poluição difusa em uma bacia de drenagem urbana.** 2014. 72f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Sanitária) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

IBGE. Objetivo 6 – Água Potável e Saneamento. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=6>. Acesso em: 10 set. 2025.

IBGE. Qualidade da água dos corpos hídricos brasileiros. Brasília: IBGE, 2018.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil: ODS 6 – Água potável e saneamento**. Brasília: IPEA, 2019.

LI, J. et al. Microplastics in freshwater systems: a review of occurrence, environmental impacts, and management. **Science of the Total Environment**, v. 631–632, p. 1188–1204, 2020.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Relatório de Gestão 2022**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/acao-a-informacao/4-auditorias/RelatoriodeGestao2022MMA.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova Iorque: ONU, 2015.

SODRÉ, Fernando Fabriz. Fontes Difusas de Poluição da Água: Características e métodos de controle. **Agricultura**, v. 1, n. 20, p. 30, 2012.

THOMPSON, R. C. et al. Lost at sea: where is all the plastic? **Science**, v. 304, p. 838, 2004.

UNEP. End plastic pollution: towards an international legally binding instrument. **United Nations Environment Programme**, 2022. Disponível em: <https://www.unep.org/inc-plastic-pollution>. Acesso em: 17 set. 2025.

UNEP. Session 5.2: Intergovernmental Negotiating Committee on Plastic Pollution. **United Nations Environment Programme**, 2025. Disponível em: <https://www.unep.org/inc-plastic-pollution/session-5.2>. Acesso em: 17 set. 2025.

VARGAS, Julia Gabriela Matos et al. Microplásticos: uso na indústria cosmética e impactos no ambiente aquático. **Química Nova**, v. 45, n. 6, p. 705–711, 2022.

WEF. What is the Global Plastics Treaty and what happened at INC-5.2?. **World Economic Forum**, 2025. Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2025/08/global-plastics-treaty-inc-5-2-explainer/>. Acesso em: 17 set. 2025.

**TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
CONVERGÊNCIAS PARA UMA SOCIEDADE INCLUSIVA**

Assistive Technologies and the Sustainable Development Goals: Convergences for an Inclusive Society

Área temática: Redução das Desigualdades.

GOMES, Valéria Cristina J. L.
Uni-FACEF

Discente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional
valeria.cjl.gomes@unesp.br

PIRES, Daniel F.
Uni-FACEF

Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional
daniel@facef.br

Resumo

O presente artigo analisa a inter-relação entre tecnologias assistivas (TA) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco em compreender quais ODS se relacionam mais diretamente com a promoção da autonomia, inclusão social e igualdade. A partir de uma revisão bibliográfica e documental, identificou-se que as tecnologias assistivas atuam como mediadoras e moderadoras na realização de metas vinculadas à saúde, educação, trabalho decente, inovação e cidades inclusivas. O estudo adota abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentada em literatura científica, documentos da Organização Mundial da Saúde e relatórios internacionais. Os resultados indicam que os ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), 4 (Educação de Qualidade), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), 10 (Redução das Desigualdades) e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) são os mais diretamente impactados pelas tecnologias assistivas, que se configuram como instrumentos essenciais para a promoção de sociedades mais acessíveis, equitativas e sustentáveis. Esses achados reforçam que o avanço das tecnologias assistivas é um componente decisivo para o cumprimento inclusivo das metas da Agenda 2030 e para a construção de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Palavras-chave: tecnologias assistivas, desenvolvimento sustentável, ODS

Abstract

This article analyzes the interrelationship between assistive technologies (AT) and the Sustainable Development Goals (SDGs), focusing on identifying which SDGs are most directly related to the promotion of autonomy, social inclusion, and equality. Based on a bibliographic and documentary review, it was identified that assistive technologies act as mediators and moderators in achieving targets linked to health, education, decent work, innovation, and inclusive cities. The study adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach grounded in scientific literature, World Health Organization documents, and international reports. The results indicate that SDGs 3 (Good Health and Well-Being), 4 (Quality Education), 8 (Decent Work and Economic Growth), 9 (Industry, Innovation and Infrastructure), 10 (Reduced Inequalities), and 11 (Sustainable Cities and Communities) are the most directly impacted by assistive technologies, which are configured as essential tools for promoting more accessible, equitable, and sustainable societies. These findings reinforce that the advancement of assistive technologies is a decisive component for achieving the inclusive goals of the 2030 Agenda and for building a truly sustainable model of development.

Keywords: assistive technologies; sustainable development; SDGs

1 INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que representam um compromisso global com o desenvolvimento humano, a equidade social e a preservação ambiental. Entre seus princípios fundamentais está o lema “não deixar ninguém para trás” (*leave no one behind*), que implica assegurar que todos os grupos sociais, incluindo as pessoas com deficiência, participem de forma plena e equitativa nos processos de desenvolvimento.

Nesse contexto, as tecnologias assistivas (TA) assumem papel estratégico ao promover a autonomia, a inclusão e a qualidade de vida de indivíduos com limitações funcionais, sensoriais ou cognitivas. A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2022) estima que mais de 2,5 bilhões de pessoas no mundo necessitam de pelo menos um recurso assistivo, e esse número pode ultrapassar 3,5 bilhões até 2050. Esses dados evidenciam a relevância das TA como condição essencial para a efetivação dos direitos humanos e para o alcance de metas globais de equidade e sustentabilidade.

As tecnologias assistivas abrangem desde dispositivos físicos, como próteses e órteses, até recursos digitais, como softwares de leitura de tela, comunicação aumentativa e interfaces inteligentes. Seu potencial transformador reside não apenas no aspecto técnico, mas também na sua capacidade de viabilizar a participação social, possibilitando que pessoas com deficiência exerçam plenamente seus direitos civis, educacionais, profissionais e culturais.

A relação entre as tecnologias assistivas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável manifesta-se de maneira transversal, influenciando especialmente os ODS voltados à saúde (ODS 3), educação (ODS 4), trabalho e crescimento econômico (ODS 8), inovação e infraestrutura (ODS 9), redução das desigualdades (ODS 10) e cidades sustentáveis (ODS 11). Esses objetivos, quando analisados sob a ótica da acessibilidade e da inclusão, revelam que a tecnologia é um vetor de justiça social e um elemento estruturante do desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, o presente estudo tem como propósito analisar a relação entre as tecnologias assistivas e os ODS, identificando os objetivos mais diretamente vinculados à promoção da autonomia e da inclusão. A pesquisa busca compreender, a partir de revisão bibliográfica e documental, como as TA atuam como mediadoras e moderadoras na efetivação das metas da Agenda 2030, contribuindo para sociedades mais acessíveis, equitativas e sustentáveis.

O artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A seção 2 apresenta o referencial teórico, discutindo o conceito e os tipos de tecnologias assistivas, bem como sua relação com os ODS e os principais desafios de implementação. A seção 3 descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. A seção 4 apresenta e discute os resultados obtidos a partir da revisão de literatura, destacando os ODS mais relacionados às TA. Por fim, a seção 5 traz as considerações finais, com as principais conclusões e perspectivas para o avanço da inclusão e da sustentabilidade por meio das tecnologias assistivas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Compreender o papel das tecnologias assistivas (TA) no contexto do desenvolvimento sustentável requer uma análise multidimensional, que integre os aspectos conceituais, funcionais e sociais dessas inovações. A literatura recente reconhece que as TA ultrapassam o campo da saúde e da reabilitação, configurando-se como ferramentas de inclusão e empoderamento social (COOK; POLGAR, 2021; WHO, 2022). Elas representam um elo entre a inovação tecnológica e a garantia de direitos humanos, contribuindo para que o avanço científico seja também um instrumento de equidade. Assim, esta seção apresenta os principais fundamentos teóricos que sustentam a discussão sobre as tecnologias assistivas, abordando seu conceito, tipologia, relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os desafios contemporâneos para sua consolidação.

2.1 Conceito de Tecnologia Assistiva

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) define tecnologia assistiva como “produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, visando à autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”. De forma convergente, a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2018) conceitua tecnologia assistiva

como qualquer item, equipamento ou sistema que auxilie pessoas com deficiência a desempenharem atividades que seriam difíceis ou impossíveis sem o apoio tecnológico.

Esses instrumentos vão desde cadeiras de rodas e aparelhos auditivos até softwares de leitura de tela e dispositivos inteligentes. A OMS (2022) alerta que o acesso desigual a esses recursos compromete diretamente o cumprimento dos ODS, especialmente os relacionados à saúde, educação e redução das desigualdades.

Historicamente, o conceito de tecnologia assistiva evoluiu de uma visão biomédica — centrada na reabilitação e no suporte clínico — para uma abordagem social e inclusiva, que reconhece a pessoa com deficiência como sujeito ativo de direitos (BERSCH, 2017; COOK; POLGAR, 2021). Essa mudança de paradigma está alinhada à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que consagra a acessibilidade tecnológica como um direito humano fundamental e como elemento indispensável para o exercício pleno da cidadania.

2.2 Tipos de Tecnologia Assistiva

As tecnologias assistivas podem ser classificadas de acordo com sua função principal. Segundo o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT/SEDH, 2006) e o Plano Nacional de Tecnologia Assistiva (BRASIL, 2023), existem oito grandes grupos de TA:

1. Auxílios para atividades diárias – utensílios adaptados, talheres especiais, automação residencial;
2. Comunicação aumentativa e alternativa (CAA) – pranchas de comunicação, sintetizadores de voz, aplicativos de acessibilidade (BERSCH, 2017);
3. Acessibilidade digital – softwares leitores de tela, teclados adaptados, mouses alternativos;
4. Sistemas de controle ambiental – tecnologias de automação e Internet das Coisas aplicadas à acessibilidade (COOK; POLGAR, 2021);
5. Órteses e próteses – dispositivos para substituição ou auxílio de funções motoras e sensoriais (PINO et al., 2020);
6. Auxílios de mobilidade – cadeiras de rodas, bengalas inteligentes, exoesqueletos robóticos;
7. Auxílios auditivos e visuais – aparelhos auditivos, lupas eletrônicas, leitores de tela;
8. Adaptações arquitetônicas e urbanas – rampas, pisos táteis, elevadores, aplicativos de transporte acessível.

Os avanços em inteligência artificial, realidade aumentada e dispositivos vestíveis ampliam as fronteiras da TA, promovendo maior autonomia e inclusão digital (SHI et al., 2022). Essas tecnologias dialogam diretamente com os ODS 4, 8, 9, 10 e 11, reforçando a ideia de que acessibilidade é componente central do desenvolvimento sustentável.

2.3 Tecnologias Assistivas e os ODS

De acordo com Tebbutt et al. (2016) e Borg et al. (2019), as tecnologias assistivas têm papel transversal na Agenda 2030, atuando simultaneamente nas dimensões social, econômica e tecnológica do desenvolvimento sustentável. A relação entre TA e ODS pode ser sintetizada da seguinte forma:

- ODS 3 (Saúde e Bem-Estar): dispositivos médicos e reabilitadores;
- ODS 4 (Educação de Qualidade): recursos tecnológicos para acessibilidade na aprendizagem;
- ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico): inclusão profissional de pessoas com deficiência;
- ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura): desenvolvimento de tecnologias inclusivas;
- ODS 10 (Redução das Desigualdades): mitigação das disparidades socioeconômicas;
- ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis): urbanização acessível e mobilidade inclusiva.

Essa interconexão evidencia que as tecnologias assistivas não são apenas instrumentos técnicos, mas mecanismos de justiça social e de concretização dos direitos humanos. Como destacam Shi et al. (2022), integrar o uso da TA às metas da Agenda 2030 significa incorporar a inclusão como dimensão constitutiva do desenvolvimento sustentável, e não apenas como resultado eventual.

2.4 Desafios e Perspectivas Futuras

Os principais desafios apontados pela OMS (2022) incluem a falta de acessibilidade financeira, a escassez de profissionais capacitados, a ausência de integração entre setores e a limitação na oferta de produtos de qualidade. O programa GATE – Global Cooperation on Assistive Technology (WHO, 2018) propõe que os países ampliem o acesso universal a esses recursos por meio de parcerias internacionais, incentivo à pesquisa e compartilhamento de boas práticas.

Outro desafio emergente é a acessibilidade digital, que se tornou um direito essencial em sociedades cada vez mais conectadas. Segundo a WHO (2022), menos de 10% das pessoas que necessitam de tecnologia assistiva em países de baixa e média renda têm acesso a ela. Essa desigualdade ameaça o princípio de equidade da Agenda 2030 e reforça a importância da inovação inclusiva como caminho para o desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, a expansão de tecnologias baseadas em inteligência artificial, impressão 3D e Internet das Coisas representa uma oportunidade significativa para a criação de soluções acessíveis e personalizadas. Como observam Pino et al. (2020), a combinação entre design universal, inovação tecnológica e participação dos usuários nos processos de desenvolvimento é o que permitirá consolidar uma nova geração de tecnologias assistivas — mais acessíveis, éticas e sustentáveis.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em análise documental e bibliográfica. Essa escolha metodológica se justifica pela complexidade do fenômeno estudado — a relação entre tecnologias assistivas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) —, que envolve dimensões sociais, tecnológicas e humanas. Segundo Minayo e Sanches (1993), a abordagem qualitativa permite compreender significados e relações que não podem ser reduzidos a dados numéricos, enquanto Gil (2019) destaca seu potencial para explorar fenômenos emergentes e ainda pouco sistematizados.

O corpus de análise foi composto por fontes primárias e secundárias. As fontes primárias incluíram documentos normativos e institucionais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Norma Brasileira de Acessibilidade (ABNT NBR 9050/2015), além de relatórios internacionais da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2018; 2022). As fontes secundárias englobaram artigos científicos nacionais e internacionais sobre tecnologia assistiva, acessibilidade e desenvolvimento sustentável, além de dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS/IBGE), utilizados para contextualizar a realidade das pessoas com deficiência no Brasil.

A análise foi conduzida por meio de mapeamento temático e análise de conteúdo, que permitiram identificar os ODS mais diretamente relacionados às tecnologias assistivas. Essa técnica consistiu em classificar as evidências bibliográficas e documentais em categorias de impacto — como saúde, educação, trabalho, inovação, desigualdade e cidades inclusivas —, possibilitando a correlação entre as dimensões da Agenda 2030 e os tipos de TA identificados.

O procedimento metodológico buscou garantir rigor interpretativo e coerência teórica, mediante leitura crítica, triangulação entre diferentes fontes e sistematização dos resultados. Esse processo assegura que as conclusões apresentadas se apoiem em evidências consistentes e em diálogo com a literatura científica e institucional mais atualizada sobre o tema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão de literatura permitiu identificar conexões significativas entre as **tecnologias assistivas (TA)** e os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, revelando o papel transversal dessas tecnologias na promoção da equidade e da inclusão social. O processo metodológico baseou-se em **mapeamento temático e análise de conteúdo**, aplicados a um conjunto de **vinte publicações científicas e relatórios institucionais** produzidos entre 2016 e 2024, incluindo

documentos da Organização Mundial da Saúde (WHO), artigos revisados por pares e relatórios técnicos de referência.

As publicações selecionadas abordavam explicitamente a relação entre **tecnologia assistiva** e dimensões como **saúde, educação, inovação, trabalho e inclusão social**. Cada estudo foi analisado de acordo com a presença e o grau de associação com os 17 ODS, permitindo identificar **quais objetivos são mais diretamente influenciados** pelas tecnologias assistivas. A codificação seguiu o referencial metodológico de **Tebbutt et al. (2016)** e **Borg et al. (2019)**, que consideram a TA como **mediadora** (quando facilita o alcance de metas sociais e econômicas) e **moderadora** (quando amplia a efetividade de políticas ou práticas inclusivas).

Os resultados evidenciam que **seis ODS se destacam de forma recorrente** na literatura analisada: **ODS 3 (Saúde e Bem-Estar)**, **ODS 4 (Educação de Qualidade)**, **ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico)**, **ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura)**, **ODS 10 (Redução das Desigualdades)** e **ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis)**. Esses objetivos foram mencionados direta ou indiretamente em **mais de 70% das fontes**, indicando que a tecnologia assistiva é reconhecida como um vetor transversal de desenvolvimento sustentável.

Essa prevalência sugere que a **TA não atua isoladamente em uma única dimensão**, mas se configura como um **instrumento integrador**, que contribui simultaneamente para metas sociais, econômicas e tecnológicas. De modo particular, os estudos analisados destacam que:

- No ODS 3, os dispositivos de reabilitação e apoio à mobilidade favorecem o bem-estar físico e mental, ampliando a independência e reduzindo custos de cuidado (WHO, 2022).
- No ODS 4, as tecnologias educacionais inclusivas, como leitores de tela e softwares de comunicação alternativa, potencializam o aprendizado e a permanência de estudantes com deficiência (SHI et al., 2022; BERSCH, 2017).
- O ODS 8 está associado à inserção profissional, especialmente quando as TA possibilitam o exercício do trabalho remoto, o acesso a plataformas digitais e a adaptação de ambientes produtivos (BORG et al., 2019; MENEZES; BERSCH, 2021).
- O ODS 9 reflete o papel da inovação tecnológica e da indústria no desenvolvimento de soluções inclusivas, como órteses de baixo custo e impressão 3D de dispositivos (COOK; POLGAR, 2021; WHO, 2018).
- No ODS 10, as TA funcionam como mecanismos de equidade, reduzindo as barreiras físicas e digitais que perpetuam desigualdades (TEBBUTT et al., 2016; WHO, 2022).
- Por fim, o ODS 11 está relacionado à mobilidade urbana e ao desenho universal, enfatizando o direito de ir e vir e a criação de cidades acessíveis (PHYSIO-PEDIA, 2021; BRASIL, 2023).

A Tabela 1 apresenta a síntese das correspondências observadas entre as tecnologias assistivas e os ODS identificados na revisão de literatura.

Tabela 1. Relação entre Tecnologias Assistivas e ODS Prioritários

ODS	Dimensão de impacto	Evidências na literatura
ODS 3 – Saúde e Bem-Estar	Reabilitação, órteses, próteses e dispositivos médicos assistivos.	WHO (2022); Tebbutt et al. (2016)
ODS 4 – Educação de Qualidade	Recursos digitais, leitores de tela e comunicação alternativa.	Shi et al. (2022); Bersch (2017)
ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Inserção de PcDs no mercado de trabalho com auxílio de TA.	Borg et al. (2019); Menezes e Bersch (2021)
ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	Desenvolvimento de tecnologias inclusivas e acessíveis.	Cook e Polgar (2021); WHO (2018)
ODS 10 – Redução das Desigualdades	Ampliação da equidade e da inclusão digital e física.	Tebbutt et al. (2016); WHO (2022)
ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	Mobilidade urbana acessível e desenho universal.	Physio-Pedia (2021); PNTA (BRASIL, 2023)

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em revisão de literatura.

A análise evidencia que as tecnologias assistivas operam como instrumentos de convergência entre inclusão e sustentabilidade, contribuindo para a efetivação dos princípios da Agenda 2030. Ao permitir que as pessoas com deficiência participem plenamente da vida social, educacional e produtiva, as TA não apenas reduzem desigualdades, mas potencializam a inovação e a diversidade como motores do desenvolvimento.

Esses achados corroboram a visão da OMS (2022) de que a tecnologia assistiva é uma condição essencial para o cumprimento inclusivo dos ODS. Sua incorporação nos diversos setores da sociedade representa um passo decisivo para o fortalecimento de uma economia mais acessível, resiliente e orientada para o bem-estar coletivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou as inter-relações entre as tecnologias assistivas (TA) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com o propósito de identificar os objetivos mais diretamente associados à promoção da autonomia, da inclusão e da igualdade. A partir de uma revisão bibliográfica e documental, foi possível compreender que as tecnologias assistivas transcendem o papel de recursos técnicos, constituindo-se em instrumentos de transformação social e de concretização dos direitos humanos.

Os resultados demonstraram que as TA mantêm correspondência direta e transversal com seis ODS prioritários: ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis). Essa relação evidencia que a inclusão tecnológica é um componente essencial da sustentabilidade, pois possibilita que o avanço científico seja orientado por princípios de equidade, acessibilidade e justiça social.

A análise também permitiu observar que a efetividade das tecnologias assistivas depende de fatores complementares, como a formação de profissionais especializados, a disseminação do conhecimento científico e o acesso universal às soluções digitais. Esses elementos reforçam que a democratização da tecnologia é condição indispensável para o cumprimento inclusivo das metas da Agenda 2030.

No campo acadêmico, o estudo contribui ao sistematizar evidências sobre a convergência entre tecnologia assistiva e desenvolvimento sustentável, ampliando a compreensão de como a inovação pode servir à inclusão e à dignidade humana. No plano prático, destaca-se a necessidade de fortalecer redes de colaboração entre universidades, organismos internacionais e setores produtivos, promovendo o desenvolvimento de tecnologias acessíveis, éticas e sustentáveis.

Dessa forma, as tecnologias assistivas devem ser reconhecidas como vetores de cidadania e inovação social, fundamentais para assegurar que o progresso tecnológico esteja alinhado aos valores universais de dignidade e sustentabilidade. Ao promover a autonomia e a participação plena das pessoas com deficiência, as TA não apenas reduzem desigualdades, mas também reafirmam o espírito da Agenda 2030: a construção de sociedades mais inclusivas, equitativas e sustentáveis, em que todas as pessoas possam viver com liberdade e oportunidades iguais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BERSCH, Rita. *Introdução à Tecnologia Assistiva*. Porto Alegre: CEDI, 2017.

BORG, Johan; LARSSON, Stig; ÖSTERGREN, Per-Olof. The right to assistive technology: For whom, for what, and by whom? *Disability and Society*, v. 34, n. 7, p. 993-1009, 2019.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. *Plano Nacional de Tecnologia Assistiva*. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2023.

COOK, Albert M.; POLGAR, Janice M. *Assistive Technologies: Principles and Practice*. 5. ed. St. Louis: Elsevier, 2021.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MENEZES, L. F.; BERSCH, R. Tecnologia assistiva e inclusão social no Brasil. *Revista Educação Especial*, v. 34, n. 2, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

PINO, M. et al. 3D Printing of Assistive Devices: Opportunities and Challenges. *Assistive Technology*, v. 32, n. 3, p. 159-170, 2020.

PHYSIO-PEDIA. *Assistive Technology and Sustainable Development Goals*. 2021. Disponível em: https://www.physio-pedia.com/Assistive_Technology_and_Sustainable_Development_Goals. Acesso em: 07 out. 2025.

SHI, G. et al. The Role of Assistive Technology in Advancing Sustainable Development Goals. *Frontiers in Political Science*, v. 4, n. 859272, 2022.

TEBBUTT, E. et al. Assistive Products and the Sustainable Development Goals (SDGs). *Globalization and Health*, v. 12, n. 79, p. 1-8, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Assistive Technology: Fact Sheet*. Geneva: WHO, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Global Report on Assistive Technology*. Geneva: WHO, 2022.

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E DINÂMICAS TERRITORIAIS EM FRANCA-SP:
UMA ANÁLISE A PARTIR DE DADOS PÚBLICOS**

*SOCIOECONOMIC TRANSFORMATIONS AND TERRITORIAL DYNAMICS IN FRANCA-SP: AN
ANALYSIS BASED ON PUBLIC DATA*

Área temática: Redução das Desigualdades.

MEDEIROS, Fernandina Fernandes de Lima Medeiros
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Doutora em Educação, Mestre em Economia e Graduada em Ciências Econômicas.
fernandina@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo geral analisar as transformações socioeconômicas no município de Franca-SP entre os anos de 2010 e 2024, com base em dados públicos sobre renda, emprego formal, escolaridade, infraestrutura urbana e indicadores demográficos, buscando compreender como essas variáveis ajudam a explicar mudanças recentes no desenvolvimento local. A escolha por Franca se justifica por seu perfil de cidade média em expansão, com características que permitem observar efeitos locais de mudanças econômicas e sociais mais amplas. A pesquisa utiliza dados do IBGE, IPEADATA e FIRJAN, organizados com o apoio do software *Stata*, por meio de uma abordagem descritiva e comparativa. Os resultados mostram que, no período analisado, Franca passou por uma reconfiguração econômica, com perda de força do setor industrial e crescimento da participação dos serviços, o que influenciou diretamente o perfil do mercado de trabalho. Também foram observados avanços em indicadores educacionais e na arrecadação pública, especialmente após 2020. No entanto, persistem desigualdades internas e forte dependência de transferências estaduais e federais, o que limita a autonomia do município em áreas como infraestrutura e políticas sociais. A conclusão aponta para um cenário de transição, no qual Franca reúne condições para ampliar sua capacidade econômica, mas ainda enfrenta obstáculos ligados à estrutura produtiva e à distribuição de oportunidades. O estudo contribui para a compreensão dos caminhos seguidos por cidades de porte médio fora das grandes regiões metropolitanas, destacando seus avanços e limites diante das transformações recentes.

Palavras-chave: transformações socioeconômicas, Franca-SP, desenvolvimento municipal.

Abstract

This article aims to analyze the socioeconomic changes in the municipality of Franca, São Paulo, between 2010 and 2024, based on public data on income, formal employment, education, urban infrastructure, and demographic indicators, to understand how these variables help explain recent developments in local dynamics. The choice of Franca is justified by its profile as a medium-sized city undergoing expansion, whose context allows for the observation of local effects of broader economic and social shifts. The research relies on data from IBGE, IPEADATA, and FIRJAN, organized and processed using *Stata* software, following a descriptive and comparative approach. The results indicate that Franca experienced a significant reorganization of its economic structure during the period, with a decline in industrial activity and growth in the service sector, affecting the labor market. There were also improvements in public revenue and educational indicators, especially after 2020. However, persistent internal inequalities and a high dependency on intergovernmental transfers still limit the municipality's autonomy in implementing local public policies. The study concludes that Franca is in a transitional stage, showing potential for economic growth while also facing challenges in restructuring its productive base and ensuring broader access to social opportunities. The case contributes to understanding the specific paths taken by medium-sized cities outside Brazil's main metropolitan areas.

Keywords: socioeconomic changes, Franca-SP, municipal development.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças observadas em cidades brasileiras de médio¹ porte têm chamado a atenção por evidenciar diferenças marcantes no acesso a condições sociais e econômicas mínimas. Esses contrastes aparecem não apenas nos números, mas também nas características do espaço urbano, na qualidade dos serviços públicos e na forma como a população se relaciona com eles. Franca, no interior paulista, é um exemplo que merece atenção, tanto pelo seu peso na organização regional quanto pelas transformações registradas nos últimos anos em sua estrutura econômica e social.

Conhecida historicamente por sua atividade industrial, a cidade tem passado por um processo de reconfiguração que inclui deslocamentos populacionais e mudanças significativas nos dados relacionados à renda, ao trabalho e à educação. Observar esse cenário com base em dados públicos permite identificar trajetórias que não se destacam em análises mais amplas, mas que dizem muito sobre o modo como o município responde a pressões locais e nacionais.

Este artigo utiliza informações de três fontes públicas: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPEADATA e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), considerando o período entre 2010 e 2024. A escolha por essas instituições tem como objetivo garantir a consistência dos dados e permitir a análise de aspectos sociais e econômicos de forma comparável ao longo do tempo.

A pesquisa dialoga com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 (ODS 10), que trata da redução das desigualdades. Parte da ideia de que essas desigualdades não ocorrem apenas entre estados ou regiões, mas também dentro dos próprios municípios. Em Franca, a presença de bons indicadores educacionais e de infraestrutura convive com limitações no mercado de trabalho e no acesso a oportunidades. Essa combinação mostra que o crescimento de uma cidade não garante, por si só, a melhoria das condições para todos os grupos que nela vivem.

O levantamento de dados sobre renda, emprego com carteira assinada, escolaridade e condições sociais possibilita refletir sobre como o poder público atua nesses campos e quais mudanças ocorrem no território diante de alterações econômicas e demográficas. Trata-se de acompanhar transformações que, embora graduais, ajudam a entender como as cidades estão mudando fora das capitais e grandes regiões metropolitanas.

O objetivo deste artigo é analisar as transformações socioeconômicas no município de Franca-SP entre 2010 e 2024, com base em dados públicos de renda, emprego formal, indicadores sociais e demográficos, com a intenção de compreender de que forma essas variáveis ajudam a explicar mudanças recentes no desenvolvimento local.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As transformações sociais e econômicas que vêm ocorrendo nos municípios brasileiros de médio porte têm motivado diferentes estudos que procuram entender as mudanças observadas nas cidades. Esse interesse está voltado, em grande parte, à forma como os espaços urbanos respondem a alterações nas dinâmicas econômicas, produtivas e demográficas. A relação entre território e desenvolvimento local aparece como um ponto de partida importante para discutir essas questões.

Cruz e Garcia (2025) destacam os efeitos das transformações geopolíticas em escala global sobre as regiões que estão fora dos principais polos metropolitanos. Em suas análises, os autores mostram como disputas econômicas e políticas afetam diretamente a produção local. Em muitos casos, esses impactos resultam na redução de postos de trabalho, na queda de competitividade de setores produtivos e em dificuldades para manter investimentos públicos.

Rodrigues (2024), ao estudar o Mercado Popular Urbano de Franca-SP, chama atenção para a importância das formas locais de organização do trabalho como meio de sustento para uma parcela expressiva da população. A autora observa que, mesmo com pouca presença institucional, essas atividades desempenham um papel central na vida da cidade, tanto do ponto de vista econômico quanto social. A escassez de estrutura pública e a falta de planejamento específico para esses espaços afetam diretamente quem depende desse tipo de comércio.

O trabalho de Leal e Braga Filho (2023) também contribui para essa discussão ao abordar o processo de desindustrialização em Franca. Segundo os autores, o enfraquecimento do setor industrial

¹ Consideram-se cidades de porte médio aquelas com população entre 100 mil e 1 milhão de habitantes (BRAKARZ, 2023).

comprometeu a arrecadação municipal e alterou o perfil de ocupações disponíveis. Nesse contexto, eles apontam a necessidade de ampliar o olhar sobre o desenvolvimento local, incluindo outros segmentos econômicos capazes de gerar trabalho e renda de forma mais diversa.

Silva (2025), por sua vez, revisita o campo da sociologia urbana e propõe que a cidade seja entendida como um espaço marcado por disputas de uso, desigualdades e múltiplos interesses. Para o autor, o urbano não pode ser compreendido apenas por suas estruturas físicas, mas sim pelas relações sociais que o produzem. As formas como a cidade é usada e apropriada são resultado direto de decisões políticas e econômicas que não atendem, necessariamente, a todos os grupos que nela vivem.

Na mesma linha, Carmo, Nunes e Santos (2024) analisam o vínculo entre organização social e território a partir de um conjunto de estudos sobre desigualdade urbana. Os autores mostram que o acesso a bens e serviços públicos varia muito entre grupos sociais e regiões dentro das próprias cidades, o que afeta diretamente a forma como as pessoas vivem e se movimentam. Essa leitura ajuda a entender que tais desigualdades não são pontuais ou circunstanciais, mas sim construídas historicamente.

A contribuição de Santos (2006) segue como referência importante para esse campo. Em sua obra, o autor propõe que o território seja compreendido como algo em constante transformação, resultado da relação entre técnica, tempo e ação humana. Isso significa que o espaço urbano não é algo neutro ou fixo, mas sim produzido por escolhas que envolvem tanto interesses dominantes quanto práticas sociais cotidianas. O autor argumenta que o uso do território reflete desigualdades acumuladas ao longo do tempo e que sua análise permite compreender como a cidade é construída, disputada e reorganizada por diferentes agentes sociais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo analisa transformações sociais e econômicas no município de Franca-SP com base em dados secundários disponibilizados por instituições públicas. A escolha por essas fontes visa acompanhar a evolução de indicadores sociais ao longo do tempo, com atenção ao contexto local.

O período considerado vai de 2010 a 2024, permitindo a comparação entre os censos demográficos mais recentes realizados pelo IBGE e o acompanhamento de séries anuais oferecidas por outras instituições públicas. Esse intervalo foi selecionado por reunir dados atualizados e consistentes para a análise pretendida.

Foram utilizadas variáveis relacionadas à renda, emprego formal, escolaridade, dados demográficos e indicadores sociais agregados. A série do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), com dados disponíveis a partir de 2013, também foi incorporada, permitindo observar informações sobre saúde, educação e mercado de trabalho.

As informações foram obtidas a partir de três instituições principais: o IBGE, com dados populacionais, urbanos e educacionais; o IPEADATA, com indicadores econômicos e ocupacionais; e a FIRJAN, com os dados do IFDM. Todas essas fontes são públicas, de acesso aberto e disponibilizam séries comparáveis entre municípios e ao longo dos anos.

Os dados foram organizados em planilhas eletrônicas e processados com o apoio do software *Stata*². A análise seguiu uma abordagem descritiva, com a construção de gráficos e observação de tendências, variações percentuais e comparações simples entre anos e indicadores. Não foram aplicadas técnicas estatísticas complexas, nem modelos voltados à previsão de comportamento futuro. O objetivo foi observar os dados já disponíveis e destacar padrões que ajudem a entender as transformações que vêm ocorrendo no município ao longo do período analisado.

² *Stata* é um software estatístico desenvolvido pela *StataCorp*. Disponível em: <https://www.stata.com>. Acesso em: 21 set. 2025.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Evolução do IFDM

Entre 2013 e 2023, Franca apresentou mudanças significativas nos indicadores que compõem o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), construído com base em dados de educação, saúde e emprego e renda. Em 2013, o índice total registrado foi de 0,7250. Ao longo da década, o município passou por momentos de queda, estabilidade e recuperação, encerrando 2023 com o índice de 0,8039, classificação considerada elevada segundo os critérios da própria FIRJAN (2025).

Entre 2014 e 2016, o índice sofreu recuos consecutivos, atingindo em 2016 o menor valor da série: 0,6997. Esse período pode ter refletido os efeitos da crise econômica nacional sobre as receitas municipais e sobre a oferta de serviços públicos. A partir de 2017, observou-se um início de recuperação, com avanços mais consistentes a partir de 2020. Em 2021, o índice havia subido para 0,7549, e manteve trajetória ascendente nos dois anos seguintes.

Mesmo com oscilações, a tendência geral é de crescimento contínuo, ainda que em ritmo moderado. O intervalo entre 2015 e 2019 apresentou variações discretas, o que pode indicar certa estabilidade. Já os anos seguintes foram marcados por avanços mais claros, sugerindo que a cidade conseguiu recuperar capacidade de planejamento e execução de políticas públicas em áreas essenciais. As alternâncias ao longo do período mostram como o ritmo de desenvolvimento depende de múltiplas condições, como conjuntura econômica e capacidade institucional.

4.2 Perfil demográfico e infraestrutura urbana

Segundo o Censo de 2022, Franca atingiu a marca de 352.536 habitantes, o que representa um crescimento de 10,6% em relação a 2010. A densidade demográfica ficou em 582,05 habitantes por km², o que reforça o perfil de cidade média com expansão urbana contínua.

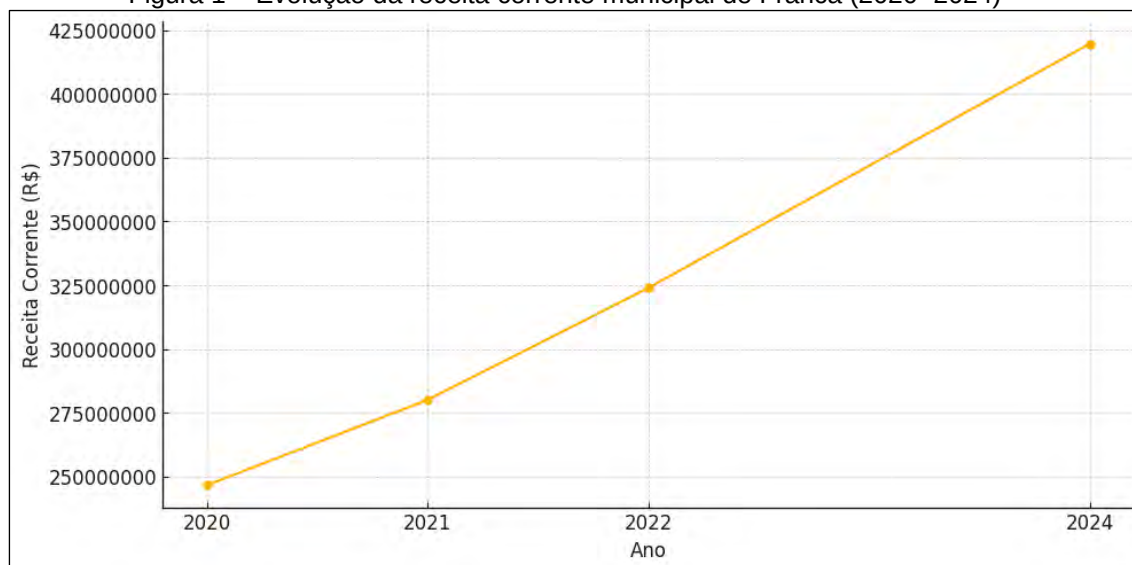
Em 2021, o PIB per capita foi de R\$ 31.450,10. No mercado formal de trabalho, Franca registrou 120.975 vínculos em 2022, com salário médio equivalente a 2,1 salários-mínimos. Na educação, a taxa de escolarização entre crianças de 6 a 14 anos alcançou 98,98% em 2022. No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2023, as notas foram 7,0 nos anos iniciais e 5,6 nos anos finais do ensino fundamental da rede pública, acima da média nacional.

Em relação à infraestrutura urbana, a área urbanizada chegou a 82,34 km² em 2019. Quase toda a população é atendida por abastecimento de água e coleta de lixo, e 97,74% dos domicílios contam com esgotamento sanitário adequado. Na saúde, a taxa de mortalidade infantil em 2023 foi de 11,28 óbitos por mil nascidos vivos. Já as internações por diarreia ficaram em 13,7 por 100 mil habitantes. Em termos fiscais, 59,19% das receitas correntes do município, em 2024, vieram de transferências intergovernamentais, o que indica certo grau de dependência em relação às esferas estadual e federal.

4.3 Receita pública e emprego formal

A arrecadação da receita corrente municipal de Franca aumentou de forma contínua entre 2020 e 2024. O valor subiu de R\$ 323,9 milhões, em 2022, para R\$ 419,6 milhões em 2024, o que representa uma variação positiva de 29,54%. A Figura 1 apresenta a evolução desses valores ao longo do período, com base nas informações do IPEADATA.

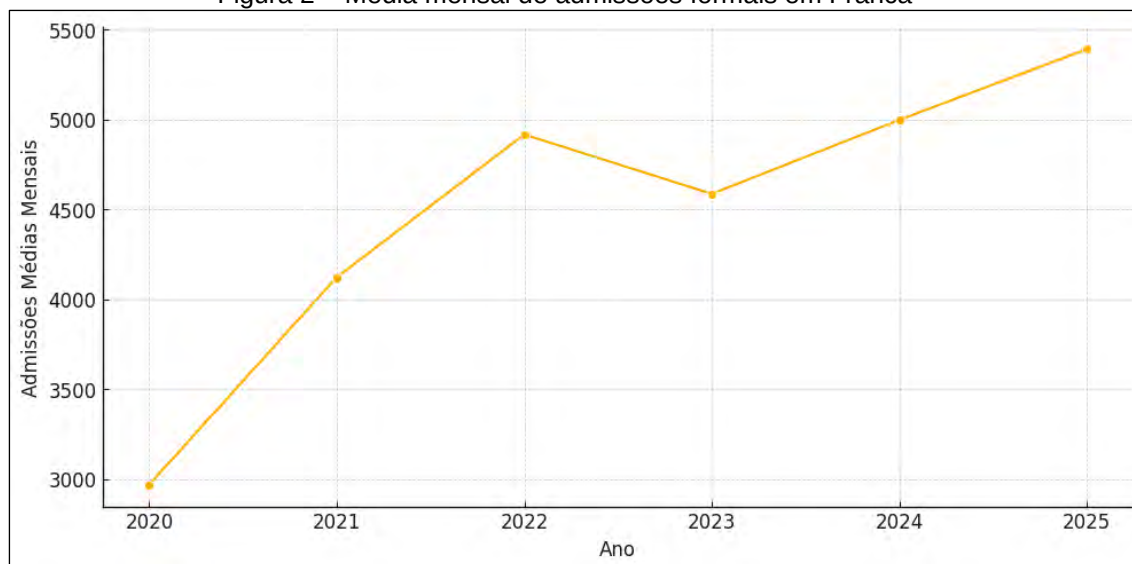
Figura 1 – Evolução da receita corrente municipal de Franca (2020–2024)



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Ipeadata (2025).

No mesmo intervalo, os dados do Novo CAGED mostram que o comportamento das admissões formais foi marcado por oscilações. Em 2020, o número médio mensal foi o mais baixo da série, reflexo direto da pandemia. A recuperação ocorreu gradualmente a partir de 2021, com aumento mais evidente em 2022 e 2025. Os dados até agosto de 2025 já apontam uma média superior à dos anos anteriores. A Figura 2 mostra esse movimento, destacando as variações na média mensal de contratações no período analisado.

Figura 2 – Média mensal de admissões formais em Franca



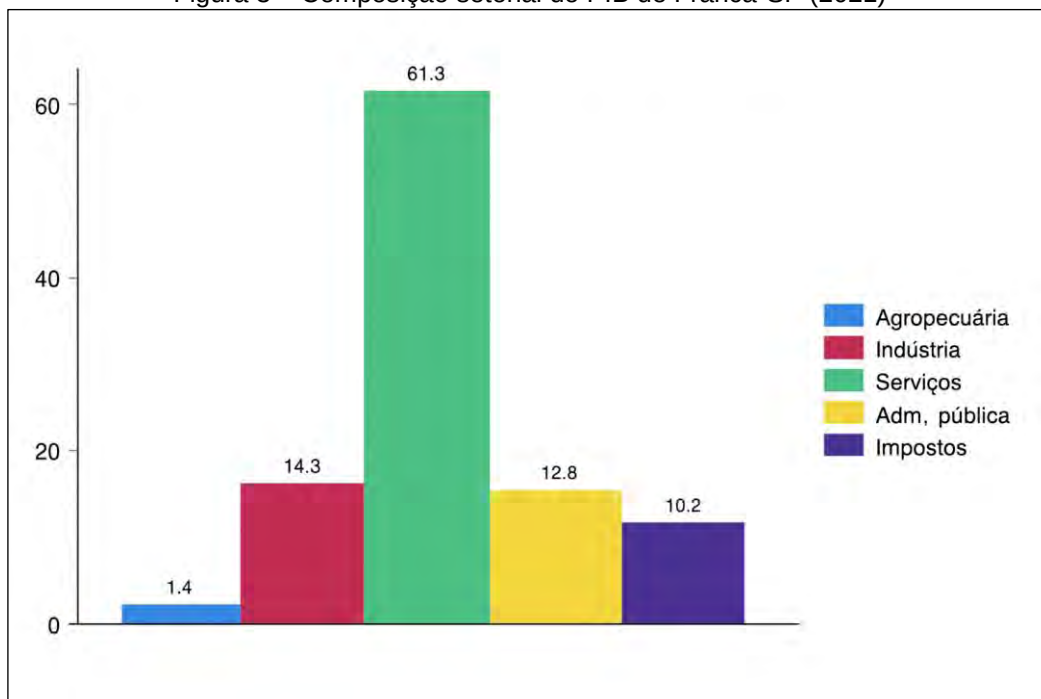
Fonte: elaboração própria com dados do Ipeadata (2025).

O crescimento da arrecadação, aliado à retomada do emprego formal, sugere um momento de reorganização da economia local. A manutenção de uma média mensal elevada de admissões pode indicar maior dinamismo nas atividades econômicas e fortalecimento da capacidade de financiamento público, o que contribui para a sustentação de políticas voltadas à educação, infraestrutura e serviços urbanos.

4.4 Estrutura produtiva e composição do PIB

A estrutura econômica de Franca tem se apoiado principalmente no setor de serviços. Em 2021, essa atividade representava 61,3% do PIB municipal, enquanto a indústria correspondia a 14,3%, a administração pública a 12,8%, e a agropecuária a 1,4%. Os impostos líquidos de subsídios completaram os 10,2% restantes. A Figura 3 apresenta a distribuição percentual dessas atividades, com dados do IBGE.

Figura 3 – Composição setorial do PIB de Franca-SP (2021)



Fonte: elaboração própria no *Stata* com dados do IBGE (2021).

Esse perfil confirma o avanço do setor terciário na cidade, fenômeno observado em diversos municípios de porte médio no país. A economia local tem se voltado mais ao comércio, aos serviços e à administração pública, enquanto o setor calçadista, historicamente relevante, perdeu espaço. Essa transição impacta diretamente o mercado de trabalho, com redução de postos industriais e aumento da presença de trabalhadores em atividades menos protegidas ou mais instáveis.

Entre 2010 e 2021, o PIB municipal passou de R\$ 5,05 bilhões para R\$ 11,27 bilhões. O crescimento mais acentuado foi registrado entre 2010 e 2017, com aumento de R\$ 4,35 bilhões. Entre 2017 e 2021, o avanço foi mais moderado, de R\$ 1,88 bilhão. O PIB per capita dobrou no período, passando de R\$ 15.838 para R\$ 31.450. Apesar disso, o aumento da renda média não garante uma distribuição equilibrada dos recursos entre os moradores, o que ajuda a compreender a persistência de desigualdades internas.

Do ponto de vista fiscal, mais da metade das receitas correntes do município em 2024 vieram de fontes externas. Apesar de haver superávit orçamentário, essa dependência pode limitar a capacidade de resposta local frente a demandas crescentes. Isso reforça a importância de repensar a estrutura produtiva da cidade, buscando ampliar as possibilidades de arrecadação própria.

Em conjunto, os dados analisados com apoio do software *Stata* indicam que o crescimento econômico de Franca depende do dinamismo do setor de serviços e da capacidade de manter receitas públicas compatíveis com as necessidades da população. Essas condições devem ser consideradas em futuras discussões sobre políticas voltadas ao desenvolvimento local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar as transformações socioeconômicas ocorridas em Franca-SP entre os anos de 2010 e 2024, com base em dados públicos sobre renda, emprego formal, escolaridade, infraestrutura urbana e indicadores demográficos. A partir de informações disponibilizadas pelo IBGE, IPEADATA e FIRJAN, foi possível alcançar esse propósito, combinando a organização dos dados com o uso do software *Stata*, que auxiliou na leitura estatística e na identificação de padrões locais.

Os resultados indicaram mudanças importantes na estrutura econômica do município. A perda de força da indústria e a ascensão do setor de serviços alteraram a composição produtiva e as formas de inserção no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, observou-se aumento da arrecadação municipal e melhora de alguns indicadores sociais, especialmente nos anos mais recentes. Esses movimentos sugerem uma reorganização interna que tem permitido certa recuperação fiscal e administrativa.

Por outro lado, permanecem desafios que limitam a autonomia e a capacidade de resposta do município. A dependência de transferências estaduais e federais ainda é significativa, e os avanços nos indicadores econômicos nem sempre se traduzem em melhorias amplas nas condições de vida da população. O crescimento da receita pública e os resultados educacionais, por exemplo, caminham ao lado de desigualdades persistentes no acesso a serviços e oportunidades.

Franca aparece, nesse cenário, como uma cidade média em transformação. Com crescimento populacional contínuo, bons índices educacionais e presença expressiva no mercado de trabalho formal, o município reúne condições para continuar ampliando sua estrutura econômica. No entanto, enfrenta limites impostos por um modelo produtivo em transição, que exige políticas públicas capazes de promover inclusão social, geração de renda e uso mais autônomo dos recursos disponíveis.

Ao trazer essas observações, o trabalho contribui para ampliar a compreensão sobre a realidade de municípios que, fora das capitais e grandes centros, também enfrentam mudanças importantes. A experiência de Franca ajuda a pensar como cidades de porte semelhante respondem às mudanças econômicas, adaptam suas estruturas e constroem possibilidades de desenvolvimento em contextos diversos.

Além das análises realizadas, seria pertinente que estudos futuros aprofundassem a comparação entre municípios de perfil semelhante, a fim de identificar padrões regionais e estratégias públicas que tenham contribuído de maneira mais eficaz para o enfrentamento das desigualdades sociais. Investigações qualitativas que envolvam entrevistas com gestores locais ou trabalhadores de setores específicos também podem complementar a leitura estatística aqui proposta, oferecendo uma visão mais próxima da realidade cotidiana da população e das escolhas feitas na condução das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BRAKARZ, José. Cidades de porte médio no Brasil: marco setorial de investimentos em desenvolvimento urbano. [S.l.]: FONPLATA – Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, abr. 2023. Disponível em: <https://fonplata.org/sites/default/files/media/documents/Cidades%20de%20Porte%20Me%CC%81dio%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 26 set. 2025.

CARMO, Nadyelle Cursino do; NUNES, Fabrizia Gioppo; SANTOS, Alex Mota dos. **Território, sociedade e desigualdade: uma revisão de literatura**. Revista Verde Grande, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/6811>. Acesso em: 28 set. 2025.

CRUZ, Uilmer Rodrigues Xavier da; GARCIA, Ricardo Alexandrino. **Transformações geopolíticas globais e desenvolvimento regional: desafios e oportunidades no século XXI**. Cadernos de Pesquisa, v. 22, n. 6, 2025. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/15342>. Acesso em: 25 set. 2025.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Rio de Janeiro: FIRJAN, 2025. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm>. Acesso em: 24 set. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades@: informações dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2025.

IPEADATA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Sistema de séries temporais. Brasília: IPEA, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 28 set. 2025.

LEAL, Murilo Cordero; BRAGA FILHO, Hélio. **A desindustrialização na cidade de Franca como resultado do movimento de retrocesso do desenvolvimento econômico brasileiro.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 19, n. 2, mai-ago 2023. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6679>. Acesso em: 2 out. 2025.

RODRIGUES, Sarah Vilela Rosa Fadel Tavares. **Tessitura da dinâmica econômica, social e infraestrutural: uma análise do Mercado Popular Urbano de Franca-SP.** Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2024. Disponível em: <https://www.cbg2024.agb.org.br/trabalho/view?q=eyJwYXJhbXMiOiJ7XCJJRF9UUkFCQUxIT1wiOlwiMTU5OFwifSlsmgiOil2OWNmODVhYjQ1NTZiMWVjYmU1NTJiYTkwMDIiODc5MSJ9>. Acesso em: 28 set. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. Disponível em: <https://sites.usp.br/fabulacoesdafamiliabrasileira/wp-content/uploads/sites/1073/2022/08/A-natureza-do-Espaco.pdf>. Acesso em: 25 set. 2025.

SILVA, Raimundo Paulino da. **Sociologia urbana: uma revisão bibliográfica.** Revista Caribenha de Ciências Sociais, publicado em 19 ago. 2025. Disponível em: <https://revistacaribena.com/ojs/index.php/rccs/article/view/4752>. Acesso em: 2 out. 2025.

**TURISMO ESPORTIVO E REDES CRIATIVAS: POLÍTICAS INOVADORAS PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**

***Sporting Tourism and Creative Networks: Innovative Policies for Sustainable Regional
Development***

Área temática: 08 - Trabalho decente e crescimento econômico.

ROCHA, M. Gonçalves da
UNI-FACEF
Mestre em Promoção da Saúde, Especialista em Fisiologia do Exercício e Treinamento Desportivo,
Graduado em Educação Física (Bacharel e licenciatura) pela Universidade de Franca-SP (Unifran)
mgoncalves191074@gmail.com

CÂMARA, Naiá Sadi
UNI-FACEF
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP, Mestre Linguística e Língua Portuguesa
pela UNESP e Graduação em Letras
naiasadi@gmail.com

GUERRA, José Alfredo de Pádua
UNI-FACEF
Doutor em Serviço Social pela UNESP, Mestre em Administração pelo Uni-FACEF com Graduação
em Economia
josealfredopaduaguerra@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise sobre o modo que redes criativas articulam os setores público e privado para fomentar o turismo esportivo e promover o desenvolvimento regional sustentável. Utilizou-se de pesquisa qualitativa baseada em revisão bibliográfica e análise documental de estudos e relatórios dos últimos dez anos, com foco em eventos esportivos integrados e clusters de economia criativa. Como resultados, identificou-se que a cooperação intersetorial estimula a inovação, fortalece a inclusão social e preserva o meio ambiente. A adoção de políticas públicas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dinamiza a economia local, reforça a identidade cultural e aumenta a competitividade regional. Conclusão: A implementação de estratégias integradas de governança colaborativa e incentivo à economia criativa é essencial para maximizar os benefícios do turismo esportivo em territórios emergentes.

Palavras-chave: Turismo esportivo, redes criativas, desenvolvimento regional sustentável.

Abstract

Objective: Analyze how creative networks connect the public and private sectors to foster sporting tourism and promote sustainable regional development. Methodology: Qualitative research based on a literature review and documentary analysis of studies and reports from the last ten years, focusing on integrated sporting events and creative economy clusters. Results: It was identified that intersectoral cooperation stimulates innovation, strengthens social inclusion and preserves the environment. The adoption of public policies aligned to the Sustainable Development Goals (SDGs) dynamizes the local economy, reinforces cultural identity and increases regional competitiveness. Conclusion: The implementation of integrated strategies for collaborative governance and incentives for the creative economy is essential to maximize the benefits of sporting tourism in emerging territories.

Keywords: Sports tourism, creative networks, sustainable regional development, creative economy.

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Nas últimas décadas, o turismo esportivo emergiu como um segmento estratégico, capaz de gerar impactos positivos e de longo prazo nos âmbitos econômico, social e ambiental (Abrão, 2023). Paralelamente, o desenvolvimento de redes criativas colaborativas tem sido apontado como fator imprescindível para alavancar a inovação e dinamizar a economia regional. Nesse contexto, torna-se relevante investigar de forma aprofundada como a integração entre esses dois campos, turismo esportivo e economia criativa, pode ser catalisada por políticas públicas inovadoras que promovam o desenvolvimento regional e sustentável.

A pesquisa teve como objetivo responder à seguinte questão: De que forma as redes criativas podem, por meio de inovações e políticas públicas integradas, fomentar o turismo esportivo e impulsionar o desenvolvimento regional sustentável? Para responder essa problemática, adotou-se como objetivo geral analisar como redes criativas, apoiadas por políticas públicas inovadoras, podem dinamizar o turismo esportivo e promover o desenvolvimento regional sustentável. Nessa perspectiva, definiu-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Mapear iniciativas de corrida de rua e ciclismo na microrregião de Franca-SP e seus impactos socioeconômicos;
- b) Identificar estruturas de governança colaborativa entre o poder público, associações esportivas e negócios criativos;
- c) Analisar os mecanismos de governança colaborativa e dinâmica das redes criativas no fomento ao turismo esportivo na microrregião de Franca-SP;
- d) Propor diretrizes de políticas públicas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para replicabilidade em outras regiões.

1.4 JUSTIFICATIVA

Partimos do pressuposto que existe um *gap* acadêmico e prático, a falta de estudos integrados entre turismo esportivo e economia criativa no contexto regional brasileiro. A necessidade de evidências concretas para orientar gestores municipais na formulação de políticas públicas inovadoras e ainda oportunidade de alinhar estratégias locais aos ODS da Organização das Nações Unidas (ONU), promovendo inclusão social e preservação ambiental.

Justifica-se o estudo pela necessidade de compreender os mecanismos que articulam a criatividade, a inclusão social e a competitividade econômica em regiões com potencial inexplorado. Conforme ressaltam Higham e Hinch (2018) e Van Rheenen et al. (2017), a convergência entre iniciativas culturais, tecnológicas e esportivas gera novas e promissoras oportunidades de negócios e fortalece cadeias produtivas locais. Essa relevância prática se evidencia na organização de eventos esportivos em Franca-SP e municípios vizinhos, como as provas de corrida de rua e as rotas de ciclismo, que promovem a mobilidade urbana, impulsionam a economia de fim de semana e fortalecem a interação entre associações e assessorias esportivas, grupos de corrida e ciclismo e poderes públicos. Tal articulação, já apontada na literatura (Cordeiro, 2015; Van Rheenen et al., 2017), oferece um exemplo concreto de como as redes criativas podem servir de alicerce para políticas públicas integradas, impulsionando o turismo esportivo e contribuindo para a sustentabilidade regional.

Para além de seu potencial mobilizador, os eventos de corrida de rua e as rotas de ciclismo na microrregião de Franca-SP carecem de avaliação integrada dos seus desdobramentos socioeconômicos e ambientais. Ao articular o turismo esportivo com redes criativas locais, este estudo se faz necessário para identificar como a colaboração entre poder público, associações esportivas e empresas criativas fortalece tanto a dinâmica econômica de fim de semana quanto a inclusão social e a preservação ambiental.

Além de preencher a lacuna que ainda separa as análises de turismo esportivo das de economia criativa, esta pesquisa oferece subsídios concretos para a formulação de políticas públicas inovadoras. Ao mapear práticas de sucesso e propor um modelo de governança colaborativa alinhado aos ODS da ONU (ODS Brasil, 2025), pretendemos orientar gestores municipais na criação de incentivos fiscais, programas de capacitação e parcerias público-privadas replicáveis em outras regiões.

Com este panorama, na próxima seção apresenta-se a revisão da literatura sobre turismo esportivo, redes criativas e políticas públicas, consolidando o referencial teórico que fundamentará a análise empírica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TURISMO ESPORTIVO

O turismo esportivo compreende uma multiplicidade de atividades, que vão desde a participação ativa em competições até a atração de visitantes para eventos e infraestrutura esportiva. Segundo Cordeiro (2015), esta modalidade não se limita apenas ao estímulo à prática de atividades físicas, ela também atua como vetor para o dinamismo econômico e cultural das regiões. Estudos contemporâneos apontam que, ao integrar práticas de saúde e lazer com a promoção de eventos esportivos, como corridas de rua, ciclismo e trekking, o turismo esportivo pode gerar substanciais efeitos multiplicadores em setores como hotelaria, gastronomia e transporte (Morfoulaki et al., 2023; Van Rheenen et al., 2017).

2.1.1 Eventos de corridas de rua e ciclismo na região

Em diversos municípios da microrregião do município de Franca-SP, além do próprio município, os eventos de corrida de rua apresentam percursos cuidadosamente planejados que variam de 5 a 100 km ou mais, tanto em áreas urbanas como rurais, englobando trajetos que se estendem até localidades como os municípios de Batatais-SP, Restinga-SP, Cristais Paulista-SP, Claraval-MG, Rifaina-SP, entre outros. Esses eventos, sejam de lazer ou competitivos, promovem a mobilidade urbana ativa, estimulam o fluxo de turismo de fim de semana e fortalecem sólidas parcerias entre associações esportivas e os poderes públicos municipais. Tal articulação, ao criar sinergias locais, contribui para a dinamização e diversificação da economia regional (Cordeiro, 2015; Van Rheenen et al., 2017).

Complementarmente, o segmento do ciclismo, abrangendo tanto modalidades de asfalto (speed) quanto trilhas rurais (mountain bike), exhibe uma estrutura consolidada na região, com impressionantes rotas que alcançam extensões de 100 a 200 km ou mais a partir do município de Franca-SP, com destaque para a Rota de Ciclismo de Franca à Rifaina, observa-se que a infraestrutura de apoio, bem como pontos estratégicos como o Recanto Aroeira, no distrito de Taquari, município de Pedregulho-SP, popularmente denominado “Venda do Queijo”, impulsionam a prática entre centenas de ciclistas anualmente, além de parada para motociclistas e apreciadores da natureza. A disponibilização sistematizada dessas rotas, reforçam a integração de modalidades competitivas e de aventura, evidenciando o potencial do turismo esportivo para fomentar o desenvolvimento regional sustentável (Morfoulaki et al., 2023; Prefeitura de Franca, 2025).

2.2 REDES CRIATIVAS

Redes criativas constituem dinâmicas estruturas colaborativas que conectam diversos atores do setor público, privado e da sociedade civil, visando a inovação e o reposicionamento territorial (Câmara, 2019). Howkins (2002) postula que a economia criativa é capaz de transformar ideias em produtos e serviços notavelmente inovadores, gerando valor econômico e fortalecendo a identidade cultural dos territórios. Zamberlan (2023) demonstra que a consolidação de clusters criativos, com ênfase em produção audiovisual digital, por exemplo, pode ampliar a visibilidade de iniciativas turísticas e substancialmente incrementar a competitividade regional.

Ao integrar as esferas acadêmica, empresarial e governamental, o modelo da Tripla Hélice pontuado por Etzkowitz (2022), promove uma interação estruturada e contínua que acelera a produção e a difusão de conhecimento, tornando mais eficaz a transformação de ideias em produtos, serviços e políticas inovadoras. Essa sinergia reduz as barreiras tradicionais à inovação ao combinar pesquisa de ponta, capacidade produtiva e suporte regulatório, gerando ecossistemas locais mais dinâmicos e competitivos. Além disso, ao articular financiamentos, infraestrutura e redes de colaboração, a Tripla Hélice fortalece a identidade cultural dos territórios e potencializa o desenvolvimento socioeconômico de forma sustentável (Etzakowitz, 2022).

2.2.1 Turismo criativo e benefícios econômicos

O turismo criativo apresenta benefícios econômicos, sociais e para o desenvolvimento regional, destacando-se a geração de novas oportunidades de trabalho e a diversificação de fontes de renda locais, resultado da criação de redes colaborativas que integram toda a cadeia produtiva do setor (Carvalho; Costa; Ferreira, 2024).

Economicamente, contribui para o incremento da comercialização de produtos autênticos e para a ampliação do fluxo de visitantes, potencializando o empreendedorismo cultural e a fixação de profissionais criativos na região. Socialmente, fortalece o capital social ao promover a cocriação e a

participação ativa da comunidade, bem como a valorização e a salvaguarda do patrimônio tangível e intangível, garantindo a transmissão de saberes tradicionais (Carvalho; Costa; Ferreira, 2024).

No âmbito do desenvolvimento regional, reforça a imagem inovadora do destino e impulsiona a regeneração urbana, consolidando-se como estratégia sustentável para o crescimento equilibrado e inclusivo de territórios maduros e de baixa densidade.

Segundo Richards e Raymond (2000), o turismo criativo fundamenta-se na aprendizagem ativa e na cocriação de experiências autênticas pelos visitantes, premissa reforçada por Binkhorst e Den Dekker (2013), que defendem a formação de redes colaborativas entre agentes para o desenvolvimento de capital social e relacional. Molina (2012) amplia esse entendimento ao destacar a influência das especificidades territoriais na capacidade de inovação e diferenciação do destino, enfatizando a valorização de saberes tradicionais.

Para implementar o turismo criativo em regiões específicas, recomenda-se iniciar pelo mapeamento dos ativos culturais e criativos locais, envolvendo a comunidade no diagnóstico de práticas tradicionais relevantes (Molina, 2012; Carvalho; Costa e Ferreira, 2024). Em seguida, deve-se estruturar uma governança colaborativa, integrando poder público, empresas, associações e organizações do terceiro setor em redes de cocriação (Binkhorst; Den Dekker, 2013).

A capacitação de guias e facilitadores locais nas metodologias de aprendizagem experiencial (Matias, 2013), aliada à construção de infraestruturas modulares para oficinas e eventos pop-up, assegura a qualidade e a autenticidade das atividades. Por fim, um plano de marketing territorial alinhado à narrativa local e ao uso de plataformas digitais interativas é fundamental para atrair o público criativo global e consolidar o destino como referência em experiências participativas.

2.2.2 Dinâmica de redes criativas

As redes criativas não são estáticas, elas evoluem conforme novos atores ingressam e fluem recursos, informação e capital simbólico. Segundo Barabási (2002), tais redes seguem leis de *preferential attachment*, formando hubs que concentram inovação. Em turismo esportivo, percebe-se que a introdução de eventos de ciclismo em Franca-SP (2018-2024) transformou progressivamente o papel de atores locais, migrando de simples organizadores para coordenadores de políticas intersetoriais, o que reforça o caráter transformador dessas redes no desenvolvimento regional.

2.3 INOVAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

2.3.1 Políticas de fomento

O coração da consolidação do turismo esportivo em territórios emergentes repousa em ações públicas articuladas que estimulem a inovação tecnológica, social e econômica. Em primeiro lugar, é fundamental investir em infraestrutura de apoio, desde a melhoria de vias de acesso e sinalização de rotas de ciclismo até a criação de espaços modulares para eventos pop-up e hubs de economia criativa (ver Seção 2.2.2). Esses investimentos devem andar lado a lado com a capacitação profissional de atores locais, por meio de programas continuados de formação em gestão de eventos, tecnologias aplicadas ao turismo e metodologias de cocriação de experiências (Higham e Hinch, 2018).

Além disso, incentivos fiscais dirigidos a micro e pequenas empresas criativas, associações esportivas e startups do setor são instrumentos potentes para reduzir barreiras de entrada e fomentar parcerias público-privadas. Linhas de crédito subsidiado e chamadas públicas específicas, como as que já aportaram R\$ 4,7 milhões em projetos intersetoriais em Franca-SP (Seção 3.2.4), funcionam como motores de dinamização local. Por fim, a estruturação de governança colaborativa, reunindo secretarias municipais, fundações como a Fundação Esporte, Arte e Cultura (FEAC), que a partir do ano de 2025 passou a ser intitulada Secretaria Municipal de Esportes Arte e Cultura (SMEC), e organizações da sociedade civil, fortalece a coordenação de cronogramas e orçamentos, evitando sobreposições de ação e maximizando o uso dos recursos disponíveis.

2.3.2 Integração com os ODS

Para que essas políticas de fomento não sejam apenas pontuais, mas sustentáveis no longo prazo, é imprescindível alinhá-las aos ODS. Propomos então, um mapeamento direto:

ODS 3 (Saúde e Bem-Estar): incorporação de metas relacionadas ao aumento do percentual de população ativa por meio de eventos regulares de corrida de rua e ciclismo, com monitoramento de indicadores de saúde pública (Seção 3.2.2);

ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico): estabelecimento de regimes especiais de tributação e linhas de crédito para empreendedores criativos e operadores de turismo esportivo nas microrregiões;

ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura): desenvolvimento de clusters de economia criativa digital para produção de conteúdos promocionais de menor custo e maior alcance (ver Seção 2.2.1);

ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis): investimentos em mobilidade ativa e espaços públicos de convivência que atendam tanto atletas quanto comunidades locais;

ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis): adoção de práticas de gestão de resíduos e aquisições verdes em eventos, com registro de suas pegadas ambientais;

ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação): formalização de consórcios territoriais entre municípios vizinhos, setor privado, universidades e entidades de classe para viabilizar intercâmbio de dados, recursos e *know-how*.

Esse alinhamento garante que cada medida de fomento reverbere em múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável, criando sinergias entre geração de renda, inclusão social e conservação ambiental (Fagundes e Ashton, 2010; Silva Rincón et al., 2021; Dalonso, 2015; Gammon et al., 2017).

2.4 SÍNTESE DA REVISÃO DA LITERATURA

A partir dos estudos analisados, identificam-se três lacunas principais:

a) Ausência de evidências empíricas sobre modelos de governança colaborativa entre redes criativas e turismo esportivo em contextos regionais;

b) Carência de avaliações sistemáticas dos impactos socioeconômicos e ambientais de eventos esportivos integrados a políticas inovadoras;

c) Falta de articulação entre diretrizes de políticas públicas alinhadas aos ODS e a dinâmica das redes criativas.

Aqui, consolida-se as principais lacunas identificadas, reforçando a necessidade de uma abordagem qualitativa e documental que explore, de forma aprofundada, as relações entre redes criativas, turismo esportivo e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável. Diante das lacunas identificadas, a seção 3 detalha os procedimentos metodológicos adotados para investigar as inter-relações entre redes criativas, turismo esportivo e políticas públicas.

Em síntese, a lacuna (a), relativa à ausência de evidências empíricas sobre modelos de governança colaborativa entre redes criativas e turismo esportivo, motiva diretamente o objetivo específico (b), que busca identificar essas estruturas de governança entre poder público, associações esportivas e negócios criativos. A lacuna (b), que aponta a carência de avaliações sistemáticas dos impactos socioeconômicos e ambientais de eventos esportivos integrados a políticas inovadoras, fundamenta o objetivo (a), dedicado a mapear as iniciativas de corrida de rua e ciclismo na microrregião de Franca-SP e mensurar seus impactos. Por fim, a lacuna (c), caracterizada pela falta de articulação entre diretrizes de políticas públicas alinhadas aos ODS e a dinâmica das redes criativas, justifica o objetivo (d), que propõe diretrizes de políticas públicas integradas aos ODS para garantir replicabilidade e sinergias em outras regiões.

Abaixo, no quadro 1, definições importantes.

Quadro 1 - Glossário de termos recorrentes.

Termo	Definição
Turismo esportivo	Modalidade de turismo em que a motivação principal dos visitantes é a prática ou o acompanhamento de eventos esportivos, gerando impactos econômicos, sociais e culturais.
Economia criativa	Conjunto de atividades que transformam ideias, conhecimento e capital cultural em bens e serviços de valor econômico, tendo como base o intelecto e a inovação.
Cluster	Aglomeração geográfica de empresas, instituições e atores correlacionados, que colaboram e competem, intensificando a inovação e a competitividade regional.
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, composta por 17 metas globais para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e promover prosperidade até 2030.

Fonte: O autor, 2025.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Para Gil (2002), a exploratória possui como objetivo principal, o aprimoramento de ideias ou descobertas de intuições, enquanto que, na descritiva, o objetivo principal é “a descrição das características de determinada população ou fenômeno, e ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2002, p. 42). A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. Para tanto, selecionou-se literatura acadêmica disponível em bases como *SciELO* e Google Acadêmico, com ênfase em publicações dos últimos dez anos (2015-2025), nos idiomas português, inglês e espanhol. Ainda, foram incluídos artigos importantes à temática de outros períodos.

Autores considerados fundamentais à fundamentação teórica, ainda que anteriores ao recorte temporal citado, por constituírem marcos conceituais imprescindíveis ao estudo, foram acrescentados. Nesse conjunto destacam-se: Howkins (2002) e Richards e Raymond (2000) no campo da economia criativa e do turismo criativo; Gibson (2003) e Gammon e Robinson (2003) como precursores dos estudos em turismo esportivo; Myrdal (1957) e Hirschman (1958) pelas contribuições à teoria do desenvolvimento regional.

Os critérios de inclusão consideraram estudos que abordassem, de forma integrada, os temas de turismo esportivo, redes criativas e políticas públicas de desenvolvimento regional.

Para a busca sistemática da literatura, utilizou-se a seguinte *string*:

("turismo esportivo" OR "sports tourism" OR "turismo deportivo") AND ("desenvolvimento regional" OR "regional development" OR "desarrollo regional") AND ("políticas públicas" OR "public policies") AND ("redes criativas" OR "creative networks" OR "redes creativas")

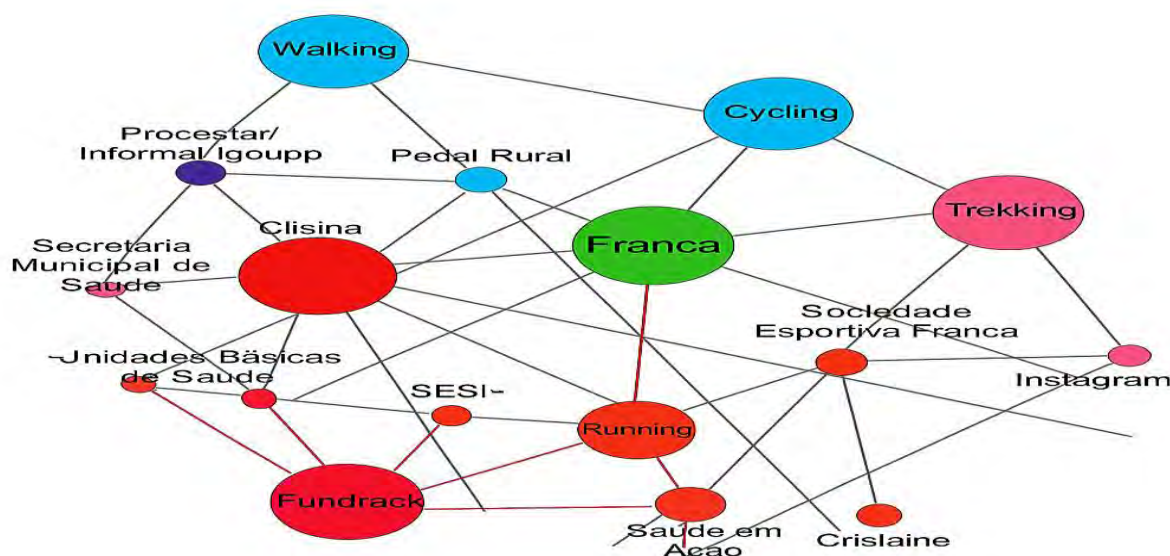
Além da revisão de literatura, a análise documental incluiu fontes institucionais e relatórios municipais, destacadamente do município de Franca-SP (Prefeitura de Franca, 2023), que detalham a organização e os impactos dos eventos esportivos, especialmente as provas de corrida de rua e as rotas de ciclismo. Essa seleção de dados permitiu uma triangulação robusta, integrando informações práticas de forma significativa com os aportes teóricos, e fortalecendo a validade dos achados apresentados neste estudo.

O método de análise de conteúdo foi utilizado para identificar padrões, desafios de forma criteriosa e sistemática e oportunidades apresentados na literatura (Teodoro; De Oliveira, 2024). Além disso, a triangulação dos dados, por meio da comparação precisa entre fontes secundárias e documentos oficiais, contribuiu para a validação dos achados. Por fim, estudos de caso, como os eventos realizados no município de Franca-SP e na região, foram analisados para ilustrar as potencialidades e limitações das iniciativas integradas (Pinheiro, 2021; Fagundes e Ashton, 2010).

3.1 ANÁLISE DE REDE SOCIAL (ARS)

Para mapear as estruturas colaborativas envolvidas nos eventos esportivos, utilizamos o *software Gephi 0.10.2* (Gephi, 2025). Foram coletados dados de coautoria em projetos e parcerias institucionais, permitindo calcular medidas de grau, intermediação e proximidade, conforme Freeman (1979, p. 218). A densidade e centralidade das redes elucidaram nós-chave e possíveis gargalos de comunicação entre gestores públicos, associações esportivas e empresas criativas (Picalho et al., 2024; De Pupi et al., 2020). Abaixo, na figura 1, apresentamos a visualização da rede destacando a centralidade do grau (tamanho do nó), a intermediação (intensidade da cor) e os *clusters* para cada modalidade de atividade.

Figura 1 - Análise das interações de eventos esportivos e atividades físicas.



Fonte: O autor, 2025. Conforme software Gephi 0.10.2 (Gephi, 2025).

3.2 ANÁLISE DAS REDES SOCIAIS EM ATIVIDADES FÍSICA/ESPORTIVAS EM FRANCA

A análise mapeia os principais atores, eventos e canais de interação que compõem a rede social de engajamento em corrida de rua, ciclismo, *trekking* e caminhadas no município de Franca. Identificamos como se dão as conexões entre poder público, organizações parceiras e participantes individuais, bem como pontos de centralidade e lacunas a serem fortalecidas.

3.2.1 Estrutura da Rede

A rede de atividades físicas no município de Franca-SP é composta por três tipos de nós principais:

Instituições públicas:

Secretaria Municipal de Saúde (projeto “Saúde em Ação”) (Município de Franca, 2025a);
Secretaria de Esporte e Cultura e FEAC (eventos e aulas gratuitas) (FEAC Franca, 2015);
Unidades Básicas de Saúde (UBS), 15 envolvidas (Dartibale, 2025).

Organizações da sociedade civil e privadas:

Instituto Três Colinas (Circuito Franca Run) (Guimarães, 2025);
SESI-SP (programa gratuito de esportes);
Associações locais de ciclismo, corrida e *trekking*.

Grupos informais e plataformas digitais;

Clubes de corrida e ciclismo no Facebook/WhatsApp;
Perfis e *hashtags* no Instagram (ex.: Franca Run, Pedal Rural);
Redes de voluntários e lideranças comunitárias.

Cada nó conecta-se a múltiplos eventos e canais de comunicação, formando subgrupos (*clusters*) para cada modalidade esportiva.

3.2.2 Padrões de relacionamento e engajamento

Os vínculos mais fortes ocorrem em iniciativas regulares de promoção à saúde e na realização de grandes eventos anuais, conforme descritos do quadro 2, abaixo indicado.

Quadro 2 - Realização de eventos anuais em Franca-SP.

Atividade	Participantes/Slots	Frequência	Principais Parcerias
Saúde em Ação	> 800 pessoas	2× semana + 1× mês	Secretaria de Saúde + UBS (15 unidades) (Município de Franca, 2025a)
Circuito Franca Run	1 000 vagas	etapa única (29/06/2025)	Secretaria de Esporte e Cultura + Instituto Três Colinas (Guimarães, 2025)
Pedal Rural	centenas	eventuais aos domingos	Secretaria de Esporte e Cultura + Sociedade Esportiva Franca (Prefeitura de Franca, 2025c)
Complexo Poliesportivo	centenas diárias	uso livre/diário	Fundação FEAC (academias ao ar livre e aulas gratuitas) (FEAC Franca, 2015)

Fonte: O autor, 2025.

Participantes assumem papéis de difusores ao compartilhar registros nas redes e convidar novos integrantes, aumentando a densidade das interações e gerando laços fracos que reforçam o alcance dos eventos.

3.2.3 Indicadores de Centralidade e Densidade

Centralidade de grau. A FEAC e a Secretaria de Esporte e Cultura ocupam a posição mais central, conectando clubes, UBS e OSCs em torno de cronogramas e financiamentos.

Densidade da rede. A malha de pequenas iniciativas (grupos de *WhatsApp*, perfis sociais) cria alta densidade local, mas ainda há fragmentação entre corridas, ciclismo e *trekking*, indicando oportunidades de integração transversal.

Betweenness (intermediação). Profissionais de educação física atuam como pontes entre poder público, hospitais e grupos de terceira idade, facilitando o fluxo de informações e adesões nos núcleos de Saúde em Ação (Dartibale, 2025).

3.2.4 Oportunidades de fortalecimento

Integração de plataformas digitais. Unificar calendários em um portal único ou app municipal para cadastro e divulgação de todas as atividades em tempo real.

Articulação intermodal. Promover eventos que combinem corrida, ciclismo e trilhas, fortalecendo laços entre diferentes *clusters*.

Parcerias com OSCs e empresas. Ampliar o chamamento público de R\$ 4,7 milhões para projetos que integram caminhadas, ciclismo e cultura de rua.

Fomento à liderança comunitária. Capacitar voluntários como multiplicadores em bairros com menor participação, especialmente na zona rural para *trekking* e caminhadas.

A rede social de engajamento em atividades físicas na cidade do município de Franca-SP apresenta uma base sólida sustentada pelo poder público e ajudada por OSCs, profissionais de saúde e educação física. Apesar das boas práticas e do alto nível de densidade local, existe espaço para uma maior articulação entre modalidades e canais, bem como para o uso intensivo de ferramentas digitais que ampliem o alcance, a frequência e a sustentabilidade dessas interações.

O fortalecimento desses vínculos potencializará a promoção da saúde, a inclusão social e a formação de comunidades ainda mais coesas e ativas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados revelou que a estruturação de redes criativas aplicada ao turismo esportivo pode promover múltiplos efeitos benéficos ao desenvolvimento regional. Entre os principais resultados, destacam-se:

4.1 ANÁLISE DAS MÉTRICAS QUE INFLUENCIAM AS REDES SOCIAIS

Grau (*Degree Centrality*). Mede quantas conexões diretas um nó possui. Nós de alto grau são *hubs* que participam de múltiplas parcerias (ex.: FEAC, Secretaria de Esporte);
Identificam potenciais multiplicadores de informação e pontos de alavancagem para novas ações.
Intermediação (*Betweenness Centrality*).
Quantifica quantas vezes um nó fica no caminho mais curto entre outros dois nós;
Nós com alta intermediação atuam como pontes ou gargalos (ex.: profissionais de educação física que conectam secretarias e grupos comunitários).
Interferir nesses nós pode melhorar ou prejudicar o fluxo de informações entre *clusters*.

4.2 INSIGHTS DA VISUALIZAÇÃO REDES SOCIAIS

A FEAC e a Secretaria de Esporte e Cultura aparecem como os maiores nós (alto grau), confirmando seu papel central na articulação das atividades.
Profissionais como Crislaine Cintra (Nome fictício), surgem em cores escuras (alta *betweenness*), evidenciando que são essenciais para interligar saúde, esporte e comunidades locais.
Clusters bem definidos por modalidade mostram fragmentação entre corrida, ciclismo e *trekking*, sinalizando necessidade de eventos intermodais.
Presença de pequenos nós isolados (grupos de *trekking* na zona rural) aponta áreas com pouca visibilidade e potencial para novas conexões.

4.3 INTEGRAÇÃO INTERSETORIAL E GERAÇÃO DE SINERGIAS

A articulação entre setores público e privado, mediada por redes colaborativas, potencializa o desenvolvimento de iniciativas inovadoras. Por exemplo, a realização de eventos esportivos que envolvem corridas de rua e competições de ciclismo no município de Franca-SP, demonstrou não apenas impactos econômicos diretos, mas também intensamente o fortalecimento da identidade cultural, ao promover a integração entre moradores, empresários e órgãos governamentais (Higham e Hinch, 2018; Van Rheenen *et al.*, 2017).

4.4 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS

O estudo identificou que o fortalecimento dos *clusters* criativos, no âmbito da produção audiovisual e digital, por exemplo, agiliza a divulgação dos eventos esportivos, ampliando o alcance do turismo e contribuindo para a diversificação da economia local. Dinâmica que gera ciclo virtuoso de geração de renda, prosperidade e inclusão social, além de forma efetivamente, promover práticas sustentáveis que visam a conservação ambiental. Nesse sentido, a integração dos ODS às estratégias regionais constitui um caminho promissor para a consolidação do desenvolvimento sustentável (Morfoulaki *et al.*, 2023; Silva Rincón *et al.*, 2021).

4.5 DESAFIOS E LIMITAÇÕES

Apesar dos resultados promissores, a pesquisa também apontou desafios extremamente relevantes. A falta de coordenação entre as políticas públicas e a dispersão das ações de incentivo à economia criativa dificultam a sistematização dos esforços.

Ademais, a escassez de dados quantitativos e estudos empíricos aprofundados em determinadas regiões notavelmente limita a generalização dos resultados. Assim, a necessidade de uma governança colaborativa urgente e da implementação de *frameworks* estratégicos que integrem iniciativas setoriais desponta como recomendação fundamental para pesquisas futuras.

Os dados analisados reforçam que os eventos de corrida de rua e as rotas de ciclismo atuam como catalisadores do dinamismo regional. A infraestrutura de apoio, a diversidade dos percursos e a articulação entre os setores público e privado, de maneira notável, evidenciam como as práticas esportivas locais geram impactos positivos, desde a mobilidade urbana até a divulgação da cultura local, e sublinham a eficácia das redes criativas na implementação de políticas integradoras.

O presente estudo apresenta algumas limitações que delimitam o escopo dos achados. Em primeiro lugar, a pesquisa baseou-se exclusivamente em revisão bibliográfica e análise documental,

sem a coleta de dados primários junto a atores locais, o que reduz o grau de empirismo e impede mensurar com exatidão indicadores quantitativos de impacto socioeconômico e ambiental. Em segundo lugar, a delimitação temporal (últimos dez anos) e idioma (português, inglês e espanhol) pode ter excluído trabalhos relevantes em outros idiomas ou períodos anteriores que historicamente influenciaram o turismo esportivo. Em terceiro lugar, o recorte geográfico restrito à microrregião do município de Franca-SP limita a generalização dos resultados para outras realidades regionais, sobretudo em contextos urbanos de maior porte ou em países com estruturas institucionais distintas.

Por fim, a ausência de entrevistas semiestruturadas com gestores públicos e operadores de eventos esportivos impossibilitou captar percepções subjetivas, essenciais para enriquecer a compreensão sobre barreiras e motivações locais. Reconhecer essas limitações abre espaço para estudos futuros que incorporem métodos mistos, ampliem o escopo territorial e incluam análises comparativas entre diferentes microrregiões e modalidades esportivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a articulação entre redes criativas, turismo esportivo e políticas públicas integradas gera sinergias capazes de impulsionar impactos socioeconômicos e ambientais positivos em territórios emergentes. A análise de redes sociais mostrou que *hubs* como a FEAC e a Secretaria de Esporte e Cultura concentram fluxos de informação e recursos, confirmando a importância da governança colaborativa. Os exemplos de corridas de rua e rotas de ciclismo no município de Franca-SP demonstraram como práticas esportivas podem dinamizar a economia local, fortalecer identidades culturais e promover mobilidade urbana.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa contribui ao articular conceitos de economia criativa, análise de redes sociais e ODS, ampliando o entendimento sobre dinâmicas de inovação em contextos regionais. Em termos práticos, oferece diretrizes para gestores municipais, propondo incentivos fiscais, plataformas digitais colaborativas e mecanismos de monitoramento participativo que podem ser replicados em outras microrregiões. A proposta de um modelo de governança colaborativa, alinhado aos ODS, constitui ferramenta estratégica para orientar programas de capacitação e parcerias público-privadas.

Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o escopo empírico por meio de coleta de dados primários, entrevistas semiestruturadas e questionários com atores locais, permitindo mensurar quantitativamente os impactos das iniciativas esportivas. Sugere-se também explorar comparações entre diferentes microrregiões, aplicar ferramentas de georreferenciamento e *big data* para aprimorar a gestão das redes colaborativas e avaliar a eficácia de eventos intermodais, sempre alinhando métricas de sustentabilidade aos ODS.

5.1 LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Embora tenha oferecido um panorama detalhado, este estudo apresentou limitações derivadas da ausência de dados primários junto a gestores e participantes locais, restringindo a profundidade analítica. O recorte temporal (últimos dez anos) e geográfico (microrregião de Franca-SP) também pode ter omitido abordagens históricas e experiências de outras regiões.

Para avançar, recomenda-se adotar métodos mistos que integrem narrativas qualitativas e indicadores quantitativos, ampliar o alcance territorial e incluir perspectivas internacionais. A incorporação de entrevistas semiestruturadas, grupos focais e estudos de caso comparativos fortalecerá o entendimento sobre os fatores determinantes do êxito das redes criativas no turismo esportivo.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Leticia Siquieroli; TEIXEIRA-DA-SILVA, Rafael Henrique. Turismo esportivo e o papel dos eventos universitários: o caso da copa inter atléticas (CIA). **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 26, n. 2, p. 50-83, 2023.

BINKHORST, Esther; DEN DEKKER, Teun. Agenda for co-creation tourism experience research. In: **Marketing of tourism experiences**. Routledge, 2013. p. 213-229.

CÂMARA, Naiá Sadi. REDES CRIATIVAS E OS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: RESULTADOS DE PESQUISAS. **XX ENCONTRO DE PESQUISADORES**, p. 1195, 2019.

CARVALHO, Rui Miguel Ferreira; COSTA, Carlos; FERREIRA, Ana Maria. Multidimensional Benefits of Creative Tourism: A Network Approach. **Urban Science**, v. 8, n. 4, p. 196, 2024.

CORDEIRO, Catarina Caetano. **O papel do turismo desportivo no desenvolvimento sustentável das áreas costeiras**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro (Portugal).

DALONSO, Yoná da Silva. Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento turístico das cidades de Gramado (Brasil) e Rovaniemi (Finlândia). 2015.

ETZKOWITZ, Henry. REVISITANDO, REDESCOBRINDO E REPENSANDO UMA HÉLICE TRIPLA. AS HÉLICES DA INOVAÇÃO: interação universidade-empresa-governo-sociedade no Brasil , p. 25. 2022.

DE PUPPI, Heloísa et al. O uso da Análise de Redes Sociais (ARS) para a captação de relações tecnológicas na COOCAT-MEL em Telêmaco Borba-PR. **Revista da FAE**, v. 23, n. 1, p. 163-188, 2020.

FAGUNDES, Camila; ASHTON, Mary Sandra Guerra. Desenvolvimento regional através do turismo: geração de emprego e renda. **Revista Conhecimento Online**, v. 2, p. 68-78, 2010.

FREEMAN, Linton C. et al. Centralidade em redes sociais: Esclarecimento conceitual. **Redes sociais: conceitos críticos em sociologia**. Londres: **Routledge**, v. 1, n. 3, p. 238-263, 2002.

GEPHI. A plataforma Open Graph Viz. Disponível em: <https://gephi.org/>. Acesso em: 9. jul. 2025.

G1. Ribeirão Preto e Franca. Rifaina: veja opções de lazer para todos os bolsos em destino turístico do interior de SP. 13 jun. 2022. Disponível em: [Rifaina: veja opções de lazer para todos os bolsos em destino turístico do interior de SP | Ribeirão Preto e Franca | G1](#). Acesso em: 12. jun. 2025.

GAMMON, Sean; ROBINSON, Tom. Esporte e turismo: uma estrutura conceitual. 2003.

GAMMON, Sean; RAMSHAW, Gregory; WRIGHT, Richard. Teoria em turismo esportivo: Algumas reflexões críticas. **Journal of Sport & Tourism**, v. 21, n. 2, p. 69-74, 2017.

GIBSON, Heather J. Turismo esportivo: Uma introdução à edição especial. **Journal of sport management** , v. 17, n. 3, 2003.

GUNNAR, Myrdal. Economic theory and underdeveloped regions. 1957.

HIGHAM, James; HINCH, Tom. **Desenvolvimento do turismo esportivo**. Publicações Channel View, 2018.

HIRSCHMAN, Albert O. The strategy of economic development. 1958.

HOWKINS, John. **The creative economy: How people make money from ideas**. Penguin UK, 2002.

MATIAS, Pedro Miguel dos Reis. **Turismo Criativo: uma abordagem ao caso português**. 2013. Dissertação de Mestrado.

MOLINA, Sergio. **Turismo creativo: el fin de la competitividad**. S. e., 2011.

MORFOULAKI, Maria et al. Sport tourism as driving force for destinations' sustainability. **Sustainability**, v. 15, n. 3, p. 2445, 2023.

ODS BRASIL. Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasil: IBGE, 2025. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese>. Acesso em: 10. jul. 2024.

PICALHO, Antonio Carlos et al. Produção científica brasileira sobre Análise de Redes Sociais: mapeamento na Web of Science em Acesso Aberto. **Ciência da Informação em Revista**, v. 11, p. e15782-e15782, 2024.

PINHEIRO, Catarina de Almeida. A sustentabilidade no território difuso. Reflexões sobre o caminho a seguir. **Cidades. Comunidades e Territórios**, n. Sp21, 2021.

FRANCA. Prefeitura municipal de Franca. FEAC segue com inscrições abertas para aulas culturais e esportivas. 13 set. 2023. Disponível em: [FEAC segue com inscrições abertas para aulas culturais e esportivas - Notícias - Feac - Município de Franca](#). Acesso em: 12. jun. 2025.

RICHARDS, Greg; RAYMOND, Crispin. Creative tourism: a global conversation. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 8, n. 2, p. 256–269, 2000.

SILVA RINCÓN, Julio César; PABON LEON, John Antuny; BARRIENTOS MONSALVE, Ender José. Desenvolvimento regional e sustentabilidade: uma revisão sistemática e análise bibliométrica. **Revista de Universidade e Negócios**, vol. 23, não. n. 41, pp. 230–265, 2021.

TEODORO, Nayara Rodrigues; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago. Análise de Conteúdo: um método de qualitativo. **Humanidades e Tecnologia (FINOM)**, v. 46, n. 1, p. 55-62, 2024.

VAN RHEENEN, Derek; CERNAIANU, Sorina; SOBRY, Claude. Definindo turismo esportivo: Uma análise de conteúdo de uma epistemologia em evolução. **Journal of Sport & Tourism**, v. 21, n. 2, p. 75-93, 2017.

ZAMBERLAN, Victor Simões. *Cluster criativo em mídia: um estudo de caso do arranjo produtivo local do audiovisual em Bauru*. 2023.

DARTIBALE, P. (2025, 2 de maio). *Projeto Saúde em Ação transforma vida de idosos em Franca*. Sampi. Disponível em: <https://sampi.net.br/franca/noticias/2900150/franca-e-regiao/2025/04/projeto-saude-em-acao-transforma-vida-de-idosos-em-franca>. Acesso em: 13 jul. 2025.

FEAC FRANCA (Fundação Esporte Arte Cultura). (2015, 28 de setembro). *Novas Academias ao Ar Livre*. Disponível em: <http://www.feacfranca.sp.gov.br/FEAC/136-novas-academias-ao-ar-livre>. Acesso em: 13 jul. 2025.

GUIMARÃES, F. (2025, 16 de junho). *Inscrições para a 1ª Etapa do Circuito de Corridas Franca Run começam na próxima semana*. Jornal da Mogiana. Disponível em: <https://jornaldamogiana.com.br/2025/06/16/inscricoes-para-a-1a-etapa-do-circuito-de-corridas-franca-run-comecam-na-proxima-semana/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE FRANCA. (2025a, 30 de abril). *“Saúde em Ação” leva atividade física e estilo de vida saudável para mais de 800 pessoas*. Prefeitura de Franca. Acesso em: <https://franca.sp.gov.br/noticias/saude/saude-em-acao-leva-atividade-fisica-e-estilo-de-vida-saudavel-para-mais-de-800-pessoas>. Acesso em: 13 jul. 2025.

PREFEITURA DE FRANCA. (2025b, 17 de junho). *1ª Etapa do Circuito Franca Run receberá inscrições nesta terça-feira*. Portal Oficial de Franca. Disponível em: <https://www3.franca.sp.gov.br/noticia/30771/1-etapa-do-circuito-franca-run-receber-inscricoes-nesta-terca-feira.html>. Acesso em: 13 jul. 2025.

PREFEITURA DE FRANCA. (2025c, 19 de maio). *Domingo tem ‘Pedal Rural’*. Disponível em: <https://franca.sp.gov.br/noticias/esporte-e-cultura/domingo-tem-pedal-rural>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SAMPI. (2025, 13 de julho). *Pedal Rural acontece neste domingo em Franca*. Sampi. Disponível em: <https://sampi.net.br/franca/noticias/2915297/franca-e-regiao/2025/07/pedal-rural-acontece-neste-domingo-em-franca>. Acesso em: 13 jul. 2025.

**TURISMO INTELIGENTE EM FRANCA-SP: O PAPEL DOS APLICATIVOS DE GEOLOCALIZAÇÃO
NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

*SMART TOURISM IN FRANCA-SP: THE ROLE OF GEOLOCATION APPLICATIONS IN REGIONAL
DEVELOPMENT*

Área temática: 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis

LAZARINI, Aguinaldo
Mestrando em Desenvolvimento Regional pelo Uni-FACEF, Docente do curso de Gestão da
Produção Industrial – Faculdade Dr Thomaz Novelino – Fatec Franca
falecomlazarini@yahoo.com.br

CARVALHO NETO, Silvio
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutor em Administração pela USP
silvio@facef.br

Resumo

O artigo apresenta uma proposta inicial de pesquisa que pretende analisar o turismo como vetor estratégico de desenvolvimento regional em Franca, destacando seu papel complementar à economia historicamente baseada na indústria calçadista, mas atualmente em expansão para setores como serviços, agronegócio, tecnologia, educação superior, saúde e economia criativa. A proposta de pesquisa enfatiza a relevância da inovação digital, especialmente do uso de tecnologias de mapeamento e geolocalização, como instrumentos de estruturação, divulgação e valorização dos atrativos turísticos locais. Metodologicamente, adota abordagem qualitativa e quantitativa, com revisão bibliográfica, levantamento de dados, desenvolvimento de protótipos digitais (mapas interativos e catálogos ilustrados) e avaliação junto a turistas e empreendedores. A discussão da pesquisa gira em torno de avanços em infraestrutura turística, crescimento de investimentos no setor pós-pandemia e diversificação das modalidades de turismo, incluindo o rural, cultural, de negócios, eventos e ecoturismo. Entretanto, persiste a carência de materiais interativos e acessíveis que ampliem a visibilidade regional. A premissa é a de que aplicativos de geolocalização podem potencializar a experiência dos visitantes, fomentar o comércio local e integrar políticas públicas, setor privado e terceiro setor. Fundamentado em autores como Buhalis (2000), Ferreira e Malta (2020) e Beni (2006), pondera-se que a consolidação de Franca como destino turístico competitivo exige gestão estratégica, inovação tecnológica, capacitação profissional e governança participativa, alinhando desenvolvimento sustentável e valorização territorial.

Palavras-chave: Turismo; Desenvolvimento Regional; Geolocalização; Inovação Tecnológica; Políticas Públicas

Abstract

This article presents an initial research proposal that aims to analyze tourism as a strategic driver of regional development in Franca, highlighting its complementary role to the economy, historically based on the footwear industry but currently expanding into sectors such as services, agribusiness, technology, higher education, healthcare, and the creative economy. The research proposal emphasizes the relevance of digital innovation, especially the use of mapping and geolocation technologies, as tools for structuring, promoting, and enhancing local tourist attractions. Methodologically, it adopts a qualitative and quantitative approach, with a literature review, data collection, development of digital prototypes (interactive maps and illustrated catalogs), and evaluation with tourists and entrepreneurs. The research focuses on advances in tourism infrastructure, increased investment in the sector post-pandemic, and the diversification of tourism modalities, including rural, cultural, business, events, and ecotourism. However, there is still a lack of interactive and accessible materials that increase regional visibility. The premise is that geolocation applications can enhance the visitor experience, foster local commerce, and integrate public policies, the private sector, and the third

sector. Based on authors such as Buhalis (2000), Ferreira and Malta (2020), and Beni (2006), the authors argue that consolidating Franca as a competitive tourist destination requires strategic management, technological innovation, professional training, and participatory governance, aligning sustainable development with territorial valorization.

Keywords: Tourism; Regional Development; Geolocation; Technological Innovation; Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

O turismo é um dos principais vetores de desenvolvimento regional, promovendo crescimento econômico, geração de empregos e valorização cultural. Entretanto, muitas localidades ainda enfrentam desafios quanto à estruturação e divulgação de seus atrativos turísticos, o que limita o pleno aproveitamento de suas potencialidades.

O desenvolvimento regional está diretamente associado à capacidade dos territórios em explorar suas dimensões econômicas, culturais e sociais. No caso de cidades médias, em termos populacionais, como Franca, reconhecida nacional e internacionalmente pela indústria calçadista, além de sua relevância nos setores de serviços e agricultura, o turismo desponta como alternativa estratégica de diversificação econômica e geração de emprego e renda.

No contexto de cidades como Franca, a aplicação de recursos digitais no turismo não deve ser pensada apenas como inovação tecnológica, mas também como instrumento de planejamento estratégico. A integração entre plataformas de geolocalização e políticas públicas locais pode criar um ecossistema turístico mais competitivo, com benefícios que se estendem da experiência do visitante até o fortalecimento do comércio regional. Assim, torna-se fundamental discutir como a gestão municipal pode adotar estratégias que incorporem o uso desses aplicativos, em consonância com o Plano Diretor de Turismo e com outras iniciativas de desenvolvimento regional.

Este artigo tem como objetivo apresentar uma proposta de pesquisa que tem a intenção de analisar as possibilidades e os desafios para o fortalecimento do turismo em Franca, relacionando-o às dinâmicas do desenvolvimento regional. Especificamente, a proposição de pesquisa busca identificar e mapear os principais atrativos turísticos da região; incentivar a participação dos empreendedores locais no fortalecimento do turismo; analisar o impacto da implementação de ferramentas digitais na economia local; e desenvolver um aplicativo turístico interativo, integrado a um mapa digital e a um catálogo ilustrado, que promova o turismo e fortaleça a economia regional.

Inicialmente, pretende-se que a pesquisa seja conduzida por meio de levantamento bibliográfico e com uma abordagem qualitativa, estruturada em quatro etapas: 1) Revisão Bibliográfica – análise de estudos sobre turismo regional, tecnologia aplicada ao turismo e ferramentas digitais de divulgação; 2) Levantamento de Dados – identificação de atrativos, serviços e infraestrutura turística; 3) Desenvolvimento de Materiais – produção do mapa digital interativo, catálogo turístico ilustrado e aplicativo para dispositivos móveis; 4) Aplicação e Avaliação – distribuição do material digital e análise de impacto junto a empreendedores e turistas.

Segundo Minayo (2001, p. 21) “A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” Ainda Minayo fundamenta que o turismo e o uso de aplicativos de geolocalização não devem ser analisados apenas em números, mas também pela percepção dos visitantes, gestores e comunidade local, ou seja, a dimensão social, cultural e subjetiva. Godoy (1995, p. 58) afirma que “A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir eventos, mas, sim, explorar o conjunto de significados atribuídos às experiências vividas.” Godoy afirma que turistas e moradores percebem o impacto da tecnologia (aplicativos) no desenvolvimento regional de Franca.

Segundo Triviños (1987, p. 128) “A pesquisa qualitativa oferece um caráter exploratório e flexível, possibilitando uma análise mais profunda da realidade estudada.” A abordagem qualitativa é adequada porque permite investigar as potencialidades e desafios da adoção tecnológica no turismo de Franca de forma contextualizada.

Dessa forma, o estudo proposto objetiva a criação de um mapa ilustrado e de um catálogo turístico digital interativo, integrados a um aplicativo para dispositivos móveis, configurando-se como ferramentas estratégicas para impulsionar o turismo, diversificar a economia e fortalecer o desenvolvimento regional de Franca. O presente artigo é um recorte inicial do estudo, realizado a partir

da pesquisa exploratória inicial, e consiste em um ensaio teórico que aborda os conceitos de turismo como vetor de desenvolvimento regional, o setor de turismo na região de Franca e conceitos sobre gestão estratégica e geolocalização.

2 TURISMO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

De acordo com Cunha, Simões e de Paula (2005), o desenvolvimento, possui diversas abordagens, conforme o autor e o ângulo pelo qual é analisado. Isso leva a uma noção imprecisa, tendo qualificações diversas em trabalhos geográficos e de ciências sociais.

Lima e Simões (2009) caracterizam a dinâmica econômica regional como um tema complexo, considerando as inter-relações das diferentes localidades e dentro das mesmas, uma vez que o desenvolvimento econômico tende a ser um processo assimétrico que é propenso a consolidar regiões mais dinâmicas e com potencial de crescimento maior.,

Conforme Corrêa, Silveira e Kist (2019, p. 7), praticamente, não há distinção entre desenvolvimento de uma nação ou desenvolvimento de uma região, no entanto as explicações para um e outro caso podem ser distintas, por conta de uma questão de escala, das características socioespaciais e da historicidade diferencial dos territórios, ou mesmo de autonomia administrativa. Por sua vez, pensar o desenvolvimento regional implica considerar, ainda que de modo sintético, o que se entende por região, pois, a exemplo do desenvolvimento.

A definição de região é inexata, adaptando-se a diversas designações no âmbito dos estudos geográficos e das ciências sociais como um todo. O recorte a ser adotado como representação da região deve com a totalidade do espaço seccionado, e determinar o nível de seccionamento e quais as variáveis determinarão essa estratificação (Cunha, Simões e de Paula, 2005).

As quatro formas de polarização do crescimento, técnica, econômica, psicológica e geográfica, mencionadas por Perroux (1967), adaptado por Corrêa, Silveira e Kist (2019), têm em si que o crescimento ocorre de forma local em polos de crescimento, de acordo com a ocasião e o formato da economia. “A base desse pensamento é a existência de dois tipos de indústria: as motrizes e as movidas”, as motrizes aumentam as vendas e as compras de serviços e produtos das movidas, assim polarizando o crescimento, como descrito nas quatro formas de crescimento propostas por Perroux (1967).

De acordo com Ciconello e Sazazi (2004), as organizações da sociedade civil voltadas para causas públicas têm crescido significativamente no Brasil, abrangendo entidades religiosas, assistenciais, filantrópicas, ONGs, associações e fundações. A legislação que regula essas organizações tem evoluído para acompanhar as transformações sociais e a relação com o Estado. Os autores focam especificamente nas associações e fundações de interesse público, buscando compreender como se construiu, ao longo do século XX, o conceito legal de “público” no chamado Terceiro Setor, a partir das relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil.

Nota-se que, historicamente, a Igreja Católica exerceu papel central na oferta de serviços de saúde, educação e assistência social no Brasil, especialmente às camadas pobres, mantendo instituições que perduram até hoje. Essa atuação, fortalecida durante o governo de Getúlio Vargas (1930–1945), consolidou a base legal que ainda regula as relações entre Estado e organizações privadas sem fins lucrativos. Com o tempo, esse campo se diversificou, incluindo outras religiões e entidades secularizadas, mas continuou sendo tradicionalmente financiado pelo poder público. O Estado sempre apoiou essas organizações assistenciais e filantrópicas, enquanto movimentos sociais e organizações críticas ao poder frequentemente enfrentaram repressão ou marginalização institucional.

Especificamente em relação ao turismo, este é uma atividade econômica capaz de dinamizar setores diversos, promover a circulação de renda e valorizar a cultura local. Cidades que desenvolvem políticas integradas de turismo conseguem fortalecer cadeias produtivas, estimular a inovação e criar oportunidades de negócios. No caso de Franca, o turismo pode se consolidar como um vetor complementar ao setor industrial, especialmente quando alinhado ao turismo de negócios, turismo rural, de experiência e eventos (Ferreira; Braga Filho, 2013).

Nesse processo, as políticas públicas têm papel central, pois definem diretrizes, investem em infraestrutura e criam mecanismos de incentivo à atividade turística, garantindo sua sustentabilidade e competitividade. Como aponta Beni (2006), o desenvolvimento turístico sustentável depende da

coordenação entre Estado, iniciativa privada e sociedade civil organizada, o que exige planejamento integrado e ações continuadas.

Além disso, o terceiro setor se destaca como um agente estratégico, articulando projetos comunitários, culturais e sociais que fortalecem a identidade local e ampliam a participação da população no desenvolvimento regional. De acordo com Tenório (2005), as organizações do terceiro setor atuam como mediadoras entre interesses públicos e privados, contribuindo para a inclusão social e para a gestão compartilhada de iniciativas voltadas ao bem-estar coletivo.

Assim, em Franca, a articulação entre políticas públicas, iniciativa privada e terceiro setor pode transformar o turismo em um verdadeiro vetor de desenvolvimento, capaz de gerar impacto econômico, social e cultural de forma integrada e sustentável.

No caso de Franca, acredita-se que a implementação de políticas públicas voltadas para a inovação e digitalização dos serviços turísticos é fundamental para consolidar o setor como um pilar complementar à sua economia industrial. A integração entre poder público, iniciativa privada e terceiro setor pode viabilizar programas de fomento tecnológico, incentivo a startups de turismo digital e capacitação de profissionais para o uso das novas ferramentas.

3 GESTÃO COMO ESTRATÉGIA COMPETITIVA NO TURISMO

Silva (2016) defende que a gestão do conhecimento é um pilar estratégico para o setor turístico, pois organiza, compartilha e institucionaliza o saber tácito de todos os envolvidos no processo desde gestores e funcionários até parceiros. A autora destaca que essa abordagem contribui diretamente para a inovação, a melhoria contínua dos processos e a manutenção da competitividade nos destinos turísticos. A partir de uma revisão narrativa, Silva (2016) mostra que, embora ainda incipiente no turismo, a gestão do conhecimento aplicada de forma sistemática fortalece a qualidade da oferta turística, além de favorecer a tomada de decisões mais acertadas e criativas.

No contexto da gestão como estratégia competitiva no turismo, observa-se que a vantagem competitiva de um destino não depende apenas da iniciativa privada, mas também da formulação e da implementação de políticas públicas locais que incentivem a inovação, a promoção do destino e a qualificação da oferta turística. Em Franca, tais políticas poderiam incluir programas de digitalização de serviços turísticos, incentivos à criação de aplicativos de geolocalização, capacitação de pequenos empreendedores e integração da cadeia produtiva do turismo cultural e gastronômico.

Conforme destaca Porter (1999), a competitividade é resultado da articulação de estratégias eficazes, e, no campo do turismo, isso se traduz na cooperação entre governo, setor privado e sociedade civil. Para Beni (2006), a gestão turística só se torna sustentável quando respaldada por políticas públicas consistentes, capazes de alinhar os interesses regionais ao desenvolvimento social e econômico.

Beni (2006), em seu artigo “Política e planejamento estratégico no desenvolvimento sustentável do turismo”, discute a evolução do conceito de desenvolvimento nas economias de mercado e enfatiza a importância da ação do Estado junto com os setores privado e social para promover turismo sustentável. Ele também aborda como o governo deve intervir não apenas no planejamento, mas no estabelecimento de indicadores de desenvolvimento regional, gestão participativa e políticas públicas que garantam equilíbrio entre crescimento turístico, impactos sociais e preservação ambiental.

Porter (1990) introduz o conceito de vantagem competitiva não só para empresas, mas para localidades/destinos turísticos. Ele fala de fatores estruturais (infraestrutura, localização, insumos, acesso, capacidade institucional) que ajudam a definir por que alguns destinos se destacam.

No estudo de Barbosa, Oliveira e Rezende (2010), *Competitiveness of tourist destinations*, que avalia como destinos em várias partes do Brasil usam competitividade como guia para planejar melhorias e definir prioridades em políticas. Em síntese, o estudo conclui que a adoção de práticas de gestão do conhecimento, como mapeamento de competências, compartilhamento de boas práticas e criação de redes colaborativas, é fundamental para organizações e destinos turísticos que almejam diferenciação, resiliência e crescimento sustentável no cenário global.

4 TURISMO NA CIDADE E REGIÃO DE FRANCA-SP

Franca situada na região nordeste do Estado de São Paulo, um dos polos economicamente mais fortes do país, tem 350 mil habitantes e é uma cidade que se destaca no cenário nacional. Posicionado estrategicamente, o município está próximo a Ribeirão Preto, uma das regiões mais ricas do interior de São Paulo e do Brasil. Além disso, situa-se entre os três maiores centros econômicos do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, o que facilita o intercâmbio comercial entre esses mercados consumidores. Dentre os investimentos em Infraestrutura Turística, entre 2021 e junho de 2024, a região de Franca destacou-se como a quarta com maior investimento em lazer no estado de São Paulo. Nesse período, os recursos destinados ao setor mais que dobraram em comparação com os anos de 2017 a 2020, passando de R\$ 4,1 bilhões para R\$ 9,5 bilhões. Esse aumento expressivo reflete a retomada e o fortalecimento das atividades turísticas no pós-pandemia.

O aeroporto de Franca passou por melhorias significativas, com um investimento de R\$ 1,5 milhão em obras estruturais e em sistemas de navegação aérea. Essas intervenções têm como objetivo modernizar a infraestrutura aeroportuária, facilitar o acesso de turistas e estimular o desenvolvimento econômico da região. O crescimento Populacional e Impacto no Turismo nos últimos 30 anos, a população de Franca cresceu 51,2%, atingindo 352.698 habitantes em 2022. Nos últimos cinco anos, o aumento populacional foi de 2,3%. Esse crescimento demográfico pode estar associado ao desenvolvimento econômico e à expansão do setor de serviços, incluindo o turismo.

Embora haja informações sobre investimentos e melhorias na infraestrutura, dados específicos sobre o número de turistas que visitaram Franca nos últimos cinco anos não estão disponíveis nas fontes consultadas. Para obter estatísticas detalhadas sobre o fluxo turístico na cidade, recomenda-se consultar órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) e o Observatório de Turismo do Estado de São Paulo.

A implementação de aplicativos de geolocalização turística em Franca pode ser potencializada por meio de políticas públicas voltadas à digitalização e à valorização cultural. Entre as ações possíveis, destacam-se: incentivos à criação de parcerias público-privadas para o desenvolvimento e manutenção de plataformas digitais; programas de capacitação de empreendedores locais para utilização de dados de geolocalização em seus negócios; além da integração dessas tecnologias ao calendário oficial de eventos e roteiros turísticos do município. Tais medidas não apenas otimizam a experiência do visitante, como também ampliam a visibilidade de atrativos locais e fortalecem o desenvolvimento socioeconômico regional.

Segundo Buhalis (2000), a tecnologia desempenha um papel fundamental na competitividade dos destinos turísticos, permitindo que os gestores adaptem suas estratégias para atender às necessidades dos viajantes digitais e melhorem a experiência do usuário. Nesse sentido, Cândido et al. (2017) destacam que o marketing turístico aliado às ferramentas digitais é essencial para o desenvolvimento local, pois facilita a promoção dos destinos e melhora a comunicação com os turistas, ampliando o alcance das informações e fortalecendo a identidade regional. Em resumo, Franca tem demonstrado um compromisso contínuo com o fortalecimento do turismo regional, por meio de investimentos significativos em infraestrutura e lazer, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos residentes e tornando a cidade mais atrativa para visitantes. A falta de materiais turísticos acessíveis e atrativos limita a visibilidade de destinos regionais, reduzindo o fluxo de visitantes e impactando negativamente o setor comercial e cultural. Além disso, a ausência de recursos tecnológicos interativos restringe a capacidade de engajamento do turista moderno, que busca praticidade e informações em tempo real.

Nos últimos cinco anos, a cidade de Franca, localizada no interior de São Paulo, tem registrado avanços significativos no setor de turismo, refletindo tanto em investimentos quanto em melhorias na infraestrutura local.

Em Franca, o turismo classifica em: Turismo rural e desenvolvimento econômico, turismo cultural e identidade local, turismo de negócios e eventos, turismo de aventura e eco-turismo. Conforme o jornal Folha Rondoniense, 2021 o Café Labareda promove roteiros de turismo rural na Fazenda Bom Jesus, unindo visita à produção de cafés especiais com experiência no campo – um exemplo real do potencial para fortalecer pequenas propriedades, gerar renda e valorizar tradições rurais (Café Labareda, 2023).

A Fazenda Barra Grande, localizada em Itirapuã, na região de Franca (SP), é uma das mais tradicionais produtoras de cachaça artesanal do Brasil. Fundada em 1860, preserva o engenho mais antigo e o único movido à roda d'água ainda em funcionamento no estado de São Paulo, mantendo viva a tradição de produção que remonta ao século XIX. Além disso, iniciativas da Prefeitura como o

roteiro “Sabor da Colheita” buscam implementar visitas em propriedades, ampliando a oferta do turismo rural local de acordo com o jornal da Franca, 2025, o Museu Histórico Municipal José Chiachiri, tombado e com acervo preservado, é um exemplo de polo para o turismo cultural em Franca, por meio de visitas guiadas e ações educativas

O 1.º Circuito Histórico e Cultural promovido pelo COMTUR reforça a importância dessas memórias para construir a identidade da cidade. A presença do Sesc e da Casa da Cultura amplia ainda mais essa estrutura cultural. Franca tem se destacado no turismo de negócios, sobretudo por sua tradição no setor calçadista e pelo Parque de Exposições Fernando Costa, que sedia feiras, exposições e eventos como o Hallel — o maior evento de música católica da América Latina. O lançamento de rotas turísticas pela Prefeitura – com percursos ideais para bicicleta, trilhas e esportes de aventura – fortalece esse segmento, favorecendo a integração entre lazer, natureza e comércio local. Trilhas como Claraval, Fazenda Amapá e o percurso até Cristais Paulista destacam o ecoturismo rural e de aventura, oferecendo diversidade de opções (site da prefeitura de Franca).

5 FERRAMENTA DE MAPEAMENTO E GEOLOCALIZAÇÃO

A implementação de aplicativos de geolocalização turística em Franca pode ser fortalecida por meio de políticas públicas voltadas à digitalização e à valorização cultural. Segundo Bahaire e Elliott-White (1999) “O uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) no planejamento turístico fornece uma poderosa ferramenta para a coleta, armazenamento, análise e exibição de dados espaciais, permitindo que os tomadores de decisão compreendam melhor os padrões das atividades turísticas e planejem de forma adequada.” Entre as ações possíveis, destacam-se: incentivos à criação de parcerias público-privadas para o desenvolvimento e manutenção de plataformas digitais; programas de capacitação de empreendedores locais para o uso estratégico de dados de geolocalização em seus negócios; e a integração dessas tecnologias ao calendário oficial de eventos e roteiros turísticos do município. Tais medidas não apenas otimizam a experiência do visitante, mas também ampliam a visibilidade dos atrativos locais e contribuem para o fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico regional.

A aplicação de tecnologias de geolocalização e mapeamento tem se consolidado como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento do turismo, sobretudo em contextos regionais. Segundo Ferreira e Malta (2020), tais recursos contribuem de forma significativa para a organização, análise e divulgação de informações territoriais, aprimorando a gestão dos destinos turísticos. O uso de mapas interativos, sistemas de informação geográfica (SIG) e plataformas digitais possibilita não apenas o mapeamento dos atrativos, mas também a integração de serviços, roteiros e experiências, resultando em uma oferta turística mais estruturada e eficiente.

Para territórios que buscam fortalecer sua atratividade e competitividade, a utilização dessas ferramentas permite identificar potencialidades, organizar roteiros e promover uma gestão mais qualificada dos recursos naturais, culturais e econômicos. Além disso, a geolocalização facilita a comunicação com os visitantes, fornecendo informações em tempo real e possibilitando experiências personalizadas e interativas.

Segundo Nistor e Nicula (2013), em artigo publicado no periódico *GeoJournal of Tourism and Geosites*, o sucesso de qualquer negócio turístico é determinado pelo planejamento, pela pesquisa de desenvolvimento e pelo marketing, e a tecnologia SIG oferece grandes oportunidades para o desenvolvimento de aplicações modernas no turismo por meio de mapas. Essa tecnologia integra operações comuns de banco de dados, como consultas, com os benefícios exclusivos de visualização e análise geográfica proporcionados pelos mapas. O SIG é utilizado para reunir dados georreferenciados (espaciais e não espaciais) em mapas digitais. Cada objeto é atribuído a uma camada temática. Cada camada combina objetos relacionados, como estradas, edifícios, áreas protegidas ou cursos d’água. Nesta pesquisa, os autores utilizaram o SIG em três tipos de aplicações: inventário, análise e avaliação de planos com base no desenvolvimento turístico.”

Segundo Goodchild (2007), a cartografia digital e os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) permitem não apenas representar espacialmente os atrativos, mas também integrar dados sociais, econômicos e ambientais, ampliando o potencial de análise para políticas públicas de turismo. Nesse sentido, o mapa turístico digital de Franca deve ser concebido como instrumento estratégico de gestão territorial, subsidiando tanto a tomada de decisão do poder público quanto a experiência do visitante.

Portanto, o delineamento desses elementos, aliado ao uso de aplicativos de geolocalização, reforça a ideia de que o turismo pode ser vetor de desenvolvimento regional ao criar um ecossistema digital participativo, em que gestores, comunidade e turistas interagem de forma integrada.

Diante desse cenário, a pesquisa proposta tem o objetivo analisar como as ferramentas de mapeamento e geolocalização podem ser aplicadas como instrumentos de planejamento e promoção do turismo regional. A proposta é discutir os benefícios, desafios e possibilidades dessas tecnologias na consolidação de destinos turísticos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para o fortalecimento da economia local.

Segundo Beni (2006), o desenvolvimento turístico sustentável depende da articulação das políticas públicas com a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, criando um ambiente de governança participativa. Dessa forma, ao investir em aplicativos de geolocalização e outras tecnologias digitais, o município não apenas amplia sua atratividade, mas também fortalece sua capacidade competitiva no cenário regional.

Assim, o alinhamento entre gestão estratégica, políticas públicas inovadoras e tecnologia constitui-se em um caminho promissor para que Franca avance na consolidação de um modelo de turismo inteligente, capaz de gerar impactos positivos no desenvolvimento regional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo consiste em um ensaio teórico, recorte inicial de uma proposição de investigação científica, que foi realizado a partir da respectiva pesquisa exploratória. Foram abordados temas correlatos como os conceitos de turismo como vetor de desenvolvimento regional, o setor de turismo na região de Franca e conceitos sobre gestão estratégica e geolocalização. Diante dos resultados iniciais, evidencia-se que o uso de aplicativos de geolocalização turística pode constituir uma ferramenta estratégica para o fortalecimento do turismo em Franca, além de facilitar o acesso à informação, tais recursos contribuem para a integração entre visitantes, atrativos culturais e serviços locais. Nesse sentido, propõe-se uma investigação que pode, a partir de seus resultados, ser um ponto de partida para a recomendação de que o município incorpore em suas políticas públicas de turismo ações voltadas à inovação tecnológica, com destaque para o incentivo ao uso de aplicativos, a capacitação de atores envolvidos no setor e a criação de mecanismos de atualização contínua das plataformas digitais. Tais iniciativas podem ampliar a competitividade turística de Franca, reforçando sua identidade cultural e promovendo desenvolvimento regional sustentável.

Diante do exposto, o turismo se consolida como uma estratégia eficaz para o desenvolvimento regional, especialmente em contextos como o de Franca, onde a diversificação econômica se tornou essencial diante da predominância da indústria calçadista de anos atrás. A análise realizada neste artigo evidencia que a cidade possui um conjunto expressivo de atrativos turísticos, desde o turismo rural e cultural até o de negócios e ecoturismo, os quais, se bem estruturados e promovidos, podem fortalecer a identidade local, gerar emprego e renda, além de estimular o empreendedorismo.

A aplicação de tecnologias digitais, como o mapeamento interativo, a geolocalização e a criação de aplicativos turísticos, surge como uma ferramenta estratégica para ampliar o alcance das informações, melhorar a experiência dos visitantes e integrar diferentes setores da economia local. A proposta de desenvolvimento de um mapa ilustrado e catálogo turístico digital representa um passo significativo na democratização do acesso às informações turísticas e no estímulo à participação dos atores locais nesse processo, pode ser um caminho efetivo para a evolução do setor na região de Franca.

Com base em autores como Buhalis (2000), Ferreira e Malta (2020) e Silva (2016), constatamos que a gestão do conhecimento, aliada ao uso de tecnologias e à participação colaborativa da sociedade civil, é fundamental para garantir um turismo sustentável, inovador e competitivo. Dessa forma, fortalecer o turismo em Franca requer não apenas investimentos em infraestrutura, mas também políticas públicas integradas, capacitação profissional e incentivo à inovação tecnológica. O futuro do turismo regional está atrelado à capacidade de gestão, planejamento e envolvimento dos diferentes atores sociais em torno de uma visão coletiva de desenvolvimento econômico e valorização territorial.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, L. OLIVEIRA, C. REZENDE, C. Competitiveness of tourist destinations: the study of 65 key destinations for the development of regional tourism. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000500004>, 2010
- BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 13. ed. São Paulo: SENAC, 2006.
- BUHALIS, D. Marketing the Competitive Destination of the Future. *Tourism Management*, v. 21, p. 97-116, 2000.
- CÂNDIDO, G. A. et al. Marketing turístico e desenvolvimento local. Belo Horizonte: UFMG, 2017.
- CICONELLO, Alexandre [et al.]; SAZAZI, Eduardo (org.). Terceiro setor/textos de Alexandre Ciconello... São Paulo: Petrópolis, 2004. (Temas polêmicos; 1)
- CORRÊA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, 2019, p. 3-15.
- CUNHA, A. M.; SIMÕES, R. F.; DE PAULA, J. A. Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico. Texto para discussão nº 260: UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, 2005.
- FERREIRA, Daniela Aparecida; BRAGA FILHO, Hélio. Levantamento de indicadores econômicos e sociais como fator de desenvolvimento do turismo regional: o caso da Região Administrativa de Franca. 2013.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- GRETZEL, U.; SIGALA, M.; ZANKER, M. Smart Tourism Ecosystems. *Journal of Electronic Markets*, v. 25, p. 179-188, 2015.
- HALL, C. M. *Tourism Planning: Policies, Processes and Relationships*. Harlow: Pearson, 2008.
- IBGE. Site oficial. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 set. 2025.
- LIMA, A. C. D. C.; SIMÕES, R. F. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. Texto para discussão nº 358, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.
- MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- REVISTA. "Ferramenta de pesquisas sobre estabelecimentos baseada na geolocalização: uma proposta para aprimorar a experiência do turista em Tiradentes – MG", *Revista Geografias*, 15(1), 73–91. doi:10.35699/2237-549X.2019.19741, 2019.
- SILVA, Maria Emília Martins da. A Gestão do Conhecimento como Estratégia Competitiva para a Gestão do Turismo: uma contribuição teórica. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 43–64, abr. 2016. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v27i1p43-64. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v27i1p43-64>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- SITE PREFEITURA DE FRANCA. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/turismo/administracao-municipal/administracao-direta/desenvolvimento-adm/conheca>. Acesso em: 27 set. 2025.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Gestão de ONGs: principais funções gerenciais*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

**USO INADEQUADO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO
PRIMÁRIA: REVISÃO NARRATIVA SOBRE TEMA**

*INADEQUATE USE OF EMERGENCY SERVICES DUE TO PRIMARY CARE-SENSITIVE
CONDITIONS: A NARRATIVE REVIEW ON THE TOPIC*

Área temática: Saúde e Bem-estar.

GOMES, Roberta
Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado Acadêmico em
Desenvolvimento Regional – Uni-FACEF, Especialista em Saúde Pública e Graduação em
Enfermagem
robertacazarini@facef.br

GOMES, Pedro
Aluno do 4º semestre de Graduação em Medicina - Uni-FACEF
pedrocazarini@hotmail.com

LOPES, Livia
Doutora e Mestre em Ciências / Enfermagem em Saúde Pública, Especialização em Vigilância em
Saúde e Graduação em Enfermagem
liviamaria@facef.br

Resumo

O aumento da demanda por serviços de Pronto Atendimento (PA) e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) por situações clínicas não urgentes representa um dos mais significativos desafios contemporâneos para a organização e sustentabilidade das Redes de Atenção à Saúde (RAS) (CARRET; FASSA; DOMINGUES, 2009; O'DWYER et al., 2017). Em contrapartida a esse cenário, a Atenção Primária à Saúde (APS) é teoricamente reconhecida como nível fundamental e ordenado do sistema, concebida para ser a porta de entrada preferencial e de coordenação do cuidado, com capacidade de resolver a maioria dos problemas de saúde da população (STARFIELD, 2002; ANDRADE et al., 2009). O uso inadequado dos serviços de urgência, um sintoma frequentemente associado às Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária (ICSAP), reflete deficiências estruturais e processuais no acesso, cobertura e, crucialmente, na qualidade da APS (ALFRADIQUE et al., 2009; BOING et al., 2012). Este estudo, sob o formato de uma revisão narrativa da literatura, busca identificar e analisar os principais fatores associados ao crescente volume de atendimentos de baixa complexidade em serviços de urgência, bem como as consequências dessa utilização para o Sistema Único de Saúde (SUS). Os resultados demonstram que falhas estruturais e organizacionais na APS, somadas à percepção, expectativas e à cultura imediatista do usuário, emergem como os principais impulsionadores dessa demanda disfuncional (GOMIDE et al., 2012; LIMA; NICHIAITA; BONFIM, 2019). Evidencia-se, assim, a necessidade do fortalecimento da APS e implementação de fluxos eficazes e institucionalizados entre os diferentes pontos de atenção da rede (MENDES, 2010; LIMA, 2017).

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde, Condições Sensíveis à Atenção Primária, Urgência e Emergência.

Abstract

The increase in demand for Emergency Department (ED) and Urgent Care Unit (UCU) services for non-urgent clinical situations represents one of the most significant contemporary challenges to the organization and sustainability of Health Care Networks (HCNs) (CARRET; FASSA; DOMINGUES, 2009; O'DWYER et al., 2017). In contrast to this scenario, Primary Health Care (PHC) is theoretically recognized as a fundamental and an organizing level of the system, conceived to be the preferred point

of entry and care coordinator, with the capacity to solve the majority of the population's health problems (STARFIELD, 2002; ANDRADE et al., 2009). The inappropriate use of emergency services, a symptom often associated with Hospitalizations for Ambulatory Care Sensitive Conditions (ACSC), reflects structural and processual deficiencies in the access, coverage, and, crucially, the quality of PHC (ALFRADIQUE et al., 2009; BOING et al., 2012). This study, in the format of a narrative literature review, seeks to identify and analyze the main factors associated with the growing volume of low-complexity care in emergency services, as well as the consequences of this use for the Unified Health System (SUS). The results demonstrate that structural and organizational failures in PHC, combined with user perception, expectations, and immediate gratification culture, emerge as the main drivers of this dysfunctional demand (GOMIDE et al., 2012; LIMA; NICHATA; BONFIM, 2019). This highlights the need for strengthening PHC and implementing effective and institutionalized flows between the different points of care in the network (MENDES, 2010; LIMA, 2017).

Keywords: Primary Health Care; Ambulatory Care Sensitive Conditions; Urgency and Emergency.

1. INTRODUÇÃO

A busca incessante pela melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços de saúde no Brasil, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), exige uma atenção contínua e estratégica à organização, ao financiamento e à integração da rede assistencial (MENDES, 2010). Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS), operacionalizada prioritariamente por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), é concebida como o eixo estrutural do SUS. Sua função fundamental reside na capacidade de resolver mais de 80% dos problemas de saúde da população, atuando como centro de melhoria do cuidado (STARFIELD, 2002; ANDRADE et al., 2009). O sucesso da APS, ao intervir proativamente na prevenção de doenças, na promoção da saúde, na minimização da gravidade dos agravos e na redução de complicações de condições crônicas, impacta de forma direta e positiva os indicadores de saúde e a sustentabilidade financeira do sistema como um todo (BOING et al., 2012).

Em contrapartida funcional, os serviços de urgência e emergência, como as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), são definidos como estruturas de média complexidade, estrategicamente posicionadas entre a APS e a atenção hospitalar. Sua missão é acolher usuários em situações agudas ou agudizadas de natureza clínica, cirúrgica ou traumática, operando ininterruptamente 24 horas por dia e priorizando o atendimento com base na gravidade clínica, usualmente por meio de protocolos de classificação de risco, como o Protocolo de Manchester (BRASIL, 2011; JAQUES et al., 2020). Entretanto, o que se observa na prática é um descompasso significativo entre a função teórica e a utilização real desses serviços. O uso inadequado, caracterizado pelo atendimento de condições clínicas não urgentes ou emergentes, consolida-se como um problema de saúde pública de alcance global (CARRET; FASSA; DOMINGUES, 2009). Estudos empíricos evidenciam que a proporção desse uso inadequado varia drasticamente entre diferentes contextos, podendo atingir de 24% a 90% dos atendimentos totais, o que demonstra uma magnitude do desvio de fluxo (GOMIDE et al., 2012; GARCIA; REIS, 2014).

Para a análise aprofundada dessas características, a epidemiologia e a gestão em saúde recorrem frequentemente ao indicador de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária (ICSAP). A partir da experiência de Billings nos Estados Unidos, o Brasil estruturou, em 2008, a Lista Brasileira de ICSAP. Esse instrumento reúne 120 diagnósticos da CID-10 e tem sido utilizado para avaliar a capacidade da APS de prevenir complicações que levam à hospitalização, servindo também como apoio à formulação de políticas públicas e estratégias de gestão. A questão central é que a existência de altas taxas de atendimento ou, em última instância, de internações por essas condições, sugere fortemente que os problemas de saúde poderiam e deveriam ter sido gerenciados de forma oportuna, preventiva e eficaz no âmbito da Atenção Primária (NEDEL et al., 2010; TONELOTTO; EGRY, 2011).

Diante da importância do tema para a gestão, a organização e a sustentabilidade do SUS, este artigo tem como objetivo realizar uma revisão narrativa da literatura, discutindo o perfil da demanda nos serviços de urgência, os fatores que influenciam esse desvio de fluxo e as estratégias exequíveis para reverter o quadro, de modo a realinhar a prática assistencial aos princípios doutrinários do sistema.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Atenção Primária à Saúde e a Crise Sistêmica da Fragmentação do Cuidado

A Atenção Primária à Saúde (APS) deve ser compreendida não apenas como um nível de atenção, mas como a base conceitual e operacional de um sistema de saúde eficiente e equitativo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a APS representa a principal estratégia assistencial, sendo responsável por garantir acesso inicial, continuidade, integralidade e resolubilidade da maioria dos problemas de saúde de uma população. Referências clássicas, como os estudos de Starfield (2002), consolidaram a relação direta entre uma APS forte e estruturada e a obtenção de melhores resultados em saúde, maior equidade e custos reduzidos para o sistema.

No contexto brasileiro, a APS deve abranger um conjunto articulado, integrado e contínuo de ações de promoção da saúde, proteção específica, diagnóstico precoce, tratamento oportuno e reabilitação. Para materializar essa visão, a Estratégia Saúde da Família (ESF) foi definida como uma ferramenta prioritária e fundamental para a reorientação do modelo assistencial no país, atualizando um paradigma historicamente centrado na doença e no atendimento hospitalar focado na pessoa, na família e na comunidade (ANDRADE et al., 2009).

É essencial para o sucesso da APS a progressão do cuidado. Este conceito transcende a simples transferência de encaminhamentos; ele implica a capacidade intrínseca da APS de atuar como a verdadeira ordenadora da rede de serviços, garantindo que o percurso do usuário pelo sistema seja lógico, consistente, sem rupturas e centrado em suas necessidades (MENDES, 2010). A ineficiência do sistema de saúde, contudo, manifesta-se frequentemente em problemas clínicos graves para o paciente, que são, em sua essência, um reflexo direto da falha nessa coordenação e da consequente fragmentação da atenção (ALMEIDA; MENDONÇA; TASCA; BATISTA, 2025).

No cenário brasileiro, ainda prevalece um modelo assistencial pouco integrado, que responde de forma imediata a condições agudas, mas falha em garantir acompanhamento contínuo às doenças crônicas. Essa lógica fragmentada compromete a integralidade da atenção e dificulta a coordenação entre os diferentes pontos da rede. Nesse modelo disfuncional, os serviços de urgência, como Prontos-Atendimentos (PAs) e UPAs, acabam por absorver, de forma indireta, a demanda de pacientes com condições crônicas, tratando suas recomendações sob a mesma lógica de uma emergência traumática (O'DWYER et al., 2017). O paciente portador de uma condição crônica, por não encontrar acesso ou resolatividade na APS, busca o PA apenas na fase de descompensação, recebe um tratamento pontual para o sintoma agudo e retorna para a comunidade sem um plano de cuidado continuado. Esta falha crônica no processo assistencial resulta em um ciclo vicioso de complicações, novas agudizações, sobrecarga do sistema de urgência e, em última análise, um tratamento inadequado e mais oneroso (LIMA, 2017).

Para dimensionar objetivamente o impacto dessa falha sistêmica, utiliza-se o Indicador de Condições Sensíveis à Atenção Primária (ICSAP). Este indicador epidemiológico pressupõe que, se a APS fosse plenamente acessível, resolutiva e com alta qualidade, determinadas internações hospitalares poderiam ser sistematicamente evitadas. No Brasil, a lista oficializada pela Portaria nº 221/2008 tornou-se uma referência nacional para comparar o desempenho do sistema e orientar a alocação de recursos (BRASIL, 2008; ALFRADIQUE et al., 2009). A análise criteriosa das taxas de ICSAP é, portanto, crucial para identificar gargalos no acesso e na qualidade dos serviços da APS, instalada como um elemento fundamental para subsidiar políticas públicas e o monitoramento rigoroso do sistema de saúde (BOING et al., 2012; COSTA et al., 2016).

2.2 Perfil da Demanda nos Serviços de Urgência e a Magnitude do Uso Inapropriado

O diagnóstico fundamental para compreender a crise da fragmentação é uma análise detalhada da demanda que chega aos serviços de urgência. Vários estudos demonstram uma alarmante recorrência e a magnitude do volume de atendimentos de baixa complexidade em Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e Prontos-Atendimentos (PA), que poderiam ser aprimorados gerenciados na APS (CARRET; FASSA; DOMINGUES, 2009; GOMIDE et al., 2012).

A evidência empírica sobre a inadequação da demanda é robusta e consistente. Em uma pesquisa ilustrativa realizada em duas UPAs de Cascavel (PR), em 2019, observou-se que a maioria esmagadora dos atendimentos foi definida pelo Protocolo de Manchester com os núcleos verde (70,12%) e amarelo (24,95%). Somadas, essas categorias representam 95,07% do total de

atendimentos, proporcionando condições de baixa ou complexidade média que, as quais seriam passíveis de resolução na APS. Em drástico contraste, apenas 0,07% dos casos foram classificados como vermelhos, uma categoria de emergência com risco iminente de morte (JAQUES et al., 2020).

Resultados igualmente específicos foram identificados em Ouro Preto (MG), onde um estudo apontou que 58,9% dos atendimentos foram considerados inadequados, ou seja, não correspondiam a uma condição de urgência real (KULICZ; USCOCOVICH, 2021).

Outros levantamentos apontam resultados semelhantes, como no caso de Guarapuava (PR), onde 73,4% dos atendimentos em um PA foram classificados como inapropriados, segundo os critérios de CSAP (CONSTANTINO et al., 2021). Essa estatística avassaladora não representa um fato isolado, mas sim um sintoma periódico do desvio do fluxo assistencial, que desvirtua especificamente dos serviços de urgência e sobrecarrega seus recursos.

2.3 Perfil Demográfico dos Usuários

A análise do perfil da população que utiliza os serviços de urgência para demandas próprias da APS é crucial para o planejamento de intervenções. Observa-se frequentemente que esse público é predominantemente jovem, do sexo feminino e residente em áreas geograficamente próximas ao hospital ou UPA, demonstrando que a conveniência e a facilidade de acesso físico imediato superam a busca pela unidade de referência na APS (CARRET; FASSA; DOMINGUES, 2011). Um estudo no Hospital Universitário da UFSC, em 2004, já havia notado uma maior procura durante dias úteis e no horário comercial, período que corresponde ao funcionamento regular das Unidades Básicas de Saúde (UBS), estabelecendo uma escolha deliberada pelo serviço de urgência em detrimento da APS, mesmo quando esta estava operacional (SILVA et al., 2007).

Uma análise massiva de dados, realizada na UPA Campo Limpo em São Paulo, que incluiu 434.883 atendimentos entre 2015 e 2016, revelou que 17,1% de todos os casos correspondiam a Condições Sensíveis à Atenção Primária (CSAP). O perfil desses usuários era de mulheres e crianças com até 4 anos de idade (LIMA; NICHIAITA; BONFIM, 2019). De forma complementar e reforçando essa tendência, o estudo realizado em Guarapuava (PR) mostrou que crianças (0 a 11 anos) e adolescentes (12 a 17 anos) apresentaram uma maior chance do uso inadequado do PA, o que pode estar associado tanto à percepção de urgência dos pais quanto às barreiras de acesso da pediatria na APS (CONSTANTINO et al., 2021).

2.4 Perfil de Morbidades Mais Frequentes

Grande parte da demanda nos serviços de urgência está relacionada a queixas simples, como dores inespecíficas, sintomas respiratórios ou febre. Essas situações, em geral, poderiam ser resolvidas na APS por meio de consultas rápidas e tecnologias de baixa densidade, o que evidencia o desvio de fluxo para unidades de maior complexidade. De forma geral, doenças do aparelho respiratório (como resfriados comuns, faringites e crises de rinite) e sintomas gerais e inespecíficos dominam a demanda, representando um grande volume de atendimentos que poderiam ser resolvidos com tecnologias de baixa densidade (CARRET; FASSA; DOMINGUES, 2011).

Na análise específica de CSAP na UPA Campo Limpo (SP), as condições mais prevalentes estavam relacionadas a infecções de ouvido, nariz e garganta (45,4% dos casos de CSAP), seguidas por gastroenterites infecciosas e suas complicações (LIMA; NICHIAITA; BONFIM, 2019). Em Ouro Preto (MG), o perfil foi semelhante, com as doenças do aparelho respiratório e as afecções do sistema osteomuscular (como dores lombares e contusões leves) sendo as mais prevalentes entre os atendimentos considerados inadequados (KULICZ; USCOCOVICH, 2021).

A fragilidade do atributo da longitudinalidade do cuidado na APS é dramaticamente evidenciada pelo fato de que pacientes com condições crônicas preexistentes — como hipertensão arterial, diabetes mellitus, asma/bronquite e transtornos mentais — apresentam uma chance significativamente maior de procurar um serviço de urgência por uma CSAP (LIMA; NICHIAITA; BONFIM, 2019). Tais atendimentos recorrentes na atenção secundária por descompensações de doenças crônicas não são eventos aleatórios; eles sinalizam falhas críticas no vínculo entre paciente e equipe, na adesão terapêutica e na continuidade do cuidado pela APS. Cada visita à UPA por uma crise hipertensiva ou uma descompensação diabética representa uma oportunidade perdida de manejo proativo na atenção primária, aumentando a probabilidade de complicações graves (como infarto ou AVC) e, em última instância, de hospitalizações prolongadas e de alto custo (MENDES, 2012).

2.5 Falhas Estruturais e Organizacionais na Atenção Primária à Saúde

As barreiras organizacionais da APS são amplamente relatadas na literatura como o principal motor do desvio de fluxo. A dificuldade de acesso imediato é, talvez, o fator mais proeminente. Modelos de agendamento restritos, que não acomodam a demanda espontânea (queixas agudas), a morosidade no processo de acolhimento e os horários de funcionamento restritos (geralmente limitados ao período comercial) são os principais fatores que levam o usuário a buscar uma alternativa da urgência, que opera 24 horas (CARRET; FASSA; DOMINGUES, 2009).

Muitos usuários relatam a frustração com a indisponibilidade de consultas na UBS em tempo hábil ou, ainda mais grave, a falta de confiança na capacidade resolutive do serviço primário, percebendo-o como um local que apenas encaminha, mas não soluciona o problema (GOMIDE et al., 2012). Além disso, a falta de cobertura territorial completa pela ESF e a persistência de barreiras geográficas, especialmente em grandes centros urbanos e zonas rurais, dificultam ainda mais o acesso efetivo, tornando o PA ou a UPA uma opção mais viável, mesmo que não a mais adequada (NEDEL et al., 2010).

Em forte contraste com as barreiras da APS, o usuário percebe o pronto atendimento como um local de acesso facilitado e rápido, com maior resolutividade percebida e a disponibilidade imediata de tecnologias diagnósticas (como exames de imagem e laboratoriais) e terapêuticas (como medicação intravenosa e pequenos procedimentos) (GARCIA; REIS, 2014). A cultura social do imediatismo, característica da sociedade contemporânea, reforça a busca por soluções rápidas e definitivas para os problemas de saúde, mesmo que o cuidado prestado seja episódico e desarticulado da atenção contínua (RODRIGUES et al., 2019). A UPA, nesse caso, representa a promessa de uma resposta ágil, que se alinha às melhores expectativas de uma população que muitas vezes não pode se ausentar do trabalho por longos períodos para aguardar uma consulta na APS.

Muitos usuários recorrem ao pronto-atendimento mesmo em situações leves, seja pela falta de compreensão do papel da APS, seja pela crença de que os serviços de urgência são mais resolutivos e imediatos. Essa percepção influencia diretamente o uso inadequado da rede de saúde e reforça a fragmentação do cuidado. Sintomas comuns, como febre ou dor, podem gerar grande ansiedade no paciente e em sua família, que os interpretam como sinais de gravidade, levando à busca pelo serviço que eles acreditam estar o mais preparado para lidar com o "pior cenário".

Além disso, experiências negativas prévias em Unidades Básicas de Saúde — como longas esperas, mau atendimento na recepção ou a percepção de descaso por parte da equipe — servem como um poderoso reforço negativo. Essas experiências traumáticas se solidificaram, criando na memória do usuário, a preferência pelos serviços de urgência (SOARES, 2017).

O uso inadequado e massivo dos serviços de urgência exige um custo sistêmico, financeiro, clínico e social de grande magnitude e insustentável a longo prazo, comprometendo a eficiência e a equidade do sistema, prejudicando de certa forma o desenvolvimento social e econômico.

O predomínio de atendimentos de baixa complexidade em serviços de urgência resulta em sobrecarga estrutural e assistencial. Essa superlotação prolonga o tempo de espera, dificulta o manejo dos casos graves e pode comprometer a segurança do paciente, além de gerar estresse contínuo às equipes de saúde. Profissionais de saúde exaustos, trabalhando sob pressão constante, têm maior probabilidade de cometer erros. Em muitos cenários, a UPA deixa de cumprir sua função de estabilização e atendimento rápido e passa a atuar como um local improvisado de internação de longa permanência, dada a crônica escassez de leitos hospitalares disponíveis na retaguarda (VIEIRA et al., 2021).

O atendimento prestado nos serviços de urgência é, por sua própria natureza, episódico, reativo e centrado no sintoma agudo. Esse modelo agrava profundamente o problema da fragmentação da atenção, visto que, na maioria das vezes, não há um plano de seguimento longitudinal ou uma comunicação eficaz com a equipe de APS do paciente (MENDES, 2010; LIMA, 2017). O resultado prático é a criação de um "órfão de paciente", especialmente aquele com condições crônicas, que se torna dependente desses atendimentos esporádicos e reativos, sem o acompanhamento proativo, preventivo e contínuo da APS, que é essencial para a gestão eficaz de sua saúde a longo prazo (NASCIMENTO; MENDES, 2017).

O uso inapropriado acarreta um aumento significativo de custos para o sistema e o desperdício de recursos tecnológicos e humanos de alta densidade, que poderiam ser usados de forma mais eficaz e racional no fortalecimento da APS (CARRET; FASSA; DOMINGUES, 2009). Além do impacto financeiro direto, os atendimentos por CSAP realizados em UPAs não são especificamente registrados

nas bases de dados oficiais de morbidade hospitalar (como o Sistema de Informações Hospitalares - SIH/AIH do DATASUS) de forma consolidada. Essa subnotificação sistemática mascara a dimensão real e prevalência do problema da fragilidade da APS, tornando invisível para os gestores um volume massivo de eventos que deveriam servir como "sinais de alerta" para a necessidade de intervenção e qualificação da atenção primária (LIMA, 2017; LIMA; NICHIAITA; BONFIM, 2019).

2.6 Fortalecimento Estrutural e Organizacional da Atenção Primária à Saúde

A principal estratégia é, inequivocamente, o fortalecimento da APS. É imperativo ampliar o acesso sócio-organizacional, reorganizando o processo de trabalho da ESF para que ela possa atender de forma ágil e eficaz tanto a demanda programada (consultas de rotina, pré-natal, puericultura) quanto a demanda espontânea (queixas agudas de baixa complexidade) (MENDES, 2012; ALMEIDA et al., 2018). A implementação de modelos como o "acesso avançado", que busca eliminar a fila de espera por consultas, pode ser uma solução, mas deve ser adaptada cuidadosamente para que não comprometa o atributo essencial da continuidade do cuidado e do vínculo com a equipe (STARFIELD, 2002). O acolhimento qualificado com escuta ativa e classificação de risco na própria APS é fundamental, assim como a implantação e a uniformização da classificação de risco em todas as UPAs, para garantir a correta organização dos fluxos e o encaminhamento seguro dos pacientes de baixo risco para o serviço protegido (JAQUES et al., 2020).

O fortalecimento das Redes de Atenção à Saúde (RAS) depende criticamente da efetivação da coordenação clínica e logística entre os diferentes pontos de atenção, reforçada por sistemas de informação integrados e interoperáveis (MENDES, 2010). O uso de prontuários eletrônicos compartilhados entre todos os serviços da rede e a institucionalização de uma comunicação ativa e formalizada (por exemplo, via sistemas de informação ou contatos de referência) entre a UPA e a UBS do paciente são ferramentas fundamentais. Essa comunicação deve garantir a transferência de informações clínicas relevantes e a ativação da equipe da APS para a continuidade do cuidado pós-alta da urgência, fechando o ciclo da atenção (LIMA, 2017).

A educação em saúde, por meio de campanhas de comunicação social e da ação direta dos Agentes Comunitários de Saúde, é uma estratégia essencial para orientar a população sobre a organização do SUS, o papel e a resolutividade de cada serviço da rede (PAES et al., 2018). O empoderamento do usuário para o autocuidado, o reconhecimento dos sinais de alerta e o uso consciente do sistema podem, a médio e longo prazo, reduzir a procura confortável e estimular o uso racional dos recursos do SUS. O objetivo final é que a população compreenda e legitima a APS como sua porta de entrada preferencial e o centro de seu cuidado em saúde (SOARES, 2017).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, desenvolvida com o objetivo de analisar e discutir criticamente produções científicas e documentos institucionais relacionados à Atenção Primária à Saúde (APS), à rede de urgência e emergência e às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). A escolha desse delineamento fundamenta-se na necessidade de integrar diferentes referenciais teóricos e evidências disponíveis, possibilitando uma compreensão ampliada do objeto de estudo, sem a rigidez metodológica exigida por revisões sistemáticas.

A busca bibliográfica foi realizada contemplando as bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e PubMed/MEDLINE, além de documentos oficiais publicados pelo Ministério da Saúde, pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Para a construção da estratégia de busca, foram utilizados descritores indexados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e Medical Subject Headings (MeSH), entre os quais destacam-se: "Atenção Primária à Saúde", "Serviços Médicos de Emergência", "Sistema Único de Saúde", "Acesso aos Serviços de Saúde" e "Continuidade da Assistência ao Paciente", combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR.

Foram incluídos artigos originais e de revisão, dissertações, teses e documentos técnicos que abordassem de forma direta a temática proposta, publicados em português, inglês ou espanhol, no período compreendido entre 1995 e 2025, de modo a contemplar tanto os marcos normativos recentes quanto a produção científica mais atualizada. Excluíram-se resumos sem acesso ao texto completo, editoriais, cartas ao editor, estudos duplicados e publicações que não apresentavam relação direta com os objetivos do trabalho.

O processo de análise seguiu etapas sequenciais. Inicialmente, realizou-se a leitura exploratória do material encontrado, seguida da leitura seletiva para identificar os conteúdos de maior relevância. Posteriormente, foi conduzida a leitura analítica, com fichamento e síntese das principais informações. Por fim, os estudos foram organizados em categorias temáticas, alinhadas aos objetivos da pesquisa, possibilitando uma discussão crítica e reflexiva acerca das interfaces entre APS, urgência e emergência e a estruturação do SUS.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A alta e persistente prevalência de atendimentos de baixa complexidade e por Condições Sensíveis à Atenção Primária (CSAP) nos serviços de urgência e emergência do Brasil é um indicador robusto e inegável de fragilidade sistêmica no acesso, na resolutividade e continuidade do cuidado oferecido pela APS (ALFRADIQUE et al., 2009; CARDOSO et al., 2013). Este padrão de uso inadequado não é uma especificidade de causa única, mas sim a consequência de uma interação complexa e multifatorial entre barreiras organizacionais da APS – como a dificuldade de agendamento e a falta de acolhimento à demanda espontânea – e a poderosa atratividade dos serviços de urgência, que são percebidas pelo usuário como mais rápidas, acessíveis e resolutivas (CARRET; FASSA; DOMINGUES, 2009; GOMIDE et al., 2012).

O desvio persistente do fluxo assistencial gera um ciclo vicioso com consequências para todo o sistema: sobrecarga crônica e esgotamento das equipes nas UPAs, acentuação da fragmentação do cuidado, elevação dos custos assistenciais e, perigosamente, a criação de uma invisibilidade epidemiológica, dado que os atendimentos por CSAP nestas unidades não são devidamente capturados nas estatísticas oficiais, impedindo um diagnóstico preciso do desempenho da APS (LIMA, 2017; LIMA; NICHITA; BONFIM, 2019).

Diante desse cenário desafiador, é necessário e urgente que os gestores do SUS, em todas as esferas, invistam de forma estratégica e sustentada no fortalecimento da APS, ampliando sua capacidade resolutiva e garantindo um acesso que seja, de fato, oportuno, integral e contínuo (MENDES, 2012; ALMEIDA et al., 2018). A coordenação do cuidado deve ser elevada de um conceito teórico a uma prática cotidiana, aprimorada por meio do uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação, com a integração de prontuários eletrônicos e o estabelecimento de fluxos de comunicação claros, ágeis e práticos entre as UPAs e as UBSs (MENDES, 2010; LIMA, 2017).

A reorganização dos serviços deve permitir que a própria APS assuma um papel ativo no acolhimento e na resolução das urgências de baixo risco, trabalhando em uma lógica de complementaridade, e não de competição, com a UPA, para garantir a integralidade e a segurança do usuário em sua jornada pela rede de saúde (VIEIRA et al., 2021). Somente por meio de uma ação coordenada, que combine o fortalecimento da APS, a integração da rede e a educação da população, será possível construir um sistema de saúde mais equitativo, eficiente, racional e verdadeiramente alinhado com os princípios doutrinários e organizativos do SUS (STARFIELD, 2002; BRASIL, 2017).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a elaboração desta revisão narrativa, torna-se evidente que o uso inadequado dos serviços de urgência e emergência (PA/UPA) por condições que deveriam ser resolvidas na Atenção Primária à Saúde (APS) não é meramente um problema de comportamento do usuário, mas sim o sintoma mais visível da profunda fragmentação que ainda assola o Sistema Único de Saúde (SUS).

O ponto de maior relevância encontrado nos artigos avaliados é que o desvio da demanda para as UPAs/PAs é uma escolha racional por parte do usuário, impulsionada pela busca por acesso imediato, resolutividade percebida e conveniência. As falhas estruturais na APS – como a necessidade de agendamento prévio, a morosidade no atendimento de demanda espontânea e os horários de funcionamento restritos – criam barreiras socio-organizacionais que impedem o cumprimento do seu papel como porta de entrada e ordenadora da rede. O usuário, munido de uma cultura imediatista, prefere a certeza do atendimento (mesmo com longas esperas) oferecida pelo PA do que a incerteza da vaga na UBS.

Além da sobrecarga e do aumento de custos, esta revisão destaca o fenômeno crítico e subestimado das Condições Sensíveis à Atenção Primária (CSAP) que são atendidas nas Unidades de Pronto Atendimento. Embora o indicador ICSAP tenha sido desenvolvido para medir a efetividade da APS por meio de internações hospitalares, a alta prevalência desses casos em UPAs — que chegam a atender mais da metade das CSAP em algumas localidades — configura um "evento silencioso". Isso

significa que a verdadeira dimensão da falha da APS em prevenir o agravamento dessas condições não é capturada pelas estatísticas oficiais de hospitalização (AIH), distorcendo o planejamento e a alocação de recursos.

O perfil dos atendimentos aponta para grupos vulneráveis, como crianças (0 a 11 anos e menos de 5 anos) e pacientes com condições crônicas, que apresentam maior chance de uso inapropriado ou atendimento por CSAP. Para os pacientes crônicos, esse padrão de uso recorrente na atenção secundária sugere que não estão sendo adequadamente monitorados pela APS, evidenciando uma fragilidade no vínculo e na longitudinalidade do cuidado.

A solução para a crise de sobrecarga passa inegavelmente pelo fortalecimento da APS, transformando-a em um ponto de atenção resolutivo e com acesso avançado que consiga acolher tanto a demanda programada quanto a demanda espontânea. Contudo, a ferramenta gerencial mais promissora para reverter a fragmentação é a coordenação do cuidado.

É fundamental que os gestores invistam na comunicação fluida e integrada, como a proposta de fluxogramas de comunicação entre UPA e UBS, que utilize sistemas de informação (como prontuários eletrônicos) para garantir que o resumo do atendimento de um paciente crônico na urgência seja enviado à sua equipe de APS. Somente assim a APS poderá reassumir a responsabilização e a continuidade do cuidado, que é o cerne para evitar o agravamento das condições sensíveis e, consequentemente, racionalizar o sistema de saúde.

Em última análise, a superação do uso inadequado do pronto atendimento exige que a gestão e os profissionais de saúde do SUS transformem a percepção social e a realidade assistencial, de modo que a APS seja vista e experimentada como o nível de atenção mais efetivo, resolutivo e seguro para a vasta maioria das necessidades da população.

REFERÊNCIAS

ALFRADIQUE, M. E. et al. Internações por condições sensíveis à atenção primária: a construção da lista brasileira como ferramenta para medir o desempenho do sistema de saúde (Projeto ICSAP — Brasil). **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 1337–1349, 2009.

ALMEIDA, É. R. et al. Política Nacional de Atenção Básica no Brasil: uma análise do processo de revisão (2015–2017). **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington, DC, v. 41, e46, 2017.

ALMEIDA, M. M. de; MENDONÇA, C. S.; TASCA, R.; BATISTA, S. R. R. **Atenção Primária à Saúde e Atenção Especializada no SUS**: reflexões para uma integração assistencial oportuna, eficaz e centrada no usuário do SUS. Rio de Janeiro: Rede de Pesquisa em Atenção Primária à Saúde (Rede APS), ABRASCO, 2025. (Nota Técnica n. 1/2025 – Rede APS).

ANDRADE, L. O. M. et al. Atenção Primária à Saúde e Estratégia Saúde da Família. In: CAMPOS, G. W. S. et al. (Org.). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 783-836.

BOING, A. F. et al. Redução das Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária no Brasil entre 1998-2009. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 2, p. 359-366, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 221/SAS, de 17 de abril de 2008**. Definir uma Lista Brasileira de Internacionais por Condições Sensíveis à Atenção Primária. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.600, de 7 de Julho de 2011**. Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

CARRET, M. L. V.; FASSA, A. C. G.; DOMINGUES, M. R. Características da demanda do serviço de saúde de emergência do Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, Supl 1, p. 1060-1079, 2011.

CARRET, M. L. V.; FASSA, A. C. G.; DOMINGUES, M. R. Uso inadequado de serviços de emergência: uma revisão sistemática de prevalência e fatores associados. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 7-28, 2009.

COSTA, J. S. D. et al. Tendência das internações por condição sensível à atenção primária e fatores associados em Porto Alegre, RS, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 1289–1296, 2016.

GARCIA, V. M.; REIS, R. K. Perfil de usuários atendidos em uma unidade não hospitalar de urgência. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 2, p. 261-267, 2014.

GOMIDE, M. F. S. et al. Acessibilidade e demanda em uma Unidade de Pronto Atendimento: perspectiva do usuário. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 25, n. especial 2, p. 19-25, 2012.

JAQUES, L. R. B. et al. Acolhimento com avaliação e classificação de risco de um Pronto Atendimento: caracterização dos atendimentos. **Unifunec – Saúde e Biologia**, v. 6, p. 1–10, 2020.

LIMA, A. C. M. G. de. **Atendimentos por condições sensíveis à atenção primária à saúde em uma unidade de pronto-atendimento**: proposta de comunicação para coordenação do cuidado. 2017. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LIMA, A. C. M. G.; NICHATA, L. Y. I.; BONFIM, D. Perfil dos atendimentos por condições sensíveis à Atenção Primária à Saúde em uma Unidade de Pronto Atendimento. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 53, e03414, 2019.

MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 2297-2305, 2010.

MENDES, E. V. **O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde**: o imperativo da consolidação da estratégia de saúde da família. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012.

NEDEL, F. B. et al. Características da atenção básica associadas ao risco de internar por condições sensíveis à atenção primária: revisão sistemática da literatura. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 1, p. 61-75, 2010.

NEDEL, F. B. et al. Programa Saúde da Família e condições sensíveis à atenção primária, Bagé (RS). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 6, p. 1041-1052, 2008.

O'DWYER, G. et al. O processo de implantação das unidades de pronto atendimento no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, 125, 2017.

PAES, K. S. M. et al. O uso da atenção comunicada como porta de entrada preferencial ao SUS: a percepção dos usuários classificados como não urgentes na UPA 24 horas Dr. Valdir de Camargo, Bragança Paulista, SP. **Ensaios USF**, v. 2, p. 1–13, 2018.

RODRIGUES, M. M. et al. Uso de serviço de emergência por motivos não urgentes: estudo qualitativo com usuários de um pronto atendimento, Vitória, ES, Brasil, 2019. **Interface (Botucatu)**, v. 23, e180666, 2019.

SILVA, V. P. M. da et al. Caracterização do Perfil da Demanda da Emergência de Clínica Médica do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v. 4, p. 18-26, 2007.

SOARES, S. S. **Desigualdade e Dupla porta de entrada no território**: desafios para organização da atenção às urgências de baixo risco no município do Rio de Janeiro. 2017. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

STARFIELD, B. **Atenção primária**: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO: Ministério da Saúde, 2002.

TONELOTTO, D. P. et al. Hospitais de alta complexidade do estado de São Paulo: uma análise comparativa dos níveis de internações evitáveis. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, v. 11, p. 9777–9783, 2015.

VIEIRA, E. W. et al. A atenção prestada às urgências de baixo risco em área metropolitana de alta vulnerabilidade socioambiental na cidade do Rio de Janeiro, no âmbito da Estratégia Saúde da Família e da Unidade de Pronto Atendimento local. **Saúde e Sociedade**, v. 3, e190847, 2021.

© 2025

Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação



eventos.unifacef.com.br/encpesq/2025/